MARIA JOSÉ DE SOUZA DIAS FERNÁNDEZ STOCK

ELITES, FACÇÕES E CONFLITO INTRA-PARTIDÁRIO

O PPD/PSD E O PROCESSO POLÍTICO PORTUGUÊS DE 1974 A 1985

DISSERTAÇÃO DE DOUTORAMENTO EM SOCIOLOGIA
(SOCIOLOGIA POLÍTICA)



55 704

UNIVERSIDADE DE ÉVORA
1989

"There may be many cases where there is a complete harmony of interest, but these give rise to no problems and therefore we do not need to concern ourselves about them"

Thomas Carver

"The essence of democracy is the habit of dissension and conciliation over ever changing issues and amidst ever-changing alignements"

Dankwart Rustow

"Political sociology is a field that bridges some of the concerns of political science with those of sociology"

Anthony Orum

ÍNDICE

Pág

NOTA PRÉVIA 11

INTRODUÇÃO 15

PARTE I

CONFLITO, CLIVAGENS, FACÇÕES E ELITES: PERSPECTIVA TEÓRICA 33

I - O CONFLITO E A DINÂMICA POLÍTICO-PARTIDÁRIA 35

1 - A noção de conflito e os conceitos com ela relacionados 35

2 - A inevitabilidade do conflito e a tese da antinomia racional 54

3 - A dinâmica político-partidária e a dialéctica do conflito 69

II - AS CLIVAGENS E A SUA RELEVÂNCIA POLÍTICA 83

1 - As clivagens e a teoria do reflexo 83

2 - As clivagens estruturais e as clivagens não estruturais 97

3 - As clivagens políticas e o conflito político-partidário 115

III - AS FACÇÕES E A DINÂMICA PARTIDÁRIA 125

1 - Os limites analíticos do conceito de

Pág

facção 125

2 - A estrutura das facções e as raízes do faccionalismo 139

3 - O faccionalismo e o conflito intra-partidário 155

IV - AS ELITES E A DEMOCRACIA 167

1 - As teorias elitistas e a Democracia 167

2 - Os antecedentes, os padrões de recrutamento, o *cursus honorum* e as características das elites dos partidos políticos 187

3 - O papel das elites na activação das clivagens políticas e do conflito intra-partidário 200

V - CONFLITOS, CLIVAGENS POLÍTICAS, FACÇÕES E O PAPEL DAS ELITES: UM MODELO HEURÍSTICO DE INVESTIGAÇÃO. 209

PARTE II

O PPD/PSD E OS CONFLITOS DO SISTEMA POLÍTICO-PARTIDÁRIO PORTUGUÊS DE 1974 A 1985 221

VI - O QUADRO DE REFERÊNCIA: ATITUDES VOLUNTARISTAS E CONFLITO POLÍTICO-PARTIDÁRIO 223

Pág

VII - OS CONFLITOS POLÍTICO-PARTIDÁRIOS E O PAPEL DO PPD/PSD 247

1 - Da legalidade revolucionária à conquista da legalidade democrática 247

1.1 - A fragmentação inicial do sistema de partidos 254

1.2 - A difícil gestação do sistema partidário 270

2 - Da procura do espaço vital pelos partidos à luta contra a sua minimização 296

2.1 - A tentativa de consagração do papel dos partidos 301

2.2 - A fragilidade potencial do sistema partidário e as suas consequências 320

2.3 - Da intervenção presidencial à superação da marginalização dos partidos 328

3 - Da bipolarização ao novo centro de gravidade do sistema 343

3.1 - A afirmação do modelo bipolarizador ... 345

3.2 - A crise da estratégia da bipolarização . 354

4 - O consensualismo centrista e a crise da estratégia subjacente 372

VIII - O PROCESSO POLÍTICO PORTUGUÊS DE 1974 A 1985: UM EXEMPLO DE CONFLITO 393

Pág

PARTE III

OS CONFLITOS E AS CLIVAGENS NO PPD/PSD DE 1974 A 1985 419

IX - O QUADRO DE REFERÊNCIA: ATITUDES VOLUNTARISTAS E CONFLITO INTRA-PARTIDÁRIO 421

X - AS ETAPAS CRUCIAIS DOS CONFLITOS INTERNOS NO PPD/PSD 431

1 - Dos antecedentes até Aveiro 431

1.1 - A génese do primeiro conflito intra-partidário 442

1.2 - A cisão de Aveiro e as suas consequências 522

2 - Da pacificação interna à cisão dos "Inadiáveis" 553

2.1 - A reunificação partidária 563

2.2 - O avolumar das tensões internas 578

2.3 - O impacte da bipolarização e a cisão dos "Inadiáveis" 631

3 - Da acalmia intra-partidária ao reexacerbar do faccionalismo 671

3.1 - A tentativa de sedimentação da liderança 674

3.2 - Os reflexos do vazio no poder 691

4 - O reacender dos conflitos e a sua sublimação . 782

Pág

PARTE IV

AS FACÇÕES E AS ELITES NOS CONFLITOS DO PPD/PSD DE 1974 A 1985 927

XI - AS ELITES, AS DIMENSÕES DO FACCIONALISMO E A CONFLITUALIDADE INTRA-PARTIDÁRIA 929

1 - A dimensão organizacional e a dimensão política das facções 929

2 - A dimensão estrutural das facções 970

2.1 - Os incentivos político-estruturais ao faccionalismo 970

2.2 - As determinantes sócio-estruturais das facções e as características das elites 997

XII - O PPD/PSD DE 1974 A 1985: UM EXEMPLO DE CONFLITO . 1091

CONCLUSÃO: O CONFLITO NO PPD/PSD E O CONFLITO POLÍTICO GLOBAL 1133

ÍNDICE DAS FIGURAS, DOS QUADROS E DOS GRÁFICOS 1151

ÍNDICE DAS FONTES E DA BIBLIOGRAFIA 1157

FONTES E BIBLIOGRAFIA 1158

NOTA PRÉVIA

A inclusão de uma curta nota prévia com agradecimentos no início da presente dissertação justifica-se, não só porque se tornou convencional fazê-lo num trabalho desta natureza, mas porque reconhecemos que o produto final de qualquer investigação é sempre resultado de múltiplas contribuições de diversa ordem.

A nossa dívida intelectual fica a dever-se a personalidades de vários quadrantes, nacionais e estrangeiras, com algumas das quais tivémos o privilégio de contactar no decurso da nossa formação científica e cujos contributos são, em parte, reportados nas notas de pé de página e nas referências bibliográficas deste trabalho.

Particularmente devedoras ficamos para com o Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, cuja lúcida visão e apurado espírito analítico, para além do entusiasmo com que, logo de início, aceitou a orientação do nosso projecto, do permanente incentivo à respectiva elaboração e das sugestões e críticas prodigalizadas ao mesmo se revelaram fundamentais para os resultados obtidos.

Lugar de destaque deverá ser aqui dado ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, onde nos licenciámos, e muito particularmente ao Professor Doutor Adriano Moreira, cujas aulas nos despertaram, desde cedo, um interesse especial pela análise do fenómeno político. De relevar, ainda, o papel desempenhado pelo Professor Doutor José Maria Maravall, quando da prossecução dos nossos estudos de pós-graduação, levados a cabo, anos mais tarde, na Facultdade de Ciencias Políticas y Sociologia da Universidad Complutense de Madrid, visto ser o mais directo responsável pelo início da nossa actividade de investigação no domínio da Ciência Política, e, muito particularmente, no canalizar do nosso interesse para a matéria particular dos partidos políticos.

De sublinhar, igualmente, o apoio recebido pelo Centro de Investigaciones Sociológicas de Madrid em termos da cedência para consulta, por prazos dilatados, de bibliografia para nós fundamental. Ao seu director, Professor Doutor Julian Santamaría Osório, os nossos agradecimentos pelas conversas altamente produtivas sobre os distintos vectores subjacentes ao conflito político-partidário em geral. Ao Professor Doutor Manuel Braga da Cruz e ao Dr. Manuel de Lucena, do Instituto de Ciências Sociais de Lisboa, ficamos a dever diversos comentários criativos e críticas pertinentes a certas partes do manuscrito, a cuja leitura ambos procederam.

Pelo que toca aos nossos colegas de Departamento, ficamos muito gratos, a todos em geral, pelo estímulo constante de que nos rodearam; pelo apoio e colaboração na revisão das provas e pelo acompanhamento interessado da nossa investigação, gostaríamos de destacar os Professores Doutores Joaquim Manuel Nazareth e António Custódio Gonçalves, as Drãs. Mariana

Cascais e Graça Morais e o Dr. António Brito Percheiro dos Santos. Estamos particularmente em dívida para com o Professor Augusto da Silva e os Drs. Silvério da Rocha e Cunha e Carlos Alberto Martins de Oliveira, pelos diversos esforços combinados que realizaram no sentido de os alunos das cadeiras de cuja regência somos responsáveis não ficarem prejudicados pela nossa indisponibilidade para a docência na fase mais crítica da execução deste trabalho.

Agradecimentos especiais são devidos ao Professor Augusto da Silva, Director do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora, que tanto nos encorajou na nossa carreira académica e que sempre acreditou que o tempo dedicado a este trabalho se justificaria pelos resultados que dessa forma viriam a ser conseguidos. Gostariamos, também, de acentuar as diversas sugestões que nos deu para o aperfeiçoamento do tratamento de certos tópicos da dissertação, para além do acesso facultado à bibliografia disponível no Gabinete de Investigação e Acção Social de Évora, bem como à sua própria biblioteca.

O presente trabalho não dispensou outro tipo de auxílio. Imprescindível à sua realização seria a disponibilidade do Conselho Científico da Universidade de Évora e dos seus sucessivos Presidentes, Professor Doutor António dos Santos Júnior e Professor Doutor Jorge Morais Barbosa, para nos facultarem o prazo legal de dispensa do serviço docente, com vista à execução da tese.

Especialmente relevante para a sua exequibilidade, seria, também, a generosidade da Fundação Friedrich Naumann. Ao custear a parte mais dispendiosa do projecto, não só o tornaria possível, como permitiria a formação de um banco de dados sobre o PPD/PSD, que constitui um filão para subsequentes análises a realizar. À Universidade de Évora ficamos igualmente agradecidos pelas verbas atribuídas, que embora insuficientes devido aos parcos recursos disponíveis, viriam a ser sobretudo dispendidas na aquisição da bibliografia.

Indispensáveis à execução deste trabalho seriam, igualmente, o interesse e a abertura demonstrados pela direcção do PSD em exercício nos anos de 1985 a 1988, à qual ficamos especialmente gratos na pessoa do seu Secretário-Geral, Dr. Manuel Dias Loureiro. Estamos igualmente agradecidas ao Ministro dos Assuntos Parlamentares Dr. António D'Orey Capucho, bem como a Conceição Cordeiro Garin, pela ajuda prestada na recolha de alguns elementos existentes na Assembleia da República.

O contributo manifestado por alguns dirigentes e ex-dirigentes do PPD/PSD, quer através da predisposição para colaborarem nas entrevistas e dos testemunhos por essa forma prestados, quer através da permissão para a consulta dos respectivos arquivos, mostrar-se-ia fundamental. A escassez de certas fontes nos Serviços de Documentação do partido, relativamente a algumas etapas do PPD/PSD, só se tornaria superável por essa via. Às personalidades entrevistadas, referidas no Anexo II desta dissertação, queremos manifestar o nosso apreço, bem como a todos aqueles que se mostraram disponíveis para responder ao

Inquérito, especialmente aos que nos remeteram, com o mesmo palavras de incentivo pelo trabalho desenvolvido. Ficamos especialmente gratas ao Professor Doutor António Sousa Franco, ao Dr. Francisco Pinto Balsemão, ao Dr. António Carlos Lima, ao Eng. Alexandre Bettencourt e a Maria Virgínia Estorninho, pela documentação que nos facultaram. Destacamos, aqui, o contributo dado pelo primeiro, pelo meticuloso cuidado evidenciado na conservação de documentos fundamentais para a compreensão de uma fase específica da vida do PPD/PSD, patenteando a consciência de quem sabe avaliar o custo, para o investigador, decorrente da destruição de fontes essenciais ou da mera sonegação de informações e documentos com que tantas vezes se é confrontado.

Sem o precioso auxílio de diversos funcionários do partido, não teria sido possível levar a cabo os nossos propósitos. Registe-se o interesse revelado por Victor António, director dos Serviços de Informática do PSD, cuja cooperação se tornaria imprescindível. A Isabel Chichorro, colaboradora do mesmo sector, ficamos a dever a infinita paciência que demonstrou no decifrar das folhas de código e na sua introdução no computador. No campo do tratamento informático de dados devemos, ainda, uma menção especial ao Eng. António Costa Pires e a Maria José Duque, ambos da IN - Informática e Sistemas, responsáveis pela parte da programação. Queremos também agradecer à equipe constituída por dois alunos da Universidade de Évora, João António Covas e José Palma Rita, pelo cuidado que dispensaram à codificação do Questionário. Fundamental, viria igualmente a mostrar-se a ajuda de Luísa Castro, dos Serviços de Documentação do PSD, assistida por Isabel Lebre de Freitas, Nuno Ferro e Nuno Perestrelo. Sem os seus préstimos, não teríamos conseguido um tão rápido acesso às fontes aí disponíveis.

Na dactilografia dos sucessivos manuscritos contámos, sobretudo, com a colaboração de Maria Isabel Carriço, Maria Fernanda Cabeça, Felicidade Barbosa e Carla da Silva. Desejamos igualmente agradecer a José António Martins e a Maria Cristina Monginho, ambos responsáveis pelo processamento do texto final da dissertação. Que nos desculpem pelas sucessivas reformulações a que os sujeitámos.

As deficiências que este trabalho possa apresentar, quer no desenvolvimento do nosso propósito, quer no ponto de partida teórico subjacente ao mesmo, quer nas interpretações aí apresentadas são por nós inteiramente assumidas, porque da nossa única e exclusiva responsabilidade.

Reservámos as últimas palavras para o Eddy, o Duarte e o Vasco, que nos concederam inteira compreensão face ao tempo que investimos neste trabalho, sabendo, de antemão, que nunca os poderemos compensar de forma adequada. A eles, como aos alunos de Sociologia Política e de Ciência Política da Universidade Portuguesa, dedicamos o presente trabalho.

INTRODUÇÃO

"Theories are generalizations pertaining to a universe of cases, case studies interpretations of one unit in such a universe, and theoretical case studies a kind of synthesis of the two".

Harry Eckstein, *Division and Cohesion in Democracy,* 1974, p. 17.

1. Da restauração das liberdades democráticas, possibilitada em Portugal a partir de Abril de 1974 e da inerente complexidade de que se revestiria, entre nós, a vida política, haveria de resultar, entre muitos outros processos, a constituição de partidos políticos(1).

O facto de a dinâmica desencadeada pelo processo do 25 de Abril de 1974 ter proporcionado uma efectiva transformação das estruturas de clivagem da sociedade portuguesa e, conse-

---

(1) O desenvolvimento político implica, como sublinhariam LAPALOMBARA e WEINER, uma complexidade crescente que, por seu lado, requer um nível organizacional mais elaborado; entre estas novas formas de organização, que se exigem complexas mas flexíveis, contam-se, nas democracias ocidentais, os partidos políticos. Cf. JOSEPH LAPALOMBARA e MYRON WEINER, "The origin and development of political parties", *in* JOSEPH LAPALOMBARA e MYRON WEINER (eds.), *Political Parties and Political Development,* New Jersey, Princeton University Press, 1972, p. 5.

quentemente, uma canalização das mesmas através das novas vias que se apresentaram na cena política nacional = entre outras, e porque particularmente relevantes, os partidos políticos(2) = poder-nos-ia levar a concluir que estes consistem num mero reflexo das divisões existentes na sociedade. Não cremos, porém, que exista uma correspondência unívoca entre as estruturas partidárias e as clivagens presentes na estrutura social.

Evitando, assim, logo à partida, qualquer pretensão de carácter sociologista que tudo reduza à sociedade(3), temos

==========

(2) Sobre as formações partidárias surgidas em Portugal, no pós 25 de Abril, assim como sobre a evolução do sistema de partidos português, têm sido publicados alguns trabalhos nas mais variadas perspectivas. Para além da obra de MARCELO REBELO DE SOUSA, *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1983, e da extensa bibliografia indicada na p. 554 da mesma, ficam, desde já reportados outros trabalhos, que podemos também utilizar como ponto de referência para o estudo dos partidos portugueses, como por exemplo, as análises eleitorais, relacionadas com outras variáveis políticas e sociológicas, de JORGE GASPAR e NUNO VITORINO, *As Eleições de 25 de Abril, Geografia e Imagem dos Partidos*, Lisboa, 1976; os artigos, respectivamente, de AUGUSTO DA SILVA "Eleições 75 - fenómeno sócio-cultural" e de ANTÓNIO DA SILVA, "Eleições 75 - fenómeno político", ambos publicados na revista *Economia e Sociologia*, Évora, Gabinete de Investigação e Acção Social, ISESE, 1975, nºs. 19 - 20 e, também, de AUGUSTO DA SILVA, "Eleições para a Assembleia da República - 1976" e de ANTÓNIO DA SILVA, "Eleições 76, Hipóteses sócio-políticas", ambos publicados na mesma revista, nºs 21 - 22, 1976, respectivamente pp. 31-62 e 65-115; ENÍDIO DA VEIGA DOMINGOS, *Portugal Político, Análise das Instituições*, Lisboa, Relim, 1980; J. R. LEWIS e A. M. WILLIAMS, "Social cleavages and electoral performance: the social basis of portuguese political parties, 1976-83", *in West European Politics*, "Special issue on the new mediterranean democracies, regime transition in Spain, Greece and Portugal", (editado por GEOFFREY PRIDHAM), London, Frank Cass, 1984, pp. 119 - 137; JOAQUIM AGUIAR, *O Pós-Salazarismo, 1974-1984*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1985, e do mesmo autor, " A fluidez oculta num sistema partidário ultra estável", *in Revista de Ciência Política*, Lisboa, Instituto de Estudos Políticos, nº 1, 1º semestre de 1985, pp. 7 - 34; veja-se, nesse mesmo número, e nesse artigo "A base social de apoio e o recrutamento dos líderes do PSD e do CDS", pp. 103 - 121 e um outro, "O centrismo político em Portugal: evolução do sistema de partidos, génese do Bloco-Central e análise dos dois parceiros da coligação", *in Análise Social*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Vol. XXI, 3ª série, nº 85, 1985, pp. 45 - 80; veja-se, igualmente, MARIA JOSÉ STOCK e BERND ROTHER, "II decimo anniversario del PS portoguese: 1973 - 1983", *in Città e Regione*, Firenze, nº 3, Giugno, 1983, pp. 169-176.

(3) Este reducionismo sociológico, patente na obra de muitos autores contemporâneos,

para nós que o sistema político detém uma certa autonomia relativamente ao sistema social mais lato(4), desenvolvendo-se no seu seio condições exclusivamente políticas, as quais, por sua vez, determinam e são determinadas pela especialização das respectivas estruturas.

Quando, como e sob que circunstâncias essas condições impostas dentro do terreno especificamente político podem vir a afectar o relacionamento e a mobilização do sistema de partidos, e vice-versa, são pois questões para as quais se torna necessário encontrar respostas.

Ao considerarmos que as controvérsias sócio-políticas não derivam apenas de motivações presentes na sociedade(5), surge de imediato a questão de saber que outro tipo de factores tem possibilidade de as produzir, de gerar conflitos

---

defende, obsessivamente, que a única explicação possível para um facto social reside exclusivamente noutro facto social. Considera assim esta corrente, que o sistema político é desprovido de qualquer autonomia em face da sociedade, e, consequentemente, que os factos políticos, sendo factos sociais, só encontram a sua explicação na própria estrutura social. Esta concepção vem na linha do pensamento de ÉMILE DURKHEIM, especialmente expresso em *Les Régles de la Méthode Sociologique*, Paris, Presses Universitaires de France, 1956.

Sobre a obra de DURKHEIM, veja-se, por exemplo, ANTHONY GIDDENS, *Capitalismo e Moderna Teoria Social*, Lisboa, Editorial Presença, 1976, pp. 125 a 200 e RAYMOND ARON, *Les Étapes de la Pensée Sociologique*, Paris, Gallimard, 1967, pp. 319-405.

(4) Ao falarmos em autonomia relativa do sistema político, queremos significar que este tem o seu meio, que é o sistema social, estando ambos em estreita interdependência. Para efeitos heurísticos ou analíticos, pode mesmo considerar-se aquela autonomia como absoluta. Tal não é, contudo, o nosso propósito, como se depreenderá ao longo da exposição, mas sim chamar, desde já, a atenção, na linha do que pretendeu SARTORI, para a necessidade de ultrapassar o chauvinismo de alguns Sociólogos ao negarem toda e qualquer autonomia ao político. Cf. GIOVANNI SARTORI, "From the sociology of politics to political sociology", *in* SEYMOUR LIPSET (ed.), *Politics and the Social Sciences*, New York, 1969, pp. 65 - 100.

(5) Este aspecto, que reputamos fulcral para a presente análise, será passível de tratamento circunstanciado ao longo da dissertação, ficando por ora enunciada esta premissa, que teremos oportunidade de desenvolver e comprovar nas páginas que se

entre os partidos políticos e dentro de cada um deles. Seria este último aspecto a merecer especialmente o nosso interesse.

A análise do conflito intra-partidário, das razões que estão na sua génese e no seu desenvolvimento, das motivações que levam à constituição de conflitos internos em momentos precisos e em torno de temas específicos, da forma como tal se processa e de quais os agentes desses antagonismos será, pois, o objectivo desta dissertação.

2. Precisado este, cabe referir e justificar a natureza geral do presente estudo. Conforme relevariam Czudnowski e Eckstein, a propósito do falso dilema que eventualmente surge quando se tem de optar entre estudos teóricos, de caso ou comparativos, parece-nos que o importante é, por um lado, proceder-se à articulação de parâmetros teóricos e empíricos, dentro dos quais as respostas às questões formuladas adquiram relevância em termos científicos(6) e, por outro, aceitar-se que, se as teorias gerais podem ser úteis na interpretação de casos específicos, o estudo de casos é-o também certamente na construção de teorias gerais(7).

Foi pois nesse sentido que perspectivámos o nosso trabalho. O facto de termos restringido o estudo a um caso

---

seguem. Semelhante acepção prende-se, no fundo, com o que atrás dissémos sobre a autonomia relativa do político, de acordo com as formulações de GIOVANNI SARTORI, na obra acima citada.

(6) Cf. MOSHE CZUDNOWSKI, "Introduction: a statement of the issues", *in* MOSHE CZUDNOWSKI (ed.) *Does who Governs Matter? Elite Circulation in Contemporary Societies*, Illinois, Dekalb Northern Illinois University Press, 1982, p. 4.

(7) Cf. HARRY ECKSTEIN, *Division and Cohesion in Democracy, A Study of Norway*, New Jersey, Princeton University Press, 1974, pp. ix - x.

particular - o Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata (PPD/PSD) - encontra aí a sua justificação. Quanto às razões que estiveram na base da opção por este partido, devem-se ao facto de o termos considerado como sujeito ideal para a análise que nos propusémos realizar.

Para além de deter uma significativa força eleitoral e de ser a formação partidária que mais tempo tem permanecido no poder, o PPD/PSD tem desenvolvido um papel nuclear no tipo de competição e conflito político-partidário e na configuração geral do sistema de partidos português. A dinâmica inter-partidária e o tipo de relações estabelecidas entre as várias instâncias do Poder têm sempre passado pela dinâmica da conflitualidade interna deste partido. Acresce a estas características, só por si essenciais, a enorme versatilidade estratégica e táctica que tem demonstrado e, fundamentalmente, o facto de ser o partido no qual se tem manifestado maior número de querelas internas, assumindo as mesmas uma intensidade considerável. Temos, assim, justificada a nossa escolha pelo PPD/PSD.

3. Demarcado o campo temático e a unidade de investigação, cumpre reportar a metodologia seguida. Subjacente às nossas preocupações esteve, sobremaneira, a construção de uma grelha de análise teórica que permitisse ultrapassar a mera exposição intuitiva(8) ou des-

---

(8) Alertando para o perigo de se limitar a análise a este nível, diria SEILER: "En plus des difficultés inhérentes à toute practique scientifique, les sciences de l'homme se voient confrontées à un obstacle supplémentaire: le piège du gros bon sens ou, plus doctement, de l'illusion du savoir immédiat". Cf. DANIEL-LOUIS

critiva(9) dos factos. Sem cair na falácia objectivista, recusámos, tanto eventuais juízos de valor(10) sobre os mesmos, como a intenção de sobre eles intervir em qualquer instância(11). Cingimo-nos, de uma forma tão objectiva quanto possível(12), aos fenómenos que correspondem ao cerne do

---

SEILER, *Partis et Familles Politiques*, Paris, Presses Universitaires de France, 1980, p. 30, ou, como sublinharia BACHELARD "Une connaissance immédiate est, dans son principe même, subjective", Cf. GASTON BACHELARD, *La Formation de l'Esprit Scientifique Contribution a une Psychanalyse de la Connaissance Objective*, Paris, Liberairie Philosophique, J. Vrin, 1972, p. 211.

(9) Estivemos particularmente atentos aos riscos que acarreta a não existência de um enquadramento teórico consistente, sem o qual, conforme sublinharia MELANSON, a análise não passará de uma simples classificação com vista a um modelo descritivo, incapaz de proceder a explicações. Cf. PHILIP MELANSON, *Political Science and Political Knowledge*, Washington D.C., Public Affairs Press, 1975, pp. 56 - 75.

(10) Juízos de valor ou julgamentos éticos préconcebidos, que levam a distorções da realidade, tal como alertou DAVID RICCI em *The Tragedy of Political Science; Politics, Scholarship and Democracy*, New Haven, Yale University Press, 1984.

Contudo, temos consciência de que a escolha de qualquer modelo de análise, assim como do próprio tema da investigação, sofre sempre a influência, não só das opções políticas do investigador, como das respectivas características pessoais.

Veja-se sobre este assunto, para além do clássico MAX WEBER, *O Político e o Cientista*, Lisboa, Editorial Presença, 1973, ANTHONY GALT e LARRY SMITH, *Models and the Study of Social Change*, New York, John Wiley and Sons, 1976, p. 125.

(11) Sobre a tendência em limitar a Ciência, e especialmente a Sociologia, à sua componente aplicada, para a resolução de problemas concretos, veja-se RANDALL COLLINS, *Conflict Sociology, Toward an Explanatory Science*, New York, Academic Press, 1975, pp. 3 e 14-18.

(12) Não se deverá, contudo, inferir que advogamos um posicionamento "realista", como este foi definido por CARR. Para este autor, tal implicaria renegar toda e qualquer forma de voluntarismo, defendendo o determinismo absoluto da acção social. "The complete realist", diz o autor, "unconditionally accepting the causal sequence of events, deprives himself of the possibility of changing reality", acrescentando: "The characteristic vice of the utopian is naivety; of the realist, sterility". Veja-se "Utopian and realist" excerto da obra de E. H. CARR, *The Twenty Years Crisis*, 1919-1939, New York, St. Martin's, 1946, publicado em MICHAEL CURTIS (ed), *The Nature of Politics*, New York, Avon Book, s. d., pp. 52-56, (as citações encontram-se na p. 53).

Concordamos com o autor quando este, na mesma linha, defende que "All healthy human action, and therefore all healthy thought, must establish a balance, between utopia and reality, between free will and determinism" (Cf. *ibidem*).

Tal como afirmou DARWIN: "We are not here concerned with hopes and fears, only with the thruth as far as our reason allows us to discover it". Cf. CHARLES DARWIN, *The Descent of Man*, New York, Heritage, 1972, p. 619.

objecto proposto, procurando analisá-los quantitativa(13), mas, sobretudo, qualitativamente.

Prosseguindo no balanço da metodologia seguida, diremos que a mesma pressupôs um posicionamento teórico que se enquadra, genericamente, na teoria dialéctica do conflito, cuja raíz remonta a Hegel e que releva também da tese da antinomia racional de Kant, Se estas teses determinaram, fundamentalmente, a escolha do objecto de estudo e a índole geral da abordagem ao mesmo, sentimos igualmente a necessidade de construção de um modelo explicativo para a análise de um caso concreto, o PPD/PSD.

Em face do exposto, necessitámos, para a investigação, de conceitos precisos(14) e de formulações teóricas que utili-

---

(13) Ao referirmo-nos, aqui, à utilização do método quantitativo, não estamos a imprimir ao adjectivo um sentido estritamente matemático ou mesmo estatístico. Se assim fosse, ficaríamos obrigados a uma excessiva simplificação dos fenómenos em análise, os quais nem sempre são passíveis de ser mensurados. Conquanto o método quantitativo, *stricto sensu*, se aplique em certas fases do presente estudo, a metodologia seguida é sobretudo qualitativa; quantitativa, *lato sensu*, é-o, também, na medida em que procedemos à recolha de inúmeros dados de diverso cariz, que se foram acumulando antes de se proceder à análise respectiva, de acordo com o modelo que construímos. Sobre os problemas da mensuração sempre presentes na análise empírica no domínio das Ciências Sociais, veja-se ROGER PINTO e MADELEINE GRAVITZ, *Méthodes des Sciences Sociales*, Dalloz, 1967, Livro II, Capítulo III.

Além disso, e pese embora a opinião daqueles que defendem ser o conhecimento quantitativo mais objectivo do que o qualitativo, consideramos, como o fez BACHELARD, que aquele não escapa aos perigos que este eventualmente comporta. Cf. GASTON BACHELARD, *La Formation de l'Esprit Scientifique Contribution a une Psychanalyse de la Connaissance Objective*, Paris, Librairie Philosophique, J. Vrin, 1972, especialmente o capítulo XI.

(14) Quanto aos conceitos, seguimos a metodologia implícita na noção de "conceito operacional", a qual (tal como é referido por ADRIANO MOREIRA em *Ciência Política*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1979, p. 73), consiste em "reconhecer o carácter puramente provisório, tentativo e pragmático das definições a utilizar para a aproximação dos temas", não sem considerarmos, como SCHATTSCHNEIDER o fez, "que sem uma conceituação prévia não existe investigação possível", tal como é reportado por ADRIANO MOREIRA in *op. cit.*, p. 112; veja-se, nessa mesma página e nas seguintes, os distintos passos seguidos na delimitação dos conceitos, em ordem

zassem esses conceitos, a transformar por sua vez em variáveis empíricas e os problemas em hipóteses susceptíveis de verificação. Um estudo teórico de caso, como o presente, exige todos esses pressupostos, sem os quais se correria o risco de excessiva simplificação e, consequentemente, de interpretação absurda dos factos(15).

4. No que concerne às técnicas utilizadas neste trabalho, decorreriam da natureza do objecto de estudo e da metodologia adoptada no mesmo. A inexistência de um modelo heurístico para o tratamento desta temática, o facto de este ser um trabalho pioneiro no domínio em causa, a escassez de dados(16) e a dispersão da literatura disponível, a qual so-

---

à operacionalização respectiva. Atente-se, igualmente, ao conteúdo da nota 20 desta Introdução.

(15) Relacionado com este aspecto diria OSTROGORSKI: "(...) l'historien est toujour plus logique que l'histoire, l'interprète de la vie politique est plus précis que celle-ci" (...) "Mais si la bonne foi de l'investigateur politique est entière et si sa vue est assez juste, les excès de sa logique n'empêchent pas plus son tableau d'être vrai que les saillies de la terre, fussent-elles de la hauteur de l'Himalaya, ne l'empêchent d'être une sphère". Cf. MOISEI OSTROGORSKI, *La Démocratie et les Partis Politiques*, (organizado e introduzido por PIERRE ROSAN-VALLON), Paris, Du Seuil, 1979, p. 293.

(16) A escassez de dados sobre os partidos políticos portugueses é, por exemplo, reportada por MARCELO REBELO DE SOUSA em *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1983, p. 13. Ao longo de alguns anos de trabalho dedicados a esta temática, tivemos igualmente a oportunidade de verificar aquela dificuldade, assim como a referente à obtenção de alguns dados existentes, sendo muitas vezes impedido o acesso aos mesmos.

Haverá, também, que salientar o chamado silêncio do Poder: "Aquilo de que os agentes do Poder sistematicamente não falam ou impedem que se fale", como diria ADRIANO MOREIRA em *Ciência Política*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1979, p. 126. Segundo o mesmo autor, este *handicap* para a investigação poderá ser ultrapassado através da "comparação das declarações dos agentes dos poderes em conflito, e da imprensa conhecida como favorável a cada um" e, também, por meio do exame dos projectos de declarações e do seu confronto com os textos finais. Cf. *ibidem*.

Uns e outros aspectos, como refere o mesmo autor, concorrem "para tornar extremamente precária a base factual da Ciência Política", acrescentando, no entanto, que "é esta que principalmente assume o encargo não apenas de lutar

mente aborda aspectos parciais do tema escolhido, levou-nos a optar por diversas técnicas em conformidade com cada uma das fases do trabalho(17).

Se a Parte I desta dissertação resultou da elaboração feita com base na pesquisa bibliográfica que vínhamos efectuando desde que nos iniciámos na investigação e no ensino da Sociologia Política, quanto à Parte II e à Parte III utilizaram-se as diversas técnicas de análise de documentos escritos, a nível da imprensa em geral, da imprensa partidária, de documentos de circulação interna do partido em estudo e de outros existentes em diversos arquivos privados. O recurso a fontes orais, tais como os registos magnéticos das reuniões dos órgãos nacionais do partido ou os elementos recolhidos através de entrevistas que realizámos(18) com algumas personalidades, cujo testemunho se nos afigurou imprescindível, re-

---

contra essas barreiras, mas ainda de, por outro lado, seriar e racionalizar o caudal de informações (...)", *in idem*, p. 127. Perante as reais dificuldades ao percorrer terreno tão acidentado, aceitamos o desafio não deixando, contudo, de ter presente os riscos que aquelas comportam.

(17) As técnicas referidas encontram-se explicitadas em ROGER PINTO e MADELEINE GRAVITZ, *Méthodes des Sciences Sociales*, Dalloz, 1967, Livro III, Capítulo I, *passim*.

(18) Optámos por realizar entrevistas centradas, semi-dirigidas, intensivas, com questões directas e indirectas, permitindo assim, não só verificar as hipóteses previstas como, também, suscitar novos assuntos ou aspectos específicos dos temas propostos. Sobre as diferentes dimensões das entrevistas consulte-se ROGER PINTO e MADELEINE GRAVITZ, *op. cit.*, pp. 596-598, 62 e 604-608. Veja-se no Anexo II desta dissertação as fichas técnicas das entrevistas realizadas.

Quanto ao inquérito realizado (veja-se no Anexo I as fichas técnicas respectivas); o Questionário não foi apenas aplicado às elites nacionais do partido, abarcando igualmente os dirigentes das estruturas locais e regionais do PPD/PSD, bem como os respectivos autarcas. Não sendo nosso propósito utilizar, aqui, toda essa informação, encontra-se a mesma informatizada de molde a, noutro momento, se poder proceder à sua análise.

velou-se do mesmo modo de grande utilidade. Contámos aqui, também, com os estudos de carácter exploratório por nós desencadeados desde 1979. Dada a já reportada escassez de alguns dados, para a elaboração da Parte IV, a par das técnicas utilizadas na fase anterior, tivémos que provocar informação, tendo para isso aplicado um questionário e recorrido ainda a elementos obtidos através das entrevistas, cuja estruturação resultou da investigação anteriormente efectuada.

Utilizámos, sempre que disponíveis, fontes primárias. Tal seria o caso das actas de reuniões do partido, de documentos internos de divulgação restrita, estes de natureza diversa, de cartas pessoais, de gravações dos trabalhos das cimeiras partidárias, quer existentes nos arquivos do PPD/PSD, quer em alguns arquivos privados aos quais nos seria facilitado o acesso.

Dada a inexistência de fontes manuscritas, impressas ou orais comprovativas de determinados factos ou processos, e, noutros casos, devido à confidencialidade de certos documentos e testemunhos, tornar-se-ia imprescindível recorrer à confirmação desses factos através de outros meios.

O recurso a outro tipo de documentação, tal como notícias e artigos de opinião publicados na imprensa diária, semanal e no órgão oficial do partido, bem como a utilização de informações complementares obtidas através das diversas entrevistas efectuadas, justificar-se-ia, assim, sempre que o acesso a fontes primárias se revelou insuficiente ou impos-

sível.

5. Antes de proceder à sistematização da estrutura deste trabalho, caberá delimitar cronologicamente o mesmo e referir as principais dificuldades surgidas no decurso da investigação.

A delimitação temporal do tema obedeceu a dois marcos fundamentais. O ponto de partida, meados de 1974, foi determinado pelo facto de o PPD/PSD só então se ter constituído, possibilitado pela instauração da Democracia em Portugal. A razão que esteve na origem de termos prolongado o período de análise até finais de 1985, ficar-se-ia a dever ao facto de a questão gerada à volta das eleições presidenciais, cujo acto eleitoral respectivo acabaria por só ter lugar no início de 1986, se revelar essencial para a nossa análise.

Tomando como parâmetros os principais eventos político-partidários susceptíveis de terem gerado maior conflitualidade interna, seleccionaram-se aqueles que, após triagem prévia, considerámos mais relevantes para o estudo em causa e dos quais resultaria, de facto, conflito.

Os obstáculos com que deparámos no decurso do nosso trabalho decorreriam do objecto do mesmo, e, consequentemente, da metodologia escolhida e das técnicas utilizadas. Para além das dificuldades provenientes da essência do próprio tema e da inexistência ou da confidencialidade de alguns dados, tivémos que nos pôr de sobreaviso contra as eventuais distorsões originadas pela curta distância face ao período de tempo em análise, tanto no que respeita aos actores políticos em estu-

UNIVERSIDADE ... ORA

do(19), como no que se refere a um possível enviesamento das nossas próprias interpretações.

6. A presente dissertação desenvolve-se ao longo de Doze Capítulos agrupados em quatro Partes. A ordenação sequencial - de I a XII - de todos os Capítulos teve como propósito contrariar uma excessiva compartimentação decorrente da existência das diferentes partes constitutivas do trabalho, permitindo, desta forma, que o fio condutor da análise não surja interrompido. Com esse mesmo intuito sumariam-se, no final de cada Capítulo, as principais conclusões do mesmo, ligando-as, em simultâneo, às coordenadas fundamentais em que se insere o discurso subsequente. Idêntico objectivo levar-nos-ia a remeter para notas de pé de página todas as observações, explicitações, remissões e referências, passos fundamentais da investigação realizada e como tal imprescindíveis ao acompanhamento do texto, os quais, no entanto, se inclusos no mesmo, prejudicariam a sua leitura.

Num volume de Anexos incluimos, além das fichas técnicas do Inquérito e das entrevistas, os organigramas dos órgãos nacionais do partido, as listas das diferentes elites do PPD/PSD e os diversos resultados eleitorais do partido, bem

---

(19) Sobre o processo, que o autor reputa como sendo "Kafkiano", de considerar confidenciais documentos cuja divulgação pode levantar controvérsia ou cujo conteúdo é mais ou menos equívoco, veja-se, para além do conteúdo da nota 16 supra, DAVID WISE, *The Politics of Lying*, New York, Vintage, 1973, pp. 79-171; veja-se, também, nas mesmas páginas, a chamada de atenção para os riscos decorrentes do facto dos actores políticos poderem criar *pseudo-events*, por enviesamentos provocados pela vontade deliberada dos próprios nesse sentido, ou pelo simples facto de partilharem uma visão distorcida, porque parcial, dos acontecimentos.

como um resumo cronológico dos acontecimentos político-partidários mais significativos dentro do período de tempo em análise.

7. Visto termos considerado de primordial importância o combinar das perspectivas analíticas, dos conceitos(20) e dos instrumentos da investigação(21), dedicou-se a Parte I deste trabalho à construção do modelo heurístico que permitisse analisar o conflito intra-partidário e, em última análise, que possibilitasse a sua eventual extrapolação a nível do conflito do sistema político mais vasto.

---

(20) Os conceitos dissecados neste trabalho, relevam, fundamentalmente, do campo da Sociologia e do da Ciência Política. Se alguns são já clássicos no âmbito destas disciplinas, outros só mais recentemente têm vindo a ser tratados pelos seus estudiosos. A propósito dos conceitos "velhos" e "novos" veja-se RALPH GOLDMAN, *Contemporary Perspectives on Politics*, New York, Van Nostrand, 1972, pp. 15 - 17.

Conquanto relativamente aos conceitos de que nos ocupámos, se analisem, aqui, os diferentes significados que lhe são atribuídos pelos autores que considerámos mais relevantes, preocupámo-nos, fundamentalmente, em definir os conceitos em causa da forma julgada útil para a presente investigação, de molde a poderem os mesmos ser utilizados sucintamente e sem qualquer ambiguidade.

Reconhecendo as dificuldades surgidas nas Ciências Sociais com a adopção de neologismos para nomear novos conceitos e, em geral, com a metodologia (semântica) seguida pela maioria dos cientistas sociais, constituiu-se o COCTA (Committee on Conceptual and Terminological Analysis), comissão inscrita no IPSA (International Political Science Association), ISA (International Sociological Association) e International Social Science Council, com o fim de aprofundar os problemas respeitantes à análise conceptual e terminológica. No sentido de se prosseguir à estandartização do vocabulário foi já publicada uma edição piloto (sobre "etnia") do *Inter COCTA Glossary*. Da nova metodologia "ana-semântica" proposta, isto é, partindo de conceitos (noções, ideias) e analisando depois as expressões que melhor se lhes adaptam, é exemplo o trabalho de FRED RIGGS, "Development", *in* GIOVANNI SARTORI (ed), *Social Science Concepts A Systematic Analysis*, Beverly Hills, Sage Publications, 1984, pp. 125 - 203. Veja-se o procedimento contrário num outro trabalho do mesmo autor, "Parties and legislatures, some definitional exercises", pp. 1 - 24, apresentado na sessão "On conceptual and terminological analysis" do Congresso da IPSA, levado a cabo em Montreal em 1973.

(21) Sobre a desadequação que se observa na Sociologia, entre a investigação teórica e a empírica, assim como sobre os inerentes resultados - por um lado, a elaboração de teorias formalistas desfazadas da realidade e, por outro, a proliferação de estudos eivados de um empiricismo abstracto e míope - veja-se CHARLES WRIGHT MILLS, *The Sociological Imagination*, Penguin Books, 1971, Capítulo II.

Tendo em conta que para a sua cabal compreensão haveria que previamente precisar as interrelações existentes entre as *clivagens* sociais e políticas, a formação de *facções* e o papel desempenhado pelas *elites* dos partidos na produção dos diferentes *conflitos*, tornou-se necessário dissecar cada um dos conceitos aqui sublinhados. Tal foi efectuado nos primeiros quatro Capítulos da primeira Parte da dissertação, a partir da bibliografia disponível e das nossas próprias interpretações. No final de cada um dos sub-capítulos procedemos à sumariação dos postulados fundamentais contidos no mesmo, estabelecendo, simultaneamente, a ligação com os sub-capítulos anteriores. No quinto Capítulo determinaram-se as relações entre os diversos conceitos, já trabalhados, por forma a adquirirem uma lógica precisa no seio do modelo explicativo que nos propusémos construir e que aí é apresentado.

8. No tocante à Parte II, definimos, no sexto Capítulo, as premissas teóricas de referência que permitem situar o partido em estudo no processo político desencadeado depois de 1974 e nos conflitos do sistema partidário português constituído a partir de então, faseando um e outros de acordo com os marcos que considerámos fundamentais para melhor equacionar o papel desempenhado pelo PPD/PSD nas vicissitudes do processo político e vice-versa.

A análise processa-se, essencialmente, em termos das clivagens e dos conflitos que aí se sucederam, assim como do voluntarismo dos diferentes actores políticos, particularmente do PPD/PSD, tendo em conta, portanto, os conceitos analisados

na Parte I e o modelo de investigação proposto no final da mesma. Nos sub-capítulos do Capítulo seguinte tratámos, à luz daquele modelo, das diversas fases do percurso percorrido de 1974 a 1985 pelo processo político-partidário português, referenciando-se os factores sócio-políticos que se consideraram fundamentais para a sua apreensão dentro do quadro de análise proposto.

A periodização estabelecida corresponde às etapas que entendemos cruciais na evolução do processo político nacional, as quais, como veremos, são coincidentes com os marcos fundamentais da vida interna do PPD/PSD. A análise diacrónica realizada com base em idêntica periodização, seja a nível do processo político partidário, seja do próprio PPD/PSD, permite não só um melhor enquadramento dos conflitos gerados nos dois planos em causa, como o imediato estabelecer das ligações entre ambos existentes e da relação entre as oportunidades, os interesses e as ideologias no quadro do sistema político e no do sistema intra-partidário. Os conflitos nesta última esfera serão, por sua vez, passíveis de análise pormenorizada na Parte III desta dissertação. No decorrer do último Capítulo desta segunda Parte do trabalho, procede-se à articulação mais precisa dos parâmetros teóricos estabelecidos na primeira Parte com os parâmetros empíricos que relevam desta fase da investigação.

9. Na Parte III, e depois de, no nono Capítulo, retomarmos em linhas gerais os principais vectores do quadro teórico de referência para a análise do conflito intra-parti-

dário, analisamos ao longo do Capítulo seguinte, o décimo, os conflitos do PPD/PSD que julgámos mais relevantes dentro do período em análise, testando, no contexto em estudo, o modelo heurístico previamente elaborado, o qual permite explicar, para além do impacte das clivagens sociais nesses conflitos, o de outros factores de ordem exclusivamente política.

Entre estes últimos factores conta-se, como mais relevante, o papel voluntário desempenhado pelas elites do partido na produção dos conflitos. Esse voluntarismo seria, contudo, exercido em função da relação entre as oportunidades, os interesses e as ideologias, no quadro da formação de facções e decorrente das diversas dimensões das clivagens subjacentes.

10. Na Parte IV, no décimo primeiro Capítulo, procede-se à análise das diversas dimensões que o faccionalismo no PPD/PSD encerra. São aí delimitadas as diversas configurações do fenómeno, as clivagens subjacentes e as suas causas de natureza política e social. No quadro destas últimas caracterizam-se as diversas facções, quando empiricamente cristalizadas, em termos do perfil dos membros que as constituem.

Simultaneamente são apresentados alguns traços fundamentais das elites dirigentes do partido. Os vectores aí analisados permitem avaliar o peso das condicionantes de ordem social na formação da vontade das elites organizadas em facções no que respeita ao conflito intra-partidário.

No último Capítulo da dissertação aprofundamos, de uma

forma mais sistemática e articulada com os principais vectores teóricos anteriormente propostos, os conflitos intra-partidários de que nos ocupamos nos Capítulos precedentes. São aí sintetizados as componentes fundamentais de cada um dos quatro conflitos internos, as clivagens, as facções e a acção das elites.

Depois de sublinhado, ao longo desse décimo segundo Capítulo, o que se revelou mais sintomático quanto ao papel das elites e das facções do PPD/PSD na produção dos conflitos internos, são apresentadas, na Conclusão, algumas considerações sobre a validade e a utilidade, demonstradas, do nosso modelo heurístico. Em simultâneo, torna-se mais explícita uma outra dimensão da análise realizada, que se foi configurando no decurso da investigação: a de o conflito político global, ocorrido entre 1974 e 1985, poder ser interpretado à luz da conflitualidade interna do PPD/PSD, processada no quadro dos mesmos marcos cronológicos.

11. Não pretendemos, com esta dissertação, chegar a conclusões absolutas, definitivas, sobre o fenómeno do conflito intra-partidário. Como sublinham Galt e Smith, a Ciência, em geral, e as Ciências Sociais em particular, não chegam a verdades absolutas(22). A investigação científica consiste pelo contrário, num processo de acumulação de conhecimentos, obtidos através de diferentes e sucessivos níveis de compreensão das várias componentes da realidade humana, da

---

(22) Cf. ANTHONY GALT e LARRY SMITH, *Models and the Study of Social Change*, New York, John Wiley and Sons, 1976, p. viii.

qual a política representa apenas uma dimensão e aquilo que se passa a nível intra-partidos políticos um dos seus múltiplos elementos.

Longe da pretensão de abarcar toda a realidade política, optámos por tentar explicar uma parte dela que consideramos particularmente relevante, através de uma óptica específica que se quis situar na confluência da Sociologia com a Ciência Política.

Pese embora o facto de este trabalho não poder ser, senão, apenas mais um passo no sentido da apreensão de uma parte do fenómeno político(23), se a investigação realizada vier a sugerir novas hipóteses, quer venham a corroborar, invalidar ou desenvolver aquelas de que se partiu, então o nosso objectivo fundamental terá sido alcançado.

---

(23) Como diria DAHL, qualquer investigação realizada no domínio do fenómeno político, apenas poderá contribuir para a apreensão de uma pequena parcela da realidade respectiva. Cf. ROBERT DAHL, *Modern Political Analysis*, Englewood Cliffs, New Jersey, Prentice-Hall, 1964, p. vii.

PARTE I

CONFLITO, CLIVAGENS, FACÇÕES E ELITES: PERSPECTIVA TEÓRICA

"(...) unless a science is entered with a systematized analytical vocabulary, all its subsequent steps are bound to be faulty"

Giovanni Sartori, *Parties and Party Systems: A Framework for Analysis*, 1976, p. xi

"(...) les sociologues utilisent légitimement les mots qui leur plaisent, pourvu qu'ils les définissent exactement".

Raymond Aron, "Classe sociale, classe politique, classe dirigeante", *Archives Européennes de Sociologie*, vol. I, nº 2, 1960, p. 267

I - O CONFLITO E A DINÂMICA POLÍTICO-PARTIDÁRIA

"O assombroso e o anormal não é a presença e, sim, a ausência de conflitos"

Ralph Dahrendorf, *Sociedade e Liberdade*, 1961, p. 73

1 - A noção de conflito e os conceitos com ela relacionados

1. A qualquer observador casual da vida em sociedade, o conflito(24) surge como um dos fenómenos desde logo identificáveis. Inerente à natureza humana, decorre da interrelação(25) que se estabelece entre os indivíduos, grupos ou instituições. O conflito detém, nesta perspectiva, uma

---

(24) Etimologicamente, o termo conflito deriva do verbo latino *confligo, confligere*, que significa lutar, confrontar. Só nos ocuparemos, aqui, do conflito supra individual, isto é, daquele que procede da estrutura das unidades sociais.

(25) Entende-se interrelação social no sentido que à mesma deu WEBER, ao dizer que: "The term social relationship will be used to denot the behaviour of a plurality of actors in so far as, in it's meaningful context, the action of each takes account of that of others and is oriented in these terms. The social relationship thus consists entirely and exclusively in the existence of a probability that there will be a meaningfully course of social action". Cf. MAX WEBER, *Economy and Society An Outline of Interpretive Sociology* (editado por GUENTHER ROTH e CLAUS WITTICH), Berkeley, University of California Press, 1978, vol. I, pp. 26 - 27.

WEBER define acção social como uma forma de conduta humana que é social quando "(...) its subjective meaning takes account of the behaviour of others and is thereby oriented in its course"; na prática, a acção social tomará portanto a forma de interrelação social. Cf. *idem*, p. 4.

natureza eminentemente social.

Desta relevância sociológica do conflito nos dá conta Simmel, ao concebê-lo como um tipo especialmente vivo de interacção social, como uma forma de sociabilização(26). Também Coser, aliás na esteira de Simmel, viu o conflito nestes moldes, dirigindo as suas preocupações, como teremos oportunidade de analisar noutro ponto deste trabalho, para a sua função integrativa(27).

Perspectivado no seu sentido mais amplo, o termo, que adquire conotações tanto de ordem física como moral, aplica-se a situações do mais diverso cariz, podendo abranger factos tão

---

(26) No texto consultado, tradução inglesa do original alemão, o termo utilizado é *sociation*, que corresponde a *sociation* em francês e ao alemão *Vergesellschaftung*, conceito tratado por MAX WEBER, *in op. cit.*, pp. 40 - 41.

SIMMEL seria dos primeiros a verificar aquele aspecto particular, decorrente da natureza social do conflito e, consequentemente, a revelar a sua importância em termos sociológicos. Afirma SIMMEL: "If every interaction among men is a sociation, conflict-after all one of the most vivid interactions, which, futhermore, cannot possibly be carried on by one individual alone-must certain be considered as sociation". Cf. GEORG SIMMEL, *Conflict and the Web of Group-Affiliations*, New York, The Free Press, 1964, p. 13. A tradução consultada, que se divide em duas partes, respectivamente vertidas por KURT WOLF e por REINHARD BENDIX, apresenta os capítulos fundamentais da obra de GEORG SIMMEL, *Soziologie*, cuja edição original data de 1908. Vejam-se as notas das pp. 11 e 125 da obra supra referida.

Apesar de, aqui, apenas nos interessar a perpectiva sociológica do conflito, cabe referir que também existe uma outra perspectiva, do foro da Psicologia, que releva da discordância que, eventualmente, surge entre os diversos elementos da personalidade individual ou entre esta e o meio ambiente, gerando conflitos intra-psíquicos. Esta perspectiva, que parte do conceito de tensão exposto por SIGMUND FREUD em *El yo y el Ello*, Madrid, Alianza Editorial, 1980, especialmente pp. 150-154 é, no entanto, insuficiente para explicar o conflito social. Sobre FREUD como teórico do conflito e sobre a influência exercida pelas suas teses na explicação de alguns aspectos específicos da estratificação social, como o sexo e a idade, veja-se RANDALL COLLINS, *Conflict Sociology; Toward an Explanatory Science*, New York, Academic Press, 1975, pp. 226-228.

(27) Cf. Lewis Coser, *The Functions of Social Conflict*, New York, The Free Press, 1964, especialmente os respectivos Capítulos IV e VII.

distintos como a disputa entre duas crianças, um combate de boxe, a polémica que se estabelece durante uma sessão parlamentar, um debate televisivo em campanha eleitoral, a confrontação entre uma manifestação popular e as forças policiais, o litígio entre representantes sindicais e o patronato, ou a guerra entre nações, para citar apenas alguns exemplos.

Em qualquer dessas situações, o conflito pressupõe que exista um desentendimento entre as partes em confronto, uma divergência(28) no que se refere a opiniões, interesses ou objectivos. A circunstância de o conflito encontrar a sua origem na própria essência da interrelação social, ou seja, no facto de o homem viver em sociedade, tem a ver não só com a própria natureza humana(29), mas com uma estrutura social que é em si mesma heterogénea, comportando uma enorme diversidade de situações, que incluem desigualdades na repartição dos recursos e dos benefícios e no seio da qual se sucedem os processos de cooperação e os de conflito.

2. Apesar do contributo indiscutível de numerosos autores, que vão de Kant, no plano filosófico, a Marx e aos darwi-

---

(28) Ou, na acepção de WRIGHT, uma *inconsistency*. Cf. QUINCY WRIGHT, "The nature of conflict", *in The Western Political Quarterly*, vol. IV, nº2, June 1951, p. 193.

(29) Os fundamentos da teoria do conflito são usualmente atribuídos, como notaria DAHRENDORF, a HOBBES e à sua concepção do homem e da sociedade. Cf. RALPH DAHRENDORF, *Sociedade e Liberdade*, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1981, p. 140 (colectânea de textos já publicados do autor e de manuscritos inéditos do mesmo). Veja-se, igualmente, a revisão a que procedem DOWSE e HUGHES, no que respeita ao problema da ordem e da coacção. Cf. ROBERT DOWSE e JOHN HUGHES, *Political Sociology*, London, John Wiley and Sons, 1975, pp. 16 - 21.

Na procura que efectuámos sobre as fontes da teoria do conflito, encontrámos efectivamente na obra de HOBBES as raízes das formulações posteriores. Em *Leviathan, or the Matter, Form, and Power of a Commonwealth Ecclesiastical and Civil*, publicado em Londres em 1651, THOMAS HOBBES interroga-se sobre a condição

nistas sociais, passando pelos primeiros sociólogos americanos, o grande impulso em termos sociológicos para a compreensão dessa heterogeneidade e dos processos de mudança social, seria o dado por Simmel, ao apurar que a realidade social comporta, em simultâneo(30), aqueles dois tipos de relações, as antitéticas e as convergentes. O reconhecimento da relevância factual da simultaneidade dos dois processos é sumamente importante, visto que, até então, se defendia que a sociedade era somente caracterizada pelo consenso e pelo equilíbrio ou se caía no extremo oposto e se explicava esta como sendo o mero produto de forças em conflito(31).

---

natural da humanidade, sobre as suas motivações e sobre as condições que estão na base da vida em sociedade. Para HOBBES, o estado - o grande Leviathan - é um resultado artificial, construido na sequência das motivações naturais dos homens para o conflito. A sua concepção pessimista do homem, expressa nas frases *homo homini lupus* e *bellum omnium contra omnes* leva a uma visão da sociedade, a qual, não sendo natural, resultará de uma base coerciva, pressupondo, portanto, a existência do conflito imanente na vida social. Cf. THOMAS HOBBES, "Leviathan, Part II, of Commonwealth", in FREDERICK WOODBRIDGE (ed.), *Hobbes Selections*, New York, Charles Scribner's Sons, 1958, especialmente, no capítulo XVII, as pp. 337 - 339.

Esta perspectiva está em contradição com o modelo do contrato voluntariamente estabelecido entre os homens, o qual, para ROUSSEAU, deu origem à sociedade. A concepção de ROUSSEAU pressupõe a ideia de um consenso entre os homens, sobre cujo estado natural tem uma visão optimista, consenso esse com base no qual aqueles teriam estabelecido um pacto, que em vez de destruir a igualdade natural lhe concede, ao contrário, legitimação. Cf. JEAN-JACQUES ROUSSEAU, *Contrato Social*, Editorial Presença, 1973, especialmente pp. 20 - 26.

Sobre a obra de HOBBES e de ROUSSEAU veja-se JEAN-JACQUES CHEVALLIER, *As Grandes Obras Politicas de Maquiavel a Nossos Dias*, Livraria Agir Editôra, Rio de Janeiro, 1957, respectivamente pp. 60 - 75 e 140 - 167.

(30) Diz SIMMEL "(...), there probably exists no social unit in which convergent and divergent currents among its members are not inseparably interwoven", Cf. GEORG SIMMEL, *Conflit and the Web of Group-Affiliations*, New York, The Free Press, 1964, p. 15. Esta concepção radica, em nosso entender, na oposição dialéctica de HEGEL. Cf. GEORG FRIEDRICH HEGEL, *Texts and Commentary*, editado por WALTER KAUFMAN, Garden City, Doubleday Anchor, 1966.

(31) O primeiro processo seria sobretudo evidenciado pelos chamados teóricos do consenso; o segundo seria especialmente sublinhado pelos chamados teóricos do

Decorrendo, embora, das diferenças existentes na estrutura social e da diversidade no que respeita às perspectivas, objectivos, interesses ou valores dos actores sociais, o conflito não surge, necessariamente, pelo simples facto de existirem essas diferenças ou seja, o que comummente conhecemos por diferenças de opinião ou o que entendemos por divisões sociais, em si mesmos não produzem, obrigatoriamente, conflito.

O conflito só surge, em nosso entender, quando se processa e cristaliza a contraposição dessas opiniões ou divisões em relação aos diversos actores sociais, sejam eles indivíduos, grupos ou instituições, embora no sentido sociológico o termo conflito só se deva aplicar quando se está perante uma situação na qual, potencialmente ou de facto, existem processos de supressão ou conciliação desses antagonismos(32). Isto pressupõe que estes tenham sido percebidos e tenham tomado uma configuração específica. Não basta, para que haja conflito, que as dissensões estejam implícitas na estrutura social, mas que elas se manifestem, isto é, que se

---

conflito, com raiz em MARX. Este, apesar de partir da dialéctica hegeliana, (Cf. KARL MARX, *The German Ideology*, New York, International Publishers, 1939), não reconheceria a simultâneadade dos dois processos, a qual seria, contudo, detectada por ALEXIS DE TOCQUEVILLE (em *Democracy in America*, New York, Vintage Books, I vol., 1954), ao observar que nas diversas unidades ocorriam tanto processos de conflito, como de consenso. Sem prejuízo do recurso à obra dos autores reportados vejam-se as considerações tecidas sobre a mesma em SEYMOUR LIPSET, *Political Man; The Social Bases of Politics*, New York, Garden City, Doubleday and Company, 1963, pp. 4 - 9 e, também, FRANCISCO MURILLO-FERROL, *Estudios de Sociologia Politica*, Madrid, Editorial Tecnos, 1972, pp. 97 - 98.

(32) Cf. QUINCY WRIGHT, "The nature of conflict", in *The Western Political Quarterly*, vol. IV, nº 2, June 1951, p. 194.

tornem explicitadas. Caso contrário não passarão de tensões sociais.

Os conceitos de manifesto e latente, desenvolvidos por Merton e o exemplo fornecido por Singer, ao verificar a impossibilidade de duas bolas de bilhar ocuparem simultaneamente o mesmo local e o conflito físico daí resultante, são exemplos suficientemente ilustrativos do significado que queremos imprimir ao conceito(33). O mesmo encerra, portanto, uma natureza dinâmica, constitui um processo, não se podendo reduzir à mera situação estática de existência de antinomias não explicitadas.

3. O contributo de Dahrendorf neste domínio afigura-se-nos igualmente importante na delimitação do conceito a que procedemos. Ao atribuir três etapas sucessivas à formação de conflitos, a saber: o ponto de partida estrutural, a cristalização e o desenvolvimento dos conflitos(34), o autor procede, embora em termos diversos, à distinção que nos propusémos elaborar e que consideramos fundamental na explicitação do conceito em causa. Dahrendorf considera como primeira e segunda etapas do conflito, aquilo que, para nós, não representam senão situações de pré-conflito, que antecedem o eventual surgir do mesmo, mas que não são em si próprias

---

(33) Veja-se, respectivamente, ROBERT MERTON, *Sociologia: Teoria e Estrutura*, S. Paulo, Ed. Mestre Jou, 1970, pp. 118, 128 - 129, KURR SINGER, "The meaning of conflict", *in Australasian Journal of Philosophy*, vol. XXVII, nº 3, December 1949, p. 145 e ss. e, do mesmo autor, *The Idea of Conflict*, Melbourne University Press, 1941, pp. 13 e segs.

(34) Cf. RALPH DAHRENDORF, *Sociedade e Liberdade*, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1981, pp. 145- 147.

situações de conflito, ou das quais, necessariamente, este irá surgir.

A primeira etapa referida por Dahrendorf não é senão, na nossa perspectiva, a base que vai possibilitar, embora não obrigatoriamente, o aparecimento de conflito. Ou seja, reportando-nos à segunda etapa descrita por Dahrendorf, os potenciais conflitos podem mesmo não chegar a cristalizar-se.

Esta segunda situação consistiria, na acepção do autor, na consciencialização por parte dos actores sociais das dissenções latentes e na explicitação e manifestação das mesmas através da cristalização respectiva, a qual não nos parece que se tenha necessariamente que efectivar em todas as circunstâncias. Aliás, é o próprio Dahrendorf a reconhecer que se tornam imprescindíveis determinadas condições para que se dê a referida cristalização(35). Diremos que para esta se efectuar será necessário que os conflitos se tornem previamente manifestos, o que pressupõe a sua anterior conscencialização.

A terceira etapa enunciada por Dahrendorf representa o desenvolvimento dos conflitos, passando estes a ser perfeitamente identificáveis. Aqui, sim, na nossa opinião, se estará perante uma situação de conflito propriamente dito. Aliás, é o mesmo Dahrendorf a verificar, que no caso de um potencial conflito não passar das duas etapas precedentes será apenas um conflito incompleto(36).

---

(35) Cf. *idem*, p. 146.

(36) Esta cristalização das dissenções latentes, corresponde, no fundo, àquilo que entendemos por divisões sociais, que por sua vez se podem vir a configurar em

Pese embora a última consideração tecida pelo autor, no sentido de um conflito só estar completo quando vê adquirida uma identidade visível(37), parece-nos que Dahrendorf incluiu implicitamente no referido conceito as duas primeiras etapas do conflito, não as vendo apenas como simples bases da respectiva génese.

4. Existem conflitos com base na estrutura social e outros que não são aí gerados. Importa reforçar esta distinção, que nos parece fundamental, não só para a delimitação do conceito tendo em vista a sua posterior operacionalização, mas também em face das interpretações, que, quer no plano teórico, quer no empírico, daremos a outros conceitos centrais para o presente estudo, como o são as noções de clivagem, facção e elite, como conceitos inter-relacionados e complementares na análise dos conflitos intra-partidários que nos propomos efectuar.

Sem querermos entrar, neste momento, na discussão pormenorizada de cada um, pois que, tanto ao tratamento circunstanciado de cada um deles, como à análise do estatuto res-

---

clivagens sociais, como adiante teremos oportunidadede de desenvolver. Note-se que o autor refere que "Quando, por um lado, falta esta identidade (...), defrontamo-nos com conflitos em certo sentido incompletos" (o sublinhado é nosso), na medida em que entende que as dissensões, mesmo quando não adquirem a referida identidade visível e organizada (e DAHRENDORF dá como exemplo, entre outros, o antagonismo entre um governo totalitário e a sua oposição interna), não significa que, do ponto de vista de uma teoria do conflito, percam o interesse. Cf. RALPH DAHRENDORF, *Sociedade e Liberdade*, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1981, pp. 146 - 147.

(37) Cf. *idem*, p. 147. Este aspecto revela-se de especial interesse para o nosso trabalho, especialmente quando nos dedicarmos aos conflitos concretos no PPD/PSD.

pectivo em relação aos demais, dedicaremos, para cada caso, um Capítulo inteiro da primeira parte da dissertação, cabe no entanto referir, desde já, a importância de que se reveste uma correcta explicitação da noção de conflito para o fim a que nos propomos.

Retomando a tipologia de Dahrendorf, a primeira etapa a que o autor se refere e que denomina "o ponto de partida estrutural, isto é, o fundo causal manifesto de certos conflitos"(38), tem a ver com as diferenças existentes na estrutura social e que também podem, ou não, vir a originar divisões sociais. Em nossa opinião, só quando existe uma tomada de consciência dessas diferenças ou seja, aquilo que Dahrendorf entendeu por cristalização, é que se deve falar em divisões sociais, que, por sua vez, se poderão configurar em clivagens, com base nas quais podem ou não vir a surgir conflitos(39).

As divisões existentes na estrutura social tendem efectivamente, como sublinharia, entre outros, Wright(40), a produzir conflito, mas este não é necessariamente induzido por aquelas e, daí, que não seja correcto identificar simples diferenças existentes, e mesmo que consciencializadas, não manifestamente expressas, com o conflito propriamente dito.

---

(38) Cf. *idem*, p. 145.

(39) O conceito de clivagem será passível de tratamento em pormenor no II Capítulo desta parte da dissertação.

(40) Cf. QUINCY WRIGHT, "The importance of the study of international tensions", *in International Bulletin of the Social Sciences*, Unesco, Spring 1950, p. 90. Veja-se, também, SEYMOUR LIPSET, "Party systems and the representation of social groups", *in European Journal of Sociology*, Vol. I, nº 1, 1960, pp. 50 - 85.

Por outro lado, e este é um aspecto fundamental na nossa análise, o conflito pode surgir sem ter a sua génese em variáveis de tipo sócio-estrutural.

5. Porque directamente relacionado com esta questão, cabe referir, aqui, que à falácia determinista que defende a existência de laços directos entre as divisões sociais e os conflitos, está subjacente o considerar-se a política um epifenómeno social, perspectiva com a qual não nos identificamos.

Este reducionismo sociológico, patente sobretudo em Durkheim, consiste em afirmar que as determinantes dos fenómenos políticos, neste caso do conflito, se devem procurar exclusivamente nos outros fenómenos sociais(41).

A polémica suscitada pela natureza das relações entre a sociedade e o sistema político, está, pois, intimamente ligada à concepção da política em si, dividindo-se as opiniões nesta matéria. Enquanto uns a consideram uma variável independente, outros entendem-na como constituindo uma variável dependente, somente passível de ser explicada através do social(42).

---

(41) Veja-se, por exemplo, a defesa desta tese em DANIEL-LOUIS SEILER, *Partis et Familles Politiques*, Paris, Presses Universitaires de France, 1980, pp. 104 - 107, que expressa, no campo da política, o reducionismo sociológico de DURKHEIM, ao afirmar que um facto social só pode ser explicado por outro facto social. Cf. ÉMILE DURKHEIM, *Les Régles de la Méthode Sociologique*, Paris, Presses Universitaires de France, 1956, p. 109. Igualmente reducionistas, no que concerne à política, se apresentam MARX e PARSONS. Embora o modelo marxista clássico seja fundamentalmente economicista e PARSONS procure outras fontes de explicação do social, no fundo ambos perspectivam a política como um epifenómeno. Veja-se também a nota 98 desta dissertação.

(42) Sobre os conceitos de variável dependente e independente, veja-se NEIL SMELSER, "Sociology and the other social sciences", *in* PAUL LAZARSFELD (ed.), *The Uses of Sociology*, New York, Basic Books, 1967, pp. 11 - 12.

No esclarecimento desta questão parece-nos essencial o contributo dado por Sartori(43). Sem negar a interdependência entre os sistemas social e político(44), este autor propõe-se ultrapassar o "chauvinismo" de disciplina de que tanto sofrem os sociólogos como os politólogos, combinando variáveis explicativas de tipo social e político, concepção que está na base daquilo que entende ser a Sociologia Política, a qual, por sua vez, distingue da Sociologia da Política considerada um mero reducionismo sociológico da política(45).

O contributo de Sartori, acima referido, ao propôr uma abordagem interdisciplinar protagonizada pela Sociologia Polí-

---

(43) Cf. GIOVANNI SARTORI, "From the sociology of politics to political sociology", *in* SEYMOUR LIPSET (ed.), *Politics and the Social Sciences*, New York, 1969, pp. 65 - 100, especialmente p. 69.

Veja-se também sobre o mesmo assunto, conquanto numa perspectiva diferente, REINHARD BENDIX e SEYMOUR LIPSET, "Political Sociology an essay and bibliography", *in Current Sociology*, Paris, vol. VI, nº 2, 1957, pp. 79 - 169. Na revisão a que estes autores procedem sobre as linhas de investigação da disciplina e que compreende um índice bibliográfico, à data bastante exaustivo, pode depreender-se uma concepção distinta da formulada por SARTORI, com o qual nos identificamos, especialmente quando aqueles autores afirmam que: "Like political science, political sociology is concerned with the distribution and the exercise of power in society. Unlike political science, it is not concerned with the institutional provisions for that distribution and exercise, but take these as given. Thus, political science starts with the state and examines how it affects society, while political sociology starts with society and examines how it affects the state ..." Cf. REINHARD BENDIX e SEYMOUR LIPSET, *op. cit.*, p. 89.

(44) Sobre a interrelação entre os sistemas sociais, político e económico, veja-se, também, PETER FLORA, "Il macromodelo dello sviluppo politico europeo di Stein Rokkan", *in Rivista Italiana di Scienza Politica*, vol. X, nº 3, 1980, pp. 372. Ao proceder à análise do modelo proposto por ROKKAN, FLORA reconhece, como este, a interrelação entre os diversos sistemas, considerando, contudo, a possibilidade de o sistema político poder assumir um papel dominante nessa relação.

(45) Identificamo-nos totalmente com SARTORI quando este autor defende ser a Sociologia Política "(...) an interdisciplinary hybrid attempting to combine social and political explanatory variables, i.e. the inputs suggested by the sociologist with the inputs suggested by the political scientist". Cf. GIOVANNI SARTORI, "From the sociology of politics to political sociology" *in* SEYMOUR LIPSET (ed.), *Politics and the Social Sciences*, New York, 1969, p. 69 (os sublinhados estão no texto).

tica, constitui um marco de referência fundamental para a presente análise, já que possibilita a compreensão dos conflitos que não têm apenas origem nas clivagens sociais.

6. Deixemos, por ora, esta importante distinção entre conflitos com e sem raiz na estrutura social, para, na linha que vinhamos seguindo, prosseguir na delimitação do conceito, em si mesmo.

Para Wright, que distingue conflito de tensão social, esta é definida como a condição que surge das inconsistências advindas da estrutura da sociedade(46), acrescentando, posteriormente, que só se desenvolve se, por um lado, os actores sociais tomarem iniciativas de acordo com essas inconsistências e se, por outro, essas acções implicarem contactos mútuos(47); caso uma e outra condições estejam simultaneamente presentes, então, surgirá uma situação de tensão social. Quando aquelas circunstâncias se verificam, é que surge, portanto, uma situação de potêncial conflito.

Wright acrescenta, ainda, que uma situação de tensão social pode ou não avoluir para uma situação de conflito, mas no caso de isto ocorrer(48) não explicita claramente como se passa de um a outro processo. Os elementos que o autor refere

---

(46) Cf. QUINCY WRIGHT, "The importance of the study of international tensions", *in International Bulletin of the Social Sciences*, Unesco, Spring 1950, p. 90.

(47) Cf. QUINCY WRIGHT, "The nature of conflict", *in The Western Political Quarterly*, vol. IV, nº 2, June 1951, p. 196.

(48) Na perspectiva de DAHRENDORF estariamos perante a terceira etapa, isto é ante o conflito já desenvolvido. Cf. RALPH DAHRENDORF, *Sociedade e Liberdade*, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1981, p. 147.

para demarcar a passagem a uma situação de conflito, isto é, por um lado, o nível atingido pela tensão social e, por outro, a questão da eficácia dos mecanismos reguladores(49), constituem parâmetros a ter em conta, os quais, a nosso ver, necessitam especificados e tornados operacionalizáveis em termos empíricos.

7. A distinção entre os conceitos de conflito, competição e rivalidade inscreve-se, ainda, nas formulações de Wright(50), que considera qualquer deles espécies diferentes de oposição, entendendo esta, em geral, como um processo através do qual as entidades sociais funcionam para prejuízo umas das outras(51), diferindo, assim, do processo de cooperação(52).

O traço que permite distinguir competição de conflito, será, pois, o facto de na primeira situação as partes envolvidas no processo não terem necessariamente conhecimento umas das outras, enquanto que na situação de conflito esse conhecimento se torna indispensável. Em nosso entender, embora indispensável, o mesmo não é condição suficiente. O que impli-

---

(49) Diz WRIGHT, ao proceder à distinção entre conflito e competição: "Competitors may not be aware of one another, while the parties to a conflict are", definindo assim conflito como "(...) opposition among social entities directed against one another". Cf. *idem*, p. 197.

(50) Cf. QUINCY WRIGHT, "The nature of conflict", *in the Western Political Quarterly*, vol. IV, nº 2, June 1951, p. 197.

(51) Cf. *ibidem*.

(52) Veja-se, também, a distinção a que SIMMEL procede entre competição e conflito, em GEORG SIMMEL, *Conflict and the Web of Group-Affiliations*, New York, The Free Press, 1964, Capítulo II, especialmente p. 57.

ca mesmo conflito é a noção de poderem ser alteradas as regras do jogo, face à tomada de consciência de se estar não perante um mero adversário, mas perante um adversário/inimigo ou seja, daquele que porá em causa a nossa própria sobrevivência, como indivíduo ou como grupo. (53).

Por outro lado, Wright inclui o conceito de rivalidade entre o de competição e o de conflito, definindo-a como a oposição entre entidades sociais que se reconhecem umas às outras como competidores(54). Nesta perspectiva, o conflito é relacionado com competição e rivalidade, mas distinto de uma e de outra. Wright enfatiza o facto de a competição ser um mecanismo inevitável, o mesmo não acontecendo com o conflito, ao qual reconhece, no entanto, a possibilidade de poder, eventualmente, constituir um elemento essencial e até desejável, posto considerar a oposição, tanto no sentido de competição como no de conflito, um factor necessário à sociedade(55) e, eventualmente, como algo mais do que um mal necessário.

8. Para além das já referidas, muitas outras tentativas têm sido feitas para precisar o conceito de conflito. Entre elas, conta-se o contributo de Galtung, para o qual existe

---

(53) Esta concepção radica, no fundo, nas formulações de CARL SCHMITT, em *La Notion de Politique, Théorie du Partisan*, Paris, Calman-Lévy, 1972, pp. 65 - 68. Ao falarmos em sobrevivência não nos estamos a reportar em termos físicos, mas em termos da sobrevivência do indivíduo ou do grupo como uma das partes em contenda.

(54) Cf. QUINCY WRIGHT, "The nature of conflict" *in The Western Political Quarterly*, vol. IV, nº 2, June 1951, pp. 197 - 199.

(55) Cf. *idem*, pp. 197 - 198.

conflito quando num sistema de acção surgem dois ou mais objectivos incompatíveis(56), definição que não lança muita luz no ponto a que chegámos na explicitação do conceito, já que nos remete para a noção de tensão social enunciada por Wright e, consequentemente, para a primeira etapa referida por Dahrendorf.

Apesar disso, a definição proposta por Galtung encerra uma componente, em nossa opinião, fundamental: a de que o conflito é uma propriedade de um sistema de acção social, ou seja, de um sistema de actores em interacção, no sentido weberiano do termo, conforme já precisado, o que imprime uma certa dinâmica ao conceito assim definido.

Um dos contributos essenciais em ordem a precisar o conteúdo do conceito em causa e a torná-lo, aqui, empiricamente operacionalizável, foi o dado por Coser em 1956(57). Ao analisar uma das proposições enunciadas por Simmel sobre o conflito e a balança do poder(58), Coser determinaria que o que distingue o conflito das restantes formas de interacção é

---

(56) Cf. JOHAN GALTUNG, "Institutionalized conflict resolution. A theoretical paradigm"", *in Journal of Peace Research*, Oslo, 1965, nº 5, p.
Veja-se que a definição reportada parte do conceito de sistema de acção social de MAX WEBER. Cf. MAX WEBER, *Economy and Society An Outline of Interpretive Sociology* (editado por GUENTHER ROTH e CLAUS WITTICH), Berkeley, University of California Press, 1978, vol. I, pp. 4, 26 e 27.

(57) LEWIS COSER, *The Functions of Social Conflict*, New York, The Free Press, 1964.

(58) Cf. *idem*, pp. 133 - 137. De acordo com COSER (Cf. *idem*, nota 34 do capítulo VII), aquela proposição de SIMMEL só se encontra enunciada na tradução de uma parte da sua obra realizada por ALBION SMALL, "The sociology of conflict", publicada em *The American Journal of Sociology*, IX, p. 501.

o facto de envolver sempre poder(59).

Baseando-se na definição que Weber deu de poder(60), Coser afirma que, sejam quais forem os objectivos das partes em confronto, o poder é sempre necessário para a consecução do conflito. Por outro lado, é fácil verificar que a distribuição do poder na sociedade se faz de uma forma desigual e que essa situação pode ser uma fonte permanente de conflito, revestindo-se este aspecto, em nossa opinião, de particular interesse.

Se atendermos ao facto de que é na área da política que as interacções entre os actores sociais assumem, mais do que em qualquer outro sector, as maiores conotações com a problemática do poder(61), então pode depreender-se a impor-

---

(59) A proposição de SIMMEL sobre a qual COSER apoiou a sua análise estabelece que: "The most effective prerequisite for preventing struggle, the exact knowledge of the comparative strenght of the two parties, is very offten attainable only by the actual fighting out of the conflict" (citado por LEWIS COSER *in The Functions of Social Conflict*, New York, The Free Press, 1964, p. 133).

O facto de o traço distintivo do conflito ser o de envolver sempre poder e a dificuldade em avaliar o poder relativo dos elementos em contenda, antes do conflito se declarar, é, para COSER, revelador de um paradoxo implícito naquela proposição, a qual não deixa de conter elementos de extrema importância para a teoria do conflito, que aliás, ele próprio desenvolve. Cf. LEWIS COSER, *op. cit.*, pp. 133 - 134.

(60) WEBER definiu poder como: "The probability that one actor within a social relationship will be in a position to carry out his own will despite resistance, regardless of the basis on which this probability rests", Cf. TALCOTT PARSONS (ed.), *Max Weber The Theory of Social and Economic Organization*, New York, Oxford University Press, 1947, p. 152.

Sobre as diversas matizes que o conceito de poder encerra, assim como sobre outros conceitos com ele relacionados, veja-se o artigo de ROBERT DAHL, "Power", *in International Encyclopaedia of the Social Sciences*, New York, Crowell Collier and Macmillan, vol. XII, 1968, pp. 405 - 415 e MARVIN OLSEN (ed.), *Power in Societies*, New York, Macmillan Company, 1970, especialmente a Secção I.

(61) Como referiria ORUM: "In the study of politics no issue looms so large as that of power", Cf. ANTHONY ORUM, *Introduction to Political Sociology; The Social Anatomy of the Body Politic*, New Jersey, Prentice Hall, 1978, p. 125. Registe-se que, aqui

tância que adquire esta questão para a nossa análise.

Se o poder, no sentido restrito, consiste, como o entenderam Lasswell e Kaplan, na participação no processo de tomada de decisões(62), sendo a política encarada como a própria prossecução do poder, isto é, consistindo o processo político na formação, distribuição e exercício do mesmo(63), então o sistema político constitui, essencialmente, uma área de poder, que envolve as interrelações que se estabelecem entre os actores sociais, quer sejam de carácter inter-pessoal, ou inter-grupal, relações essas que se prendem com o processo da tomada de decisões ou seja, com o poder.

Se, mais uma vez, considerarmos que no processo de tomada de decisões, isto é, no processo do poder, os diversos actores sociais se encontram em desigualdade de situações, facilmente se depreende que dessa interrelação pode vir a decorrer conflito. Daí, o entendermos que o sistema político

---

o poder é concebido num sentido lato, englobando poder no sentido restrito e influência. Veja-se a distinção a que, sobre estes conceitos, procedem LASSWELL e KAPLAN, para os quais as interacções políticas entre várias pessoas e grupos são constituídas por padrões de influência e poder. Cf. HAROLD LASSWELL e ABRAHAM KAPLAN, *Power and Society, A Framework for Political Inquiry*, New Haven, Yale University Press, 1950, Capítulos IV e V, especialmente pp. 55 e 74.

Sobre os conceitos de poder e influência veja-se o artigo de CARL FRIEDRICH "Potere, comando e obbedienza" *in* GIOVANNI SARTORI (ed.), *Antologia di Scienza Politica*, Bologna, Il Mulino, 1970, pp. 9 - 139, (este artigo é um extracto, traduzido, da obra de CARL FRIEDRICH, *Man and His Government*, New York, McGraw-Hill, 1963 e constitui um excelente trabalho sobre a problemática do poder na Ciência Política). O autor discute, primeiro, o conceito do poder, delimitando-o dos conceitos afins, para depois analisar a sua natureza em função de questões tais como: quem detém o poder? Sobre o quê? Como o exerce e até que ponto? Cf. *op. cit.*, pp. 106 - 109 e ss.

(62) Cf. HAROLD LASSWELL e ABRAHAM KAPLAN, *Power and Society, A Framework for Political Inquiry*, New Haven, Yale University Press, 1976, p. 75.

(63) Cf. *ibidem*.

é, especialmente, uma área caracterizada por relações de conflito, ou pelo menos, a área onde, por excelência, ocorrem esse tipo de processos.

É evidente que a par destes se dão também, no sistema político, processos de cooperação. As alianças político-partidárias são disso exemplo. Antes mesmo do deflagrar de um conflito podem dar-se ajustamentos entre os elementos em confronto, que podem levar ao seu adiamento ou à sua sublimação. É por essa razão que processos que parecem conduzir ao conflito eminente podem não resultar como tal. A competição ou o confronto em si mesmos, podendo ser considerados formas secundárias ou mais rudimentares de conflito, ao serem resolvidas ou sublimadas não levarão ao conflito que, esse sim, só será, em princípio, superado através da ruptura entre as partes envolvidas no processo.

9. Com base, ainda, naquele traço distintivo do conflito - o de envolver sempre poder - e na proposição enunciada por Simmel, a distinção a que Coser procede entre conflito, *contest*(64) e interesses antagónicos, ilustra bem esta questão. Para Coser, *contest* distingue-se de conflito pelo facto de, no primeiro, estarem previamente especificados os critérios sobre os quais se pode determinar quem é o vencedor,

---

(64) Traduzido para português, o vocábulo pode significar contestação, disputa, debate ou controvérsia. Mantivémos, no texto, o termo no idioma original, por não considerarmos satisfatória qualquer das hipóteses de tradução que se apresentam. A especificação do conceito fornecida por COSER parece-nos suficiente para o seu cabal entendimento. Cf. LEWIS COSER, *The Functions of Social Conflict*, New York, The Free Press, 1964. O conceito em causa foi inicialmente formulado por WILLIAM SUMNER em *What the Social Classes Owe to Each Other*, New York, Harper Bros, 1883, p. 89, conforme o referido por LEWIS COSER, *in op. cit.*, nota 37 do Capítulo VII.

enquanto no segundo, conquanto os critérios também existam, não estão, à partida, estabelecidos.

Quanto à noção de interesses antagónicos, Coser entende ser, também, diferente de conflito, visto que a existência dos primeiros não pressupõe, necessariamente, o deflagrar do último, já que há a possibilidade de aqueles serem ajustados, caso se possa avaliar a força de cada um dos adversários(65) previamente à situação de conflito.

O conflito consistirá, assim, numa forma de interacção particularmente viva entre elementos em confronto, que envolve uma dinâmica própria e que significa um teste de poder entre partes antagónicas. Daí, o deduzir-se que o mesmo representa uma importante forma de evitar o desequilíbrio social, modificando as bases das relações de poder, mantendo e consolidando a sociedade.

Esta concepção do papel positivo do conflito(66), presente neste autor, aliás, na esteira da perspectiva do con-

---

(65) COSER fornece, como exemplo, o tipo de negociação entre as entidades patronais e os sindicatos, entre os quais há inconsistência de interesses, que podem, no entanto, ser acomodados se existir o tal conhecimento prévio da força de cada uma das partes; caso esse conhecimento não exista, ocorrerá, segundo o autor, uma situação de conflito, na qual o poder de cada um será então avaliado. Esta distinção é, para COSER, fundamental para o entendimento e especificação da proposição de SIMMEL e do conceito de conflito. Cf. LEWIS COSER, *The Functions of Social Conflict*, New York, The Free Press, 1964, p. 135.

Ainda sobre os traços distintivos do conflito e sua diferenciação da competição, veja-se o que dizem ROBERT PARK e ERNEST BURGESS em *Introduction to the Science of Sociology*, Chicago, The University of Chicago Press, 1970, (reedição resumida do original editado em 1921); para estes autores, uma das principais características do conflito reside no facto de este ser sempre consciente, ter as suas raízes no interesse, envolver força e poder e, nas suas formas mais complexas (como o conflito político alargado), ser impessoal. Cf. *op. cit.*, pp. 230 - 238.

(66) Cf. *idem*, p. 137.

flito como forma de sociabilização, inicialmente formulada por Simmel(67), prende-se, também, com a forma como Dahrendorf viu o conflito, como um elemento sempre presente e impreescindível ao equilíbrio dinâmico da sociedade, como um elemento vital da mudança social(68).

É sobre a questão levantada à volta desta temática, isto é, da controvérsia suscitada pelo reconhecer-se ao conflito, não só a sua inevitabilidade, como o seu papel de motor da sociedade e, mesmo, o seu contributo para a manutenção desta, que lançámos as bases para o ponto que se segue.

2 - A inevitabilidade do conflito e a tese da antinomia racional

1. Através da apreciação global do sub-capítulo precedente, poder-se-á retirar uma primeira conclusão: o reconhecimento do conflito como um fenómeno normal da sociedade, decorrente da própria natureza humana(69) e da vida social.

---

(67) Cf. GEORG SIMMEL, *Conflict and the Web of Group-Affiliations*, New York, The Free Press, 1964, pp. 13 - 20.

(68) Cf. RALPH DAHRENDORF, *Sociedade e Liberdade*, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1981, p. 83.

(69) Sobre o instinto de oposição natural no homem, patente nas ideias de HOBBES e subjacente às formulações dos teóricos do conflito, veja-se o que diria SIMMEL: "It appears to me that much less striking phenomena reveal more clearly an abstract impulse to opposition - especially the quiet, often hardly known, fleeting temptation to contradict an assertion or demand, particularly a categori-

O conflito estará, assim, em nosso entender, sempre presente na interrelação social e se cada interacção entre os actores sociais é uma forma de sociabilização, então o conflito sê-lo-à também. O facto de o conflito não poder ser levado a efeito por um indivíduo sózinho, é, por si só, como anotaria Simmel, justificativo de o mesmo ser encarado como uma forma de sociabilização(70).

Pressupondo o conflito uma relação entre as partes em luta, o mesmo será, no fundo, um modo de resolução dos antagonismos existentes entre as mesmas, uma forma de conseguir posteriormente algum grau de paz, unidade ou de consenso e, nesta medida, uma tentativa de resolução das diferentes oposições e da tensão por elas gerada(71). O facto de no conflito estar subjacente a prossecução daqueles objectivos é já um traço revelador da natureza respectiva, da síntese presente no próprio conflito dos elementos antitéticos e dos convergentes.

A verdadeira natureza sociológica do conflito releva, portanto, do facto de esses dois tipos de elementos estarem

---

cal one", Cf. GEORG SIMMEL, *Conflict and the Web of Group-Affilitions*, New York, The Free Press, 1964, p. 29.

(70) Cf. *idem*, p. 13. Como já sublinhámos (veja-se a nota 24 desta dissertação), só consideramos, aqui, o conflito supra-individual.

(71) SIMMEL estabeleceria um paralelo entre este fenómeno e o facto de numa doença, a manifestação dos sintomas mais violentos representar o esforço do organismo no sentido de se libertar dos distúrbios por ela causados. Cf. GEORG SIMMEL, *op. cit.*, p. 13 - 14.

Pensamos, mesmo, que no campo específico da política, este aspecto se torna particularmente relevante, tendo em conta que um dos seus fins poderá consistir na procura de consensos de nível superior os quais terão que passar, necessariamente, pela competição e pelo conflito.

simultaneamente, não só presentes, como operativos, em cada situação real, disso resultando algo de positivo para a sociedade(72).

Contrariando a clássica visão da vida social, perspectivada, por uns, como o resultado de processos positivos (estes normalmente sobrevalorizados e materializados na cooperação e no consenso) e/ou negativos (constituindo o conflito a sua máxima expressão) e, por outros, como resultante exclusivamente de um desses processos, num jogo de soma zero, no qual o que um constrói o outro destrói, ou vice-versa, Simmel viu a sociedade como o produto dos dois processos, das duas categorias de interacção, ambas manifestadas em termos positivos(73). Numa palavra, aquilo que se poderá considerar constituir uma dualidade sem dualismo.

2. Não foi só Simmel a considerar o conflito como um processo natural e necessário à sociedade, cuja existência, a par da cooperação, considerou fundamental e positiva. Na aná-

---

(72) Em contrapartida, SIMMEL considera a indiferença dos actores sociais uns perante os outros como puramente negativa em termos de sociabilização. Cf. GEORG SIMMEL, *op. cit.*, p. 14. Aquilo a que SIMMEL chama indiferença é a alienação, a qual será uma forma negativa de interrelação social. Ao invés, a cooperação e o conflito serão formas positivas da mesma.

Sobre o conceito de alienação, que seria, em termos políticos, inicialmente utilizado por ROUSSEAU e, posteriormente, especialmente desenvolvido, embora em termos diversos, por MARX, veja-se *La Sociologie*, Centre D'Étude et de Promotion de la Lecture, Paris, 1970, pp. 19 - 20. Este conceito, que se prende, noutro plano, com o de apatia é especialmente relevante nos trabalhos sobre participação política/apolitização; veja-se, contudo, a distinção entre apatia e apolitismo no prefácio de EDGAR MORIN à tradução francesa da obra de DAVID RIESMAN, *La Foule Solitaire*, Paris, Arthaud, 1978, p. 11.

(73) Vejam-se, a este respeito, as importantes considerações tecidas por GEORG SIMMEL *in Conflict and the Web of Group-Affiliations*, New York, The Free Press, 1964, nota 4, p. 16.

lise de Antropologia comparada que efectuou a culturas ditas "primitivas", Mead verificou, igualmente, a ocorrência de combinações das duas formas de interacção social nas referidas culturas, atribuindo a importância dada a uma ou a outra, em cada formação social e num certo momento histórico, a factores que se prendem com questões de ordem cultural(74).

Outros autores evidenciariam, também, a importância do conflito como processo social. "It clears the air"(75) diria sobre o conflito Coser, vendo-o assim como um processo de eliminação da acumulação de tensões na sociedade, visto permitir a livre expressão das mesmas. Como Simmel, aliás de cujas acepções partiu, Coser reconheceu que nenhum grupo pode ser totalmente harmonioso, sob pena de a interacção entre as partes não se manter(76). Como Simmel, entendeu também que a formação dos grupos é o resultado conjunto de factores associativos e dissociativos e que, longe de ser necessariamente disruptivo e disfuncional, o conflito é mesmo um elemento necessário e positivo, tanto na formação dos grupos, como na sua continuidade(77).

---

(74) Cf. MARGARETH MEAD, *Cooperation and Competition Among Primitiv People*, New York, McGraw-Hill Book Co, Inc., 1937, *passim*. Pelo contrário, RUTH BENEDICT identificaria dois tipos de civilização distintos, sendo um marcado pelo conflito, os "Kwakiutl" e outro pela paz e pelo consenso, os "Zuñi". Cf. RUTH BENEDICT, *Paterns of Culture*, Boston, Houghton Mifflin, 1934, *passim*.

(75) Cf. LEWIS COSER, *The Functions of Social Conflict*, New York, The Free Press, 1964, p. 39.

(76) Cf. *idem*, p. 40.

(77) Cf. *idem*, p. 31. Veja-se, também, a ampliação das suas teses, aqui expressas, em LEWIS COSER, *Nuevos Aportes a la Teoria del Conflicto Social*, Buenos Aires, Amorrortu, 1970, especialmente as respectivas I e III Partes.

Esta função positiva do conflito seria, também, evidenciada por Dahrendorf, que o considerou como um contributo fundamental para o ajustamento interno da sociedade e para a mudança social(78). Para Dahrendorf, em cada conflito os contrários anulam-se, gerando outro conjunto com as inerentes contradições e assim sucessivamente. Daqui decorrerá a importância do conflito para o equilíbrio dinâmico da sociedade, motor indispensável da vida social, detendo a função de evitar, como diria Coser, a ossificação do sistema social(79).

3. Esta ideia tem, contudo, suscitado as maiores polémicas na história do pensamento social. Podemos mesmo dizer, sem correr grande risco, que à volta desta temática se têm processado os debates fundamentais no campo das Ciências Sociais. Se, por um lado, surge uma série de autores defendendo a fertilidade do conflito e a respectiva relação com o processo histórico, como é o caso de Marx, Sorel, Ogburn e Mills, entre muitos outros, uma outra tendência, que sobrevaloriza a importância da ordem e do equilíbrio, encarando o conflito como detendo um estatuto anómalo ou, mesmo, como consistindo num fenómeno patológico, tem também

---

(78) Cf. RALPH DAHRENDORF, *Sociedade e Liberdade*, Brasília, Edições Universidade de Brasília, 1981, Capítulo 4, que é a tradução brasileira do fundamental e polémico artigo "Out of utopia: toward a reorientation of sociological analysis", publicado no *American Journal of Sociology*, vol. XLIV, nº 2, 1958. Veja-se igualmente, do mesmo autor, *Las Clases Sociales y su Conflicto en la Sociedad Industrial*, Madrid, Ediciones Rialp, 1979, especialmente os respectivos Capítulos 4 e 5.

(79) Cf. LEWIS COSER, *Nuevos Aportes a la Teoria del Conflicto Social*, Buenos Aires, Amorrortu, 1970, p. 25.

bastantes seguidores. Entre estes, na linha de Comte, Spencer e Durkheim, estão os sociólogos ditos consensualistas, como Wirth, Parsons e muitos outros.

Entre uns e outros se situam alguns dos autores aqui referidos, os quais, reconhecendo a importância fulcral do conflito como um dos elementos presentes na interacção humana e o seu papel fundamental na explicação da mudança social, tendem a preocupar-se com o fenómeno em termos das funções positivas que o mesmo desenvolve para o equilíbrio da sociedade. Nesta tendência se inscrevem autores como Merton, Coser e Dahrendorf(80).

Ao afirmar que qualquer grupo que nas suas relações não contenha conflito é desprovido de dinamismo, Coser chamaria a atenção para a importância daquele elemento na dinâmica social. Este aspecto afigura-se-nos de especial importância, visto entendermos que qualquer abordagem que privilegie o con-

---

(80) Para uma revisão das teorias do conflito e do consenso, veja-se, por exemplo, SEYMOUR LIPSET, *Political Man the Social Basis of Politics*, New York, Garden City, Doubleday and Company, 1963, cap. I; LUIS GONZALEZ SEARA, *La Sociologia Aventura Dialéctica*, Madrid, Editorial Tecnos, 1976, pp. 19 - 66 e 245 - 277 e FRANCISCO MURILLO-FERROL, *Estudios de Sociologia Política*, Madrid, Editorial Tecnos, 1972, Cap. IV.

Autores há que preferem outra terminologia para proceder à distinção entre teorias do conflito e do consenso. Tal é o caso de DAHRENDORF, que entende serem as últimas teorias utópicas do equilíbrio, as quais critica, tal como o faz relativamente ao que considera serem as teorias utópicas do conflito expressas pelos marxistas, contrapondo a ambas uma concepção objectivista baseada na constatação da mudança e do conflito. Cf. RALPH DAHRENDORF, *Sociedade e Liberdade*, Brasília, Edições Universidade de Brasília, 1981, Capítulo 9, especialmente pp. 139-142, que representa a tradução de uma nova versão, reformulada, do artigo "Zu einer theorie des sozialen konflikts" publicado em 1958 no *Hamburger Jahresbuch fuer Wirtschafts und Gesellschafspolitik*. Esta será, na acepção de outros autores, a teoria racionalista, a qual, portanto, se opõe à teoria utópica. Concordamos plenamente com Dahrendorf, nas críticas que tece a ambos os tipos de teorias utópicas. A nossa perspectiva inscreve-se, assim, naquilo que alguns autores apodariam de teorias racionalistas.

senso, negligenciando o conflito, se caracteriza por um enfoque predominantemente estático. É, a nosso ver, o problema que está na base das análises funcionalistas da sociedade, para as quais, na tradição de Durkheim, a chave reside no consenso, na manutenção das estruturas e na forma de assegurar o funcionamento respectivo, vendo-se o conflito como um processo patológico, como uma malformação social.

Semelhante perspectiva acarreta uma excessiva preocupação, por parte dos seus defensores, com a ordem social e a decorrente impossibilidade dos autores que se inscrevem nesta corrente em explicarem as mudanças que ocorrem na sociedade(81).

4. O facto de termos até aqui, senão defendido, pelo menos acentuado, a perspectiva do conflito e não a do consenso, não significa que não atribuamos a este último processo um papel igualmente importante na vida social e política. O reconhecimento da relevância factual do conflito na sociedade e, sobretudo, na esfera da política é, contudo, um pressuposto que consideramos indispensável à compreensão adequada de uma e de outra esfera, assim como da mudança processada em ambas. Para além disso, a importância dada ao conflito e o facto de não o perspectivarmos, tal como o fazem

---

(81) Como expoente desta tendência, veja-se TALCOTT PARSONS, *The Structure of Social Action*, Glencoe, The Free Press, 1949 e, do mesmo autor, *The Social System*, Glencoe, The Free Press, 1951. No campo específico da Ciência Política, PARSONS exerceria enorme influência na abordagem funcionalista do fenómeno político. Ver, por todos, DAVID APTER, *The Politics of Modernization*, Chicago, 1969, e GABRIEL ALMOND, "A functional approach to comparative politics", *in* GABRIEL ALMOND e JAMES COLEMAN (eds.), *The Politics of the Developing Areas*, Princeton, Princeton University Press, 1960, pp. 3-64.

os consensualistas, como um fenómeno anómalo e patológico e, como tal, a banir da vida social, decorre de uma atitude de fundo, que cremos não só ser mais realista, como também mais positiva, em termos de abarcar os processos relativos a toda a dinâmica social e política.

Com isto não queremos de forma alguma significar, que o conflito seja desejável enquanto aniquilação, pelo uso da força ou da coerção, de qualquer das partes em confronto. Tampouco defendemos que a resolução de qualquer conflito se faça no sentido do extermínio, pela guerra. Cremos sim, que para que tal não aconteça, torna-se necessário que as estruturas não sejam rígidas, que permitam e tolerem o conflito, que o deixem seguir o seu próprio curso. O conflito só se torna disfuncional numa estrutura rígida, que não detenha a necessária tolerância para os contrários se poderem manifestar e que não ofereça formas de institucionalização dos potenciais conflitos.

Reconhecemos, também, que um certo grau de conflito é um elemento necessário à sociedade, à persistência da vida social e à manutenção das relações sociais, o que não significa que estas, por esse motivo, não se apresentem estáveis(82). Consideramos que uma relação estável se pode caracterizar por comportamentos conflituosos e que estes podem até tornar-se saudáveis para a mesma, no caso de serem

---

(82) É evidente que nem todos os conflitos contêm aspectos positivos. Como referiu COSER, os conflitos que contradizem os fundamentos essenciais da relação acabam por ser disfuncionais para a mesma. Cf. LEWIS COSER, *The Functions of Social Conflict*, New York, The Free Press, 1964, respectivamente p. 133 - 134 e pp. 80.

assumidos, devidamente canalizados e controlados.

Pensamos mesmo, que o entendimento e a defesa de uma sociedade verdadeiramente democrática passa pelo reconhecimento do conflito como um aspecto não patológico da vida social, por considerar a livre expressão e o confronto de ideias, interesses, objectivos e valores não só normal, como altamente vantajoso para a sociedade, a qual encerra tanto conflito como consenso. É essa, no fundo, a essência da Democracia.

Pressupondo a existência de uma relação entre as partes em confronto, o conflito é um elemento vital, um factor determinante da forma como a mudança social se processa, assim como das dimensões que essa mudança adquire(83). É essa constante actividade criadora do conflito e a coexistência, na sociedade, de factores harmónicos e antinómicos, reconhecida e expressa na tese da antinomia racional ou da sociabilidade in-

---

(83) A História entendida como o resultado da luta entre os homens, está subjacente às reflexões dos darwinistas sociais, como RATZENHOFER e OPPENHEIMER. Veja-se o que sobre a interpretação bélica da História destes autores diz LUIS GONZALEZ-SEARA, em *La Sociologia Aventura Dialéctica*, Madrid, Editorial Tecnos, 1976, p. 249.

Também MARX explicaria a dinâmica social com base no conflito, sendo o mesmo, na obra deste autor, reduzido à luta entre classes antagónicas, porque detentoras de interesses não coincidentes. Para MARX, o conflito de classes surge das contradições entre o capital e o trabalho e será à luz deste conflito que se deve analisar a História social. Sobre o modelo marxista, veja-se ANTHONY GALT e LARRY SMITH, *Models and the Study of Social Change*, New York, John Wiley and Sons, 1976, pp. 118 - 124, que apresenta um bom resumo do mesmo. Ainda sobre MARX, veja-se ANTHONY GIDDENS, *Capitalismo e Moderna Teoria Social*, Lisboa, Editorial Presença, 1976, pp. 27-122 e RAYMOND ARON, *Les Étapes de la Pensée Sociologique*, Paris, Gallimard, 1967, pp. 143-219.

Esta teoria do conflito de classe, que se nos afigura como demasiadamente simplista, é radicalmente diferente da teoria pluralista do conflito, como releva SARTORI, que considera maniqueistas os defensores da primeira, visto as respectivas formulações estarem assentes numa lógica ingénua e incorrecta. Cf. GIOVANNI SARTORI, "From the sociology of politics to political sociology" *in* SEYMOUR LIPSET (ed.), *Politics and the Social Sciences*, New York, 1969, pp. 74-75.

sociável de Kant(84), que defendemos.

5. Em face do delineado, o conflito é concebido como algo mais do que um mal necessário, como algo desejável à sociedade. Consequentemente, a grelha teórica mais adequada ao estudo da sociedade será a que parte do conflito como tal perspectivado, ou seja, a que parte da interacção dialéctica entre o conflito e o consenso.

Como, justamente, faria notar Dahl, autores há que não conseguem distinguir entre os factos reais e a configuração que desejariam que os mesmos assumissem(85). Esta confusão está presente nas teorias funcionalistas ou sistémicas, as quais, como faria notar Collins, na sobrevalorização da unidade e do consenso a que procedem estão, no fundo, apenas interessadas em explicar os factos como desejariam que eles fossem e não como na realidade são(86). Dado que na vida social grande parte dos factos cai no domínio daquilo que eventualmente se não deseja, os mesmos são então tratados, naquela óptica, como categorias residuais ou anómalas.

Não é este, como se depreende do que vimos expondo, o nosso enfoque. Não é, seguramente, ignorando-se o conflito ou, sequer, considerando-o como um fenómeno residual, que se podem

---

(84) Esta tese está subjacente ao posicionamento filosófico de EMMANUEL KANT, expresso em *Critique de la Raison Pure*, Paris, Presses Universitaires de France, 1975 principalmente pp. 335 - 357. Veja-se, também do mesmo autor, *Paz Perpétua e Outros Opúsculos*, Lisboa, Edições 70, 1988.

(85) Cf. ROBERT DAHL, "Further reflections on the elitist theory of democracy", *in American Political Science Review*, vol. LX, nº 2, June 1966, pp. 288 - 289.

(86) Cf. RANDALL COLLINS, *Conflict Sociology: Toward an Explanatory Science*, New York, Academic Press, 1975, p. 21.

apreender devidamente todos os processos da dinâmica sócio-política. Ao recusarem-se a aceitar a evidência, os consensualistas só invalidam qualquer hipótese de apreensão da realidade social e política.

O facto de atribuirmos uma especial importância a uma dimensão sócio-política particular - o conflito - não significa reconhecermos neste características mais essenciais do que ao consenso, ou vice-versa. Semelhante dicotomização é, no mínimo, absurda(87).

O que queremos, aqui, deixar bem claro é a unilateralidade tanto dos modelos consensualistas, como dos que reduzem as causas do conflito a uma única dimensão, como é o caso dos modelos marxistas que apontam, inclusivé, para uma sociedade final monocromática, isenta de conflito. Afigura-se-nos, pois, que ao invés das teorias monistas, é a dimensão pluralista do conflito que admite, igualmente, a presença do consenso, que permite uma explicação não só mais realista e dinâmica, como empiricamente testável da vida social e política.

Ao conceber-se o conflito como um elemento sempre presente na sociedade depreende-se ser impossível eliminá-lo totalmente da mesma. Desta impossibilidade de supressão dos conflitos nos dá conta Weber, para o qual a paz não representa senão uma mudança na forma, nas partes em confronto ou no

---

(87) Parecem-nos especialmente importantes as considerações que a este respeito tece LEWIS COSER em *Nuevos Aportes a la Teoria del Conflicto Social*, Buenos Aires, Amorrortú, 1970, pp. 16 - 17 e 146 - 170.

objecto do conflito. Para Weber, a harmonia total implicaria, mesmo, o fim da liberdade humana(88).

Também para Dahrendorf não há qualquer possibilidade de suprimir os conflitos na vida social, mas, tão só, a de os mesmos serem regulamentados, minimizados ou ajustados(89). É nesta oposição mantida e regulada que se fundamenta a tese da antinomia racional ou da sociabilização insociável e, no fundo, a razão de ser dos próprios princípios democráticos.

Por seu lado, Dahl reconheceria igualmente ao conflito a sua inevitabilidade e a consequente impossibilidade de total supressão(90), sendo contudo, o mesmo passível de regulação, canalização e controle.

Das características esboçadas, são estas últimas, que, por ora, nos interessa aprofundar, porque se prendem com o campo específico do nosso estudo e permitem estabelecer a ligação com o ponto seguinte, dando sequência lógica à presente exposição.

6. Estabeleçamos contudo, previamente, alguns pontos de ordem.

Se no processo de deflagração de qualquer conflito se podem distinguir os elementos presentes na sua génese, o momento da sua constituição, assim como o da produção dos efei-

---

(88) Cf. MAX WEBER, *The Methodology of the Social Sciences* (editado por EDWARD SHILLS e HENRY FINCH), Glencoe, The Free Press, 1949, pp. 26 - 27.

(89) Cf. RALPH DAHRENDORF, *Sociedade e Liberdade*, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1981, pp. 72 - 73.

(90) Cf. ROBERT DAHL, *Modern Political Analysis*, New Jersey, Prentice-Hall, 1964, p. 73.

tos respectivos, então a última fase deste processo seria a sua eventual resolução. No entanto, na nossa perspectiva, esta resolução do conflito, seja ela qual fôr, não consiste na sua supressão mas sim, na linha das formulações de Weber e de Dahrendorf, respectivamente, na alteração de algumas das suas componentes ou no surgir de uma nova configuração saída do próprio processo de conflito. Este aspecto é fundamental, visto ser sobretudo na área da política que os conflitos existentes adquirem novas formas mas nunca são totalmente dirimidos.

Relembremos, igualmente, o destaque atrás dado ao conceito de poder e à estreita conexão entre este e o conflito(91), para além da relevância atribuída à desigual distribuição de recursos e, entre eles, do poder na sociedade. Vimos, também, que essa desigualdade de condições entre os diversos actores sociais é uma das fontes de conflito, o qual pode eventualmente surgir, não à volta dessa desigualdade em si mesma, mas em redor dos mecanismos dinâmicos passíveis de a manter ou de a modificar. Nesta medida, a política jogará um papel fundamental, não só porque está estreitamente relacionada com o conflito em si, porque o está com o processo do poder, mas também porque, no fundo, consiste no próprio processo de tomada de decisões, na possibilidade de alterar as regras do jogo, de produzir essas modificações.

Deixámos, no entanto, claro, que não é só na estrutura social e nas tensões dela imanentes que se devem procurar as

---

(91) Veja-se o sub-capítulo precedente, especialmente as notas 59 e 61.

causas do conflito. As variáveis socio-estruturais não são suficientes para explicar certos conflitos ou determinadas dimensões e configurações que eles assumem. Não são, por exemplo, as únicas variáveis a ter em conta, como teremos ocasião de adiante aprofundar, na explicitação do conflito político-partidário.

Ultimando esta inventariação dos principais aspectos já desenvolvidos, caberá ainda sublinhar, de novo, o papel positivo do conflito, assim como a sua actividade criadora.

7. Retomemos, agora, o ponto a que tínhamos chegado e que, à altura, não aprofundámos, visto termos considerado necessário evidenciar alguns dos principais vectores da análise até então efectuada.

Reconhecendo a íntima ligação entre a política e o conflito, a inevitabilidade deste e a impossibilidade da sua supressão, cabe interrogarmo-nos agora, como o fez Dahl, sobre a hipótese de o mesmo poder ser minimizado(92). Paralelamente, Dahl considera a possibilidade de os conflitos serem controlados, concluindo que o facto de existirem diferentes vias para esse efeito teria suscitado a manutenção de enormes controvérsias político-filosóficas ao longo dos tempos(93).

No centro desse debate estão questões que se prendem com os tipos de regime político, entre os quais se conta a Democracia. Perspectivada como aquilo que se entende por Demo-

---

(92) Cf. ROBERT DAHL, *Modern Political Analysis*, New Jersey, Prentice-Hall, 1964, p. 73.

(93) Cf. *ibidem*

cracia representativa de tipo ocidental, será aí, como sublinhou Dahrendorf, que se processa a solução dialéctica do conflito(94), dado ser a livre expressão e competição de interesses opostos um dos princípios fundamentais da tradição representativa.

A Democracia, assim entendida apresenta-se como um lugar de diálogo, de troca de pontos de vista, de livre expressão das oposições existentes e de manifestação de conflitos, tidos como normais. Mas, concomitamente, a Democracia também surge como promotora do conflito, no sentido de que permite a sua protagonização, proporcionando vias diversas para a institucionalização e canalização respectivas, além de processos para a sua regulação e controle. Ao fornecer as estruturas e os processos formais para a protagonização e consecução do conflito, promove, também, a disciplinarização e o esbatimento dos conflitos aí expressos. A livre expressão dos conflitos, desde que canalizados, funcionará como uma válvula de escape para os mesmos.

Na Democracia, o conflito é institucionalizado e padro-

---

(94) Cf. RALPH DAHRENDORF, *Sociedade e Liberdade*, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1981. Como observa VAMIREH CHACON, na apresentação da edição consultada da obra em causa, esta é quase perspectivada no sentido da *Aufhebung* de Hegel, ou seja, "quando as antíteses não destroem propriamente as teses e sim as absorvem numa nova síntese", Cf. *op. cit.*, p. 5.

O conceito de Democracia é dos que, no âmbito das Ciências Sociais, tem suscitado polémica mais acerba. Numa comunicação apresentada ao Congresso da IPSA levado a cabo em Montreal em 1973, ANTHONY JUDGE relataria que após uma reunião de especialistas organizada pela UNESCO com o fim de examinar os diferentes significados atribuídos ao termo (à data pelo menos 30 significados diferentes), não foi possível publicar qualquer relatório, devido às suas implicações políticas (citado por FRED RIGGS em "Parties and legislatures, some definitional exercices", comunicação igualmente apresentada àquele Congresso ao *Committee On Conceptual and Terminological Analysis*, p. 1).

nizado, concedendo-se uma identidade específica às distintas estruturas do sistema, que se tornam, assim, reconhecíveis umas perante as outras e mais unidas em si próprias. Se, por um lado promove o conflito, por outro, a Democracia permite, simultaneamente, que o conflito nela desenvolva todas as suas capacidades integrativas(95).

Defendemos mesmo, e este é um dos pilares em que assenta a nossa análise, que num regime democrático, a existência e a livre expressão de grupos em conflito constitui um pré-requisito indispensável para a procura dos necessários consensos de nível superior.

É sobre as questões acima delineadas e àcerca dos problemas daí decorrentes, assim como de outros processos que os mesmos possam implicar, que em seguida nos passaremos a debruçar.

3 - A dinâmica político-partidária e a dialéctica do conflito.

1. Reconhecida a inevitabilidade do conflito na socie-

---

(95) Veja-se o que sobre este aspecto particular do conflito diz COSER, que atribui ao mesmo um papel de unificador dos actores sociais. Cf. LEWIS COSER, *The Funtions of Social Conflict*, New York, The Free Press, 1964, especialmente o respectivo Capítulo VII. Veja-se, também, o que diz este autor nas reformulações a que depois procederia em *Nuevos Aportes a la Teoria del Conflicto Social*, Buenos Aires, Amorrortu, 1970, especialmente na respectiva III Parte.

Na área específica de que nos ocupamos, este papel integrativo está patente, por exemplo, na formação de coligações entre partidos ou, dentro destes, na integração de facções diferentes numa mesma linha de acção, por ocasião de confrontações intra-partidárias que, eventualmente, podem exigir esses realinhamentos.

dade e a impossibilidade da sua supressão, perspectivado este como um elemento vital e um processo imprescindível à dinâmica social, devido à sua permanente actividade criadora, é-se confrontado com a escolha de um modelo teórico que nos permita analisar empiricamente um fenómeno mais restrito que é o conflito político.

Entendemos por conflito político o conflito que se exprime em termos de poder, ou seja, podendo ou não ter a sua génese na estrutura social, é no sistema político que esses conflitos são materializados, que se assiste ao seu desenvolvimento, é aí que os mesmos são passíveis de ser regulados, canalizados, controlados ou implementados, não sendo apenas a mera tradução, na cena política, dos conflitos sociais(96).

2. Do facto de considerarmos que os conflitos políticos podem ou não ter a sua génese na estrutura social, decorre o entendermos que existem conflitos que são gerados dentro do próprio sistema político, que não derivam, portanto, das clivagens resultantes de divisões existentes no tecido social. Esta concepção pressupõe, evidentemente, o partirmos da autonomia relativa do sistema político face ao sistema social, concepção que, aliás, já tivemos ocasião de defender anteriormente(97).

---

(96) A partir deste momento, cada vez que surgir o termo conflito sem qualquer outra qualificação, queremos com ele significar conflito político, no sentido atribuído no texto.

(97) Veja-se, a este propósito, o sub-capítulo I do I Capítulo deste trabalho e a nota 4 da Introdução.

Afigura-se-nos, assim, que o sistema político detém uma certa autonomia perante o sistema social(98) e que naquele se desenvolvem processos - entre eles o conflito - com características tipicamente políticas, que determinam uma especialização das respectivas estruturas e que, por sua vez, serão, também, determinadas por elas(99).

---

(98) Defendemos, como HABERMAS, que o sistema político detém uma autonomia "única no seu género" no interior da sociedade (Cf. JÜRGEN HABERMAS, *Raison et Légitimité*, Paris, Payot, 1978, p. 180),contrariamente àqueles que defendem ser a política um simples epifenómeno social ou económico. No fundo, esta última é a concepção que está subjacente às formulações do materialismo histórico. Veja-se, por todos, KARL MARX e FREDERIK ENGELS, *Obras Escogidas*, 3 vol., Moscú, Editorial Progreso, 1973, *passim*. Nesta perspectiva, a política é determinada pela infraestrutura, que em última análise é a economia, ou seja, em Marx o reducionismo acaba por ser de carácter económico. Para GRAMSCI, no entanto, tal "infantilismo primitivo" não se encontra subjacente ao materialismo histórico, devendo aquele ser combatido com o próprio "testemunho autêntico de Marx". Cf. ANTÓNIO GRAMSCI, *Obras Escolhidas*, Lisboa, Editorial Estampa, 1974, p. 144.

Outros autores há que também consideram a política como um epifenómeno da sociedade. Como exemplo extremo deste reducionismo sociológico, veja-se a seguinte acepção de W.C. MACLEOD, reportada por LASSWELL e KAPLAN: " The political is merely the social examined from the purposely narrowed view of the political scientist ... we might even speak of a political process which is the social process politically considered", Cf. HAROLD LASSWELL e ABRAHM KAPLAN, *Power and Society, A Framework for Political Inquiry*, New Haven, Yale University Press, 1950, nota 13, p. xvii da respectiva introdução.

(99) O contributo de SARTORI no esclarecimento desta questão, atrás já reportado, parece-nos fundamental como ponto de partida para a posição que defendemos. Ao pretender distinguir a Sociologia da Ciência Política, SARTORI estabelece como linha divisória o facto de, para a primeira, serem as variáveis socio-estruturais a deterem o papel de variáveis explicativas, enquanto que, na segunda, o papel de variável independente é atribuido às variáveis político-estruturais. Cf. GIOVANNI SARTORI, "From the sociology of politics to political sociology" in SEYMOUR LIPSET (ed), *Politics and the Social Sciences*, New York, 1969, pp. 65 - 100, especialmente pp. 68 - 70.

Pensamos, como SARTORI, que a Sociologia Política pode funcionar como ponte entre uma e outra disciplina, já que existe uma convergência, por exemplo, no que se refere aos métodos de investigação. Se determinarmos, numa mesma grelha teórica, que as variáveis explicativas podem ser tanto as de carácter socio-estrutural, como as de carácter político-estrutural, teremos, então, um modelo explicativo no qual as variáveis independentes, os factores determinantes, neste caso do conflito, podem ser encontrados tanto na estrutura da sociedade, como no domínio estritamente político. Foi a esta tarefa que aqui nos abalançamos. Veja-se, também, o que diz GIOVANNI SARTORI sobre a importância de se entender a política como variável independente, no prefácio da sua obra *Parties and Party*

Em nossa opinião, pretender-se que a política seja o mero reflexo da sub-estrutura representa uma forma de inverter a realidade, tendo em conta os inúmeros exemplos históricos que têm demonstrado serem as principais mudanças sociais, económicas e culturais uma emergência da actuação política(100).

O facto de reconhecermos à esfera política uma dinâmica própria(101), de não considerarmos as estruturas e os processos políticos como necessariamente determinados pela estrutura social, não significa que consideremos o sistema político totalmente separado do sistema social mais lato. As relações que se estabelecem entre eles são indiscutíveis, a rede de influências mútua facilmente observável. Existem, aliás, inú-

---

Systems: A Framework for Analysis, Cambridge, Cambridge University Press, vol. I, 1976, pp. ix - x.

No que concerne às relações entre a Sociologia e a Ciência Política, veja-se, ainda, o artigo de RALPH ROSS, "Elites and the methodology of politics", in *Public Opinion Quarterly*, vol. XVI, 1952, pp. 27 - 32, no qual o autor, ao passar em revista os trabalhos de LASSWELL, LERNER e outros, desenvolvidos no âmbito do Hoover Institute and Library of War, Revolution and Peace, da Universidade de Stanford, reconhece o importante contributo da Sociologia para o avanço da Ciência Política; "The transformation is not complete ..." diz o autor "..., but a butterfly may soon emerge from the cocoon" cf. RALPH ROSS, *op. cit.*, p. 27.

(100) Existem, no entanto, sectores nos quais as consequências da acção política não são tão facilmente comprováveis. É o caso da agricultura, conforme demonstraria LINZ, ao apontar que na Europa as consequências das transformações sociais na agricultura são escassas, dada a força das estruturas sócio-económicas tradicionais. Veja-se, especialmente, pelo fácil paralelo que se pode estabelecer com a situação específica portuguesa, o que este autor diz sobre o facto de, no mundo rural, não serem os princípios que são questionados, mas, pelo contrário, os benefícios, orientando-se a expressão política dos conflitos para a simples mudança dos papéis no sistema de estratificação existente. Cf. JUAN LINZ, "Patterns of land tenure, division of labour and voting behaviour in Europe", *in Comparative Politics*, vol. VII, nº 3, 1978, pp. 365 - 430, *passim*.

(101) Essa dinâmica é a dinâmica do poder a luta para o obter e manter e o uso dele feito. Veja-se MICHAEL CURTIS, *The Nature of Politics*, New York, Avon Book, 1962, p. xxiii.

meros aspectos das estruturas políticas e dos processos respectivos que reflectem a estrutura e a dinâmica sociais e vice-versa.

Pretendemos, contudo, evidenciar que, a par desta realidade incontestável, mas à qual, cremos, não está de forma alguma subjacente uma correspondência unívoca, existe por parte do sistema político uma certa autonomia, implicando que este, para além de reflectir também pode moldar a própria realidade social(102).

Simultaneamente, a lógica própria que se estabelece dentro do sistema político, decorrente da autonomia que o mesmo adquire, permite que aí sejam criadas e impostas condições e processos específicos, que não são produto dos *inputs* sociais e que afectam a estrutura e a mobilização dos seus componentes, como será o caso do sistema partidário(103).

---

(102) O reconhecer as circunstâncias sociais do político, não é, senão, como referiu ORUN, mostrar "how politics both is shaped by and shapes other events in societies". Cf. ANTHONY ORUN, *Introduction to Political Sociology, The Social Anatomy of the Body Politic*, New Jersey, Prentice-Hall, 1978, p. 1. A frase supra citada é reveladora da clarividência do autor neste domínio e expressa bem a nossa opinião sobre o assunto.

(103) É o caso, por exemplo, das estruturas formais, como o sistema eleitoral, que não se pode considerar um epifenómeno, dado serem comummente observáveis os efeitos interrelacionados, por um lado, dos sistemas eleitorais e das clivagens sociais subjacentes aos sistemas de partidos, e, por outro, dos mecanismos eleitorais internos e da formação de facções ao nível intra-partidário. A relação mútua que se estabelece entre o sistema eleitoral e o sistema de partidos ou, no caso dos mecanismos eleitorais intra-partidários, entre estes e a formação de facções e vice-versa, será particularmente equacionado na IV Parte do presente estudo. Por agora, cabe apenas referir, quanto ao último tipo de relações, os trabalhos de SARTORI e de SELIGMAN, que adiante teremos ocasião de avaliar em pormenor. Cf. *infra*, III Capítulo.

No que concerne ao relacionamento do sistema eleitoral com o sistema de partidos e, muito especialmente, à influência exercida por este último no primeiro, para o caso português, vejam-se, desde já, as importantes conclusões de MARCELO REBELO DE SOUSA, em *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional*

Conforme referiu Pizzorno no que concerne à acção dos partidos(104), consideramos dois vectores fundamentais na relação que se estabelece entre a sociedade e o sistema político. Por um lado, as exigências formuladas ao sistema político são provocadas por parte da sociedade e, no fundo, são reflexo da respectiva composição estrutural e dos processos inerentes à mesma; por outro, através daquilo que se entende por delegação(105), a sociedade concede aos actores políticos a possibilidade de agirem, por si próprios, dentro do sistema, adquirindo estes uma certa autonomia, da qual decorre que as relações e os processos desencadeados dentro do campo especificamente político respondam a uma lógica própria.

Se, como vimos, o sistema político detém uma autonomia específica, nele se desenvolvendo processos exclusivamente políticos, os quais, por um lado retratam e, por outro, determinam, a especialização das respectivas estruturas e se atentarmos, de novo, à definição que demos de conflito, então justifica-se plenamente o interesse em procurar observar o conflito, descobrir as suas causas e efeitos, medir as suas di-

---

Português, Braga, Livraria Cruz, 1983, pp. 617 e segs., muito especialmente as pp. 644 - 650 e, do mesmo autor, "A Constituição de 1976 o orçamento e o plano", *in Estudos de Direito Público*, nº 12, Cognitio, 1986, especialmente pp. 32 e ss.. Veja-se, igualmente nas mesmas páginas, a repercussão indirecta exercida pelo sistema eleitoral português no sistema de governo, através da progressiva afirmação do "estado de partidos", sobretudo verificada a partir da revisão constitucional de 1982.

(104) Cf. ALESSANDRO PIZZORNO, "Uno schema teorico per l'analisi dei partiti politici" *in* PAOLO FARNETI, (org.), *Il Sistema Politico Italiano*, Bologna, Il Mulino, 1973, p. 241.

(105) Sobre o conceito de delegação política e as suas diversas formas, veja-se ALESSANDRO PIZZORNO, *op. cit.*, pp. 245 - 247.

mensões e descrever os seus processos dentro da dinâmica política.

3. Tomando por base a concepção da política como conflito-integração(106) e os partidos políticos como agentes de conflito e agentes de integração(107), então o sub-sistema partidário surgirá como a área ideal para a análise do conflito. Será na dinâmica que aí se estabelece, que o conflito, as suas causas e os seus processos, as configurações que adquire e as suas consequências serão passíveis de observação aprofundada.

Tomando cada um dos tópicos enunciados, seja a inevitabilidade do conflito, sejam as suas funções positivas(108) ou

---

(106) A já clássica imagem da política, fornecida por DUVERGER, como sendo Janus o deus romano detentor de duas faces, simultaneamente luta e paz, é elucidativa desta concepção da política como conflito-integração. Idêntica imagem pode ser aplicada à concepção de conflito que deixámos expressa, baseada nas formulações de SIMMEL. Cf. MAURICE DUVERGER, *Introducion à la Politique*, Paris, Gallimard, 1964, p. 165.

(107) A definição de partido político dada nestes moldes pode ver-se em SEYMOUR LIPSET e STEIN ROKKAN, "Cleavage structures, party systems and voter aligments: an introduction", *in* SEYMOUR LIPSET e STEIN ROKKAN, (eds), *Party Systems and Voter Aligments*, New York, The Free Press, 1967, p. 3.

Esta é apenas uma das múltiplas definições de partido político. Vejam-se, entre outros, os trabalhos de E. SCHATTSCHNEIDER, *Party Government*, New York, Holt, Rinehart and Winston, 1942, pp. 35 - 37; LEON D. EPSTEIN, *Political Parties in Western Democracies*, New Brunswick, Transaction Books, 1982, p. 10; KENNETH JANDA, *A Conceptual Framework for the Comparative Analysis of Political Parties*, Beverly Hills, Sage Publications, 1970, p. 83 e, também, a excelente análise dos critérios subjacentes a cada definição de partido na obra de numerosos autores, patente em FRED RIGGS, "Parties and legislatures, some definitional exercices", comunicação apresentada ao *Committee on Conceptual and Terminological Analysis*, IPSA, Montreal, 1973, especialmente pp. 3 - 9.

(108) Conforme desenvolvemos no sub-capítulo anterior, a função positiva do conflito seria especialmente evidenciada por LEWIS COSER, respectivamente em *The Functions of Social Conflict*, New York, The Free Press, 1964 e do mesmo autor em *Nuevos Aportes a la Teoria del Conflicto Social*, Buenos Aires, Amorrortu, 1970, especialmente a I Parte; veja-se, igualmente, MAURICE DUVERGER, *Introduction à la Politique*, Paris, Gallimard, 1964.

a concepção da política como conflito-integração e reconhecidos, também, os partidos políticos como agentes deste duplo processo, se concluirá que a Democracia consiste na esfera ideal para a solução dialéctica do conflito(109).

Do sumariado se pode concluir que o sistema partidário não é o simples resultado dos *inputs* da sociedade. O sistema partidário é, ele próprio, agência de formulação e transmissão de *inputs*, estando entre estes incluído o conflito e tendo assim, como pressuposto, que parte dos conflitos aí processados, quer os que se dão entre os diferentes partidos, quer os que se processam no interior de cada um (e é este último aspecto que merece o nosso especial interesse), não são o mero reflexo das clivagens sociais subjacentes. Ou, pelo menos, na sua formulação, a par de aspectos decorrentes dessas clivagens, estarão outros inteiramente independentes delas e cuja origem deve ser procurada em fundamentos de ordem exclusivamente política.

4. Arrancando da sistematização a que procedemos, torna-se então apropriado indagar, quando, como e sob que circunstâncias, as condições criadas e impostas dentro do terreno exclusivamente político podem vir a afectar o sistema de relações e a mobilização dentro do sistema partidário.

Pode-se, pois, pôr a questão de saber que outro tipo de

---

(109) Tal é a opinião partilhada por RALPH DAHRENDORF em *Sociedade e Liberdade*, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1981, particularmente manifesta no respectivo Capítulo 4, já atrás citado, p. 85. Veja-se também QUINCY WRIGHT, "The nature of conflict", *in The Western Political Quarterly*, vol. IV, nº 2, June 1951, pp. 199-200, aponta no mesmo sentido.

clivagens, que não as decorrentes da estrutura social, tem possibilidade de produzir esses conflitos entre e dentro dos partidos políticos, quando e como é que isso se processa e quais os principais agentes desses antagonismos. Essas clivagens não são produzidas no seio da sociedade, mas sim no cerne do sistema político-partidário, traduzindo-se na presença de características, atitudes e comportamentos políticos intensos e antagónicos, os quais jogam um papel determinante na produção do conflito.

Ocorre referir aqui, de novo, o contributo de Simmel(110), ao encarar o conflito como uma forma de sociabilização, como base para a formação de grupos e para a dinâmica e desenvolvimento dos mesmos. Se tivermos em atenção o que aquele autor verificou sobre a relação existente entre a intensidade do conflito e a proximidade das relações(111) ou seja, o aumento dessa intensidade quando se trate de uma estrutura em que o relacionamento entre os membros seja mais próximo, então os conflitos gerados dentro de cada partido político assumirão particular incidência.

Se, como vimos, no sistema político os partidos institucionalizam as oposições existentes(112), dentro de cada par-

---

(110) Cf. GEORG SIMMEL, *Conflict and the Web of Group-Affiliations*, New York, The Free Press, 1964, especialmente o I Capítulo e, no III Capítulo, pp. 98-107.

(111) Cf. *idem*, pp. 45-48; COSER refutaria, em parte, esta ideia de SIMMEL, mas acabaria por reconhecer a disfuncionalidade do conflito, no caso de não existir forma de o mesmo ser institucionalizado, devido, por exemplo, à rigidez ou à intolerância da estrutura de que se trate. LEWIS COSER, *The Functions of Social Conflict*, New York, The Free Press, 1964, respectivamente pp. 67 e ss. e p. 157.

(112) Cf. QUINCY WRIGHT, "The nature of conflict", *in The Western Political Quarterly*, vol. IV, nº 2, June 1951, p. 199.

tido, se quisermos analisar como são gerados e esclarecidos os conflitos em determinadas relações, o que Simmel disse sobre a importância da acção dos indivíduos e dos grupos no processo do conflito pode ser especialmente relevante(113).

Na mesma linha se retira a conclusão que a formação de facções a nível intra-partidário pode assumir um papel considerável como grupos de conflito, como manifestação de conflito e como promotor de conflito. Quanto à acção dos indivíduos neste processo e em estreita conexão com o papel dos grupos de conflito, que são as facções dos partidos, pode depreender-se o papel aí desempenhado pelos dirigentes dessas facções ou sejam, as elites partidárias(114).

Para podermos, em conformidade, proceder à construção do modelo que melhor explique a relação entre clivagens, facções e elites, como conceitos complementares e interrelacionados na análise do conflito intra-partidário, torna-se necessário sublinhar o que se entende por cada um desses conceitos, em ordem à operacionalização do referido modelo.

5. Antes, porém, e como síntese conclusiva deste Capítulo, cumpre ressaltar os seguintes vectores:

---

(113) Cf. GEORG SIMMEL, *Conflict and the Web of Group-Affiliations*, New York, The Free Press, 1964, *passim*.

(114) Para além do que sobre o mesmo foi aflorado na Introdução a este trabalho, pode agora entender-se melhor a lógica que está subjacente ao tratamento sequencial dos conceitos: conflito, clivagem, facção e elite, a qual, contudo, só será totalmente explícita aquando da apresentação do modelo heurístico que norteia a presente análise, desenvolvido no V Capítulo desta Parte da dissertação. Sobre a escolha do termo facção para designar os sub-grupos de conflito intra-partidário, veja-se o Capítulo seguinte.

a) *Em qualquer apreciação global da vida em sociedade, o conflito social é um fenómeno identificável;*

b) *Há que reconhecer, na vida social, a ocorrência, em simultâneo, de processos de conflito e de processos de consenso; se tanto o consenso como o conflito fluem da própria natureza da interrelação humana, o conflito não é uma manifestação patológica da vida social, mas um processo natural e, mesmo, uma forma de sociabilização;*

c) *A relevância sociológica do conflito decorre do exposto, essencialmente do facto de constituir uma forma de sociabilização, de comportar aspectos anti-técticos e convergentes, funcionais e disfuncionais;*

d) *O conflito social, para como tal ser considerado, pressupõe que a contraposição existente, quer seja de ideias, de interesses ou de objectivos, tenha tomado uma configuração específica e encerre uma dinâmica própria, no sentido de implícita ou explicitamente existir um processo, seja ele de sublimação, de conciliação, de supressão ou de incremento do mesmo;*

e) *Há que diferenciar conflito social das restantes formas possíveis de oposição, as quais, embora com ele relacionadas, encerram componentes distintas;*

f) *O poder é sempre necessário para a consecução do conflito social; o facto de na vida social o poder estar distribuido de uma forma desigual pode cons-*

tituir uma fonte de conflito;

g) Percebido o processo político como a formação, distribuição e exercício do poder, a esfera política será onde, por excelência, se estabelecem as inter-relações que se prendem com este processo;

h) As divisões existentes na estrutura social tendem a produzir conflito, mas não são nem uma condição necessária, nem suficiente; do exposto, se infere que o conflito político, conceito mais restrito, pode ou não ter as suas raízes na estrutura social;

i) Directamente relacionado com a proposição anterior, se encontra outra: que as restantes fontes do conflito político terão que ser procuradas no quadro do sistema político, o qual detém uma certa autonomia, dela decorrendo uma lógica própria nos processos aí desenvolvidos; estes, por sua vez, afectam as suas componentes, como é o caso do sistema de partidos;

j) Tomando como ideal a arena da política para o estudo do conflito político e entendendo a política como conflito-integração e os partidos como agentes desse duplo processo, o sistema partidário surge como a área ideal para a análise do conflito político;

k) Se atendermos ao facto de a intensidade do conflito aumentar com a proximidade das relações, então a prioridade dada à análise do conflito intra-partidário adquire toda a sua justificação;

l) Não é o conflito em si que se torna eventualmente disfuncional para o sistema no qual ocorre; a eventual disfuncionalidade daquele processo decorre, fundamentalmente, da rigidez do sistema em causa, no que concerne às insuficientes condições que aí são oferecidas para a sua institucionalização, canalização e controle;

m) No processo de formação e desenvolvimento de um conflito identificaram-se diversas etapas e configurações distintas que o mesmo pode assumir, o que permite, igualmente, delinear as diferentes hipóteses e formas de esses conflitos serem canalizados, regulados, incrementados, reduzidos ou, eventualmente, suprimidos;

n) É à luz de umas e de outras que se torna possível classificar os conflitos concretos, dos quais adiante nos iremos ocupar.

II - AS CLIVAGENS E A SUA RELEVÂNCIA POLÍTICA

"(...) Conflict results from variety and variety is per se seminal"

Giovanni Sartori, "From the Sociology of Politics to Political Sociology" in **S. Lipset** (ed.) *Politics and the Social Sciences*, 1969, p. 74

1 - As clivagens e a teoria do reflexo

1. Já vimos que os pontos de partida estruturais do conflito são as clivagens mas a relação entre elas e o conflito só poderá ser apreendida totalmente depois de analisarmos em que consistem as mesmas.

Na tentativa de delimitar o conceito de clivagem(115), cuja utilidade, como, aliás, a de qualquer outro conceito é determinada pela exigência simultânea de precisão empírica e de importância teórica, Zuckerman entendeu proceder à sua análise relativamente a três aspectos fundamentais, entre si relacionados, porque decorrentes daquela mútua exigência. Esses aspectos são os seguintes: o contexto teórico ou seja,

---

(115) Clivagem deriva do verbo *klieven* (holandês) que significa separar, fender, partir, dividir. O termo, essencialmente usado na literatura política anglo-saxónica, pressupõe uma ideia de segmentação, de divisão entre coisas.

as temáticas em cujo quadro o conceito tem sido usado; a especificidade do próprio termo, isto é, o que concerne aos fenómenos precisos aos quais o mesmo se aplica e a respectiva importância teórica, que reside nas hipóteses explicativas que o têm utilizado(116).

No estabelecimento destes três vectores, portanto interrelacionados, está subjacente a ideia da imprescindibilidade em se dispôr tanto de conceitos adequados para descrever as situações, como de hipóteses que usem esses conceitos. Para que os primeiros se tornem apropriados, é necessário delimitar e precisar previamente os mesmos relativamente à sua aplicação aos fenómenos em estudo. Para que a análise dos fenómenos em causa se torne relevante para a teoria, serão portanto indispensáveis hipóteses que utilizem esses mesmos conceitos(117).

Tomemos primeiro em consideração os dois primeiros níveis de análise distinguidos por Zuckerman(118). Quanto ao terceiro nível, procederemos, no que se refere ao conceito de

---

(116) Para ZUCKERMAN, a precisão empírica tem a ver com a operacionalidade do conceito, ou seja, com a sua capacidade para, sem ambiguidade, "talhar" os fenómenos aos quais se pretende ajustar; quanto à importância teórica, relaciona-se com a utilidade do mesmo no desenvolvimento de preposições com propósitos explicativos ou previsionais. Cf. ALAN ZUCKERMAN, "Political cleavages: a conceptual and theoretical analysis", *in British Journal of Political Science*, vol. V, nº 2, April 1975, p. 231.

(117) Veja-se o que, sobre a necessidade de prévia definição de conceitos, com o fim da definição operativa dos indicadores para a investigação empírica, diz DOMENICO FISICHELLA, em *Sviluppo Democrático e Sistemi Elettorali*, Firenze, Sansoni, 1970, pp. 279 - 280.

(118) Cf. ALAN ZUCKERMAN, "Political cleavages: a conceptual and theoretical analysis" in *British Journal of Political Science*, vol. V, nº 2, April, 1975, p. 231.

clivagem, da mesma forma que o fizémos com o conceito de conflito avançado no fim do presente Capítulo. Ou seja, estabeleceremos algumas proposições parciais(119), nas quais o conceito de clivagem, devidamente delimitado, encontra a sua utilização primeira no nosso quadro de análise.

2. Em estreita correlação com a respectiva raiz etimológica, atrás referida, o termo clivagem pressupõe a eventualidade de poder ocorrer uma ruptura. Tal ruptura processar-se-á de acordo com linhas divisórias existentes, neste caso, na estrutura social. Clivagens sociais, assim entendidas, serão distintas de divisões sociais, já que exigem a presença destas últimas(120), sendo pelas suas fronteiras que aquelas

---

(119) Proposições parciais que entendemos, conquanto a um nível diferente, como as teorias da alcance médio propostas por MERTON, isto é, orientamos a exposição por forma a seguir planos interconexos nos quais se tratam sequencialmente os conceitos e as proposições derivadas, adiantando-se hipóteses que permitam, progressivamente, chegar a um esquema conceptual mais geral. Sobre o conceito de teorias de alcance médio, veja-se ROBERT MERTON, *Sociologia: Teoria e Estrutura*, São Paulo, Editora Mestre Jou, 1970, pp. 62 - 65.

(120) A configuração das divisões sociais em clivagens, que no modelo de DAHRENDORF, atrás citado, corresponde à etapa da cristalização, tem a ver com a tranformação das diferenças existentes na estrutura social em linhas divisórias, com base nas quais se poderão vir a construir alinhamentos precisos dos actores sociais. Para que isto se efective torna-se necessária a cristalização de que falava DAHRENDORF ou, se quisermos, a institucionalização dessas diferenças. Cf. RALPH DAHRENDORF, *Sociedade e Liberdade*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 146.

Sobre o conceito de institucionalização, entendido por HUNTINGTON como "(...) the process by which organizations and procedures acquire value and stability", veja-se SAMUEL HUNTINGTON, *Political Order in Changing Societies*, New Haven, Yale University Press, 1969, p. 12.

Ainda sobre a institucionalização das clivagens, veja-se AREND LIJPHART, "Typologies of democratic systems", *in* AREND LIJPHART (ed.), *Politics in Europe*, New Jersey, Englewood Cliffs, Prentice Hall, 1969, pp. 46 - 80; HANS DAALDER, "Parties, elites and political developments in Western Europe", *in* JOSEPH LAPALOMBARA e MYRON WEINER (eds.), *Political Parties and Political Development*, New Jersey, Princeton University Press, 1966, pp. 43 - 77; DEREK URWIN, "Social cleavages and political parties in Belgium: problems and institutionalization", in *Political Studies*, vol. XVIII, nº 3, 1970, pp. 320 - 340, especialmente p. 321; para além da indispensável introdução de SEYMOUR LIPSET e STEIN ROKKAN "Cleavage

eventualmente ocorrem. Mas, visto que não são unicamente determinadas por elas, pressupõem, também, um carácter dinâmico que contrasta, com o carácter eminentemente estático das divisões sociais. Sendo o traço distintivo das clivagens, relativamente às divisões sociais, a dinâmica que aquelas encerram, poderíamos dizer que elas correspondem, nos processos sociais, a um passo mais decisivo em direcção ao conflito.

Ao abordar a função "tribunícia" dos partidos, Lavau contribui para a clarificação do conceito a que estamos a proceder. Defende o autor que a sociedade pode conhecer no seu seio clivagens, isto é, consideráveis heterogeneidades de ordem cultural, sócio-económica e política que, eventualmente, engendram certa predisposição para o conflito(121). Se esta definição de clivagem não avança de forma decisiva na distinção entre divisão e clivagem social, já que o único elemento, implícito na mesma, que introduz nesse sentido, consiste na intensidade das heterogeneidades existentes na estrutura social, quanto à segunda parte da definição, já ajuda indiscutivelmente a precisar as diferenças existentes entre clivagem e conflito e, fundamentalmente, a não ver neste uma sequência necessária daquela.

3. Antes, porém, de aprofundar este último aspecto,

---

structures, party systems and voter alignments: an introduction", *in* SEYMOUR LIPSET e STEIN ROKKAN (eds), *Party Systems and Voter Aligments*, New York, The Free Press, 1967, pp. 1 - 64, na qual os autores procuram analisar como é que as divisões sociais se traduzem em linhas de clivagem e estas em divisões partidárias, visto reconhecerem que este não é um processo puramente automático.

(121) Cf. GEORGES LAVAU, "Partis et systèmes politiques: interactions et fonctions", *in Revue Canadienne de Science Politique*, vol II, nº 1, Mars 1969, p. 38.

particularmente importante para a presente análise, deixemos bem claro o que entendemos por clivagem social, sendo para isso imprescindível que se proceda à sua distinção em face do conceito de conflito social, já dissecado atrás e, também, ao de divisão social, já que a confusão entre estes conceitos é patente pelo menos em parte da literatura(122).

As conclusões a que chegámos no Capítulo anterior são, já por si, bastante indicativas daquilo que entendemos por divisões sociais, as quais, a seu tempo, distinguimos das inconsistências existentes na sociedade. Quanto ao conceito de conflito social ficou, também, suficientemente explicitado(123).

Clivagem será, então, a configuração assumida pelas divisões sociais, desde que essas divisões sejam perfeitamente identificáveis e provoquem alinhamentos específicos por parte dos actores sociais, sendo as fronteiras entre eles claramente

---

(122) Veja-se, por exemplo, DANIEL-LOUIS SEILER, *Partis et Familles Politiques*, Paris, Presses Universitaires de France, 1980, pp. 108 - 110 e 125, típico da referida confusão. O autor entende serem as divisões sociais, em si mesmas, conflitos, que por sua vez se cristalizam em clivagens (Cf. DANIEL-LOUIS SEILER, *op. cit.*, p. 125) e, simultaneamente, diz que há conflitos que surgem da sociedade, que resultam de factores disfuncionais ou endogâmicos, que nascem muitas vezes com a própria sociedade sendo dela um elemento constitutivo. Estes, segundo, SEILER, resultam das contradições sociais, deixando pouca margem de manobra ao sistema, o qual, ou elimina essas contradições de uma forma radical por meio da revolução ou as tenta atenuar, integrando-as, passando então a clivagens (Cf. *op. cit.*, pp. 108). A confusão é evidente e, aqui, apenas reportada, porque é sintomática da não preocupação em precisar os conceitos a serem utilizados na investigação.

(123) Repare-se que na perspectiva de WRIGHT, aí analisada, as divisões sociais serão a condição que surge das tenções sociais que, por sua vez, são provenientes das inconsistências existentes na sociedade. As tensões sociais expressas nas divisões poderão ou não originar conflito e, daí, a necessidade de se considerarem os conceitos separadamente. Cf. QUINCY WRIGHT, "The nature of conflict", *in The Western Political Quarterly*, vol. IV, nº 2, June 1951, pp. 193 - 196.

definidas e podendo, por isso, fornecer a base para a ocorrência do conflito.

O facto destas noções deverem ser consideradas distintamente, não impede que façam parte de uma série, em que cada um dos termos que se sucede inclui aquele que o precede(124). O que não significa, como se pode inferir do que vimos expondo, que essa sequência tenha necessariamente que se operar.

Conforme deixámos já expresso, a relação entre o conflito político e as divisões existentes na sociedade tem sido por muitos vista como automática. Semelhante posicionamento pressupõe, consequentemente, que as clivagens políticas (conceito mais restrito que abrange as clivagens que têm expressão política, isto é, que se manifestam na área específica da política(125)), procedem directamente das clivagens sociais subjacentes, que os laços entre umas e outras sejam automáticos, que as últimas e, portanto, o conflito político, constituam o mero reflexo das divisões existentes na sociedade. Esta acepção radica, no fundo, na

---

(124) Cf. *idem*, p. 197.

(125) Se ultrapassarmos esta perspectiva da linearidade existente entre divisões sociais, clivagens e, necessariamente, conflito, então o conceito de clivagem política abarcará não só as clivagens que se manifestam na área da política, ou que aí são expressas, mas também as clivagens que não radicam na sociedade, sendo geradas, controladas ou implementadas dentro do próprio sistema político a nível dos sub-sistemas respectivos. Este passo na delimitação do conceito é, como teremos ocasião de ir demonstrando nestas páginas, fundamental para entender todas as possíveis dimensões do conflito político-partidário, o processo da respectica constituição e o seu desenvolvimento.

perspectiva que reduz o político ao social(126).

Cremos que o facto de as clivagens sociais tenderem a configurar-se de acordo com as linhas divisórias da sociedade, não significa que as divisões sociais produzam, inexoravelmente, clivagens políticas ou que estas últimas só encontrem as suas raízes na estrutura social. Pode acontecer que surjam clivagens políticas com base noutro tipo de processos não redutíveis a determinantes de carácter sócio-económico-cultural. Foi precisamente o que teorizaram diversos autores(127), conquanto a maioria das análises considere o conflito político como consequência directa da forma particular como os actores sociais se dividem ou se associam uns em relação aos outros no seio da sociedade(128).

A eventual ligação entre o conflito político e as divisões existentes na sociedade tem sido, ao longo dos tempos, um dos temas centrais das preocupações, tanto de ordem teórica, como empírica. À análise dos laços existentes entre,

---

(126) Veja-se, como exemplo, o que diz DAHL: "Political cleavages are, according to this hypothesis the expression of social and economic differences". Cf. ROBERT DAHL, *Political Oppositions in Western Democracies*, New Haven, Yale University Press, 1970, p. 367.

(127) LIPSET, por exemplo, defende que não há razão para se crer que exista uma relação directa entre clivagens sociais e políticas; para este autor, nem as primeiras causam necessariamente as segundas, nem as segundas determinam obrigatoriamente o conteúdo dos conflitos. Reconhecendo, assim, ao sistema político um certo grau de autonomia perante o sistema social mais vasto, LIPSET não deixa, contudo, em nossa opinião, nas análises a que procedeu sobre o tema, de privilegiar a estrutura social como fonte das clivagens políticas. Cf. SEYMOUR LIPSET "Party systems and the representation of social groups", *in European Journal of Sociology*, vol. I, nº 1, 1960, pp. 53, 60 e 65.

(128) Conforme verifica ALAN ZUCKERMAN em "Political cleavages, a conceptual and theoretical analysis", *in British Journal of Political Science*, vol. V., nº 2, April 1975, p. 232.

por um lado, a política e, no caso presente, de um seu processo particularmente relevante como é o conflito e, por outro, a estrutura social, ter-se-iam dedicado inúmeros autores, tanto no campo da Filosofia Política e no da História Social, como no da Sociologia e no da moderna Ciência Política(129).

4. O tema não é de forma alguma, como se pode depreender destas linhas, um assunto pacífico. Ao invés, a questão é das mais polémicas e à volta da mesma centram-se, hoje, não só muitos dos principais debates teóricos, como grande parte das investigações empíricas são perspectivadas

---

(129) Preocupações desta natureza estariam já presentes na obra de PLATÃO e ARISTÓTELES, como reporta GEORGE MAVROGORDATOS num seu trabalho não publicado; "Party cleavages a report on the literature", Berkeley University, 1972, policopiado, pp. 4 - 7, ao sistematizar as principais etapas dos estudos sobre clivagens. Nas mesmas páginas, este autor refere que DAVID HUME e JAMES MADISON, respectivamente em *Essays, Moral, Political and Literary* e em *The Federalist*, se preocuparam, igualmente, com a análise das clivagens políticas, vendo as diferenças entre as classes como a sua principal fonte. É nesta medida, que MAVROGORDATOS conclui não ter sido MARX o primeiro a analisar as clivagens políticas com base nas diferenças de classe.

Parece-nos, no entanto, que foi com KARL MARX, principalmente em "Las luchas de clases en Francia de 1848 a 1850", publicado por ENGELS em 1895 e em "El dieciocho Brumario de Luis Bonaparte" que se haveria de dar o maior impulso à relação entre sociedade e política e, especificamente, entre classes sociais e partidos políticos. Cf. KARL MARX e FREDERICK ENGELS, *Obras Escogidas*, Moscú, Editorial Progreso, Tomo I, 1973, respectivamente pp. 190 a 306 e 404 a 408. No campo da moderna Ciência Política, a maioria dos estudos eleitorais radica neste posicionamento, desde o trabalho pioneiro, neste capítulo, de ANDRÉ SIEGFRIED, *Tableau Politique de la France d'Ouest sous la III^e^ République*, o qual foi pela primeira vez editado em 1913.

Estudos posteriores demonstrariam, no entanto, não existir uma clara correlação entre as características sócio-económicas e o voto expresso nas eleições ou entre aquelas (especialmente quando reduzidas à classe social) e as clivagens políticas. Veja-se, por exemplo, ROBERT ALFORD, *Party and Society: the Anglo American Democracies*, Chicago, Rand McNally, 1963; LEON EPSTEIN, *Political Parties in Western Democracies*, New Jersey, Transaction Books, 1982 e W. G. RUNCIMAN, *Social Science and Political Theory*, Cambridge, Cambridge University Press, 1969.

Veja-se, igualmente, o trabalho de RICHARD ROSE, "Classes sociales et partis politiques en Grande-Bretagne dans une perspective historique", *in Revue Française de Sociologie*, vol. VII, 1966, pp. 636 - 662.

tendo por objectivo comprovar um ou outro dos argumentos que, sobre o tema, têm vindo a ser apresentados.

Seria, no entanto, a partir das formulações de Marx, que esta problemática viria a assumir uma relevância acrescida na literatura sociológica e política, seja pela mão dos seus seguidores e dos que procederam a reajustamentos às suas teorias, seja pela dos seus detractores. Mas foi, sem dúvida, a partir dos escritos de Marx, que a tradução directa das clivagens sociais em políticas e a consequente asserção de que o conflito político decorre única e exclusivamente das tensões existentes na estrutura social se poria sobremaneira em questão.

Esta "teoria do reflexo", subjacente aos posicionamentos dos marxistas clássicos(130) e, no fundo, aos de todos aqueles que defendem a total subordinação do político ao social(131), assenta na existência de uma relação causal necessária entre as clivagens sociais e as clivagens políticas. Entre os defensores da teoria do reflexo predomina normalmente a ideia de que a classe social é a fonte principal das primeiras e, portanto, será ela a variável explicativa,

---

(130) As reformulações a que os marxistas críticos procederam, viriam a atribuir uma importância acrescida aos aspectos de super-estrutura e sua relação com a infra-estrutura. É o caso de GRAMSCI e de ALTHUSSER, que relevariam o papel da autonomia relativa da primeira, concedendo, assim, à política um papel mais importante e esclarecendo melhor as relações entre esta esfera e a economia. Veja-se ANTÓNIO GRAMSCI, *Obras Escolhidas*, Lisboa, Editorial Estampa, 2 vol., 1974, *passim*, especialmente no vol. I, pp. 87, 88, 144 e 266 - 270; veja-se, também, LOUIS ALTHUSSER, "Idéologie et appareils idéologiques d'État (notes pour une recherche)", *in La Pensée, Revue du Rationalisme Moderne*, nº 151, Mai-Juin 1970, pp. 3-38.

(131) Veja-se, aqui, o conteúdo das notas 41, 43 e 44, assim como a posição contrária a esta, que defendemos no sub-capítulo 1 do I Capítulo desta dissertação.

por excelência, das últimas.

Não seriam somente os defensores do determinismo social e, em última instância, economicista, como é o caso de Marx e dos marxistas mais ortodoxos, a conceder às classes sociais um lugar central na configuração dos conflitos políticos, mas foi sobretudo nos escritos respectivos que a luta entre essas classes viria a assumir um papel fundamental como motor da História. Só que a relação entre, por um lado, um aspecto específico da estrutura social, como são as classes e, por outro, as divisões políticas e, dentro destas, a categoria mais restrita das clivagens políticas, embora se não possa negar, não é tão determinante e inequívoca quanto esses autores desejariam(132).

5. Apesar de atribuir também à classe social um lugar proeminente na determinação das clivagens sociais e políticas, outros autores, como Weber, Dahrendorf, Lipset, Rokkan, Eckstein e Alford, para só referirmos alguns(133), defenderam

---

(132) Mais uma vez se põe, aqui, a questão da necessidade de distinguir entre a realidade e o que se pretende que ela seja ou o que se entende que deveria ser; consideramos que uma análise política verdadeiramente científica tem que partir forçosamente do pressuposto da separação entre um e outro aspecto e que é o primeiro que deve constituir o objecto de estudo, sob pena de o contributo de MAQUIAVEL, ao separar a ética da política, criando assim a Ciência Política, ter sido debalde, e em se forjar uma realidade fictícia de acordo com aquilo que se deseja. O corte epistemológico a que nos referimos foi o maior contributo legado por NICOLAU MAQUIAVEL sobretudo em *Il Principe*, publicado postumamente, em 1532, no qual o florentino se preocupou essencialmente em seguir "la verità effectuale della cosa".

Sobre a confusão entre as duas perspectivas enunciadas e os perigos daí decorrentes, veja-se ROBERT DAHL, "Further reflexions on the elitist theory of democracy", *in American Political Science Review*, vol. LX, 1966, pp. 298 - 299.

(133) Os autores referidos inscrevem-se na corrente que defende a visão pluralista do conflito; esta concepção pressupõe a existência de várias causas e de diversos efeitos, ao contrário dos que defendem uma só causa e um só efeito. Esta última

a existência de outras causas de clivagem e de várias dimensões que as mesmas podem adquirir. Ao identificarem múltiplas fontes de clivagem, estes autores, consequentemente, teorizaram a existência de conflitos diferenciados, não reduzindo o conflito a uma só causa, nem a um só efeito, mas privilegiando, também, a estrutura social como fonte de clivagem.

Para Weber, por exemplo, a noção de *status* permite apreender uma outra dimensão da estratificação social(134), reconhecendo este autor a existência de uma dimensão política particular(135). A análise a que Weber procede permite, pois, ultrapassar a teorização da existência de uma única fonte de clivagem, presente na obra de Marx(136).

---

concepção obedece a uma lógica que além de ingénua, é incorrecta. Veja-se a distinção entre a teoria pluralista do conflito e a teoria do conflito de classe, radicalmente diferentes, a que procede GIOVANNI SARTORI em "From the sociology of politics to political sociology", *in* SEYMOUR LIPSET (ed.), *Politics and the Social Sciences*, New York, 1969, pp. 73 e ss.

(134) Veja-se o que WEBER entende por *status*, em HANS GERTH e WRIGHT MILLS (ed.), *Max Weber, Ensaios de Sociologia*, Rio de Janeiro, Zahar, 1971, pp. 218 - 219.
Em DAHRENDORF o *status* de WEBER equivale ao "sector" social, que, por sua vez, distingue de classe social "(...) categoria analítica, que sólo adquiere su pleno sentido en relación con una teoria de las clases". Cf. RALPH DAHRENDORF, *Las Clases Sociales y su Conflicto en la Sociedad Industrial*, Madrid, Ediciones Rialp, 1979, p. 13.

(135) A este respeito é significativa a seguinte frase de WEBER: "Os 'partidos' vivem sob o signo do 'poder'". Para este autor, o lugar da 'classe' situa-se no contexto da ordem económica, enquanto o *status* se coloca no da ordem social, na esfera da distribuição de "honras". Cf. *idem*, p. 227.

(136) Veja-se a análise comparativa dos conceitos de clivagem, em WEBER e em MARX, a que procede ALAN ZUCKERMAN em "Political cleavages: a conceptual and theoretical analysis", *in British Journal of Political Science*, vol. V, nº 2, April 1975, pp. 232 - 234. Para ZUCKERMAN, o traço fundamental que distingue o posicionamento de WEBER relativamente ao de MARX é o facto de o primeiro recusar a lei causal e o monismo determinista do segundo, ou seja, o facto de não acreditar no poder explicativo de uma única fonte de clivagem, nem na imprescindível existência de laços obrigatórios entre as divisões sociais, económicas e políticas. Cf. *idem*, p. 234.

Pese embora as críticas que formularia a Marx, também Dahrendorf vê as clivagens políticas ligadas às divisões sociais, conquanto considere estas últimas num sentido consideravelmente mais lato. Na sua análise da mudança social, Dahrendorf tende, na linha de Marx, a perspectivar os conflitos políticos sobretudo como conflitos de classe(137).

Subjacente a estas concepções está a ideia de que as clivagens políticas são um tipo de divisão política baseada nas divisões existentes na sociedade, aliás também implícita no modelo de Lipset e de Rokkan(138). Para estes autores, as clivagens correspondem a grupos de conflito baseados na percepção de associação em oposição a outros grupos, tornando-se clivagens políticas quando se transformam em temas de conflito alargado e se relacionam com os partidos. Inerente a esta definição está, pois, a conceptualização das clivagens políticas apenas como uma forma de divisão política, por sua vez necessariamente originada pelas divisões existentes na estrutura social(139).

---

(137) Cf. RALPH DAHRENDORF, *Las Clases Sociales y su Conflicto en la Sociedad Industrial*, Madrid, Ediciones Rialp, 1979, *passim*. Veja-se especialmente o que DAHRENDORF diz nas páginas finais daquela obra: "El conflicto entre grupos organizados de intereses ha evolucionado desde la lucha de clases hasta convertirse en una polémica cuasi-democrática. Mas no por ello deja de ser conflicto de clases". Cf. *idem*, p. 325 (os sublinhados são da nossa responsabilidade).

(138) Veja-se o ensaio introdutório de LIPSET e ROKKAN "Cleavage structures, party systems and voter alignements: an introduction", *in* SEYMOUR LIPSET e STEIN ROKKAN (eds.), *Party Systems and Voter Aligments*, New York, The Free Press, 1967, especialmente pp. 1 - 64.

(139) Cf. *ibidem*. Contudo, tanto na obra de 1967 de LIPSET e de ROKKAN, acima citada, como noutra análise a que ROKKAN posteriormente procederia (Cf. STEIN ROKKAN, *Citizens, Elections, Parties*, New York, David Mckay Company, 1970, especialmente o

6. Torna-se, assim, necessário diferenciar a noção de clivagem política da categoria mais genérica de divisão política. A distinção a que, por uma parte, procedeu Dahl e, por outra, Dogan(140), parece-nos fundamental para a total apreensão do conceito de clivagem política e para a sua operacionalização na presente análise. Tanto um como outro dos autores referidos demonstraram a existência de clivagens políticas sem ligações necessárias às divisões sociais(141) e, nessa medida, encontraram nelas traços distintivos, capazes de as diferenciar do conceito mais lato de divisão política.

Resumindo a posição de ambos, e porque com a mesma concordamos no concernente a este aspecto, diremos que as clivagens políticas se caracterizam pela persistência no tempo e pela extensão de pertença dos membros nelas envolvidos. Em nossa opinião, a clivagem política será, contudo, não só uma categoria particular dentro da categoria mais vasta de divisão

---

1º Capítulo), os autores referidos alargam, relativamente a Marx, a análise das clivagens em número e espécie e restringem-na, relativamente a WEBER, o qual considerava existir um número ilimitado de bases potenciais de clivagem. Cf. ALAN ZUCKERMAN, "Political cleavages: a conceptual and theoretical analysis", *in British Journal of Political Science*, vol. V, nº 2, April 1975, p. 234.

Veja-se, também, a sistematização elaborada por FLORA sobre o modelo de ROKKAN: PETER FLORA, "Il macro-modello dello sviluppo politico europeo di Stein Rokkan", *in Rivista Italiana di Scienza Politica*, vol. x, nº 3, 1980, pp. 369 - 435.

Confirme-se esta ideia nas obras citadas na nota anterior. Veja-se, igualmente, a mesma interpretação em HARRY ECKSTEIN, *Division and Cohesion in Democracy*, New Jersey, Princeton University Press, 1974, p. 34.

(140) Veja-se, respectivamente, ROBERT DAHL, "Further reflexions on the elitist theory of democracy", *in American Political Science Review*, vol. LX, 1966, p. 48 e ss. e MATTEI DOGAN, "Political cleavage and social stratification in France and Italy", in SEYMOUR LIPSET e STEIN ROKKAN (eds.), *Party Systems and Voter Aligments*, New York, The Free Press, 1967, pp. 182 - 183.

(141) *Ibidem, ibidem.*

política, como também um conceito específico, que encerra componentes próprias e processos distintos, quer seja na sua génese, quer seja no seu desenvolvimento e consequências.

Como referiria Zuckerman, existem diversas áreas de divergência conceptual neste domínio(142). Estas divergências prendem-se, como é evidente, com diferentes perspectivas quanto à relação entre divisões sociais, clivagens sociais, clivagens políticas e conflito político, aqui já delineadas e que podem ser sumariadas nas seguintes posições fundamentais: por um lado, entre os autores que estabelecem laços directos entre as divisões sociais e as clivagens políticas, uns argumentam que o conflito resultante é proveniente de uma única fonte de clivagem e outros identificam diversas bases potenciais de clivagem; entre estes e aqueles existem, ainda, diferenças de opinião no que concerne ao carácter necessário e suficiente das divisões sociais, sejam elas quais forem, como condições para a emergência das clivagens políticas; por outro lado, autores há, e é com esses que nos identificamos, que negam o carácter causal da relação entre divisões sociais e clivagens políticas, não considerando portanto as primeiras, nem uma condição necessária, nem uma condição suficiente para a ocorrência das segundas; um último aspecto que provoca diferenças de opinião respeita aos tipos específicos de conflito político com os quais as clivagens políticas se relacionam.

---

(142) Veja-se ALAN ZUCKERMAN, "Political cleavages: a conceptual and theoretical analysis", *in British Journal of Political Science*, vol. V, nº 2, April 1975, pp. 237 - 238.

O facto de se tomar como certo que as clivagens sociais estão reflectidas no sistema político, através da configuração respectiva nas clivagens políticas, não prevê a possibilidade de estas serem produzidas dentro do próprio sistema político. E, simultaneamente, como relevaria Sartori, negligencia a questão de saber até que ponto os conflitos (e as clivagens) podem tanto ser canalizados ou reprimidos como, pelo contrário, reforçados e activados, precisamente por parte dos actores especificamente políticos, através de processos exclusivamente políticos(143).

A introdução, por Allardt e Pesonen, da diferenciação entre clivagens estruturais e clivagens não estruturais(144), pode, em nossa opinião, ajudar a conceber um modelo capaz de analisar o conflito político em todas as suas variantes.

2 - As clivagens estruturais e as clivagens não estruturais

1. Assentámos, no sub-capítulo anterior, que, nem os conflitos políticos representam apenas a simples tradução das clivagens sociais, nem estas são o mero reflexo das divisões existentes na sociedade.

---

(143) Cf. GIOVANNI SARTORI, "From the sociology of politics to political sociology" *in* SEYMOUR LIPSET (ed), *Politics and the Social Sciences*, New York, 1969, p. 89.

(144) Cf. ERIC ALLARDT e PERTTI PESONEN, "Cleavages in finish politics", *in* SEYMOUR LIPSET e STEIN ROKKAN, (eds), *Party Systems and Voter Aligments*, New York, The Free Press, 1967, p. 325 - 326.

Ocorre, portanto, perguntar que outro tipo de clivagens tem possibilidade de produzir conflitos políticos e que espécie de dissensões estará na raiz dessas clivagens.

Partindo do princípio que as clivagens políticas são distintas da categoria mais ampla de divisões políticas, Allardt e Pesonen concluiram ser necessário distinguir entre dois tipos de clivagens(145). Por um lado, identificaram certas clivagens que correspondem a grupos sociais diferenciados, dentro dos quais, para além do campo especificamente político, já existe um certo grau de solidariedade e de coesão. Por outro, detectaram a existência de outras clivagens onde tal situação não ocorre, podendo estas ser apenas percebidas na esfera particular da política. Enquanto as primeiras correspondem às clivagens estruturais, as segundas referem-se às clivagens não estruturais(146).

Embora, em nossa opinião, a divisão do corpo político seja política, para aqueles autores, as clivagens políticas estruturais reflectem a divisão do corpo político em grupos sociais, grupos esses que se caracterizam pelo facto de os membros partilharem um sentimento de pertença comum, relativamente à maioria dos aspectos da vida sócio-política(147).

---

(145) Cf. *ibidem*.

(146) Cf. *idem*, p. 325.

(147) Quanto às clivagens políticas não estruturais, porque geradas dentro do terreno especificamente político, provocam outro tipo de alinhamentos, de acordo com o que defendemos acima, ou seja, a divisão, política, do corpo político. A este respeito, veja-se a definição de clivagem e os tipos que pode assumir, em DOUGLAS RAE e MICHAEL TAYLOR, *The Analysis of Political Cleavages*, New Haven, Yale University Press, 1970, p. 23, conquanto a definição dada por estes autores não

Considerando pois, as clivagens estruturais e não estruturais como os grandes tipos de clivagens existentes, haverá que destrinçar quais os sub-tipos ou dimensões que cada um deles pode conter.

2. Diversos autores(148), parte deles já atrás citados, apuraram certos tipos de clivagens, tendo mesmo alguns elaborado classificações de clivagens políticas. No entanto, como sublinharia Zuckerman(149), as diferentes perspectivas que a literatura disponível apresenta não têm contribuido no sentido de se encontrar uma tipologia unitária para as mesmas(150).

---

seja aí muito precisa: "A cleavage is merely a division of a community", "(...) a family of sets of individuals", acrescentando os mesmos: "These sets might be called 'groups' in the case of trait cleavages (e.g. religious groups) or 'alternatives' in the cases of opinion and behaviour cleavages (e.g., alternative opinions between which the individual chooses on some issue (...)". Cf. *ibidem*.

(148) Veja-se, entre muitas outras, as classificações de clivagens a que procederam MAURICE DUVERGER, *Les Partis Politiques*, Paris, Armand Colin, 1969; SEYMOUR LIPSET, *Political Man, The Social Basis of Politics*, New York, Garden City, Doubleday and Company, 1963; ROBERT ALFORD, *Party and Society: The Anglo-American Democracies*, Chicago, Rand Mcnally, 1963; SEYMOUR LIPSET, "Political cleavages in 'developed' and 'emerging' politics" *in* ERICK ALLARDT e YRJÖ LITTUNEN (eds), *Cleavages, Ideologies and Party Systems*, Helsinki, Westermarck Society, 1964, pp. 21 - 55; ROBERT DAHL, *Political Oppositions in Western Democracies*, New Haven, Yale University Press, 1970; HANS DAALDER, "Parties, elites and political developments in Western Europe", *in* JOSEPH LAPALOMBARA e MYRON WEINER (eds), *Political Parties and Political Developments*, New Jersey, Princeton University Press, 1972, pp. 43 - 77; SEYMOUR LIPSET e STEIN ROKKAN, "Cleavage structures, party systems and voter aligments: an introduction", *in* SEYMOUR LIPSET e STEIN ROKKAN (eds.), *Party Systems and Voter Aligments*, New York, The Free Press, 1967, pp. 1 - 64; LEON D. EPSTEIN, *Political Parties in Western Democracies*, New Brunswick, Transaction Books, 1982, especialmente p. 85 e ss.; RICHARD ROSE e DEREK URWIN, "Social cohesion, political parties and strains in regimes", *in Comparative Political Studies*, vol. II, nº 1, April 1969, pp. 7 - 67.

(149) Cf. ALAN ZUCKERMAN, "Political cleavages: a conceptual and theoretical analysis", *in British Journal of Political Science*, vol. V, nº 2, April 1975, pp. 236 - 237.

(150) Nesta medida, ZUCKERMAN procede à sistematização das diferentes áreas de divergência conceptual que considera mais importantes, as quais, aliás, já tivemos

Apesar do que acima foi dito, e porque consideramos imprescindível, em ordem ao prosseguimento do presente estudo, distinguir entre as diversas dimensões das clivagens, tentaremos, a partir do contributo de diversos autores(151) e das nossas próprias concepções, elaborar uma tipologia dentro dos dois tipos fundamentais já precisados: clivagens estruturais e clivagens não estruturais(152).

Esta tipologia torna-se indispensável, não só em termos da compreensão e precisão conceptual das diversas componentes do modelo explicativo presente nesta dissertação, como no que se refere à sua operacionalização no caso concreto do PPD/PSD de que nos ocupamos.

Analisemos, primeiro, as principais dimensões daquilo que entendemos por clivagens estruturais, reportando-nos, simultaneamente, aos principais estudos sobre estas realizados.

3. Na bibliografia disponível torna-se evidente que, dentro das clivagens estruturais, o lugar mais relevante tem sido ocupado pela classe social. Já aqui foi reportado o facto de, muito antes de Marx, se terem considerado as classes sociais como base principal das clivagens polí-

---

ocasião de resumir nas páginas anteriores. Cf. ALAN ZUCKERMAN, "Political cleavages: a conceptual and theoretical analysis", *in British Journal of Political Science*", vol. V, nº 2, April 1975, pp. 237 - 238. Veja-se, ainda, o sub-capítulo 1 do II Capítulo desta dissertação.

(151) Veja-se, aqui, a nota 148.

(152) Cf. ERIC ALLARDT e PERTTI PESONEN, "Cleavages in finish politics", *in* SEYMOUR LIPSET e STEIN ROKKAN (eds), *Party Systems and Voter Aligments*, New York, The Free Press, 1967, p. 325.

ticas(153). Em muitas análises sobre clivagens políticas(154) tem-se mesmo atribuído à classe social um papel proeminente na configuração destas. Na nossa perspectiva só o terá, em parte, no que respeita àquelas clivagens políticas que consideramos estruturais, visto radicarem na estrutura social.

Esta verificação não é, no entanto, totalmente isenta de polémica. Sartori, por exemplo, punha em causa, aliás como Urwin, já referido, o facto de os partidos representarem classes sociais, considerando mesmo gratuito entender-se semelhante ligação como unívoca e linear(155).

Para Sartori, a própria noção de classe está eivada de

---

(153) Veja-se, aqui, a nota 129. Consideramos, no entanto, que se torna demasiado simplista relacionar classe social e sistema de partidos. URWIN, por exemplo, tentou demonstrá-lo empiricamente no caso da Bélgica. Cf. DEREK URWIN, "Social cleavages and political parties in Belgium: problems of institucionalization", *in Political Studies*, vol. XVIII, nº 3, 1970, pp. 320 - 340.

Se limitarmos a análise à estrutura partidária a nível interno, a situação permanece. Vejam-se, por exemplo, as conclusões a que chegou KIRCHEIMER sobre a tendência actual para a formação de *catch-all-parties* (partidos que incorporam todos os estratos sociais), em OTTO KIRCHEIMER, "El camino hacia el partido de todo el mundo", *in* KURT LENK e FRANZ NEUMAN (eds), *Teoria y Sociologia Criticas de los Partidos Politicos*, Barcelona, Editorial Anagrama, 1980, pp. 328 - 347.

(154) A título de exemplo, consulte-se a bibliografia indicada na nota 148 desta dissertação.

(155) Cf. GIOVANNI SARTORI, "From the sociology of politics to political sociology", *in* SEYMOUR LIPSET (ed), *Politics and the Social Sciences*, New York, 1969, pp. 72 - 74. Cf. também DEREK URWIN, "Social cleavages and political parties in Belgium: problems of institucionalization", *in Political Studies*, vol. XVIII, nº 3, 1973, p. 321.

Num estudo comparado sobre a República Federal da Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos da América JANOWITZ e SEGAL concluiram pelo declínio da classe social como base estruturante das clivagens políticas e procuraram identificar novas fontes de clivagem e, portanto, de conflito político, assim como observar o processo de transformação das antigas clivagens. Esta perspectiva pressupõe, também, que as instituições políticas e entre elas os partidos, detenham um papel activo na formação dessas clivagens. Cf. MORRIS JANOWITZ e DAVID SEGAL, "Social cleavage and party affiliation: Germany, Great Britain and the United States", *in* GIUSEPPE DI PALMA (ed), *Mass Politics*, Chicago, Markham, 1972, p. 223.

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ambiguidades e misturada com a noção de *status*(156). Argumentando em favor da sua tese, discordando da concepção de que dentro de uma hierarquia de clivagens, a de classe tende a preponderar, Sartori aborda a questão sob duas perspectivas fundamentais. Uma, respeita à forma como se explica que a classe operária vote num partido que se reclama operário; outra, respeita à forma como se explicam os casos desvio, ou seja, o facto de haver operários que não votam nesse partido, apesar dos apelos de classe feitos pelo mesmo, os fenómenos divisionistas dentro da referida classe e, também, o facto de existirem países onde o voto de classe simplesmente não existe(157).

Prosseguindo na sua argumentação, e com base na distinção implícita em Marx entre classe social objectiva e subjectiva, ou seja, entre condições de classe e consciência de classe, e na distinção feita por Weber entre condições, consciência, percepção e acção de classe, Sartori conclui que não é a classe social objectiva que cria os partidos, mas

---

(156) Cf. GIOVANNI SARTORI, "From the sociology of politics to political sociology", *in* SEYMOUR LIPSET (ed), *Politics and the Social Sciences*, New York, 1969, p. 75.

(157) Para SARTORI, tal circunstância poria mesmo em questão o próprio conceito de "esquerda" (Cf. *idem*, pp. 77 - 78). Veja-se a analogia a que SARTORI procede entre, por um lado, a apelo de classe feito por alguns partidos e as diferentes hipóteses de resposta ao mesmo e, por outro, os distintos comportamentos individuais para com os juros oferecidos pelos depósitos bancários; apesar de alguns Bancos concederem juros mais altos uma porção substancial de depositantes não opta por eles tal como um número significativo de operários não responde aos apelos de classe dos partidos que se conceben como tal. Cf. *ibidem* e, também, MATTEI DOGAN, "Le vote ouvrier en Europe occidentale", *in Révue Française de Sociologie*, vol. I, 1960, pp. 25 - 44.

estes que criam a classe social subjectiva(158). Teremos, assim, na perspectiva de Sartori, que os partidos não são consequência das classes, sendo estas a receberem a sua identidade dos partidos(159). Na mesma linha, a classe, para este autor, é uma ideologia que se materializa no mundo real, numa estreita correspondência com o sistema de valores. Sendo a ideologia de classe que origina a acção de classe, levanta-se a questão de saber como se mantêm as ideologias, concluindo o autor que isto só será possível com uma base organizacional constituida pelos partidos políticos(160).

Das teses expostas por Sartori o que nos importa retirar é a seguinte conclusão, a qual, aliás, se prende com o fio condutor da presente análise: se os partidos são, em parte, variáveis dependentes, reflectindo as clivagens sociais (neste caso a estratificação social), são, sobretudo, variáveis independentes, porquanto essas e outras clivagens reflectem a estrutura do sistema de partidos, por intermédio do papel decisório das respectivas elites. Este, é, mesmo um pon-

---

(158) Vejam-se essas distinções em KARL MARX, "La ideologia alemana, Feuerbach, Oposicion entre las concepciones materialista e idealista" *in* KARL MARX e FREDERICH ENGELS, *Obras Escogidas*, Moscú, Editorial Progreso, tomo I, 1973, pp. 11 - 81 e em MAX WEBER, *Economy and Society, An Outline of Interpretive Sociology, in* GUENTHER ROTH e CLAUS WITTICH (eds.), Berkeley University of California Press, 1978, vol. I, pp. 302 e ss..

(159) Cf. GIOVANNI SARTORI, "From the sociology of politics to political sociology", *in* SEYMOUR LIPSET (ed), *Politics and the Social Sciences*, New York, 1969, p. 84

(160) Cf. *idem*, p. 85. Este último argumento de SARTORI apoia-se nas verificações de SAMUEL BARNES expressas no artigo "Ideology and the organization of conflict", *in The Journal of Politics*, nº 28, 1966, p. 522, *apud* GIOVANNI SARTORI, *op. cit.*, nota 52.

to fulcral na nossa tese.

4. Como Sartori, também Urwin, entre outros(161), atribuiu às elites dos partidos um papel muito importante na produção de clivagens políticas não estruturais e, consequentemente, na activação ou resolução dos conflitos partidários. Com base na noção de institucionalização, tal como a definiu Huntington(162) e perspectivando-se esta como uma função fundamental dos partidos políticos, aquele autor procura analisar, porque interrelacionados, a importância da institucionalização das linhas de clivagem no sistema partidário e a importância do papel desempenhado pelos partidos e pelas suas elites nesse processo(163).

Um e outro aspectos parecem-nos especialmente importantes para esta análise. Se aplicarmos a tese de Urwin, não só ao sistema de partidos e ao conflito entre eles, mas ao conflito intra-partidário, tanto a questão da institucionali-

---

(161) Vários autores têm considerado necessário analisar o papel das elites dos partidos na formação das políticas e o impacte respectivo na vida social. Na análise que efectuou sobre as relações entre a vida política e a sociedade em Inglaterra, BLONDEL procurou ver, não só até que ponto é que as clivagens políticas reflectiam as divisões sociais, mas, também, o processo inverso, ou seja, o reflexo na sociedade do papel dos partidos políticos, por meio da acção das elites respectivas. Cf. JEAN BLONDEL, *Voters, Parties and Leaders, The Social Fabrics of British Politics,* Harmondsworth, Penguin Books, 1965.

(162) Cf. SAMUEL HUNTINGTON, *Political Order in Changing Societies,* New Haven, Yale University Press, 1969, p. 12.

(163) Cf. DEREK URWIN, "Social cleavages and political parties in Belgium: problems and institutionalization", *in Political Studies,* vol. XVIII, nº 3, 1970, *passim.* Para URWIN, é HUNTINGTON que considera a função de institucionalização como primordial. Vejam-se, especialmente, as formulações contidas nas p. 8 a 11 da obra acima citada de SAMUEL HUNTINGTON, sobre a relação historicamente existente entre as forças sociais e a institucionalização política, à qual está subjacente a importância atribuída pelo autor a esta última no processo de desenvolvimento sócio-político.

zação das clivagens expressa na constituição de facções, como o papel desempenhado pelas elites, na produção de umas e na formação de outras, adquirem certamente a maior relevância.

Em relação às classes sociais como uma das fontes possíveis das clivagens estruturais, resta-nos chamar a atenção para a primeira dificuldade que logo surge: a de encontrar categorias precisas para a sua classificação(164), visto consistir numa categoria analítica não operacionalizável empiricamente(165).

5. Prosseguindo no inventário das bases possíveis das clivagens sociais, diremos que, a par da já referida, surgem a

---

(164) A classe social não é um conceito empírico, não se reduz a um conjunto de pessoas, não é aferível, dados os contornos subjectivos que encerra. O próprio MARX não apresentou idêntica classificação em todos os seus escritos. Veja-se a análise empreendida por ARON, no que se refere às diferentes enumerações de classes em MARX. Cf. RAYMOND ARON, *La Lutte de Classes Nouvelles Leçons sur les Sociétés Industrielles*, Paris, Gallimard, 1964, pp. 43 e ss.. Veja-se, também na mesma obra, os comentários que ARON tece sobre o paradoxo da Sociologia, no que concerne ao facto de depois de se ter consagrado vários anos à definição de classe social se chegar a uma situação de incapacidade total em definir as categorias respectivas em que estas se dividem. Cf. *op. cit.*, p. 97.

Veja-se sobre o mesmo tema, as questões levantadas por DAHRENDORF, e que se prendem, também, com a diferenciação entre classe objectiva e subjectiva, interesses, consciência, cultura e acção de classe (veja-se, aqui, a nota 158). Cf. RALPH DAHRENDORF, *Las Clases Sociales y su Conflicto en la Sociedad Industrial*, Madrid, Ediciones Rialp, 1979, p. 197.

(165) Veja-se o que DAHRENDORF diz sobre a classe social como categoria analítica, que apenas adquire o seu sentido real em relação com uma teoria de classes, distinguindo-a do conceito descritivo que é o "sector" ou estrato social. Cf. *idem*, p. 13. Nós próprios temos vindo a deparar com dificuldades de operacionalizão, mesmo quando se trata dos estratos sociais. Veja-se MARIA JOSÉ STOCK e LUIS F. VALENTE ROSA, "Perfil dos delegados aos congressos dos partidos políticos em 1981", in MARIA JOSÉ STOCK e outros, *Os Partidos em Congresso 1981, Quem são e o que Pensam os seus Delegados - Uma Abordagem Sociológica*, Évora, Gabinete de Investigação e Acção Social, ISESE, 1985, pp. 59 - 94.

Como base para uma tipologia desta natureza, no que diz respeito ao caso português, permanece o estudo de ADÉRITO SEDAS NUNES e J. DAVID DE MIRANDA, "A composição social da população portuguesa - alguns aspectos e implicações", *in Análise Social*, Lisboa, Gabinete de Investigações Sociais, nºs. 27 - 28, pp. 333 - 381.

religião, a etnia, a língua, a região e a pertença rural-urbana. Todas estas categorias dizem respeito a bases potenciais de clivagens estruturais e podem ser igualmente importantes como o será, eventualmente, a classe social.

Em cada caso concreto, as clivagens, sejam elas de que natureza forem, podem adquirir configurações particulares. Surgem, assim, situações em que várias clivagens se sobrepõem, reforçando-se cumulativamente ou, pelo contrário, situações em que as clivagens se entrecruzam, neutralizando-se ou atenuando-se mutuamente(166). Isto é, se a uma mesma clivagem estão subjacentes questões de diversa ordem, essa clivagem tenderá a constituir uma verdadeira sub-cultura.

Se este tipo de análise se aplica, fundamentalmente, à compreensão do que se passa nos sistemas de partidos (por exemplo no plano da estruturação e configuração respectiva e do tipo de competição existente), pode igualmente servir para a análise da estrutura intra-partidária (número e configuração das facções e tipo de conflito interno entre outros aspectos).

---

(166) Como referiu DAHL, a propósito da ideia de que as clivagens entrecruzadas (*cross-cutting cleavages*) levam ao consenso, algumas clivagens são mais significativas do que outras, em cada caso concreto. Quando as clivagens se entrecruzam podem ou neutralizarem-se umas às outras ou reforçarem-se mutuamente. Para DAHL, não tendem a gerar conciliação se todas forem sentidas com a mesma intensidade mas apenas no caso de umas serem mais significativas do que outras. Cf. ROBERT DAHL, *Political Oppositions in Western Democracies,* New Haven, Yale University Press, 1970, p. 378.

Veja-se, igualmente, na obra de DOUGLAS RAE e MICHAEL TAYLOR, *The Analysis of Political Cleavages,* New Haven, Yale University Press, 1970, aliás já citada, particularmente no respectivo Capítulo 4, a definição de *cross-cutting cleavages* ou clivagens entrecruzadas (*idem,* pp. 90 e 113) e, também, o sublinhar da importância do conceito para o estudo do conflito político-partidário (*idem,* p. 86). Veja-se, igualmente, ROBERT JACKMAN, *Politics and Social Equality,* New York, John Wiley and Sons, 1975, pp. 135 - 138.

O tipo de clivagens preponderantes num sistema político, a configuração que nele assumem e as relações que aí se estabelecem são, desde logo, factores determinantes na sua coesão ou fragmentação e, consequentemente, na estabilidade respectiva. Parece-nos que esta afirmação valerá, igualmente, para a análise do que se passa ao nível interno de cada partido político.

6. Ao interrogarem-se sobre a transformação das estruturas de clivagem em sistemas de partidos, Lipset e Rokkan(167) tentaram apreender a constelação das clivagens sociais que estariam eventualmente na base dos alinhamentos partidários, ou seja, as que tenderiam a polarizar a política num dado sistema.

Apesar de se terem preocupado, fundamentalmente, com aquelas clivagens que consideramos de raiz estrutural, Lipset e Rokkan conceberam os partidos políticos como detendo algo mais do que uma função expressiva, na medida em que aos mesmos reconhecem a capacidade de produzir os seus próprios alinhamentos, independentemente do suporte fornecido pelos contrastes imanentes da estrutura social(168). Só que a sua

---

(167) Cf. SEYMOUR LIPSET e STEIN ROKKAN, "Cleavage structures, party systems and voter aligments: an introduction", *in* SEYMOUR LIPSET e STEIN ROKKAN (eds), *Party Systems and Voter Aligments*, New York, The Free Press, 1967, pp. 1 - 64.

(168) Cf. SEYMOUR LIPSET e STEIN ROKKAN, in *idem*, p. 5.
A dialéctica conflito-integração é, pois, central nas preocupações destes autores, que consideram exercerem os partidos para os Sociólogos um duplo fascínio; este prende-se com a própria concepção de partido político de LIPSET e de ROKKAN, já reportada nesta mesmas páginas e com as razões que os autores em causa fornecem como estando na base desse duplo fascínio: "They help to crystallize and make explicit the conflicting interests, the latent strains and contrasts in the existing social structure, and they force subjects and citizens

conceptualização permanece no sentido de se perspectivarem as clivagens políticas como um tipo de divisão política com uma base que radica, fundamentalmente nas divisões sociais(169), o que impossibilita, nessa linha, avançar na distinção que nos propusémos realizar.

7. No entanto, o modelo de Lipset e Rokkan tem sido aplicado em diversos estudos(170), tendo como grande mérito o

---

to ally themselves across structural cleavage lines and to set up priorities among their commitments to established or prospective roles in the system. Parties have an *expressive* function; they develop a rhetoric for the translation of contrasts in the social and the cultural structure into demands and pressures for action or inaction. But they also have *instrumental* and *representative* functions; they force the spokesmen for the many contrasting interests and outlooks to strike bargains, to stagger demands, and to aggregate pressures". Cf. *ibidem* (os sublinhados estão no texto).

(169) Também LIPSET, num artigo anterior, vê a estratificação como constituindo a primeira base das clivagens e, portanto, da diversidade política, o que não significa que entenda existir uma relação causal directa entre uma e outras, nem que a Democracia seja a simples tradução da luta de classes. Nesse artigo, LIPSET atribui muita importância ao sistema de valores associados à diferenciação na escala social e dá como exemplo o facto de as barreiras de classe existentes na Europa terem fomentado o nascimento de partidos classistas, ao contrário do que aconteceu nos E.U.A. e no Canadá. Cf. SEYMOUR LIPSET, "Party systems and the representation of social groups", *in European Journal of Sociology*, vol. I, nº 1, 1960, pp. 50 -85, especialmente pp. 53 - 55.

DAALDER, por exemplo, apresenta uma classificação de clivagens políticas estruturais idêntica à tipologia de LIPSET e ROKKAN, mas diverge destes autores no que respeita à associação entre clivagens políticas e divisões políticas, distinguindo, também, como ALLARDT e PESONEN, a existência de clivagens não estruturais. Cf. HANS DAALDER, "Parties, elites and political developments in Western Europe", *in* JOSEPH LAPALOMBARA e MYRON WEINER (eds), *Political Parties and Political Developments*, New Jersey, Princeton University Press, 1972, pp. 43 - 77, e ERIC ALLARDT e PERTTI PESONEN, "Cleavages in finish politics", *in* SEYMOUR LIPSET e STEIN ROKKAN (eds), *Party Systems and Voter Aligments*, New York, The Free Press, 1967, pp. 325 - 366. Também para DOGAN, como para DAHL, os estudos empíricos têm demonstrado que as clivagens políticas não são determinadas pelas divisões sociais. Cf. respectivamente, MATTEI DOGAN, "Le vote ouvrier en europe occidentale", *in Révue Française de Sociologie*, vol. I, 1960, pp. 25 - 44 e ROBERT DAHL, "Some explanations", *in* ROBERT DAHL, *Political Oppositions in Western Democracies*, New Haven, Yale University Press, 1970, especialmente pp. 367 - 371 e 401.

(170) O livro de DANIEL-LOUIS SEILER sobre as famílias de partidos é um exemplo da aplicação linear do modelo em causa. Em *Partis et Familles Politiques*, Paris,

ter ultrapassado a abordagem meramente institucionalista do fenómeno em causa, que até aí vigorava na Ciência Política. Simultaneamente, contribuiu para precisar as principais linhas de clivagens políticas estruturantes da política europeia, detendo cada uma delas a respectiva raiz numa contradição estrutural específica presente na sociedade e, por sua vez inscrita nas duas dimensões conflituais (territorial e funcional) encontradas a partir do paradigma de Parsons: clivagem Igreja/Estado, clivagem centro/periferia, clivagem classe possidente/trabalhadores e clivagem rural/urbana(171).

Presses Universitaires de France, 1980, o autor chega a uma tipologia de famílias partidárias, a partir da construção de uma taxinomia das clivagens políticas, com base no modelo de LIPSET e ROKKAN. A tese de doutoramento de MAVROGORDATOS, parte igualmente das quatro clivagens fundamentais expressas por LIPSET e ROKKAN, para a análise do impacte respectivo nas estratégias partidárias na moderna Grécia, conquanto encare a hipótese de estas reflectirem igualmente outros factores, como o carisma e o clientelismo, os quais, por sua vez, também influem nas clivagens. Cf. GEORGE MAVROGORDATOS, *Stillborn Republic: Social Coalitions and Party Strategies in Greece 1922-36*, Berkeley, University of California Press, 1983, *passim*.

Na sequência do quadro teórico exposto juntamente com LIPSET, ROKKAN tentaria aplicá-lo à análise do desenvolvimento e estruturação política nalguns países europeus, observando, numa perspectiva diacrónica e país por país, as diferenças cruciais na sequência do estabelecimento das regras do jogo eleitoral e na formação das alternativas partidárias, considerando igualmente importante a análise do papel dos partidos no processo das tomadas de decisões. Cf. STEIN ROKKAN, "The structuring of mass politics in the smaller european democracies", *in Comparative Studies in Society and History*, vol. 50 nº 2, 1968, pp. 173-210 (vejam-se, especialmente, as pp. 179-197); num trabalho posterior, o mesmo autor retomaria o tema, em idêntica perspectiva comparativa e a partir dos quatro polos de clivagem do modelo em causa. Cf. STEIN ROKKAN, *Citizens Elections Parties*, New York, David Mckay Company, 1970; veja-se a especificação da abordagem teórica no Capítulo I da obra em causa.

A propósito da aplicação do modelo de ROKKAN ao caso espanhol, veja-se RAMÓN COTARELO, "Los partidos politicos en Europa y en España", *in Revista de Política Comparada*, nº 2, Otoño 1980, pp. 113 - 136, *passim*.

(171) Cf. SEYMOUR LIPSET e STEIN ROKKAN, "Cleavage structures, party systems and voter aligments: an introduction", *in* SEYMOUR LIPSET e STEIN ROKKAN (eds.), *Party Systems and Voter Aligments*, New York, The Free Press, 1967, especialmente pp. 9-26; URWIN, no entanto, viria a demonstrar que nalguns países aquelas clivagens não existem como bases dos partidos e que nos casos em que existem,

A par da clivagem produzida pela classe social, podem pois inferir-se, da classificação indicada, outros tipos de fontes de clivagem estruturais, imanentes, tanto da infra-estrutura como da super-estrutura: a religião(172) (que pode opôr clericais a anti-clericais, confessionais a laicos, ou credos distintos), a região (que encerra a dimensão centro/periferia e rural/urbana conquanto esta também seja uma dimensão a ter em conta na classe social) e em estreita conexão com a classe social, o *status* (que pode ser medido através de indicadores como o nível de instrução, profissão, rendimento económico, tipo de vida, entre outros. Acrescentaremos, ainda, como possíveis fontes de clivagens

---

variam dentro do mesmo sistema político e de país para país. Cf. DEREK URWIN, "Social cleavages and political parties in Belgium: problems of institucionalization", *in Political Studies*, vol. XVIII,, nº 3, 1970, pp. 320-340, *passim*.

(172) Veja-se, por exemplo, o caso particular da Áustria, no qual a clivagem religiosa jogou um papel fundamental, no estudo de LORWIN sobre o modelo de pluralismo segmentado (presente no caso da Holanda, Bélgica, Luxemburgo, Suiça e Áustria). Cf. VAL LORWIN, "Segmented pluralism, ideological cleavages and political cohesion in the smaller european democracies", *in Comparative Politics*, vol. III, nº 2, January 1971, pp. 141-175. LORWIN definiria o pluralismo segmentado como: "(...) the organization of social movements, educational and communications systems, voluntary associations, and political parties along the lines of religious and ideological cleavages", acrescentando: "It is pluralist in its recognition of diversity of religious, socioeconomic, and political affiliations; it is 'segmented' in its institutionalization of most other forms of association along the lines of political-religious cleavages", in *op. cit.*, p. 141.

Outros trabalhos empíricos, tal como o estudo comparativo entre oito países levado a cabo por SANI e SARTORI sobre as similaridades e diferenças entre os vários sistemas de partidos, quanto ao perfil da fragmentação e polarização partidária e à estrutura das linhas de clivagens, também teve como base, além da dimensão ideológica (auto-colocação na escala esquerda/direita), a dimensão religiosa. Cf. GIACOMO SANI e GIOVANNI SARTORI, "Frammentazione, polarizzazione e cleavages: democrazia facili e difficili", *in Rivista Italiana di Scienza Politica*, vol. VIII, Nº 3, 1978, pp. 339-361. Veja-se, também, tendo por base a dimensão religiosa, o livro de GUY HERMET, *Los Catolicos en La España Franquista*, Madrid, Siglo XXI, 1985.

políticas estruturais, a raça ou etnia e em relação com ela, a língua(173).

Outros factores podem, também, funcionar como determinantes das opções políticas a nível individual, como é o caso do sexo, idade e nível de instrução, embora, em princípio, não pareçam ter um reflexo directo nas clivagens políticas(174).

---

(173) Normalmente, estas fontes de clivagem estão interligadas, como é o caso da clivagem entre Flamengos e Valões na Bélgica. Na maioria dos casos aparece, também, associada com as clivagens de base regional, surgindo configurações de clivagens sobrepostas de base regional, étnica, linguística, etc. como é, por exemplo, o caso do País Basco ou da Catalunha na vizinha Espanha. Vejam-se, por exemplo, os estudos efectuados por JUAN LINZ, "Early state-building and late peripheral nationalism against the state: the case of Spain", *in* S. N. EISENSTADT e STEIN ROKKAN (eds.), *Building Nations and States*, (vol. II, Analysis by Region), Beverly Hills, Sage Publications, 1973, pp. 32 - 116 e JULIÁN SANTAMARÍA, E. ORDUÑA e MARTÍN ARTAJO, *Documentos para la Historia del Regionalismo en España*, Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local, 1977.

(174) Vejam-se nesse sentido as conclusões do trabalho de ROSE e URWIN sobre a coesão social dos partidos políticos em RICHARD ROSE e DEREK URWIN, "Social cohesion, political parties and strains in regimes", *in Comparative Political Studies*, vol. II, nº 1, April 1969, pp. 7-67, especialmente pp. 14-15.

Vejam-se, também, os resultados a que chegaram respectivamente DOGAN, BARNES e ROSE sobre a instrução, que parece desempenhar um papel bem mais importante que o sexo ou a geração. Cf. SAMUEL BARNES, "Participation, education and political competence: evidence from a sample of italian socialists", *in American Political Science Review*, nº 60, 1966, pp. 348-353; MATTEI DOGAN, "Political cleavage and social stratification in France and Italy", *in* SEYMOUR LIPSET e STEIN ROKKAN (eds.), *Party Systems and Voter Alignments*, New York, Free Press, 1967, pp. 129-195 e RICHARD ROSE, "Class and party divisions: Britain as a teste case", *in Sociology*, vol. II, 1968, pp. 129-162.

No caso específico dos partidos portugueses, tínhamos já disponíveis alguns resultados no que concerne ao sexo, idade e instrução dos inscritos no PPD/PSD e no CDS (1983), dos dirigentes nacionais destes dois partidos e dos do PS (1983) e de uma amostra dos activistas dos três partidos referidos, assim como do MDP e do PPM (estes últimos dados respeitam a 1981). Cf. MARIA JOSÉ STOCK, "O centrismo político em Portugal: génese do bloco-central e a análise dos partidos da coligação", *in Análise Social*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, vol. XXI, nº 85, 3ª série, 1985, pp. 45 - 82; MARIA JOSÉ STOCK, "A base social de apoio e o recrutamento dos líderes do PSD e do CDS", *in Revista de Ciência Política*, Lisboa, Instituto de Estudos Políticos, nº 1, 1985, pp. 103-121 e MARIA JOSÉ STOCK e LUIS FILIPE VALENTE ROSA, "Perfil dos delegados aos congressos dos partidos políticos em 1981", *in* MARIA JOSÉ STOCK e Outros, *Os Partidos em Congresso 1981, Quem são e o que pensam os seus Delegados - Uma Abordagem Sociológica*, Évora, Gabinete de Investigação e Acção Social, ISESE, 1985, pp. 59 - 94.

Pensamos, contudo, que são elementos a não desprezar, aliás, como as primeiras bases de clivagem reportadas, especialmente quando se trata de entender, com a maior profundidade possível, todas as dimensões dos conflitos intra-partidários, as diversas motivações que lhes poderão estar na origem e as configurações concretas que os mesmos adquirem.

8. Existe , por outro lado, uma série de clivagens políticas, que estão subjacentes a certos conflitos, quer entre os partidos, quer dentro de cada um, que não têm a sua origem na estrutura social. Foi a verificação empírica da existência de outros vectores detendo um carácter estritamente político, que levou Allardt e Pesonen a precisarem a diferenciação, já referida, entre clivagens estruturais e clivagens não estruturais(175).

Num trabalho posterior, Pesonen chamaria, de novo, a atenção para a importância da distinção em causa, por forma a poderem ser percebidas todas as dimensões do conflito político(176), ou seja, há que não confundir as clivagens sociais politizadas, aquelas que têm a sua origem na estrutura

---

(175) Cf. ERIK ALLARDT e PERTTI PESONEN, "Cleavages in finish politics", *in* SEYMOUR LIPSET e STEIN ROKKAN (eds.), *Party Systems and Voter Aligments*, New York, The Free Press, 1967, pp. 325 - 366.

(176) Cf. PERTTI PESONEN, "Dimensions of political cleavage in multi-party systems", *in European Journal of Political Research*, 1, 1973, pp. 109 - 132. Neste artigo, o autor parte da contestação do modelo apresentado por DOWNS para a análise da competição entre partidos e das críticas a ele tecidas por STOKES, para concluir que num sistema multipartidário (como é o caso português), tanto o modelo espacial apresentado pelo primeiro (Cf. ANTHONY DOWNS, *An Economic Theory of Democracy*, New York, Harper and Row, 1957) como o de *issue dimensions* em que se baseia o segundo (Cf. DONALD STOKES, "Spatial models of party competition", *in* ANGUS CAMPBELL, PHILIP CONVERSE, WARREN MILLER e DONALD STOKES, *Elections and the Political Order*. New York, John Wiley, 1966, pp. 161-179), não abarcam a situação.

social, mas que se exprimem em termos políticos, com as clivagens propriamente políticas isto é, as que não precedem o sistema político mas são dele consequência(177).

Entre estas últimas incluem-se as clivagens ideológicas, que se prendem com as questões de regime (democracia *versus* totalitarismo, por exemplo) e com as opções por um sistema de ideias, referência base para a visão e intervenção no real (liberalismo *versus* social-democracia, por exemplo), as que respeitam ao desenvolvimento político(178) (tradição *versus* modernismo), à política externa (alinhado/não alinhado é uma das dimensões possíveis) ou à dimensão esquerda/direita, entre muitas outras possíveis. Cada uma destas bases de clivagem é gerada dentro do sistema político pela acção dos diversos actores políticos, entre os quais se contam os partidos e dentro destes, principalmente as suas elites. O conflito que então se configura a nível intra-partidário far-se-á à volta dessas clivagens sobre assuntos ou procedimentos específicos, que nem sempre têm, portanto, na sua base clivagens de tipo estrutural.

Não é, contudo, de excluir a possibilidade de, subjacente a esses conflitos, estarem também, ou apenas, clivagens

---

(177) Nesta medida, PESONEN alerta para a importância do papel aí desempenhado pelos próprios partidos e das diferentes dimensões desse papel. Cf. PERTTI PESONEN, *op. cit.*, pp. 110 - 112.

(178) SEYMOUR LIPSET em "Political cleavages in 'developed' and 'emerging' polities", *in* ERIK ALLARDT e YRJÖ LITTUNEN (eds.), *Cleavages, Ideologies and Party Systems*, Helsinki, Transactions of the Westermaark Society, 1964, pp. 21 - 55, considera esta clivagem fundamental na configuração das sociedades em vias de desenvolvimento; este aspecto pode, assim, revelar-se de especial interesse no que diz respeito ao caso português.

provenientes da estrutura social(179). Cremos, no entanto, que as clivagens especificamente políticas e, especialmente, aquelas que decorrem da acção voluntária das elites dos partidos, em consequência da relação entre os respectivos interesses e ideologias e a estrutura de oportunidades oferecida, quer pelo sistema político aos partidos, quer pelo sistema intra-partidário às suas elites, podem ser, por si, suficientemente capazes de elucidar àcerca da configuração que adquirem os conflitos a este último nível.

No sub-capítulo seguinte serão apreciadas essas relações, ainda numa perspectiva teórica, com vista à sua integração no modelo de análise e à operacionalização respectiva, em ordem ao estudo de caso que empreendemos.

---

(179) Alguns estudos empíricos evidenciariam que o conflito interno sobre questões ideológicas pode ter na sua raiz uma clivagem típica de classe. Tal foi o caso das conclusões a que chegou JAMES WILSON em *The Amateur Democrat, Club Politics in Three Cities*, Chicago, University of Chicago Press, 1966. Esta é, no fundo, a concepção teórica dos marxistas clássicos, para os quais, mesmo que existam outros factores, como por exemplo, os de ordem cultural, eles transmitem apenas a influência das variáveis sócio-económicas.

Pelo contrário, para outros autores, como é o caso de DUVERGER, os factores culturais não só determinam a forma e o contexto do conflito, como os ajudam a vir à luz, os agravam ou atenuam. Cf. MAURICE DUVERGER, *Introduction à la Politique*, Paris, Gallimard 1964, pp. 68 e ss.

Pensamos mesmo, que a cultura política, além de influenciar o funcionamento global do sistema político, determina o estilo da competição político-partidária, tal como o grau de homogeneidade daquela tem consequências comprovadas a nível do funcionamento do sistema de partidos. Conquanto o caso português não seja tão evidente como o é, por exemplo, o espanhol, veja-se a importância das Regiões Autónomas ou da dimensão Norte/Sul no que se refere à implantação eleitoral, nomeadamente do PPD/PSD. (Vejam-se no Anexo VI desta dissertação, os Quadros 1 e 2, com os sucessivos resultados eleitorais obtidos por este, como pelos restantes partidos com assento na Assembleia da República, nos diversos Distritos e nas Regiões Autónomas e veja-se, também, a análise a que procedemos das elites e "facções" do PPD/PSD no Capítulo XI desta dissertação).

3 - As clivagens políticas e o conflito político-partidário.

1. Precisada a orientação central do modelo que serve de fio condutor à presente análise, vejamos agora alguns elementos complementares que irão permitir apurar a sua configuração final.

Estes elementos correspondem a três coordenadas essenciais, relacionadas entre si, qualquer delas decorrente tanto de factores exógenos aos partidos, mas inscritos no sistema político, como de factores endógenos aos mesmos e que se prendem com a noção de clivagem política atrás precisada, tal como com outros conceitos que analisaremos nas páginas subsequentes.

Da relação entre esses vectores resultam características específicas a nível da vida intra-partidária, fortemente condicionantes dos conflitos que aí se processam.

2. Entre os elementos referidos, avultam a estrutura das oportunidades políticas, os interesses subjacentes às atitudes e comportamentos das elites e à formação ou institucionalização dos diferentes tipos de facções e, por último, as ideologias e as políticas concretas através das quais se expressam umas e outras ou a coberto das quais o mesmo se degladiam.

O conflito intra-partidário e os *out-puts* resultantes da actuação das elites dirigentes, perspectivados seja em termos da formação ou ruptura de facções, de novas orientações

ideológico-programáticas para o partido em causa, de alterações de ordem táctica ou estratégica, de modificações na sua estrutura organizacional, da escolha de novos dirigentes para o mesmo ou da opção por diferentes coligações, seja no que se refere a tomadas de decisões precisas por parte do respectivo Grupo Parlamentar ou a medidas políticas específicas, quando o partido é Governo ou oposição, resultam, assim, dessa relação entre as oportunidades, os interesses e as ideologias(180).

Entre as estruturas das oportunidades contam-se, para além do quadro geral que o sistema político apresenta e, dentro dele, o sistema de partidos, o tipo de competição que o caracteriza e o espaço de manobra com que depara cada formação partidária, o número e tipo de cargos partidários e públicos disponíveis para as respectivas elites(181), as regras formais e informais para a sua obtenção, os mecanismos eleitorais internos e externos, os critérios e as formas de recrutamento(182), os recursos existentes e os riscos inerentes à

---

(180) No fundo, esta relação prende-se com as formulações de CZUDNOWSKI. Como notaria este autor, as elites dos partidos articulam as políticas, mas as decisões estão interligadas dentro dos parâmetros de exigências crescentes, reinvindicações conflituosas e recursos limitados. Cf. MOSHE CZUDNOWSKI, "Introduction: a statement of the issues", *in* MOSHE CZUDNOWSKI (ed.), *Does Who Governs Matter? Elite Circulation in Contemporary Societies*, Illinois, Dekalb, Northern Illinois University Press, 1982, pp. 9-10.

(181) Daí, que haja autores que tratem os partidos políticos e a sua organização e actividade como sendo respostas à estrutura de oportunidades existente no que se refere a cargos eleitos; "A political party is a leader - producing organization", diz JOSEPH SCHLESINGER em "Political parties: Party units", *in International Enciclopaedia of the Social Sciences*, New York, MacMillan Company and The Free Press, vol. XI, 1968, p. 432.

(182) SELIGMAN define a função de recrutamento, como "(...) the way in which parties select a team, drawn from their own leadership, membership, and/or the groups and organizations in their environment, that is aceptable to their organization and

perda dos respectivos cargos(183) por parte daqueles que os detêm ou procuram obter.

As oportunidades políticas não dizem só respeito aos cargos especificamente partidários, ou seja, àqueles que são passíveis de desempenho apenas por parte de militantes do partido, porque a sua existência está formalmente estabelecida nos Estatutos respectivos. Estão, também, relacionadas com os cargos públicos, cuja definição e preenchimento ultrapassa, no entanto, a exclusiva vontade partidária. Esta vontade, a par da expressa pelo eleitorado é, contudo, visível na escolha dos elementos que, eventualmente, venham a ocupar esses cargos e, daí, o particular papel organizativo desempenhado pelos partidos na formação e transformação das elites políticas, representando aqueles, nas modernas democracias ocidentais, a principal forma de mediação política entre a sociedade e o Estado(184).

Do exposto se pode depreender a importância de que se reveste o processo de recrutamento para esses cargos. Simultaneamente se conclui, que o sucedido no plano interno dos

---

public constituency"; Cf. LESTER SELIGMAN, "Political parties and the recruitment of political leadership", *in* LEWIS EDINGER (ed.), *Political Leadership in Industrial Societies, Studies in Comparative Analysis*, New York, John Wiley and Sons, 1967, p. 307; do conteúdo do artigo supra-citado, se pode ver que SELIGMAN apresenta uma exaustiva análise dos processos de recrutamento, através de uma grelha teórica especialmente elaborada para esse efeito. Cf. *idem*, pp. 294-315.

(183) Para SELIGMAN, o que determina os incentivos para o recrutamento político é o equilíbrio entre as ocasiões de obter um cargo e as recompensas e os riscos a ele inerentes. Cf. LESTER SELIGMAN, *op. cit.*, p. 252.

(184) Segundo SELIGMAN, "The critical contribution of political parties to leadership is their strategic role in the structure of political opportunity". Cf. *idem*, p. 294.

partidos é, necessariamente, afectado por condições inscritas num âmbito mais lato, ou seja, por aspectos específicos que se prendem com a estrutura das oportunidades que o processo de desenvolvimento político social oferece.

3. Sendo assim, o recrutamento pode ser considerado como o produto da interacção entre a dinâmica do próprio partido e as suas condições ambientais. O recrutamento será, como defende Seligman, um aspecto da relação de troca que se estabelece entre a organização partidária, o sistema político e a própria sociedade(185).

Esta relação, que, para nós, se reveste de particular importância(186), assim como o decorrente processo de recruta-

---

(185) Diversos autores poriam em evidência alguns destes aspectos. SCARROW, por exemplo, daria especial relevo àquilo que chamou os *by-products* dos partidos, ou sejam, os incentivos, castigos e recompensas de que os partidos dispõem e que geram um novo conjunto de factores motivacionais, que podem funcionar como variável explicativa de certas situações ou comportamentos. Cf. HOWARD SCARROW, "The function of political parties: a critique of the literature and the approach", *in Journal of Politics*, vol. XXIX, 1967, p. 785.

Também SELIGMAN chamaria a atenção para a necessidade de se analisar, tanto a forma como os partidos são condicionados pela estrutura social e política, como os efeitos de retorno da acção dos partidos sobre esses sistemas. Cf. LESTER SELIGMAN, "Political parties and the recruitment of political leadership", *in* LEWIS EDINGER (ed.), *Political Leadership in Industrial Societies, Studies in Comparative Analysis*, New York, John Wiley and Sons, 1967, p. 296. Directamente relacionado com esta problemática, o mesmo autor, noutro trabalho, refere que os padrões de recrutamento afectam e reflectem a sociedade; como variável dependente, expressa o sistema de valores, a base da estratificação social, o grau de contradições e coerências do sistema político, a articulação entre este e a sociedade e a estrutura de mudança de papéis; como variável independente, determina as vias para a participação política, a ascensão social, acelera ou retarda os efeitos da mudança de papéis sociais, influencia as políticas a pôr em prática e a própria estabilidade do sistema. Cf. LESTER SELIGMAN, "Elite recruitment and political development", *in Journal of Politics*, vol. XXVI, 1964, pp. 612-613.

(186) Seria com base nesta relação, tal como já indicámos, que estruturámos o nosso modelo. Daí, o termos incluido numa dissertação sobre o conflito intra-partidário, uma análise das condições ambientais em que se constituiram e desenvolveram os conflitos concretos aqui estudados (veja-se a Parte III da dissertação) depois de

mento das elites partidárias, prende-se tanto com as condições presentes na sociedade, expressas no que atrás entendemos por clivagens estruturais, como com as condições impostas no campo especificamente político, ou seja, o que definimos como clivagens políticas.

Se considerarmos, como Wilson o fez, que as organizações partidárias consistem em grupos de pessoas que coordenam as suas actividades tendo por objectivo influenciar a escolha de candidatos para os cargos disponíveis e que um partido é, por definição, um grupo assente na atracção exercida pelas recompensas materiais(187), mais imediatamente expressa na obtenção desses cargos, facilmente se conclui que o processo de recrutamento das respectivas elites envolverá certamente uma série de componentes geradoras de conflito.

Nos partidos políticos o recrutamento das elites será uma das tarefas dos vários grupos, portadores de interesses e objectivos contraditórios, a que poderemos chamar facções(188). Cada uma dessas componentes organizativas terá, por

---

devidamente retomados os parâmetros teóricos dessa relação (veja-se o Capítulo VI, introdutório à Parte II desta dissertação).

(187) Cf. JAMES WILSON, *Political Organizations*, New York, Basic Book, 1973, pp. 95 - 96. Para WILSON "(...) even the purest devotees of principle would usually prefer to see their principles put into practice, and that requires power". Cf. *idem*, p. 101.

(188) Veja-se, no Capítulo seguinte, a fundamentação teórica da opção pelo conceito de facção para designar os grupos de conflito intra-partidário. Sobre o processo de recrutamento das elites veja-se LESTER SELIGMAN, "Political recruitment and party structure a case study", *in American Political Science Review*, vol. 55, 1961, p. 97. Neste artigo, SELIGMAN distingue os diversos mecanismos que o processo de recrutamento pode seguir, como é o caso da eleição, cooptação e nomeação, entre outros, os quais adiante teremos ocasião de analisar, quer seja em termos teóricos, quer seja no que respeita ao caso concreto do PPD/PSD. Cf. *op. cit.*, p. 95.

certo, fins específicos e formas de actuação autónomas. As ligações entre os diferentes grupos, cada um deles partilhando os seus próprios interesses, o que pressupõe uma desigual participação nos objectivos mais gerais do partido, determina a estrutura partidária. É neste aspecto particular, que a estrutura de oportunidades se prende com a formação de facções e com os interesses subjacentes à sua constituição.

Reconhecendo-se a existência de diferentes tipos de grupos de conflito dentro dos partidos políticos, haverá que distinguir entre as diversas dimensões que o conflito pode assumir entre esses grupos: o que os divide e a forma como se organizam, isto é, as respectivas dimensões política e organizacional, entre as quais não parece, no entanto, existir uma correlação directa(189).

3. Na base de cada tipo de conflito(190) entre as facções ou entre as elites, podem estar motivações ou interesses de diversa ordem: divergências quanto às estratégias a seguir, posicionamentos distintos quanto a questões

---

(189) HINE refere, como exemplo, o caso do Partido Trabalhista britânico, que tem facções organizadas, mas onde existem numerosos militantes não alinhados, e o da Democracia Cristã italiana e do Partido Socialista Italiano, nos quais todos os membros pertencem a facções; no entanto, ao maior grau de solidez organizacional das facções, no caso italiano, não corresponde um espectro mais vasto de opiniões, seja em termos ideológicos, seja perante a medidas políticas concretas. Cf. DAVID HINE, "Factionalism in west european parties: a framework for analysis", *in West European Politics*, vol. I, 1982, p. 37.

(190) Interrogando-se sobre a questão acima indicada, HINE é levado, como SARTORI o fez, a proceder à distinção entre os diversos tipos de grupos e de conflitos intra-partidários. Cf. DAVID HINE, *op. cit.*, pp. 39-41 e GIOVANNI SARTORI, *Parties and Party Suystems*, Cambridge, Cambridge University Press, 1976, pp. 76 - 77.

de ordem ideológica, diferentes alternativas tácticas, opções diversas que se apresentam quanto a decisões a tomar face a medidas concretas, para além de razões de ordem pessoal expressas em atitudes antagónicas quanto à sucessão das chefias, determinadas por questões de mero carreirismo político ou derivadas da luta pelas recompensas político-partidárias que são oferecidas.

Os interesses, como tal genericamente considerados, subjacentes a cada um dos alinhamentos intra-partidários e ao conflito que entre eles se desencadeia serão, certamente, factores decisivos para a compreensão da constituição e comportamento desses grupos, relativamente a situações concretas de conflito interno. Diremos, ainda, que pode existir, num partido, uma representação especial de grupos de interesse propriamente ditos, os quais, no fundo, constituem potenciais facções: tal poderá ser o caso dos grupos profissionais, das mulheres, dos jovens ou das diferentes regiões geográficas de um país, para só referir alguns.

O mesmo se passa no que se refere às atitudes das elites, visto que, muitas vezes, os conflitos intra-partidários se resumem simplesmente à luta pelo poder interno que se estabelece entre elas. Neste caso, na maior parte das situações, os interesses subjacentes poderão estar camuflados(191), decorrendo o conflito à volta desses interesses, mas

---

(191) Conforme sublinha HINE, para além de ser difícil apreender as motivações dos líderes das facções, eventualmente pouco interessados em que os interesses respectivos sejam postos à luz do dia, muitas vezes dá-se o caso de existirem, misturados, motivos de diversa ordem, não conseguindo os próprios protagonistas

a coberto de questões do foro ideológico ou estratégico e assumindo configurações específicas a nível do faccionalismo intra-partidário.

Este aspecto afigura-se-nos particularmente relevante, visto permitir fechar o círculo das relações teóricas existentes entre as oportunidades, os interesses e as ideologias, para a compreensão do conflito intra-partidário, dada a protagonização deste por parte das respectivas elites e facções.

4. De tudo quanto fica dito neste Capítulo, consideramos ser legítimo retirar as seguintes conclusões:

a) *Na análise do conflito político-partidário torna-se imprescindível definir conceitos apropriados ao seu entendimento, tal como o de clivagem;*

b) *Na delimitação do conceito de clivagem, há que demarcar, com precisão, as fronteiras com outros conceitos relacionados, tais como divisão social, conflito social, divisão política e conflito político;*

c) *No mesmo sentido, torna-se premente proceder à distinção entre clivagem social e clivagem política, tendo como objectivo a apreensão de todas as componentes do conflito político-partidário;*

d) *Recusamos a teoria do reflexo, ou seja, a que defen-*

---

proceder à sua diferenciação. Cf. DAVID HINE, *op. cit.*, pp. 41 - 42.

de a tradução directa das clivagens sociais em políticas;

e) Abandonado este reducionismo sociológico do político, há que encontrar outra resposta para a interrogação que se põe a este propósito: quais as fontes das clivagens políticas e que configurações é que estas podem adquirir;

f) Relacionada com esta matéria consideramos que as clivagens políticas englobam duas ordens distintas de fenómenos, que podem ser agregados em dois tipos: clivagens estruturais e clivagens não-estruturais;

g) Quanto às clivagens políticas estruturais, há que diferenciar as diferentes fontes possíveis das mesmas, que, de forma alguma, se podem reduzir apenas à estratificação social;

h) Na tentativa de formulação de uma tipologia das razões possíveis das clivagens políticas estruturais, identificámos, para além da classe e das múltiplas dimensões que esta encerra, a etnia, a região, a religião e a língua, entre outras, cada uma delas podendo englobar, por sua vez, diferentes dimensões;

i) Procedendo à mesma sistematização no que concerne às causas das clivagens políticas não estruturais, adiantaram-se algumas configurações possíveis das mesmas, em ordem à sua futura operacionalização, qualquer delas decorrente da relação que se esta-

belece entre as oportunidades que se oferecem às elites e os interesses e ideologias que estas partilham;

j) Na determinação das fontes destas últimas clivagens, considerou-se, assim, que o papel atribuído às elites dos partidos na produção dessas clivagens, com base naquela relação, deverá ser redimensionado, sob pena de não se apreenderem todas as componentes do processo;

k) O quadro da relação entre as oportunidades, os interesses e as ideologias no qual as elites se movimentam, quer no âmbito do sistema político-social, quer no do sistema de partidos e intra-partidário, funcionando como base das clivagens políticas não estruturais e das configurações que as mesmas adquirem, age, consecutivamente, como forte condicionante do conflito nesta última esfera;

l) Dada a protagonização deste por parte das elites e das facções dos partidos, afigura-se-nos fundamental centrar a análise nestes domínios, depois de previamente determinados os conceitos em causa.

III - AS FACÇÕES E A DINÂMICA PARTIDÁRIA

"(...) Conflict is more the occasion of unifications which are required internally that it is the purpose of these unifications".

Georg Simmel, *Conflict and the Web of Group-Affiliations*, 1955, p. 101.

1 - Os limites analíticos do conceito de facção

1. Nesta terceira etapa em ordem à construção de um modelo explicativo do conflito político-partidário será equacionada a problemática do faccionalismo, tida como fundamental para a compreensão dos conflitos gerados no âmbito interno dos partidos, visto serem as facções grupos de conflito e este a razão de ser das facções(192).

Antes de prosseguir na análise teórica das facções há, contudo, que distinguir dois campos possíveis em que as mesmas podem ser analisadas. Um, prende-se com a perspectiva das fac-

---

(192) Estas considerações resultaram de diversos estudos efectuados sobre diferentes tipos de sociedades e de instituições sociais, de que é exemplo o trabalho de RALPH NICHOLAS, "Factions: a comparative analysis", *in* MICHAEL BANTON (ed.), *Political Systems and the Distribution of Power*, London, Tavistock, 1965, pp. 21 -61.

ções como configurações pré-partidárias(193), outro, e é este, como facilmente se depreende, o campo em que nos movemos, respeita às facções que emergem dentro dos partidos já constituídos. É, pois, à análise das facções que se formam no âmbito intra-partidário, que constituem sub-unidades dentro dos partidos políticos, entre as quais se geram conflitos, que dedicaremos este Capítulo.

2. A primeira dificuldade que surge ao abordarmos a temática em causa, prende-se com o próprio conceito de facção. Acrescem as dificuldades logo que se trata da operacionalização respectiva em termos da investigação empírica.

Urge, portanto, definir com precisão a compreensão do conceito, justificando a opção pelo mesmo, demarcando as diferentes formas que o fenómeno pode adquirir, dissecando os distintos vectores da problemática em que este se insere e, finalmente, equacionando a referida problemática dentro do mo-

---

(193) O termo facção, cuja raiz etimológica é *factio*, que em latim significa fazer algo de forma desagregada, serviu e serve ainda (vejam-se, por exemplo, os dois estudos de WILLIAM CHAMBERS, respectivamente *Political Parties in a New Nation: The American Experience 1776-1809*, New York, Oxford University Press, 1963 e "Parties and nation-building in America", *in* JOSEPH LAPALOMBARA e MYRON WEINER (eds.), *Political Parties and Political Development*, Princeton, Princeton University Press, 1966, pp. 79-106), para qualificar aquilo que viria a ser conhecido como partido.

Sobre as raízes etimológicas de um e de outro termo, dos problemas semânticos surgidos à sua volta e dos usos sucessivos a que têm sido sujeitos ao longo dos tempos, veja-se GIOVANNI SARTORI, "Proporzionalismo frazionismo e crisi dei partiti", *in Rivista Italiana di Scienza Politica*, vol. I, nº 3, 1971, especialmente p. 653; FRANK BELLONI e DENNIS BELLER, "The study of party factions as competitive political organizations", *in Western Political Quarterly*, vol. XXIX, nº 4, December 1976, pp. 531-533; GIOVANNI SARTORI, *Parties and Party Systems, A Framework for Analysis*, Cambridge, Cambridge University Press, vol. I, 1976, pp. 3-13 e, também, a distinção, bem demarcada, entre facção e partido, em JOACHIM FRIEDRICH CARL, *Gobierno Constitucional y Democracia*, Madrid, Instituto de Estudios Políticos, 1975, pp. 361-362.

delo explicativo do conflito intra-partidário que nos propusémos elaborar.

Num artigo dedicado à revisão da literatura disponível sobre o fenómeno do faccionalismo intra-partidário, Belloni e Beller, sublinhando a importância do papel desempenhado pelas facções na cena política, apelam para a necessidade de se levarem a efeito mais análises neste campo, dado verificar-se que o mesmo está ainda pouco desenvolvido(194).

Foi justamente observado por aqueles autores, que o motivo subjacente à insuficiente atenção até agora concedida ao fenómeno do faccionalismo intra-partidário reside no facto de às facções ser imputada uma certa ilegitimidade, decorrente do sentido pejorativo geralmente atribuído ao termo. Nesta perspectiva, o fenómeno do faccionalismo comporta uma carga negativa, que tem vindo a prejudicar o interesse que o mesmo deveria suscitar aos investigadores(195).

---

(194) Cf. FRANK BELLONI e DENNIS BELLER, "The study of party factions as competitive political organizations", *in Western Political Quarterly*, vol. XXIV, nº 4, December 1976, pp. 531-549.

(195) BELLONI e BELLER estabelecem um paralelo entre as conotações negativas atribuídas ainda hoje ao termo facção, com a atitude face aos partidos políticos existente quando da emergência destes no século XVIII. Cf. *idem*, pp. 531-532. Os mesmos autores distinguem, no entanto, as posições anti-partidos defendidas naquela época e as motivações respectivas, das que se prendem às teses anti-partidos patentes em escritos dos séculos XIX e XX. Veja-se, no mesmo artigo, a nota 2.

Sobre o mesmo assunto e, particularmente, no que respeita às raízes da reportada aversão aos partidos políticos, presente não só na tradição autoritária, mas também nos escritos dos defensores das concepções organicistas do Estado e nalguns movimentos emergentes que valorizam sobretudo o consenso e a defesa do que consideram a verdadeira representatividade e governo do povo, consulte-se KURT LENK e FRANZ NEUMANN (eds.), *Teoria y Sociologia Críticas de los Partidos Políticos*, Madrid, Editorial Anagrama, 1980, pp. 8 a 13; a colectânea de textos de autores diversos, presente nessa obra, consiste numa boa amostra dos distintos posicionamentos, na literatura política, face aos partidos políticos. Vejam-se

Também Eldersveld acentuaria a importância de se proceder ao estudo das facções na esfera intra-partidária, de se analisar a estrutura interna dos partidos políticos em todas as suas dimensões. Refere este autor que uma das teorias sobre os partidos políticos defende que estas formações têm que ser vistas, não só como uma estrutura orientada para as respectivas clientelas, mas, também, como um sistema estrutural que procura converter interesses sociais e políticos em poder político(196). Nessa medida, os partidos contêm grupos internos, sub-coligações, que representam e exploram interesses múltiplos para conseguir o controle do poder(197).

3. Na nossa perspectiva, esta concepção é fundamental para se entender a importância de que se revestem as facções para a compreensão do conflito intra-partidário. Se cada grupo interno detém interesses próprios e procura obter o poder, gerar-se-à, necessariamente, entre eles o conflito ou, então, entre cada um e o todo(198), concluindo-se, assim, serem

---

especialmente os Capítulos I a VI da obra em causa.

Veja-se, ainda, o que diz HUNTINGTON àcerca das várias críticas que, no fundo são coincidentes, já que tecidas à própria existência dos partidos políticos: "The conservative sees a party as a challenge to the established hierarchy; the administrators sees it as a threat to rationalized rule; the populists as an obstacle to the expression of the general will". Cf. SAMUEL HUNTINGTON, *Political Order in Changing Societies*, New Haven, Yale University Press, 1969, p. 404.

(196) Cf. SAMUEL ELDERSVELD, *Political Parties, A Behavioral Analysis*, Chicago, Rand McNally, 1964, p. 6.

(197) Este será, por exemplo, o ponto de vista igualmente defendido por CHARLES MERRIAM em *The American Party System*, New York, MacMillan, 1922, p. 3, segundo a opinião de SAMUEL ELDERSVELD, expressa na obra supra-citada, p. 6; no fundo, idêntica postura se encontraria subjacente à teoria das coligações. Cf. *idem*, p. 7.

(198) Sobre a imprescindibilidade de se recorrer à análise do faccionalismo intra-partidário para a cabal apreensão do conflito político, pronunciar-se-ia, também,

os partidos sistemas de conflito e as facções grupos organizados de conflito, conforme já atrás sublinhamos.

Também para Sartori e para Zuckerman, não é possível explicar todas as dimensões do conflito político lidando apenas com os partidos como unidades, tornando-se indispensável o estudo das sub-unidades partidárias(199) e podendo este ser levado a cabo sob distintos ângulos(200). Ao sublinhar a importância de que se revestirá semelhante estudo,

---

RICHARD ROSE em "Parties, factions and tendencies in Britain", *in Political Studies*, vol. XII, 1964, pp. 33-46, especificamente no que respeita ao fenómeno de identificação com cada facção e ao fenómeno do "não-alinhamento" e às suas consequências para as políticas seguidas pelos partidos enquanto governo ou oposição. Cf. *idem*, p. 36.

Também HINE se preocuparia com a questão da identificação com as partes ou com o todo. Cf. DAVID HINE, "Factionalism in west european parties; a framework for analysis", *in West European Politics*, vol. I, 1982, pp. 37-53, especialmente p. 39.

(199) Veja-se, nomeadamente, GIOVANNI SARTORI, *Parties and Party Systems. A Framework for Analysis*, Cambridge, Cambridge University Press, vol. I, 1976, pp. 71 e ss. e ALAN ZUCKERMAN, "Social structure and political competition: the italian case", *in World Politics*, vol. XXIV, 1972, pp. 428-444, especialmente p. 430.

(200) SARTORI, por exemplo, considera duas linhas de investigação fundamentais. Uma, tem as suas raízes na "lei de ferro da oligarquia", expressa por ROBERT MICHELS em *Les Partis Politiques. Essai sur les Tendances Oligarchiques des Démocraties*, Paris, Flammarion, 1971, e privilegia os processos intra-partidários. Outra, inscreve-se na tendência delineada por MAURICE DUVERGER em 1951 e na qual se sobrevalorizam os aspectos organizacionais. Cf. *Les Partis Politiques*, Paris, Armand Colin, 1969.

Para uma revisão, à data bastante exaustiva e sistematizada, dos trabalhos realizados sobre faccionalismo, veja-se o artigo de FRANK BELLONI e DENNIS BELLER no qual os autores passam primeiro em revista cada um dos principais trabalhos realizados sobre o tema, para, depois, identificarem três áreas fundamentais; uma, à volta das questões organizacionais ou estruturais e que responde à questão "o que são facções?"; outra, que tem a ver com os aspectos funcionais e que responde à pergunta "o que fazem as facções?" e, por último, outra que se preocupa com as variáveis causais do facccionalismo, ou seja com o "porquê" da existência das facções. Cf. FRANK BELLONI e DENNIS BELLER, "The study of party factions as competitive political organizations", *in Western Political Quarterly*, vol. XXIX, nº 4, December 1976, pp. 543-548. Nas conclusões, os autores apontam o interesse em se estudarem as facções como sistemas de facções ou seja, sob uma perspectiva sistémica. Cf. *idem*, p. 549.

Sartori verificaria ser o mundo das sub-unidades partidárias extremamente diversificado(201). Acrescentemos que cada caso particular encerra, como diria Finer sobre o sistema bipartidário inglês, "distinctive idiosyncratic features"(202), as quais haverá pois que clarificar.

Contudo, para proceder a essa clarificação(203), torna-se necessário dispôr, à partida, de ideias definidas face ao conceito ou conceitos a utilizar.

4. Conforme referimos logo no início deste sub-capítulo, o conceito de facção levanta certa polémica, sobretudo quando aplicado indiscriminadamente a todas as formas que podem assumir as sub-unidades partidárias, constituídas por grupos de indivíduos com o objectivo de controlar o poder dentro de um partido político.

A diversidade no que respeita à estrutura interna dessas sub-unidades, a durabilidade das mesmas, os objectivos a que se propõem, as tácticas escolhidas ou as políticas por

---

Em trabalhos posteriores, BELLONI e BELLER viriam a desenvolver a temática das facções nas componentes respectivas já reportadas. Vejam-se os dois estudos dos autores reportados, "The study of factions" e "Party and faction: modes of political competition", ambos em FRANK BELLONI e DENNIS BELLER (eds.), *Faction Politics: Political Parties and Factionalism in Comparative Perspective*, Santa Barbara, ABC-Clio, 1976, respectivamente pp. 3-17 e 417-450.

(201) Cf. GIOVANNI SARTORI, *Parties and Party Systems, A Framework for Analysis*, Cambridge, Cambridge University Press, vol. I, 1976, p. 72.

(202) Cf. SAMUEL FINER, *The Changing British Party System, 1945-1979*, Washington D.C., American Enterprise Institute for Public Policy Research, 1980, p. 165.

(203) No caso específico de que nos ocupamos, o PPD/PSD, serão analisadas nas Partes III e IV desta dissertação as características específicas das sub-unidades partidárias respectivas ou seja, das facções internas. Por ora, permaneceremos na delimitação dos conceitos, em ordem à sua posterior operacionalização.

elas propugnadas, serão alguns dos vectores a ter em conta para distinguir as diferentes configurações possíveis, em ordem a encontrar uma tipologia para as mesmas e a precisar o conceito adequado a cada tipo.

Ao analisar os partidos políticos ingleses Rose distinguiu três componentes intra-partidárias, a cuja análise entendeu dever proceder-se separadamente: facções, tendências e elementos não alinhados(204). Em nossa opinião, torna-se igualmente necessário estabelecer a linha de demarcação existente entre estas e outras formas possíveis da anatomia interna dos partidos políticos.

Para Rose, as facções (no sentido restrito que aqui lhe atribuimos), são grupos organizados que procuram atingir certos objectivos genéricos, eventualmente restringidos ao mero fito da conquista do poder, no partido ou/e no Estado, através de uma actuação política organizada, pressupondo as mesmas uma certa durabilidade, que, portanto, as distingue dos grupos *ad hoc* constituídos em determinado momento à volta de assuntos mais específicos(205).

A consciência de pertença por parte dos seus membros, a disciplina e coesão interna que resultam de uma forma de organização precisa, destrinça, por sua vez, o conceito de "facção" do de tendência, a qual é perspectivada, por Rose, como sendo, não um grupo estável de indivíduos, mas um

---

(204) Cf. RICHARD ROSE, "Parties, factions and tendencies in Britain", *in Political Studies*, vol. XII, 1964, p. 39.

(205) Cf. *ibidem*.

conjunto estável de atitudes(206). Para Rose, que limita a análise ao quadro parlamentar(207), as tendências são conjuntos estáveis de atitudes ou predisposições sobre assuntos políticos, enquanto que as "facções" são conjuntos de indivíduos organizados, disciplinados e gozando de estabilidade considerável.

Ao propôr-se analisar a competição política em Itália, tomando como unidades de análise os partidos e as facções respectivas, Zuckerman definiu facção como sendo um grupo estruturado dentro de um partido político tendo por objectivo governar ou influenciar a direcção desse mesmo partido. Para Beller e Belloni as facções serão sub-grupos relativamente organizados, presentes no âmbito interno de um outro grupo e que competem, pela obtenção do poder, com as formações rivais existentes dentro do grupo mais lato do qual fazem igualmente parte(208). As definições reportadas, como, aliás, a formulada

---

(206) Cf. *ibidem*. Sempre que utilizado no seu sentido restrito, isto é, não como sinónimo de fracção, mas reportando-se a um sub-grupo organizado, constante, com poder de decisão, regulamentado ou não por meio de mecanismos legais, o termo surgirá nestas páginas entre aspas; quando tal não aconteça, o conceito significa o mesmo que fracção, ou seja, o termo genérico com que designamos todas as formas possíveis que podem assumir as sub-unidades de conflito intra-partidário.

(207) RICHARD ROSE classifica o Partido Trabalhista britânico como um partido de "facções" e o Partido Conservador como um partido de tendências, de acordo com as acepções dadas aos dois termos. Cf. RICHARD ROSE "Parties, factions and tendencies in Britain", *in Political Studies*, vol. XII, 1964, pp. 40-42.

Na esteira das definições de ROSE e da consequente caracterização dos partidos ingleses, veja-se, também, S.E. FINER, *The Changing British Party System*, 1945-1979, Washington D.C., American Enterprise Institute for Public Policy Research, 1980, pp. 110-111.

(208) Cf. respectivamente ALAN ZUCKERMAN, "Social structure and political competition: the italian case" in *World Politics*, vol. XXIV, 1972, p. 430 e DENNIS BELLER e FRANK BELLONI, "Party and faction: modes of political competition", *in* FRANK BELLONI e DENNIS BELLER (eds.), *Faction Politics: Political Parties and Factiona-*

por Rose, subentendem constituir o principal objectivo das facções a procura do poder, no quadro do processo das tomadas de decisões, isto é, perante as "políticas" a seguir, no plano parlamentar, governamental ou intra-partidário. Contudo, não permitem distinguir dentro do conceito lato de facção, os diferentes sub-tipos possíveis que as mesmas podem assumir.

Seria Sartori a dar a achega mais importante para a caracterização das diferentes formas que podem adquirir as diversas sub-unidades partidárias, ao apresentar um esquema de análise bastante completo para a classificação das mesmas(209).

5. Para além das questões relacionadas com as peculiaridades de cada idioma(210) e com as culturas políticas particulares(211), há que distinguir, com base em dimensões

---

lism in Comparative Perspective, Santa Barbara, ABC-Clio Press, 1976, p. 417.

(209) Veja-se GIOVANNI SARTORI, *Parties and Party Systems. A Framework for Analysis,* Cambridge, Cambridge University Press, vol. I, 1976, pp. 71 e ss. e, especialmente, a respectiva *check-list* apresentada na p. 81.

(210) SARTORI refere, que enquanto os italianos optam normalmente pelo termo *correnti* (corrente) e os alemães preferem *richtung* ou/e *flugel* (tendências), na terminologia da Ciência Política americana prepondera o termo *faction* (facção). Cf. *idem,* p. 72. Vejam-se, igualmente, os vocábulos utilizados noutros idiomas, em DENNIS BELLER e FRANK BELLONI, "Party and faction: modes of political competition", *in* FRANK BELLONI e DENNIS BELLER (eds.), *Faction Politics and Factionalism in Comparative Perspective,* Santa Barbara, ABC-Clio Press, 1976, p. 417.

(211) A título de exemplo, veja-se o caso português, no qual o termo facção adquire quase sempre uma conotação negativa, recusando-se os próprios partidos políticos a admitir a existência de facções no seu seio, preferindo utilizar terminologia diversa que seja mais neutra, para designar esses fenómenos. Tal é, por exemplo, o caso do PPD/PSD, no qual se "aceita" a existência de correntes, tendências ou sensibilidades, mas não de facções. A este propósito ocorre-nos referir o que disse SARTORI sobre o modo como é normalmente utilizado o termo facção, recorrendo-se, consequentemente, a eufemismos vários; diz o autor: "Dire 'corren-

específicas e pré-determinadas(212), as distintas configurações que pode assumir a anatomia intra-partidária. Para designar, em termos gerais, aquelas sub-unidades partidárias, Sartori optou pelo termo fracção, ao qual, todavia, imputa certos inconvenientes, mas também algumas vantagens(213).

Retomando a distinção entre "facção" e tendência, elaborada por Rose e já aqui reportada, Sartori considera ambas categorias específicas dentro da categoria geral das fracções mas discorda da definição que das mesmas deu aquele autor ao basear-se, exclusivamente numa variável de tipo organizacional. Para Sartori, o uso deste critério implicaria que, sempre que uma tendência se organize, a mesma se converta necessariamente em "facção" e que não pode haver faccionalismo, a não ser que um sub-grupo se encontre organizado de uma forma precisa e suficientemente coesa(214).

---

tismo' è come dire che la malattia è lieve o, peggio ancora, che non sta lí e che va cercata altrove. È cosí, diffati, che da anni avalliamo alibi insussistenti, ingannando e restandone ingannati", e, a propósito dos que argumentam em prol da democraticidade interna, mas que rejeitam o fenómeno do faccionalismo, acrescenta o autor "(...) la forza dell'argomento sta tutta nella scelta della parola. Finché la parola è 'corrente' il discorso torna; e questo perché sembra che si stia semplicemente dicendo che la democrazia è una realtà mossa e variopinta. Ma sostituiamo la parola corrente con la parola 'fazione'. In tal caso l'equazione diventa: fazionismo eguale democrazia. E il discorso non torna piú", *in* GIOVANNI SARTORI, "Proporzionalismo, frazionismo e crisi dei partiti", *in Rivista Italiana di Scienza Politica*, vol. I, nº 3, 1971, respectivamente pp. 653-654 e 645; veja-se, também, a nota 195 desta dissertação.

(212) SARTORI distingue as dimensões organizacional, motivacional, ideológica e esquerda/direita. Cf. GIOVANNI SARTORI, *Parties and Party Systems, A Framework for Analysis*, Cambridge, Cambridge University Press, vol. I, 1976, pp. 76 e ss. Adiante retomaremos esta questão, porque é fundamental para a caracterização do fenómeno do faccionalismo intra-partidário.

(213) Cf. *idem*, p. 74.

(214) *Ibidem*, BELLONI e BELLER também constroem uma tipologia de facções com base em

Pelo contrário, Sartori considera que tanto é concebível o faccionalismo a nível individual, como é possível a uma tendência organizar-se sem perder a natureza específica que Rose lhe atribuiu, ou seja, o facto de constituir um conjunto estável de atitudes gerais(215). Sendo assim, para Sartori, o termo tendência servirá para descrever as sub-unidades partidárias mais difusas e "facção" para indicar as mais visíveis, cujas fronteiras são, assim, mais facilmente delimitáveis(216). Isto é, enquanto fracção ou facção é considerada uma categoria mais geral, "facção" será um grupo específico de poder e tendência um conjunto de atitudes, cada uma delas representando um polo oposto no *continuum* intra-partidário(217).

No entanto assumimos que as "facções" e as tendências não esgotam todas as hipóteses dos diferentes tipos possíveis de grupos de conflito intra-partidário. Já vimos, como referiu Rose, que em certos momentos se podem constituir grupos *ad-hoc*

---

critérios organizacionais, Cf. DENNIS BELLER e FRANK BELLONI, "Party and faction: modes of political competition", *in* FRANK BELLONI e DENNIS BELLER (eds.) *Faction Politics and Factionalism in Comparative Perspective*, Santa Barbara, ABC-Clio Press, 1976, p. 419 e ss.

(215) Cf. RICHARD ROSE, "Parties, faction and tendencies in Britain", *in Political Studies*, vol. XII, 1964, p. 39.

(216) Como exemplo de tendência, SARTORI refere as tendências esquerda/direita dentro de um partido. Cf. *Parties and Party Systems. A Framework for Analysis*, Cambridge, Cambridge University Press, vol. I, 1976, p. 74.

(217) Cf. *idem*, p. 75. SARTORI considera, ainda, como categorias residuais os elementos não alinhados, ou seja os que não apoiam nem facções nem tendências, e o partido atomizado, isto é o que está fragmentado em múltiplos grupos de reduzida dimensão, que surgem à volta de cada líder; refira-se que o autor distingue esta última situação das facções personalizadas. Cf. *ibidem*.

relativamente a assuntos específicos e sem continuidade no tempo(218).

6. Hine, por seu lado, reconheceria, também, a existência de um outro tipo de formações, tais como as "cliques" de dirigentes nacionais, sem quaisquer repercussões a nível da restante rede partidária(219). Não concordamos, no entanto, com Hine quando defende outro tipo de facções só porque o observa ao nível restrito das elites. O que podem surgir é tendências, "facções" e grupos *ad hoc*, uns limitados aos dirigentes, outros alargados à base dos partidos, outros, ainda, que afloram quer numas, quer noutras. Quando se limitam à esfera dirigente serão o que consideramos "cliques", isto é, facções de notáveis, sem qualquer projecção nas bases, implicando, no entanto, contactos regulares entre os seus componentes e detendo, pelo menos, um embrião de organização.

Outros autores, entre os quais se destacam, por exemplo, Lasswell e Kaplan, referem igualmente as "cliques" como sendo sub-grupos informais, altamente personalizados e não detendo um grau de organização tão elaborado quanto as "facções" propriamente ditas(220). Veremos adiante, a impor-

---

218) Cf. RICHARD ROSE, "Parties, factions and tendencies in Britain", *in Political Studies"*, vol. XII, 1964, p. 39.

(219) HINE fornece como exemplo o caso do Partido Gaullista francês. Cf. DAVID HINE, "Factionalism in west european parties: a framework for analysis", *in West European Politics*, vol. I, 1982, p. 39.

(220) Estas "cliques" caracterizam-se, em principio, pelo acesso difícil às mesmas, pela forma conspirativa como funcionam, por se formarem sobretudo com base nos interesses de conveniência, podendo, eventualmente, vir a organizar e liderar uma "facção". Cf. HAROLD LASSWELL e ABRAHAM KAPLAN, *Power and Society. A*

tância de que se reveste o conceito em causa para o presente estudo.

Simultaneamente, tanto os elementos não alinhados, como as áreas dos partidos mais atomizadas(221), poderão também, como notaria Sartori, desempenhar um papel relevante para o conflito intra-partidário(222), dado funcionarem, eventualmente, como grupos de apoio ou suporte a determinadas "facções", sejam elas meras "cliques" ou não, tendências, sensibilidades ou grupos *ad hoc*(223).

7. Optámos pelo termo facção para designar, conquanto genericamente, as sub-unidades partidárias, visto entendermos que o mesmo, no seu sentido lato, se adapta melhor à operacionalização respectiva. A noção em causa serve, no presente estudo, para designar genericamente as configurações que podem assumir as diversas sub-unidades partidárias, sem prejuízo dos diferentes contornos que o fenómeno em si contém. Facção, assim entendida, será, pois, sinónimo do termo fracção, con-

---

Framework for Political Inquiry, New Haven, Yale University Press, 1976, p. 173.

(221) Veja-se, a nota 217 desta dissertação.

(222) Estes aspectos revelam-se particularmente importantes para a análise do PPD/PSD. Anote-se, igualmente, que cada partido político pode ser, como referiu HINE, uma amálgama das diversas espécies de facções ou, eventualmente, apresentar preponderantemente um ou outro tipo. Cf. DAVID HINE, "Factionalism in west european parties: a framework for analysis", *in West European Politics*, vol. I, 1982, p. 39.

(223) Veja-se a distinção que, neste mesmo sub-capítulo, efectuámos em termos teóricos, a partir da bibliografia disponível, entre as noções de "facção", tendência, "clique", etc. dentro da categoria mais vasta de fracção ou facção.

forme o mesmo foi definido por Sartori(224) e fraccionalismo ou faccionalismo terão, aqui, o mesmo significado.

Dentro desta categoria geral que são as facções, sendo este, portanto, o significado do conceito, tal como o mesmo tem sido empregue ao longo destas páginas, identificam-se, contudo, tipos particulares, configurações específicas, a cada uma das quais se terá que adaptar a terminologia em cada caso concreto.

Já distinguimos, aqui, "facção", tendência, "clique" e grupos *ad hoc*, cada um a seu tempo definido e precisado. Cabe introduzir, ainda, as noções de corrente, de ala e de sensibilidade, as quais servirão para designar facções nas quais o grau de organização e de formalização respectivos se apresentam como mais incipientes do que as "facções" propriamente ditas. As correntes ou sensibilidades distinguem-se por sua vez das tendências, por nas primeiras serem claramente identificáveis os indivíduos que as compõem e os interesses que as movem, enquanto nas segundas uns e outros surgem como mais vagos. Diferenciam-se, por sua vez, dos grupos *ad hoc* e das "cliques", respectivamente pelo seu superior grau de duração e organização e pela sua maior dimensão e raio de acção

---

(224) Cf. GIOVANNI SARTORI, *Parties and Party Systems. A Framework for Analysis*, Cambridge, Cambridge University Press, vol. I, 1976, p. 74. Assumimos os riscos apontados por SARTORI (Cf. *idem*, p. 73), inerentes à escolha do termo facção para designar, mesmo que apenas sob o seu sentido lato, as diversas sub-unidades dos partidos. Além disso, o conceito de fracção comporta igualmente os seus riscos, como também referiu SARTORI (Cf. *idem*, p. 74); conquanto não nos pareça haver qualquer problema relativamente à noção de fraccionalismo, quando aplicada ao fenómeno em causa, o mesmo não acontece com o termo fracção, ao qual, em português, dificilmente se poderá imputar o significado pretendido.

mais alargado.

Quanto aos grupos *ad hoc* podem apresentar-se organizados ou não. Por um lado, se organizados, e no caso de partilharem objectivos gerais, em princípio permanentes, transformam-se em "facções"; se só partilham objectivos específicos, em princípio passageiros, constituirão os grupos *ad hoc* propriamente ditos. Por outro, se não são organizados podem assumir a configuração de tendências, que em princípio se apresentam mais difusas quanto a objectivos, mas normalmente mais fiéis aos mesmos, na medida em que assentam mais directamente em motivações de carácter ideológico.

2 - A estrutura das facções e as raízes do faccionalismo.

1. O "princípio da sinergia" enunciado, entre outros, por Ward, estabelece que existe uma tendência para indivíduos ligados por interesses comuns constituirem grupos, cada vez mais complexos, com o objectivo de alcançarem fins determinados (225). Esta será, no fundo, a primeira essência das sub-unidades partidárias a que chamámos facções, como também a dos partidos políticos.

---

(225) Nesta acepção, considera-se o conceito de interesse no seu sentido amplo, isto é, englobando todo o tipo de motivações possíveis que podem juntar os indivíduos para a prossecução de um fim determinado. Veja-se o que LESTER WARD entendia por sinergia, *in* "Sinergy", *International Encyclopaedia of Social Sciences*, New York, MacMilan and Free Press, vol. XVI, 1972, p. 474.

Pretendemos, relativamente a estes sub-grupos partidários, pôr como Wilson o fez relativamente à pertença a organizações, em geral, a seguinte questão: Quem e porque razão adere a determinados grupos?(226). Uma e outra interrogação no plano específico de que nos ocupamos levam-nos a tentar estabelecer, ainda no plano teórico, quais as determinantes possíveis do faccionalismo intra-partidário e, simultaneamente, que tipos de arranjos organizacionais pode o fenómeno tomar.

As formas que as facções adquirem e a estrutura das mesmas representam dimensões fundamentais para a apreensão do significado político da sua constituição e dos fins a que se propõem(227). A análise das causas subjacentes à sua formação(228) permite, por sua vez, entender as características da

---

(226) É nessa medida que WILSON, em vez de partir da análise das organizações já estabelecidas para depois estudar os seus objectivos e os presumíveis interesses que representam, inicia a sua análise investigando o porquê das pessoas formarem organizações. Veja-se JAMES WILSON, *Political Organizations*, New York, Basic Books, 1973, especialmente a Parte I, na qual o autor estabelece o quadro teórico que depois aplica ao estudo de diversas organizações entre as quais os partidos políticos. Cf. *idem*, Capítulo 6.

(227) A tipologia indicada nas páginas anteriores para a categorização das facções teve por base, como facilmente se depreende, critérios de natureza organizacional; formalização dos grupos, sua dimensão, durabilidade dos mesmos, extensão respectiva; a análise das causas das facções é, apenas, um outro plano para entender a anatomia intra-partidária. Vejam-se as diversas dimensões possíveis da análise das facções em GIOVANNI SARTORI, *Parties and Party Systems. A Framework for Analysis*, Cambridge, Cambridge University Press, vol. I, 1976, p. 76 e ss. e em FRANK BELLONI e DENNIS BELLER, "The study of party factions as competitive political organizations", *in Western Political Quarterly*, vol. XXIX, nº 4, December 1976, pp. 543 e ss. Veja-se, também, sobre o mesmo assunto, DAVID HINE, "Factionalism in west european parties: a framework for analysis", *in West European Politics*, vol. I, 1982, pp. 37 e ss.

(228) BELLER e BELLONI identificam três grupos fundamentais de causas que estarão na ba-

configuração que adquirem. Finalmente, um e outro níveis de análise possibilitarão o entendimento dos conflitos intra-partidários. Este entendimento dependerá, ainda, de outros factores. como é o caso das oportunidades internas, oferecidas pelo partido e das externas, oferecidas pelo sistema político envolvente.

2. As facções podem, também, ser classificadas tendo por base o motivo ou motivos que lhe estiveram na origem, ou seja, as diversas causas que levaram à sua constituição.

Ao distinguir entre facções de conveniência ou de oportunidade e facções de princípio, Sartori estava a classificar as facções em função das causas que lhes estavam na origem(229). Enquanto as primeiras decorrerão de lutas pessoais entre diferentes líderes e os seus seguidores, quer seja pela obtenção do poder, quer em função das carreiras político partidárias, quer, ainda, da mera procura de recompensas materiais ou de outra ordem, as segundas serão fundamentalmente provenientes de diferenças existentes em termos ideológicos, no que respeita a estratégias ou a políticas a seguir. Daí, a dificuldade em as tendências, tal como as definimos, se apresentarem como simplesmente oportunistas.

---

se do faccionalismo; as causas sociais e culturais, as causas políticas e as causas estruturais. Cf. DENNIS BELLER e FRANK BELLONI, "Party and faction: modes of political competition", *in* FRANK BELLONI e DENNIS BELLER (eds.), *Faction Politics: Political Parties and Factionalism in Comparative Perspective*, Santa Barbara, ABC-Clio Press, 1976, pp. 430 e ss..

(229) Cf. GIOVANNI SARTORI, "Proporzionalismo frazionismo e crisi di partiti", *in Rivista Italiana di Scienza Politica*, vol. I, nº 3, 1971, p. 639.

De acordo com o "princípio da sinergia" atrás enunciado, as facções serão grupos de indivíduos que se juntam, porque partilham interesses comuns, sejam eles de ordem moral, ideológica, estratégica, táctica ou económica. Mesmo que surjam como valores, não deixam de constituir interesses, já que na dinâmica partidária todo o valor é, no fundo, um interesse. Os interesses é que podem, por sua vez, adquirir um carácter geral ou universal, isto é, de todo o partido ou pelo contrário, de apenas uma parte dele. No caso de estes últimos surjirem, constituirão, portanto, uma base para que dentro do mesmo partido político se reunam elementos em grupos mais ou menos organizados a que podemos chamar facções.

Dependendo do grau de organização respectivo, esses grupos assumem configurações particulares, que vão desde as "facções" própriamente ditas aos grupos *ad hoc*, passando pelas correntes ou tendências, conforme já reportado.

Teremos assim, de acordo com as causas subjacentes, facções de princípio, se na sua base se encontram predominantemente valores, ideologias ou políticas, e facções de conveniência, as quais, por sua vez, podem assumir o carácter de facções de interesse, no sentido restrito do termo, no caso de assentarem na partilha de interesses comuns ou de facções carismáticas, se decorrem do fascínio exercido por um líder específico.

As facções de conveniência ou de interesse poderão subdividir-se, como referiu Sartori, em facções de poder, se orientadas exclusivamente para a sua obtenção, ou facções de

"spoils", se orientadas prioritariamente para recompensas de outro tipo(230). Umas e outras são normalmente consideradas arquétipos das facções e tendem a constituir grupos de clientelas, sendo a existência destas últimas componentes uma das formas possíveis de como tal as caracterizar. Quanto às facções de princípio, segundo o mesmo autor, podem assumir dois tipos, embora se apresentem dificilmente destrinçaveis: por um lado, as facções ideológicas, por outro, as de simples opinião.

Estas não esgotam, no entanto, todas as bases possíveis do faccionalismo intra-partidário. Uma outra possibilidade é a de que surjam facções tendo por base exclusiva a personalidade de um líder, independentemente dos valores que os seus membros detenham ou dos interesses que eventualmente partilham: essas serão, então, as facções carismáticas(231).

3. Em qualquer dos casos, as conceptualizações em causa não são exclusivas. Claro que o faccionalismo interno, num determinado partido político, pode ser classificado como sendo predominantemente de um ou de outro tipo, mas também pode acontecer que não só no mesmo partido se encontrem diversos tipos de facções, como a nível de cada facção se encontrem diferentes tipos de motivações.

Parece-nos mesmo, que na grande maioria dos casos, uma

---

(230) Veja-se a tipologia de SARTORI, elaborada com base nas causas respectivas as quais temos vindo a discriminar, *in idem*, pp. 76 - 82.

(231) Sobre as facções carismáticas propriamente ditas, veja-se FRANK BELLONI e DENNIS BELLER, "The study of party factions as competitive political organizations", *in Western Political Quarterly*, vol. XXIX, nº 4, December 1976, p. 554.

facção envolverá ingredientes de várias espécies, não só na sua génese, como, sobretudo, no seu posterior desenvolvimento, à medida das sucessivas alterações que vai sofrendo, em termos de estrutura, liderança ou objectivos a que se propõe, para além de nos podermos encontrar perante a existência de formas mistas, as quais, aliás, se apresentam frequentemente.

A partir das análises empíricas que se têm vindo a efectuar sobre o fenómeno do faccionalismo intra-partidário, pode-se verificar que na maior parte dos casos as facções não têm origem numa única causa e que, mesmo quando os interesses e as ambições pessoais parecem estar na base de uma facção determinada, ela envolverá, certamente, componentes de carácter ideológico, senão na sua origem, pelo menos no seu posterior desenvolvimento. Isto é, independentemente da questão pontual da matriz ideológica, carismática ou oportunística das facções, estas podem apresentar formas híbridas, mesmo que à primeira vista pareçam resultar de uma causa única. Tanto é possível existirem facções que parecem ser predominantemente de matriz ideológica e que no fundo estejam a camuflar interesses pessoais na sua génese, como posicionamentos ideológicos precisos estarem no substracto de facções ditas de interesse (232).

---

(232) A maioria dos estudos sobre faccionalismo têm sido realizados sobre partidos italianos, além de algumas análises sobre partidos ingleses e alemães. A obra editada por BELLER e BELLONI apresenta uma série de estudos de caso (incluindo contributos de RAPHAEL ZARISKI, PETER MERKL e dos próprios editores), em diversos sistemas de partidos. Cf. FRANK BELLONI e DENNIS BELLER (eds.), *Faction Politics; Political Parties in Comparative Perspective*, Santa Barbara, ABC-Clio Press, 1976, *passim*.

Para cada caso concreto, o que importa é analisar a articulação existente entre os distintos vectores do processo do faccionalismo intra-partidário, nomeadamente no que concerne às relações entre os interesses e as ideologias, que estarão, eventualmente, na sua base ou a coberto das quais as facções funcionam(233).

4. Antes, porém, de tentar apreender os diversos mecanismos através dos quais se processa a constituição e a mutação das facções intra-partidárias, haverá que destrinçar as suas causas primeiras e, nesta perspectiva, detectar os incentivos à sua constituição. Ao procurar as raízes do faccionalismo intra-partidário, estar-se-á a tentar responder a questões relacionadas com as variáveis causais das facções, isto é, a razão ou razões que estão subjacentes ao seu aparecimento.

Veja-se, igualmente, o trabalho de ALBERTO SPREAFICO e FRANCO CAZZOLA, "Correnti di partito e processi di identificazione", *in Il Politico*, vol. XXXV, 1970, especialmente p. 714, assim como, as conclusões a que chegaram A. STERN, SIDNEY TARROW e M. WILLIAMS em "Factions and opinion groups in european mass parties", *in Comparative Politics*, vol. III, 1971, pp. 529-559, para os quais as facções dos partidos socialistas são, no fundo, grupos ideológicos ordenados no *continuum* esquerda/direita dentro do próprio partido.

Sobre o faccionalismo híbrido e a questão da camuflagem dos motivos ao mesmo subjacente, veja-se GIOVANNI SARTORI, "Proporzionalismo frazionismo e crisi dei partiti", *in Rivista Italiana di Scienza Politica*, vol. I, nº 3, 1971, p. 644.

(233) Esta é pois, uma questão empírica, que só poderá ser respondida através de estudos de casos específicos com base em dados precisos. Não basta, como fizeram alguns autores, defender por exemplo a proliferação das facções de conveniência, se tais conclusões não tiverem no seu substracto constatações suficientemente abalizadas; tal é o caso dos seguintes trabalhos de ZARISKI sobre os partidos italianos, que carecem de dados que comprovem as conclusões a que chegou: RAPHAEL ZARISKI, "The italian socialist party: a case study in factional conflict", *in American Political Science Review*, vol. XVI, 1962, pp. 372-390 e "Intra-party conflict in a dominant party: the experience of italian christian democracy", *in Journal of Politics*, vol. XXVII, February 1965, pp. 3-34.

Estudos diversos têm vindo a demonstrar que as facções intra-partidárias não são apenas função dos diferentes grupos sociais existentes nos partidos, nem só o mero produto das exigências da competição política ao nível eleitoral(234). As divisões sociais existentes no seio da sociedade, as clivagens estruturais que se manifestam no sistema político-partidário, porque expressas a nível do eleitorado e dos aderentes dos partidos, não serão, assim, suficientes para determinar a constituição, o número, os diversos tipos e as múltiplas actividades das facções desses partidos(235).

O conflito que se estabelece entre essas facções, ou seja, o conflito intra-partidário, não é pois, conforme já aqui deixámos expresso, consequência directa das clivagens com

---

(234) Veja-se, por exemplo, a crítica tecida por ZUCKERMAN às teses defendidas pelos investigadores do Instituto Carlo Cattaneo em Itália, que vão no sentido de considerarem o faccionalismo intra-partidário como função dos grupos sociais aos quais cada partido tem que dar resposta, a nível dos militantes e eleitores respectivos. Cf. ALAN ZUCKERMAN, "Social structure and political competition: the italian case", *in World Politics*, vol. XXIV, 1972, p. 435.

No fundo, aquela perspectiva enquadra-se no reducionismo sociológico que já aqui recusámos e que, neste caso, tenderá a interpretar que todos os interesses sociais têm algum grupo que os represente ou de que os grupos intra-partidários representam, necessariamente, as condições sociais subjacentes dos membros respectivos. Veja-se, no que respeita às organizações em geral, as críticas tecidas por WILSON ao que considera as falácias pluralista e marxista, em JAMES WILSON, *Political Organizations*, New York, Basic Books, 1973, pp. 13 e 14.

(235) À procura das chamadas causas sociais e culturais das facções dedicar-se-iam alguns autores, entre os quais se contam CAMPBELL e CHARLTON, no caso francês, ROBACK e JAMES, no americano e MERKL no alemão, cujos trabalhos seriam publicados em FRANK BELLONI e DENNIS BELLER (eds.), *Faction Politics: Political Parties and Factionalism in Comparative Perspective*, Santa Barbara, ABC-Clio Press, 1976; Cf. BRUCE CAMPBELL e SUE ELLEN CHARLTON, "The ambiguity of faction: fragmentation and bipolarization in France", THOMAS ROBACK e JUDSON JAMES "Party factions in the United States" e PETER MERKL "Factionalism: The limits of the West-German party-state", respectivamente pp. 141 - 160, 329 - 335 e 245 - 264, da obra supra citada.

estrutural, nem estas as suas únicas determinantes(236).

Apesar desta verificação, vários autores têm tentado encontrar hipóteses explicativas do fenómeno em causa na estrutura sócio-política em que se insere o partido ou partidos de que se trate, seja em termos das explicações mais tradicionais para as bases de clivagens, como é o caso das diferenças de classe, seja em função de outras fontes de clivagens políticas, igualmente com raízes de ordem sócio-estrutural(237).

5. Reconhecendo-se a existência de clivagens políticas não estruturais como condicionantes do conflito político-partidário e considerando-se as facções como grupos de conflito ao nível interno dos partidos(238), ocorrerá pergun-

---

(236) Tais são as conclusões a que chegaram vários autores, e entre eles ZUCKERMAN, com base nos estudos efectuados sobre casos concretos. ZUCKERMAN referiria a existência de facções inter-classistas e inter-regionais na Democracia Cristã italiana. Cf. ALAN ZUCKERMAN, "Social structure and political competition: the italian case", *in World Politics*, vol. XXIV, 1972, p. 435.

(237) Tal é o caso, aliás reportado por ZUCKERMAN, dos dois estudos de SIDNEY TARROW, *Peasant Communism in Southern Italy*, New Haven, Yale University Press, 1967 e "Economic development and the transformation of the italian party system", *in Comparative Politics*, vol. I, January 1969, p. 161-183, nos quais o autor procura relacionar as variações regionais - modelo dualista Norte-Sul - na estrutura social italiana, com as diferenças nos processos de modernização respectivos e consequente comportamento partidário.

ZUCKERMAN discorda da explicação fornecida por TARROW, por considerar que o modelo dualista não corresponde à realidade e que o faccionalismo não resulta das divisões de classe, nem das diferenças em termos de desenvolvimento, mas sim da existência de grupos hierárquicos (as redes do clientelismo) e do conflito que se gera entre os diferentes dirigentes dos mesmos. Cf. ALAN ZUCKERMAN, "Social structure and political competition: the italian case", *in World Politics*, vol. XXIV, 1972, pp. 435-440 e 442-443.

(238) Conforme explicitámos no sub-capítulo anterior, as facções são sub-grupos dos partidos que se organizam de uma forma sensivelmente constante com relação a interesses distintos, para alcançar fins determinados e que, por tal razão, normalmente entram em conflito uns com os outros. Por sua vez, as facções resultam

tar que tipo de variáveis, do domínio exclusivo do político, poderão influenciar a formação dessas facções.

No fim do Capítulo anterior, avançámos um conjunto de vectores entre si relacionados, que considerámos fundamentais para o entendimento das clivagens políticas não estruturais. A relação entre as oportunidades, os interesses e as ideologias, na esfera do sistema político e na do sistema de partidos, parece-nos constituir uma boa base para a explicação do conflito intra-partidário e, consequentemente, para entender as causas que estão na origem do fenómeno do faccionalismo.

Ao referirmo-nos a motivações ou incentivos de características estritamente políticas, isto é, cuja génese se pode apenas encontrar na arena política, estamos a englobar uma enorme diversidade de condicionantes do conflito intra-partidário e, agora, particularmente, da formação de facções, que relevam da ordem externa e interna dos partidos, como já referimos atrás. Se alguns factores há que são gerados a nível do sistema político global, para além dos que provêm da estrutura social e que encontram a sua manifestação na esfera específica do político, outros haverá que resultam unicamente

---

dos conflitos gerados à volta dos diversos interesses (no seu sentido lato) que se entrechocam e da prossecução dos mesmos fins (a obtenção de poder, por exemplo), através de uma estrutura de oportunidades que, em princípio, é limitada.

É importante referir, aqui, que as facções podem criar divisões políticas não só dentro, como através das formações partidárias, conforme demonstraria EDWARD JANOSIK em "Factionalism in the labour party", *in* RICHARD ROSE (ed.), *Studies in Bristish Politics, A Reader in Political Sociology*, London, MacMillan Press, 1976, pp. 446-457. Este aspecto revela-se particularmente importante, se quisermos ajuizar das diversas dimensões do impacte do faccionalismo intra-partidário, dada a importância de que este se pode revestir para a formação de coligações com outros partidos.

da dinâmica ocasionada pelos processos intra-partidários.

Do exposto se infere a necessidade de se considerarem, não só as causas políticas decorrentes do próprio partido em que existem as facções, mas também outras, mais universais, que se prendem com aspectos do sistema político e do sistema de partidos de que se trate. Entre estas últimas, contam-se as características específicas do processo de desenvolvimento político, do sistema eleitoral, do sistema de governo e do sistema partidário, para cada caso concreto. As preocupações da maioria dos autores que se têm dedicado à análise deste tipo de causas, prendem-se com o papel desempenhado pelo sistema de representação proporcional(239), com o número de partidos existente e com o grau de polarização do sistema de partidos(240).

6. A par dos incentivos sócio-estruturais, dispomos, assim, de outros dois grupos de causas do faccionalismo intra-partidário. Um, agrega factores de ordem exógena aos partidos, embora se inscreva na área política propriamente

---

(239) Vejam-se as conclusões a que chegou ZARISKI sobre o papel desempenhado pelo sistema de representação proporcional. Para este autor podem surgir efeitos contraditórios; ou o reforço da centralização do partido, através do reforço dos líderes "centrais" ou, pelo contrário, a proliferação das facções. Este último efeito surgirá quando, a par do sistema proporcional, funciona o voto de preferência. Cf. RAPHAEL ZARISKI, "Party factions and comparative politics; some empirical findings", *in* FRANK BELLONI e DENNIS BELLER (eds.), *Faction Politics; Political Parties and Factionalism in Comparative Perspective*, Santa Barbara, ABC-Clio Press, 1976, p. 19-38.

(240) Para KEY, por exemplo, um sistema de multipartidarismo perfeito leva à diminuição das facções, enquanto que um sistema de partido dominante leva à sua proliferação. Cf. V. O. KEY, *Politics, Parties and Pressure Groups*, New York, Alfred A. Knopf, 1952. Veja-se, também, RAPHAEL ZARISKI, "Intra-party conflict in a dominant party: the experience of the italian christian democracy", *in Journal of Politics*, vol. XXVII, February 1965, pp. 3-34.

dita, outro, é constituído por factores de ordem endógena aos partidos em si. Dentro do primeiro contam-se as variáveis de ordem conjuntural, tais como as crises internacionais e nacionais, o funcionamento do sistema político, o tipo de competição entre os partidos, a estabilidade ou instabilidade governamental e os próprios sistemas de valores em permanente mutação(241). Aí se inscrevem, também, variáveis de ordem político-estrutural, como é o caso das fórmulas de governo, das leis eleitorais(242), dos sistemas de financiamento externo dos partidos(243), das relações institucionais entre

---

(241) Veja-se, a este respeito, o imprescindível estudo de RONALD INGLEHART, *The Silent Revolution; Changing Values and Political Styles Among Western Publics*, New Jersey, Princeton University Press, 1977, *passim*.

(242) Sobre a influência exercida pelas leis eleitorais gerais sobre o faccionalismo intra-partidário, vejam-se, para além do trabalho de RAPHAEL ZARISKI referido atrás os dois trabalhos de GIOVANNI SARTORI, também já aqui citados: "Proporzionalismo frazionismo e crisi dei partiti", *in Rivista Italiana di Scienza Politica*, vol. I, nº 3, 1971, pp. 629-654 e *Parties and Party Systems, A Framework for Analysis*, Cambridge, Cambridge University Press, vol. I, 1976, especialmente pp. 94-98.

Para SARTORI, as leis eleitorais exercem uma influência indirecta na formação das facções internas, dado o impacte que têm a nível da estrutura de oportunidades que se oferece aos partidos, em geral e aos indivíduos dentro de cada partido, em particular. Quanto à influência do sistema eleitoral sobre o sistema de partidos, que para SARTORI não é tão líquida como DUVERGER o quis fazer crer, e vice-versa, veja-se, aqui, a nota 103 na qual, sumariamente, descrevemos as principais posições tomadas quanto ao assunto, para além das já referidas obras de SARTORI. Veja-se, ainda sobre esta matéria, D. HOGAN, *Election and Representation*, Cork, Cork University Press, 1945 e ALFRED DE GRAZIA, *Public and Republic*, New York, Alfred Knopf, 1951, como dois já clássicos estudos dedicados, respectivamente, à teoria dos sistemas eleitorais e à argumentação a favor e contra o sistema proporcional.

(243) A relação entre o sistema de financiamento de que os partidos políticos dependem e o faccionalismo interno tem sido uma hipótese aventada por alguns autores e sujeita a comprovação empírica. Tal é o caso dos trabalhos de GIOVANNI ZINCONE, atrás citado, que defende ser esta a variável determinante daquele fenómeno; as conclusões a que chega GIANFRANCO PASQUINO em "Le radici del frazionismo e il voto di preferenza", *in* GIOVANNI SARTORI (ed.), *Correnti, Frazioni e Fazione nei Partiti Politici Italiani*, Bologna, Il Mulino, 1973, pp. 73-91, vão igualmente nesse sentido, conquanto este autor reconheça que o financiamento público dos partidos actua a nível do faccionalismo intra-partidário em conjugação com outras

os diferentes orgãos de soberania e da configuração do sistema partidário, para além da questão central constituída pela estrutura das oportunidades políticas em geral(244).

Entre os incentivos provenientes do interior dos próprios partidos avultam os mecanismos eleitorais internos(245), o recrutamento das elites e a renovação das mes-

---

variáveis, mormente com a questão do voto de preferência. Uma e outra conclusão respeitam ao caso concreto italiano e, muito particularmente, ao partido da Democracia Cristã.

Sobre a questão do financiamento dos partidos, à qual haveremos de voltar para o caso concreto do PPD/PSD, veja-se, para já, o livro de PILAR DEL CASTILLO, *La Financiación de Partidos y Candidatos en las Democracias Occidentales*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, Siglo XXI, 1985, que contém extensas indicações bibliográficas sobre o tema.

(244) São as que se apresentam no sistema político aos partidos e às suas elites. Considerando a importância de que se reveste para o presente estudo esta variável, a par da estrutura de oportunidades intra-partidárias, perante a disponibilidade de recursos existentes, haverá que entendê-las em termos de causa possível das facções, na relação com os interesses e as ideologias.

(245) De acordo com SARTORI, os sistemas eleitorais no interior dos partidos são: "molto di piú che non un semplice sistema elettorale: è un principio motore, un sistema di pilotaggio e di guida dei comportamenti". Cf. GIOVANNI SARTORI, "Proporzionalismo frazionismo e crisi dei partiti", *in Rivista Italiana di Scienza Política*, vol. I, nº 3, 1971, p. 665. Esta suposição levou o autor, em nosso entender, a considerar os mecanismos eleitorais intra-partidários como a variável causal, por excelência, do faccionalismo interno, conquanto o mesmo afirme que: "While electoral systems are, per se, sufficient cause of intra-party fractionism, they are neither the sole nor a necessary causal factor", considerando também outros factores (e.g. ideologia), como possíveis variáveis causais das facções. Cf. GIOVANNI SARTORI, *Parties and Party Systems, A Framework for Analysis*, Cambridge, Cambridge University Press, vol. I, 1976, p. 98. Contestando, à partida, as leis enunciadas por DUVERGER, quanto ao efeito directo das legislações eleitorais sobre os sistemas de partidos, SARTORI considera que este se efectiva no que respeita às facções intra-partidárias, avançando uma série de hipóteses para a análise do fenómeno. Cf. *idem*, pp. 98 - 104, e, também, a nota 242 da presente dissertação.

Ainda ácerca do impacte dos mecanismos eleitorais internos na formação de facções, vejam-se as conclusões a que chegaram, entre outros, PASQUINO e HINE. O primeiro defenderia que a adopção de um sistema eleitoral interno de tipo maioritário se torna insuficiente para reduzir as facções ditas de conveniência, dado entender que se o sistema maioritário pode, eventualmente, tender à agregação das facções; há que atender, também, a outros mecanismos, tal como o financiamento público dos partidos e a abolição do voto de preferência (que existe no caso

mas(246), a importância relativa do aparelho partidário e da estrutura do processo das tomadas de decisão(247). Directamente relacionado com este aspecto, surgem as relações formalmente estabelecidas entre os diversos orgãos de decisão internos, para além das disposições estatutárias que se prendem com a possibilidade de constituição de sub-unidades

---

italiano sobre o qual as considerações são feitas), que podem vir a reforçar essa tendência. Cf. GIANFRANCO PASQUINO, "Le radici del frazionismo e il voto di preferenza", *in* GIOVANNI SARTORI, (ed.), *Correnti, Frazioni e Fazione nei Partiti Politici Italiani*, Bologna, Il Mulino, 1973, p. 91.

Quanto a HINE, conclui que o sistema proporcional não é, em si mesmo, a raiz dos conflitos intra-partidários, já que parece constituir a resposta à prévia existência destes; só que, para o autor, uma vez introduzido este sistema, as facções tendem a institucionalizar-se; HINE, destaca igualmente, o papel desempenhado pela estrutura hierárquica das tomadas de decisão na esfera intra-partidária, concluindo, através de numerosos exemplos, que o sistema proporcional actua naquele sentido, preferencialmente quando combinado com um peso acentuado daquela estrutura e com uma representação interna de grupos de interesse específicos. Cf. DAVID HINE, "Factionalism in west european parties: a framework for analysis", *in West European Politics*, vol. I, 1982, pp. 42-47.

Sobre a relação entre os sistemas eleitorais e a coesão intra-partidária, nomeadamente no que respeita à questão do impacte do voto de preferência, veja-se, ainda, R. KATZ, "Preferencial voting and factionalism: a theory and three test cases", comunicação apresentada ao European Consortium for Political Research, Firenza, March 1980.

(246) À importância do recrutamento e renovação das elites para a dinâmica do conflito intra-partidário, já aqui se dedicaram algumas palavras no sub-capítulo 3 do II Capítulo desta dissertação. A bibliografia existente no que concerne aos processos de recrutamento das elites é vasta e sobre a mesma nos debruçamos no Capítulo IV do presente trabalho. Por ora, retenha-se apenas, porque o consideramos significativo para o nosso enfoque, aquilo que disse SELIGMAN sobre o recrutamento nos partidos e que se prende com a questão das facções: "Recruitment in parties is the work of groups with various interests and goals" e "(...), some groups may stand to gain more by the defeat of some candidates in their own party than by their victoires". Cf. LESTER SELIGMAN, "Political recruitment and party structure a case study", *in American Political Science Review*, vol. 55, 1961, p. 86.

As questões relacionadas com o recrutamento das elites, assim como todas as restantes variáveis que afectam a competição entre elas, são fundamentais para a compreensão do fenómeno do faccionalismo e do conflito intra-partidário. Cf. ALAN ZUCKERMAN, "Social structure and political competition: the italian case", *in World Politics*, vol. XXIV, 1972, p. 443.

(247) Este último aspecto seria especialmente anotado por HINE. Cf. DAVID HINE, "Factionalism in west european parties: a framework for analysis", *in West European Politics*, vol. I, 1982, especialmente p. 43.

partidárias, ou sejam, as diversas componentes da estrutura de oportunidades intra-partidária, seja em termos individuais, seja em termos colectivos.

7. As condicionantes do faccionalismo até aqui mencionadas, prendem-se, sobretudo, com a dimensão organizacional, isto é, com os incentivos estruturais, venham eles do sistema político global ou da estrutura partidária interna. Mas, como referiu Hine, existem outras dimensões relativamente às quais este fenómeno deve ser observado: a dimensão ideológica e a que respeita ao número de arenas do partido nas quais o conflito ocorre(248). Dado que esta última não é, senão, uma extensão da dimensão organizacional já dissecada, cabe analisar o que pode passar a nível da primeira, isto é, da que se prende com os princípios ideológicos.

A dimensão ideológica abrange, em nossa opinião(249), a clássica dicotomia esquerda/direita, por um lado, e a ideologia/pragmatismo, por outro e, consequentemente, determina conflitos e a formação de facções em torno das dissensões so-

---

(248) Cf. *idem*, pp. 37 - 39. HINE fornece uma representação esquemática das dimensões referidas em *idem*, p. 40.
Veja-se, igualmente, a proposta de GIOVANNI SARTORI para a análise do fenómeno das facções, apresentada na sua obra, *Parties and Party Systems, A Framework for Analysis*, Cambridge, Cambridge University Press, vol. I, 1976, pp. 76 - 80, a partir da qual o autor constrói uma tipologia para a classificação das facções nas suas diversas componentes.

(249) SARTORI, por exemplo, distingue a dimensão ideológica da motivacional, mas não inclui o *continuum* esquerda/direita, considerando-o como uma dimensão específica. Cf. *ibidem*. Para Sartori, a dimensão esquerda/direita é multi-dimensional e corresponde a uma excessiva simplificação, elaborada a partir de diversos critérios pouco claros e que, neste caso concreto, utilizam conceitos típicos da *war of words* com que se luta na cena política. Veja-se a análise a que o autor procede em *idem*, pp. 334 - 342.

bre medidas políticas a seguir, sobre diferentes estratégias ou distintas tácticas possíveis, que não devem ser confundidas com as ideologias, embora as dimensões estratégicas reflictam, muitas vezes, inflexões ideológicas ou as pronunciem.

Parece-nos, no entanto, que paralelamente às dimensões organizacional, ideológica e táctica-estratégica já referidas, se pode conceber uma terceira dimensão, a qual se prende com os motivos, quase sempre camuflados, que se encontram subjacentes às atitudes das elites. Esta dimensão motivacional(250) poderá estar, muitas vezes, subjacente às restantes e/ou misturada com elas tal como no que se refere à dimensão organizacional (251). A relação existente entre estas várias dimensões determina, em nossa opinião, a configuração do facionalismo interno e, portanto, a natureza dos conflitos intra-partidários. Esta interacção torna-se, portanto, mais do que evidente, tendo ficado a mesma suficientemente explicitada, em termos teóricos, nas páginas anteriores.

8. As facções como arranjos organizacionais da forma como os membros de um partido e, entre estes, mormente as eli-

---

(250) Veja-se o que Sartori entende pela dimensão motivacional e a classificação das facções a que se procede com base nesta dimensão, a partir da distinção elaborada por HUME entre facções de interesse e facções de princípio, em GIOVANI SARTORI, *Parties and Party Systems, A Framework for Analysis*, Cambridge, Cambridge University Press, Vol I, 1976, pp. 76 - 77.

(251) Esta relação está bem patente nas próprias formulações de SARTORI ao tratar da estrutura de oportunidades. Cf. *idem* pp. 95 e ss. Veja-se, também sobre o mesmo, LESTER SELIGMAN, "Political parties and the recruitment of political leadership", *in* LEWIS EDINGER (ed.), *Political Leadership in Industrialized Societies Studies in Comparative Analysis*, New York, John Wiley and Sons, 1967, pp. 294 - 315, especialmente pp. 295; SELIGMAN realça particularmente o papel dos mecanismos intra-partidários neste processo.

tes respectivas, se organizam, e das causas a elas subjacentes, são, em nosso entender, dimensões cruciais para a explicação do conflito intra-partidário.

Sendo as facções criações deliberadas dos actores políticos e assumindo entre estes particular relevo as elites nacionais dos partidos, então, a análise das formas como essas elites se organizam a nível sub-partidário, parece essencial, de molde a serem devidamente interpretadas as características respectivas.

Antes de passarmos ao tratamento da temática relacionada com as elites, a última componente, fundamental, do modelo de análise, e de circunscrever o conceito em causa com vista á sua posterior operacionalização, parece-nos essencial proceder à sistematização do que temos vindo a expôr, realçando, uma vez mais, a importância do estudo das facções para a análise dos conflitos intra-intapartidários.

3 - O faccionalismo e o conflito intra-partidário.

1. "A house divided against itself cannot stand", diria Lincoln num discurso proferido em 1858, antes de ser eleito presidente dos E.U.A. e do eclodir da Guerra da Secessão. Conquanto a frase fosse formulada dentro de um enquadramento específico e a propósito de um problema diferente e bastante mais vasto do que aquele de que nos ocupamos de momento, relativamente às facções intra-partidárias, esta é a opinião

de base partilhada por todos aqueles que consideram, por princípio, as facções como disfuncionais para os partidos e para o sistema político em geral, o que nem sempre acontece, como teremos ocasião de demonstrar.

Semelhante posicionamento radica na própria etimologia do termo facção e na reputação negativa que adquiriu ao longo dos tempos(252), não se reconhecendo ao mesmo a suficiente legitimação para que se aceitem as facções como sub-grupos, cuja constituição é normal na promoção da competição e do conflito ao nível interno de cada partido(253).

Dentro desta orientação, o fenómeno do faccionalismo intra-partidário é encarado como "(...) la malattia endemica, e alla longa mortale, dei partiti"(254), atribuindo-se-lhe todos os males detectados, quer a nível das formações partidárias, quer da própria eficácia governativa ou do funcionamento do sistema político global.

Subjacente a esta tese, que no seu limite defende o monismo ou unitarismo intra-partidário, está, no fundo, idêntica visão perante o conflito, ou seja, o considerar-se este co-

---

(252) Vejam-se as notas 193 e 195 desta dissertação.

(253) Para BELLONI e BELLER, esta será a razão fundamental que explica o facto de, na Ciência Política, não se ter dado o devido tratamento ao fenómeno do faccionalismo intra-partidário. Cf. FRANK BELLONI e DENNIS BELLER, "The study of party factions as competitive political organizations", *in Western Political Quarterly*, vol.XXIX, nº 4, December 1976, p. 531 - 533.

(254) Cf. GIOVANI SARTORI, "Proporzionalismo, frazionismo e crisi dei partiti", *in Rivista Italiana di Scienza Politica*, 1971, vol. I, nº 3, p. 663. Na perspectiva de SARTORI esta é uma visão tendenciosa do fenómeno em causa e, nessa medida, o autor propõe-se analisar, com base no caso específico italiano, as distintas teses existentes no que concerne à temática em questão. Cf. *idem*, pp. 641 - 644.

mo disfuncional, conforme já anteriormente explicitámos(255).

2. Em dissonância com a atitude acima reportada, há quem pugne, por princípio, em defesa das facções, entendendo-se o fenómeno do faccionalismo intra-partidário como um indício da vitalidade democrática e da elasticidade da estrutura interna dos partidos políticos.

Os defensores do que podemos considerar o policromismo intra-partidário(256) consideram, assim, que quanto mais numerosas sejam as facções e mais elevada a competição entre elas, maior será a democracia interna. É evidente que semelhante argumentação só será sustentável se empiricamente comprovada, dependendo a mesma do tipo de facções de que se trate, assim como das motivações que lhes estejam subjacentes, dos fins e meios a que as mesmas respectivamente se propõem e recorrem, assim como da situação geral do partido de que se trate, do Estado e do próprio país.

Quanto á hipótese de que o facccionalismo pode contribuir para a elasticidade e desburocratização da estrutura organizacional dos partidos é, igualmente, uma questão empírica e ao que parece, pelo menos em princípio, fortemente questio-

---

(255) Veja-se o sub-capítulo 2 do I Capítulo desta dissertação, particularmente a nota 95.

(256) Diversos trabalhos empíricos sobre os partidos, tanto desencadeados a nível dos militantes, como dos quadros médios respectivos (delegados aos Congressos, por exemplo), têm demonstrado que grande parte destes aprova a existência de facções ou correntes, dado entenderem-nas como uma prova da democracia partidária interna. Tal é, por exemplo, o caso dos resultados a que SAMUEL BARNES chegou no seu estudo *Party Democracy: Politics in an Italian Socialist Federation*, New Haven, Yale University Press, 1967, especialmente p. 181.

nável (257).

3. Apesar destas verificações, em determinados sistemas tem-se verificado que a constituição de facções teve aspectos e consequências positivas, quer em termos do acréscimo da legitimação do próprio sistema político, do aumento da representatividade dos diversos segmentos da sociedade e do decréscimo da importância do exercício do poder arbitrário(258), quer da ruptura no imobilismo do sistema e da formação de coligações a nível governamental que provocam a estabilização do sistema político. Duverger, por exemplo, encararia a mesma hipótese das facções desempenharem, não só um papel de garantia do pluralismo partidário interno, como até, de redução dos próprios conflitos que aí se viessem, eventualmente, a gerar(259).

Contra a defesa do monolitismo partidário levanta-se igualmente Sartori, o qual considera poderem as facções conter um valor positivo, não sem contudo apelar para o cuidado que

---

(257) SERNINI defende, por exemplo, que no momento em que se processa a formalização de uma facção, isto é, quando esta assume uma estrutura organizacional própria, porque estatutariamente consignada, assiste-se à cristalização respectiva e, consequentemente, o fenómeno não contribui, de forma alguma, para a referida elasticidade intra-partidária. Cf. MICHELE SERNINI, *in Le Correnti nel Partito*, Milano, Instituto Editoriale Cisalpino, 1966, p. 46.

(258) As primeiras três consequências são reportadas por SEYMOUR LIPSET, em "Party systems and the representation of social groups", in *European Journal of Sociology*, vol. I, nº 1, 1960, p. 85, com base num estudo não publicado, efectuado por PATRICIA RICHMOND sobre a política mexicana, sob o título "Democracy and party: the problem of political stability in the mexican 'one party' system". Quanto às duas últimas consequências, consulte-se, para o caso italiano, STEFANO PASSIGLI, "Proporzionalismo, frazionismo e crisi dei partiti: quid prior?", *in Rivista Italiana di Scienza Politica*, vol. I, 1972, p. 132.

(259) Cf. MAURICE DUVERGER, *Les Partis Politiques*, Paris, Armand Colin, 1969, p. 278.

se deve ter com o abuso do conceito de democracia, quando levado a extremos que claramente o ultrapassam, como é o caso dos que consideram ser o faccionalismo um indício da autenticidade da vida democrática interna dos partidos(260).

Na análise que efectuou sobre o Partido Trabalhista Britânico, Janosik, por exemplo, pôs como hipótese de trabalho, que a existência de facções poderia funcionar como um *handicap* para a organização do trabalho do partido e das eleições a nível local, tendo, no entanto, concluido pela negativa(261).

Outros autores, sem considerarem as facções como um fenómeno imprescindível à democracia intra-partidária, não lhe atribuem, contudo, efeitos tão perniciosos para o sistema político(262) quanto outros o fazem, apresentando estes últimos soluções várias para obviar ao impacte negativo que atribuem ao excessivo faccionalismo intra-partidário(263).

---

(260) Cf. GIOVANNI SARTORI, *Parties and Party Systems, A Framework for Analysis*, Cambridge, Cambridge University Press, vol. I, 1976, p. 105; veja-se igualmente, *supra*, a explanação que fizémos dos argumentos pró e contra a ideia em causa.

(261) Cf. EDWARD JANOSIK, "Factionalism in the Labour Party", *in* RICHARD ROSE (ed.), *Studies in British Politics A Reader in Political Sociology*, London, MacMillan Press, 1976, pp. 446-457.

(262) Cf. STEFANO PASSIGLI, "Proporzionalismo, frazionismo e crisi dei partiti: quid prior?", *in Rivista Italiana di Scienza Politica*, vol. I, 1972. PASSIGLI conclui, a partir da análise do caso italiano e especialmente da Democracia Cristã, que as "curas" apontadas para o excessivo faccionalismo acabam por se tornar ainda mais disfuncionais. Cf. *idem*, pp. 133 e ss..

(263) Tal é, por exemplo, a posição defendida por PASQUINO contra PASSIGLI. Cf. GIANFRANCO PASQUINO, "Le radici del frazionismo e il voto di preferenza", *in* GIOVANNI SARTORI (ed.), *Correnti, Frazioni e Fazioni nei Partiti Politici Italiani*, Bologna, Il Mulino, 1973, pp. 73-76, o qual aponta uma série de medidas que poderão, em sua opinião, vir a reduzir o excessivo faccionalismo intra-partidário que se verifica no caso italiano e que extravasam, em seu entender, as

Prosseguir na discussão da argumentação vária, a favor ou contra o fenómeno das facções, parece-nos, aqui, irrelevante, tendo em conta a natureza do presente estudo. Em face do objectivo do mesmo, o que nos interessa, de facto, é ajuizar da importância do fenómeno em si para a explicação do conflito intra-partidário e, em última instância, para a compreensão do conflito político mais alargado. Isto, porque tem sido demonstrado através da investigação empírica levada a cabo sobre diversos sistemas políticos, que o padrão de interacção entre as facções intra-partidárias parece ser fundamental para a compreensão dos processos políticos respectivos(264).

4. Haverá, pois, que perspectivar o faccionalismo dos partidos como um fenómeno que tanto pode ser funcional, como disfuncional para o sistema político-partidário. Seja qual for o reflexo deste fenómeno, há que identificá-lo em cada caso particular e tipificar o respectivo papel no que concerne ao conflito interno dos partidos políticos(265) e, também, a um

---

apontadas por SARTORI para ultrapassar o mesmo problema, isto é, a simples adopção de um sistema eleitoral de tipo maioritário a nível interno. Cf. *idem*, pp. 363 e ss., especialmente p. 368.

Veja-se, igualmente, a obra supra-citada de GIOVANNI SARTORI, "Proporzionalismo, frazionismo e crisi dei partiti", *in Rivista Italiana di Scienza Politica*, vol. I, nº 3, 1971, pp. 629-655.

(264) Cf. FRANK BELLONI e DENNIS BELLER (eds), *Faction Politics Political Parties and Factionalism in Comparative Perspective*, Santa Barbara, ABC-Clio Press, 1976.

(265) Como adiantaram BELLONI e BELLER num outro trabalho: "(...) as the parties in a competitive political system perform a regulatory role in organizing the competition for power at one level, so a similar role may be performed by factions at another level" e "Faction politics is a reality; there is a subuniverse of politics as faction politics, much as there is party politics or interest group

nível mais alargado(266).

O faccionalismo pode, assim, criar conflito dentro e através das linhas partidárias. Os conflitos intra-partidários e o jogo das facções internas detêm um papel fundamental na formação e na dissolução de coligações, na estabilidade governamental(267), na definição de políticas, na determinação de medidas concretas e, em última instância, na própria configuração do sistema da partidos e no tipo de competição entre eles.

---

politics, and faction politics merits our attention as such", *in* FRANK BELLONI e DENNIS BELLER, "The study of party factions as competitive political organizations", *in Western Political Quarterly*, vol. XXIX, nº 4, December 1976, respectivamente p. 534 e p. 548 (os sublinhados são da responsabilidade dos autores).

(266) O impacte do sistema de facções intra-partidárias na competição e conflito no âmbito mais lato do sistema de partidos e no sistema político em geral é um facto que, em princípio, não levanta discussão. Sem chegar ao caso extremo italiano, tipificado por SARTORI como um sistema de *sotto-partiti*, cremos que as alianças entre certas facções de partidos distintos têm desempenhado, entre nós, um papel relevante em determinados momentos da vida política nacional.

Ao abordarmos os conflitos dentro do PPD/PSD (veja-se a Parte III desta dissertação), teremos ocasião de analisar esses alinhamentos e as consequências respectivas. Sobre a importância de que se revestem as facções em Itália, diz SARTORI: "A certi effetti siamo ancora governati dai partiti; ma ad altri effectti le vere unità operative sono le frazioni, e quindi il nostro è diventato un sistema di sotto-partiti, (...), um sistema autonomo, che va per suo conto, (...), a tal punto che il gioco delle frazioni non svolge soltanto per linee interne (al partito di appartenenza), mas anche per linee esterne, e cioè in sostanziale alleanzea con frazioni di altri partiti". Cf. GIOVANI SARTORI, "Proporzionalismo frazionalismo e crisi dei partiti", *in Rivista Italiana di Scienza Politica*, 1971, vol. I, nº 3, p. 652 (os sublinhados estão no texto).

(267) A este respeito, veja-se o que diz ZUCKERMAN sobre o caso italiano: "Divisions at the 'within-party' level play crucial roles in the formation and dissolution of italian governments, which fall as a result of removal of support by the coalition parties and not by the opposition parties". Cf. ALAN ZUCKERMAN, "Social struture and political competition; the italian case", *in World Politics*, vol. XXIV, 1972, p. 431.

No caso específico português, pensamos que em determinados períodos, a manutenção ou o suporte de certas coligações foi determinada pelas alterações surgidas na posição e força relativa das facções internas dos partidos que formaram essas coligações, como teremos ocasião de demonstrar na Parte III deste trabalho, no que concerne ao PPD/PSD.

Daí, o considerar-se imprescindível abordar o fenómeno do faccionalismo, mesmo quando a análise do conflito político não se limite à vida interna dos partidos(268). Tal não é o caso do presente estudo, embora perante determinados conflitos não nos possamos circunscrever à mera dinâmica intra-partidária. Se nos reportarmos unicamente a este nível, então a questão do faccionalismo interno assume a sua máxima importância para o entendimento dos processos de coesão e de conflito em cada caso concreto.

Será, igualmente, para cada caso concreto, que as consequências positivas ou negativas do faccionalismo intra-partidário terão que ser devidamente ponderadas. Se num determinado partido as facções se multiplicam de tal forma que a coesão interna é quase nula e o conflito super-personalisado, o partido em causa, como verificou Sartori, poder-se-á tornar surdo às necessidades nacionais(269), porque exclusivamente orientado para as lutas de carácter intestino, daí decorrendo o desprestígio dessa formação partidária.

Contudo, o facto de se reconhecer que a luta entre as

---

(268) Sobre a importância da análise das facções dos partidos para a compreensão das divisões político-sociais, dos conflitos de âmbito mais alargado, veja-se DAVID HINE, "Factionalism in west european parties: a framework for analysis", *in West European Politics*, vol. I, 1982, pp. 36 e 51.

(269) Diz SARTORI: "(...) tutto si subordina e riconduce ad un ossesivo 'gioco contro persone' - allearsi <u>con chi</u> per andare <u>contro chi</u> (...) i 'contenuti', i problemi reali, non sono più percepiti come tali ma diventano pedine del gioco degli schieramenti", concluindo o autor que em semelhante situação "(...) è facile capire come mai il mondo reale e i suoi problemi vengano percepiti e risolti, quando lo sono, in una prospettiva deformata". Cf. GIOVANNI SARTORI, "Proporzionalismo frazionalismo e crisi dei partiti", *in Rivista Italiana di Scienza Politica*, vol. I, nº 3, 1971, p. 654 (os sublinhados estão no texto).

facções pode representar um perigo para a vivência democrática, não significa que estejamos a tomar posição contra a constituição destas e contra os processos desencadeados pelas mesmas. Ao considerarmos este fenómeno como normal, porque entendemos natural o processo de divisão de qualquer grupo em sub-grupos e qualquer "unicidade" imposta como perniciosa em termos de democracia interna, não significa, no entanto, que estejamos, por princípio, a favor do faccionalismo intra-partidário ou, sequer, que o consideremos imprescindível com vista à democratização interna.

Como já foi dito, as facções podem ser funcionais ou disfuncionais no que respeita àquele, como a outros aspectos da vida partidária e da própria vida política, considerada esta num âmbito mais vasto.

O que eventualmente importa é a natureza dos mecanismos intra-partidários, que podem ser de forma a encorajar processos de solidariedade ou, pelo contrário, como diria Sartori, a incentivar "spirale di cannibalismo"(270) entre as distintas sub-unidades partidárias e as diversas elites que estão na base da constituição das mesmas, independentemente, cremos, do conflito que entre elas possa, como é natural, ocorrer.

5. Passando à apreciação dos aspectos essenciais expostos ao longo das páginas deste Capítulo, é possível apurar as seguintes conclusões:

---

(270) Cf. *ibidem*.

a) A constituição das sub-unidades partidárias a que chamámos, genericamente, facções, é um fenómeno normal e decorrente da própria constituição de qualquer grupo social;

b) Abordar a problemática do faccionalismo intra-partidário é fundamental em qualquer análise, não só dos conflitos internos dos partidos políticos, como dos conflitos desenvolvidos no sistema político mais vasto;

c) O impacte da temática em questão faz-se, portanto, não só na esfera interna dos partidos, como no próprio sistema político , podendo o fenómeno em causa ser funcional ou disfuncional a um ou outro nível;

d) As sub-unidades partidárias, ou sejam, as facções, são grupos de conflito, mais ou menos formalizados, mais ou menos perenes, mais ou menos coesos, com fronteiras mais ou menos delimitadas, mas sempre grupos de conflito;

e) Decorrente do conteúdo da formulação anterior, as facções podem adquirir configurações diversas, em função do motivo ou motivos que lhe estejam na origem, dos objectivos a que se proponham, dos meios a que recorram, da estrutura e do desenvolvimento respectivo;

f) Conquanto se possa, eventualmente, identificar uma causa única na raiz de uma facção, na maior parte

dos casos estas apresentam uma matriz híbrida, onde uns aspectos mais evidentes mascaram outros que o são menos;

g) As procurarem-se as raízes do faccionalismo intra-partidário haverá que tentar apreender os diversos incentivos à sua constituição, visto entender-se que aquelas não decorrem unicamente das clivagens estruturais presentes no seio de cada partido;

h) Sendo as facções intra-partidárias sub-grupos de conflito e não sendo as clivagens estruturais a sua principal determinante, o conflito que se desenvolve entre elas não é, também, consequência destas últimas;

i) Reportando-nos às causas não estruturais do faccionalismo dos partidos, encontramos variáveis de ordem exógena e endógena aos mesmos, que se prendem, quer seja com a dimensão organizacional, quer seja com a motivacional ou com a ideológica;

j) Procurando, ainda no domínio exclusivo do político, as determinantes do fenómeno do faccionalismo, temos que, dentro do quadro delineado na conclusão anterior, a relação entre as oportunidades, os interesses e as ideologias constitui uma base segura para a sua apreensão;

k) Essa relação tem que ser considerada no quadro intra-partidário, mas, também, no âmbito político-social mais vasto, pelas repercussões que se

exercem nos partidos e vice-versa;

l) Tendo em conta que a referida relação respeita, em primeira mão, às elites dos partidos, parece-nos que estas desempenham um papel fundamental, o qual haverá que explicitar, em termos da respectiva vontade deliberada em constituir facções e, consequentemente, em produzir o conflito intra-partidário.

IV - AS ELITES E A DEMOCRACIA

"O político em acto é um criador, um suscitador, mas nem cria do nada, nem se move no vazio turvo dos seus desejos e sonhos".

António Gramsci, *Obras Escolhidas*, 1974, p. 319.

1 - As teorias elitistas e a Democracia.

1. A ideia da existência em todas as sociedades de uma minoria dirigente vem desde Platão, na *República*, tendo sido posteriormente retomada pelos teóricos que viriam a ser conhecidos como elitistas, dado terem formulado ideologicamente o elitismo.

A referência a estes teóricos, que, aqui, não poderá deixar de ser selectiva, inclui desde logo Mosca, o primeiro a aprofundar esta temática, não obstante nos seus escritos(271) nunca tenha utilizado o termo elite. O conceito de que Mosca se serviu para designar aquela minoria foi o de classe política, demonstrando o autor que todos os regimes têm a sua

---

(271) A obra mais célebre de GAETANO MOSCA especialmente relevante no que respeita à matéria de que agora tratamos, são os *Elementi di Scienza Politica*, cuja primeira edição surgiria em Turim, em 1896; consultamos o volume *La Classe Politica*, organizado e introduzido por NORBERTO BOBBIO, Bari, Editori Laterza, 1972, que consiste num resumo dos capítulos mais importantes daquela obra; interessou-nos especialmente o Capítulo II da 1ª Parte e o Capítulo IV da 2ª Parte.

classe política, mudando apenas a sua formação, composição e organização.

Naquela perspectiva, a Ciência Política seria o estudo dos diferentes tipos de classe política, considerados no espaço e no tempo(272). Ao distinguir duas classes de pessoas: as que dirigem e as que são dirigidas, Mosca reconhece, contudo, que estas últimas exercem uma certa influência a nível das primeiras(273). Mas, para Mosca, o importante é o poder dessa classe dirigente, cuja existência o autor considera fundamental e só substituível por uma outra classe política.

2. Igualmente preocupado com os fenómenos decorrentes da existência destas minorias, às quais chamaria elites, Pareto formulou a sua teoria da circulação, considerando que a História segue um movimento ondulatório, mas contínuo, obedecendo a ciclos que coincidem com a decadência de certas elites e a sua substituição por outras(274).

Para Pareto, a sociedade é heterogénea, divide-se em

---

(272) Veja-se a introdução de BOBBIO à obra supra citada de GAETANO MOSCA, p. XVIII e o artigo de MALCOM JACK, "Elite theory: ideological, tautological or scientific?" *in* IVOR CREWE (ed.), *Elites in Western Democracy, British Political Sociology Year Book*, London, Croom Helms, vol. I, 1974, pp. 264-278.

(273) Cf. GAETANO MOSCA, *op. cit.*, p. 62.

(274) A principal obra de VILFREDO PARETO é o *Trattato di Sociologia*, cuja primeira edição sairia a público em 1916; esta obra seria, ao que parece, admiravelmente resumida por GIULIO FARINA, discípulo de PARETO, tendo resultado, em 1920, o *Compendio di Sociologia Generale*, cuja 2ª edição consultámos (Torino, Einaudi Editori, 1978); a edição mais citada nos textos que consultamos sobre a obra de PARETO, é a tradução em língua inglesa do *Trattato di Sociologia* com o título *The Mind and Society*, New York, Harcourt-Brace, 1935. Consultámos, ainda, para além das já referidas, uma outra obra de VILFREDO PARETO, *Transformazione della Democrazia*, Roma, Giovanni Volpe, 1975, que consiste na reunião de diversos artigos publicados em 1920 na *Rivista di Milano*, sendo considerado como o "canto do cisne" paretiano, dada a enorme fecundidade heurística do texto.

não-elite e elite, que, por sua vez, se subdivide em elite governante e não governante, dando-se a circulação entre os diferentes estratos de forma muito rápida e de acordo com a teoria de circulação por ele exposta, estando assim as elites em constante transformação(275).

3. A aportação de Michels seria mais restrita do que a de Mosca e a de Pareto, já que circunscreve a sua análise a uma organização partidária(276), embora tenha extrapolado as características aí encontradas para a generalidade das organi-

---

(275) Sobre as formulações de MOSCA e PARETO, veja-se FERDINAND KOLEGAR, "The elite and the ruling class: Pareto and Mosca reexamined", *in Review of Politics*, vol. XXIX, 1967, pp. 354-369, que contém uma excelente revisão crítica dos principais contributos daqueles dois autores.

Veja-se, igualmente, a análise a que procede BOVERO no que concerne à obra dos elitistas clássicos, PARETO, MOSCA e MICHELS e dos que entende por "elitistas democráticos", tal como LASSWELL, RIESMAN, MILLS e DAHL, no que respeita às formulações respectivas no âmbito da problemática das elites; aquele autor também apresenta um resumo das principais contestações à teoria das elites, de acordo com a refutação da mesma elaborada por DAHRENDORF e POULANTZAS. Cf. MICHELANGELO BOVERO, *La Teoria dell'Élite*, Torino, Loescher Editore, 1975.

Também PARRY procederia a uma análise exaustiva das teorias de MOSCA, PARETO e MICHELS, assim como das expressas por outros elitistas e dos críticos respectivos. Cf. GERAINT PARRY, *Political Elites*, London, George Allen and Unwin, 1977, especialmente pp. 14 - 63; veja-se, igualmente, sobre as teorias elitistas clássicas e sobre o conceito de elite, ROBERT PUTNAM, *The Comparative Study of Political Elites*, New Jersey, Prentice-Hall, 1976, especialmente pp. 2-8.

Sobre a problemática conotada com o conceito de elite consideramos que o melhor trabalho é o de PAOLO ZANNONI, "Il concetto di elite", *in Rivista Italiana di Scienza Politica*, vol. VII, nº 3, 1977; ZUCKERMAN, por seu lado, apresenta as principais definições do conceito, da autoria dos elitistas e dos pluralistas, retirando da análise das mesmas algumas conclusões que se prendem com aquela problemática, as quais adiante explicitaremos; Cf. ALAN ZUCKERMAN, "The concept 'political elite': lessons from Mosca and Pareto", *in Journal of Politics*, vol. XXXIX, 1977, pp. 326 e ss..

Veja-se, ainda, a revisão a que procede KELLER dos autores que a mesma entende serem os mais representativos dos estudos sobre elites; Cf. SUZANNE KELLER, *Beyond the Ruling Class. Strategic Elites in Modern Society*, New York, Random House, 1963, pp. 6-19.

(276) ROBERT MICHELS estudou o caso particular do SDP alemão, apresentando as suas conclusões em *Les Partis Politiques Essai sur les Tendences Oligarchiques des Démocraties*, Paris, Flammarion, 1971.

zações humanas. De qualquer forma, é com Michels que o conceito de elite adquire o seu significado restrito, ao qual nos haveremos de cingir na nossa análise. Enquanto que na breve revisão das principais teorias elitistas a que procedemos, o conceito de elite adquire um sentido mais lato, abarcando elites sociais, económicas, políticas, etc., na análise concreta de que nos vamos ocupar, o termo elite refere-se exclusivamente às elites partidárias, como adiante teremos oportunidade de explicitar.

4. Com base nos estudos dos autores referidos, surgiram uma série de trabalhos posteriores, procedendo quer a reformulações teóricas do conceito e da problemática em questão, quer a investigações empíricas sobre o tema. Pondo de parte qualquer pretensão de exaustividade sobre o assunto, diremos que algumas das análise mais relevantes neste capítulo, foram as fornecidas por Wright Mills, Burnham, Djillas, Bottomore, Lasswell, Dahl, Keller e Nadel, entre muitos outros(277).

Mills, por exemplo, que sofreria a influência de Mosca

Sobre a "lei da oligarquia" expressa por MICHELS, veja-se entre outros, RUTH SCOTT e RONALD HREBENAR, *Parties in Crisis, Party Politics in America*, John Wiley and Sons, 1984, pp. 367-369; W. G. RUNCIMAN, *Social Science and Political Theory*, Cambridge, Cambridge University Press, 1969, especialmente o capítulo IV; ANTHONY ORUM, *Introduction to Political Sociology The Social Anatomy of the Body Politic*, New Jersey, Prentice Hall, 1978, pp. 256-261; ROBERT DOWSE e JOHN HUGHES, *Political Sociology*, London, John Wiley and Sons, 1975, pp. 350-353.

(277) Para uma ideia da bibliografia existente sobre elites, bibliografia anotada e, à data, bastante completa, veja-se LEWIS EDINGER e DONALD SEARING, "Leadership: an interdisciplinary bibliography", *in* LEWIS EDINGER (ed.), *Political Leadership in Industrialized Societies, Studies in Comparative Analysis*, New York, John Wiley and Sons, 1967, pp. 348-366.

e de Pareto, também identificou uma elite do poder, vendo as elites enquanto um grupo coeso com homogeneidade de objectivos em função dos quais desenvolvem a sua acção. Mills, como outros autores, defende uma concepção monista das elites, insistindo na unidade destas e na existência de uma "elite do poder"(278) que resulta da interpenetração das elites existentes nos diversos sectores sociais. Para os monistas essa "elite do poder" tem as mesmas atitudes, os mesmos traços psicológicos, os mesmos interesses e os seus elementos provêm de idêntica extracção social.

Quanto a Bottomore, que partiu da definição de elite de Pareto, tentou explicar a circulação das elites à luz dos movimentos sociais do presente século(279). Burnham e Djillas por seu lado, combinariam elementos elitistas com argumentos marxistas, reconhecendo ambos a divisão da sociedade em hierarquias, mas defendendo um, a permanência de uma classe dirigente formada pelos tecnocratas, outro, a sua abolição, somente possibilitada com o fim do Estado(280).

---

(278) Cf. CHARLES WRIGHT MILLS, *La Elite del Poder*, Mexico, Fondo de Cultura Economica, 1957, pp. 260 e ss..

(279) Cf. TOM BOTTOMORE e S. E. FINER, *Elites and Society*, London, C.A. Watts and Co., 1964, *passim*. A teoria da circulação das elites seria, antes de BOTTOMORE, retomada por MARIE KOLABINSKA, para explicar a mobilidade social em França, na sua obra *La Circulation des Élites en France*, Lausanne, Librairie F. Rouge et Cie, 1912.

(280) Veja-se respectivamente, JAMES BURNHAM, *The Managerial Revolution*, New York, John Day, 1941, *passim*, e MILOVAN DJILLAS, *The New Class*, New York, Praeger, 1957, *passim*. MALCOM JACK apresenta um resumo do contributo destes dois autores, in "Elite theory: ideological, tautological or scientific?", *in* IVOR CREWE (ed.), *Elites in Western Democracy*, *British Political Sociology Year Book*, London, Croom Helm, vol. I, 1974, pp. 273-274.

5. Para autores como Dahl e Lasswell(281), não existe uma "elite do poder", mas sim várias elites, cada uma delas dirigindo um sector da sociedade: militar, económico, religioso, etc. Para estes autores entre as diversas arenas citadas não existe uma hierarquia prédeterminada nem sequer um conjunto de indivíduos constituindo a tal "elite do poder", que domine em todas as situações. Para os pluralistas, o predomínio de determinada elite num quadro específico da sociedade não acarreta, necessariamente, o seu predomínio em qualquer outro.

Esta concepção pluralista das elites viria a contribuir para a inserção das teorias ditas elitistas no quadro da moderna Democracia, já que esta não é considerada apenas como um mero ritual; pelo contrário, às eleições e à participação política da maioria é atribuido um papel consideràvelmente importante, não só em termos da integração do sistema, como no próprio processo de escolha das diferentes elites, prevendo-se a possibilidade de diferentes grupos sociais competirem entre si com vista à aquisição de posições predominantes no sistema. Adiante retomaremos esta temática.

Não é nossa preocupação, aqui, aprofundar o contributo destes autores, nem o dos restantes autores citados, mas tão só reconhecer que os respectivos escritos têm vindo a contri-

---

(281) Cf. ROBERT DAHL, "Uma crítica ao modelo da elite dirigente", *in Sociologia Política II*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970, pp. 90 - 100 (texto inicialmente publicado na *American Political Science Review*, vol. LII, 1958, pp. 463 - 469) e HAROLD LASSWELL, *On Political Sociology* (editado e introduzido por DWAINE MARVICK), Chicago, The University of Chicago Press, 1977.

buir para a delimitação e precisão do conceito de elite, com vista à sua inclusão em novos modelos de análise, especialmente em termos da sua ligação à teoria democrática e, também, para a sua operacionalização em termos da investigação empírica(282).

Apesar de os primeiros teóricos das elites parecerem ter ideias, em certo sentido anti-democráticas ou, pelo menos, pessimistas pem relação ao Liberalismo e à Democracia, cada vez mais se tem tentado uma reconciliação entre o conceito de elite e o de Democracia. Se as teorias elitistas, na sua forma clássica, consistiam fundamentalmente numa ideologia, hoje, os teóricos que se debruçam sobre esta temática, não o fazem, na sua grande maioria, com o fim de defender os valores da ordem e da hierarquia, mas sim no sentido de demonstrar que a própria Democracia pode consistir no conflito que se gera entre as diversas elites. É esta a concepção dos chamados pluralistas.

A atenção que tem vindo a ser dada na literatura política ao conceito de elite parece, assim, ter contribuído

---

(282) Em termos de investigação empírica ocorre-nos, entre outros, citar os trabalhos de LEWIS EDINGER, "Post totalitarian leadership elites in the German Federal Republic", *in American Political Science Review*, vol. 54, 1960, pp. 58-83; para além do livro de SUSANNE KELLER, *Beyond the Ruling Class; Strategic Elites in Modern Society*, New York, Random House, 1963; HAROLD LASSWELL et altre (ed.), *The Comparative Study of Elites*, Stanford, Stanford University Press, 1952; HAROLD LASSWELL, *Politics Who Gets What, When, How*, New York, Peter Smith, 1950; MARTIN LIPSET e ALDO SOLARI (eds.), *Elites in Latin America*, Oxford, Oxford University Press, 1967; WILLIAM ZARTMAN (ed.), *Elites in the Midde East*, New York, Praeger, 1980 e BODHAN HARASYMIW, *Political Elite Recruitment in the Soviet Union*, London, MacMillan Press, 1984.

para se pôr em questão a teoria clássica da Democracia(283). Cremos que a interrogação subjacente à problemática em questão(284) e as respostas dadas à mesma, levaram a um aprofundamento do que se entende por Democracia, a definições mais realistas(285) e não, como alguns defendem, à negação da possibilidade de se avançar via uma crescente participação popular no processo de tomadas de decisão.

6. O facto de se observar que não existem em toda a sua pureza governos populares propriamente ditos - no sentido de

---

(283) Sobre a noção clássica da Democracia, veja-se GEORGE SABINE, *A History of Political Theory*, London, George G. Harrap and Co., 1964. A presente noção de Democracia seria, no entender de DUVERGER, forjada pelos juristas, na sequência das ideias dos filósofos do século XVIII; Cf. MAURICE DUVERGER, *Les Parties Politiques*, Paris, Armand Colin, 1969, p. 464 e, como diria ARON, está ainda presente naqueles que são levados a crer que "Le pouvoir *du* peuple est exercé *par* le peuple". Cf. RAYMOND ARON, "Classe sociale, classe politique, classe dirigeante", *in Archives Européennes de Sociologie*, vol. I, nº 2, 1960, p. 266 (os sublinhados são da responsabilidade do autor).

(284) Interrogação que pode ser formulada da forma seguinte: "Quem governa?" tradução da primeira parte do título da obra de ROBERT DAHL, *Who Governs? Democracy and Power in an American City*, New Haven, Yale University Press, 1961. A esta questão responderia a grande maioria dos autores, tal como LORD BRYCE o fez, ao dizer que o Governo é sempre o governo de poucos em nome de alguém, podendo, no entanto, este alguém significar poucos ou muitos. Ou seja, na resposta à questão formulada está implícito o reconhecimento da inevitabilidade das elites mas, também, a possibilidade de estas poderem ser mais ou menos legítimas, mais ou menos representativas e, portanto, mais ou menos democráticas. Ou, como diria GRAMSCI, independentemente de se poder estudar a forma de atenuar tal situação, modificando determinadas condições actuantes nesse sentido "(...) permanece o facto de que existem dirigentes e dirigidos, governantes e governados". Cf. ANTÓNIO GRAMSCI, *Obras Escolhidas*, vol. I, Lisboa, Editorial Estampa, 1974, p. 279.

(285) Embora partindo de diferentes perspectivas e de terminologia distinta, esta é a opinião defendida por TOM BOTTOMORE e por S. E. FINER, respectivamente em *Elites and Society*, London, C. A. Watts and Co., 1964, pp. 108 e ss. e *Vilfredo Pareto: Sociological Writings* (organizado e introduzido por S. E. FINER), London, Pall Mall Press, 1965, p. 86.

Sobre o conceito de Democracia e problemas inerentes, vejam-se as notas 283 e 290 desta dissertação.

democracias directas (286) - visto facilmente se reconhecer que todas as sociedades são, na prática, governadas por grupos minoritários(287), não implica que consideremos totalmente impossível caminhar nesse sentido através da participação acrescida das massas nas tomadas de decisão, e, muito menos, que esses grupos, que são as elites, sejam, como defendem alguns, necessariamente constituídos por elementos que detêm capacidades superiores(288).

Isto é, se a direcção real da política está, indiscu-

---

(286) Consubstanciadas estas na fórmula "O poder exercido pelo povo", que, tal como a que defende "Le gouvernement de la nation par ses représentants" não passariam, na acepção de DUVERGER, de "Belles formules qui ne signifient rien". Cf. MAURICE DUVERGER, *Les Partis Politiques*, Paris, Armand Colin, 1969, p. 464.

(287) Até ROUSSEAU admitia que o governo pela minoria era inevitável nas sociedades modernas. Cf. JEAN-JACQUES ROUSSEAU, *Contrato Social*, Lisboa, Editorial Presença, 1973, p. 80.

Diversos estudiosos contemporâneos tiraram as mesmas conclusões, perante a inevitabilidade da existência de elites. Cf. por exemplo, ROBERT DAHL, "Further reflexions on 'the elitist theory' of democracy", *in American Political Science Review*, vol. LX, nº 2, June 1966, pp. 285-306. Neste mesmo artigo, DAHL reconhece que esta temática não está suficientemente estudada e refuta a existência de uma teoria elitista da democracia, à qual foi "acusado" de pertencer num artigo de JACK WALKER, publicado no mesmo número daquela revista, a pp. 285-295, sob o título "A critique of the elitist theory of democracy". Vejam-se os resumos das críticas tecidas por WALKER ao movimento que o mesmo apelidou "revisionista" in *op. cit.*, pp. 285, 286 e 295. Vejam-se as refutações de DAHL in *op. cit.*, especialmente na p. 299, assim como a distinção que este considera imprescindível fazer-se e à qual, no seu entender, WALKER não procede, entre a realidade e o que se quer que ela seja.

(288) Veja-se, por exemplo, o que diz BAGEHOT na sua clássica e fundamental obra: "It has been throught strange, but there are nations in which the numerous unwiser part wishes to be ruled by the less numerous wise part" acrescentando que essa maioria "(...) abdicates in favour of its elite, and consents to obey whoever that elite may confide it". Cf. WALTER BAGEHOT, *The English Constitution*, London, The Fontana Library, 1965, p. 247 (os sublinhados estão no texto).

Veja-se também PETER BACHRACH, *Crítica de la Teoría Elitista de la Democracia*, Buenos Aires, Amorrortu, 1973.

tivelmente, nas mãos das elites(289), de tal facto não se infere, como referiu Mannheim, que as sociedades em causa não sejam democráticas(290). O facto de as sociedades serem dirigidas por grupos minoritários, só significa que existem indivíduos politicamente mais importantes do que outros e que aqueles serão menos numerosos no topo do que na base da escala do poder e no processo de tomadas de decisão(291).

Na perspectiva indicada, não nos parece que haja qualquer incompatibilidade com as modernas concepções pluralistas da Democracia(292), nem significa que esses grupos consistam necessariamente em oligarquias(293). A existência

---

(289) Negar esta evidência é, para além de obsoleto, indicativo das implicações ideológicas que o termo elite acarreta. Vejam-se as considerações tecidas por RAYMOND ARON sobre a animosidade para com o conceito, por parte dos sociólogos americanos e dos sociólogos marxistas, *in* RAYMOND ARON, "Classe sociale, classe politique, classe dirigeante", em Archives Européenes de Sociologie, vol. I, nº 2, 1960, p. 260.

(290) Para MANNHEIM, bastará para tal, que o cidadão comum, mesmo sem ter intervenção directa no Governo de forma contínua, tenha a possibilidade de dar a conhecer a sua vontade em determinadas alturas, de forçar os governantes a tomar decisões no seu interesse ou de escolherem eles próprios, de forma participante, as elites em causa. Cf. KARL MANNHEIM, *Essays on the Sociology of Culture*, London, Routledge and Kegan Paul, 1956, p. 179 e ss. A proposta de BACHRACH é mais interessante, ao reconhecer que sem o apoio activo do homem comum a liberdade não se pode preservar, importando ampliar a participação dos cidadãos politizando os centros de poder, mesmo os privados, e aumentando, aí, a capacidade respectiva para tomar decisões. Cf. PETER BACHRACH, *Crítica de la Teoría Elitista de la Democracia*, Buenos Aires, Amorrortu, 1973, pp. 164 e 165.

(291) Como disse DUVERGER: "Il faut remplacer la formule 'gouvernement du peuple par le peuple' par celle-ci: gouvernement du peuple par une élite issue du peuple. Cf. MAURICE DUVERGER, *Les Partis Politiques*, Paris, Armand Colin, 1969, p. 466 (os sublinhados estão no texto).

(292) Veja-se, por exemplo, a súmula apresentada por SHUMPETER das críticas que podem ser imputadas à doutrina clássica da democracia e a reinterpretação da mesma, na opinião do autor, em JOSEPH SHUMPETER, *Capitalism, Socialism and Democracy*, London, Unwin Paperbacks, 1987, respectivamente pp. 250-268 e 269-273.

(293) Contra ARON, que considera que: "Les formules changent, c'est-à-dire-les idées ou

real destas dependerá, em cada caso, do grau de controle que a maioria exerce sobre as decisões da minoria, das peculiaridades do processo de tomadas de decisão por parte destas, da forma ou formas como as elites são seleccionadas e do tempo de permanência das mesmas no poder(294).

Haverá, pois, que não confundir uma situação de desigualdade perante o poder, com uma situação oligárquica, confusão que, na opinião de Daalder, estará na base da "lei de bronze" formulada por Michels(295). Esta, que se reveste de especial interesse para o presente trabalho, visto ter sido formulada no quadro dos partidos políticos, estabelece que a direcção oligárquica é inevitável em qualquer organização, por mais democrática que ela possa parecer, porque é o resultado

---

principes au nom desquels les minorités règnent, le fait oligarchique demeure". Cf. RAYMOND ARON, "Classe sociale, classe politique, classe dirigeante", *in Arquives Européennes de Sociologie*, vol. I, nº 2, 1960, p. 266 (o sublinhado está no texto).

(294) Neste aspecto parece-nos particularmente incisivo o que DAALDER disse sobre o fenómeno oligárquico: "Oligarchy consists not in the tacking of many decisions by few men, but in the tacking by few men of any decisions they care to take". (o sublinhado é nosso). Cf. HANS DAALDER, "Parties, elites, and political developments in Western Europe", *in* JOSEPH LAPALOMBARA e MAYRON WEINER (eds.), *Political Parties and Political Development*, Princeton, Princeton University Press, 1972, p. 70.

(295) Veja-se ROBERT DAHL "Uma crítica ao modelo da elite dirigente", in *Sociologia Política II*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970, pp. 90-100, especialmente pp. 93-94, assim como as conclusões a que este autor chega, no que concerne aos erros mais comuns que surgem em qualquer análise sobre o poder, em *Modern Political Analysis*, Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1964, pp. 53-54.

Quanto à "lei de bronze da oligarquia", que DAALDER critica na sua obra, encontra-se formulada em ROBERT MICHELS, *Les Partis Politiques. Essai sur les Tendances Oligarchiques des Démocraties*, Paris, Flammarion, 1971 e, do mesmo autor, "Democrazia formale e realtà oligarchica", *in* GIORDANO SIVINI (ed.), *Sociologia dei Partiti Politici*, Bologna, Il Mulino, 1971, pp. 27-44 (tradução italiana do texto original alemão, publicado no *Monafschrift für Soziologie*, vol. I, 1909, pp. 228-236 e 301-316).

da organização em si, ou seja, é esta que estabelece o domínio dos eleitos sobre os eleitores sendo, assim, sinónimo de oligarquia.

7. Até aqui temos vindo a tratar o conceito de elite de forma vaga. Torna-se necessário restringi-lo, delimitar as suas fronteiras relativamente aos conceitos com ele relacionados, para depois o circunscrever no âmbito específico da análise que nos propusémos elaborar(296).

Antes de definirmos elite, em termos de ser operacional para o presente trabalho, reportaremos alguns aspectos que se prendem com o conceito em causa no tratamento a que o mesmo tem sido submetido ao longo dos tempos na literatura disponível(297).

---

(296) Tendo em conta, como disse LASSWELL, que o fundamental consiste em determinar quando é que o termo elite se aplica numa situação concreta e de acordo com aquilo que se pretende. Cf. HAROLD LASSWELL, *On Political Sociology*, Chicago, The University of Chicago Press, 1977, p. 114.

Sobre a necessidade de os conceitos serem, simultaneamente, empiricamente precisos e teoricamente úteis, veja-se ABRAHAM KAPLAN, *The Conduct of Inquiry*, Scranton, Chandler, 1964, p. 53.

(297) Como referiu NADEL, a partir de PARETO, o termo tem tido tantas interpretações, que haverá que recuar, se não à sua etimologia, pelo menos aos distintos significados que o mesmo tem vindo a acumular ao longo dos tempos. Cf. S. F. NADEL, "The concept of social elites", *in International Social Sciences Bulletin*, vol. VIII, 1956, pp. 414-415.

Etimologicamente, elite deriva dos termos latinos *eligere*, que significa proceder a uma escolha e *electra*, que se refere à parte escolhida. O termo elite remonta ao francês corrente do século XIII e ter-se-ia adaptado a todas as línguas ocidentais, para significar um grupo pequeno que, num conjunto mais vasto, é tido como superior, seja em termos de direcção, seja de representação. Para um breve historial do termo e das suas raízes etimológicas, veja-se PAOLO ZANNONI, "Il concetto di elite", *in Rivista Italiana di Scienza Politica*, vol. VII, nº 3, 1977, p. 365; veja-se igualmente o artigo "Elite" no *Dizionario di Sociologia*, organizado por F. DEMARCHI e A. ELLENA, 1976, pp. 486-491.

PARETO considerou, no entanto, que o significado de elite não deveria ser procurado na etimologia respectiva, mas como refere NADEL, aquele autor estava numa posição ideal, tendo em conta que foi o primeiro a introduzir o termo elite

De tudo o que temos vindo a expôr neste sub-capítulo, se podem, desde já, sublinhar alguns aspectos: a heterogeneidade do próprio conceito, a conotação negativa que o mesmo contém, o facto de estar ligado a um paradoxo, a ambiguidade que encerra e, por último, a dificuldade da sua instrumentalização. A par destas características surge, também, uma outra, que se prende com a ambiguidade do conceito já reportada e que consiste na imensidade de sinónimos existentes para o termo elite.

Dissecando cada um dos vectores acima reportados, diremos que a heterogeneidade é um traço típico do conceito de elite, já que, em princípio, se trata de conceito muito vago(298), que abarca fenómenos diversos, sendo, portanto, em muitos casos, usado nesse sentido lato para designar qualquer situação de superioridade social.

Quanto à conotação negativa que o conceito por vezes encerra prende-se com o facto de, na generalidade, se considerar pertencer o mesmo a um clima de opinião hostil aos modernos ideais de Democracia(299), enquanto que o paradoxo

---

num contexto particular, não necessitando, por isso, de se demarcar do seu significado convencional. Como diz NADEL na obra acima citada: "Pareto could in this manner introduce elite as a new technical term, being still fairly free to make his own convention". Cf. S. F. NADEL, *op. cit.*, p. 414.

(298) O que, para muitos autores, não é razão para considerar que a utilização do conceito de elite comporte, necessariamente, riscos incontroláveis. NADEL, por exemplo, considera que esta heterogeneidade apresenta vantagens e que o importante é proceder à sua precisão em termos da investigação empírica. Cf. S. F. NADEL, "The concept of social elites", *in International Social Sciences Bulletin*, vol. VIII, 1956, p. 414.

(299) Cf. *idem*.

respeita às dificuldades surgidas no uso do conceito e às inúmeras definições contrapostas e ambíguas do mesmo(300). Esta ambiguidade reside, tanto no facto de se aplicar o termo elite a diferentes significados, como no de serem utilizados diversos termos para designar a mesma realidade.

Quanto às dificuldades que surgem na operacionalização do conceito(301), decorrem das características acima apontadas e a existência de inúmeros sinónimos para o mesmo(302) só di-

---

(300) Veja-se o que sobre um e outro aspecto diz ALAN ZUCKERMAN, "The concept 'political elite': lessons from Mosca and Pareto", *in Journal of Politics*, vol. XXXIX, 1977, pp. 324-325 e especialmente PAOLO ZANNONI, "Il concetto di elite", *in Rivista Italiana di Scienza Politica*, vol. VII, nº 3, 1977, pp. 362-363, o qual individualiza as principais fontes da ambiguidade do conceito.

(301) Sobre a dificuldade de operacionalização do conceito de elite, veja-se FERDINAND KOLEGAR, "The elite and the ruling class: Pareto and Mosca reexamined", *in Review of Politics*, vol. XXIX, 1967, p. 363 e ALAN ZUCKERMAN, "The concept 'political elite': lessons from Mosca and Pareto", *in Journal of Politics*, vol. XXXIX, 1977, p. 325, o qual considera que grande parte das obras que utilizaram o conceito levaram a um vazio teórico, a confusões conceptuais e a investigações totalmente desligadas de questões teóricas.

Veja-se, igualmente, o que diz sobre o assunto SUSANNE KELLER: "Elites are a fascinating area of study appealing to diverse types of thinkers. The result has been an abundance of insight alongside of a poverty of concepts and theories", *in Beyond the Ruling Class. Strategic Elites in Modern Society*, New York, Random House, 1963, p. 6.

(302) Mais do que sinónimos, (conquanto muitos como tal os utilizem), são conceitos relacionados e muito próximos da noção de elite, ARON, por exemplo, apesar de reconhecer que se podem utilizar os termos elites, classe política ou classe dirigente, considera que a hesitação entre estas palavras reflecte um equívoco relativamente à realidade, já que cada uma delas corresponde a uma realidade distinta; o autor utiliza o termo elite como sinónimo de categorias dirigentes, Cf. RAYMOND ARON, "Classe sociale, classe politique, classe dirigeante", *in Archives Européennes de Sociologia*, vol. I, nº 2, 1960, pp. 267 e 269.

BLONDEL, também distingue entre elite, elite do poder, classe governante e "establishment", considerando igualmente que estas noções diferem quanto à natureza, origem e dimensão respectiva. Cf. JEAN BLONDEL, *Voters Parties and Leaders, The Social Fabrics of British Politics*, Harmondsworth, Penguin Book, 1965, pp. 234-238.

Também BOTTOMORE procede à distinção entre classe política, o conceito mais restrito de elite política e minoria selecta, *in* TOM BOTTOMORE e S. E. FINER, *Elites and Society*, London, C. A. Watts and Co., 1964, pp. 19-20. NADEL, por

ficulta a questão. Termos como classe política, classe dirigente e classe governante foram, por exemplo, usados por Mosca(303) para significar aquilo que genericamente se entende por elite(304), para além de outros termos utilizados na obra de diversos autores com objectivos semelhantes(305). Simultaneamente, a confusão é acrescida pela utilização do mesmo termo para exprimir significados diferentes, tal como se conclui pela revisão efectuada das principais obras que trataram o tema(306).

---

exemplo, distingue outros conceitos relacionados com o termo elite, os quais considera terem, no entanto, um sentido mais restrito do que este último; são eles classe dirigente, aristocracia e *leadership*. Cf. S. F. NADEL, "The concept of social elites", *in International Social Sciences Bulletin*, vol. VIII, 1956, p. 414.

ZANNONI apresenta um estudo bastante exaustivo de cada um dos sinónimos de elite reportando-se às obras nas quais os mesmos foram utilizados. Cf. PAOLO ZANNONI, "Il concetto di elite", *in Rivista Italiana di Scienza Politica*, vol. VII, nº 3, 1977, especialmente pp. 363-371; veja-se o quadro resumo com os critérios/componentes para cada caso na p. 370 da obra em causa.

(303) Cf. CAETANO MOSCA, *La Classe Politica* (organizado e introduzido por NORBERTO BOBBIO), Bari, Editori Laterza, 1972.

(304) Como refere ZUCKERMAN, a este propósito, se não foi MOSCA a inventar o termo elite foi ele, sem dúvida, o que esteve na génese do conceito. Cf. ALAN ZUCKERMAN, "The concept 'political elite': lessons from Mosca and Pareto", *in Journal of Politics*, vol. XXXIX, 1977, p. 326.

(305) Veja-se o já citado artigo de PAOLO ZANNONI, "Il concetto di elite", *in Rivista Italiana di Scienza Politica*, vol. VII, nº 3, 1977, que encerra uma excelente e exaustiva análise do termo elite, das suas principais componentes, da etimologia respectiva e dos critérios subjacentes às diversas definições do conceito, analisando-o nos trabalhos de MOSCA, PARETO, MARX, MICHELS, ORTEGA y GASSET, WRIGHT MILLS e no dos pluralistas.

(306) Vejam-se as primeiras páginas deste sub-capítulo e as respectivas notas de rodapé. Sobre o assunto específico dos diferentes significados que o termo elite tem vindo a cobrir, para além dos diversos epítetos para o mesmo conceito, veja-se PAOLO ZANNONI, *op. cit.*, pp. 371 e ss., especialmente o quadro resumo da p. 381; um resumo do contributo da ZANNONI, como também de outros autores já aqui referidos, MOSCA, PARETO, NADEL, KELLER e PARRY entre outros, encontra-se em BODHAN HARASYMIW, *Political Elite Recruitment in the Soviet Union*, London, MacMillan Press, 1984, pp. 3-10.

8. Passadas em revisão as posições essenciais quanto à noção de elite e reportadas as implicações respectivas, resta-nos o fundamental, que consiste em precisar o que entendemos pelo conceito quando aplicado na presente investigação e, simultaneamente, em indicar os aspectos específicos que decorrem do facto de o termo em questão ser utilizado numa abordagem de natureza político-sociológica dos fenómenos intra-partidários.

O termo elite tem sido usado na Ciência Política para descrever o domínio ou poder de uma minoria sobre a maioria, conforme se pode depreender das páginas precedentes. Como o define Von Beyme, é um conceito sociológico que designa os que ocupam posições de liderança(307). No caso presente, essas posições de liderança serão perspectivadas quando assumidas no quadro intra-partidário.

Definido nestes termos, o conceito em causa não tem quaisquer conotações de ordem moral ou ética, apesar de fora deste contexto, como já reportámos, o mesmo poder comportar uma certa carga ideológica(308). Concomitantemente, a premência em especificar o contexto em que se insere o conceito em causa torna-se fundamental. É o facto concreto de aquele ser a

---

(307) Cf. KLAUS VON BEYME, "Elite", *in* C. D. KERNING (ed.), *Marxism Communism and Society A Comparative Encyclopaedia*, Herder and Herder, 1972, vol. III, pp. 134-137.

(308) Pretendendo significar o governo ou direcção "dos melhores" o termo adquire conotações do foro ideológico, presentes quer na Filosofia Política, desde a Antiguidade, quer na teoria política do séc. XX. Como expoentes desta concepção, vejam-se as obras de JOSÉ ORTEGA y GASSET *La Rebelión de las Masas*, Madrid, Espasa-Calpe S. A., 1966 e T. S. ELIOT, *Notes Towards the Definition of Culture*, London, Faber and Faber, 1948.

arena partidária, que confere a este último a sua especificidade no caso real de que nos ocupamos.

Elite refere-se, aqui, a um facto objectivo, de ordem empírica, usado num sentido estritamente técnico-operacional e eminentemente neutro(309), que designa o conjunto de indivíduos que num partido ocupa lugares chave a nível nacional, em termos de tomadas de decisões.

No quadro estritamente partidário, a elite será pois constituída, como disse Lasswell, por aqueles que "get the most of what there is to get"(310). Elite corresponderá, assim, a um corpo de indivíduos, corpo esse definido dentro de um partido político, o qual, pela posição respectivamente ocupada detém, para além de um certo grau de proeminência em termos político-partidários, o inerente estatuto a nível dessas duas esferas, o exercício do poder, a capacidade de influência directa no processo de tomadas de decisão e, evidentemente, as diversas funções que lhe são atribuídas dentro da hierarquia desse partido.

É, pois, o papel político-partidário determinado pela situação aí ocupada que confere a identidade às elites res-

---

(309) Atente-se, a este respeito, no que atrás dissemos, sobre a importância dos trabalhos sobre elites para o aprofundamento da Democracia, exposição que se pode consubstanciar na seguinte formulação: "The social scientists (...) are in agreement that the study of elites or the science of leadership do not serve to provide certain minorities with ideological justification for their rule; the predominant view is that the study of elites can assist in the democratization of social and political life". Cf. KLAUS VON BEYME, "Elite", *in* C. D. KERNING (ed.), *Marxism Communism and Society A Comparative Encyclopaedia*, Herder and Herder, 1972, vol. III, p. 146.

(310) Cf. HAROLD LASSWELL, *Politics Who Gets What, When, How*, New York, Peter Smith, 1950, p. 3.

pectivas. A esse papel corresponde, fundamentalmente, o exercício do poder(311). Como disse Touraine, o nível do poder é o dos dirigentes(312) ou seja, o das elites, no sentido que aqui lhes atribuímos. Mas, como referiu o mesmo autor, a direcção ou o domínio das elites pode ser acompanhado por uma forma democrática do recrutamento respectivo(313) e, acrescentamos, de uma forma democrática do exercício dessa direcção.

As elites serão, assim, no sentido que aqui lhes é atribuído simultaneamente um grupo e uma função: um grupo de indivíduos que ocupa determinados cargos dentro de um partido e, também, o conjunto das funções inerentes a esses cargos(314).

9. As elites de que tratamos são aquelas às quais formalmente é consignado, dentro de certo partido, o papel

---

(311) Claro que se pode pôr aqui a questão de saber exactamente em que consiste o poder ou, melhor, de quem efectivamente detém o poder real, já que também ao nível intra-partidário o fenómeno não é tão linear como poderá, à primeira vista, parecer. Adiante voltaremos a esta questão, aliás já anteriormente abordada. Por ora, e sobre o ilusório conceito de poder, veja-se FREDERICK FLERON, "Notes on the explication of the concept 'elite' in soviet studies", *Canadian Review of Slavic Studies*, vol. II, nº 1, spring 1968, pp. 112.

Refira-se, igualmente, o contributo de DAALDER neste assunto, ao chamar a atenção para a inferência, em seu entender errada, de situações de poder, exclusivamente por parte daqueles que ocupam determinadas posições. Cf. HANS DAALDER, "Parties, elites and political developments in Western Europe, *in* JOSEPH LAPALOMBARA e MYRON WEINER (eds.), *Political Parties and Political Development*, Princeton, Princeton University Press, 1972, p. 70.

(312) Cf. ALAIN TOURAINE, "L'evoluzione dei partiti di massa e la transformazione delle élites politiche", *in* GIORDANO SIVINI (ed.), *Sociologia dei Partiti Politici*, Bologna, Il Mulino, 1971, p. 275.

(313) Cf. *ibidem*.

(314) "Leaders are not only power-holders, but also power-makers and power-spenders", diria CARL FRIEDRICH no artigo conjunto com KLAUS VON BEYME, "Leadership", *in* C. D. KERNING (ed.), *Marxism Communism and Society A Comparative Encyclopaedia*, Herder and Herder, 1972, vol. V, p. 154.

hierarquicamente mais importante no processo de tomadas de decisão, isto é, um papel mais crucial do que outros. Esta é, pois, uma abordagem em que o processo de tomadas de decisão assume particular relevo, que privilegia os papeis dos que ocupam lugares "oficiais" no centro de decisão que são os órgãos superiores num partido político.

A opção pelas chamadas elites nacionais não implica que as consideremos como detendo capacidades superiores às elites locais ou regionais, nem que estas últimas não exerçam, igualmente, um importante papel naquele processo. Atentámos, no entanto, no peso exercido pelas primeiras num sistema representativo como é o vigente e, sobretudo, no quadro de um partido político, reconhecendo, não obstante, a existência de diversos estratos igualmente importantes no conjunto das elites partidárias(315).

Sendo assim, preocupamo-nos, sobretudo, com as elites

---

(315) Relevante para esta classificação é a tipologia avançada por JANOWITZ, o qual distinguiu entre elite *cadre* e *nucleus*. As primeiras serão constituídas pelos membros do grupo que atingem posições superiores, mas as segundas são, ainda, um grupo mais restrito recrutado a partir das primeiras e que detém, efectivamente, os mais altos cargos numa organização. Cf. MORRIS JANOWITZ, "Social stratification and the comparative analysis of elites", *in Explorations in Enterpreneurial History*, Winter suplement, 1956, p. 9.

Sobre a estratificação dos membros dos partidos e das elites respectivas, veja-se MARIA JOSÉ STOCK, "Delegados, activistas, quadros médios: importância de uma abordagem empírica", *in Os Partidos em Congresso 1981, Quem são e o que Pensam os seus Delegados - Uma Abordagem Sociológica*, Évora, Gabinete de Investigação Social, ISESE, 1985, pp. 7-25, especialmente a bibliografia indicada nas notas de rodapé 1 a 8 respectivas e os Gráficos I a VII, que apresentam, esquematicamente, diversos modelos da estratificação partidária. Atente-se, sobretudo, ao modelo por nós proposto e apresentado no mesmo artigo, no Gráfico VII, no qual se pode ver o estrato superior, constituído pelas elites dirigentes nacionais, representado no vértice da pirâmide. Veja-se, igualmente, a apresentação esquemática da estratificação da participação política, apresentada por ROBERT PUTNAM em *The Comparative Study of Political Elites*, New Jersey, Prentice-Hall, 1976, p. 11.

partidárias de nível nacional, ou sejam, os membros do partido que ocupam os cargos superiores do respectivo aparelho.

Como disse Keller, a cada esfera da vida social, a cada actividade, corresponderá um determinado tipo de elite(316). Dado que circunscrevemos a análise ao âmbito intra-partidário, são as elites de um partido concreto, o PPD/PSD, que nos vão preocupar. Destas, as mais relevantes, para cada caso, serão como disse Dahl, aqueles cujas preferências prevalecem regularmente em casos de surgirem diferenças àcerca da escolha de objectivos políticos fundamentais(317), ou seja, no caso vertente, em face de situações concretas de conflito(318). A nos-

---

(316) Cf. SUZANNE KELLER, "Elites", *in International Encyclopaedia of Social Sciences*, New York, MacMillan and Free Press, vol. V, p. 26. As elites de que tratamos serão, à primeira vista, na opinião de KELLER, elites segmentais, em contraste como que entendeu serem as elites estratégicas; mas se atentarmos à definição que nesse artigo dá a autora, de um e outro tipo de elite, concluiremos que as elites de que aqui que nos ocupamos, se são segmentais, porque as suas responsabilidades se exercem em sub-domínios da sociedade, são, também, estratégicas, já que estas se definem como as que "(...) claim or are assigned responsabilities for and influence over their society as a whole" (in *ibidem*).

Sobre o conceito de elite estratégica veja-se, também, a já aqui citada obra da mesma autora, *Beyond the Ruling Class Strategic Elites in Modern Society*, New York, Random House, 1963, especialmente p. 20. Entendemos, desta forma, que a acção das elites em causa, extravasa, por certo, mesmo que indirectamente, a esfera específica dos partidos e, também, o âmbito exclusivamente político, conquanto a nossa preocupação, aqui, seja fundamentalmente centrada no impacte dessa acção no conflito intra-partidário.

(317) Cf. ROBERT DAHL, "Uma crítica do modelo de elite dirigente", *in Sociologia Política II*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970, p. 93.

(318) As entrevistas a que procedemos privilegiam, consequentemente, estas últimas, após a triagem efectuada a partir da análise dos conflitos em estudo (veja-se no Anexo II desta dissertação a respectiva Ficha Técnica 3, na qual estão discriminadas as individualidades que entrevistámos). Tivemos, também, em atenção o facto, verificado por KELLER, da existência de uma hierarquia entre as elites, de que "(...) some elites are more elite than others" (Cf. SUZANNE KELLER, *Beyond the Ruling Class Strategic Elites in Modern Society*, New York, Random House, 1963, p. 20) e, daí, o termos privilegiado os membros que fizeram parte das sucessivas Comissões Políticas Nacionais do PPD/PSD (Veja-se, na Parte IV desta dissertação, o Capítulo XI, especialmente o sub-capítulo 2.2).

sa análise incidirá, assim, essencialmente, nas elites que decidem poder dentro do partido que são, sobretudo, os membros da Comissão Política Nacional e nas elites que integraram as diversas "facções" internas.

10. Cabe, agora, retomar dois aspectos importantes, remetendo-nos ambos para temas já desenvolvidos nas páginas precedentes. Um, prende-se com o facto de a acção das elites não poder ser compreendida independentemente dos interessses e dos movimentos sociais sobre os quais eventualmente se fundamenta(319); outro, respeita à circunstância de que a existência de elites e o reconhecimento do seu domínio não significa, nem que se esteja necessariamente perante uma situação oligárquica, nem que as referidas elites não tenham sido democraticamente escolhidas(320). Este último ponto respeita, concretamente, à forma de recrutamento das elites dos partidos e à sua substituição.

Um e outro aspecto serão, assim, fundamentais para a apreciação do papel desempenhado pelas elites. É, pois, ao tratamento teórico dos antecedentes e do *cursus honorum* das elites, que dedicaremos o sub-capítulo seguinte.

---

(319) Veja-se o Capítulo precedente e o sub-capítulo 3 do II Capítulo desta dissertação.

(320) Vejam-se as páginas anteriores deste sub-capítulo.

2 - Os antecedentes, os padrões de recrutamento, o *cursus honorum* e as características das elites dos partidos políticos.

1. Para Mosca todos os regimes têm a sua classe política, o que muda, em cada caso, são as respectivas formação, composição, organização e características(321). Por sua vez, todos os partidos têm elites, podendo eventualmente mudar aqueles, como outros atributos, de partido para partido.

Seria Ostrogorski o primeiro a reportar a importância de que se revestem, para os partidos, os políticos profissionais, tendo em conta a necessidade por parte das máquinas partidárias, de pessoal permanente que as ponha em funcionamento(322). No cume da pirâmide de estratificação desses grupos de indivíduos estão as elites, tal como operacionalizámos o conceito no anterior sub-capítulo.

O estudo empírico dessas elites, às quais Aron preferiu chamar categorias dirigentes, comporta, segundo este autor, diversos aspectos(323), os quais, na nossa perspectiva, pode-

---

(321) Cf. CAETANO MOSCA, *La Classe Politica* (organizado e introduzido por NORBERTO BOBBIO), Bari, Editori Laterza, 1972.

(322) OSTROGORSKI foi o primeiro a realizar uma análise sistemática do funcionamento dos partidos e do respectivo papel na organização da Democracia, evidenciando o desfazamento entre os discursos e a prática democrática, mormente no que respeita à organização e funcionamento dos partidos e à actuação das elites respectivas. Cf. MOISEI OSTROGORSKI, *La Démocratie et les Partis Politiques*, organizado e introduzido por PIERRE ROSAN-VALLON, Paris, du Seuil, 1979, especialmente p. 50-53 e 125 e ss..

(323) Cf. RAYMOND ARON "Classe sociale classe politique, classe dirigeante", *in Archives Européenes de Sociologie*, vol. I, nº 2, 1960, p. 27.

rão ser resumidos nas três componentes do título em epígrafe: os padrões de recrutamento, isto é, as vias de acesso aos cargos dirigentes, o *cursus honorum*, ou sejam, as modalidades da carreira político-partidária e, por fim, os traços distintivos dessas elites, os quais englobam para além dos seus antecedentes, isto é, o conjunto de características de tipo sócio-estrutural das mesmas, as atitudes e os comportamentos respectivos.

Quanto à relação entre a estrutura social e as características das elites, já aqui foi dito, quando abordamos a problemática das relações existentes entre aquela estrutura e as clivagens nos partidos, que não é tão evidente quanto alguns autores o pretendem demonstrar(324); acrescentemos, agora, que em face da complexidade crescente da vida política e com o advento dos partidos inter-classistas, as elites partidárias adquirem uma crescente independência relativamente à estrutura social subjacente.

Também já aqui deixámos explícito que alguns aspectos da estrutura social detêm uma importância mais relevante do que a de outros, em termos das clivagens político-partidárias e, consequentemente, o mesmo tipo de hierarquização poderá ser encontrada ao investigarem-se os antecedentes das elites dos partidos.

2. Na análise dos antecedentes das elites, a qual se prende intimamente com a questão dos padrões de recrutamento e

---

(324) Veja-se o II Capítulo, especialmente o sub-capítulo 2, da Parte I da dissertação.

das vias de acesso aos cargos dirigentes, haverá que partir da observação da estrutura formal da liderança, para se poder ver quem ocupa esses lugares e, em seguida, procurar os respectivos antecedentes(325). Estes, incluirão, para além dos clássicos aspectos que se prendem com o tipo de socialização(326) a que as elites foram sujeitas, grau de instrução(327), pro-

---

(325) A maioria dos estudos sobre elites têm-se debruçado sobre a sua caracterização em termos dos antecedentes das mesmas e do respectivo perfil, no que se refere às suas diversas componentes, e, também, das formas de recrutamento respectivo. Tal é o caso do trabalho sobre as elites espanholas desde 1874, de SALUSTIANO DEL CAMPO, FÉLIX TEZANOS e WALTER SANTIN, "The spanish political elite: permanency and change", *in* MOSHE CZUDNOWSKI (ed.), *Does who Governs Matter? Elite Circulation in Contemporary Society*, Illinois, Dekalb, Northern Illinois University Press, 1983, pp. 124-153; ROLAND CAYROL e PASCAL PERRINEAU, "Governing elites in a changing industrial society: The case of France", *in* MOSHE CZUDNOWSKI (ed.), *op. cit.*, pp. 90-124; DEAN MANN, "The selection of federal political executives", *in The American Political Science review*, vol. 58, 1964, pp. 81-99; JEAN CHARLOT, "Les élites politiques en France de la III^e^ a la V^e^ République", *in Archives Européennes de Sociologie*, vol. XIV, nº 1, 1973, pp. 78-92; ROBERT PUTNAN, *The Comparative Study of Political Elites*, New Jersey, Prentice-Hall, 1976, especialmente pp. 21-44.

(326) AMSTRONG, por exemplo, ao comparar a evolução dos papéis das elites (administradores públicos) francesas, inglesas, alemãs e russas, preocupou-se, sobremaneira, com o tipo de socialização sofrida, em termos da influência exercida pela família, escola, etc. Cf. JOHN AMSTRONG, *The European Administrative Elite*, New Jersey, Princeton University Press, 1973. Ver igualmente, na mesma linha, ROLAND CAYROL, JEAN-LUC PARODI e COLETTE YSMAL, *Le Député Français*, Paris, Armand Colin et Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1973.

(327) Ao procurar analisar a importância do papel das elites na modernização política, em termos de as mesmas poderem imprimir uma maior velocidade ao processo e promover a efectivação de medidas concretas, SCOTT atribuiria à instrução um papel fundamental, dado que é a nova situação neste capítulo, a instrução generalizada e o elevamento do nível médio de instrução, que tem permitido o acesso às elites de novos estratos da população. Cf. ROBERT SCOTT, "Political elites and political modernization: the crisis of transition", *in* SEYMOUR LIPSET e ALDO SOLARI (eds.), *Elites in Latin America*, Oxford, Oxford University Press, 1967, pp. 117-145, especialmente p. 117.

Ainda sobre a importância das mudanças ocorridas na sociedade, no que se refere ao impacte nos antecedentes das elites, veja-se o estudo de R. W. JOHNSON, "The british political elite, 1955-1972", *in Archives Européennes de Sociologie*, vol. XIV, nº 1, 1973, pp. 35-77, tendo este autor verificado que no Partido Trabalhista britânico a característica mais premente reside no declíneo da implantação das elites na classe operária, que se traduz pelo "aburguesamento" progressivo daquelas, não em termos de poder económico, mas em termos da *ability* e da importância crescente da meritocracia Cf. *op. cit.*, p. 71 e ss..

fissão exercida(328), origem social, religião e características demográficas, outros vectores que haverá que analisar, os quais se prendem com a socialização especificamente política e que respeitam aos laços estabelecidos com determinados grupos de interesse e outro tipo de solidariedades pessoais, para além da pertença a outros partidos ou movimentos políticos.

A origem social das elites é, talvez, o aspecto normalmente mais valorizado nas análises empíricas realizadas sobre os seus antecedentes. A ligação directa que alguns autores estabelecem entre as características sócio-económicas e o comportamento das elites, deve-se ao facto de considerarem estarem os comportamentos intimamente associados com as atitudes respectivas, sendo estas, na mesma concepção, decorrentes das características sócio-económicas(329) o que consi-

---

(328) De que é exemplo o trabalho de HEINZ EULAU e DAVID KOFF, "Occupational mobility and political career", *in Western Political Quarterly*, vol. XV, 1962, pp. 507-521, sobre as elites americanas, tendo os autores concluido que estas são recrutadas nos estatutos profissionais superiores (Cf. *op. cit.*, pp. 507 e 521) e, a partir da comparação entre as elites *mobile* e estáveis na profissão e na carreira política, que a mobilidade ocupacional parece influenciar a esfera política (*idem*, p. 521).

(329) Veja-se, por exemplo, o que sobre esta relação dizem LEWIS EDINGER e DONALD SEARING em "Social back-ground in elite analysis: a methodological inquiry", *in American Political Science Review*, vol. LXI, 1967, pp. 428-445. Para estes autores, não é claro que o comportamento das elites seja determinado pelas atitudes respectivas e que estas, por sua vez, sejam função de variáveis sócio-económicas e psicológicas, sendo as ligações estabelecidas através do processo de socialização. Para EDINGER e SEARING, só se poderá concluir no sentido positivo, caso a investigação empírica, efectuada a partir da recolha e análise comparativa de dados sobre os antecedentes sociais e as atitudes das elites, o venha a comprovar; nesse sentido, os autores compararam as elites francesas e as alemãs, com base em dados de uma série de entrevistas realizadas no âmbito de um projecto dirigido, em 1964, por KARL DEUTSH, tendo concluido que: dentro do mesmo sistema político, algumas variáveis são mais determinantes do que outras nas atitudes das elites e algumas destas últimas mais frequentemente relacionadas com os anteceden-

deramos, logo à partida, representar uma excessiva simplificação de um fenómeno, sem dúvida consideràvelmente mais complexo.

Relativamente a este determinismo linear, haverá, assim, que tomar as devidas precauções. Se é um facto que a acção das elites não pode ser convenientemente interpretada caso sejam tomadas independentemente dos interesses e, portanto, das características sociais e económicas sobre as quais em princípio se fundamenta, também é insuficiente para a sua compreensão uma análise que se limite apenas ao perfil social dessas elites.

Sumariando, diremos que a actuação das elites não pode ser vista como a mera manifestação das relações de classe subjacentes, tal como tem sido a orientação de grande parte das análises até agora efectuadas(330). O excesso de estudos sobre as variáveis que constituem os antecedentes das elites, em detrimento de outras variáveis, dever-se-à, exactamente, ao pressuposto de que existe uma ligação directa e linear entre a sociedade e as elites e entre estas e os *out-puts* políti-

---

tes do que outras e que as relações entre umas e outras variam consoante o sistema político de que se trate. Seja como fôr, os autores em causa consideram que, proceder-se à caracterização dos antecedentes das elites, desde que se não fique no plano meramente descritivo, é, sem dúvida, relevante. Cf. *op. cit.*, pp. 444-445. À importância do processo de socialização, já aqui referido, daria LASSWELL especial relevo. Veja-se HAROLD LASSWELL e DAVID LERNER (eds.), *World Revolutionary Elites*, Cambridge, MIT Press, 1965, pp. 430 e 431.

(330) Veja-se a crítica tecida por JANOWITZ aos estudos realizados no âmbito do Hoover Institute, que seguiram este eixo de investigação, em MORRIS JANOWITZ, "The systematic analysis of political biography", *in World Politics*, vol. IV, April 1954, pp. 411.

cos(331) e, consequentemente, à concepção errada de que estes últimos decorrem unicamente da origem social das elites(332).

Todavia, o facto de diversos trabalhos empíricos terem provado a não existência de laços directos entre os comportamentos das elites e os respectivos antecedentes e perfil sociológico(333), e de terem surgido inúmeras críticas ao padrão predominante, já reportado, da maioria dos estudos sobre elites, não significa que não haja interesse em proceder a análises sobre aqueles vectores. As características que respeitam aos antecedentes das elites, conquanto não devam ser perspectivadas como a única via de análise das mesmas, são, sem dúvida, importantes, não só para o entendimento dos processos de recrutamento(334), como, também, para a correcta apreensão de todas as determinantes da actuação das elites em causa(335).

---

(331) Para COTTA, o facto de se interpretarem as relações daquela forma, levaria a um excesso de estudos empíricos sobre os antecedentes e o perfil das elites e a questionar-se a importância da análise das elites em si, visto se ter concluido que as correlações são pouco significativas. Para o autor, o que deverá ser posto em causa é o modelo simplista em que se baseiam essas investigações, tornando-se premente analisar as elites à luz de outros quadros teóricos mais complexos. Cf. MAURIZIO COTTA, "The italian political class in the twentieth century: continuities and discontinuities", *in* MOSHE CZUDNOWSKI (ed.), *Does Who Governs Matter? Elite Circulation in Contemporary Societies*, Illinois, Dekalb, Northern Illinois University Press, 1982, p. 155.

(332) Cf. KLAUS VON BEYME, "Elite input and policy output: the case of Germany", *in* MOSHE CZUDNOWSKI (ed.), *op. cit.*, p. 55.

(333) Reportado por ALAN ZUCKERMAN in "The concept 'political elite': lessons from MOSCA and PARETO", *in Journal of Politics*, vol. XXXIX, 1977, pp. 330-331.

(334) Cf. KLAUS VON BEYME, "Elite input and policy output: the case of Germany", *in* MOSHE CZUDNOWSKI (ed.), *Political Elites and Social Change: Studies of Elites Roles and Attitudes*, Dekalb, Northern, Illinois University Press, 1983, p. 55.

(335) Conforme diz CZUDNOWSKI, não se podem avançar hipóteses sem primeiro existirem análises daquela natureza. E se o perfil social parece ter vindo a diminuir de im-

Bastará, para tal, ver que na análise do conflito intra-partidário, principal objecto de estudo da presente dissertação, nos interessa evidentemente saber qual a importância do papel aí desempenhado pelas elites partidárias, tendo em conta que as diferentes actuações, não sendo consequência directa dos respectivos antecedentes, estão ligadas dentro de um conjunto de parâmetros mais complexos, entre os quais demos especial relevo às oportunidades, aos interesses e às ideologias(336).

3. A estrutura de oportunidades diz respeito às condições que se apresentam em termos do recrutamento e das carreiras das elites. O acesso dos indivíduos aos cargos superiores de um partido político depende, não só dos mecanismos do processo de recrutamento respectivo, como, também, dos recursos disponíveis em termos de carreira política, das recompensas e dos riscos que esta envolve.

Se considerarmos que uma máquina partidária é uma organização, não só assente na atracção de recompensas materiais(337), mas de outro tipo de recompensas, que se pren-

---

portância, outras variáveis, tais como a ideologia ou os programas dos partidos, isoladamente considerados, também são insuficientes para explicar a actuação das elites. Cf. MOSHE CZUDNOWSKI, "Introduction: a statement of the issues", *in* MOSHE CZUDNOWSKI (ed.), *op. cit.*, p. 9.

(336) Veja-se, sobretudo, o sub-capítulo 3 do II Capítulo da presente dissertação.

(337) Segundo WILSON, estas recompensas incluem não só os cargos em si (no partido, no Governo, na Administração Pública, etc.), mas o que eles implicam (ascensão profissional, económica, social). Além das recompensas directas há, ainda, as indirectas, ou sejam, as que advêm dos contactos que se proporcionam pelas situações assumidas. Cf. JAMES WILSON, *Political Organizations*, New York, Basic Books, 1973, p. 97.

dem com o acesso ao poder possibilitado aos indivíduos e aos sub-grupos, facilmente se compreende que na procura desses benefícios se terão inevitavelmente que gerar entre uns e outros, situações de conflito.

As recompensas em causa são distribuídas, necessariamente, de forma desigual pelos diferentes escalões dos elementos intervenientes num partido político; consoante o cargo ocupado, as recompensas e os riscos serão também desiguais. De entre os diversos estratos de participantes no processo, são as elites, tal como as delineámos(338), a conseguir obter o máximo daquilo que está disponível(339). Na hierarquia das recompensas, materiais e outras, são as que se apresentam às elites nacionais as que se revestem de maior relevo. Daí, que o conflito gerado na sua obtenção adquira uma particular vivacidade entre os candidatos a determinados cargos no aparêlho do partido ou a outros decorrentes da importância que aí adquiram.

4. Do conjunto de candidatos às elites partidárias, só alguns chegarão a nível nacional e isso dependerá de diversos factores. Como referiu Putnam, de entre os factores que afectam o recrutamento das elites e, portanto, o *cursus honorum* respectivo, sobressaiem os canais através dos quais os candidatos conseguem ascender às elites(340), os mecanismos a

---

(338) Veja-se o sub-capítulo precedente.

(339) "Those who get the most are elite" diria LASSWELL "the rest are mass". Cf. HAROD LASSWELL, *Politics Who Gets What, When, How*, New York, Peter Smith, 1950, p. 3.

(340) Canais esses da mais variada ordem e natureza. Cf. ROBERT PUTNAM, *The Comparative Study of Political Elites*, New Jersey, Prentice-Hall, 1976, pp. 46 e ss..

que se procede na triagem destes(341), as credenciais que os candidatos devem, em princípio, apresentar e, por fim, as disposições existentes quanto à substituição das elites(342).

Se nos reportarmos ao terceiro aspecto mencionado, as credenciais de que os candidatos devem à partida dispôr, na sua base poderão estar certas características específicas, sejam traços de personalidade(343), sejam aspectos que emanam da estrutura social. Então, a análise de uns e de outros, isto é, dos antecedentes das elites, será sem dúvida importante num estudo desta natureza.

Concomitantemente, no interior dos partidos vai-se processando a socialização dos potenciais candidatos, promovendo-se ou desactivando-se as predisposições respectivas nesse sentido, através dos canais, mecanismos e processos atrás referidos.

---

(341) São os *gates* e os *gatekeepers*, na terminologia usualmente aplicada para designar os processos e as pessoas que intervêem nas escolhas a efectuar, neste caso assumindo um papel impeditivo do acesso generalizado aos sucessivos escalões da estrutura organizacional das formações partidárias. Cf. *ibidem*.

(342) Na linguagem corrente da Ciência Política é o chamado *turnover*. Cf. *ibidem*.

(343) Para SCHWARTZ, que se preocupa em saber as razões e os processos (o porquê e o como), através dos quais os indivíduos procuram obter certos cargos políticos, existem um conjunto de necessidades e valores que predispõem uma personalidade à actividade política que, por sua vez, derivam da socialização em geral e da política em particular. Cf. DAVID SCHWARTZ, "Toward a theory of political recruitment", *in Western Political Quarterly*, vol. XXII, 1969, pp. 552-571.

Alguns autores consideram que os valores partilhados pelas elites são fundamentais nas escolhas e decisões que estas tomam. Tal é o caso de R. ANGELL, que estudou comparativamente os valores das elites russas e americanas, com o fim de ver as compatibilidades e incompatibilidades respectivas; ANGELL considera que a política externa dos dois países é influenciada pelos valores das respectivas elites (consideradas estas no seu sentido lato). Cf. R. ANGELL, "Social values of soviet and american elites: context analysis of elite media", *in Journal of Conflict Resolution*, vol. VIII, 1964, *passim*.

Os partidos, como organização, têm efectivamente um importante papel a desempenhar na escolha das suas elites. Da estrutura organizacional respectiva, dependerá, em cada caso, um ou outro "tipo ideal"(344) de elite. Os partidos detêm, assim, um papel organizativo particular, na formação, conservação e transformação das elites políticas, dado o seu lugar estratégico na estruturação das ocasiões ou oportunidades políticas, conforme já atrás referimos(345). O recrutamento das elites, a carreira que lhes é oferecida, reflete, por seu lado, a complexidade organizativa de um partido político. A estrutura organizativa dos seus sub-grupos internos, a forma peculiar como as elites aí se organizam e actuam, são, também, variáveis a ter em conta na apreensão do

---

(344) Considera-se, aqui, "tipo ideal" no sentido que lhe deu WEBER, isto é, como uma imagem mental, uma estilização consciente, onde são acentuados, eliminados ou exagerados certos traços, para atingir imagens inerentes de aspecto original, que podem servir como quadros de referência; não é uma descrição do fenómeno em si, mas uma elaboração, uma imagem mental obtida por uma racionalização utópica, um instrumento que serve para esquematizar a realidade, um fio condutor da observação, ou seja, um esquema operatório fundamentalmente abstracto. Veja-se a definição do "tipo ideal" weberiano no capítulo "L'objectivité de la connaissance dans les sciences et la politique sociales", *in* MAX WEBER, *Essais sur la Théorie de la Science*, Paris, Librairie Plon, 1965, pp. 180 e 181.

(345) Veja-se o sub-capítulo 2 do II Capítulo desta dissertação. Relativamente a esta questão, quando respeitante ao aspecto particular das diferentes possibilidades que os membros dos diversos estratos sociais têm de participar e competir para cargos específicos, veja-se LESTER SELIGMAN, "Political parties and the recruitment of political leadership", *in* LEWIS EDINGER (ed.), *Political Leadership in Industrial Societies Studies in Comparative Analysis*, New York, John Wiley and Sons, 1969, pp. 294-315. Este artigo de SELIGMAN é especialmente rico no que concerne às grelhas de análise teóricas que apresenta para o estudo dos processos de recrutamento das elites.

Em termos de investigação empírica sobre os padrões de recrutamento e análise dos antecedentes das elites, veja-se DEAN MANN, "The selection of federal political executives", *in The American Political Science Review*, vol. 58, 1964, pp. 81-99 e o Capítulo 3 de SAMUEL ELDERSVELD, JAN KOOIMAN e THEO VAN DER TAK, *Elite Images of Dutch Politics, Accommodation and Conflict*, Ann Arbor, The University of Michigan Press, 1981.

processo em causa.

Tanto no processo da escolha das elites, como no que concerne à manutenção ou não destas nos respectivos cargos, os sub-grupos partidários actuam com especial incidência, daí decorrendo a importância que aqui atribuímos ao estudo das facções intra-partidárias(346). Um e outro fenómeno dependem, também, da vontade deliberada das elites já constituídas(347) e esta é a razão de ser de conferirmos à análise do papel das elites uma importância acrescida.

As elites e as facções assumem, assim, particular realce no quadro do papel que os próprios partidos detêm no recrutamento e na substituição dos seus dirigentes(348), na estabilidade ou no conflito intra-partidário(349).

---

(346) Veja-se o III Capítulo deste trabalho, principalmente o sub-capítulo 2 do mesmo.

(347) "Politics are not the result of the consensus of opinion of the local militants, but the fruit of the personal whims of these oligarchs", diria BLONDEL ao resumir as posições assumidas pelos que defendem prevalecer a lei de ferro da oligarquia. Cf. JEAN BLONDEL, *Voters, Parties and Leaders the Social Fabric of British Politics*, Harmondsworth, Penguin Book, 1965, p. 89.

Cremos que a validade desta teoria só poderá ser comprovada se empiricamente testada, o que implica a análise do papel desempenhado pelas elites em diversos casos particulares. Por nós, limitar-nos-emos a um só caso, tirando-se, depois, relativamente à teoria em causa, algumas ilações, sobretudo no que concerne a assuntos específicos-conflitos intra-partidários - aqui tratados no caso concreto do PPD/PSD; tentaremos, dentro dos limites possíveis, proceder, na Conclusão, à extrapolação do impacte destes nos conflitos processados na esfera política mais alargada.

348) Como diria CHARLOT "(...) la profession politique est la plus instable qui soi mais que la réussite vient à ceux qui savent durer". Cf. JEAN CHARLOT, "Les élites politiques en France de la III^e^ à la V^e^ république", *in Archives Européennes de Sociologie*, vol. XIV, nº 1, 1973, p. 92.

(349) Veja-se o que diz ELDERSVELD àcerca da aplicabilidade, às estruturas partidárias, da teoria da transformação das elites ligada à sobrevivência do sistema e ao conflito dentro do mesmo. Cf. SAMUEL ELDERSVELD, *Political Parties in American Society*, New York, Basic Books, 1982, pp. 12 - 16.

5. Do que atrás foi dito, pode-se concluir terem as discussões teóricas, em torno da natureza de classe do poder político desencadeadas por Mosca e postas em questão pelos pluralistas(350), levado, sobretudo, a estudos sobre os antecedentes das elites. As preocupações, inicialmente formuladas por Pareto, sobre a circulação das elites, incitariam, por sua vez, a análises sobre as suas carreiras, ou seja, àcerca do respectivo *cursus honorum* e, também, das suas características, em termos das predisposições que levam à acção política e à procura de certos cargos ou posições. Relativamente a este último aspecto, é de notar que se tem desenvolvido ultimamente uma série de estudos, de cariz mais psicológico, respeitando aos traços de carácter que eventualmente levam os indivíduos a desejarem certos cargos político-partidários.

Em qualquer análise sobre a actuação das elites pensamos que haverá que não negligenciar nenhum dos aspectos referidos. Só a partir da análise empírica das diversas dimensões do fenómeno, tal como ele se apresenta na sua complexidade, se poderão retirar conclusões definitivas sobre a importância relativa de uns e de outros aspectos como determinantes da actuação das elites, neste caso a nível da

---

(350) Enquanto para MOSCA, WRIGHT MILLS e outros elitistas, a que poderemos chamar monistas, há uma só elite do poder, os chamados pluralistas (DAHL, por exemplo), defendem a pluralidade das elites, isto é, a existência de diversos quadros (económico, educacional, militar, religioso, etc.) onde o poder é exercido por elites específicas, não implicando o predomínio efectivo de uma elite, numa dessas arenas, à sua influência em qualquer das outras. Veja-se, a este respeito, o que dissémos no sub-capítulo precedente.

Das teses até aqui defendidas se infere que os conflitos entre as elites e as facções não decorrem unicamente das clivagens pré-existentes. Resta esclarecer que outro tipo de elementos pode jogar um papel fundamental na determinação desses conflitos.

Pensamos que é a posição autónoma das elites dos partidos, que actua como determinante dos conflitos e das clivagens internas. Reconhecemos às elites, tal como aqui as definimos, um papel fulcral na produção, formulação, desenvolvimento e eventual resolução dos conflitos intra-partidários. Quando consideramos como autónoma a posição das elites estamos a fazê-lo relativamente às clivagens subjacentes. O que não justifica que não atribuamos a estas uma importância relativa nas acções desencadeadas pelas elites.

Conforme facilmente se conclui do que vimos dizendo e melhor se depreenderá quando apresentarmos o modelo da in-

---

ses, verificaria existir uma certa autonomia das características das elites dos partidos, em face das forças sociais. Ou seja, ROCHON defende que apesar de não ter já encontrado as premissas de LIJPHART, o tal consenso como traço principal das elites, estas mantêm, ainda, algumas das características dessa sub-cultura, não reflectindo simplesmente a tradução das clivagens sociais nos seus padrões de conflito e de tomadas de decisão. Cf. THOMAS ROCHON, "Patterns and consequences of subcultural integration of the dutch elite", *in* MOSHE CZUDNOWSKI (ed.), *Does who Governs Matter? Elite Circulation in Contemporary Societies*, Illinois, Dekalb, Northern Illinois University Press, 1982, pp. 243-264.

O modelo da *consociational democracy* foi apresentado por AREND LIJPHART em "Consociational democracy", *in World Politics*, vol. XXI, January 1969, pp. 207-225 e posteriormente desenvolvido pelo mesmo autor em *Power Sharing in South Africa*, Berkeley, Institute of International Studies, University of California, 1985. Note-se que, nesta obra, LIJPHART não só procede a uma revisão das críticas que seriam tecidas ao seu modelo, como passa em revista essas mesmas críticas. Vejam-se, especialmente, as respectivas pp. 11 a 15 e 83 a 117.

UNIVERSIDADE DE EVO

vestigação(352), a nossa perspectiva relativamente ao fenómeno em estudo, nem é simplista, nem reducionista, nem determinista. Não atribuímos o conflito intra-partidário a causas únicas, a correlações lineares ou a forças deterministas(353).

Na introdução ao modelo a que temos vindo a proceder, ficou bem claro que considerámos mais do que uma causa relevante ou variável significativa, um conjunto de condições interrelacionadas, a cuja análise se deverá proceder para o correcto entendimento do fenómeno que se situa no cerne das nossas preocupações.

Quisémos, no entanto, deixar bem explícito, que a forças políticas assumem uma independência crescente nas relações que mantêm com as forças sociais. O monismo político do princípio do século, organizado, como referiu Touraine, em torno da questão da propriedade, deu lugar a um pluralismo de questões e de problemas sociais(354), sendo esta mudança determinante, em nosso entender, para a configuração do con-

---

(352) Veja-se o V Capítulo desta Parte I da dissertação.

(353) As teorizações clássicas da política baseavam-se em modelos deterministas, considerando-se normalmente uma variável única como causa do fenómeno em estudo; quanto às restantes condições eram relegadas para a categoria residual de "outros factores". Hoje, continuam a encontrar-se análises que se baseiam neste tipo de modelo simplista, mas a tendência é, como releva DEUTSCH, para uma complexidade crescente dos modelos de investigação, para análises multivariadas, possibilitadas pela maior versatilidade dos recursos disponíveis. Cf. KARL DEUTSCH, "Recent trends in research methods in political science", *in* J. C. CHARLESWORTH (ed.), *A Design for Political Science: Scope, Objectives and Methods*, Philadelphia, The American Academy of Political and Social Science, 1966, pp. 149-178.

(354) Cf. ALAN TOURAINE, "L'evoluzione dei partiti di massa e la transformazione delle élites politiche", *in* GIORDANO SIVINI (ed.), *Sociologia dei Partiti Politici*, Bologna, Il Mulino, 1971, pp. 276-277 (texto extraído de ALAIN TOURAINE, *Le Elite Politique*, Bari, Gius. Laterza e Figli, 1961, pp. 100-108 e 158-165).

flito político-partidário.

2. É exactamente devido a esta autonomia da acção política, à prioridade imposta pela via política, que o papel das elites assume toda a sua relevância(355), da qual, aliás, nos dão conta inúmeros autores(356). No caso vertente serão, pois, as elites dos partidos a desempenhar esse papel. E, como já referimos, isto não comporta, necessariamente, uma situação não democrática(357). Em simultâneo, tal como já aqui foi dito, o domínio de uma minoria pode ser acompanhado por uma forma democrática do recrutamento das suas componentes(358). É para cada caso particular que tal deverá ser analisado.

Em suma, considerámos fundamental atribuir um significado explicativo para o fenómeno do conflito intra-partidário

---

(355) "The actual shaping of policy is in the hands of the elite (...)" diria KARL MANNHEIM em *Essays on the Sociology of Culture*, London, Routledge and Kegan Paul, 1956, p. 179.

(356) SCOTT, por exemplo, demonstraria o importante papel das elites (perspectivadas no seu sentido lato), no processo de transição dos sistemas políticos tradicionais para os sistemas políticos modernos. Cf. ROBERT SCOTT, "Political elites and political modernization: the crisis of transition", *in* SEYMOUR LIPSET e ALDO SOLARI (ed.), *Elites in Latin America*, Oxford, Oxford University Press, 1973, p. 117; no prefácio desta obra LIPSET e SOLARI chamariam também a atenção para o papel das elites na estabilidade política. Cf. *idem*, p. viii.

Outros autores considerariam as elites, ainda no sentido lato do termo, como agentes particularmente activos no funcionamento e na mudança da sociedade. Tal é o caso de GUY ROCHER, *Sociologia Geral*, Lisboa, Editorial Presença, 1981, vol. V, p. 28 e ss..

(357) Veja-se o sub-capítulo 1 deste mesmo Capítulo da dissertação.

(358) Vejam-se, a este respeito, as interrogações formuladas por HANS DAALDER, cujas respostas determinarão, em cada caso concreto, estar-se ou não perante uma situação oligárquica. Cf. HANS DAALDER, "Parties, elites and political developments in Western Europe", *in* JOSEPH LAPALOMBARA e MYRON WEINER (eds.), *Political Parties and Political Development*, New Jersey, Princeton University Press, 1972, p. 70.

ao comportamento das elites *per se*, condicionado este por um conjunto de variáveis políticas(359), entre as quais se contam os interesses, as oportunidades políticas (que se prendem com a carreira político-partidária) e as ideologias dessas elites e não apenas as clivagens que, eventualmente, estejam subjacentes às características respectivas(360).

Se, como disse Dahl, qualquer politólogo tem que forçosamente aceitar a importância das elites na política dos modernos sistemas representativos(361), no caso específico dos partidos, o papel desempenhado pelas elites respectivas assumirá certamente uma importância acrescida.

Em qualquer circunstância são hipóteses que terão que ser empiricamente testadas, em face de prevalecerem ou não as suas decisões, depois de ponderado o peso da acção dessas elites e das suas determinantes, neste caso no conflito intra-partidário, bem como o da opinião e atitudes dos restantes

---

(359) No fundo, o nosso modelo explicativo pode resumir-se na seguinte perspectiva avançada por COTTA, para a análise das elites no plano dos *inputs* e dos *outputs*: "Instead of a direct relationship between society and political elites (...), we have to look for an indirect relationship within which parties play a 'translating' role". Cf. MAURIZIO COTTA, "The italian political class in the twentieth century: continuities and discontinuities", *in* MOSHE CZUDNOWSKI, *Does Who Governs Matter? Elite Circulation in Contemporary Societies*, Illinois, Dekalb, Northern Illinois University Press, 1982, p. 155.

(360) Concordamos com DAALDER quando este autor considera ser uma falácia determinista perspectivar-se a existência de laços directos entre as origens sociais das elites políticas e as tomadas de posição respectivas. Cf. HANS DAALDER, "Parties, elites and political developments in Western Europe", *in* JOSEPH LAPALOMBARA e MYRON WEINER (eds.), *Political Parties and Political Development*, New Jersey, Princeton University Press, 1972, p. 70.

(361) Cf. ROBERT DAHL "Further reflexions on the 'elitist theory' of democracy", *American Political Science Review*, vol. LX, nº 2, June 1966, p. 298.

estratos envolvidos nesse processo(362).

De todas as formas, como considerou Finer, se a política dos partidos pode ser analisada através das relações triangulares entre as elites partidárias, os activistas e aderentes do partido e o eleitorado respectivo, na realidade o que acontece é que um ou outro desses elementos tende a desempenhar um papel preponderante(363).

No que se refere aos conflitos intra-partidários esse papel é fundamentalmente desempenhado pelas elites do partido de que se trate, quer seja devido à passividade dos outros possíveis intervenientes do processo ou à própria circunstância do processo de delegação existente(364).

Seja como fôr, não foi nossa intenção analisar, aqui, as questões acima enunciadas, visto que a nossa preocupação fundamental se orientou exclusivamente para a análise do papel das elites dirigentes de um partido na produção do conflito intra-partidário e das variáveis subjacentes ao comportamento

---

(362) Haverá que não esquecer, também, o peso exercido pelos activistas partidários, pela generalidade dos inscritos nos partidos políticos e pelos eleitores em geral. Diz DAHL: "(...) pecheremo di leggerezza se non dessimo un giusto peso all'influenza indirecta che gli elettori sono in grado esercitare, per mezzo del voto, sulle decision dei leaders", (o sublinhado está no texto). Cf. ROBERT DAHL, "Chi detiene el potere?", *in* GIOVANNI SARTORI, *Antologia di Scienza Politica*, Bologna, Il Mulino, 1970, p. 153. (extracto traduzido da obra de DAHL, *Who Governs? Democracy and Power in an American City*, New Haven, Yale University Press, 1961).

(363) Cf. S. E. FINER, *The Changing British Party System, 1945-1979*, Washington D. C., American Enterprise Institute for Public Policy Research, 1980, p. 183.

(364) Sobre esta questão diria MICHELS, que não é só a passividade da maioria que eterniza o domínio pela minoria, mas que é o próprio princípio fundamental da Democracia, a sua natureza intrínseca de governo indirecto mediante delegação, que para o autor é um absurso, que determina essa situação. Cf. ROBERTO MICHELS, *Studi sulla Democrazia e sull Autorità*, Firenze, "La Nuova Italia" Editrici, 1933, p. 9.

dessas elites as quais, consequentemente, estarão na origem desses conflitos.

3. Os principais resultados da análise a que temos vindo a proceder nas páginas imediatamente anteriores, podem ser resumidos nas seguintes proposições:

a) *O conceito de elite é central em termos de importância teórica e empírica, em qualquer análise do conflito intra-partidário;*

b) *Do reconhecimento da existência das elites não se infere, necessariamente, que as sociedades sejam menos democráticas ou que uma organização seja, forçosamente, oligárquica;*

c) *O aprofundamento da temática das elites leva ao aprofundamento e à redefinição da problemática da Democracia;*

d) *O conceito de elite* ***lato senso****, comporta uma série de inconvenientes pela sua heterogeneidade, ambiguidade e conotação negativa que acarreta, tornando-se, assim, imprescindível circunscrevê-lo com acrescido rigor;*

e) *As elites no sentido restrito, tal como as definimos no quadro da presente investigação, são constituídas pelos dirigentes nacionais de um partido político;*

f) *O que confere às elites, assim concebidas, a sua identidade é, pois, a posição que ocupam na hierarquia partidária e o papel a ela inerente;*

g) *Considerou-se que o papel das elites, porque fundamental, deverá ser redimensionado em face da importância que lhe tem sido atribuída na análise do conflito político-partidário;*

h) *As elites partidárias não só protagonizam o conflito, como detêm um papel essencial na sua produção e desenvolvimento;*

i) *A acção dessas elites não pode ser entendida independentemente dos fundamentos sociais respectivos, mas tampouco decorre exclusivamente desses fundamentos;*

j) *A análise dos antecedentes das elites, assim como das oportunidades, dos processos e dos mecanismos, em termos da carreira que lhe é oferecida pela organização partidária, são aspectos a valorizar em qualquer tentativa de compreensão das atitudes dessas elites;*

k) *A estrutura organizacional dos partidos políticos, se pode impedir a democratização interna (e externa) pode também facilitá-la; uma ou outra situação dependem da resposta empírica à anterior proposição;*

l) *As elites dos partidos têm um papel activo na produção de clivagens, na formação de facções internas e, portanto, na estruturação do conflito intra-partidário;*

m) *Para o apuramento das motivações que estão na base dos conflitos intra-partidários, há que atentar nos*

factores de ordem social, mas também nos de ordem exclusivamente política, partidária e pessoal;

n) *O facto de existirem elites em competição ou em conflito não significa que não exista Democracia;*

o) *O tipo de conflitos intra-partidários depende das atitudes e dos objectivos das elites, disso também dependendo os diversos tipos de clivagens políticas;*

p) *Consequentemente, é possível extrapolar, embora tomando as devidas precauções, a importância do papel das elites em causa para os conflitos que se processam no sistema partidário e, portanto, para a conflitualidade presente no desenvolvimento político-social.*

V - CONFLITOS, CLIVAGENS POLÍTICAS, FACÇÕES E O PAPEL DAS ELITES: UM MODELO HEURÍSTICO DE INVESTIGAÇÃO

> "The proper concepts are needed to formulate good theory, but we need a good theory to arrive at the proper concepts"
>
> **Abraham Kaplan**, *The Conduct of Inquiry*, 1964, p. 53.

1. Depois dos contributos carreados nos Capítulos anteriores, encontramo-nos em condições de proceder à apresentação do modelo heurístico que preside a esta investigação(365).

2. O enfoque conceptual da presente análise inscreve-se, como se pode depreender do que vimos dizendo, numa visão de autonomia (relativa) do político, numa perspectiva pluralista do conflito, radicando, por sua vez, na concepção dialéctica da mudança sócio-política e na tese da antinomia racional.

O conflito é, pois, considerado como normal, mesmo como um elemento desejável na dinâmica política, porque indiciador da não cristalização das estruturas respectivas e da vitalida-

---

(365) Modelos são "building blocks of theory", de acordo com o que defendem ANTHONY GALT e LARRY SMITH, em *Models and the Study of Social Change*, New York, John Wiley and Sons, 1976, p. 24. Veja-se a analogia que estes autores estabelecem entre as construções mentais a que procedem os cientistas e os modelos de aviões conhecidos como *kits*, no capítulo "Why models" da obra supra citada.

de da própria Democracia. Reconhece-se, simultaneamente, a presença de elementos antitéticos e convergentes, resultando os processos políticos da oposição implícita nas estruturas respectivas.

O conflito intra-partidário é, por outro lado, perspectivado como um fenómeno natural, do qual resultará a formação de eventuais consensos, num processo contínuo de mudança a nível interno, com o subsequente impacte no sistema de partidos e no sistema político mais lato. É nesta dinâmica que, cremos, reside a essência dos regimes democráticos, podendo a sua rejeição ou negação acarretar prejuízos incomensuráveis para os mesmos.

3. Temos, assim, que os partidos políticos detêm um papel fundamental na dinâmica política da sociedade ocidental e que devem ser considerados, pelas razões acima aduzidas, como agentes de conflito e instrumentos de integração. Na nossa perspectiva, consideramos que no caso particular da sociedade portuguesa, se o processo desencadeado pelo 25 de Abril de 1974 proporcionou uma maior clarificação das divisões existentes na estrutura social, bem como a sua agregação e explicitação, as formações partidárias tornaram-se os canais apropriados à expressão dessas divergências, à sua eventual resolução, funcionando, dessa forma, como importantes agentes no processo de consolidação da nova Democracia(366).

---

(366) O conceito de consolidação democrática pode ter diversos significados e deve ser distinguido de outros conceitos, tal como o de institucionalização. Na teoria sociológica, conforme releva MORLINO, este último conceito tem sido objecto de tratamento diverso e de interpretações várias, desde WEBER, DURKHEIM e PARSONS aos

Posta de parte, conforme atrás explicitado, a concepção dos partidos como mera manifestação política das antinomias sociais e, consequentemente, o conflito entre eles como simples sub-produto dessas dissenções, o conflito intra-partidário não resultará apenas, consequentemente, dos antagonismos existentes entre representantes dos interesses divergentes patentes na estrutura social.

Partimos, pois, do pressuposto, que os conflitos intra-partidários não são redutíveis a meras determinantes de carácter sócio-económico. Sendo assim, procurámos saber que outro tipo de factores tem possibilidade de produzir esses conflitos e de promover ou não, o desenvolvimento dos mesmos.

4. Subjacente a esta concepção esteve a necessidade em se precisar o conceito de clivagem, em distinguir as suas diversas dimensões e em explicitar o respectivo papel na explicação do conflito intra-partidário. Estando já o conceito definido e distinguidas as diferentes dimensões do mesmo, cabe apenas proceder à análise da forma como as clivagens, que são produzidas no cerne do sistema político-partidário e intra-partidário, só podendo aí ser percebidas, permitem, a par das clivagens produzidas na esfera social, ajudar a compreender

---

trabalhos mais recentes de ALBERONI, SELZNICK, BUCKLEY, EISENSTADT, BERGER e LUCKMAN ou o trabalho de HUNTINGTON na sua aplicação à realidade política. Seguimos, aqui, e porque se não trata de lugar para encetar uma análise mais exaustiva da problemática em questão, a definição de MORLINO, que entende por consolidação o processo de reforço por parte de um sistema democrático, do aumento de capacidade de persistência e de prevenção de ocorrência de crises num dado sistema. Cf. LEONARDO MORLINO, "Consolidacion democrática. Definición, modelos, hipótesis"; *in Revista Española de Investigaciones Sociologicas*, Madrid, CIS, nº 35, Julio/Septiembre, 1986, p. 18.

aquele fenómeno.

Se a diversidade política resulta eventualmente, num primeiro lance, das desigualdades em matéria de classe, *status*, rendimento, educação, região de origem, religião, assim como de outros antecedentes dos diversos actores, isto é, se essas podem ser, em princípio, as bases para a existência de distintos partidos ou para o aparecimento de facções no âmbito de cada um, os partidos, através das elites respectivas, poderão, também, produzir os seus próprios alinhamentos independentemente daquelas bases. Esses alinhamentos ou, caso se prefira, realinhamentos do sistema, podem seguir linhas de conflito não determinadas por aqueles factores e adquirirem características expressas em atitudes e comportamentos políticos intensos e antagónicos, os quais poderão jogar um papel determinante na configuração do conflito político e do conflito intra-partidário.

5. Temos para nós, que há que redimensionar, nesta problemática, a hipótese do poder explicativo, crucial e independente, do papel desempenhado pelas elites dirigentes e pelas facções intra-partidárias na activação ou desactivação dos conflitos internos e, em última análise, nos conflitos do sistema político-social mais vasto. Nesse sentido, e sem negar que as elites dos partidos podem reproduzir, em parte, as clivagens estruturais da sociedade, cremos que elas desempenham um papel activo na estruturação do conflito intra-partidário e na formação de facções no quadro dos partidos políticos.

Na génese das distintas facções internas estarão,

igualmente, condicionantes de ordem exógena ao próprio partido, que não relevam somente da estrutura social, respeitando ao próprio sistema político-partidário. Entre esses factores contam-se o grau de polarização do sistema de partidos, as características do sistema eleitoral e o tipo e dimensão da competição político-partidária. Mas na origem das facções encontram-se, ainda, factores de ordem endógena ao partido, como é o caso das respectivas características organizacionais, das disposições estatutárias internas quanto aos métodos de escrutínio, dos processos de recrutamento das chefias, das oportunidades de carreira que lhes são oferecidas, dos tipos de liderança desenvolvida ou dos interesses aí representados.

6. É relativamente aos últimos factores mencionados que atribuímos às elites e, dentro destas, fundamentalmente às que detêm cargos com responsabilidades na esfera nacional, um papel activo na protagonização dos conflitos intra-partidários.

Para o apuramento das motivações que lhe estarão eventualmente na base, haverá que dissecar as relações existentes entre as oportunidades que lhes são oferecidas, os interesses que partilham e as ideologias a coberto das quais as distintas facções e as diferentes elites se degladiam, por ocasião de efectivos conflitos internos.

Por oportunidades entende-se as possibilidades que, por um lado, são oferecidas aos partidos pelo próprio sistema político em termos da sua constituição, funcionamento e espaço de actuação, tendo em vista a prossecução dos seus objectivos, e, por outro, as condições internas proporcionadas

pelos próprios partidos, que permitem ou não, às elites respectivas a sua realização enquanto tal.

As oportunidades que se oferecem às elites resultam, pois, daqueles dois planos, aliás estreitamente relacionados. Basta a evidência do facto de um cargo a nível do Executivo depender da conjugação das oportunidades surgidas no âmbito do sistema político mais vasto com as que se oferecem na esfera de cada partido político, para corroborar o que defendemos.

De notar, no entanto, que em tais oportunidades entram em linha de conta os interesses e as ideologias que se manifestam igualmente nos dois planos considerados.

Por interesses consideramos todo o tipo de motivações possíveis que podem juntar os indivíduos, neste caso as elites de um partido, para a prossecução de um fim determinado. Os interesses poderão resultar ou das tais clivagens de raiz sócio-estrutural, já referidas, ou configurarem-se apenas no cerne do sistema político-partidário em razão de outro tipo de motivações, surgindo, então, como base das clivagens não estruturais. Pode igualmente acontecer que se conjuguem uns e outros, daí resultando alinhamentos específicos. Tal será, por exemplo, o caso de uma facção coincidente com um *lobbie* sindical ou profissional, na qual os interesses com vista à obtenção de certa influência num partido tendo como fim, por exemplo, a procura de determinados cargos no respectivo aparelho, coexistam com solidariedades de "classe" pré-existentes.

Quanto às ideologias, se nalguns casos podem funcionar

como condicionantes significativas da configuração das facções, elas surgirão, sobretudo, agregadas num jogo de inter-relações mútuas com as oportunidades e os interesses, encobrindo muitas das vezes motivações que se prendem exlusivamente com estes últimos vectores.

Tendo em conta, portanto, a relação que se estabelece entre estas distintas componentes, surgirão ou não facções determinadas, incrementando-se ou não o conflito intra-partidário, de acordo com as disposições nesse sentido empreendidas pelas respectivas elites.

7. Considerando a interdependência que estabelecemos entre o sistema político, o sistema de partidos e o sistema intra-partidário, se depreende que dos resultados da investigação assim realizada poderão, em nosso entender, ser retiradas algumas conclusões, que permitam apreender os efeitos da acção voluntária das elites em causa no domínio mais complexo dos conflitos do respectivo processo político.

Se atendermos às razões apresentadas nas páginas introdutórias a esta dissertação, entre as quais o facto de se desconhecer a existência de estudos empíricos realizados sobre o tema, sendo este, portanto, um trabalho pioneiro no domínio em causa, ficou desde logo excluída a possibilidade de se proceder à construção de um modelo acabado para a mensuração destes fenómenos(367).

---

(367) Como exemplo de modelos passíveis de aplicação, neste caso no que se refere à análise das clivagens políticas, veja-se DOUGLAS RAE e MICHAEL TAYLOR, *The Analysis of Political Cleavages*, New Haven, Yale University Press, 1970.

Acresce que a maioria das variáveis em análise não são, também, passíveis de ser quantificadas , sob pena de se cair numa excessiva simplificação. A análise quantitativa *stricto sensu* apenas serve para uma metodologia de características sobretudo qualitativas, de acordo com a natureza do objecto de estudo.

O realinhamento de ideias a que procedemos nos Capítulos precedentes, a clarificação terminológica aí realizada, permite, contudo, a construção de um modelo que se pretende operacional, mas que consiste, fundamentalmente, num esquema interpretativo, cujos símbolos, sem dar pretexto para a medição, são, no entanto, susceptíveis de ordenamento(368).

Não se trata de um modelo determinista, que se proponha estabelecer relações de causa-efeito precisas, mas de uma hipótese interpretativa do fenómeno a estudar, na qual a interacção permanente entre os factos e a teoria se torna uma componente imprescindível(369). Nessa medida, o material empí-

---

Como exemplos de modelos abstractos aplicados à análise concreta do padrão europeu das clivagens políticas, veja-se, por todos, SEYMOUR LIPSET e STEIN ROKKAN, "Cleavage structures, party systems and voter alignments", *in* SEYMOUR LIPSET e STEIN ROKKAN (eds.), *Party Systems and Voter Alignents*, New York, The Free Press, 1967, pp. 1-64. Trata-se da construção de um modelo explicativo que parte do paradigma parsoniano, inicialmente apresentado em TALCOTT PARSONS, R. BALES e EDWARD SHILS, *Working Papers in the Theory of Action*, New York, The Free Press, 1953, e posteriormente desenvolvido noutros trabalhos de PARSONS.

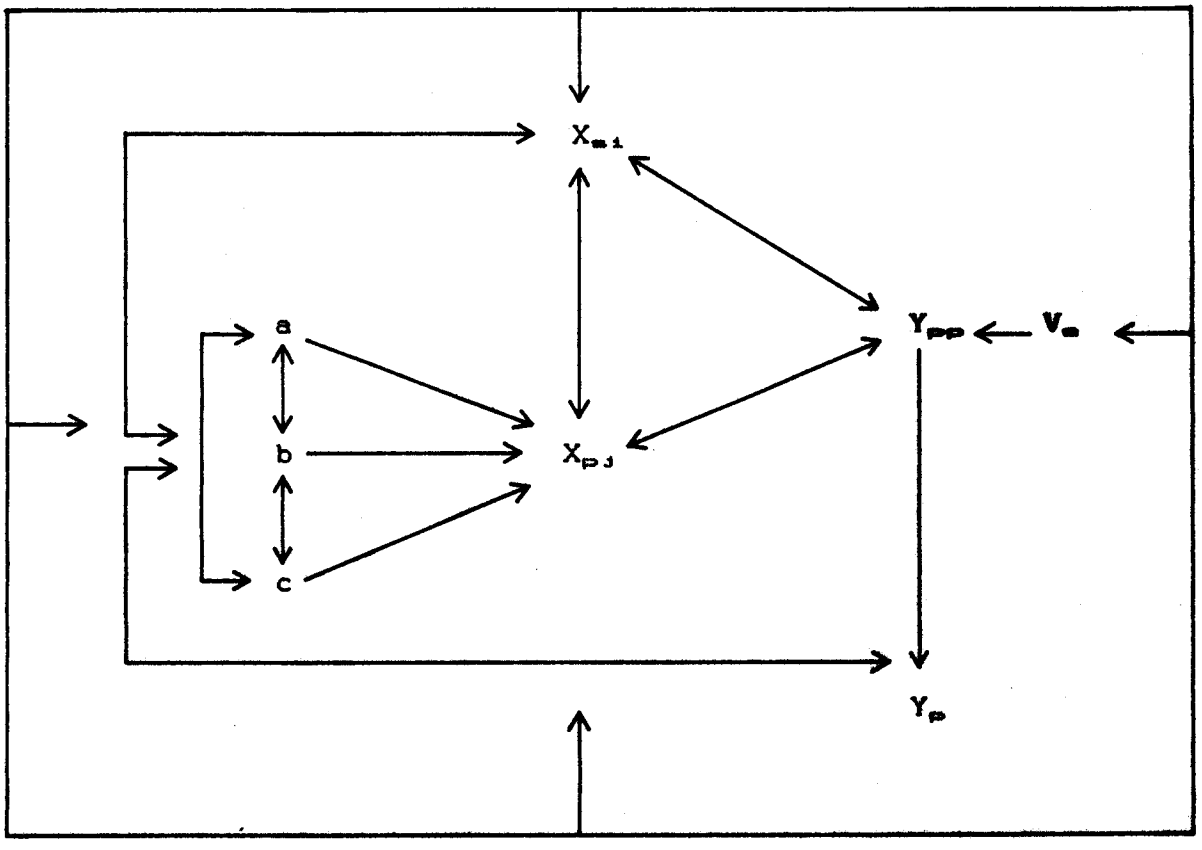
(368) Trata-se pois de um modelo de lógica simbólica. Cf. JEAN MEYNAUD, *Introducion a la Ciencia Politica*, Madrid, Editorial Tecnos, 1971, p. 189.

(369) Na linha do que refere MANUEL DE LUCENA "(...) o movimento natural (no seu artifício) de uma boa teoria é o de (...) abranger toda a largura do campo, exemplificando cada coisa e o seu contrário, compreendendo de certo modo as próprias incertezas registadas e nunca impondo uma só solução". Cf. MANUEL DE LUCENA, *O Estado da Revolução, A Constituição de 1976*, Lisboa, Edições Jornal Expresso, 1978, p. 72.

rico não é encerrado num universo de hipóteses inicialmente formuladas; pelo contrário, com base na interdependência existente entre os princípios explicativos e o material empírico coligido, a análise deste torna-se mais dinâmica e sistematizada e a elaboração daqueles mais precisa e aperfeiçoada.

8. Chegámos, assim, ao momento capital desta Parte da dissertação. Em face do acima exposto, optámos pelo modelo heurístico implícito nas páginas precedentes, o qual, esquematicamente, poderá assumir a forma que apresentamos na Figura 1 e que em seguida explicitamos.

FIGURA 1
Apresentação esquemática do modelo heurístico



Através da apresentação esquemática do modelo em causa surge como bem visível a relação entre as diferentes variáveis em análise, relação essa que se exprimirá matematicamente na seguinte equação:

$$Y_{pp} = f\ [V_v(X_{pj}\ ,\ X_{si})]$$

isto é:

$$Y_{pp} = f\ [V_v(X_{pj}r(a, b, c)\ ,\ X_{si})]$$

ou:

$$Y_{pp} = f\ [V_v(r(a, b, c, Y_{pp})\ ,\ X_{si})]$$

podendo

$$Y_p = f\ Y_{pp}$$

sendo:

Y_{pp} = variável dependente, a explicar, que consiste no conflito intra-partidário;

V_v = acção voluntária das elites organizadas em facções;

X_{pj} = variáveis independentes: clivagens políticas explicativas, sendo: r = relação entre a = oportunidades, b = interesses, c = ideologias e j = 1, ..., n, originadas no sistema político partidário (abarcando o próprio conflito político global = Y_p) e no sistema intra-partidário; aquela relação (r) será concretizada pela acção voluntária das elites na formação de facções = V_v.

X_{si} = variáveis independentes: clivagens sócio-estruturais (em que: i = 1, ..., n) originadas no sistema social;

Y_p = conflito político global.

10. As hipóteses que resultam do modelo proposto, podem ser resumidas nas seguintes proposições:

a) *A razão teórica de uma análise sobre as relações entre clivagens, elites e facções tem a sua justificação na explicação do conflito intra-partidário;*

b) *Mantendo estreitas relações com o sistema social, o sistema político apresenta, contudo, um certo grau de autonomia;*

c) *Partindo da proposição anterior, poder-se-à concluir que as condições geradas dentro do sistema político, do sistema de partidos e do sistema intra-partidário, a par das produzidas no seio da sociedade, constituem variáveis cruciais e independentes para a compreensão dos conflitos intra-partidários e, em última instância, dos conflitos do próprio sistema político;*

d) *Na formação dos conflitos intra-partidários entram em jogo factores condicionantes de ordem externa e de ordem interna aos próprios partidos;*

e) *Da proposição acima referida decorrerá o facto de que tenham que ser também analisadas as oportunidades, os interesses, as ideologias e até as situações de conflito global ao nível do sistema político-partidário envolvente;*

f) *As elites partidárias detêm um papel activo, uma vontade deliberada na estruturação do conflito in-*

terno e na constituição das distintas facções;

g) *Quanto menores forem as oportunidades, tanto ao nível intra-partidário como ao do sistema político-partidário global, que se oferecem aos que pretendem ascender nos partidos, maior a possibilidade de surgirem conflitos internos, a coberto de ideologias e aos quais estão subjacentes interesses específicos por parte de indivíduos ou de grupos de indivíduos organizados em facções.*

11. Determinada a orientação conceptual ou seja, o enfoque geral da investigação, apresentado o modelo explicativo, precisados os conceitos e formalizadas as hipóteses de trabalho, (370) poderemos passar, de imediato, à operacionalização respectiva no caso concreto do sistema político-partidário português e do PPD/PSD.

Cumpre tecer uma última consideração, antes de proceder ao estudo de caso. Conforme disse Eldersveld, "a Democracia significa conflito entre ideias, interesses, ideologias e elites" (371). Não se retirem, assim, das páginas que se seguem, quaisquer outras ilações que extravasem o sentido que quisémos imprimir a um estudo essencialmente centrado no conflito intra-partidário.

---

(370) Sobre a distinção entre modelos, hipóteses, concepções e leis científicas, veja-se ANTHONY GALT e LARRY SMITH, *Models and the Study of Social Change*, New York, John Wiley and Sons, 1976, pp. 29-31.

(371) Cf. SAMUEL ELDERSVELD, *Political Parties in American Society*, New York, Basic Books, 1982, p. 13.

PARTE II

O PPD/PSD E OS CONFLITOS NO SISTEMA POLÍTICO-PARTIDÁRIO PORTUGUÊS DE 1974 a 1985

"Theoretical relevance is, of course, the goal of any scholarly enterprise; but to reach the theory-building stage one needs building--blocks and road signs, and these are provided by case studies"

Moshe Czudnowski, *Does who Governs Matter? Elite Circulation in Contemporary Societies*, 1982, p. 4.

"Parties are the best indicators of the political society... they are what shapes and sets the tone of political society; they are by and large what the political society is all about".

Giuseppe Di Palma, *Surviving Without Governing*, 1977, p. 222.

VI - O QUADRO DE REFERÊNCIA: ATITUDES VOLUNTARISTAS E CONFLITO POLÍTICO-PARTIDÁRIO

"Ce n'est pas aux formes politiques, c'est aux forces politiques que je m'attache".

Moisei Ostrogorski, *La Démocratie et les Partis Politiques*, 1979, p. 300.

1. Mais do que um modelo explicativo das sucessivas fases que o sistema político-partidário português tem vindo a atravessar desde 1974, é nossa intenção propôr uma chave para a sua leitura à luz do modelo heurístico que apresentamos anteriormente. Apesar de termos por fim principal a análise dos conflitos intra-partidários no PPD/PSD(372), para a sua compreensão torna-se necessário recorrer ao respectivo enquadramento no quadro político global em que este se insere.

O definir de uma periodização no que concerne ao ritmo de evolução do sistema político implica, necessariamente, o propôr um esquema interpretativo do mesmo. Esse esquema é, para nós, constituído pelo papel desempenhado pelos actores políticos (entre eles os partidos e, particularmente, o

---

(372) Referir-nos-emos ao partido com esta sigla sempre que não estejamos a perspectivá-lo dentro de um quadro cronológico preciso. Utilizaremos a sigla PPD até ao momento em que o partido mudou a sigla para PPD/PSD. Vejam-se as notas 457 e 784 desta dissertação.

PPD/PSD , quanto à diferente graduação e modalidades de conflito que o sistema político-partidário português tem vindo a assumir.

A factualização a reportar neste ponto da dissertação será, assim, perspectivada com base nos mesmos vectores que regem a parte subsequente. No entanto, e dado que o fulcro do trabalho é basicamente dirigido para o conflito intra-partidário, será apenas no momento da análise deste fenómeno que o modelo adquire toda a sua lógica e o aprofundamento empírico se torna imprescindível.

Os factos exógenos ao PPD/PSD, mas que exerceram efeitos ou pelo menos enquadraram os respectivos conflitos, e, eventualmente, foram, por sua vez, por eles configurados, se não podem ficar por referir, não serão, contudo, objecto de uma análise tão aprofundada quanto a dos acontecimentos ligados ao conflito interno neste partido. Daí, que nas páginas que imediatamente se seguem, se pretenda fundamentalmente com aqueles factos e à luz das mesmas premissas teóricas, proceder à caracterização das diferentes fases do processo político em termos das sucessivas configurações assumidas sobretudo pelo sistema partidário mas, também, pelo sistema de governo.

O objectivo fundamental desta Parte da dissertação consiste, assim, não só na apreensão do quadro das oportunidades que foi sendo sucessivamente oferecido ao PPD/PSD, como dos diferentes moldes da actuação deste partido em relação a esse mesmo quadro.

2. Na análise das peculiaridades, como dos ritmos de

evolução de um sistema político-partidário, haverá sempre que considerar a importância da respectiva configuração primeira. Esta, por seu lado, resulta, em parte, de um conjunto de condições previamente existentes, quer seja a nível da sociedade como um todo, quer seja no âmbito estritamente político, para além da especificidade da conjuntura na qual se constituiu o sistema em causa. De igual forma, o papel desempenhado pela acção volitiva dos actores políticos, no sentido de produzir os seus próprios alinhamentos, mais ou menos independentemente de outros eventuais suportes, contribui também para essa configuração.

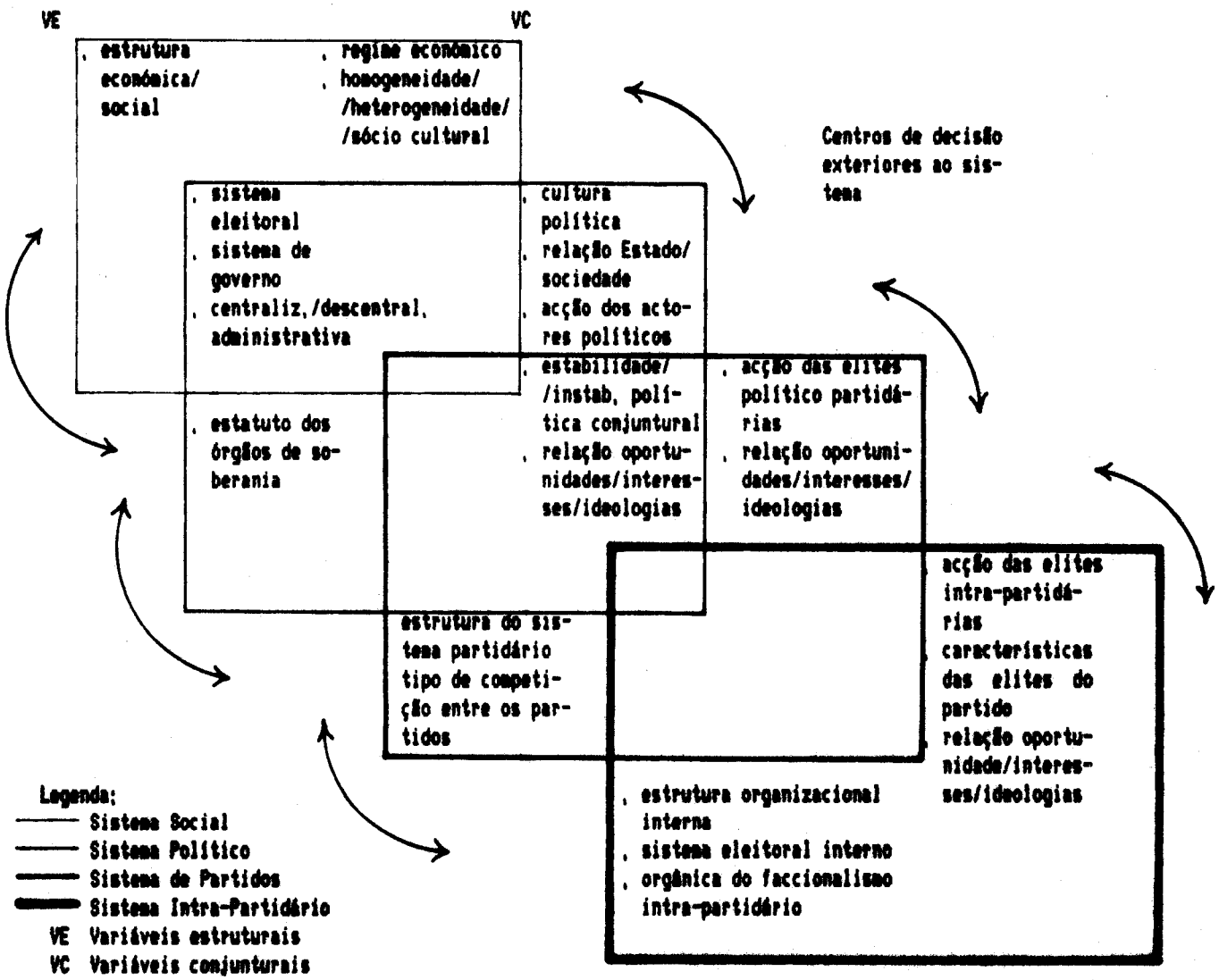
Na figura 2, a seguir apresentada, poder-se-á observar o sistema de interrelações que se estabelece entre as distintas variáveis que contribuem para a configuração de um sistema político-partidário, tal como a interdependência existente entre o sistema social, o sistema político e o sistema de partidos.

As variáveis que matizam a configuração de um sistema político-partidário podem, assim, ser de ordem exógena ou endógena ao sistema político e, umas e outras, de raiz estrutural ou de carácter meramente conjuntural. Embora não consideremos despiciendos os factores externos ao sistema político, interessa-nos, sobremaneira, evidenciar as condicionantes políticas internas, isto é, as que resultam do jogo de forças que se estabelece e opera dentro do próprio sistema político e, especialmente, no quadro do sistema partidário.

Do acima exposto se infere o reconhecer-se a possibili-

F I G U R A 2

Constelação das variáveis que condicionam um processo de desenvolvimento político-partidário/relações entre o sistema social, o sistema político, o sistema partidário e o sistema intra-partidário



dade de num dado processo de desenvolvimento influirem, embora não de forma determinante, outros vectores produzidos em

centros de decisão exógenos ao sistema considerado. Neste capítulo, surgem normalmente como possíveis diversos tipos de interferências externas, que podem, por sua vez, adquirir diferentes expressões: ou interferências sob a forma de observação participante ou de um controlo efectivo operado em moldes sistemáticos e organizados ou, mesmo, do apossamento dos centros de decisão internos por parte de entidades políticas estrangeiras, que assim poderão ou não, influenciar decisivamente um dado sistema(373). Não é, contudo, destas variáveis que nos ocuparemos neste trabalho, não obstante atribuirmos às mesmas, em princípio, alguma relevância.

Da mesma forma, o facto de concedermos ao sistema político uma certa autonomia perante o sistema social não impede que se reconheça, igualmente, a importância das condições pré-existentes na sociedade, em termos da influência relativa que exercem na configuração, por exemplo, do sistema de partidos. O que não significa assumir que os sistemas partidários sejam o mero reflexo da sub-estrutura ou que a

---

(373) Não só potências estrangeiras podem, eventualmente, pretender interferir de *motu proprio* num dado sistema, como as tomadas de decisão assumidas nesse sistema, no que se refere à política externa, podem, igualmente, despoletar ou canalizar essas intervenções. Também no âmbito interno dos partidos políticos se assiste a este jogo de influências mútuas e, daí, a necessidade de se considerar a articulação existente entre as políticas interna e externa num dado partido, assumindo inequívoco relevo as questões relacionadas, por exemplo, com os apoios de ordem financeira.

É um facto que quanto mais cada sociedade se integra na comunidade internacional maior se torna a dependência externa. No caso português, tal dependência, sobretudo entre 1974 e 1976, seria especialmente sublinhada por ADRIANO MOREIRA, em *O Novíssimo Príncipe, Análise da Revolução*, Braga, Intervenção, 1977, pp. 123 a 151.

Como exemplo de um trabalho que se dedica ao recenseamento dessas variáveis, veja-se JOSÉ FREIRE ANTUNES, *Os Americanos e Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987.

sua configuração seja necessariamente determinada pelas características do tecido social. Mas seria igualmente inverter a realidade presumir-se que os sistemas de partidos não sofrem a influência de factores exógenos ao sistema político, entre os quais se conta a estrutura social.

A par da evidência das premissas teóricas até aqui formuladas, no que se refere às relações de mútua influência entre o sistema social e o sistema político(374) há que reconhecer, também, que no último se forma uma lógica própria, a qual decorre da autonomia que o mesmo detém.

Essa lógica permite que no cerne do sistema político surjam condições específicas, que não são produto da estrutura social, as quais, por sua vez, vão igualmente afectar a estrutura e os processos do sistema partidário.

3. Temos assim, que no âmbito exclusivamente político condições há, de ordem estrutural, que estabelecem com o sistema partidário a mesma rede de influências mútuas, embora não processadas de forma automática. São elas as estruturas políticas formais, de entre as quais surge normalmente como mais relevante o papel desempenhado pelo sistema de governo e

---

(374) Sobre este circuito dinâmico de influências que se estabelece nos dois sentidos, veja-se o que diz ANTHONY ORUM, em *Introduction to Political Sociology, The Social Anatomy of the Body Politic*, New Jersey, Prentice-Hall, 1978, p. 1.

Desta nossa perspectiva não se infira qualquer tipo de enfeudamento a análises de tipo sistémico, mas tão só, o reconhecer-se a existência de uma interacção dialéctica entre os sucessivos planos considerados. O reconhecer-se a existência de tal interacção não implica, como já vimos atrás, a difusão do político no social, visto que "A difusão do político no mundo social torná-lo-ia então, insusceptível de análise científica, porque de impossível delimitação". Cf. ANTÓNIO TEIXEIRA FERNANDES, *Os Fenómenos Políticos, Sociologia do Poder*, Porto, Edições Afrontamento, 1988, p. 15.

pelo sistema eleitoral(375).

Sejam quais forem, para cada caso particular, os efeitos exercidos, por exemplo, pelo sistema eleitoral no sistema de partidos, a relação que se estabelece não é de forma alguma nem unívoca nem linear(376) e muito menos de causa-

---

(375) As opiniões dividem-se no que respeita a esta matéria. Autores como DUVERGER e RAE vêem os sistemas partidários como determinados pelos sistemas eleitorais, enquanto LIPSET, entre outros, considera que as leis eleitorais determinam a natureza dos sistemas de partidos, tanto quanto as outras variáveis estruturais. Cf. respectivamente MAURICE DUVERGER, *Les Partis Politiques*, Paris, Armand Colin, 1969, DOUGLAS RAE, *The Political Consequences of Electoral Laws*, New Haven, Yale University Press, 1967 e SEYMOUR LIPSET "Party systems and the representation of social groups", *in European Journal of Sociology*, vol. I, nº 1, 1960, pp. 53-85. Vejam-se também as críticas de WILLIAM RIKER em "Duverger's law revisited", *in* BERNARD GROFMAN e AREND LIJPHART (eds.), *Electoral Laws and their Political Consequences*, New York, Agathon Press, 1986, pp. 19-42.

Veja-se, igualmente a explicação dada mais tarde por DUVERGER quanto às suas leis, as quais os seus críticos reputariam como estabelecendo uma causalidade directa entre os fenómenos em causa, quando na sua formulação inicial, no seu entender, as relações entre ambos se revestiriam apenas de um caracter tendencial. Cf. MAURICE DUVERGER, "Duverger's law: forty years later", *in* BERNARD GROFMAN e AREND LIJPHART (eds), *op. cit.*, pp. 69 - 84. Também SARTORI viria, na mesma obra, a argumentar em idêntico sentido, acabando por construir uma série de leis, que sintetizaria em duas leis tendenciais, assim formuladas: "1: Plurality formulas facilite (are facilitating conditions) of a two-party format and, conversely, obstruct (are an obstructive condition) of multipartyism; 2: PR formulas facilitate multipartyism and are, conversely, hardly conducive to two-partyism". Cf. GIOVANNI SARTORI, "The influence of electoral systems: faulty laws or faulty method", *op. cit.*, pp. 43-68 (a citação consta na pág. 64).

(376) SARTORI, por exemplo, considera que os sistemas de partidos influenciam os sistemas eleitorais, atendendo ao facto de os partidos políticos optarem, em princípio, pelas leis eleitorais que lhes são mais convenientes. Cf. GIOVANNI SARTORI, "European political parties: the case of polarized pluralism", *in* JOSEPH LAPALOMBARA e MYRON WEINER, *Political Parties and Political Development*, Princeton, Princeton University Press, 1972, pp. 137-176. Nesse mesmo sentido se inscrevem as conclusões de MARCELO REBELO DE SOUSA em *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1983, pp. 617 e segs., particularmente pp. 644-650.

Estamos em total consonância com as opiniões destes autores. É um facto que as leis eleitorais são feitas para condicionar o comportamento dos eleitores, comportando em si uma orientação definida num sentido preciso. Mas, concomitantemente, o processo é retroactivo já que, por esse motivo, as leis eleitorais exercem um impacte considerável no comportamento das elites dos partidos, levando-as a optar por uma ou outra estratégia em função da maximização de benefícios e do quadro de oportunidades. Visto considerarmos a relevância das repercussões desses comportamentos no sistema de partidos, as leis eleitorais

-efeito como alguns autores pretenderam demonstrar(377).

O facto de se ter vindo a observar, por outro lado, a influência exercida pelo sistema partidário no âmbito das outras estruturas políticas formais, nomeadamente no sistema eleitoral, não significa que este último não reaja também sobre o primeiro, de forma mais ou menos mitigada, de acordo com o peso relativo dos restantes condicionalismos de ordem estrutural ou conjuntural, exteriores ao sistema político ou provenientes do seu foro interno.

O que interessa fundamentalmente reter do exposto é a ideia da margem de manobra que o sistema partidário detem, em termos de produzir, ele próprio, os seus alinhamentos específicos, de uma forma mais ou menos independente perante as eventuais condicionantes que lhe são exógenas. Simultaneamente, e apesar de a influência do sistema eleitoral no sistema de partidos não ser tão óbvia como alguns pretendem transparecer, há que considerar, também, o peso relativo desta, como de outras estruturas políticas formais, tal como o

---

actuam, igualmente, ao nível das configurações por eles assumidas. Nas novas Democracias, como é a portuguesa, a adopção de uma determinada lei eleitoral tem, sem dúvida, um impacte especial, podendo mesmo afectar a visibilização do sistema.

(377) Apesar de, em parte, ter reconhecido o processo inverso, isto é, que a organização dos partidos também reage sobre o sistema eleitoral, DUVERGER, por exemplo, nunca atribuiria a esta dimensão a necessária importância; Cf. MAURICE DUVERGER, *op. cit.*, p. 274.

Vejam-se as críticas tecidas às teses enunciadas por DUVERGER neste domínio, respectivamente em: GEORGES LAVAU, *Partis Politiques et Réalités Sociales*, Paris, Armand Colin, 1953, FREDERICK ENGELMANN, "A critique of recent writings on political parties", *in Journal of Politics*, vol. XIX, nº 3, pp. 423-440, COLIN LEYS, "Models, theories and the theory of political parties", *in Political Studies*, vol. VII, nº 2, pp. 127-146 e AARON WILDAVSKI, "A methodological critique of Duverger's political parties", *in Journal of Politics*, vol. XXI, May 1985, pp. 303-318.

sistema de governo, na sua constituição, sem que daí resulte, necessariamente, uma sobrevalorização da influência eventualmente por elas exercida.

Haverá então que dissecar que outro tipo de variáveis percebidas apenas na esfera do político se vêem materializar em clivagens políticas(378), as quais, por sua vez, irão ajudar a estruturar um sistema de partidos, de molde a entender a proeminência do respectivo papel na configuração que adquire um determinado sistema político-partidário, neste caso o português.

Será, portanto, no quadro das motivações estritamente políticas, que não precedem o sistema político, mas são dele consequência, que, para nós, se põe com particular acuidade a questão de saber qual o papel desempenhado pelos partidos na produção dos seus próprios alinhamentos. Isto é, na estruturação do sistema partidário, nas sucessivas configurações que adquire, nos moldes de competição que aí introduz ou seja, no tipo de conflitos que o caracterizam, e, consequentemente, chegar aos condicionamentos específicos exercidos pelo sistema de partidos no processo político global. Daí, o interesse em proceder à análise dos jogos de poder que se estabelecem entre os diversos actores no âmbito do sistema político, no seio do sistema partidário e no interior de cada partido.

---

(378) Veja-se a distinção estabelecida entre clivagens estruturais e não estruturais, realizada na Parte I da dissertação, fundamental para a compreensão dos vectores teóricos que norteiam a presente exposição. Cf. II Capítulo, especialmente o respectivo sub-capítulo 2.

Considerando, como já o fizémos atrás, que o sistema político, o sistema de partidos e o sistema intra-partidário são sistemas de acção e que por um sistema de acção entendemos um sistema de actores partilhando fins comuns, mesmo que entre as suas componentes se gerem depois objectivos nem sempre coincidentes, então, neste capítulo, será certamente determinante tudo o que decorre da acção das respectivas elites. Ou seja, dos principais actores políticos, porque é a eles que compete, em primeira mão, a luta pelo poder, a qual, necessariamente, origina processos de conflito. Considerando o objectivo que temos em vista, interessa-nos sobremaneira a acção desenvolvida pelas elites partidárias.

A acção dessas elites organizadas em facções, criando ou acrescendo clivagens será, por sua vez, consequência da relação existente entre a estrutura das oportunidades, dos interesses e das ideologias, não só no círculo intra-partidário, mas também na esfera política mais vasta, visto que ambos os planos se encontram intimamente relacionados entre si(379).

Por esse motivo, o estudo dos conflitos intra-partidários não poderá ser levado a efeito sem o enquadramento respectivo no quadro da relação em causa, que se oferece no âmbito do sistema político.

A análise da conflitualidade intra-partidária, das mo-

---

(379) Vemos, assim, que a fundamentação teórica do modelo proposto para a análise do conflito intra-partidário permanece como base da análise dos conflitos no sistema político.

tivações subjacentes e das configurações que adquire trará, por sua vez, novas perspectivas sobre os processos inerentes à formação e à consolidação de um sistema de partidos. Isto, a par dos modelos dominantes da conduta das elites partidárias, das suas características e das estratégias por elas seguidas, já que esses serão factores determinantes no comportamento das bases partidárias e eleitorais que, por sua vez, irão ou não modificar o sistema de partidos em causa.

O exposto leva-nos, em última análise, a reconhecer o peso exercido pelo voluntarismo da acção dos cidadãos, na generalidade, pese embora o reconhecimento dos condicionalismos a que estes estão sujeitos, mesmo num regime democrático, já que as escolhas são sempre efectuadas em função de um leque de possibilidades limitadas estabelecidas pelas elites políticas. Tal peso faz-se sentir não só no que concerne aos próprios sistemas partidários, mas quanto ao processo de desenvolvimento político global, neste caso da Democracia.

Este processo resulta das interrelações complexas e diversificadas que se estabelecem entre todos os actores políticos em acção. Actores esses que podem ter uma presença institucional no sistema ou ser apenas dotados de certa relevância política, mas cujas estratégias, interesses e recursos, tanto no que se refere às elites como às massas, se tornam fundamentais para a consolidação democrática(380).

---

(380) Por consolidação democrática entende-se aqui, na linha de MORLINO, o processo desenvolvido por um sistema no sentido do reforço das suas capacidades de persistência e de acréscimo das suas possibilidades de vir a prevenir ou a superar eventuais crises internas. Cf. LEONARDO MORLINO, "Consolidamento democratico: de-

Sem negar, por conseguinte, a relevância do papel das massas, em geral, e defendendo mesmo a necessidade de acréscimo da respectiva participação na política para uma vivência democrática efectiva, reconhecemos às elites políticas, pela posição específica que ocupam, uma actuação determinante nesta matéria.

4. Vimos já, que os vectores teóricos por que se rege este trabalho extravasam os modelos tornados clássicos, os quais, aliás, se têm vindo a mostrar muitas vezes inoperantes na análise das condições estruturantes de um sistema como o português(381).

A nossa proposta é distinta. Partimos do pressuposto de

---

finizione e modelli", in *Rivista Italiana di Scienza Politica*, nº 2, 1986, p. 203.

A melhor forma de assegurar a consolidação de um processo de democratização e a sobrevivência da Democracia, em geral, será, no entanto, como relevaria BACHRACH, mediante a revitalização da participação democrática, através do apelo ao apoio do cidadão comum. Cf. PETER BACHRACH, *Crítica de la Teoria Elitista de la Democracia*, Buenos Aires, Amorrortu, 1973, pp. 164 e 165.

(381) Tal é o caso do modelo apresentado por DOWNS para analisar os sistemas de partidos e mesmo o de STOKES, o qual, aliás, critica o primeiro; Cf. respectivamente ANTHONY DOWNS, *An Economic Theory of Democracy*, New York, Harper and Row, 1957 e DONALD STOKES, "Spatial models of party competition", *in* ANGUS CAMPBELL, PHILIP CONVERSE, WARREN MILLER e DONALD STOKES, *Elections and the Political Order*, New York, John Wiley, 1966, pp. 161-179.

Veja-se, também, a crítica elaborada por SARTORI quanto ao reducionismo sociológico a que procedem autores como ROKKAN e VALEN, INGLEHART, BARNES E KAASE, considerando a excessiva preocupação que demonstraram com o estudo das clivagens sociais nos sistemas de partidos. Veja-se, igualmente, a revisão a que procedem respectivamente BUDGE e FAIRLIE e DAALDER e MAIR, sobre as distintas classificações dos sistemas de partidos, ora baseados no critério das clivagens sociais subjacentes, ora limitando-se à análise económico-espacial da competição política. Cf. respectivamente IAN BUDGE e DENNIS FAIRLIE, *Voting and Party Competition*, New York, John Wiley and Sons, 1977 e HANS DAALDER e PETER MAIR, *Western European Party Systems*, New York, Sage Publications, 1983, p. 12.

Sobre uma classificação possível do nosso sistema de partidos baseada no critério numérico e na importância eleitoral/parlamentar, veja-se a proposta por MARCELO REBELO DE SOUSA em *Direito Constitucional, Introdução à Teoria da Constituição*, I vol., Braga, Livraria Cruz, 1979, pp. 297 e 298.

que existe uma acção voluntária por parte dos actores políticos (entre eles os partidos e as suas elites), no sentido de alterar, modificar e imprimir um estilo preciso à competição político-partidária, de aí introduzir ou acentuar clivagens políticas específicas, interferindo na configuração do sistema de partidos e, consequentemente, no processo político global.

A sequência dos eventos político-partidários será pois analisada em termos das combinações de forças que os produziram. Entre estas cabe fundamentalmente investigar a acção dos actores políticos, as causas e as consequências dos respectivos posicionamentos e das crises que originaram, considerando a existência de um sistema complexo de interrelações entre os diversos actores em jogo e de uma hierarquia de papéis entre os mesmos, levando à competição entre eles e, em última análise, ao conflito.

Na fase inicial do processo seria indiscutível a relevância do papel assumido pelos militares, catapultados para o mesmo devido ao movimento do 25 de Abril de 1974. O Movimento das Forças Armadas (MFA)(382) foi, mesmo, o actor por excelência nesse período, impondo as regras fundamentais do

---

(382) O MFA consistiu num movimento de um sector politicamente activo das Forças Armadas que agiria com base num programa político; programa esse constituido aquando do golpe do 25 de Abril, que daria lugar ao que viria a ser conhecido como PREC (Processo Revolucionário em Curso). Teria por causa directa a acção de um grupo de pressão militar compartilhando um conjunto de exigências profissionais, tendo subjacentes sentimentos de tipo corporativo e que gradualmente iria assumindo um carácter de contestação ao regime. Essa contestação proviria apenas de uma minoria activa, política e ideologicamente interessada em produzir grandes alterações no sistema, sendo claramente previsíveis as divisões internas que se sucederiam e o populismo progressista de alguns dos seus sectores. Veja-se a este respeito HOWARD WIARDA, "The portuguese revolution: towards explaining the political behaviour of the Armed Forces Movement", *in Iberian Studies*, 4, 1975, pp. 53-61, BEN PINLOTT,

jogo político e propondo-se perpetuar e alargar a sua esfera de influência. Tal intenção tornar-se-ia sobretudo patente quando do apossamento, por parte do seu sector mais radicalizado, dos centros de decisão política, social e económica, sobretudo operado a partir do 11 de Março de 1975, mas começado a delinear logo no 25 de Abril de 1974.

Passadas as primeiras vicissitudes da nova vida política(383), assistir-se-ia ao gradual desaparecimento da importância da instituição militar nesse processo, numa sequência iniciada com o afastamento, primeiro, da sua vertente

---

"Where the soldiers revolutionary? The Armed Forces Movement in Portugal, 1974-1976", *in Iberian Studies*, 7, 1978, pp. 13-21 e LAURENCE GRAHAM, "The military in politics: the politicization of the portuguese Armed Forces", *in* LAURENCE GRAHAM e HARRY MAKLER (eds.), *Contemporary Portugal: The Revolution and Its Antecents*, Austin, University od Texas Press, 1979, pp. 221-256.

Sobre os factos propriamente ditos do movimento dos capitães, veja-se AVELINO RODRIGUES e outros, *O Movimento dos Capitães e o 25 de Abril*, Lisboa, Moraes, 1974. Veja-se, também, o "Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas", *in Diário de Governo*, I Série, nº 112, de 14 de Maio de 1974.

Logo após o 25 de Abril constituir-se-iam os órgãos de soberania provisórios, nos quais o MFA deteria um papel proeminente: a Junta de Salvação Nacional, o Conselho de Estado e o I Governo Provisório. Quanto ao MFA, seguiria numa linha de institucionalização crescente, principalmente a partir de finais de 1974, possibilitada pelo 28 de Setembro de 1974 e, depois, pelo 11 de Março de 1975, atingindo o seu auge em Julho desse ano aquando das deliberações tomadas na Assembleia respectiva e contra as quais o PPD tanto se insurgiria. Sobre a estrutura interna do MFA, veja-se o artigo de MARCELO REBELO DE SOUSA "Estrutura e funções do MFA - a história de uma estrutura", no *Expresso*, nº 103, de 21 de Dezembro de 1974, 1º caderno, pp. 17 e 18.

(383) Para as quais, como adiante veremos, concorreria, fundamentalmente, a acção desenvolvida pelos sectores da esquerda radical conjugados com os sectores militares assim politizados. Para a apreensão geral das primeiras movimentações conjuntas processadas no âmbito da sociedade civil, no plano militar e no dos partidos de esquerda, veja-se, por exemplo, BILL LOMAX, "Ideology and illusion in the portuguese revolution: the role of the left", *in* LAURENCE GRAHAM e DOUGLAS WHEELER (eds.), *In Search of Modern Portugal, The Revolution and Its Consequences*, New York, Free Life Editions, 1977, pp. 105-133 e THOMAS BRUNEAU, "The left and the emergence of liberal democracy", *in* BERNARD BROWN (ed.), *Eurocommunism and Eurosocialism: the Left Confronts Modernity*, New York, Cyro Press, 1979, pp. 114-178.

mais radical e, depois, da mais moderada, mantendo-se durante um período de tempo considerável um certo iluminismo político por parte da facção militar vencedora do conflito interno do MFA que só viria a ser resolvido a 25 de Novembro de 1975.

O 25 de Novembro resultaria da acção voluntariamente assumida por parte dos militares mais moderados, tendo por fim extirpar a linha mais radical de um processo que estava já a pôr em risco o próprio regime democrático. Ou seja, o principal objectivo dos primeiros seria provocar uma inversão de forças na esfera militar, para que no plano político passassem os seus autores a dominar o processo.

Desta forma, não seria objectivo imediato das forças militares vencedoras do 25 de Novembro a total desmilitarização do regime e, a prová-lo, a própria existência do 2º Pacto MFA/Partidos, quando se poderia ter passado a conceder a estes últimos a total liderança do processo. Mais decisivos, nesse aspecto, viriam a ser os resultados das eleições seguintes, que acarretariam para as formações partidárias uma protagonização acrescida no sistema político.

O afastamento dos militares só se viria a processar, de facto, mais tarde, com a abolição, em 1982, do Conselho da Revolução e, fundamentalmente, em 1986 com a eleição do primeiro Presidente da República civil. É, no entanto, uma evidência que com o 25 de Novembro de 1975 se atenuaria o papel dos militares, embora não tenha sido totalmente anulada, à altura, a sua influência.

Com o seu minimizar, viria progressivamente a salien-

tar-se o papel dos partidos. Se é certo que foi o Partido Socialista (PS) o primeiro a desempenhar um lugar de relevo na cena política nacional, a prazo, a sua influência viria a decrescer e a surgir o PPD/PSD como a formação partidária preponderante.

Daremos, portanto, especial realce a uma das componentes do sistema, o PPD/PSD, quando a sua acção se revelou fundamental para a compreensão da dinâmica político-partidária, sem prejuízo da acção desenvolvida pelos restantes actores políticos, sempre que as actuações respectivas se tenham mostrado igualmente determinantes nesse processo.

Reconhecemos assim, à partida, uma importância fulcral ao PPD/PSD neste domínio, considerando o papel nuclear que desenvolveria na configuração geral do sistema político, através da especificidade da sua actuação em termos do conflito levado a efeito a esse nível, bem como pelo facto de por ele terem perpassado todas as questões políticas fundamentais. Especial cuidado será então concedido às atitudes voluntaristas das elites deste partido naquele domínio. Atitudes essas dirigidas em termos da criação ou do agravamento de clivagens e de conflitos, sempre que obteve os resultados pretendidos e, também, quando tal actuação não adquiriu a desejada concretização naquela esfera.

Na calendarização estabelecida serão, portanto, tidas em linha de conta as fases correspondentes ao delinear das várias estratégias do PPD/PSD e aos principais conflitos intra-partidários, os quais, como se verá, se revelariam fun-

damentais para a correcta apreensão da dinâmica da periodização em causa.

A cronologia dos acontecimentos relativos ao PPD/PSD é pois apresentada em termos da gestação dos conflitos internos mais significativos e das principais estratégias que permitem realizar o diagnóstico dos *out-puts* intra-partidários geradores de clivagens específicas. Como adiante se verá, estas iriam, por sua vez, ajudar a configurar os diferentes conflitos do sistema político-partidário.

A relação dialéctica que se estabelece nos diversos planos reportados é, por seu lado, resultante da dialéctica interna dos respectivos actores e, neste capítulo, assumirá particular relevo a conflitualidade entre as componentes específicas do PPD/PSD, ou seja entre as suas elites e facções.

As sucessivas fases críticas processadas no quadro do sistema político, do sistema partidário e da vida interna do PPD/PSD estão, na nossa perspectiva, interrelacionadas de tal forma, que não é possível a apreensão de qualquer um dos planos em causa sem recorrer à análise dos restantes. É decorrente deste pressuposto que terá que ser reportado, nesta parte do trabalho, o enquadramento factual explicativo do contexto político global no qual se inseriu aquele partido.

5. Neste propósito, e por razões práticas evidentes, distinguimos quatro fases(384) essenciais na formação e pos-

---

(384) Cada fase não consiste numa quadrícula estanque, sendo os limites respectivos mais ou menos fluidos, conforme se poderá depreender do texto a percorrer.

Da mesma forma, não entendemos que se tenha tratado de um processo de evolução mecanicista, mas, como se depreende do texto, de diversas configurações assu-

terior desenvolvimento do sistema político-partidário português a partir de 25 de Abril de 1974.

A primeira fase corresponde ao período inicial do PREC, à constituição dos primeiros Governos Provisórios, ao estruturar do sistema de partidos à aprovação da legislação eleitoral e, a nível do então PPD/PSD, à sua formação e primeiros ajustamentos internos.

Decorre esta fase de 25 de Abril de 1974 até finais de 1975, incluindo duas sub-fases. Uma, que vai desde o derrube do anterior regime até quase ao fim de 1974, tendo como principal marco de referência o 28 de Setembro; nesta data explicitar-se-ia a tentativa, frustrada, iniciada aquando da crise do I Governo Provisório por parte de alguns partidos e do sector do MFA afecto a António de Spínola, no sentido de imprimir um rumo mais moderado ao processo. Outra, que começa com a subsequente radicalização do PREC a partir daquela data, radicalização que atingiria o seu auge por alturas do 11 de Março de 1975, vindo a culminar com a efectiva viragem proporcionada com o 25 de Novembro de 1975, através da clarificação político-militar ocorrida com a vitória da vertente mais moderada do MFA. Tal teria como consequência imediata uma diminuição crescente da importância da instituição castrense no processo político e a anulação do papel até aí protagoniza-

---

midas como resultado da acção desenvolvida pelos actores políticos decorrente do conflito que se gera entre eles e no âmbito de cada um. Sobre o irrealismo e inadequação das perspectivas funcionalistas do processo político, veja-se JOSÉ DURÃO BARROSO, "Formas e tempos políticos da democratização. O caso português", *in Prospectivas*, nºs 10 - 11 - 12, 1982, pp. 47 e 48.

do pela sua componente mais radical.

No que se refere ao PPD, estar-se-ia perante o gizar das primeiras estratégias para encontrar um lugar mais vantajoso na cena política, entre as quais se contou a sua participação no poder enquanto envolvido nos Governos Provisórios e as sucessivas manobras tácticas para não ser arredado dessa esfera. Simultaneamente, assiste-se, logo no início da primeira sub-fase referida, ao esboçar dos primeiros confrontos entre as facções antagónicas e, no final da mesma, com o regresso de Francisco Sá Carneiro ao partido, ao despoletamento do conflito. Com o Congresso de Aveiro e a subsequente cisão realizada no fim da segunda sub-fase, processar-se-ia o primeiro reajustamento intra-partidário.

A segunda fase está balizada entre finais de 1975 e meados de 1979, tendo como primeiro marco a diminuição, no processo político, do tom militarista, pelo menos na sua componente mais radical. Corresponderia, assim, a um período especialmente importante para a institucionalização do regime democrático, com as primeiras eleições legislativas, a aprovação da Constituição, a formação dos primeiros Governos Constitucionais e o debate em torno do sistema de governo.

No que concerne ao PPD dar-se-ia uma acalmia interna significativa, seguida de um intenso e controverso conflito entre as facções, após o qual teria lugar novo processo de pacificação intra-partidária. O segundo conflito do PPD estaria, como o anterior, intimamente relacionado com a evolução do processo político, sendo decorrente das divergências exis-

tentes internamente em face da sua condução, prendendo-se, fundamentalmente, com a questão da liderança do sistema e do pendor a conceder ao mesmo. Nessa medida, da parte do PPD, assistir-se-ia, relativamente aos Governos socialistas e às experiências presidenciais, a um jogo estratégico complexo e diversificado, que foi das alianças casuísticas e acordos pontuais a uma oposição crescente, tendo por pano de fundo a procura e obtenção de um espaço próprio mais amplo e eventualmente liderante do processo político, até aí não conseguido.

Esta fase inclui três sub-fases, iniciando-se a primeira com o clarificar da situação político-militar proporcionada a partir do 25 de Novembro de 1975, fruto da acção voluntária dos sectores mais moderados do MFA e da estratégia prosseguida fundamentalmente pelo PS, decorrendo até à exoneração do I Governo Constitucional e ao embrião do que viria a ser, mais tarde, a estratégia presidencialista. No âmbito do PPD/PSD corresponderia a um período de considerável acalmia interna seguido do despoletar de novas dissensões.

A segunda sub-fase decorre desde aí, até à exoneração do II Governo Constitucional, depois de falhada a segunda estratégia ensaiada pelo PS no sentido de se manter no papel liderante do processo. No âmbito do PPD/PSD assistir-se-ia ao eclodir de novo conflito, que viria a ser conhecido pela crise dos "Inadiáveis".

A terceira sub-fase corresponde ao desenrolar da estratégia presidencial atrás enunciada e ao vingar do pendor

presidencialista do sistema, terminando com o enunciar das estratégias partidárias, mormente por parte do PPD/PSD, no sentido de superar a minimização de que tinha sido alvo e de se encontrarem alternativas propícias para chegar ao poder. Na esfera interna do PPD/PSD, no final desta sub-fase, processar-se-ia nova pacificação interna, procurando-se ultrapassar as sequelas deixadas pela segunda cisão intra-partidária.

A terceira fase decorre desde a ascensão daquelas estratégias dos partidos e respectivo sucesso, fundamentalmente consubstanciado na vitória da Aliança Democrática (AD) nas legislativas de 2 de Dezembro de 1979, até início de 1983, findando com a substituição de Francisco Pinto Balsemão e com o configurar da nova estratégia do consensualismo-centrista.

Esta etapa engloba duas sub-fases: a primeira inicia-se com a vitória da AD e corresponde ao período de vigor do VI Governo Constitucional e ao acentuar do pendor parlamentar do sistema, culminando com a morte de Francisco de Sá Carneiro e, simultaneamente, com a quebra na sequência da sua estratégia global, aquando das eleições presidenciais de Dezembro de 1980. Ao nível interno do PPD/PSD equivale a um período de relativa acalmia, resultado da clarificação produzida pela segunda cisão ocorrida no final da fase anterior.

A segunda sub-fase principia com os acontecimentos acima reportados, terminando com o fim dos Governos da AD, através da substituição de Francisco Pinto Balsemão e do enunciar da estratégia do consensualismo-centrista. No âmbito estritamente intra-partidário, o PPD/PSD debate-se, nesta sub-

-fase, com conflitos especialmente intensos, com o reexacerbar do faccionalismo interno depois do desaparecimento do seu líder histórico.

Em termos de estratégias governamentais prosseguidas pelo PPD/PSD, a terceira, como a quarta fase, caracterizam-se pelo facto de cada uma delas encerrar uma das possíveis fórmulas ensaiadas pelo partido no sentido de ser poder. Enquanto na fase que acabamos de delimitar vingou a estratégia bipolarizadora, conseguindo-se o poder através da AD, na fase seguinte ensaiar-se-ia, devido ao fracasso da primeira fórmula numa das suas componentes essenciais e ao surgir de novas estratégias no sentido de suplantar esses inconvenientes, ao enunciar de uma outra via de participação, consubstanciada na formação de um bloco centrista de âmbito consideravelmente alargado. A diferença entre uma e outra solução não residiria apenas no sinal contrário que apresentavam nem na diferente tendência que imprimiriam ao processo, mas no facto de que, enquanto na primeira o PPD/PSD aparecia a liderar o bloco no poder, na segunda esse papel iria caber ao PS. Veremos como este aspecto se revelou fundamental para a contestação intra-partidária que se faria então sentir.

A quarta fase vai desde a formação do Bloco Central até à queda do centrismo-consensualista, que corresponde ao enunciar da nova estratégia bipolarizadora e ao vingar desta com a constituição do X Governo Constitucional, após as eleições legislativas de 10 de Outubro de 1985.

Ao nível intra-partidário, o PPD/PSD defrontar-se-ia

com novos conflitos decorrentes das tensões internas, que as eleições presidenciais seguintes viriam incrementar. Seguir-se-ia novo período de acalmia, procedendo-se à sublimação mais ou menos efémera desses conflitos e ao reestruturar da vida intra-partidária com base noutro tipo de pressupostos e de relações.

A data limite para o faseamento em causa corresponde às eleições presidenciais de Fevereiro de 1986. Apesar de não se terem efectivado dentro dos marcos cronológicos que impusémos à presente análise, entendemos crucial considerar estas eleições visto terem constituído um marco de referência fundamental para as diversas estratégias prosseguidas no decorrer desta última fase, especialmente relevantes no foro dos conflitos internos do PPD/PSD.

Se atentarmos no modelo proposto para a análise do conflito intra-partidário, veremos que à luz do mesmo são perfeitamente observáveis as características de cada uma das fases referidas. Esta caracterização tem subjacente uma preocupação fundamental: a de produzir o quadro de referência do sistema político-partidário a que o PPD/PSD se terá continuamente que reportar, seja em termos da influência dele recebida, seja no que concerne aos eventuais efeitos que sobre ele haveria de exercer.

A relação entre as oportunidades, os interesses e as ideologias no novo sistema político-social, possibilitada a partir do 25 de Abril de 1974, determinaria, logo de início, a constituição do então PPD. Este surge, como adiante veremos, a

partir de um leque de possibilidades mais ou menos restrito, tendo em conta o espaço político-ideológico que pretenderia abarcar e as oportunidades realmente oferecidas pelo novo regime.

A partir da sua constituição, as elites do PPD/PSD passariam, indiscutivelmente, a pretender desempenhar um papel activo no alargamento dessas oportunidades, não só em termos intra-partidários, mas, em consequência desse mesmo nível de intervenção, no foro do sistema político. É sobre esse papel e sobre a problemática daí resultante, ou seja, sobre o eventual impacte por ele exercido no processo político global, que recai, num segundo momento, a nossa análise.

Apresentadas as linhas gerais do faseamento do sistema político português de 1974 a 1985, dentro do qual demos particular realce ao papel do PPD/PSD, bem como os critérios que lhe estiveram subjacentes, passaremos, em seguida, à caracterização de cada uma dessas etapas.

VII - OS CONFLITOS POLÍTICO-PARTIDÁRIOS E O PAPEL DO PPD/PSD

"A new political regime is a novel prescription for taking joint chances on the unknown"

Dankwart Rustow, "Transitions to Democracy: towards a dynamic model", *in Comparative Politics*, 1970, p. 358.

1 - Da legalidade revolucionária à conquista da legalidade democrática

1. Retomando o que atrás foi dito àcerca da importância da configuração inicial de um sistema político-partidário e da sua posterior evolução, haverá que sublinhar o facto de a transição para a Democracia, em Portugal, não se ter feito de forma gradual. Assim, a instauração de determinado sistema de partidos resultaria em parte, que não exclusivamente, dos condicionalismos específicos do momento anterior ao que podemos chamar o período de transição institucional ou transição/instauração da Democracia(385), isto é, a fase que decorreu desde o 25 de Abril de 1974 à aprovação, dois anos depois, da Constituição da República Portuguesa e, simultaneamente, às

---

(385) Na linha de distinção elaborada por CACIAGLI no que se refere à mudança de regime no caso espanhol; CACIAGLI, com base nos modelos apresentados por JULIAN SANTAMA-

eleições para a Assembleia da República e subsequente formação do I Governo Constitucional.

A especificidade da raiz genética da nossa transição para a Democracia e o processo da respectiva instauração(386) imprimiria alguns traços precisos ao perfil inicial do sistema

---

RÍA para o caso espanhol e por LEONARDO MORLINO no que respeita à Europa do Sul, defende a existência de dois marcos fundamentais dentro da fase de transição delineada por estes autores: a transição política mais ampla, incluindo o período de transição institucional, justaposto no tempo com a primeira fase, a qual, por sua vez, abarcaria também a sub-fase de instauração da Democracia, no sentido que lhe imprimiu MORLINO; a outra fase seria, na concepção dos três autores referidos, a da consolidação da Democracia (segunda fase para SANTAMARÍA, terceira para MORLINO, quarta para CACIAGLI). Cf. MÁRIO CACIAGLI, *Elecciones y Partidos en la Transicion Española*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociologicas, Siglo XXI, 1986, pp. 6-7.

Veja-se, igualmente, sobre este assunto JULIÁN SANTAMARÍA, "Transición controlada y dificultades de consolidación: el ejemplo español", *in* JULIÁN SANTAMARÍA (org), *Transición a la Democracia en el Sur de Europa y América Latina*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, 1982, pp. 371-417 e LEONARDO MORLINO, "Consolidamento democratico: definizione e modelli", *in Rivista Italiana di Scienza Politica*, nº 2, 1986, pp. 197-238, especialmente p. 203.

(386) A questão do faseamento de um novo regime democrático levanta uma série de problemas, já que nem sempre é clara, por exemplo, a passagem da fase de transição, para a fase de instauração e desta para a de consolidação da Democracia. Se adoptarmos a classificação e definições de MORLINO, no que concerne a este faseamento (Cf. LEONARDO MORLINO, *op. cit.*, p. 205), a transição respeitará ao período fluido e pouco claro durante o qual, permanecendo ainda algumas das estruturas do anterior regime, se começam a formar as novas; quanto à instauração, caracterizar-se-á pelo delinear das novas instituições e processos democráticos; no que se refere à consolidação, respeitará à fixação, no tempo, de todos os aspectos e componentes do sistema democrático.

Em termos meramente institucionais, no caso português, a primeira daquelas fases corresponderia aos primeiros tempos após o 25 de Abril, a segunda, tenuamente iniciada com as primeiras eleições livres, só teria verdadeiramente expressão com a eleição do I Governo Constitucional, com as eleições legislativas de 1976 e a subsequente tomada de posse do 1º Governo do PS. Pensamos que, de facto, a fase de instauração da Democracia em Portugal foi aí iniciada, dado que, em nossa opinião, até ao 25 de Novembro de 1975 se viveu naquilo que ficaria conhecido como "período de excepção"; a consolidação propriamente dita só se teria vindo a processar muito mais tarde, aquando da Revisão Constitucional de 1982 com o afastamento real dos militares da tutela do sistema, através da abolição do Conselho da Revolução, e, fundamentalmente, a partir de Janeiro de 1986 com a eleição do primeiro Presidente da República civil. Tratou-se pois, até aí, como diria MORLINO, de um processo de "consolidación parcial, larga y atormentada" Cf. LEONARDO MORLINO, "Consolidación democratica definición, modelos, hipotesis", *in Revista Española de Investigaciones Sociologicas*, Madrid, Centro de Investigacio-

de partidos português. Por um lado, o corte, abrupto(387), com o regime monocrático e autoritário que vigorara até então, provocado pelo golpe do 25 de Abril desencadeado pelos milita-

---

nes Sociológicas, nº 35, Julio-Septiembre 1986, p. 50.

Embora não tenham sido os autores nem da transição democrática nem da instauração do novo regime, relativamente à consolidação da Democracia atribuimos aos partidos portugueses um papel fundamental (na linha de HUNTINGTON, que perspectiva os partidos em geral como possíveis pilares de tais processos. Cf SAMUEL HUNTINGTON, *Political Order in Changing Societies,* New Haven, Yale University Press, 1968, p. 461), não obstante se reconheça que a consolidação de uma Democracia não se esgota no papel dos partidos. Vejam-se as diversas direcções em que o processo se manifesta e os distintos âmbitos nos quais se expressa *in* LEONARDO MORLINO, *op. cit.,* pp. 20-21.

A questão da dificuldade em separar as diferentes fases de um novo regime democrático é igualmente discutida por GEOFFREY PRIDHAM, com base na teoria de RUSTOW em "Comparative perspectives on the new mediterranean democracies: a model of regime transition?", *in* GEOFFREY PRIDHAM (ed.), *West European Politics, Special Issue on The New Mediterranean Democracies; Regime Transition in Spain, Greece and Portugal,* London, Frank Cass, vol. 7, nº 2, April 1984, pp. 1 e ss.

(387) Corte esse provocado pela chamada Revolução de 25 de Abril de 1974, levada a cabo pelos militares; esta seria mesmo a única possibilidade para, na altura, se poder desencadear um novo processo, tendo em conta a deteriorada situação colonial, para além do anquilosamento quase total a que o sistema tinha chegado, com a maioria da população alheada da participação política. Se, em parte, se pode considerar o golpe de 25 de Abril como uma revolução, perspectivada em sentido amplo, por ter contribuido para a modernização política, provocando uma mutação político-constitucional radical com a formação de um novo corpo político e constituindo-se igualmente uma nova forma de Governo por outro, há que reconhecer que não se tratou de uma revolução, no sentido mais estrito do termo, visto ter resultado de uma conspiração militar que levou ao golpe e que apenas precipitou a derrocada do regime que subsistia já com grandes dificuldades.

Sobre o conceito de revolução, amplamente entendido, veja-se HANNAH ARENDT, *On Revolution,* New York, Viking, 1963, p. 28; sobre o conceito de revolução, considerado como um aspecto de modernização política, veja-se SAMUEL HUNTINGTON, *op. cit.,* p. 265.

Diversos foram os analistas que perspectivaram o 25 de Abril como um processo revolucionário. Veja-se, por exemplo, KENNETH MAXWELL, "Portugal: the hidden revolution", *in New York Review of Books,* April 17, 1975, pp. 29-35 e RONA FIELDS, *The Portuguese Revolution and the Armed Forces Movement,* New York, Praeger, 1976. Contra tal argumentaria OPELLO, aliás numa perspectiva mais realista, defendendo que semelhante concepção representaria "To confuse the rhetoric of revolution with the reality of the events that were actually taking place" e que a mudança de regime se deveu à acção de "Various rival, primarily military, elites, frequently led by charismatic leaders, using populist appeals, who sought to gain control of the 'situation' and fill the power vacuum with a regime suitable to them". Cf. WALTER OPELLO, *Portugal's Political Development, A Comparative Approach,* Boulder, Westview Press, 1985, pp. 65 e 66.

Acresce à tese do 25 de Abril como golpe de Estado e não como revolução, não

res(388), o decorrente desmantelamento de algumas das antigas estruturas(389) e o papel preponderante desde logo assumido pelas Forças Armadas(390); por outro, as características pró-

---

só as próprias declarações de alguns dos seus responsáveis, como o facto de não existirem, previamente, os imprescindíveis doutrinadores da segunda fórmula, tal como sublinharia ADRIANO MOREIRA em *O Novíssimo Príncipe, Análise da Revolução*, Braga, Intervenção, 1977, p. 65. Veja-se, também, o caso português classificado como um processo de transição "Through a military rupture coup", em DONALD SHARE, "Transitions to democracy and transition through transaction", *in Comparative Political Studies*, vol. 19, nº 4, January 1987, pp. 525-548, especialmente p. 548.

(388) De notar, que o modelo do voluntarismo das elites se pode aplicar linearmente ao golpe militar do 25 de Abril; tanto o golpe em si, como os acontecimentos posteriormente ocorridos no plano político-militar decorreram da acção desenvolvida pelas suas elites, organizadas em facções, face à dialética interna do movimento. É por essa razão e pelas consequências que daí fluiram em termos económicos, sociais e políticos, que OPELLO caracteriza os acontecimentos à volta do 25 de Abril como "elite revolution" (na sequência das formulações teóricas nesse sentido produzidas por ELLEN TRIMBERGER em "A theory of elite revolutions", *in Studies in Comparative International Development*, 7, 1972, pp. 191-207). Cf. WALTER OPELLO, *Portugal's Political Development, A Comparative Approach*, Boulder, Westview Press, 1985, p. 80.

(389) Processo totalmente distinto, por exemplo, daquele por que passou a vizinha Espanha, mais controlado e gradual. Cf. JULIÁN SANTAMARÍA, "Transición controlada y dificultades de consolidación: el ejemplo español", *in* JULIÁN SANTAMARÍA (org.), *Transición a la Democracia en el Sur de Europa y América Latina*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, 1982, pp. 371-417; JOSÉ MARIA MARAVALL, *The Transition to Democracy in Spain*, London, Croom Helm, 1982; DONALD SHARE, "Transitions to democracy and transition trough transaction", *in Comparative Political Studies*, vol. 19, nº 4, January 1987, pp. 534 e ss. e ANDREA BONIME-BLANC, *Spain's Transition to Democracy, The Politics of Constitution-Making* , Boulder, Westview Press, 1987. Para uma perspectiva teórica, aliás já atrás discutida, veja-se, por exemplo, LEONARDO MORLINO, "Consolidamento democratico: alcune ipotesi esplicative", *in Rivista Italiana de Scienza Politica*, nº 3, 1986, pp. 339-459.

(390) Quanto a análises sobre o 25 de Abril, antecedentes próximos e posteriores acontecimentos político-militares, existe, para além da já citada, extensa bibliografia, exaustivamente reportada em, por exemplo, WILLIAM LOMAX, *Revolution in Portugal: 1974-1976: A Bibliography*, Durham, The International Conference Group on Modern Portugal, 1978; MARCELO REBELO DE SOUSA, *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1983, pp. 234-236; MARIA JOSÉ STOCK, "Political facts on Portugal: a overview of the literature after 1974", *in European Political Data Newsletter*, December 1985, pp. 14-24 e P. NIKIFOROS DIAMANDOUROS, PILAR RIVILLA, JOAQUIN LOPEZ NOVO, HURI TURSAN e PHILIPPE SCHMITTER, *A Bibliographical Essay on Southern Europe and Its Recent Transition to Political Democracy*, EUI Working Paper, nº 86/208, Badia Fiesolana, Firenze, 1986, pp. 71-96.

prias do regime político, social e económico até aí em vigor e o tipo de cultura política dominante que daí resultaria(391).

Salientaremos, aqui, apenas aquelas que contêm uma perspectiva mais analítica do processo em causa. Veja-se, no que concerne aos antecedentes próximos, LAWRENCE GRAHAM, *Portugal: The Decline and Collapse of an Authoritarian Order*, London, Beverly Hills, Sage Professional Papers in Comparative Politics, 1975; sobre uma óptica marxista, veja-se NICOS POULANTZAS, *La Crise des Dictatures, Portugal, Grèce, Espagne*, Paris, Du Seuil, 1975.

No que respeita ao desenvolvimento subsequente, veja-se sobretudo: ADRIANO MOREIRA, *O Novíssimo Príncipe, Análise da Revolução*, Braga, Intervenção, 1977; MANUEL DE LUCENA, *O Estado da Revolução, A Constituição de 1976*, Lisboa, Edições Jornal Expresso, 1978; PAUL KRUGMAN e JORGE BRAGA DE MACEDO, "The economic consequences of the April 25th revolution", *in* JORGE BRAGA DE MACEDO e SIMON SERFATY (eds.), *Portugal Since the Revolution: Economic Goals and Political Perspectives*, Boulder, Westview Press, 1981, 1981, pp. 53-100; THOMAS BRUNEAU, *Politics and Nationhood: Post-Revolutionary Portugal*, New York, Praeger, 1984; JOAQUIM AGUIAR, *O Pós Salazarismo 1974-1984*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1985; WALTER C. OPELLO, JR, *Portugal's Political Development. A Comparative Approach*, Boulder, Westview Press, 1985.

Sobre os acontecimentos principais, imediatamente após o golpe, para além da bibliografia já citada e de *A Revolução das Flores Do 25 de Abril ao Governo Provisório*, I vol., Lisboa, Editorial Aster, s.d., veja-se o *Diário de Notícias*, de 25 de Abril de 1974, o *República*, da mesma data e o *Expresso*, nº 69, de 27 de Abril de 1974, p. 13, no qual estão transcritos o "1º Comunicado" ao país da Junta de Salvação Nacional (transmitido na Rádio e na Televisão de 25 para 26 de Abril) e as principais declarações proferidas na 1ª conferência de imprensa realizada no Quartel de Engenharia 1 da Pontinha, no dia 26 de Abril. Vejam-se, também, estes, como os restantes documentos referentes a esta fase ("Proclamação do MFA" e "Programa do MFA", difundido a 26 de Abril de 1974), *in* JORGE MIRANDA, *Fontes e Trabalhos Preparatórios da Constituição*, Colecção Estudos Portugueses, Edições Oficinas Gráficas da Papelaria Fernandes, I vol., 1978, pp. 25-31.

Para uma síntese analítica dos últimos tempos do regime deposto e pela similaridade de algumas das suas características com a fase pós-25 de Abril, sobretudo quanto à desadequação entre a realidade e a imagem do poder, veja-se ADRIANO MOREIRA, *op. cit.*, pp. 88 e ss.

(391) No que toca à compreensão dos antecedentes remotos e próximos do regime político social criado com o 25 de Abril de 1974, vejam-se fundamentalmente: J. SILVA MARTINS, *Estruturas Agrárias em Portugal Continental*, 2 vol., Lisboa, Prelo, 1975; MANUEL VILAVERDE CABRAL, *Portugal na Alvorada do Século XX*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979; XAVIER PINTADO, *Structure and Growth of the Portuguese Economy*, Geneve, European Free Trade Association, 1964; PHILIPPE SCHMITTER, *Corporatism and Public Policy in Authoritarian Portugal*, London, Beverly Hills, Sage Professional Papers in Comparative Politics, 1975; MANUEL DE LUCENA, *A Evolução do Sistema Corporativo Português*, 2 vol., Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1976; HOWARD WIARDA, *Transcending Corporatism; The Portuguese Corporative System and the Revolution of 1974*, Columbia, Institute of International Studies, University of South Carolina, 1976; HOWARD WIARDA, *Corporatism and Development; The Portuguese Experience*, Amherst, University of Massachusets Press, 1977, e WALTER C. OPELLO,

2. Se a herança histórica(392) é, sem dúvida, um factor a ter em conta na análise do embrião do sistema partidário, a acção então desenvolvida pelos diferentes actores políticos apresenta-se, por seu lado, fundamental para a compreensão das suas peculiaridades, isto é, do perfil de fragmentação que o mesmo viria a assumir, da estruturação bipolarizada das suas linhas de clivagem e da respectiva dimensão político-ideológica. Nessa medida, torna-se evidente a imprescindibilidade de levar o nível da análise até ao âmbito da estrutura interna dos actores políticos e dos processos de tomadas de decisão respectivos(393).

Jr, "The continuing impact of the old regime on portuguese political culture", *in* LAURENCE S, GRAHAM e DOUGLAS L, WHEELER (eds,), *In Search of Modern Portugal The Revolution and Its Consequences,* Madison, The University of Wisconsin Press, 1983, pp, 199-222,

(392) Para uma apreciação da óptica genérica da última fase do Marcelismo, vejam-se os próprios discursos de MARCELO CAETANO: "A grande opção: servir ou destruir Portugal", proferido no encerramento do Seminário promovido pela Comissão Concelhia de Lisboa da ANP, 9 de Abril de 1973, Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1973; "Em defesa da liberdade", proferido no Encerramento do I Congresso da ANP, Tomar, 6 de Maio de 1973, Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1973; "O apelo do interesse geral", discurso proferido em Aveiro, 24 de Junho de 1973, Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1973; as alocuções através da Rádio e da Televisão em vésperas das eleições legislativas; "Conversa em família", proferida a 27 de Setembro de 1973, no 5º aniversário de ter assumido a chefia do Governo e "O dever de votar", a 26 de Outubro de 1973; veja-se, também, MARCELO CAETANO, "Reforma dos Ministérios que se ocupam da economia", discurso na cerimónia de posse de novos membros do Governo no Palácio de S, Bento, 15 de Março de 1974, Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1974 e *Depoimento,* Rio de Janeiro, Record, s,d,,

Sobre o Marcelismo, nos últimos tempos, veja-se, ainda, JAIME NOGUEIRA PINTO, *Portugal, Os Anos do Fim, A Revolução que Veio de Dentro,* I vol,, Lisboa, Sociedade de Publicações Economia e Finanças, Lda,, 1976,

(393) O peso exercido pela acção dos partidos na configuração do perfil inicial do sistema partidário português torna-se desde logo evidente, se considerarmos, como MARCELO REBELO DE SOUSA, que "existiu uma anterioridade cronológica e lógica do perfil do sistema de partidos relativamente ao nosso Direito Constitucional, Anterioridade cronológica, pois os partidos surgiram e começaram a actuar de facto

Para a cabal compreensão da dinâmica de fundo que presidiu não só à constituição mas, fundamentalmente, ao posterior desenvolvimento do sistema político-partidário português, torna-se pois necessário descer até à esfera interna dos diversos actores políticos (entre eles os partidos), que vêm tentando liderar o processo desde 1974, e à esfera do sistema partidário, perspectivado como um todo e atendendo às interligações que entre si estabelecem os seus componentes, já que a posição e a acção de um é sempre consequência da posição e da acção dos restantes(394).

Perante a real dificuldade de levar a cabo semelhante tarefa, principalmente no âmbito de um trabalho desta natureza, salientaremos primeiro as principais características de que se revestiu de início o sistema para, em seguida, reportarmos fundamentalmente os reajustamentos provenientes da acção dos actores políticos que tiveram uma actuação mais relevante. Sublinha-se, contudo, o papel do PPD/PSD, depois de

---

quando legalmente se previa apenas a formação de associações políticas. Anterioridade lógica, visto que o estatuto constitucional dos partidos representou no seu conteúdo a tradução da realidade partidária existente, quer nos elementos de perpetuação da sua influência, quer naqueles que corporizaram a correlação de forças dentro do sistema partidário, com incidência nos respectivos programa político, dimensão eleitoral, estrutura e organização internas". Cf. MARCELO REBELO DE SOUSA, *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1983, pp. 233-234.

Todavia, há que ter em conta, que na actuação real dos partidos neste período pesou de uma forma decisiva a excessiva ingerência militar em todo o processo, a qual só viria a ser expurgada do mesmo muito mais tarde.

(394) Conforme notou BORELLA, só se pode falar em sistema de partidos quando estes "(...) dépendent les uns des autres de telle sorte que la situation de l'un soit déterminée au moins partiellement par la situation des autres". Cf. FRANÇOIS BORELLA, *Les Partis Politiques dans la France d'Aujourd'hui*, Paris, Du Seuil, 1981, pp. 13-14.

já argumentadas as razões a que obedeceu a escolha feita.

Pondo de parte quaisquer preocupações de exaustividade neste domínio, atendendo ao objectivo limitado desta Parte da dissertação - fornecer o quadro de referência com que o PPD/PSD se deparou e que ajudaria a conformar - relembremos os traços essenciais do novo processo político, tal como inicialmente se estruturaram o sistema de partidos e o sistema de governo, bem como as características da prática política dos diversos intervenientes nesse processo.

Neste primeiro período distinguimos duas sub-fases: uma que decorre deste Abril de 1974, com o surgir das primeiras formações partidárias e a constituição dos primeiros Governos Provisórios, até ao 28 de Setembro do mesmo ano; outra, que vai desde esta data até ao 25 de Novembro de 1975.

A periodização estabelecida tem, pois, a ver com o modelo implícito na presente exposição, ou seja, com a acção concreta desenvolvida pelos actores políticos fundamentais, neste caso os partidos e o MFA, em face da relação entre as oportunidades, os interesses e as ideologias.

1.1 - A fragmentação inicial do sistema de partidos.

1. Caberá, portanto, antes de apresentar as características iniciais do sistema de partidos, reportar em grandes traços os principais acontecimentos políticos globais que caracterizaram esta fase.

Os vectores dominantes do período que decorreu de 25 de

Abril a 28 de Setembro foram, indubitavelmente, a crescente esquerdização do sistema, o predomínio da legitimidade revolucionária e a elevada ingerência militar no processo político, numa dinâmica que visava perpetuar a legitimação daquela legalidade. Fruto da acção voluntária dos sectores mais "progressistas" do MFA, a que se colariam o PCP e os partidos de extrema-esquerda, esses vectores determinariam convulsões político-sociais permanentes, com crises desencadeadas a nível do tecido social e da arena político-partidária.

Um ambiente de elevado grau de conflitualidade e a correspondente instabilidade seriam, assim, o traço dominante desta fase, como resultado dos sucessivos reajustamentos internos do MFA e da tentativa levada a efeito por outros actores políticos, em paralelo com a de certos militares mais moderados, no sentido de inverter, ou pelo menos retardar, a crescente radicalização que o mesmo estava a seguir. Como adiante veremos, nesta intervenção, a qual se revelaria infrutífera, jogaria um papel considerável certo sector do PPD, de molde a alargar o quadro de oportunidades políticas em que os interesses respectivos teriam mais hipóteses de se ver representados.

Na sequência desses ajustamentos internos das diversas facções do MFA, estalariam três crises sucessivas político-institucionais, das quais sairia vitoriosa a facção mais radical do movimento.

A primeira crise projectar-se-ia a nível governamental, tendo sido desencadeada no início de Junho de 1974 pelo

Primeiro-Ministro Adelino da Palma Carlos e pelos Ministros próximos do sector "Spinolista" no Governo, ao tentar introduzir diversas alterações no sistema, através de uma estratégia, falhada, de antecipação a uma maior radicalização do processo político. Exigir-se-ia a realização de uma eleição plebiscitária para o Chefe de Estado antes das constituintes, o adiamento destas eleições para finais de 1975 ou início de 1976, a elaboração de uma Constituição provisória e o reforço dos poderes do Primeiro-Ministro(395). Desta forma, António de Spínola e os partidos moderados no Governo obteriam a suficiente margem de manobra para tentar impedir o crescendo do poder da esquerda militar e dos partidos esquerdistas.

Em face do falhanço total da iniciativa em causa e dado que as exigências formuladas pelo Chefe do Executivo não tiveram o necessário eco no âmbito do Conselho de Estado, estalaria a crise, daí resultando a primeira vitória oficial das forças ditas mais progressistas do MFA, com a demissão de Adelino da Palma Carlos a 9 de Julho de 1974 e a perda de influência de António de Spínola, cujo poder viria progressivamente a diminuir.

---

(395) Vejam-se os documentos com as alterações propostas pelo Primeiro-Ministro ao Conselho de Estado, que aí não obteria aprovação, desencadeando-se então a crise, em JORGE MIRANDA, *Fontes e Trabalhos Preparatórios da Constituição*, Colecção Estudos Portugueses, Edições Oficinas Gráficas da Papelaria Fernandes, 1976, I vol., pp. 1153-1168.

Sobre a chamada "crise Palma Carlos", desencadeada de 29 de Junho a 9 de Julho de 1974, daí resultando a queda do I Governo Provisório que só estaria no poder 54 dias, veja-se o *Expresso*, nº 79, de 6 de Julho de 1974, p. 2 e o nº 80, de 13 de Julho de 1974, p. 1 e, na "Revista" do mesmo número, o artigo "O 9 de Julho ou o senão do 20 de Abril", p. 1-R e ainda, *A Revolução das Flores, O Governo de Palma Carlos*, II vol., Lisboa, Editorial Aster, pp. 242 e ss..

Simultaneamente, ia-se reforçando o papel dos militares mais radicais, visível não só no poder acrescido destes na esfera governamental e na consequente perda de autoridade por parte dos partidos, ao terem que ceder pastas aos militares logo no II Governo Provisório(396), como na hipótese, cada vez mais previsível, da institucionalização do MFA. O alargamento da respectiva esfera de influência conseguir-se-ia através da sua eventual participação nas eleições para a Assembleia Constituinte, desejada pelo sector militar mais radical.

Caberá, aqui, realçar um aspecto determinante na futura actuação dos partidos, mormente no que respeita ao PPD, considerando o impacte que o mesmo teria na sua conflitualidade interna. Esse aspecto respeita à minimização de que os partidos na generalidade seriam alvo a partir do chamado "golpe Palma Carlos" e, muito especialmente, o PPD, dado o reconhecido, conquanto então negado, envolvimento dos seus representantes no Governo no desencadear daquela crise.

Se à partida, com a formação do II Governo Provisório e a atribuição da maioria das pastas aos militares, todos os

---

(396) No II Governo Provisório, que tomaria posse a 17 de Julho de 1974, tendo por Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves, o PS conseguiria manter 9 membros, 4 dos quais com pastas ministeriais, o PCP 2, sendo 1 Ministro, enquanto o PPM e o MDP ocupariam cada um 1 cargo, respectivamente de Subsecretário e de Secretário de Estado. Quanto ao PPD, só manteria 1 Ministro no Executivo. Cf. Lista 20 do Anexo IV desta dissertação.

Sobre os primeiros tempos do II Governo Provisório veja-se *A Revolução das Flores, O Governo de Vasco Gonçalves Até ao Acordo de Lusaka*, II vol., Lisboa, Editorial Aster, s.d..

A politização crescente do MFA teve as consequências previsíveis: não só punha em risco a própria Democracia, como criou condições "for the victory of hardline sectors in the armed forces". Cf. DONALD SHARE, "Transition to Democracy and transition through transaction", *in Comparative Political Studies*, vol. 19, nº 4, January 1987, pp. 525-548, especialmente p. 532.

partidos se viam limitados no seu exercício do poder, o PPD seria especialmente prejudicado, tendo em conta o respectivo envolvimento na crise do primeiro Executivo.

2. Com o 28 de Setembro de 1974, na sequência da convocação, feita por António de Spínola enquanto Chefe de Estado, de uma manifestação da chamada "maioria silenciosa", agravar-se-ia este panorama, estalando a segunda grande crise do sistema. Com o apelo à "maioria silenciosa" pretenderiam alguns sectores eventualmente mais moderados dos militares, com a conivência das forças políticas e sociais mais conservadoras, retardar os acontecimentos políticos do foro interno e externo, que uns e outros consideravam estar a avançar numa escalada vertiginosa de esquerda . Ao nível interno, com a progressiva radicalização político-militar e a instabilidade social generalizada, ao nível externo, com o processo de descolonização já iniciado.

Não só se tornaria impossível realizar a manifestação em causa, como com a demissão do Chefe de Estado, dois dias depois e a ocupação do cargo por Francisco da Costa Gomes, abortariam todas as hipóteses de abrandar o processo dando-se, pelo contrário, a sua crescente radicalização.

A partir daquela data assistir-se-ia ao progressivo apossamento por parte dos militares, de forma sistemática e organizada, dos diversos sectores da vida política, social e económica, acção essa conjugada com a de outros actores políticos igualmente desejosos da radicalização que, por essa via, se iria processar. O reforço das soluções de tipo

unitarista na esfera sindical, nas estruturas administrativas locais e noutros centros de decisão públicos e privados seria disso exemplo.

Reconhece-se, hoje, que a movimentação do 28 de Setembro fora, pelo menos, consentida pelos sectores radicais de esquerda do MFA e pelos partidos desse área, de molde a retirarem dividendos da situação que assim seria criada(397), fugindo a maioria das variáveis subjacentes a alguns dos promotores da ideia e aos que implicitamente a apoiavam(398).

Importa, no entanto, deixar aqui explícito que a pretensão do sector "Spinolista" do MFA em alterar o rumo do processo, se prendia exclusivamente com a problemática da radicalização crescente a que se estava a assistir em todos os planos da vida política e que punha em causa a sua própria posição dentro do movimento político-militar. Na sua pers-

---

(397) É nessa medida que o 28 de Setembro é considerado o "golpe de Praga" português. No que concerne aos acontecimentos que levaram à colisão aberta entre António de Spínola e a Comissão Coordenadora do MFA, existem numerosos relatos em todas as obras que tratam dos primeiros tempos da revolução portuguesa, algumas delas reportadas na nota 390 desta dissertação.

Especificamente sobre os factos então ocorridos veja-se, por exemplo, ANTÓNIO MARIA PEREIRA, *A Burla do 28 de Setembro*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1976; A. NEVES ANACLETO, *A Invenfona do 28 de Setembro, Quem a Fez?*, Lisboa, ed. do autor, s.d., e as entrevistas respectivamente a António de Spínola, conduzida por Marcelo Rebelo de Sousa, e a Otelo Saraiva de Carvalho, conduzida por Benjamim Formigo, ambas publicadas no *Expresso*, nº 105, de 4 de Janeiro de 1975, pp. 17-19. O que relevou da data em questão foi, conforme já dissemos, a viragem à esquerda do PREC. Veja-se a análise elaborada à data, nessa linha, por MARCELO REBELO DE SOUSA, "Um golpe falhado: luz verde para a esquerda?", *in Expresso*, nº 91, de 28 de Setembro de 1974, p. 2 e JOÃO MARTINS PEREIRA, *O Socialismo A Transição e o Caso Português*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1976, especialmente pp. 208 e ss..

(398) Sobre a eventual cobertura da manifestação gorada do 28 de Setembro por parte de alguns sectores do PPD, veja-se o sub-capítulo 1 do Capítulo X desta dissertação. Diga-se, para já, que tal suscitaria alguma polémica interna, não vindo no entanto o partido a demarcar-se suficientemente e atempadamente daquela iniciativa.

pectiva, não se trataria de diminuir de imediato a tutela militar, mas que, no exercício desta acção tutelar sobre as forças civis, se substituisse à outra facção interna que vinha a adquirir uma importância crescente, fazendo perigar o sentido moderado que pretenderiam imprimir ao processo. Foi neste contexto global hiperpolitizado e conflitual que teve lugar a estruturação primeira do sistema de partidos.

3. É, pois, um facto que o desenvolvimento do processo político português, nesta primeira sub-fase, como aliás na subsequente, foi consequência directa da dialéctica interna do MFA e da dialéctica estabelecida entre a sua direcção, as Forças Armadas na generalidade e as restantes forças políticas. As contradições internas do MFA levariam a sucessivas crises ao nível político-militar e as contradições advindas do segundo plano dialéctico reportado, a graves conflitos político-sociais(399), uns e outros com tendência ao agrava-

---

(399) Os acontecimentos acima referidos encontram-se exaustivamente reportados em JOSÉ GOMES MOTA, *A Resistência - O Verão Quente de 1975*, Lisboa, Edições Expresso, 1976, através de reportagens e outros documentos na imprensa diária da época, e, resumidamente, nos três volumes, já atrás citados, da crónica *A Revolução das Flores*, Lisboa, Editorial Aster, s.d. O semanário *Expresso* constitui, também, um fiel repositório dos acontecimentos então vividos no plano político-militar, para além de conter artigos de fundo e diversas análises da situação política. Num plano mais analítico, para além das obras já atrás referidas sobre a situação pós-25 de Abril, veja-se JOSÉ MEDEIROS FERREIRA, *Ensaio Histórico Sobre a Revolução do 25 de Abril, O Período Pré-Constitucional*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1983.

A crise final, que levaria ao 25 de Novembro, dar-se-ia no período correspondente aos meses de Verão de 1975, por isso chamado o "Verão quente". Vejam-se os acontecimentos assinalados no texto que segue e o resumo dos mesmos no Anexo VII desta dissertação. Sobre os cenários que no plano político-militar então se desenhavam, veja-se o artigo de MARCELO REBELO DE SOUSA "Factores de crise e cenários de separação?", publicado no *Expresso*, nº 134, de 26 de Julho de 1975, p. 2.

Sobre a expansão da influência do MFA até ao 25 de Novembro de 1975, sobretudo desenvolvida a partir de 28 de Setembro do ano anterior, veja-se LAURENCE S. GRAHAM, "The military in politics: the politicization of the portuguese Armed

mento na sub-fase seguinte.

Entre as primeiras contam-se as sucessivas clarificações da linha política do MFA, correspondentes ao 28 de Setembro de 1974, ao 11 de Março de 1975 e ao 25 de Novembro de 1975, com as inerentes depurações internas e, entre as últimas, as chamadas "conquistas da revolução", que representaram sucessivas e crescentes dilacerações no tecido económico-social, como as greves sucessivas e as "ocupações selvagens" a que se assistiria durante todo o ano de 1975.

No seio do MFA degladeavam-se desde logo três correntes principais: os chamados "Spinolistas" apoiados pelo Regimento dos Comandos e pelo Regimento de Cavalaria, que representava o seu sector mais moderado e que, como vimos, começara a perder terreno no 28 de Setembro; os "Gonçalvistas", os mais radicais, que se encontravam em maioria na Comissão Coordenadora do Movimento, assumindo de facto o poder com o 11 de Março; os "Melo-Antunistas", que preconizavam uma sociedade socialista terceiro-mundista e que viriam a ser os responsáveis pelo "Documento dos Nove" e, posteriormente, pelo derrube da facção "Gonçalvista" aquando do 25 de Novembro, embora no plano de acção os apoiantes da corrente "Spinolista" viessem, igualmente, a desempenhar um papel fundamental nesse processo.

Forces", *in* LAWRENCE S. GRAHAM e HARRY MAKLER (eds.), *Contemporary Portugal: The Revolution and Its Antecedents*, Austin, University of Texas Press, 1979, especialmente pp. 236 e ss..

Para a compreensão do papel político dos militares em Portugal, desde 5 de Outubro de 1910 até ao 25 de Abril de 1974, veja-se MARIA CARRILHO, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no séc. XX Para Uma Explicação Sociológica do Papel dos Militares*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985.

Dessa forma, o vanguardismo do processo político, então liderado pelo poder militar esquerdista e pelo PCP, determinaria que os programas dos partidos surgidos depois do 25 de Abril não estivessem totalmente em consonância com a sua própria vocação. Em consequência, no sistema de pluripartidarismo atomizado do período revolucionário inicial(400), dotado de forte pendor esquerdizante, as eventuais formações

---

(400) Ao todo constituiram-se, em 1974, 23 partidos; alargando-se o conceito a outros grupos para-partidários já que, à altura, a função política representativa não seria exclusiva dos partidos propriamente ditos, o seu número ascendia sensivelmente ao dobro. Muitas destas formações partidárias não chegariam à fase de legalização e outras nem sequer exerceriam qualquer actividade. Tomando como referência as listagens apresentadas respectivamente num documento produzido no âmbito da SEDES, *Portugal Novo, Movimentos Políticos, Documentos de Trabalho*, SEDES, Agosto de 1974, um outro, *Partidos e Movimentos Políticos em Portugal*, SOAPLI (coord. e ed.), Janeiro de 1975, e ainda os reportados em *A Revolução das Flores, Do 25 de Abril Ao Governo Provisório* e *O Governo Palma Carlos*, I vol. e II vol., Lisboa, Editorial Aster, s.d., existiam os seguintes agrupamentos partidários: Aliança Operária Camponesa, Associação dos Liberais Federalistas Angolanos, Centro Político de Cultura Operária, Centros Populares 25 de Abril, Comissões de Base Socialistas, Comité de Apoio à Reconstrução do Partido Marxista Leninista, Comités Comunistas Revolucionários Marxistas Leninistas, Comité de Ligação dos Militantes Revolucionários Portugueses, Comité Marxista Leninista de Portugal - Partido Comunista de Portugal, em reconstrução, Fraternalismo Português, Frente Comunista Revolucionária, Frente de Libertação dos Açores, Frente de Libertação Operária e Camponesa, Frente Popular Livre, Frente Socialista Popular, LIF Socialista, Liga Comunista Internacionalista, Liga para a Construção do Partido Revolucionário, Liga Unida de Acção Revolucionária, Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral, Movimento da Esquerda Socialista, Movimento de Libertação Português, Movimento Moçambicano, Movimento para a Autogestão Revolucionária do Proletariado, Movimento Popular Português, Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado, Organização Comunista Marxista Leninista Portuguesa, Partido do Centro Democrático Social, Partido Comunista de Portugal Marxista Leninista, Partido Comunista Potuguês, Partido Cristão-Democrático de Angola, Partido Cristão Social-Democrático, Partido Cristão Social Democrata, Partido da Democracia Cristã, Partido Democracia Livre, Partido Liberal, Partido Nacionalista Português, Partido do Progresso - Movimento Federalista Português, Partido Popular Democrático, Partido Popular Monárquico, Partido Social Democrático Independente, Partido Social Democrata Português, Partido Socialista, Partido Trabalhista Democrático Português, Partido Trabalhista Português, Partido Trabalhista de Salvação Angolana, Partido Revolucionário do Proletariado - Brigadas Revolucionárias, Progresso Unido de Moçambique, União Democrática, União Democrática Angolana, União Operária Revolucionária, Unidade e Luta e Vanguarda Vermelha, Unidade Revolucionária Marxista Leninista.

que poderiam vir a surgir à direita mal chegaram a aparecer no horizonte partidário e houve mesmo, durante bastante tempo, uma forte inflexão à esquerda, aliás só muito mais tarde esbatida, de todos os partidos.

Não só os partidos se formaram sem o correspondente enquadramento legal(401), como a estrutura bipolarizada do

---

Entre 1974 e 1975 alguns dos movimentos transformar-se-iam em partidos (o mais relevante seria a passagem a partido do MDP/CDE, em 2 de Novembro de 1974, depois do abandonar daquele movimento abrangente por parte do PS, do então PPD e do MES, devido à crescente hegemonia do PCP no seu seio), uns nem sequer se chegaram a legalizar, outros, como foi o caso da LCI, foram ilegalizados antes da campanha para a Constituinte, outros ainda, aglutinaram-se à volta de formações mais significativas, como a AOC, a FEC e o MRPP, outros cindiram-se (foi o caso do Partido Cristão Social Democrático que originou o Partido da Democracia Cristã ao qual, mais tarde, seriam suspensas as respectivas actividades). Quanto ao CDS, embora a nível do MFA se tenha ainda pensado em ilegalizá-lo na madrugada de 12 de Março de 1975, a tal não se procedeu temendo que semelhante medida viesse a beneficiar o crescimento do PPD. Cf. *Informação e Análise,* nº 10, de 10 de Abril de 1975, p. 16. Para além disso, alguns dos partidos referenciados tinham um âmbito estritamente local (caso da FLA e dos movimentos e partidos de Angola e Moçambique).

(401) Cf. MARCELO REBELO DE SOUSA, *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português,* Braga, Livraria Cruz, 1983, pp. 233 e 237.

Os diplomas legais relativos às formações partidárias só sairiam a 7 de Novembro de 1974, respectivamente nos Decretos-Lei nº 594/74 e nº 595/74.

Os partidos políticos viriam a ocupar um lugar proeminente na Constituição, estando na mesma estabelecido que a sua formação é um direito básico e a sua existência uma garantia institucional da organização política, (exarado respectivamente nos artº 47º e 2º e 117º da Constituição da República Portuguesa). Cf. J. GOMES CANOTILHO e VITAL MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa, Anotada,* Coimbra, Coimbra Editora, 1980; na revisão constitucional realizada em 1982 o artigo 47º corresponde ao 51º. Cf. ISALTINO MORAIS, JOSÉ M. FERREIRA DE ALMEIDA e RICARDO L. LEITE PINTO, *Constituição da República Portuguesa Anotada e Comentada,* Lisboa, Rei dos Livros, 1983.

Apesar de não esgotarem todas as fórmulas possíveis de organização e expressão da vontade dos cidadãos, os partidos têm, na prática política portuguesa após os primeiros momentos revolucionários, monopolizado essa vontade. Quanto aos direitos e características atribuídos constitucionalmente aos partidos estão, entre outros, expressos nos arts. 40º, 117º, 154º, 183º, 190º e 246º da Constituição de 1976. Para a completa apreensão do lugar dos partidos na actual Constituição Portuguesa, veja-se a exaustiva e profunda análise efectuada por MARCELO REBELO DE SOUSA, *op. cit.*, especialmente pp. 387-549.

sistema e o forte esquerdismo(402) levariam a que a génese dos partidos portugueses, na generalidade, e muito particularmente no que concerne ao CDS(403), fosse especialmente afectada.

No momento da sua constituição e nos primeiros tempos de vida, o então PPD deparou com um espectro partidário a estruturar-se numa dinâmica de esquerda, liderada pelo PCP(404),

---

(402) Claramente observável através da denominação da maioria das formações partidárias surgidas logo a seguir ao 25 de Abril de 1974 (veja-se, aqui, a nota 400). Grande parte dessas formações corresponderiam mais a associações ou movimentos com objectivos políticos do que a partidos propriamente ditos; foi o caso, à esquerda, de todas as formações maoístas, principalmente o PRB-BR, o qual viria mesmo a opôr-se às eleições e, à direita, do MIRN e dos movimentos separatistas, tal como a FLA, ilegalizado por não serem aceites partidos regionalistas, ou a Frente Centrista da Madeira, movimento efémero que se dissolveria em Maio de 1974. Os partidos detêm no Direito Constitucional vigente um estatuto específico, distinto das restantes associações ou movimentos; sobre a distinção entre uns e outros, veja-se MARCELO REBELO DE SOUSA, *Direito Constitucional*, Braga, 1979. Veja-se também, sobre o esquerdismo do sistema, JOAQUIN AGUIAR "Dinamica del sistema de partidos: condiciones de estabilidad", *in Revista de Estudios Políticos*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, nºs 60-61, Abril-Septiembre 1988, especialmente pp. 210 e 211.

(403) Tivémos já ocasião de defender que nem o CDS teve uma génese normal de um partido democrata-cristão nem foi genuíno nesse partido a procura de um tipo de programa centrista como o que apresentou aquando da sua constituição, devendo-se o facto aos circunstancialismos específicos vividos no pós-25 de Abril e às enormes dificuldades que teve para se constituir e exprimir os seus posicionamentos políticos. O percurso posterior diferentemente percorrido pelos partidos, particularmente no caso do CDS, só veio corroborar o artificialismo dos primeiros momentos. No tocante ao CDS, veja-se MARIA JOSÉ STOCK, "Conversa em família", Documento da "Revista" do *Expresso*, nº 614, de 4 de Agosto de 1984, pp. 34-41 e MARIA JOSÉ STOCK, *Os Partidos do Poder Dez Anos Depois do "25 de Abril"*, Universidade de Évora, 1986, pp. 157-210.

(404) O PCP, fundado em 1921, seria o único partido político fortemente organizado no 25 de Abril de 1974, mantendo um projecto e quadros dirigentes e intermédios de raiz estalinista e desenvolvendo um papel e uma actuação fundamentais nos primórdios da nova Democracia portuguesa. Sobre a história do PCP e sobre as características da sua acção veja-se, por exemplo, KENNETH MAXWELL, "Portuguese communism", *in* GEORGE SCHWAB (ed.), *Eurocommunism: The Ideological and Political Theoretical Foundations*, Westport, Greenwood Press, 1981, pp. 269-302; EUSÉBIO MUJAL-LEÓN, "The PCP and the portuguese revolution", *in Problems of Communism*, nº 26, 1977, pp. 21-41, MANUEL VILLAVERDE CABRAL, "The portuguese Communist Party: the weight of fifthy years of history", *in* HOWARD MACHIN (ed.), *National Communism in Western Europe: a Third Way to Socialism*, London, Methuen, 1983, pp. 180-199 e JOSÉ PACHECO PEREIRA, "El Partido Comunista Portugues y la izquierda revolucionaria", *in Revista de Es-*

com um centro-esquerda onde o PS delineava já o seu próprio espaço político numa óptica de progressivo alargamento e dotado de um potencial energético considerável(405), mas de certa forma refreado pela acção do MFA(406) bem como de outros actores políticos(407).

---

tudios Políticos, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, nºs 60-61, Abril-Septiembre, 1988, pp. 69-100.

(405) Sobre a origem e constituição do PS e as características da sua estrutura organizacional, veja-se MARIA JOSÉ STOCK e BERND ROTHER, "Il decimo anniversario del PS portoguese: 1973-1983", *in Città e Regione*, Firenze, nº 3, Giugno 1983, pp. 159-176, MARIA JOSÉ STOCK, *Os Partidos do Poder Dez Anos Depois do "25 de Abril"*, Universidade de Évora, 1986, especialmente pp. 7-36 e ANTÓNIO REIS, "El Partido Socialista en la revolucion en el poder y en la oposicion: de la dialectica con el projecto nacional-militar a la dialectica con el Eanismo", *in Revista de Estudios Políticos*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, nºs 60-61, Abril-Septiembre, 1988, pp. 101-138.

(406) O MFA constituiria mesmo, conforme afirmou WIARDA "(...) the principal nonparty 'party'"; Cf. HOWARD WIARDA, "Spain and Portugal", *in* PETER MERKL (ed.), *Western European Party Systems*, New York, The Free Press, 1980, p. 321.

Sobre a hipotética constituição, então esboçada, de um MFA-Civil, partido do tipo *rassemblement*, secundando um eventual regime presidencialista, veja-se no *Expresso*, nº 119, de 12 de Abril de 1975, p. 1, a entrevista de Rosa Coutinho com declarações nesse sentido e os artigos "O dilema do MFA: um novo Partido socialista" e "Um MFA à civil", em *Informação e Análise*, respectivamente no nº 10, de 10 de Abril de 1975, pp. 6-10 e no nº 11, de 17 de Abril de 1975, pp. 9-10. Veja-se, também, *O Boletim Informativo das Forças Armadas*, emanado da 5ª Divisão Coordenadora do Programa do MFA, até ao 25 de Novembro, data à qual deixaria de ser publicado.

(407) Para além do MFA que não pretendia ver subestimada a relevância do seu papel, até ter sido claramente definido o estatuto jurídico dos partidos, outras associações políticas detinham, igualmente, um papel similar no que respeita à função política representativa. A lei dos partidos é que viria possibilitar o progressivo esbatimento desta paridade de papéis, privilegiando aqueles. Veja-se a este respeito, como no que se refere às consequências da legislação em causa e à legalização dos partidos a nível do sistema partidário (principalmente na redução numérica dos seus componentes), MARCELO REBELO DE SOUSA, *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1983, pp. 250-252.

No entanto, relativamente à diminuição da ingerência dos militares esta só se viria a processar muito mais tarde e depois de intensos conflitos entre o poder militar e o civil. A hegemonia daqueles na condução do processo político seria mesmo reforçada quando do 1º Pacto com o MFA, na sequência do 11 de Março, tendo sido este imposto aos partidos escassos dias antes das eleições para a Constituinte (precisamente a 11 de Abril de 1975), determinando a essência da Lei Fundamental. A Assembleia Constituinte encontrou-se, no fundo, perante uma es-

Foi pois indiscutível a primazia do papel desempenhado pelas Forças Armadas em todas as instâncias do poder, embora os partidos emergissem também, de início, com alguma capacidade de intervenção(408), revelando-se, a prazo, fundamentais na definição do regime. Foi este, pois, o quadro global

---

colha já feita no que respeita ao modelo de sociedade, à forma institucional do Estado, à sua organização política e económica. Razão tem VEIGA DOMINGOS ao afirmar: "É que a letra e o espírito da Constituição já existiam antes que o órgão vocacionado para a sua elaboração tivesse sido eleito!". Cf. EMÍDIO VEIGA DOMINGOS, *Portugal Político, Análise das Instituições*, Lisboa, Edições Rolim, 1980, p. 94; veja-se, igualmente, JOÃO MARTINS PEREIRA, *Portugal 75; Dependência Externa e Vias de Desenvolvimento*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1975; no plano das relações entre o poder militar e o civil, no da estrutura esquemática do quadro institucional e político e no das relações entre o poder militar e o civil à altura existentes, veja-se EMÍDIO DA VEIGA DOMINGOS, *op. cit.*, p. 150.

Em contrapartida, já no período em que se reuniu a Assembleia Constituinte, mas só depois do 25 de Novembro de 1975, seria assinada a segunda Plataforma entre o MFA e os partidos, a qual exerceria, indubitavelmente, uma certa influência nos resultados dos respectivos trabalhos, embora voltando a conceder uma certa primazia aos partidos depois de, com o 25 de Novembro, se ter iniciado o processo de minimização da instituição militar, pelos menos na sua vertente mais radical e no que concerne à liderança do sistema. Embora no 2º Pacto MFA/Partidos se procedesse à institucionalização do Conselho da Revolução, os militares passaram então, na nossa perspectiva, da total liderança do sistema apenas à sua tutela. Veja-se o sub-capítulo seguinte desta dissertação e a comparação estabelecida entre os dois Pactos MFA/Partidos no *Expresso*, nº 174, de 28 de Fevereiro de 1976, pp. 1 e 16.

Veja-se o conteúdo de ambos os Pactos em JORGE MIRANDA, *Fontes e Trabalhos Preparatórios da Constituição*, Colecção Estudos Portugueses, Edições Oficinas Gráficas da Papelaria Fernandes, 1978, I vol., pp. 195 a 212.

Sobre a natureza jurídica das duas Plataformas de Acordo Constitucional, respectivamente assinadas a 11 de Abril de 1975 e a 26 de Fevereiro de 1976, veja-se JORGE MIRANDA, *Manual de Direito Constitucional*, vol. I, Coimbra, Coimbra Editora, 1981, pp. 410-415; para este autor aqueles documentos, pese embora os condicionamentos de livre decisão da Assembleia Constituinte por eles exercido, não detiveram nem autonomia, nem força jurídica, dado as suas cláusulas não terem sido transformadas em preceitos de lei constitucional, não tendo sequer chegado a ser publicadas no *Diário de Governo* ou no *Diário da Assembleia Constituinte*.

(408) Nomeadamente o PCP, o MDP, o PS e o PPD, visto que os restantes partidos seriam arredados então da esfera do poder. Basta observar a discriminação que houve quanto à participação dos diferentes partidos nos primeiros Governos Provisórios; o caso específico da participação nesses Governos por parte do PPD é tratado no sub-capítulo I do X Capítulo desta dissertação. Veja-se o impacte que tal actuação exerceu, directa e indirectamente, na configuração do sistema de partidos, em MARCELO REBELO DE SOUSA, *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1983, pp. 245-247.

das oportunidades reais que, de início, se apresentou ao PPD. Oportunidades essas que os partidos na sua generalidade viriam a redimensionar progressivamente, embora num percurso bastante árduo(409) e depois de uma fase em que a sua importância seria alvo de minimização, vindo, mais tarde, a sobrepor o seu papel aos dos restantes actores políticos.

Quanto à fórmula governamental ainda estavam por definir os vectores de fundo do que viria a ser o sistema de governo português. Formados os primeiros Governos Provisórios, nos quais o papel do PPD nunca foi preponderante, nem em termos quantitativos nem qualitativos, salvo no primeiro Executivo em que a acção dos seus Ministros se revelaria fundamental na crise despoletada no seu seio, manter-se-ia durante toda esta sub-fase uma certa imprecisão quanto ao sistema de governo, cuja definição final estaria dependente da aprovação da Constituição.

É, contudo, indiscutível que seria através da partici-

---

(409) O primeiro impulso nessa arrancada seria a lei dos partidos e, como atrás foi dito, a exclusiva participação destes, enquanto actores políticos, no círculo governamental.

Neste percurso haveria, contudo, certos recuos; os primeiros, nomeadamente implementados pela facção mais radical do MFA, iniciado com o 28 de Setembro e principalmente exacerbado quando do 11 de Março de 1975, e consequentemente o 1º Pacto MFA/Partidos celebrado a 11 de Abril seguinte, são especialmente sublinhados por MARCELO REBELO DE SOUSA, *in op. cit.*, pp. 253 e ss..

Após o 25 de Novembro a situação tornou a pender para o lado dos partidos, sendo disso sintomático o teor do 2º Pacto MFA/Partidos e a própria celebração do mesmo e impugnação do anterior Pacto; mais tarde, os partidos viriam de novo a ser minimizados no processo político português não já pela acção das forças vanguardistas militares, mas, no fundo, pelo mesmo tipo de "iluminismo" político, aquando de toda a estratégia presidencialista de António Ramalho Eanes, especialmente na fase dos Governos Presidenciais. Cf. subsequentes sub-capítulos deste Capítulo da dissertação, especialmente o sub-capítulo 2.

pação governativa, logo conseguida pelo recém-formado PPD, que este partido adquiriria uma certa legitimação perante os restantes actores políticos e em face da opinião pública em geral. Daí que, no quadro das oportunidades que lhe foi oferecido, tivesse tido um peso considerável a possibilidade de interferir no exercício do poder.

4. Sintetizando, diremos que este período apresentou os seguintes traços fundamentais, decorrentes do já aduzido:

a) *Excessiva fragmentação do sistema partidário(410), traduzida pelo aparecimento de um grande número de partidos sem o correspondente enquadramento legal;*

b) *Presença de formações políticas anti-sistema nos dois pólos da dimensão espacial;*

c) *Proliferação de pequenos partidos à esquerda do PCP, sem o correspondente contra-peso, em termos de importância numérica, no outro extremo;*

d) *Estruturação feita sobretudo em termos ideológicos, com esquerdismo latente, evidenciado fundamentalmente através da acção do MFA e do discurso programático dos partidos, para além da existência de um grande número de partidos de esquerda, já referidos;*

---

(410) Traço que, no entanto, não implicaria o seu imobilismo. Como sublinharia SARTORI, um elevado grau de fragmentação pode dificultar o funcionamento do sistema político-partidário, mas não é um factor determinante para o seu imobilismo. Cf. GIOVANNI SARTORI, "Il pluralismo polarizzato: critique e replique", *in Rivista Italiana di Scienza Politica*, vol. XII, nº 1, 1982, p. 289. No caso português tal confirmou-se plenamente, conquanto haja a ter em conta o facto de num prazo relativamente curto o sistema se ter simplificado bastante.

e) *Partidos novos, deficientemente estruturados, salvo no que se refere ao PCP, dotado já de uma sólida implantação;*

f) *Existência de um PS, com um espaço já relativamente delineado, embora, incipientemente organizado e disposto a liderar as opções de esquerda moderada, espaço esse que o PPD também pretenderia abarcar;*

g) *Grande potencial de conflito, decorrente da própria atomização partidária e da intensa politização da vida nacional, detendo cada partido, em princípio, uma considerável margem de manobra para entrar em acção;*

h) *Essa margem de manobra seria, a partir de certo momento, condicionada pelo esquerdismo que o sistema assumia e pela importância progressiva do papel desempenhado pelo MFA;*

i) *Tal margem de manobra seria igualmente refreada pela desigual participação no exercício do poder por parte dos partidos já formados, acarretando posições de destaque para o PCP, MDP/CDE, PS e PPD e relegando os restantes partidos para um plano secundário no sistema;*

j) *Só depois de constituído o sistema de partidos sairia a legislação que lhe não esteve na base, com as inerentes consequências que daí resultaram para a respectiva configuração.*

1.2 - A difícil gestação do sistema partidário.

1. Após o 28 de Setembro de 1974, a situação político-militar sofreria um agravamento progressivo em termos da radicalização já reportada, culminando o processo com os acontecimentos ocorridos em 11 de Março de 1975.

As divergências surgidas nos distintos centros de decisão do MFA, esboçadas logo na fase preparatória do próprio movimento, viriam progressivamente a avolumar-se, sofrendo este a primeira ruptura com os acontecimentos de 28 de Setembro de 1974, a subsequente renúncia de António de Spínola e o comando da situação totalmente assumido pelo sector militar mais radical, propugnante da chamada legalidade revolucionária, da participação respectiva na Assembleia Constituinte, da aposta numa via socializante e num processo de "democratização em clima revolucionário"(411).

Entre o 28 de Setembro de 1974 e o 11 de Março de 1975 a polémica mais acentuada far-se-ia à volta do debate da lei sindical, que suscitaria acesa controvérsia. Dentro do clima gerado a partir de finais de 1974 e funcionando o MFA como o verdadeiro motor do processo político, potenciando-o no senti-

---

(411) Tal objectivo seria perfeitamente visível não só no *Boletim Informativo das Forças Armadas*, emanado pela 5ª Divisão, como através das declarações feitas à imprensa pelos seus principais representantes. Cf. "Conferência de imprensa do MFA" (realizada a 31 de Dezembro de 1974, após a reunião da sua Assembleia de Delegados no Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional), *Expresso*, nº 105, de 4 de Janeiro de 1975, p. 20. Vejam-se, ainda, sobre a institucionalização do MFA os artigos "Institucionalização do MFA: o quê e o porquê" e "Institucionalização do MFA: como?" *in Informação e Análise*, respectivamente no nº 3, de 20 de Fevereiro de 1975, pp. 25-27 e no nº 4, de 27 de Fevereiro de 1975, pp. 29-32.

desejado pelas forças de esquerda mais radicalizadas, viria a ser consagrada a Unicidade Sindical(412). Tal levaria ao agravamento da clivagem já existente entre, por um lado o MFA e, por outro, os partidos políticos, salvo no que concerne, pelos motivos evidentes, ao PCP, ao MDP/CDE e aos pequenos partidos de extrema-esquerda.

Na mesma linha, o Conselho Superior do MFA discutiria uma Plataforma de acordo a propor à cimeira dos partidos, no sentido de os obrigar a certas regras quanto às eleições e ao respectivo comportamento político e propugnando, simultanea-

---

(412) Depois de sucessivamente adiado o seu debate nas reuniões do Conselho de Ministros, a lei que consagrava a unicidade (possibilidade de uma só central sindical - a CGTP-Inter-Sindical) seria promulgada em 30 de Abril de 1975. Cf. Decreto-Lei 215-A/75 de 30 de Abril.

Durante a vigência do IV Governo Provisório, presidido por Vasco Gonçalves vingaria, assim, a tese defendida pelo PCP neste capítulo, secundado pelo MDP e pelo MES. A Inter-Sindical nasceria em 1970 das reuniões de dirigentes sindicais de diversas proveniências (JOC, LOC, PS, PCP); após o 25 de Abril só restaria aí a tendência comunista. Sobre a formulação e desenvolvimento das concepções sindicais dos comunistas portugueses veja-se *O PCP e a Luta Sindical (1935-1973), Documentos para a História do Partido Comunista Português*, série especial, Lisboa, Edições Avante, 1975, o "Comunicado da Inter-Sindical" *in República*, de 30 de Novembro de 1974, e as "Linhas mestras do movimento sindical, Inter-Sindical", apresentadas na sequência da reunião havida a 8 do mesmo mês, no *Diário Popular*, de 11 de Maio de 1974.

Sobre os debates suscitados por esta questão, veja-se o semanário *Expresso*, especialmente o nº 107, de 18 de Janeiro de 1975, p. 1, no qual se reportam as eventuais conclusões do Conselho de Ministros sobre esta matéria, tendentes já à consagração da unicidade, segundo as declarações do Ministro Costa Martins, então prestadas. No que concerne às duas teses em presença: unicidade ou pluralismo e à polémica especialmente exacerbada durante o mês de Janeiro de 1975, veja-se o artigo "A lei sindical e as regras do jogo", *in Informação e Análise*, nº 2, de 23 de Janeiro de 1975, pp. 26-29.

Veja-se a posição assumida pelo PS, neste capítulo, através da pena de FRANCISCO SALGADO ZENHA, no *Diário de Notícias*, de 7 de Janeiro de 1975, sob o título "Unicidade sindical ou medo à liberdade?". De notar, no entanto, que apesar do impacte na opinião pública se ter processado fundamentalmente a partir deste último texto, o PPD vinha já a defender publicamente essas posições desde há muito tempo, conforme se pode verificar no sub-capítulo 1.2 do Capítulo X desta dissertação, através das datas dos primeiros Comunicados difundidos nesse sentido, embora em determinados momentos também tenham sido emitidas por este partido opiniões contraditórias sobre a matéria.

mente, a institucionalização respectiva, enquanto na esfera governamental se tornava já irreversível o conflito entre o PS e o PCP(413) e o PPD se manifestava contra a alegada vigilância democrática do MFA(414).

O chamado Conselho dos Vinte ou Conselho Superior do MFA, espécie de órgão-coordenador do MFA nos órgãos de soberania e constituído pelos militares membros do Governo, membros do Conselho de Estado e membros da Junta de Salvação Nacional, discutiria a Plataforma em causa a 1 de Fevereiro de 1975. Dias antes, dar-se-ia a explosão da coligação governamental(415), expressa num comício do PS realizado em Lisboa, conjuntamente com a crise interna dos socialistas provocada com a chamada "cisão Serra" e com o discurso de Francisco Sá Carneiro proferido nessa altura num comício realizado em Aveiro. Neste, o então Secretário-Geral do PPD alertaria para

---

(413) A questão sindical estalaria ainda com o III Governo Provisório em vigor (que teria tomado posse a 30 de Setembro de 1974), no qual só participaria um membro do PPD. Cf. Lista 21 do Anexo IV desta dissertação. O III Governo entraria em colapso nessa altura, vindo a ser substituído por novo Executivo logo após o 11 de Março de 1975, que representaria o seu fim.

(414) Cf. "Comunicado do Conselho da Revolução", de 11 de Abril de 1975, distribuido à imprensa da época, no qual se procede à análise da política económica do Governo e se definem orientações sobre a linha a seguir, entre as quais se aponta para as nacionalizações e a reforma agrária, tendo como pano de fundo a construção da economia socialista.

O projecto "Gonçalvista" tinha, então, oportunidade de se sedimentar, sedimentação essa sobretudo concretizada através da celebração da primeira Plataforma Constitucional. Veja-se a definição de "Gonçalvismo" como "uma mescla revolucionária comunizante de elementos variamente marxistas, anarco-populistas e terceiro-mundistas - civis e militares - em que alertaram a coesão e implantação políticas do PCP sob a égide carismática e ideologicamente promíscua de Vasco Gonçalves", em MANUEL DE LUCENA, *O Estado da Revolução, A Constituição de 1976*, Edições Jornal Expresso, Lisboa, 1978, p. 85.

(415) O IV Governo Provisório só viria a tomar posse a 26 de Março de 1975.

o perigo de se cair numa solução do tipo Junta militar governativa e no golpe que semelhante saída viria a inflingir à Democracia portuguesa. O facto é que os partidos se viam na inevitabilidade de ter que reagir contra a marginalização respectiva.

Semelhante processo teria forçosamente que ter um epílogo controverso. Tal sucederia com o 11 de Março de 1975 e com a formação do IV Governo Provisório, que imprimiriam traços profundos e decisivos na vida política portuguesa(416). O MFA consagrar-se-ia a partir desse momento e pela mão da sua vertente mais radical como o único líder do processo.

Dentro do MFA, a hegemonia pertenceria então à sua facção mais radical, considerando o total afastamento dos

---

(416) Entre os quais a nacionalização da Banca e dos Seguros, medidas também tomadas pelo Conselho Superior da Revolução. A tentativa de golpe efetuada a 11 de Março pelos militares "Spinolistas" abortaria, fugindo António de Spínola para Espanha e provocando, assim, efeitos totalmente contrários aos pretendidos. Sobre os efeitos imediatos do 11 de Março acima reportados, veja-se JOÃO MARTINS PEREIRA, *O Socialismo a Transição e o Caso Português*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1976, pp. 227 e ss..

O 11 de Março seria mais uma consequência do processo anterior, do que uma causa da alteração na correlação de forças então processada. Na mesma perspectiva veja-se JOÃO MARTINS PEREIRA, *op. cit.*, p. 227.

O 1º Pacto MFA/Partidos, assinado a 11 de Abril de 1975, ressentir-se-ia consideravelmente do aumento da radicalização político-militar sobrevinda ao 28 de Setembro e agravada a 11 de Março, momento a partir do qual o sector "Gonçalvista" começou de facto a dominar o MFA e todo o curso dos acontecimentos políticos.

O posicionamento do PPD perante o 11 de Março e o 1º Pacto MFA/Partidos será objecto de posterior análise noutro Capítulo desta dissertação. Para já, veja-se, sobre o assunto o *Expresso*, nº 118, de 5 de Abril de 1975 e o nº 119, de 12 de Abril de 1975, p. 1, onde estão reportadas as respostas dos partidos à Plataforma em causa proposta pelo MFA, para além do documento em questão publicado em JORGE MIRANDA, *Fontes e Trabalhos Preparatórios da Constituição*, Colecção Estudos Portugueses, Edições Oficinas Gráficas da Papelaria Fernandes, 1978, I vol., pp. 195-203.

No que concerne aos acontecimentos do 11 de Março de1975, veja-se, especialmente, o artigo "O 11 de Março passo a passo", *in Expresso*, nº 115, de 15 de Março de 1975, p. 3 e, sobre as suas consequências, no mesmo número, o artigo de MARCELO REBELO DE SOUSA, "Requiem pelo bonapartismo spinolista", p. 2.

"Spinolistas" na sequência do 11 de Março, aumentando substancialmente a autoridade militar-revolucionária e falando-se até na constituição de um MFA civil, tipo partido de enquadramento, que viesse secundar um regime de cariz marcadamente presidencial, tudo isto na esteira do projecto "Gonçalvista".

O 1º Pacto MFA/Partidos estabeleceria uma série de condicionalismos ao normal fluir de uma Democracia partidária/parlamentarista, entre os quais se contaria: a imposição de uma Comissão do MFA para acompanhamento dos trabalhos da Assembleia Constituinte; a institucionalização do próprio MFA e a integração do Conselho da Revolução e da Assembleia do MFA como órgãos de soberania, para além do Presidente da República, Assembleia da República, Governo e Tribunais e a formação de um Colégio Eleitoral para a eleição do Chefe do Estado, constituído pela Assembleia da República e pela Assembleia do MFA. A par destas imposições, aquele Pacto definia, também, os poderes do Conselho da Revolução, ao qual não só caberia a orientação da política nacional, como detinha, inclusivé, a capacidade de sancionar todas as decisões do Parlamento e do próprio Governo.

Esta situação viria a reduzir significativamente o quadro das oportunidades para os restantes actores políticos - os partidos - que apareciam como meros sub-produtos no sistema, e, dentro destes, especialmente para aqueles que vinham já a demonstrar uma certa retracção do seu apoio à facção mais radical e agora liderante do MFA. Para partidos como o PS, o PPD e o CDS, principalmente a partir de finais de

1974, tornar-se-ia particularmente difícil, depois do 28 de Setembro desse ano e dos momentos críticos do debate sindical, alargar o seu campo de manobra, agora ainda mais restringido atendendo aos acontecimentos processados no fim do primeiro trimestre de 1975.

Sob este prisma, a estratégia liderante do PS viria a ser fundamental para a sua posterior afirmação, para a sedimentação do próprio sistema de partidos e, consequentemente, para a democratização de todo o processo. Daí, a aposta na importância das eleições para a Constituinte, considerando o seu carácter de sedimentação da Democracia civil e do papel dos partidos, na medida em que, por essa via, estes veriam significativamente alargado o respectivo leque das oportunidades políticas.

2. Foi no quadro acima descrito, marcado pelo conflito de papéis entre os diversos actores envolvidos no processo, que se concretizaria o sistema partidário português nas suas linhas fundamentais(417).

Depois da explosão inicial do sistema de partidos atrás reportada, reduzir-se-ia o número de intervenientes pelas razões já aduzidas, sendo que, por altura do Recenseamento Eleitoral levado a cabo de 9 a 29 de Setembro de 1974, se verificavam já alguns reajustamentos no panorama partidário, com o desaparecimento ou aglutinação de alguns partidos e a

---

(417) Para a apreensão dos conflitos decorrentes das distintas concepções sobre a estrutura e o papel do sistema de partidos em 1974 e 1975, veja-se MARCELO REBELO DE SOUSA, *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1983, especialmente pp. 253 e ss..

consolidação de outros, entre os quais o PPD. Este atravessava na altura certos problemas internos, não só devido aos acontecimentos do âmbito político mais vasto que lhe reduziam o campo de manobra e lhe limitavam a expansão respectiva, como os decorrentes da conflitualidade intra-partidária, já em gestação, agravada com o afastamento, por doença, de Francisco Sá Carneiro.

Quando da campanha eleitoral para a Assembleia Constituinte, o espectro partidário simplificar-se-ia sensivelmente(418) e considerando o desenvolvimento posterior dos diversos eventos da vida política nacional, as clivagens partidárias delineariam uma certa descontinuidade no espaço político, então principalmente visível entre o PS e o PCP(419).

---

(418) A Campanha Eleitoral decorreria de 4 de Março a 10 de Abril de 1975; às eleições para a Constituinte só concorreram de facto doze partidos: o Centro Democrático Social (CDS), a Frente Eleitoral Comunista Marxista-Leninista (FEC-m-l), a Frente Socialista Popular (FSP), esta recém constituída, a Liga Comunista Internacional (LCI) depois ilegalizada, o Movimento Democrático Português/Centro Democrático Eleitoral (MDP/CDE) que passara a partido no anterior mês de Novembro, o Partido Comunista Português (PCP), o Partido Popular Democrático (PPD), o Partido Popular Monárquico (PPM), o Partido Socialista (PS), o Partido da Unidade Popular (PUP) e a União Democrática Popular (UDP). Quanto à AOC, MRPP e PDC ser-lhes-ia vedada a participação nestas eleições por deliberação da Assembleia do MFA, que pensara mesmo incluir também nesta medida o CDS, chegando-se a afirmar na 5ª Divisão do Estado Maior General das Forças Armadas (vanguarda mais esquerdista do MFA) que no caso de o CDS ganhar as eleições haveria uma outra revolução. Cf. *Primeiras Eleições Livres*, Decibel, 1975; EMÍDIO DA VEIGA DOMINGOS, *Portugal Político, Análise das Instituições*, Lisboa, Edições Rolim, 1980, p. 81 e *A Democracia Cristã em Portugal, Três Congressos do CDS*, Lisboa, 1978, p. 47.

No que concerne à actuação do PPD durante a campanha e ao clima com que na altura se defrontou veja-se, para já, *Informação e Análise*, nº 6, de 13 de Março de 1975, pp. 7-8 e 13-14.

(419) Vejam-se os resultados obtidos pelos partidos que ocuparam lugares na Assembleia Constituinte: respectivamente o PS, o PPD, o PCP, o CDS, o MDP/CDE e a UDP, no Quadro 2 e no Mapa 7 do Anexo VI deste trabalho. Quanto aos restantes, variaram entre a FSP, com 1,17% e a LCI, com 0,19% dos votos.

A estratégia conduzida pela mão do primeiro no sentido da bipolarização do sistema, como consequência da actuação do PCP e da linha mais radical do MFA já reportada, viria a ter um considerável sucesso nas eleições de 25 de Abril de 1975, conseguindo os socialistas aglutinar o voto da esquerda moderada, do centro-esquerda, do centro e mesmo de alguma direita, que via nesse partido a única força capaz de fazer face à escalada comunista e vanguardista do PCP e do MFA. Restringia-se, desta forma, o espaço possível de manobra por parte do PPD dentro do quadro partidário propriamente dito, embora os resultados atingidos nas eleições se pudessem considerar bastante satisfatórios para um partido sem história pré-25 de Abril e cujo espaço de manobra fora extremamente condicionado por três vezes sucessivas - "golpe Palma Carlos", 28 de Setembro de 1974 e 11 de Março de 1975 - já sem falar na ausência do seu Secretário-Geral durante toda a campanha eleitoral.

Apesar de, nas eleições para a Constituinte, por um lado, se ter desde logo delineado a tendência global para uma configuração do sistema em torno de quatro partidos principais e, por outro, de os mesmos divergirem entre si no que respeita ao rumo a seguir pelo processo político, o facto é que a grande linha de clivagem que então se faria sentir passava, não entre aqueles quatro partidos, mas entre o PS e as forças políticas à sua esquerda. Ou seja, o sistema partidário estava fundamentalmente demarcado por duas atitudes de base determinadas por opções radicalmente opostas no que concerne

à essência da Democracia, à questão da institucionalização do MFA, ao regime sindical e ao ritmo a imprimir ao processo de desenvolvimento político.

Nesse aspecto, as primeiras eleições livres representaram uma primeira decantação do sistema, relegando para segundo plano o papel do vanguardismo civil e militar(420), que ficaria com um espaço de manobra consideravelmente mais reduzido.

A linha de demarcação dessas clivagens passava entre o PS e o PCP, que funcionavam, à altura, como os dois pólos catalizadores das diferentes opções antagónicas. Delineava-se, portanto, uma descontinuidade acrescida do espaço político entre aqueles dois partidos, passando a existir uma maior distância entre eles do que entre o PS e as forças que se encontravam à sua direita. Sem prejuízo das diferenças existentes entre os restantes partidos, sobretudo evidenciadas no que respeita ao ritmo de evolução do processo e aos fins a atingir, o sistema viria a adquirir, à altura, uma configuração predominantemente bipolarizada(421).

---

(420) A íntima ligação entre o papel dos militares e a hegemonia dos partidos de esquerda e a actuação dos primeiros enquanto "tradutores" e "amplificadores" dos projectos dos segundos, seria sublinhada por JOAQUIM AGUIAR, em "Dinamica del sistema de partidos: condiciones de estabilidad", *in Revista de Estudios Políticos*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, nºs 60-61, Abril-Septiembre, 1988, p. 213.

(421) No que concerne ao ritmo a imprimir ao processo, enquanto o PPD e o CDS propugnavam ambos uma mudança gradual, o PS ainda defendia uma mutação de carácter radical e basista; concomitantemente, o CDS divergia do PPD quanto ao fim a atingir e, consecutivamente, quanto à via a utilizar, principalmente no que concerne à política económica a seguir, já que, ao contrário deste, que apontava para uma mudança gradual na via para atingir o socialismo, aquele sustentava o gradualismo social e não uma orientação socializante. Vejam-se, respectivamente, a

3. Apesar das diversas pautas de antagonismo político, a clivagem fundamental dentro do sistema de partidos permanecia, dizíamos, entre, por um lado, o PCP e os seus aliados civis e militares e, por outro, o PS e as restantes forças partidárias, prendendo-se fundamentalmente com dois vectores atrás referidos: um, determinante no surgir dessa clivagem, que respeitaria à questão da institucionalização do MFA, a qual se consubstanciava no dualismo existente entre o poder militar e o civil, entre a opção por um regime parlamentar ou presidencialista onde a instituição castrense se poderia ver representada e a escolha entre um sistema verdadeiramente democrático ou, pelo contrário, "musculadamente" democrático; outro, que actuaria como seu detonador, reduzido à questão do regime jurídico-sindical já referido atrás.

O principal agente que esteve na base dessa clivagem

Declaração de Princípios e Programa do Partido Socialista, Textos Portugal Socialista, Lisboa, 1973, o *Programa do Partido Popular Democrático*, aprovado no 1º Congresso Nacional reunido em Lisboa nos dias 23 e 24 de Novembro de 1974 e o *Programa do Centro Democrático Social, 1974*.

O facto é que, apesar disso, o sistema adquiriu uma configuração bipolar. Considera-se um sistema polarizado quando existem pólos politicamente separados nesse sistema, sendo tanto maior a polarização quanto maior a distância entre esses pólos. No caso particular em análise, a polarização seria incrementada pelos motivos explanados no texto e assumida por dois pólos: o PS e o PCP.

Na Figura 1 do Anexo VI da dissertação pode observar-se a evolução do sistema de partidos neste, como em outros aspectos (a base que cada triângulo/partido apresenta na figura em causa corresponde à percentagem obtida na eleição correspondente, equivalendo a base geral a 100%). Conforme se pode aí observar, o grau de polarização inicial vai-se alterando, assim como a localização dos respectivos polós no sistema.

Torna-se evidente que os regimes democráticos quanto mais novos são, mais vulneráveis se tornam; um grau muito elevado de polarização de um sistema político nessas circunstâncias pode eventualmente, como acentuou SARTORI, acarretar a instabilidade crónica desse sistema e, inclusivé, a sua inoperância ou paralisia. Mas pode, ao invés, levar à clarificação respectiva e ao seu realinhamento criativo. Sobre o conceito de polarização e suas consequências veja-se, por todos, GIOVANNI SARTORI, *Parties and Party Systems*, Cambridge, Cambridge University Press, vol. I, 1976, especialmente pp. 145-172.

foi, sem dúvida, o próprio MFA, as suas contradições internas, a supremacia de umas facções e a queda de outras. Ou seja, a clivagem fundamental que marcou esta segunda sub-fase do período inicial do sistema de partidos decorreria da dialéctica existente no seio do MFA e entre este e os partidos de esquerda. MFA que, apesar de actor político externo ao sistema partidário e devido ao papel predominante que então desempenhou, actuaria como seu principal condicionante.

O facto de ter sido o PS a protagonizar, como actor fundamental, uma das partes em confronto, tornando-se então a mais forte alternativa à acção vanguardista do PCP e das outras forças esquerdistas conjugadas com o MFA, principalmente desde finais de 1974 até ao Verão de 1975, dever-se-ia a diversos factores. Por um lado, a recusa que já vinha a manifestar perante um eventual acordo com o PCP(422) e

---

(422) Recusa essa proveniente do progressivo afastamento do PS em face da prática política hegemónica que o PCP vinha a desenvolver desde o 25 de Abril, aliás em perfeita sintonia com os sectores mais radicalizados do MFA. Conquanto o PS, quando da sua constituição e ainda no início do PREC, previsse a colaboração com este partido, a actuação dos comunistas em conjugação com os militares mais radicais diminuía-lhe as possibilidade de vir a liderar a esquerda e, daí, a alteração na sua estratégia. Vejam-se as hipóteses da constituição de uma frente antifascista alargada e do projecto de cooperação entre o PS e o PCP, na altura advogado pelos dois partidos, em "Destruir o sistema, construir uma nova vida", relatório do Secretário-Geral ao Congresso de Maio de 1973, *in* MÁRIO SOARES, *Escritos do Exílio*, Lisboa, Bertrand, 1975, pp. 305-407; "Comunicado conjunto do PS e do PCP" de Setembro de 1973; os discursos proferidos por Mário Soares e por Álvaro Cunhal no 1º de Maio de 1974 em *A Revolução das Flores, do 25 de Abril ao Governo Provisório*, Lisboa, Editorial Aster, s.d., I vol., pp. 189-192; a entrevista de Mário Soares ao *Expresso*, nº 81, de 20 de Julho de 1974 e o discurso de Mário Soares num Comício do PS em Sacavém, no qual preconizava o reforço da unidade entre o PS e o PCP na coligação governamental e entre estas duas forças e o MFA; mesmo antes do 11 de Março e em resposta a um convite de Álvaro Cunhal, o PS ainda aceitaria a hipótese de um acordo de cooperação com o PCP. (Cf. "Comunicado do PS", de 10 de Março de 1975), para além de diversas manifestações conjuntas dos dois partidos realizadas mesmo depois daquela data.

a crescente retracção no que respeita à atribuição aos militares de um papel político preponderante(423). Por outro, os conflitos provenientes das suas próprias contradições internas(424) e, ainda, devido ao facto de se encontrar, não

---

A clivagem entre o PS e o PCP com o tempo só se viria a agudizar; logo a seguir ao 25 de Novembro, Mário Soares afirmaria no *Portugal Socialista* de 1 de Dezembro de 1975, que "O PS diz não, com a maior firmeza, à aventura irresponsável dos pseudo-revolucionários que preparam uma nova ditadura, Uma ditadura comunista impossível e que por isso não passará em Portugal", Cf, MÁRIO SOARES, *PS Fronteira da Liberdade*, Lisboa, Ed, Portugal Socialista, 1979, p, 73,

(423) Atitude sem dúvida despoletada pelo facto do PS se ver progressivamente marginalizado no processo mas que, no fundo, se inscreveria no âmbito de uma certa tradição liberal e republicana que levaria os socialistas, a partir de inícios de 1975, a evidenciar não pretenderem uma aliança estreita com o MFA e a rejeitarem categoricamente o papel político aos oficiais, fossem de esquerda ou de direita, Cf, "Comunicados do Secretariado Nacional do PS" de 20 de Fevereiro de 1975 e 23 de Maio de 1975, Partido Socialista, e MÁRIO SOARES, *Portugal - Welcher Weg zum Sozialismus (Interview mit Dominique Pouchin)*, Berlim, 1976, p, 106, Sobre o confronto entre o projecto socialista democrático do PS e o projecto nacional-militar e sobre a tradição liberal republicana subjacente ao primeiro, veja-se ANTÓNIO REIS, "El Partido Socialista en la revolución, en el poder y en la oposición: de la dialectica con el projecto nacional-militar a la dialectica con el Eanismo", in *Revista de Estudios Políticos*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, nºs 60-61, Abril-Septiembre, 1988, respectivamente pp, 112-119 e 103-106,

Quanto às posições então assumidas pelo PPD relativamente ao MFA encontram-se expressas em vários documentos revelando a actuação por vezes contraditória no domínio em causa, suficientemente manifesta do conflito intra-partidário que iria culminar com a cisão de Aveiro, Essas posições são analisadas no sub-capítulo 1 do Capítulo X desta dissertação,

(424) Estes veriam a sua expressão na "cisão Serra", a qual daria lugar à constituição da FSP (Frente Socialista Popular), em 9 de Janeiro de 1975, Esta facção marcaria profundamente a vida interna do partido até àquela data; depois da referida cisão, o PS iniciaria um trajecto via a supremacia da sua componente liberal e de socialismo reformador, diluindo-se mais o discurso marxista revolucionário presente na primeira fase da implantação do partido, Veja-se sobre o assunto MARIA JOSÉ STOCK e BERND ROTHER, "Il decimo aniversario del PS portoguese: 1973-1983", *in Città e Regione*, Firenze, nº 3, Giugno 1983, pp, 159-176,

A chamada "cisão Serra" e a constituição da FSP revestem-se de particular significado no que respeita ao conflito em gestação na esfera do PPD, Já porque se pode eventualmente atribuir a este último, e especialmente ao potencial desenrolar do mesmo ao longo de 1975, fundamentos semelhantes à crise sentida no PS, já porque logo no início do ano em causa e dentro do quadro das ambiguidades das tomadas de decisão dos dirigentes nacionais respectivos, se optara, por iniciativa do grupo Sá Borges, pela convergência no plano sindical com a FSP, O PS detinha

só nas condições mais propícias ao desempenho desse papel catalizador do descontentamento generalizado, como à circunstância de se ter apercebido da importância fulcral em o liderar.

A problemática surgida à volta do regime sindical seria fundamental nesta questão, já que o PS encabeçou a luta pela defesa do pluralismo sindical contra a unicidade defendida pelo PCP. A campanha anti-comunista de que o PS seria porta-estandarte começou, pois, a partir do momento em que se apercebeu que qualquer hipótese de colaboração com os comunistas estava fora de causa e que, devido à acção destes, os socialistas corriam, mesmo, o risco de total marginalização do processo político quer no Governo, quer no movimento sindical onde o PCP era hegemónico.

Depois das eleições para a Assembleia Constituinte que carrearam para o sistema o que viria a ser o princípio do fim do vanguardismo militar, tendo em conta o seu carácter plebiscitário em prol da democracia civil, através dos resultados obtidos pelos partidos moderados, uma sucessão de acontecimentos graves no plano civil e militar acabaria por precipitar a maior crise do processo político vivido até então.

---

já uma certa legitimidade democrática, que lhe advinha de se ter constituído, em 1973, como oposição clara à Ditadura; essa legitimidade, acrescida do pendor esquerdizante que norteava todo o processo, viabilizaria o PS como o partido mais seguro para travar a escalada vanguardista. Os resultados das eleições para a Constituinte e das primeiras legislativas seriam a comprovação desta tendência geral da opinião pública, que só veio a modificar a sua opção nas intercalares de 1979, em consequência da estratégia levada a efeito por Francisco Sá Carneiro e penalizando, simultaneamente, a actuação do PS enquanto Governo.

Iniciado com o chamado "caso *República*"(425), o conflito arrastar-se-ia desde a Primavera até ao princípio do Outono de 1975. Com a crise gerada naquele periódico deterioraram-se ainda mais as já de si tensas relações entre Mário Soares e o Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves. Quanto ao PPD, jogaria também um papel fundamental na subsequente queda do IV Governo depois de nele aí ter participado de forma condicional(426).

No plano político-militar, a radicalização que vinha em crescendo acelerado desde o 11 de Março, atingiria o seu auge com o "Documento-Guia do Projecto da Aliança Povo/MFA" aprovado em Junho de 1975 pela Assembleia do movimento. Nesse documento os partidos e as eleições eram remetidos para segundo plano e ambos subordinados ao processo revolucionário.

Com a demissão do IV Governo Provisório e a formação do Executivo seguinte, a chamada autoridade revolucionária reforçar-se-ia consideravelmente, visto a condução do processo ficar exclusivamente nas mãos da facção mais radical do MFA.

---

(425) Quanto ao caso do *República*, de tendência socialista, começou por ser um conflito entre a direcção do jornal e os seus trabalhadores e acabou por se tornar um caso político de envergadura suficiente para mobilizar multidões em manifestações de rua contra a hegemonia do PCP na imprensa portuguesa. Cf. *Expresso*, nº 125, de 24 de Maio de 1975, pp. 5-7 e *República*, de 9 de Maio de 1975.

(426) Este papel seria fundamentalmente protagonizado por Jorge Sá Borges ao apresentar um *ultimatum* a Vasco Gonçalves e a Francisco Costa Gomes no sentido de que, ou o PPD reforçava as suas posições no Executivo ou então não se envolveria nele e, daí, a participação condicionada do partido no IV Governo. O IV Governo Provisório seria exonerado a 8 de Agosto de 1975, vindo o V a ser empossado nessa data e não tendo nele participado qualquer membro do PPD. Veja-se no sub-capítulo 1 do Capítulo X desta dissertação e na Lista 22 do Anexo IV, respectivamente os acontecimentos em causa e seu significado e os cargos ocupados pelos membros do PPD no IV Governo Provisório.

Só depois da contestação aberta à linha "Gonçalvista"(427) levada a cabo pelo "Grupo dos Nove", se criariam as condições necessárias para uma viragem da situação, a qual acabaria por ter lugar depois de intensa radicalização da vida política portuguesa, aquando do 25 de Novembro de 1975(428).

---

(427) Para além da Primeira Plataforma de Acordo Constitucional, cujo conteúdo provinha já das formulações teóricas desta linha, vejam-se como expoentes da mesma o "Plano de Acção Política do MFA", aprovado pelo Conselho da Revolução e divulgado a 19 de Junho de 1975, o "Documento-Guia da aliança povo-MFA", aprovado pela Assembleia do MFA a 8 de Julho de 1975 e o "Documento de análise política do Primeiro Ministro Vasco Gonçalves" apresentado à Assembleia do MFA a 25 de Julho de 1975, todos publicados em JORGE MIRANDA, *Fontes e Trabalhos Preparatórios da Constituição*, Colecção Estudos Portugueses, Edições Oficinas Gráficas da Papelaria Fernandes, 1978, II vol., pp. 1172 a 1195.

O documento aprovado a 8 de Julho de 1975 pela Assembleia do MFA viria reduzir ainda mais o espaço de manobra dos partidos, sobretudo daqueles que manifestavam já a sua retracção ao apoio à facção mais radical do MFA: o PS, o PPD e o CDS.

Sobre a crise que se seguiria e as suas consequências vejam-se os artigos de MARCELO REBELO DE SOUSA "3 + 1 linhas de fractura política", "6 dias de crise política", "Factores de crise e cenários de separação", "3 longas semanas à procura dum Governo perdido?", no *Expresso*, respectivamente nº 132, de 12 de Julho de 1975, p. 2, nº 133, de 19 de Julho, p. 2, nº 134, de 26 de Julho, p. 2, e nº 135, de 2 de Agosto de 1975, pp. 2 e 3.

Sobre o "Documento dos Nove" veja-se também, no *Expresso*, nº 136, de 9 de Agosto de 1975, p. 10, o artigo de MANUEL DE LUCENA, "Novo curso e divisão de poderes" e o desenrolar dos principais eventos político-militares neste mesmo jornal, desde o nº 125, de 24 de Maio de 1975 até ao nº 154, de 22 de Novembro de 1975, onde já se encontram referências concretas às movimentações militares que dariam lugar ao 25 de Novembro. Veja-se, igualmente, a nota 719 desta dissertação.

O primeiro artigo reportado, da autoria de MARCELO REBELO DE SOUSA, para além de alinhar alguns dos cenários então previsíveis para resolver o impasse criado, sistematiza excelentemente as principais clivagens e o encadeamento respectivo, que levariam à crise aberta do sistema político-militar português: a reacção do PCP e da extrema esquerda ao que entendiam ser a "escalada da reacção", o "Plano de poder popular" de Otelo Saraiva de Carvalho, as atitudes do PS e do PPD relativamente às resoluções tomadas na Assembleia do MFA, a simultânea dissensão na Constituinte entre, por um lado, o PCP e o MDP/CDE e, por outro, o PS, o PPD e o CDS e a própria questão à volta do "caso *República*".

(428) Sobre o 25 de Novembro de 1975 e respectivos antecedentes próximos, veja-se JOSÉ FREIRE ANTUNES, *O Segredo do 25 de Novembro*, Publicações Europa-América, 1980; sobre as suas consequências imediatas, veja-se o artigo de MARCELO REBELO DE SOUSA, "Da subida da esquerda à provável viragem da direita", no *Expresso*, nº 163, de 27 de Dezembro de 1975, pp. 2 e 3.

Veja-se também, adiante, o conteúdo da nota 438.

4. Regressando ao sistema de partidos, no ponto em que tinhamos ficado: com as eleições para a Assembleia Constituinte surgiria um cenário bastante mais simplificado, tendo em conta que apenas concorreriam ao acto eleitoral doze dos vinte e três partidos inicialmente constituídos, deles emergindo, contudo, quatro partidos com uma posição predominante de entre um total de seis com assento na Assembleia. Entre eles encontrava-se o PPD(429), ocupando o lugar de segundo partido na cena política nacional, mesmo com o seu espaço de oportunidades reduzido, tendo em conta a estratégia liderante do PS, já referida, para além da prosseguida pelo MFA e pelo PCP.

Torna-se evidente que a simplificação acrescida do sistema partidário, assim como a tendência desde aí delineada para um sistema de quatro partidos, com dois mais fortes e dois mais fracos, foi em parte resultado da lei eleitoral aprovada em 1975. O sistema eleitoral, escolhido por vontade deliberada dos actores políticos que o seleccionaram viria a afectar as possibilidades de cada partido em termos do respectivo lugar na cena política, privilegiando certas fórmulas e certos partidos em detrimento de outros. Não só produziu um sistema pouco propenso à estabilidade governativa, pela dificuldade em formar maiorias, como restringiu a possibilidade de representação no Parlamento aos partidos de menor

---

(429) O PPD obteria 26,4% dos votos expressos, correspondendo a 81 lugares na Assembleia Constituinte. Vejam-se os resultados eleitorais em causa no Quadro 1 e no Mapa 1 do Anexo VI desta dissertação e os nomes dos Deputados do PPD eleitos na Lista 13 do respectivo Anexo IV.

dimensão.

A legislação em causa(430) afectaria directamente os partidos políticos, reduzindo o seu número, favorecendo as maiores forças partidárias e, consequentemente, influenciando toda a estratégia político-partidária e visando a maximização dos benefícios em volta de dois vectores fundamentais: a minimização dos pequenos partidos e o seu eventual desaparecimento e a sobre-representação dos maiores partidos.

Quanto ao PPD, ao propugnar o sistema de representação proporcional e o método de Hondt, então consignados, pretenderia ver aumentadas as suas hipóteses de afirmação, visto que tal metodologia viria, em princípio, a vitimá-lo menos como força política em expansão(431).

---

(430) Esta legislação teve por modelo a Lei Eleitoral para a Assembleia Constituinte (Decretos-Lei 621-A/74, 621-B/74 e 621-C/74 de 15 de Novembro); consagraria o sufrágio universal, secreto, directo e periódico (artº 10º nº 1, aditado na revisão constitucional de 1982) e o princípio da representatividade porporcional (artº 290º alínea h), adoptando o sistema da média mais alta de Hondt (artº 155º), Cf. ISALTINO MORAIS, JOSÉ M. FERREIRA DE ALMEIDA, RICARDO L., LEITE PINTO, *Constituição da República Portuguesa Anotada e Comentada*, Lisboa, Rei dos Livros, 1983.

Sobre o impacte do sistema eleitoral adoptado entre nós no funcionamento democrático, concluindo o autor que o método de Hondt não exprime em termos proporcionais o voto nacional, veja-se J. TIAGO DE OLIVEIRA, "O sistema eleitoral português como forma de representação", *in Análise Social*, ICS, vol. XVII, 1981, nº 65, pp. 7-16. Veja-se também, no que concerne aos efeitos produzidos pelo sistema eleitoral (entre outras variáveis) na estabilidade governativa na fase constitucional portuguesa (até 1983) e comparação com outros países europeus, MARIA JOSÉ STOCK e LUIS F. COLAÇO ANTUNES, "Sistema de partidos e governabilidade (um estudo comparado)", *in Economia e Sociologia*, nº 37, Évora, ISESE, nº 37, 1984, pp. 47 e ss.,

No que respeita à influência concreta da forma de escrutínio escolhida no sistema de partidos português veja-se, muito especialmente, MARCELO REBELO DE SOUSA, *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1985, pp. 642 e 643.

(431) Não só o PPD defendeu o princípio da representação proporcional e o método da média mais alta de Hondt aquando da elaboração da Lei Eleitoral (Decretos-Lei supra reportados, estando no último diploma especificado o sistema eleitoral,

O êxito obtido pelo PS nas primeiras eleições livres tornaria aquele partido o eixo da vida política nacional nos tempos que de imediato se seguiriam, comportando, assim, para o sistema a consagração do socialismo democrático que este partido propugnava. Isto em consequência, conforme aqui já deixámos expresso, de ter conseguido aglutinar, para além do voto na esquerda moderada, o voto do centro e do centro-esquerda, terreno que o PPD se tinha bem esforçado por conquistar, condicionando assim o espaço de manobra deste último partido.

À esquerda do PS, o PCP conseguiria, logo nas eleições constituintes, obter uma posição hegemónica no voto à esquerda, evitando novas fragmentações que só dividiriam ainda mais um sector, o qual, logo após o 25 de Abril de 1974, aparecia com um perfil dividido numa miríade de pequenos partidos de extrema esquerda sem uma significativa expressão eleitoral.

À direita do espectro partidário, o CDS teria alguma dificuldade em resistir perante as características do processo político e devido ao facto de nele actuarem figuras vinculadas ao regime anterior, cujo compromisso com a Democracia parecia ainda a muitos duvidoso, faltando-lhe a "carta de nobreza de-

---

especialmente no respectivo artigo 72)), através dos seus representantes na Comissão para o efeito formada - Jorge Miranda e António Barbosa de Melo - como o tornaria a fazer mais tarde na Assembleia Constituinte. Veja-se a declaração de voto de Jorge Miranda, um dos representantes do PPD na 5ª Comissão, apoiando todos os preceitos então submetidos ao Plenário, entre os quais o artigo 41º e sobre o sistema eleitoral. Cf. *Diário da Assembleia Constituinte*, nº 113, de 19 de Fevereiro de 1976, pp. 3722 e ss..

mocrática" para o efeito necessária. Dessas dificuldades de sedimentação do CDS seriam exemplo os parcos resultados obtidos por este partido nas eleições de 25 de Abril de 1975(432).

As principais linhas de clivagem desta primeira fase do sistema partidário, que corresponde ao início do período pré--constitucional, cronologicamente balizado entre 25 de Abril de 1974 e 25 de Abril de 1976, foram, pois, de ordem político--institucional. Prenderam-se fundamentalmente com questões ligadas ao rumo e ao ritmo a imprimir ao processo, com a escolha do sistema de governo e do regime económico e sindical, assentes em clivagens ideológico-estratégicas definidas pelos actores políticos em função da liderança do sistema político--partidário e, portanto, do exercício do poder.

5. O somatório das características que vimos delineando permite classificar esta primeira etapa do sistema de partidos português como pluripartidarismo condicionado(433).

---

(432) Veja-se aqui a nota 403 e os resultados eleitorais do CDS em 1975 no Quadro 2 e no Mapa 7 do Anexo VI desta dissertação; sobre a configuração do sistema de partidos veja-se, no mesmo Anexo, a Figura 1.

Nas eleições em causa, como ainda nas de 1976, seria particularmente significativo o voto útil no PS exercido por grande parte dos eleitores, em consequência da posição liderante assumida por este partido na luta contra o radicalismo e vanguardismo então vigente. A comprová-lo, a posterior votação, em 1979 e 1980, de grande parte desse eleitorado na AD, demonstrando a existência de inúmeros *schifters* (eleitores que abandonam o partido em que anteriormente votaram) nessas eleições; AD que pouco fixou o seu eleitorado, tendo em conta a viscosidade do voto a que se assistiu em 1983. Cf. Figura 1, Quadro 2 e Gráfico 2 do Anexo VI desta dissertação.

(433) É MARCELO REBELO DE SOUSA que classifica o período que decorre de 25 de Abril de 1974 a 25 de Abril de 1976 (englobando e extravasando a nossa primeira fase), como sistema de multipartidarismo condicionado, dada a hegemonia do poder militar e a "fraqueza relativa de todos os partidos situados à direita do PCP, salvo o PS, e o dinamismo daqueles que se encontram à sua esquerda (...)". Cf. MARCELO REBELO DE

Condicionamento esse decorrente do "esquerdismo" do sistema e, sobretudo, proveniente da acentuada ingerência dos militares no processo político através da acção do MFA. Este, no fundo, debatia-se entre a contradição resultante da necessidade sentida de mobilização das massas rumo ao desenvolvimento político pretendido e a aceitação da participação efectiva dessas massas, através da generalidade dos partidos políticos e não só das formações partidárias mais esquerdistas.

Isto implicava um custo elevado - o regresso aos quartéis - que os militares não pareciam muito dispostos a pagar, mesmo os seus sectores mais moderados, temendo que a revolução e os seus interesses viessem a ser postos em causa.

Só muito mais tarde e, ao que parece, sem a vontade explícita da maioria, viriam os militares a abandonar o comando do sistema(434). Nesse capítulo, o 25 de Novembro de 1975 seria, indubitavelmente, o primeiro arranque para o posterior afastamento da instituição castrense do processo, conquanto nas fases subsequentes ainda perdurasse, embora

---

SOUSA, *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1983, pp. 262-265.

(434) O MFA, "metamorfose política da instituição militar", nas palavras de JOSÉ MEDEIROS FERREIRA, conseguiria outras formas de exercer a sua influência no processo. Tal como refere o mesmo autor, a eleição directa do Presidente da República constituiria a "trave mestra" dessa estratégia, tendo em conta que até 1986 aquele órgão seria sempre ocupado por um militar. Cf. JOSÉ MEDEIROS FERREIRA, *Ensaio Histórico sobre a Revolução do 25 de Abril*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1983, p. 176.

Sobre eventuais motivações daquela ordem subjacentes ao facto de aos militares não lhes convir uma submissão real ao poder civil, veja-se MANUEL DE LUCENA, *O Estado da Revolução. A Constituição de 1976*, Lisboa, Edições Jornal Expresso, 1978, p. 207.

minimizada, a sua influência(435).

Se, nesta primeira fase, que na nossa tipologia culmina em finais de 1975, tendo por base a viragem permitida pelo 25 de Novembro, a liderança do sistema de partidos, pelas razões já aduzidas, pertenceu sobretudo ao PS(436), sublinhe-se que, no tocante ao PPD, a sua acção assumiu fórmulas diversas e por vezes ambíguas. Estas seriam, por um lado, determinadas pela defesa da sua identidade própria e, por outro, pela necessidade de adaptação aos circunstancialismos do PREC, com o fim de se impedir a sua subalternização numa conjuntura que lhe não era especialmente propícia. Tal ambiguidade só viria acentuar a já existente conflitualidade interna.

Essa conjuntura era liderada pela chamada "legimitidade revolucionária" na qual, a estrutura, como o papel, do

---

(435) Basta recordar por um lado, a formação do Conselho da Revolução e a respectiva ingerência na vida político-partidária, sobretudo durante o ano de 1975 mas, por outro, a progressiva legitimação eleitoral e partidária, principalmente a partir de 1976 e, posteriormente, a indiscutível diminuição da influência castrense no sistema político, embora, em nosso entender, esta apenas se tenha diluído com a revisão constitucional processada em 1982, que aboliu o Conselho da Revolução consagrado no texto aprovado em 1976. Persistiria contudo, e durante bastante tempo, uma considerável influência militar no processo político português, só desaparecida a partir das eleições presidenciais de 1986.

Sobre a ingerência castrense na condução da vida política portuguesa, nomeadamente no plano restritivo da actuação partidária, veja-se MARCELO REBELO DE SOUSA, *op. cit.*, especialmente pp. 254 e ss. Sublinhe-se que a tentativa de retomar uma certa influência no processo político por parte dos militares estaria, ainda, subjacente à própria constituição, em 1985, do PRD.

(436) Quanto ao papel desempenhado pelo PS na afirmação da primazia civil e na luta pela manutenção de um regime pluralista, veja-se TOM GALLAGHER, "Portugal's bid for democracy: the role of the socialist party", *in European Politics*, nº 2, vol. 2, May 1979, pp. 198-217 e ANTÓNIO REIS, "El Partido Socialista en la revolución, en el poder y en la oposición: de la dialectica con el projecto nacional-militar a la dialectica con el Eanismo", *in Revista de Estudios Políticos*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, nº 60-61, Abril-Septiembre, 1988, sobretudo pp. 112-114..

sistema partidário português, as finalidades e as funções dos partidos políticos seriam postos em causa, como se pode depreender do texto percorrido, prendendo-se, fundamentalmente, com o que vimos dizendo sobre a querela entre o poder militar e o civil. Durante bastante tempo seria sintomático o predomínio do primeiro, sobretudo da sua vertente mais radical, patente nas sucessivas vitórias no plano político-institucional: na "crise Palma Carlos", no 28 de Setembro de 1974, no 11 de Março de 1975, na formação do II, III, IV e V Governos Provisórios, na legislação aprovada quanto à institucionalização do MFA e ao aumento dos respectivos poderes (437) e, evidentemente, na primeira Plataforma de Acordo Constitucional. A linha mais radical do MFA, personificada pela 5ª Divisão, teria mesmo propugnado, então, para além da campanha do voto em branco quando das eleições de 1975, o esvaziamento do pluralismo partidário em benefício de soluções frentistas liderantes.

6. No âmbito interno, e principalmente a partir do fim de 1974 até finais de 1975, o PPD debater-se-ia com graves tensões que abalariam a sua estrutura e o impediriam de formular uma estratégia mais precisa e coerente(438). Essas tensões radicariam em interesses e estratégias divergentes,

---

(437) Veja-se sobre esta questão o artigo de MARCELO REBELO DE SOUSA, "Un neo-détour português?", no *Expresso*, nº 119, de 12 de Abril de 1975, p. 2, bem como as notas 409 e 411 desta dissertação. A legislação em causa consubstanciar-se-ia na Lei Constitucional nº 5/75 e no Decreto-Lei nº 184-A/75 de 3 de Abril.

(438) Estas tensões são objecto de particular análise no Capítulo X da Parte III desta dissertação, especialmente no respectivo sub-capítulo I. Na imprensa diária da época estão reportados os principais acontecimentos intra-partidários da fase

estreitamente conectados com as oportunidades então oferecidas pelo sistema, acabando por gerar um conflito intra-partidário considerável, que culminaria com a primeira cisão interna processada em princípios de Dezembro de 1975, isto é, sensivelmente na mesma altura em que se efectivava a viragem na esfera militar(439).

Em suma, o leque das oportunidades oferecidas aos partidos portugueses passou de uma fase inicial sensivelmente propícia (sobretudo se atendermos ao período imediatamente anterior em que as formações partidárias não se podiam constituir, mesmo apesar dos condicionalismos específicos do

---

controversa que decorreu desde o afastamento por doença de Francisco Sá Carneiro, até ao seu regresso no Conselho Nacional da Via Norte em Setembro de 1975. Vejam-se, especialmente, as declarações à imprensa proferidas nessa fase por Emídio Guerreiro, eleito Secretário-Geral substituto do PPD a 24 de Maio de 1975, por exemplo em *A Capital* e no *Jornal Novo*, ambos de 26 de Maio de 1975 e no *Diário de Notícias*, em 11 de Julho de 1975.

(439) Os principais antecedentes e factos propriamente ditos do "Verão quente" de 1975 foram os seguintes: "Plano de acção política do MFA" aprovado pelo Conselho da Revolução a 19 de Junho de 1975, que aprovava e apoiava as estruturas unitárias de base, com as quais estabeleceria ligações visando a construção de uma sociedade socialista e instaurava uma política de informação doutrinariamente orientada e politicamente controlada pelo MFA; a reunião da Assembleia do MFA a 8 de Julho de 1975 que aprovara o "Documento-guia da aliança Povo/MFA" e a reunião em Mafra da Assembleia do MFA a 25 de Julho de 1975, à qual seria apresentada a polémica análise política de Vasco Gonçalves, ambos documentos consagrando o poder popular, a legalidade revolucionária e a institucionalização do MFA, o "Documento dos Nove" publicado pela primeira vez a 7 de Agosto; o Documento emanado do COPCON no qual se propunha e se sacralizava a aliança MFA-Povo; a Assembleia de Tancos de 5 de Setembro de 1975 e o agravamento de tensões no Conselho da Revolução. Estes, e os acontecimentos do Outono seguinte, igualmente controversos (sequestro do Governo e dos Deputados, manifestações alternadas de apoio e contra o VI Governo, intervenções da Polícia Militar de Lisboa e boicotes a comícios do PS e do PPD), estão reportados em *A Revolução das Flores, O Governo de Vasco Gonçalves Até ao Acordo de Lusaka*, Lisboa, Editorial Aster, III vol., s.d. e em JOSÉ FREIRE ANTUNES, *O Segredo do 25 de Novembro*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1980.

Os principais documentos e projectos acima referidos relacionados com a crise político-militar então vivida, encontram-se publicados em JORGE MIRANDA, *Fontes e Trabalhos Preparatórios da Constituição*, Colecção Estudos Portugueses, Edições Oficinas Gráficas da Papelaria Fernandes, 1978, II vol., pp. 1172 a 1209.

processo revolucionário e do facto de o sistema de partidos não ter estado na génese da institucionalização democrática), a um período de restrição (considerando o papel liderante assumido prioritariamente pelo MFA) e, no fim do período em análise, ao seu progressivo alargamento.

Esta mudança de situação deveu-se, conforme demonstrado, à acção voluntária desenvolvida pelos diversos actores políticos, entre eles os partidos e, dentro destes, as suas elites. Acção essa decorrente dos interesses antagónicos e convergentes dos actores políticos em causa e dos conflitos gerados quer entre eles, quer suscitados na esfera interna de cada um.

No que concerne ao PPD, se o quadro inicial não se mostrou inteiramente favorável à sua imediata sedimentação, atendendo às características já apontadas do processo político e à acção desenvolvida pelo PS, também não foi de molde a impedi-lo de ocupar uma certa posição e de conquistar uma parcela significativa do eleitorado. Neste capítulo, seria determinante o papel desempenhado pelas respectivas elites dirigentes e a própria ambiguidade, já referida, das distintas tácticas e estratégias sucessivamente assumidas pelas suas facções internas.

Numa palavra, o então PPD deparou com uma situação, que devido às suas próprias características, especialmente no que respeita às elites nacionais respectivas, se mostraria como uma circunstância não desprezível para o desenvolver de certas atitudes, de molde a poder aproveitar e, eventualmente, alar-

gar, o quadro de oportunidades que lhe seria desde logo oferecido.

A volubilidade táctica e estratégica demonstrada pelo então PPD, como consequência das suas próprias contradições internas e dos condicionalismos impostos pelo sistema político mais vasto, possibilitaria a sobrevivência do partido mesmo em circunstâncias adversas. Simultaneamente, permitiu-lhe gizar subsequentes manobras no sentido de vir a ocupar, mais tarde, um lugar priveligiado na cena política portuguesa.

7. Do que ficou referido, sistematizaremos as características mais salientes, especificando os traços fundamentais assumidos pelo sistema partidário e pelo sistema de governo nesta fase:

a) *Acentuado esquerdismo, quer seja em termos do processo político global, quer seja do sistema de partidos, da prática governamental e do discurso e acção dos actores políticos mais determinantes nesta fase;*

b) *Predomínio absoluto do papel dos militares, acentuando-se e radicalizando-se essa ingerência no início e no decorrer da segunda sub-fase, só se atenuando ambos, mas sobretudo o segundo traço, no final da mesma;*

c) *Situação altamente instável, sujeita a crises permanentes no plano governamental, militar, social e económico;*

d) *Sistema de partidos que, do perfil inicial, passou na segunda sub-fase, a uma simplificação acrescida, assumindo, também, uma configuração mais precisa, ambas características dependentes da acção dos actores políticos e entre eles dos partidos;*

e) *Fronteiras não muito consistentes entre o PS e os partidos à sua direita, devido ao papel assumido por aquele na retracção do apoio ao MFA e ao esquerdismo acentuado do sistema;*

f) *Resistência crescente dos partidos moderados à marginalização respectiva, sobretudo no final da segunda sub-fase;*

g) *Relações entre esses partidos, evoluindo da total fragmentação à crescente convergência, fruto da necessidade de uma actuação conjunta dos mesmos;*

h) *Clivagens progressivamente acentuadas entre esses partidos e os partidos da esquerda radical, perfilando-se o PS como a fronteira entre uns e outros;*

i) *Quadro institucional resultante da ingerência militar no processo, embora no fim da segunda sub-fase se tenha ligeiramente atenuado, vindo a prefigurar-se uma crescente diminuição dessa dependência;*

j) *Quadro de alternativas políticas possíveis para os partidos alargado somente no fim da segunda sub-fase, mas ainda sujeito aos condicionalismos acima expostos;*

k) *Oportunidades reduzidas no que respeita à liderança*

do sistema pelos partidos em geral e, particularmente, pelo PPD, colmatadas, no entanto, pela efectiva participação conseguida a nível governamental e pela maleabilidade táctica e estratégica demonstrada;

l) Os interesses eventualmente representados pelo então PPD viriam, nesta fase, como aliás na seguinte, a serem mobilizados fundamentalmente pelo PS, pelas razões já aduzidas, daí resultando uma dificuldade acrescida para o primeiro em termos de ocupação do seu espaço vital;

m) A componente ideológica é, nesta fase, um factor fundamental em todo o processo; ao nível intra-partidário embora não tão explícita, repercute-se nos conflitos internos, consubstanciados nas diferentes estratégias prosseguidas pelas elites e facções em confronto;

n) No âmbito do PPD assiste-se, em simultâneo, ao enunciar das divergências internas, ao avolumar das tensões existentes, ao despoletar do primeiro conflito e, por fim, à ruptura intra-partidária.

2 - Da procura do espaço vital pelos partidos à luta contra a sua minimização.

1. A segunda etapa do processo iniciado com o 25 de Abril de 1974, está balizada, em nosso entender e com base nos

mesmos critérios que presidiram à delimitação da fase pretérita, entre finais de 1975 e meados de 1979.

O primeiro dos marcos cronológicos referidos corresponde, simultaneamente, às sequelas deixadas por dois factos político-partidários altamente significativos, aliás já reportados, que tiveram lugar respectivamente a 25 de Novembro de 1975 e a 6 e 7 de Dezembro do mesmo ano. Ambas as datas referidas respeitam à ocorrência de processos de clarificação interna no que concerne a dois actores políticos fundamentais, o MFA e o PPD, na sequência de conflitos gerados entre as distintas elites organizadas em facções, conflitos esses que se vinham a desenhar desde a constituição respectiva.

Enquanto no 25 de Novembro se assistiria ao culminar das crises internas no MFA, crises essas já implícitas na respectiva génese, conquanto exacerbadas no decorrer do Verão de 1975, a data de 6 e 7 de Dezembro do mesmo ano corresponderia aos dois dias de celebração do II Congresso Nacional do PPD, reunido em Aveiro, no qual haveria de se dar a primeira cisão intra-partidária, como resultado do intenso conflito interno que se vinha a prefigurar desde a própria formação do partido(440).

2. A etapa de que agora nos ocupamos, inclui, conforme já atrás enunciado, três sub-fases distintas. A primeira dessas sub-fases inicia-se a partir dos acontecimentos acima

---

(440) Veja-se o sub-capítulo 1, especialmente o *item* 1.2, do Capítulo X desta dissertação, no qual se analisa o conflito em causa.

referidos indo até à exoneração do I Governo Constitucional, realizada em Dezembro de 1977. A segunda decorre desde aí, até ao dealbar de uma estratégia presidencial mais nítida, tornada possível a partir do insucesso do II Governo Constitucional, o qual cairia em Julho do ano seguinte. A terceira e última sub-fase corresponde ao vingar do pendor presidencialista do sistema(441), terminando com o enunciar das estratégias dos partidos no sentido de superar a minimização de que tinham vindo de novo a ser alvo.

Vemos assim, que enquanto na primeira etapa os partidos tiveram como principal óbice à sua margem de manobra o poder militar na sua vertente mais radical, no decorrer desta segunda fase, e principalmente no seu término, tal papel viria a ser assumido pelo Presidente da República enquanto estandarte da sua facção mais moderada, saída vencedora do confronto havido no ano anterior no seio do MFA.

Permaneceria, assim, a ingerência militar, embora mais atenuada, na vida política, possibilitada pelo reforçado pendor presidencialista do regime, característica do sistema consagrada na própria Constituição(442).

Tal facto, junto a uma relativa atomização e debilidade

---

(441) Sobre o presidencialismo como modo de participação no exercício do poder (embora o autor a seguir reportado considere um mal-entendido falar-se em presidencialismo como modalidade, por considerar existirem diversas formas sob as quais o predomínio presidencial se pode assumir), veja-se MANUEL DE LUCENA, *O Estado da Revolução. A Constituição de 1976,* Lisboa, Edições Jornal Expresso, 1978, pp. 206-218.

(442) Respectivamente nos artigos 136º, 138º e 139º da *Constituição da República Portuguesa,* Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1976.

partidária, em parte determinada pelo próprio sistema eleitoral e à consequente incapacidade de produzir maiorias estáveis, seria agravado pela circunstância de vigorar na cultura política portuguesa um certo preconceito contra o parlamentarismo(443). Prevaleceriam em certos sectores a ideia da "bondade" de um sistema, se não de concentração de poderes num único cargo, pelo menos no qual a tentação em aceitar um órgão de controlo de uma competição partidária que se entendia poder ir longe de mais, seria mais ou menos evidente.

Tanto assim foi, que não só na Constituição de 1976 ficaria consagrado o que, no entender de alguns, seria uma perversão do sistema - o excessivo pendor presidencialista - o qual permaneceria mesmo na revisão constitucional de 1982, pe-

---

(443) Preconceito que, na nossa opinião, se vinha a sedimentar na cultura política portuguesa desde a incapacidade demonstrada pela I República de estabilizar politicamente o país e de fazer face aos defeitos que se apontaram ao Rotativismo monárquico. Basta lembrar que desde a instauração da República, em 5 de Outubro de 1910, até ao 28 de Maio de 1926, se sucederiam os Governos, processando-se diversos actos eleitorais, 7 dos quais para o Parlamento e 8 para a Presidência da República, demonstrando-se então o sistema de partidos incapaz de mobilizar e controlar a participação política. Cf. ANTÓNIO DE OLIVEIRA MARQUES, *História da I República Portuguesa. As Estruturas de Base,* Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1978.

De notar, que mesmo antes da I República, se punha já com acuidade, em Portugal, a opção pelo reforço do poder legislativo expresso no Parlamento (então, as Cortes) ou pela supremacia do Executivo (então, o Rei), polémica que estaria subjacente a toda a luta constitucional do século XIX e início do século XX. Cf. ANTÓNIO DE OLIVEIRA MARQUES, *História de Portugal,* Lisboa, Palas Editores, II vol., 1975.

Este sentimento anti-parlamentar seria expressamente incentivado a partir do Estado Novo, que se definiria como anti-parlamentar e anti-partidos e, portanto, anti-democrático, caracterizando-se pela concentração de poderes, fundamentalmente no Presidente do Conselho. Vejam-se os fundamentos ideológicos do Estado Novo sistematizados na conferência realizada a 28 de Maio de 1936, por ocasião do décimo aniversário da "Revolução nacional" de 1926, proferida por MÁRIO DE FIGUEIREDO, em *Princípios Essenciais do Estado Novo Corporativo,* Coimbra, Biblioteca Universidade de Coimbra Editora, 1936. Uma análise aprofundada da ideologia política do "Salazarismo" seria elaborada por MANUEL BRAGA DA CRUZ, em *O Partido e o Estado no Salazarismo,* Lisboa, Editorial Presença, 1988, especialmente pp. 48-76.

se embora a diminuição de poderes que imprimiria ao cargo do Chefe do Estado, como em sucessivos momentos políticos se tornaria evidente o eco que a sua eventual intervenção ou o efectivo controlo por este exercido poderia obter(444).

Contra tal viriam os partidos a rebelar-se e será, pois, a ascensão das estratégias partidárias, especialmente no que concerne ao PPD, em termos do reforço da dinâmica do sistema de partidos e do repôr da lógica parlamentar como esteios político-normativos da legitimidade democrática e da consolidação da Democracia, tal como deixámos expresso nas páginas precedentes, que delimita o final da fase agora em análise daquela que lhe irá suceder.

Na base das delimitações em causa estão, por conseguinte, os critérios já reportados. Para ilustrar os nossos argumentos, procederemos em seguida à caracterização de cada uma daquelas três sub-fases, de acordo com os principais acontecimentos ocorridos dentro dos marcos cronológicos referidos, não sem antes reportar, sinteticamente, os condicionalismos gerais do período anterior que determinariam a configuração inicial desta segunda fase.

---

(444) Quanto ao impacte da acção do Chefe do Estado basta recordar a repercussão que a eventual intervenção presidencial teria no âmbito do PPD/PSD e a colagem que os diversos sectores do mesmo fizeram ao Presidente da República, de acordo com as conveniências de momento. (Cf. sub-capítulo 2 do Capítulo X desta dissertação).

Por outro lado, a mobilização popular far-se-ia com muito maior intensidade quando das eleições presidenciais, nas quais teriam substancialmente decrescido os níveis de abstenção. Os apelos de diversos sectores à chamada "maioria presidencial" teriam igualmente subjacente o apoio a essa intervenção reguladora, como, mais tarde, tal pressuposto estaria explicitamente na base da formação do PRD.

2.1 - A tentativa de consagração do papel dos partidos.

O conflito dentro das Forças Armadas culminara com o 25 de Novembro, data em que a situação militar sairia consideravelmente mais clarificada devido à vitória da sua facção mais moderada, a qual parecia também preconizar, a prazo, uma potencial diminuição da respectiva ingerência no processo de democratização da vida política portuguesa. Tal não se apresentaria, no entanto, tão líquido quanto então poderia parecer.

Se o 25 de Novembro não provocou, de imediato, a total retirada da cena política por parte dos militares, já que os mesmos aí continuariam, se não em termos de uma liderança efectiva e crucial do sistema, como até aí, pelo menos no que toca à tutela continuada do poder civil, os acontecimentos ocorridos àquela data representariam, contudo, um marco fundamental na evolução do processo político. Daí resultariam uma série de condições que iriam permitir uma intervenção mais actuante dos partidos moderados.

Por outras palavras, o declínio progressivo da intervenção militar na política a que se foi assistindo em Portugal teve, sem sombra de dúvida, a sua raiz no 25 de Novembro de 1975. Na prática, embora o MFA continuasse ainda a desempenhar um papel considerável e, eventualmente, pretendesse ainda reforçar por outra via - a presidencial - a respectiva influência política, com o afastamento da sua vertente mais radical então processado e com as alterações produzidas na

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

plano formal no que se refere ao conteúdo do 2º Pacto MFA/Partidos, alargou-se o espaço de actuação partidária. Esse espaço começaria, de novo, a ser posto em causa no final desta sub-fase, em parte devido à própria prática política do partido dominante, o PS, e pela retomada do qual os partidos teriam que levar a cabo acesa luta.

Substancialmente, poder-se-à defender que, se o esbatimento da influência castrense não foi, àquela data, no grau "desejável" para o normal andamento de um processo democrático em termos europeus ocidentais, foi pelo menos minimizada a subordinação do poder civil ao militar na sua componente mais esquerdista, invertendo-se a relação de forças dentro do MFA e, no fundo, possibilitando, a prazo, uma inversão semelhante do processo político(445).

Passou-se a atribuir, também, uma importância acrescida à legitimidade eleitoral, legitimidade essa em parte já conseguida nas eleições para a Assembleia Constituinte(446) e que

---

(445) Apontando para essa possibilidade veja-se MARCELO REBELO DE SOUSA, "O ano de 1975 em retrospectiva. Da subida da esquerda à provável viragem à direita", *in Expresso*, nº 156, de 27 de Dezembro de 1975, p. 2. Vejam-se, também, as entrevistas de Francisco Sá Carneiro ao *Jornal Novo*, ao *Tempo* e ao *Comércio do Porto*, respectivamente a 26 de Agosto, 4 de Setembro e 28 e 29 de Setembro de 1975, em FRANCISCO SÁ CARNEIRO, *Poder Civil Autoridade Democrática e Social-Democracia*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975, respectivamente nas pp. 75 a 99, 101 a 134 e 135 a 172.

(446) Na campanha eleitoral para as primeiras eleições livres essa legitimidade tinha sido posta em questão pelos constantes apelos feitos ao voto em branco por parte dos sectores mais radicais do MFA, pretendendo-se por essa via obter o aval necessário à institucionalização de uma entidade supra-partidária e à consequente subalternização dos partidos, voto em branco esse que não viria, então, a adquirir qualquer expressão significativa.

se veria acentuada nas eleições legislativas de 1976(447), em detrimento da legitimidade revolucionária até então preconizada pelo MFA e pelos partidos esquerdistas.

A intervenção partidária, que apesar dos resultados obtidos nas eleições de 1975, tinha vindo a ser progressivamente reduzida na sua componente mais moderada, especialmente desde 11 de Março de 1975, veria assim alargado, a partir do 25 de Novembro do mesmo ano, o seu leque de actuação possível(448).

Até essa data a maioria dos partidos tinham visto o seu papel permanentemente subalternizado perante o poder militar, aflorando apenas o PS como a única formação partidária moderada com alguma acção relevante, principalmente através da participação respectiva nos primeiros quatro Governos Provisórios, para além do papel exercido pelo PCP e pelo MDP na colagem permanente ao MFA. Seria esta, aliás, a única forma de estas forças, bem como das restantes situadas à esquerda do

---

(447) Esse alargamento do quadro de alternativas para os partidos seria sobretudo processado através do plebiscito popular, realizado na altura das eleições para a Constituinte, mas muito especialmente nas eleições legislativas de 1976. Um e outro acto eleitoral tiveram um impacte muito positivo no reforço da componente civil do sistema, legitimando os partidos e, como referiu OPELLO, trazendo "The civilian political elites into the struggle for control of the situation". Cf. WALTER C. OPELLO JR., *Portugal's Political Development, A Comparative Approach*, Boulder, Westview Press, 1985, p. 72.

(448) Foi a partir do 25 de Novembro de 1975, mais precisamente no dia 2 de Dezembro de 1975, que se pôs em causa, na própria Assembleia Constituinte, o 1º Pacto MFA/Partidos, deliberando-se aí negociar uma segunda Plataforma, após a proposta apresentada pelos Deputados do PPD de impugnação do anterior Pacto; os preceitos do 2º Pacto seriam menos restritivos relativamente à actuação partidária do que os exarados no documento anterior. Cf. JORGE MIRANDA, *Fontes e Trabalhos Preparatórios da Constituição*, Colecção de Estudos Portugueses, Edições Oficinas Gráficas da Papelaria Fernandes, I vol., 1976, pp. 217 e ss e 227 a 230.

sistema partidário, conseguirem interferir de forma liderante no processo político, liderança que, através da mera competição partidária, esses partidos nunca conseguiriam obter.

Apesar disso, a fragilidade do poder civil perante o militar permaneceria ainda nesta fase, aliás como na seguinte; o que não obsta reconhecer-se que então se começaria a perfilar uma maior possibilidade no sentido de um sistema partidário livremente actuante e de um parlamentarismo mais reforçado.

2. Seria, igualmente, a partir dessa altura que no PPD se iniciava um processo de clarificação interna, clarificação essa que viria possibilitar uma importância acrescida da sua actuação, apesar de, num primeiro momento, a cisão ocorrida ter comportado a respectiva perda de influência na Assembleia Constituinte, reforçando-se aí, por consequência, a dos socialistas(449).

Até então, o PPD fora forçado pelas circunstâncias a uma prática política que não conduzisse à marginalização do partido, pautando-se a sua actuação ou em conformidade com a liderança do MFA, ou em conformidade com a acção do PS, quando este retirou o seu apoio aos militares. Dir-se-ia, mesmo, que o PPD se viria na contingência de, na maior parte das situações, ir a reboque da política seguida pelo PS, já porque os circunstancialismos específicos de que se revestia na altu-

---

(449) Veja-se no *Expresso*, nº 166, de 7 de Janeiro de 1976, p. 2 o artigo de MARCELO REBELO DE SOUSA "O (acelerado) ritmo, as (eventuais) vítimas e os (problemáticos) limites da viragem à direita que já começou".

ra o processo político a isso o conduziam, já porque fora indiscutivelmente o PS a liderar, no quadro partidário, todo o processo de oposição à escalada do PCP e da extrema esquerda, assim como das tendências mais radicais do MFA. Em simultâneo, as contradições que atravessavam internamente o PPD, também lhe impossibilitariam, até essa altura, o activar de uma estratégia própria e mais precisa.

Até esse momento, os diversos actores políticos, e entre eles o PPD, tinham gravitado em torno de dois actores fundamentais: de um lado, o MFA, na sua componente mais radical, do outro, o PS, liderando a contestação ao apossamento crescente dos centros de decisão operado pelos militares.

Foi, pois, devido às alterações então ocorridas no plano militar, no campo da actuação do PS, ao liderar a defesa de uma efectiva democratização do sistema reforçando a sua componente civil e, na esfera do PPD, através das estratégias híbridas prosseguidas durante o ano de 1975 e, fundamentalmente, devido a essa mesma ambiguidade, que este último partido conseguiu não ser totalmente afastado do cerne das tomadas de decisão.

Tanto o 2º Pacto MFA/Partidos(450), como a aprovação da Constituição(451) e a própria campanha eleitoral para a Assembleia da República resultaram dessa actuação mais livre dos

---

(450) O 2º Pacto MFA/Partidos seria assinado a 26 de Fevereiro de 1976.

(451) A Constituição da República Portuguesa seria aprovada a 2 de Abril de 1976, entrando em vigor no dia 25 do mesmo mês. Cf. *Diário da Assembleia Constituinte*, nº 132, de 3 de Abril de 1976.

partidos. Também na esfera do VI Governo Provisório já seria mais nítida e inequívoca a influência partidária relativamente aos anteriores Executivos(452), mormente no que concerne à actuação do PS e do próprio PPD.

A grande diferença logo no início desta fase, relativamente ao período que a antecedeu, seria, como temos vindo a sublinhar, o ter-se começado a desenhar um cenário consideravelmente mais normalizado, visando a consagração da legitimidade dos partidos(453). Saliente-se uma vez mais que, para esta situação, seriam cruciais os resultados das primeiras eleições legislativas(454), no sentido do reforço da Democra-

---

(452) Basta recordar a composição do VI Governo Provisório que tomara posse em Setembro de 1975; embora liderado por um militar - Pinheiro de Azevedo - quer o PS quer o PPD obteriam aí cargos (o PPD conseguiu treze, dois dos quais pastas ministeriais). Veja-se no Anexo IV desta dissertação a Lista 23, onde constam os cargos atribuídos ao PPD e os nomes dos inscritos neste partido que os ocuparam; sobre a participação de elementos do PPD/PSD nos diversos Governos Provisórios, vejam-se as Listas 19 a 23 do mesmo Anexo.

Para uma análise comparativa da composição dos seis Governos Provisórios, veja-se "A história (gráfica) de 6 Governos Provisórios", no *Expresso*, nº 146, de 18 de Outubro de 1975, pp. 14 e 15.

(453) É evidente que que o 2º Pacto representou, ainda, uma solução de compromisso com o MFA. Vejam-se, por exemplo, as declarações de Jorge Miranda na Assembleia Constituinte, proferidas no sentido de se pretender uma reformulação da anterior Plataforma e do papel do MFA, sem contudo se pôr explicitamente em causa a presença deste movimento na cena política nacional. Cf. *Diário da Assembleia Constituinte*, nº 93, de 11 de Dezembro de 1975, pp. 3036.

Veja-se, no entanto, a declaração de voto do mesmo Deputado do PPD (e de António Barbosa de Melo) no momento do debate e da votação dos preceitos constitucionais referentes à organização do poder político, na qual expressamente afirma, ao tentar justificar o facto de o PPD ter assinado o 1º Pacto, que tal acordo "ao impôr a existência de órgãos não baseados na vontade popular expressa em eleições (leia-se o Conselho da Revolução e a Assembleia do MFA) e ao manter, para além do interregno Constitucional, a autonomia militar relativamente ao poder civil democrático (...)" levara a "(...) uma democracia limitada ou condicionada" e a "um parlamentarismo truncado por um sistema ditatorial militar". Cf. *Diário da Assembleia Constituinte*, nº 89, de 4 de Dezembro de 1975, pp. 288.

(454) Os resultados das eleições para a Assembleia da República de 25 de Abril de 1976 encontram-se no Quadro 2, do Anexo VI desta dissertação (os relativos ao PPD/PSD

cia pluralista e da legitimação partidária, inclusivé pelas alterações que acarretaram na esfera da competição entre os partidos(455).

Ao triunfar de novo como primeiro partido no acto eleitoral de 25 de Abril de 1976, apesar da quebra sofrida relativamente às eleições anteriores, o PS veria de novo confirmada a sua posição de partido dominante no sistema pluripartidário português(456). Embora no início do que se viria a revelar como um progressivo deperecimento desse papel, os socialistas continuariam ainda, até meados de 1978, como um dos motores não só do sistema de partidos, como do próprio processo político-social global.

---

no respectivo Quadro 1 e Mapa 2). Veja-se, também, o artigo "Primeira análise dos resultados" na "Revista" do *Expresso*, nº 183, de 30 de Abril de 1976, pp. 16-R e 17-R, no qual se procede à análise comparativa dos resultados então obtidos com os resultados da votação nas eleições para a Assembleia Constituinte.

(455) Entre o PS e o PPD já se vinha a processar um certo distanciamento, bem patente na condução dos trabalhos da Assembleia Constituinte e durante toda a campanha eleitoral, dada a actuação do primeiro nos dois planos considerados: na Constituinte procuraria o apoio do PCP e durante a campanha eleitoral atacaria sobretudo o PSD. Dando conta dessa actuação dos socialistas veja-se o artigo "Contra-ofensiva do PS pela esquerda", no *Expresso*, nº 170, de 31 de Janeiro de 1976, p. 2.

Para além disso, teria sido com o apoio do PCP e do MDP que o PS, ainda na Assembleia Constituinte, conseguira fazer vigorar uma série de mecanismos que permitiriam a formação de Governos minoritários, viabilizando assim, à partida, a constituição do Governo minoritário socialista. Cf. MARCELO REBELO DE SOUSA, *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1983, p. 279.

(456) É a partir de 25 de Abril de 1976, com as eleições efectuadas nessa data, que, para MARCELO REBELO DE SOUSA, se inicia uma nova fase do sistema de partidos português, a qual qualifica como sistema multipartidário imperfeito ou de partido dominante, subdividindo-a em 3 sub-fases: apogeu do partido dominante (I Governo PS), entendimento preferencial com um dos partidos da oposição (com o PSD) e crise do papel do partido dominante (Governo PS/CDS); na mesma classificação esta fase dura até 8 de Dezembro de 1977, por altura da demissão do I Governo Constitucional. Cf. MARCELO REBELO DE SOUSA, *op. cit.*, pp. 555 a 568.

Tal dar-se-ia, contudo, a par da crescente actuação do PSD(457) nesse domínio (até porque este partido constituiria a principal força na oposição) e da influência continuada dos militares, os quais permaneceriam, ainda nessa altura, como a principal instância de controlo. Em simultâneo, assistir-se-ia ao dealbar da intervenção do Presidente da República no sistema(458), que se viria a acentuar decisivamente no início da sub-fase seguinte, para atingir o seu esplendor no período final da etapa em análise.

Com a progressiva legitimação das estruturas e das instituições políticas e a crescente normalização das relações político-partidárias, os partidos veriam aumentada, no decorrer desta primeira sub-fase, a importância das suas estratégias e o sistema global concretizado a prevalência da via parlamentar.

---

(457) A partir deste momento, referir-nos-emos nesta Parte da dissertação, ao partido em causa com a sigla PSD ou PPD/PSD, alteração ocorrida aquando do Conselho Nacional de 2 e 3 de Outubro de 1976. Veja-se a nota 784 desta dissertação.

(458) O 2º Pacto MFA/Partidos reduzia consideravelmente as estruturas militares com papel político (eliminando a Assembleia do MFA), mas consagrava, ainda, o Conselho da Revolução como principal instância de controlo. Simultaneamente, a prática seguida por alguns sectores militares não se apresentava então muito clara, sucedendo-se intervenções diversas conducentes à interrogação "como, quando e se" as Forças Armadas teriam efectivamente a intenção de progressivamente vir a desaparecer da vida política portuguesa. Cf. MARCELO REBELO DE SOUSA, "Os 'sete' impasses da vida política portuguesa no ano da graça de 1976", *in Expresso*, nº 218, de 30 de Dezembro de 1976, pp. 2 e 3.

Para além disso, a intervenção militar também se faria sentir por intermédio da Presidência da República. A súbtil intervenção de António Ramalho Eanes, depois de largos meses de total apagamento em face do Governo socialista, far-se-ia na altura sentir quando do seu exercício do direito de veto suspensivo relativamente à Lei da Amnistia, decidido após longo debate havido no Conselho da Revolução, órgão no qual desde o Verão de 1976 tinha reforçado a sua posição. Este acto teria um significado político relevante, conforme sublinharia MARCELO REBELO DE SOUSA em "7 episódios de uma semana política ou as atribulações e as jogadas de um Governo Constitucional", *in Expresso*, nº 223, de 4 de Fevereiro de 1977, p. 2 .

Um e outro vector viriam no entanto, posteriormente, a sofrer sério revés, mormente após as tentativas falhadas do PS de levar a termo as duas legislaturas, respectivamente iniciadas em 23 de Julho de 1976 e em 3 de Janeiro de 1978. Ou seja, o acentuar do pendor presidencialista do regime, começado a esboçar, de acordo com a nossa tipologia, no decorrer da sub-fase seguinte acabaria por se reforçar progressivamente no início da terceira sub-fase, redundando numa inequívoca intervenção do Presidente da Republica.

A actuação do I Governo Constitucional seria, também, atravessada por crises sucessivas que poriam em permanente desequilíbrio a posição já de si pouco estável do partido no poder, permanentemente sujeito aos acordos pontuais a celebrar com os partidos da oposição(459).

3. Pese embora considerarmos que o PS assumiu inteiramente a sua posição de partido dominante no sistema, é

---

(459) Veja-se MARCELO REBELO DE SOUSA, "Um Governo à procura de alargamento da sua legitimidade politica", *in Expresso*, nº 197, de 6 de Agosto de 1976, p. 2 e, do mesmo autor, o artigo "Qual é o valor dos compromissos politicos do Governo socialista", *in Expresso*, nº 214, de 3 de Dezembro de 1976, p. 2. Vejam-se, simultaneamente, as declarações proferidas por Francisco Sá Carneiro aquando das Jornadas Municipais Sociais-Democratas, realizadas no Porto a 29 e 30 de Janeiro de 1977, apontando para uma nova proposta politica: a celebração de um compromisso democrático apoiado por uma ampla maioria parlamentar, na qual se incluiria o PS. Em face da recusa deste último em apoiar tal hipótese, acentuar-se-iam as criticas do sector "Sá Carneirista" ao partido no poder enquanto, por outro lado, se continuavam a promover encontros regulares e a prosseguir consultas mútuas entre os dois partidos. Disto seriam exemplo as negociações entre o PSD, o Governo e o PS, durante a quinzena imediatamente anterior à votação da lei de bases da reforma agrária e do projecto-lei do arrendamento rural, tendo dado origem a um comunicado conjunto, no qual se explicitavam as caracteristicas dessas consultas, não parecendo representar as mesmas um aval do PSD à politica governamental. Cf. "Comunicado conjunto do PS e do PSD", de 21 de Junho de 1977, assinado por Jorge Campinos e António Barbosa de Melo, Serviços de Documentação do PSD; ainda sobre as negociações PS/PSD veja-se "Bastidores de negociações difíceis", *in Expresso*, nº 246, de 16 de Julho de 1977, p. 3.

igualmente verdadeiro que a respectiva actuação passou, a curto prazo, a ser condicionada por circunstâncias várias que lhe seriam bastante adversas. Entre elas contar-se-iam, à partida, causas de carácter institucional, determinadas pelas próprias opções de base do regime, entre as quais assumiriam relevo especial a legislação eleitoral, a própria prática dos partidos, a sujeição que o sistema partidário ainda detinha perante outras instâncias de poder e a legislação adoptada, que possibilitava a fórmula governamental minoritária para o seu exercício(460). A curto prazo, adquiriria uma relevância fundamental neste aspecto a proeminência assumida pelo papel do Presidente da República, eleito com uma margem muito confortável de votos(461) e conseguindo-o sem o patrocínio exclusivo dos socialistas(462). Do mesmo passo, os resultados das eleições autárquicas, realizadas a 12 de Dezembro seguinte, viriam de certa forma a retirar ao PS o "brilho" que conseguira nas primeiras legislativas(463).

---

(460) Veja-se a este respeito a análise das causas mediatas e imediatas que levariam, posteriormente, à crise e à queda do I Governo Constitucional, análise elaborada logo após a queda do Executivo socialista por MARCELO REBELO DE SOUSA: "Causas e saídas de uma crise governativa: Governo novo, competente e prestigiado - precisa-se", *in Expresso*, nº 267, de 10 de Dezembro de 1977, especialmente a p. 2.

(461) As eleições presidenciais decorreriam em Junho de 1976, vencendo o candidato António Ramalho Eanes com 60,6% dos votos expressos, apoiado pelos socialistas e pelos sociais-democratas. Vejam-se, no Quadro 4 do Anexo VI desta dissertação, os resultados obtidos pelos diferentes candidatos à Chefia do Estado. No que concerne ao perfil da candidatura e à actuação do novo Presidente da República, veja-se CARLOS PINTO SANTOS e ORLANDO NEVES, *Eanes - Um Presidente no Curso da Constituição*, Lisboa, 1978.

(462) Aliás, como adiante veremos, teria sido o PPD/PSD o primeiro partido a apoiar publicamente aquele que viria a ser o Presidente da República.

(463) O PS obteria, contudo, a maioria das Presidências das Câmaras Municipais, logo se-

Conjugadas as causas de carácter institucional com os resultados destes dois acontecimentos, conferindo umas e outras às forças da oposição uma importância acrescida e apesar dos acordos pontualmente encontrados pelo Executivo, em face das votações sucessivas na Assembleia da República de diplomas tão importantes e polémicos como a lei do plano e a lei do orçamento para 1977(464), e em meados desse ano a lei da reforma agrária, a lei do arrendamento rural e a lei do investimento estrangeiro(465), o Governo minoritário dos socia-

---

guido do PSD (sobretudo implantado no Norte e Centro Litoral, totalizando 115 Presidentes eleitos nas edilidades locais). Vejam-se os resultados deste partido nas primeiras eleições autárquicas no Quadro 3 e no Mapa 13 (no qual também estão representados os outros partidos) do Anexo VI desta dissertação.

(464) Os socialistas teriam alguma dificuldade nas negociações neste capítulo. O PSD acabaria por votar contra o Plano e abster-se depois de algumas hesitações relativamente ao Orçamento, dada a actuação da restante oposição. Veja-se o *Expresso*, nº 218, de 30 de Dezembro de 1976, p. 1 e o sub-capítulo 2.2 do Capítulo X desta dissertação.

(465) Estas seriam as chamadas "leis de regime", que tanta controvérsia suscitariam, principalmente no âmbito interno do PSD. Cf. *idem*. A legislação sobre a reforma agrária, conhecida como "lei Barreto", seria a que mais polémica iria levantar, sobretudo no âmbito interno do PSD. Se a lei em causa representava, indubitavelmente, um recuo em relação à legislação anterior ("Programa de Política Económica e Social do I Governo Provisório", aprovado a 7 de Fevereiro de 1975 e, sobretudo, Decreto-Lei da Reforma Agrária, aprovado pelo Executivo seguinte, a 29 de Julho de 1975), não era, no entanto, o texto julgado ideal por alguns sectores do PSD, tendo em conta as limitações impostas relativamente às áreas de reserva e ao problema dos indivisos. Estes seriam, pelo menos, os entraves formais da argumentação a favor da não votação da lei em questão, conquanto as motivações subjacentes ao voto contra ou à abstenção se revestissem, como adiante, veremos de conotações políticas com objectivos mais complexos.

Para a apreensão das características da lei de bases da reforma agrária no quadro da legislação e da prática seguida até à sua aplicação, veja-se OLIVIER BALABANIAN, *Problemas Agrícolas e Reformas Agrárias no Alto Alentejo e na Estremadura Espanhola*, Lisboa, ed. do autor, 1984, pp. 248 a 261. Para o acompanhamento de todos os passos do processo de aplicação dessas leis, das diversas medidas adoptadas para alterar a estrutura agrária e das ocupações das terras, veja-se TERESA ALMADA, *Diário da Reforma Agrária*, Lisboa, Publicações Europa-América, s. d.; veja-se, ainda, MANUEL DE LUCENA, *Revolução e Instituições. A Extinção dos Grémios da Lavoura Alentejanos*, Lisboa, Publicações Europa-América, s.d., especialmente pp. 37 a 80.

listas acabaria por não resistir.

Depois das primeiras dissensões internas, da remodelação ministerial que se teria que processar(466) e das tentativas no sentido de encontrar soluções para superar a crise, a actuação do PS enquanto poder ver-se-ia progressivamente diminuída, vindo por sua vez a aumentarem as hipóteses de uma maior intervenção presidencial(467).

Apesar de reconhecer a importância em estabelecer alianças consistentes e perduráveis a nível parlamentar, manifestas através da convergência ocasionalmente encontrada com o PSD, o PS não conseguiu mais do que acordos pontuais e sem continuidade possível com aquele partido, acabando por se reduzir o quadro de oportunidades para se manter no poder.

---

(466) Prenunciada no último trimestre do ano anterior, a remodelação do Executivo far-se-ia a 25 de Março de 1977, tendo muitos independentes ocupado pastas. Veja-se a esse propósito o artigo de MARCELO REBELO DE SOUSA, "Quando o Natal inspira algumas reflexões sobre a remodelação no Governo", *in Expresso*, nº 217, de 23 de Dezembro de 1976, p. 2.

(467) A primeira intervenção, feita subrepticiamente pelo Presidente da República, teria lugar no momento da remodelação ministerial acima reportada. Entre os independentes que então entraram para o Governo estariam diversas personalidades próximas de António Ramalho Eanes, como Carlos Mota Pinto, dissidente do PSD, e Alfredo Nobre da Costa. Veja-se, a este respeito, o artigo de MARCELO REBELO DE SOUSA "Sob os auspícios de um Eanes interveniente num reajustamento que é afinal uma remodelação", *in Expresso*,nº 230, de 25 de Março de 1977, p. 2.

Posteriormente, seria igualmente clara a sua intervenção quando junto do PSD promoveria a aprovação das "leis de regime" já referidas. Esta actuação far-se-ia sentir de uma forma mais evidente quando do discurso presidencial de 25 de Abril de 1977. Veja-se sobre o mesmo, o artigo de MARCELO REBELO DE SOUSA "Quer Mário Soares compreender o apelo do Presidente Ramalho Eanes?", *in Expresso*, nº 235, de 29 de Abril de 1977, p. 2 e, no mesmo número, "Rescaldo do discurso de Eanes agita partidos (e Governo)", p. 15.

Um outro artigo alertaria para os eventuais riscos inerentes a esta actuação de António Ramalho Eanes, nomeadamente o do "sebastianismo messiânico", que o tempo se encarregaria de demonstrar encontrar ainda eco em muitos sectores da vida política portuguesa. Cf. MARCELO REBELO DE SOUSA, "O Sebastianismo, a doença infantil do semi-presidencialismo", *in Expresso*, nº 242, de 18 de Junho de 1977, p. 2.

O pretenso entendimento com os sociais-democratas prenunciava-se, aliás, de curta duração e de fraca estabilidade, e a eventualidade de obtenção de um contrato de legislatura(468) com o PSD revelar-se-ia igualmente efémera, visto o mesmo assentar na estratégia defendida apenas por uma só das facções que então se degladeavam internamente neste último partido e entre as quais haveria de deflagrar o segundo conflito intra-partidário(469). Daí que, a prazo, o I Governo Constitucional tivesse os dias contados, acabando por cair a 8 de Dezembro de 1977(470).

---

(468) Esta proposta do PS seria formulada na sequência do acordo de consultas mútuas realizadas entre o PSD e o CDS, dada a recusa do PS, e que daria lugar à Convergência Democrática. Conseguido esse entendimento, o mesmo, pelas razões apontadas no texto, teria uma existência meramente conjuntural e sem continuidade, possibilitando, no entanto, a aprovação de certa legislação importante sobre a delimitação dos sectores económicos. Cf. MARCELO REBELO DE SOUSA, "As causas e os efeitos do 'não' ao 'contrato de legislatura' do PSD", in *Expresso*, nº 254, de 10 de Setembro de 1977, p. 2.

Sobre o encontros do PSD com o CDS que levariam à criação da Convergência Democrática, veja-se o artigo "História, presente e futuro das cimeiras PSD-CDS", na "Revista" do *Expresso*, nº 245, de 9 de Julho de 1977, pp. 1-R e 2-R. Sobre o fim desses encontros da Convergência Democrática, fundamentalmente provocado depois das primeiras notícias vindas a público da eventual formação de uma plataforma PS/CDS, veja-se o *Expresso*, nº 269, de 30 de Dezembro de 1977, pp. 1 e 16.

(469) A opção entre apoiar pontualmente o PS ou só se aceitar negociar um entendimento mais profundo com o mesmo evoluiria, como já vimos, para o ter de se escolher entre o acordar num contrato de legislatura com o PS, tal como seria proposto por Mário Soares, ou a aceitação deste, apenas se substituida a fórmula governativa então vigente. Esta seria, na altura, uma das polémicas fundamentais dentro do PSD, que oporia a maioria da Comissão Política Nacional do partido a Francisco Sá Carneiro, defensor desta última proposta.

(470) O I Governo PS acabaria por cair após a apresentação de uma "Moção de confiança" à Assembleia da República, rejeitada por 159 votos contra e apenas 100 a favor. Cf. *Diário da Assembleia da República*, I Série, nºs 17 e 18, de 7 e 8 de Dezembro de 1977 e II Série, nº 22, de 23 de Dezembro de 1977.

Sobre a composição e prática política do I Governo Constitucional, veja-se *Vencer a Crise Preparar o Futuro. Um Ano de Governo Constitucional*, (coordenação de NUNO VASCO), Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro para os Assuntos Políticos, 1977.

4. A partir das primeiras eleições legislativas, a par de certa instabilidade estrutural provocada pela impossibilidade de constituição de uma maioria estável, assistir-se-ia, assim, à complexidade crescente das relações interpartidárias. Esta decorreria dos factos acima reportados e de um realinhamento das clivagens produzidas no sistema de partidos e dentro de cada um deles, especialmente do PSD.

Apesar da permanência, nesta fase, das linhas de clivagem já existentes entre o PS e o PCP e de a descontinuidade do espaço político entre ambos continuar a ser determinante no perfil do sistema partidário, algumas alterações seriam introduzidas pela acção dos actores políticos que modelariam a respectiva configuração.

A clivagem que oporia de um lado, os defensores da continuação do apoio ao MFA e, do outro, os defensores de uma retracção ao mesmo e a clivagem entre os primeiros pugnando pelo unitarismo e os últimos defendendo o pluralismo, que na fase anterior constituíam duas das principais componentes do conflito político-partidário, embora não se tivessem ainda visto substituídas nesta fase, já que a base das dissenções permanecia, seriam bastante atenuadas com o evoluir dos acontecimentos. Outra clivagem fundamental naquela fase oporia um projecto defensor de um parlamentarismo racionalizado de tipo ocidental a um projecto de democracia popular, eventualmente sob a tutela dos militares.

A par das divergências no que concerne à opção por um crescente radicalismo do processo político ou, pelo contrário,

por um gradualismo moderado, também de certa forma sublimadas devido à inversão de forças possibilitada em finais de 1975, aquelas clivagens seriam incluídas numa base de conflito mais alargada, ideologicamente mais elaborada e que passaria a desempenhar um papel decisivo na estruturação de uma nova linha de clivagem mais precisa e que se sobreporia às anteriores.

Se é um facto que a clivagem em causa continuava a opôr, por um lado, o PS secundado pelo PSD e pelo CDS, defendendo um e outros a primeira daquelas fórmulas, e, por outro, o PCP pugnando em prol da segunda, o certo é que uma nova fonte de conflito se começaria a desenhar com maior precisão pela mão de uma facção do PSD, afastando-o do partido mais próximo situado à sua esquerda e então no poder(471). O surgir deste traço é já uma característica desta sub-fase, que se iria consideravelmente acentuando para o final da mesma, mantendo-se na sub-fase seguinte, para se configurar como o vector dominante da terceira etapa.

Enquanto o PS prosseguia na defesa de um sistema submetido a um regime económico de raiz colectivista, consagrando a via obrigatória para o socialismo, no fundo, e pese embora as inúmeras divergências noutras matérias num projecto neste aspecto mais próximo do PCP, o PSD debatia-se interna-

---

(471) Esta seria a base da opção estratégica de Francisco Sá Carneiro, em oposição à linha que já transparecia da então Comissão Política em exercício. Veja-se no *item* 2.2 do Capítulo X da Parte III desta dissertação, a polémica interna no PSD que tal facto suscitaria e que acabaria por levar, perante o sucesso da estratégia "Sá Carneirista", à cisão dos "Inadiáveis".

mente com a existência de dois projectos distintos.

De um lado, uma facção que parecia ir a reboque de tal projecto, não obstante as motivações subjacentes parecessem apresentar um carácter predominantemente táctico-estratégico(472); do outro, Francisco Sá Carneiro e os seus apoiantes mais directos, que pretendiam desenvolver uma estratégia distinta, no sentido do reforço de uma via mais autónoma, à qual estaria subjacente o desejo de provocar uma reformulação profunda de toda a dinâmica política.

O enunciar, no seio do PSD, dessas duas estratégias totalmente divergentes desencadearia novas polémicas internas, as quais se iriam arrastar desde meados de 1977 até ao estalar do segundo conflito intra-partidário em Abril de 1979.

Os desígnios mais autónomos desse sector do PSD relativamente ao PS não eram novos. Tinham já sido enunciados no decorrer dos trabalhos da Assembleia Constituinte e da participação no VI Governo Provisório, em função de uma estratégia precisa para as eleições legislativas, vindo perfeitamente na linha preconizada por Francisco Sá Carneiro desde o seu regresso ao partido no ano anterior. Contudo, tal actuação só seria passível de vir a ser eventualmente posta em prática no quadro da acalmia interna a que se vinha prosseguindo desde o rescaldo do Congresso de Aveiro.

No entanto, depois de um ano, 1976, consideravelmente calmo e durante o qual decorreria um significativo processo de

---

(472) Adiante teremos oportunidade de analisar as clivagens que oporiam o "Grupo Sá Borges" aos "Sá Carneiristas". Cf. sub-capítulo 2 do Capítulo X e sub-capítulo 2.2 do Capítulo XI desta dissertação.

pacificação interna, novas dissensões intra-partidárias viriam a eclodir por alturas da Primavera de 1977, às quais só se conseguiria pôr termo dois anos depois, dificultando, assim, durante todo esse período a concretização daquele objectivo.

A ofensiva em causa, promovida por Francisco Sá Carneiro, estaria mesmo na base do progressivo distanciamento entre o PS e o PSD, pese embora as tentativas de acordos pontuais entre eles estabelecidos ou o facto de a prática política, especialmente do primeiro, estar muitas vezes em consonância com aquilo que, no fundo, era propugnado pelo segundo.

Falhada a tentativa minoritária do I Governo Constitucional, em crise aberta desde o fim do Verão de 1977(473) e acabando por se dar a sua demissão pela Assembleia da República, em 8 de Dezembro de 1977(474), a precaridade da situação do PS tornou-se ainda mais evidente, indo buscar para o seu parceiro no II Governo Constitucional o CDS. Tal estra-

---

(473) Na crise do I Governo PS haverá a sublinhar o papel passivo do Presidente da República o qual, pelo significado político de que se revestiu, não deixou de representar um passo na intervenção presidencial no sistema. A referida posição de neutralidade de António Ramalho Eanes seria assumida no discurso de reabertura da Assembleia da República, a 15 de Outubro de 1977. Veja-se, a este respeito, PEDRO SANTANA LOPES e JOSÉ MANUEL DURÃO BARROSO, *Sistema de Governo e Sistema Partidário*, Lisboa, APRI, 1984, pp. 39-41.

Sobre o balanço negativo na opinião pública da actividade do I Governo Constitucional (25% dos que responderam à questão concordariam com a demissão do Executivo) e, em simultâneo, o valor atribuído ao Presidente da República como sendo a instituição política fundamental para a Democracia (24% contra, 18% atribuindo tal papel aos partidos), veja-se MÁRIO BACALHAU e THOMAS BRUNEAU, *Os Portugueses e a Política Quatro Anos Depois do 25 de Abril, Sondagem à Opinião Pública*, Lisboa, Editorial Meseta, 1978.

(474) Vejam-se os diversos artigos e reportagens várias sobre a queda do I Governo Constitucional no *Expresso* e na respectiva "Revista", nº 267, de 10 de Dezembro de 1977, entre os quais destacamos a análise, já aqui citada, de MARCELO REBELO DE SOUSA, "Causas e saídas de uma crise governativa: Governo novo, competente e prestigiado precisa-se", *in idem*, pp. 2 e 3.

tégia acabaria por se mostrar igualmente incapaz de resolver a situação, vindo o Presidente da República a exonerar o então Primeiro-Ministro Mário Soares a 18 de Julho de 1978.

5. Tentaremos agora articular os principais aspectos de que se revestiu esta segunda sub-fase, diferenciando-os das características do período anterior:

a) A inversão de forças possibilitada com o 25 de Novembro de 1975, acarretando o declínio progressivo dos militares de esquerda mais radical enquanto condutores do processo político, imprime desde logo um novo perfil a esta fase;

b) A aprovação da Constituição vem, relativamente à fase anterior, consagrar o papel nuclear dos partidos na Democracia portuguesa;

c) No sentido da prevalência do papel dos partidos no cerne do regime vigente, actuam de forma decisiva os resultados das primeiras eleições legislativas;

d) Consolidação acrescida do sistema político democrático, maior pendor da sua componente parlamentar e reforço do papel dos partidos igualmente decorrentes dos resultados daquela consulta eleitoral;

e) O sistema de partidos mantém um perfil multipartidário, mas apresenta-se ainda menos fragmentado e tendente ao acentuar da bipolarização ideológica;

f) À direita do espectro partidário deixam de ter expressão as formações anti-sistema, isto é, as que

se recusavam a aceitar a mudança;

g) A direita moderada representada pelo CDS passa a ter uma maior expressão parlamentar, sendo-lhe igualmente reconhecida uma maior legitimidade democrática, legitimidade essa posta ainda em causa na fase pretérita;

h) À esquerda do espectro político, o PCP permanece na mesma posição radicalizada, sendo a sua actuação decisiva, primeiro para a viabilização do Governo socialista e, depois, para a sua queda;

i) Na extrema-esquerda permanece a UDP a aglutinar as minorias anti-sistema, como o único partido desse sector com representação parlamentar;

j) As grandes linhas de força do sistema giram, ainda, à volta do PS, que controla o poder de uma forma efectiva, embora em termos minoritários, adquirindo o sistema de partidos a configuração de um multipartidarismo de partido dominante;

k) Em face da posição minoritária detida, o PS começa a perder sistematicamente a capacidade de liderança do sistema, situação agravada pelas eleições presidenciais, pelas eleições legislativas e autárquicas, apesar das sucessivas inflexões estratégicas a que se veria obrigado, acabando o I Governo Constitucional, no final desta sub-fase, por entrar declaradamente em crise aberta;

l) Dadas as crescentes oportunidades que o sistema vem

oferecendo, a partir do início desta fase, à generalidade dos partidos moderados, as hipóteses no que concerne ao espaço de manobra do PSD vão-se gradualmente acentuando no desenrolar desta sub-fase, principalmente a partir do momento em que o Executivo PS entra em dificuldades;

m) Quanto ao PSD, não só o cenário global se apresenta mais propício, como a actuação do PS vem possibilitar a uma das suas facções internas o enunciar de uma estratégia de distanciamento progressivo deste partido;

n) Se durante esta etapa tal estratégia não consegue ainda sobrepôr-se, tal ficar-se-ia a dever ao facto de os vectores da mesma não estarem ainda suficientemente explicitados, à conflitualidade intra-partidária que ressurgiria no PSD e aos circunstancialismos provenientes da actuação presidencial nas sub-fases seguintes;

p) A actuação do PSD torna-se, apesar disso, consideravelmente mais visível e, mais tarde, determinante na procura de soluções para obviar à crise que se viria a instalar no cerne do sistema.

2.2 A fragilidade potencial do sistema de partidos e as suas consequências

1. Entre a exoneração do I Governo Constitucional e o

fim da coligação PS/CDS, novos factos, ocorridos quer no plano da intervenção do Presidente da República, quer no das opções estratégicas do PSD, viriam a imprimir a esta sub-fase certas características que se veriam posteriormente acentuadas. Desta verificação não decorre o não se reconhecer a este etapa alguns traços semelhantes à anterior, mas o prefigurarem-se já, nos dois planos considerados, novas tendências, as quais, no entanto, só seriam passíveis de concretização na fase seguinte.

Iniciada com a queda do I Governo monopartidário do PS, esta sub-fase prolongar-se-ia até ao final da segunda tentativa, igualmente frustrada, dos socialistas para se manterem no poder.

Dada a impossibilidade de continuar a gerir o sistema nos moldes encontrados para o primeiro Executivo e atendendo às consequências da sua eventual perda de importância política, o PS viria a adoptar uma nova táctica no sentido de continuar a liderar o sistema.

A saída possível residiria num acordo parlamentar com os centristas(475), tendo em conta o progressivo distanciamento que se vinha a fazer sentir entre o PS e o PSD. Apesar de este último defender então uma fórmula governamental

---

(475) Na impossibilidade de constituição de um segundo Executivo minoritário com o apoio exclusivo do PS, este partido estabeleceria um acordo de cooperação parlamentar com incidência governativa com o CDS, pela razões já reportadas; para o CDS seria a única forma de participar no exercício do poder. Cf. MARCELO REBELO DE SOUSA, "41 meses depois o CDS é Governo", *in Expresso*, nº 273, de 21 de Janeiro de 1978, p. 2 e o "Programa do Governo", no "Suplemento" do *Diário da Assembleia da República*, I Série, nº 34, de 3 de Fevereiro de 1978.

tripartida(476), o agravamento das respectivas tensões internas e a indisponibilidade do Presidente da República para dar cobertura a essa alternativa dificultaram uma solução dessa natureza. A situação intra-partidária do PSD, para além de conflituosa, estava longe de ser clarificada, não se apresentando assim este partido, no ponto de vista do PS, como o parceiro ideal para a coligação necessária.

Formado o II Governo Constitucional, não sem algumas dificuldades de monta(477) este funcionaria durante algum tempo com a oposição moderada do PSD(478), visto nele preponderar, à altura, a facção que entendia dever prosseguir-se uma linha de contemporização com o Governo(479).

---

(476) No Conselho Nacional de Faro realizado a 7 de Janeiro de 1978 e na reunião do mesmo realizada em Lisboa no dia seguinte, o PSD sancionaria a linha de orientação até aí prosseguida nos contactos com o PS, em termos de só viabilizar uma plataforma tripartida PS/PSD/CDS. Para além da análise aprofundada da problemática no PSD suscitada por esta questão, que efectuamos no sub-capítulo 2.2 do Capítulo X desta dissertação, veja-se o *Jornal Novo*, de 8 de Janeiro de 1978 e *O Dia*, de 16 de Janeiro de 1978 noticiando essa decisão.

(477) O II Governo Constitucional tomaria posse a 3 de Janeiro de 1978. Veja-se sobre o "mau arranque" do novo Executivo o artigo de MARCELO REBELO DE SOUSA, "Ver mais de fora a peça", *in Expresso*, nº 275, de 4 de Fevereiro de 1978, p. 2.

(478) É com base nesta característica, que MARCELO REBELO DE SOUSA classifica o sistema de partidos compreendido entre a constituição e a queda do Governo PS/CDS como "Multipartidarismo perfeito, no seio do qual se forma um acordo parlamentar de incidência governamental". Cf. MARCELO REBELO DE SOUSA, *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1983, p. 568.

(479) Esta decisão seria consequência da estratégia aprovada no V Congresso do PSD reunido no Porto. No entanto, o PSD não deixaria de apresentar uma "Moção de rejeição" ao Programa do Governo, além de criticar diversos domínios da intervenção governativa. Vejam-se, a título de exemplo, as críticas formuladas às medidas tomadas pelo novo Governo no sector da comunicação social, expressas no Comunicado "A Escalada Continua" da Comissão Permanente do Conselho Nacional, de 12 de Maio de 1978, a contestação levada a efeito num outro Comunicado do mesmo órgão, intitulado "O PSD e o acordo com o FMI", datado de 23 de Maio de 1978, no qual, além de se contestar o conteúdo do mesmo, também se tecem nos respectivos pontos 1, 5 e 6 críticas à não aplicação da lei da reforma agrária e à política

A partir do momento em que, pela mão de Francisco Sá Carneiro, aquela estratégia começou a ser modificada(480) no sentido do crescendo da oposição ao Governo e ao Presidente da República, exigindo-se eleições antecipadas, a crise estalou. Depois das tentativas infrutíferas do PS de superar essa crise, procurando alargar a base de apoio do Governo(481), em face da não satisfação das exigências formuladas pelos centristas a ruptura da coligação tornar-se-ia inevitável(482).

Denunciado unilateralmente o acordo por parte do CDS, caberia ao Presidente da República desferir o golpe de misericórdia ao II Governo Constitucional, exonerando o Primeiro-Ministro Mário Soares(483).

2. A queda do Executivo PS/CDS ficar-se-ia, assim, a

---

de saúde prosseguida e, por último, o Comunicado "A maioria PS/CDS recusa autonomia financeira às autarquias locais", Comissão Permanente do Conselho Nacional do PSD, 15 de Junho de 1978.

(480) O primeiro passo desta viragem seria o discurso proferido pelo Ex-Presidente do PSD no Vimeiro. Seguir-se-iam acontecimentos vários e muito conflituosos reportados e analisados no Capítulo X da Parte III desta dissertação, culminando com a vitória da estratégia propugnada por Francisco Sá Carneiro no VI Congresso do PSD.

(481) Entre as quais se contam a "sondagem", sem sucesso, feita a elementos das "Opções Inadiáveis" para integrarem um novo Executivo, reportado na "Revista" do *Expresso*, nº 299, de 22 de Julho de 1978, p. 1-R.

(482) Veja-se a este respeito a entrevista de Adelino Amaro da Costa à "Revista" do *Expresso*, nº 305, de 2 de Setembro de 1978, pp. 1-R e 2-R.

(483) António Ramalho Eanes distanciar-se-ia progressivamente do Executivo, até lhe retirar a sua confiança política exonerando Mário Soares a 28 de Julho de 1978, isto na sequência do pedido de demissão dos membros do CDS no Governo e da denúncia unilateral do acordo por parte deste partido, processada a 24 de Junho de 1978.

De qualquer forma, o anterior discurso do Chefe do Estado, proferido na Assembleia da República a 25 de Abril de 1978, significaria já a abertura da crise do II Governo Constitucional.

dever à conjugação de uma multiplicidade de acontecimentos inscritos no âmbito das estratégias prosseguidas fundamentalmente por três actores políticos: o CDS, o Presidente da República e o PSD.

No campo do CDS, tornava-se mais clara a opção por uma estratégia distinta, para cuja adopção se vinha orientando, correspondendo assim às críticas crescentes ao Executivo por parte do PSD e alegando, para a denúncia do acordo, uma série de exigências formuladas ao seu parceiro na coligação e por ele não satisfeitas(484).

Simultaneamente, desde há algum tempo que se vinha a tornar nítida uma certa propensão presidencialista por parte de certos sectores partidários, com amplo eco em Belém. Aliás, logo na altura da formação do II Governo Constitucional, prefigurando-se já um tempo de vida limitado para esse Executivo, um dos cenários possíveis para a evolução do sistema apontaria para o acentuar do pendor presidencial e para a formação, sob o patrocínio do Presidente da República, de uma "maioria política e social coerente e estável"(485).

É nessa medida que a intervenção presidencial acabaria por tomar corpo, justificando-se a mesma no sentido de se pre-

---

(484) Para além da entrevista, supra reportada, de Adelino Amaro da Costa ao *Expresso*, veja-se o artigo de MARCELO REBELO DE SOUSA, "O que faz correr e para onde corre o CDS?", *in Expresso*, nº 296, de 1 de Julho de 1978, p. 2.

(485) Cf. MARCELO REBELO DE SOUSA, "Ver mais de fora a peça", *in Expresso*, nº 275, de 4 de Fevereiro de 1978, p. 2.
Assim se justificaria o distanciamento de António Ramalho Eanes relativamente ao II Governo Constitucional. Cf. MARCELO REBELO DE SOUSA, "Quem são os presidencialistas", *in Expresso*, nº 296, de 1 de Julho de 1978, p. 2.

tender, por essa via, desenvolver todas as virtualidades que o sistema político oferecia, neste caso, uma considerável margem de manobra para o Chefe do Estado.

No tocante ao PSD é desde logo indiscutível que o regresso de Francisco Sá Carneiro à Presidência do partido constituiu um vector fundamental para o despoletar da crise governamental e para a forma como esta se processou. Consciente de que os seus futuros ganhos só poderiam advir de um reforço da clivagem com o PS e das dissenções entre este partido e o Presidente da República, haveria que, na sua perspectiva, promover uma clarificação da situação política. Tal clarificação viria a possibilitar uma alteração na relação de forças entre os diferentes actores políticos, na qual o PSD poderia ocupar um lugar de destaque.

Do ponto de vista da linha estratégica que saíra vencedora do VI Congresso do PSD(486), a posição dominante do PS decorria de um artificialismo de situações, que, a prazo, poderia vir a ser posto em causa, sendo claro o desígnio do primeiro de vir a colher os dividendos dessa clarificação.

A facção que perdera a predominância interna no PSD(487), se acatara a ideia de deixar cair o Executivo, fize-

---

(486) No VI Congresso do PSD reunido no cinema Roma em Lisboa, a 1 e 2 de Julho de 1978, seria aprovada uma Moção-síntese cujo conteúdo derivava do posicionamento estratégico do recém regressado Presidente do partido.

(487) A outra face do confronto intra-partidário no PSD, fundamentalmente representada pelos "Inadiáveis", tinha visto vencer parte das suas teses no V Congresso do partido; a estratégia aí aprovada fora depois confirmada pelo Conselho Nacional seguinte. A posterior actuação do ex-Presidente do partido viria, contudo, a pôr em causa essa opção. Cf. o *item* 2.2 do Capítulo X desta dissertação.

ra-o, eventualmente, no sentido de vir a ocupar um espaço privilegiado no quadro das oportunidades políticas que o sistema podia ainda oferecer, mas numa perspectiva e num tempo distintos da estratégia propugnada pela outra linha. Esta assentaria na vontade explícita de acentuar as clivagens no sistema partidário, procurando-se alterar radicalmente os dados políticos, assumindo assim especial relevo a realização de novas eleições legislativas e a revisão constitucional(488).

A marca deixada pela mão do PS na Constituição aprovada em 1976, pese embora os condicionalismos específicos então exercidos na actuação dos socialistas, impondo um determinado projecto e um rumo preciso à sociedade portuguesa, constituiria a base de clivagem fundamental para aquela estratégia se poder desenvolver.

Esta, contudo, não se viria a mostrar imediatamente exequível, já porque a fragilidade dos equilíbrios internos do PSD permaneceria ainda durante algum tempo, vindo mesmo a conhecer momentos particularmente gravosos, já porque a actuação do Presidente da República viria a contrariar, a prazo, a sua consecução.

3. Do expôsto realçam algumas características no que concerce à configuração assumida nesta sub-fase pelo sistema de partidos e pelo sistema de governo:

---

(488) Tal estaria já perfeitamente explícito, por exemplo, na entrevista de Francisco Sá Carneiro ao *Expresso*, conduzida por Maria João Avillez e por Vasco Pulido Valente. Cf. *Expresso*, nº 300, de 29 de Julho de 1978, pp. 1 e 4.

a) Se se mantêm, ainda, alguns dos traços da sub-fase anterior, tais como o domínio dos partidos no sistema, fundamentalmente expresso através da fórmula governamental ensaiada, esses traços começam a apresentar um perfil algo distinto, começando a desenhar-se uma tendência contrária a esse domínio;

b) Dentro deste quadro prefigura-se um hipotético cenário, a favor do qual avultariam as primeiras intervenções do Presidente da República;

c) Se no panorama global continua ainda presente um certo "esquerdismo", na prática sucede o inverso, sendo tal particularmente visível através do comportamento dos partidos no poder;

d) Os partidos com representação eleitoral mantêm-se com idêntica expressão a esse nível;

e) Permanece a posição dominante do PS, o qual, contudo, decresce na sua importância em termos governamentais e parlamentares, visto necessitar do apoio do CDS para se manter no poder;

f) A possibilidade de reforço da actuação do PSD, manifesta logo no início desta sub-fase, torna-se ainda mais evidente com o decorrer desta, principalmente à medida que as dissensões intra-partidárias se vão explicitando e o confronto entre as mesmas se torna iminente;

g) Tal estratégia não é, contudo, passível de aplicação imediata, sobressaindo, pelo contrário, e com certa

proeminência no final desta sub-fase, a acção do Presidente da República;

h) *Trata-se de um período de transição, no qual começam a aflorar algumas características, sobretudo a última reportada, que na fase seguinte viriam a adquirir a sua máxima expressão.*

2.3 - Da intervenção presidencial à superação da marginalização dos partidos.

1. No que se refere à terceira sub-fase, apresenta uma série de características, algumas das quais começadas a delinear nas sub-fases anteriores, mas consideravelmente mais acentuadas.

Como marco cronológico do início desta terceira sub-fase reportamo-nos a Julho de 1978, período em que se deu a simultaneidade de ocorrência de dois acontecimentos interrelacionados, um, do foro interno de um partido político, outro, do sistema político global: respectivamente o VI Congresso do PSD e a exoneração do II Governo Constitucional, ambos ocorridos em Julho de 1978.

A cimeira social-democrata a que nos referimos representou o início da viabilização da estratégia propugnada por Francisco Sá Carneiro, com o regresso deste à Presidência do partido, circunstância que contribuiria, em larga medida, para a queda do II Governo Constitucional.

Quanto à forma como se processaria a exoneração do

Governo PS/CDS, como já defendemos, seria, igualmente, em parte repercussão dos circunstancialismos específicos daquela cimeira do PSD e o primeiro indício evidente do novo rumo do processo político.

No que toca ao seu limite final, situa-se no fim do período que decorre entre Julho de 1979, com a constituição da AD e as eleições legislativas de 2 de Dezembro do mesmo ano; entre uma e outra data processa-se a transição para a fase seguinte, na qual se concretizam algumas das tendências do período final desta sub-fase e já se prefigura o perfil fundamental da etapa subsequente.

O ascenso da componente presidencialista do sistema de governo(489) e a consequente minimização do papel dos partidos, embora fosse já uma tendência perceptível em finais da primeira sub-fase, ver-se-ia paulatinamente acentuada durante a segunda, aquando das negociações para a constituição do II Governo Constitucional. Posteriormente, explicitar-se-ia por altura da exoneração, pelo Presidente da República, desse Exe-

---

(489) Esta hipótese decorre dos preceitos constitucionalmente previstos, seja na Constituição de 1976, seja na revisão a que a mesma seria sujeita. O predomínio de uma ou de outra componente decorre da prática conjuntural, do funcionamento das instituições. Conforme sublinha MANUEL DE LUCENA, "(...) o nosso presidencialismo tanto está aberto a uma evolução presidencialista (...), como a outra parlamentarista (...)" ou "(...) a um destino autenticamente semi-presidencialista". Cf. MANUEL DE LUCENA, *O Estado da Revolução A Constituição de 1976*, Lisboa, Edições Jornal Expresso, 1978, p. 178.

Sobre a classificação do sistema português como semipresidencialista, tendo subjacente critérios formais, veja-se, respectivamente, JORGE MIRANDA, *A Constituição de 1976 - Formação, Estrutura, Princípios Fundamentais*, Lisboa, Petrony, 1978, pp. 419 e ss. e MARCELO REBELO DE SOUSA, "O sistema de governo português", *in Estudos Sobre a Constituição*, vol. III, Lisboa, Petrony, 1978, p. 590.

cutivo em 28 de Julho de 1978(490). No entanto, a maximização dessa ingerência do Chefe do Estado no sistema político, far-se-ia no decorrer da sub-fase em análise, através da subsequente formação dos sucessivos Governos Presidenciais.

A dualidade existente na Constituição(491) quanto aos dois órgãos de soberania - Assembleia da República e Presidente da República - carrearia para a prática política portuguesa uma permanente instabilidade na sua articulação, com reflexos na posição do Governo. Ambos deteriam mais ou menos força em função da conjuntura e sempre na razão inversa, segundo as circunstâncias, fundamentalmente determinadas pelo facto de os partidos conseguirem ou não estabelecer uma maioria coerente no Parlamento.

O sistema apresentar-se-ia, assim, mais semiparlamentarista no caso dessa maioria ser atingida, adquirindo pelo contrário uma configuração semipresidencialista, quando tal não fosse conseguido. Concomitantemente, como já atrás referimos, o sistema eleitoral entre nós adoptado também não contribuiria para dosear de forma mais equilibrada o semipresidencialismo

---

(490) O II Governo Constitucional envolvia contradições programáticas profundas, as quais, conjugadas com a actuação de António Ramalho Eanes viriam a provocar o fim daquele e o acréscimo da intervenção do Chefe do Estado. Vejam-se os resultados da sondagem à opinião pública, desfavoráveis quanto à actuação desse Governo e, em paralelo, propícios ao reforço do papel moderador do Presidente da República, em MÁRIO BACALHAU, *Eanes A Solução?*, Heptágono, s.d..

(491) Esse dualismo não seria, assim, puramente funcional, mas institucional, tratando-se, como sublinharia FRANCISCO LUCAS PIRES, de "dos esferas de dirección y dominio político, que, además, en la propria tensión que desencadenan, roban la posibilidad de una verdadera autonomización de la función política a través del Gobierno ...". Cf. FRANCISCO LUCAS PIRES "El Sistema de Gobierno: su dinamica", *in Revista de Estudios Politicos*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, nºs 60-61, Abril-Septiembre 1988, p. 280.

consagrado na Constituição.

A mais decisiva intervenção presidencial no sistema, traço principal da etapa em análise, ficou assim a dever-se, fundamentalmente, para além do acima exposto e da eventual apetência pelo poder por parte do Chefe do Estado e das forças políticas que nele se pretenderiam espelhar, à crescente desagregação e à incapacidade do sistema de partidos português em produzir maiorias estáveis a nível parlamentar e governamental, para além da prática política especificamente desenvolvida pelo PS enquanto poder.

Esta peculiaridade devida por um lado, à lei eleitoral, aos resultados das eleições e à prática partidária e, por outro, à própria natureza dos preceitos da Constituição, levaria, em determinados momentos, à propensão para a ingerência de actores políticos que não os partidos, assumindo nesta fase o Presidente da República um relevo particular, ao preencher um suposto vazio político com governos de iniciativa e base presidenciais(492).

Seria, no entanto, a partir do insucesso do II Governo Constitucional, que se tornaria mais evidente essa tendência, a qual se vinha a desenhar como provável desde 27 de Julho de 1976, data das primeiras eleições para a Presidência da República. Tal propensão acentuar-se-ia consideravelmente com

---

(492) De iniciativa e base presidenciais porque nem o Primeiro-Ministro nem os restantes membros do Governo pertenciam a qualquer partido, sendo o Executivo de especial confiança política do Presidente da República e inserindo-se programaticamente na maioria presidencial, com as suas coordenadas pautadas pelo seu Programa de candidatura. Cf. MARCELO REBELO DE SOUSA, *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1983, p. 578.

o papel determinante assumido por António Ramalho Eanes na altura da formação do Governo PS/CDS. Essa tendência delinear-se-ia no sentido de imprimir ao sistema um cariz mais presidencialista, em desfavor da sua componente parlamentar. Como é óbvio, isto levaria a que os partidos passassem a sofrer um progressivo declínio da sua importância enquanto liderantes do processo político.

Aliás, esta actuação voluntária conjunturalmente assumida a qual, como dissémos, não foi enunciada mas tão só acentuada a partir de finais da sub-fase anterior, possibilitada pelos vectores já delineados, passaria a constituir um dos traços mais distintivos do sistema político-partidário português: a alternância do pendor presidencial e do pendor partidário, sendo que ambos têm vindo a variar na razão inversa um do outro.

Nesta sub-fase, acentuando-se a intervenção presidencial e caracterizando-se esta por uma actuação à margem, e por vezes mesmo contra os partidos, assistir-se-ia se não a um recuo, pelo menos a um impasse em termos de desenvolvimento político global.

2. O traço mais característico deste período consistiria, portanto, na sobrevalorização do papel do Chefe do Estado, na consequente subalternização da acção dos partidos e, consequentemente, no agudizar total da crise do sistema partidário na sua própria essência. Seguir-se-ia, no final desta sub-fase, a luta dos partidos em termos de conseguir a sua projecção na composição e prática governamentais, inver-

tendo-se a lógica do sistema através do esbatimento da sua vertente presidencialista e da reposição da respectiva componente parlamentar.

Este intento só viria a ser conseguido a partir dos resultados das eleições legislativas de 2 de Dezembro de 1979, acarretando posteriormente inúmeras querelas institucionais, só muito mais tarde inteiramente resolvidas e apenas quando passaram a ser outros os principais intervenientes no processo político(493).

Até à concretização daquele objectivo assistir-se-ia ao reforço da intervenção presidencial, adquiririndo esta maior relevância e incidência por ocasião da formação dos Governos suprapartidários de iniciativa e base presidenciais: o Governo Nobre da Costa(494) e, posteriormente, o Governo Mota Pinto(495), atingindo o seu auge com a dissolução da Assembleia

---

(493) Só com a eleição presidencial de 1986 se viria a desbloquear o permanente mal-estar no relacionamento entre o Governo e o Presidente da República. O facto de ter sido eleito um civil para Chefe do Estado - Mário Soares - proveniente da esfera dos partidos, contribuiria, não só para esse desagravamento, como para o reforço da vertente parlamentar do sistema e para a eliminação do poder militar que até aí se estribara naquele órgão através de António Ramalho Eanes. Sobre a via presidencial perspectivada como o prolongamento da ingerência militar no processo político, sobretudo no sentido do semipresidencialismo constituir uma herança do MFA, veja-se PEDRO SANTANA LOPES e JOSÉ DURÃO BARROSO, *Sistema de Governo e Sistema Partidário*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1980, especialmente pp. 22 e 23.

(494) O Governo de Alfredo Nobre da Costa tomaria posse a 28 de Agosto de 1978, vindo o seu Programa a ser regeitado na Assembleia da República pela acção conjunta do PS e do CDS, com o voto contra do PSD, então tacticamente pró-presidencialista atitude que depois viria a abandonar.

Sobre a crise política então gerada, veja-se MARCELO REBELO DE SOUSA, "Sete reflexões sobre a crise, os partidos e as alternativas", *in Expresso*, nº 306, de 9 de Setembro de 1978, p. 2.

(495) O IV Governo Presidencial, presidido por Carlos Mota Pinto, tomaria posse a 21 de Novembro de 1978, depois do Executivo anterior não ter passado no Parlamento em 15 de Setembro de 1978 e de, a 22 desse mês, António Ramalho Eanes, numa comunicação

da República e a constituição do Governo Pintasilgo(496).

Nos seus vectores essenciais, os Governos de António Ramalho Eanes relegariam para segundo plano a actuação dos partidos, subalternizando o respectivo papel na condução do processo político, a nível do exercício governamental e da própria Assembleia da República.

Embora um dos objectivos da formação, pelo menos dos dois primeiros Governos Presidenciais, tivesse sido, eventualmente, o de normalizar as relações entre os partidos, por forma a conseguir-se um Executivo maioritariamente apoiado no Parlamento, tal não se viria a verificar. Pelo contrário, a formação desses Governos apenas propiciaria o agravamento da crise do sistema partidário na sua generalidade, provocando igualmente consideráveis atritos na esfera interna de alguns

---

ao país revelar a sua clara disposição em se distanciar da actividade dos partidos. Cf. PEDRO SANTANA LOPES e JOSÉ DURÃO BARROSO, *Sistema de Governo e Sistema Partidário*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1980, pp. 54 e 55.

O Governo Mota Pinto, que passaria na Assembleia da República com o apoio do PSD e do CDS que votaram contra a moção de rejeição e com a abstenção do PS, mas que veria chumbado as leis do Plano e Orçamento, provocaria na esfera interna do PSD tensões muito particulares, quer quando da moção de rejeição, quer quando do Plano e Orçamento, tensões essas analisadas no fim do sub-capítulo 2 do Capítulo X desta dissertação.

(496) Após a crise aberta do Governo Mota Pinto, o Presidente da República, apesar da discordância dos partidos, indigitaria a 19 de Julho de 1977 novo Primeiro-Ministro da sua inteira confiança, Maria de Lourdes Pintasilgo, tomando o terceiro Governo Presidencial posse a 31 de Julho de 1979 e apresentando o seu Programa a 14 de Agosto. Conjugado com a dissolução da Assembleia da República, a formação do V Governo Constitucional representaria um passo decisivo na intervenção presidencial, sobretudo porque exerceria plenos poderes, mesmo com o Parlamento dissolvido. Cf. MARCELO REBELO DE SOUSA, *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1983, p. 582 e PEDRO SANTANA LOPES e JOSÉ DURÃO BARROSO, *op. cit.*, p. 70.

partidos(497).

3.O sistema veria assim acentuado, ao longo desta sub-fase, o conflito institucional entre os diversos actores políticos, em consequência do avultar da vertente presidencial do regime e da formularização continuada no sentido do seu reforço.

Entre essas fórmulas tendentes à acentuação da vertente presidencialista do sistema, contar-se-ia a ensaiada pelo PSD, pela mão de Francisco Sá Carneiro, no sentido da formação de uma aliança inter-partidária sob a eventual égide do Presidente da República. Tal perspectiva sugeria o potencial reforço do presidencialismo em detrimento da componente parlamentar do sistema, muito embora o PSD manobrasse tacticamente, procurando, por essa via, alargar o seu quadro de oportunidades políticas.

Tendo também como objectivo esse reforço tomava corpo uma outra estratégia, fundamentalmente propugnada pelo então Primeiro-Ministro Carlos Mota Pinto, a qual passava pela constituição de uma frente formada por diversos partidos e elementos independentes provenientes da esfera presidencial. Nesta frente, supostamente patrocinada pelo Presidente da República, mas à qual este acabaria por não dar o seu aval, preponderariam esses elementos independentes. Esta estratégia, partilhava, tal como a anterior, o acentuar no sistema do seu

---

(497) Nomeadamente a nível do PSD, que atravessaria nesta fase clivagens internas particularmente significativas, as quais acabariam por redundar na segunda cisão intra-partidária. Cf. *item* 2,3 do Capítulo X desta dissertação.

carácter semipresidencial retirando aos partidos uma margem considerável do seu potencial de actuação(498).

Uma terceira estratégia que também se afigurava possível implicava uma total alteração do sistema de partidos e do sistema de governo, propugnando-se ou a presidencialização do sistema depois de realizada a revisão constitucional, ou a formação de um novo partido ou bloco partidário em total consonância com o Presidente da República(499).

---

(498) Vejam-se sobre estas duas estratégias os artigos de MARCELO REBELO DE SOUSA, "Duas fórmulas diferentes de intervenção presidencial", *in Expresso*, nº 321, de 22 de Dezembro de 1978, p. 2 e "No segundo 'round' do combate Mota Pinto - Sá Carneiro", na "Revista" do *Expresso*, nº 336, de 7 de Abril de 1979, pp. 1-R - 4-R.

A actuação pró-presidencialista manifestada pelo PSD aquando do Governo Nobre da Costa, cujo Programa votaria favoravelmente, indiciaria aquela estratégia.

(499) Esta seria a fórmula proposta pelo grupo dos "Reformadores", do qual fariam parte António Barreto e José Medeiros Ferreira, grupo esse que tempos depois viria a celebrar com o PSD um acordo de cooperação. Cf. o texto do "Manifesto Reformador" em *A Capital*, de 18 de Abril de 1979, pp. 3 e 4, e as declarações prévias feitas à imprensa por aquelas individualidades, por exemplo em *A Capital* e no *Diário de Notícias*, ambos de 30 de Outubro de 1978 e no *Jornal Novo*, também na mesma data.

O texto do "Acordo de cooperação política e eleitoral entre o PSD e o grupo do Manifesto Reformador", encontra-se no *Povo Livre*, nº 271, de 26 de Setembro de 1979, p. 1 e 9.

Anote-se que a última hipótese referida daquela proposta viria, alguns anos mais tarde, precisamente em 1985, a concretizar-se sob a forma da constituição de um novo partido - o PRD - com o acolhimento, patrocínio e mais tarde liderança, do então Presidente da República, António Ramalho Eanes.

O embrião possível desse hipotético novo partido seria, à data, a recém-formada ASDI (Associação Social Democrata Independente), constituída por alguns dos dissidentes do PSD da cisão dos "Inadiáveis" com o acolhimento de António Ramalho Eanes, do próprio PS, que em certo momento ainda pensara constituir novo Governo com aqueles elementos (Cf. *Expresso*, nº 349, de 7 de Julho de 1979, p. 1) e de outros sectores de opinião pró-presidencialização do regime. Na altura acabaria por não se constituir esse partido devido à hesitação do então Presidente da República, permanecendo a via extrapartidária de tipo "bonapartista" como a oportunidade possível, até 1985, para a movimentação daqueles sectores.

Sobre o lançamento do "Manifesto Reformador" como substracto de uma hipotética Federação Democrática Reformadora, segundo os seus subscritores a formar com base numa nova constelação de forças sob a direcção institucional do Presidente da República, sobre o evoluir do acordo de incidência parlamentar entre aqueles e o PSD, até ao término do mesmo em face das divergências surgidas nomeadamente no plano das relações com o Presidente da República, no da elaboração de uma nova lei eleitoral e no da questão do Referendo e no que concerne às principais interven-

No fundo, subjacente a todas essas estratégias estaria a desejada identificação entre a maioria presidencial e a parlamentar, por forma a conseguir-se a necessária revisão constitucional e que iria igualmente estar na base da orientação depois propugnada por Francisco Sá Carneiro, embora já sem a sujeição "devida" ao Chefe de Estado, pelo menos enquanto no cargo em questão estivesse António Ramalho Eanes e, mais tarde, ao próprio Bloco Central .

O acentuar da componente presidencialista do sistema acabaria por vir a ser contrariado através da acção dos partidos políticos, na tentativa de voltarem a retomar o lugar de que tinham sido involuntariamente afastados e visto as outras fórmulas ensaiadas no quadro do reforço daquela vertente do sistema, mesmo quando formuladas pelos partidos, não se terem mostrado viáveis. Neste particular, o papel assumido pelo PSD viria a revelar-se fundamental, determinado que foi pela própria actuação de António Ramalho Eanes(500).

ções dos "Reformadores" na Assembleia da República, veja-se JOSÉ MEDEIROS FERREIRA, *Do Código Genético no Estado Democrático*, Lisboa, Contexto Editora, 1981, pp. 121 a 125 e também pp. 202 e ss..

(500) O facto é que o Presidente da República teria hesitado muito antes de se decidir por uma ou outra daquelas propostas, tendo acabado por optar pela dissolução da Assembleia da República e pela constituição de novo Governo da sua exclusiva confiança política. Para o PSD, no que concerne ao abandono da ideia de envolver António Ramalho Eanes na solução da crise, seriam determinantes as movimentações deste e dos seus colaboradores directos, para a concretização da estratégia reportada, na qual Carlos Mota Pinto teria um papel determinante. O PSD acabaria, assim, por tomar uma posição totalmente contra o V Governo Constitucional, retomando um tom progressivamente crítico relativamente ao Presidente da República. Simultaneamente, a estratégia dos independentes-presidencialistas, por falta da cobertura, à data, de António Ramalho Eanes, mostrar-se-ia então um fracasso. Veja-se, sobre estes factos, MARCELO REBELO DE SOUSA, "Do terceiro Governo presidencial às opções da Aliança Democrática", no *Expresso*, nº 351, de 21 de Julho de 1979, p. 2.

É pois inequívoco que o PSD inflectiu por diversas vezes a sua estratégia para com o Presidente da República e, portanto, relativamente à questão base do sistema de governo. Tal facto leva-nos a concluir que subjacente ao conflito intra-partidário que grassava entre as duas facções, uma encabeçada por Francisco Sá Carneiro, outra configurada nas "Opções Inadiáveis", no que concerne à posição a optar quanto ao papel do Chefe do Estado, não estariam, predominantemente, dissensões derivadas de posicionamentos de fundo totalmente divergentes, com motivações ideológicas distintas.

Pelo contrário, essas oscilações só vêm corroborar a tese de que no PSD se tomaram atitudes pró ou anti-presidencialistas ao sabor das circunstâncias conjunturais. Simultaneamente, tendo em conta o exposto, na raiz daquele diferendo sobressaem com mais hipóteses explicativas as motivações de ordem preponderantemente táctico-estratégica, as formas e os tempos diferentes de encarar o processo e as meras questiúnculas de ordem pessoal(501).

Da explícita ingerência do Presidente da República no processo político, que levaria à marginalização dos partidos e ao reforço da vertente presidencialista do sistema, haveria de resultar o conflito com as diversas formações partidárias. Estas, para a superação desses efeitos que lhes eram nefastos, ver-se-iam obrigadas a recorrer às inovações que as virtualidades do sistema permitiam, no sentido de repor a legitimidade

---

(501) Veja-se o sub-capítulo 2 do Capítulo X da presente dissertação, especialmente o respectivo *item* 2.3, no qual se aprofundam estas premissas.

eleitoral com intermediação partidária e de reforçar a componente parlamentar do sistema.

O modelo encontrado pelos partidos para superar a marginalização de que tinham sido alvo seria a constituição de coligações alargadas, que pareciam ser a única saída para tornar possível a inversão da lógica presidencialista que se vinha acentuando nos últimos tempos. Concomitantemente, a tese que perfilhava a coincidência das maiorias e que obteria eco no PSD - "um Governo, um Parlamento, um Presidente" - proporcionava-se igualmente mais factível através desses acordos inter-partidários.

Os traços que vimos acentuando viriam, assim, a ser posteriormente superados por meio da actividade reactiva dos próprios partidos políticos, na luta por eles levada a efeito contra a sua minimização.

Assistir-se-ia, então, a já reportada alteração de estratégia correspondente à transição para a fase seguinte. Transição essa que decorreria desde os primeiros confrontos explicitamente assumidos entre os partidos e o Presidente da República, provenientes da tentativa feita pelos primeiros no sentido de inverter a lógica do sistema de poder, até à prossecução dos mesmos objectivos por meio da celebração de acordos inter-partidos. Estes viriam, posteriormente, a ser viabilizados com a convocação das eleições legislativas, através dos resultados obtidos nas mesmas.

No tocante à estratégia então desenvolvida pelo PSD e liderada por Francisco Sá Carneiro, determinante no desenrolar

deste processo e na viabilização de um novo perfil para o sistema partidário, só seria possível desenvolver-se, e mesmo assim com enormes custos para o partido, a partir da realização do seu VII Congresso(502). Isto porque, como veremos, desde finais de 1977 que se vinha a agudizar o conflito entre duas facções internas distintas e antagónicas, acabando por se produzir a segunda cisão intra-partidária em meados desta terceira sub-fase, só então se proporcionando a concretização da vitória da estratégia em causa.

A margem de manobra de Francisco Sá Carneiro para fazer vingar tal estratégia fora, assim, condicionada durante bastante tempo. Esse o motivo porque a actuação do PSD se tivesse por vezes revelado contraditória durante a vigência desta sub-fase. Algumas dessas contradições inscrever-se-iam, contudo, na própria natureza flutuante das estratégias do PSD, que estariam sujeitas às sucessivas alterações do quadro das oportunidades políticas que se apresentavam ao partido, dentro das quais, nesta sub-fase, o Chefe do Estado tivera um papel proeminente, para além das decorrentes dos posicionamentos em confronto, primeiro relativamente ao PS, e mais tarde, no que se refere à actuação do Presidente da República e à estratégia

---

(502) Essa estratégia bipolarizadora seria enunciada por Francisco Sá Carneiro no decurso do conflito que o oporia aos "Inadiáveis". Só viria, contudo, a ser passível de concretização, após a cisão ocorrida em Abril de 1979 e a pacificação interna processada no VII Congresso do PSD reunido em Junho seguinte. Sobre o concretizar da estratégia em causa e sobre os acontecimentos intra-partidários fundamentais, veja-se o sub-capítulo 2.3 do X Capítulo desta dissertação, especialmente as notas 974 e ss..

Veja-se, igualmente, o "Relatório da anterior Comissão Política Nacional do PSD", lido no início do seu VII Congresso, particularmente os pontos IV, V e VII respectivos, no *Povo Livre*, nº 262, de 25 de Julho de 1979, pp. 4 e 5.

que lhe estava subjacente.

O facto é que a atitude voluntarista por parte dos partidos e, no caso vertente, especialmente no que respeita ao PSD, viria efectivamente imprimir um rumo distinto ao processo, produzindo um novo tipo de competição política, alterando a configuração e a liderança do sistema partidário e valorizando, simultaneamente, a actuação deste no sistema político global.

4. Como cômputo final, diremos que as características mais relevantes desta última sub-fase se resumem às seguintes:

a) *Progressiva marginalização do sistema partidário, reduzindo-se assim, consideravelmente, o espaço de oportunidades políticas para os partidos;*
b) *Consequente redução da margem de manobra por parte dos partidos políticos;*
c) *Total ausência dos partidos políticos, tanto no que respeita à titularidade como ao funcionamento do Governo, através da formação de Governos Presidenciais, nos quais nem o Primeiro-Ministro nem os restantes membros do Executivo fariam parte dos partidos;*
d) *Orientação programática desses Governos que, embora consideravelmente híbrida, seria sobretudo emanada das directivas do "Programa de candidatura" do Presidente da República, ficando os partidos total-*

mente afastados dessa orientação;

e) Enfraquecimento global do sistema de partidos, já visível no final da sub-fase anterior, mas sobretudo acentuado no decorrer desta sub-fase;

f) Enfraquecimento orgânico de alguns partidos, dada a ocorrência de diversas dissidências partidárias, principalmente no que concerne ao PSD;

g) Crescente difusão na opinião pública de sentimentos de hostilidade para com os partidos, atribuindo-se-lhes a total culpabilidade da disfuncionalidade do processo e criando-se um acentuado descrédito relativamente aos mesmos, fomentado pela divulgação da "bondade" das entidades supra-partidárias e supostamente independentes;

h) Aumento considerável e em progressão constante da ingerência do Presidente da República no sistema, através da formação dos três Governos de iniciativa e base presidencial;

i) Actuação dos Governos Presidenciais exercida à margem das relações inter-partidárias e activação de medidas diversas sobretudo por parte do último, extravasando claramente as suas competências;

j) Enunciar de estratégias provindas de diversos sectores, sobretudo da esfera presidencial, visando o acentuar da componente presidencialista do sistema e atacando a essência das formações partidárias;

k) Quadro institucional eivado de conflito entre as

suas diversas instâncias e altamente desmotivante para as formações partidárias, seja em termos das alternativas possíveis, seja do leque de oportunidades à sua disposição;

l) Presença, no final desta fase, de um significativo potencial de intervenção por parte dos partidos, pese embora as características envolventes, potenciando-se essa actuação através da contestação crescente ao papel assumido por António Ramalho Eanes e da celebração de acordos inter-partidários, por forma a voltarem a ocupar o eixo do sistema e a tornarem a vida parlamentar mais activa e racionalizada.

3 - Da bipolarização ao novo centro de gravidade do sistema.

1. O papel assumido pelo PSD ao alterar as regras do jogo, inflectindo a sua estratégia e viabilizando a constituição da Aliança Democrática em 5 de Julho de 1979, alguns dias antes da posse do III Governo de base presidencial, mostrar-se-ia nuclear na transição da segunda fase para a etapa agora em análise.

A AD formar-se-ia na sequência da estratégia liderada por Francisco Sá Carneiro, levada a termo depois da sua tentativa anterior no sentido da constituição de um bloco-

-central, englobando o Presidente da República, se ter demonstrado ineficaz e após se ter processado a clarificação intra-partidária que culminára com a segunda cisão do PSD, conhecida pela cisão dos "Inadiáveis". Com essa clarificação no PSD, sem a qual aquela estratégia dificilmente poderia vingar e com a vitória da AD em 2 de Dezembro de 1979, seria imprimida ao processo uma dinâmica totalmente distinta das duas fases anteriores.

De acordo com os critérios que presidiram à tipologia estabelecida com o fim de simplificar a análise, esta etapa iniciar-se-ia com o vingar da estratégia bipolarizadora, consubstanciada na formação da AD e na sua subsequente vitória eleitoral. Esta fase viria a terminar com a agonia da coligação que estaria subjacente à constituição do VI, do VII e do VIII Governos Constitucionais.

Distinguimos, no entanto, duas sub-fases, que muito embora interdependentes e dotadas de características gerais comuns, apresentariam, cada uma delas, traços específicos. Esses traços conceder-lhes-iam uma identidade própria no quadro global desta terceira etapa.

A primeira destas sub-fases decorreria desde a vitória da AD em Dezembro de 1979 até às eleições presidenciais de 1980, momento em que a estratégia subjacente à coligação seria, em parte, posta em causa, desaparecendo também o seu principal promotor. A segunda sub-fase desenvolver-se-ia a partir daqueles acontecimentos, ambos ocorridos nos finais de

1980, terminando com o fim dos Governos da AD e com a concretização da estratégia do consensualismo-centrista.

3.1 - A afirmação do modelo bipolarizador.

1. Na primeira dessas sub-fases, a plena consagração da estratégia bipolarizadora e a formação da AD(503), ambas conduzidas pela mão do PSD(504) determinariam não só uma altera-

---

(503) A AD constituir-se-ia a 5 de Julho de 1979, através da assinatura de um acordo de cooperação entre o PSD, o CDS e o PPM. Cf. "Uma nova maioria para um novo poder político (acordo de cooperação entre o PSD, o CDS e o PPM em 12 pontos", *in Povo Livre,* nº 260, de 11 de Julho de 1979, p. 2.

Sobre a preparação desse acordo, vejam-se as notícias sobre os encontros entre as delegações dos dois primeiros partidos, no *Expresso,* nº 344, de 2 de Junho de 1979, p. 1. Veja-se, também, o "Comunicado conjunto do PSD/CDS", datado de 8 de Junho de 1979 e assinado, pela parte do PSD, por Francisco Sá Carneiro, José Manuel Meneres Pimentel, Helena Roseta e Vasco Pulido Valente e pela parte do CDS, por Diogo Freitas do Amaral, Adelino Amaro da Costa, Basílio Horta e Francisco Lucas Pires.

Novo Comunicado seria seria emitido a 27 do mesmo mês, assinado pelos líderes daqueles dois partidos e por Gonçalo Ribeiro Teles, do PPM, após o encontro das delegações respectivas, constituídas por Francisco Sá Carneiro, Leonardo Ribeiro de Almeida, Carlos Macedo e Pedro Roseta, do PSD, Diogo Freitas do Amaral, Adelino Amaro da Costa, Basílio Horta e José Ribeiro e Castro, do CDS, Gonçalo Ribeiro Teles, Henrique Barrilaro Ruas, Jorge Portugal da Silveira e António Borges de Carvalho, do PPM. Cf. "Comunicado conjunto PSD/CDS/PPM", de 27 de Junho de 1979, que, tal como o anterior, foi consultado nos Serviços de Documentação do PSD.

Sobre a constituição da AD veja-se a caixa "A figura da semana", da autoria de MARCELO REBELO DE SOUSA, no *Expresso,* nº 349, de 7 de Julho de 1979 , p. 3.

A orgânica central da AD seria aprovada a 13 de Julho de 1979 (Cf. *Povo Livre,* nº 261, de 18 de Julho de 1979, p. 2), incluindo um Conselho Coordenador, uma Comissão Permanente e quatro Comissões especializadas: Eleitoral, do Governo, da Revisão Constitucional e da Opinião Pública. Veja-se o organigrama publicado em *O Dez de Junho,* de 14 de Julho de 1979. A AD viria a ser registada como coligação eleitoral a 25 de Julho de 1979.

(504) Muito embora tenha sido o CDS a tomar a iniciativa de tais encontros, cabendo a paternidade da ideia a Adelino Amaro da Costa, acabaria por ser o PSD o principal fautor dos sucessivos passos e condições para o projecto da AD ser levado a termo. Cf. MARCELO REBELO DE SOUSA, *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português,* Braga, Livraria Cruz, 1983, nota 1067.

Sobre a sequência da estratégia bipolarizadora nos sucessivos ajustamentos a que foi submetida e em termos de nela consistir a razão constituinte da AD, veja-se JOAQUIM AGUIAR, *A Ilusão do Poder Análise do Sistema Partidário Português*

ção radical no sistema, como a total liderança do mesmo sistema por parte daquele partido. Corresponde esta sub-fase ao período de pleno vigor da AD, patente na firme liderança política do PSD(505), quer na coligação, quer no exercício do VI Governo Constitucional(506).

Nas suas linhas essenciais esta sub-fase caracterizar-se-ia por um conjunto de inovações introduzidas no âmbito do sistema de partidos e no do sistema de governo. Um dos vectores decisivos para o novo perfil assumido naquelas duas esferas seria constituido pela formação de alianças pré-eleitorais entre os partidos(507), denotando uma actuação por parte destes no sentido de superar a depreciação de que tinham sido alvo na fase anterior.

1976-1982, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1985, pp. 165-168.

(505) Seria esse, aliás, o objectivo de Francisco Sá Carneiro, por forma a poder inverter toda a lógica do sistema, reforçando a sua componente parlamentar, no sentido de, a prazo, produzir as pretendidas transformações estruturais; para além dos documentos já referidos, veja-se o *Programa Eleitoral da Aliança Democrática*, Lisboa, 1979.

(506) O VI Governo Constitucional tomaria posse a 3 de Janeiro de 1980 sendo presidido por Francisco Sá Carneiro, depois de o último Conselho Nacional de 1979 do seu partido lhe ter concedido plenos poderes para constituir Governo. Cf. *O Dia*, de 10 de Dezembro de 1979.

(507) Como já anotámos atrás, os partidos ver-se-iam na necessidade de alargar a sua margem de manobra, constituindo coligações e tentando, por essa via, captar os votos do eleitorado situado nas franjas respectivas. A própria lei eleitoral tende a forçar o voto em coligações de partidos, como sublinharia J. TIAGO DE OLIVEIRA, em "O sistema eleitoral português como forma de representação", *in Análise Social*, ICS, vol. XVII, nº 65, 1981, p. 16.

Para além da AD, o PCP constituiria uma coligação com o MDP, a APU (Aliança Povo Unido), permanecendo apenas o PS, dos partidos com representação parlamentar significativa, numa estratégia de isolamento. Tal estratégia produziria parcos frutos e, nas eleições de 1980, os socialistas viriam a revê-la, acabando por formar, com a UEDS e a ASDI, a FRS (Frente Republicana e Socialista), procurando ir captar votos por um lado à APU, por outro à AD.

Um outro vector decorreria dessa actuação, ou seja, através da vitória de uma dessas coligações partidárias - a AD(508) - seria travado um eventual reforço da componente presidencial do sistema, prevalecendo, consequentemente, a componente parlamentar respectiva(509). No sistema de governo passaria a presidir o sistema partidário, dependendo a formação e a actuação governamentais dos partidos políticos e não do patrocínio e condução do Presidente da República, como tinha acontecido com os Executivos anteriores.

O confronto entre o Chefe do Estado e os partidos, especialmente manifesto no final da etapa anterior, saldar-se-ia, assim, por uma alteração radical das relações de força. Através dessa alteração, o sistema de partidos, na generalidade, e o PSD, em particular, veriam reforçada a sua posição no sistema(510).

---

(508) Nas eleições de 2 de Dezembro de 1979 a AD viria a obter a maioria parlamentar, fazendo eleger 121 Deputados. Vejam-se no Anexo VI desta dissertação os Quadros 1 e 2 com os resultados eleitorais da AD e das restantes forças eleitorais concorrentes àquelas eleições. Veja-se também, aí, o Mapa 3.

(509) Essa consistiria, mesmo, uma das vertentes fundamentais da estratégia subjacente à AD, que se procuraria ir reforçando através da diminuição da ingerência do Presidente da República no processo político e do subsequente alargamento dos poderes da Assembleia da República e do Governo. Veja-se, sobre o desenvolvimento desse propósito, FRANCISCO SÁ CARNEIRO, *Uma Constituição para os Anos 80 - Contributo para um Projecto de Revisão*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1979 e ADELINO AMARO DA COSTA, *Escritos de Governo*, Lisboa, Instituto Democracia e Liberdade - Amaro da Costa, 1981.

(510) A mobilização popular conseguida pela AD nas eleições legislativas e autárquicas de 1979 e, mais tarde, nas de 1980, traduziria um movimento da opinião pública que iria progressivamente esbatendo o anterior predomínio da "bondade" de um sistema assente no reforço do poder em entidades supra-partidárias, tal como o Chefe do Estado. Conforme MARCELO REBELO DE SOUSA poria em relevo (Cf. *O Sistema de Governo Português Antes e Depois da Revisão Constitucional*, Lisboa, Cognitio, 1984, pp. 22 e 23); para tal concorreria igualmente a maioria conseguida no Parlamento, o fim próximo do primeiro mandato de António Ramalho Eanes, a apresentação, pela AD, de

Simultaneamente, atenuava-se o conflito entre o Governo e o Chefe do Estado e, apesar de não se poder defender a existência de uma perfeita racionalidade ético-constitucional por parte dos diversos actores envolvidos no processo, é um facto que se atravessou uma fase de melhoria no relacionamento entre os distintos órgãos de soberania.

De uma relativa acalmia(511) processada no plano político global logo após as eleições legislativas e autárquicas de 1979, passar-se-ia, sob a prova das presidenciais, a um certo agravamento da conflitualidade que, no fundo, estaria quase sempre presente no relacionamento dos diversos actores envolvidos no processo político até finais de 1985.

Mal avançou o projecto de recandidatura à Presidência da República de António Ramalho Eanes, se começaria a delinear, na esfera da AD, o perfil de um candidato próprio(512). Avançando-se, aí, com uma candidatura também mili-

---

um candidato próprio a Belém e o papel de motor político-institucional então desenvolvido pelo Governo.

Sobre as eleições para as autarquias locais de Dezembro de 1979, veja-se o Quadro 3 e o Mapa 14 do Anexo VI desta dissertação.

(511) Acalmia patente, por exemplo, nos discursos de Francisco Sá Carneiro e de António Ramalho Eanes no momento da tomada de posse do primeiro Governo AD, revelando a decisão de não se proceder ao afrontamento entre ambos. Veja-se, sobre o teor dos mesmos, a análise de MARCELO REBELO DE SOUSA, "Uma posse - dois discursos, duas estratégias", *in Expresso*, nº 375, de 5 de Janeiro de 1980, p. 2. Note-se que este seria o primeiro número do *Expresso* dirigido por Marcelo Rebelo de Sousa, visto Francisco Pinto Balsemão ter que ser substituído por ir ocupar o cargo de Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro.

Também no "Programa de Governo" apresentado à Assembleia da República, Francisco Sá Carneiro acentuaria, então, a vontade de estabelecer relações construtivas com o Presidente da República. Veja-se o *Expresso*, nº 376, de 12 de Janeiro de 1980, pp. 1 e 16.

(512) As movimentações nesse sentido começariam logo no início de 1980. Veja-se na "Revista" do *Expresso*, nº 380, de 9 de Fevereiro de 1980, pp. 1-R - 3-R, os

tar, mas com um significado político distinto(513), recrudesceram de imediato as tensões latentes com Belém(514).

Particularmente no que diz respeito ao PSD, o atenuar do confronto com o Presidente da República não passaria, assim, de uma pretensa acalmia, a qual, aliás, se viria a demonstrar efémera. Tratar-se-ia, no fundo, de uma mera manobra táctica, pontual, tendo apenas por fito facilitar os primeiros momentos da AD e cimentar a estratégia subjacen-

---

primeiros contactos por parte da AD para a escolha do seu candidato. Veja-se no mesmo semanário, nº 388, de 4 de Abril de 1980, pp. 1 a 3, os diversos passos prosseguidos com idêntica finalidade.

(513) Quatro dias depois de o III Conselho Nacional do PPD/PSD, realizado a 17 de Abril de 1980, ter dado luz verde à opção por António Soares Carneiro, muito embora tal processo não se tenha revelado pacífico, esse apoio seria publicamente explicitado. A 18 de Junho far-se-ia a apresentação do candidato da AD, vindo Victor Cunha Rego a ser designado para director da respectiva campanha eleitoral a 15 de Julho seguinte. Veja-se a composição do Conselho Político da candidatura de António Soares Carneiro no *Povo Livre,* nº 310, de 25 de Junho de 1980, p. 3.

António Soares Carneiro representava o "homem-média" do poder dos quartéis e a eventual garantia, para a AD, da "direitização" do leque político e da identificação com os objectivos preconizados por Francisco Sá Carneiro em termos das reformas institucionais que se pretendiam realizar. Cf. JAIME NOGUEIRA PINTO, "O projecto da AD contra o maximalismo do 25 de Abril e a leitura radical esquerdista", *in Expresso,* nº 427, de 3 de Janeiro de 1981, p. 5.

(514) Dando conta desse recrudescimento, veja-se MARCELO REBELO DE SOUSA, "O triângulo infernal. Belém, Eanes e Sá Carneiro", *in Expresso,* nº 384, de 8 de Março de 1980, p. 1.

A progressiva afirmação da coligação governamental, que permitiria classificar o sistema, segundo MARCELO REBELO DE SOUSA, como multipartidarismo com tentativa de bloco partidário dominante (Cf. *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português,* Braga, Livraria Cruz, 1983, pp. 586 e ss.) e o reforço do pendor parlamentar imprimido ao sistema de governo acentuariam consideravelmente a tensão entre o VI Governo e a Presidência da República.

Note-se, contudo, que a posterior opção da AD por um candidato militar, se por um lado confrontava de forma mais contundente António Ramalho Eanes, por outro, concederia um carácter ambíguo à estratégia da coligação. Sobre o significado dessa hibridez em termos de nas "Linhas Gerais do Programa da Revisão Constitucional da AD" se ter atenuado uma orientação predominantemente parlamentarista, propondo-se a manutenção do semipresidencialismo, veja-se MARCELO REBELO DE SOUSA, *O Sistema de Governo Português Antes e Depois da Revisão Constitucional,* Lisboa, Cognitio, 1984, pp. 29 e ss..

te(515). Depois de garantidos estes objectivos, o PSD passaria, uma vez mais, a confrontar António Ramalho Eanes.

Tal situação, não sendo nova(516), só viria confirmar a primazia do papel das presidenciais no quadro do projecto global da AD(517), para cuja consecução total o sucesso nas mesmas se tornaria um vector imprescindível(518).

---

(515) Sobre a táctica inicialmente levada a efeito pela AD no sentido de se produzir um eventual consenso com o Presidente da República, concretizando assim um dos cenários possíveis que então se apresentavam, veja-se MARCELO REBELO DE SOUSA, "A lição das eleições, as quatro causas da queda do PS e a opção fundamental do Governo AD", *in Expresso,* nº 375, de 7 de Dezembro de 1979, pp. 2 e 3.

(516) Sobre a assintonia existente entre as maiorias parlamentar e presidencial, herdada de um passado recente, mas, sobretudo, agudizada com a afirmação da estratégia bipolarizadora em que assentaria a AD e o VI Governo Constitucional, veja-se MARCELO REBELO DE SOUSA, "As eleições presidenciais e os partidos", *in Expresso,* nº 393, de 10 de Maio de 1980, p. 2.

Nomeadamente, a proposta de alteração da autoria de Pedro Santana Lopes ao projecto de revisão constitucional de Francisco Sá Carneiro limitaria as competências do Presidente da República, retirando-lhe a capacidade de exonerar o Primeiro-Ministro, passando este e o Governo a ser exclusivamente responsáveis perante a Assembleia da República. Cf. artigos 146º e 147º do *Projecto de Alterações a Uma Constituição para os anos 80,* da autoria de PEDRO SANTANA LOPES apresentado a 19 de Julho de 1980; excertos referentes ao sistema de Governo encontram-se publicados em PEDRO SANTANA LOPES e JOSÉ DURÃO BARROSO, em *Sistema de Governo e Sistema Partidário,* Lisboa, Livraria Bertrand, 1980, pp. 117-224, especialmente pp. 215 e 216 .

A defesa do que seria o reforço do parlamentarismo ("excessivo", no dizer dos seus detractores, "racionalizado", na opinião dos seus propugnantes), encontra-se no artigo de JOSÉ DURÃO BARROSO "O sistema de governo e a revisão constitucional", publicado originalmente em *A Tarde,* de 16 de Setembro de 1980 e, depois, em PEDRO SANTANA LOPES e JOSÉ DURÃO BARROSO, *op. cit.,* pp. 145-154.

(517) Assim se justificaria, desde Abril de 1980, o conteúdo permanente do discurso de Francisco Sá Carneiro, defendendo que só permaneceria como Primeiro-Ministro com um Presidente da área da AD (veja-se o *Expresso,* nº 388, de 4 de Abril de 1980, p. 4), vindo, progressivamente a maximizar essa condição.

Sobre a imprescindibilidade da vitória presidencial do candidato da AD para levar a termo o seu projecto, veja-se o artigo de MARCELO REBELO DE SOUSA, "O verdadeiro embate político de 1980", no *Expresso,* nº 408, de 23 de Agosto de 1980, p. 2.

(518) Os resultados das legislativas de 5 de Outubro de 1980 tinham-se mostrado inteiramente favoráveis à AD (veja-se o Quadro 2 do Anexo VI desta dissertação), mas não seriam suficientes para o projecto total que se pretendia efectivar. Daí,

2. O que ficou dito permite defender ter-se atravessado, nesta sub-fase, um período mais sereno, relativamente isento de conflitos. Podemos, agora, alinhar um conjunto de características da mesma, que possibilitam a sua diferenciação da etapa anterior e, por sua vez, lhe conferem uma certa autonomia relativamente à sub-fase seguinte:

a) Pleno êxito da actuação dos partidos, na generalidade, no sentido de se sobreporem à minimização a que tinham sido submetidos na fase anterior, através da constituição de frentes eleitorais amplas, capazes de captar um número de votos suficiente para viabilizar a constituição de maiorias;

b) Alteração radical das linhas de força do sistema de partidos e do sistema de governo, processada com o sucesso da AD e da estratégia bipolarizadora;

c) Polarização acentuada no sistema partidário, fruto do voluntarismo dos partidos integrantes da AD, situados ao centro e à direita do espectro partidá-

---

que logo após as eleições, o PSD reafirmasse que "a plenitude dos objectivos da AD só serão alcançados com a vitória do General Soares Carneiro" (Cf. *Idem* 5 do "Comunicado da Comissão Política Nacional", de 9 de Outubro de 1980, Serviços de Documentação do PSD), enquanto Francisco Sá Carneiro declarava abandonar o Executivo no caso de aquele não vir a ser eleito. Veja-se, por exemplo, *O Comércio do Porto*, de 19 de Outubro de 1980 e *A Capital*, de 20 de Outubro de 1980, dando conta dessa disposição do então Primeiro-Ministro e líder do PSD.

O perfil do General António Soares Carneiro, candidato da AD e os pontos fundamentais do seu programa identificados com aquele projecto encontram-se sistematizados, respectivamente, no *Expresso*, nº 398, de 13 de Junho de 1980, pp. 1 a 4 e no artigo de MARCELO REBELO DE SOUSA, "3 pontos-chave da estratégia de Soares Carneiro", *in Expresso*, nº 399, de 20 de Junho de 1980, p. 2. O candidato presidencial da AD apresentaria o seu "Projecto Nacional" a 14 de Novembro de 1980.

rio, identificando-se o PSD com a liderança do sistema;

d) No plano do sistema de governo afirma-se a actuação do bloco partidário dominante - AD - e, consequentemente, dos partidos seus componentes;

e) Apesar das coligações inter-partidárias e do bloco partidário dominante, não se produzem alterações de monta no número e composição do sistema de partidos;

f) Afirmação da AD no poder, através da maioria conseguida nas eleições intercalares de 1979 e sua progressiva sedimentação, primeiro através das eleições autárquicas de 1979 e, depois, aquando das legislativas de 1980;

g) Valorização da vertente parlamentar do sistema, como resultado do vingar da estratégia subjacente à constituição da AD e inerente depreciação da sua vertente presidencial, em consequência do sucesso daquela estratégia;

h) Confirmação das tendências reportadas nas duas alíneas anteriores, progressivamente explicitada na proposta de revisão constitucional da AD e na apresentação de um candidato presidencial próprio e proveniente dessa esfera;

i) Identificação do PSD com essa componente, enquanto líder dessa estratégia e da coligação no poder;

j) A prevalência verificada quanto ao reforço do pendor parlamentar tornar-se fundamentalmente expressa a

nível do sistema de governo;

k) Essa prevalência não se processa sem um acréscimo da conflitualidade, pré-existente, mas ligeiramente atenuada no início desta sub-fase, no que concerne ao relacionamento entre os diversos actores políticos, sobretudo entre o PSD e o Presidente da República;

l) As principais clivagens registadas processam-se em torno de questões institucionais, sobretudo quanto ao sistema de governo e, também, no que concerne ao regime económico;

m) As oportunidades oferecidas aos partidos pelo sistema político acrescem consideravelmente por meio da actuação por eles empreendida; quanto ao PSD veria, no quadro da AD, a hipótese de aumentar a sua margem de manobra, adquirindo um espaço vital próprio e assumindo um papel liderante no processo;

n) O confronto político aberto permite uma maior clarificação do sistema político, a manipulação do sistema de partidos e a alteração efectiva do sistema de governo, desempenhando aí o PSD um papel preponderante;

o) O PSD, torna-se, assim, o motor político por excelência deste período e o líder do sistema de partidos e do sistema de governo, enquanto, no respectivo plano interno, atravessa um período de maior consistência e serenidade;

p) No fim de 1980, isto é, no final da sub-fase analisada, o PSD vê, de alguma forma, esbatida a sua preponderância no quadro da AD, devido à hibridez introduzida na sua estratégia e, depois, ao falhanço desta na sua componente presidencial.

3.2 - A crise da estratégia da bipolarização.

1. A identificação processada entre a estratégia do PSD e a componente parlamentar do sistema permaneceria, a partir daí, uma realidade, muito embora a opção por uma candidatura militar em detrimento do apoio a um candidato presidencial proveniente da esfera dos próprios partidos da AD(519) produzisse alguma ambiguidade na sua estratégia inicial, retirando-lhe, em certa medida, alguma coerência.

O mesmo se não poderá defender relativamente à identificação do PSD com a liderança do sistema de partidos. É precisamente o alterar desta última situação que permite diferenciar esta sub-fase da anterior, embora o partido só viesse a perder a efectiva liderança do sistema na etapa

---

(519) Conforme analisamos no sub-capítulo 3 *item* 3.1, do X Capítulo desta dissertação, nem o processo da escolha do candidato pela AD foi linear (num primeiro momento seria encarada a hipótese de candidatura de Francisco Sá Carneiro, depois abandonada pelas razões que aí são explicitadas), nem o candidato escolhido (António Soares Carneiro) seria amplamente aceite pelo PSD, o que levantou algumas tensões no seio do partido e da própria AD. Veja-se, sobre o assunto, a nota 991.

A derrota nas presidenciais, embora não anulasse por completo a estratégia da AD (e aí concordamos com a tese defendida neste sentido por JOAQUIM AGUIAR em *A Ilusão do Poder. Análise do Sistema Partidário Português 1976-1982*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1985, p. 167), limitá-la-ia consideravelmente, enquanto projecto global e relativamente ao exercício da acção do Executivo.

subsequente, aquando da formação do Bloco Central. Então, voltaria o PS a ocupar a posição de que fora afastado pela vitória da AD, tornando-se, contudo, já visível no decorrer desta segunda sub-fase, a progressiva diminuição daquela capacidade por parte do PSD.

Tal ficar-se-ia a dever à introdução de novos factores no plano interno deste partido, bem como no do sistema político envolvente. Por um lado, o desaparecimento de Francisco Sá Carneiro(520), por outro, a brecha aberta na estratégia global da AD em consequência da ausência do seu líder e dos resultados das presidenciais de 1980(521) e, ainda, a actuação posteriormente desenvolvida pelos sectores do PSD e da AD contrários à nova liderança aí instalada, mostrar-se-iam determinantes nesse capítulo.

Contribuiriam, assim, para esse desfecho, para além do abalo que os dois primeiros factos referidos produziriam no

---

(520) Sobre as consequências políticas da morte do líder do PPD/PSD e da AD, em termos do projecto de fundo que propugnava, veja-se JOSÉ ANTÓNIO SARAIVA, "A morte de Sá Carneiro e Amaro da Costa significam o fim de um sonho político", *in Expresso*, nº 427, de 3 de Janeiro de 1981, p. 4.

Sobre a personalidade do líder desaparecido, veja-se a evocação do mesmo realizada por Pedro Roseta na Assembleia da República, no *Povo Livre*, nº 335, de 11 de Dezembro de 1980, pp. 1 e 12.

(521) António Soares Carneiro, candidato da AD, perderia com 40,2% dos votos nas eleições presidenciais de 7 de Dezembro de 1981, realizadas três dias após a morte do líder da coligação, vencendo António Ramalho Eanes com 56,5%. Veja-se o Quadro 4 do Anexo VI da presente dissertação. Aliás, quer a fraca correspondência evidenciada pela máquina do PSD, quer a campanha, difícil, de promoção de António Soares Carneiro, deixariam antever o seu posterior insucesso.

Sobre o significado real do perfil militar da candidatura de António Soares Carneiro e do malogro da mesma para o falhanço do projecto de fundo da AD, veja-se JAIME NOGUEIRA PINTO, "O Projecto AD contra o maximalismo do 25 de Abril e a leitura radical esquerdista", *in Expresso*, nº 427, de 3 de Janeiro de 1981, p. 5.

relacionamento entre os parceiros da coligação, a circunstância de, na esfera do PSD, em consequência dos mesmos factos, se começarem a desenhar novas tensões, que haveriam de levar a um aumento considerável da conflitualidade interna(522).

Com base nos factores delineados acabaria por estalar a crise, provocando a ruptura da AD e o malogro da estratégia subjacente, invertendo-se de novo a lógica fundamental do sistema.

Vejamos, em grandes traços, a sequência de acontecimentos fundamentais, que permitem estabelecer os vectores dominantes da sub-fase em análise, a qual se revelaria consideravelmente mais complexa do que a etapa anterior.

2. O período que decorreu desde finais de 1980 até à queda da AD, processada sensivelmente dois anos depois, demonstrou-se especialmente controverso, apesar de, num primeiro momento, se terem conseguido sublimar as tensões surgidas, quer no âmbito do PSD, quer no da coligação, em consequência dos factos então ocorridos(523).

Tanto numa, como noutra esfera far-se-iam sentir, a médio prazo, os efeitos da crise de orfandade então suscitada

---

(522) Veja-se a análise da génese e do desenvolvimento do terceiro conflito intra-partidário do PPD/PSD no sub-capítulo 3, do Capítulo X desta dissertação, especialmente no respectivo *item* 3.2.

(523) Não obstante ter surgido alguma polémica em torno da escolha da figura que passaria a liderar o PSD e a AD (vejam-se, sobre a polémica em causa, suscitada no PSD logo após o falecimento de Francisco Sá Carneiro, as notas 1017 a 1024 desta dissertação), Francisco Pinto Balsemão acabaria por assumir ambos os cargos: o de Presidente do PSD e o de Primeiro-Ministro.

no seio da AD e do partido aí maioritário, bem como da falta de condições objectivas para se poder levar à prática o projecto da coligação na sua globalidade.

Nesta sub-fase seria particularmente evidente a coincidência entre a conflitualidade produzida no plano interno do PSD e as crises que abalariam o sistema político. Podem, aliás, ser detectados quatro ciclos simultâneos(524) no que concerne à evolução do conflito em qualquer dos planos considerados.

O primeiro ficaria marcado pela superação das tensões que começariam logo a aflorar, decorrendo até Abril de 1981, momento a partir do qual aumentaria o mal-estar interno no PSD, no quadro da AD e no seio do novo Executivo(525). Culminaria o segundo ciclo, assim iniciado, aquando da remodelação governamental, processada através do consenso obtido no final do Verão seguinte.

No terceiro ciclo, assistir-se-ia, consequentemente, a um decréscimo das dissensões que permaneceriam contudo latentes, sobretudo derivado à unidade forçada estabelecida no plano interno do PSD e da AD. Por último, no quarto ciclo, recrudesceriam as tensões e o conflito despoletado no princípio do Verão de 1982 maximizar-se-ia por meio da actuação

---

(524) A calendarização que estabelecemos para a conflitualidade então processada no interior do PSD é totalmente coincidente com a periodização dos conflitos surgidos nesta fase do processo político. Veja-se o *ifem* 2.3 do sub-capítulo 2 do Capítulo X desta dissertação.

(525) O VII Governo Constitucional, presidido por Francisco Pinto Balsemão, tomaria posse a 9 de Janeiro de 1981. Vejam-se na Lista 27 do Anexo IV desta dissertação, os membros do PSD que integrariam o Executivo e os cargos ocupados pelos mesmos.

dos sectores opostos à liderança "Balsemista", os quais teriam expressão interna no PSD e no quadro da AD.

Arrastando-se até finais de 1982, inícios de 1983, o conflito então desencadeado acabaria por precipitar a ruptura da coesão aparentemente atingida no ano anterior, na esfera do PSD e da coligação, arrastando a queda do Executivo e o fim da AD.

3. Se Francisco Pinto Balsemão conseguiu diminuir, num primeiro momento, as fricções com o Presidente da República(526), por forma a aumentar a respectiva margem de manobra, vendo-se também confirmado como líder do PSD(527), através do seu reiterado empenho na prossecução da AD(528), com o tempo a sua liderança no partido e no Governo viria a ser posta em causa.

Apesar do consenso conseguido no primeiro dos ciclos que seriámos, o novo líder do PSD e da AD depararia, desde logo, com algumas dificuldades em se impor no seu partido e no

---

(526) Sobre esta amenização, breve, no relacionamento entre o Presidente da República e o Primeiro-Ministro, patente nos discursos respectivamente proferidos por um, no seu acto de posse e, por outro, no momento da apresentação do Programa de Governo na Assembleia da República, veja-se MARCELO REBELO DE SOUSA, "Da posse de Ramalho Eanes à confiança pedida pelo Governo à Assembleia da República", *in Expresso*, nº 429, de 17 de Janeiro de 1981, p. 2.

(527) No VIII Congresso do PSD reunido em Lisboa de 20 a 22 de Fevereiro de 1981, apesar de o órgão singular de Presidente do partido ter sido extinto, Francisco Pinto Balsemão ver-se-ia confirmado como líder do PSD, à frente da Comissão Política Nacional e como líder da AD e do Governo.

(528) Patente nas sucessivas declarações públicas que então produziria. Veja-se, por exemplo, o *Povo Livre*, nº 336, de 17 de Dezembro de 1980, pp. 1-3 e 12 e o discurso proferido no momento da tomada de posse do novo Governo, o qual, segundo MARCELO REBELO DE SOUSA, representaria uma autêntica "afirmação de fé" na AD. Cf. "Da afirmação de fé de Balsemão ao discurso de apoio político de Eanes", *in Expresso*, nº 428, de 10 de Janeiro de 1981, pp. 1 e 16.

Governo.

Desaparecida a incontestável liderança de Francisco Sá Carneiro, dificultada, com os resultados das eleições presidenciais de 1980, a prossecução do projecto total da AD, o panorama que se apresentava a Francisco Pinto Balsemão mostrar-se-ia, assim, limitativo do prosseguimento daquela estratégia. Simultaneamente, o assumir do peso daquela herança impediria o exercício do seu eventual voluntarismo, de acordo com as suas próprias convicções(529).

Entre os condicionalismos à sua afirmação à frente do partido e do Governo, avultariam os decorrentes do clima instalado naquelas duas esferas, como resultado de ambas as circuntâncias acima referidas(530).

---

(529) Conforme defendemos no Capítulo X, sub-capítulo 3, da III Parte desta dissertação, o novo líder da AD não estaria, em princípio, especialmente vocacionado para defender, quer a estratégia subjacente à mesma, quer a própria coligação. Francisco Pinto Balsemão viera das fileiras das "Opções Inadiáveis", embora não tivesse cindido do partido e nunca se mostrara tendente nem à coligação com o CDS e com o PPM, nem à defesa de uma estratégia bipolarizadora nem a um confronto excessivo com Belém.

(530) Os condicionalismos a que Francisco Pinto Balsemão estaria sujeito seriam analisados por MARCELO REBELO DE SOUSA em "Da afirmação de fé de Balsemão ao discurso de apoio político de Eanes", *in Expresso*, nº 428, de 10 de Janeiro de 1981, pp. 1 e 16.

Às limitações aí sublinhadas - melindre da sucessão política em si mesma, agravada pelo perfil do seu antecessor, vitória nas presidenciais do candidato contrário à AD e uma certa dispersão já visível no PSD - acrescerias outros dois factos. O de haver quem defendesse, ainda, que no quadro da AD o seu lugar deveria ser ocupado por Diogo Freitas do Amaral do CDS, como herdeiro legítimo do projecto de Francisco Sá Carneiro, factor de permanente tensão na AD e no PSD e a permanência, na Constituição, de preceitos limitativos à prossecução daquele projecto. Ou sejam, os poderes atribuídos ao Presidente da República e aos militares, sobretudo através do Conselho da Revolução e as balizas de carácter político-económico impeditivas das desnacionalizações e da descolectivização da economia.

Se, por um lado, o prestígio e a personalidade carismática do anterior líder afectariam inevitavelmente a sucessão respectiva, com evidentes reflexos na coesão interna do PSD, da coligação e do Executivo, a derrota nas eleições presidenciais projectava-se negativamente na continuidade da estratégia da AD, sobretudo na sua dimensão presidencial, bem como na estabilidade governativa.

Novo surto de contestação à sua liderança, configurado a partir da Primavera de 1981(531), suscitado no quadro do PSD e com repercussões na coligação e no Executivo, viria, no entanto a ser pontualmente superado(532) mormente com a remode-

---

(531) No II Conselho Nacional do PSD, de Abril de 1981, já se começaria a fazer sentir algum mal-estar. Apesar dos derivativos então encontrados (veja-se a nota 1049 desta dissertação), as dissensões no seio do Executivo estalariam pouco depois, através da demissão de Eusébio Marques de Carvalho, Ministro da Reforma Administrativa, das declarações do Ministro do Ambiente, Augusto Ferreira do Amaral e do Presidente do Governo Regional dos Açores, João Bosco Mota Amaral, ambas proferidas em simultâneo com a cimeira da AD. Quer estas atitudes, quer a tónica da intervenção de Diogo Freitas do Amaral ao IV Congresso do CDS, sublinhando a impossibilidade de alianças ou acordos com partidos fora da coligação, considerando a aproximação que o PS estava a fazer ao PSD, indiciariam o mal-estar sentido no PSD, no Governo e na AD. Veja-se, sobre o teor do discurso em causa, MARIA JOSÉ STOCK "Os Congressos de 1981: sua preparação desenvolvimento e resultados", *in* MARIA JOSÉ STOCK e OUTROS, *Os Partidos em Congresso 1981. Quem São e o Que Pensam Os Seus Delegados - Uma Abordagem Sociológica,* Évora, Gabinete de Investigação e Acção Social, ISESE, 1985, p. 43.

Mais tarde, seria a vez de Carlos Macedo, Ministro da Saúde, ameaçar demitir-se, defendendo uma remodelação imediata do Executivo, recrudescendo, em simultâneo, a ofensiva dos "Críticos" exigindo a demissão de Francisco Pinto Balsemão. Os Conselhos Nacionais seguintes do PSD mostrar-se-iam, também, particularmente conflituosos e o consenso pontualmente atingido só seria obtido depois de intensas negociações entre os "Críticos" e os "Balsemistas".

(532) Registe-se, no entanto, que Francisco Pinto Balsemão, aquando do III Conselho Nacional do seu partido realizado em Abril de 1981, já conseguira superar no plano intra-partidário a contestação à sua liderança. Numa conferência de imprensa que concederia a 25 do mesmo mês, o Primeiro-Ministro reforçaria a solidariedade do Governo e o vínculo ao projecto da AD, pretendendo ultrapassar a crise que grassava na coligação. Cf. MARCELO REBELO DE SOUSA, "Numa semana politicamente in-

lação governamental do Verão seguinte que daria lugar ao VIII Governo Constitucional(533).

O decréscimo na conflitualidade que se efectivaria a

---

tensa duas intervenções fundamentais, Balsemão diz adeus ao PS e Constâncio fala de revisão constitucional", *in Expresso*, nº 481, de 1 de Maio de 1981, p. 2.

A Cimeira da AD reunida a 17 de Julho de 1981 e à qual estariam presentes Francisco Pinto Balsemão, Carlos Macedo, Fernando Amaral e Afonso Moura Guedes pelo PSD, Diogo Freitas do Amaral, Basílio Horta e Francisco Lucas Pires pelo CDS e Gonçalo Ribeiro Teles, António Borges de Carvalho, António Ferreira Pereira e Jorge Portugal da Silveira, renovaria a imagem de unidade e coesão da AD. Cf. "Comunicado da AD" de 17 de Julho de 1981, Serviços de Documentação do PSD.

No IV Conselho Nacional de 1981, do PSD, reunido a 8 e 9 de Agosto, a oposição interna seria veementemente condenada (veja-se o *Diário de Notícias*, de 9 de Agosto de 1981 publicitando essas críticas) e na reunião seguinte daquele órgão, realizada cinco dias depois, o líder pediria a sua demissão procurando efeitos semelhantes aos do seu antecessor. Por inexistência de alternativas acabaria por regressar, protelando-se o conflito para mais tarde. Vejam-se os sucessivos passos nesta estratégia de adiamento do confronto interno no sub-capítulo 3 do Capítulo X desta dissertação. Vejam-se, também, os acontecimentos relatados no *Expresso*, nº 469, de 15 de Agosto de 1981, pp. 1 e 20 e no *Portugal Hoje*, de 17 de Agosto de 1981.

(533) O Primeiro-Ministro pediria a sua exoneração procurando através do espaço governamental resolver a contestação à sua liderança que grassava no PSD e na AD. Veja-se a estratégia em causa analisada no X Capítulo, sub-capítulo 3.2 desta dissertação.

Veja-se a análise detalhada das sucessivas fases por que passaria o VII Governo Constitucional (desde o arranque titubeante, seguido de um período bem sucedido, Fevereiro/Março de 1981, passando por um "período cinzento" até à quebra da iniciativa política e à mini-crise surgida em Maio; desde a tentativa de revitalização e de reforço da imagem da AD até à crise de Julho), em MARCELO REBELO DE SOUSA, "Carta aberta a Francisco Pinto Balsemão", *in Expresso*, nº 458, de 8 de Agosto de 1981, p. 2.

O VIII Governo Constitucional acabaria por ser empossado a 4 de Setembro de 1981 com Francisco Pinto Balsemão reafirmado como Primeiro-Ministro. Vejam-se os cargos ocupados por membros do PSD na Lista 28 do Anexo IV desta dissertação.

Após a Assembleia da República ter recusado as moções de rejeição propostas pela APU e pela FRS, aprovar-se-ia a moção de confiança ao VIII Governo na sessão legislativa de 19 de Setembro de 1981. Veja-se o discurso aí proferido pelo Primeiro-Ministro sublinhando que a existência de "críticos dentro da maioria (...) não são sintomas de desagregação (...) apenas manifestações de um salutar pluralismo", procurando dar uma imagem coesa ao PSD e à AD e defendendo continuidade respectiva. Cf. *Expresso*, nº 464, de 19 de Setembro de 1981, p. 1.

Especialmente significativo em termos de um eventual reforço da coesão interna da AD seria a participação de Diogo Freitas do Amaral no VIII Governo (visto se ter recusado a integrar o Executivo anterior), no qual também participaria Gonçalo Ribeiro Teles. Coimplicando o líder do CDS no novo Executivo, o Primeiro-Ministro via, em princípio, reduzidas as hipóteses de um acréscimo da contestação proveniente dessa área. Idêntico objectivo seria procurado junto dos "Críticos"

partir de então ficar-se-ia a dever à necessidade de se proceder à revisão constitucional(534). Esta determinaria, assim, não só a pretensa unidade interna do PSD e a coesão forçada entre os parceiros da AD, como um acordo inter-partidário que englobasse o PS, de molde a poder ser levada a termo. A adesão do PS revelar-se-ia imprescindível para as modificações que se pretendiam introduzir no sistema de governo. Simultaneamente, exerceria os seus efeitos na prática do sistema partidário, alargando a coligação existente entre o PSD, o CDS e o PPM aos socialistas, que seria possível devido à disponibilidade para tal demonstrada pelo PS(535).

---

mas os mais indefectíveis recusar-se-iam a integrar o VIII Governo Constitucional.

(534) No âmbito do PSD tal teria presidido ao consenso obtido entre "Balsemistas" e um sector dos "Críticos" durante o V Conselho Nacional do partido, realizado a 14 de Agosto de 1981, ao reforço do tom crítico ao Presidente da República patente no discurso de Francisco Pinto Balsemão aquando da tomada de posse e do encerramento do debate do VIII Governo e, mais tarde, ao abrandamento da contestação ao líder do PSD no seu IX Congresso realizado no Porto a 5 e 6 de Dezembro de 1981 (vejam-se as notas 1073, 1081, 1086 e 1098 desta dissertação).

Para que a revisão constitucional se realizasse, tornava-se necessário o apoio do PS, sem o qual os dois terços exigidos para qualquer alteração não seriam atingidos. Veja-se a aproximação feita nesse sentido ao PS, patente no discurso de Francisco Pinto Balsemão aquando da aprovação da moção de confiança apresentada pelo VIII Governo à Assembleia da República. No mesmo sentido, a cimeira da AD, reunida dias antes, à qual estariam presentes pelo PSD, Francisco Pinto Balsemão, José Angelo Correia, António Capucho e Henrique Nascimento Rodrigues; pelo CDS, Diogo Freitas do Amaral, Francisco Oliveira Dias, José Ribeiro e Castro e Luís Barroso e pelo PPM, Gonçalo Ribeiro teles, Luís Coimbra, Jorge Portugal da Silveira e António Borges de Carvalho, reafirmaria a importância das alterações constitucionais, decidindo-se enviar ao PS uma proposta pública na qual se definia aquela prioridade e se estabeleceriam os prazos para os diversos trâmites. Cf. "Comunicado da AD", de 10 de Setembro de 1981, "Carta do PSD dirigida à Comissão Permanente do PS" e "Proposta ao PS", ambas datadas de 10 de Setembro de 1981 e consultadas nos Serviços de Documentação do PSD.

Veja-se, igualmente, a intervenção de Mário Soares na Assembleia da República, denotando a disponibilidade de o PS rever a Constituição estabelecendo, contudo, um óbice à mesma, isto é "desde que a parte da organização económica não seja alterada". Cf. *Expresso*, nº 464, de 19 de Setembro de 1981, p. 1.

(535) Na campanha eleitoral para as eleições presidenciais de 1980 já se tornara nítido

Realizada a revisão da Constituição(536), manter-se-iam os vectores limitativos ao prosseguimento da estratégia bipolarizadora e à actuação governamental em consonância com a mesma. Entre esses factores contar-se-iam, para além do facto de a própria dinâmica interna da AD e do PSD apontar já para a vulnerabilidade do projecto e da incapacidade demonstrada de respectiva condução política, os condicionalismos ainda presentes na Constituição.

---

o afastamento da maioria do PS relativamente ao Presidente da República e a decisão do seu Secretário-Geral, secundado dessa maioria, em apostar na alteração dos preceitos constitucionais no sentido da redução dos poderes presidenciais. A atestar ter-se tratado da maioria do PS a alinhar nesse objectivo, o regresso triunfal de Mário Soares no IV Congresso do PS, reunido de 8 a 10 de Maio de 1981, depois do seu afastamento voluntário do cargo por discordância com o apoio à recandidatura de António Ramalho Eanes. Sobre este Congresso e a vitória do seu Secretário-Geral, veja-se MARIA JOSÉ STOCK, "Os congressos de 1981: sua preparação, desenvolvimento e resultados", *in* MARIA JOSÉ STOCK e OUTROS, *Os Partidos em Congresso 1981. Quem São e o Que Pensam os Seus Delegados - Uma Abordagem Sociológica*, Évora, Gabinete de Investigação e Acção Social, ISESE, 1985, pp. 46-49.

A adesão do PS, depois de superada a clivagem interna, possibilitaria o acordo com a AD para a revisão da Constituição e, no fundo, a sua integração no bloco dominante da AD para esse efeito. É em função dessa circunstância que neste período o sistema de partidos pode ser classificado como multipartidarismo com bloco dominante alargado para a revisão constitucional, que substituiria a fórmula anterior coincidente com o VII Governo Constitucional, isto é, o multipartidarismo perfeito com coligação governamental instável. Vejam-se os traços fundamentais do sistema de partidos nestas fases, em MARCELO REBELO DE SOUSA, *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1983, pp. 596-603.

(536) A 23 de Julho de 1981 iniciar-se-iam os trabalhos da Comissão Eventual para a revisão constitucional e a 2 de Junho de 1982 o Plenário da Assembleia da República começaria a apreciação respectiva, vindo o texto da revisão a ser aprovado a 12 de Agosto de 1982.

Durante 1981 e a maior parte de 1982 a revisão da Constituição foi de facto, como defenderia BRUNEAU "(...) the topic of politis in Portugal". Cf. THOMAS C. BRUNEAU, "Continuity and change in portuguese politics: ten years after the revolution of 25 April 1974", *in West European Politics, Special Issue on the New Mediterranean Democracies, Regime Transition in Spain, Greece and Portugal*, (editado por GEOFFREY PRIDHAM), London, Frank Cass, vol. 7, nº 2, April 1984, p. 80.

Não obstante na revisão da Constituição(537) se terem clarificado, quer o papel do Presidente da República, quer o dos militares(538), embora contra a vontade dos mes-

---

(537) As modificações fundamentais introduzidas na Constituição de 1976 incidiriam nestas duas esferas, reduzindo-se os poderes do Chefe do Estado (Cf. artigos 136° e 139° respectivamente do texto de 1976 e de 1982), sobretudo através da extinção do Conselho da Revolução (Cf. artigos 142° a 149° do texto de 1976, ausentes na revisão de 1982) e da submissão das Forças Armadas aos orgãos de soberania civis, retirando-lhes a capacidade de intervirem na vida política (compare-se o artigo 273° do texto de 1976, sobretudo os respectivos nºs 2, 3 e 4 com o artigo 275° do texto de 1982). Cf. *Constituição da República Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1976 e *Constituição da República Portuguesa*, texto final aprovado pela Assembleia da República em 12 de Agosto de 1982, Porto, Porto Editora.

(538) A diminuição dos poderes do Presidente da República far-se-ia especialmente sentir na condição de o órgão em causa ser ocupado, como era então o caso, por um militar das fileiras do MFA, já que o reforço do seu papel se faria através da via da institucionalização das Forças Armadas, que participariam assim no exercício da soberania através do Conselho da Revolução e do Presidente da República, com ele identificado e que ao mesmo presidia (Cf. artigo 148°, nº 1 a) do texto de 1976). Sobre o exercício da soberania pelo MFA, constitucionalmente previsto até à revisão da Constituição, veja-se JORGE MIRANDA, "A participação dos militares no exercício da soberania", *in Estudos Sobre a Constituição*, Lisboa, Livraria Petrony, vol. II, 1978, pp. 43-56. Veja-se, igualmente, a evolução formal deste exercício, expresso na legislação aprovada logo a seguir ao 25 de Abril de 1974, reforçado na Constituição de 1976 e desaparecido na revisão de 1982, em DIOGO FREITAS DO AMARAL, "La Constitución y las Fuerzas Armadas", *in Revista de Estudios Políticos*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, nºs 60-61, Abril-Septiembre 1988, pp. 608 e ss..

Como sublinharia LUCAS PIRES, a revisão constitucional diminuiu sobretudo os poderes presidenciais na área militar. Não só através do desaparecimento do Conselho da Revolução e, consequentemente, da posição aí assumida pelo Chefe do Estado, mas, como sublinhou este autor pelo facto de o respectivo Título IX (artigo 273°) se passar a intitular "Defesa Nacional" e não " Forças Armadas" (como na versão de 1976 do artigo 273° - Título X) Cf. FRANCISCO LUCAS PIRES, "El sistema de gobierno: su dinamica", *in Revista de Estudios Políticos*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, nºs 60-61, Abril-Septiembre, 1988, p. 296.

As alterações introduzidas em 1982 relativamente aos poderes do Chefe do Estado e ao grau de dependência política do Governo, que se atenuaria relativamente a este e aumentaria no que respeita à Assembleia da República, levanta a questão de saber se apenas se reequilibraram as duas vertentes do sistema - presidencial e parlamentar - ou se este se converteu então num parlamentarismo racionalizado ou mitigado. Procedendo à análise dessas alterações, MARCELO REBELO DE SOUSA concluiria que o pendor presidencial decresceu, verificando-se a primeira hipótese levantada e consagrando-se assim o sistema semipresidencial. Cf. MARCELO REBELO DE SOUSA, *O Sistema de Governo Português Antes e Depois da Revisão Constitucional*, Lisboa, Cognitio, 1984, pp. 38-45 e 54.

mos(539), permaneceriam os estrangulamentos de carácter económico impeditivos para a AD poder levar a cabo as reformas estruturais consideradas indispensáveis.

A impossibilidade de a AD, por si só, alterar o balisamento das coordenadas constitucionais em matéria económica(540), a incapacidade de, no quadro da estratégia bipolari-

---

Questionável permanecerá, contudo, o problema do equilíbrio possível de um sistema dessa natureza, o qual poderá evoluir tanto "para um maior pendor presidencial como para um crescente pendor parlamentar". Cf. *ibidem*. Não obstante a situação de equilíbrio seja mais ideal do que real e se pretenda, eventualmente, um "balanceamento equilibrado" entre as duas vertentes (Cf. PEDRO SANTANA LOPES e JOSÉ DURÃO BARROSO, *Sistema de Governo e Sistema Partidário*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1980, p. 76), a prática demonstraria, a partir de então, ter-se vindo a acentuar a componente parlamentarista, como já defendemos anteriormente. O sistema semipresidencialista não constitui portanto, em Portugal, como já sublinhámos noutro trabalho, "uma efectiva partilha do poder, mas antes um quadro institucional, que faz prevalecer alternativamente a vertente presidencialista ou a parlamentarista, consoante a conjuntura seja respectivamente tendente à formação de um governo minoritário ou de um governo de maioria". Cf. MARIA JOSÉ STOCK e LUIS F. COLAÇO ANTUNES, "Sistema de partidos e governabilidade (um estudo comparado)", *in Economia e Sociologia*, Évora, GIAS, ISESE, nº 37, 1984, p. 51.

(539) As movimentações na área da Presidência da República, do MFA e do PCP, tendo por fito anular alguns desses efeitos seriam evidentes: o "Documento Melo Egídio", por exemplo, procurando subordinar as forças de segurança ao Estado-Maior-General das Forças Armadas, as movimentações da CNARPE visando revitalizar a ideia da criação do partido presidencial, a hipotética renúncia de António Ramalho Eanes, ventilada na imprensa, no caso de os seus poderes virem a ser reduzidos e as tentativas de greve geral desencadeadas em Fevereiro e em Maio de 1982 pretendendo desestabilizar a situação política, por forma a atrasar ou impedir aquela revisão.

Mais tarde, o atraso na promulgação do novo texto constitucional por parte do Presidente da República levariam a acesas críticas da AD. Cf. "Comunicado da Cimeira da AD" de 14 de Setembro de 1982, no *Povo Livre*, nº 425, de 15 de Setembro de 1982, p. 11.

No entanto, António Ramalho Eanes não renunciaria ao cargo, apesar das limitações que lhe seriam impostas com a revisão da Constituição, vindo a explicitar os motivos subjacentes à sua decisão numa comunicação ao País proferida a 5 de Novembro de 1982, na qual tornaria claro só ter promulgado a revisão constitucional por a tal ser compelido pelo respectivo artigo 286º. Cf. *Expresso*, nº 523, de 6 de Novembro de 1982, pp. 1 e 2.

(540) Estas encontram-se na Parte II da Constituição, sobretudo nos respectivos artigos 80º, 82º e 90º. Não obstante o texto de 1982 se apresentar mais amenizado na terminologia socializante relativamente ao de 1976 (sobretudo visível na redacção do artigo 80º sobre os fundamentos da organização económica e no 89º sobre os sectores da economia) e se tenha, em certa medida, diminuido a predominância da

zadora, serem produzidos outros efeitos e as contradições emanentes na esfera interna do PSD e da AD, funcionariam como lastro da ofensiva anti-"Balsemista". Esta viria a ser fundamentalmente protagonizada por uma facção interna do próprio PSD, para além do papel desempenhado em idêntico sentido pelo Presidente do segundo partido da coligação, Diogo Freitas do Amaral.

Tal ofensiva, desencadeada no Verão de 1982(541), não conseguiria ser contrariada, mesmo com os sucessivos reajustes então processados, nomeadamente através da remodelação governamental realizada em Julho desse ano. Os resultados das eleições autárquicas(542) e, sobretudo, a leitura contradi-

---

intervenção estatal e do colectivismo (veja-se a distinta redacção, no texto de 1982, do artigo 90º, nº 1), subsistiriam, no essencial, as coordenadas limitativas às transformações pretendidas pela AD; nacionalizações, prevalência do sector público, etc. Vejam-se os dois textos supra-citados, respectivamente o de 1976 e o de 1982, da *Constituição da República Portuguesa*.

(541) Esta ofensiva partiria fundamentalmente da "Carta aberta aos militantes do PSD" da autoria de Eurico de Melo e de Aníbal Cavaco Silva, difundida em dois jornais diários e num semanário a 6 de Julho de 1982 (veja-se a nota 1127 desta dissertação). No entanto, diversos acontecimentos quer na esfera do partido, quer na do Governo vinham já a indiciar o aumento da contestação no PSD e na AD; tal seria o caso da questão à volta da legalização do aborto, da amnistia aos crimes políticos e das críticas ao Executivo processadas ao longo dos Conselhos Nacionais de 1982.

(542) O protocolo AD para as eleições autárquicas seria assinado a 11 de Fevereiro de 1982, vindo as mesmas a ter lugar a 12 de Dezembro seguinte. Cf. *Povo Livre*, nº 395, de 17 de Fevereiro de 1982, p. 4. Vejam-se as Presidências das Câmaras que couberam à AD, PSD e PPM (autarquias em que os partidos não concorreram coligados) no Mapa 15, do Anexo VI desta dissertação. Note-se que o PSD ganharia oito Câmaras ao CDS, perdendo para este partido outras nove.

Para uma caracterização dos eleitos para as autarquias locais em 1982 veja-se a análise da respectiva estrutura sócio-profissional e etária, por sexo, em *Caracterização dos Eleitos para as Autarquias Locais 1982*, STAPE, MAI, 1986.

ria dos mesmos feita pelo PSD e pelo CDS(543), funcionariam como o detonador da crise que haveria de conduzir ao colapso do VIII Governo Constitucional(544), da coligação AD e da estratégia que lhe estivera subjacente.

Em suma, se o projecto em causa não foi passível de concretização nesta sub-fase, tal não se ficaria apenas a dever às condições criadas no decorrer da mesma, mas, também, às configuradas no final da sub-fase anterior.

Ou seja, Francisco Pinto Balsemão não só herdaria o peso do carisma do seu antecessor, como a falta de condições objectivas para poder prosseguir a política que aquele tinha

---

(543) A Comissão Directiva do CDS e particularmente o seu Presidente, Diogo Freitas do Amaral, considerariam os resultados das autárquicas um "aviso sério" à AD, identificando implicitamente tal "desaire" eleitoral com a actuação do Governo, pondo em causa a liderança de Francisco Pinto Balsemão e do PSD. Quando ao PSD consideraria um "exagero interpretativo" esta análise sobre a quebra da AD relativamente a 1979. Cf. "Comunicado da Comissão Política Nacional do PSD", de 17 de Dezembro, *in Povo Livre*, nº 439, de 22 de Dezembro de 1982, p. 3.

A partir desde momento, o já instável relacionamento entre o líder do PSD e o do CDS agravar-se-ia consideravelmente, acabando por levar à ruptura pessoal entre os líderes dos dois partidos e da própria coligação. Sobre o impacte das autárquicas na desestabilização interna da AD, analisada aprofundadamente no sub-capítulo 3 do X Capítulo desta dissertação, veja-se para já, FERNANDO ANTUNES, "PSD e CDS unidos para eleições separados nos resultados", *in O Jornal*, de 17 de Dezembro de 1982.

A importância de que se revestiria estas eleições, para a continuidade do Executivo liderado por Francisco Pinto Balsemão, estaria patente na incapacidade de se ter processado uma remodelação do Governo integrando elementos das fileiras contestatárias, os quais, adiando a resposta, aguardariam eventualmente aquele desfecho.

(544) O VIII Governo Constitucional, terceiro da AD e segundo presidido por Francisco Pinto Balsemão, veria o seu fim a 21 de Dezembro de 1981, com a aceitação pelo Presidente da República da demissão do Primeiro-Ministro pedida no dia anterior, depois da decisão de Francisco Pinto Balsemão comunicada ao V Conselho Nacional de 1982 do PSD. Esta teria sido precipitada pela recepção de uma carta de Diogo Freitas do Amaral, imediatamente antes da realização daquele Conselho Nacional (reunido a 18 e 19 de Dezembro), na qual o líder do CDS se recusaria a integrar novo Executivo presidido pelo líder do PSD. Sobre o teor da carta em questão e sua importância decisiva no posterior desenrolar dos acontecimentos veja-se o sub-capítulo 3.2 do Capítulo X desta dissertação e especialmente a nota 1150.

preconizado. As condições que Francisco Sá Carneiro pretendera criar não tinham sido preenchidas, como vimos, essencialmente devido aos resultados das eleições presidenciais.

Nestes moldes, o novo líder da AD, não conseguiria levar a cabo as necessárias reformas estruturais, ficando sujeito às críticas internas no seu próprio partido e no âmbito da coligação. A estratégia da bipolarização consubstanciada na AD e que Francisco Pinto Balsemão se veria na situação de ter que liderar fracassou, de facto, com o desaparecimento do anterior líder e com o resultado das eleições presidenciais de 1980(545).

Nos dois anos seguintes apenas seria prolongada a respectiva agonia, para a qual contribuiria, em larga medida, o voluntarismo exercido pelas facções internas do PSD, conjugado com a acção desenvolvida pelo líder do CDS, numa perspectiva de alargamento da respectiva margem de manobra no seio da AD(546). Elementos da facção do PSD anti-"Balsemista" acabariam por protagonizar, na fase subsequente, uma mudança

---

(545) A confirmá-lo, o facto de o próprio Francisco Sá Carneiro, considerando a hipótese de não fazer vencimento nas presidenciais o candidato da AD, tencionar afastar-se da liderança governamental, recusando-se a permanecer à frente do Executivo com António Ramalho Eanes na Presidência da República. Seria, aliás, intenção dos outros dois líderes partidários da AD procederem de idêntica forma. Sobre esta eventualidade, publicitada na imprensa (Cf. *Expresso*, nº 388, de 4 de Abril de 1980, p. 4), veja-se MARCELO REBELO DE SOUSA, *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1983, nota 1077.

(546) Tanto para Diogo Freitas do Amaral como para os "Críticos" a liderança da AD tinha que sair das mãos de Francisco Pinto Balsemão, por forma a viabilizar as hipóteses de um e de outros no sentido de obter essa liderança. A sua queda por dentro do partido só se poderia efectuar num Congresso e, por isso, provocava-se primeiro a crise no plano do Executivo, acrescendo assim as oportunidades, quer para o líder do CDS, quer para a facção oposta aos "Balsemistas", a qual aguardaria, em consequência, a respectiva ascensão no plano intra-partidário.

radical no sistema, através de uma estratégia totalmente oposta à preconizada pela AD.

4. Relativamente a esta sub-fase pode agora ser sumariado um elenco de características fundamentais, que lhe concedem uma identidade específica relativamente à sub-fase anterior:

a) *Se na primeira sub-fase se demonstrou a eficácia da tese bipolarizadora e as atitudes de confronto e de luta se revelaram como os pressupostos fundamentais da competição política, o compromisso viria a demonstrar-se, nesta sub-fase, como a solução provisória para atenuar a conflitualidade do sistema e para o adiamento da crise que atravessaria aquela estratégia;*

Diogo Freitas do Amaral viria contudo, a 29 de Dezembro de 1982, a demitir-se da Presidência do CDS, enquanto o seu partido, embora de forma moderada, tentava viabilizar novo Governo da AD "Balsemista". A demissão do líder levaria a acesso confronto no CDS, acabando por Francisco Lucas Pires assumir a liderança no Congresso de Fevereiro de 1983, secundado por Adriano Moreira e por Basílio Horta. Este último, Vice-Presidente da Comissão Directiva do CDS e Ministro da Agricultura do VIII Governo Constitucional, desempenharia um papel activo nas dificuldades com que depararia o Governo Victor Crespo, assumindo posições duras para com o PSD (Cf. *Expresso*, nº 532, de 8 de Janeiro de 1983, p.1). Quanto a Adriano Moreira viria, mais tarde (no Congresso de Abril de 1986), a assumir a liderança do CDS. Sobre a sua ascensão no partido veja-se, relativamente ao Congresso de 1983, JOSÉ ANTÓNIO SARAIVA, "O regresso de uma velha raposa", *in Expresso*, nº 539, de 26 de Fevereiro de 1982, p. 3; veja-se, também, o prognóstico dessa ascensão realizado por MARCELO REBELO DE SOUSA, "O talento de ser discreto para poder ser alternativa", *in Expresso*, nº 440, de 4 de Abril de 1982, p. 2.

Sobre a evolução interna do CDS e para uma panorâmica geral das respectivas opções estratégicas, veja-se JOSÉ ADELINO MALTEZ, *Nas Encruzilhadas do País Político Uma Perspectiva da Direita Democrática*, Lisboa, Instituto D. João de Castro, 1987, pp. 76-79.

b) *Embora se não tenha processado, ao longo de 1981, qualquer alteração formal no equilíbrio de forças do sistema, na prática, em virtude do malogro de uma das componentes fundamentais da estratégia bipolarizadora - a da consonância da maioria presidencial, parlamentar e governamental - assiste-se, num primeiro momento, ao reforço do pendor presidencialista;*

c) *Permanência das clivagens institucionais, sobretudo as determinadas pelas concepções divergentes quanto ao sistema de governo, separando os partidos da AD e o PS das restantes forças políticas e quanto ao regime económico, perpassando neste capítulo a linha divisória entre a AD e os outros partidos;*

d) *Estabelecimento de compromissos inter-partidários, para além da coligação AD e de consensos intra-partidários forçados para efeitos da revisão constitucional;*

e) *Inversão da relação de forças do sistema a partir da revisão constitucional de 1982, reequilibrando a componente parlamentar e a presidencial, reduzindo a margem de manobra do Chefe do Estado, dispensando a tutela militar, acentuando a supremacia civil e consolidando, na generalidade, o sistema de partidos;*

f) *Continuidade de um pluripartidarismo limitado em termos do número de partidos, sobretudo os com expressão parlamentar e do relacionamento entre eles,*

característico de um sistema pluripartidário polarizado;

g) A bipolarização que permaneceria ao longo desta sub-fase acentua de forma progressiva as tendências centrípetas do sistema, que acabariam por adquirir expressão concreta na fase subsequente;

h) Redução do espaço de manobra da AD e do VII e VIII Governos Constitucionais, não conseguido nenhum destes Executivos, ao invés do anterior, desempenhar o papel de motor da maioria;

i) Com o quadro de oportunidades políticas mais limitado, aumenta a conflitualidade no seio da AD e no sistema em geral, sobretudo a partir da tensão suscitada entre o Governo da maioria e a base dos partidos em que a mesma assentava;

j) Cenário global menos propício ao PSD, pela ausência de uma liderança intra-partidária forte e pelo aforamento do CDS, procurando optimizar a sua margem de manobra no âmbito da coligação;

k) Alteração na configuração dos papéis dentro da AD com maior valorização do CDS, não obstante no plano formal se tenha mantido a supremacia do PSD;

l) Acréscimo da conflitualidade na AD em consequência da dialéctica interna do PSD, aflorando progressivamente à superfície as incompatibilidades latentes entre as respectivas facções;

m) Perda da capacidade de liderança por parte do PSD,

acabando o mesmo por deixar de ocupar o eixo do sistema no final desta sub-fase.

4 - O consensualismo centrista e a crise da estratégia subjacente

Apesar da tentativa ainda realizada no quadro da AD "Balsemista"(547) no sentido de um prolongamento da mesma, sendo a sua liderança exercida de forma indirecta através da indicação de novo Primeiro-Ministro por Francisco Pinto Balsemão(548), aquele não colheria o necessário apoio de Belém(549), vindo a pôr em causa qualquer hipótese de continui-

---

(547) Após aceitar a demissão do Primeiro-Ministro, o V Conselho Nacional do PSD de 1982 mandataria Francisco Pinto Balsemão no sentido da escolha do novo Chefe do Governo, Carlos Mota Pinto, contactado pelo líder do PSD nesse sentido, ter-se-ia recusado a assumir o cargo, aguardando já, eventualmente, uma reconversão mais profunda do PSD e da própria AD, que lhe possibilitasse uma margem de manobra maior do que a disponível no PSD liderado por Francisco Pinto Balsemão. Viria então a ser escolhido Victor Pereira Crespo para Primeiro-Ministro. Vejam-se os factos relativos à escolha em causa, nomeadamente no plano da Comissão Política Nacional do PSD, no do VI Conselho Nacional de 1982 do partido, bem como fraco apoio manifestado pelo CDS a essa escolha nas notas 1158 e ss. desta dissertação.

(548) A comprovar essa tentativa de no quadro da AD "Balsemista" se procurar ainda encontrar uma saída, de molde a não deixar para o Presidente da República todo o comando da resolução da crise, estaria não só a indicação quase imediata de Victor Pereira Crespo para Primeiro-Ministro, como o teor do comunicado da AD redigido por Francisco Pinto Balsemão e por Francisco Lucas Pires afastando-se das posições anteriormente tomadas por Diogo Freitas do Amaral. "As soluções adoptadas não são de modo algum postas em causa pelos resultados das eleições autárquicas de 12 de Dezembro" defendia o comunicado em causa, afirmando-se que a "a AD continua a merecer a confiança e apoio requeridos para a plena concretização dos seus objectivos fundamentais". Cf. "Comunicado da Cimeira da AD" de 14 de Janeiro de 1983, *in Expresso,* nº 533, de 15 de Janeiro de 1983, p. 1. Em idêntico sentido, vejam-se as declarações de Francisco Pinto Balsemão ao *Expresso,* nº 534, de 21 de Janeiro de 1983, p. 1.

(549) A António Ramalho Eanes apresentar-se-iam três hipóteses possíveis: empossar Victor Pereira Crespo, não aceitar esta individualidade dando no entanto a oportunidade à AD de indicar outro candidato, ou dissolver a Assembleia da Repú-

dade do bloco até aí dominante e da liderança do herdeiro de Francisco Sá Carneiro.

A ruptura na AD, processada a partir das posições assumidas no final de 1982 pelos seus principais líderes, ver-se-ia confirmada pela actuação do Chefe do Estado, ao dissolver a Assembleia da República, promovendo, assim, uma reconversão de toda a dinâmica política(550).

Essa reconversão teria, contudo, que passar por uma metamorfose do PSD, pretendida pela sua oposição interna, por Diogo Freitas do Amaral e, no fundo, pelo próprio PS(551). Tal

---

blica e convocar eleições antecipadas. O Chefe do Estado viria a optar por esta última alternativa, dissolvendo o Parlamento a 4 de Fevereiro de 1983 e marcando eleições para 25 de Abril seguinte. Sobre o veredicto e a indecisão anterior do Presidente da República, vejam-se os artigos de JOSÉ ANTÓNIO SARAIVA, "Política à portuguesa: a decisão" e de MARIA JOÃO AVILLEZ "Ramalho Eanes: sim, não, mas talvez ...", ambos no *Expresso,* nº 534, de 22 de Janeiro de 1983, respectivamente pp. 3 e 12 e 13.

Veja-se, numa perspectiva crítica relativamente àquela decisão, JOSÉ ANTÓNIO SARAIVA, "Um processo pouco linear", no *Expresso,* nº 535, de 29 de Janeiro de 1983, p. 3.

(550) Como relevaria JOAQUIM AGUIAR "A ruptura seria, então, o passo necessário para essa reconversão", mesmo na perspectiva da AD, visto que na etapa anterior não se conseguira prosseguir na ofensiva política que vinculara a fase inicial da mesma, assistindo-se, pelo contrário, a uma "dinâmica de inércia". Esta seria, na sua opinião, "provocada pelas consequências de um programa político inicial que falhara mas que, antes disso, tomara decisões que só poderiam ser assimiladas no período seguinte se houvesse uma concentração total de poderes e mesmo assim com acentuadas dificuldades", na opinião do autor decorrentes da conjuntura económica. Cf. JOAQUIM AGUIAR, *O Pós-Salazarismo 1974-1984,* Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1985, respectivamente pp. 103 e 102.

Na nossa perspectiva essas dificuldades seriam, sobretudo, decorrentes das contradições existentes no seio da AD e do próprio PSD, só superadas mediante a forte liderança de Francisco Sá Carneiro, nelas avultando a polémica pessoal entre os líderes dos dois principais partidos da coligação, as divergências de base entre a facção do PSD no poder e a generalidade dos centristas, a confluência de objectivos entre estes e os "Críticos" daquele partido e o próprio facto de os "Balsemistas" terem ficado a liderar uma coligação com a qual se sentiriam, no fundo, pouco identificados. Veja-se, sobre o assunto, o sub-capítulo 3 do X Capítulo desta dissertação.

(551) A metamorfose que se pretendia no PSD viria, depois, não a gerar uma nova AD

metamorfose apresentar-se-ia possível, visto o PSD continuar a patentear uma configuração que tanto lhe permitia a participação no poder num quadro bipolarizado (através da AD), como num quadro de consensualismo centrista (através de um bloco-central).

A AD parecia, assim, não passar de um esquema adiado(552), enquanto no decorrer da campanha eleitoral(553) se prefigurava já a alternativa da coligação PS/PSD, dando sequência ao bloco dominante alargado ensaiado na fase anterior para efeitos da revisão constitucional(554).

---

liderada pelos "Críticos" e com um maior peso do CDS, mas a conduzir a uma transformação radical da política até aí seguida. Essa metamorfose realizar-se-ia durante o X Congresso do PSD, realizado em Montechoro de 25 a 27 de Fevereiro de 1983; perdendo a liderança, Francisco Pinto Balsemão ver-se-ia substituído pela "Troika" que representava não só a confluência das outras facções internas, "Críticos" e "Notáveis", estes últimos já "Mota Pintistas", mas a nova estratégia que à mesma estaria subjacente; a da coligação futura com o PS. Sobre esta problemática veja-se o início do sub-capítulo 4 do X Capítulo desta dissertação.

(552) Mesmo antes dos respectivos Congressos, já no PSD se ventilava a hipótese de o partido concorrer autonomamente às eleições legislativas, muito embora no CDS se pugnasse ainda por listas conjuntas, tentando dar seguimento à AD. No entanto, uma definição nessa matéria só seria possível após a clarificação em termos da liderança interna, quer no PSD, quer no CDS. Veja-se, sobre o gizar das estratégias eleitorais e sobre a importância da escolha, nos Congressos respectivos, da nova liderança intra-partidária, JOÃO CARREIRA BOM, "CDS e PSD: a luta depois do divórcio", *in* "Revista" do *Expresso*, nº 538, de 19 de Fevereiro de 1983, pp. 16-R e 17-R.

(553) Sobre a campanha eleitoral veja-se MARIA JOÃO AVILLEZ, JOSÉ MANUEL FERNANDES e JOÃO CARLOS ESPADA "A quem falam os partidos", na "Revista" do *Expresso*, nº 544, de 1 de Abril de 1983, pp. 12-R e 14-R, o *Expresso*, nº 545, de 9 de Abril de 1983, pp. 5-7, o nº 546, de 16 de Abril de 1983, pp. 4-7 e a "Revista" do *Expresso*, nº 547, de 23 de Abril de 1983, p. 35-R.

(554) O Bloco Central surgiria, assim, como decorrente da lógica da revisão da Constituição processada no ano anterior, que se apresentava, então, como a única saída possível e não ensaiada para uma coligação dos partidos que nela tivessem estado envolvidos. Cf. MARCELO REBELO DE SOUSA, *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1983, p. 609.

A impossibilidade de renovação da AD, por um lado, e por outro, a forte probabilidade de, numa coligação com os socialistas, o PSD vir a ocupar uma posição meramente secundária e de tal cenário poder vir a ser rejeitado pelos eleitores, levariam este partido a aguardar pelos resultados eleitorais para uma opção pública definitiva nessa matéria.

As eleições legislativas de 25 de Abril de 1983 viabilizariam aquela possibilidade(555) e após um processo de negociações complexo(556) viria a ser celebrado um acordo po-

---

Por essa razão, e apesar de ser "(...) um acontecimento localizado cronologicamente na fase anterior", se poderá considerar a revisão constitucional de 1982 "(...) politicamente, o primeiro acontecimento" desta etapa. Cf. JOAQUIM AGUIAR, *O Pós-Salazarismo 1974-1984*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1985, p. 104.

(555) Nas eleições de 1983 o PS obteria os melhores resultados, seguido pelo PSD e vindo o CDS a ser penalizado pela ruptura da AD. Quanto à UDP ver-se-ia excluída do Parlamento, bem como o PPM que só aí estivera representado no âmbito da AD; a UEDS e a ASDI, cada qual detendo um Grupo Parlamentar próprio no quadro da FRS desde 1980, passariam a figurar apenas como grupos de independentes nas fileiras do PS.

Sobre os resultados eleitorais de 1983, veja-se o primeiro balanço dos mesmos realizado por JOSÉ CARLOS SERRAS GAGO e JORGE SÁ intitulado "Abstenção prejudicou partidos que compunham a AD" na "Revista" do *Expresso*, nº 548, de 30 de Abril de 1983, p. 15-R. Veja-se igualmente, no Anexo VI desta dissertação o Quadro 2, o Gráfico 3 e o Mapa II com os resultados dos principais partidos nestas eleições.

(556) Por iniciativa formal do PS (Mário Soares enviaria uma carta a Carlos Mota Pinto a 8 de Maio de 1983, convidando-o a encetar negociações para uma coligação PS/PSD, depois de, no referendo interno, mais de 80% dos socialistas se terem pronunciado a favor desse acordo), abriram-se as negociações dois dias depois, considerando a disponibilidade para tal demonstrada pelo PSD. Vejam-se os primeiros passos destas negociações, assim como os acontecimentos relacionados com este processo no plano do PSD, na caixa "Momento político", do *Povo Livre*, nº 458, de 11 de Maio de 1983.

A delegação do PS para as negociações em causa seria constituída por Jaime Gama, António Almeida Santos e Eduardo Pereira e a do PSD por José Ângelo Correia, Amândio de Azevedo, Eurico de Melo e Victor Pereira Crespo. A discussão do acordo iniciar-se-ia pelos aspectos globais da política governamental, seguida pelos aspectos sectoriais e pela distribuição das pastas ministeriais (Cf. *Expresso*, nº 550, de 14 de Maio de 1983, pp. 1 e 24), vindo posteriormente a verificar-se algum impasse nas negociações, cujas causas analisamos no sub-capítulo 4 do X Capítulo desta dissertação.

lítico, parlamentar e de Governo entre o PS e o PSD(557), que ficaria conhecido como Bloco Central.

Constituindo-se nessa base o IX Governo Constitucional(558), liderado pelo PS e no qual o PSD deteria sempre uma posição secundária, bem diferente do papel assumido no quadro da AD e não obstante aquele Executivo se apresentar como uma solução governamental baseada numa significativa maioria parlamentar, cedo se começariam a manifestar os primeiros atritos(559). Nestes, para além das naturais diver-

---

Sobre a génese do acordo PS/PSD veja-se também MARIA JOSÉ STOCK, "O centrismo político em Portugal: génese do Bloco-Central e análise dos partidos da coligação", *in Análise Social*, Lisboa, ICS, vol. XXI, terceira série, nº 1, 1985, pp. 52-56.

(557) Veja-se o texto do acordo em causa nos Serviços de Documentação do PSD. Dele constam seis páginas, cujo conteúdo assume três vectores essenciais: formalização de uma política de concertação social, criação de uma instância superior de representação dos interesses colectivos e adopção de iniciativas legislativas fundamentais a curto prazo. Veja-se a notícia sobre a assinatura, nesse mesmo dia, do acordo PS/PSD no *Expresso*, nº 553, de 4 de Junho de 1983, p. 1.

(558) O IX Governo Constitucional tomaria posse a 9 de Junho de 1983, tendo por Primeiro-Ministro Mário Soares e por Vice-Primeiro-Ministro Carlos Mota Pinto. Vejam-se as personalidades do PSD que integrariam o novo Executivo e os respectivos cargos na Lista 29 do Anexo IV desta dissertação.

Sobre a posse do novo Executivo veja-se o *Expresso*, nº 554, de 10 de Junho de 1983, pp. 1 e 24. O "Programa do Governo" encontra-se na p. 16-R do número seguinte da "Revista" deste semanário.

(559) As primeiras querelas seriam suscitadas pela distribuição de lugares no aparelho de Estado pelos membros dos dois partidos (veja-se o *Expresso*, nº 557, de 2 de Julho de 1983, p.2), pela própria instabilidade no seio do PSD (veja-se no subcapítulo 4 do X Capítulo desta dissertação as dissensões surgidas quanto à liderança no VI Conselho Nacional de 1983) e pela escolha das chefias militares. Esta última caberia a Carlos Mota Pinto na sua qualidade de Ministro da Defesa, considerando o PS que a demora manifestada pelo mesmo estava a alargar o espaço de manobra do Presidente da República. Veja-se sobre o assunto, que acabaria por unir os dois líderes do Bloco Central contra um eventual reforço dos poderes presidenciais, sobretudo relativamente à proposta do Governo de exonerar o General Garcia dos Santos de Chefe do Estado-Maior do Exército, JOÃO CARREIRA BOM, "Uma guerrilha que passa pelo exército", *in* "Revista" do *Expresso*, nº 557, de 30 de Julho de 1983, pp. 20-R e 21-R.

gências decorrentes da identidade própria de cada uma das formações partidárias envolvidas na coligação(560), assumiria um realce particular a questão em torno do candidato às eleições presidenciais.

No fundo, tal como acontecera com a AD, também o Bloco Central seria atravessado pela necessidade de consonância entre as três maiorias - parlamentar, governamental e presidencial. Conseguidas as duas primeiras restava obter, através da última, a redução da tensão institucional que se manteria apesar da revisão da Constituição processada em 1982, em consequência de um certo reforço do pendor presidencial verificado logo no início do ano(561).

Enquanto o candidato indicado pela AD em 1979 apenas levantara algumas dissensões ao nível interno do PSD, a candidatura que se projectava da própria essência do Bloco Cen-

---

(560) Para uma análise comparativa dos dois parceiros da coligação Bloco Central, em termos da respectiva origem, constituição, bases programáticas, evolução estrutural, características organizacionais, da base social de apoio e das elites dirigentes, veja-se MARIA JOSÉ STOCK, "O centrismo político em Portugal: génese do Bloco-Central e análise dos dois parceiros da coligação" *in Análise Social*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, vol. XXI, 3ª série, nº 85, especialmente pp. 56 a 68.

(561) Como relevaria MARCELO REBELO DE SOUSA esse reforço ter-se-ia logo processado no princípio de 1983, através da forma como decorreriam os últimos dias da AD, da demissão do VIII Governo Constitucional pelo Chefe do Estado, da sua recusa em aceitar o Primeiro-Ministro indicado pela coligação e da dissolução da Assembleia da República e convocação de eleições antecipadas. Cf. MARCELO REBELO DE SOUSA, *O Sistema de Governo Português Antes e Depois da Revisão Constitucional*, Lisboa, Cognitio, 1984, p. 57.

Mesmo depois da formação do Bloco Central, ainda se faria sentir certa polémica entre o Governo e Belém aquando do "caso Garcia dos Santos", supra reportado.

tral(562), provocaria uma intensa controvérsia naquele partido, acabando por levar ao desgaste da coligação e, finalmente, à sua ruptura.

As diferentes estratégias ensaiadas no quadro do PSD procurando uma alternativa a Mário Soares visavam a maior autonomia do partido na relação de total subordinação ao PS que o apoio a tal candidatura implicaria(563) e o subsequente alargamento do respectivo espaço de manobra, não só do partido em si no âmbito do sistema político global, mas das facções internas do próprio partido, considerando, a prazo, a possibilidade de o PSD vir a retomar a liderança do sistema(564).

---

(562) Quanto à tese de a estratégia para as presidenciais, em termos de candidatura de Mário Soares, poder ter estado, eventualmente, na base da formação do Bloco Central, veja-se o sub-capítulo 4 do Capítulo X desta dissertação e, sobretudo, as respectivas notas 1156, 1205 e 1224.

Registe-se, contudo, que não é totalmente líquida a existência de um acordo expresso nesse sentido entre os líderes dos dois partidos da coligação; a corroborar a dificuldade de uma defesa incontestável desse acordo, o facto de Carlos Mota Pinto ter vindo a recuar aquando das negociações com o PS para a constituição do Bloco Central, bem como as suas múltiplas tentativas no sentido de prorrogar uma decisão explícita do PSD nessa matéria, considerando-a sucessivamente prematura. Cf. *ibidem*.

(563) Na óptica das facções defensoras de um candidato autónomo do PSD, o apoio à candidatura do Secretário-Geral do PS e líder do Bloco Central relegaria decisivamente aquele partido para um plano secundário na vida política portuguesa. Além disso, a hipótese de uma futura fusão dos dois partidos não estava posta de parte e, nesse quadro, a subordinação total do PSD ao PS seria uma realidade. Veja-se sobre este cenário, considerado desejável por alguns sectores pró-"Soaristas", a análise de JOSÉ MIGUEL JÚDICE, 'Uma alternativa a sério", no *Semanário*, de 14 de Janeiro de 1984 e JOAQUIM AGUIAR, *O Pós-Salazarismo 1974-1984*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1985, pp. 104 e 105.

(564) Esse seria o objectivo dos defensores, no PSD, da estratégia bipolarizadora, sucessivamente o "Grupo de Lisboa" e a "Nova Esperança". A promoção do apoio à candidatura de Diogo Freitas do Amaral por parte desta última facção visaria a reconstituição da AD e a recondução do PSD à liderança do sistema; a disponibilidade do PSD para estratégias tão díspares como a subjacente à AD e ao Bloco Central, que analisamos no X Capítulo desta dissertação, dever-se-ia, em parte, à sua proximidade do centro do espectro partidário português, onde confluiria com o PS, conquanto numa posição mais à direita.

As sucessivas tensões experimentadas no Governo e na maioria parlamentar, suscitadas quer pela questão da despenalização do aborto(565), quer pela contra-informação no seio do próprio Executivo(566), levariam à realização de inúmeras cimeiras entre o PS e o PSD tentando solver a crise

---

Esta inflexão do PSD para o centro direita e a sobreposição do PS e do PSD na escala esquerda/direita (embora limitada em termos de explicação da competição político-partidária esta escala estabelece os parâmetros fundamentais em que se inscreve essa competição), seria evidenciada pelas sondagens realizadas de 1978 a 1983 ao eleitorado do PS e do PSD sobre a respectiva posição na dimensão esquerda/direita. O PS e o PSD surgiriam disputando ambos a posição do centro, tendendo no entanto o primeiro para o centro-esquerda(4,63) e o segundo para o centro direita (6,90). Os índices médios revelariam estar o PSD mais afastado do centro do que o PS.

De igual forma, as sondagens aplicadas ao eleitorado em geral, evidenciariam uma média de localização oscilando entre 5,10 e 5,42 (média de 5,22). Cf. JONAS CONDOMINES e JOSÉ DURÃO BARROSO, "La dimension gauche-droite et la competition entre les partis politiques en Europe du Sud (Portugal, Espagne, Grece)", *in Il Politico*, anno XLIX, nº 3, 1984, pp. 407, 409-413.

(565) Sobre o impacte que a aprovação da lei da despenalização do aborto teria nas relações entre o PS e o PSD, reduzindo o espaço de manobra do primeiro, sobretudo no momento do avanço da sua candidatura a Belém, e acrescendo o do PSD, veja-se JOSÉ ANTÓNIO SARAIVA, "Política à portuguesa: Aborto: o PSD já ganhou", no *Expresso*, nº 579, de 3 de Dezembro de 1983, p. 3.

O PSD acabaria por condenar publicamente o PS pela apresentação daquela lei, acusando-o de "brincar com a estabilidade política". Vejam-se, a esse título, as declarações de Carlos Mota Pinto ao *Povo Livre*, nº 494, de 1 de Fevereiro de 1984, p.1. A lei seria aprovada com 132 votos favoráveis e 102 contra, no dia 27 de Janeiro de 1983.

(566) Declarações prestadas à imprensa por Calvão da Silva, Secretário de Estado-Adjunto do Vice-Primeiro-Ministro, porian em demasiado realce algumas críticas tecidas por Carlos Mota Pinto à actividade do Governo. Paralelamente, as acusações formuladas contra os titulares das pastas da Agricultura e do Equipamento Social teriam quase levado a uma remodelação do Executivo, ainda que circunscrita. Esta acabaria por não se efectivar em 1983. Veja-se o acompanhamento deste processo no *Expresso*, nº 574, de 29 de Outubro de 1983, p. 3 e a hipótese de remodelação governamental ventilada no *Semanário*, de 26 de Novembro de 1983.

Sobre a crise desencadeada pelas declarações de Calvão da Silva, veja-se naquele número do *Expresso* a caixa de JOSÉ ANTÓNIO SARAIVA, "Política à portuguesa: Mota Pinto, o PSD e o Governo", p. 3, minimizando a importância das críticas de Carlos Mota Pinto e atribuindo-as à necessidade de demarcação do PSD relativamente ao PS e, no mesmo número, p. 2, o artigo de PEDRO D'ANUNCIAÇÃO, "Aumentaram no Bloco-Central as reticências a Ernâni Lopes", dando conta da crise no Executivo e da decisão de adiar a remodelação para 1984.

em que entrara a coligação(567), enquanto no cerne do PSD a contestação assumia progressivamente maior vulto(568). A precaridade dos consensos internos tornava-se, contudo, uma evidência e a reactivação dos conflitos entre as diversas facções teria os inerentes reflexos na instabilidade do Bloco Central(569).

---

(567) Basta ver as múltiplas cimeiras realizadas a partir de 4 de Agosto de 1983 (esta teria por objectivo proceder ao balanço da acção do Governo e alargar os moldes de cooperação entre o PS e o PSD), passando pela cimeira de 14 de Novembro desse ano (desencadeada pela questão da lei do aborto), pela cimeira de 13 de Janeiro de 1984 (sobre o mesmo assunto e relativamente à decisão de não se proceder à remodelação do Executivo), pelas de 9 de Fevereiro e de 15 de Maio de 1984 (procurando-se, em ambas, desdramatizar a crise instalada no Bloco Central), até à cimeira de 8 de Outubro de 1984 (que já seria suscitada pela problemática das eleições presidenciais). A partir de Novembro seguinte a situação tornar-se-ia consideravelmente mais complexa, realizando-se encontros sucessivos no quadro do Bloco Central, que só arrastariam por algum tempo mais a sua queda. Vejam-se, aqui, as notas 568 a 570.

(568) Apesar da unanimidade conseguida no VI Conselho Nacional de 1983 do PSD, já se tornavam evidentes as clivagens internas que levariam à contestação da liderança de Carlos Mota Pinto. Quanto ao Congresso de Braga (Julho de 1984) representaria uma vitória equívoca para este e o protelamento constante do conflito interno já se não tornaria possível no IV Conselho Nacional de 1984. Precisada, então, a orientação do partido para as presidenciais, agravar-se-iam as tensões com os socialistas. Veja-se o texto completo da "carta" que o PS enviaria então ao seu parceiro na coligação e o da resposta deste, apelando ambos ao reforço do Bloco Central, no *Expresso,* nº 629, de 17 de Novembro de 1984, pp. 1 e 24.

(569) A Comissão Permanente do PS reuniria logo no dia 27 de Novembro para analisar os resultados do IV Conselho Nacional do PSD, desfavoráveis ao eventual apoio deste à candidatura "Soarista". Depois de ter sido considerada a hipótese de uma comunicação ao País, através da RTP, feita por Mário Soares, que poria em risco a coligação (veja-se o *Diário de Lisboa,* de 26 de Novembro de 1984 e o *Tempo,* de 30 do mesmo mês), decidir-se-ia pelo envio, ao PSD, de um documento com mais de duas dezenas de medidas que deveriam ser satisfeitas para a manutenção do Bloco Central. Entre elas exigia-se o adiamento, até Julho de 1985, da indicação do candidato presidencial, impondo-se que este não poderia ser proposto contra o Bloco Central, a reestruturação governamental, a aliança nas eleições autárquicas e o comprometimento no acordo até 1987. Veja-se "As condições do Partido Socialista", documento datado de 28 de Novembro de 1981, nos Serviços de Documentação do PSD.

Por sua vez, o PSD contraporia um elenco de medidas, cuja consecução entendia imprescindível à continuidade da coligação. Entre elas incluir-se-ia a necessidade de proceder a nova revisão constitucional, à adopção de medidas de carácter económico e financeiro, entre as quais a diminuição do peso do sector empresarial

O primeiro semestre de 1985 revelar-se-ia determinante para a clarificação interna do PSD, no plano da liderança intra-partidária e no da estratégia para as eleições presidenciais, a qual, aliás, marcaria toda a sua dinâmica interna até finais desse ano(570). Dessa clarificação iria resultar, implacavelmente, o fim da coligação com o PS e a inerente queda do IX Governo Constitucional, que acabariam por ter lugar em Julho de 1985(571).

---

do Estado, a autonomia partidária relativamente às autárquicas e, quanto às presidenciais, a manutenção do deliberado no Congresso de Braga do PSD. Cf. "A contraproposta do PSD ao PS", documento datado de 30 de Novembro de 1984, *in ibidem*.

A 28, 29 e 30 de Novembro e a 3 de Dezembro de 1984 reunir-se-iam novas cimeiras dos dois partidos para discussão das cláusulas estipuladas por ambos e a 11 desse mês assinava-se o novo acordo, prolongando por mais algum tempo o Bloco Central.

Sobre a crise da coligação vejam-se os dois artigos de PEDRO D'ANUNCIAÇÃO "Nos bastidores da política: Soares e Mota Pinto mais próximos da ruptura", *in Expresso*, nº 633, de 15 de Dezembro de 1984, p. 2 e "Nos bastidores da política: Um ano que termina como começou", *in Expresso*, nº 634, de 22 de Dezembro de 1984, p. 2.

(570) O conflito interno no PSD, que se vinha a desenhar desde meados do ano anterior, acabaria por ser despoletado no I Conselho Nacional de 1985, realizado a 9 e 10 de Fevereiro; com a demissão de Carlos Mota Pinto, primeiro da liderança do partido (vindo a ser substituído por Rui Machete) depois dos cargos de Vice-Primeiro-Ministro e de Ministro da Defesa, processada de imediato (a demissão dos cargos no Governo teria lugar a 11 de Fevereiro) e, depois, com o seu desaparecimento (o ex-líder do PSD faleceria a 7 de Maio de 1985), despoletava-se uma nova dinâmica intra-partidária que teria como corolário a nova liderança escolhida no Congresso da Figueira da Foz e o implícito apoio à candidatura de Diogo Freitas do Amaral para Belém.

Vejam-se no final do sub-capítulo 4 do X Capítulo desta dissertação o desenrolar dos principais acontecimentos internos do PSD até finais de 1985. Regista-se, contudo, desde já, que o apoio explícito a Diogo Freitas do Amaral por parte do PSD só se efectivaria aquando do seu VIII Conselho Nacional de 1985 no qual, por maioria, mas com a oposição firme de alguns sectores do partido, se aprovaria essa proposta. A oficialização desse apoio teria lugar a 24 de Outubro de 1985, isto é, quatro dias depois daquela reunião. Sobre a reunião em causa do Conselho Nacional na qual vingaria a estratégia do novo líder, veja-se sem prejuízo da análise realizada no final do Capítulo X desta dissertação, o *Diário de Notícias* e *A Capital*, ambos de 21 de Outubro de 1985.

(571) Logo após o XII Congresso do PSD, realizado na Figueira da Foz a 17 e 18 de Maio

Se o Bloco Central se mantivera durante mais de dois anos, apesar das contradições e das clivagens que o atravessavam, ficar-se-ia a dever à eventual possibilidade de, nesse quadro, se viabilizar a estratégia "Soarista" para as presidenciais. Para o PS, do adiamento da crise poderiam assim advir, a prazo, alguns benefícios. Pelo contrário, a questão presidencial viria a demonstrar-se como o vector fundamental do bloqueamento de qualquer hipótese de continuidade do Bloco Central.

Para além de a participação no poder ser um factor a não menosprezar nas sucessivas reacomodações a que o PSD e o PS se veriam sujeitos para não romper o acordo, a necessidade de levar a cabo a adesão ao Mercado Comum(572) teria igualmente exercido um certo peso no protelamento da crise definitiva.

Em termos globais, pode defender-se que a coligação entre o PS e o PSD, dando sequência às tendências anteriormente delineadas no sentido da formação de amplos blocos

---

de 1985, reuniria a Comissão Política do PS com alguns membros socialistas do Executivo, tendo-se aí deliberado exigir do PSD a garantia de que não apoiaria nenhum candidato a Belém contrário ao Bloco Central (como adiante veremos, na vitória de Aníbal Cavaco Silva estaria implícito o eventual apoio do partido a Diogo Freitas do Amaral). A 22 de Maio de 1985, a nova Comissão Política do PSD apresentaria ao seu parceiro da coligação uma série de medidas consideradas fundamentais para a sua prossecução, que viriam a ser debatidas em duas reuniões preparatórias da cimeira realizada a 30 do mesmo mês. Não sendo aí conseguido qualquer consenso, o PSD acabaria por romper a coligação no quadro de nova cimeira, realizada a 4 de Julho seguinte, arrastando consequentemente a queda do IX Governo Constitucional que viria a ser exonerado a 6 de Novembro de 1985.

(572) A assinatura do Tratado de Adesão ao Mercado Comum far-se-ia a 12 de Junho de 1985, ou seja, oito dias depois de Aníbal Cavaco Silva ter denunciado o acordo com os socialistas. Veja-se a nota anterior.

partidários, surgira na esteira do consenso alargado conseguido na etapa anterior para efeitos da revisão constitucional.

Pelas características específicas de que se revestiu, configurou-se um novo perfil no sistema de partidos(573), no qual o PS voltaria à posição liderante perdida em 1978 e o PSD passaria, ao invés da fase anterior, a desempenhar um papel secundário no mesmo, já que ficaria subordinado aos socialistas.

Relativamente ao sistema de governo acentuar-se-iam os traços já delineados na fase anterior(574). Na prática, evoluir-se-ia de um primeiro momento, breve, de reforço do pendor presidencial, expresso na recusa do Chefe do Estado em aceitar o Primeiro-Ministro da AD e na dissolução, pelo mesmo, da Assembleia da República, para um progressivo esbatimento dessa componente e para a correspondente preponderância do pendor parlamentar, sobretudo a partir das eleições legislativas de 1983 e da constituição do Bloco Central.

Nas eleições seguintes(575), provocadas pelo falhanço

---

(573) O que levaria MARCELO REBELO DE SOUSA a classificá-lo como "multipartidarismo imperfeito com prática de perfeito e coligação pós-eleitoral dos dois maiores partidos". Cf. MARCELO REBELO DE SOUSA, *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1983, p. 606.

(574) Sobre as características formais do sistema de governo desta fase, imprimidas sobretudo através da revisão constitucional de 1982, veja-se MARCELO REBELO DE SOUSA, *O Sistema de Governo Português Antes e Depois da Revisão Constitucional*, Lisboa, Cognitio, 1984, pp. 48-54.

(575) Nas eleições de 6 de Outubro de 1985 as alterações mais substanciais relativamente aos anteriores actos eleitorais far-se-iam sentir a diversos níveis. A abstenção aumentaria para 24,6% (sobretudo relativamente aos 8,3% de 1975, muito embora esta ampla participação eleitoral tivesse decorrido da forte mobilização popular proveniente de uma conjuntura política específica); os votos brancos e nulos diminuiram, significando talvez uma maior facilidade no preenchimento dos boletins

do IX Governo Constitucional e da coligação subjacente, acentuar-se-ia consideravelmente, quer o papel do sistema de partidos na dinâmica política em geral, quer o pendor parlamentar no sistema de governo. Esta propensão, vinda do período anterior, acabaria por se sedimentar, apesar de algumas estratégias então surgidas, nomeadamente pela via da instrumentalização do partido "Eanista"(576), a pretenderem eventualmente contrariar essa tendência.

---

de voto; verificou-se uma tendência para a uniformização regional do comportamento eleitoral, revelando a crescente influência e difusão dos " media" e as alterações da estrutura social; surgiu um novo partido, o PRD, que iria buscar a maioria do seu eleitorado ao PS, o qual perderia sensivelmente metade dos votos obtidos em 1983; deu-se uma elevada mobilidade eleitoral e a vitória do PSD, demonstrando a importância exercida nos eleitores pela personificação do discurso dos líderes e pelo pragmatismo das propostas apresentadas. Sobre as alterações do voto entre 1975 e 1985, veja-se ISABEL ANDRÉ e JORGE GASPAR, "Geografia electoral: 1975 y 1985", *in Revista de Estudios Politicos*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, nºs 60-61, Abril-Septiembre, 1988, pp. 253-273. Veja-se, também, sobre os resultados das eleições legislativas de 1985 o Quadro 2, o Mapa 12 e o Gráfico 3 (com a evolução desde 1975) do Anexo VI desta dissertação.

(576) O PRD (Partido Renovador Democrático) primeiro liderado por Herminio Martinho e só mais tarde por António Ramalho Eanes, então já ex-Presidente da República, surgiria em Fevereiro de 1985. Nas suas fileiras confluiriam alguns dissidentes do PSD, nomeadamente um dos seus fundadores, Joaquim Magalhães Mota, que fora igualmente fundador da ASDI, entretanto extinta (sobre a extinsão da ASDI veja-se o *Expresso*, nº 636, de 5 de Janeiro de 1985, pp. 1 e 7).

O PRD agregaria diversas personalidades provenientes da esfera "Eanista", dissidentes do PS e do PSD, além de independentes de diversos quadrantes. Procurava pois, o novo partido, situar-se num espaço entre o PS e o PSD onde os apelos ao populismo "Eanista" colhessem aceitação. Apesar de alguns prognósticos realizados quanto à posição proeminente que o novo partido viria a deter (veja-se, por exemplo, THOMAS C. BRUNEAU, "Continuity and change in portuguese politics: ten years after the revolution of 25 of April 1974", *in West European Politics, Special Issue on the New Mediterranean Democracies: Regime Transition in Spain, Greece and Portugal* (editado por GEOFFREY PRIDHAM), London, Frank Cass, 1984, p. 81), tal só se verificou num primeiro momento. De facto, nas eleições de 1985, o PRD obteve 18,4% dos votos e 45 Deputados à Assembleia da República, indo buscar eleitores sobretudo ao PS e capitalizando os votos "Eanistas". Na campanha para as eleições presidenciais já seriam nítidas as clivagens internas e o fracasso do modelo propugnado acabaria por se explicitar nas eleições legislativas seguintes, através de uma perda significativa nos votos (em 1987 o PRD desceu para 4,9% dos votos, conseguindo apenas 7 Deputados), da quebra na liderança e do exacerbar do faccionalismo interno.

Não só as eleições legislativas de 1985 e a subsequente formação do X Governo Constitucional(577), como as eleições autárquicas seguintes(578) e, mais tarde, as presidenciais de 1986(579), acentuariam o traçado imprimido ao sistema no final da fase anterior(580).

---

(577) O X Governo Constitucional tomaria posse a 6 de Novembro de 1985. O programa do Governo seria apresentado à Assembleia da República a 15 de Novembro de 1985. Veja-se na Lista 30 do Anexo IV desta dissertação os nomes e os cargos dos inscritos no PSD que fariam parte do novo Executivo.

(578) As eleições para as autarquias locais de 15 de Dezembro de 1985 só acentuariam os traços delineados nas legislativas anteriores, vindo o PSD a ocupar a Presidência de 144 (cerca de metade) das Câmaras Municipais (obtendo mais 19 Presidências de Câmaras relativamente às anteriores eleições locais). Sobre os resultados das autárquicas de 1985 vejam-se, no Anexo VI desta dissertação, o respectivo Quadro 3 e o Mapa 16.

(579) Inicialmente programadas para 1985, as eleições presidenciais viriam a ter lugar, a primeira volta, a 26 de Janeiro de 1986 e a segunda a 16 de Fevereiro seguinte. Na primeira volta Mário Soares obteria 25,4% dos votos e Diogo Freitas do Amaral 46,3% (mais 6% do que o somatório dos votos do PSD e do CDS em 1985); na segunda volta venceria Mário Soares com uma diferença de 151.000 votos relativamente ao seu opositor. Vejam-se os resultados obtidos pelos diversos candidatos nestas eleições, no Quadro 4 do Anexo VI desta dissertação.

Para uma análise comparativa do significado destas eleições e das legislativas de 1985, veja-se TOM GALLAGHER, "Twice choosing the unexpected: the portuguese elections of 1985 and 1986", *in West European Politics, Special Issue on the Politics of the Communications Revolution in Western Europe* (editado por KENNETH DYSON e PETER HUMPHREYS), vol. 9, nº 4, October 1986, pp. 233-237.

(580) Tal como previra MARCELO REBELO DE SOUSA, viria a verificar-se "(...) a acentuação da influência do sistema de partidos no sistema de governo", culminando "na sua influência determinante nas eleições presidenciais de 1985, que se traduziria na afirmação política de candidaturas emanadas do sistema partidário". Cf. MARCELO REBELO DE SOUSA, *O Sistema de Governo Português Antes e Depois da Revisão Constitucional*, Lisboa, Cognitio, 1984, p. 59.

Anote-se, contudo, que este autor admitiria não ser a eleição de um Chefe do Estado proveniente da área dos partidos incompatível com um eventual reforço da componente presidencial (Cf. *ibidem*, p. 60). A prática demonstraria que a eleição de Mário Soares e a sua subsequente actuação viria, ao invés, reforçar o pendor parlamentar do sistema.

A campanha para as presidenciais de 1986 acentuaria a polarização política já verificada nas legislativas do ano anterior que depois diminuiria. Razão tem LUCAS PIRES, particularmente tratando-se das eleições para a Presidência da República de 1986, ao verificar que as presidenciais estão mais polarizadas e personalizadas do que as eleições legislativas. Cf. FRANCISCO LUCAS PIRES, "El sistema de gobierno: su dinamica", *in Revista de Estudios Políticos*, Madrid, Centro de Estudios Consti-

Não obstante o formato do espectro partidário se apresentar sensivelmente idêntico ao do momento da sua formação (o PRD seria o único elemento novo aí introduzido), em termos da dinâmica de fundo as alterações produzidas no final desta fase mostrar-se-iam substanciais.

As tendências começadas então a delinear, sobretudo a partir das eleições legislativas de 1985, com a vitória do PSD, viriam mais tarde a acentuar-se(581). Não só pareceu desde logo prefigurar-se um alinhamento mais duradouro das diversas componentes do sistema e se imprimiu uma dinâmica interna totalmente distinta através do incremento da polarização, como seria progressivamente posta em causa a impossibi-

---

tucionales, nºs 60-61, Abril-Septiembre, 1988, p. 293.

Não obstante, em teoria, se possa defender a "desideologização" da eleição presidencial relativamente à eleição para a Assembleia da República (Cf. *ibidem*, p. 294) as presidenciais de 1986, pelo envolvimento partidário que comportaram, sobretudo aquando da segunda volta, demonstrariam o contrário (basta atentar ao discurso político dos dois candidatos, sobretudo ao de Mário Soares, muito mais radical que o aplicado na altura do primeiro escrutínio e o apoio ao mesmo dos partidos de esquerda sobretudo do PCP, por falta de outra alternativa).

(581) Parece curial reportar aqui, em breves linhas, os acontecimentos seguintes que viriam a possibilitar a acentuação dos traços delineados em 1985, não obstante aqueles extravasarem os limites cronológicos que impusemos a esta análise. Em linhas gerais, caberá realçar o seguinte: provocadas por uma moção de censura apresentada pelo PRD, que faria cair o X Governo Constitucional em Abril de 1987, as eleições legislativas de Julho convocadas pelo Presidente da República, Mário Soares, dariam ao PSD uma maioria de 50,15% (para 29,7% dos votos nas eleições anteriores), correspondendo a 146 lugares na Assembleia da República. Devido a uma conjuntura económica internacional mais favorável ao Governo de Aníbal Cavaco Silva do que aos Executivos anteriores, à actuação concreta desenvolvida pelo X Governo Constitucional, ao apelo pragmático do PSD, à imagem firme do Primeiro-Ministro e à ineficácia da actuação da oposição, nomeadamente por parte do PRD, mas também do PS, nas eleições de 1987 o PSD obteria uma posição hegemónica no sistema. Sobre as eleições de 1987, nas quais o PSD viria a obter mais de 50% dos votos, veja-se TOM GALLAGHER, "Godbye to revolution: the portuguese election of July 1987", *in West European Politics*, vol. II, January 1988, nº 1, pp. 139-145.

lidade de o sistema vir a gerar uma maioria estável em termos parlamentares e governativos.

Da mesma forma, se no concernente ao sistema de governo o quadro normativo do semipresidencialismo se manteve, no plano da prática, a dinâmica reespectiva mudaria substancialmente. Assistir-se-ia, não só a um melhoramento significativo nas relações entre os órgãos da soberania, como ao efectivo acentuar do pendor parlamentar no sistema de governo.

Com efeito, no final desta etapa parecem ter-se consolidado os traços fundamentais que caracterizam um regime democrático em termos ocidentais. A introdução de mecanismos conflituais no processo político português desde 1974 não pareceu, assim, mostrar-se disfuncional para essa consolidação. Mesmo as eventuais tentativas de perversão do sistema ou foram totalmente integradas ou suficientemente doseadas de molde a não carrearem o seu estrangulamento.

Quanto ao elenco de características da etapa que acabamos de analisar, iniciada com o dealbar do consensualismo centrista e terminada com o retomar da estratégia bipolarizadora, conquanto em moldes distintos da sua anterior formulação e, simultaneamente, com a vitória do primeiro Presidente da República civil desde 1974, podem ser resumidas nas seguintes proposições:

a) O delineamento da estratégia do consensualismo centrista faz-se durante o período de transição, turbulenta, da terceira para a quarta fase;

b) *Tal estratégia corresponde a uma concepção política inovadora relativamente às ensaiadas anteriormente, muito embora se possam encontrar formulações semelhantes antes do gizar da estratégia bipolarizadora;*

c) *A coligação central hiper-maioritária entre o PS e o PSD, assente nessa estratégia, apenas se realiza após o acto eleitoral, ou seja, não tem subjacente a vontade explicitamente expressa do eleitorado;*

d) *Confirma-se no decorrer desta etapa a propensão, já manifestada, para a formação de coligações alargadas, como forma de superar a dificuldade de um só partido constituir uma maioria estável, muito embora tal viesse a ser contestado no final desta fase com a vitória do PSD nas legislativas de 1985;*

e) *As tendências centrípetas na orientação da competição política da fase anterior concretizam, nesta fase, a ocupação do espaço central do espectro partidário pelos dois partidos da coligação;*

f) *Declínio, até 1985, de uma dinâmica política predominantemente competitiva, acentuando-se os mecanismos de tipo negocial;*

g) *Menor radicalização política, em virtude de a polarização se processar entre duas forças partidárias situadas próximas uma da outra;*

h) *A coligação entre o PS e o PSD teria o seu embrião no acordo celebrado entre a AD e o PS na etapa ante-*

rior, para efeitos da revisão constitucional;

i) Acentuado reforço, ao longo desta fase, da componente parlamentar do sistema, propenso ao desaparecimento das clivagens institucionais que prevaleceram nas etapas anteriores;

j) Na base do Bloco Central, esteve, como no caso da AD, a necessidade de consonância entre a maioria parlamentar, governamental e presidencial;

k) A estratégia para as eleições presidenciais revelou-se, assim, determinante para a continuidade da coligação;

l) A liderança do sistema de partidos passa a pertencer ao PS; o PSD perde o papel determinante assumido na fase anterior e passa a uma posição estratégica subalterna no quadro do Bloco Central;

m) A redução do quadro de oportunidades para o PSD em termos da liderança do sistema acentua-se progressivamente, considerando a evidente estratégia para as presidenciais subjacente ao Bloco Central e a inexistência de uma alternativa clara e autónoma apresentada pelo PSD;

n) Clivagens decorrentes da luta pela liderança do sistema de partidos, da estratégia para as eleições presidenciais e das eventuais alterações a introduzir na estrutura sócio-económica;

o) A instabilidade do Bloco Central passa pelas crises do PSD, procurando-se aí resolver a liderança inter-

na e as inconsistências resultantes da respectiva indefinição quanto à estratégia presidencial;

p) *O perfil nítido do projecto apresentado pelo novo líder do PSD e as condições apresentadas de efectividade política que transparecem do seu discurso e imagem, bem como o facto de lhe não ser contraposta qualquer liderança firme e consistente, fariam o PSD emergir da posição secundária a que se viu sujeito nesta fase;*

q) *O colapso da coligação ficaru-se-ia a dever à afirmação dessa nova liderança do PSD e à progressiva explicitação, no seu seio, de uma estratégia presidencial própria, que colidiria com o Bloco Central;*

r) *Em função desse mesmo quadro, prefigura-se o retorno de uma dinâmica política predominantemente competitiva, concretizada nas eleições de 1985;*

s) *Nestas eleições assiste-se à polarização dos posicionamentos do eleitorado em função da nova dimensão estratégica voluntariamente assumida pelo PSD ao retomar a concepção bipolarizadora da AD;*

t) *Permanecendo embora, no essencial, a estrutura do sistema de partidos, é introduzido um novo elemento - o PRD - que procura hegemonizar o espaço central a partir do "Eanismo" e da produção de novos efeitos, pretendendo transcender e reformar a dinâmica do sistema;*

u) *Em termos da dinâmica do sistema de partidos, as*

tendências centrífugas vão-se acentuando à medida que o sistema se torna mais bipolarizado;

v) *As eleições presidenciais de 1986, pela importância de que se revestiram as estratégias respectivas e pela dinâmica que imprimiram à conflitualidade desta etapa, representaram não o primeiro facto político de uma fase subsequente, mas o último acontecimento deste período.*

x) *Em suma, o sistema de partidos português no final desta etapa confirmou alguns traços delineados nos períodos anteriores: a debilidade do PC, a ausência de uma extrema esquerda e de uma extrema direita com uma expressão significativa, o reforço do parlamentarismo e a sedimentação da Democracia civil.*

VIII - O PROCESSO POLÍTICO PORTUGUÊS DE 1974 A 1985: UM EXEMPLO DE CONFLITO

> "No hay evidencia histórica de que una transición pacífica y negociada contribuya mejor a la consolidación, que otras formas de transición política"
>
> **José Maria Maravall e Julián Santamaría,** "Crisis del franquismo, transición política y consolidación de la democracia en España", 1985, p. 80

1. A forma peculiar de que se revestiu a ruptura com o anterior regime e se processou a transição para a Democracia em Portugal, imprimiu, como vimos, características específicas ao novo sistema político.

Mais do que a um desenvolvimento político gradual e coerente, veículado por uma sequência ordenada de factos, assistiu-se a uma evolução desorganizada, a mudanças de ordem quantitativa e qualitativa, a processos simultâneos de acumulação e de aceleração, de continuidade e de ruptura.

A dinâmica política desencadeada desde 1974 apresentou-se eivada de permanentes confrontos entre os distintos actores políticos, bem como, no âmbito de cada um, entre as

suas diversas componentes. O processo de democratização, assim denominado muito embora tal não pressuponha qualquer concessão a um modelo desenvolvimentista, mecânico ou determinista, foi pois o efeito artificial das decisões tomadas pelos seus elementos politicamente mais activos, ou sejam, as elites. Como essas decisões implicam sempre conflito, tal processo apresentar-se-ia como um conjunto de resultados dos conflitos que se foram sucessivamente desenhando.

O conflito surgiu, assim, como a forma mais viva de interacção, não só entre os vários actores políticos, como dentro de cada um. Consequentemente, a dinâmica política seria o produto dessas forças em conflito.

A radicalização dos diversos posicionamentos, a exacerbação dos mecanismos conflituais, a direcção, descontínua e por vezes contraditória, imprimida à mudança, a precaridade das situações de conciliação e a nítida opção pelo confronto, a intensa politização da vida nacional e a mobilização massiva de toda a sociedade, uma e outra sobretudo verificadas nas primeiras etapas, resultariam da acção volitiva empreendida pelos actores políticos e dentro destes, pelas suas elites organizadas em facções.

Ao papel primordial que atribuímos a esse voluntarismo das elites estaria, contudo, subjacente o reconhecer-se a existência, para cada momento político, de mecanismos ineluctáveis provenientes de um quadro específico de relacionamento entre as oportunidades, os interesses e as ideologias.

Se esse quadro surge, por um lado, como resultado do

voluntarismo actuante dos actores políticos, por outro, as configurações sucessivamente assumidas por essa relação condicionariam, por seu turno, aquela actuação.

Caracterizado genericamente o processo político dentro dos marcos cronológicos considerados como detendo um perfil eminentemente conflitual, embora este se apresentasse mais claro e persistente nas duas primeiras etapas da periodização estabelecida, podemos agora concluir àcerca dos traços específicos que essa evolução encerraria, com base nos principais vectores teóricos problematizados na Parte I desta dissertação: conflitos, clivagens, facções e elites.

Consideremos, assim, não só as sucessivas modalidades que assumiu o conflito político, visto que este tomaria múltiplas configurações, como os diversos tipos de clivagens com base nas quais assentou e, por último, os actores envolvidos no processo, as suas componentes internas e a especificidade da actuação respectiva em termos do conflito, no quadro da relação entre as oportunidades, os interesses e as ideologias.

2. No domínio do primeiro vector apontado, ou seja, a configuração da conflitualidade que presidiria à lógica de funcionamento do novo sistema político, cumpre referir fundamentalmente o seguinte:

a) Percurso acidentado e turbulento, sobretudo durante a primeira etapa, da qual seria típico um clima político e social extremamente radicalizado assente

numa lógica de competição de soma-zero, propensa ao conflito exacerbado e polarizado;

b) *Difícil controlo dos comportamentos dos diversos sectores políticos e sociais nessa fase, sendo a radicalização dos mesmos alimentada pela acção dos actores em jogo; se, de um lado, o MFA, o PCP e a extrema-esquerda procederam a essa radicalização, do outro o PS e os partidos à sua direita e, mais tarde, o PPD/PSD liderando a AD, criaram idêntica atmosfera;*

c) *Da proposição anterior se depreende ter-se institucionalizado uma lógica binária na competição política, apenas desaparecida na última etapa analisada, muito embora se tenha continuado a manifestar essa tendência incrementada pela acção de certos actores políticos (consubstanciada nas distintas estratégias para as presidenciais); tal lógica binária seria produto da acção dos partidos em termos da apresentação de cenários alternativos e da presença permanente da possibilidade de alteração das regras do jogo;*

d) *Formas de articulação difícil entre os diversos actores políticos: entre o MFA e os partidos, entre os partidos envolvidos nos Governos Provisórios e, depois, entre os partidos e a Presidência da República; tal relacionamento contribuiria para o agravamento dos conflitos, passando pelo atravessar dos*

próprios actores políticos por contradições internas significativas;

e) *Do acima exposto se conclui que a diferenciação interna dos actores políticos e a realidade decorrente das diversas facções que se alinhariam internamente seriam, simultaneamente, produto e agente dessa interacção; quer no PS, quer no PPD/PSD, seria evidente a tensão criada entre as distintas facções relativamente ao comportamento a ter com o MFA e depois com Belém; as divisões no cerne do MFA seriam, por sua vez, alimentadas por sectores partidários, como no caso dos "Radicais" apoiados pelo PCP e extrema-esquerda, dos "Spinolistas" apoiados pelos membros do PPD no Governo, e, mais tarde, os "Operacionais" com o suporte do PS e do PPD;*

f) *Por conseguinte, dar-se-ia a introdução de mecanismos conflituais no âmbito de cada actor político, através da acção desenvolvida por outra componente do processo; veja-se, na primeira etapa, o inculcar, pelos partidos, de clivagens no seio do MFA, na segunda fase a actuação do Presidente da República produzindo efeitos similares no PS e no PPD/PSD, na terceira e na quarta fase o idêntico comportamento por parte do CDS, através da AD, relativamente ao PSD;*

g) *Qualquer dos conflitos analisados teve a sua génese nos conflitos anteriores não totalmente resolvidos.*

Grandes questões suscitadas no início do processo de democratização manter-se-iam ao longo das várias etapas: a intervenção castrense, a via obrigatória para o socialismo, os condicionalismos económicos consagrados na Constituição, a lógica binária - parlamentarismo/presidencialismo - quanto ao exercício do poder aí consignada ou a legislação eleitoral, manter-se-iam como temas relevantes de conflito ao longo do tempo;

h) *O conflito político global decorreria, assim, da explicitação das dissenções ocorrida na esfera interna dos actores políticos; prova convincente, seria a indiscutível importância das operações fraccionistas internas e subsequentes clarificações, sobretudo no MFA e no PPD/PSD;*

i) *Progressiva "desideologização" dos conflitos e redução das tensões subjacentes no sistema político, acabando por desembocar, no final da quarta etapa, numa orientação de tipo predominantemente empírico-pragmático;*

j) *Algumas situações de compromisso revelar-se-iam sempre precárias e tomadas num quadro de procura de optimização das oportunidades políticas pelos diferentes actores e respectivas facções internas; veja-se o caso da aliança PS/CDS, do apoio partidário a António Ramalho Eanes nas primeiras presidenciais, da descompressão processada entre o PPD/PSD e Belém*

na terceira etapa, da aproximação, nessa fase, entre uma das facções deste partido e o CDS, mais tarde, da coligação PS/PSD e, por último, das diversas constelações surgidas relativamente ao apoio aos candidatos das presidenciais de 1986;

k) Esses períodos de concertação originariam alguma acalmia no processo, mas revelaram-se além de efémeros (os mais significativos seguir-se-iam à primeira eleição de António Ramalho Eanes, à vitória da AD em 1979 e à constituição do Bloco-Central) situações transitórias num quadro geral caracterizado pelo conflito. Isto é, tendencialmente, estes acordos temporários levariam ao recrudescimento dos conflitos surgidos das contradições emergentes dos compromissos que lhe estariam na base;

l) Legitimação progressiva e acréscimo de importância do papel dos partidos, como consequência das consultas eleitorais e da actuação das respectivas elites em prol dessa consagração e debilitamento da relevância de outros actores políticos (para o ilustrar, a diminuição da legitimidade do MFA como líder do processo e, com a revisão constitucional, o afastar da ingerência militar e a subvalorização do papel do Presidente da República), muito embora os conflitos entre este e os partidos tenham decorrido não só do semipresidencialismo consagrado no sistema mas, sobretudo, da falta de uma racionalidade ético-

-constitucional por parte dos actores em jogo;

m) *Partidarização crescente do conflito político decorrente do acima reportado, ou seja, resultante da autonomia conseguida pelo sistema de partidos e da progressiva descompressão das relações entre as componentes civil e militar do regime, com a valorização da primeira;*

n) *Afloramentos no sistema de alguns traços centrífugos (sobretudo aquando do Bloco-Central), persistindo, no entanto, as tendências centrípetas típicas, desde o início, de um processo marcado por uma sensível polarização política;*

o) *O antagonismo deliberadamente expresso pelos actores políticos permitiria a progressiva clarificação do processo, sobretudo quando o desenlace dos conflitos resultou de um confronto político aberto (veja-se a campanha levada a cabo pelo PS contra o PCP e o sector mais radical do MFA, na primeira etapa, a estratégia bipolarizadora desenvolvida e efectivada pela mão do PPD/PSD, no final da segunda fase); ao invés, a não explicitação dos conflitos virtuais só prorrogaria as tensões latentes, bloqueando as eventuais hipóteses de clarificação imediata e prorrogando o desenlace dos conflitos, que se veriam saldados de forma consideravelmente mais complexa.*

Subjacente à conflitualidade analisada, encontrámos diversas clivagens suscitadas por estratégias divergentes,

tácticas opostas e contradições de fundo, em termos dos princípios fundamentais partilhados pelos diferentes actores políticos. Isto conduz-nos, portanto, às clivagens que estiveram subjacentes aos conflitos fundamentais da dinâmica política desenvolvida a partir de 1974, clivagens essas criadas ou implementadas pela acção voluntária desses actores considerados globalmente, mas, sobretudo, pelas facções internas de cada um.

3. Vejamos, sinteticamente, em que consistiram as principais clivagens deste processo, isto é, as questões em torno das quais se operou o conflito político:

a) A clivagem esquerda/direita mostrar-se-ia um ingrediente significativo na estruturação do campo político na primeira, na segunda e na quarta fases; embora tratando-se de um sistema pluripartidário, com um leque amplo de alternativas ao longo dessa dimensão, na prática, na primeira fase, estas mostrar-se-iam reduzidas, visto à direita não se apresentar qualquer formação política credível; os partidos com vocação de centro e de direita teriam, mesmo, um discurso e uma prática condicionada pelo esquerdismo evidente do sistema.

b) A clivagem esquerda/direita acentuar-se-ia aquando da formação e existência da AD, opondo o PS e os partidos à sua esquerda aos componentes desta coligação e, no final da quarta fase, seria sobretudo

veículada pelas estratégias presidenciais, decalcando-se a linha divisória pelos limites da ex-AD, isto depois de um período de atenuamento das tensões e de neutralização da bipolarização correspondente ao Bloco Central;

c) *Ao longo do processo de democratização, o PPD/PSD viria a perfilar-se como o maior defensor da bipolarização política (salvo quando do Bloco Central), enquanto a Presidência da República (com António Ramalho Eanes) e o PRD apostariam fortemente na derrota dessa estratégia; quanto ao PS, se na primeira etapa assumiu preponderantemente uma função polarizadora no conflito que oporia o PCP e a extrema-esquerda aos restantes partidos, viria, posteriormente, a liderar a estratégia do centrismo;*

d) *A clivagem decorrente do apoio ou retracção ao MFA, isto é, suscitada pelos posicionamentos a favor ou contra a protagonização dos militares na política separaria, mesmo depois de afastada a sua vertente mais radical, o PCP e os seus aliados das restantes forças políticas;*

e) *Pelo reforço da componente parlamentar do sistema bater-se-ia fundamentalmente o PS, aliás o único partido a apresentar uma opção parlamentarista nítida, seguindo uma estratégia mais coerente nesse domínio; quanto ao PPD/PSD apresentou-se simultaneamente parlamentarista ou presidencialista de acordo*

com as conveniências de momento, muito embora aquando da formulação da estratégia bipolarizadora e da constituição da AD se tenha identificado plenamente com a vertente parlamentar, procurando mesmo sedimentá-la no sistema;

f) *A clivagem radicalismo versus gradualismo, em termos da velocidade a imprimir ao processo de transformação política, remeteria para um lado, o PCP e os seus aliados e, para o outro, o PS e os partidos à sua direita;*

g) *No tocante ao MFA esta clivagem separaria a facção "Radical", dos "Spinolistas" e, em parte, dos "Operacionais";*

h) *No âmbito intra-partidário as tensões mais evidentes neste domínio suceder-se-iam no PS (esta fonte de clivagem, como a referente ao apoio/retracção ao MFA, estaria subjacente à "Cisão Serra") e do PPD/PSD (clivagens que oporiam Francisco Sá Carneiro ao "Grupo Sá Borges" mesmo que o fossem apenas no plano táctico-estratégico);*

i) *A clivagem em torno do modelo de sociedade, isto é, entre uma opção socializante como meta a atingir, como mero meio a fim de se obter uma sociedade mais equitativa ou uma perspectiva totalmente divergente nesse domínio, separaria o PS e os partidos à sua esquerda, bem como os militares "Radicais" e os*

"Operacionais", do PPD/PSD (muito embora na sua esfera interna tal clivagem se fizesse sentir na raiz dos dois primeiros conflitos, com uma facção a defender estrategicamente a primeira hipótese e outra facção a apoiar tacticamente a segunda, mas apostando no fundo na terceira) e do CDS;

j) Questões sectoriais concretas suscitadoras de conflito como a legislação sobre a reforma agrária, nacionalizações, educação ou saúde resultariam da clivagem que reportámos, produzida pela opção por um ou outro modelo de sociedade, pela defesa da socialização como fim ou como meio ou, pelo contrário, pelo seu extirpar do texto fundamental;

k) Exceptuar-se-iam a legislação sobre as associações sindicais (que oporia o PCP e os seus aliados aos restantes partidos) e a legislação sobre a amnistia política e o aborto (que atravessariam internamente o PPD/PSD na terceira etapa, produzindo realinhamentos internos em torno dessa questão a favor ou contra a proposta do PS);

l) Sendo cada actor político a expressão composta de várias componentes, a que chamámos genericamente facções, a maioria destas bases de clivagem encontraria aí eco, por um lado, dividindo-os internamente e, por outro, sendo ou não acentuadas no plano mais vasto pela actuação dessas facções;

m) Existência de clivagens entrecruzadas que atenuariam

pontualmente as hipóteses de confronto entre, por exemplo, o PS e o PPD/PSD na primeira etapa - quando ambos defendiam a retracção do apoio ao MFA, a desmilitarização do regime e o gradualismo político - na terceira entre o PSD, o CDS e o PPM, todos interessados na sedimentação e no prosseguimento da AD - na quarta entre o PS e o PSD ambos na defesa do Bloco Central;

n) *Presença de clivagens sobrepostas, agravando os conflitos potenciais; caso da linha divisória entre o PCP e os restantes partidos, tendo como bases de clivagem o apoio/retracção ao MFA, o unitarismo/pluralismo quanto à questão sindical, o radicalismo/gradualismo relativamente à dinâmica política;*

o) *Não parece existir uma coincidência entre as clivagens sócio-culturais e políticas, não obstante os resultados das sucessivas consultas eleitorais tenham vindo a demonstrar um certo recorte regional das bases eleitorais dos partidos: o PCP solidamente implantado nas zonas de proletariado agrícola do Sul, o PS e o PPD/PSD disputando o eleitorado das zonas onde prepondera a classe média urbana - embora o PS colha tendencialmente a maioria dos votos nas zonas industrializadas do Norte, em Lisboa e no Porto e o PSD nas zonas de pequena e média propriedade do Norte, Centro e Sul - competindo nos dois primeiros casos com o CDS - e nas Regiões*

Autónomas, o PRD recrutando franjas de todos estes partidos e essencialmente do PS;

p) No entanto, verificar-se-ia uma certa viscosidade no voto proveniente de um sector relativamente restrito do eleitorado, flutuando entre a direita e a esquerda, entre o centrismo e a bipolarização (comparem-se os sucessivos resultados eleitorais, sobretudo os do PS em 1975 e em 1976 e os da AD em 1979 e em 1980, estes e os do PS em 1983 e os do PS, PSD, CDS e PRD em 1985);

q) As transferências de voto reportadas demonstrariam uma permeabilização considerável das bases sociais de apoio aos diversos apelos partidários capazes, assim, de transformar politicamente, isto é de superar e de reconverter as linhas divisórias de carácter estrutural eventualmente existentes, sejam elas regionais, sócio-profissionais ou de qualquer outro tipo.

O instrumento primacial das clivagens apontadas, quer das geradas no sistema social e depois politizadas, quer, sobretudo, das originadas no cerne do sistema político-partidário, pois são essas as que nos interessa sublinhar, consubstanciar-se-ia na actuação dos agentes políticos, cujo papel e respectiva importância oscilariam consoante a conjuntura.

Vimos, contudo, que a produção de umas clivagens e o acentuar de outras não seria sempre efectivado pelos actores

políticos enquanto entidades unas, homogéneas e com um comportamento sem descontinuidades. Pelo contrário, cada actor apresentou-se quase sempre como a expressão composta de diversas facções, tendo a maioria das clivagens resultado da actuação dessas facções. O conflito político global, surgiria, assim, pelo menos em parte, como o produto da dialéctica interna dos actores políticos.

4. Vejamos, em resumo, quais foram esses agentes e qual o papel desempenhado por cada uma das respectivas facções internas, ao longo do processo de transformação política:

a) Verificou-se uma dispersão, por diversos actores políticos, do poder do Estado, que permaneceria ao longo das quatro etapas consideradas;

b) A ambiguidade daí decorrente perturbaria consideravelmente a lógica do funcionamento institucional do sistema no decurso das três primeiras fases;

c) Simultânea dispersão dos centros de poder foi observada no âmbito de cada actor político, marcado por intensos processos dialécticos e pela luta das diferentes facções pela obtenção hegemónica desse poder (veja-se o caso do MFA dividido entre "Radicais", "Spinolistas" e "Operacionais", do PS aquando da "cisão Serra" e da questão com António Ramalho Eanes, das sucessivas lutas intestinas do PPD/PSD);

d) O titular inicial do poder efectivo foi o MFA, assumindo uma das suas facções internas, logo nos pri-

meiros momentos, um papel vanguardista do processo político, marginalizando a outra vertente mais moderada e relegando para segundo plano uma eventual actuação acrescida dos partidos;

e) Sublinhe-se, contudo, na primeira fase, o papel actuante, embora indirectamente assumido, do PCP através da acção no MDP/CDE e da colagem ao MFA, papel esse em progressivo esbatimento, em consonância com o declínio crescente da intervenção militar na sua componente mais radical;

f) À sociedade civil, na generalidade, seria assim cometida, numa primeira instância, uma função secundária na protagonização política; num segundo momento, e através da actuação concertada de algumas facções dos partidos, assistir-se-ia à simultaneidade de atribuição de competências ao sector militar e ao civil; num terceiro momento, através da continuidade dessa actuação, a ingerência castrense na política desapareceria quase por completo;

g) Ou seja, a par de um progressivo ascendente dos partidos na generalidade em termos de liderança do processo, já visível na segunda etapa e mais concretizado no período seguinte, coexistiria uma certa permanência dos militares enquanto instância reguladora do processo político (atenuada na segunda fase devido à acção da sua facção "Operacional", só desapareceria em termos institucionais, e a contra-

gosto dessa facção, com a revisão constitucional de 1982);

h) Manutenção, para além da data acima reportada, de alguns resquícios dessa tutela, presente ainda nas duas últimas etapas, evidenciando-se a mesma por meio da actuação do então Presidente da República;

i) Tal situação ficar-se-ia a dever a uma certa indefinição, quer no próprio texto fundamental, quer, sobretudo, no plano da prática, no que respeita às competências dos diversos actores políticos;

j) A condição de poder político dividido entre os militares e os civis, típica dos primeiros períodos, daria lugar, nas etapas seguintes, a uma ambiguidade similar entre o papel do Chefe do Estado e o do Governo e do Parlamento. Esta seria só momentaneamente anulada pela arbitrariedade presidencial que passaria, contudo, pelo apoio de alguns elementos provenientes do sector partidário, assumido por altura dos três Executivos de iniciativa e base presidenciais, teoricamente ultrapassada com a revisão constitucional de 1982 mas, na prática, só desaparecida a partir da eleição de Mário Soares para a Presidência da República;

k) No período inicial o espectro partidário apresentou-se excessivamente fragmentado surgindo algumas formações anti-sistema nos dois póloe da dimensão espacial e uma miríade de pequenos partidos loca-

lizados à esquerda do sistema; na maioria dos partidos seria desde logo visível uma identidade ideológica e sociológica complexa e tendente à subsequente formação de facções internas;

l) Apesar de refreados pelo lugar de destaque ocupado pelo MFA, evidenciar-se-iam logo de princípio, devido ao respectivo envolvimento na esfera do poder, o PS, o PPD, o PCP e o MDP/CDE;

m) O sistema de partidos simplificar-se-ia gradualmente, mantendo-se, no entanto, as três primeiras formações partidárias acima referidas numa situação preponderante a partir da primeira fase, a par do papel tenuamente assumido pelo CDS a partir das primeiras eleições legislativas, aquando da coligação com o PS, tornando-se mais visível após a formação da AD, e, no final da última etapa, do surgir do PRD, com um papel valorizado nas eleições de 1985, mas cuja actuação se viria a revelar efémera;

n) Permanência, portanto, das estruturas partidárias fundamentais ao longo de quase todo o processo, apenas se produzindo um pseudo-realinhamento no final da segunda fase, com a formação das frentes eleitorais, e, na quarta fase, com o surgir do PRD (salvo o desaparecimento e o ressurgir, ao longo das duas primeiras etapas, de pequenas formações partidárias que não chegaram a ter expressão parla-

mentar);

o) Ao perder progressivamente o PS a sua capacidade de liderança do sistema, tornar-se-ia mais visível a actuação do PPD/PSD, a partir do momento em que a explicitação dos conflitos no seu âmbito permitiu a consecução de actos voluntaristas decisivos nesse domínio;

p) Essa actividade reactiva do PSD, levada a cabo no fim da segunda fase por uma das suas facções, daria lugar à formação de uma coligação alargada que iria permitir a inversão da lógica política até aí existente, objectivo da facção vitoriosa, alterando a configuração dos papéis dos diversos agentes políticos, valorizando a actuação dos partidos na generalidade, acentuando o pendor parlamentarista do sistema e permitindo àquele partido vir a ocupar o eixo do sistema;

q) Da terceira para a quarta etapa, o PPD/PSD viria, contudo, a perder essa capacidade liderante, regredindo no voluntarismo, trocando a estratégia de confronto pela do compromisso e do consenso, voltando assim o PS a ocupar a posição dominante no processo; só no final da quarta fase, e através do retomar desse voluntarismo por uma nova facção interna no PSD, passaria de novo este partido a ocupar a liderança do sistema;

r) Articulação complexa entre os diversos agentes

políticos, especialmente manifesta no relacionamento por vezes difícil primeiro entre o MFA e os partidos moderados e, depois, entre estes e o Chefe do Estado; essas oscilações dependeriam, em qualquer caso, do relacionamento com componentes partidárias específicas, assumindo somente um carácter global quando uma dessas facções atinge o poder. No caso do PPD/PSD, veja-se a sintonia da facção "Sá Borges" com o MFA e dos "Inadiáveis" com o Chefe do Estado, à revelia de Francisco Sá Carneiro ainda não vitorioso; no caso do PS, veja-se por exemplo, o afastamento de Mário Soares relativamente a Belém, sem a necessária correspondência imediata da globalidade do seu partido;

s) *Crescente partidarização e monopolização da vida política operada pelas elites dos partidos, progressivamente legitimados pelas consultas eleitorais e pela própria afirmação política dessas elites, sobretudo localizadas ao nível das respectivas cúpulas, vindo a revelar tal capacidade de actuação que acabariam por se consagrar como os actores políticos fundamentais no novo sistema;*

t) *Mesmo em condições desfavoráveis o sistema de partidos sobrevive, demonstrando a sua capacidade em integrar elementos em princípio disfuncionais, como seria o caso do MFA e do próprio regime semipresidencialista.*

O que qualifica o quadro de oportunidades políticas que se apresentaria à generalidade dos partidos, e especificamente ao PPD/PSD, foi, num primeiro momento, a hipótese real da sua constituição e de uma certa margem de manobra refreada, num segundo momento, pela actuação dos militares.

Através dos bloqueios originados pela actuação do MFA, esse quadro foi-se progressivamente reduzindo ao longo da primeira etapa e só com o colapso da estratégia radical de um sector militar, processado no final dessa fase, se viria a assistir à valorização progressiva da actuação partidária, restringida, nas etapas seguintes, primeiro pela continuidade da tutela militar e depois pela actuação do Chefe do Estado..

Resistindo o sistema de partidos às invectivas que lhe seriam até aí dirigidas, o quadro de oportunidades mostrar-se-ia progressivamente mais amplo, criando uma atmosfera mais propícia à consecução do activismo voluntarista das respectivas elites.

5. Caracterizado o processo, identificados os seus agentes fundamentais e relatados os principais efeitos produzidos por esses actos voluntaristas das elites, sintetizemos, agora, as directrizes essenciais por que se regeria essa actuação.

a) *Tentativa, logo de início, de ocupação do cerne da decisão política por parte dos militares por forma a liderarem o processo; alternância na direcção política do MFA de sectores mais e menos radicalizados*

procurando impor um rumo preciso ao novo processo político e relegando as forças civis para segundo plano;

b) *Politização extrema e dramatizada, ao longo da primeira etapa, de todas as questões do quotidiano, por parte dos militares e das forças partidárias que procederiam à colagem aos mesmos (PCP e extrema-esquerda);*

c) *Mobilização acentuada, levada a efeito por uns e por outros, de todos os sectores políticos e sociais, através de um discurso e de uma prática radicalizadas e da introdução de mecanismos conflituais permanentes, sobretudo na primeira etapa;*

d) *Reacção simétrica na outra vertente do sistema, quer em termos do discurso, quer da prática política, assumindo primeiro o PS, e mais tarde o PPD/PSD, esse tipo de actuação, no quadro de uma lógica iniciada com a retracção do apoio ao MFA e prosseguida com o ataque ao mesmo e às forças partidárias suas apoiantes;*

e) *Acentuada dialéctica interna no MFA, produto de acção voluntariamente assumida pelas suas elites organizadas em facções, por forma a inverter a relação de forças no seu âmbito e a produzir o mesmo tipo de efeitos no sistema político;*

f) *Alterações constantes das tácticas dos agentes políticos carecendo, em certos momentos, de uma lógica*

quer formal, quer mesmo substancial, patente nas diferentes estratégias de alianças ensaiadas, por vezes anti-naturais, nas subsequentes fórmulas governamentais daí resultantes e na demonstrada capacidade de se produzirem diferentes alternativas;

g) Significativa volubilidade táctica e estratégica das elites dos partidos por forma a evitar situações de eventual minimização das formações partidárias em questão, quer relativamente ao MFA, quer no que se refere ao Presidente da República; tal maleabilidade obviaria a que as mesmas fossem relegadas, nas duas primeiras fases, para a periferia da arena política;

h) Voluntarismo possibilista das elites partidárias igualmente expresso nos compromissos aceites com o MFA (vejam-se os dois Pactos MFA/Partidos) e nos acordos inter-partidários (por exemplo para a feitura da Constituição e respectiva revisão, para além das alianças pré e pós-eleitorais), numa perspectiva da sua não marginalização do processo e com o objectivo de alargamento do respectivo espaço de manobra;

i) A actuação presidencial mostrar-se-ia, por vezes, equívoca e em certos momentos distintivamente contraditória e hesitante (basta atentar à longa indecisão quanto à formação ou não do seu partido); noutros momentos sobrepôr-se-ia decisivamente aos partidos, interferindo na sua esfera de acção e

restringindo-lhes o respectivo espaço de manobra (vejam-se, por exemplo, os Executivos presidenciais e a actuação do Chefe do Estado aquando dos dois Governos socialistas e após o segundo Governo Balsemão);

j) Voluntarismo das elites partidárias visando mais objectivos a curto prazo do que projectos menos imediatistas, procurando optimizar o quadro das oportunidades políticas e aí fazer valer os seus interesses (normalmente visível através da participação no poder);

k) Desconhecimento por parte dos actores políticos dos efeitos finais da sua actuação, em consequência da falta de racionalidade introduzida nalgumas das suas acções, bem como dos imponderáveis resultantes da actuação dos restantes actores;

l) Mudança no discurso das elites, alternando entre a ideologização e o pragmatismo, a idealização e o realismo, a contemporização dialógica e o autoritarismo carismático (embora os primeiros atributos tenham vindo a ser progressivamente minimizados, valorizando-se os últimos), de acordo com os efeitos imediatos pretendidos;

m) Insistência, aliás com eficácia de resultados no apelo à função carismática da liderança partidária (no caso do PS e, sobretudo, no do PPD/PSD aquando do desenlace do primeiro, segundo e quarto confli-

tos);

n) Êxito inelutável dos actos voluntaristas dotados de contornos precisos, propondo projectos cujo perfil se apresentaria nítido, sem franjas de ambiguidade (tal seria o caso da campanha anti-comunista liderada pelo PS ou do projecto de alteração política consubstanciado na AD);

o) Recurso a estratégias de antecipação, mobilizando-se os apoios necessários e tornando-se os objectivos desejados, apresentando-os como factíveis e maximizando a importância da sua concretização (veja-se a campanha anti-PCP acima reportada ou a necessidade de coexistência das três maiorias sublinhada pelo PSD);

p) Movimentações fraccionistas nos partidos levadas a cabo propositadamente, tendo por fito não só uma clarificação interna visando aí a obtenção do poder, como a produção de efeitos mais alargados no âmbito do sistema político;

q) Não só parte dos conflitos nesta última esfera resultariam dessas movimentações, como algumas das mutações significativas produzidas na dinâmica política seriam produto da conjugação de interesses de facções de proveniência partidária diversa (a ruptura da AD e a formação do Bloco Central seriam, só por si, suficientemente elucidativos do sucesso dessas confluências).

6. A transformação política processada em Portugal a partir de 25 de Abril de 1974 escapou, assim, aos modelos clássicos de desenvolvimento político.

Com o seu percurso acidentado, apesar da resistência comprovada do novo regime e do sistema de partidos, a sua intensa e persistente conflitualidade e os ritmos desiguais imprimidos ao processo, a dinâmica política assumiu as peculiaridades que temos vindo a acentuar.

Se, relativamente aos dois períodos iniciais, as últimas etapas analisadas demonstraram um aumento significativo das práticas de concertação e de consenso entre os diversos actores políticos, não significaria, então, um declínio absoluto da conflitualidade potencial existente no sistema.

Se tal se viria posteriormente a verificar, e é um facto que a partir do início de 1981 se assistiu a uma moderação substancial da polarização no sistema de partidos, ficar-se-ia a dever apenas à sublimação dessa conflitualidade.

A partir de 1986 a evolução global do sistema partidário, com a redução efectiva dessa polarização, a clarificação quanto à liderança do processo político e o atenuar das tensões entre as várias instâncias do poder deixariam entrever a possibilidade de um esbatimento dessa conflitualidade. O tempo o dirá se efémera, se continuada.

Vejamos, em seguida, até que ponto é que o PPD/PSD reflectiu a correlação de forças da realidade política mais vasta e em que medida a sua actuação, decorrente de uma acentuada dialéctica interna, ajudou a pautar aquela realidade.

PARTE III

OS CONFLITOS E AS CLIVAGENS NO PPD/PSD DE 1974 a 1985

"In the total absence of social conflict, political institutions are unnecessary; in the total absence of social harmony, they are impossible".

Samuel Huntington, *Political Order in Changing Societies,* 1968, p. 9.

"(...) not to confuse attempts at empirical description and explanation with effetors at prescribing how these systems ought to operate in order to attain desirable or ideal ends".

Robert Dahl, *Further Reflexions on the Elitist Theory of Democracy,* 1966, pp. 289-299.

IX - O QUADRO DE REFERÊNCIA: ATITUDES VOLUNTARISTAS E CONFLITO INTRA-PARTIDÁRIO

*"La crisi costituisce disolito il **punctum dramatis** di un processo (...)"*

Domenico Fisichella, *Elezione e Democrazia*, 1982 , p. 21.

1. Ao considerarmos que as crises do sistema partidário não são senão ocasião para o aprofundamento da Democracia, vemos, consequentemente, as crises intra-partidárias como manifestações da vitalidade interna dos partidos políticos.

Um dos traços fundamentais das crises do PPD/PSD tem sido o facto de a gestação dos conflitos se apresentar sensivelmente lenta, não podendo ser devidamente compreendidos se nos reportarmos apenas aos factos imediatamente anteriores à respectiva conflagração. A digressão histórica relativamente à génese, formação e posterior evolução deste partido torna-se, assim, imperativa se quisermos apreender o fenómeno da sua conflitualidade interna.

Pelas razões atrás aduzidas, tanto as raízes desses conflitos, como os passos sucessivos do respectivo desenvolvimento não poderão deixar de ser analisados sem o recurso aos

diversos factos ocorridos no quadro do processo político mais vasto.

Antes de entrarmos na periodização estabelecida no atinente aos conflitos intra-partidários no PPD/PSD, caberá introduzir aqui uma breve nota, onde sejam relembradas as principais premissas teóricas das quais partimos para a presente análise.

A rede de relações que se estabeleceu entre os conflitos do processo político-partidário português ocorridos de 1974 a 1985 e os conflitos intra-partidários que se deram no PPD/PSD dentro dos mesmos marcos cronológicos, assim como as relações de influência mútua geradas entre ambos os níveis, se já foram delineadas nos Capítulos precedentes, serão, por ora, passíveis de explicitação mais aprofundada.

Enunciámos atrás a ideia base de que a lógica dos conflitos internos do PPD/PSD está intimamente conectada com a lógica que emana dos conflitos do processo político-partidário e vice-versa. Ao analisarmos estes últimos reportámo-nos, consecutivamente, às fases mais críticas vividas no âmbito do PPD/PSD, assim como, em linhas gerais, às principais estratégias seguidas por este partido no decurso dos conflitos gerados no decorrer do processo mais lato.

Apesar de sucessivamente indicados, ficou por fazer a análise aprofundada dos referidos conflitos intra-partidários, até porque não era aí o lugar para a tal se proceder. É justamente essa a análise que nos propomos apresentar nesta parte da dissertação.

Uma perspectiva diacrónica da vida intra-partidária torna-se aqui imperativa, sendo sobretudo nossa intenção reforçar, nessa medida, as fases em que começaram a germinar, a desenvolver-se e a deflagrar os conflitos internos. Não será, pois, dada a mesma ênfase aos períodos da acalmia intra-partidária, mesmo que neles se tenham gerado algumas dissensões.

Retomando a ideia já atrás explorada teoricamente, da margem de manobra que os actores políticos e, dentre estes, as elites dos partidos, detêm no sentido de imprimir um sentido preciso à competição política, sendo o conflito uma das suas manifestações, põe-se com especial acuidade a questão de saber qual o papel específico desempenhado por essas elites na produção do conflito intra-partidário e das configurações que o mesmo adquire.

Constituindo este o principal passo da nossa análise, no qual se inclui a investigação sobre as determinantes da acção voluntária das elites em causa, dele se poderá partir para chegar a algumas conclusões no que respeita aos condicionalismos específicos exercidos pelo conflito intra-partidário no conflito político mais alargado. Simultaneamente, poder-se-à avaliar o impacte exercido pelos conflitos ocorridos no sistema político sobre a configuração e desenvolvimento dos conflitos internos do PPD/PSD.

Prosseguindo na metodologia apresentada, propomo-nos agora analisar os conflitos intra-partidários neste partido, em função das combinações de forças que lhes estiveram na base, ajuizando das características, motivações e intenções

das elites que os produziram e neles se envolveram, observando as suas constelações ou agrupamentos, a que chamámos facções, procurando investigar as causas subjacentes a esses conflitos e avaliando as consequências que daí adviriam.

2. A análise diacrónica a que vamos proceder pressupõe, conforme já ficou expresso, diversas conjecturas: o reconhecimento do conflito como um processo normal em qualquer Democracia, considerando-se como uma das vantagens deste regime o tornar patentes os conflitos virtuais existentes em qualquer sistema político; o reconhecimento de que em política os conflitos não assumem nunca as características daquilo que em linguagem jurídica se entende por "caso julgado"; a atribuição de um papel fundamental ao voluntarismo dos actores políticos neles incluindo os partidos e, no seu seio, as respectivas elites dirigentes quanto ao despoletar e ao dirimir dos processos de conflito; o apuramento da existência de uma relação dialéctica entre dois planos interrelacionados: o correspondente à vida intra-partidária e o que concerne à vida política global e, como consequência, o enquadramento sistemático dos conflitos intra-partidários na evolução do processo político global.

A relação dialéctica reportada é que conformou a periodização estabelecida para os conflitos do processo político-partidário português(582). Por conseguinte, torna-se evi-

---

(582) A periodização estabelecida encontra-se no final do Capítulo VI desta dissertação e como poderá ser concluído da presente exposição decorre do faseamento a que procedemos relativamente aos conflitos internos no PPD/PSD. As razões subjacentes à mesma foram já explicitadas naquele Capítulo, sendo passíveis de análise empíri-

dente que as quatro fases que estabelecemos quanto a este plano de análise se configuraram a partir de quatro etapas fundamentais no que se refere ao conflito interno no PPD/PSD.

Definimos, assim, quatro conflitos principais, aos quais correspondem quatro fases determinantes na vida do partido e, consequentemente, na vida política portuguesa, sendo à génese de cada um deles, sua formação e posterior desenvolvimento que vamos dedicar cada um dos sub-capítulos do Capítulo que se segue.

3. Relembremos, uma vez mais, que a análise será efectuada tendo por base o modelo heurístico proposto, sem prejuízo do aprofundamento a realizar no último Capítulo, no qual se procederá, à luz daquele modelo, à integração dos resultados da reflexão metódica sobre os dados empíricos realizada nesta fase da dissertação e completada com os dados a analisar no primeiro Capítulo da última Parte. Quer a relação dialéctica já reportada entre o sistema intra-partidário e o sistema político global(583), quer a relação teórica que estabelecemos entre a acção voluntária(584) das elites político-partidárias, as oportunidades, os interesses e

---

ca nas páginas que se seguem.

(583) Como referiria Eldersveld, "a party is (...) a miniature political system". Cf. SAMUEL ELDERSVELD, *Political Parties A Behavioral Analysis*, Chicago, Rand Macnally and Company, 1964, p. 1.

(584) É esta acção voluntária em permanente actuação que configura as formações partidárias. Recorrendo às palavras de ORTEGA Y GASSET no que se refere às nações ("La nación es algo que se hace"; "La nación está siempre haciéndose". Cf. ORTEGA Y GASSET, *La Rebelión de Las Masas*, Madrid, Espasa-Calpe, 1966, respectivamente pp. 149 e 151), diremos que os partidos a cada momento "se fazem" pela vontade dos seus membros e, entre estes, fundamentalmente pela vontade das respectivas elites.

as ideologias nos dois planos considerados, constituem os vectores fundamentais que regem a subsequente análise.

O papel desempenhado pelas elites nos processos de conflito intra-partidário, a sua organização em facções internas a partir de posicionamentos diferentes de natureza ideológica, táctica, estratégica ou meramente pessoal e a promoção de clivagens de diversa ordem como bases de conflito serão, assim, fruto da actuação voluntária dessas elites, das suas características mas, sobretudo, do quadro de oportunidades políticas que lhes é sucessivamente oferecida, ou seja, do espaço de manobra estrutural e conjuntural de que dispõem nos dois planos reportados.

4. Ao longo de pouco mais de dez anos de vida, o PPD/PSD ver-se-ia atravessado internamente por conflitos de considerável envergadura, cuja incidência não se faria apenas sentir no seu seio mas também no do sistema político mais vasto. De cada vez que um desses conflitos deflagrou, o partido surgiria com uma face distinta e as repercussões produzidas no processo político global nunca se mostrariam irrelevantes.

Considerámos, portanto, quatro conflitos fundamentais na esfera interna do PPD/PSD. Os dois primeiros teriam a ver com a sedimentação no poder da novel formação partidária. Quanto aos dois últimos decorreriam da situação interna gerada pelos primeiros e do inerente vazio de poder criado com o desaparecimento do líder histórico do partido. Uns e outros seriam determinantes no perfil assumido pelo PPD/PSD e pelo

sistema político-partidário português.

Procuraremos na análise a efectuar, descobrir e evidenciar as diferenças e as constantes existentes entre os diversos conflitos do PPD/PSD, tal como as características que se vão repercutindo nos conflitos posteriores.

Convirá, aqui, mais uma vez argumentar que, na nossa perspectiva, na política os conflitos representam sempre uma fase de um processo em desenvolvimento, sendo decorrentes de tensões que vêm à superfície em diversos graus de intensidade e que é pela via democrática que os conflitos latentes se tornam expressos e podem ser resolvidos.

Esse processo implica diversas possibilidades de desenvolvimento dos conflitos: os conflitos potenciais podem-se tornar patentes; passarem ou não a ser reais; processarem-se ajustamentos diversos, produzirem-se consensos, surgirem acomodações ou serem os conflitos parcial ou totalmente sublimados; surgirem confrontos abertos e declarados; desaparecerem os conflitos originando outras crises; anularem-se uns aos outros, sendo eventualmente, pelo menos em parte dirimidos. Contudo, estas hipóteses não passam de fases possíveis do processo de desenvolvimento político, em permanente transformação e no qual o conflito se apresenta como um motor fundamental.

Cada um dos conflitos internos do PPD/PSD apresentaria traços específicos, aspectos peculiares, que permitem diferenciá-los uns dos outros possibilitando, dessa forma, a individualização das quatro fases distintas nos dois planos de aná-

lise considerados. Esta individualidade dos conflitos revela-se fundamental, já que não existem conflitos em geral. Cada conflito tem a sua biografia própria e é essa história que se pretende aqui investigar no contexto em que é gerada, se desenvolve e se vai manifestar.

5. Caracterizadas já, em linhas gerais, quatro grandes etapas a nível do processo político-partidário desde 25 de Abril de 1974, coincidentes com os conflitos internos do PPD/PSD, caberá agora proceder à análise exaustiva e tão aprofundada quanto possível dessas etapas, no concernente ao plano intra-partidário.

O primeiro sub-capítulo será dedicado à fase inicial da vida do então PPD, aos acontecimentos ligados à sua formação e ao germinar das primeiras dissenções internas que haveriam de culminar no primeiro conflito conhecido pela cisão de Aveiro; no sub-capítulo seguinte analisar-se-à uma outra etapa da vida do partido, na qual, depois de um período inicial de pacificação interna, se iniciaria o segundo conflito intra-partidário, finalisado pela chamada cisão dos "Inadiáveis"; o terceiro sub-capítulo versará sobre o eclodir e o desenrolar de uma sucessão de conflitos intra-partidários de considerável intensidade ocorridos depois do desaparecimento do líder histórico do PPD/PSD; por último, a fase correspondente ao conflito interno surgido na sequência da prossecução da estratégia subjacente à formação do Bloco Central será objecto de análise no quarto ponto do próximo Capítulo desta dissertação.

Apenas uma advertência no que concerne aos aconteci-

mentos a seguir reportados. Os sucessivos factos de que daremos conta deverão ser tidos em consideração não só em si mesmos, porquanto como tal se esgotam a si próprios, mas também como factos que se articulam uns com os outros dentro de uma lógica de actuações e de processos que se prende, igualmente, com a factualização reportada no anterior Capítulo.

Esta lógica de actuações e de processos decorre, como já acentuámos na explanação do modelo da análise, da relação existente entre as oportunidades, os interesses e as ideologias, quer no plano intra-partidário, quer no do sistema político mais vasto, conforme a acção voluntária e racionalmente assumida dos actores políticos e, dentro destes, especialmente das respectivas elites, tal como aqui foram perspectivadas(585).

---

(585) Esta concepção tem, como já vimos, as suas raízes na lógica da acção colectiva, isto é, na teoria que pretende explicar a acção dos indivíduos nas colectividades sobretudo em função dos seus interesses individuais, teoria fundamentalmente enunciada por MANCUR OLSEN JR, em *The Logic of Collective Action Public Goods and The Theory of Groups*, Cambridge, Harvard University Press 1965, p. 2 e 165.

Veja-se o artigo, elaborado na mesma linha, sobre o PSI, a luta entre as suas facções e elites, da autoria de SAMUEL BARNES, "Party democracy and the logic of collective action", *in* WILLIAM CROTTY (ed), *Approaches to The Study of Party Organisation*, Boston, Allyn and Bacon, 1968, pp. 105 a 138.

X - AS ETAPAS CRUCIAIS DOS CONFLITOS INTERNOS NO PPD/PSD

"(...) between the Scylla of disintegration and the Charybdis of unanimism".

Giovanni Sartori, *Parties and Party Systems: a Framework for Analysis*, 1976, p. 65.

1. Dos antecedentes até Aveiro

1. As raízes do que viria a ser o PPD/PSD podem ser procuradas algum tempo antes do 25 de Abril de 1974(586), mais precisamente aquando da propagada "primavera política" do consulado de Marcelo Caetano(587), cujas virtualidades viriam

---

(586) Para a cronologia dos principais acontecimentos, nos quais se podem encontrar as origens remotas e próximas do PPD/PSD, veja-se o início do Anexo VII desta dissertação. Vejam-se, também, no mesmo Anexo os acontecimentos relativos à primeira fase da vida do partido de acordo com a tipologia que estabelecemos anteriormente.

(587) A eventual vontade de transformação progressiva do regime expressa pelo poder, materializar-se-ia no convite feito por José Guilherme de Melo e Castro, então Presidente da Comissão Executiva da União Nacional, a diversas personalidades tidas como partilhando ideias liberalizantes, com o intuito de renovar as listas da União Nacional nas eleições legislativas de 1969, na sequência de um discurso propenso à abertura do sistema, proferido a 27 de Setembro de 1968 por Marcelo Caetano então Chefe do Governo. A partir da aceitação desse convite por parte das personalidades em causa, algumas das quais viriam a ser os futuros fundadores do PPD (Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão e Joaquim Magalhães Mota), constituir-se-ia a "Ala Liberal" da Assembleia Nacional, sendo a sua actuação determinante na contestação do regime, ao demonstrar a incapacidade do mesmo em proceder à sua renovação "por dentro".

posteriormente a mostrar-se inoperantes.

Na formação deste partido surgem, assim, duas ordens sequenciais de factos temporalmente demarcadas pelo 25 de Abril de 1974: os antecedentes remotos, cronologicamente balisados entre os anos 60 e o golpe efectuado naquela data e os antecedentes próximos, que se dariam imediatamente a seguir ao 25 de Abril. É igualmente nestes antecedentes que se encontram em parte as raízes dos primeiros conflitos internos do partido e, daí, o interesse em recuarmos a análise até aos últimos anos do regime deposto.

Entre os antecedentes remotos contam-se, fundamentalmente, os seguintes factos e os processos a eles inerentes: a contestação, por parte de sectores liberalizantes da sociedade portuguesa, ao regime então vigente(588); a formação, em 1969, da "Ala Liberal" da Assembleia Nacional e a consequente actua-

---

Sobre a actuação dos Deputados da "Ala Liberal", veja-se o *Diário das Sessões da Assembleia Nacional* desde o início da legislatura de 1969. Sobre a impossibilidade de renovação do "regime por dentro", veja-se o depoimento de um daqueles Deputados, FRANCISCO SÁ CARNEIRO, em *A Liberalização Bloqueada*, Lisboa, Moraes, 1973, e, por outro lado, as próprias declarações de MARCELO CAETANO, em *O Depoimento*, Rio de Janeiro, Record, 1974.

Sobre o "Marcelismo" perspectivado mais como uma continuidade do regime anterior do que como uma evolução do mesmo e o fracasso da projectada liberalização, veja-se MANUEL BRAGA DA CRUZ, *O Partido E O Estado no Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, sobretudo pp. 46 e 47 e 191 a 193.

(588) Fundamentalmente radicados no Porto, estes sectores teriam em comum a preocupação com o resolver de problemas graves de índole social, para além da contestação do regime em si mesmo; existiam, no entanto, entre eles algumas divergências, quer seja devido à ideologia professada, mais liberalizante ou mais social-democrata, quer seja devido à eventual conotação maçónica ou católica. Estas raízes viriam a demonstrar-se sensivelmente importantes tanto na própria formação política de Francisco Sá Carneiro e dos outros elementos fundadores do partido, como nos momentos da constituição do PPD e nos primeiros tempos de actuação do partido e, também, no que se refere à matriz ideológica preponderante, nas sucessivas levas de adesões e na ascensão dos seus dirigentes, ou seja, no substracto sociológico do partido.

ção dos respectivos Deputados(589); as movimentações desenvolvidas pelo MDP/CDE e pela CEUD, assim como por parte dos católicos progressistas, tanto quando da campanha para as legislativas de 1965 e de 1969 como posteriormente, tendo dentro da última assumido certa preponderância o programa po-

---

(589) O período essencial da actuação em causa desenrolar-se-ia desde a intervenção de José Pedro Pinto Leite na Assembleia Nacional, a 14 de Abril de 1980, sobre a questão ultramarina e a aproximação com a Europa, no qual sublinharia a vocação europeia de Portugal. Veja-se JOSÉ PEDRO PINTO LEITE, *Política Nacional e Relações Internacionais*, Lisboa, Moraes Editores, 1970. Veja-se, especialmente, a réplica do mesmo a Franco Nogueira, pp 17 e 19.

Fundamental viria a ser a fase que decorreria da proposta da "Ala Liberal" sobre a revisão constitucional, na Sessão Legislativa de 1971 (impedida pela maioria do Plenário da Assembleia Nacional de ser debatida na especialidade e consequentemente votada), à renúncia de Francisco Sá Carneiro ao mandato de Deputado em 25 de Janeiro de 1973, na sequência da sua verificação de que não se tornava possível a liberalização do regime então vigente, através de uma actuação "por dentro" do mesmo. Cf. respectivamente *Revisão da Constituição Política, Discursos dos Deputados Subscritores do Projecto Sá Carneiro*, Porto, Figueirinhas, 1971, a "Carta do Deputado Sá Carneiro ao Presidente da Assembleia Nacional pedindo denúncia do cargo", em *Francisco Sá Carneiro, Textos*, 1º Volume, 1969--1973, Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1981, pp. 51-51; veja-se, igualmente, a votação do pedido de renúncia ao mandato e suas repercussões em *Francisco Sá Carneiro, Textos*, 2º Volume, 1973-1974, Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1982, pp. 5-51.

Vejam-se, também, as declarações de Francisco Sá Carneiro em entrevista ao jornal *República*, a 15 de Dezembro de 1971 (entrevista conduzida por Jaime Gama), em que explicita as razões que o teriam levado a optar por uma intervenção política no quadro do regime na altura vigente, procedendo, de igual forma, à análise da conjuntura política de então; veja-se, ainda, a entrevista a Francisco Sá Carneiro ao *Informaciones*, Madrid, a 27 de Janeiro de 1973, na qual faria um balanço da respectiva actividade parlamentar, ambas reportadas em *Francisco Sá Carneiro, Textos*, 1º Volume, 1969-1973, Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1981, respectivamente pp. 391-405 e 465-466 e o inquérito conduzido por Natália Correia a diversos ex-Deputados, entre eles Francisco Sá Carneiro e Joaquim Magalhães Mota em *Ser Ou Não Ser Deputado*, Lisboa, Arcádia, 1973, especialmente p. 30, no qual ambos referem as motivações subjacentes à respectiva intervenção política em 1969, bem como as razões do abandono da mesma em 1973.

Especialmente relevantes seriam os projectos de lei apresentados pelos Deputados liberais sobre a liberdade de reunião e associação, liberdade de imprensa, alterações diversas ao Código Civil e à organização judiciária. Vejam-se, sobretudo, os textos dos projectos de lei e as intervenções de Francisco Sá Carneiro na Assembleia Nacional em *Francisco Sá Carneiro, Textos*, 1º Volume, 1969-1973, Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1981, especialmente pp. 75-343 e em *Francisco Sá Carneiro, Textos*, 2º Volume 1973-1974, Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1982, pp. 325 e ss.

lítico da chamada Terceira Força(590); a formação, em 1970, da SEDES e os colóquios promovidos no seu âmbito sobre participação e intervenção política e opções de desenvolvimento económico e social(591); a publicação do semanário *Expresso*, o

---

(590) Futuros membros e dirigentes do PPD/PSD viriam a ser recrutados nas fileiras destes movimentos; os contornos ideológicos e sociológicos do partido sofreriam, igualmente, o impacte das ideias aí propugnadas e das características dos sectores mais progressistas da Acção Católica, da acção desenvolvida em 1969 dentro da CDE, mas sobretudo dentro da CEUD e da chamada Terceira Força.

Os diversos posicionamentos assumidos por aqueles movimentos aquando das eleições de 1969 estão reportados em JOÃO PALMA FERREIRA (coord.), *As Eleições de Outubro de 1969*, Publicações Europa-América, 1970; veja-se, igualmente, a análise das principais correntes de oposição à Ditadura a que procede MANUEL BRAGA DA CRUZ em *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1986; veja-se, particularmente, a caracterização da estratégia prosseguida pela CDE, pela CEUD e pelo movimento Terceira Força nas eleições legislativas de Outubro de 1969, in *op. cit.*, pp. 166 e ss. Veja-se, também, o *Programa Político da Terceira Força*, Porto, 1969.

A formação de outro tipo de associações com objectivos gerais de estudo, documentação e promoção político-cultural, tais como as cooperativas Pragma e a Confronto, ambas fundadas em 1966, a primeira em Lisboa, a segunda no Porto, às quais pertenceriam também futuros dirigentes e membros do PPD (Francisco Sá Carneiro foi mesmo Presidente da Assembleia Geral da Confronto) seriam, também, importantes no processo em causa.

Na mesma linha, se formariam outras cooperativas ou associações como a CODES, a RIA, a Programa, a Cidadela de Coimbra, as quais, dado o papel político que assumiram e que acabaria por ser limitado em 1973 por disposições restritivas à sua formação e funcionamento, também exerceram repercussões a nível do agrupamento de interesses dentro do partido e dos respectivos contornos ideológicos.

Para a apreensão da panorâmica cooperativa, à altura, veja-se J. SÉRVULO CORREIA, "O Sector Cooperativo Português", *in Separata do Boletim do Ministério da Justiça*, nº 196, Lisboa, 1970, pp. 5-121. Veja-se, igualmente, o volume com os discursos então proferidos na Assembleia Nacional contra a decisão do Governo de restringir o movimento cooperativista.

Sobre a pertença dos membros das facções do PPD/PSD a estas associações, pese embora o facto de os dados que conseguimos recolher fornecerem uma panorâmica mais limitada daquela que, supomos, seja a situação real, veja-se o Capítulo XI desta dissertação.

(591) Da SEDES, Associação para o Desenvolvimento Económico e Social, faziam então parte futuros dirigentes e membros do PPD/PSD (Francisco Sá Carneiro pertencia ao seu Conselho Coordenador), tendo o debate de ideias no seio desta organização sido igualmente fundamental na configuração ideológica do futuro PPD. Devido a alguns diferendos suscitados no seu âmbito, alguns dos quais já com raízes anteriores ao 25 de Abril, outros sucedidos imediatamente depois, a adesão de muitos dos elementos da SEDES não se faria no momento da constituição do partido, vindo, nalguns casos, a ter lugar depois de anunciada publicamente a sua formação. Outros elementos da SEDES viriam a aderir às fileiras socialistas.

qual viria a constituir uma importante frente de oposição ao regime(592); a realização, em 1973, do Congresso da Oposição Democrática em Aveiro e do Encontro de Reflexão Política(593).

Como acontecimentos indirectamente relacionados com as

A história interna da SEDES explicará mesmo, não só as oscilações que se viriam a dar no relacionamento do PS com o PPD/PSD, como teria, igualmente, um considerável impacte nos conflitos internos deste último partido. Sobre a SEDES, veja-se NORMAN BLUME, "SEDES: an example of opposition in a conservative authoritarian state", in *Government and Oppositon*, nº 12, 1979, pp. 351-366; veja-se, ainda, a compilação de documentos produzidos no seu seio em ELMÍLIO RUI VILAR e ANTÓNIO SOUSA GOMES, *SEDES: Dossier 70/72*, Lisboa; *Portugal - O País Que Somos, O País Que Queremos Ser*, SEDES, 1972 e *Portugal Para Onde Vais?*, Documentos de Trabalho SEDES, Lisboa, 1974.

(592) O *Expresso*, dirigido por Francisco Pinto Balsemão, um dos três fundadores do que viria a ser o PPD, veria o seu primeiro número publicado em 6 de Janeiro de 1973. Nas suas páginas contribuiram futuros dirigentes do PPD/PSD, entre os quais Francisco Sá Carneiro com a coluna "Visto", constituindo o semanário em questão a mais importante frente interna ao anterior regime no sector da comunicação social, tentando mesmo catalizar o movimento de opinião saído do Encontro de Reflexão Política de 1973 (veja-se a nota seguinte). Veja-se o *Expresso* desde o nº 1, de 6 de Janeiro de 1973, ao nº 68, de 21 de Abril de 1974.

Alguns dos "Visto" seriam cortados pela Censura (na altura chamada Exame-Prévio); os publicados e os inéditos, incluindo os de autoria de Francisco Pinto Balsemão, encontram-se em *Francisco Sá Carneiro Textos*, 2º Volume, 1973-1974, Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1982, pp. 55-283.

(593) No Congresso da Oposição Democrática, realizado de 4 a 8 de Abril de 1973 na cidade de Aveiro, seria apresentado um projecto de constituição de um movimento político organizado propugnando uma "terceira via" de solução para a situação política e social já em crise aberta, projecto que não viria, contudo, a tomar então corpo. Vejam-se sobre o assunto, as *Conclusões do 3º Congresso da Oposição Democrática, Aveiro 4 a 8 de Abril de 1973*, Lisboa, Seara Nova, especialmente o ponto 4, "Lutas democráticas e suas perspectivas", pp. 151 e ss.

Do Encontro de Reflexão Política levado a efeito em Lisboa de 28 a 29 de Julho de 1973, com o fim de se encontrar uma plataforma conducente à eventual constituição de partidos a partir das formações já existentes - SEDES, CEUD, CEM e "Ala Liberal" da Assembleia Nacional - e de cuja Comissão Organizadora fariam parte Joaquim Magalhães Mota, Tomás Oliveira Dias e José da Silva sairia, igualmente, uma proposta no sentido da exigência imediata de formação de partidos políticos, proposta essa da autoria de Afonso Moura Guedes e contra a qual se pronunciaria um grupo liderado por Xavier Pintado, preconizador da democracia a prazo. Cf. MAGALHÃES MOTA, OLIVEIRA DIAS e JOSÉ DA SILVA, *Encontro de Reflexão Política*, Lisboa, Moraes Editores, 1973, especialmente o capítulo "Linhas de força duma nova vida política", e a proposta de Afonso Moura Guedes, respectivamente nas pp. 81 e ss e pp. 107-108.

Igualmente relevante nesta matéria, seria o facto, referido e documentado por MARCELO REBELO DE SOUSA em *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional*

raízes remotas do PPD/PSD, mas mais directamente com a hipótese de formação do partido, contam-se a insatisfação sentida no seio das Forças Armadas(594) e a decorrente publicação de um livro de António de Spínola(595) e, no fundo, a crescente contestação e o mal-estar geral sentido por largos sectores da população relativamente à progressiva degradação da situação política, económica e social do País.

Haverá, também, que não negligenciar o importante papel desenvolvido por alguns grupos da oposição tradicional ao regime, os quais, no estrangeiro ou na clandestinidade, desempenhariam uma acção fulcral no delinear das mentalidades e das convicções políticas, dadas as ligações dos seus

---

Português, Braga, Livraria Cruz, 1983, pp. 210-213, traduzido num documento apresentado por João Salgueiro a Marcelo Caetano, elaborado por José Manuel Tengarrinha da CDE e previamente debatido por João Salgueiro, Diogo Freitas do Amaral, Jorge Tavares Rodrigues, Marcelo Rebelo de Sousa e Miguel Galvão Teles, no qual se procuraria, sem resultados, conseguir a legalização de associações políticas no quadro da oposição.

(594) Insatisfação fundamentalmente de carácter profissional e especialmente conotada com a questão da guerra em África; evoluiria no sentido da formação de diversas exigências políticas dando origem, já em 1974, a dois Manifestos do chamado Movimento dos Capitães, tendo por objectivo a democratização política e uma solução para a guerra no Ultramar, levando mais tarde à sublevação militar, abortada, das Caldas da Rainha e, finalmente, ao golpe do 25 de Abril de 1979. Vejam-se os antecedentes remotos e próximos deste último, reportados em grandes linhas, assim como a cronologia dos principais acontecimentos ligados ao Movimento dos Capitães e os Manifestos referidos, em *A Revolução das Flores, Do 25 de Abril ao Governo Provisório,* Lisboa, Editorial Aster, s.d., e AVELINO RODRIGUES E OUTROS, *O Movimento dos Capitães e o 25 de Abril,* Lisboa, Moraes, 1974, pp. 9-42.

(595) O livro de António de Spínola corporizaria esse mesmo descontentamento, apresentando, simultaneamente, a opção do autor, representativa de certos sectores das Forças Armadas e da opinião pública portuguesa, no que respeitava à solução dos problemas políticos nacionais e, particularmente, no que tocava a uma eventual resolução política da questão ultramarina. Cf. ANTÓNIO DE SPÍNOLA, *Portugal e o Futuro, Análise da Conjuntura Nacional,* s.l., Arcádia, 1974.

Sobre a política até aí prosseguida pelo regime e as justificações subjacentes à mesma, veja-se MARCELO CAETANO, *Renovação na Continuidade,* Lisboa, Verbo, 1971.

elementos às grandes correntes filosóficas e políticas europeias. Desses, alguns viriam a aderir ao PPD logo nos primeiros tempos da sua existência e mesmo a desempenhar altos cargos quer na vida intra-partidária dos sociais-democratas, quer na vida pública por intermediação do partido(596).

2. Todos os factos apontados produziriam um efeito considerável nos antecedentes remotos do partido, cujo núcleo de fundadores provinha, fundamentalmente, de uma oposição ao anterior regime de ordem mais formal e retórica do que actuante, porque assim condicionada pelo próprio sistema fechado por que aquele se caracterizaria. Este aspecto torna-se especialmente relevante, dada a matriz semelhante do núcleo de personalidades que fundaram o partido, os quais, não provindo dos quadros clássicos da oposição à ditadura (como seria o caso do núcleo de dirigentes do PS e do PCP), também não tinham sido absorvidos pela engrenagem do sistema (tal como grande parte dos dirigentes do CDS).

De qualquer forma, aqueles não seriam então considera-

---

(596) Tal viria a ser o caso da adesão, na altura do I Congresso do PPD, dos membros do Directório da Acção Democrato-Social, constituída em 1957, e a do cargo partidário posteriormente exercido por Emídio Guerreiro, vindo também das fileiras da oposição tradicional ao Salazarismo. Sobre as posições assumidas pela Acção Democrato-Social nas eleições de 1969, veja-se JOÃO PALMA FERREIRA (coord.), *As Eleições de Outubro de 1969*, Publicações Europa-América, 1970, pp. 103-110. Veja-se, igualmente, a tipologia dos movimentos de oposição à ditadura, tal como a análise das diferentes matrizes ideológico-estratégicas respectivas, elaborada por MANUEL BRAGA DA CRUZ em *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1986, especialmente pp. 178 e ss.

Para uma apreciação da génese de alguns desses movimentos e organizações, assim como de outras entidades de oposição ao "Estado Novo", igualmente efémeras, sobretudo dos principais agrupamentos político-revolucionários, veja-se A. OLIVEIRA MARQUES (org.), *A Unidade da Oposição à Ditadura (1928-1931)*, Lisboa, Publicações Europa América, 1973.

dos como "anti-fascistas confessos" e daí a dificuldade, nos primeiros momentos do PREC, de o PPD adquirir a necessária "carta de alforria democrática" para não ser marginalizado do processo, bem como os obstáculos inicialmente surgidos quanto ao recrutamento de certas individualidades para as fileiras do partido. Tal circunstância explicaria igualmente, em larga medida, os principais contornos do primeiro conflito interno que atravessaria o PPD.

Entre os antecedentes próximos da constituição do partido avultam, para além da alteração da conjuntura política global, a qual possibilitava já o pluralismo partidário, a vontade expressa de Francisco Sá Carneiro em termos de formar um partido político(597), o idêntico desígnio no mesmo sentido por parte de Francisco Pinto Balsemão e de Joaquim Magalhães Mota, vindos igualmente da "Ala Liberal" e da SEDES, assim como a pronta adesão a essa ideia de um grupo de personalidades afectas a alguns dos movimentos atrás reportados. As pressões para que se fundasse o partido proviriam de diversos quadrantes, de que seria exemplo o enorme volume de correspondência então recebido no *Expresso* nesse sentido(598).

---

(597) Do que podemos apurar através do testemunho de Marcelo Rebelo de Sousa, antes do 25 de Abril de 1974 Francisco Sá Carneiro já se mostrara muito interessado na formação de uma associação política, para a qual pediria mesmo a Rui Vilar para, dentro da SEDES, elaborar um projecto de Estatutos para a mesma; estes, depois de redigidos, teriam sido vistos por Marcelo Rebelo de Sousa e por Francisco Sá Carneiro, por volta de Fevereiro/Março de 1974, não tendo, no entanto, o projecto em questão tido o seguimento anteriormente previsto, até porque, na SEDES, prevalecera a tese da sua não transformação em partido, aliás posteriormente reafirmada. Vejam-se também as notas 601 e 606 desta dissertação.

(598) Conforme o testemunho que recolhemos de Francisco Pinto Balsemão, então director daquele semanário.

O ensejo em causa decorria da verificação, por parte das individualidades referidas, da existência de um determinado espaço no espectro político em formação, passível de ser ocupado por uma força partidária com as características daquela que propugnavam. Espaço esse que, situado à direita de um partido socialista já constituído e dotado de um projecto próprio(599), propiciava a constituição de um partido de centro/centro esquerda, tendo em conta os condicionalismos igualmente exercidos pelo esquerdismo latente logo nos primeiros tempos do novo regime.

Nesta perspectiva, estabelecer-se-iam, de imediato, os contactos necessários à concretização desse objectivo, nomeadamente através de reuniões diversas(600), da realização de

---

(599) O PS, constituído em 1973 a partir da Acção Socialista Portuguesa, propugnava uma sociedade sem classes, na qual, na sua perspectiva, se viria a realizar o socialismo em liberdade no quadro da confluência de uma democracia de Estado com uma prática democrática basista, inspirando-se no Marxismo e demarcando-se da social-democracia. Ao PS não interessava, em princípio, a formação do PPD, o qual, tal como o anterior Encontro dos Liberais, funcionava como uma antecipação que lhes viria a roubar terreno e, daí, que dentro da SEDES os socialistas tivessem jogado contra a ideia da sua formação.(Cf. aqui a nota 601).Subjacente estariam igualmente clivagens já existentes entre os grupos católicos e os maçónicos aí existentes. Sobre a origem e as bases programáticas do PS veja-se JOÃO A. DE SALES GOMES, "Ideologia política-ideologias dos partidos parlamentares", *in Prospectivas,* nº 3, Julho/Agosto/Setembro, 1980, pp. 11-13 e MARIA JOSÉ STOCK, *Os Partidos do Poder Dez Anos Depois do 25 de Abril,* Universidade de Évora, 1986, pp 7-86.

(600) Entre as reuniões levadas a efeito nesse sentido, contar-se-ia uma primeira iniciativa, no âmbito da SEDES, realizada no Hotel Fénix em Lisboa, a 29 de Abril de 1974, na qual Francisco Sá Carneiro, apelando à emergência cívica de criação de um partido de "centro", anunciaria a sua vontade em o formar. Nessa reunião tomariam parte, entre outros, Francisco Pinto Balsemão, Jorge Sá Borges, José da Silva, Júlio Castro Caldas, João Bosco Mota Amaral, António Carlos Lima, Joaquim Pinto Machado, António Leite de Castro e João Pedro Miller Guerra,de acordo com o testemunho fornecido pelas personalidades aí presentes que entrevistámos (veja-se o Anexo II desta dissertação). A reunião em causa mostrar-se-ia inconclusiva para o efeito, até porque alguns dos intervenientes, entre os quais Jorge Sá Borges, conforme nos seria confirmado pelo próprio, não teriam aderido de imediato.

alguns encontros no âmbito da SEDES(601), de entrevistas com personalidades altamente colocadas na esfera política de

---

(601) Não se daria, como já atrás dissemos, a adesão da totalidade da SEDES ao partido em formação, nem nessa altura nem posteriormente, o que não exclui a importância decisiva desta associação na constituição do PPD e, consequentemente, no desenrolar dos seus processos internos e entre eles do conflito. De notar que, numa primeira fase, numa das várias reuniões que a SEDES levara a efeito ainda antes do 25 de Abril, se abordaria a hipótese da constituição de um partido a partir desta associação e de outras forças oposicionistas ao regime ditatorial, tendo os promotores da ideia sido bastante atacados no seu intuito, nomeadamente por Mário Murteira e por Jorge Sá Borges, embora este último tivesse acabado por ser um dos dinamizadores iniciais do PPD. A 3 de Maio de 1975, depois da reunião havida entre António de Spínola e os principais promotores do novo partido, Francisco Sá Carneiro e Joaquim Magalhães Mota anunciariam, na SEDES, a formação do PPD, portanto escassos dias depois da reunião já reportada (veja-se a nota anterior). Ficaria aí decidido que esta associação não se transformaria em partido, podendo os seus membros aderir aos partidos políticos que assim o entendessem.

Para a não transformação da SEDES em partido seria concretamente invocado o documento fundamental do respectivo Programa, que a definia como associação política e não como partido, fazendo assim vencimento a tese que defendia dever esta organização funcionar como um suporte de aprofundamento ideológico em ligação com um eventual partido a formar-se nessa área. Veja-se a "carta" assinada pelo então Secretário-Geral da SEDES, Henrique Santa Clara Gomes, posteriormente publicada no *Expresso*, nº 74, de 1 de Junho de 1974, p. 2, na qual se declararia não constituir aquela associação nenhum embrião de partido político, demarcando-se de forma evidente do PPD em formação. Veja-se, sobre o mesmo, a entrevista a Victor Constâncio, dirigente da SEDES e então Secretário de Estado do Planeamento, no *Expresso*, nº 77, de 22 de Junho de 1974, p. 15.

Na altura de formação do PPD esboçava-se, dentro da SEDES, um certo contencioso entre os que defendiam a imediata adesão ao partido, os que pretendiam esperar para ver a evolução da situação e os que haveriam de aderir ao PS. Logo a seguir ao 25 de Abril, Mário Murteira, da SEDES, produziria um documento antecipando-se e aderindo ao PS. Tentar-se-ia, ainda, a negociação de uma ligação de carácter institucional com o PS, tentativa derrotada em 1974. Em seguida, emanariam três documentos do Conselho Coordenador da SEDES, um, híbrido, apreciando a nova situação política e criticando o anterior regime, outro, já depois da constituição do PPD, da responsabilidade da Comissão Política respectiva, anunciando o programa de actuação política da SEDES e no qual se declarava não constituir esta um embrião de partido político e, ainda, um outro, com o programa da lista de corpos gerentes, conotada com o PS e presidida por António Sousa Gomes, denunciando a efervescência que grassava no interior dessa associação. Vejam-se os comunicados em causa, produzidos respectivamente a 29 de Abril de 1974, 3 de Abril de 1974 e 10 de Maio de 1974, em *SEDES-DOSSIER 73/75*, organizado por CHAVES ROSA, MARIA DA CONCEIÇÃO CASTRO DIAS, MARIA IDALINA NEVES DE SOUSA E MARIA ISABEL LOFF, Lisboa, Moraes Editora, 1976, pp 66-73.

Quando do lançamento da formação do PPD, aderiram logo os seguintes núcleos regionais da SEDES: o de Leiria, com Tomás Oliveira Dias à frente, o de Torres Vedras, liderado por Afonso Moura Guedes e uma parte do núcleo do Porto, no qual Francisco Sá Carneiro detinha um peso considerável; o núcleo de Lisboa mostrar-se-

então(602) e de informações aos órgãos da comunicação social(603), culminando com a formação do PPD no dia 6 de Maio de 1974(604).

-ia mais retincente e, nalguns casos, pronunciar-se-ia mesmo contra, tendo-se até posto a hipótese de saída da SEDES a elementos que aderiram ao então PPD. De notar, também, o facto de muitos membros da SEDES se terem inscrito no PS, vindo as direcções subsequentes daquela associação a virar à esquerda, já que claramente conotadas com os socialistas.

(602) Tal seria o caso da entrevista que Francisco Sá Carneiro teria com António de Spínola logo no dia 27 de Abril, (no mesmo dia em que a Junta de Salvação Nacional recebia representantes das organizações cívicas para consulta sobre a constituição do I Governo Provisório, estando aí presentes Joaquim Magalhães Mota, Jorge Sá Borges e Teodoro da Silva a representar a SEDES), da reunião em casa de Veiga Simão, amigo pessoal e conselheiro de António de Spínola e então eventual candidato a 1º Ministro e responsável pela redacção do Programa do I Governo Provisório. Essa reunião, realizada com o patrocínio do Presidente da Junta de Salvação Nacional, teria por intento, gorado, conseguir-se uma eventual fusão entre o PPD e o CDS, ambos em embrião. Haveria ainda uma outra reunião na Cova de Moura, a 3 de Maio seguinte, entre António de Spínola, Vasco Vieira de Almeida, Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão, Joaquim Magalhães Mota e João Pedro Miller Guerra.

À importância das reuniões reportadas, de cujo conteúdo seriamos informados pelas personalidades nelas presentes por nós entrevistadas (veja-se o Anexo II desta dissertação), voltaremos mais à frente, quando da avaliação dos respectivos resultados. Veja-se, também, sobre aquelas reuniões, *Partido Popular Democrático, Notas Sobre a Origem e Actividades (até ao I Congresso Nacional)*, Comissão Política Distrital de Lisboa, Maio 75, p. 3 e o *Expresso*, nº 71, de 11 de Maio de 1974, p. 1.

(603) A primeira comunicação seria feita por Francisco Sá Carneiro à RTP logo no dia 27 de Abril de 1974. (Veja-se a entrevista à RTP, em *Francisco Sá Carneiro Textos*, 3º Volume, 1974-1975, Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1982, p. 5), tendo aí deixado transparecer o desejo de formação de um partido de "centro", o qual, no seu entender, iria ocupar um espaço vazio no espectro partidário português em plena estruturação, ideia que imediatamente teria um significativo impacte logo sentido nas adesões à mesma recebidas via o jornal *Expresso*, conforme nos seria confirmado por Francisco Pinto Balsemão; a segunda comunicação seria já o anúncio público da constituição do PPD, igualmente na RTP, no dia 6 de Maio seguinte, por Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão e Joaquim Magalhães Mota, os três fundadores do partido. Veja-se o "Comunicado" em causa, em *Partido Popular Democrático Notas Sobre a Origem e Actividades (até ao I Congresso Nacional)*, Comissão Política Distrital de Lisboa, Maio 75, pp. 4-5.

(604) A constituição do PPD seria feita através do anúncio na RTP, já reportado, e desde logo passível de alguma polémica entre os eventuais membros fundadores do novel partido. Segundo os testemunhos de Alexandre Bettencourt e de Jorge Sá Borges que recolhemos, a hipótese primitiva parecia ser a de que à cabeça do novo

1.1. A génese do primeiro conflito intra-partidário

1. O registo factual até aqui reportado permite enquadrar as principais linhas de força que estiveram na origem do PPD/PSD e à volta das quais haveriam de surgir os

---

partido surgissem, para além dos três fundadores já mencionados e que foram efectivamente os que, como tal, apareceram à opinião pública, estivesse também João Pedro Miller Guerra, inicialmente um dos principais dinamizadores do projecto, com o propósito de reforçar a imagem de ser o partido emanente da "Ala Liberal".

Entretanto, esta última personalidade desvincular-se-ia do partido em formação durante o encontro da Cova da Moura realizado a 3 de Maio (veja-se a nota 602 desta dissertação), declarando não querer ser o "chapéu de chuva" do PPD; o argumento formal apresentado para a sua desistência, conforme nos seria confirmado por Francisco Pinto Balsemão e por Joaquim Magalhães Mota, residiria num diferendo aí surgido em face da questão da descolonização, na sequência da exposição, por parte de António de Spínola, sobre a questão da Guiné, considerada pelos presentes como altamente irrealista. Na altura, segundo aqueles dois fundadores do PPD, João Pedro Miller Guerra pretenderia denunciar o projecto em causa, ao que Francisco Sá Carneiro se teria oposto, visto considerar um erro entrar então em conflito aberto com António de Spínola, no que foi secundado, embora segundo os próprios não muito entusiasticamente, por Francisco Pinto Balsemão e por Joaquim Magalhães Mota. Conquanto o argumento formal apresentado por João Pedro Miller Guerra para o seu afastamento fosse o reportado, é possível que existisse outro tipo de motivações conotadas com o facto de se ter optado pela pessoa de Francisco Sá Carneiro, com base nas vivências da "Ala Liberal", para principal figura pública do novo partido. Sobre o argumento formal invocado por João Pedro Miller Guerra veja-se o *Expresso*, nº 263, de 12 de Novembro de 1977, p. 3.

Três dias depois da sua constituição, o PPD daria a primeira conferência de imprensa; a 9 de Maio elaborar-se-ia, no escritório de António Carlos Lima em Lisboa, de acordo com o testemunho do próprio, a primeira lista de pessoas a aderirem logo de início ao partido e a 12 de Maio de 1974 teria lugar a inauguração da sua Sede Nacional, no Largo do Rato, nº 10, em Lisboa.

Até aí, a maioria das reuniões seriam feitas também em Lisboa, no escritório de Joaquim Magalhães Mota, no de Jorge Sá Borges ou numa sede provisória do partido na Travessa do Guarda-Mor, nº 25, a fazer fé nos testemunhos que recolhemos juntos destes dois ex-dirigentes do PPD.

O partido assumiria a nomenclatura de Partido Popular Democrático, ao que parece por sugestão de Ruben Andersen Leitão (Cf. "Revista" do *Expresso*, nº 288, de 6 de Maio de 1978, p. 7-R; defendendo esta "paternidade" da sigla, situam-se a maioria dos primeiros aderentes do novo partido, tendo-nos sido especificamente confirmado o facto por Francisco Pinto Balsemão e Joaquim Magalhães Mota), embora alguns atribuam a ideia do nome do partido a Isabel Sá Carneiro, então casada com o militante nº 1 do PPD; defendendo esta hipótese apresenta-se o testemunho prestado por Jorge Sá Borges, que defende ter-lhe sido tal comunicado pelo próprio Francisco Sá Carneiro.

Quanto à côr do partido - laranja - seria da responsabilidade de Conceição

primeiros conflitos internos.

Vimos já, que o PPD nasceu da conjugação de vários elementos numa constelação de diversas influências, entre os quais sobressairia: por um lado, um sector da "Ala Liberal"(605); por outro, uma linha proveniente da SEDES(606); por outro, ainda, uma série de individualidades pertencentes à oposição tradicional - que concederiam uma certa "respeitabilidade" à iniciativa - vindas da CEUD, da Acção Católica e da própria CDE, para além de diversos independentes, os quais

---

Monteiro, segundo a mesma nos declarou.

O facto de não se ter optado por Partido Social Democrata, como seria a intenção primeira dos seus promotores, ficaria a dever-se a ter entretanto aparecido um Partido Social-Democrático e um Partido Social-Democrata Cristão conotado com a extrema direita, pelo que a adopção daquele epíteto se tornava inadequada. Vejam-se as declarações proferidas aquando da primeira conferência de imprensa dada pelo PPD, no *Jornal de Notícias,* de 9 de Maio de 1974, no *Século* e no *Primeiro de Janeiro,* ambos da mesma data e as primeiras posições políticas do PPD na rúbrica os "Partidos políticos definem-se" do *Expresso,* nº 72, de 18 de Maio de 1974, pp 5 e 6.

(605) Nomeadamente o grupo que se viria a cindir do PPD após a renúncia aos cargos de Deputado por parte de João Pedro Miller Guerra e de Francisco Sá Carneiro. Outra parte ficaria então mais presa ao regime de Marcelo Caetano, como foi o caso de José da Silva e de João Bosco Mota Amaral, (futuro dirigente do PPD e fundador do partido nos Açores), que aceitariam ser candidatos a Deputados em 1973.

(606) Na SEDES confluíam muitos elementos provenientes da referida "Ala Liberal"; no momento da transformação da direcção da SEDES em Comissão Política, processado a 29 de Abril de 1974, Francisco Sá Carneiro seria mesmo designado para fazer dela parte e antes do 25 de Abril já pertencera ao respectivo Conselho Coordenador. No entanto, como atrás foi dito, grande parte da SEDES veria com reticências a formação do PPD, tendo-se muitos elementos declarado, na altura, opostos à sua constituição. Alguns viriam a aderir ao partido recém-formado, e entre eles, Jorge Sá Borges, um dos elementos decisivos no arranque do novo partido.

No entanto, essa não adesão automática inicial de grande parte dos elementos da SEDES à ideia de formar um partido político, teria raízes muito anteriores, fundamentalmente ligadas à realização, em Julho de 1973, de um Encontro de Reflexão Política no seu âmbito, com o objectivo de promover a formação de um ou mais partidos a partir desta associação, da "Ala Liberal" e da CEUD. Conforme já referimos, nas diferentes atitudes aí surgidas perante essa questão, estaria já subjacente o gérmen da futura querela entre o PPD e a SEDES, a qual viria a perdurar durante os primeiros anos de vida do primeiro.

passariam a ser conhecidos pelo "Grupo de Coimbra"(607); assim como de outros diletantes da política, alguns deles até aí não alinhados.

Assentes nestas linhas de força tomavam corpo as futu-

---

(607) Grupo de individualidades da Universidade de Coimbra do qual faziam parte, entre outros, António Barbosa de Melo, Carlos Mota Pinto e Jorge Figueiredo Dias, os quais, de acordo com o testemunho do primeiro, teriam mantido contactos com os promotores do partido logo de início, desempenhando um papel fundamental no seu período de formação, fundamentalmente no que concerne ao respectivo Programa.

As primeiras linhas para as futuras bases programáticas do PPD, da autoria de Francisco Sá Carneiro, teriam sido por si apresentadas a António Barbosa de Melo no dia 2 de Maio de 1974, ao qual terá declarado, de acordo com o testemunho deste último, pretender formar um partido no qual preponderasse o ideário da social-democracia. Apesar disso, essas linhas programáticas entregues a António Barbosa de Melo para que sobre elas preparasse um documento mais completo, revelar-se-iam, de acordo com esta individualidade, bem longe de um ideário social-democrata. Depois de algumas tentativas no sentido de aproveitar as linhas já gizadas, António Barbosa de Melo decidiria que tal iria resultar num texto híbrido, tendo então declarado, numa reunião no *Expresso*, uns dias depois, que se a ideia era a formação de um partido social-democrata, única hipótese à qual aderiria, o Programa deveria ser formulado em concordância, aceitando a incumbência de preparar um ante-projecto nesse sentido.

A redacção do projecto de acordo com o ideário social-democrata acabaria, assim, por ficar, em primeira mão, a cargo de António Barbosa de Melo, depois das discussões havidas naquela reunião no *Expresso* sobre o texto inicial, que parecia bastante mais próximo do ideário liberal embora a intenção do seu promotor não fosse, eventualmente, essa. As primeiras bases programáticas, em letra de forma, que viriam a ser dactilografadas por Joaquim Magalhães Mota, segundo o próprio nos afirmou, foram apresentadas aos órgãos de comunicação social como "Linhas para um Programa" em 6 de Maio de 1974. Cf. "PPD. Primeiro Comunicado. Linhas para um Programa, resposta a um questionário", Maio 1974, pp. 5-8, publicado em *Partido Popular Democrático. Notas Sobre a Origem e Actividades (até ao 1º Congresso Nacional)*, Comissão Política Distrital de Lisboa, Maio 75, pp. 5-10 e, também, em *Francisco Sá Carneiro Textos*, 3º Volume, 1974-1975, Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1982, pp. 17-20.

O primeiro documento de divulgação do partido consistiria nas linhas sobre reforma agrária (conhecido por "folheto verde"), linhas essas gizadas por Joaquim Lourenço, cujo texto seria revisto por Joaquim Magalhães Mota. Tal ter-se-ia ficado a dever ao facto de se terem iniciado os primeiros confrontos no Alentejo e se ter, de imediato, decidido por uma jogada de antecipação aos comunistas, evitando deixar queimar a expressão "reforma agrária" e prevenindo uma actuação do PCP, que se prefigurava já numa linha decalcada do esquema de acção levado a cabo em França, no pós-guerra, pelos comunistas franceses. Veja-se o texto final do projecto acima reportado, apresentado posteriormente por António Barbosa de Melo para discussão e aprovação na reunião da Curia realizada a 12 de Junho de 1974, em "Programa Básico do Partido Popular Democrático - Projecto", s.l., s.d., Serviços de Documentação do PSD. Este, com o capítulo referente à reforma agrária e com outras alterações de forma de pequena monta vigoraria até ao I Congresso.

ras orientações de base, nem sempre convergentes, do partido em formação. Na génese do PPD é desde logo clara, por exemplo, a influência exercida pelo liberalismo a par da social-democracia, conquanto tenho sido este último projecto a vingar, pelo menos no que se refere às bases programáticas do partido(608).

Se, em termos ideológicos, o predomínio da raiz social-democrata é uma evidência, a matriz liberal do PSD é também um factor não despiciendo(609) e o reconhecer da existência destas duas componentes ajuda, sem dúvida, a clarificar muitos

---

(608) Veja-se a nota anterior e, para além do primeiro folheto distribuído pelo PPD, *PPD Primeiro Comunicado, Linhas para um Programa, Resposta a um Questionário,* Maio 1974, (que contém a divulgação da constituição do partido, as primeiras declarações dos fundadores, as linhas fundamentais para o Programa respectivo e as respostas a quatro questões postas pelo semanário *Expresso* respectivamente sobre o Ultramar, as liberdades públicas, a política externa e, fundamentalmente, a política económica), o "Preâmbulo" do "Programa Básico do Partido Popular Democrático - Projecto", s.l., s.d., (apresentado para discussão e votação na reunião da Curia realizada a 12 de Junho de 1974), em cujo *item* 1 se sublinha: "na edificação da nova sociedade portuguesa desempenhará papel fundamental, no enquadramento europeu, a participação da social-democracia, isto é, a acção do PPD". A identificação com o ideário social-democrata e com o socialismo humanista é igualmente observável no *item* 2 do mesmo "Preâmbulo", para além de constituir o pano de fundo de todas as páginas que o seguem. Se compararmos este texto com o das bases programáticas finalmente aprovadas na referida reunião da Curia, assim como com o *Programa do Partido Popular Democrático* aprovado posteriormente no I Congresso Nacional, reunido em Lisboa nos dias 23 e 24 de Novembro de 1974, veremos que o discurso fundamental se mantém inalterável com leves modificações de forma, apresentando o indiscutível predomínio dos valores sociais-democratas.

Veja-se, igualmente, o *Caderno Sobre Aspectos da Social Democracia,* divulgado após a sua discussão e aprovação na reunião da Comissão Política de 24 de Julho de 1974 e o trabalho de fundo sobre Social-Democracia encomendado nessa reunião a Carlos Mota Pinto. Cf. "Acta da Reunião da Comissão Política (24/07/74)" existente no arquivo de Alexandre Bettencourt, bem como o documento divulgado sobre o significado do símbolo escolhido para o PPD: "II D - As Três Setas - Símbolo do PPD", Serviços de Documentação do PSD, símbolo esse atribuído a Augusto Cid.

(609) A fazer fé no testemunho de António Barbosa de Melo, a matriz inicial das bases programáticas para o partido a formar, da autoria de Francisco Sá Carneiro, seria mais conotada com a de um partido liberal do que com a social-democracia (veja-se, aqui, a nota 607), embora este último pretendesse, tal como terá manifestado, formar um partido "norteado pelo pensamento social-democrata" e declarado, pouco de-

dos diferendos internos que o partido viria posteriormente a sofrer. Enquanto a componente populista de direita que, posteriormente, assumiria alto significado na vida do partido era de início inexistente, a raiz liberal, desde logo incontestável, viria mais tarde a ser reforçada, especialmente quando Manuel Alegria assumiria importantes funções administrativas no partido, estabelecendo-se por seu intermédio a ponte com os grupos liberais europeus e com a ala esquerda da

---

pois, a Mário Soares "(...) quem defende em Portugal a social-democracia sou eu". Cf. MARIA JOÃO AVILLEZ, *Francisco Sá Carneiro Solidão e Poder*, Lisboa, Cognitio, 1981, respectivamente pp. 83 e 88.

É importante referir, sobre este tema, o facto de já antes do 25 de Abril (numa entrevista realizada em 1971) Francisco Sá Carneiro ter defendido publicamente ser adepto da social-democracia. Sobre a opção pela social-democracia e pelos valores a ela inerentes, são especialmente de sublinhar as respostas do entrevistado às questões "é um liberal?" e "é um intervencionista? de que tipo?" e "qual a sua opção em regime de democracia?". Cf. entrevista conduzida por Jaime Gama em *República*, de 15 de Dezembro de 1971, igualmente reportada em *Francisco Sá Carneiro Textos*, 1º Volume, 1969-1973, Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1981, pp. 393-405.

Sobre as origens da ideologia e da prática social-democrata europeia, que inspirariam o Programa do PPD, veja-se EDOUARD BERNSTEIN, *Les Présupposés du Socialisme*, Paris, Du Seuil, 1974 e EMMANUEL MOUNIER, *Le Personalisme*, Paris, Presses Universitaires de France,, 1950. Se estas duas obras inspirariam a matriz filosófica subjacente à ideologia professada pelo PPD/PSD, social democrata e personalista, na mesma produziria um efeito decisivo a prática do SPD alemão (Sozial-democratische Partei Deutschland) principalmente a partir de finais dos anos 50.

Ainda sob o mesmo assunto, veja-se A. REBELO DE SOUSA e G. OLIVEIRA MARTINS, *Democracia Incompleta*, s.l., Fundação Social-Democrata Oliveira Martins, 1978, onde se reclama ser o PPD igualmente herdeiro do pensamento socialista-humanista de Antero de Quental, José Fontana, Azedo Gneco, Jaime Cortesão, Oliveira Martins e António Sérgio. De notar, que a obra em causa é forjada em finais de 1977, quando se começaria a pôr em alternativa a opção pela bipolarização ou pela colaboração do PSD com o PS, defendendo-se, aí, "uma plataforma socialista democrática", tentando-se encontrar uma raiz comum entre os dois partidos e estabelecendo-se por essa via a ponte entre ambos no plano ideológico e no espaço de manobra. Parece-nos, de acordo com as análises que temos vindo a realizar sobre o PS (sobretudo aquando de um trabalho, não publicado, que efectuámos sobre as origens deste partido no âmbito dos nossos estudos de pós-graduação), que é este o principal herdeiro do pensamento político daquelas individualidades, embora não neguemos ao PPD/PSD aqueles antecedentes, sobretudo à sua componente defensora de uma leitura "mais" social-democrata, bem como à respectiva orientação sindical, expressa sobretudo na TESIRESD (Tendência Sindical Reformista Social-Democrata).

Democracia Cristã. A outra vertente defenderia, desde o início da constituição do partido, a sua adesão à Internacional Socialista.

A preocupação em centrar o partido na "Ala Liberal", embora com alguma selectividade e a influência desde logo exercida pelos grupos que provinham das fileiras da SEDES, dos movimentos católicos, do MDP/CDE e da CEUD(610) são também factores a considerar, tanto na estruturação das bases programáticas do partido, como na escolha dos seus primeiros dirigentes, no delinear das estratégicas inicialmente prosseguidas e no esboçar dos primeiros conflitos internos(611).

---

(610) De notar, que a "Ala Liberal" nunca foi um grupo organizado e internamente coeso; atingindo no seu auge cerca de 20 Deputados, só um grupo constituído por metade (onde se incluiriam os três fundadores do PPD) manteria entre si uma certa coesão. Sublinhe-se que, com a insistência de Francisco Pinto Balsemão, conforme nos seria reportado pelo próprio, seria realizada uma reunião apenas com elementos da "Ala Liberal", da qual resultariam algumas fugas de informação, de tal forma que nunca mais seria levada a efeito qualquer iniciativa semelhante.

(611) Um aspecto interessante da influência dos elementos vindos da CDE seria, por exemplo, evidente, tanto quando do "Comunicado" sobre a formação do partido feito na RTP do dia 6 de Maio, como por ocasião da primeira conferência de imprensa realizada dois dias depois, com o fim de dar a conhecer os princípios programáticos do partido. Em ambos os casos, para além de ter ficado expresso o cariz social-democrata do mesmo, ficaria a ideia de adesão ao MDP e, portanto, às tarefas unitárias propostas pelo MFA, conquanto o próprio arranque do partido significasse, essencialmente, o contrariar da corrente anti-formação de partidos que aquele movimento de carácter unitário representava. No entanto, com aquela adesão, o novo partido adquiria uma maior legitimidade democrática, então imprescindível à sua sobrevivência. Vejam-se, na imprensa da época, as principais declarações feitas, na altura, pelos três fundadores do partido, especialmente em *A República*, de 9 de Maio de 1974 e no *Jornal de Notícias*, *O Primeiro de Janeiro* e *O Século*, da mesma data; apenas estes três últimos diários referem as declarações prestadas no que se refere à adesão ao MDP.

Alguns meses depois e como consequência da pretensão do MDP em fazer parte do II Governo Provisório, o PPD iniciaria uma estratégia de retracção do seu apoio àquele movimento, decidindo-se a definir uma atitude clara em relação ao mesmo. Por-se-ia, então, a hipótese de divulgação de um texto, da autoria de António Carlos Lima, cujo original, cedido pelo autor, consultámos, com instruções aos militantes do partido, tendo por base duas propostas, respectivamente de António Barbosa de Melo e de Jorge Sá Borges, procurando-se denunciar o carácter pretensa-

A identidade própria do PPD, o espaço específico que se propunha vir a ocupar no sistema partidário português em plena estruturação e as peculiaridades do projecto que pretendia defender e prosseguir ficariam, contudo, suficientemente claros antes da respectiva constituição(612) apesar de, pouco depois, de se ter iniciado a primeira querela intra-partidária, começando-se a manifestar alguma hostilidade entre os principais dirigentes e a surgirem posicionamentos estratégicos divergentes no centro das tomadas de decisão internas.

---

mente unitário daquela organização. Cf. "Acta da Reunião da Comissão Política (24/07/74) e documentos anexos à mesma acima referidos, existentes no arquivo de Alexandre Bettencourt.

Decidir-se-ia depois, por 8 votos contra 4, não romper de imediato as relações entre ambos (Cf. "Acta da Reunião da Comissão Política (21/08/74)") e, mais tarde, pela total ruptura (Cf. "Acta da Reunião da Comissão Política (11/09/74)") e o "Comunicado nº 12", de 17 de Setembro de 1974 *in Partido Popular Democrático - Comunicados I (3/07/74 a 21/10/74)*, Lisboa, Gabinete de Estudos, s.d.. As duas actas referidas encontram-se no arquivo supra reportado.

(612) Veja-se, por exemplo, o posicionamento assumido pelos futuros fundadores do PPD, quando, escassos dias antes da formação do partido, fora promovida uma reunião com o objectivo de tentar proceder à fusão do CDS e do PPD (veja-se, aqui, a nota 602); o principal promotor dessa reunião teria sido Adelino Amaro da Costa (curiosamente aquele que viria a ser, posteriormente, um dos principais estrategas da Aliança Democrática), sob o patrocínio de António de Spínola, João Pedro Miller Guerra, que fazia ainda parte do grupo constitutivo do futuro PPD e Marcelo Rebelo de Sousa seriam então enviados, segundo o testemunho deste último, para recusar a aproximação pretendida, dado o facto de os dois partidos, ambos em embrião, representarem duas correntes distintas e sistematicamente divergentes; tal fora o caso quando do Encontro dos Liberais, ao qual, apesar de convidado, Diogo Freitas do Amaral não comparecera; idêntica fora a atitude dos futuros centristas, quando tinham sido convidados para aderir à SEDES, também antes do 25 de Abril, visto se terem recusado, vindo a criar uma associação cívica autónoma chamada Programa; por fim, o conflito entre o que viria a ser o futuro Presidente do CDS e um dos líderes da SEDES, João Salgueiro, quando este último ocupara o cargo de Subsecretário de Estado do Planeamento Económico de Marcelo Caetano, através das críticas que aquele lhe tecera nalguns artigos publicados no suplemento sobre "Economia e Finanças" do *Diário de Notícias*, facto que também acentuara a clivagem já existente.

A ruptura do grupo "Ala Liberal"/SEDES com os futuros promotores do CDS, acabaria por ter lugar aquando do posicionamento frontal assumido pelos primeiros

Assim, a existência de um denominador comum entre as diferentes componentes intra-partidárias revelar-se-ia, por vezes, equívoca, situação à qual não seriam alheias as diferentes matrizes genéticas do partido, aflorando progressivamente à sua superfície múltiplas incompatibilidades, as quais, acrescidas de outras de diferente natureza, levariam a situações de conflito.

2. Na altura da sua constituição como partido autónomo partilhando um projecto próprio(613) o da social-democracia para Portugal e apresentando à cabeça um elenco de individualidades, senão portadores de uma "carta de nobreza anti-fascista", pelos menos aos quais era imputável um passado de efectiva intenção em pugnar pela democratização do país, o PPD empenhar-se-ia, de imediato, na participação respectiva na esfera do poder. Nesse propósito, para além de Francisco Sá Carneiro ter aceite o convite de Adelino da Palma Carlos no sentido de ocupar o cargo do Ministro Adjunto, embora este último não tenha aceite o convite do primeiro para ingressar nas fileiras do PPD, mais um elemento deste partido obteria, igual-

---

antes da última remodelação governativa a que Marcelo Caetano procedera, em face da participação activa na mesma por parte dos segundos, Salvo Diogo Freitas do Amaral, o resto do grupo entrara aí em peso ou reforçara as suas posições; tal seria o caso de Alberto Xavier, Duarte Ivo Cruz, Augusto Ataíde e Miguel Pupo Correia, no Executivo, e de Adelino Amaro da Costa, como alto funcionário no Ministério da Educação.

(613) Falhada a tentativa de ponte, já reportada, entre o PPD e o CDS, ambos em embrião, o primeiro procuraria demarcar-se do último com alguma intensidade nas fórmulas para tal ensaiadas. Nessa linha viria a inserir-se um artigo, atribuído a Marcelo Rebelo de Sousa, sob o pseudónimo de Orlando Furioso, acerca do advento da nova direita, a propósito da formação do CDS algum tempo depois. Veja-se o artigo em causa no *Expresso*, nº 74, de 1 de Junho de 1974, p. 3.

mente, um cargo governamental no I Governo Provisório(614).

No atinente à esfera interna do PPD produzir-se-iam simultaneamente acontecimentos de grande importância: realizavam-se as primeiras sessões de esclarecimento, abriam-se sedes em diferentes pontos do país(615) e reunia a Comissão organizadora. Finalmente, num encontro que acabaria por ter lugar na Curia, viriam a constituir-se os órgãos nacionais provisórios(616) que deveriam vigorar até à realização do I Congresso, enquanto se discutiam e aprovavam, com algumas emendas, as bases programáticas(617) e, simultaneamente, se resolvia a

---

(614) O I Governo Provisório, liderado por Adelino da Palma Carlos, tomaria posse no dia 15 de Maio de 1974, tendo o PPD nele participado com dois elementos: Francisco Sá Carneiro como Ministro Sem Pasta e Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro e Joaquim Magalhães Mota como Ministro da Administração Interna; Nelson Melo da Rocha Trigo seria indicado pelo PPD para Secretário de Estado do Abastecimento e Preços. Cf. Lista 19 do Anexo IV deste trabalho. Além disso, António Barbosa de Melo e Jorge Miranda, ambos membros do PPD, representariam o partido na Comissão para a elaboração da lei eleitoral, enquanto Júlio Castro Caldas era nomeado para a Administração da RTP. Cf. *Expresso,* nº 73, de 25 de Maio de 1974, p. 1.

(615) A primeira sessão de esclarecimento só teria lugar na sede do partido, em Lisboa, a 22 de Maio de 1974. Perante cerca de 200 pessoas presentes e sob a orientação de Jorge Sá Borges, interviriam Joaquim Magalhães Mota, Marcelo Rebelo de Sousa e Jorge Correia da Cunha. O primeiro comício efectuado realizar-se-ia dois dias depois, em Leiria, com cerca de 800 assistentes, tendo tomado a palavra Francisco Sá Carneiro, Tomás Oliveira Dias e José Ferreira Júnior.

Sucessivamente, o partido ia promovendo sessões de esclarecimento por todo o país. Veja-se, a esse respeito, a imprensa da época e as diversas actividades, igualmente reportadas em *Partido Popular Democrático, Notas sobre a Origem e Actividades (até ao 1º Congresso Nacional),* Comissão Política Distrital de Lisboa, Maio 75, p. 15.

(616) Da Comissão Política Provisória fariam parte Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão, Joaquim Magalhães Mota, António Barbosa de Melo, Carlos Alberto da Mota Pinto, Mário Montalvão Machado, Miguel Kolback da Veiga, José Ferreira Júnior, António Carlos Lima, António Salazar Oliveira, Jorge Correia da Cunha, Jorge Figueiredo Dias e Jorge Sá Borges, secretariando as reuniões do orgão em causa José Manuel Simões de Almeida. Cf. Lista 1 do Anexo IV desta dissertação.

(617) Cujo ante-projecto fora essencialmente, como já vimos, da responsabilidade de António Barbosa de Melo, depois de abandonada a matriz inicial da autoria de Francisco Sá Carneiro. Vejam-se, as notas 607 e 609 desta dissertação.

resolvia a questão da liderança provisória(618).

Esta última temática assume particular relevo se considerarmos que nela radica, indubitavelmente, a questão das tensões e das cisões que se viriam a verificar mais tarde. Ou seja, é em parte na querela suscitada em torno da liderança, apenas esboçada nos primórdios da vida do PPD, que iriam entroncar alguns dos futuros conflitos intra-partidários.

A problemática da liderança viria a revelar-se, no decorrer do tempo, como um dos grandes temas à volta do qual gravitaria a conflitualidade interna. Nessa questão podem-se delinear dois vectores distintos: um, que se prende com a pessoa do líder escolhido (ou a escolher, já que na fase inicial do partido, não era totalmente líquido que Francisco Sá Carneiro viesse, necessariamente, a desempenhar esse papel),

---

(618) Todas estas questões seriam abordadas na referida reunião, realizada a 12 de Junho de 1974, primeiramente programada para Coimbra e que acabaria por se realizar na Curia; tal, segundo o testemunho de António Barbosa de Melo, dever-se-ia ao facto de, depois de esta individualidade ter conseguido que a referida reunião se viesse a realizar no Instituto Justiça e Paz de Coimbra, o local em causa ter sido publicamente divulgado no *Expresso*, o que impedia que a reunião se efectivasse com a discrição pretendida. Francisco Sá Carneiro, depois de telefonicamente avisado por aquele elemento, conseguiria que a reunião se viesse a efectuar na Curia. Aí, além do debate sobre as linhas programáticas, discutir-se-iam os critérios de admissão dos membros do partido.

Note-se que na reunião da Curia não estaria presente Francisco Sá Carneiro, tendo nela participado Tomás Oliveira Dias, Joaquim Magalhães Mota, António Barbosa de Melo, Francisco Pinto Balsemão, Artur Santos Silva, Miguel Veiga, Carlos Mota Pinto, Jorge Figueiredo Dias, António Carlos Lima, José Ferreira Júnior, Vieira de Castro, Jorge Sá Borges, Floriano Cortes, Mário Trindade, A. Cortes e Joaquim Ventura Trindade, Carlos Cruz e António Ramos (dos seis últimos, os primeiros quatro de Elvas e os outros dois de Évora), segundo conseguimos apurar através de um documento manuscrito do arquivo de António Carlos Lima, no qual José Manuel Simões de Almeida assinalaria as diversas presenças.

Vemos, assim, que no núcleo inicial do partido confluiriam quatro grupos de distintas proveniências geográficas: Porto, Lisboa, Coimbra, Évora e Elvas, embora na Comissão Política Provisória não estivesse presente qualquer elemento do Alentejo.

outro, com o tipo de liderança desempenhada (ou a desempenhar), embora, de início, se pusesse esse assunto ainda com pouca acuidade, já que o importante era, na altura, a escolha da individualidade "certa", pressupondo-se que, para tal, se tornava necessário um certo perfil de democraticidade já adquirido(619).

Tendo-se, nesta perspectiva, optado por Francisco Sá Carneiro para líder, exercendo as funções de Secretário-Geral Provisório do partido, acabaria por sobressair o segundo vector apontado, ou seja, o tipo de liderança desempenhada, com base no qual também viria a assentar o primeiro grande conflito intra-partidário. Contudo, esta questão prender-se-ia com a forma específica de implantação do partido e, daí, que para o entendimento da génese da primeira querela interna no PPD, se torne necessário recuar um pouco e analisar as suas grandes linhas de implantação.

3. A forma de implantação inicial do partido determinaria um tipo específico de estrutura do poder interno marcado pela dualidade surgida no centro das tomadas de decisão. Este dualismo, a par de um certo estilo de liderança que Francisco Sá Carneiro viria a pretender desenvolver, principalmente após a sua demissão do I Governo Provisório, assim como a coexistência de estratégias divergentes no seio do partido estariam na génese das primeiras tensões sentidas ao

---

(619) Por tal motivo se explica a opção pela pessoa de Francisco Sá Carneiro, confirmando-se, assim, o propósito inicial do núcleo de fundadores, reunidos dois dias antes no *Expresso*, escolha essa definitivamente assumida na reunião da Curia,

nível da vida intra-partidária.

A existência daqueles dois pólos de poder estaria inteiramente dependente do quadro das oportunidades políticas com que o PPD então se defrontava e das consequências que daí adviriam na redução do seu espaço de manobra desencadeada a partir da "crise Palma Carlos", complicada com o 28 de Setembro de 1974 e consideravelmente agravada após o 11 de Março de 1975.

Em face do quadro das oportunidades que se oferecia no sistema político, a estratégia inicial do PPD visaria fundamentalmente o potenciar-se através de três vias possíveis de acção: uma, a esfera governativa, na qual Francisco Sá Carneiro logo se empenhara, secundado por Joaquim Magalhães Mota; outra, a da comunicação social, na qual manobravam Francisco Pinto Balsemão e Marcelo Rebelo de Sousa; uma outra, a da implantação de base, levada a cabo a diversos níveis, tarefa sobretudo liderada pelo grupo de Jorge Sá Borges. Este grupo iria, dessa forma, sedimentando o seu poder dentro da esfera interna do partido, enquanto o empenhamento de Francisco Sá Carneiro e de Joaquim Magalhães Mota na acção governativa os ia afastando dos centros de decisão intra-partidária.

Logo após a formação do partido tinha-se procurado am-

---

já reportada, por se considerar que o mérito do combate político pertencia indubitavelmente àquela individualidade, dada a sua vivência ético-política, a sua acção fundamental na "Ala Liberal" e a sua intervenção no *Expresso* antes do 25 de Abril, de acordo com o testemunho prestado pelas individualidades presentes nessa reunião que entrevistamos (veja-se o Anexo II da presente dissertação). Foi assim que Francisco Sá Carneiro viria, na qualidade de Secretário-Geral, a assumir o papel de líder provisório do então PPD.

pliar o número de adesões(620) e alargar as bases respectivas, pelo que se tornava imprescindível encontrar uma estrutura capaz de dar resposta a essas pretensões. Para tal, fora

---

(620) A Comissão Central de Admissão seria constituída por Alexandre Bettencourt, Álvaro Ramos Braz, António Andrade, António Leite de Castro, Artur Santos Silva, Floriano Cortes, João Silva Carvalho, Joaquim Ventura Trindade, José Teodoro da Silva, Júlio Castro Caldas e Olívio França; 3 advogados, 1 engenheiro, 1 arquitecto, 1 industrial, 1 agricultor, 1 estudante, 1 delegado de propaganda médica, 1 gerente comercial e 1 operário da construção civil, tendo assim uma composição muito mais diversificada do que a Comissão Política Provisória, da qual fariam parte; 8 advogados, 2 professores universitários, 1 médico, 1 estudante e 1 profissional de seguros.

Procurar-se-ia, por exemplo, a adesão de diversos oposicionistas tradicionais; no Porto, o grupo da "Ala Liberal", liderado por Francisco Sá Carneiro, era uma família muito diferente das lojas republicanas do Norte, representadas, fundamentalmente, pela Acção Democrata-Social, existindo entre ambas as linhas uma considerável competição, aliás já atrás referida; esta última representava um movimento aglutinador de diversas forças democráticas de oposição ao regime ditatorial, exceptuando o PCP. Alguns dos seus membros aderiram logo no princípio ao PPD, mas a adesão em bloco do Directório da Acção Democrata-Social ao novo partido só se daria imediatamente antes da realização do seu I Congresso Nacional. Por outro lado, a maioria das individualidades do Porto que tinham estado na "Ala Liberal" nunca viriam a inscrever-se no PPD, o que facilmente se compreende se atentarmos no facto de a "Ala Liberal" nunca ter sido um grupo organizado e internamente coeso, como já anteriormente defendemos.

Contam-se alguns episódios curiosos sobre as primeiras adesões, que nos seriam relatados por Alexandre Bettencourt, tais como o facto de alguns fundadores se terem deslocado por várias vezes a Lamego, no sentido de convencer Fernando Monteiro do Amaral, o qual só se decidiria a aderir à terceira vez e o da autêntica "caça" levada a efeito pelo PPD e pelo PS a Mário Montalvão Machado, o qual, dados os laços de amizade e camaradagem profissional que o uniam a Francisco Sá Carneiro, após ser contactado por Alexandre Bettencourt decidiria entrar para o PPD, escassos minutos antes de chegar Francisco Salgado Zenha com um convite do PS no mesmo sentido. Simultaneamente, diversas tentativas de "infiltração" seriam feitas, tanto por parte do PCP, como de correntes de direita para a adesão de antigos membros da União Nacional, tendo-se mesmo gerado algumas tensões, segundo o testemunho que recolhemos de Fernando Mangualde e de Júlio Castro Caldas, como seria o caso da hipotética filiação de Figueiredo Torres, Presidente da Câmara de Murça, que acabaria por se ligar ao MDLP.

Sobre a disposição do PPD de não admitir pessoas afectas ao regime anterior, vejam-se as declarações proferidas na primeira conferência de imprensa do partido, já aqui reportada, declarações essas cuja origem residiria nos critérios de admissão definidos na reunião da Curia, bem como as decisões tomadas no mesmo sentido nas diversas reuniões da Comissão Política Provisória. No entanto, surgiriam alguns percalços quanto ao ingresso no partido de individualidades de reconhecido mérito, mas, face às quais, os reportados critérios se mostravam de certa forma impeditivos. Veja-se igualmente sobre o assunto, uma "Nota", da autoria de António Carlos Lima e existente no seu arquivo pessoal, sem data, apensa à "Acta da Comissão Política (24/07/84)", na qual o seu autor propõe uma solução

criado o Secretariado para a Regionalização(621), que tinha a seu cargo a tarefa de implantar o partido nas diversas zonas do país, tendo os elementos que pertenciam a esta estrutura desenvolvido uma acção fundamental nesse sentido.

A implantação regional do PPD deu-se de uma forma não homogénea sendo, em parte, resultado dos condicionalismos próprios da conjuntura política envolvente e, em parte, do núcleo específico de personalidades que em cada local a levariam a efeito. As oscilações a que a implantação e o crescimento do partido seriam sujeitos prenderam-se, também, com as dissenções surgidas entre o Secretariado para a Regionali-

---

que conciliasse a necessidade de o PPD ser posto a funcionar em diversos locais, sem, contudo, a aceitação de certas pessoas passar a ser um compromisso para o partido, podendo, subsequentemente, proceder-se aos necessários ajustamentos.

Tal seria, por exemplo, o caso da adesão de João Salgueiro, a qual, posta à votação, seria considerada nessa altura pouco oportuna. (Cf. "Acta da Reunião da Comissão Política (24/07/74)" e "Nota confidencial" de Joaquim Magalhães Mota apensa à "Acta da Reunião da Comissão Política (1/08/74)", ambas consultadas no arquivo de Alexandre Bettencourt, na qual o autor da nota em causa se mostraria discordante da resolução tomada na reunião anterior daquele órgão, a qual reputaria mesmo de "grave erro político" - Joaquim Magalhães Mota não estivera presente até ao fim dos trabalhos dessa reunião - tendo-se acabado por decidir em posterior reunião da Comissão Política, convidar João Salgueiro para o partido. Cf. "Acta da Reunião da Comissão Política (11/9/74)", existente no arquivo supra citado. Passar-se-ia uma situação semelhante no que se refere à entrada para o partido de João Bosco Mota Amaral, bem como de Jacinto Nunes (veja-se, a este respeito a nota 622 desta dissertação).

(621) Jorge Sá Borges assumiria este pelouro da implantação regional do PPD, assessorado, fundamentalmente, por Alexandre Bettencourt, Carlos Macedo, Júlio Castro Caldas e Fernando Albuquerque. O Secretariado para a Regionalização não consistia num órgão propriamente dito, mas numa organização de serviços, que funcionaria durante os anos de 1974 e 1975. Seria uma espécie de "estrutura feudal", que dividia o país em várias zonas: o Norte ficaria a cargo de Carlos Macedo, Alexandre Bettencourt e Fernando Albuquerque (que também ficou com a Madeira), o Algarve a cargo de Júlio Castro Caldas; a zona de Lisboa, Ribatejo e Alentejo inicialmente a cargo de Marcelo Rebelo de Sousa. O grupo liderado por Jorge Sá Borges, na prática, dominava esta estrutura de implantação do partido. Simultaneamente, seria constituída uma Comissão de Admissões que procederia à selecção cuidadosa dos aderentes.

zação e as restantes estruturas de liderança, tendo-se mesmo, nalguns locais, procedido à implantação à revelia daquela estrutura(622).

---

(622) O PPD cresceria de imediato a um ritmo muito desigual, chegando a realizar-se por dia, em certas zonas do país, diversas reuniões e sessões de esclarecimento, enquanto noutras tal se mostraria impossível. O que interessa reter nesta matéria, é o facto de a dinâmica da implantação do PPD ter sido fundamentalmente uma dinâmica projectada da província para a capital. Tal dever-se-ia a que os membros do Secretariado para a Regionalização conheciam bastante bem o interior (principalmente o Norte do país) desde a altura da campanha eleitoral de 1965 e daí, também, a solidariedade que os unia. No Norte moviam-se sobretudo Alexandre Bettencourt, Carlos Macedo e Fernando Albuquerque; a Júlio Castro Caldas caberia depois Viana do Castelo, a Madeira e o Algarve; a Alexandre Bettencourt viria a ser atribuído o Ribatejo e a Carlos Macedo o Alentejo; a Beira ficaria a cargo do núcleo de Coimbra; Lisboa e Cascais na mão de José Manuel Ramos e de Marcelo Rebelo de Sousa, sendo também o primeiro o representante da Comissão Regional de Lisboa na Comissão Política, desde a reunião deste órgão realizada a 1 de Agosto de 1974. Cf. "Acta da Reunião da Comissão Política (1/08/74)", existente no arquivo de Alexandre Bettencourt.

O sistema de implantação inicial, segundo os testemunhos de todas as individualidades citadas assentaria, fundamentalmente, em contactos pessoais e na captação de personalidades politicamente importantes, sendo a partir das individualidades com peso nas diversas zonas do país que se foi implantando o partido; tais como Tomás Oliveira Dias e José Ferreira Júnior em Leiria, António Barbosa de Melo em Coimbra, o grupo de Jorge Sá Borges em todo o Norte, Amândio de Azevedo no Porto, António Ramos em Évora e Joaquim Trindade em Elvas. Veja-se o esquema de trabalho de expansão regional do PPD, aprovado por unanimidade pela Comissão Política Provisória na "Acta da Reunião da Comissão Política (14/08/74)", existente no arquivo supra reportado.

O Norte foi desde logo de penetração mais fácil (de tal forma que Vila Real seria a 2ª Sede Nacional do PPD); Faro, Évora e Aveiro considerados "zona de desastre", Lisboa de difícil acesso. (Cf. "Acta da Reunião da Comissão Política (14/08/74)" e "Acta da Reunião da Comissão Política (21/08/74)", ambas existentes no arquivo de Alexandre Bettencourt. No Alentejo, por exemplo, o primeiro comício realizado, segundo seria relatado por diversos intervenientes, entre os quais os elementos acima referidos, correria excepcionalmente bem (como o comício em Pias, com Francisco Sá Carneiro, organizado por Adolfo Palma Santos), mas esse trabalho acabaria por se perder, tornando-se a recuperação nessa região muito difícil; no Ribatejo a implantação seria mais complicada, já porque consistia em si mesma numa zona muito heterogénea, já porque existiam muitos pólos de decisão dificultando uma acção coerente naquele sentido.

Simultaneamente, lançava-se o PPD na Madeira, tendo-se deslocado aí Jorge Sá Borges e Fernando Albuquerque (depois de um primeiro contacto entre Francisco Balsemão e Alberto João Jardim), que convidariam esta individualidade a aderir ao PPD. Alberto João Jardim, juntamente com outros elementos, tinha fundado a Frente Centrista da Madeira (que seria dissolvida em Agosto de 1974, dando-se então a adesão ao PPD); de referir a iniciativa do depois Presidente do Governo Regional da Madeira, que seria reportada pelo próprio, no sentido de ficar desde logo assente a autonomia estatutária da Madeira, aproveitando a fórmula autonómica, de

O peso do Secretariado para a Regionalização tornar-se-ia substancial com o decorrer do tempo e da acção do seu principal expoente, Jorge Sá Borges, daí fluindo um acréscimo de poder para os detentores dessa esfera de intervenção do partido(623), enquanto outros dirigentes decisivos, como Francisco Sá Carneiro e Joaquim Magalhães Mota, envolvidos na acção governamental, se viam progressivamente afastados dos níveis de decisão intra-partidária.

---

molde à mesma ter configuração nos Estatutos do partido.

A constituição do partido nos Açores, realizada dias depois, embora de início o PPDA não tivesse tido uma inserção clara nas estruturas já existentes no Continente, bem como o caso do ingresso de João Bosco Amaral no partido, não seriam assuntos pacíficos, conforme se pode observar pelo conteúdo das "Acta da Reunião da Comissão Política (14/08/74)", "Acta da Reunião da Comissão Política (28/08/74)" e "Acta da Reunião da Comissão Política (4/9/74)" (a primeira e a última das actas em causa pertencem ao arquivo de Alexandre Bettencourt; a segunda ao de António Carlos Lima).

Veja-se, sobre o último facto reportado, a exposição sobre o assunto, datada de 2 de Setembro de 1974, anexa a esta última acta e da autoria de António Carlos Lima, na qual seria levantada a questão de se ter que avaliar a repercussão, no contexto político então vivido, de tal adesão, temendo-se que a mesma pudesse vir a desfigurar a imagem do partido, dada a circunstância de João Bosco Mota Amaral, já depois da ruptura da "Ala Liberal" com o regime, ter de novo aceite integrar uma lista da ANP, como já reportamos atrás; em reunião posterior daquele órgão, Francisco Sá Carneiro e Jorge Sá Borges informariam àcerca do resultado das conversações tidas com João Bosco Mota Amaral, o qual teria acatado as resoluções da Comissão Política no sentido de o PPDA se integrar nas estruturas e na estratégia do PPD. Cf. "Acta da Reunião Política (11/09/74)", existente no arquivo de Alexandre Bettencourt.

Em Junho formar-se-ia a JSD (Juventude Social Democrata), a partir de um núcleo de jovens aderentes liderado por António Rebelo de Sousa; criar-se-iam, igualmente, diversos Grupos de Estudos sectoriais, coordenados por Alfredo de Sousa e constituir-se-ia o sector dos Sócio-profissionais, liderado por Alfredo Morgado, membro da Comissão Política Provisória, sendo a fundamentação teórica respectiva da responsabilidade de Mário Pinto,conforme comprovámos através de alguns documentos manuscritos existentes nos Serviços de Documentação do PSD, levando-se depois a cabo os primeiros cursos de formação de militantes (iniciados a 20 de Julho de 1974). Mais tarde, este sector do partido viria a constituir um importante *lobby* intra-partidário, dotado de um poder considerável.

(623) Caber-lhe-ia, igualmente, a distribuição de outros pelouros e, nessa medida, Júlio Castro Caldas ficou com a RTP e a comunicação social, tendo por adjunto Alexandre Bettencourt. Esta intervenção tornar-se-ia muito importante, visto permitir o estabelecimento de relações entre os elementos do grupo que rodeava Jorge Sá Bor-

Apesar do indiscutível papel desempenhado pelo grupo em questão no arranque da implantação do partido, a sua influência seria sobretudo exercida no âmbito do seu círculo dirigente. Mais do que uma força real a nível local, o Secretariado para a Regionalização detinha uma considerável força negocial interna, num jogo de poder levado a cabo fundamentalmente na esfera central do partido. A comprová-lo, a total inexistência de repercussões nas bases aquando da posterior cisão de Aveiro, na qual estes elementos viriam a constituir as peças fundamentais de um dos lados do conflito.

A par da implantação regional e da acção governativa havia ainda a parte laboral, a juventude do partido e o papel no âmbito da comunicação social, para além das questões de organização e burocracia dependentes dos serviços centrais. Tanto o pelouro laboral como a Sede Nacional ficariam na mão de Jorge Sá Borges, que assim dominava a estrutura central do partido, sendo no primeiro cargo assessorado por mais alguns jovens, entre os quais José António Furtado Fernandes e Alfredo Morgado. A Juventude Social Democrata (JSD) era liderada por António Rebelo de Sousa, que permaneceria largos anos na presidência da mesma, enquanto no sector da comunicação social e nos contactos exteriores avultava a acção desen-

---

ges e elementos do MFA, que se encontravam também nesses sectores.

Esses contactos relevar-se-iam fundamentais para o conhecimento prévio por parte daqueles elementos do PPD das movimentações internas então existentes na Forças Armadas e, também, para um relacionamento mais fácil com os militares por parte daquele grupo, do que o existente com os restantes dirigentes do PPD, facto que explicaria muitos pormenores da crise que viria posteriormente a estalar, mormente quando da posterior questão do apoio ou retracção aos "Melo Antunistas".

volvida por Francisco Pinto Balsemão, sobretudo através do *Expresso*.

4. O PPD conheceu uma fase de expansão muito desigual desde finais de Maio de 1974 até à queda do I Governo Provisório. Este cairia alguns dias depois de se ter despoletado a primeira grande crise político-institucional desde a instauração da Democracia, que viria a ser conhecida como a "crise Palma Carlos"(624).

A situação seria precipitada pela aprovação da lei da greve, que apenas serviria de pretexto para o seu despoletamento, já que a crise era fruto da acção voluntária do Primeiro-Ministro secundado pelos membros do Governo que lhe estavam mais próximos. Um e outros encabeçavam um certo sector do poder (representado também pelos "Spinolistas"), que pretendia, numa manobra de antecipação, abrandar o curso do PREC, subvertendo o calendário eleitoral e tentando, por essa via, liderar um processo do qual se estava já a sentir marginaliza-

---

(624) A chamada "crise Palma Carlos" foi a primeira crise político-institucional depois do 25 de Abril, despoletada a 6 de Julho de 1974 pela aprovação da Lei da Greve e do *Lock-out*. Veja-se o posterior "Comunicado do PPD" sobre a regulamentação da greve e do *lock-out*, de 28 de Agosto de 1974, no qual se concorda com a legislação promulgada, mas se considera que a mesma só deveria ter saído depois de regulamentada a legislação sindical, que foi considerada pela imprensa como "o começo do fim duma coligação" Cf. *Expresso*, nº 79, de 6 de Julho de 1974, p. 1.

O I Governo Provisório veria o seu fim aquando da demissão do Primeiro-Ministro, Adelino da Palma Carlos, após a recusa do Conselho de Estado em aceitar todas as propostas que lhe tinham sido submetidas pelo mesmo, seguida da demissão dos Ministros Firmino Miguel, Vasco Vieira de Almeida, Francisco Sá Carneiro e Joaquim Magalhães Mota, solidários com o chefe do Governo. Veja-se o "Comunicado de Palma Carlos", com o pedido de demissão respectivo e o quadro das exigências por ele formuladas, as quais não encontrariam resposta por parte do Conselho de Estado, no *Expresso*, nº 80, de 13 de Julho de 1974, p. 4 e na "Revista" do mesmo número, o artigo "O 9 de Julho ou o senão do 26 de Abril", p. 17-R, para além da análise global que afectuamos sobre a crise em causa no sub-capítulo I do Capítulo VII desta dissertação.

do pelos sectores ditos mais progressistas do MFA coadjuvados pelo PCP e pelas forças de extrema-esquerda.

A acção então empreendida e que detonaria a crise governamental decorreria, assim, de uma redução progressiva do quadro das oportunidades que o sistema apresentava às forças moderadas e entre estas ao PPD. Caberá, por isso, analisar não só as razões que estiveram na sua base, como as consequências que daí adviriam para o partido, mormente no que se refere aos reflexos projectados a nível da sua liderança, sendo para tal necessário reportar os passos fundamentais da referida crise.

Conquanto na altura, tanto pela boca de Francisco Sá Carneiro, como através dos comunicados emanados pela Comissão Política Provisória(625) o PPD se mostrasse, por razões tácti-

---

(625) Apesar de se mostrar solidário com a resolução do Primeiro-Ministro, as declarações então prestadas por Francisco Sá Carneiro iam no sentido do não envolvimento do PPD nas raízes da crise, até porque na sua génese, conforme nos seria confirmado, entre outros, por Alexandre Bettencourt, Joaquim Magalhães Mota e Jorge Sá Borges, não houvera qualquer envolvimento da respectiva Comissão Política mas, tão só, uma decisão da exclusiva responsabilidade dos dois representantes do partido no Executivo, decisão essa tomada primeiro fora daquele órgão e depois contra a opinião da maioria dos seus membros. Veja-se, sobre o assunto, o *Expresso*, nº 263, de 12 de Novembro de 1977, p. 3, que dá conta do mal-estar gerado no ambito da Comissão Política Provisória. Vejam-se, também, as declarações e a entrevista de Francisco Sá Carneiro, respectivamente ao *Diário Popular*, de 11 de Julho de 1974 e ao *Expresso*, nº 81, de 20 de Julho de 1974, p. 3, afirmando que "Legislava-se pouco, discutia-se muito" e que o predomínio exagerado do princípio da decisão colegial teria levado à inerente dificuldade de tomar, atempadamente, decisões sectoriais concretas, o que deixa supor a existência de uma sensivel conflitualidade inter-ministerial e de uma acentuada dialéctica interna no seio do Governo. Vejam-se, igualmente, os "Comunicados da Comissão Política do PPD", nº 2, de 3 de Julho de 1974 e o nº 3, de 12 de Julho de 1974, nos quais é analisada a conjuntura política considerada instável e pouco democrática e se toma igual posição relativamente à crise, assim como um "Documento confidencial emanado pelo Comissariado Regional do PPD, com instruções aos Núcleos Regionais", no qual se pretenderia esclarecer os militantes àcerca das circunstâncias em que se dera e resolvera a crise, defendendo-se, aí, o não envolvimento do PPD nos acontecimentos em causa. Os documentos reportados encontram-se no arquivo de Alexandre Bettencourt.

Na realidade, e como já acima defendemos, a maioria dos dirigentes não tinha

cas evidentes, no sentido do distanciamento respectivo relativamente às motivações da crise, é um facto que os membros do partido no Governo não só seriam solidários com a resolução de Adelino da Palma Carlos em abandonar o Executivo, como estariam igualmente envolvidos no seu despoletar, cientes da necessidade de se imporem certas condições para aí permanecer. A lógica subjacente a essa decisão decorreria do facto de se acreditar que os custos de um eventual insucesso do resultado dessas exigências dificilmente seriam maiores do que os que advinham já da situação criada pela crescente radicalização política.

Analisando a génese da crise em questão poder-se-à concluir àcerca do envolvimento efectivo do PPD na mesma. A primeira conversa sobre a situação conjuntural em progressiva degradação fora tida, não com António de Spínola, mas com

---

tido conhecimento da raiz da crise, isto a nível da Comissão Política que estava totalmente fora da jogada, desenvolvida unicamente por intermédio dos seus dirigentes no Governo. No mesmo documento apoiar-se-ia, também, a chamada ao poder por parte do MFA na altura da formação do II Governo (veja-se o documento em questão, distribuído na reunião da Comissão Política de 24 de Julho de 1974, anexo à respectiva acta. Cf. "Acta da Reunião da Comissão Política (24/07/74)", existente no arquivo supra reportado).

Mais clara, para o entendimento do envolvimento do PPD na referida crise, seria a posição posteriormente assumida por Francisco Sá Carneiro, ao declarar, em face da "crise Palma Carlos", que durante o I Governo Provisório a apropriação do poder pelos militares era já óbvia por parte da Comissão Coordenadora do MFA e de alguns dos membros do Conselho de Estado, os quais se intrometeriam constantemente na acção do Governo, acabando mesmo por lhe mover uma Moção de Censura (assinada, em nome da Comissão Coordenadora, por Vasco Gonçalves). Teria sido essa verificação e a tentativa, gorada, de modificar o andamento das coisas que levara o então Primeiro-Ministro, com o seu apoio tácito, a impor certas condições para permanecer no poder. Cf. JOÃO ROSA, *Diálogos com Sá Carneiro*, Lisboa, Edições Alfaómega, 1978, pp. 12-14. Vejam-se, sobretudo, as memórias do Primeiro-Ministro do novo regime em HELENA SANCHES OSÓRIO, *Conversas com Adelino da Palma Carlos*, Lisboa, Edições Referendo, 1988.

Francisco da Costa Gomes(626), que tal como os seus interlocutores, Francisco Sá Carneiro, Joaquim Magalhães Mota e Adelino da Palma Carlos, parecia pretender introduzir no sistema alguns elementos no sentido da sua clarificação.

Permanecia por resolver a questão colonial, aliás problemática, considerando-se irrealista a solução apresentada por António de Spínola e insustentável a proposta pelos sectores mais radicais de esquerda; permanecia o "impasse" constitucional, sem grande saída, apesar da necessidade de elaboração de um texto constitucional, especialmente devido à urgência da lei da imprensa; era incontestável a premência em se pôr cobro à crescente radicalização do processo político, a qual se pensava ser possível concretizar através de uma estratégia de antecipação que levasse à supremacia das forças políticas mais moderadas. Tendo em conta estes parâmetros e depois de posteriores encontros com António de Spínola, Adelino da Palma Carlos decidiria provocar a crise e, com o apoio de Francisco Sá Carneiro, salvo no que respeita à parte sobre o reforço dos poderes do Primeiro-Ministro, acabaria por redigir o texto reivindicativo que a despoletaria.

É um facto que a concepção geral do referido texto, tal como os diversos pontos do mesmo, salvo o acima referido, seriam apenas objecto de discussão entre os dois membros do PPD

---

(626) Tal ser-nos-ia confirmado por Joaquim Magalhães Mota que nos relataria circunstanciadamente os sucessivos passos das trocas de impressões sobre a matéria entre o próprio e Francisco Sá Carneiro e das conversações no mesmo sentido com o Primeiro-Ministro, com Francisco Costa Gomes e com António de Spínola. A análise a que procedemos da "crise Palma Carlos" e do seu reflexo na esfera interna do PPD baseia-se, sobretudo, no testemunho desta individualidade bem como no de António

no Governo, Francisco Sá Carneiro e Joaquim Magalhães Mota(627). A Comissão Política Provisória apenas teria conhecimento dos factos quando o Secretário-Geral, alegando a imperiosa necessidade de o PPD assumir uma iniciativa dessa natureza, pese embora o risco que a mesma comportava, procurou obter daquele órgão do partido o necessário apoio apresentando um cenário consideravelmente optimista para a sua resolução.

Na véspera do despoletamento da crise deslocar-se-iam a S. Bento duas delegações da Comissão Política do PPD no sentido de alertar o Secretário-Geral para o insucesso do "golpe", em face da quase segura perda da votação no Conselho de Estado, e para a consequente vitória do PCP e da linha mais radical do MFA(628).

Na altura, já o processo se tornava dificilmente controlável e Francisco Sá Carneiro decidiria avançar, mesmo contra a opinião da maioria dos membros da Comissão Política(629), o que acarretaria um progressivo desajustamento entre um e outros e, principalmente, entre estes últimos e Joaquim Magalhães Mota, a quem imputariam a responsabilidade maior da ideia, embora Francisco Sá Carneiro a tivesse inteiramente assumido. Apesar de falhado no seu principal objectivo, do

---

Carlos Lima, Jorge Sá Borges e Alexandre Bettencourt, que entrevistámos com idêntico propósito.

(627) Segundo o testemunho que recolhemos de Joaquim Magalhães Mota. Veja-se, também, a nota anterior desta dissertação.

(628) Tal como nos confirmariam António Carlos Lima, Alexandre Bettencourt e Jorge Sá Borges, todos membros daquele órgão.

(629) *Ibidem*.

golpe resultaria um saldo que se poderá considerar, sob determinado ângulo, positivo para o PPD: a iniciativa partira do seu seio e dentro da esfera do poder tal facto viria a ter um reflexo considerável.

Se não fora conseguida a principal pretensão dos seus promotores, ficara ao menos, no sistema político, uma marca da acção do PPD. Tanto assim foi, que a partir de então aumentariam substancialmente as invectivas dos seus principais detractores, alertados para a capacidade energética do novo partido e para o voluntarismo do seu Secretário-Geral.

Deste modo entendida, a chamada "crise Palma Carlos" foi, sem dúvida, o resultado de uma atitude voluntarista por parte do então Primeiro-Ministro, dos Ministros do PPD e dos Ministros próximos do sector "Spinolista" do MFA, especialmente Firmino Miguel, visando a criação de uma maior funcionalidade da respectiva acção governamental e a consolidação democrática através da clarificação do sistema.

Esta vontade política inseria-se numa lógica própria, partilhada pelas personalidades em causa, de entendimento do processo democrático assente no comum acordo de que não era possível continuar a fazer concessões a uma situação, na qual, para além da crise social e económica que então se atravessava, se multiplicava cada vez mais o policentrismo das tomadas de decisão, apropriando-se progressivamente os militares da função de direcção política do sistema, em detrimento da sua componente civilista. Simultaneamente, o acordo entre os partidos que faziam parte do I Governo, também se demonstrara

incapaz de fazer frente a essa situação. Os membros do PPD no I Governo tinham visto, antecipadamente, que a participação do PCP na acção governativa visava, não só a progressiva perda de capacidade de direcção política por parte do I Governo, que levaria a prazo à sua agonia, como o reforço da linha mais radical do MFA na condução do processo, e daí o seu desígnio, que se revelaria infrutífero, de provocar uma redefinição das regras do jogo.

Embora o empenho que Francisco Sá Carneiro pusera na acção governativa, sem dúvida fundamental para a sedimentação pública de um partido recém-formado como o PPD, não desse logo os frutos pretendidos, visto o "golpe" Palma Carlos ter abortado e a tentativa de uma intervenção mais actuante por parte das forças moderadas se ter mostrado inoperante, a sua participação no I Governo Provisório fora significativa em termos da imagem pública do mesmo e do seu principal dirigente, tal como o seria, no mesmo sentido, a forma como tal acção foi interrompida. Aliás, a necessidade de não cortar os laços entre o partido e o poder levaria o PPD a manter representantes seus nos Governos que se seguiriam, apesar da crítica aos mesmos e de, no entender de alguns dirigentes, tal atitude não passar de mais uma concessão às forças que então eram poder(630).

---

(630) Seria a chamada "tese da vela" defendida por alguns dirigentes e atacada por outros em reunião da Comissão Política Provisória do PPD, acabando por se manter Joaquim Magalhães Mota no II Governo Provisório; na mesma linha, tal tese teria seguimento também no III e IV Governo Provisórios. A decisão de o PPD participar no II Governo não seria pacífica, tendo a mesma sido bastante ponderada na reunião da Comissão Política Provisória de 17 de Julho de 1974. Cf. "Acta da Comissão Po-

5. Na sequência da demissão do Primeiro-Ministro, demitir-se-iam os Ministros do PPD. Ao regressar à realidade partidária Francisco Sá Carneiro dar-se-ia conta de que o partido evoluira, não só em termos da implantação respectiva, mas também da expansão do poder exercido pelo grupo liderante do pelouro da regionalização, em prejuízo da sua própria influência. O Secretário-Geral Provisório estivera fora desse processo, não o tendo controlado minimamente e só nessa altura tomaria consciência de que o partido lhe tinha fugido naquela fase inicial e que tal facto iria implicar uma luta surda pelo poder interno.

Até então, Francisco Sá Carneiro, pelos motivos reportados, não se tinha assumido de uma forma muito forte como o efectivo líder do partido não detendo, também, na

---

lítica, 17/07/74", existente no arquivo de António Carlos Lima. Numa reunião tida entre Vasco Gonçalves e alguns elementos daquele orgão do PPD - Joaquim Magalhães Mota, Jorge Sá Borges, António Carlos Lima e Alexandre Bettencourt - o primeiro destes dirigentes seria apontado por aquele militar como o indicado para representar o partido no II Governo, de acordo com o testemunho que recolhemos junto das três últimas individualidades referidas.

Na reunião da Comissão Política Provisória supra-citada, acabaria por se optar pela participação de um membro do PPD - Joaquim Magalhães Mota - no Executivo, sem condições, facto que levaria à crítica de um dos membros daquele orgão, António Carlos Lima, o qual, em carta dirigida à Comissão Política, datada de 16 de Julho de 1974, que consultámos no arquivo do seu autor, fundamentaria os seus argumentos nos seguintes termos: a eventual participação do PPD no novo Governo só se deveria processar mediante um comunicado em que se esclarecesse que Francisco Sá Carneiro não faria dele parte por o não ter desejado, no sentido de "cobrir" totalmente o Secretário-Geral do partido, alvo de campanha de descrédito após a crise Palma Carlos. Isto, na medida em que na reunião da Comissão Política Provisória de 17 de Julho se tinha sustentado, por maioria, o apoio incondicional a Francisco Sá Carneiro, depois deste ter posto o seu cargo à disposição e de ter sido ainda ventilada a hipótese de apresentação de uma moção de desagrado à sua pessoa. A participação, sem condições, no novo Executivo, sobretudo com um dirigente "indicado" pelo Primeiro-Ministro, levaria, no seu entender, a uma subvalorização do PPD, ao isolamento crescente do seu Secretário-Geral e do próprio partido. Cf. "Carta" de António Carlos Lima à Comissão Política do PPD, datada de 16 de Julho de 1974, existente no arquivo do seu autor.

Comissão Política Provisória, um ascendente suficiente para impor a sua liderança, sobretudo num momento em que outros a estavam igualmente a tentar sedimentar.

Ao regressar ao partido, encontraria aquele órgão com um poder reforçado e constituído, sobretudo, por um núcleo de individualidades agrupadas à volta de Jorge Sá Borges que, simultaneamente, mantinham estreitas ligações com as fontes do poder de então(631).

Francisco Sá Carneiro não dispunha de quaisquer contactos com os partidos e sectores de esquerda ou com as Forças Armadas, as quais olhava mesmo com certa desconfiança enquanto actores activos no processo político democrático, ao passo que os elementos do grupo de Jorge Sá Borges mantinham ligações tanto com uns como com outros, ligações essas que pareciam vir já de trás(632).

---

(631) O próprio Francisco Sá Carneiro reconheceria publicamente a incompatibilidade resultante da sua permanência no Governo e na direcção do partido, principalmente durante a fase de implantação deste. Vejam-se as suas entrevistas ao *Jornal de Notícias* a 26 e 27 de Outubro de 1974 publicadas em *Francisco Sá Carneiro, Textos*, 3º Volume, 1974-1975, Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1982, p. 125.

(632) De acordo com os testemunhos que recolhemos de alguns dos elementos que fariam parte do "Grupo Sá Borges", entre os quais o próprio Jorge Sá Borges, Alexandre Bettencourt, Fernando Albuquerque e Júlio Castro Caldas, haviam solidariedades pré-existentes decorrentes de laços pessoais estabelecidos antes de 1974; algumas dessas individualidades tinham colaborado lado a lado nos movimentos estudantis, na Revista *O Tempo e O Modo*, nas campanhas eleitorais de 1965 e de 1969, tendo sido, nalguns casos, companheiros nas prisões do antigo regime.

Quanto aos contactos com os militares, conforme já referimos, tinham-se estabelecido, nalguns casos, aquando dos papéis assumidos logo após o 25 de Abril, por exemplo no pelouro da comunicação social, sendo que noutros casos provinham de conhecimentos feitos durante a juventude, no Colégio Militar ou por altura do golpe de Elvas, segundo nos seria confirmado pelas individualidades supra referidas.

Pode-se daqui inferir que enquanto o grupo de Jorge Sá Borges estava mais imiscuido nas vicissitudes do PREC, mantendo laços estreitos com o MFA, com o PS e mesmo com algumas franjas do PCP estando, portanto, mais predisposto a eventuais negociações com esses sectores, Francisco Sá Carneiro, adoptando uma posição mais radical, que de certa forma o punha à margem de muitos dos acontecimentos fundamentais da altura, tinha uma visão mais "esfumada" do papel dos militares e mais intransigente nas concessões a fazer aos mesmos e às forças políticas de esquerda.

Além disso, a maioria dos membros da Comissão Política Provisória considerara equívoca e precipitada a actuação de Francisco Sá Carneiro aquando da "crise Palma Carlos", o que certamente só acentuaria a clivagem entre as sensibilidades internas do partido.

Durante a vigência do II Governo Provisório, ou seja, no decorrer dos meses de Verão de 1974, a sucessão de uma série de acontecimentos haveria de provocar uma maior radicalização de cena política nacional com efeitos acentuados no âmbito do PPD. Entre esses acontecimentos, como já vimos atrás, contar-se-iam o processo de descolonização já em ritmo acelerado e o início da querela sobre a unicidade sindical, arrastando-se esta última questão até ao princípio do ano seguinte.

O PPD pronunciar-se-ia sobre esta questão através de várias vias, embora com algumas contradições evidentes, declarando-se, contudo, na maior parte dos casos contrário à

unicidade, distinguindo unidade de unicidade, propugnando a liberdade de reunião e de associação e a liberdade e o pluralismo sindical e considerando, mesmo, o projecto da Comissão Coordenadora do MFA e a posição do PCP como inconstitucionais(633).

Levantar-se-ia, simultaneamente, uma certa polémica no PPD contra o MDP, aliás a reboque das posições liderantes assumidas nessa linha por parte do PS, enquanto a Comissão para a elaboração da lei eleitoral discutia a questão. As acusações proferidas contra o MDP iam no sentido de este ser um partido encapotado sob uma máscara de frente unitária(634), crítica enquadrada na mesma ofensiva contra o vanguardismo e o unitarismo de esquerda, que tanto o PS como o PPD vinham a tornar expressa desde há algum tempo.

---

(633) Sobretudo os seguintes comunicados emanados da Comissão Política Provisória, existentes no arquivo de Alexandre Bettencourt: "Comunicado nº 6", de 6 de Agosto de 1974, "Comunicado nº 8", de 27 de Agosto de 1974, "Comunicado nº 15", de 24 de Setembro de 1974, "Comunicado nº 13", de 1 de Outubro de 1974, "Comunicado nº 19", de 3 de Dezembro de 1974 e, mais tarde, o "Comunicado nº 25", de 16 de Janeiro de 1975, o "Comunicado" de 26 de Janeiro de 1975, (de conteúdo contraditório) e a colecção de Comunicados publicada em *Partido Popular Democrático, Comunicados-3* (25/2/1975), Cadernos PPD-8, Lisboa, 1975.

Veja-se, ainda, a posição assumida nesse capítulo pela JSD em *República*, de 26 de Outubro de 1974 e outros comunicados à imprensa, por exemplo, em *O Comércio do Porto*, de 6 de Outubro de 1974 e em *A Capital*, de 16 de Janeiro de 1975.

(634) Sobre as características desta ofensiva veja-se o artigo "Frente unida das forças progressivas", em *Informação e Análise*, nº 2, de 23 de Janeiro de 1975, pp. 6-7. Vejam-se, também a esse respeito, as declarações proferidas por Francisco Sá Carneiro numa conferência de imprensa do PPD realizada a 18 de Outubro de 1974, (Cf. *República*, de 18 de Outubro de 1974) e o "Comunicado da Comissão Política nº 12", de 17 de Setembro de 1974, Serviços de Documentação do PSD, especialmente contundente nos ataques contra aquele movimento, dado que a anterior adesão do PPD ao MDP se devera apenas, como já vimos atrás, a motivações de ordem táctica, tendo mesmo Francisco Sá Carneiro sido eleito para a respectiva Comissão Central no Porto.

Estes acontecimentos representavam já o indício da redução do quadro de oportunidades políticas para as forças mais moderadas e é nesta perspectiva que se terão que analisar os acontecimentos seguintes, acontecimentos esses provocados pelo sector "Spinolista", resolvido a aumentar o respectivo campo de manobra política.

6. Até ao 28 de Setembro de 1974, Francisco Sá Carneiro procuraria recrutar adesões, novos quadros e prosseguir os contactos internacionais, fazendo comícios no país e deslocando-se ao estrangeiro(635). Entretanto, o PREC radicalizava-

---

Mais tarde, o PPD reforçaria as criticas ao MDP, aquando da decisão deste movimento em se transformar em partido, a qual entenderia ser "institucionalizar o equívoco", acusando o processo de "distorcido e vicioso" e prosseguido em nome da (pretensa) "unidade" desligando-se formalmente do MDP e denunciando a ausência de princípios programáticos precisos. Cf. "Comunicado - O PPD e o novo Partido MDP", emanado da Comissão Política do Partido Popular Democrático, de 3 de Novembro de 1974.

Veja-se igualmente, para além de dois ante-projectos de um Comunicado a difundir quanto a esta questão, anexos à "Acta da Comissão Política (9/10/74)", existentes no arquivo de Alexandre Bettencourt, um outro comunicado, no qual se aludiria já a alguns daqueles aspectos, ao defender-se que a lei dos partidos políticos deveria exigir para o reconhecimento destes que "apresentem princípios programáticos claros, susceptíveis de fundamentar opções concretas, não podendo conceber-se, como partidos, organizações que aponten para objectivos genéricos e indiferenciados". Cf. "Comunicado - o Partido Popular Democrático e os partidos políticos", Secretariado do Partido Popular Democrático, 13 de Outubro de 1974, existente no arquivo de Alexandre Bettencourt.

Veja-se também, na mesma linha, o conteúdo da conferência de imprensa do partido, de 18 de Outubro de 1974, na qual se reafirmaria a "necessidade de excluir da concorrência às urnas movimentos de carácter unitário, por maiores que sejam os seus méritos na luta anti-fascista", sem o que se entenderia correr-se "o risco (...) de não ser mais do que um partido político que se esconde sob a sigla da unidade para manipular as massas". Cf. "Comunicado - conferência de imprensa do Partido Popular Democrático (18/10/74)", ponto 8, Serviços de Documentação do PSD.

(635) Nomeadamente com o fim de estabelecer contactos com dirigentes do Mercado Comum, dado o partido defender já a integração de Portugal na CEE. Vejam-se as declarações proferidas por Francisco Sá Carneiro à chegada de Bruxelas em, por exemplo, *O Século*, de 20 de Setembro de 1974. Vejam-se, igualmente, as notícias sobre os contactos externos do PPD, visitas ao estrangeiro e deslocação a Portugal de delegações do Conselho da Europa e de outros partidos no *Povo Livre*, nº 3, de 13

-se progressivamente, desenrolando-se o processo de descolonização e vindo, o todo, a culminar com uma efectiva viragem à esquerda do processo político-social, após a tentativa, mais uma vez abortada, de moderar o seu curso, no seguimento da convocação da chamada "maioria silenciosa".

Como referimos atrás, a segunda crise político-institu-

---

de Agosto de 1974, pp. 1 e 2, nº 7, de 24 de Setembro de 1974, pp. 1 e 6 e em *Partido Popular Democrático, Notas sobre a Origem e Actividades (até ao 1º Congresso Nacional)*, Comissão Política Distrital de Lisboa, Maio 75, p. 22.

No capítulo dos contactos internacionais é de notar a oscilação entre a opção pela futura integração na Internacional Socialista e, simultaneamente, a de estabelecer contactos com os partidos liberais e com a própria democracia cristã; esta última tese seria especialmente defendida por Manuel Alegria, o qual apresentaria uma carta de Gil Robles propondo um encontro do PPD com os partidos espanhóis da União Europeia Democrata Cristã. Tal facto levaria a que na reunião da Comissão Política havida a 9 de Outubro de 1974 fosse reaberto o debate, sendo discutidas as duas alternativas que acabamos de reportar; seriam então apresentadas e aprovadas duas hipóteses: uma, de autoria de Joaquim Magalhães Mota, propondo a política a seguir, optando-se prioritariamente pelos países nos quais a social-democracia estivesse no poder, outra, de António Carlos Lima, definindo a actuação geral e que acentuaria que "os contactos internacionais devem ser estabelecidos, orientados e articulados em termos tais que dos mesmos resulte uma imagem do PPD associada à social-democracia e não à democracia-cristã". Cf. "Acta da Comissão Política (9/10/74)", *in* arquivo de António Carlos Lima.

Permaneceria, contudo, uma certa ambiguidade perante a opção encontrada, patente, por exemplo, no facto, que nos seria confirmado por esta individualidade de, apesar das diligências estabelecidas por alguns dirigentes para um encontro de Francisco Sá Carneiro com Olof Palme, aquando da visita deste estadista a Portugal nos finais de Outubro desse ano, tal encontro não se ter efectivado, ao que parece devido ao desinteresse manifestado por parte das altas esferas do PPD.

Veja-se, também sobre este assunto, a carta de Francisco Sá Carneiro enviada a Mário Soares, após a vinda a Portugal de Willy Brandt e de Olof Palme, carta essa motivada pela hostilização de que teriam sido alvo manifestantes do JSD por parte de militantes do PS, ao que parece inconformados pelas manifestações de apoio dos adeptos do PPD, sobretudo relativamente ao político alemão. Nessa carta, condenam-se os ataques do PS ao PPD ao procurar conotá-lo com os partidos liberais, aliás na sequência das declarações nesse sentido proferidas no Conselho da Europa pelo Secretário-Geral socialista, na linha do que viria a constituir o permanente boicote do PS à entrada do PPD na Internacional Socialista. Cf. "Carta" de Francisco Sá Carneiro dirigida a Mário Soares, datada de 10 de Novembro de 1974, existente nos Serviços de Documentação do PSD.

É um facto que, apesar dos contínuos apelos à adesão à Internacional Socialista, o PPD prosseguiria em contactos com partidos liberais europeus, sobretudo com o Partido Liberal da RFA, por intermédio de Rui Machete, contactos esses que, mais tarde, se viriam a revelar especialmente importantes considerando a ligação estabelecida com a Fundação Friedrich Naumann, ligada àquele partido alemão.

cional que se processou naquela data, deveria a sua ocorrência à acção contraditória nos objectivos, mas convergente nos resultados, dos actores políticos situados nos campos mais antagónicos: de um lado, as forças mais progressistas do PREC; do outro, os seus sectores mais moderados. Dada a implícita ligação de Francisco Sá Carneiro aos "Spinolistas"(636) e tendo em conta que nem todas as variáveis do processo que conduziria ao 28 de Setembro seriam, então, controladas pelo Secretário-Geral Provisório do PPD, a Comissão Política deste partido, por intermédio de Alexandre Bettencourt, tentaria, ainda, em vésperas do "golpe" e depois do insucesso de outras medidas então desencadeadas(637), a negociação de um comunicado con-

---

(636) Francisco Sá Carneiro manteria uma série de contactos com o grupo dos "Spinolistas", ligações estabelecidas por meio de Carlos Vieira da Rocha, empresário e conselheiro pessoal de António de Spínola, que além de ter sido um dos financiadores do arranque do PPD foi, durante algum tempo, o responsável pelo sector de informação e o autor material de muitos comunicados do partido. Esses contactos teriam levado à tentativa, já reportada, de Adelino da Palma Carlos no sentido de imprimir ao processo político um novo rumo, através de uma técnica, mal sucedida, de antecipação à radicalização em marcha; a aproximação entre Francisco Sá Carneiro e os "Spinolistas" haveria de permanecer até ao 28 de Setembro de 1974, não controlando o Secretário-Geral do PPD, na altura, todas as variáveis do processo que então teria lugar. Antes, já António de Spínola teria querido fazer do PPD o seu partido, permanecendo Carlos Vieira da Rocha como ponte, mas Francisco Sá Carneiro nunca o aceitaria. Todos estes factos ser-nos-iam confirmados pelas personalidades que pertenciam à Comissão Política Provisória do PPD que entrevistámos (veja-se o Anexo II e a Lista I do Anexo IV da dissertação). Veja-se, também, dando conta dessa tentativa o *Expresso*, nº 263, de 12 de Novembro de 1977, p. 3.

Tendo em conta que o CDS também se recusara a pôr-se ao serviço de António de Spínola, este viria a sofrer uma progressiva radicalização política, consentida e incentivada pelos comunistas, recebendo apenas o apoio dos pequenos partidos de direita e extrema-direita para a manifestação da "maioria silenciosa", que se não chegou a realizar e a qual constituiria o pretexto para a segunda crise político-institucional processada a 28 de Setembro de 1974.

(637) Segundo os testemunhos de António Carlos Lima e de Rui Machete, na reunião da Comissão Política de 18 de Setembro de 1974 decidir-se-ia pela elaboração de um comunicado, no qual estivesse expresso o não apoio do PPD à manifestação que António de Spínola se propunha realizar e que cobrisse as duas hipóteses possíveis

junto com o PS e o PCP. Essa manobra não viria a resultar, até porque Francisco Sá Carneiro a recusaria, não se conseguindo, assim, evitar os estragos que se seguiriam. Na esfera intra-partidária a tensão ia recrudescendo de forma considerável.

Seria precisamente a 28 de Setembro de 1974 que o único membro do PPD que ocupava um cargo no II Governo Provisório se demitiria(638) tomando posse dois dias depois o Executivo seguinte(639). No clima gerado a partir de então, novas de-

---

do desenrolar dos factos, isto é, caso aquela se viesse ou não a efectivar. O referido comunicado ficaria à responsabilidade daquelas duas individualidades as quais, aliás, o teriam concluido no dia seguinte. Contudo, o mesmo só sairia a público já em cima dos acontecimentos, reiterando-se a condenação do "espírito reaccionário da manifestação" e apelando-se para a "calma e restabelecimento da tranquilidade pública", mas contrariando a pretendida antecipação, facto que mereceria a estranheza e a crítica velada do último destes dirigentes. Cf. "Notas" de António Carlos Lima, apensas à "Acta da Reunião da Comissão Política, (23/10/74)", existente no arquivo deste ex-dirigente do PPD.

Na reunião da Comissão Política de 26 de Setembro de 1974 seria detalhadamente discutida a assinatura conjunta com o PS e o PCP de um comunicado contra a manifestação em causa, tendo votado a favor da assinatura conjunta Joaquim Magalhães Mota, Carlos Macedo, Júlio Castro Caldas, Jorge Correia da Cunha, José Manuel Ramos e Rui Machete, votando contra Francisco Balsemão e António Sande Lemos, abstendo-se Alexandre Bettencourt e José Manuel Simões de Almeida, segundo apurámos pela respectiva acta. Decidir-se-ia, igualmente, encetar as negociações com aqueles partidos na manhã do dia 27, procurando-se obter certos dividendos, tais como o fim do boicote ao *Diário de Lisboa*, a resolução do diferendo com o Rádio Clube Português e a aceitação quanto ao termo dos ataques feitos pelo PS e pelo PCP ao partido. Seria ainda aceite, por unanimidade, que Joaquim Magalhães Mota deveria, no Conselho de Ministros, votar contra a proibição da manifestação em causa, tendo em conta que tal poderia implicar um agravamento da situação. Cf. "Acta da Comissão Política de 26/09/74", *in* arquivo de Alexandre Bettencourt.

(638) Joaquim Magalhães Mota, Ministro Sem Pasta e dirigente do partido, (Cf. Lista 20 do Anexo IV deste trabalho), visto que Francisco Sá Carneiro se recusara a fazer parte do novo Executivo, dadas as razões já apontadas. Vejam-se as declarações proferidas por Francisco Sá Carneiro nesse sentido, por exemplo nas entrevistas ao *Expresso*, de 20 de Julho de 1974 e ao *Comércio do Porto*, a 17 de Julho de 1974, ambas publicadas em *Francisco Sá Carneiro, Textos*, 3º Volume, 1973-1974, Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1982, respectivamente pp. 66-72 e 75-83.

(639) O III Governo Provisório seria igualmente presidido por Vasco Gonçalves, participando aí somente um membro do PPD: Joaquim Magalhães Mota, que manteria o cargo de Ministro Sem Pasta, na sequência da estratégia já defendida anteriormente por parte de alguns elementos da Comissão Política Provisória do partido, no sen-

legações do PPD apareceriam em diversos locais do país, preparando-se o I Congresso Nacional do partido num ambiente de grande tensão interna ao nível das suas estruturas nacionais(640).

As tensões em causa entroncavam nos antecedentes que vimos analisando, tendo-se agudizado mesmo antes do despontar do conflito, o qual teria lugar na reunião da Comissão Política Provisória que se seguiria ao primeiro comício do PPD em Lisboa. Depois de realizado, em 25 de Outubro de 1974, um

---

tido de se deixar um representante no centro do poder (foi a chamada "tese da vela" concretizada aquando da formação do II Governo Provisório e já atrás reportada); Luís Nandim de Carvalho assumiria o cargo de Subsecretário de Estado da Administração Interna e Rui Alberto Barradas do Amaral o de Subsecretário de Estado da Administração Pública, ambos independentes indicados pelo PPD.

Sobre a posição do PPD perante a formação do novo Governo, veja-se o "Comunicado da Comissão Política", de 1 de Outubro de 1974, no qual se presta homenagem a António de Spínola, na sequência da sua renúncia ao cargo de Presidente da República, se saúda Francisco da Costa Gomes, seu substituto, se condenam os acontecimentos do 28 de Setembro, se pugna por uma Democracia pluralista, na qual os partidos são encarados como fundamentais e o voto popular e secreto essencial, se reforça o apelo à realização das eleições e se justifica a permanência no III Governo Provisório como via para a "defesa da Democracia e (...) prossecução das reformas democráticas" tendo por finalidade a "construção de um Portugal democrático livre e pluralista". Cf. *ibidem*, ponto 6, Serviços de Documentação do PSD.

Sobre a constituição do II Governo, no qual o PS obteria mais 5 cargos do que no anterior Executivo, mantendo-se o PCP, tal como o PPM, com os mesmos, e conseguindo o MDP outro Secretário de Estado, sendo a maioria das pastas ocupadas por militares e sobre as declarações do Primeiro-Ministro, veja-se o "Comunicado do Secretariado do PPD", de 20 de Agosto de 1974, Serviços de Documentação do PSD.

(640) A Sede Nacional do partido tinha sido transferida para a Avenida Duque de Loulé, para um prédio emprestado para esse fim por Agostinho da Silva, situando-se o gabinete de Francisco Sá Carneiro no 2º andar, tal como a sala da Comissão Política e o gabinete da sua secretária Conceição Monteiro, enquanto no 4º andar se situava o sector de implantação do partido com o gabinete de Jorge Sá Borges.

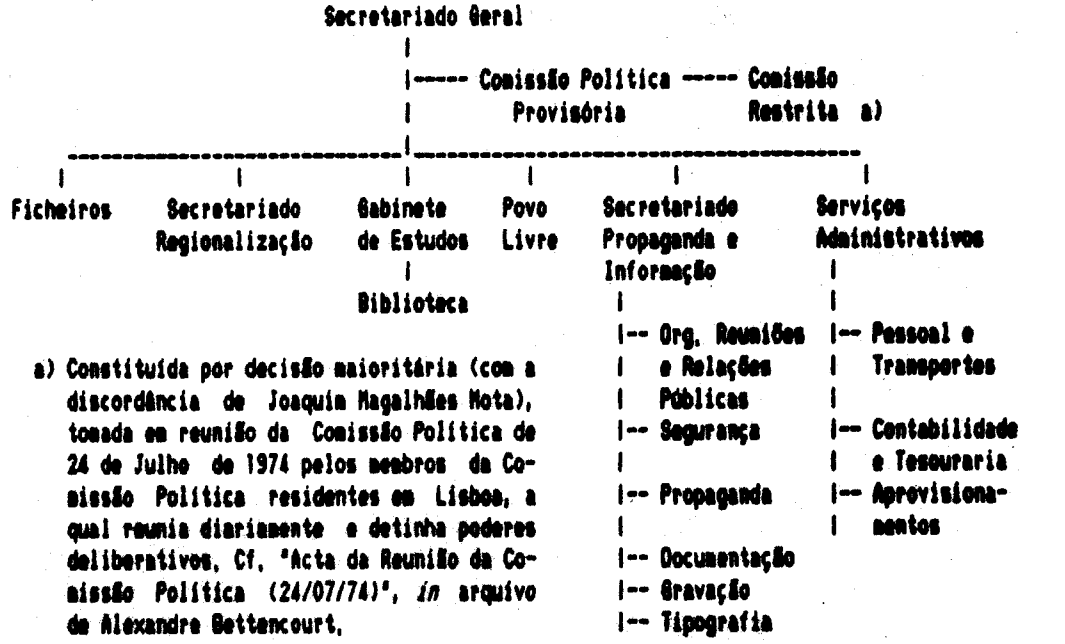
A 13 de Agosto fora entretanto publicado o primeiro número do órgão oficial do partido: o *Povo Livre*, tendo primeiro como Director interino Manuel Alegria e a partir do respectivo nº 4 Rui Machete; a edição deste órgão de comunicação do partido fora decidida em reunião da Comissão Política de 24 de Julho de 1974, tendo o nome sido aprovado na reunião seguinte. Cf. respectivamente "Acta da reunião da Comissão Política (24/07/87)" e "Acta da Comissão Política (1/08/74)", ambas existentes no arquivo de Alexandre Bettencourt. No primeiro número do *Povo*

grande comício do PPD no Pavilhão dos Desportos, (641), que constituiu um verdadeiro sucesso para o partido, por iniciativa de alguns dos membros daquele órgão teria lugar uma reunião do mesmo na Sede Nacional.

As motivações de base para a convocação dessa reunião prendiam-se com a existência de supostas fugas de informação sobre o que se passava na Comissão Política, dado se sucederem todas as semanas no *Expresso* notícias sobre os assuntos aí

Livre sairia uma extensa entrevista de Sá Carneiro sob o título, "Situamo-nos numa linha progressista não marxista".

Naquela última reunião decidir-se-ia, ainda, que a organização da Sede Central do PPD passaria a ser estruturada nos seguintes moldes:



a) Constituída por decisão maioritária (com a discordância de Joaquim Magalhães Mota), tomada em reunião da Comissão Política de 24 de Julho de 1974 pelos membros da Comissão Política residentes em Lisboa, a qual reunia diariamente e detinha poderes deliberativos. Cf. "Acta da Reunião da Comissão Política (24/07/74)", *in* arquivo de Alexandre Bettencourt.

Fonte: Documento anexo à "Acta da Reunião da Comissão Política (1/08/74)", *in* arquivo de Alexandre Bettencourt.

(641) Interviriam aí Francisco Sá Carneiro, Joaquim Magalhães Mota, José Manuel Ramos, Alfredo Morgado, Maria Leonor Beleza, Carlos Mota Pinto, Luciano Aresta Branco e Estavão Pappe. Vejam-se os extratos dos discursos proferidos em *Partido Popular Democrático, Notas sobre Origem e Actividades (até ao 1º Congresso Nacional)*, Comissão Política Distrital de Lisboa, Maio, 75, pp. 29 e ss. e o "discurso" completo de Francisco Sá Carneiro em *Francisco Sá Carneiro, Textos*, 3º Volume, 1974-1975, Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1992, pp. 109-113.

discutidos, mesmo os de carácter confidencial, tal como questões ligadas aos financiamentos do partido e a eventuais pactos estabelecidos entre dirigentes do PPD e do PCP. Na referida reunião, e após as primeiras dissensões surgidas(642), um incidente de ordem pessoal(643) viria a servir como o

---

(642) Tal seria, por exemplo, a acesa discussão acerca da proveniência dos fundos do partido e do controle dos mesmos que na altura estava nas mãos de Manuel Alegria e de José Manuel Simões de Almeida, ainda Secretário do partido, vindo o último a demitir-se em carta datada de 29 de Outubro de 1974 e dirigida a Francisco Sá Carneiro, cuja fotocópia consultámos e que seria distribuida aos membros da Comissão Provisória, carta essa apensa à acta da reunião anterior daquele órgão. Cf. "Acta da Comissão Politica 23/10/74" e "carta" apensa à mesma, existentes no arquivo de António Carlos Lima.

Outra questão que levantaria acesa polémica prender-se-ia com acusações mútuas entre os membros da Comissão Politica Provisória, de eventuais pactos efectuados com o PCP e com o MDP, agravando-se esta questão pelo facto de Joaquim Magalhães Mota, enquanto Ministro da Administração Interna, ter nomeado Francisco Pereira de Moura para consultor do Ordenamento do Território, depois de já ter surgido larga contestação durante o Verão anterior, devido a esse membro do Governo e dirigente do PPD ter vindo a nomear elementos daqueles partidos para as Comissões Administrativas das Autarquias (Cf. "Acta da Comissão Politica (17/07/74)", *in* arquivo de António Carlos Lima). Sobre a nomeação de Francisco Pereira de Moura, veja-se o documento criticando tal facto, entregue aos membros da Comissão Politica na reunião em causa, datado de 24 de Outubro de 1974 e da autoria de António Carlos Lima, cujo original consultámos no arquivo do próprio.

Relativamente às acusações acima reportadas, poderiam as mesmas fazer crer que os eventuais contactos a estabelecer com o PCP seriam de natureza clandestina quando, no fundo, a decisão em proceder a "contactos discretos" de cúpulas entre o PPD e aquele partido fora, conforme pudémos verificar, votada na Comissão Politica anterior apenas com 2 votos contra, enquanto face ao PS se decidiria "prosseguir contactos de cúpula e promover acções indirectas para forçar a divisão". Cf. "Acta da Reunião da Comissão Politica (23/10/74)", existente no mesmo arquivo.

Paralelamente, abordava-se de novo a questão da fuga de informações e de documentos da Comissão Politica, visível sobretudo nos artigos que o *Expresso* vinha publicando, o que, mais do que uma vez, teria criado importantes desajustes entre os membros daquele órgão, tendo-se procurado obviar a tais situações, não só alertando para as mesmas, como requerendo-se igualmente uma organização interna que procurasse defender a confidencialidade de certos assuntos; numa primeira fase decidir-se-ia pela não distribuição de fotocópias das actas pelos diversos membros da Comissão Politica; mais tarde, como o problema da ruptura da confidencialidade subsistisse, decidir-se-ia no sentido de abandonar a feitura das referidas actas, o que aconteceria a partir de finais de 1975. Cf., por exemplo, "Acta da reunião da Comissão Politica (1/08/74)" e Acta da reunião da Comissão Politica (26/09/74)", ambas consultadas no arquivo de Alexandre Bettencourt.

(643) Segundo o relato de Jorge Sá Borges e de Fernando Albuquerque, que recolhemos, ambos intervenientes na reunião em causa, tal dever-se-ia a um diferendo existente

pretexto ideal para a ruptura que acabaria, em qualquer caso, por se dar.

O aludido acima apenas faria eclodir a crise que já se tornava evidente entre as duas estruturas paralelas: de um lado, a Comissão Política Provisória, na qual o papel desempenhado por Jorge Sá Borges ia avultando e que chamara a si os pelouros fundamentais do partido; do outro, o Secretariado e Joaquim Magalhães Mota, cuja acção colidia em muitos desses pelouros, ou mesmo noutros aspectos, com o primeiro órgão referido. Até aí, Francisco Sá Carneiro manteria, formalmente, uma posição de árbitro no diferendo em questão, muito embora se viesse a identificar com a linha contrária à de Jorge Sá Borges. No fundo, a polémica em causa era mais evidente entre Joaquim Magalhães Mota e os seus apoiantes por um lado, e a restante Comissão Política por outro, vindo Jorge Sá Borges a encabeçar este último lado do diferendo entre as

---

entre o primeiro e Manuel Alegria, (antigo Director interino do *Povo Livre*, até Rui Machete ter assumido o lugar em 10 de Setembro de 1974), o qual, na altura, seria o homem de confiança de Francisco Sá Carneiro. Embora não fazendo parte da Comissão Política, Manuel Alegria estaria aí sempre presente em representação do Secretariado, visto Francisco Sá Carneiro o ter nomeado Secretário-Geral Adjunto, com o fim de fazer pender mais para o seu lado a influência interna no partido.

A crise eclodiria devido ao facto de Manuel Alegria, com o qual haviam já sérias fricções por parte dos membros do Secretariado para a Regionalização, devido a questões de ordem administrativo-financeira, depois daquela reunião ter sido surpreendido por Jorge Sá Borges a ler um bilhete que este enviara a Fernando Albuquerque e no qual era atacado, bilhete que este último deitara fora. Tal facto, que nos seria relatado por Jorge Sá Borges e por Fernando Albuquerque (veja-se também a referência ao mesmo no *Expresso*, nº 263, de 12 de Novembro de 1977, p. 31), levaria o primeiro a demitir-se em carta enviada a Francisco Sá Carneiro; apesar da demissão em causa ter acabado por não se verificar, dar-se-ia o corte de relações entre Jorge Sá Borges e Manuel Alegria, agravando-se o contencioso entre a Comissão Política e o Secretariado e tornando-se mais difícil a comunicação entre aquele órgão e Francisco Sá Carneiro, especialmente durante a fase de preparação do I Congresso do partido.

duas estruturas que se arrastava desde a "crise Palma Carlos".

No entanto, em consequência da posição então assumida por Francisco Sá Carneiro, os membros da Comissão Política Provisória tinham exigido que os pareceres respectivos passassem a ter um carácter vinculativo; ao invés, o Secretário-Geral Provisório entendia deverem os mesmos revestir-se de um cariz meramente indicativo. Tratava-se, como se torna evidente, de uma questão do fiel da balança do poder intra-partidário pender mais para um ou outro lado, o que agravaria a tensão entre o Secretário-Geral e a Comissão Política Provisória. Posta à votação, ganharia a proposta deste órgão, no qual o grupo de Jorge Sá Borges facilmente atingia a maioria, dada a coesão e disciplina que o caracterizava.

Depois do 28 de Setembro, a Comissão Política, entendendo que Francisco Sá Carneiro mais uma vez se imiscuira demasiado com os "Spinolistas"(644), retirara-lhe também certa capacidade de manobra, situação com a qual este não se conformaria(645), agravando-se consideravelmente a tensão entre

---

(644) Veja-se a posição assumida por Francisco Sá Carneiro, relativamente ao discurso proferido por António de Spínola a 10 de Setembro de 1974, nas declarações ao *Povo Livre* a 24 do mesmo mês e, posteriormente, a sua opinião quanto à renúncia deste último em entrevista ao *Jornal de Notícias* a 26 e 27 de Outubro de 1974, ambas publicadas em *Francisco sá Carneiro, Textos*, 3º Volume, 1974-1975, Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1982, respectivamente pp. 128 e 104-105.

(645) Segundo o Regimento da Comissão Política Provisória, esta deteria apenas poderes deliberativos, tendo o mesmo sido votado por maioria a 1 de Julho de 1974, na sequência de duas propostas formuladas respectivamente por Francisco Pinto Balsemão e por António Carlos Lima. Cf. "Acta da Reunião da Comissão Política (1/08/74)", *in* arquivo de Alexandre Bettencourt.

O projecto de Regimento da autoria de Francisco Pinto Balsemão atribuiria à Comissão Política uma função coadjuvante do Secretário-Geral; pelo contrário, a

as duas partes, tendo em conta o conflito de competências que se viria a gerar.

Foi pois um conflito larvar, funcional, agravado com a preparação do I Congresso e, como veremos, levemente sublimado no decorrer desta cimeira por vontade expressa das duas partes, atendendo à inconveniência de, na altura, se promover esse conflito o qual, posteriormente, viria a assumir tal vulto, que acabaria por dar lugar à primeira cisão no partido.

7. Na mesma linha do que temos vindo a fazer, haverá que nos remetermos aos factos entretanto ocorridos, para poder concluir acerca das principais características de que se revestiu este primeiro conflito interno no PPD.

Durante a preparação do I Congresso do partido, gerar-se-ia um enorme mal estar, agravando-se assim o contencioso entre Francisco Sá Carneiro e Jorge Sá Borges(646). O peso

---

proposta subscrita por António Carlos Lima pretenderia atribuir àquele órgão a plenitude de poderes que respeitavam à vida do partido. Cf. "Projecto de Regimento da Comissão Política" proposto por Francisco Pinto Balsemão e "Projecto de Regimento Provisório da Comissão Política" proposto por António Carlos Lima, ambos documentos anexos à "Acta da Reunião da Comissão Política (24/07/74)", existente no arquivo supra reportado.

Um outro documento, aí apresentado, afigura-se-nos especialmente importante, já que nele estariam implícitas, não só as diferentes interpretações que havia quanto ao assunto, como as dissensões já existentes entre a maioria da Comissão Política e Francisco Sá Carneiro, nomeadamente no que respeitava aos novos membros (Secretários-Gerais Adjuntos, representante da JSD e Director-Geral Administrativo) cooptados pelo Secretário-Geral para aí reforçar a sua posição. Cf. "Observações ao Projecto de Regimento da Comissão Política (da autoria de Francisco Pinto Balsemão)", elaborado por António Carlos Lima, apenso à última acta acima referida.

(646) De tal forma que a comunicação entre ambos era quase nula, Júlio Castro Caldas procedia à *navette* entre o 2º e o 4º andar da Sede, na Av. Duque de Loulé, para se encontrar um consenso entre ambos, acabando por ser negociada entre os dois a lista para o I Congresso. Elucidativo acerca do contencioso entre Francisco Sá Carneiro e o grupo de Jorge Sá Borges seria o facto, que nos foi confirmado pelos intervenientes no mesmo que contactámos (veja-se o Anexo II desta dissertação).

deste far-se-ia sentir consideravelmente nas listas dos Delegados eleitos ou designados para o I Congresso e Francisco Sá Carneiro, temendo os resultados que daí poderiam advir e considerando não dispôr de força suficiente para se impôr, acabaria por negociar a lista para os órgãos dirigentes com o seu opositor, não sem antes terem ocorrido uma série de incidentes, após algumas débeis tentativas de não cedência por parte seja dos apoiantes, seja dos detractores do Secretário-Geral(647).

A preparação do Congresso iniciar-se-ia cerca de um mês

---

de, nessa mesma altura, o último dirigente referido, juntamente com José Manuel Ramos, Fernando Albuquerque, Jorge Figueiredo Dias e Alexandre Bettencourt se terem deslocado ao escritório de António Carlos Lima, a 15 de Novembro de 1975, já em plena ruptura com o Secretário-Geral, de molde a convencê-lo a assumir a oposição quando do I Congresso, candidatando-se igualmente ao cargo de Secretário-Geral do PPD, o que não seria aceite por este último, vindo o mesmo, pouco depois, a formular oficialmente o seu desligamento da esfera dirigente do partido.

A lista de pretensa unidade para o Congresso acabaria por ser mais favorável a Jorge Sá Borges, que praticamente conseguiu ver na Comissão Política, saída da primeira cimeira social-democrata, quase todos os elementos que nela tinha pretendido incluir.

(647) Note-se que Carlos Macedo, na altura muito ligado a Jorge Sá Borges, anunciaria que, caso o partido viesse a virar à direita, ele se demitiria, o que representava um ataque violento a Francisco Sá Carneiro, no fundo acusando-o de pretender alterar o rumo do PPD inflectindo-o à direita, o que, então, detinha um carácter de quase "traição" ao processo em curso. Na sequência da posição assumida por Carlos Macedo, Marcelo Rebelo de Sousa resolveria, segundo o mesmo nos confirmou, "cobrir a parada" e numa entrevista dada ao *Século* em Novembro de 1974, defenderia que tal viragem se estava efectivamente a verificar e que, portanto, pensava também em vir a abandonar o partido não assistindo sequer ao seu I Congresso. Com tal actuação pretenderia a linha mais jovem do partido que Francisco Sá Carneiro adoptasse uma atitude decisivamente frontal assumindo abertamente o conflito com Jorge Sá Borges; seria esta a explanação fornecida por Marcelo Rebelo de Sousa a Francisco Sá Carneiro e a Joaquim Magalhães Mota durante um jantar no Grill do Hotel Tivoli, no qual também estariam presentes Isabel e Ricardo Sá Carneiro, de acordo com o testemunho que recolhemos junto do responsável por aquela entrevista. Tal, no entanto, não viria a dar-se naquela altura, entendendo Francisco Sá Carneiro não dispôr, ainda, da força suficiente para que o resultado final dessa confrontação se apresentasse a seu favor, decidindo-se então por uma solução de compromisso e negociação, patente na lista de "unidade" que seria conseguida para a

e meio antes do mesmo ter lugar(648), através do anúncio da sua realização(649), da análise dos projectos do Programa e dos Estatutos processada a nível concelhio e distrital, com a

---

composição da nova Comissão Política Nacional. Vejam-se as Listas A, B, C e D documentos internos do I Congresso e a reportada lista de "unidade" no *Povo Livre*, nº 16, de 26 de Novembro de 1974, pp. 8 e 9.

(648) O I Congresso Nacional do PPD reuniria nos dias 23 e 24 de Novembro de 1974, no Pavilhão dos Desportos em Lisboa, presidido por Nuno Rodrigues dos Santos, e tendo acabado por aí comparecer Marcelo Rebelo de Sousa e Carlos Macedo. Vejam-se as declarações proferidas por Marcelo Rebelo de Sousa no primeiro dia do Congresso, sobre os objectivos da sua decisão em participar no mesmo. (Cf. *Expresso*, nº 99, de 23 de Novembro de 1974 p. 2). Quanto a Carlos Macedo, depois de muito instado por Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão e Alexandre Bettencourt, acabaria por comparecer no Congresso no segundo dia dos trabalhos. Assistiriam ao Congresso os Delegados eleitos por cada Concelho, os membros da Comissão Política Provisória, salvo António Carlos Lima, bem como os do Secretariado e os Delegados eleitos da JSD e dos Grupos de Estudo.

António Carlos Lima, um dos membros da Comissão Política Provisória, viria a demitir-se dessa qualidade em vésperas do Congresso do partido não tendo já participado no mesmo. Tal facto dever-se-ia a dissenções ocorridas entre aquele dirigente e Francisco Sá Carneiro durante a reunião da Comissão Política de 13 de Novembro de 1974, na qual o primeiro teria levantado algumas questões sobre o estado considerado caótico das estruturas administrativas do partido, não tendo o segundo dado seguimento à temática então abordada e que pressupunha uma reflexão crítica sobre a mesma e a procura de soluções alternativas. Em carta à Comissão Política datada de 16 de Novembro de 1974 António Carlos Lima explicaria o incidente, imputando a responsabilidade desse "caos" ao Secretário-Geral e renunciando à qualidade de membro desse órgão. Apesar de em reunião da Comissão Política se ter decidido, por unanimidade, pedir o regresso daquele dirigente e de Francisco Sá Carneiro, apelando à necessidade de ultrapassar os atritos surgidos, o incitar a voltar, em carta datada de 21 de Novembro de 1974, cujo original consultámos, tal não se viria a concretizar, permanecendo António Carlos Lima no PPD como simples filiado. Vejam-se as duas cartas referidas no arquivo de António Carlos Lima.

Francisco Sá Carneiro abriu e encerrou o I Congresso. Vejam-se os discursos de abertura e encerramento em *Francisco Sá Carneiro, Textos*, 3º Volume, 1974-1975, Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1982, pp. 179-192. Os trabalhos daquela cimeira dividir-se-iam por dois dias; no primeiro procedeu-se à discussão do Programa do partido com base nas comunicações e alterações propostas, seguida da apreciação dos Estatutos, feita nos mesmos moldes; no segundo dia acabou-se a discussão e a aprovação dos pontos em falta e realizou-se a eleição dos membros dos órgãos dirigentes nacionais, depois de negociada a lista comum de pretensa unidade, na qual o grupo de Jorge Sá Borges detinha a maioria. (Cf. "Programa do 1º Congresso Nacional", desdobrável e Lista 2 do Anexo IV desta dissertação).

(649) Feito através de duas conferências de imprensa concedidas pelos membros da Comissão Política Nacional; a primeira teria lugar a 18 de Outubro de 1974 (Cf. *Diário Popular*, *Jornal de Notícias* e *Comércio do Porto*, todos de 19 de Outubro de 1974), sendo o texto integral da mesma publicado sob a forma de "Comu-

subsequente apresentação de alterações aos documentos referidos por parte destas estruturas, dos Grupos de Estudo(650) e de militantes e dirigentes vários(651).

Apesar de, em parte, se ter efectivado a sublimação das tensões internas que já atravessavam o partido antes do Con-

---

nicado - conferência de imprensa do Partido Popular Democrático (18/10/74)"; a segunda realizar-se-ia a 20 de Novembro de 1974 nela intervindo Francisco Sá Carneiro (Cf. "Texto da exposição do Dr. Francisco Sá Carneiro", PPD, s.d., no qual se anunciaria a ordem de trabalhos do Congresso, Serviços de Documentação do PSD).

Fora na reunião da Comissão Política Provisória de 24 de Julho de 1974 que se deliberara realizar o I Congresso do PPD antes do fim de 1974; na reunião em causa programara-se o mesmo para finais de Outubro, decidindo-se pelo seu adiamento para Novembro em posterior reunião daquele órgão, Cf. "Acta da Reunião da Comissão Política (9/10/74)", *in* arquivo de António Carlos Lima. Na primeira reunião referida aprovara-se igualmente o local para a realização do Congresso (Pavilhão dos Desportos em Lisboa), assim como a forma, já apontada, de representação (por eleição) de Delegados, com base numa proporcionalidade ainda à população e ao número de aderentes do partido, tendo também sido proposto, por sugestão de Manuel Alegria, um calendário preciso para a preparação do Congresso. Cf. "Acta da Reunião da Comissão Política (21/07/74)" e "Documento" anexo à mesma, sem título, da autoria de Manuel Alegria, datado de 18 de Julho de 1974, existente, como a acta, no arquivo de Alexandre Bettencourt.

(650) Veja-se, por exemplo, a proposta de alterações a introduzir na I Parte do Programa básico do PPD, apresentada pelo Centro de Estudos sob o título "O nosso ponto de partida", na qual se proporia substituir aquela primeira parte por uma Declaração de Princípios, cujo teor seria o texto referido, aí se desenvolvendo os conceitos de democracia política, económica e cultural e definindo-se o caminho do PPD para o socialismo democrático. Cf. "O nosso ponto de partida", Centro de Estudos do PPD, s.d., Serviços de Documentação do PSD.

(651) Seriam apresentadas cerca de 200 propostas de alteração, sobretudo por Delegados de Lisboa, Porto e Coimbra. Veja-se, por exemplo, a apresentada por Vasco Graça Moura propondo a participação de todos os filiados no Congresso, assim como o direito de voto a atribuir aos mesmos, contra a matéria disposta no artigo 19º do "Projecto dos Estatutos" e nos artigos 1º e 2º do Regulamento do Congresso. Cf. "Regulamento e Programa", no *Povo Livre*, nº 15, de 19 de Novembro de 1974, p. 2 e "Regulamento do Congresso", s.d., Serviços de Documentação do PSD, onde está também estipulado o número de Delegados a eleger por cada Concelho: até 5.000 habitantes, 2 Delegados; de 5.001 a 15.000, 3 Delegados; de 15.001 a 30.000, 4 Delegados; de 30.001 a 75.000, 5 Delegados; de 75.001 a 150.000 6 Delegados; de 150.001 a 300.000 7 Delegados; superior a 300.000 habitantes 8 Delegados, aos quais seria acrescido 1 Delegado por cada Concelho que tivesse 1.500 aderentes ao partido.

Para Vasco Graça Moura, tratar-se-ia de legitimar o Congresso e a actividade partidária, dada a orgânica do partido, até então, ser, além de provisória, precária, não se podendo, à partida, restringir a uns quantos a participação e o

gresso(652), permanecia a polémica entre o grupo de Jorge Sá Borges e o Secretariado, exprimindo-se este através da questão da estrutura administrativo-financeira do partido, na qual a parte contrária era, sobretudo, representada por Manuel Alegria e da questão da orientação política, sendo os ataques formalmente proferidos contra Joaquim Magalhães Mota. No fundo, a componente fundamental do conflito residia na problemática da liderança interna.

O Congresso decorreria sob o signo da radicalização e do esquerdismo(653), marcado por algumas polémicas surgidas à

---

voto na feitura dos documentos base do novo partido e na eleição dos seus dirigentes. Veja-se o documento "Questão prévia sobre o Regulamento do Congresso do PPD, proposta de alteração relativa ao primeiro Congresso", datado de 14 de Setembro de 1974, Serviços de Documentação do PSD. Do mesmo modo, veja-se, também, a "Proposta de alterações a introduzir no projecto, Estatutos PPD", de 14 de Setembro de 1974, igualmente disponível nos mesmos Serviços, na qual se abordaria a necessidade de melhor regulamentar a admissão de indivíduos não comprometidos com o regime anterior e a de estipular o número exacto de elementos a fazer parte dos órgãos nacionais do partido.

(652) Vejam-se, a este respeito, as declarações posteriores de Francisco Sá Carneiro em entrevista concedida ao *Século Ilustrado*, nº 1925, de 30 de Novembro de 1974: "Houve divergências pessoais (...). Houve certas divergências de pormenor, mas nada quanto ao fundo, em relação às grandes opções do partido" acrescentando: "Não havia, nem há, alas dentro do PPD".

(653) As principais conclusões do Congresso, para além das já apontadas, seriam as seguintes: "construção de uma sociedade socialista e democrática em Portugal pela via da social-democracia", na qual os direitos e liberdades dos cidadãos teriam que estar garantidos; opção por um parlamentarismo racionalizado com responsabilidade política do Governo perante o Parlamento; tendência para a socialização dos meios de produção, acentuando-se a importância primordial dos objectivos sociais e sublinhando-se, nesse quadro, a necessidade de socialização da medicina; alargamento do sector público, no âmbito de uma planificação democrática, considerando-se a co-gestão como a via adequada para se chegar à autogestão; no plano externo, seriam introduzidas referências especiais quanto às relações com o Terceiro Mundo, resolvendo-se solicitar a inscrição do partido na Internacional Socialista. Vejam-se as "Conclusões do Congresso", no *Povo Livre*, nº 16, de 26 de Novembro de 1974, p. 7.

O próprio discurso de Francisco Sá Carneiro, realizado sob a pressão dos acontecimentos, mostra indícios desse radicalismo. Vejam-se, também, as declarações à imprensa feitas por representantes de sectores ditos à esquerda no

volta do Programa(654), e das listas para os órgãos nacionais(655). O Programa apresentado acabaria por ser aprovado na generalidade, ficando a Comissão Política encarregada de

---

partido, propugnantes de uma clarificação no Congresso que visasse uma "nítida opção de esquerda". (Cf. *Expresso,* nº 99, de 23 de Novembro de 1974, p. 1).

Seria durante este Congresso e no clima descrito que se anunciaria a adesão em massa, já reportada, do Directório da Acção Democrata-Social e, também, a de Emídio Guerreiro, aliás convidados a aderir por decisão da Comissão Política do PPD. Cf. respectivamente, esse anúncio *in ibidem,* e a "Acta da Reunião da Comissão Política (23/10/74)", existente no arquivo de António Carlos Lima.

Ideias eventualmente mais liberalizantes seriam então derrotadas, tal como o projecto redigido por Alfredo de Sousa, com base numa equipa de jovens neo-liberais, o qual mal póde ser lido pelo seu signatário. Aliás, em documento anterior, o partido já se declarara como não liberal, embora defendendo "as liberdades individuais" e querendo "aprofundá-las e garantir (...) igual conteúdo para todos através de um esforço constante de construção de um socialismo humanista e democrático", propondo a social-democracia com esse fim. Cf. "Comunicado - conferência de imprensa do Partido Popular Democrático (18/10/74)", Serviços de Documentação do PSD.

(654) Os textos-base para a elaboração do Projecto do Programa, depois de analisados e ordenados pela Comissão Política, seriam enviados para discussão aos Núcleos locais do partido, juntamente a uma circular endereçada aos Delegados ao Congresso, assinada por Jorge Correia da Cunha, pela Comissão Política e datada de 2 de Novembro de 1974. Vejam-se aqueles textos-base, bem como a circular anexa aos mesmos, nos Serviços de Documentação do PSD.

O Programa do PPD acabaria por ser redigido por uma comissão na qual preponderariam Jorge Figueiredo Dias, António Barbosa de Melo e Manuel Costa Andrade, com base nas alterações elaboradas durante o Congresso sobre o projecto inicial já reformulado, depois de recolhida toda a documentação que seria entregue em casa do primeiro, em Coimbra, pela mão de Conceição Monteiro e de Jorge Correia da Cunha, tal como nos seria confirmado pelos próprios. Os primeiros exemplares do Programa, cujo espírito resultara, fundamentalmente, conforme já vimos, das teses do chamado "Grupo de Coimbra", acabariam por ser apresentados no primeiro comício do PPD em Viseu, realizado a 21 de Dezembro de 1974, visto que a respectiva impressão tinha sido efectuada nessa cidade.

(655) Respectivamente o Secretário-Geral, cargo em que ficaria confirmado Francisco Sá Carneiro, a Comissão Política Nacional, o Conselho de Fiscalização e a Comissão de Disciplina. Veja-se no Anexo III deste trabalho o Organigrama 1 e a descrição dos órgãos, cargos e números de membros eleitos; veja-se, igualmente, a Lista 2 do Anexo IV, onde se apresentam os nomes das individualidades eleitas no I Congresso Nacional para desempenharem esses cargos. O grupo de Jorge Sá Borges conseguiria obter uma forte representação na Comissão Política Nacional, enquanto Francisco Sá Carneiro veria afastados desse órgão alguns elementos da sua confiança pessoal, tal como Rui Machete, que viria a ingressar no Conselho de Fiscalização.

proceder à sua redacção final. Os Estatutos(656) seriam igualmente aprovados com algumas alterações e as listas para os quadros dirigentes, resultado das negociações pré-estabelecidas e já reportadas, tinham como ponto comum a inclusão de grande número dos apoiantes de Jorge Sá Borges na Comissão Política e o nome de Francisco Sá Carneiro para Secretário-Geral do partido(657).

A tensão interna gerada antes do Congresso, que haveria de culminar no conflito mais ou menos aberto entre os dois pólos de decisão do partido, embora em parte tivesse sido atenuada durante a sua realização, acabaria por se projectar imediatamente a seguir no funcionamento da Comissão Política eleita. Logo na sua primeira reunião, efectuada tendo por objectivo a eleição do respectivo Vice-Presidente(658), Jorge

---

(656) Os Estatutos do PPD, inicialmente redigidos por José Sousa Brito, que nunca seria militante do partido, viriam a ser aprovados com algumas alterações no I Congresso Nacional. Cf. *Estatutos do Partido Popular Democrático*, aprovados pelo 1º Congresso Nacional do partido em: 24 de Novembro de 1974, do qual constam 5 Capítulos, que agrupam 100 Artigos, tratando respectivamente os seguintes temas: Capítulo I - Princípios Fundamentais; Capítulo II - Militantes, subdividido em 3 secções, respectivamente sobre a aquisição e cessação da qualidade de militante, direitos e deveres dos militantes e movimento juvenil; Capítulo III - Órgãos Nacionais, subdividido em 2 secções, uma sobre os Órgãos Nacionais, outra sobre os Locais; Capítulo IV - Actos e Actividades; Capítulo V - Sem título, aborda a questão da revisão estatutária e da duração do partido. Cf. *ibidem*.

(657) Vejam-se as listas A, B, C e D sobre as quais seria elaborada a lista de pretensa unidade, devido a pressões várias e assumindo Júlio Castro Caldas e Casimiro Cobra, este mais tarde autarca pelo MDP em Alcácer do Sal, ambos do grupo de Jorge Sá Borges, um papel bastante importante nessa matéria. A lista de "unidade" seria apresentada por ocasião do I Congresso Nacional. Cf. documentos do I Congresso do PPD, Serviços de Documentação do PSD e *Povo Livre*, nº 16, de 26 de Novembro de 1974, p. 9.

(658) Francisco Sá Carneiro, confirmado Secretário-Geral do PPD, pertenceria igualmente à Comissão Política na qualidade de seu Presidente. Cf. *Estatutos do Partido Popular Democrático*, aprovados pelo 1º Congresso Nacional do partido em 24 de Novembro de 1974.

Sá Borges obteria o cargo, ficando assim o número dois do partido(659). Consequentemente, reacender-se-ia o conflito com Francisco Sá Carneiro, que tentaria neutralizar, ou pelo menos compensar, essa influência acrescida do seu opositor, nomeando Secretários-Gerais Adjuntos dois homens da sua confiança: Rui Machete e, mais uma vez, Manuel Alegria(660).

Perante esta atitude, Jorge Sá Borges proporia a distribuição dos diferentes pelouros pelos membros da Comissão

---

(659) Segundo conseguimos apurar através dos testemunhos de Joaquim Magalhães Mota e de Jorge Sá Borges, este último seria eleito pela maioria (5 votos), dado os restantes votos se terem dispersado por Carlos Mota Pinto (3), recebendo ainda alguns dos outros intervenientes 1 a 2 votos por cabeça. (Não existe disponível qualquer acta dessa reunião).

(660) Compunham os três o novo Secretariado; Manuel Alegria acabaria por se ausentar para a Bélgica, na sequência de um problema ligado à questão do financiamento do partido, o que enfraqueceria aí consideravelmente a posição de Francisco Sá Carneiro. Mais tarde, na ausência deste, ficaria Rui Machete a gerir o PPD até se eleger o líder substituto.

As fontes de financiamento, sobretudo durante a fase inicial de arranque do partido suscitariam alguma controvérsia interna. Até ao 28 de Setembro de 1974 o partido fora suportado fundamentalmente por alguns grupos financeiros, sendo a ligação com os mesmos processada através de José Manuel Simões de Almeida que era Secretário-Geral provisório do partido e de Manuel Alegria. Depois dessa data, e muito embora um outro grupo oferecesse gratuitamente a sede nacional na Av. Duque de Loulé, a situação económica do PPD complicar-se-ia bastante, devido às acções empreendidas contra o que, na altura, os sectores de esquerda entendiam ser "sabotagem económica do PREC", ficando as suas receitas praticamente reduzidas aos parcos lucros provenientes da comercialização de emblemas, autocolantes e outro material de propaganda, tendo ficado à frente da gestão financeira Rui Machete, assessorado por José Manuel Toscano Pessoa. Vejam-se alguns dos documentos comprovativos das fontes de financiamento inicial do PPD em *Sabotagem Económica "Dossier" Banco Espírito Santo*, trabalho colectivo da Comissão de Delegados Sindicais do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, coordenação de CAMILO CARVALHO, CARVALHEIRA ANTUNES e SERAFIM FERREIRA, Universidade do Povo, Lisboa, Diabril, 1975, pp. 47-51.

Depois do 11 de Março de 1975 a situação financeira ainda se agravaria mais, dada a "denúncia" processada em pleno período eleitoral numa Assembleia Geral de Bancários, sobre a origem do financiamento do partido, a qual daria azo a diversas reacções a nível local (veja-se, por exemplo, um "Comunicado da Comissão Política Concelhia de Évora", de 17 de Março de 1975, existente no arquivo de Maria Virgínia Esterninho), através das quais se reforçaria a posição da Comissão Política Nacional ao requerer um inquérito às fontes de financiamento de todos os partidos.

Política Nacional, a maioria dos quais lhe eram favoráveis, no sentido de "secar" o Secretariado esvaziando, portanto, os poderes de Secretário-Geral. A votação, por maioria, da proposta de Jorge Sá Borges, viria a reforçar a posição desta sensibilidade à qual couberam pelouros fundamentais tal como o laboral, a juventude, a comunicação social e a prossecução da tarefa de implantação regional, através dos quais o grupo em questão se ia enquistando no seio do partido.

Inconformado, o Secretário-Geral viria a requerer ao Conselho de Fiscalização um parecer no sentido de verificar se tal evasão das funções executivas do Secretarido era ou não estatutariamente permitida. Reunido no Porto, o Conselho de Fiscalização perfilharia um parecer favorável a Francisco Sá Carneiro, considerando que tal decisão ia contra o espírito dos Estatutos. O parecer em causa, cujo relator seria Marcelo Rebelo de Sousa, cometeria à Comissão Política Nacional a competência de traçar as linhas políticas gerais, mas não podendo a mesma, no plano executivo, sobrepor-se ao Secretariado. Tal parecer não viria, contudo, a pôr termo ao diferendo em questão, agravado pelos acontecimentos do foro político mais vasto, dos efeitos respectivos na esfera intra-partidária e da actuação das chefias do partido em termos da condução política do mesmo.

A via social-democrata propugnada na primeira cimeira do PPD, em face do abandono progressivo, com a anuência de Francisco Sá Carneiro, de uma tendência eventualmente mais liberal, continuaria a ser difundida pelos dirigentes do

partido nos sucessivos comícios que se seguiriam, assim como nas respectivas declarações à imprensa. No entanto, a inflexão à esquerda que o PPD desde então vinha a sofrer, seria também evidente nessas mesmas ocasiões pela boca de alguns desses dirigentes e das estratégias que posteriormente viriam a propugnar(661). Quanto ao crescimento do partido, até aí muito pouco homogéneo, seria alvo, a partir da realização do seu I Congresso, de rearranque considerável(662).

Apesar de não se poder defender a existência, então, de clivagens claramente ideológicas no seio do partido, o facto é que se viria a desenhar, sob tal capa, um realinhamento de pessoas à volta das polémicas mais ou menos escondidas que se faziam sentir. Como já tivemos ocasião de evidenciar, estas vinham a tomar corpo desde o início da constituição do PPD,

---

(661) Veja-se, por um lado, o discurso de Francisco Sá Carneiro, proferido no primeiro comício realizado no Porto, no *Diário Popular* e em *A Capital*, ambos de 30 de Novembro de 1974. Quanto à esquerdização efectivamente processada vejam-se, por outro lado, as declarações de Emídio Guerreiro no mesmo comício, (cf. *ibidem*), a aproximação à Frente Socialista Popular em detrimento do diálogo com o PS, nomeadamente no plano sindical (cf. *Expresso*, nº 263, de 12 de Novembro de 1977, p. 3), as posições contraditórias assumidas quanto à unicidade sindical ou o comunicado em defesa da coligação com o PCP da autoria de José Sousa Brito. (Vejam-se as notas 663, 664 e 669 desta dissertação).

(662) De que seria exemplo o lançamento das Secções e dos Núcleos Sócio-profissionais (artigos 12º, 1; 19º, 1 e 3 dos *Estatutos do Partido Popular Democrático*, aprovados no I Congresso Nacional do partido em: 24 de Novembro de 1974). Note-se, contudo, que ambas seriam apenas estruturas paralelas, embora se contemplasse já a inclusão de representantes seus nos órgãos nacionais do partido: 50 representantes no Conselho Nacional (artº 66º, 3º, 35º, 1 e) e 1 por cada 50 militantes respectivos no Congresso (artº 30º, 1, d).

O trabalho desenvolvido no sector laboral ficaria a dever-se sobretudo a José António Furtado Fernandes, tendo-se mais tarde começado a pôr a questão, aflorada na Comissão Política Nacional reunida em Coimbra em Setembro de 1975, relativamente à integração das estruturas Sócio-profissionais na orgânica estatutária do partido, visando uma maior funcionalidade. Cf. *Perspectiva 2000*, publicação interna do PPD dirigida aos sectores Sócio-profissionais, zona centro, Coimbra, nº 3, Outubro de 1975, pp. 5-10.

conotando-se com as diferenças de estilos no que concerne à prática política, diferenças essas decorrentes das distintas formações e proveniências políticas dos vários dirigentes.

De um lado, Francisco Sá Carneiro, denotando uma difícil inserção no partido que criara, habituado a jogar só e a não partilhar todos os seus projectos de actuação política, do outro, bem demarcado, o grupo da Regionalização que arrancara com o partido, responsável pela organização partidária, dominando a maioria da Comissão Política e com um espírito de disciplina consideravelmente elevado.

Se as questões ideológicas de fundo não estavam, ainda, de forma expressa na raiz das primeiras querelas internas, nas quais pesavam sobretudo motivações que se prendiam com rivalidades, interesses pessoais e posições estratégicas e tácticas distintas em face das oportunidades que se ofereciam, por um lado, ao próprio partido e, por outro, dentro deste, às respectivas elites, também é um facto que questões daquela natureza se projectavam já reflexamente no contencioso então existente.

No que concerne ao quadro das oportunidades que o sistema político oferecia então ao PPD, este tinha sido consideravelmente reduzido, como vimos atrás, desde o 28 de Setembro e os tempos que de imediato se seguiriam só viriam agravar essa situação. O espaço de manobra do PPD era então diminuto e para o sector do partido liderado por Jorge Sá Borges parecia que uma considerável volubilidade táctica e estratégica poderia possibilitar a sua sobrevivência em

semelhante situação, permitindo ao PPD acompanhar o passo do PREC e recuperar o tempo perdido.

Cremos que seria, fundamentalmente, no quadro dessa tomada de consciência e por uma questão de raciocínio táctico objectivo, que se inscreveram certas atitudes consideradas esquerdistas por alguns sectores do partido, expressas através de vários comunicados emanados pela Comissão Política Nacional e de intervenções públicas de alguns dirigentes(663), mesmo independentemente de subjacentes às mesmas poderem estar motivações de carácter predominantemente estratégico. Reacções desfavoráveis a essas atitudes, por parte de numerosos sectores de base do PPD, dariam lugar a sucessivas justificações

---

(663) Veja-se, quer a intervenção de Francisco Sá Carneiro num comício em Fafe, durante a qual o líder do PPD teceria alguns elogios à União dos Estudantes Comunistas (cf. artigo de MARCELO REBELO DE SOUSA, "Meditações acerca do PCP", in *Expresso*, nº 105, de 4 de Janeiro de 1975, p. 21, quer o "Comunicado nº 29", de 26 de Janeiro de 1975, no qual se procederia à defesa da manutenção do PCP no Governo, bem como do MFA enquanto garante das liberdades e das plataformas inter-partidárias, pugnando-se mesmo, aí, pela institucionalização respectiva. De notar que, no mesmo comunicado, se defendia que esta institucionalização não significava o defender-se a consolidação da "intervenção militar na acção independente dos vários órgãos de soberania (...)" mas, tão só, o perspectivar-se esta como garante do "(...) carácter de fiador supra-partidário da continuidade do processo democrático e da defesa do programa do MFA". Cf. "Comunicado nº 29", da Comissão Política Nacional, de 26 de Janeiro de 1975, *in Partido Popular Democrático Comunicados-2, (de 3/12/74 a 17/02/75)*, Cadernos PPD-7, p. 56.

Veja-se, também, o discurso de Jorge Sá Borges sobre a unicidade, proferida num comício em Lisboa realizado a 22 de Janeiro de 1975, denunciando com bastante virulência a escalada do PCP mas adoptando, contudo, uma atitude mais passiva para com a Comissão Coordenadora do MFA. Cf. "Discurso proferido por Jorge Sá Borges no Comício de Lisboa de 22 de Janeiro de 1975", Serviços de Documentação do PSD, o qual não viria a ser publicado, na linha da posição então defendida de não hostilização pública dos comunistas. Uma e outra tomada de posição levantariam acesa polémica interna, visto Manuel Alegria, ex-Secretário-Geral Adjunto, ter então acusado a Comissão Política, na pessoa de Jorge Sá Borges, de puro oportunismo, enquanto, dias depois, na tentativa de apagar os efeitos que essa intervenção tinha provocado, Francisco Sá Carneiro atacava frontalmente o PCP. Cf. *Informação e Análise*, nº 2, de 13 de Fevereiro de 1975, p. 6; veja-se, igualmente, sobre a situação à altura criada, o artigo de MARCELO REBELO DE SOUSA, "Aproxima-se o segundo 'round', no *Expresso*, nº 108, de 25 de Janeiro de 1975, pp. 2 e 3.

daquele órgão, no sentido de explicitar o significado das posições anteriormente assumidas(664).

8. Em termos substanciais, poder-se-ia dizer que, com as eleições à porta, o PPD jogaria sobretudo numa perspectiva eleitoral e, considerando o acentuado esquerdismo do processo político, afastava a eventual hipótese de alargamento à direita, optando pelo seu reforço à esquerda(665). Ou seja, a fundamentação da estratégia escolhida decorria da própria conjuntura político-social descrita nas páginas precedentes, que não oferecia à direita grande espaço de manobra e que impunha ao centro, único plano possível para o PPD se movimentar, um perfil de centro-esquerda.

A acção desenvolvida demonstraria uma significativa capacidade de dinamismo, de adaptação às circunstâncias, fruto de certa sensibilidade, senão de um diagnóstico preciso, relativamente aos diversos condicionalismos conjunturais. Uma maleabilidade táctica isenta de purismos de ordem doutrinária,

---

(664) Veja-se, por exemplo, o "Esclarecimento do PPD", datado de 27 de Janeiro de 1975, Serviços de Documentação do PSD, produzido em simultâneo com a notícia publicada na mesma data nos jornais diários sobre o assunto e também o posterior "Comunicado nº 30 da Comissão Política Nacional", de 2 de Fevereiro de 1975, em *Partido Popular Democrático, Comunicados-2 (de 3/12/1974 a 17/02/1975)*, Cadernos PPD-7, pp. 59-60; neste último comunicado pretender-se-ia esclarecer o significado da defesa realizada quanto à manutenção de uma plataforma política com o PCP, depois de algumas reacções desfavoráveis de militantes recebidas na respectiva Comissão Política (vejam-se os originais dos telegramas enviados nesse sentido por diversos militantes do PPD existentes nos Serviços de Documentação do PSD).

(665) Sobre o facto de o partido pretender disputar o voto no terreno da esquerda não comunista, vejam-se as reacções do PPD às declarações feitas na imprensa da época, por exemplo no "Comunicado nº 36 da Comissão Política Concelhia do Porto", de 16 de Fevereiro de 1975 (*in* arquivo de Maria Virgínia Estorninho), no qual se adoptaria uma posição clara frente ao PS, que aí se apodaria de marxista e anti-social democrata, defendendo-se ser esta última opção a do PPD e não se podendo assim falar, genericamente, de "esquerda não comunista".

a par da vontade explícita, nem sempre conseguida, de assumir a iniciativa política, marcaria então a actuação do PPD.

Se as acções tácticas deste partido não estiveram sempre de acordo com uma estratégia programática de fundo, tal como parecia ser a intenção primeira(666) ou, se nem sempre foi possível, nesta fase, jogar de forma antecipada, tal ficar-se-ia a dever a dois factores fundamentais. Por um lado, ao próprio percurso extremamente acidentado do processo político, à progressiva radicalização deste, à colagem do PCP ao mesmo e à precaridade do papel que os partidos então ainda desempenhavam frente à prepotência militar e, por outro, aliás estreitamente relacionado com estas últimas questões, às dissenções internas surgidas relativamente à inexistência de uma opção estratégica única por parte das elites respectivas.

A partir da questão surgida à volta da unicidade sindical(667) e, posteriormente, sobretudo durante o "Verão quente" de 1975, novas limitações haveriam de surgir ao PPD no

---

(666) A este propósito é elucidativo o documento "I. Bases para uma estratégia PPD", apresentado por Joaquim Magalhães Mota à Comissão Política, em 24 de Julho de 1974, existente no arquivo de Alexandre Bettencourt. Nesta proposta são delineados os principais aspectos sobre os quais deveria assentar a estratégia do partido, (depois de alguns considerandos sobre a impossibilidade de prosseguir uma estratégia de duelo, devido à complexidade do sistema e à urgência em despistar, com o necessário avanço, as contradições do mesmo), apresentando-se, simultaneamente, as condições específicas para equacionar, em concreto, aquela estratégia.

(667) Sobre as posições assumidas pelo PPD em face desta questão, as quais, depois de uma primeira fase de expectativa ou mesmo de alguma ambiguidade (veja-se aqui a nota 669), se orientariam fundamentalmente na linha da liberdade sindical, da unidade sem unicidade imposta, atingindo em certos momentos uma acentuada violência verbal, vejam-se os sucessivos comunicados emitidos nesse sentido, aliás, na sua maioria, precedendo a posição pública do próprio PS (cf. a nota 412 desta dissertação); veja-se também o "Comunicado - O PPD e o sindicalismo", de 2 de Agosto de 1974, o "Comunicado da Comissão Política Nacional nº 6", de 9 de Agosto de 1974, o "Comunicado da Comissão Política Nacional nº 8", de 27 de Agosto de

que concerne às suas pretensões de liderar a contestação democrática e de se antecipar nas tomadas de decisão e na produção de factos políticos, dado perfilhar-se já o ascendente do PS, o qual, no plano partidário, viria a assumir um papel liderante na oposição até ao final desta fase, enquanto, do outro lado, o PCP continuava a jogar a principal cartada.

No PPD as duas posições estratégicas fundamentais derivavam, como já dissemos atrás, de um conflito de poder ao nível intra-partidário e de uma leitura diferente do acompanhamento a fazer ao processo em curso, tendo em conta as oportunidades que o sistema político oferecia, então, ao partido e a forma de as optimizar. Estes aspectos seriam ambos fundamentais para a compreensão do primeiro conflito interno, já que é neles que vai entroncar, a partir do regresso de Francisco Sá Carneiro ao partido depois da sua doença, a primeira grande querela que viria a culminar com a cisão de Aveiro.

A última intervenção pública de Francisco Sá Carneiro fora já marcada por um violento ataque ao crescente poder dos militares na vida política portuguesa e pelo alerta quanto à

1974, o "Comunicado do PPD", de 13 de Setembro de 1974, no qual explicitamente se apela à ratificação, pelo País, da Convenção nº 87 da OIT sobre a liberdade sindical; veja-se, ainda, o artigo "O PPD pronuncia-se sobre a lei sindical", *in A Capital*, de 16 de Janeiro de 1975, a "conferência de imprensa" realizada no dia seguinte, a entrevista posteriormente concedida por Francisco Sá Carneiro a *A Capital*, de 21 de Janeiro de 1975 e ao *Expresso*, nº 108, de 25 de Janeiro de 1975 e o "Comunicado da Comissão Política", este de conteúdo contraditório, datado de 26 de Janeiro de 1975. Os Comunicados da Comissão Política encontram-se, na sua maioria, nos Serviços de Documentação do PSD; os restantes aqui mencionados fazem parte do arquivo de Maria Virgínia Estorninho.

ascensão do seu sector mais radicalizado, numa clara antevisão do processo que haveria de culminar com o 11 de Março(668) e em evidente dissonância com a posição de base então assumida pela maioria da Comissão Política social-democrata(669).

---

(668) Veja-se o "Discurso de Francisco Sá Carneiro no Comício de Aveiro", realizado em 1 de Fevereiro de 1975, em *Francisco Sá Carneiro, Textos,* 3º Volume, 1974-1975, Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1982, pp. 247-254 e as referências ao mesmo, tal como à mensagem enviada a um comício realizado no Porto em Março de 1975, na entrevista de Francisco Sá Carneiro concedida ao *Jornal Novo,* de 26 de Agosto de 1975, publicada em *FRANCISCO SÁ CARNEIRO, Poder Civil, Autoridade Democrática e Social-Democracia,* Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975, p. 77.

Sobre a perspectiva de Francisco Sá Carneiro no que concerne ao papel predominante do MFA na cena política nacional, veja-se, também, a "Mensagem de Sá Carneiro", lida por Mário Montalvão Machado num comício realizado no Porto a 21 de Março de 1975, em *Francisco Sá Carneiro, Textos,* 3º Volume, 1974-1975, Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1982, pp. 257-258, da qual retirámos alguns excertos significativos a esse respeito: "(...) autêntica Democracia que implica a supremacia do poder civil, eleito em sufrágio directo e secreto"; "(...) não poderemos jamais consentir em trocar a autêntica democracia pluralista por um qualquer regime autoritário, ainda que socialista e imposto para salvação nacional"; "Nem se conceberia que uma Assembleia Constituinte (...), estivesse sujeita a qualquer tipo de fiscalização ou tutela que não seja a do sufrágio popular". (citações extraídas da p. 257).

Veja-se, igualmente, a entrevista de Francisco Pinto Balsemão ao *Expresso,* na qual este dirigente considera o MFA um poder paralelo e as declarações proferidas num comício em Oeiras por Marcelo Rebelo de Sousa, em que são apresentadas, de forma bastante clara, as duas opções em confronto, as quais, em nosso entender, sumarizam pelo menos uma das facetas fundamentais da problemática conflitual intra-partidária da altura: o aceitar de certas limitações fazendo-o pela Democracia ou, pelo contrário, o assumir de uma posição frontal para com o MFA em nome dos princípios, opção que o orador defendeu "parecer ser desistir da democracia em nome da democracia". Enquanto a primeira tese seria a defendida sobretudo pelo chamado "Grupo Sá Borges" a última representaria o grande cavalo de batalha de Francisco Sá Carneiro. Cf. *Expresso,* nº 119, de 12 de Abril de 1975.

Sobre os acontecimentos de 11 de Março de 1975, veja-se a nota 416 desta dissertação. O PPD assumiria, em face do golpe, posições imediatas de repúdio (Cf. "Comunicado da Comissão Política Nacional", emitido às 14 horas do dia 11 de Março de 1974, *in Partido Popular Democrático, Comunicados-3, 25/02/75 a 1/04/75,* Cadernos PPD-8), para além da participação de numerosos militantes na manifestação de apoio ao MFA realizada ao fim da tarde desse dia em Lisboa.

(669) Visível através de alguns comunicados contraditórios emanados pela referida Comissão Política e em discursos proferidos em comícios por parte dos seus principais dirigentes; neste capítulo também se inscreveriam posições ambíguas relativamente à questão sindical, ao papel do MFA e à posição a tomar quanto ao PCP, entre as quais se contaria uma proposta de comunicado apresentada pelo grupo de Jorge Sá Borges a admitir a possibilidade da unicidade sindical desde que aprovada por referendo (veja-se, sobre a mesma, o *Expresso,* nº 263, de 12 de Novembro de

As eventuais concessões ao MFA, pelo menos aos seus sectores menos radicalizados, por parte deste grupo de dirigentes, decorriam da assunção de que o partido seria completamente marginalizado da vida política caso viesse a assumir uma posição frontal totalmente antagónica aos militares, visto não se entender que estivessem já criadas as condições para tal ser levado a cabo sem grandes riscos.

Pelo contrário, Francisco Sá Carneiro defenderia, desde logo, a necessidade de não fazer mais concessões aos militares enquanto líderes do processo de democratização. Este diferendo seria, mesmo, um dos principais motivos que oporiam Francisco Sá Carneiro à então linha maioritária da Comissão Política Nacional, visto ser o único que na altura se manifestava claramente contra o predomínio do MFA.

Durante a sua ausência, motivada por prolongada doença(670), suceder-se-iam uma série de movimentações e de fac-

---

1977, p. 3.

Note-se que apesar de algumas declarações à imprensa por parte dos principais dirigentes do partido, a maioria dos comunicados produzidos entre Janeiro e Março de 1975 seriam produzidos pela Comissão Política Concelhia do Porto, prendendo-se os mesmos, fundamentalmente, com o diferendo com o PCP, denunciando-se aí a actuação desestabilizadora deste partido. Cf. *Partido Popular Democrático Comunicados-3 25/02/1975 a 1/04/1975*, Cadernos PPD-8.

(670) No Conselho Nacional do PPD reunido a 24 de Maio de 1975, de acordo com a acta da referida reunião, Francisco Sá Carneiro mostrar-se-ia constrangido atendendo às suas condições de saúde, declarando ser necessário ausentar-se durante algum tempo a Londres para a necessária recuperação e informando que o facto de não ter apresentado a sua excusa do cargo antes das eleições, se devia a ter receado as consequências imediatas de tal situação, surgindo então o momento oportuno, aliás inadiável, para a sua substituição, visto a evolução política exigir uma resposta pronta e clara do partido. O Secretário-Geral consideraria, ainda, a necessidade de se proceder à revisão estatutária, para se encontrar uma estrutura compatível com aquele objectivo. Cf. "Acta do Conselho Nacional de Lisboa", de 24 de Maio de 1975, *in Livro de Actas dos Conselhos Nacionais*, pp. 3-25, Serviços de Documentação do PSD (este é o único livro de actas das reuniões do Conselho Nacional do

tos, cuja relevância e incidência seriam fundamentais, tanto no que respeita à condução do processo político global como no âmbito intra-partidário, ambos caracterizados por uma certa entropia institucional, daí resultando, no que se refere ao PPD, uma fisionomia bem diferente daquela que o partido apresentava ainda em inícios de 1975.

9. Depois do 11 de Março, como já vimos, todo o panorama político-partidário seria alterado(671). Entrava-se na negociação da plataforma de Acordo Constitucional, acabando por se assinar, a 11 de Abril, o 1º Pacto MFA-Partidos(672), depois da exoneração do III Governo Provisório e da constitui-

---

PPD, iniciado nesta reunião; contém doze actas, sendo a última referente à reunião daquele órgão realizada a 14 de Janeiro de 1978, data a partir da qual nunca mais foi exarada qualquer acta das reuniões do mesmo, tendo em conta que já se procedia à gravação dos respectivos trabalhos em banda magnética).

(671) Uma das medidas imediatas consistiria na nacionalização da Banca, como aliás dos Seguros, acção que levantaria certas reticências por parte do PPD, o qual, mesmo dentro dos condicionalismos vigentes e pese embora a actuação de certos dirigentes que teriam mesmo chegado a avançar a hipótese de ser o PPD a, numa estratégia de antecipação, exigir essas nacionalizações, não deixaria de evidenciar a sua apreensão perante aquelas medidas, sublinhando-se num comunicado elaborado por Alfredo de Sousa o facto de que uma "nacionalização não significa uma verdadeira socialização, antes podendo redundar em puro capitalismo de Estado" e que o "pressuposto desta medida é (...) a existência de um poder democraticamente constituído", denunciando uma preocupação evidente em face do avanço no poder das forças de esquerda. Cf. "Comunicado - a propósito da nacionalização da Banca", s.d., Serviços de Documentação do PSD.

(672) A assinatura do 1º Pacto não seria isenta de certa polémica entre os membros da Comissão Política e as Comissões Distritais do PPD, tendo dirigentes como Rui Machete, então Secretário-Geral Adjunto, votado contra a assinatura do mesmo, na linha da posição defendida por Francisco Sá Carneiro (ausente em Londres em tratamento); enquanto Francisco Pinto Balsemão lideraria a defesa da sua assinatura, visto entender que o MFA só permitiria a realização das eleições se o Pacto fosse previamente assinado. António Barbosa de Melo defenderia, também, a sua assinatura, dados os circunstancialismos apontados, mas exigindo a divulgação de um Comunicado do partido, no *Povo Livre*, explicando as razões de tal acto por parte do PPD e as reservas que o mesmo lhe trazia. Veja-se o teor do Comunicado então publicado em que se afirma "(...) não obstante preferir, de acordo com o ideário do Partido, um compromisso com o MFA nos termos das reservas que fez no

ção do IV(673), iniciando-se então a campanha para a Constituinte(674). Os resultados obtidos pelo PPD nas primeiras eleições livres(675) foram, contudo, bastante consideráveis e indicativos da implantação desigual do partido nas distintas

---

seu documento entregue ao Conselho da Revolução em 4/04/75 (...), se decide aceitar a proposta do Conselho da Revolução "(...) na esperança de que esta será de entre as possíveis, a melhor solução para a construção da democracia pluralista em Portugal, perante as circunstâncias concretas da presente situação histórica". Cf. *Povo Livre*, nº 39, de 15 de Abril de 1975, p. 13.

Não só o Pacto MFA/partidos vinha consagrar plenamente a institucionalização do MFA (aliás já prevista na Lei nº 5/75, de 14 de Março, na sequência de diversas tentativas nesse sentido processadas desde o início de 1975 e possibilitadas com o golpe de 11 de Março, que daria origem à sua publicação), como reduziria consideravelmente o papel dos partidos, impondo, simultaneamente, diversos pontos restritivos à elaboração da Constituição. Veja-se a análise efectuada nesse sentido por JORGE MIRANDA, em *Constituição e Democracia*, Lisboa, Livraria Petrony, 1976, pp. 95 e ss.

Quanto às Comissões Distritais opor-se-iam, na sua maioria, à celebração do Pacto, assumindo aí particular relevo o papel desempenhado por Emídio Guerreiro, então Presidente da Comissão Política Distrital do Porto, que se declarava contra a "democracia militar", adquirindo por essa via uma certa notoriedade dentro do partido, que mais tarde viria a dar os seus frutos. Veja-se o *Expresso*, nº 263, de 12 de Novembro de 1977, p. 3.

(673) O IV Governo Provisório tomaria posse a 26 de Março de 1975, tendo de novo como Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves. O PPD participou nesse Executivo com quatro elementos: dois Ministros: Joaquim Magalhães Mota e Jorge Sá Borges e dois Secretários de Estado: Carlos Macedo e Vasco Graça Moura. (Cf. Lista 22 do Anexo IV desta dissertação).

(674) Sobre as características da campanha eleitoral do PPD para a Assembleia Constituinte, feita com base na imagem de Francisco Sá Carneiro, conquanto este permanecesse ausente (vindo de Londres apenas para votar e não perder os seus direitos políticos, correspondendo às instâncias feitas nesse sentido por Rui Machete, segundo o testemunho deste último), veja-se a imprensa da época, por exemplo o artigo "Campanha eleitoral em 12 frentes", no *Expresso*, nº 118, de 5 de Abril de 1975, pp. 3, 4, 5 e 6, para além do conjunto de comunicados emanados na altura em *Partido Popular Democrático, Comunicados-4, (de 3/04/1975 a 29/04/1975)*, Cadernos PPD-9, além de um outro "Comunicado à população - abertura da campanha eleitoral", no qual se alinhavam doze razões da pertença à social-democracia, emanado da Comissão Coordenadora Nacional da Juventude Social Democrata e datado de 2 de Abril de 1975, existente nos Serviços de Documentação do PSD.

(675) Sobre a campanha eleitoral e as primeiras eleições livres veja-se, para além das notas 418 e 419 desta dissertação os artigos "Eleições: números e factos de interesse geral" e "Campanha eleitoral em doze frentes", ambos no *Expresso*, nº 118, de 5 de Abril de 1975, pp. 3, 4, 5 e 6. Sobre os resultados obtidos pelos diferentes partidos veja-se, no Anexo VI desta dissertação, o Quadro 2 e o Mapa 7.

regiões do país, situação que aliás se viria a manter, em termos de tendências de fundo, ao longo dos sucessivos actos eleitorais(676).

O período que decorreu de Março a Maio de 1975 representou uma fase crucial da vida política portuguesa. Ao nível intra-partidário, no que concerne ao PPD, revestiu-se igualmente de primordial importância, já que a situação aí gerada, com a ausência de Francisco Sá Carneiro afastado por doença e a solução encontrada para a sua substituição, viriam a marcar profundamente o partido e a criar as condições precisas para que, mais tarde, a confrontação se tornasse possível.

Temos, assim, que à nova correlação de forças criada no sistema político-social a partir do 11 de Março de 1975, corresponde, na esfera do PPD, uma nova dialéctica interna, que, no fundo, se revestiria de características em tudo muito semelhantes àquela. Uma e outra, com o decorrer do tempo, viriam a assumir formas consideravelmente mais complexas e radicalizadas, criando-se, tanto ao nível intra-partidário, como ao do sistema político-social mais vasto as condições ideais para que a ruptura, na sequência do confronto aberto,

---

(676) O PPD obteria um total de 81 Deputados à Assembleia Constituinte, correspondente a 26,4% dos votantes. Os resultados obtidos pelo PPD nas diversas zonas do país indicariam uma implantação considerável no Norte, Centro, Açores e Madeira e uma implantação bastante mais fraca no Sul, com uma amplitude da ordem dos 62,37% (diferença entre a percentagem mais alta, obtida na Horta - 67,6% - e a mais baixa em Beja - 5,2%). Cf. Quadro I e Mapa I do Anexo VI deste trabalho. Veja-se igualmente no Anexo IV, a Lista 13, onde constam os Deputados do PPD pelos diversos círculos eleitorais. Para uma análise comparativa dos resultados das diversas eleições vejam-se o Quadro I, Mapas I a 6 e os Gráficos 2 e 3, do Anexo VI desta dissertação.

se viesse a processar.

Se no que se refere ao processo político-global, essa nova situação se prendeu com as alterações introduzidas no que respeita à liderança política do sistema, tendo primeiro surgido vitoriosas as forças da esquerda radical do MFA, no âmbito interno do PPD tal seria igualmente determinado pela polémica gerada em torno da liderança partidária.

Esta questão já se vinha a problematizar desde finais do Verão de 1974, quando Francisco Sá Carneiro, por razões de saúde, apenas mantinha uma liderança teórica, com todas as dificuldades que um controlo exercido à distância comportaria. Como Secretários-Gerais Adjuntos, cargo meramente administrativo, estavam então Rui Machete(677) e António Capucho ambos da confiança pessoal de Francisco Sá Carneiro e por ele directamente nomeados, permanecendo as divergências com Jorge Sá Borges que liderava de facto o PPD.

A ambiguidade interna que tal situação comportava estaria bem explícita nos sucessivos comunicados contraditórios emitidos sobre o mesmo assunto(678), determinando a sistemática desautorização mútua dos diversos componentes dos órgãos

---

(677) Francisco Sá Carneiro teria entregue a Rui Machete uma carta que, segundo nos confirmaria este último, lhe concederia plenos poderes para usar em qualquer momento, desde que entendesse adequado divulgá-la, carta da sua demissão de líder do partido que, aliás, não chegaria a ser utilizada. Numa reunião da Comissão Política Nacional havida a 7 de Maio de 1975 avançara-se já nomes como os de Francisco Pinto Balsemão, Jorge Sá Borges, Rui Machete ou Joaquim Magalhães Mota para substituir Francisco Sá Carneiro, ficando este em princípio Presidente do partido. Cf. *Jornal Novo*, de 8 de Maio de 1975.

(678) Seriam diversos os casos de comunicados contraditórios emanados do mesmo órgão, situação várias vezes aqui reportada; na sequência de um comunicado elaborado por

centrais do partido.

A luta pelo poder exacerbava-se com a ausência de Francisco Sá Carneiro, girando os dois pólos de tensão em redor das figuras de Joaquim Magalhães Mota e de Jorge Sá Borges. Nessa medida, Francisco Sá Carneiro viria a pedir a realização de um Conselho Nacional para tratar da sua substituição, vindo o mesmo a ter lugar a 24 de Maio de 1975(679).

Tinham-se, entretanto, formado diversas correntes ao nível das altas esferas do partido no que respeita à sucessão de Francisco Sá Carneiro. Uma, considerada a tendência mais conservadora do partido, expressa na pessoa de Rui Machete. Este era então Secretário-Geral Adjunto e o seu homem de confiança parecendo, no entanto, pouco disponível para ser candidato a Secretário-Geral, embora numa primeira fase e a pedido de Francisco Sá Carneiro, tivesse assumido interinamente essas funções, não oficialmente, mas por ocupação do vazio e dada a importância do seu papel no concernente aos contactos internacionais estabelecidos e aos apoios financeiros que conseguiria obter. Outra, encabeçada por Jorge Sá Borges, que para além de vir já a desempenhar uma liderança efectiva do partido, embora formalmente a não tivesse assumido, se apresentava disponível para o cargo. Para tal contaria com o apoio do sector Sócio-profissional do partido, ainda

---

um grupo, publicava-se um outro, normalmente mais extenso, sobre o mesmo assunto, mas tratando-o de forma distinta.

(679) Pensar-se-ia, primeiro, na realização de um Congresso Extraordinário para esse efeito, acabando por se decidir por uma reunião do Conselho Nacional, visto entender-se que tais decisões se tornavam extremamente difíceis de serem aí toma-

liderado por Alfredo Morgado, representando a ala mais disposta a acompanhar o PREC e a tomar uma parte activa no mesmo(680) podendo, simultaneamente, por tais razões, ser visto com bons olhos pelo MFA. Outra, ainda, que se reclamava "Sá Carneirista" e que entendia propor outro fundador do partido para tal cargo, preferencialmente Joaquim Magalhães Mota, já que Francisco Pinto Balsemão seria questionado por certos sectores em face de algumas intervenções públicas que teria assumido a favor do MFA(681). Por último, o grupo dos elementos mais novos do Conselho Nacional, assim como a JSD, defendiam a candidatura de Carlos Mota Pinto, do "Grupo de Coimbra", anteriormente designado Presidente do Grupo Parlamentar

---

das numa altura em que a polarização das tendências internas se agudizava bastante (Cf. *República*, de 9 de Maio de 1975). Veja-se, igualmente, a notícia da chegada de Francisco Sá Carneiro à sede do PPD, onde seria entusiasticamente recebido, em *O Comércio do Porto*, de 25 de Maio de 1975. Veja-se a "Acta do Conselho Nacional" de 24 de Maio de 1975, *in Livro de Actas do Conselho Nacional do PPD*, Serviços de Documentação do PSD, pp. 3-25.

(680) Para além de outras referências já fornecidas, vejam-se por exemplo, as declarações proferidas por Jorge Sá Borges aquando do primeiro aniversário do PPD, em que declararia que o partido deveria prosseguir "dentro dos princípios do processo revolucionário em causa" (Cf. *Diário de Notícias*, de 8 de Maio de 1975) e, também, a sua entrevista ao *Povo Livre*, nº 44, de 21 de Maio de 1975, pp. 1, 8 e 9, na qual afirmaria que "não há nenhum momento do processo revolucionário português que não seja comportado pelo nosso Programa".

(681) Consideravam estes apoiantes de Francisco Sá Carneiro, que Francisco Pinto Balsemão actuara também no sentido de produzir uma viragem à esquerda do PPD, ao defender a assinatura do 1º Pacto MFA/partidos (veja-se, a nota 672 desta dissertação) e ao proferir certas declarações num comício no Campo Pequeno, que se enquadravam numa visão peruana do processo político, parecendo ir ao encontro do projecto de intervenção política dos militares. No fundo, a sua actuação dever-se-ia, em nosso entender, a questões de ordem táctica, dentro de uma estratégia que visava a não marginalização do partido do processo político, dadas as características do mesmo, não tendo, no entanto, tido a aceitação pretendida, nem ao nível das respectivas bases, nem ao de certas cúpulas eventualmente menos dispostas a ceder aos militares, mesmo que tal se processasse por razões unicamente de ordem táctica.



dos sociais democratas(682), considerado um moderado de esquerda e então visto como a única hipótese de manter a unidade do PPD, já que se apresentava disposto a soluções de compromisso entre as diversas facções internas.

O facto é que durante a ausência de Francisco Sá Carneiro se desenhavam três pólos fundamentais no partido: um, mais ligado ao Secretário-Geral, marcado pela presença de Joaquim Magalhães Mota, articulado com Rui Machete, ambos fundamentalmente intervenientes no campo da estratégia política e da orgânica interna do partido, outro, liderado por Jorge Sá Borges, com o apoio do sector sindical, e que arrancara com a implantação do partido e, ainda, outro, com responsabilidades a nível da produção doutrinária, o chamado "Grupo de Coimbra" apoiado pela JSD e com um peso considerável no Grupo Parlamentar, onde pontuavam os velhos democratas do Porto como Artur Santos Silva, Artur Cunha Leal e Nuno Rodrigues dos Santos, entre outros, e cujo expoente seria Carlos Mota Pinto.

No Conselho Nacional de Lisboa acima referido, depois da discussão preliminar(683) e de aprovado, por maioria, o re-

---

(682) Carlos Mota Pinto fora eleito líder do Grupo Parlamentar do PPD a 17 de Maio de 1975. (Cf. *Jornal de Notícias*, de 18 de Maio de 1975). Veja-se, também, a Lista 13 do Anexo IV desta dissertação, na qual constam os nomes dos Deputados do PPD à Assembleia Constituinte e a composição da Direcção do Grupo Parlamentar do PPD no mesmo Anexo, a seguir à lista em causa.

(683) A discussão preliminar fizera-se em torno da opção por um substituto interino de Francisco Sá Carneiro, coadjuvado por outras personalidades, ou da eleição de uma direcção colectiva. Pela primeira hipótese referida pronunciar-se-iam José António Furtado Fernandes, Olívio França, Joaquim Coelho dos Santos, Fernando Amaral e António Marques Mendes, pela segunda, Miguel Veiga, enquanto Amândio de Azevedo defendia a designação, por Francisco Sá Carneiro, do seu substituto, processo que

gulamento eleitoral proposto por António Barbosa de Melo(684), procedeu-se à votação. Após uma primeira volta de resultados ambíguos, anular-se-ia a votação procedendo-se a novo escrutínio(685); em face da persistência de um certo "impasse" supostamente inultrapassável quanto aos resultados, após sucessivas votações sem nenhum candidato obter a maioria e depois de Carlos Mota Pinto informar que não estava disposto a aceitar o cargo, surgiria um novo dado no problema: o nome de Emídio Guerreiro, como candidato possível(686), seria avançado por certo sector do partido decidido a apresentar outro candidato susceptível de arregimentar a maioria dos votos.

O recuo de Carlos Mota Pinto criaria uma nova dinâmica, imprescindível ao sucesso dessa iniciativa, sobretudo a nível dos elementos do Grupo Parlamentar e da JSD, que teriam uma

---

este não aceitaria, entendendo ser a eleição o mecanismo para tal adequado. Uma ou outra solução seriam vistas como possíveis por Jorge Miranda, José Augusto Seabra e Alfredo Morgado, enquanto Francisco Sá Carneiro, Marcelo Rebelo de Sousa e Olívio França se declarariam contra uma direcção do tipo colectivo. Cf. "Acta do Conselho Nacional", de 24 de Maio de 1975, *in Livro de Actas do Conselho Nacional*, Serviços de Documentação do PSD, pp. 14-20.

(684) Este regulamento previa a eleição do substituto interino de Francisco Sá Carneiro realizada em duas fases: numa primeira volta os presentes escolheriam dois nomes no mesmo boletim; numa segunda volta só iriam os três nomes mais votados, necessitando o eleito da maioria absoluta dos votos. Cf. "Acta do Conselho Nacional", de 24 de Maio de 1975, *in Livro de Actas do Conselho Nacional*, Serviços de Documentação do PSD, p. 21.

(685) Na primeira volta Jorge Sá Borges conseguiria obter 61 votos, Joaquim Magalhães Mota 50 e Carlos Mota Pinto 40. Após a proclamação destes resultados, Carlos Mota Pinto viria a declarar que não aceitava a sua eleição para o cargo, o que levantaria certa controvérsia, vindo-se a aprovar uma proposta de Paulo Pitta e Cunha no sentido de ser anulada a votação em causa. Cf. *ibidem*.

(686) Emídio Guerreiro, que se encontrava em quarta posição e que viria a beneficiar do voto útil de quantos temiam a eleição de Jorge Sá Borges, obteria 72 votos, Joaquim Magalhães Mota 58 e Jorge Sá Borges 48. Na segunda volta o primeiro conseguiria 68 votos, o segundo 39 e o terceiro 29. Cf. *ibidem*.

influência decisiva nesse capítulo. A ideia de propor o nome de Emídio Guerreiro, que emergia ligado a uma auréola de anti-fascismo numa fase particularmente permeável a essa característica, surgira pela mão de Marcelo Rebelo de Sousa, Artur Santos Silva, José Augusto Seabra, Helena Roseta, Joaquim Coelho dos Santos e José António Furtado Fernandes, tendo o mesmo, depois de múltiplas votações, ganho por maioria absoluta(687), visto ter conseguido igualmente arregimentar os votos do grupo de Jorge Sá Borges, temeroso de uma potencial vitória do seu principal opositor, Joaquim Magalhães Mota, à volta do qual só permaneceriam alguns fiéis.

A eleição de Emídio Guerreiro para Secretário-Geral substituto(688), além de resultar de um compromisso no qual se

---

(687) Não se tendo, de início, verificado a maioria absoluta, proceder-se-ia a novo escrutínio, acabando Emídio Guerreiro por conseguir 67 votos, Joaquim Magalhães Mota 38 e Jorge Sá Borges 26, para além de terem surgido 2 votos nulos. Num total de 133 votos, Emídio Guerreiro conseguiria a necessária maioria absoluta. Cf. *ibidem*. Veja-se, também, sobre esta eleição a referência ao voto útil, devido ao qual Emídio Guerreiro conseguiria vir a ser eleito, no *Expresso*, nº 263, de 12 de Novembro de 1977, p. 4.

(688) Veja-se, para além da "Acta do Conselho Nacional", de 24 de Maio de 1975, *in Livro de Actas do Conselho Nacional*, Serviços de Documentação do PSD, pp. 3-25, um documento emanado pelo Conselho Nacional do PPD ("Documento Interno do PPD, Sede do Partido, I", datado de 25 de Maio de 1975), no qual estão expressas as resoluções tomadas no referido Conselho Nacional, presidido por Nuno Rodrigues dos Santos e reunido das 16 horas do dia 24 até às 20 horas do dia 25, nelas constando que: "Foi eleito para Secretário-Geral durante o impedimento (de Francisco Sá Carneiro), por maioria absoluta, o Prof. Emídio Guerreiro".

Na reunião em causa seriam também escolhidos os membros da Comissão Permanente do Grupo Parlamentar e aberta a hipótese de se virem a introduzir modificações nos Estatutos do partido. Veja-se, igualmente, o *Diário de Lisboa*, de 26 de Maio de 1975, no qual se apresenta a biografia do novo Secretário-Geral interino e se pode reconhecer o seu passado de grande lutador anti-fascista, perfil não dispiciendo para o cargo de que se tratava, sobretudo se se atentar às características do processo político de então e às exigências formuladas para o perfil do substituto de Francisco Sá Carneiro, nas quais, conforme se depreende das diversas intervenções, tal como a de Artur Santos Silva, Jorge Miranda, Alfredo Morgado e ainda outras, realizadas nessa reunião do Conselho Nacional, se pugnaria por um

aceitara algum risco sem sacrificar o essencial, comportaria três aspectos fundamentais: por um lado, levou à esquerdização do partido, dando-lhe uma imediata "imagem de marca" de esquerda revolucionária(689); por outro, forneceu-lhe um novo estímulo, em termos de o impulsionar para o primeiro plano da vida política, depois de uma fase em que fora fundamentalmente a reboque do PS e até, de certa forma, marginalizado do processo revolucionário; por último, possibilitou a sedimentação de algumas individualidades na esfera dirigente do partido, que mais tarde viriam a constituir a oposição ao regresso de Francisco Sá Carneiro.

Devido às próprias características pessoais que o novo Secretário-Geral apresentava(690), o período que se seguiria viria a ser extremamente controverso, levando ao maior desfa-

---

substituto interino que detivesse um claro passado anti-fascista. Cf. "Acta do Conselho Nacional", de 24 de Maio de 1975, *in Livro de Actas do Conselho Nacional*, Serviços de Documentação do PSD, pp. 16-19.

Por outro lado, e atendendo a que a liderança seria mais simbólica do que real, muitos dos que apoiaram então Emídio Guerreiro, esperariam, eventualmente, que este a exercesse de uma forma não muito firme. Note-se, também, que Emídio Guerreiro era, não só cabeça de lista do Porto, como Presidente dessa Distrital, tendo aí desempenhado um papel de relevo aquando das eleições, sendo, além disso membro honorário da JSD do Porto que o considerava "o mais jovem dos Pêpêdês". Cf. *A Capital*, de 26 de Maio de 1975.

(689) Emídio Guerreiro declarava-se marcadamente anti-marxista, propugnando o socialismo através da via social-democrata. Vejam-se, para além da nota anterior, as declarações proferidas por Emídio Guerreiro ao *Jornal Novo*, de 26 de Maio de 1975, ao *Diário Popular*, de 31 de Maio de 1975 e ao mesmo diário, de 3 de Junho de 1975.

(690) Emídio Guerreiro considerava-se um leninista não marxista, (cf. entrevista do novo líder do PPD ao *Expresso*, nº 125, de 24 de Maio de 1975, p. 3), o que levantaria sérias dificuldades em explicar tal característica aos militantes sociais-democratas, levando Pedro Roseta a procurar esclarecer essa atitude, justificando-a na linha de Jaurés, numa reunião realizada na cave da Sede do partido em Lisboa.

Emídio Guerreiro detinha, também, um longo contencioso com o PS e com Mário Soares, principalmente desde a cisão da Frente Patriótica de Libertação Nacional, a partir da qual aderira ao grupo de Humberto Delgado. Esse contencioso seria des-

zamento entre as bases e a cúpula do partido e gerando um clima propício a novas tentativas de tomadas de poder no cerne dos círculos dirigentes. Concomitantemente, a forma como tinha decorrido a eleição do substituto de Francisco Sá Carneiro deixaria sequelas consideráveis entre as elites dirigentes do partido, acentuando-se a clivagem já existente entre, por um lado, Joaquim Magalhães Mota e, por outro, o grupo de Jorge Sá Borges(691).

A crise governamental que se seguiria, despoletada pelo "caso *República*"(692), levaria a novo diferendo interno sobre o abandono ou não do IV Governo Provisório por parte dos membros do PPD. Numa reunião da Comissão Política realizada em plena crise, houve quem defendesse a saída do PPD do Gover-

---

de logo visível nas declarações que o mesmo proferiu à imprensa sobre o caso *República* (veja-se por exemplo o *Diário de Lisboa*, de 3 de Junho de 1975), imediatamente contestadas pelos socialistas no *Jornal do Caso República*, de 9 de Junho de 1975). Mais tarde, daria origem a certo *qui pro quo* entre os dois partidos, nomeadamente quando Emídio Guerreiro pretendeu, na sua primeira visita de cumprimentos, privilegiar o PCP como o verdadeiro partido democrático, provocando a demissão em massa dos Secretários-Gerais Adjuntos, depois de os mesmos efectuarem o boicote dessa reunião, acabando Mário Soares, com a intermediação de Mário Sottomayor Cardia, por receber o Secretário-Geral interino do PPD uma hora antes de Álvaro Cunhal o ter feito, em face das diligências daqueles dirigentes processadas nesse sentido. Cf. *Diário de Notícias*, de 12 de Junho de 1975 e *Expresso*, nº 263, de 12 de Novembro de 1977, p. 4.

(691) Na segunda parte da reunião do Conselho Nacional, realizada no dia 25, visto a sessão anterior ter terminado às 5 horas da manhã, o clima de tensão interna prosseguiria. Veja-se, por exemplo, a polémica suscitada entre Jorge Sá Borges e Artur Cunha Leal e os apelos à unidade do partido proferidos por Helena Roseta e Artur Santos Silva. Cf. "Acta do Conselho Nacional", de 24 de Maio de 1975, *in Livro de Actas do Conselho Nacional*, Serviços de Documentação do PSD, pp. 23-24.

(692) Sobre o "caso *República*" veja-se o subcapítulo 1 do Capítulo VII da Parte II desta dissertação e, especialmente, a nota 425. Sobre a posição assumida na defesa da liberdade de imprensa, então posta em causa, veja-se o Comunicado da Comissão Política Distrital de Lisboa do Partido Popular Democrático, "Quem quer calar a imprensa livre?", de 20 de Maio de 1975, Serviços de Documentação do PSD.

no e quem entendesse que o partido aí devia permanecer(693), acabando por se decidir apresentar ao Presidente da República uma série de condições para o PPD continuar no Executivo e propugnando-se, simultaneamente, a colaboração entre o PPD, o PS e o PCP(694).

Essencialmente, o PPD mostrava-se aí preocupado com o documento aprovado e emanado da Assembleia do MFA e com as declarações proferidas pelo Primeiro-Ministro, ambos de conteúdo propugnante do poder popular e que, em seu entender, punham em causa o futuro dos partidos políticos e a própria Democracia(695). Para além disso, expunha ainda as suas apreensões quanto à crise económica e de autoridade que então grassava e à forma de a superar, aludindo à ausência de liberdade e pluralismo na comunicação social, à necessidade de garantir ambos e procedendo à denúncia do sectarismo da acção

---

(693) A Comissão Política reuniria na sequência da demissão dos membros do Governo do PS, Francisco Pinto Balsemão seria o primeiro a votar no sentido da saída, enquanto Jorge Sá Borges assumia a teoria de que se devia continuar no Executivo sob determinadas condições, tal como Emídio Guerreiro, o qual pretenderia, assim, evidenciar a sua independência perante o PS; decidir-se-ia pela permanência dos membros do PPD no IV Governo Provisório, mas dependendo esta da resposta do Conselho da Revolução a um conjunto de reivindicações a serem apresentadas pelo partido, as quais viriam depois a ser rejeitadas. De notar que seria precisamente nessa altura que se dava por parte de Francisco Sá Carneiro uma primeira tentativa, embora indirecta, de apelo às bases, tendo-se manifestado cerca de 500 militantes em frente da sede do partido em Lisboa para pressionar os dirigentes aí reunidos no sentido do abandono do Executivo.

(694) Veja-se o teor da entrevista concedida por Emídio Guerreiro ao semanário espanhol *Guadiana*, sintetizada no *Diário de Lisboa*, de 10 de Julho de 1975 e no *Diário de Notícias*, de 11 de Julho de 1975.

(695) Cf. "Documento-guia da aliança Povo-MFA" aprovado a 8 de Julho de 1975 na Assembleia do MFA e "Documento de análise política do Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves" *in* JORGE MIRANDA, *Fontes e Trabalhos Preparatórios da Constituição*, Colecção Estudos Portugueses, Edições Oficinas Gráficas da Papelaria Fernandes, 1976, 1º Volume, respectivamente pp. 1182 a 1188 e 1189 a 1195.

do PCP e do MDP/CDE nos órgãos locais e ao apelo à realização das eleições para as Autarquias(696).

O *ultimatum* apresentado pelo PPD(697), seria rejeitado pelo Conselho da Revolução, dando lugar à demissão dos sociais-democratas que faziam parte do Executivo(698) e à divulgação de um extenso Manifesto(699) no qual se denunciavam os motivos que tinham levado à impossibilidade do partido permanecer no Governo, em face do "impasse" criado pela conju-

---

(696) Denúncia e apelo que já se vinham a processar desde há algum tempo. Veja-se a esse respeito o "Comunicado nº 88", de 5 de Maio de 1975, em *Partido Popular Democrático Comunicados-5 (de 30/04/1975 a 17/07/1975)*, Cadernos PPD-10 e as condições para a eleição das autarquias locais, apresentadas no quadro do "Projecto de Constituição do PPD", em *A Capital*, de 9 de Julho de 1975.

(697) Veja-se, no *Expresso*, nº 132, de 12 de Julho de 1975, p. 1, no *Diário de Notícias* da mesma data e em *O Comércio do Porto*, de 13 de Julho de 1975, a súmula dos principais aspectos do caderno reivindicativo do PPD, entregue pelo seu Secretário-Geral e pelo Presidente do Grupo Parlamentar ao Presidente da República no dia 11 de Julho de 1975, difundidas no "Comunicado do Secretariado Nacional do PPD", s.d., Serviços de Documentação do PSD, podendo resumir-se no seguinte: liberdade e pluralismo na comunicação social, reconhecimento do papel dos partidos e da Assembleia Constituinte e satisfação das críticas ao projecto e organigrama das assembleias populares em face do documento, aprovado na generalidade na Assembleia do MFA a 9 de Julho de 1975, desocupações de casas e propriedades e abstenção das autoridades militares de intervir na vida pública, saneamento das autarquias e marcação da data para as eleições autárquicas, definição dos limites do sector público e do privado e tomada de medidas concretas de incentivo aos sectores económicos em crise. Cf. *ibidem*, ponto 1 (1º, 2º, 3º, 4º e 5º).

Ainda sobre o documento apresentado por um Grupo de Dinamização dos três ramos das Forças Armadas, aprovado na Assembleia do MFA, veja-se o "Comunicado da Comissão Política Nacional e do Grupo Parlamentar do PPD", de 9 de Julho de 1975, Serviços de Documentação do PSD, no qual se contestam as "Assembleias ditas populares", se considera estar implícita a violação do Pacto MFA/partidos e se condena a marginalização destes e das eleições a que tal projecto conduziria. Cf. *ibidem*, pontos 1º a 6º.

(698) O abandono do IV Governo acabaria por ter lugar a 27 de Julho de 1974, uma semana depois da manifestação da Fonte Luminosa, em Lisboa, promovida pelo PS e das primeiras movimentações dos sectores do MFA em luta contra o "Gonçalvismo".

(699) Cf. "Manifesto ao Povo Português, Comunicado da Comissão Política Nacional nº 104", de 17 de Julho de 1975 *in Partido Popular Democrático, Comunicados-5, (de 30/04/1975 a 17/07/1975)*, Cadernos PPD-10. Excertos do mesmo comunicado seriam publicados na imprensa diária como, por exemplo, no *Diário Popular*, de 17 de Julho

gação de uma série de factores, os quais, por sua vez, tinham levado à crise(700).

Com a recusa do PPD em participar no novo Governo(701) e a simultânea denúncia do mesmo a que procederia(702), o partido defrontava-se com um quadro de oportunidades políticas extremamente reduzido, tentando então reorganizar-se internamente, tendo em conta a situação quase desesperada em que na altura se encontrava(703).

10. Os novos dados depois sucedidos no plano mili-

---

de 1975. Veja-se, ainda, no *Jornal Novo*, de 17 de Julho de 1975 a informação sobre o resultado do contacto entre a delegação do PPD e o Presidente da República, de que resultaria uma reunião da Comissão Política Nacional do partido com os membros do PPD no Governo e o Secretário-Geral respectivo, na qual se decidiria por abandonar o Executivo e divulgar o comunicado em causa. No dia seguinte, aquele comunicado seria lido num comício do PPD realizado no Porto, em vésperas da grande manifestação da Fonte Luminosa convocada pelo PS, contra a qual se insurgiriam as forças revolucionárias de esquerda. Cf. *Jornal Novo*, de 18 de Julho de 1975.

(700) Para uma análise cronológica dos acontecimentos que dariam lugar a esta resolução, vejam-se os artigos de MARCELO REBELO DE SOUSA "3+1 linhas de fractura política", no *Expresso*, nº 132, de 12 de Julho de 1975, p. 2 e "6 dias de crise política", no *Expresso*, nº 133, de 19 de Julho de 1975, p. 2.

(701) O V Governo Provisório, presidido por Vasco Gonçalves, tomaria posse a 8 de Agosto de 1975, isto é, 25 dias depois do início da crise, considerando-o o PPD uma prova da "inoperância" do Primeiro-Ministro. Cf. *A Capital*, de 5 de Agosto de 1975.

(702) Sobre as posições críticas do PPD acerca do Governo em formação, veja-se, por exemplo, o *Diário de Lisboa* e *A Capital*, ambos de 31 de Julho de 1975.

(703) Tendo em conta a esquerdização da cena política nacional e o próprio esquerdismo interno do PPD, depois do 11 de Março dera-se quer o exílio em massa de numerosos quadros para o estrangeiro, quer o abandono do partido por muitos militantes de base. Daí, que as principais fontes de financiamento tivessem estancado, falando-se num *déficit* muito considerável, que, aliás, já vinha desde finais de 1974, não havendo mesmo verbas para pagar a renda da Sede Nacional, nem sequer ao pessoal, acabando por só ficarem os que trabalhavam gratuitamente e tentando-se os mais diversos expedientes para resolver a situação, embora sem grande sucesso. No fundo, as dificuldades com que o PPD se deparava e que nos seriam reportadas por Rui Machete, não eram senão o reflexo da crise que assolava o país e das contradições internas do próprio partido. Sobre a crise política e económica que então grassava se pronunciaria o PPD; vejam-se, por exemplo, as declarações proferidas por Emídio Guerreiro à imprensa no *Jornal Novo*, de 6 de Agosto de 1975.

tar(704) levariam a acesa controvérsia interna no PPD, podendo esta ser considerada como o antecedente mais directo do primeiro grande conflito intra-partidário. Uma vez mais, os conflitos presentes no sistema político-militar faziam sentir as suas repercussões no âmbito interno do PPD. Simultaneamente, a eventual resolução dos conflitos intra-partidários iria, por um lado, abastecer-se e, por outro, reforçar, a possibilidade dos conflitos no sistema político-militar e social virem igualmente a ser resolvidos.

Ao apoiar inequivocamente o "Documento dos Nove"(705), entretanto surgido, a Comissão Política Nacional do PPD parecia demonstrar, uma vez mais, uma maleabilidade táctica indiscutível e eventualmente necessária à não marginalização do partido dos centros de decisão política de então. Contudo, para alguns sectores do PPD permanecia-se, de novo, a reboque dos

---

(704) A 23 de Julho de 1975 ter-se-iam iniciado as primeiras movimentações de um sector do MFA anti-"Gonçalvista" contra a radicalização crescente desta facção, na sequência das alterações ocorridas aquando da emanação do "Documento-guia da aliança Povo/MFA", tendo-se realizado uma nova reunião da Assembleia do MFA, a 25 de Julho de 1975, da qual sairiam sedimentados os princípios assentes na sua reunião de 9 de Julho, já reportada, para além de se reforçarem os poderes do Conselho da Revolução, visto aí se prefigurar a transformação deste em órgão consultivo do triunvirato. Essa reunião seria realizada pela Assembleia do MFA, que não detinha quaisquer poderes constituintes (nem definidos na Lei Constitucional nº 5/75, de 14 de Março, nem sequer no 1º Pacto MFA/Partidos), só os detendo o Conselho da Revolução até à aprovação da lei fundamental. Tal processo culminaria com a apresentação do chamado "Documento dos Nove" a 7 de Agosto de 1975, que representava a contestação aberta a Vasco Gonçalves. A crise que se seguiria acabaria por levar à exoneração do V Governo Provisório, a qual teria lugar a 12 de Setembro de 1975. Veja-se, sobre a crise, a nota 427 desta dissertação.

(705) Primeiro através de algumas intervenções dos seus dirigentes nacionais, tal como seria o caso da declaração formal de apoio proferida por Carlos Mota Pinto na Assembleia Constituinte e, seguidamente, através da difusão de um comunicado nesse sentido. Cf. respectivamente, o *Expresso*, nº 137, de 16 de Agosto de 1975, p. 5 e o teor do comunicado em causa em *O Primeiro de Janeiro*, de 19 de Agosto de 1975.

acontecimentos políticos-militares, já que a actuação do partido era mais uma vez pautada em conformidade com as vicissitudes internas do MFA, que permanecia o motor do processo. Tal entendimento viria a constituir o ponto fulcral da contestação depois promovida por Francisco Sá Carneiro à direcção até aí em exercício.

Se é certo que o apoio aos sectores anti-"Gonçalvistas" do MFA se poderia considerar fundamental para que o desaparecimento dos radicais se viesse, a prazo, a efectuar, do ponto de vista da corrente mais anti-militarista do PPD, consubstanciada na leitura que Francisco Sá Carneiro fazia do processo, isso não era, senão, mais uma vez, elucidativo da subjugação aos militares por parte da direcção do partido. A prosecução de tal estratégia seria, nesta última perspectiva, mais um passo na insustentável cedência do poder civil que se vinha a processar, mesmo que o "Grupo dos Nove" se apresentasse com uma roupagem consideràvelmente mais democrática(706).

---

(706) Entretanto, diversas tentativas teriam sido feitas pelos sectores mais próximos do ex-Secretário Geral para que este voltasse ao partido (Cf. por exemplo, a "carta" de Jorge Correia da Cunha dirigida a Francisco Sá Carneiro incitando-o a reassumir a liderança, cuja fotocópia nos seria facultada pelo seu autor) e a sua "carta" resposta a Jorge Correia da Cunha, enviada de Londres e datada de 15 de Maio de 1975 (cujo original este último nos permitiu consultar), na qual se mostraria muito apreensivo perante a situação política e a sua própria saúde, vendo poucas hipóteses de regressar e apelando, por esse motivo, para a necessidade de se eleger um novo Secretário-Geral; abordava aí, igualmente, o facto de considerar ter sido preferível o PPD não ter assumido a assinatura do 1º Pacto MFA/Partidos.

No mesmo sentido, pouco depois, deslocar-se-iam ao Sul da Espanha, onde Francisco Sá Carneiro já se encontrava em convalescença, Rui Machete, Mário Pinto, Jorge Correia da Cunha e Conceição Monteiro, tendo então estes dois últimos trazido para Portugal duas intervenções de Francisco Sá Carneiro em forma de entrevista, que assumiriam o papel de primeiro embate na vida política e partidária, prefigurando o seu regresso; nelas procederia à denúncia do MFA, aliás,

Foi exactamente com base nestes pressupostos que se estruturariam as duas entrevistas concedidas por Francisco Sá Carneiro, respectivamente ao *Jornal Novo* e ao *Tempo*, nas quais denunciava os verdadeiros objectivos que, em seu entender, estavam subjacentes à nova corrente do MFA e à estratégia prosseguida pelo PPD, pondo em causa tudo o que estava tacticamente a ser apoiado pelos dirigentes do partido(707).

---

na mesma linha da sua última intervenção pública realizada no início desse ano. Cf. "Discurso de Francisco Sá Carneiro no comício de Aveiro", a 1 de Fevereiro de 1975 em *Francisco Sá Carneiro, Textos*, 3º Volume 1974-1975, Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1982, pp. 247-252. Vejam-se as entrevistas em causa ao *Jornal Novo*, de 26 de Agosto de 1975 e depois ao *Tempo*, de 4 de Setembro de 1975 em *Francisco Sá Carneiro, Textos*, 3º Volume 1974-1975, Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1982, respectivamente pp. 273-284 e 287-319.

As referidas entrevistas viriam a suscitar acesa polémica interna, conforme se pode inferir das intervenções críticas às mesmas proferidas durante o Conselho Nacional da Via Norte, por exemplo por Emídio Guerreiro, que as consideraria como altamente inoportunas (Cf. "Acta do Conselho Nacional", de 27 de Setembro de 1975, *in Livro de Actas do Conselho Nacional*, Serviços de Documentação do PSD, p. 27). Francisco Sá Carneiro, na mesma reunião do Conselho Nacional da Via Norte, defender-se-ia dos ataques de Emídio Guerreiro, dizendo considerar que, a manter o seu silêncio, tal corresponderia a aceitar uma situação da qual discordava. Cf. *idem*, p. 30. As entrevistas eram supostas ter sido publicadas no *Expresso*, não o sendo, ao que parece, por Francisco Pinto Balsemão se ter recusado a publicá-las, visto discordar, em termos da táctica a adoptar preferentemente pelo PPD nessa altura, de algumas partes do seu conteúdo, nomeadamente no que respeitava à posição frontalmente assumida por Francisco Sá Carneiro contra os militares do "Grupo dos Nove". Segundo o primeiro, o jornal em questão não poderia permitir-se a publicação de entrevistas cuja estrutura das questões não fosse da responsabilidade do mesmo; o facto de as duas entrevistas em causa não terem sido da iniciativa do *Expresso* tornaria assim impossível, aí, a sua publicação.

Quanto a Francisco Sá Carneiro, para além de só ter acompanhado à distância os acontecimentos ocorridos no ano de 1975, teria, durante o "Verão quente", radicalizado o seu pensamento, assumindo, no entender dos seus opositores, posições direitistas, desfazadas da realidade, eventualmente influenciadas pelo contacto que mantivera nessa altura com José Almeida Araújo, do Partido Liberal. Essa argumentação seria invocada aquando das acusações proferidas contra Francisco Sá Carneiro no Conselho Nacional da Via Norte e no Congresso de Aveiro.

(707) Francisco Sá Carneiro regressaria a Portugal a 23 de Setembro de 1975, tendo no dia seguinte convocado uma conferência de imprensa no Hotel Roma, em Lisboa, a qual não obteria, no entanto, a repercussão pretendida. Veja-se o teor respectivo em *Francisco Sá Carneiro, Textos*, 3º Volume, 1974-1975, Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1982, p. 305-319.

Veja-se o fraco relevo que as lutas travadas nas cúpulas do partido tinham ao

Nas referidas entrevistas, fundamentais para o despoletar do conflito, como, aliás, na conferência de imprensa que daria logo após o seu regresso, Francisco Sá Carneiro não só procederia a uma série de críticas acerbas em face da condução do processo, como deixaria implícito, nas mesmas, o manifesto desejo em retornar às lides político-partidárias. Um e outro aspecto levariam, necessariamente, ao reexacerbar da luta pelo poder interno no PPD, visto que o seu regresso vinha pôr em causa grupos já constituídos na esfera dirigente do partido.

Por um lado, a contestação frontal de Francisco Sá Carneiro à estratégica seguida pela direcção em exercício do PPD e, por outro, o facto de aquele pretender regressar à liderança do partido, fariam com que os membros desta juntassem os seus esforços no sentido de obviar aos intentos do anterior Secretário-Geral(708). A polémica interna suscitada pelo conteúdo das entrevistas em causa prendia-se, fundamentalmente, com alguns pontos da mesma, os quais, na opinião dos detractores de Francisco Sá Carneiro, seriam devidos ao seu total

---

nível das bases respectivas e a reacção desfavorável por parte destas, levando a considerações sobre o "(...) sentimento desmobilizador que resulta do facto de enquanto uns continuarem a lutar palmo a palmo pela implantação do partido, outros lutarem pela sua implantação pessoal dentro do partido", *in Perspectiva 2000*, Coimbra, publicação dos Sector Sócio-profissional do PPD, zona Centro, nº 2, Agosto/Setembro de 1975, p. 5.

(708) Esse o motivo que estaria na base da aliança táctica entre Emídio Guerreiro, Jorge Sá Borges e Carlos Mota Pinto, aquando da contestação a Francisco Sá Carneiro levada a efeito durante o Conselho Nacional da Via Norte, no qual seria apresentada uma autêntica bateria de intervenções contra o antigo Secretário-Geral, que este viria a desmontar peça por peça. (Cf., aqui, a nota 714). Enquanto Emídio Guerreiro encabeçaria o confronto e Carlos Mota Pinto representaria a eventual alternativa de liderança, Jorge Sá Borges guardava-se para uma eventual ponte a estabelecer com o Secretário-Geral, no caso do seu regresso, segundo o próprio nos confirmou.

afastamento da realidade política de então.

A ofensiva daquele dirigente, tendo por pano de fundo a contestação da estratégia por que optara a direcção em exercício do PPD, far-se-ia fundamentalmente em torno dos seguintes vectores principais: a denúncia da tomada de poder por parte de uma minoria militar, o não cumprimento do Programa inicial do MFA, a parcialidade e o sectarismo grassante na comunicação social, nas autarquias locais e no aparelho estatal, tudo factores impeditivos, em seu entender, da consolidação de uma verdadeira Democracia. Teceria, além disso, duras críticas ao PS, que acusava de ter pactuado com o PCP, mesmo quando apresentava um discurso anti-comunista, tanto na Assembleia Constituinte como no processo de descolonização e nas nacionalizações, até ao momento em que fôra marginalizado do processo devido à actuação deste último partido.

Em suma, Francisco Sá Carneiro procedia a uma análise crítica do período pós-25 de Abril, sem poupar nada nem ninguém mas rebelando-se, sobretudo, contra uma área e não contra pessoas concretas e, daí, o não ter eleito adversários individuais, nem nessa altura, nem no Conselho Nacional da Via Norte, nem em Aveiro, no claro desígnio de pôr em causa o cerne do próprio processo político em curso, em termos da liderança do mesmo. O facto de os seus ataques serem mormente orientados no que respeita à apropriação do poder político por parte dos militares, considerando que estes tinham consumado a institucionalização de um regime militarista, relegando os partidos para um plano secundário da cena política é disso

exemplo sugestivo. Concomitantemente, recusava qualquer hipótese de participação do PCP no Governo, a manutenção do Pacto Constitucional e das estruturas e documentos criados no seio do MFA, criticando Francisco Costa Gomes e acusando-o de pactuar com o "Gonçalvismo".

Expressamente no que se refere ao "Documento dos Nove", punha, quanto ao mesmo, diversas reticências, considerando que os seus subscritores defendiam o poder militar supra-partidário e que a opção de fundo que se apresentava ao país - a escolha entre um poder civil democrático e uma ou outra forma de ditadura militar - ultrapassava claramente o documento em causa(709).

Na sequência da ofensiva em questão, que evidentemente punha em causa a actuação prosseguida pelo PPD na sua ausência, Francisco Sá Carneiro viria a requerer a realização de um Conselho Nacional, no qual as diferentes facções teriam ocasião de se confrontarem(710). Com o seu regresso, iniciar-

---

(709) Para além do conteúdo das entrevistas em questão, vejam-se as intervenções de Francisco Sá Carneiro na altura do Conselho Nacional de 27 de Setembro de 1975, nas quais acentuaria a crítica à actuação do PPD durante a sua ausência, em termos da falta de articulação dos seus órgãos nacionais, do erro que representara o apoio às nacionalizações e do Conselho Nacional não ter sido consultado quanto à assinatura do Pacto. Cf. "Acta do Conselho Nacional", de 27 de Setembro de 1975, *in Livro de Actas do Conselho Nacional*, Serviços de Documentação do PSD, pp. 27-32 e 36. Quanto a este assunto, Carlos Mota Pinto defenderia ter sido o apoio às nacionalizações e a assinatura do Pacto um hábil golpe político (cf. *idem*, p. 35); enquanto Marcelo Rebelo de Sousa diria que, em face da conjuntura, o PPD se vira forçado por uma questão de sobrevivência (cf. *idem*, p. 35).

(710) Essas facções já se vinham claramente a desenhar desde o Conselho Nacional de 24 de Maio de 1975, pedido por Francisco Sá Carneiro, com o fim de ser solucionada a questão da sua substituição como Secretário-Geral do partido; durante a ausência deste, houvera como que uma sublimação do conflito entre as mesas, embora ao nível interno a situação permanecesse muito controversa, sendo muitas das posições oficialmente assumidas pelo partido contestadas pelos seus militantes; essa efer-

-se-ia um novo ciclo na vida do partido, o qual, partindo da análise da estratégia até então prosseguida levaria, necessariamente, ao repensar das opções políticas fundamentais, à reestruturação partidária e, evidentemente, a uma solução definitiva quanto à questão da respectiva liderança.

Nesta matéria, enquanto alguns opinavam que, dados os termos em que Francisco Sá Carneiro pedira a sua suspensão do cargo de Secretário-Geral do PPD(711), no momento em que cessasse o seu impedimento, o retomar do cargo seria um processo automático(712), outros discordavam, argumentando, também, com

---

vescência interna recrudesceria com o seu regresso.

Em vésperas da realização do Conselho Nacional da Via Norte, realizado a 27 de Setembro de 1975, o *Povo Livre* recolheria os depoimentos de Francisco Sá Carneiro e de Emídio Guerreiro quanto às incidências políticas da reunião, tendo o primeiro declarado que: "A discussão e a rectificação daquelas posições a que certamente dará lugar, terão como corolário tornar o partido uma realidade ainda mais forte (...)", enquanto o segundo reconhecia que o facto de Francisco Sá Carneiro vir a assumir de novo o cargo de Secretário-Geral do partido implicaria "(...) uma nova definição da orientação política de PPD e terá portanto repercussões na política actual do governo". Cf. *Povo Livre*, nº 64, de 25 de Setembro de 1975, p. 1.

(711) Veja-se a "Carta de Sá Carneiro ao Presidente da Mesa do Conselho Nacional do PPD" (enviada de Londres, onde se encontrava em tratamento e datada de 6 de Maio de 1975, na qual aquele dirigente requer a escusa do cargo por motivo de doença pedindo a designação de um novo Secretário-Geral), em *Francisco Sá Carneiro, Textos*, 3º Volume, 1974-1975, Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1982, pp. 261-262. Essa carta seria lida por Nuno Rodrigues dos Santos no início dos trabalhos do Conselho Nacional de 24 de Maio de 1975. O facto é que Francisco Sá Carneiro fora eleito por um período de dois anos e quando em Maio desse ano, por motivo de doença, pedira a excusa do cargo e a designação de outro Secretário-Geral, a maioria do Conselho Nacional decidir-se-ia pela escolha de um substituto interino. Cf. "Acta do Conselho Nacional" de 24 de Maio de 1975 *in Livro de Actas do Conselho Nacional*, Serviços de Documentação do PSD, pp. 3, 4 e 20.

(712) A favor de um processo de integração automática pronunciar-se-iam António Barbosa de Melo, Joaquim António Mota Veiga, Amândio de Azevedo, Nuno Rodrigues dos Santos, Joaquim Magalhães Mota, Alfredo de Sousa, António Marques Mendes, José Baltasar e Leonardo Ribeiro de Almeida (Cf. "Acta do Conselho Nacional", de 27 de Setembro de 1975, *in Livro de Actas do Conselho Nacional*, Serviços de Documentação do PSD, pp. 37, 39, 40 e 43). O próprio Emídio Guerreiro afirmaria concordar com o regresso automático de Francisco Sá Carneiro (cf. *idem*, p. 38). Contra tal manifestar-se-iam Carlos Macedo, Vasco Graça Moura, Olívio França, José Augusto

o facto de aquele ter sido ultrapassado pelos acontecimentos, dos quais se teria voluntariamente afastado(713).

A acentuada dialéctica interna expressa nas acusações mútuas e nas declarações públicas dos distintos dirigentes nacionais do partido levariam a que o ambiente vivido na reunião do Conselho Nacional da Via Norte(714) estivesse bastante longe do jogo de equilíbrios conseguido por alturas do I Congresso, quase um ano antes, mesmo quando já se punham em causa graves diferenças estratégicas e dissenções pessoais. O acto de trégua que fora então encontrado não seria mais possí-

---

Seabra e Artur Santos Silva (cf. *idem*, pp. 39, 40, 41, e 43).

(713) Esta seria uma das acusações proferidas contra Francisco Sá Carneiro durante o Conselho Nacional da Via Norte, conforme apurámos pela acta lavrada da reunião em causa. (Cf. *idem*, p. 39). Não só grande parte dos membros da direcção do partido em exercício entendia que se podia perfeitamente prescindir do anterior Secretário-Geral, já que os próprios resultados das eleições desse ano tinham sido conseguidos sem a sua presença (Francisco Sá Carneiro fora, contudo, uma referência constante durante a campanha), como não cairiam bem a esse nível as tomadas de posição por ele assumidas "de fora", enquanto aqueles dirigentes tinham, segundo os próprios, "aguentado" o partido nas fases mais difíceis do PREC. (Cf. *ibidem*).

(714) O Conselho Nacional, realizado na Estalagem da Via Norte no Porto, de 27 a 28 de Setembro de 1975, decorreria, conforme se pode depreender do que temos vindo a expor, num ambiente de grande tensão, procurando-se deliberadamente mais pretextos para o antagonismo entre as duas linhas divergentes. Uma e outra teriam como denominador comum um comportamento altamente conflituoso e uma forte radicalização de posições, pese embora a imagem de concordância e consenso que pretenderiam depois demonstrar. Veja-se, respectivamente, a "Acta do Conselho Nacional", de 27 de Setembro de 1975, *in Livro de Actas do Conselho Nacional*, Serviços de Documentação do PSD, pp. 25-47 e o "Comunicado final do Conselho Nacional", *in Povo Livre*, nº 65, de 1 de Outubro de 1975, pp. 1 e 2.

Veja-se também, sobre este aspecto, a entrevista concedida por Francisco Sá Carneiro ao *Comércio do Porto*, em 28 e 29 de Setembro de 1975, na qual deixaria bem clara a sua divergência em face do desvio da linha programática inicial, que ocorrera, no seu entender, durante a sua ausência recusando, simultaneamente, a existência de alas no partido. Cf. *Francisco Sá Carneiro, Textos*, 3º Volume, 1974-1975, Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1982, pp. 331-346. No entanto, contraditoriamente, em entrevista mais tarde concedida ao *Jornal Novo*, de 13 e 14 de Novembro de 1975, viria a defender não ter havido qualquer desvio na actividade do PPD durante a direcção de Emídio Guerreiro. Cf. *idem*, pp. 434-436.

vel, dado o crescente ressentimento das partes em confronto. Optar-se-ia, então, por uma atitude de antagonismo aberto, prelúdio da exacerbação dos conflitos que teria lugar aquando do Congresso que de imediato se seguiria.

O Conselho Nacional da Via Norte e, depois, o II Congresso do PPD, constituiriam dois marcos fundamentais na sua clarificação interna, que haveria de resultar do primeiro grande conflito intra-partidário. O Conselho Nacional de Setembro representou a pré-agonia dos detractores de Francisco Sá Carneiro, sendo Aveiro o mero explorar do sucesso do Secretário-Geral obtido naquela reunião.

As acusações feitas a Francisco Sá Carneiro na primeira daquelas reuniões por vários dirigentes do PPD assumiriam um enfrentamento total, com relevo para os libelos acusatórios de Emídio Guerreiro, Carlos Macedo e Vasco Graça Moura, tendo o primeiro respondido com um discurso veemente, defendendo-se dessas acusações(715). Depois da votação secreta, Francisco Sá Carneiro regressaria ao cargo de Secretário-Geral do partido com apenas alguns votos contra(716).

Diversas questões seriam ventiladas aquando dos con-

---

(715) Cf. "Acta do Conselho Nacional", de 27 de Setembro de 1975 *in Livro de Actas do Conselho Nacional*, Serviços de Documentação do PSD, pp. 39 a 44.

(716) Após ter ficado decidido que o Conselho Nacional se teria que pronunciar quanto à readmissão em funções de Francisco Sá Carneiro, por 76 votos a favor, 20 contra, e 22 abstenções (Cf. *idem*, p. 38) e depois do libelo acusatório proferido fundamentalmente por Emídio Guerreiro, Carlos Macedo, Artur Santos Silva, Vasco Graça Moura, Miguel Veiga e Paulo Guedes de Campos contra aquele dirigente e da defesa a que este procedeu, deliberar-se-ia, por escrutínio secreto, votar a oportunidade da sua reentrada em funções, sendo o resultado da votação o seguinte: 111 votos a favor, 14 contra e 4 abstenções (Cf. *idem*, p. 45).

frontos referidos, mas, por detrás, permaneceram sempre as duas componentes fundamentais do conflito, já reportadas: a dissensão quanto à linha estratégica a prosseguir e a questão da liderança, ambas com raízes remotas no partido(717).

Ao contrário de Francisco Sá Carneiro, a outra linha, liderada, de facto, por Jorge Sá Borges, conquanto Emídio Guerreiro tivesse encabeçado os ataques formulados desse lado, entendia que se deveria continuar a privilegiar uma coligação a três com o PS e o PCP, como, aliás, era o entendimento maioritário do Conselho da Revolução e que se não deveria hostilizar Francisco Costa Gomes nem tão pouco o processo de descolonização já em fase conclusiva. Além disso, perfilhava-se, igualmente, a ideia de que a orientação a seguir deveria ser pautada por uma acção mais complacente para com os sectores mais revolucionários, argumentando-se em defesa desta ideia com motivações de ordem táctica e apoiando-se os "Melo Antunistas" como solução de fundo e não apenas tacticamente, como entendia Francisco Sá Carneiro. Este, embora não o declarasse expressamente então, mostrava já claras reticências quanto ao texto constitucional votado, recusando-se em prosseguir naquilo que considerava ser ir a reboque de uma liderança político-

---

(717) Esta questão seria bem analisada por José Augusto Seabra na reunião do Conselho Nacional da Via Norte, ao declarar que se estava a escamotear o verdadeiro problema, o da discussão da linha política do partido; na sua perspectiva, eram os posicionamentos políticos de Francisco Sá Carneiro e não a sua pessoa, que deviam ser questionados e, declarando-se em desacordo com os primeiros, não se opunha, no entanto, ao regresso do Secretário-Geral. Cf. *idem*, p. 41.

Simultaneamente, Francisco Sá Carneiro via como fundamental a reestruturação estatutária do partido, no sentido do reforço da sua posição de liderança, obviando assim à proliferação de vários centros de decisão interna, para além da reformulação de fundo da estratégia a ser seguida. Cf. *idem*, pp. 36, 43 e 44.

-militar de esquerda.

Tendo em conta os compromissos já assumidos pelo PPD em face do "Grupo dos Nove" e o facto de o perigo real do "Gonçalvismo" já estar afastado, alguns dirigentes, entre eles Carlos Mota Pinto, distanciar-se-iam progressivamente da linha do Secretário-Geral, mal ou bem cada vez mais conotado com uma posição de direita dentro do partido, o que deixaria entrever a hipótese, mais do que provável, de novo confronto na cimeira seguinte.

A fase que antecedeu a realização do II Congresso do PPD seria, aliás, bastante controversa, agravando-se as tensões a nível do sistema político global e, muito especialmente, no interior do Conselho da Revolução, tomando permanentemente o partido parte activa sobre os mesmos(718) e acabando

---

(718) Vejam-se as diversas tomadas de posição do PPD quanto aos mesmos; relativamente ao apoio ao VI Governo Provisório, o discurso proferido por Francisco Sá Carneiro num comício do Porto levado a cabo em 31 de Setembro de 1975 e a respectiva Moção aí aprovada existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

O VI Governo Provisório, liderado por Pinheiro de Azevedo, tinha tomado posse a 19 de Setembro de 1975, depois de negociações difíceis relativamente às relações com o PCP. Cf. "Comunicado do Secretariado Nacional do PPD", de 15 de Setembro de 1975, Serviços de Documentação do PSD. O PPD participaria com 15 membros no Governo de Pinheiro de Azevedo. Cf. Lista 23 do Anexo IV desta dissertação.

Sobre as motivações de base do total envolvimento do PPD no VI Governo Provisório, assim como quanto às exigências formuladas no que se refere à sua composição e outros pressupostos, veja-se o artigo de MARCELO REBELO DE SOUSA "As lições do VI Governo Provisório", no *Expresso*, nº 142, de 20 de Setembro de 1975, p. 2; veja-se ainda, no que concerne ao acordo programático proposto pelo PPD para participar no Executivo, o *Povo Livre*, nº 64, de 25 de Setembro de 1975, pp. 1 e 2.

Quanto aos distúrbios ocorridos no Porto no início de Outubro, que envolveriam elementos do PPD numa manifestação de apoio ao Comando da Região Militar do Norte, veja-se a "Mensagem aos manifestantes" e os telegramas enviados ao Presidente da República e ao Comandante daquela região no mesmo sentido, ambos datados de 9 de Outubro de 1975, assim como a conferência de imprensa proferida a 12 do mesmo mês e o "Discurso de Sá Carneiro" num comício no Campo Pequeno nesse mesmo dia; no que concerne às reacções contra os ataques feitos ao PPD pelas forças ditas de esquerda e à denúncia de progressivo agravamento da radicalização militar, vejam-

por se desepoletar a crise político-militar que levaria ao 25 de Novembro(719).

Do período imediatamente anterior ao 25 de Novembro até à realização da segunda cimeira social-democrata o PPD pretenderia claramente assumir a liderança do proceso político, revelando-se no panorama nacional um certo ascenso do

---

-se os artigos "O Almirante e o aviário ou o depenador depenado" (23/10/75) "Democracia já! Avanço democrático, ataques reaccionários e social-democracia", (29/10/75); "Democracia já! Portugal e Social-democracia", (6/11/75), "Democracia já! Comunismo em uniforme", (12/11/75).

Para uma apreciação genérica da estratégia então seguida pelo PPD, vejam-se as sucessivas entrevistas concedidas pelo seu Secretário-Geral Francisco Sá Carneiro respectivamente ao *Jornal Novo*, de 13 e 14 de Novembro de 1975, ao *Expresso*, nº 152, de 15 de Novembro de 1975, pp. 16 e 17, ao *Diário Popular* e a *A Capital*, ambos de 18 de Novembro de 1975. Todos os documentos acima reportados podem ser consultados em *Francisco Sá Carneiro, Textos*, 3º Volume, 1974-1975, Lisboa, 1982, Editorial Progresso Social e Democracia, pp. 353 a 480.

Sobre a posição do PPD perante o surto de violência e a tentativa, infrutífera, de derrubar o VI Governo, desenvolvidos na primeira quinzena de Novembro, vejam-se os dois "Comunicados do Secretariado Nacional do PPD", datados ambos de 9 de Novembro de 1975 e assinados por Jorge Correia da Cunha, o "Comunicado da Comissão Política Nacional do PPD", emitido às 14 horas de 13 de Novembro de 1975 contra o sequestro dos Deputados em S. Bento, a "Convocatória" do PPD para uma manifestação de apoio ao VI Governo levada a cabo no mesmo dia, para além de múltiplos comunicados das Secções locais e das Comissões Políticas Distritais apoiando Pinheiro de Azevedo e o seu Governo, todos existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

Relativamente à crise, o PPD emitiria, ainda, um "Comunicado do Secretariado Nacional", datado de 20 de Novembro de 1975, existente nos Serviços de Documentação do PSD, no qual se exigiria uma posição firme e clara por parte de Francisco Costa Gomes no que se refere aos militares, dada a complacência demonstrada quanto ao assalto à Embaixada de Espanha e ao sequestro do Governo e dos Deputados.

(719) Sobre as tomadas de posição do PPD relativamente ao 25 de Novembro, veja-se a colecção de "Comunicados do Secretariado Nacional" do partido, emitidos nos dias 21 e 22 de Novembro, no dia 25 do mesmo mês, respectivamente às 12h, 18h, 19h e 22,45h, no dia 26 de Novembro às 11h, 12,30h, 16,30h e 20h e no dia 27 de Novembro às 8,30h, 15h, 16h, 17,04h, 20h, 20,30h e 23h, para além de diversos Comunicados das várias Comissões Políticas distritais do PPD, existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

Veja-se, ainda, sobre o 25 de Novembro e os posicionamentos do PPD o semanário *Expresso*, nº 156, de 3 de Dezembro de 1975, p. 1 e a entrevista de Francisco Sá Carneiro a João Rosa em pleno 25 de Novembro, sob o título "Não temos chefes militares à altura", em JOÃO ROSA, *Diálogos com Sá Carneiro*, Lisboa, Edições Alfaómega, 1978, pp. 35-39.

partido desde o regresso de Francisco Sá Carneiro(720) e do respectivo reassumir do cargo de Secretário-Geral do PPD. Tal pressuporia, no entanto, o reforço da sua situação interna que, na sua perspectiva, teria que passar pelo domínio exclusivo do poder intra-partidário.

1.2. A cisão de Aveiro e as suas consequências

1. A aproximação do Congresso extraordinário do PPD, prevista para os primeiros dias de Dezembro, aumentaria a tensão intra-partidária. No fim do Conselho Nacional da Via Norte, Francisco Sá Carneiro procurara rodear-se de elementos da sua confiança pessoal(721) confirmando em funções os Secretários-Gerais Adjuntos Rui Machete, José Augusto Seabra, José António Furtado Fernandes e Jorge Vieira da Cunha e nomeando, também, para o cargo Afonso Moura Guedes e António Capucho. Contudo, a maioria da Comissão Política eleita no I Congresso permaneceria como sua adversária.

O II Congresso do PPD acabaria por ter lugar em Aveiro

---

(720) Desta importância acrescida do papel do PPD seriam exemplo as sucessivas entrevistas e intervenções de Francisco Sá Carneiro, as quais temos vindo a reportar nas páginas anteriores.

(721) Tal seria o caso de António Sousa Franco, surgido em Setembro de 1975 convidado por Francisco Sá Carneiro para Director do Gabinete de Estudos em substituição de Alfredo de Sousa, sendo nessa qualidade que viria a participar no Congresso de Aveiro. (Cf. *Expresso*, nº 263, de 12 de Novembro de 1977, p. 4). Mais tarde, este dirigente desempenharia um papel fundamental no deflagrar do segundo conflito intra-partidário, aliás, como outros membros do Gabinete de Estudos, como seria, por exemplo, o caso de José Manuel Sérvulo Correia.

na primeira semana de Dezembro(722), decorrendo num ambiente de "ajuste de contas" extremamente intenso e mesmo incontrolável, depois de já serem bem conhecidas as diversas opiniões das facções em confronto.

Em oposição a Francisco Sá Carneiro, cuja proposta estatutária procurava a concentração de poderes no cargo de Secretário-Geral(723) e consagrava a não proporcionalidade na eleição dos membros da Comissão Política, surgiriam outras cinco propostas encabeçadas, respectivamente, por Jorge Miranda e Jorge Figueiredo Dias, por Carlos Mota Pinto, por Vasco

---

(722) O II Congresso Nacional do PPD, cuja convocação seria decidida no Conselho Nacional da Via Norte, reuniria nos dias 6 e 7 de Dezembro de 1975 no Cine-Teatro de Aveiro. A ordem dos respectivos trabalhos previa uma primeira parte dedicada à análise da situação política nacional, na qual tomariam a palavra inúmeros oradores, depois da intervenção inicial de Francisco Sá Carneiro e uma segunda parte, na qual se debateriam as propostas de alteração dos Estatutos e se procederia à eleição dos órgãos nacionais, competindo ao Congresso a deliberação sobre esses pontos. A presidência da Mesa caberia a Nuno Rodrigues dos Santos, tendo presidido, na prática, António Barbosa de Melo, secretariando Miguel Magalhães, Carlos Coelho de Sousa, Vieira da Cunha e Adolfo Palma Santos. Cf. "Regulamento do II Congresso (extraordinário) do Partido Popular Democrático, PPD" e a gravação dos trabalhos do II Congresso, ambos existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

(723) Na intervenção proferida antes dos debates sobre as alterações estatutárias, Francisco Sá Carneiro alegaria para tal questões de operacionalidade desses órgãos, propondo o que em seu entender corresponderia a uma remodelação democrática, funcionalmente eficaz e estatutariamente simples e não reconhecendo à representação proporcional funções de democraticidade ao nível interno, considerando que tal só introduziria o fermento da divisão, das divergências e da dispersão do próprio partido; como se depreende do exposto e embora a questão da proporcionalidade pudesse representar mais um pretexto do que uma razão profunda é um facto que, caso a mesma fosse aprovada, Francisco Sá Carneiro poderia eventualmente perder a maioria na Comissão Política a eleger. A sua proposta visaria a criação de um Secretariado com funções equivalentes às da Comissão Política até aí em vigor, mas que conciliasse a responsabilidade e o poder político com idênticas funções administrativas, o cargo de Secretário-Geral integrado no Secretariado sem poderes políticos de decisão, mas com poderes de representação externa do partido e um Conselho Nacional com poderes de fiscalização sobre o Secretariado e dotado de uma Comissão Permanente mais funcional. Cf. gravações do Congresso de Aveiro disponíveis nos Serviços de Documentação do PSD.

Graça Moura e José Augusto Seabra e, ainda, uma outra proposta da Secção de Cascais posteriormente retirada(724). Contudo, a verdadeira oposição às teses de Francisco Sá Carneiro consubstanciava-se na plataforma subscrita por Carlos Mota Pinto, Jorge Sá Borges, José Augusto Seabra, Emídio Guerreiro, Sena de Oliveira, Miguel Veiga, Vasco Graça Moura e Olívio França

---

De notar que nesta sua intervenção sobre o tema, Francisco Sá Carneiro acentuaria, de uma forma incisiva, a questão da necessária unidade, contra a proporcionalidade, recusando a existência de leituras diversas do Programa (a não ser a da JSD) e tecendo, simultaneamente, críticas directas aos seus opositores que apelaria de divisionistas e defensores de estratégias pessoais. Cf. *ibidem*.

Esses princípios viriam a ser reafirmados e especialmente defendidos numa outra intervenção do Secretário-Geral, mesmo antes de se proceder à votação e na sequência de um requerimento à Mesa para que este tomasse de novo a palavra, dado não se ter conseguido encontrar uma plataforma de entendimento e por forma a poder explicitar a sua proposta; esse requerimento seria aprovado por 687 votos a favor, 68 contra e 117 abstenções. Cf. *ibidem*. Nessa intervenção Francisco Sá Carneiro admitiria retirar a sua proposta e pôr o lugar à disposição em face das manobras de bastidores e de hipotéticas tentativas conciliatórias objectivadas em jogos de cúpula devidas, em seu entender, ao medo de certos sectores de assumir uma confrontação aberta. Veja-se o "Projecto de Alteração dos Estatutos do Partido Popular Democrático, apresentado por Francisco Sá Carneiro, Filiado nº 1", PPD, Serviços de Documentação do PSD.

(724) Cada proponente faria uma exposição de cinco minutos sobre os principais pontos das suas propostas. Os projectos de Jorge Miranda e de Jorge Figueiredo Dias resultariam, directamente, de resoluções anteriormente tomadas no Conselho Nacional da Via Norte, que convocara o Congresso, no sentido de se redigirem duas propostas tão distintas quanto possível, para se apresentar aos Congressistas um amplo leque de possibilidades de escolha. A primeira proposta diria particularmente respeito ao problema da articulação entre o Secretariado e a Comissão Política, propondo-se que ambos tivessem a mesma base de legitimidade, sendo os seus titulares eleitos em Congresso, funcionando o primeiro como órgão executivo, de gestão permanente do partido, tipo Governo e detendo o segundo funções de definição das linhas fundamentais do partido e de fiscalização do Secretariado Nacional, devendo ambos reflectir a vontade do Congresso e defendendo-se a proporcionalidade na eleição desses órgãos. Jorge Figueiredo Dias defenderia, igualmente, a proporcionalidade, tanto para a Comissão Política como para o Conselho Nacional, tal como Vasco Graça Moura, que só interviria depois de Carlos Mota Pinto apresentar a inclusão de um novo artigo no âmbito desta mesma questão.

Quanto ao projecto de Cascais, seria integrado no de Francisco Sá Carneiro e, só dizia respeito a alterações a processar nos órgãos locais. Veja-se o "Projecto de Alteração dos Estatutos do Partido Popular Democrático", da autoria de Jorge Figueiredo Dias, no *Povo Livre*, nº 75, de 23 de Dezembro de 1975 e as restantes propostas reportadas, no dossier do II Congresso, Serviços de Documentação do PSD.

todos membros da Comissão Política Nacional(725).

A polémica em causa centrar-se-ia em torno das questões estatutárias, entendendo estes dirigentes que a Comissão Política deveria ser eleita pelo método de Hondt, visto esta se apresentar como a única forma de aí manterem o seu predomínio, ou pelo menos, de se verem aí representados. Contra a proporcionalidade insurgia-se, por sua vez, Francisco Sá Carneiro, ciente dos problemas que daí lhe adviriam, dado o peso que a corrente contrária aí desenvolvia desde os primórdios do partido, defendendo, por isso, que a equipa de direcção teria que ser forçosamente homogénea.

O outro pomo de discórdia residia na centralização do poder, aliás, estreitamente relacionada com aquela questão,

---

(725) O documento em questão, entregue à Mesa após o discurso de abertura do Congresso e lido por Francisco Sá Carneiro, na sua qualidade de Secretário-Geral, intitulava-se "Plataforma social-democrata para o socialismo" e pretendia ser mais do que uma plataforma política, uma plataforma ideológica, procurando-se através dela conseguir a unidade no partido na sua diversidade não se contestando abertamente a figura de Francisco Sá Carneiro enquanto Secretário-Geral, mas sim as teses por ele propugnadas. Vejam-se excertos desse documento no *Jornal de Notícias*, *Jornal Novo* e *O Jornal*, todos de 4 de Dezembro de 1975; vejam-se, igualmente, as declarações proferidas nesse sentido por José Augusto Seabra, então director do *Povo Livre* (cargo que desempenhava desde 12 de Junho de 1975, substituindo Rui Machete que o ocupara desde 10 de Setembro de 1974), no *Jornal de Notícias*, de 5 de Dezembro de 1975.

O facto de Carlos Mota Pinto ser de Coimbra e de ter assinado tal documento, teria estado na base de uma notícia então publicada no *Diário de Coimbra*, de 4 de Dezembro de 1975, sob o título "De Coimbra reforço de esquerda no PPD"; tal levaria a um esclarecimento naquele mesmo jornal, de 5 de Dezembro de 1975, da responsabilidade das Comissões Políticas Distrital e Concelhia de Coimbra, demarcando-se do documento em causa. Ainda sobre este documento, veja-se o "Comunicado do Secretariado Nacional do Partido Popular Democrático", de 13 de Dezembro de 1975, Serviços de Documentação do PSD, no qual se pretende associar os seus subscritores a elementos ex-MES e a certos sectores militares de esquerda, apontando-se como sendo seus objectivos o enfraquecimento da posição de Francisco Sá Carneiro e a diminuição da força do PSD, acentuando-se a ideia de que este partido "(...) apoiado pelos militares designados como 'operacionais', poderia ultrapassar e condicionar a acção dos militares chamados 'políticos'". Cf. *ibidem*.

propondo-se na Plataforma a colegialidade de todos os órgãos, para além da proporcionalidade dos mesmos, de molde a encontrar-se uma estrutura apta à representação no partido de todas as tendências e grupos sociais(726).

Se semelhante processo seria, sem dúvida, o que mais convinha à oposição a Francisco Sá Carneiro, para o Secretário-Geral a sua aprovação, no que concerne à Comissão Política, ser-lhe-ia totalmente adversa, já que a composição homogénea deste órgão se apresentava como condição necessária à prossecução da linha política que pretendia imprimir no partido.

Apesar de Francisco Sá Carneiro não ser abertamente contestado na sua qualidade de Secretário-Geral, tornava-se mais do que evidente a já acentuada clivagem entre as duas alas do partido, fazendo os seus opositores questão de sublinhar que se encontravam mais à esquerda e que não se poderia deixar de ter em conta a evolução do PPD desde a sua funda-

---

(726) Veja-se o conteúdo da proposta de inclusão nos Estatutos de um novo artigo, elucidativo a esse respeito, entre os então artigos 7º e 8º, proposta essa da autoria de Carlos Mota Pinto, Emídio Guerreiro, José Augusto Seabra, Vasco Graça Moura e Alexandre Bettencourt: "artº 7A - 1. A composição de todos os órgãos colegiais previstos nos Estatutos obedecerá ao princípio de representação proporcional das listas concorrentes à respectiva eleição. 2. As listas concorrentes à eleição de qualquer órgão colegial podem ser apresentadas por 20 eleitores ou por um décimo do número total respectivo". Veja-se a proposta em causa existente nos Serviços de Documentação do PSD.

A defesa da inclusão do critério da proporcionalidade seria feita por Carlos Mota Pinto, logo a seguir à intervenção de Francisco Sá Carneiro sobre a mesma questão, considerando aquela individualidade que o facto de existirem leituras diferentes do Programa no PPD deveria levar a uma atitude saudável, no sentido de se conseguir uma unidade na diversidade consciente, não se devendo impor "coletes de força" à realidade pluralista do partido. Cf. Gravações dos trabalhos do II Congresso do PPD, Serviços de Documentação do PSD.

ção(727), a qual, no entender destes últimos, Francisco Sá Carneiro parecia esquecer. A não introdução da regra de representação proporcional para a Comissão Política significava para aqueles a "ditadura do Secretariado" no partido, enquanto Francisco Sá Carneiro se defenderia apelando ao facto de o Conselho Nacional, para o qual o método proporcional seria aprovado(728), ser o órgão que directa e indirectamente exerceria, sistematicamente, o controlo sobre a actuação do Secretariado Nacional.

2. O Congresso de Aveiro caracterizar-se-ia, assim, por uma defrontação de grande vulto e, apesar de algumas tentativas de ponte vindas de certos sectores(729), esta não seria possível, até porque nenhuma das duas partes em confronto

---

(727) Vejam-se as declarações proferidas nesse sentido por José Augusto Seabra, um dos subscritores da Plataforma em questão, no *Jornal de Notícias*, de 5 de Dezembro de 1975.

(728) É um facto que a introdução do método proporcional para o Conselho Nacional se viria a revelar, mais tarde, como ciscunstância propiciadora do conflito permanente entre este órgão e a direcção política. Como adiante se verá, as linhas minoritárias no partido ver-se-iam na maior parte das vezes sobrerepresentadas no Conselho Nacional, produzindo no seu seio a contestação à linha vencedora da Comissão Política.

(729) Nomeadamente realizadas por parte de António Barbosa de Melo, Rui Machete, Alfredo de Sousa, Jorge Miranda, Mário Pinto e Marcelo Rebelo de Sousa nas sucessivas intervenções feitas durante o Congresso. Cf. Gravações do II Congresso do PPD, Serviços de Documentação do PSD.

Segundo apurámos, também, através da gravação existente dos respectivos trabalhos, Francisco Sá Carneiro decidir-se-ia pela confrontação aberta, utilizando um discurso do tipo "quem não é por mim é contra mim", num apelo emocional aos Congressistas, posição de força assumida principalmente a partir do momento em que a questão da proporcionalidade dos órgãos nacionais seria problematizada e em face da clara supremacia dos Delegados que se previam vir a apoiar as suas propostas (evidenciada aquando da votação do requerimento que daria de novo a palavra, nessa matéria, ao Secretário-Geral). Veja-se aqui, a nota 723.

pretendia fazer qualquer cedência(730). Tratava-se de uma questão de perder ou de ganhar tudo e depois de meses de sublimação dos conflitos existentes, com o seu despoletar e da forma como tal se processou, não era já possível, nem tão pouco desejada pelo Secretário-Geral do PPD, qualquer conciliação, pese embora o facto de a postura do "Grupo Sá Borges" relativamente à ruptura total não ter sido ainda definitivamente assumida.

Para se poder compreender a motivação base de não se pretender, na altura, qualquer tipo de conciliação, há que recuar um pouco, sintetizando os principais momentos da polémica interna que vinha a grassar no PPD.

Durante todo o ano de 1974, Francisco Sá Carneiro fora obrigado a ceder na maioria dos casos em que se gerara a controvérsia intra-partidária. Perdera na composição do seu secretariado pessoal, perdera poderes por ocasião do conten-

---

(730) Do lado de Francisco Sá Carneiro a intransigência, neste capítulo, seria total; para entender melhor as eventuais motivações que presidiram à sua actuação, fundamentalmente a partir do seu regresso ao país e ao partido, veja-se o esclarecedor texto de MARIA JOÃO AVILLEZ, *Francisco Sá Carneiro Solidão e Poder*, Lisboa, Cognitio, 1981, especialmente pp. 108-110.

Entretanto, parecia difícil para certos dirigentes assumir uma atitude definitiva para com o conflito que se avizinhava. Enquanto Francisco Pinto Balsemão, invocando problemas de saúde de um familiar próximo, não compareceria ao Congresso, das fileiras da oposição a Francisco Sá Carneiro seriam tomadas as mais diversas atitudes: Carlos Macedo desligara-se do partido dias antes através de uma carta pessoal dirigida ao Secretário-Geral, e na qual diria, segundo as palavras do mesmo, não estar disposto a alinhar naquilo que considerava ser um "psicodrama de Moreno"; Jorge Sá Borges, depois de um discurso de distanciamento perante Francisco Sá Carneiro abandonaria os trabalhos, ficando Carlos Mota Pinto a assumir a ofensiva oposicionista, secundado por Emídio Guerreiro. Este, como José Augusto Seabra, acabaria por abandonar o Congresso em pleno decurso dos trabalhos.

Como Director interino do *Povo Livre*, dada a dissidência deste último dirigente, ficaria Pedro Roseta, cargo no qual permaneceria até finais de Novembro de 1976, tendo sido substituído por Helena Roseta a partir de 1 de Dezembro desse ano.

cioso sobre as competências do Secretário-Geral e da Comissão Política Provisória, perdera, também, aquando da constituição das listas para os órgãos nacionais no I Congresso do partido, ao aceitar negociá-las e perdera, igualmente, certa capacidade de manobra quanto aos contactos internacionais. Não só Francisco Sá Carneiro não detinha, então, força suficiente para fazer pender para o seu lado uma eventual vitória, no caso do conflito vir a ser abertamente assumido por ocasião da primeira cimeira do PPD, como as próprias condições político-sociais do país eram, ainda, nessa altura, pouco propícias a que a confrontação interna se realizasse noutros moldes. Simultaneamente, o Secretário-Geral dos sociais-democratas encontrava-se sem grande força anímica para assumir o conflito, já que se começavam, então, a manifestar os primeiros sinais da doença que o viria a acometer.

No entanto, as sucessivas cedências e derrotas a que se vira submetido seriam, sem dúvida, mal digeridas por Francisco Sá Carneiro, o qual, na primeira oportunidade favorável e tendo em conta as clivagens presentes na conjuntura político-partidária iria, em finais de 1975, provocar a confrontação total, já que não o pudera fazer durante o ano anterior.

Aveiro seria, assim, possível graças à coincidência de dois momentos: um, ao nível partidário, devido à conjugação de diversos acontecimentos, entre os quais se contaria o franco crescimento do partido, o alargamento dos seus sectores de apoio e a vontade expressa pelas bases no sentido do regresso de Francisco Sá Carneiro; outro, ao nível nacional, que res-

peitaria ao aparecimento de um movimento de opinião gerado com o 25 de Novembro, do qual decorreria a derrota das forças da esquerda radical, possibilitando uma viragem total na cena político-militar.

O conflito expresso em Aveiro reflectiu, pois, a correlação de forças então existente na vida político-social do país. Paralelamente ao assumir do conflito na esfera política mais vasta ocorreria idêntico processo na esfera intra-partidária do PPD.

A simultaneidade dos dois eventos reportados é claramente observável, ou mesmo a anterioridade do último, pese embora o facto do II Congresso do PPD ter tido lugar alguns dias depois do 25 de Novembro, já que Aveiro não foi, senão, como defendemos, a mera reedição do Conselho Nacional da Via Norte, ou seja, a exploração, por parte de Francisco Sá Carneiro, do sucesso aí conseguido, a confirmação da sua recuperação do poder intra-partidário.

Aveiro e a cisão que lhe sucederia seriam, no fundo, o resultado esperado e desejado pela facção do PPD que pretendia retomar as rédeas do poder intra-partidário, de molde a poder intervir de uma forma mais efectiva na condução do processo político global. De notar, no entanto, que para a vitória de Francisco Sá Carneiro concorreria, fundamentalmente, o apoio que lhe seria dado por um conjunto de personalidades as quais, mais tarde, viriam a corporizar o segundo conflito intra-partidário, ou sejam, os homens das "Opções Inadiáveis".

Em nenhum dos momentos do Congresso de Aveiro se poria

em causa o Programa do partido, as metas a médio ou a longo prazo. Em termos ideológicos de fundo não se punha ainda a questão, embora mal ou bem, Francisco Sá Carneiro estivesse conotado com uma posição considerada mais à direita e a oposição ao mesmo com uma linha dita mais de esquerda.

O conflito decorreria, fundamentalmente, como temos vindo a expor, das dissensões provenientes quanto aos diferentes entendimentos em face da linha estratégica a seguir pelo partido e, fundamentalmente, das questões de ordem pessoal no que concerne à tomada do poder ao nível interno, conquanto o pretexto fundamental para a cisão que daí resultou residisse apenas no facto de Francisco Sá Carneiro não ter cedido na aceitação da proporcionalidade na composição da Comissão Política(731). Quanto à linha estratégica a ser prosseguida e apesar de não ter havido votações das duas teses em presença, ficaria uma opção mais clara e determinada relativamente aos principais problemas que se punham então ao PPD, alguns dos quais tinham vindo a ser o alvo principal da acesa controvér-

---

(731) As principais alterações estatutárias no que respeita aos órgãos nacionais e, no fundo, em torno das quais a polémica interna se tornaria particularmente intensa, prender-se-iam com a composição do Congresso (artº 30º), com a composição do Conselho Nacional (artº 35º), com a eleição de uma Comissão Executiva do Conselho Nacional (artº 39º), com a composição do Secretariado Nacional (ou Comissão Política) (artº 40º) e com as competências do Secretário-Geral (artº 43º).

Quer a eleição do Secretário-Geral, quer a da Comissão Política, passariam a ser feitas por lista vencedora, sendo este último órgão composto pelo Secretário Geral mais vinte Secretários Nacionais eleitos pelo Congresso, dos quais dois sob proposta da JSD. Quanto ao Conselho Nacional, único órgão eleito pelo método proporcional, passaria a ter 80 elementos eleitos dessa forma em Congresso, para além das inerências dos membros da Comissão Permanente do Grupo Parlamentar, dos membros do partido com cargos Governamentais, dos Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Políticas Distritais, de 20 membros da JSD e de 30 membros dos Sócio-profissionais. Cf. *Povo Livre*, nº 75, de 23 de Dezembro de 1975, p. 2.

sia interna que marcaria a vida do partido desde a sua fundação(732).

3. A forma como se processaram os trabalhos levaria a que o Congresso terminasse com grande especulação e polémica(733), apesar de, num primeiro lance, poder parecer que tudo se tinha solucionado da melhor maneira possível(734). De tal

---

(732) Veja-se o conteúdo da Moção aprovada no II Congresso do PPD, que assentaria, fundamentalmente, nos seguintes pressupostos: revisão do Pacto MFA/Partidos; exclusão do PCP do Governo e remodelação deste; exigência de uma política democrática de informação; conclusão urgente do texto constitucional; apartidarismo das Forças Armadas e reafirmação da plena inserção do partido no processo revolucionário. Cf. a "Moção" aprovada no II Congresso do PPD em *Dez Congressos Dez Anos de Vida*, S.l.n., Editorial Progresso Social e Democracia, s.d., pp. 23-24.

(733) Quanto à polémica que de facto se desencadeou, seriam elucidativas, por um lado, as declarações de Emídio Guerreiro e de José Augusto Seabra ao abandonarem o Congresso de Aveiro, acusando Francisco Sá Carneiro de ter feito um "golpe de teatro" e de o PPD passar a ser um partido de um homem e não um partido democrático e, por outro, a resposta de Francisco Sá Carneiro em JOÃO ROSA, *Diálogos com Sá Carneiro*, Lisboa, Edições Alfaómega, 1978, pp. 55-57 e 59-60. Com aqueles dirigentes sairiam também, na mesma altura, Artur Santos Silva e Serras de Oliveira.

(734) Quanto à imagem de concórdia que se pretendeu então demonstrar, veja-se o "Discurso de encerramento do Congresso" proferido por Francisco Sá Carneiro, assim como o seu "Discurso de abertura", as declarações do mesmo proferidas ao *Comércio do Porto*, de 9 de Dezembro de 1975, o conteúdo da Moção aprovada e a composição dos órgãos nacionais ambos publicados no *Povo Livre*, nº 74, de 15 de Dezembro de 1975, p.1; os dois discursos do Secretário-Geral encontram-se também publicados em *Francisco Sá Carneiro, Textos*, 4º Volume, 1975-1977, Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1984, pp. 32-46.

Sobre a composição dos órgãos nacionais saídos deste Congresso, cuja eleição decorreria no final dos trabalhos, veja-se a Lista 2 do Anexo IV desta dissertação. Para o Conselho Nacional, único órgão para o qual se aceitaria a proporcionalidade, tinham concorrido 4 listas, a saber: a Lista A - cujo primeiro proponente seria António Joaquim Marques Mendes - conseguiria 27 lugares, correspondentes a 251 votos; a Lista B - tendo como primeiro subscritor Dinis Sottomayor - obteria 18 lugares, equivalentes a 166 votos; a Lista C - encabeçada por Jorge Miranda - conseguiria 5 lugares, correspondentes a 54 votos; a Lista D - presidida por Nuno Rodrigues dos Santos - obteria 30 lugares, equivalentes a 285 votos. Vejam-se os nomes dos militantes que integravam as listas em causa e o apuramento dos resultados em concordância com as alterações estatutárias realizadas, no *Povo Livre*, nº 74, de 15 de Janeiro de 1976, assim como os nomes constantes na Lista 2 do Anexo IV desta dissertação.

Apesar das primeiras negativas por parte do PPD e das especulações feitas na

forma que, escassos dias depois da segunda cimeira social-democrata, se reunia o Grupo Parlamentar respectivo com o fim de tomar uma posição firme relativamente aos acontecimentos ocorridos, dias antes, no referido Congresso(735).

Da reunião em causa resultaria a decisão de abandonar o partido assumida por 21 dos Deputados do PPD(736), aos quais se seguiriam outros dirigentes(737), isto, enquanto Guilherme de Oliveira Martins e António Rebelo de Sousa, da JSD, declaravam não entrar em funções antes de uma decisão a tomar pelo

---

generalidade da imprensa, o órgão oficial do partido acabaria por reconhecer, perante os militantes, que houvera no Congresso de Aveiro um conflito aberto, de ordem pessoal e estratégica. Cf. *Povo Livre*, nº 74, de 15 de Dezembro de 1975 p. 1 e "Comunicado", difundido pelo Secretariado do partido de 12 de Dezembro de 1975 Serviços de Documentação do PSD. Veja-se um documento intitulado "Síntese dos Congressos do PSD" apresentado pelo Serviço de Informação e Relações Públicas do PSD do Porto, durante o V Congresso Nacional, no qual se reconheceria, embora posteriormente, ter sido o conflito "consequência de decisões cupulistas e pessoalistas feitas nas costas dos militantes". Cf. *op. cit.*, p. 3.

(735) A reunião em causa realizar-se-ia a 9 de Dezembro de 1975, tendo os Deputados cisionistas apresentado ao Presidente da Assembleia Constituinte uma comunicação nesse sentido, dispondo-se ao abrigo da lei eleitoral, que assim o previa, a permanecer na Assembleia Constituinte como Deputados independentes. Cf. *Expresso*, nº 158, de 10 de Dezembro de 1975,p.16; vejam-se também, no mesmo número deste semanário, os depoimentos de Emídio Guerreiro, José Augusto Seabra, Carlos Mota Pinto e Manuel Costa Andrade, assim como os de Francisco Sá Carneiro e de Joaquim Magalhães Mota, a respeito do assunto em causa, embora com posições diversas.

(736) Os Deputados cisionistas seriam: Carlos Mota Pinto, então Presidente do Grupo Parlamentar do PPD, Emídio Guerreiro, José Augusto Seabra, Carlos Seiça Neves, Joaquim Coelho dos Santos, José Francisco Lopes, Alfredo Morgado, Vítor Ferreira Boga, Manuel Costa Andrade, José Manuel da Costa Bettencourt, Maria Augusta da Silva Simões, Orlandino Teixeira Varejão, Custódio Costa de Matos, José Casimiro dos Santos Cobra, José Gonçalves Sapinho, Antídio Costa, António das Neves Costa,António Roleira Marinho, Artur Santos Silva, Luís de Melo Biscaia e Nuno Taveira da Gama. Cf. *Primeiro de Janeiro*, de 11 de Dezembro de 1975.

(737) Tal seria o caso de Jorge Sá Borges, de Leonor Beleza e de Vasco Graça Moura, os quais,segundo o testemunho da primeira destas individualidades, sairiam por solidariedade com o grupo dissidente, embora o último tenha ainda tentado impedir aquela primeira decisão por a considerar precipitada. No quadro do mesmo processo, viriam igualmente a sair nessa altura Alexandre Bettencourt, Júlio Castro Caldas e Fernando Albuquerque, todos do "Grupo Sá Borges".

Conselho Nacional relativamente a este assunto, cuja reunião estava prevista para alguns dias depois(738).

Nos bastidores proceder-se-ia, ainda, a tentativas no sentido de encontrar uma plataforma conciliatória para as partes em confronto, nelas se inscrevendo a abordagem feita por Francisco Sá Carneiro aos parlamentares dissidentes e a tentativa de negociações com Carlos Mota Pinto levada a efeito por Marcelo Rebelo de Sousa. A primeira sairia malograda perante a atitude coerentemente mantida pelos dissidentes(739), a segunda, devido ao ataque proferido pelo dirigente parlamentar ao Secretário-Geral, numa intervenção que realizaria imediatamente depois desse encontro revelar-se-ia, também, um insucesso. A impossibilidade de amortecer os efeitos da cisão levaria o Secretário-Geral a adoptar uma atitude mais rígida para com os dissidentes, tal como relativamente aos membros do Governo em idêntica situação(740).

---

(738) Enquanto o Grupo Parlamentar do partido emitia um comunicado criticando a posição assumida pelos dissidentes, (Cf. "Comunicado - O Grupo Parlamentar e os deputados dissidentes", de 12 de Dezembro de 1975, Serviços de Documentação do PSD), o Conselho Nacional da JSD reuniria a 13 de Dezembro de 1975, deliberando apoiar os Deputados cisionistas e decretando a suspensão do mandato dos membros da JSD nos órgãos nacionais do partido. Note-se que a decisão inicial da JSD de integrar aqueles dois membros na lista eleita tinha sido tomada em reunião *ad hoc* do seu Conselho Nacional no próprio Congresso de Aveiro, embora os elementos em causa já não tivessem assistido à cerimónia de encerramento do mesmo. Cf. *Expresso*, nº 158, de 10 de Dezembro de 1975, pp.8 e 9.

(739) Estes recusar-se-iam a permanecer no partido. Cf. *O Primeiro de Janeiro*, de 11 de Dezembro de 1975.

(740) Francisco Sá Carneiro declararia que "(...) os lugares são do partido" e que "Membros do Governo e Deputados são-no graças às finanças do partido, à organização do partido, aos votos que o partido conseguiu (...), comparando a cisão ocorrida no PPD com a cisão-Serra que se dera anteriormente no PS, dado esta se ter assumido como uma cisão limitada às cúpulas partidárias que se procurava fazer reflectir nas bases do partido não detendo, no entanto, qualquer significado nessa

As consequências desta cisão far-se-iam sentir quase unicamente na esfera superior do partido, tendo apenas leves reflexos na opinião pública, mormente dado o abandono do partido por figuras como Artur Santos Silva, que davam o aval anti-fascista ao PPD, resultado, como já vimos, de um compromisso entre elementos provenientes da oposição clássica à ditadura e elementos vindos da "Ala Liberal".

No plano laboral a cisão não teria grandes repercussões imediatas, até porque a implantação do partido nesse sector, onde o PCP permanecia hegemónico, se apresentava muito fraca. Contudo, a cisão viria a ter um certo reflexo na sucessão depois de Alfredo Morgado se demitir do partido, principalmente com a ascensão de José António Furtado Fernandes e de Maria de Fátima Correia, os quais encetariam um trabalho político de envergadura no plano sindical, que viria a colher os seus frutos no Congresso seguinte e, também, de Eduardo Gomes, eleito em Aveiro para o Secretariado dos Sócio-profissionais.

As sequelas da crise de Aveiro não ficariam por aqui.

---

esfera. Cf. *O Primeiro de Janeiro,* de 11 de Dezembro de 1975.

Sobre a passagem dos Deputados do PPD a independentes, em consequência da cisão gerada no Grupo Parlamentar e no partido a partir do Congresso de Aveiro, veja-se, para além da notícia "21 Deputados do PPD passam a independentes", saída no *Expresso,* nº 158, de 10 de Dezembro de 1977, p.1, as considerações de José Ferreira Júnior e de Alfredo de Sousa, as declarações dos Deputados dissidentes e a justificação dada por Carlos Mota Pinto nesse sentido, no *Diário da Assembleia Constituinte,* Assembleia da República, Lisboa, 1980, de 3 de Junho de 1975 a 7 de Janeiro de 1976, respectivamente nº 92 de 10/12/75 p. 2984, nº 92 de 10/12/75 p. 2985, nº 93 de 11/12/75 p. 3013 e nº 95 de 13/12/75 p. 3068.

Dos Deputados dissidentes, regressariam ao partido Carlos Coelho de Sousa, José Gonçalves Sapinho, Nuno Taveira da Gama, Custódio Costa de Matos, António Roleira Marinho e Antídio Costa; posteriormente viriam a sair Nívea Cruz e José Gomes de Almeida.

Alguns dias depois, um grupo, que ficaria conhecido pelos "Condicionais", constituído por Marcelo Rebelo de Sousa, José Alfaia Pinto Pereira, Joaquim Lourenço, José António Furtado Fernandes, Ruben Raposo, Guilherme Oliveira Martins, António Rebelo de Sousa, Maria de Fátima Correia, Rui Oliveira e Costa e Angelo Correia subscrevia um documento intitulado "Militantes do PPD apresentam condições"(741).

Subjacente a esta movimentação estava a noção de que, tanto para a opinião pública em geral como para o próprio partido, ficava a ideia, no rescaldo de Aveiro, de que a personalização do poder tinha aí sido excessiva e de que se tornava indispensável pôr algumas condições de democraticidade interna para o bom funcionamento do partido e para o restabelecimento de relações intra-partidárias saudáveis.

Se, numa primeira fase, Francisco Sá Carneiro não se mostrara muito disposto a ceder, depois de reunião conjunta com os propugnantes daquele documento acordaria em satisfazer as condições exigidas, daí resultando o reconhecimento do direito de tendência, a recomposição do Secretariado por forma a representar todas as correntes, a convocação de um Conselho Nacional do partido para rever os Estatutos, para além do reforço do sector Sócio-profissional e do adiamento da realização das Jornadas Sociais-Democratas(742).

---

(741) Veja-se a notícia sobre a apresentação do documento em causa, referindo-se os respectivos signatários, no *Expresso* "Extra", nº 160, de 17 de Dezembro de 1975, p. 1.

(742) Vejam-se estas concessões de Francisco Sá Carneiro perante os "Condicionais" *in idem* e em *O Dia*, de 17 de Dezembro de 1975.

Concluído o acordo em causa(743), o grupo promotor daquela iniciativa viria a constituir o Centro de Estudos e Reflexão Social-Decocrático(744) (CERESD), que representou, não uma tendência propriamente dita, mas um centro de estudos e reflexão. No fundo, embora não tenha conseguido um dos seus principais propósitos, isto é, o de corporizar a necessária ponte para o regresso ao partido dos dissidentes(745), introduziria, prevalecentemente, ao nível intra-partidário alguns aspectos fundamentais para uma imagem de maior democraticidade, assim como a ideia de que restava, ainda, uma ala esquerda no partido. Quer um, quer outro destes aspectos inscreviam-se nos objectivos de Francisco Sá Carneiro e, daí, o CERESD se ter constituído com a sua anuência(746).

---

(743) Veja-se o texto de plataforma conciliatória entre o Secretário-Geral e o grupo em causa em *O Comércio do Porto*, de 19 de Dezembro de 1975.

(744) Da Comissão Executiva da CERESD faziam parte Ângelo Correia, Joaquim Lourenço, Maria de Fátima Correia, José António Furtado Fernandes, Marcelo Rebelo de Sousa, João Augusto Mendes da Fonseca e Carlos Botelho Moniz; a Comissão de Admissões seria constituída por José Alfaia, Victor Simões, Miranda Fernandes, Guilherme Oliveira Martins e José Queimado. Vejam-se os Estatutos e a composição dos Órgãos Executivos do CERESD no *Povo Livre*, nº 81, de 4 de Fevereiro de 1981, o Comunicado, "O que é o CERESD?", documento interno e as "Actas das Reuniões da Comissão Executiva Nacional do CERESD", ambos os documentos existentes nos Serviços de Documentação do PSD; através destas podem ser vistos os temas principais que aí seriam passíveis de análise, sobressaindo a preparação das Jornadas Sociais-Democratas para o Socialismo. Cf. especialmente a "Acta nº 1", de 25 de Maio de 1976, Serviços de Documentação do PSD.

(745) Tal não seria conseguido, apesar das diligências efectuadas pelos "Condicionais" junto dos Deputados dissidentes e das esperanças eventualmente sentidas quanto ao regresso destes últimos ao partido (Cf. *O Dia*, de 17 de Dezembro de 1975, e o *Comércio do Porto*, de 19 de Dezembro de 1975), dado o ataque cerrado proferido por Carlos Mota Pinto a Francisco Sá Carneiro na Assembleia Constituinte, que destruiria completamente o efeito eventualmente esperado.

(746) Francisco Sá Carneiro acabaria por aceitar ser Presidente de honra do CERESD; no Conselho Nacional de Coimbra, de Janeiro seguinte, viria a ser aceite o direito de tendência no seio do partido e o CERESD organizaria, em 1976, na Biblioteca

Ainda no rescaldo do Congresso de Aveiro realizar-se-ia um Conselho Nacional(747), o qual, dado o reforço do domínio pessoal de Francisco Sá Carneiro, conseguido aquando da segunda cimeira social-democrata e a celebração da plataforma de entendimento realizada com os "Condicionais" decorreria num tom calmo, bastante diferente do ambiente tumultuoso da reunião anterior(748). Além da extensa apreciação da conjuntu-

---

Nacional, as Jornadas de Reflexão sobre a Social-Democracia, de cuja Comissão Organizadora fariam parte Rui Oliveira e Costa, José Alfaia e Carlos Cruz, para as quais seriam convidados alguns dos dissidentes de Aveiro, membros do PS (Jorge Campinos e Nuno Godinho de Matos), do PPM (Gonçalo Ribeiro Teles, João Camossa, Luís Filipe Coimbra e Augusto Ferreira do Amaral), da SEDES e, ainda, independentes de esquerda. O CERESD acabaria, no entanto, por ter uma existência efémera, sendo as suas principais realizações as referidas Jornadas e a inclusão nos Estatutos do partido do direito de tendência. Segundo transparece das "Actas das Reuniões da Comissão Executiva Nacional do CERESD", existentes nos Serviços de Documentação do PSD, tal poder-se-á ter ficado a dever a problemas surgidos com a estruturação respectiva e desmobilização dos seus membros, como por exemplo, a falta de *quorum* nessas reuniões, de que nos dá conta a "Acta nº 2", de 2 de Junho de 1976. Francisco Sá Carneiro estaria presente no encerramento daquelas Jornadas; afastando-se, inequivocamente, da ideia-base dos promotores da reunião em causa, teria então declarado, segundo o testemunho de Rui Oliveira e Costa, que seria preciso "ter mais ideias e menos ideologia".

(747) O III Conselho Nacional do PPD teria lugar a 24 e 25 de Janeiro de 1976 em Coimbra. Presidido por Nuno Rodrigues dos Santos, António Barbosa de Melo, Vieira da Cunha, José Bento Gonçalves e Coelho de Sousa, reuniria com a seguinte ordem de trabalhos: apreciação da conjuntura política e partidária; análise dos problemas internos do partido; apreciação dos termos da revisão da Plataforma de Acordo Constitucional; eleição dos membros da Comissão Executiva e da Mesa do Conselho Nacional. Cf. *Povo Livre*, nº 79, de 22 de Janeiro de 1976, p.1 e *Diário de Notícias*, de 26 de Janeiro de 1976.

Da referida reunião do Conselho Nacional não foi exarada acta, conforme se pode observar pela leitura do *Livro das Actas do Conselho Nacional*, que salta da reunião na Via Norte, realizada a 27 de Setembro de 1975, para a reunião em Cascais (Estoril-Sol), em 21 de Outubro de 1976.

(748) Apesar da especulação de alguns órgãos de comunicação, visto no noticiário das 20,30h da RTP, de 24 de Janeiro de 1976, ter sido difundida a ideia de que o Conselho Nacional do PPD estaria a decorrer de forma previsível a sucederem novas dissenções. Tal levaria à aprovação por parte do PPD, de uma "Moção de repúdio" à notícia em causa, que seria divulgada no mesmo dia no Telejornal das 23h. Cf. "Falsa notícia transmitida pela RTP", inserida no "Comunicado Final do Conselho Nacional de Coimbra", Serviços de Documentação do PSD e *Povo Livre*, nº 80, de 28 de Janeiro de 1976, pp. 4 e 5.

ra política nacional aí realizada(749) e das resoluções tomadas nesse capítulo(750) no que concerne às grandes linhas

---

(749) Veja-se, por exemplo, o "Relatório" apresentado pelo Secretário-Geral sobre este assunto, assim como a exposição do mesmo e de António Barbosa de Melo àcerca da Plataforma de Acordo Constitucional. Sobre a apreciação de Francisco Sá Carneiro da situação política nacional desde o 25 de Abril de 1974, realizada em grandes linhas e, nomeadamente, a sua leitura da importância da lei constitucional e do papel das Forças Armadas, como complemento essencial do 25 de Novembro, abrindo caminho para a revisão do Pacto MFA/Partidos e para a instauração de uma democracia pluralista, vejam-se as "Declarações de Francisco Sá Carneiro à Radiodifusão Portuguesa", em entrevista conduzida por Maria Leonor, a 20 de Janeiro de 1976, posteriormente publicada em *Francisco Sá Carneiro, Textos,* 4º Volume, 1975-1977, Editorial Progresso Social e Democracia, 1984, pp. 87-95, e a entrevista "Volta a viver-se um clima de tensão", concedida a João Rosa, também em vésperas do Conselho Nacional de Coimbra, em JOÃO ROSA, *Diálogos Com Sá Carneiro,* Lisboa, Edições Alfaómega, 1978, pp. 63-84.

Veja-se, também, na primeira obra acima reportada, o "Discurso" proferido por Francisco Sá Carneiro num comício em Lisboa, a 22 de Dezembro de 1975, pp. 63-75 e as intervenções "Democracia já! Depois do 25 de Novembro", no *Povo Livre,* nº 77, de 8 de Janeiro de 1976, "Democracia já! O que somos e o que queremos", no *Povo Livre,* nº 78, de 15 de Janeiro de 1976 e "Democracia já! O Partido Popular Democrático e o 'Relatório do 25 de Novembro. Denúncia antecipada. Defesa da democracia", no *Povo Livre,* nº 79, de 22 de Janeiro de 1976, publicadas também na obra acima referida, respectivamente nas pp. 79-83, 99-104 e 107-109. Nos textos reportados estão bem explícitos, não só a leitura de Francisco Sá Carneiro dos últimos eventos político-militares ocorridos em Portugal, como os principais vectores da actuação que o partido empreenderia a partir de então.

(750) Nomeadamente no que se refere à prossecução da linha social-democrata como via para a construção de uma sociedade socialista humanista, ao reconhecimento da caducidade do Pacto MFA/Partidos e da inerente necessidade de negociação urgente de nova Plataforma Constitucional, com base na defesa intransigente dos princípios democráticos e à decisão de não abrir uma crise no VI Governo, admitindo-se, aí, a permanência de representantes do PCP (aliás na linha da decisão tomada em Aveiro, depois de Francisco Sá Carneiro, ao que parece, a pedido de Victor Crespo e de outros Conselheiros da Revolução, ter decidido retirar a exigência sobre a retirada dos comunistas do Governo). Cf. "Comunicado Final, do Conselho Nacional de Coimbra", 24/25 de Janeiro de 1976, Serviços de Documentação do PSD, o *Jornal Novo,* de 26 de Janeiro de 1976 e o *Tempo,* de 29 de Janeiro de 1976.

Vejam-se igualmente, as declarações proferidas por Francisco Sá Carneiro a este propósito, procurando justificar a decisão de não provocar a saída do PCP do Executivo, pondo embora algumas condições complementares, com base no facto de a mesma poder ser "mais nociva para a democracia portuguesa que proveitosa" e que "(...) temos de ter em conta a gravidade que seria neste momento poder surgir uma nova crise governamental". (As citações são retiradas do "discurso" proferido no comício de Lisboa, de 22 de Dezembro de 1975, p. 71 e da "conferência de imprensa" de 28 de Janeiro de 1976, pp. 128-129, *in Francisco Sá Carneiro, Textos,* 4º Volume, 1975-1977, Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1984, respectivamente pp. 63-75 e 121-134).

de actuação do partido, procedeu-se à eleição dos membros da Comissão Executiva e da Mesa do Conselho Nacional(751) e à análise da situação interna gerada com a cisão de Aveiro.

Consciente da necessidade de ceder em alguns aspectos pontuais sem alterar a linha de rumo que imprimira ao PPD desde o seu regresso, aliás reafirmada pelas bases quando do último Congresso, Francisco Sá Carneiro via, agora, plenamente confirmado o seu poder no PPD. Secundado pelo que se considerava a "linha dura" do partido, evoluira da sua intransigência inicial para uma certa maleabilidade, expressa, fundamentalmente, nas concessões feitas desde logo aos "Condicionais" e no pretender alargar a equipa dirigente do partido, incluindo

---

(751) Para estes órgãos, cuja eleição tinha sido remetida para o primeiro Conselho Nacional a realizar depois do II Congresso, concorreriam duas listas, sendo os seguintes os nomes dos eleitos para a Mesa do Conselho Nacional: Nuno Rodrigues dos Santos, como Presidente, Mário Montalvão Machado e António Marques Mendes, como Vice-Presidentes, José Guilherme Coelho de Sousa e José Bento Gonçalves, como Secretários; da Comissão Executiva do Conselho Nacional passariam a fazer parte como efectivos José Ângelo Correia, António Barbosa de Melo, Carlos Bacelar, José Queimado, Paulo Valdez, António Cunha, Jorge Montenegro Chaves, Pedro Soares da Silva, Marcelino Paiva, Roque Martins, A. Lourenço Mendes, António Marques Mendes, Arménio Ramos de Carvalho, Aires Querubin, Dinis Sottomayor, António Correia Teixeira, Nuno Taveira da Gama, Tomás Oliveira Dias, Marcelo Rebelo de Sousa, António Júlio Teixeira da Silva, António Leite de Castro, Mário Montalvão Machado, Manuel Ribeiro, Dias de Carvalho, Nuno Rodrigues dos Santos, Fernando Roriz, António Júlio Simões de Aguiar, Bento Gonçalves, Nicolau Freitas, Jorge Miranda, Mateus de Brito, Carlos Coelho de Sousa, José Guilherme Coelho dos Reis, José António Furtado Fernandes, António José Vinhais, João Augusto Mendes da Fonseca, Jorge Figueiredo Dias, e como suplentes José Gomes Murta, J. Pinto Mendes, L. Regalheiro Henriques, M. Viegas Abreu, Arnaldo Brito Lhamas, Cunha Rodrigues, Filipe Abreu, Fernando Ribeiro Silva, Teodoro da Silva, Manuel Vilhena de Carvalho, Jorge Correia da Cunha e António Chagas. Cf. "Comunicado Final, do Conselho Nacional de Coimbra", 24/25 de Janeiro de 1976, no *Povo Livre*, nº 80, de 28 de Janeiro de 1976, pp. 4 e 13.

Veja-se, também, a Lista 3 do Anexo IV deste trabalho, da qual constam todos os dirigentes do Conselho Nacional eleitos no Congresso de Aveiro, (de entre os quais sairiam aqueles elementos para a Comissão Executiva), órgão responsável pela fiscalização e exercício de competências, de direcção e substituição do Conselho Nacional.

na Comissão Política personalidades com um perfil amplamente reconhecido, mesmo que não estivessem muito próximas das suas posições.

Com esta estratégia de entendimento e diálogo interno, assim levada a efeito, Francisco Sá Carneiro pretendia que o "25 de Novembro" que se dera no partido não viesse a obter efeitos contrários aos pretendidos, mais próximos dos resultados de um "11 de Março" intra-partidário.

O Conselho Nacional, reunido pouco tempo depois, viria confirmar esta atitude, possível a partir do momento que Francisco Sá Carneiro se tornara incontestável e que as premissas base da estratégia a seguir estavam garantidas; atitude essa que, no fundo, só vinha sedimentar a vitória recentemente obtida pelo Secretário-Geral e pela linha então considerada mais conservadora do partido. Aquela reunião representaria, assim, o início da pacificação intra-partidária(752).

O exame realizado àcerca dos problemas internos do PPD, segundo a ordem de trabalhos do Conselho Nacional acima reportado, iniciar-se-ia com um relatório apresentado pelo Secretário-Geral(753), atingindo plenamente os objectivos a que certamente se propusera, isto é, o mesmo efeito conseguido

---

(752) Veja-se a moção aprovada no Conselho Nacional de Coimbra, manifestando a vontade de albergar de novo, no seio do PPD, os dissidentes de Aveiro, claro convite à readmissão de todos os que assim o desejassem. Cf. "Convite à reentrada dos dissidentes", no *Povo Livre*, nº 80, de 28 de Janeiro de 1976, p. 4.

(753) Sobre o conteúdo e a repercussão do relatório em causa, veja-se o artigo "A autocrítica de Sá Carneiro sensibiliza gregos e troianos", da autoria de ARMANDO PASSOS, no *Jornal Novo*, de 26 de Janeiro de 1976.

no Congresso de Aveiro com a proposta que aí apresentara, ambas manobras de antecipação limitativas e condicionantes das reacções da oposição.

Francisco Sá Carneiro cedia, assim, nas exigências apresentadas, seja pelo grupo dos "Condicionais", seja pelos elementos da Comissão Política Distrital de Coimbra(754), no que respeita a diversos aspectos(755) entre os quais: revisão estatutária a realizar em Congresso Nacional Extraordinário a reunir após as eleições legislativas e presidenciais, revisão essa assente em pressupostos de liberdade de expressão e pluralismo de opiniões, consagrando-se o direito de tendência(756); realização das Jornadas Sociais-Democratas para o Socialismo após as eleições para a Assembleia da República; reestruturação, feita em termos progressivos, do Secretariado Nacional; reconhecimento da importância do papel dinamizador

---

(754) A Comissão Distrital de Coimbra, cujos principais expoentes seriam António Barbosa de Melo, Jorge Figueiredo Dias e Manuel da Costa Andrade; o primeiro tinha sido o autor da proposta apresentada em Aveiro para a revisão dos Estatutos, apoiada também pelos "Condicionais" e pelos dissidentes; o segundo tinha sido eleito a 13 de Janeiro de 1976 Presidente do Grupo Parlamentar do PPD; o último, um dos mais empolgados cisionistas do Grupo Parlamentar, regressara de novo ao partido, mantendo-se numa situação algo dúbia quanto à sua inscrição, já que, conforme se teria apurado mais tarde, estaria inscrito simultaneamente em Bragança e em Coimbra. A Comissão Distrital de Coimbra, dias antes da realização do III Conselho Nacional, tinha apresentado um documento no qual se propunha elaborar uma reflexão profunda sobre os acontecimentos ocorridos desde Aveiro e, simultaneamente, propugnar soluções baseadas na democratização interna, com vista à pacificação intra-partidária.

(755) Vejam-se as conclusões fundamentais do Conselho Nacional de Coimbra quanto à situação interna do partido, conforme seriam na altura sintetizadas por António Sousa Franco e José António Vieira da Cunha, no *Povo Livre*, nº 80, de 28 de Janeiro de 1976, p. 4, para além do "Comunicado Final do Conselho Nacional de Coimbra", 24/25 de Janeiro de 1976, Serviços de Documentação do PSD.

(756) A incluir no Artigo 7º dos Estatutos, que tanta polémica levantara no Congresso de Aveiro. Cf. *Estatutos do PPD*, aprovados no II Congresso Nacional, s.d..

da JSD e da necessidade do incentivo, não tutelar, a conceder à mesma; ampliação da representatividade e operacionalidade do sector dos Sócio-profissionais(757); convite aos dissidentes para reingressar nas fileiras do partido(758), apelando-se, em simultâneo, para a dissolução do grupo de independentes que os mesmos tinham formado na Assembleia Constituinte.

Francisco Sá Carneiro promoveria, igualmente, a constituição de um Governo-sombra, do qual viriam a fazer parte alguns dos elementos contestatários(759), que pareciam mostrar-se satisfeitos com a solução encontrada para obviar ao potencial diferendo(760).

No entanto, a nova composição da Comissão Política Nacional, qualitativamente muito rica, viria, a prazo, a le-

---

(757) Tanto a JSD como os Sócio-profissionais se tinham manifestado profundamente críticos para com a atitude considerada demasiadamente centralizadora do Secretário-Geral na condução dos trabalhos em Aveiro, o que levaria à inclusão de elementos dessas estruturas no grupo dos "Condicionais", tal como José António Furtado Fernandes e Maria de Fátima Correia, bem como a outras tomadas de posição em conformidade, entre as quais se inscreveria a demissão de Alfredo Morgado.

(758) O convite, que não obteria então grande eco nos meios dissidentes, resultaria da necessidade de se obter a coesão partidária na Assembleia Constituinte para a votação da Constituição, minimizando-se, assim, os custos da cisão de Aveiro. Mais tarde, depois da segunda grande crise intra-partidária e perante a sangria de quadros que a mesma viria a acarretar, Francisco Sá Carneiro acabaria por chamar ao partido alguns elementos dos dissidentes de Aveiro, os quais, na altura, viriam a desempenhar um papel significativo aquando da formação da AD, como seria o caso de Carlos Macedo. Cf. subcapítulo 3 deste Capítulo da dissertação.

(759) Do referido Gabinete-sombra, que nunca chegaria a entrar em funções, fariam parte, entre outros, Rui Machete, Joaquim Magalhães Mota, António Sousa Franco, Marcelo Rebelo de Sousa, Alfredo de Sousa, José Manuel Sérvulo Correia, Jorge Figueiredo Dias, António Barbosa de Melo, Mário Pinto e Joaquim Lourenço. Veja-se o artigo de JOÃO ROSA "PPD - Coimbra é uma lição", no *Tempo*, de 29 de Janeiro de 1976 e o *Expresso*, nº 263, de 12 de Novembro de 1977, p. 4.

(760) Vejam-se as declarações proferidas à imprensa por um dos subscritores do documento dos "Condicionais", Marcelo Rebelo de Sousa, então Presidente da Comissão Política Distrital de Lisboa, no *Jornal Novo*, de 26 de Janeiro de 1976.

vantar graves problemas ao Secretário-Geral, sobretudo quando se começaram a delinear com maior precisão estratégias distintas propugnadas por diferentes facções e, à medida que o partido teoricamente se aproximaria mais do poder e que os conflitos pessoais se tornariam mais relevantes.

Este seria, contudo, um processo de longa gestação e a fase imediatamente após a cisão de Aveiro até ao Congresso de Leiria, realizado no final de 1976, seria caracterizada por uma serenidade considerável e por um clima de diálogo no plano intra-partidário.

4. Chegados a este ponto é possível proceder a algumas considerações sobre os aspectos que permitem caracterizar o perfil assumido pelo primeiro grande conflito intra-partidário, que terminou com a reportada cisão de Aveiro. A análise posterior a que procederemos sobre as características das facções desta fase do PPD e as ilações finais que serão estabelecidas no quadro do modelo proposto possibilitarão uma leitura mais conclusiva neste domínio.

Por ora, diremos que o conflito em causa, que, como vimos, começaria a germinar logo na altura da constituição do partido, conheceria fases mais ou menos empolgadas e outras de sublimação das clivagens existentes.

A fragilidade dos equilíbrios internos no PPD seria uma constante desde a sua fundação, decorrendo tal facto, para além da diversidade da sua raiz genética, já reportada, dos diversos interesses em presença e das oscilações havidas dentro do quadro de oportunidades oferecidas ao partido pelo

próprio sistema político, este por sua vez condicionado por factores endógenos e exógenos ao mesmo e, dentro do sistema partidário, as respectivas elites dirigentes.

Quanto à liderança propriamente dita, foi uma questão que se poria logo no início do partido, só vindo a ser parcialmente resolvida aquando da confrontação final do primeiro conflito interno. De uma primeira fase, caracterizada por esquemas conciliatórios sem resultados objectivamente estáveis, eivada de permanentes oscilações entre o optar por uma liderança personalizada em Francisco Sá Carneiro ou uma liderança colegial, diluída entre o chamado "Grupo de Coimbra" e o "Grupo Sá Borges", passar-se-ia à crescente promoção dessa ambiguidade, ao hesitar-se entre o optar pela liderança de quem tinha fundado o PPD e comandado o partido no Governo - Francisco Sá Carneiro - ou pela legitimidade decorrente de quem tinha encabeçado a implantação do mesmo - Jorge Sá Borges.

A par da argumentação invocada para a defesa de um outro tipo de liderança, acrescia a derivada do diferente posicionamento estratégico dos dois opositores e, no fundo, de outras dissensões de ordem pessoal, para além do eventual diferendo de ordem ideológica que lhes estaria subjacente.

As raízes ideológicas do conflito em causa, embora não directamente expressas, são, no entanto, visíveis na polémica surgida perante o optar, ou não, pelo acompanhamento do ritmo do PREC, o romper, ou não, com o percurso socializante do mesmo e, também, no que concerne ao tipo de relações internacio-

nais a privilegiar, conquanto esta última se prendesse igualmente com os intereses relacionados com as fontes de financiamento do partido.

Poderá, portanto, considerar-se que na base daquelas clivagens estariam interesses diversos, relacionados com o quadro de oportunidades possíveis e, também, diferentes leituras da própria social-democracia mais visíveis em termos da orientação estratégica a seguir: uma, que a perspectivava como via para o socialismo, outra como ponto de equilíbrio no doseamento das diversas componentes da sociedade, dentro da qual surgiriam alguns afloramentos de uma matriz mais liberal.

Semelhante situação, pretensamente resolvida durante algum tempo, haveria de, no momento oportuno, deflagrar com notória intensidade, tendo o confronto final lugar durante o Congresso de Aveiro. Com este, terminaria a primeira grande clivagem, fundamentalmente de ordem estratégica e processada em torno de questões de poder pessoal, ainda sem contornos ideológicos muito bem definidos mas tendo, indiscutivelmente, na sua base motivações dessa natureza. Clivagem essa, que vinha portanto desde trás e que se prendia com o processo político vivido em 1974 e 1975. Por conseguinte, tratou-se de um conflito fruto da acção volitiva dos intervenientes no mesmo, mas, também, das diversas pressões exercidas do exterior sobre o próprio partido.

Quanto aos contornos ideológicos, embora não muito nítidos nesta fase, seriam já visíveis nos alinhamentos processados a nível das duas facções em confronto. Eles

reportar-se-iam, fundamentalmente, às duas matrizes base da formação do partido: a liberal, mais ténue, mas presente, assistindo-se em certos momentos a afloramentos desta componente no plano da acção do partido, tal como no momento da crise Palma Carlos; a social-democrata, sem dúvida preponderante, mas dentro da qual haveria duas leituras diferenciadas: uma, que optava pela social-democracia como via para o socialismo, outra, que a encarava como meta, como ponto de equilíbrio no dosear das diversas componentes da sociedade.

De realçar ainda, nesta problemática a importância de que se revestiu nos primeiros tempos de vida do PPD, a criação de uma estrutura capaz de sedimentar a democracia política. Esta prioridade seria o objectivo fundamental do grupo proveniente da "Ala Liberal" e mesmo do núcleo de aderentes vindos das fileiras da oposição tradicional ao anterior regime, muitos deles defendendo posições mais à esquerda em relação do sistema político. Só muito mais tarde se começariam a pôr com acuidade os aspectos de ordem económica, surgindo então as consequentes divergências.

Este foi, de certa forma, um conflito larvar, funcional, que se foi avolumando no decorrer do tempo, agravado com a entropia institucional gerada com a ausência de Francisco Sá Carneiro e muito incentivada pelas vicissitudes do PREC, até culminar em Aveiro. Cremos que uma e outra parte do conflito estavam previamente conscientes de que se tratava de um momento fundamental, de uma luta de "vida ou de morte", da última batalha a travar depois de uma longa "guerra fria", cujo des-

fecho se previa poder acarretar a ruptura total, mas que se pretenderia assumir. Daí, as tentativas de agregação dos necessários apoios internos, por forma a fazer vingar os posicionamentos respectivos já que se optara pela confrontação total e aberta.

Relativamente ao facto de o conflito se ver terminado por uma cisão, surgiria como quase inevitável, tendo em conta a radicalização que as facções em confronto tinham atingido e a vontade expressa pelo Secretário-Geral de conseguir uma vitória absoluta sem qualquer tipo de compromissos. Na sua perspectiva, qualquer cedência só viria a protelar o conflito em causa e, daí, o se ter recusado a conciliações, podendo eventualmente tal circunstância vir, a prazo, a acarretar-lhe pessoalmente, ao partido e ao país, custos ainda mais elevados. No seu entendimento haveria que se decidir, uma vez por todas, no sentido de romper com o percurso socializante do PREC, inflectindo-se a sua orientação pela via intra-partidária, agora que o momento se apresentava oportuno para que tal estratégia viesse a colher os frutos desejados.

Quanto aos elementos dissidentes, se o abandono imediato do partido se apresentava, para alguns, como a única saída possível, para outros, poderá ter acabado por consistir numa decisão demasiado precipitada, um erro táctico considerável e já então difícil de emendar para a grande maioria.

Considerando o conjunto de personalidades que encabeçaram a oposição a Francisco Sá Carneiro, por um lado, e

por outro, as que lhe garantiram então a vitória, poder-se-á concluir que os primeiros tinham sido elementos fundamentais no arranque do partido e na sua sobrevivência durante o "Verão quente" de 1975, enquanto os segundos, salvo algumas excepções, podiam ser considerados como a segunda linha do PPD, somente em ascensão a partir do regresso do Secretário-Geral, quando a utilidade dos primeiros estava já a ser posta em causa. Tal, sem prejuízo do indiscutível suporte maciço das bases ao Secretário-Geral(761), enquanto a facção divergente apenas recrutava apoios nos quadros superiores do partido, não tendo qualquer impacte a outros níveis do mesmo.

A maioria dos que sairam do partido após Aveiro seriam como que uma unidade de elite operacional, que tinha garantido a sobrevivência do PPD durante a ausência de Francisco Sá Carneiro, que coincidiu com a esquerdização e radicalização crescente do processo político português.

A partir de 25 de Novembro, com essa situação minimizada, abrira-se, também, o caminho a que outros grupos das mais diversas proveniências se viessem a aproveitar dos condicionalismos específicos que se tinham vindo a criar e se decidissem a tentar a sua oportunidade, contestando a anterior liderança. É com base nesses novos elementos que a estratégia de Francisco Sá Carneiro se torna, a partir de dado momento,

---

(761) Consideramos bastante realista, a este respeito, a concepção que defendia "(...) se Emídio Guerreiro parece mais próximo dos melhores quadros do seu partido, ninguém como Sá Carneiro, parece melhor representar a verdade sociológica do PPD". Cf. o artigo de NUNO BREDERODE DOS SANTOS, "O médico e o monstro", no *Expresso*, nº 158, de 10 de Dezembro de 1975, p. 2.

possível. Mas serão também muitos deles que, posteriormente, virão a pôr em causa a sua estratégia e a sua liderança.

Importa salientar, assim, que este primeiro conflito institucionalizaria a luta pela ascensão dentro do partido, através de certos mecanismos possibilitados em determinados momentos do processo político-partidário. Tal facto estaria, aliás, estreitamente ligado à estrutura carismática do poder centralizador, então imprimido ao partido pelo seu Secretário-Geral, podendo mesmo, eventualmente, explicar a tradição de convulsões sucessivas, embora entremeadas de certos períodos de acalmia, em que o partido passaria a viver.

Sintetizando, diremos que o primeiro conflito interno do PPD, que analisámos desde a sua génese mais remota até às sequelas que deixaria no seu rasto, se caracterizou por um prazo de maturação consideravelmente lento, por uma clivagem sobretudo de ordem estratégica mas muito vincada por questões de ordem pessoal conotadas com a tomada do poder interno.

5. Com base na análise realizada podemos proceder à sistematização das principais características de que se revestiu este conflito interno no PPD:

a) Prazo de germinação longo, iniciado logo na altura da constituição do partido;

b) Conflito com base na raiz genética do partido e na questão suscitada em torno da liderança interna nas suas duas componentes essenciais: a pessoa do líder e a forma de exercício dessa liderança;

c) Motivações com base nos moldes de actuação política

imediata do partido processada em duas frentes: a acção no Governo e a implantação nas bases;

d) Instalação de um tipo de estrutura de poder interno dualista, que polarizaria o conflito;

e) Motivações subjacentes de ordem estratégica e de interesses com uma certa componente ideológica, nas quais pesariam solidariedades ou antagonismos pessoais entre as elites;

f) Evolução lenta, descontínua, conhecendo fases mais ou menos intensas e períodos de sublimação das potenciais clivagens;

g) Permanente fragilidade dos equilíbrios internos, esporadicamente encontrados, determinada pelos interesses divergentes em presença e por motivações de ordem táctica;

h) Consensos pontuais e empolamento das divergências decorrente do quadro de oportunidades oferecido ao partido pelo sistema político mais vasto e, dentro do partido, às respectivas elites;

i) Reflexos evidentes na correlação das forças intra-partidárias da correlação das forças políticas existentes na sociedade portuguesa;

j) Conflito larvar, funcional, avolumando-se com o decorrer do tempo e em função das alterações processadas na conjuntura política envolvente;

k) Progressiva personalização das controvérsias internas que conduziriam ao conflito;

l) *Acentuada flutuação do domínio das decisões de ordem estratégica e táctica, fruto das dissenções existentes e causa imediata das mesmas;*

m) *Permanente ambiguidade no processo de tomadas de decisão, elucidativa da existência de um policentrismo de procedimentos decisionais, de uma direcção política do partido difusa, mas também decorrente do quadro de oportunidades políticas globais;*

n) *Actos de trégua pontuais ou protelamento das dissenções internas e da deflagração final do conflito, fruto da acção voluntária das elites em confronto, inserida numa lógica de oportunidade de assumir uma ou outra solução;*

o) *Aparente complementariedade, em determinados momentos, das opções antagónicas, obedecendo apenas a sua coexistência à mesma lógica;*

p) *Institucionalização da luta pela ascensão intra-partidária, possibilitada a partir de certos mecanismos e procedimentos internos e de outros introduzidos a partir do exterior;*

q) *Questões estatutárias no cerne do conflito decisivas para a clarificação da liderança interna;*

r) *Despoletamento do conflito após meses de sublimação, apenas quando para uma das partes se torna segura a vitória, permitida pelas circunstâncias internas e externas propícias à mesma;*

s) *Sedimentação da estrutura carismática do poder cen-*

tralizador, baseado num estilo de liderança dotado dessas características e tendo como referencial Francisco Sá Carneiro.

t) Radicalização crescente das partes em confronto tendo por objectivo final o conflito;

u) Conflito terminado por uma cisão, resultado consequente dos moldes em que o processo foi conduzido;

v) Cisão sem impacte ao nível das bases partidárias;

x) Permanência de leves resquícios de oposição interna com a finalidade de dar ao partido uma imagem plurifacetada e de minimizar o reflexo da cisão;

2. Da pacificação interna à cisão dos "Inadiáveis"

1. A factualização que, em seguida, passaremos a reportar, correspondente a uma fase consideravelmente calma, seja na esfera interna do PSD, seja no círculo mais alargado do sistema político, não poderia, no entanto, deixar de ser referida, visto ser com base nela que o período seguinte, dotado de um perfil sensivelmente diferente, se iria constituir.

Desbloqueada qualquer hipótese de, a curto prazo, se criar de novo uma situação menos calma ao nível intra-partidário, resolvida, embora com consideráveis custos para o partido, a crise interna que grassara até à resolução do conflito no Congresso de Aveiro, o PPD encontrava-se disponível para enfrentar os desafios que se seguiriam.

Entre os diferentes desafios com que se deparou no ano de 1976 contar-se-iam a sua participação no VI Governo Provisório, iniciada em Setembro do ano anterior, a assinatura do 2º Pacto MFA/Partidos, a votação da Constituição, as eleições legislativas, as presidenciais e as autárquicas.

Enquanto a participação do PPD no Governo de Pinheiro de Azevedo(762) se processou de forma consequente, tendo já em vista uma estratégia objectiva em face do acto eleitoral que se avizinhava, mas limitada pelo papel preponderante assumido pelo PS, a negociação do segundo Pacto com o MFA não levantaria qualquer incidente na esfera intra-partidária, pese embora o facto de o mesmo ser de difícil aceitação, pelo menos por parte de Francisco Sá Carneiro, o qual, uma vez mais, não apôs a sua assinatura em tal documento(763).

De uma forma geral, o PPD desenvolveria uma acção profundamente contestatária à Plataforma de Acordo Constitucional(764), em si mesma, para além do desacordo relativamente

---

(762) Os membros do PPD que ocuparam cargos no VI Governo estão referidos na Lista 23 do Anexo IV desta dissertação.

(763) Francisco Sá Carneiro não se encontraria em Portugal por ocasião da assinatura do 2º Pacto MFA/Partidos, celebrado a 26 de Fevereiro de 1976, por, de acordo com o testemunho de Rui Machete, se ter considerado conveniente o Secretário-Geral do PPD não assinar o documento em questão, ficando o mesmo de fora como reserva estratégica para uma eventual actuação futura do partido contra aquele Pacto. Vejam-se, no entanto, as suas declarações proferidas à chegada a Lisboa, vindo da Dinamarca e da Holanda, regozijando-se pela assinatura e teor do Pacto, dadas as razões aduzidas no texto. Cf. *Povo Livre*, nº 85, de 4 de Março de 1976, pp. 4 e 5.

(764) Sobre esta estratégia, veja-se o artigo de MARCELO REBELO DE SOUSA "Três partidos em pré-campanha e sinais de desestabilização", no *Expresso*, nº 174, de 28 de Fevereiro de 1976, p. 2.

Veja-se, também sobre este assunto, o artigo de FRANCISCO SÁ CARNEIRO, "Democracia já! Os golpes e o Pacto", de 4 de Fevereiro de 1976 e o seu depoimento prestado a *O País*, em 3 de Março de 1976, expressando a necessidade do novo Pacto

ao articulado respectivo, tal como ficaria exarado na versão assinada em 1975. Mas, tendo em conta a necessidade conjuntural de manter um certo equilíbrio do seu peso nos meios militares relativamente ao desempenhado pelo PS, que acrescera consideravelmente a sua influência depois do 25 de Novembro, já que a do PCP se reduzira desde essa data, o partido acabaria por assinar o novo Pacto(765), conseguindo ainda, em tem-

---

consagrar a consolidação da Democracia, a cooperação entre as Forças Armadas e os partidos, embora sem a sujeição destes últimos e a realização das eleições legislativas para a legitimação do sistema, ambos publicados em *Francisco Sá Carneiro, Textos*, 4º Volume, 1975-1977, Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1984, respectivamente nas pp. 137-141 e p. 213.

Veja-se, igualmente, a proposta do PPD para a revisão do 1º Pacto MFA/Partidos, apresentada ao Estado-Maior do Exército por uma delegação constituída por Francisco Sá Carneiro, Rui Machete, e António Barbosa de Melo, na qual se declarava pretender o PPD "que o Pacto seja um instrumento para assegurar uma democracia estável e pluralista, assente na justiça social, sem a imposição de opções programáticas", Cf. *Povo Livre*, nº 77, de 8 de Janeiro de 1976, p. 1.

Veja-se, ainda, no concernente à negociação do novo Pacto, sobre as discussões havidas entre o PPD e o Conselho da Revolução àcerca do teor do mesmo e as exigências apresentadas pelo partido nomeadamente no que concerne ao calendário eleitoral e suas repercussões, a "Acta da Comissão Executiva do Conselho Nacional, de 10 de Fevereiro de 1976" e a "Acta da Comissão Executiva do Conselho Nacional, de 26 de Fevereiro de 1976", ambas *in Livro de Actas da Comissão Executiva do Conselho Nacional*, Serviços de Documentação do PSD, respectivamente pp. 1 e 2 pp. 1 e 7 a 10 e pp. 2 a 4. Veja-se, igualmente, o *Povo Livre*, nº 79, de 22 de Janeiro de 1976, pp. 1, 7 e 10 e o *Povo Livre*, nº 81, de 4 de Fevereiro de 1976, p. 16, assim como o "Comunicado do Secretariado Nacional do PPD", de 27 de Fevereiro de 1976 sobre o mesmo assunto, igualmente publicado no *Povo Livre*, nº 85, de 4 de Março de 1976, p. 4.

(765) Alguns dos dirigentes do PPD considerariam ser a assinatura do novo Pacto uma vitória do PPD e da Democracia. Vejam-se, por exemplo, as declarações nesse sentido proferidas por Jorge Figueiredo Dias, Joaquim Magalhães Mota e António Barbosa de Melo na "Acta da Comissão Executiva do Conselho Nacional de 26 de Fevereiro de 1976", *in Livro de Actas do Conselho Nacional*, Serviços de Documentação do PSD, pp. 2 e 3.

Para a assinatura do 2º Pacto MFA/Partidos tinha-se constituído uma Comissão Negociadora do PPD formada por Nuno Rodrigues dos Santos, Presidente do Congresso do partido, António Barbosa de Melo, líder do respectivo Grupo Parlamentar, eleito a 13 de Janeiro de 1976, quando o Grupo Parlamentar procedera à eleição dos seus órgãos de acordo com os Estatutos aprovados em Aveiro, Rui Machete e Joaquim Magalhães Mota, tendo o último assinado o documento em questão na qualidade de Vice-Presidente do Secretariado. Cf. *Povo Livre*, nº 85, de 4 de Março de 1976, p. 4.

po, incluir no mesmo algumas disposições, de acordo com a sua própria estratégia(766).

Através da actuação passada e futura do PPD, facilmente se poderá concluir que este partido, e muito especialmente o seu Secretário-Geral, se mostravam em total dissonância com tudo o que estava subjacente à própria elaboração daqueles documentos, considerando as consequências que os mesmos acarretavam, embora no caso do segundo de uma forma sensivelmente mais atenuada: a subordinação do poder civil ao militar, a pactuação com a intervenção castrense no processo político, o esvaziamento dos actos eleitorais e do papel dos partidos, a constituição do MFA em poder. Como já vimos, e apesar de não ter dirimido todos esses entraves ao normal fluir do processo democrático, o novo Pacto reduziria, consideravelmente, a intervenção militar no sistema criando, assim, condições mais propícias a uma livre actuação por parte dos partidos.

Não obstante a situação do MFA se ter clarificado consideravelmente desde o 25 de Novembro e a ingerência no processo de democratização por parte dos militares se viesse

---

(766) No próprio dia da assinatura do Pacto, o PPD conseguiria, ainda, exercer aí a sua influência, fazendo incluir no mesmo uma disposição que impedia Francisco da Costa Gomes de gozar dos poderes de um Presidente da República eleito, entre 25 de Abril de 1976 e 27 de Junho seguinte, dada a cláusula impeditiva da plena entrada em funções da Assembleia e do Presidente da República antes das eleições presidenciais.

A configuração desta cláusula transitória seria deliberada sob proposta de Jorge Miranda no final da reunião, no mesmo dia, da Comissão Executiva do Conselho Nacional, antes da assinatura do Pacto, na sequência da posição assumida nesse sentido por Francisco Sá Carneiro em conversa com António Barbosa de Melo, a qual nos seria relatada pelo último, disposição essa a incluir no protocolo adicional à Plataforma de Acordo Constitucional. Cf. "Acta da Comissão Executiva do Conselho Nacional de 26 de Fevereiro de 1976", *in Livro de Actas da Comissão Executiva do Conselho Nacional*, Serviços de Documentação do PSD, p. 3 e 4.

desde então a atenuar, o facto é que para uma perspectiva civilista do processo político esta intervenção, mesmo minimizada, se apresentaria sempre como indesejável. Mas, tal como por uma questão estratégica - a da sua não marginalização do processo revolucionário - o PPD assinara o 1º Pacto MFA/Partidos, o partido voltava a assinar, também por idênticos motivos, o segundo documento, que se apresentava, no entanto, com um novo perfil tendente à atribuição de um papel mais efectivo na vida política às forças partidárias.

Apenas à votação da Constituição levantaria, então, alguns desajustes no âmbito intra-partidário, provocados pelo facto de Francisco Sá Carneiro se recusar a votá-la. No fundo, subjacente ao seu posicionamento estavam razões que se prendiam com a inclusão, no texto constitucional, da via obrigatória para o socialismo e de todo o articulado daí decorrente, ou seja, do modelo sócio-económico escolhido, condicionador, na sua perspectiva, de um processo político inteiramente democrático e livre de pautas ideológicas que lhe iriam determinar o posterior percurso.

Pese embora o cuidado posto na intervenção que para o efeito realizou numa reunião do Grupo Parlamentar do PPD, por ele próprio promovida nesse sentido(767), numa estratégia de liderança antecipada dos acontecimentos, traço que quase sempre caracterizaria muitas das suas tomadas de posição, o ponto

---

(767) Reunião realizada na vésperas da votação da Constituição na Assembleia Constituinte, a qual se efectivaria a 2 de Abril de 1976. Cf. *Diário da Assembleia Constituinte*, nº 132, de 3 de Abril de 1976.

de vista de Francisco Sá Carneiro não seria muito convincente, acabando a votação final por ser favorável à votação do texto constitucional.

Apesar das teses que defendera na reunião em causa, num comício realizado em Lisboa dois dias antes da aprovação da Constituição, o Secretário-Geral do PPD teria defendido a lei fundamental(768), provavelmente numa estratégia semelhante à anterior, isto é, na tentativa de uma liderança antecipada dos acontecimentos políticos e, simultaneamente, numa jogada táctica, tendo em conta o facto de a sua perspectiva relativamente à questão não ter vingado nas altas esferas partidárias.

Perante um facto inevitável - a aprovação da Constituição - o Secretário-Geral do PPD surgiria assim, frente à opinião pública, como seu defensor e não como um derrotado no seu próprio partido.

Na decisão assumida pela maioria do Grupo Parlamentar dos sociais-democratas quanto a este assunto, pesaria, sem dúvida, a acção relevante que grande parte dos seus membros tinham desenvolvido na feitura da Constituição, tendo sido favoravelmente votadas a maioria das disposições, opondo-se, na especialidade, aos preceitos relativos aos Direitos e Deveres, às questões ligadas à organização económica e, também, às

---

(768) Vejam-se as declarações de Francisco Sá Carneiro nesse sentido, ao afirmar que: "A Constituição coincide, nos seus traços fundamentais, com o Programa do Partido Popular Democrático (...)", indo ainda mais longe ao defender que :"A Constituição consagra um regime tipicamente social-democrata", embora tenha também referido as divergências do PPD relativamente ao texto constitucional, fundamentalmente no que se refere à autonomia dos Açores e da Madeira. Vejam-se as declarações proferidas num comício da JSD realizado em Lisboa e no qual seriam apresentados os candidatos pelo PPD por este círculo, reportadas no *Jornal Novo*, de 1 de Abril de 1976.

respeitantes ao poder político do Estado(769).

2. Conquanto tivessem ocorrido algumas vicissitudes desfavoráveis a campanha eleitoral para a Assembleia da Repú-

---

(769) A Constituição da República Portuguesa seria, como vimos, aprovada em 2 de Abril de 1976. Para a apreensão das concepções do PPD sobre a Constituição e para o acompanhamento dos trabalhos relacionados com a sua elaboração, vejam-se os sucessivos artigos de Jorge Miranda sob o título "Debate Constitucional", no *Povo Livre*, nº 79, de 22 de Janeiro de 1976, p. 15; no nº 80 de 28 de Janeiro de 1976, p. 11; nº 81, de 4 de Fevereiro de 1976, p. 12; nº 82, de 11 de Fevereiro de 1976, p. 12; nº 83, de 18 de Fevereiro de 1976, p. 14; nº 84, de 25 de Fevereiro de 1976, p. 14; nº 85, de 4 de Março de 1976, p. 14; nº 86, de 10 de Março de 1976, p. 11; nº 87, de 17 de Março de 1976, p. 5; nº 88 de 24 de Março de 1976, p. 11; nº 89, de 31 de Março de 1976, p. 11, e nº 90, de 7 de Abril de 1976, p. 3.

Vejam-se, ainda, as diversas intervenções e as declarações de voto dos Deputados do PPD na Assembleia Constituinte no *Diário da Assembleia Constituinte*, nº 1, de 3 de Junho de 1975, data da sua primeira sessão, até à votação da Constituição, realizada a 2 de Abril de 1976. As declarações de voto sobre a aprovação da Constituição seriam proferidas por diversos Deputados do PSD, de entre as quais se releva a "Declaração de voto global do PPD sobre a Constituição", proferida por António Barbosa de Melo em nome do respectivo Grupo Parlamentar, na qual se declara discordar dos preceitos que consagravam a possibilidade de constituição de Governos minoritários, apontando os riscos de presidencialização do sistema e a falta de mecanismos para a revisão constitucional. Cf. *Diário da Assembleia Constituinte*, nº 132, de 3 de Abril de 1976, pp. 4440 a 4443 (também publicada em *Perspectiva 2000*, publicação do sector Sócio-profissional do PPD, zona Centro, Coimbra, nº 5, de Abril de 1976, pp. 17-21). Vejam-se igualmente as "declarações de voto" de Marcelo Rebelo de Sousa, Carlos Alberto Coelho de Sousa e Mário Pinto, os quais considerariam tal acto "um marco histórico fundamental na institucionalização da Democracia e no avanço reformista para o socialismo humanista", embora apontando como pontos negativos o excessivo pormenor em matéria económica, o travão posto à revisão constitucional e a possibilidade de a organização do poder político aí consagrada poder dificultar o funcionamento eficaz e a democraticidade do sistema de governo. Cf. *ibidem*, p. 4449.

Por seu lado, Jorge Miranda manifestaria a sua profunda adesão e apoio às palavras proferidas por António Barbosa de Melo, em nome do Grupo Parlamentar social-democrata, declarando-se, contudo, contra a formulação ideológica de cariz marxista de muitos preceitos do texto constitucional, contra o sistema de relações entre o Governo e o Parlamento e contra o que se decidira consistir a missão das Forças Armadas, sendo claro que, no seu entender, a Constituição resultara do compromisso possível entre os diversos intervenientes na sua elaboração. (Cf. *ibidem*, pp. 4450 e 4451). Note-se que Alfredo de Sousa, Deputado por Lisboa, não estaria presente aquando da votação da Constituição.

Especificamente no que concerne à matéria referente aos partidos políticos (conceito, estatuto, fins e funções), veja-se a extensa e profunda análise dos debates na generalidade e na especialidade a que procede MARCELO REBELO DE SOUSA em *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1983, especialmente pp. 312 a 386 (no Título III da mesma obra, procede o autor à análise do estatuto e natureza jurídica dos partidos políticos, assim como à relação entre o sistema de partidos, sistema eleitoral e sistema de governo, tal

blica por parte do PPD(770), iniciar-se-ia num clima bastante optimista, dada a convicção de Francisco Sá Carneiro de que o partido tinha francas probabilidades de vir a alcançar o pri-

---

como ficaria consagrado na Constituição).

Existe um trabalho de recolha da autoria de Nuno Ferro, do sector de Documentação do PPD, que simplifica consideravelmente a consulta e no qual estão organizadas, por artigos, as intervenções em causa, os debates, as votações, as declarações de voto e os pedidos de esclarecimento respectivos, por nove das onze Comissões para o estudo, discussão e apresentação de propostas para a elaboração da Constituição. Cf. Documento interno, sem título, s.d., Serviços de Documentação do PSD.

(770) A campanha eleitoral do PPD seria percorrida por uma série de incidentes, dadas as ameaças e boicotes de que foram alvos alguns comícios, dos quais nos dão conta sucessivos comunicados; por exemplo, o "Comunicado da Comissão Política Concelhia de Setúbal", de 11 de Abril de 1976, o "Comunicado da Comissão do Gabinete da Campanha Eleitoral do PPD", de 12 de Abril de 1976 ou os "Comunicados do Secretariado Nacional", de 14 de Abril de 1976 sobre os incidentes ocorridos num comício em Beja, realizado quatro dias antes. Ainda sobre a campanha do PPD para as legislativas, veja-se a entrevista de Francisco Sá Carneiro a *O País*, a 3 de Março de 1976, na qual se faz o apelo ao voto dos emigrantes, a conferência de imprensa dada pelo PPD a 20 de Abril de 1976, a entrevista de Francisco Sá Carneiro ao *Diário de Lisboa* a 20 de Abril de 1976 e uma outra entrevista concedida também por este dirigente ao jornal *A Luta*, em 23 de Abril de 1976, nas quais sintetiza a estratégia do partido e se acentua a importância do acto eleitoral a realizar. Todos estes textos seriam publicados em *Francisco Sá Carneiro, Textos*, 4º Volume, 1975-1977, Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1984, respectivamente nas pp. 213, 256, 259-262 e 271-277.

Um resumo do "Programa de Governo do Partido Popular Democrático" seria divulgado em conferência de imprensa a 31 de Março de 1976, depois de as listas de candidaturas a Deputados do PPD terem sido discutidas no âmbito da Comissão Executiva do Conselho Nacional, tendo-se aí deliberado aprovar as listas propostas pelas Comissões Distritais, podendo algumas sê-lo com reservas, devendo nesse caso voltar às Distritais para as alterações a efectuar, regressando depois à Comissão Executiva. Surgiriam apenas alguns problemas relativamente à lista de Aveiro, Braga, Viana do Castelo, Viseu, Madeira, Bragança e Lisboa, (a maioria face às posições relativas dos candidatos; no caso de Viana, uma questão relacionada com um ex-dissidente, António Roleira Marinho; quanto à Madeira, um problema derivado da inclusão de um independente afecto aos movimentos separatistas; no que se refere a Lisboa surgiriam certas fricções devido à fraca expressão da JSD, decidindo-se incluir aí Marcelo Rebelo de Sousa - que não aceitou - e José Alfaia), vindo as restantes listas a ser aprovadas. Cf. "Acta da reunião da Comissão Executiva do Conselho Nacional de 4 de Março de 1976", *in Livro de Actas do Conselho Nacional*, Serviços de Documentação do PSD, pp. 4 e 5.

meiro lugar nas eleições que se avizinhavam(771).

A intensa actividade pré-eleitoral do PPD seria, assim, veículada tendo em conta aquele objectivo, para além de marcada pela acentuada dimensão na pessoa do seu Secretário-Geral. Apesar disso, o partido não conseguiria obter a pretendida inversão de posições com o PS no centro do poder político, vindo este último partido a liderar, de novo, o cerne do sistema(772).

A partir do momento em que a Constituição foi aprovada e os membros do PPD do VI Governo, perante os resultados eleitorais, punham os seus cargos à disposição(773), o partido, por razões estratégicas, começaria a polarizar toda a sua actuação nas eleições presidenciais.

---

(771) Veja-se o teor das declarações proferidas nesse sentido por Francisco Sá Carneiro ao *Povo Livre*, nº 88, de 24 de Março de 1976, p. 16.

(772) Vejam-se os resultados obtidos pelo PPD nas primeiras eleições legislativas, nos Quadros 1 e 2 e no Mapa 2 do Anexo VI desta dissertação. Na intervenção de Francisco Sá Carneiro na mesa redonda realizada pela RTP a 26 de Abril de 1976, tornar-se-ia manifesta a desadequação entre os resultados esperados e os votos obtidos pelo partido. Vejam-se, também, os comentários tecidos pelos diversos dirigentes do PSD relativamente aos resultados eleitorais, na "Acta da Comissão Executiva do Conselho Nacional de 27 de Abril de 1976", *in Livro de Actas do Conselho Nacional*, Serviços de Documentação do PSD, pp. 6 a 8, e a entrevista concedida pelo Secretário-Geral a *O País*, a 21 de Maio de 1976, ambas publicadas em *Francisco Sá Carneiro, Textos*, 4º Volume, 1975-1977, Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1984, respectivamente pp. 283 e 323.

(773) Essa decisão seria tomada pela Comissão Executiva do Conselho Nacional do PPD e tornada pública em "Comunicado" proveniente deste órgão, datado de 27 de Abril de 1976, existente nos Serviços de Documentação do PSD. Tal seria decidido após longa discussão sobre o assunto, em reunião daquele órgão do PPD realizada àquela data, na sequência da análise aí feita por Francisco Sá Carneiro sobre os resultados eleitorais, entendendo este dever pôr à disposição do então Primeiro-Ministro os cargos que o partido detinha no Governo. Desta atitude discordariam Jorge Miranda, José Ângelo Correia e António Júlio Simões de Aguiar, apoiando a mesma José António Furtado Fernandes, Mário Montalvão Machado, António Leite de Castro, Jorge Montenegro Chaves, Mendes da Fonseca, Artur Cunha Leal, Helena Roseta, José Manuel Sérvulo Correia e José Alfaia, os cinco últimos desde que isso tomasse a forma de

Semelhante actuação dever-se-ia à convicção de que uma eventual colagem ao futuro Presidente da República viria, indiscutivelmente, a reforçar o seu papel no sistema, para além do próprio reforço da unidade interna que tal viria a possibilitar, no caso de o candidato em questão receber o consenso da maioria.

Foi, pois, nessa perspectiva que o PPD surgiu como o primeiro partido a apoiar publicamente a figura de António Ramalho Eanes(774), que acabaria por ser eleito Presidente da

---

uma decisão colectiva de todos os membros do Governo. Explicitada a proposta de Francisco Sá Carneiro, seria a mesma aprovada por 11 votos a favor, 2 contra, e 8 abstenções. Cf. "Acta da Comissão Executiva do Conselho Nacional de 27 de Abril de 1976", *in Livro de Actas da Comissão Executiva do Conselho Nacional*, Serviços de Documentação do PSD, pp. 6 a 8.

(774) Francisco Sá Carneiro defenderia, primeiro, a candidatura de Pires Veloso e numa reunião conjunta da Comissão Executiva do Conselho Nacional, do Secretariado Nacional e dos membros do PPD no Governo iniciada às 22 horas de 27 de Abril de 1976, seriam igualmente indicados os nomes de Pinheiro de Azevedo, Firmino Miguel, António Ramalho Eanes e Costa Brás. Tal proposta seria apresentada depois de larga troca de impressões, tendo em conta as divergências existentes quanto a essa matéria, defendendo uns, como José Manuel Menéres Pimentel, que o PPD se pronunciasse sem demora por um candidato, enquanto outros, como Artur Cunha Leal, encaravam a hipótese de um candidato comum com o PS - Mário Soares ou Henrique de Barros - e outros, ainda, entendiam ser cedo para tomar tais decisões.

Marcelo Rebelo de Sousa, de acordo com o seu testemunho, que estivera presente numa sessão havida nesse mesmo dia na SEDES, com a presença, entre outros de Manuel Lucena, José Medeiros Ferreira e António Patrício Gouveia e depois da qual aquele dirigente soubera, por Rui Vilar, que o PS decidira apoiar António Ramalho Eanes por ter recebido informações no sentido de que era este o candidato apontado pelos militares, entretanto reunidos em S. Julião da Barra, comunicara o facto a Francisco Sá Carneiro que o confirmaria telefonicamente com Pires Veloso. Francisco Sá Carneiro faria então a defesa da candidatura de António Ramalho Eanes secundado por Marcelo Rebelo de Sousa e com as reticências, entre outros, de Helena Roseta e de Artur Cunha Leal. Depois de longa discussão, segundo o próprio, António Barbosa de Melo apresentaria uma proposta no sentido do apoio a António Ramalho Eanes, a qual, submetida a votação, obteria apenas 2 votos contra e 1 abstenção. Cf. "Acta da Comissão Executiva do Conselho Nacional de 27 de Abril de 1976", *in Livro de Actas da Comissão Executiva do Conselho Nacional*, Serviços de Documentação do PSD, p. 8. Veja-se o "Comunicado" naquele sentido, emitido nessa reunião de 27/28 de Abril de 1976, onde se encontravam os membros do Secretariado Nacional, a Comissão Executiva do Conselho Nacional e os membros do PPD no Governo, no *Povo Livre*, nº 93, de 30 de Abril de 1977, p. 16.

República, eleição com que o PPD se regozijaria bastante(775).

2.1. A reunificação partidária

1. Da Primavera ao Verão de 1976 assistir-se-ia, no PPD, a um período de grande acalmia e reorganização interna, de recrudescimento da actividade partidária e de significativo debate ideológico. Para tal concorreria a realização de diversos encontros entre as elites dirigentes do PPD(776), na sua maioria realizados em Seteais, por iniciativa de Francisco

---

Sobre a defesa inicial da candidatura de Pires Veloso por parte de Francisco Sá Carneiro, vejam-se as declarações deste último proferidas numa entrevista ao *Expresso,* a 15 de Abril de 1976, noutra entrevista concedida a *A Luta,* a 23 do mesmo mês e o seu depoimento ao *Jornal de Notícias,* de 14 de Maio de 1976, todas publicadas em *Francisco Sá Carneiro, Textos,* 4º Volume, 1975-1977, Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1984, respectivamente pp. 240, 273 e 303. Sobre a opção pela candidatura de António Ramalho Eanes veja-se o último dos textos referidos, *in idem,* pp. 303-304 e a entrevista de Francisco Sá Carneiro à *Vida Mundial,* a 20 de Maio de 1976, a sua entrevista à *Opção,* a 3 de Junho de 1976, o seu discurso num comício do partido realizado no Campo Pequeno a 9 do mesmo mês e uma outra entrevista concedida ao *Jornal Novo,* no dia 26 seguinte, todas publicadas *in idem,* respectivamente pp. 313-314, 332, 335 e 371-372.

O facto de o PPD se ter "colado" a António Ramalho Eanes poderia não ter caído muito bem nos meios militares ditos "políticos", dando azo a considerações desse teor por parte de Ernesto Melo Antunes, as quais suscitariam acesas críticas do partido expressas num "Comunicado do Secretariado Nacional do Partido Social Democrata" datado de 6 de Maio de 1976, existente nos Serviços de Documentação do PSD.

(775) Sobre as reacções do partido à vitória de António Ramalho Eanes nas eleições de 27 de Junho de 1976, veja-se o "Depoimento de Sá Carneiro", de 30 de Junho de 1976, in *Francisco Sá Carneiro, Textos,* 4º Volume, 1975-1977, Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1984, p. 385 e o "Comunicado - O Partido Popular Democrático e as eleições para a Presidência da República", Secretariado Nacional, 2 de Julho de 1976, Serviços de Documentação do PSD.

(776) Incluindo Joaquim Magalhães Mota, Francisco Pinto Balsemão, António Sousa Franco, Artur Cunha Leal, Alfredo de Sousa, Rui Machete, José Manuel Sérvulo Correia, Marcelo Rebelo de Sousa, Pedro Roseta, Helena Roseta, Jorge Figueiredo Dias e António Barbosa de Melo. Sobre os encontros de Seteais veja-se o *Expresso,* nº 263, de 12 de Novembro de 1977, p. 5.

Pinto Balsemão e de António Sousa Franco e para os quais Francisco Sá Carneiro convidaria diversas personalidades do partido com o fim de abrir o diálogo interno, estabelecendo pontes entre as elites dirigentes, dentro do objectivo mais geral de se encontrar uma direcção consensual, de se definir uma base programática firme e de se proceder à introdução de reformulações estatutárias(777), com vista à preparação dos III e IV Congressos Nacionais, a realizar no Outono seguinte.

No mesmo espírito se constituiria a Fundação Oliveira Martins(778), centro de orientação doutrinária e de formação político-ideológica, especialmente vocacionado para a preparação de quadros sindicais, se processaria o I Encontro de Reflexão do CERESD(779) e se começariam a preparar as eleições para as Autarquias locais(780).

---

(777) Fundamentalmente expressas através do esbatimento do poder de Francisco Sá Carneiro, com introdução do princípio da colegialidade, do reforço da Comissão Política Nacional e de órgãos nacionais mais operacionais.

(778) A Fundação Oliveira Martins teria como fundadores Francisco Oliveira Martins, Guilherme Oliveira Martins, Francisco Sá Carneiro, José Ferreira Júnior, Francisco Pinto Balsemão, Rui Machete, António Barbosa de Melo, António Sousa Franco, Jorge Figueiredo Dias, Nuno Rodrigues dos Santos, Albino Aroso, Bento Murteira, Mário Pinto, Norberto Lopes, Artur Cunha Leal, Carlos Baptista da Silva e Alfredo de Sousa. Como Presidente do Conselho de Administração ficaria Rui Machete, ocupando António Sousa Franco o cargo de Vice-Presidente e Jorge Figueiredo Dias e António Leite de Castro o de Vogais. Cf. *Expresso*, nº 193, de 9 de Julho de 1976, p. 3.

(779) O I Encontro de Reflexão do CERESD seria realizado a 24 e 25 de Julho de 1976. Vejam-se no *Povo Livre*, nº 106, de 28 Julho de 1976, pp. 6 e 14, as teses aí apresentadas por António Sousa Franco sobre política económica.

(780) Quanto à metodologia a seguir para as eleições autárquicas, o PPD defenderia a não representação proporcional para todos os órgãos, tal como era o entendimento do PS, mas apenas para a Assembleia de Freguesia e Assembleia Municipal. No órgão directivo-executivo dos Municípios deveria adoptar-se o método maioritário. Cf. *Expresso*, nº 201, de 3 de Setembro de 1976, p.1 .

Sobre a estratégia social-democrata para as autárquicas, vejam-se as entrevistas de Francisco Sá Carneiro a *O Século*, de 5 de Agosto de 1976 e a *O Jor-*

O próprio clima, de certa forma tenso, que se gerara entre o PPD e o PS aquando da campanha eleitoral para as legislativas, desde as presidenciais que se vinha a descongelar, dado o apoio conjunto ao candidato António Ramalho Eanes e, principalmente, no momento do debate do Programa do Governo socialista. Esta amenização da competição entre os dois partidos só se veria pontualmente agravada a propósito da metodologia a seguir relativamente às eleições autárquicas e da distribuição das Presidências das Comissões Parlamentares(781).

2. Foi precisamente no contexto referido, que se iniciou a preparação do Congresso de Leiria(782), no âmbito da

---

nal, de 15 de Outubro de 1976, ambas publicadas em *Francisco Sá Carneiro, Textos*, 4º Volume, 1975-1977, Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1984, respectivamente pp. 409 e 454.

Ainda no que respeita à metodologia seguida pelo PSD no que concerne às eleições autárquicas, no Conselho Nacional de 2 e 3 de Outubro seguinte, reunido no Hotel Estoril-Sol em Cascais, reforçar-se-ia aquela posição, através de uma moção apresentada pelo Secretariado Nacional e aprovada por unanimidade, recomendando que o Grupo Parlamentar viesse a pedir a ratificação, pela Assembleia da República, do diploma governamental sobre as eleições. Cf. "Acta do Conselho Nacional de 2 de Outubro de 1976", *in Livro de Actas do Conselho Nacional*, Serviços de Documentação do PSD, pp. 49-50.

(781) Cf. respectivamente o *Expresso*, nº 201, de 3 de Setembro de 1976, p. 1 e o *Expresso*, nº 203, de 17 de Setembro de 1976, p. 1.

(782) A primeira notícia sobre a realização do III e IV Congressos do PPD sairia no *Povo Livre*, nº 111, de 1 de Setembro de 1976, p.1, mas a data do Congresso só seria marcada no Conselho Nacional de Cascais; inicialmente, seria o ponto 1 da ordem de trabalhos, posteriormente relegado para último lugar por proposta de António Barbosa de Melo, aprovada por maioria, sem votos contra e com 3 abstenções e motivada pelo facto de a marcação do Congresso implicar que essa decisão passasse por uma análise da situação política por parte do Secretariado, a realizar depois da apresentação do Projecto dos Estatutos (ponto 2 da ordem de trabalhos).

Teria sido em Junho, no âmbito da Comissão Executiva do Conselho Nacional, que se começara a preparar o Congresso, cuja realização estava inicialmente prevista para breve (até 15 de Agosto desse ano, como data limite). Tendo tal prazo sido considerado como demasiado curto, constituir-se-ia uma Comissão Organizadora, composta por dois elementos do Secretariado, dois da Comissão Executiva e dois

qual se realizaria o Conselho Nacional de Cascais(783), que mudaria a sigla do partido para PSD(784).

Apesar da especulação feita por certa imprensa sobre o facto de a discussão dos Estatutos do partido, poder, mais uma vez, constituir o tema central de acesa polémica interna no Congresso seguinte(785), neste, apenas se viria a processar a ratificação da proposta estatutária final discutida e aprovada

---

da Comissão de Redacção dos Estatutos, por proposta de José Ângelo Correia aprovada por unanimidade. Cf. "Acta da Comissão Executiva do Conselho Nacional, de 5 de Junho de 1976", *in Livro de Actas da Comissão Executiva do Conselho Nacional*, p. 9, Serviços de Documentação do PSD.

(783) O novo Conselho Nacional do PPD reuniria no Hotel Estoril-Sol a 2 e 3 de Outubro de 1976, contando com 200 participantes e sendo presidido por Nuno Rodrigues dos Santos, secretariado por Carlos Coelho de Sousa e por José Bento Gonçalves, ocupando Mário Montalvão Machado e António Marques Mendes o lugar da Vice-Presidência do mesmo. Cf. "Acta do Conselho Nacional de Cascais", *in Livro de Actas do Conselho Nacional*, Serviços de Documentação do PSD, pp. 47-52 e o "Comunicado" sobre as conclusões do Conselho Nacional no *Povo Livre*, nº 116, de 6 de Outubro de 1976, p. 2.

(784) A proposta para a mudança do nome e sigla do partido para Partido Social Democrata - PSD, seria subscrita pelo Secretariado Nacional do partido, lida pelo Secretário da Mesa, admitida e posta à votação, vindo a ser aprovada com 54 votos a favor, sem votos contra e com 17 abstenções, para além dos membros da Mesa que não votariam. Isto depois de um debate no qual se evidenciariam as posições assumidas por Helena Roseta na defesa dessa alteração, apontando, contudo, os riscos que tal poderia acarretar, alegando o facto de o MSD se ter registado como PSD antes da campanha para as autárquicas e antes que o PPD tal fizesse, o facto de o PS pretender, eventualmente, vir a ocupar a área da social-democracia com a vantagem de já estar na Internacional Socialista e de se prefigurar a sua transformação num grande partido, tipo PRI (partido mexicano no poder). Helena Roseta falaria na linha da intervenção anterior de Marcelo Rebelo de Sousa sobre os cenários previsíveis da política nacional, segundo apurámos pelas gravações dos respectivos trabalhos existentes nos Serviços de Documentação do PSD. Cf. "Acta do Conselho Nacional de 2 de Outubro de 1976", *in Livro de Actas do Conselho Nacional*, Serviços de Documentação do PSD, pp. 50-61.

É com esta sigla - PSD, ou PPD/PSD - que nos referiremos ao partido em estudo ao longo das páginas que se seguem. De notar, no entanto, que a sigla PPD/PSD se manteria durante um período transitório, até que, no Conselho Nacional de Viana do Castelo, reunido a 2 de Julho de 1977, se deliberaria abandonar aquela sigla, mantendo-se apenas a de PSD.

(785) Veja-se, por exemplo, o artigo "Estatutos mais uma vez posto de debate?", na "Revista" do *Expresso*, nº 202, de 10 de Setembro de 1976, p. 13-R.

no âmbito do referido Conselho Nacional de Cascais. Esta versão final teria por base um projecto de Estatutos apresentado por uma Comissão, cuja tarefa seria a de compilar todos os elementos constantes nos quatro ante-projectos apresentados por diversos sectores do partido(786). A Comissão para o efeitos constituída(787) submeteria a Conselho Nacional uma proposta definitiva de Estatutos, na qual se punha como opção fundamental a consagração, ou a exclusão, de um esquema presidencialista na estrutura orgânica interna(788).

---

(786) Seriam quatro os ante-projectos apresentados: um, proveniente da Comissão Executiva do Conselho Nacional, propugnando um presidencialismo mitigado, com uma concentração de poderes sensivelmente ampla no Secretário-Geral e propondo, simultaneamente, a criação do cargo de Secretário Executivo com responsabilidades administrativas; outro, proposto por Marcelo Rebelo de Sousa e por Jorge Correia da Cunha, que versava sobre a estrutura dos órgãos nacionais, sua composição, forma de designação dos seus titulares e competências e, ainda, outro, da autoria do Gabinete de Estudos do Porto, que propunha a inclusão do direito de tendência e a adopção do método proporcional para os órgãos nacionais. Surgiria, ainda, uma proposta das bases de Cascais, mas que apenas propugnava alterações na orgânica local do partido. A par destas propostas, Francisco Sá Carneiro preconizaria um sistema orgânico presidencial devidamente explicitado nos Estatutos. Vejam-se os ante-projectos reportados nos Serviços de Documentação do PSD.

(787) Comissão essa presidida por José Manuel Sérvulo Correia e que, por sua vez, seria responsável pela apresentação de um dos projectos, o da Comissão Executiva do Conselho Nacional. Cf. *ibidem*.

(788) Veja-se o "Projecto de Estatutos" aprovado pelo Conselho Nacional de 2 e 3 de Outubro de 1976, no destacável *Povo Livre*, nº 118, de 20 de Outubro de 1976, muito especialmente os artigos 21º, 33º, 34º, 38º, 39º e 40º. O primeiro artigo reportado trataria das candidaturas e dos processos de eleição para os órgãos nacionais, permanecendo o esquema adoptado em Aveiro e que tanta polémica tinha então suscitado. Ou seja, o método proporcional só funcionaria para o Conselho Nacional e para o Conselho de Jurisdição, permanecendo o sistema de representação maioritária para a Comissão Política Nacional. Os artigos 33º, 34º e 35º estabeleceriam, respectivamente, a substituição do Secretariado Nacional pela Comissão Política Nacional (retomando, assim, a nomenclatura escolhida aquando do I Congresso do partido), as suas competências e composição, cabendo realçar, aqui, a criação de um Comité Permanente da Comissão Política. Os artigos 38º e 39º introduziriam, respectivamente, os cargos de Presidente e de Vice-Presidente do partido, definindo-lhes simultaneamente as competências. Por último, o artigo 40º discriminaria as funções que competiam ao Secretário-Geral do PPD, sendo estas relacionadas com a organização e gestão do partido, enquanto ao Presidente do mes-

A actuação política a desenvolver relativamente ao I Governo Constitucional seria, também, objecto de debate no referido Conselho Nacional, tendo ficado decidido, aliás na linha do Comunicado anteriormente difundido pela Comissão Política Nacional(789), recusar a sustentação artificial do mesmo(790), não inviabilizando, contudo, hipotéticas fórmulas alternativas de superação da crise, ressalvando-se, no entanto, que as mesmas não deveriam de forma alguma incluir o PCP(791). A tónica da estratégia política a ser seguida pelo PSD seria, aliás, acentuada em reunião do seu Secretariado Nacional e na da Comissão Executiva do Conselho Nacional, realizada em Coimbra, na qual seria igualmente aprovado o regulamento do Congresso(792).

---

no caberiam as funções de direcção política. Cf. *ibidem*.

(789) Cf. "Comunicado da Comissão Política Nacional" difundido no *Povo Livre*, nº 112, de 14 de Setembro de 1976, p. 3, e, na mesma página, o depoimento de Rui Machete sobre o conteúdo do referido comunicado.

(790) O "Comunicado da Comissão Política Nacional" seria a resposta do partido ao contrato de legislatura proposto pelo PS, ao procurar obter um apoio parlamentar amplo que lhe permitisse uma posição mais confortável no poder. Para o PPD, a aceitação de tal contrato corresponderia à sua corresponsabilização na política do I Governo Constitucional, o que, na altura, não parecia estrategicamente aceitável. Veja-se o subcapítulo 2 do Capítulo VII desta dissertação, especialmente o ponto 2.1, respectivo.

(791) Vejam-se, neste capítulo, as declarações proferidas por Joaquim Magalhães Mota na conferência de imprensa concedida por este dirigente, por António Barbosa de Melo, por Afonso Moura Guedes e por José Manuel Sérvulo Correia, no final dos trabalhos daquele Conselho Nacional, publicada no *Povo Livre*, nº 116, de 6 de Outubro, de 1976, p.2; vejam-se, igualmente no mesmo local, as considerações feitas por diversos membros do Conselho Nacional, entre os quais António D'Orey Capucho e José António Vieira da Cunha, sobre o andamento dos trabalhos, bem como o "Comunicado final" do Secretariado Nacional sobre as conclusões do Conselho Nacional no *Povo Livre*, nº 117, de 13 de Outubro de 1976, p. 1.

(792) Cf. *Povo Livre*, nº 114, de 22 de Setembro de 1976, p. 11.

Os Congressos de Leiria(793) prenunciavam-se, assim, pacíficos e os únicos temas que ainda suscitavam alguma expectativa no partido consistiam na escolha dos titulares dos órgãos nacionais(794) e na definição da actuação política precisa no concernente ao Governo socialista e aos outros partidos da oposição.

No primeiro dia dos trabalhos daquela cimeira ratificar-se-ia a decisão anteriormente tomada no Conselho Nacional de Cascais quanto à alteração da sigla do partido(795), aprovando-se os Estatutos sem qualquer discussão

---

(793) Presididos por Nuno Rodrigues dos Santos e vice-presididos por António Barbosa de Melo, os Congressos de Leiria reuniriam a 30 e 31 de Outubro de 1976 (III Congresso extraordinário e IV Congresso ordinário); iniciando a sua sessão extraordinária com um único ponto na ordem de trabalhos: discussão e votação do Projecto de Estatutos aprovado pelo Conselho Nacional de Cascais, só discutido e votado na especialidade depois da apresentação do projecto e da alteração entregues à Mesa por José Manuel Sérvulo Correia, em nome da Comissão de Redacção dos Estatutos. A segunda parte dos trabalhos circunscrever-se-ia à discussão da situação política nacional, após a análise realizada por Francisco Sá Carneiro sobre a evolução da mesma desde o Congresso de Aveiro, no extenso discurso que proferiu antes do debate,conforme verificámos pelos registos existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

(794) Veja-se, a este respeito, o *Expresso,* nº 208, de 22 de Outubro de 1976, p.3 e o *Expresso,* nº 209, de 29 de Outubro de 1976, p. 11. Particularmente interessante seria a inclusão, na antevéspera do Congresso, por decisão maioritária do Secretariado Nacional, da possibilidade de o mesmo candidato se poder integrar em mais de uma lista. Tal preceito seria proposto por Amândio de Azevedo, no âmbito de um movimento de dirigentes reinvindicativo do alargamento da composição dos órgãos nacionais, abrindo assim, consideravelmente, o leque interno das oportunidades políticas no que se referia à ocupação de cargos e aos privilégios daí decorrentes.

Veja-se, também, o artigo de MARCELO REBELO DE SOUSA, "Congressos para Portugal e não Portugal para Congressos", *in Expresso,* nº 209, de 29 de Outubro de 1976, p. 2.

(795) Veja-se, aqui, a nota 784. Veja-se, ainda, a explanação fornecida por Francisco Sá Carneiro sobre a mudança da sigla para PSD, na entrevista que concedeu a *O Jornal,* de 15 de Outubro de 1976, publicada em *Francisco Sá Carneiro, Textos,* 4º Volume, 1975-1977, Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1984, p. 451, e na qual o mesmo declararia corresponder tal facto a uma amostra da "sinceridade programática" do partido.

suplementar. Para além da criação do cargo de Presidente do partido é de referir o facto de ter passado a ser manifesta a influência do sector Sócio-profissional na orgânica intra-partidária. Não só os Sócio-profissionais conseguiriam, então, a inserção de representantes seus na composição da Comissão Política Nacional, como, nessa base, viria a ser dada uma maior ênfase àquela componente, iniciando-se, simultaneamente, uma estratégia mais consistente de implantação do partido no sector laboral(796).

A partir daí, constituir-se-ia no PPD um grupo de pressão interna que em determinadas fases da vida intra-partidária se revelaria fundamental, assumindo a maior importância aquando da ocorrência do conflito com os "Inadiáveis", bem como nos conflitos posteriores, nos quais o sector dos Sócio-profissionais desempenharia um papel muito actuante.

Proceder-se-ia, também, à apreciação das diversas intervenções verificadas, na sua maioria de significativo conteúdo ideológico e estratégico(797) e à eleição dos órgãos

---

Durante o discurso que o Secretário-Geral proferiria no Congresso de Leiria, também seria abordado tal tema, sendo afirmado que a não adopção do nome e da sigla PSD no início do partido, se devera a circunstâncias externas ao mesmo que tal não teriam permitido e que a mudança efectuada, confirmada no Congresso, corresponderia "à realidade, à fidelidade do nosso Programa e à nossa prática política". Vejam-se as gravações dos trabalhos do Congresso de Leiria, nos Serviços de Documentação do PSD. Veja-se, também, a nota 604 desta dissertação.

(796) Cf. *Estatutos do Partido Social Democrata - PSD - aprovados no III Congresso Nacional de 30 de Outubro de 1976*, s.l., s.d..

(797) Quanto à estratégia partidária proceder-se-ia a duras críticas ao Governo, sobretudo frente à incapacidade do PS de sobreviver à crise económica. Cf. *O Dia*, de 2 de Novembro de 1976 e o *Diário de Notícias*, de 3 de Novembro de 1976, nos quais se reporta a apreciação de Francisco Pinto Balsemão relativamente ao momento político.

nacionais, tendo apenas concorrido uma lista para a Comissão Política Nacional(798) e três listas para os restantes órgãos do escalão central do partido(799).

Os Congressos de Leiria ficariam, assim, conhecidos, não só pelo clima de concórdia e serenidade interna, como pela apresentação de excelentes intervenções sob o ponto de vista ideológico(800), agora que já se tornava possível um debate aprofundado nesse sentido, depois de ultrapassados os conflitos no Congresso de Aveiro(801).

---

(798) Para a Comissão Nacional concorreria apenas a lista A, subscrita por militantes de várias zonas do país, a qual obteria 666 votos dos 673 possíveis, surgindo também 5 votos nulos e 2 abstenções; para a Mesa do Congresso e para o Conselho de Jurisdição só concorreria uma lista. Veja-se a composição destes órgãos do PSD saídos do seu IV Congresso na Lista 4 do Anexo IV desta dissertação.

(799) Ao Conselho Nacional concorreriam 3 listas, embora da existência das mesmas não se pudesse concluir àcerca de divergências entre elas. A lista A, encabeçada por José Vitorino conseguiria 176 votos, equivalentes a 26,10%, tendo conseguido 8 lugares; a lista B, cujo primeiro nome seria o de Olívio França, obteria 336 votos ou seja, 49,48%, integrando 16 dos seus elementos no Conselho Nacional; a lista C, encabeçada por Soares da Silva incluiria aí apenas 6 militantes, equivalendo a 20,95%, isto é, a 141 votos. Veja-se a composição das listas em causa no *Povo Livre*, nº 120, de 3 de Novembro de 1976, p. 9. Sobre a composição do Conselho Nacional eleito neste Congresso veja-se a Lista 4 do Anexo IV desta dissertação.

Em certo momento, e considerando a pressão exercida pelos Sócio-profissionais, pensar-se-ia em elaborar uma lista "oficiosa", na qual constassem vários elementos daquele sector; perante tal objectivo não ter sido conseguido, ao que parece por falta de assinaturas suficientes, estes formariam a lista C, encabeçada por Soares da Silva e quase exclusivamente composta com elementos seus, vindo a conseguir eleger 6 membros para o Conselho Nacional. Seria, pois, a única fórmula então encontrada para o sector Sócio-profissional do partido passar a exercer uma influência acrescida no aparelho partidário.

(800) Vejam-se sobretudo, as gravações existentes nos Serviços de Documentação do PSD e as "Conclusões do Congresso de Leiria" no *Povo Livre*, nº 120, de 3 de Novembro de 1976, p.6, para além do "Discurso de abertura" do mesmo proferido por Francisco Sá Carneiro, o qual seria publicado em *Francisco Sá Carneiro, Textos*, 4º Volume, 1975-1977, Editorial Progresso Social e Democracia, 1984, pp. 469-488.

(801) Nas gravações dos trabalhos do Congresso de Leiria veja-se a intervenção de Jorge Figueiredo Dias durante o debate ideológico levado a cabo no Congresso, que seria publicada no *Jornal de Notícias*, de 4 de Dezembro de 1976. Suceder-se-iam cerca de três dezenas de intervenções, segundo apurámos pela gravação dos trabalhos exis-

Desta cimeira sairia reforçada a linha social-democrata, aliás de acordo com o programa do partido, reforçando-se, igualmente, a sua unidade e coesão interna e a maior operacionalidade das suas estruturas nacionais, dentro de um clima que ficaria conhecido como o "espírito de Leiria"(802). De notar, também, o facto de aí ter sido conseguida, pela primeira vez, uma certa influência por parte dos Sócio-profissionais, embora a nível do aparelho o fosse apenas em termos das bases, já que não fora possível, ainda, a sedimentação desse sector, enquanto tal, no âmbito dos órgãos nacionais do partido(803).

---

tente nos Serviços de Documentação do PSD, entre as quais destacamos o relatório profundamente documentado de Francisco Sá Carneiro, no qual, para além dos ataques proferidos contra o Governo do PS e à actuação do PCP, se desmarcaria claramente do CDS, sugerindo a intervenção constitucional do Presidente da República. Vejam-se, igualmente, além das intervenções de Joaquim Magalhães Mota, de Helena Roseta, de José Ângelo Correia e de António Barbosa de Melo, a de José António Furtado Fernandes e a de Joaquim Lourenço, parte das quais é reportada em *O Dia*, de 2 de Novembro de 1976, no *Tempo*, de 5 de Novembro de 1976 e no *Expresso*, nº 210, de 5 de Novembro de 1976, p p 13 e 14.

(802) Vejam-se as declarações nesse sentido prestadas por Francisco Pinto Balsemão ao *Diário de Notícias*, de 3 de Novembro de 1976 e a entrevista concedida por Francisco Sá Carneiro ao *Jornal de Notícias*, de 5 de Novembro de 1976.

O impulso reorganizativo interno que se seguiria é patente nos diversos documentos produzidos nesse sentido a partir dessa altura. Vejam-se, por exemplo, os dois documentos da autoria de António Sousa Franco, existentes no seu arquivo pessoal, visando, respectivamente, a dinamização da Comissão Política e da Comissão Parlamentar de Economia, Finanças e Plano: "Nota sobre a orgânica e funcionamento da Comissão Política Nacional", de 24 de Novembro de 1976 e "Proposta de ordem de trabalhos para a reunião dos Deputados PSD da Comissão Parlamentar de Economia, Finanças e Plano", datado de 10 de Novembro de 1976, constantes no arquivo de António Sousa Franco.

(803) É um facto que depois do trabalho iniciado por José António Furtado Fernandes, o partido começaria a ter uma implantação considerável no sector sindical, cifrando-se os primeiros passos, segundo aquela personalidade, na eleição da primeira direcção social-democrata para o Sindicato dos Bancários do Norte, na inclusão de vários membros no Sindicato do Comércio de Lisboa e, mais tarde, nos Bancários do Sul e Ilhas, SIDER e nos Quadros Técnicos do Estado, passando progressivamente o partido a reconhecer estas vitórias sobre o terreno.

Apesar da insistência e correspondente efectividade na criação de uma direcção colectiva alargada e da ideia de não existência de figuras carismáticas especiais no partido(804), o facto é que Francisco Sá Carneiro conseguiria ver imprimir nos Estatutos a sua velha tese da presidencialização orgânica do partido, que dessa forma se acentuou(805). Importa deixar aqui sublinhado este facto, que embora na altura não tenha levantado qualquer problema, viria, a prazo, a estar na base das futuras querelas internas as quais haveriam de dar lugar ao segundo grande conflito intra-partidário.

No Congresso extraordinário de Leiria, por força das alterações estatutárias realizadas, criar-se-iam as Secções Sócio-profissionais equiparadas às Secções residenciais.Cf. *Estatutos do Partido Social Democrata - PSD- aprovados no III Congresso Nacional de 30 de Outubro de 1976*, s.l. s.d..

(804) A direcção colegial, na linha da reviravolta estratégica possibilitada depois da clarificação interna e começada a definir nas reuniões de Seteais, já atrás referidas, propugnava uma efectiva separação de poderes entre o Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário-Geral, ficando este último com funções meramente administrativas, mas sem prejuízo das ligações com as cúpulas de decisão política do partido, assumindo o papel de ponte entre as deliberações da Comissão Política Nacional e a máquina partidária. Essa direcção colectiva seria igualmente assegurada pela existência de uma Comissão ou Comité Permanente da Comissão Política (é referido das duas formas nos documentos que consultámos, embora nos Estatutos o seja apenas segundo esta última), da qual fariam parte aqueles dirigentes e o líder do Grupo Parlamentar do partido; enquanto a Comissão Política funcionaria como um mini-Parlamento, o Comité Permanente seria, fundamentalmente, o órgão executivo do partido. Cf. artº 33º, 34º e 35º dos Estatutos supra reportados.

Sobre a suposta não existência de figuras carismáticas no PPD, veja-se a "Revista" do *Expresso*, nº 210, de 6 de Novembro de 1976, p.1-R.

(805) Francisco Sá Carneiro seria eleito Presidente do partido e António Barbosa de Melo, António Sousa Franco e Rui Machete seus Vice-Presidentes, enquanto Joaquim Magalhães Mota assumiria o cargo de Secretário-Geral. Sobre a estratégia de Francisco Sá Carneiro nesse sentido, vinda a gizar desde há bastante tempo, vejam-se, por exemplo, as declarações proferidas pelo mesmo em duas entrevistas concedidas alguns meses antes da realização daquela cimeira social democrata, respectivamente à *Opção*, de 3 de Junho de 1976 e ao *Jornal Novo*, a 24 do mesmo mês, ambas publicadas em *Francisco Sá Carneiro, Textos*, 4º Volume, 1975-1977, Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1984, especialmente pp. 331 e 380.

Tanto a Comissão Política saída deste Congresso, como o Comité Permanente,te-

3. Para o PSD, o final do ano de 1976 e o início de 1977 seriam marcados um, pela sua participação nas eleições autárquicas(806) e suas consequências, outro, pela realização do Conselho Nacional de Lisboa(807), o qual ainda decorreria

---

rian reuniões periódicas (o Comité Permanente reuniria quase diariamente a partir de Fevereiro de 1977, ao longo de mais de um ano, tendo tido a sua última reunião a 29 de Abril de 1978), reuniões das quais seriam lavradas actas, que consultámos no arquivo de António Sousa Franco. Resumos das reuniões do Comité Permanente seriam enviados, semanalmente, aos membros da Comissão Política, por deliberação tomada em reunião desse órgão. Cf. "Acta da 7ª reunião ordinária da Comissão Política Nacional 2/02/77", *in* arquivo supra reportado.

Em reunião anterior deste órgão tinha-se igualmente decidido difundir um comunicado no fim de cada reunião. Daí, a profusão de documentos relativos a esta fase, perante o período imediatamente anterior, assim como o seguinte, conquanto os mesmos não se encontrem nos Serviços de Documentação do PSD.

(806) A estratégia para as eleições autárquicas seria uma preocupação fundamental da Comissão Política do partido, expressa através da elaboração de um "Dossier do candidato", de um "Manifesto eleitoral", da designação de Afonso Moura Guedes, assessorado por Victor António, como responsável pelo pelouro em questão e da organização de reuniões com os candidatos às autarquias e membros daquele órgão. Cf. "Acta da 1ª Reunião extraordinária da Comissão Política Nacional 10/11/76" e "Acta da 2ª Reunião ordinária da Comissão Política Nacional 17/11/76", ambas consultadas no arquivo de António Sousa Franco.

Os resultados das eleições seriam objecto de análise em posteriores reuniões. Cf. "Acta da 4ª Reunião ordinária da Comissão Política Nacional 14/12/76" e "Acta da 5ª Reunião ordinária da Comissão Política Nacional 5/01/77", *in* arquivo supra referido. O PSD elegeria 115 Presidentes de Câmaras Municipais obtendo um total de 623 mandatos. Cf. Quadro 3 e Mapa 13 do Anexo VI desta dissertação.

(807) O Conselho Nacional de Lisboa, programado para o início de Janeiro, acabaria por ser protelado para o mês seguinte, dada a demora na publicação dos Estatutos aprovados pelo Congresso de Leiria. Reuniria no Hotel Penta, em Lisboa, a 12 de Fevereiro de 1977, com o fim de tratar do Regulamento interno do partido e da sua implantação, para além da questão do financiamento respectivo, conforme deliberado em reunião do Comité Permanente da Comissão Política, que proporia à Mesa do Conselho a agenda e o horário do mesmo. Cf. "Acta da Reunião do Comité Permanente", de 11 de Fevereiro de 1977, *in* arquivo de António Sousa Franco, o anúncio do Conselho Nacional no *Povo Livre*, nº 130, de 12 de Janeiro de 1977, p.4 e o "Projecto do Regimento" respectivo no *Povo Livre*, nº 131, de 19 de Janeiro de 1977.

Veja-se nesse número do órgão oficial do PSD, a entrevista de Joaquim Magalhães Mota sobre a tarefa, considerada como muito urgente, de organização e relançamento do partido (Cf. *idem*, pp. 6-7) e a exposição a que o mesmo procederia no Conselho Nacional de Fevereiro sobre o mesmo assunto.

Vejam-se, igualmente, a "Acta" da referida reunião, no *Livro de Actas do Conselho Nacional*, Serviços de Documentação do PSD, pp. 53-65 e as "Conclusões do Conselho Nacional" em causa, o qual seria presidido por Nuno Rodrigues dos Santos.

no "espírito de Leiria"(808), definindo-se, aí, uma estratégia de oposição firme mas não sistemática ao Governo socialista.

Entre as consequências imediatas da campanha para as eleições locais contou-se, por parte do PSD, um certo reanimar da competição com o PS(809), apesar dos encontros pontuais com o fim de se obterem convergências entre o partido no poder e o

---

vice-presidido por Marcelo Rebelo de Sousa e Jorge Vieira da Cunha e secretariado por Maria Virgínia Estorninho e Manuel Moreira, no *Povo Livre,* nº 135, de 16 de Fevereiro de 1977, especialmente pp. 3-4, e 11; veja-se, ainda, o "Relatório da Comissão Política", reunida a 19 de Janeiro de 1977, apresentado por Francisco Sá Carneiro, cujo resumo se encontra na respectiva p. 11.

Naquele Conselho Nacional decidir-se-ia, também, aprovar uma deliberação tomada pela Assembleia Distrital de Lisboa a 9 do mesmo mês, no sentido de dividir o Distrito em duas áreas - área urbana de Lisboa e área do Oeste de Lisboa - tendo cada uma os órgãos correspondentes ao nível distrital. Cf. "Comunicado da Comissão Política Nacional do PSD", de 13 de Fevereiro de 1977, Serviços de Documentação do PSD e "Acta" da referida reunião, *in Livro de Actas do Conselho Nacional,* Serviços de Documentação do PSD, p. 64. A área urbana de Lisboa viria, mais tarde, a desempenhar um papel fundamental na conflitualidade interna do PSD.

(808) Veja-se a intervenção de Francisco Sá Carneiro na referida reunião e o teor do debate subsequente, no qual todos os oradores concordariam com a sua exposição sobre a situação político-partidária. Cf. "Acta do Conselho Nacional de 12 de Fevereiro de 1976", *in Livro das Actas do Conselho Nacional,* Serviços de Documentação do PSD, pp. 54 e ss. Pela leitura das actas da Comissão Política e do seu Comité Permanente dessa altura, pode verificar-se não existirem, ainda, divergências significativas entre os dirigentes nacionais.

(809) Veja-se, por exemplo, o ataque formulado por Francisco Sá Carneiro contra o Governo de Mário Soares, na sequência da crítica que lhe fora tecida pelo Primeiro-Ministro e líder do PS, no *Expresso,* nº 214, de 3 de Dezembro de 1976, pp. 1 e 3 e, mais tarde, a célebre entrevista que Francisco Sá Carneiro concederia a *El País,* a 11 de Janeiro de 1977, que tanta agitação viria a causar no PS e no Governo. Veja-se a referida entrevista em *Francisco Sá Carneiro, Textos,* 4º Volume, 1975-1977, Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1984, pp. 507-510.

Veja-se, igualmente, a réplica de Francisco Sá Carneiro ao que considerou uma "cabala" de certa imprensa contra as suas declarações, no *Povo Livre,* nº 131, de 19 de Janeiro de 1977, também publicada na obra acima referida, nas respectivas páginas 513 e 519.

De notar, que desde a reunião da Comissão Política de 30 de Novembro de 1976, se decidira abandonar a posição expectante e de apoio crítico ao Governo, passando-se a adoptar uma atitude clara de oposição, dado entender-se que o Executivo PS se revelara incapaz de fazer frente à crise nacional. Explica-se, assim, a ofensiva de Francisco Sá Carneiro acima reportada. Cf. "Acta da 38ª Reunião extraordinária da Comissão Política Nacional 30/11/76", *in* arquivo de António Sousa Franco.

principal partido na oposição(810). O facto político mais relevante que iria imprimir um novo perfil ao ano de 1977 residiria, contudo, no progressivo afastamento de Francisco Sá Carneiro, primeiro no que concerne ao PS(811), depois, relativamente a António Ramalho Eanes, circunstância que começava já a levantar certas tensões na esfera intra-partidária.

---

(810) Tal como o jantar em casa do Embaixador da Venezuela, aliás, promovido por este diplomata nesse sentido mas sem os resultados pretendidos (reportado no *Expresso*, nº 218, de 30 de Dezembro de 1976, p.15). Veja-se, igualmente, a hipótese, não totalmente excluída por Francisco Sá Carneiro da eventual fusão do PS e do PSD (não a absorção do PSD pelo PS), em entrevista concedida ao *Jornal Novo*, a 23 de Fevereiro de 1977, publicada em *Francisco Sá Carneiro, Textos*, 4º Volume, 1975-1977, Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1984, pp. 542-558, especialmente p. 546.

Vejam-se também, os comentários à entrevista que concedera ao *Jornal Novo* e à RDP no *Povo Livre*, nº 137, de 2 de Março de 1977, pp. 3, 4 e 5, também publicados *in op. cit.*, pp. 561-564, para além do projecto de constituição de uma maioria democrática que o Presidente do PSD avançou aquando da reunião das Jornadas Municipais Sociais-Democratas, realizadas no Porto a 29 e 30 de Janeiro de 1977, aliás, na sequência das sondagens realizadas para eventuais negociações com Mário Soares e Diogo Freitas do Amaral, que teriam tido a maior receptividade por parte do Presidente da República. Cf. "Acta da 7ª Reunião extraordinária da Comissão Política Nacional 26/11/77", *in* arquivo de António Sousa Franco.

(811) No que concerne ao PS, tal processo de afastamento seria objectivamente iniciado com a interpelação do PSD na Assembleia da República ao I Governo Constitucional, por ocasião das medidas de austeridade e recuperação económica a aprovar, decretadas a 25 de Fevereiro de 1977. Nas reuniões anteriores da Comissão Política do partido e do seu Comité Permanente, como já referimos, decidir-se-ia pela crítica ao Governo do PS. A posição a tomar relativamente ao Plano e Orçamento teria sido objecto de prolongada análise nas sucessivas reuniões daquele órgão, tendo os projectos em causa sido aí pormenorizadamente analisados, sobretudo por António Sousa Franco.

Na reunião da Comissão Política de 15 de Dezembro de 1976 deliberar-se-ia votar contra aquelas leis (Cf. "Acta da 3ª Reunião extraordinária da Comissão Política 15/12/76", *in* arquivo de António Sousa Franco) e nas duas reuniões seguintes desse órgão reconsiderar-se-ia esta decisão, depois de amplamente apreciada, acabando por se assentar no seguinte: votar contra relativamente à lei do Plano (votado por unanimidade); relativamente à lei do Orçamento adoptar-se-iam esquemas alternativos, entre a abstenção e o voto contra, dependendo dos apoios que a lei do Plano viesse a obter no Parlamento; pela abstenção votariam sempre Francisco Pinto Balsemão, José Manuel Sérvulo Correia, Artur Cunha Leal e António Fontes encarando também os mesmos a hipótese de se virem a abster, salvo se a lei fosse aprovada pelo PS e pelo PCP; se a lei em questão só fosse aprovada pelo PS pronunciar-se-iam também pela abstenção, além daqueles dirigentes, António Barbosa de Melo, Rui Machete e António Marques Mendes. Cf. "Acta da 5ª Reunião extraordi-

O distanciamento em causa ficar-se-ia a dever ao facto do Presidente da República vir, na sua perspectiva, a privilegiar o PS em detrimento do PSD. A crescente oposição demonstrada por Francisco Sá Carneiro em relação ao PS e, posteriormente, ao Presidente da República viria a estar na base da segunda grande polémica intra-partidária, a qual se iria agra-

---

nária da Comissão Política Nacional 27/12/76", *in* arquivo supra citado.

Sobre a posição do PSD relativamente às medidas económicas, cujo debate decorreria no início de Março de 1977, veja-se a "Acta da 9ª Reunião extraordinária da Comissão Política Nacional 9/03/77", *in* arquivo de António Sousa Franco, o "Dossier de interpelação do PSD", no *Povo Livre*, nº 140, de 23 de Março de 1977 pp. 5 a 10 e as subsequentes declarações de Francisco Sá Carneiro em face da polémica que isso suscitaria, nas entrevistas concedidas ao *Tempo*, de 3 de Março de 1977 e ao *Jornal*, de 11 de Março de 1977, ambas publicadas em *Francisco Sá Carneiro, Textos*, 4º Volume, 1975-1977, Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1984, respectivamente pp. 567-571 e 575-586. Veja-se, ainda, em termos das críticas tecidas ao Governo e do alertar para a situação económica do país em progressiva degradação o "Comunicado da Comissão Política Nacional do PSD", de 26 de Fevereiro de 1977, Serviços de Documentação do PSD.

Com a recusa do PS em estabelecer uma plataforma de fundo com o PSD e o CDS, na sequência dos apelos do PSD, primeiro no âmbito de numa entrevista a *O Dia*, em Setembro de 1976, segundo, quando Francisco Sá Carneiro defendera a necessidade de se encontrar uma maioria democrática estável, pressupondo uma plataforma de acordo com o PS e com o CDS (Cf. o seu "discurso de encerramento das 1ªs Jornadas Municipais Sociais-Democratas", Porto, 31 de Janeiro de 1977, Serviços de Documentação do PSD), terceiro, quando do convite formulado nesse sentido pelo PSD, na sequência do discurso de António Ramalho Eanes proferido no aniversário do 25 de Abril e, por último, aquando da crise do Governo no início do Verão seguinte, propondo-se apenas o PS celebrar acordos de natureza pontual com o PSD; esse afastamento viria a agravar-se consideravelmente, como veremos nas páginas que se seguem. Acabaria por provocar no âmbito interno do PSD as primeiras dissensões entre as duas linhas emergentes na Comissão Política Nacional, que se viriam a configurar na facção "Sá carneirista" e na facção dos "Inadiáveis". Veja-se, a este respeito, o depoimento de Francisco Sá Carneiro datado de 26 de Maio de 1976, no qual declararia expressamente que vinha a desenvolver esse propósito desde o ano anterior, recusando o PS por vezes sucessivas essa aproximação. Cf. JOÃO ROSA, *Diálogos Com Sá Carneiro*, Lisboa, Edições Alfaómega, 1978, pp. 189-194.

Sobre as razões invocadas pelo PS para a sua recusa, vejam-se os diversos depoimentos de Mário Soares ao *Portugal Socialista*, de 1 de Dezembro de 1975 e de 11 de Fevereiro de 1976 (ambos publicados em MÁRIO SOARES, *PS Fronteira da Liberdade*, Lisboa, Ed. Portugal Socialista, 1979, pp. 73 e 101) e, ainda, as declarações constantes em *Confiar no PS - Apostar em Portugal*, Relatório do Secretário-Geral Mário Soares, apresentado ao 3º Congresso na Legalidade, Lisboa, Março de 1979, p. 15. Mais tarde, Mário Soares reconheceria ter havido nessa matéria "uma certa rigidez excessiva da parte do PS". Cf. entrevista de Mário Soares ao *Diário de Notícias*, de 2 de Abril de 1979.

vando no decorrer de 1977, fundamentalmente a partir da altura das negociações de uma série de leis altamente controversas na Assembleia da República(812).

2.2. O avolumar das tensões internas

1. Indício desse mal-estar interno, ainda em embrião, seria, desde logo, o que se passou no Conselho Nacional de Braga levado a efeito em Abril(813). Na reunião em causa assistir-se-ia a um certo confronto latente entre Francisco Sá Carneiro e Rui Machete, desencadeado pelo primeiro através de diversas intervenções proferidas por outros dirigentes(814), devido ao peso substancial que, no entender do mesmo, este

---

(812) Como já vimos atrás, estas seriam a lei da delimitação dos sectores, a lei da reforma agrária, a lei do investimento estrangeiro e a lei do arrendamento rural, as quais, sobretudo as primeiras, levantariam acesa polémica no âmbito intra-partidário do PSD. Vejam-se, aqui, as notas 821 e 822..

(813) O II Conselho Nacional do PSD, no ano de 1977, realizar-se-ia em Braga, no dia 16 de Abril, tendo a ordem de trabalhos sido proposta à Mesa pelo Comité Permanente da Comissão Política, na sua reunião de 15 de Março de 1977. Cf. "Acta da Reunião do Comité Permanente da Comissão Política de 15 de Março de 1977", *in* arquivo de António Sousa Franco.

Dirigiram aquela reunião Marcelo Rebelo de Sousa e José António Vieira da Cunha no impedimento, por doença, de Nuno Rodrigues do Santos, sendo a mesa secretariada por Maria Virgínia Estorninho e Manuel Moreira. Cf. *Povo Livre*, nº 144, de 20 de Abril de 1977, p. 4.

(814) Intervenções essas que confirmaríamos através da gravação dos trabalhos do Conselho Nacional em causa, existente nos Serviços de Documentação do PSD.

Na reunião do Comité Permanente do dia anterior exigira-se que Rui Machete apresentasse relatórios mensais da actividade da Fundação Oliveira Martins, enquanto este dirigente ficaria encarregado de se deslocar à República Federal da Alemanha no sentido de angariar fundos para o PSD. Cf. "Acta da Reunião do Comité Permanente da Comissão Política Nacional", de 15 de Abril de 1977, consultada no arquivo de António Sousa Franco.

último teria. A influência de Rui Machete decorreria, fundamentalmente, da importância dos seus contactos internacionais, mas, sobretudo, do facto de presidir à Fundação Oliveira Martins, onde predominava o sector laboral e que vinha a aumentar de forma considerável a sua preponderância no partido, dispondo esta organização de maiores disponibilidades financeiras do que o PSD(815).

O atrito em causa, apesar da atenuação de que seria passível no final da reunião do Conselho Nacional de Braga(816) rompeu, de certa forma, com a aparente harmonia intra-partidária, visto ter demonstrado que no âmbito interno do PSD se pretendiam já encontrar derivativos para um certo mal-estar, ainda incipiente, mas que se iria consideravelmente agravando até final de 1977. Mal-estar que se prenderia com o leve enunciar de divergências estratégicas entre os diversos membros da Comissão Política do partido.

O despoletar daquela situação, que conduziria à realização de diversos Conselhos Nacionais sensivelmente tempestuo-

---

(815) Pelas razões aduzidas no texto e na nota anterior, Francisco Sá Carneiro consideraria excessiva a influência de Rui Machete e da Fundação Oliveira Martins. No final da reunião, depois dos diversos ataques realizados contra Rui Machete, por intermédio de outros elementos, Francisco Sá Carneiro acabaria por apoiá-lo, não sem deixar expresso no discurso de encerramento dos trabalhos, que o papel da Fundação deveria ser mantido "em complementaridade com as tarefas e objectivos do PSD". Cf. *Povo Livre*, nº 144, de 20 de Abril de 1977, p. 5.

Por seu lado, Rui Machete defenderia que a Fundação Oliveira Martins deveria manter com o PSD uma ligação de conjugação de esforços e não de subordinação. Cf. "Acta da Reunião do Conselho Nacional" de 16 de Abril de 1977, *in Livro de Actas do Conselho Nacional*, Serviços de Documentação do PSD, p. 71. Mais tarde, Francisco Sá Carneiro assumiria a presidência da Fundação Oliveira Martins, tendo acabado por se demitir por estar em desacordo com a actuação respectiva.

(816) Vejam-se as "Conclusões" do referido Conselho e o "Comunicado final", no *Povo Livre*, nº 144, de 20 de Abril de 1977, pp. 4, 5 e 16.

sos, ficar-se-ia a dever a uma série de acontecimentos, uns de ordem endógena, outros de ordem exógena ao partido.

Entre os primeiros contar-se-ia a tentativa, aliás gorada, que Francisco Sá Carneiro fizera, eventualmente no sentido de virar o pólo da cena política portuguesa, celebrando com Diogo Freitas do Amaral, do CDS, a criação da Convergência Democrática(817). Nem o tempo de vida deste acordo foi

---

(817) A Convergência Democrática, que propugnava uma aproximação entre o PSD e o CDS no plano parlamentar e extra-parlamentar, seria criada a 25 de Maio de 1977, decorrendo do estabelecido em diversas reuniões do Comité Permanente do primeiro, acabando por, neste âmbito, se constituir uma delegação constituída por Francisco Sá Carneiro, António Sousa Franco, Artur Cunha Leal e Joaquim Magalhães Mota, ficando Artur Cunha Leal pelo PSD e Basílio Horta pelo CDS, encarregues de preparar a agenda e o local da reunião. No entanto, a Comissão Política Nacional só teria conhecimento dessas conversações por altura da formação da Convergência Democrática; contra o facto da Comissão Política não ter sido ouvida antes da convocatória da cimeira com o CDS, insurgir-se-ia Francisco Pinto Balsemão na reunião daquele órgão de 23 de Junho de 1977, tendo, no entanto, sido aí considerada legítima aquela iniciativa do Comité Permanente (leia-se de Franciso Sá Carneiro). Cf. "Acta da 14ª Reunião Ordinária da Comissão Política Nacional 23/06/77", *in* arquivo de António Sousa Franco.

O acordo com o CDS levantaria certa contestação interna no PSD, quer seja a nível das bases, quer das cúpulas, por parte de sectores que discordavam de uma aliança preferencial com aquele partido. Cf. por exemplo, a "Acta da 14ª Reunião ordinária da Comissão Política Nacional 23/06/77", existente no arquivo supra reportado, especialmente as intervenções de José Ferreira Júnior, José Manuel Sérvulo Correia, Jorge Figueiredo Dias, António Fontes, José António Furtado Fernandes e Rui Machete, que considerariam estrategicamente contraindicado tal acordo, sob pena de se cair numa solução liberal e não social-democrata, entre outros inconvenientes apontados; o sector Sócio-profissional do PSD e alguns dos seus Deputados defenderiam idênticas posições. O acordo em causa não teria nunca assumido o relevo inicialmente pretendido pelas duas partes envolvidas, vindo a extinguir-se em Dezembro seguinte.

A Comissão Política não reuniria desde 18 de Maio até 1 de Junho de 1977. Nesta data, Francisco Sá Carneiro e Artur Cunha Leal prestariam algumas informações sobre os contactos havidos entre os dois partidos, tendo os diversos membros daquele órgão salientado os aspectos negativos e positivos do acordo em causa; de uma forma geral, considerou-se que o mesmo não deveria extravasar o âmbito parlamentar. Cf. "Acta da 13ª Reunião ordinária da Comissão Política Nacional 1/06/77", *in* arquivo supra citado.

Nessa última reunião, ainda se julgaria possível a eventual adesão do PS ao convite formulado pelo PSD, decidindo-se prosseguir nos encontros com os socialistas de molde a mantê-los sob pressão (Cf. *ibidem*,), aliás na sequência do que fora decidido na reunião do Comité Permanente de 24 de Maio de 1977, em face da primeira recusa do PS. Cf. "Acta da Reunião do Comité Permanente da Comissão Política"

muito longo, nem se conseguiram os efeitos pretendidos com a sua celebração, pese embora o facto de para cada um dos partidos em causa a confluência encontrada se revestir de perspectivas não totalmente coincidentes. Ou seja, se para o CDS tal se revelaria como uma estratégia precisa, para o PSD poderia, à altura, não passar de mera táctica com objectivos distintos, nomeadamente tendo em vista forçar o PS a tomar uma atitude decisiva quanto à hipotética aliança com os sociais-democratas.

Contudo, o facto de se ter obtido, embora pontualmente, e dada a recusa do PS, um entendimento preferencial com os democratas-cristãos viria, só por si, como veremos, a ser objecto de alguma contestação interna(818), que acentuaria as divergências já existentes entre as duas facções do partido que se começavam a prefigurar dentro da Comissão Política Nacional.

---

de 24 de Maio de 1977, disponível no arquivo supra indicado. Vejam-se as "Conclusões" do primeiro encontro da Convergência Democrática no *Povo Livre*, nº 150, de 1 de Junho de 1977, p. 16 e o "Comunicado conjunto do PSD e CDS", após a cimeira do Porto realizada a 17 de Junho de 1977, publicado em *Francisco Sá Carneiro, Textos*, 4º Volume, 1975-1977, Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1984, pp. 637-639.

O progressivo enfraquecimento e, depois, a crise aberta na Convergência, poder-se-á ter ficado em parte a dever, tal como sublinharia JOSÉ MIGUEL JÚDICE, aos propósitos diferentes dos dois partidos nela envolvidos e ao "tropismo" do poder por parte dos dirigentes sociais-democratas. Cf. JOSÉ MIGUEL JÚDICE, *Portugal à Deriva*, Lisboa, Edições do Templo, 1978, p. 232.

(818) O acordo bilateral então efectuado decorreria do convite formulado pelo PSD aos partidos democráticos, tendo o PS recusado e o CDS aceite. Esse convite seria realizado na sequência do discurso do Presidente da República proferido no segundo aniversário do 25 de Abril, apelando à celebração de uma plataforma programática para a viabilização de uma maioria democrática estável e de um Governo representativo e eficaz. Cf. nota 468 desta dissertação.

Veja-se a entrevista de António Sousa Franco sobre aquele assunto, no *Povo Livre*, nº 150, de 1 de Junho de 1977, pp. 3 e 16. É um facto que a realização das

Outro facto relevante, já do foro político mais vasto, relacionar-se-ia com a sucessão de uma série de incidentes ocorridos nos Açores, na sequência de um surto separatista, no qual se pretendeu envolver o PSD(819) agravando-se, de certa

---

cimeiras entre o PSD e o CDS seriam consideradas, como já vimos, por muitos dirigentes do primeiro como meras tácticas avulsas, excessivamente empoladas por certos sectores de opinião, mormente por parte do CDS, enquanto outros as entendiam mesmo como inoportunas, sendo necessário abandonar por completo tais cimeiras. Veja-se, a este respeito, o artigo de MARCELO REBELO DE SOUSA, "Questões sobre 20 dias de maratona parlamentar", no *Expresso*, nº 243, de 25 de Junho de 1977, p. 2 e na "Revista" do *Expresso*, nº 244, de 2 de Julho de 1977, pp. 1-R e 2-R o artigo "Como nasceu, cresceu (e morrerá?) uma convergência estimulante para uns e criticada por outros". Aí se fixa a génese das cimeiras PSD/CDS, se assinalam os sucessivos passos da Convergência Democrática e se reconhece a contestação à mesma surgida nas fileiras do PSD.

(819) Veja-se a análise dos acontecimentos em causa processada no âmbito de diversas reuniões do Comité Permanente, sendo claro o aproveitamento político que certas forças tirariam da situação, procurando-se enfraquecer o PSD e criando-se um eventual conflito com o Governo Regional. Cf. "Actas das reuniões do Comité Permanente da Comissão Política", respectivamente de 15, 16, 17 (2 reuniões) e 18 de Maio de 1977, existentes no arquivo de António Sousa Franco, quase exclusivamente dedicadas à problemática dos Açores. Veja-se, igualmente, o "Comunicado da Comissão Política Nacional do PSD", de 18 de Maio de 1977, Serviços de Documentação do PSD, no qual o partido se pronunciaria contra o separatismo, apoiando sem reservas o Governo Regional dos Açores e a autonomia desta região. O Comunicado seria divulgado na sequência da reunião deste órgão realizada no mesmo dia e durante a qual Francisco Sá Carneiro relataria o conteúdo do encontro que tivera com o Presidente da República, com o Primeiro Ministro e com Diogo Freitas do Amaral sobre o assunto. Cf. "Acta da 12ª Reunião extraordinária da Comissão Política 18/05/77", *in* arquivo de António Sousa Franco.

Veja-se, ainda, com o mesmo objectivo, o discurso de Francisco Sá Carneiro, proferido na Assembleia da República a 18 de Maio de 1977, publicado em *Francisco Sá Carneiro, Textos*, 4º Volume, 1975-1977, Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1984, p. 607-611 e a entrevista concedida pelo mesmo ao *Tempo*, a 19 de Maio de 1977, *in op. cit.*, pp. 615-616. Veja-se, também, sobre a questão das Regiões Autónomas e as suas implicações para o PSD, o artigo de MARCELO REBELO DE SOUSA, "O 'calcanhar de Aquiles' do PSD", no *Expresso*, nº 240, de 4 de Junho de 1977, p. 2.

A problemática açoreana, mormente no que se refere aos movimentos separatistas e ao reflexo dos mesmos no PSD dos Açores e no Governo Regional seriam assunto de preocupação constante da Comissão Política, a qual, por diversas vezes, teria abordado o tema. Cf. "Acta da 7ª Reunião ordinária da Comissão Política Nacional, 2/02/77", "Acta da 8ª reunião extraordinária da Comissão Política Nacional, 16/02/77", "Acta da 8ª reunião ordinária da Comissão Política Nacional, 16/02/77" e "Acta da 9ª reunião ordinária da Comissão Política Nacional, 2/03/77", todas existentes no arquivo supra reportado.

forma, o clima de competição no sistema de partidos. No âmbito intra-partidário não levantaria qualquer celeuma, pese embora a crescente importância das estruturas regionais na orgânica interna(820).

Determinante para o agravamento da situação em causa seria, no entanto, a discussão à volta da lei da reforma agrária desencadeada na Assembleia da República em pleno Verão de 1977. Nesta matéria, como aliás no concernente às restantes leis, ditas "de regime", então apresentadas(821), as opiniões

---

(820) O I Congresso Regional do PSD dos Açores reuniria alguns tempos depois, em Junho de 1977, aprovando-se os Estatutos Regionais, os quais derivam do estipulado nos Estatutos do PSD no seu artº 54º (Capítulo IV), relacionado com as Regiões Autónomas, dotando igualmente o partido, a nível regional, de um esquema de organização própria, tendo em conta as especificidades locais. Cf. "Conclusões" do Congresso e a composição dos orgãos regionais no *Povo Livre*, nº 153, de 22 de Junho de 1977, pp. 3 e 4.

O I Congresso Regional do PSD da Madeira, embora já ventilado por Alberto João Jardim para Abril desse ano, segundo informaria Francisco Sá Carneiro na reunião do Comité Permanente de 19 de Abril, reuniria, por sua vez, em Julho de 1977. Cf. "Acta da reunião do Comité Permanente da Comissão Política", de 19 de Abril de 1977, *in* arquivo de António Sousa Franco. Vejam-se as "Conclusões" do referido Congresso no *Povo Livre*, nº 156, de 13 de Julho de 1977, p. 5.

(821) Esses diplomas seriam a lei do investimento estrangeiro e a lei do arrendamento rural, que levantariam igualmente alguns problemas. Sem prejuízo das referências aqui feitas, veja-se o Capítulo VII desta dissertação, especialmente o subcapítulo 1, ponto 1.1.

A questão da reforma agrária seria consecutivamente abordada nas reuniões da Comissão Política, para as quais seria convidado Joaquim Lourenço, especialista na matéria, que apresentaria a sua perspectiva técnico-política em face da mesma. Em 9 de Março de 1977 decidir-se-ia, no âmbito daquele órgão, criar um Gabinete de Apoio à Agricultura e Política Agrícola. (Cf. "Acta da 9ª reunião extraordinária da Comissão Política Nacional, 9/03/77" e "Acta da 11ª reunião ordinária da Comissão Política Nacional, 13/04/77", ambas existentes no arquivo de António Sousa Franco). Nesta reunião aquele militante exporia os pontos essenciais a serem defendidos pelo partido na eventualidade de uma lei de bases da reforma agrária, exposição retomada nas duas reuniões seguintes. Cf. "Acta da 11ª reunião extraordinária da Comissão Política Nacional 20/04/77" e "Acta da 12ª reunião ordinária da Comissão Política Nacional, 27/04/77", ambas consultadas no arquivo supra referido. Durante o mês de Julho proceder-se-ia, no Comité Permanente e na Comissão Política, a debates diversos sobre a posição a tomar para com a "lei Barreto", nomenclatura pela qual ficaria conhecido aquele diploma.

dos diversos dirigentes nacionais do PSD nem sempre se mostravam convergentes. Sobretudo quanto à lei da reforma agrária ou "lei Barreto" separar-se-iam os campos entre uma facção que defendia dever o PSD votar a lei em causa, mesmo que com ela não concordasse inteiramente e uma outra, que representava a opinião expressa por Francisco Sá Carneiro, o qual, depois de durante algum tempo ter defendido a sua aprovação, acabaria por se pronunciar claramente pela oposição a essa lei, recusando-se mesmo a votá-la(822).

---

(822) A questão levantada à volta da lei da reforma agrária suscitaria problemas de tal ordem que até se adiantara a hipótese de convocar uma reunião urgente do Conselho Nacional, solução que embora votada por maioria, com as únicas abstenções de Artur Cunha Leal e de António Sousa Franco, teria sido rejeitada na Comissão Política anterior pela maioria dos elementos aí presentes. Cf. "Acta da reunião do Comité Permanente da Comissão Política", de 18 de Julho de 1977 e "Acta da reunião da 15ª reunião ordinária da Comissão Política Nacional, 14/07/77", ambas existentes no arquivo de António Sousa Franco. Nesta última reunião seria deliberado que este órgão só se deveria pronunciar definitivamente sobre a posição a tomar no concernente à lei em causa depois das negociações terminarem. O Conselho Nacional acabaria por reunir no dia 20 de Julho de 1977 para se debruçar sobre o tema.

Veja-se a entrevista de Francisco Sá Carneiro a *O País*, realizada a 8 de Julho de 1977, onde estará eventualmente implícita a sua primeira opinião sobre o assunto; numa outra interpretação poderia ter-se tratado apenas de, numa perspectiva táctica perante a opinião pública, deixar em aberto a possibilidade da lei passar e de o partido tentar, ainda, que no projecto de lei fossem pelo menos "(...) eliminados alguns defeitos e algumas soluções muito discutíveis poderem ainda ser melhoradas". Cf. *Francisco Sá Carneiro, Textos*, 4º Volume, 1975-1977, Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1984, pp. 643-657 e especialmente p. 644.

Contudo, tudo levaria a crer que Francisco Sá Carneiro tivesse alterado a sua anterior posição, visto que nem nas actas do Comité Permanente, nem nas da Comissão Política se encontram quaisquer vestígios da defesa da abstenção relativamente à "lei Barreto", salvo a partir da reunião de 20 de Julho de 1977 e, especialmente, da de 21 de Julho de 1977. Vejam-se os resumos das suas intervenções nas referidas reuniões na "Acta da 16ª reunião extraordinária da Comissão Política Nacional, 20/07/77" realizada na Assembleia da República, na "Acta da reunião conjunta da Comissão Política Nacional e do Grupo Parlamentar do PSD" de 21/07/77 e na "Declaração de voto" anexa à mesma, que fazem parte do arquivo de António Sousa Franco.

Apesar disso, cremos que a posição de fundo de Francisco Sá Carneiro não seria favorável à "lei Barreto", não sendo a mesma apenas decorrente das eventuais pressões a que seria sujeito nesse sentido por parte de grupos com interesses nesse

Embora os focos de tensão tecnicamente invocados estivessem relacionados com a problemática da dimensão fundiária e dos indivisos, o que estava realmente em causa eram questões mais profundas. A aprovação da lei significava uma vitória para Belém enfraquecendo, assim, a posição de Francisco Sá Carneiro dentro do PSD e facilitando ao Chefe de Estado a alteração das relações de força do sistema a que eventualmente pretenderia proceder.

No fundo, estavam já subjacentes, no seio do PSD, posicionamentos de ordem estratégica completamente distintos, aliás determinantes na configuração do conflito que se haveria de seguir. Para aqueles que defendiam ser de votar favoravelmente as referidas "leis de regime", assim entendidas porquanto estruturantes do próprio regime, apesar de se discordar do teor respectivo, a estratégia adequada para o PSD seria a de apoiar, mesmo que pontualmente, o PS e, no fundo, colar-se ao Presidente da República, reconhecendo e reforçando o seu papel arbitral e o das Forças Armadas. Acreditava-se,

---

domínio, mas pelo facto de à mesma reconhecer um carácter colectivista, contra o qual sempre se teria manifestado. Vejam-se, a esse respeito, as suas sucessivas tomadas de posição nesse domínio aquando da problemática em questão nos anos de 1975 e 1976, reportadas por TERESA ALMADA, em *Diário da Reforma Agrária*, Publicações Europa-América, s.d., pp. 298, 317, 332, 339, 344 e 347. Em contrapartida, vejam-se, à altura, as declarações de Mário Soares defendendo a colectivização da terra, *in idem*, p. 331.

Ainda sobre a polémica que a legislação sobre a reforma agrária levantaria no seio do PSD, veja-se um artigo de MARCELO REBELO DE SOUSA, que seria objecto de profunda análise numa daquelas reuniões da Comissão Política do PSD, dado revelar as divergências internas suscitadas por aquela questão e delinear os diversos cenários possíveis perante a legislação em causa. Cf. "Da euforia (injustificada) do PS ao teste da Reforma Agrária", *in Expresso*, nº 245, de 9 de Julho de 1977, p. 2. Registe-se, também, que a própria CAP jogaria em dois "tabuleiros", apoiando por um lado António Barreto, e, por outro, procurando criar tensões no PSD tendo por objectivo levar a lei o mais longe possível em função dos interesses respectivos.

assim, envolver aquele partido e o Chefe do Estado num projecto global de democratização política que, a prazo, poderia vir a redundar numa liderança conjunta, eventualmente através da fusão do PSD e do PS num grande partido social-democrata.

Na óptica de Francisco Sá Carneiro, para além de estar já subjacente o pôr-se em questão as próprias leis como estruturantes do regime, recusava-se, também, a possibilidade de tal objectivo, visto considerar que a componente social-democrata do PS não era aí maioritária e que o PSD, numa situação dessas, ficaria sempre em condições desfavoráveis, para além de já ser notória a tensão existente entre o Presidente deste partido e o Presidente da República. Consequentemente, o seu objectivo supunha duas hipóteses alternativas: ou se conseguia obter com o PS uma aliança no Governo ou um acordo parlamentar em que o PSD pudesse desempenhar um papel de destaque ou, então, o partido não deveria continuar a servir de muleta aos socialistas, apoiando-os exclusivamente no que se refere à celebração de acordos pontuais. Entre esses acordos estava, portanto, a votação favorável das leis atrás referidas, especialmente da "lei Barreto"(823).

---

(823) O retomar das progressivas críticas ao Governo vinha já desde uma reunião da Comissão Política de Abril, na sequência da síntese elaborada por Francisco Sá Carneiro sobre a estratégia a seguir, embora tivesse havido outras intervenções, como a de José Manuel Sérvulo Correia, defendendo que a participação do PS se imporia em qualquer Governo a constituir, denotando a existência de duas perspectivas divergentes naquele órgão do PSD, relativamente à actuação a ser tomada para com o PS, a qual estaria na raiz do segundo conflito intra-partidário. Cf. "Acta da 10ª reunião ordinária da Comissão Política Nacional, 13/04/77", existente no arquivo de António Sousa Franco.

Na altura da votação da "lei Barreto" decidir-se-ia, naquele órgão do PSD, por

2. Temos assim, que na base das dissenções reportadas não seriam muito marcantes as considerações de ordem ideológica, embora não neguemos que estas também existissem, mas, fundamentalmente, jogos de poder e diferentes estratégias visando a prossecução de distintos objectivos. Para Francisco Sá Carneiro, caso a sua posição viesse a vingar, isso traduzir-se-ia num reforço do seu poder no âmbito intra-partidário e num aumento da sua capacidade de negociação com o PS, para além de se conseguir promover a privatização e de tal representar uma derrota para Belém.

O facto é que a questão da reforma agrária levaria a constantes e longas reuniões da Comissão Política do PSD, entretanto realizadas. Invocando uma fuga de informação para Belém àcerca do resultado da votação havida na Comissão Polí-

---

iniciativa de Francisco Sá Carneiro e de António Sousa Franco, prosseguir uma oposição sistemática negocial (estavam de novo em curso, por iniciativa do PS, encontros de delegações dos dois partidos), até se conseguir um acordo global. Cf. "Acta da 13ª reunião extraordinária da Comissão Política Nacional 11/07/77", consultada no mesmo arquivo.

Francisco Sá Carneiro viria a recusar-se a votar a lei em questão pelos motivos já aqui referidos, não estando sequer presente na Assembleia no momento da respectiva votação. Cf. "Notícia da ausência do Dr. Sá Carneiro na Assembleia da República dia 21 de Julho de 1977" (publicada no *Expresso*, nº 247, de 23 de Julho de 1977), em *Francisco Sá Carneiro, Textos*, 4º Volume, 1975-1977, Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1984, pp. 661-662. Para Francisco Sá Carneiro, seria suficiente a abstenção do PSD para que a lei fosse aprovada, sendo essa a posição que defendera na reunião da Comissão Política e na reunião conjunta deste órgão com o Grupo Parlamentar pouco antes da votação (veja-se a nota anterior); tal não aconteceu, votando o Grupo Parlamentar do partido favoravelmente a lei em questão no dia 21 de Julho de 1977, na sequência da decisão maioritária (11 votos a favor, 5 contra e 2 abstenções), tomada na reunião da Comissão Política do partido. Cf. "Acta da 16ª reunião da Comissão Política Nacional, 20/07/77", também disponível no arquivo acima mencionado;

Na reunião com o Grupo Parlamentar, 54 dos presentes manifestar-se-iam a favor da lei, 8 pela abstenção e nenhum contra. Na sua "declaração de voto" proferida naquela reunião, Francisco Sá Carneiro defenderia que a legislação em causa devia passar sem o voto favorável do PSD, visto não estar em harmonia com os princípios sociais-democratas, indo além do Programa do partido e da própria Constituição.

tica(824), maioritariamente a favor da lei da reforma agrária, mas à qual se tinha oposto totalmente, Francisco Sá Carneiro decidiria, por se sentir manietado nessa questão, a não prosseguir as negociações com o PS dos pontos ainda em discussão, vindo a delegar em António Barbosa de Melo e em António Sousa Franco essa tarefa.

As divergências entre as duas facções tornavam-se, assim, bem explícitas. Adiante veremos como estas diferentes

---

Cf. "Declaração de voto" de Francisco Sá Carneiro apensa à "Acta da reunião conjunta da Comissão Política Nacional e do Grupo Parlamentar, 21/07/77", existente no arquivo supra referido.

(824) Reunida em dias consecutivos, a Comissão Política teria, na véspera da votação da "lei Barreto", duas reuniões decisivas e no próprio dia da votação outras duas, sendo uma delas conjunta com o Grupo Parlamentar. Na primeira, reportada na nota anterior, Francisco Sá Carneiro fora derrotado no seu propósito e seria essa sua posição que teria transpirado para Belém. Cf. "Acta da 17ª reunião extraordinária da Comissão Política Nacional 20/07/77", *in* arquivo de António Sousa Franco.

Como vimos, as fugas de informação vinham já desde trás e, mesmo depois da cisão de Aveiro, continuariam a suceder, sendo objecto de constante análise na Comissão Política. Veja-se, por exemplo, a referência às mesmas reportada por Joaquim Magalhães Mota na "Acta da 6ª reunião ordinária da Comissão Política, 19/01/77", o ofício a pedir um inquérito, elaborado por Rui Machete e Amândio de Azevedo, analisado na reunião do Comité Permanente e da Comissão Política, na "Acta da reunião do Comité Permanente da Comissão Política", de 15 de Março de 1977, a "Acta da 10ª reunião extraordinária da Comissão Política, 2/04/77" e a deliberação do Comité Permanente de colocar o problema do inquérito à Comissão Política. Cf. "Acta do Comité Permanente da Comissão Política", de 24 de Março de 1977 e as diversas exigências nesse sentido formuladas na reunião de 20 de Julho de 1977, referida no início desta nota.

A 28 de Julho seria o assunto retomado por António Barbosa de Melo, tendo Joaquim Magalhães Mota proposto, no seguimento de anterior exigência feita por Pontes Leça, a abertura de um inquérito às inconfidências sobre as deliberações tomadas na reunião de 19 do mesmo mês. Cf. "Acta da 16ª reunião ordinária da Comissão Política Nacional 28/07/77", *in* arquivo de António Sousa Franco.

Numa reunião posterior e em face de novas inconfidências saídas do Comité Permanente deliberar-se-ia oficiar ao Conselho de Jurisdição para o rápido andamento do inquérito (Cf. "Acta do Comité Permanente", de 10 de Outubro de 1977) vindo depois a ser decidido, por unanimidade, não voltarem a ser distribuídas as actas das reuniões da Comissão Política (Cf. "Acta da 20ª reunião ordinária da Comissão Política Nacional, 8/11/77"), deliberação retomada na primeira reunião da nova Comissão Política realizada em 1 de Fevereiro de 1978. Cf. "Acta da reunião da Comissão Política Nacional, de 1/02/78"; uma e outras destas actas seriam consultadas no arquivo supra reportado.

opções estratégicas, por ora apenas delineadas, seriam alvo de maximização tal, que acabariam por conduzir ao deflagrar do segundo grande conflito intra-partidário, para além da tensão permanente que instalariam a nível do sistema político mais vasto.

Embora um certo mal-estar interno, ainda incipiente, já se viesse a fazer sentir, como vimos, desde o Conselho Nacional de Braga, os acontecimentos acima reportados viriam dar um novo incremento a essas tensões, disso se ressentindo o Conselho Nacional de Viana do Castelo, realizado no início de Julho de 1977(825).

Apesar de, aí, se ter ainda pretendido aparentar um clima de concordância, isento de grandes oposições de fundo,

---

(825) O Conselho Nacional de Viana do Castelo reuniria no dia 2 de Julho de 1977, tendo presidido aos seus trabalhos, por impedimento continuado de Nuno Rodrigues dos Santos, o Vice-Presidente José António Vieira da Cunha, assessorado por Artur Nobre e secretariado por Maria Virgínia Estorninho e Manuel Moreira. Na reunião em causa levantar-se-ia certa polémica perante a decisão tomada pela Comissão Política Nacional quanto à criação da Convergência Democrática, julgada inoportuna por alguns dos Conselheiros que prefeririam uma aliança preferencial com o PS. Cf. "Acta do Conselho Nacional, de 2 de Julho de 1977", in *Livro de Actas do Conselho Nacional*, Serviços de Documentação do PSD, pp. 75-90, especialmente pp. 81-86 e *Povo Livre*, nº 155, de 6 de Julho de 1977, p. 2.

Vejam-se as gravações existentes nos Serviços de Documentação do PSD dos trabalhos daquela reunião, assim como o teor do "Comunicado do Conselho Nacional" em causa, aprovado por unanimidade a 3 de Julho de 1977; a descrição genérica dos respectivos trabalhos encontra-se publicada no *Povo Livre*, nº 155, de 6 de Julho de 1977, pp. 2 e 3. Vejam-se, ainda, as opiniões formuladas em idêntico sentido por Joaquim Magalhães Mota e António Barbosa de Melo ao programa da RDP "Contraponto" no *Povo Livre*, nº 155, de 6 de Julho de 1977, pp. 6, 7 e 14.

Veja-se a resposta no sentido da inexistência, então, de divergências internas, fornecida por Francisco Sá Carneiro a uma pergunta formulada por um jornalista de *O País*, em entrevista realizada a 8 de Julho de 1977, sobre a ausência nesse Conselho Nacional de um conjunto de elementos da zona de Lisboa, (entre outros, Francisco Pinto Balsemão e Marcelo Rebelo de Sousa, que não compareceriam na reunião do Conselho) e, também, sobre a questão de se vir a prefigurar uma aliança preferencial do partido com o PS, ambos temas que o Presidente do PSD dessacralizaria por completo. Cf. *Francisco Sá Carneiro, Textos*, 4º Volume, 1975-1977, Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1984, p. 657.

nova reunião extraordinária do Conselho Nacional seria marcada exclusivamente com o fim de resolver a problemática interna levantada por aquela lei(826). Esta reunião(827) fora marcada na sequência da decisão tomada pelo Comité Permanente da Comissão Política Nacional e pela própria Comissão Política, reunida no mesmo dia e na qual se optara maioritariamente pelo voto favorável da lei da reforma agrária, tendo aí, como já vimos, sido derrotado Francisco Sá Carneiro, que advogava a abstenção do PSD relativamente a essa legislação.

---

(826) O novo Conselho Nacional do PSD reuniria em Lisboa a 20 de Julho de 1987. Veja-se, para além da "Acta" dessa reunião, transcrita no *Livro de Actas do Conselho Nacional*, Serviços de Documentação do PSD, pp. 90-101, o Comunicado respectivo, no qual, perante as diferentes posições de voto em perspectiva no que se refere à "lei Barreto", e por proposta de José Bento Gonçalves, aprovada por 16 votos a favor, 11 contra e 17 abstenções, se deliberaria conceder à Comissão Política Nacional em reunião conjunta com o Grupo Parlamentar, os poderes para decidir quanto ao sentido a imprimir ao voto, recomendando, simultaneamente, "(...) uma posição de não identificação com a lei caso se não obtenham ainda resultados que (...) traduzam uma melhoria significativa do texto". A proposta de José Bento Gonçalves fora um aditamento a uma proposta de José Manuel Sérvulo Correia, no sentido do Conselho Nacional deliberar conceder à Comissão Política poderes para decidir quanto à orientação do voto, proposta aprovada por 44 votos a favor e 3 abstenções. Cf. *ibidem*, pp. 96 a 100 e o "Comunicado da Mesa do Conselho Nacional do PSD", Lisboa, 20 de Julho de 1977, no *Povo Livre*, nº 158, de 27 de Julho de 1977, p. 3.

Veja-se, aqui, não só a nota 822, na qual se fundamentam as posições assumidas nas diversas reuniões da Comissão Política quanto à "lei Barreto", mas, também, o Comunicado daquele Conselho Nacional, no qual se analisa a evolução dos acontecimentos com ela relacionados desde o Conselho Nacional do PSD de Viana do Castelo realizado no início de Julho desse ano.

(827) Esta reunião teria lugar a 20 de Julho. No mesmo Conselho Nacional, aliás como se verificara na reunião da Comissão Política do dia anterior, a maioria dos intervenientes, alegando razões de Estado, de estratégia político-partidária ou de fundamentação ideológica da lei em causa, advogariam o voto favorável à mesma. Tais seriam, por exemplo, as posições tomadas por António Leite de Castro, José Manuel Sérvulo Correia, Manuel Costa Andrade, Luís Nandim de Carvalho, António Chagas, José Bento Gonçalves, António Rebelo de Sousa, Joaquim Magalhães Mota, Afonso Moura Guedes, José Ferreira Júnior, Olívio França, Tomás Oliveira Dias, Rui Machete, José Vitorino, Joaquim Pinto da Silva, Fernando Pinto e Artur Cunha Leal. Pelo contrário, Pedro Roseta, Amândio de Azevedo, Joaquim António da Mota Veiga, Mário Lopes e António Lacerda pronunciar-se-iam pela abstenção, na sequência da posição assumida por Francisco Sá Carneiro. Cf. "Acta do Conselho Nacional de 20 de Julho

As decisões aí tomadas viriam, conforme já reportado, a ser ventiladas na imprensa diária e semanal, ficando o diferendo interno no PSD relativamente à lei da reforma agrária e à derrota sofrida por Francisco Sá Carneiro do domínio da opinião pública(828). Tais fugas de informação, por só poderem partir de alguém da Comissão Política Nacional(829), cujas reuniões, do foro decisional interno do partido, eram do exclusivo conhecimento dos seus membros, viria a piorar significativamente a já deteriorada situação interna.

Embora para Francisco Sá Carneiro e os seus mais direc-

---

de 1977", *in Livro de Actas do Conselho Nacional*, Serviços de Documentação do PSD, pp. 95 a 99. Manuel Costa Andrade proporia a exclusão, à partida, do voto contra, posição que seria derrotada com 27 votos contra, 7 a favor e 14 abstenções. Cf. *ibidem*.

Na reunião da Comissão Política com o Grupo Parlamentar, levada a efeito no próprio dia da votação, seria de novo decidido, conforme já vimos, votar a favor da lei.

(828) O facto de as decisões tomadas na referida reunião da Comissão Política Nacional se terem tornado públicas suscitaria a crítica de diversos Conselheiros, os quais considerariam tal facto, como Francisco Sá Carneiro o fizera já, condicionador das negociações ainda a realizar. Cf. "Acta do Conselho Nacional de 20 de Julho de 1977", *in Livro de Actas do Conselho Nacional*, Serviços de Documentação do PSD, pp. 95 a 98, motivando, mesmo, a abertura de um inquérito para aclarar a situação. Veja-se, sobre o assunto, a nota 824 desta dissertação.

(829) Como já referimos atrás, essas inconfidências vinham desde 1975. Nos finais de 1977 a situação agravar-se-ia, sobretudo a partir da reunião na qual se votara a posição a tomar relativamente à "lei Barreto", o que desencadearia um processo de desconfianças pessoais e de propostas de levantamento de um inquérito a realizar pelo Conselho de Jurisdição para apurar responsabilidades.

Tal inquérito viria a ser conduzido por José Manuel Menéres Pimentel, mas mostrar-se-ia sempre inconclusivo, levando à suspeita de, pelo menos nalguns casos, se poder atribuir as fugas a Francisco Sá Carneiro, que as canalizaria via Conceição Monteiro para o jornalista Nuno Antas de Campos do *Jornal de Notícias* do Porto. Embora não se tivesse conseguido confirmar tal hipótese, cremos que, nessa eventualidade, o seu objectivo seria o de poder tornar pública a sua opinião no concernente a determinados assuntos, opinião essa divergente da maioria da direcção política do partido, evidenciando essa discordância e provocando a sucessão de acontecimentos que se seguiriam. Veja-se, sobre o impacte intra-partidário das inconfidências em causa, o artigo de CÉSAR MANUEL CAMACHO, "PSD por dentro em foco numa semana quente", no *Expresso*, nº 247, de 23 de Julho de 1977, p. 4.

tos apoiantes a decisão tomada quanto à lei da reforma agrária se apresentasse como um erro táctico considerável, especialmente enquanto indiciadora de um ponto de vista estratégico que se estava a delinear e do qual discordava por completo, para outros dirigentes a resolução tomada fora indubitavelmente a melhor(830), principalmente atendendo aos circunstancialismos da altura. Nesta perspectiva as negociações realizadas com o PS viriam a ter mais probabilidades de conseguirem obter resultados positivos para o PSD.

Desde Setembro que as negociações com o PS estavam no fulcro das preocupações da Comissão Política Nacional do PSD, no quadro do delineamento das linhas fundamentais da estratégia a ser prosseguida. Francisco Sá Carneiro, como Rui Machete e António Barbosa de Melo, rejeitariam logo de início a hipótese de um contrato de legislatura, visto como uma pseudo panaceia para a crise, enquanto Francisco Balsemão entenderia não ser de pôr totalmente de parte tal eventualidade, dada a hipótese, que se vinha a prefigurar, de constituição de um partido presidencial, considerando que um contrato de sessão

---

(830) Sobre a repercussão, considerada positiva para o PSD, da votação da "lei da reforma agrária, veja-se o artigo de MARCELO REBELO DE SOUSA, "Um voto inteligente contra a bipolarização política", no *Expresso*, nº 247, de 23 de Julho de 1977, p. 2.

Um dos argumentos invocados nesse sentido seria o do PSD ver assim aprovada a legislação por si proposta quanto ao arrendamento rural. Cf. artigo de PEDRO ROSETA, "O fim do Gulag português", no *Povo Livre*, nº 158, de 27 de Julho de 1977, p. 5 e o "Dossier especial da Lei do Arrendamento Rural", no *Povo Livre*, nº 163, de 31 de Agosto de 1977, p. I a VIII.

Para Francisco Sá Carneiro a legislação em causa seria igualmente aprovada, mesmo que o PSD se viesse a abster na "lei Barreto", tal como deixaria expresso na sua "Declaração de voto", apensa à "Acta da reunião conjunta da Comissão Política Nacional e do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, 21/07/77", existente no arquivo de António Sousa Franco.

legislativa seria, à altura, a única solução possível(831).

Ao PSD apresentava-se, então, um leque de opções não muito conciliáveis entre si. Por um lado, surgia a hipótese de vir a ocupar, ou não, o lugar de charneira dentro de uma coligação tripartida; por outro, a opção por António Ramalho Eanes ou pelo PS; por outro, ainda, a de precipitar a queda total dos socialistas aproveitando-se do vazio assim criado para ocupar o poder. Pelo PSD passava pois, na altura, a saída para a crise, tornando-se então mais evidente o papel fundamental do mesmo no processo de tomadas de decisão do poder político.

Depois de abandonadas outras hipóteses, como a de apoiar um eventual Governo PS com independentes ou um hipotético Governo de confiança presidencial extra-partidário, procurar-se-ia conseguir uma aliança tripartida (PSD/PS/CDS) mantendo as eleições na data normal prevista e decidindo-se, por maio-

---

(831) Numa primeira fase e depois de diversas tentativas para obter o apoio dos sociais-democratas ao seu Governo, Mário Soares proporia um contrato de legislatura, o qual, como vimos, o PSD recusaria, dado não estar disposto a celebrar qualquer acordo a não ser dentro de uma perspectiva de substituição da fórmula em vigor, na sequência da estratégia defendida por Francisco Sá Carneiro. Vejam-se os principais pontos da "Proposta de orientação estratégica" apresentada em exposição de Francisco Sá Carneiro, respectivamente ao Comité Permanente para os Assuntos Governativos e à Comissão Política Nacional, no *Expresso*, nº 254, de 10 de Setembro de 1977, p. 1, o depoimento no mesmo sentido fornecido por Rui Machete ao *Povo Livre*, nº 165, de 14 de Setembro de 1977, p. 3, assim como o "Comunicado da Comissão Política Nacional", datado de 7 do mesmo mês e igualmente aí publicado; veja-se, especialmente, a "Acta da 18ª reunião ordinária da Comissão Política Nacional, 7/09/77", onde seriam tomadas essas deliberações, existente no arquivo de António Sousa Franco,.

Sobre as diligências efectuadas pelo PS no sentido de obter o acordo com o PSD e as causas e os efeitos da resposta negativa deste partido, veja-se o artigo de MARCELO REBELO DE SOUSA, "As causas e os efeitos do 'não' ao 'contrato de legislatura' do PSD", publicado no *Expresso*, nº 254, de 10 de Setembro de 1977, p. 2.

ria, iniciar as negociações com os socialistas(832).

Como Francisco Sá Carneiro considerasse os acordos em questão insuficientes e, fundamentalmente, pusesse toda a estratégia que lhes estava subjacente em causa, a situação interna ir-se-ia agravando progressivamente até que, na impossibilidade de fazer vingar os seus pontos de vista e de se impôr dentro da Comissão Política do seu partido, o Presidente do PSD pediria a demissão do respectivo cargo(833).

---

(832) Cf, respectivamente a "Acta da 18ª reunião extraordinária da Comissão Política Nacional 11/10/77" e a "Acta da 21ª reunião ordinária da Comissão Política Nacional 3/11/77". Nesta última reunião deliberar-se-ia por 10 votos a favor e 3 abstenções estabelecer negociações com o PS, mas não com o Governo; o início dessas conversações seria votado com 11 votos a favor, 2 abstenções e 1 voto contra. Cf, *ibidem*.

Seria aí igualmente decidido adiar os encontros formais com o CDS, por 11 votos a favor, 2 abstenções e 1 voto contra. Cf, *ibidem*. Veja-se, igualmente, apensa a esta última acta a "Observação", da autoria de António Barbosa de Melo, datada de 17 de Novembro de 1977, na qual este dirigente declararia não se poder deixar de aceitar o princípio negocial (sublinhado no texto) e ser de suspender "(...) por um período côngruo necessariamente curto, a nossa decisão (...) de apresentarmos peremptoriamente até 20 de Novembro, uma Moção de Censura na Assembleia da República". Veja-se igualmente o "Comunicado da Comissão Política Nacional do PSD, de 3 de Novembro de 1977, Serviços de Documentação do PSD, emitido naquela reunião e as notícias sobre a mesma no *Expresso*, nº 262, de 5 de Novembro de 1977, p. 1.

(833) A demissão de Francisco Sá Carneiro, apresentada primeiro no âmbito do Comité Permanente, reunido a 7 de Novembro de 1977, (Cf. "Acta da reunião do Comité Permanente da Comissão Política", de 7 de Novembro de 1977), tinha já antecedentes, aquando das fugas de informação da Comissão Política por altura da votação da "lei Barreto", tendo então Francisco Sá Carneiro recusado presidir ao Comité Permanente. Cf. "Acta da reunião do Comité Permanente da Comissão Política Nacional, de 25 de Julho de 1977 (1ª reunião)"; as duas actas referidas encontram-se no arquivo de António Sousa Franco.

A demissão em causa seria, depois, objecto de debate na Comissão Política, reunida no dia seguinte para tratar do assunto. Aí, Joaquim Magalhães Mota, Amândio de Azevedo e António Barbosa de Melo informariam sobre a evolução dos acontecimentos ligados à anunciada demissão, tendo-se decidido por declarar igualmente demissionária a Comissão Política, por 13 votos a favor, 1 contra e 2 abstenções. Deliberar-se-ia, igualmente, designar uma delegação, composta por Nuno Rodrigues dos Santos, António Barbosa de Melo e Joaquim Magalhães Mota, com o fim de demover o Presidente do partido daquele seu propósito, para além de se ter decidido convocar uma reunião do Conselho Nacional e do Congresso, (votado por unanimidade) e divulgar um comunicado (também decidido unanimemente), explicando

Nesta decisão de Francisco Sá Carneiro parecem ter desempenhado papel fundamental outros elementos que não os de foro exclusivamente interno, entre os quais a suposta incapacidade dialéctica daquele dirigente, no entender dos seus opositores, perante uma Comissão Política onde não conseguiria impor as suas directivas. Outros motivos que teriam eventualmente pesado naquela decisão prender-se-iam com o andamento da situação política, também condicionada por questões que ultrapassavam o âmbito estritamente nacional. Embora o Presidente demissionário do PSD não se lhes tenha referido explicitamente(834), tornar-se-ia notório estar a problemática em causa no fulcro das suas preocupações, podendo a mesma ter despoletado uma tendência que se vinha já a acentuar.

Apesar da polémica iminente, a situação viria a ser protelada para o Conselho Nacional, que entretanto reunira em

---

as decisões tomadas, salvo a de tentar demover Francisco Sá Carneiro do seu pedido de demissão. Cf. "Acta da 20ª reunião extraordinária da Comissão Política Nacional 8/11/77" e "Comunicado da Comissão Política Nacional", de 8 de Novembro de 1977, apenso à mesma, documentos consultados no arquivo supra reportado.

(834) Veja-se, neste capítulo, o teor do discurso proferido por Francisco Sá Carneiro ao Conselho Nacional de Bragança realizado dias depois e as suas afirmações posteriormente assumidas, em FRANCISCO SÁ CARNEIRO, *Ipasse*, Lisboa, Edições Macroplan, 1978.

Note-se, igualmente, que as divergências entre aquele dirigente do PSD e o Presidente da República se iniciariam pouco antes; vejam-se as críticas por ele tecidas a António Ramalho Eanes, por este estar, em sua opinião, a apoiar demasiado o PS, na "Acta da 18ª reunião ordinária da Comissão Política 7/09/77", existente no arquivo de António Sousa Franco, críticas nas quais seria seguido por diversos membros daquele órgão já preocupados em tornar público um comunicado no qual se sobrevalorizasse o papel dos partidos políticos.

O discurso proferido pelo Presidente da República a 15 de Outubro de 1977, na Assembleia da República, funcionaria como detonador daquilo que viria a consistir uma relação tempestuosa entre este e Francisco Sá Carneiro, dado apontar, aí, para a construção de uma "Democracia socialista" e daquele vir progressivamente a demonstrar, na prespectiva deste último, a influência exercida por Ernesto Melo Antunes, especialmente no campo da política externa.

Bragança(835), pronunciando-se este de acordo com a reunião anterior daquele órgão(836), ou seja, na linha de Francisco Sá Carneiro. Recusando-se a proposta do PS, encarar-se-ia mesmo, aí, a hipótese de se poder vir a apresentar uma Moção de Censura ao Governo, caso este último partido não aceitasse a constituição de uma nova fórmula governamental. Essa fórmula, que o PSD vinha desde há tempo a defender, deveria ser maioritariamente apoiada e com base nos termos de uma plataforma global a realizar entre o PS, o CDS e o PSD.

Embora permanecesse este o fulcro da estratégia então reafirmada, a Comissão Política Nacional do PSD tinha-se, posteriormente, afastado desta orientação e invocando tal motivo, Francisco Sá Carneiro acabaria por abrir a crise ao abandonar os cargos de direcção do partido, mantendo-se, no entanto,

---

(835) O Conselho Nacional de Bragança reuniria em 15 de Outubro de 1977, tendo contida na respectiva ordem de trabalhos a análise da situação política e da actuação do partido. Cf. "Convocatória do V Conselho Nacional/77", in *Povo Livre,* nº 166, de 21 de Setembro de 1977, p. 1. A organização dos trabalhos seria proposta na reunião do Comité Permanente realizada quatro dias antes. Cf. "Acta da reunião do Comité Permanente da Comissão Política Nacional", de 12 de Outubro de 1977, consultada no arquivo de António Sousa Franco.

(836) Veja-se o texto final relativo à via estratégica aprovada, aliás na sequência do Conselho Nacional de Viana, constante na "Acta do Conselho Nacional" de 15 de Outubro de 1977, *in Livro de Actas do Conselho Nacional,* Serviços de Documentação do PSD, pp. 108-115 assim como as "Conclusões" desse Conselho Nacional publicadas no *Povo Livre,* nº 170, de 19 de Outubro de 1977, pp. 3-5 e a síntese das mesmas, divulgada a 16 de Outubro de 1977 através de documento interno. Cf. "Documentos do V Conselho Nacional/77", Serviços de Documentação do PSD, que inclui o resumo das conclusões, a entrevista de Francisco Sá Carneiro ao *Jornal de Notícias* e um extracto das declarações deste, de Joaquim Magalhães Mota e de António Sousa Franco na conferência de imprensa dada em Bragança a 16 de Outubro de 1977.

O prazo para a resposta do PS terminaria a 31 de Outubro, findo o qual avançaria a apresentação de uma Moção de Censura na Assembleia da República. Veja-se sobre este assunto o *Expresso,* nº 261, de 29 de Outubro de 1977, pp. 1 e 3.

como colaborador do órgão oficial respectivo(837).

3. No período que decorreu do Conselho Nacional de Bragança à efectiva demissão de Francisco Sá Carneiro, outros incidentes funcionariam como detonadores da crise em gestação e que apressariam aquela atitude do militante nº 1 do PSD. Entre esses incidentes contar-se-ia uma entrevista concedida por António Sousa Franco, à revelia do decidido no Comité Permanente da Comissão Política do partido(838), tal como a fuga de informações para a imprensa àcerca do conteúdo da reunião da Comissão Política onde Francisco Sá Carneiro fora derrotado, para além do facto de nesse órgão se ter optado por uma estratégia com a qual Francisco Sá Carneiro estava em profundo desacordo e que, no seu entender, ía contra o deliberado pelo Conselho Nacional do partido.

---

(837) A colaboração de Francisco Sá Carneiro no *Povo Livre*, far-se-ia através de uma coluna quinzenal, tendo publicado quatro textos, respectivamente sob o título "Aos militantes", *in Povo Livre*, nº 174, de 16 de Novembro de 1977, pp. 3, 4 e 5, "O impasse", *in Povo Livre*, nº 175, de 23 de Novembro de 1977, p. 16 "O retrocesso", *in Povo Livre*, nº 179, de 21 de Dezembro de 1977 p. 16; um quinto artigo, sob o título "Indiferença" não viria a ser publicado por decisão da directora daquele órgão, Helena Roseta, agravando-se assim a situação contenciosa entre o seu autor e a direcção do PSD. Veja-se o artigo em causa o qual, aliás como os restantes aqui referidos, seria publicado em FRANCISCO SÁ CARNEIRO, *Impasse*, Lisboa, Edições Macroplan, 1978.

(838) Cf. Entrevista à "Revista" do *Expresso*, nº 262, de 5 de Novembro de 1977, pp. 1-R, 2-R e 3-R, na qual António Sousa Franco defenderia uma posição apesar de tudo não muito distante da de Francisco Sá Carneiro quanto às negociações com o PS, tendo em conta o objectivo estratégico pretendido por esta facção. Na reunião do Comité Permanente ter-se-ia deliberado evitar declarações à imprensa por parte de qualquer dos membros da Comissão Política, de molde a que após a reunião da Comissão Política Nacional fosse anunciada a posição oficial do partido. Cf. "Acta da reunião do Comité Permanente da Comissão Política Nacional", de 31 de Outubro de 1977, existente no arquivo de António Sousa Franco.

A notícia em questão sairia no *Jornal de Notícias* do Porto, nela se acentuando a derrota política sofrida por Francisco Sá Carneiro e apontando-se, mesmo, o resultado das votações. Veja-se o facto em causa reportado no *Expresso*, nº 263, de 12 de Novembro de 1977, pp. 3 a 5.

A controvérsia interna que assim se avolumava, teria os seus momentos mais gravosos aquando da decisão tomada em duas reuniões sucessivas da Comissão Política Nacional, nas quais este órgão em exercício se considerara demissionário, decidindo suspender todas as actividades públicas do partido até à realização do Conselho Nacional seguinte(839). Os motivos que estariam na base desta demissão prendiam-se com a reconhecida impossibilidade de funcionamento nas circunstâncias que se vinham a processar, considerando-se que Francisco Sá Carneiro não manifestava, nas reuniões daquele órgão, qualquer capacidade de diálogo e que em face de não conseguir aí impor-se, desde a maratona legislativa de Julho desse ano que vinha sucessivamente a tornar públicas essas divergências, tornando-se tal situação insustentável.

Do ponto de vista de Francisco Sá Carneiro, o partido estava a adoptar atitudes com as quais discordava por completo e tanto a despedida que fizera dos funcionários na sede nacional do partido a 10 de Novembro de 1977, como as posteriores declarações ao *Povo Livre*(840) seriam, por seu lado, claramen-

---

(839) Veja-se a "Acta da 20ª reunião extraordinária da Comissão Política Nacional, 8/11/77", existente no arquivo de António Sousa Franco e o "Comunicado da Comissão Política Nacional", difundido a 9 de Novembro de 1977; veja-se, também, a "Convocatória do VI Conselho Nacional/77", no *Povo Livre*, nº 173 de 9 de Dezembro de 1977, p. 1.

(840) Veja-se o *Povo Livre*, nº 174, de 16 de Novembro de 1977, p. 3, 4 e 5, no qual o ex-Presidente do PSD diria ter-se "até ao Congresso um tempo precioso de reflexão, de análise e de esclarecimento (...)" e que "(...) a verdade vem sempre ao de cima, competindo-nos aguardar que assim suceda com total serenidade", procurando desta forma, indubitavelmente, aproveitar para difundir claramente a sua estratégia, tendo em conta o clima de descontentamento geral que então grassava.

Sobre o apelo à consciencialização geral da crise e à necessidade de a suplantar segundo as teses de Francisco Sá Carneiro, veja-se o editorial de HELENA RO-

te indicadoras do seu propósito firme de, naquelas circunstâncias, não continuar a exercer o cargo máximo do PSD.

No Conselho Nacional seguinte, ao contrário do que poderia parecer, só se protelou o diferendo em potência entre as duas facções, deliberando-se, aí, reunir um Congresso extraordinário do partido(841) e designando-se até lá uma Comissão Permanente cujo Presidente seria António Sousa Franco(842). Francisco Sá Carneiro deixaria de exercer o cargo de

---

SETA, "Quem quiser ver, que veja, quem quiser ouvir, que ouça, quem quiser entender, que entenda", *in idem*, p. 2.

Esta estratégia de antecipação e liderança dos acontecimentos políticos, a partir do encabeçamento da ruptura em face do PS e do PR, como resultado do clima de descontentamento público então já nítido parece ter surgido na sequência da tese defendida por MARCELO REBELO DE SOUSA no artigo "Dois temas e dois homens a merecerem reflexão", *in Expresso*, nº 263, de 12 de Novembro de 1977, pp. 2, 3 e 16, no qual apela claramente para Francisco Sá Carneiro actuar nesse sentido.

(841) O VI Conselho Nacional realizar-se-ia no Hotel Altis, em Lisboa, a 10 e 11 de Novembro de 1977. Veja-se a "Acta" da referida reunião no *Livro de Actas do Conselho Nacional*, Serviços de Documentação do PSD, pp. 115-136; o "Comunicado" final e as respectivas "Conclusões" encontram-se no *Povo Livre*, nº 174, de 16 de Novembro de 1977 pp. 1 e 3.

O "Calendário" e o "Regulamento" do Congresso seriam apresentados no *Povo Livre*, nº 174, de 16 de Novembro de 1977, respectivamente na p. 6 e 14. A forma de rateio dos Delegados ao V Congresso sairia no *Povo Livre*, nº 176, de 30 de Novembro de 1977 e o mapa dos Delegados por Distrito, no *Povo Livre*, nº 177, de 7 de Dezembro de 1977, p. 16.

(842) Tendo aparecido uma única lista, seria a mesma aprovada, ficando Joaquim Magalhães Mota como Vogal, acumulando com o cargo de Secretário-Geral; da referida Comissão fariam ainda parte António Marques Mendes, Artur Cunha Leal, José António Furtado Fernandes, José Manuel Sérvulo Correia, dois representantes da JSD e dois elementos a designar pelas Comissões Políticas dos Açores e da Madeira, podendo ainda vir a agregar outros militantes julgados úteis ao exercício das suas funções. Cf. "Acta do Conselho Nacional de 10 de Novembro de 1977", *in Livro de Actas do Conselho Nacional*, Serviços de Documentação do PSD, pp. 136 e o "Comunicado final" do VI Conselho Nacional, no *Povo Livre*, nº 174, de 16 de Novembro de 1977, pp. 1 e 14.

No documento em questão, e no que se refere à agregação de outros militantes, são especialmente referidos os nomes de Francisco Sá Carneiro e de António Barbosa de Melo e a eventualidade de outros membros do órgão demissionário poderem vir também a ser agregados, respectivamente segundo propostas de aditamento apresentadas uma, por António Sousa Franco e uma outra, por diversos membros presentes, aditamentos esses à "Proposta de Barbosa de Melo para a resolução do problema po-

Presidente do partido(843), conquanto no plano formal(844) a sua posição de liderança saísse então reafirmada. Até ao Congresso seguinte haveria tempo para procurar uma solução que, no plano estatutário, viesse eventualmente a servir a Francisco Sá Carneiro, enquanto na Comissão Permanente permaneciam os seus principais opositores.

Após a queda do I Governo Constitucional, devido à rejeição da Moção de Confiança apresentada(845), o PSD reuniria novo Conselho Nacional(846), no qual se deliberaria no sentido de só haver duas saídas possíveis: ou um acordo PSD/PS/CDS ou a convocação de eleições antecipadas. Esta última seria con-

---

lítico-partidário apreciado pelo Conselho Nacional na sua reunião de 10 e 11 de Novembro de 1977", datado de 11 de Novembro de 1977, Serviços de Documentação do PSD, sobre o qual se fundamentaria aquele comunicado.

(843) Veja-se, sobre o assunto, a mensagem, já reportada, de Francisco Sá Carneiro aos militantes do PSD, sob o título "Mensagem de Sá Carneiro. Quando atitudes claras denunciam situações ambíguas, desvanecem-se a desesperança, a apatia e o desinteresse", difundida nas páginas do *Povo Livre*, nº 174, de 16 de Novembro de 1977, pp. 1 e 3.

(844) Cf. a "Moção" apresentada por Helena Roseta e Pedro Roseta datada de 11 de Novembro de 1977 e publicada no *Povo Livre*, nº 174, de 16 de Novembro de 1977, p. 14, no sentido da reafirmação da confiança na pessoa de Francisco Sá Carneiro. Vejam-se, igualmente, as inúmeras mensagens de apoio a Francisco Sá Carneiro para que não se demitisse do partido *in idem*, p. 16 e nos Serviços de Documentação do PSD..

(845) O I Governo Constitucional cairia a 8 de Dezembro de 1977. Vejam-se a análise crítica da proposta do PS e do Governo, a resposta do PSD e a sua proposta, assim como a intervenção dos Deputados sociais-democratas aquando do debate da Moção de Confiança apresentada pelo I Governo Constitucional e respectiva declaração de voto em *Resposta à Crise*, Lisboa, PSD, Serviços de Informação e Relações Públicas, I e II vol., s.d..

(846) A "Convocatória" e a "Ordem de trabalhos" respectiva seriam fixadas no *Povo Livre*, nº 176, de 30 de Novembro de 1977, p. 1, constando fundamentalmente da última a preparação do V Congresso e a análise da situação político-partidária.

siderada, contudo, como a solução mais remota(847).

Enquanto decorriam as primeiras conversações para a constituição do novo Governo, sucediam-se comunicados e declarações várias do PSD(848) quanto ao andamento das mesmas, esperando a facção encabeçada por António Sousa Franco vir a obter um acordo privilegiado com o PS. Esta facção votara contra a Moção de Confiança do Governo PS, na eventual convicção de que viria a ser possível um acordo PSD/PS para o Executivo seguinte, o qual era, aliás, um dos cenários que se prefigurava como possível. Dada a diferente evolução do processo, a aproximação progressiva do PS relativamente ao CDS(849) e o decisivo distanciamento do PSD quanto a este partido(850), tornar-se-ia ainda mais dramática a situação intra-partidária

---

(847) O VII Conselho Nacional de 1977 reuniria em Lisboa a 9 e 10 de Dezembro. Veja-se a "Acta" da referida reunião no *Livro de Actas do Conselho Nacional*, Serviços de Documentação do PSD, pp. 137-147, bem como as gravações existentes dos respectivos trabalhos aí existentes e as "Conclusões" respectivas no *Povo Livre*, nº 178, de 14 de Dezembro de 1977, pp. 3 e 4.

(848) Vejam-se, por exemplo, o "Comunicado da Comissão Permanente do Conselho Nacional do PSD", de 22 de Dezembro de 1977, as declarações de António Sousa Franco à saída do encontro da delegação do PSD com o Presidente da República, ambos publicados no *Povo Livre*, nº 180, de 28 de Dezembro de 1977, p. 3, ou as intervenções na Assembleia da República de António Sousa Franco, José Manuel Sérvulo Correia e Joaquim Magalhães Mota, publicadas na *Presença Social-Democrata*, nº 2, de 25 de Novembro de 1977, Serviço de Informação e Relações Públicas do PSD e no *Povo Livre*, nº 178, de 14 de Dezembro de 1977, pp. 10-13.

(849) Tendo em conta a crise interna no PSD, Mário Soares teria, eventualmente, tendido estabelecer uma aliança com este partido acabando por previlegiar um acordo com o CDS; aquela hipotética aliança podia, a prazo, vir a ser posta em causa, na medida em que assentava apenas na estratégia de uma das facções internas dos sociais-democratas.

(850) A Convergência Democrática veria o seu fim a 23 de Dezembro de 1977, quando o CDS recebera uma carta do PSD informando-o da decisão de suspender o acordo de consultas mútuas entre os dois partidos. Veja-se o teor da carta em questão no *Expresso*, nº 270, de 30 de Dezembro de 1977,, pp. 1 e 16.

no PSD perante a existência das duas facções: uma, maioritária no órgão decisional do partido, mas que vira a sua estratégia perder terreno tendo em conta os novos dados surgidos no processo político, em termos das oportunidades que se ofereciam aí ao PSD, outra, fundamentalmente representada por Francisco Sá Carneiro, que não obstante não detivesse formalmente o poder, procuraria minar a actuação da Comissão Política, contestando-a de fora e estando disposta a despoletar o conflito no momento que considerasse mais propício.

4. Os Conselhos Nacionais de Faro e do Penta(851) e, depois, o V Congresso, todos levados a efeito em Janeiro de 1978, constituiriam marcos fundamentais no deflagrar do conflito intra-partidário que se haveria de seguir.

---

(851) O I Conselho Nacional de 1978 reuniria por duas fases; a primeira teria lugar em Faro, a 7 e 8 de Janeiro de 1978, tendo por principal objectivo a aprovação do Regulamento do V Congresso e a elaboração de uma proposta de alteração dos Estatutos, exclusivamente quanto ao seu Capítulo III, dedicado aos órgãos nacionais, acabando por ser adiada para a segunda fase dos trabalhos, visto Francisco Sá Carneiro ter modificado a sua anterior posição relativamente ao assunto.

Francisco Sá Carneiro modificaria de facto a sua posição no que respeita aos Estatutos e a Comissão Política retiraria a sua proposta estatutária considerando que Francisco Sá Carneiro teria passado a discordar dela. Nessa medida, ficaria mais uma vez frustada a alteração estatutária a realizar, tendo-se acabado por deliberar formar uma Comissão com poderes de redacção de uma proposta nesse sentido, a submeter ao V Congresso. Cf. "Proposta de Alteração dos Estatutos", apresentada pela Comissão nomeada no 12 Conselho Nacional/78, Serviços de Documentação do PSD. Cf. "Comunicado da Comissão Permanente do Conselho Nacional", datado de 12 de Janeiro de 1978, Serviços de Documentação do PSD, no qual se justifica o facto de ter ficado o assunto em causa suspenso.

Veja-se, também, a primeira intervenção de Francisco Sá Carneiro nos trabalhos da segunda fase deste Conselho Nacional (a 14 e 15 de Janeiro no Hotel Penta em Lisboa), no qual justificaria a atitude assumida perante o desenrolar dos acontecimentos. Veja-se, igualmente, o realce dado ao facto pela imprensa da época, por exemplo no *Diário de Notícias*, em *A Capital*, no *Comércio do Porto* e no *Jornal de Notícias*, todos de 13 de Janeiro de 1978.

A "Ordem de trabalhos" encontra-se no *Povo Livre*, nº 180, de 28 de Dezembro de 1977, p. 16 e a "Acta" respectiva no *Livro de Actas do Conselho Nacional*, Serviços de Documentação do PSD, pp. 147-155; o adiamento da discussão dos Estatutos seria proposto pelo Presidente do Conselho de Jurisdição. Cf. *idem*, p. 148. Veja-se a

O primeiro seria particularmente conflituoso, devido à polémica suscitada por uma entrevista concedida por António Sousa Franco à revista *Opção*(852) sobre o que entendia serem as características sócio-ideológicas do PSD, que aumentaria consideravelmente o conflito já existente entre o seu autor e Francisco Sá Carneiro, considerando a leitura que aquele dirigente aí fazia do partido.

Na entrevista em causa, António Sousa Franco defendia existirem no PSD duas leituras tendenciais do Programa: uma, a dominante, que reputava como social-liberal e, eventualmente, sustentada pelas bases rurais do Norte e Centro do país, em princípio mais identificada com Francisco Sá Carneiro, outra, minoritária, com uma face mais socializante, representada pelos quadros urbanos e com a qual pretendia estar em sinto-

---

entrevista de António D'Orey Capucho sobre a reorganização administrativo-financeira do partido, o "Regulamento" do V Congresso e a proposta de alterações aos Estatutos, no *Povo Livre*, nº 181, de 4 de Janeiro de 1978, respectivamente p. 4-5, 5 e 6.

Dado que na primeira fase do Conselho Nacional em questão, conforme verificámos pelas gravações dos respectivos trabalhos existentes nos Serviços de Documentação do PSD, praticamente só seria abordada a problemática suscitada pela entrevista de António Sousa Franco, para além do "Regulamento" dos militantes e da análise da situação política nacional, aquele órgão reuniria de novo, como já vimos, a 14 e 15 de Janeiro no Hotel Penta, em Lisboa (II Conselho Nacional de 1978). Nesta segunda reunião prosseguiria a polémica iniciada anteriormente, manifestando-se já Francisco Sá Carneiro claramente em desacordo com a atitude de António Sousa Franco. Vejam-se, para além das gravações existentes nos Serviços de Documentação do PSD, a "Acta do Conselho Nacional de 14 de Janeiro de 1978", *in Livro de Actas do Conselho Nacional*, Serviços de Documentação do PSD, pp. 166-167, e especialmente, a transcrição das cinco intervenções de Francisco Sá Carneiro no Conselho Nacional do Penta, *in idem*, pp. 156-157 e as "Conclusões" publicadas no *Povo Livre*, nº 182, de 11 de Janeiro de 1978, pp. 1 e 3.

(852) Veja-se a entrevista em causa de António Sousa Franco na *Opção*, de 5 de Janeiro de 1978 e um comentário explicitador da mesma a que aquela personalidade viria posteriormente a proceder. Cf. "Nota final" da intervenção de António Sousa Franco no Conselho Nacional, de 15 de Abril de 1978, *in Opções Inadiáveis*, A Social-Democracia para Portugal, Lisboa, Centro do Livro Brasileiro, Julho de 1978, p. 47.

nia. Reportava, igualmente, a dificuldade de coexistências dessas duas orientações, uma rural, outra urbana, não obstante defender a imprescindibilidade da existência de ambas no seio do PSD.

O facto é que a referida entrevista causaria um enorme embate no partido, pese embora o seu autor defender que à mesma tinha sido imputado um sentido diferente daquele que lhe quisera imprimir, daí resultando uma intensa difusão e especulação na imprensa e o exacerbar da polémica pessoal com Francisco Sá Carneiro, que consideraria tal entrevista como insultuosa(853).

Simultaneamente, não fora publicado no *Povo Livre* um dos artigos quinzenais deste último devido às altas esferas do partido discordarem dos ataques aí formulados a António Ra-

---

(853) Cf. por exemplo o artigo de MARCELO REBELO DE SOUSA "De onde veio, onde está e para onde vai o PSD ou glosas a uma entrevista de Sousa Franco", na qual o autor redimensiona o tema, no *Expresso,* nº 271, de 7 de Janeiro de 1978, p. 2.

Veja-se a notícia saída no *Expresso,* nº 272, de 14 de Janeiro de 1978, pp. 1 e 12, em que é reportado o facto de Francisco Sá Carneiro ter comparecido a uma reunião do Grupo Parlamentar social-democrata na qual teceria acerbas críticas à entrevista de António Sousa Franco, mantendo no entanto o silêncio relativamente ao mesmo assunto no Conselho Nacional de Faro reunido poucos dias depois.

Vejam-se, por exemplo, as críticas tecidas por diversos Conselheiros à entrevista de António Sousa Franco durante o Conselho Nacional de Janeiro, realizado em Faro, entre as quais as proferidas por Afonso Moura Guedes, José Vitorino, Artur Nobre, Mário Montalvão Machado, António Leite de Castro e Amândio de Azevedo, enquanto outros a apoiariam, tal como Jorge Galamba Marques e Fernando Dias de Carvalho e outros, ainda, a considerariam uma leitura inteligente do partido, como seria o caso de Pedro Roseta e de Marcelo Rebelo de Sousa.

Veja-se, igualmente, a resposta de António Sousa Franco às críticas que lhe teriam sido formuladas, considerando altamente positiva a entrevista em questão. Para além das gravações existentes veja-se, a "Acta do Conselho Nacional", de 7 de Janeiro de 1978, *in Livro de Actas do Conselho Nacional,* respectivamente pp. 149-152 e 153, também existente nos Serviços de Documentação do PSD.

malho Eanes(854), concordando o seu autor em retirar o mesmo, no âmbito de uma tentativa de aguardar os acontecimentos do V Congresso do partido e das diligências internas para se superar a crise antes da sua realização(855). No fundo, Francisco Sá Carneiro hesitava, ainda, entre jogar forte no Congresso do Porto, o que acabaria por não acontecer, ou esperar um pouco mais pelo despoletar de um movimento das bases partidárias, enquanto António Sousa Franco aparecia como o líder potencial da outra linha, mas não assumindo, também, de uma forma irreversível, o conflito.

Em cada uma das facções intra-partidárias eram já nítidas certas conotações ideológicas, não se tratando apenas de optar entre um acordo ou não com o PS, ou de assumir perante o Presidente da República uma maior ou menor radicalização, mas existindo subjacente um evidente confronto mais profundo.

A crise, prenunciada quando do debate sobre a reforma agrária, eclodiria com o agravar das dissenções estratégicas entre as duas facções e com os sucessivos acontecimentos re-

---

(854) Veja-se o referido artigo, em FRANCISCO SÁ CARNEIRO, *Impasse*, Lisboa, Edições Nacroplan, s.d., pp. 39-46. No Conselho Nacional de Janeiro esta questão levantaria certa polémica, como se pode observar pela leitura da respectiva "Acta". Cf. *Livro de Actas do Conselho Nacional*, pp. 157-159, Serviços de Documentação do PSD.

(855) Na segunda fase do Conselho Nacional de Janeiro seriam diversas as tentativas para que Francisco Sá Carneiro e António Sousa Franco se pusessem de acordo. Cf. "Acta do Conselho Nacional", *in Livro de Actas do Conselho Nacional*, pp. 160-163, Serviços de Documentação do PSD. Essas negociações prosseguiriam no Porto em plena cimeira nacional dos sociais-democratas, num jantar entre Francisco Sá Carneiro, António Sousa Franco e António Barbosa de Melo levado a efeito logo no primeiro dia do Congresso, segundo nos seria confirmado pelos dois últimos (veja-se, também, o *Expresso*, nº 274, de 28 de Janeiro de 1978, pp. 1 e 3), enquanto se pretendia dar a imagem de que as dissenções seriam a "(...) expressão da liberdade interna do partido, da sua real autenticidade". Cf. *Povo Livre*, nº 138, de 25 de Janeiro de 1978, p. 3.

portados no concernente às fugas de informações, supostamente confidenciais.

Com a aproximação do Congresso, tudo isto viria ao de cima, acabando Francisco Sá Carneiro por propor a oposição frontal ao Governo PS/CDS então constituído(856), a oposição crescente a António Ramalho Eanes e uma clara definição da linha maioritária do partido em termos da sua liderança, enquanto a outra facção pretendia assumir posicionamentos de uma forma consideravelmente mais amenizada.

Tendo em conta a evolução imediatamente anterior dos acontecimentos intra-partidários, mormente a partir do conflito despoletado com a polémica entrevista de António Sousa Franco, a cimeira do Porto teria forçosamente que se apresentar tempestuosa, com as duas facções bem enraizadas na defesa das suas posições(857).

Seria um Congresso "difícil"(858), mas no qual a con-

---

(856) O II Governo Constitucional tomaria posse a 3 de Janeiro de 1978, presidindo Mário Soares à coligação PS/CDS.

(857) O V Congresso do PSD reuniria no Porto nos dias 28 e 29 de Janeiro de 1978. Vejam-se as "Conclusões" e as listagens dos nomes dos candidatos para os órgãos nacionais no *Povo Livre*, nº 185, de 1 de Fevereiro de 1978, pp. 8 e 9. Para a Mesa do Congresso, Conselho de Jurisdição Nacional e Comissão Política Nacional só concorreria uma lista, tendo ficado António Sousa Franco como Presidente deste último órgão e José Manuel Sérvulo Correia como Secretário-Geral. Para o Conselho Nacional concorreriam 5 listas: a lista A, encabeçada por Francisco Sá Carneiro só obteria 28 votos, conseguindo um lugar; a lista B, liderada por Olívio França conseguiria 117 votos, equivalendo a sete lugares; a lista C, tendo à frente Fernando Rodrigues elegeria dois Conselheiros correspondendo a 47 votos; a lista D, com António Leite de Castro à cabeça obteria 58 votos isto é, três lugares e a lista E, encabeçada por Francisco Sá Carneiro conseguiria 17 lugares, correspondentes a 279 votos. As listas concorrentes estão disponíveis nos Serviços de Documentação do PSD; os votos obtidos pelas mesas podem ser confirmados através das gravações dos trabalhos do V Congresso, aí existentes.

(858) Nas próprias palavras de José Manuel Sérvulo Correia, novo Secretário-Geral. Cf.

frontação entre as duas partes não foi, no entanto, totalmente assumida, girando a polémica entre elas em torno de dois vectores fundamentais. Em termos da liderança, dar-se-ía o abandono decisivo desta por Francisco Sá Carneiro frente à estratégia vencedora, que apontava no sentido da contemporização com o Governo PS/CDS e com o Presidente da República e da qual discordava por completo, mas em cuja votação se viria a abster. A estratégia em questão, aprovada pelo V Congresso, resultaria de uma moção apresentada por Marcelo Rebelo Sousa, eventualmente com o intuito de estabelecer a ponte entre as duas facções divergentes, protelando assim o conflito. Esta moção obteria o consenso geral, com uma única abstenção - a de Francisco Sá Carneiro(859). Tal facto suscitaria alguma confusão na assembleia de Delegados, parte dos quais teria pensado que aquela moção resultava da conciliação entre as duas facções e, daí, o consenso atingido.

Posteriormente, viria a surgir, com base nesta questão, alguma especulação sobre a forma como o debate e a votação da

---

"Revista" do *Expresso*, nº 275, de 4 de Fevereiro de 1978, p. 2-R, afirmação que pudémos igualmente comprovar através das gravações dos respectivos trabalhos existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

(859) Seria com base na circunstância de os Delegados só depois de findo o processo se terem apercebido da abstenção do ex-Presidente do partido (segundo a gravação dos trabalhos do Congresso existente nos Serviços de Documentação do PSD, a primeira interpretação dos resultados por parte da Mesa, aliás comunicada à Assembleia, fora a da aprovação por unanimidade, visto ninguém se ter dado conta daquela abstenção), que, depois, seria invocado o eventual logro daquele Congresso. Veja-se, ainda, a história da proposta em causa, assim como a explicitação dos diversos pontos do seu conteúdo, de acordo com o seu autor com o propósito de estabelecer a ponte entre as duas facções, em MARCELO REBELO DE SOUSA, "Ver mais de fora a peça", *in Expresso*, nº 327, de 3 de Fevereiro de 1979, p. 2. Para os "Sá Carneiristas" a Moção em causa, representaria, no fundo, um ataque às posições do ex-Presidente do partido e, daí, o pôr-se em causa o propósito consensual da mesma.

moção em causa se tinha processado(860), tendo em conta que não parecera ficar suficientemente claro, no entender de alguns, a existência de duas linhas distintas de orientação estratégica. Dessa forma defender-se-ia, depois, a tese de que os Congressistas teriam sido enganados(861), o que se viria a revelar condicionador dos acontecimentos seguintes.

É um facto que apesar dos termos cordatos utilizados nas intervenções tanto de Francisco Sá Carneiro, como de António Sousa Franco, ambas comportavam já aspectos suficientemente elucidativos das discrepâncias existentes entre as duas facções.

Em termos estratégicos de fundo, far-se-ia a opção por uma atitude bastante menos radicalizada do que a propugnada pelo ex-Presidente do partido, embora se afirmasse claramente uma linha estratégica de independência crítica e de oposição

---

(860) Vejam-se, a este respeito, as declarações de Francisco Sá Carneiro negando ter havido qualquer logro no Congresso em questão e enunciando as reservas que então detinha relativamente à Moção apresentada por Marcelo Rebelo de Sousa Cf. JOÃO ROSA, *Diálogos Com Sá Carneiro*, Lisboa, Edições Alfaómega, 1978, pp. 219-222. Veja-se igualmente neste capítulo, a posição de António Sousa Franco, denunciando como perniciosa a tese do "Congresso enganado", aquando da sua intervenção no Conselho Nacional do Sheraton, a 15 de Abril de 1978, *in Opções Inadiáveis*, A Social-Democracia para Portugal, Lisboa, Julho de 1978, p. 23.

(861) É um facto que no primeiro dia do Congresso do Porto, numa reunião com as Distritais, os Delegados não se teriam apercebido da verdadeira natureza das discussões e da impossibilidade de se chegar a um consenso. Conforme já atrás reportámos, Francisco Sá Carneiro, António Barbosa de Melo e António Sousa Franco, num jantar nesse mesmo dia, teriam eventualmente tentado, ainda, esse objectivo, mas perante a insistência do primeiro relativamente a poder criticar abertamente todos os órgãos de soberania, os outros dois dirigentes recusar-se-iam a ficar como Vice-Presidentes, condição que Francisco Sá Carneiro parece ter posto (segundo os testemunhos daquelas duas individualidades, que recolhemos) para regressar à Presidência do PSD, para além de ter exigido que alguns dos elementos da facção oposta fossem afasta-dos dos cargos de direcção. Veja-se, a este respeito, a entrevista concedida por este último ao *Tempo*, em 9 de Fevereiro de 1978, JOÃO ROSA, *Diálogos Com Sá Carneiro*, Lisboa, Edições Alfaómega, 1978, pp. 218-219.

firme ao novo Governo e ao Presidente da Republica.

Processar-se-ia, ainda, um reajustamento orgânico da estrutura interna do partido e a ascensão aos cargos de liderança de uma equipa chefiada por António Sousa Franco e composta de novos elementos representando, de certa forma, o fim da fase dos fundadores nos órgãos nacionais(862).

5. Entrara-se, assim, num novo periodo, que embora viesse na sequência dos acontecimentos anteriores já reportados, se inicia de facto neste momento, indo apenas terminar aquando da cisão dos "Inadiáveis". De salientar, no entanto, que esta fase, que decorreria até meados de 1979, se caracterizou por uma evolução intra-partidária na qual se podem distinguir duas etapas distintas.

Na primeira etapa, que temos vindo a analisar, assistir-se-ia sobretudo à clivagem interna decorrente da existência de duas posições antagónicas perante os acordos a contratar

---

(862) Nomeadamente a extinção do cargo de Presidente e Vice-Presidente do partido e a atribuição ao Conselho Nacional do essencial do poder de decisão quanto à definição da linha de actuação do partido, cabendo à Comissão Politica Nacional a gestão dos assuntos correntes. Mesmo com o PSD na oposição tornava-se necessário uma intervenção quotidiana nos negócios correntes do Estado e, sendo assim, a Comissão Politica Nacional ficaria mais livre para essa finalidade. Quanto ao Grupo Parlamentar sofreria igualmente algumas alterações no seu funcionamento, diminuindo as competências da respectiva Direcção e aumentando as da Comissão Permanente. Cf. Anexo III desta dissertação, onde estão assinaladas as principais alterações introduzidas nos Estatutos e os "Estatutos do PSD (redacção provisória, a confirmar pela Mesa do Congresso); inclui as alterações aprovadas no V Congresso Nacional reunido no Porto em 28 e 29/01/1978", *in Povo Livre*, nº 194, de 5 de Abril de 1978 (destacável).

Veja-se, no Anexo IV desta dissertação, a Lista 5 onde constam os novos membros eleitos para os órgãos nacionais do partido.

Veja-se, sobre o Congresso do Porto e as suas consequências, os artigos "Um repto à institucionalização do partido na oposição", na "Revista" do *Expresso*, nº 275, de 4 de Fevereiro de 1978, p. 2-R; "O PSD *sem* Sá Carneiro é possível? E *com* Sá Carneiro?", também na "Revista" do *Expresso*, nº 284, de 8 de Abril de 1978, pp 1-R e 2-R, o *Diário de Notícias* e o *Jornal Novo*, de 30 de Janeiro de 1978.

com o PS. Enquanto a maioria da Comissão Política entendia possível o estabelecimento dos referidos acordos, Francisco Sá Carneiro opor-se-ia aos mesmos(863), daí resultando um conflito aberto entre esses dois pólos do partido. Relativamente ao Presidente da República a dissenção era ainda incipiente. Dada a nova composição do órgão de decisão política do PSD não ser favorável a Francisco Sá Carneiro, diminuiam as suas possibilidades de fazer aí vingar as respectivas posições e, daí, que este desenvolvesse a sua intervenção fora daquela esfera, certo de que, embora minoritário na Comissão Política Nacional, não estava isolado no âmbito do partido.

Na segunda etapa, que em seguida passaremos a caracterizar, estalaria uma outra polémica entre os que continuavam a privilegiar o diálogo com o PS e os que apostavam já claramente em António Ramalho Eanes, pretendendo, através da via presidencial, vir a alterar substancialmente todo o sistema político. Para além destas diferenças estratégicas, trata-

---

(863) Veja-se o discurso de Francisco Sá Carneiro na abertura do V Congresso, publicado em FRANCISCO SÁ CARNEIRO, *Impasse*, Lisboa, Edições Macroplan, s.d., pp. 47-67, no qual está bem explícito, não só o evoluir da posição que aquela personalidade tinha anteriormente assumido, como bem precisa a sua estratégia de fundo para o partido, para além de proceder, igualmente, ao relato dos principais acontecimentos nos quais uma e outra se enquadravam. Nessa intervenção, o ex-Presidente do partido confirmaria a sua disposição em manter tal situação, invocando "a impossibilidade de permanecer no cargo com dignidade", em face dos factos que tinham conduzido a tal atitude, considerando a existência de inúmeros factores impeditivos sendo os mesmos de ordem externa e interna ao PPD; nestas circunstâncias assumiria particular relevo a questão das tendências internas, referido-se nomeadamente, quanto a tal, ao artigo de António de Sousa Franco; simultaneamente, diria prestar a este último dirigente e à Comissão Política do partido por ele presidida a sua "solidariedade, confiança e apoio". Cf. *ibidem*.

As restantes intervenções aí feitas por Francisco Sá Carneiro encontram-se policopiadas, como documentos internos do V Congresso, para além dos registos magnéticos das mesmas também existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

va-se, como é evidente, de uma questão de liderança intra-partidária, problemática essa cujos principais contornos temos vindo a apontar.

6. A suposta viragem na vida do partido, despoletada no V Congresso Nacional, não se traduziria, como numa primeira análise poderia parecer, numa acalmia interna ou mesmo num suposto saneamento dos conflitos em presença. No fundo, o que se processou aí foi a sublimação temporária das dissenções existentes, protelando-se a sua eventual resolução para outro momento, no qual as bases e a configuração do conflito se veriam consideravelmente alargadas. No entanto, essa sublimação do conflito eminente concederia a Francisco Sá Carneiro o tempo suficiente para que o seu espaço de manobra se visse optimizado, tendo em conta a táctica pela qual, em nosso entender, optara: a de deixar evoluir o conflito, extremando-se os dois pólos do mesmo, assumindo ele próprio a radicalização máxima num deles e aproveitando a seu favor, dado o amplo apoio que aí colhia, um movimento das bases que lhe possibilitaria a vitória, relegando a facção contrária para um *getto*, cuja expressão só se faria sentir nos quadros da Capital.

Embora ainda se não tivesse processado o confronto total entre as duas facções, a controvérsia existente entre a linha de Francisco Sá Carneiro e a da direcção política em exercício só se acentuaria com o desenrolar dos acontecimentos seguintes, que exacerbariam as discrepâncias já existentes.

Entre estes, cabe referir a apresentação pelo PSD de uma Moção de Rejeição ao Programa do Governo(864), a eleição da Direcção do respectivo Grupo Parlamentar(865), a realização do Conselho Nacional de Santarém(866), no qual seriam reafirmadas as grandes linhas aprovadas pelo Congresso do Porto e o Encontro dos Sociais-Democratas no Vimeiro(867). Esta última reunião viria a ter um efeito decisivo no posterior desenvolvimento do conflito entre as duas facções.

Se o Conselho Nacional de Santarém parecia indiciar uma arrancada determinante na vida do partido, no concernente à linha política aprovada no V Congresso, Francisco Sá Carneiro pronunciaria, no Vimeiro, um discurso que viria a reacender a

---

(864) Apresentada na Assembleia da República por José Manuel Sérvulo Correia, depois de tal ter sido deliberado em reunião da Comissão Política Nacional. Cf. "Acta da Comissão Política Nacional 9/02/78", *in* arquivo de António Sousa Franco.

Veja-se o debate do programa do Governo no *Diário da Assembleia da República*, nº 35, 36, 37, 38 e 39, de 4 de Fevereiro a 13 de Fevereiro de 1978. O Programa do Governo encontra-se também na "Revista" do *Expresso*, nº 276, de 11 de Fevereiro de 1978; pp. I-R a 5-R.

(865) De que sairia reforçada a posição da Comissão Política em exercício, na sequência do Congresso do Porto. Veja-se, na Lista 5 do Anexo IV desta dissertação, os diversos elementos que fariam parte daquele órgão do partido.

(866) Veja-se a "Convocatória" do III Conselho Nacional de 1978, no *Povo Livre*, nº 191, de 15 de Março de 1978, p. 1, cuja reunião seria decidida na Comissão Política. (Cf. "Acta da Comissão Política Nacional, 1/02/78"). Aquele Conselho Nacional reuniria a 18 e 19 de Março em Santarém; vejam-se as "Conclusões" respectivas no *Povo Livre*, nº 192, de 2 de Março de 1978, pp. 3 e 5. Não existe acta da referida reunião nem de qualquer dos Conselhos Nacionais seguintes. A partir deste Conselho Nacional existem nos Serviços de Documentação do PSD gravações completas de todas as reuniões deste órgão. A última acta lavrada no *Livro de Actas do Conselho Nacional*, existente nos Serviços de Documentação do PSD, respeita à reunião daquele órgão havida no Hotel Penta em Lisboa, a 14 e 15 de Janeiro de 1978.

(867) Organizado por José Manuel Menéres Pimentel, este encontro teria lugar a 2 de Abril de 1978.

polémica interna(868). Nessa intervenção, o ex-Presidente do PSD exprimia a sua falta de confiança no Presidente da República, proferindo cerrados ataques ao MFA e ao PS, declarando a necessidade urgente da revisão constitucional e adiantando a hipótese de realização de um referendo sobre a Constituição, em total dissonância com o propugnado pela Comissão Política do PSD.

Nas sucessivas reuniões que vinha levando a efeito, a Comissão Política Nacional, presidida por António Sousa Franco, desenvolvera a estratégia política a ser prosseguida pelo partido, definindo a mesma a um prazo de um ano. Os principais vectores dessa estratégia consistiriam na não antecipação das eleições, na não participação do PSD no Governo, embora tal não devesse ser ainda ventilado, no abandono das fórmulas alternativas anteriores repensando-se novas hipóteses, na consolidação da unidade interna, na implantação e organização do partido, no reforço do peso deste nas diversas estruturas sociais, na subalternização da questão do acesso ao poder político central e na não obstrução ao Presidente da República. Prosseguir-se-ia, contudo, no apoio crítico e exigente ao mesmo, no priviligiar das relações com o PS e em não dar demasiada ênfase à revisão da Constituição continuando-se, apesar disso, com os trabalhos preparatórios respecti-

---

(868) Veja-se o conteúdo do discurso do Vimeiro, a cuja fotocópia tivemos acesso, nos Serviços de Documentação do PSD; este nunca seria publicado na íntegra, existindo apenas alguns excertos do mesmo no *Povo Livre*, nº 193, de 29 de Março de 1978. Tal discurso viria a revelar-se como o detonador final da crise interna instalada desde a demissão de Francisco Sá Carneiro de Presidente da Comissão Política Nacional e acelerada no rescaldo do Congresso do Porto.

vos(869).

Como resultado da clara oposição de Francisco Sá Carneiro à linha política da direcção do partido, oposição essa manifestada através de várias entrevistas, do prefácio ao *Impasse* e, por último, no discurso do Vimeiro, linha essa prosseguida na sequência da estratégia aprovada no anterior Congresso, a Comissão Política Nacional viria a demitir-se após longa reunião realizada logo no dia seguinte. A reunião do Vimeiro e a da Comissão Política que acabamos de reportar foram, assim, os marcos essenciais deste conflito, tendo em conta que aí se assumiria expressamente a dissonância existente entre as duas facções.

Nesta última reunião, exclusivamente dedicada à análise da nova situação criada com o ressurgimento explícito da orientação estratégica de Francisco Sá Carneiro, seriam detalhadamente analisadas as saídas possíveis para a crise então

---

(869) Desde a reunião da Comissão Política de 1 de Fevereiro de 1978, que se procurariam conseguir alguns desses objectivos, nomeadamente em termos da consolidação e reorganização partidária. Com essa finalidade se inscreveriam decisões tais como a realização das reuniões daquele órgão nos diversos Distritos, (Cf. "Acta da Comissão Política Nacional", de 1 de Fevereiro de 1978), as deslocações mensais dos seus membros às estruturas locais (Cf. "Acta da Comissão Política", de 15 de Fevereiro de 1978), a articulação com a Fundação Oliveira Martins e a sedimentação sindical (Cf. "Acta da Comissão Política", de 16 de Fevereiro de 1978) e os diversos documentos anexos às actas em causa, elaborados no âmbito da Comissão Política, sobre poder local, estruturas rurais, relações internacionais, questões ligadas aos Sócio-profissionais e ao Gabinete de Estudos. Todas as actas referidas foram consultadas no arquivo de António Sousa Franco.

A estratégia para o prazo de um ano seria avançada por António Sousa Franco na reunião de 8 de Março de 1978 e reforçada na reunião seguinte. Cf. "Acta da Comissão Política Nacional", de 8 de Março de 1978 e "Acta da Comissão Política Nacional", de 15 de Março de 1978, *in ibidem*.

Veja-se, também, como amostra da intensa acção desenvolvida, o "Programa de actividades" (aprovado no II Conselho Nacional/78), o "Relatório de actividades" da Comissão Política Nacional e o "Relatório e programa de acção do Gabinete de Estudos Nacional", documentos existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

gerada. Alterada toda a situação intra-partidária com as atitudes assumidas pelo ex-Presidente do PSD, instalado um contra-poder ao nível interno, considerada inexequível a partir de então a acção da Comissão Política Nacional, por ele desautorizada e imobilizada, reconhecida a adesão das bases do partido e da população em geral às teses de Francisco Sá Carneiro, catalizadoras do descontentamento e da frustação geral que ia grassando e tendo em conta a necessidade de clarificação da problemática interna, optar-se-ia por tentar uma plataforma de entendimento com aquele ex-dirigente. Nesses moldes decidir-se-ia pela convocação de um Conselho Nacional extraordinário e pela demissão da Comissão Política em exercício, permanecendo esta em meras funções de gestão(870).

Nas duas reuniões seguintes e depois de um encontro havido com Francisco Sá Carneiro, a Comissão Política Nacional permaneceria demissionária, vindo a decidir-se pela elaboração de um comunicado explicitando a situação criada. Decidir-se-ia , perante a dualidade de poderes existente, que este grupo se manteria coeso, não aceitando a eventualidade da com-

---

(870) Vejam-se as críticas a Francisco Sá Carneiro, no que respeita às variações na sua opção estratégica, nomeadamente em face do Presidente da República, formuladas por Artur Cunha Leal e José António Vieira da Cunha e o destaque realizado por Joaquim Magalhães Mota no concernente ao facto de a total oposição ao sistema, professada por aquele ex-dirigente, não representar uma atitude reformista nem social-democrata, considerando um perigo real o PSD resvalar à direita, tendo em conta o impacte populista do discurso do Vimeiro. Vejam-se, ainda, as críticas de José António Furtado Fernandes, José Monteiro de Andrade, José Ferreira Júnior, Joaquim Alfaia, Manuel Vilhena de Carvalho, António Marques Mendes e Aires Querubim e o apelo à serenidade formulado por Pedro Roseta, bem como a sua defesa da legitimidade de expressão de opiniões dissonantes fora dos órgãos do partido. Cf. "Acta da Comissão Política Nacional", (reunião extraordinária), de 5 de Abril de 1978, consultada no arquivo de António Sousa Franco.

posição de uma Comissão Política mista e considerando-se que o regresso de Francisco Sá Carneiro à direcção do partido com uma equipe da sua confiança seria a única forma de obviar à dissolução do PSD(871).

Novo Conselho Nacional seria imediatamente convocado para apreciar a situação que assim se criara(872), tendo aí sido analisado um documento do Comité Permanente da Comissão Política Nacional que levantaria acesa controvérsia interna, visto contestar as anteriores tomadas de posição de Francisco Sá Carneiro, totalmente adversas à linha política prosseguida por aquele órgão e determinada no Conselho Nacional do Sheraton(873).

---

(871) Na reunião da Comissão Política Nacional de 7 de Abril de 1978, José Ferreira Júnior relataria os resultados do almoço que tivera com Nuno Rodrigues do Santos, António Sousa Franco e Francisco Sá Carneiro, na qual este último declararia não poder a Comissão Política demitir-se e adiar para o Congresso a solução dos problemas, decidindo-se a não reassumir as suas funções e afirmando que, no caso da situação resvalar para um conflito alargado, sairia do partido. Consideraria ainda, que o seu discurso proferido no Vimeiro não se afastava demasiado da linha política aprovada em Santarém e que o mesmo teria sido excessivamente empolado pela imprensa, concordando, também, com a convocação de um Conselho Nacional. Cf. "Acta da Comissão Política Nacional", (reunião extraordinária), de 7 de Abril de 1978, *in* arquivo de António Sousa Franco.

Na reunião seguinte seriam focados por António Sousa Franco e José Manuel Sérvulo Correia os perigos decorrentes da eventual demissão de Francisco Sá Carneiro, negando-se, ambos, a permanecer na liderança do PSD caso tal circunstância se viesse a efectivar e considerando, ambos, necessário desfulanizar a questão, encontrar regras de jogo precisas e vendo com única saída o regresso daquele dirigente ou de uma equipa a ele afecta. Cf. "Acta da Comissão Política Nacional (reunião extraordinária), 14/04/78", consultada no arquivo supra citado.

(872) O IV Conselho Nacional de 1978 (extraordinário) realizar-se-ia no Hotel Sheraton, em Lisboa, a 15 e 16 de Abril de 1978; sobre o andamento dos trabalhos, para além das gravações existentes nos Serviços de Documentação do PSD, veja-se o *Expresso*, nº 285, de 15 de Abril de 1978, p.1. Veja-se, também, o "Comunicado final" do referido Conselho, publicado no *Povo Livre*, nº 196, de 19 de Abril de 1978, p.3, especialmente o respectivo ponto 2.

(873) Veja-se o "Comunicado Final" e as "Conclusões" do III Conselho Nacional de Santarém, especialmente o respectivo ponto 1, no *Povo Livre*, nº 192, de 22 de Mar-

No novo Conselho Nacional o clima emocional agravar-se-ia consideravelmente tornando-se improvável uma eventual conciliação, perante a irredutibilidade das duas partes envolvidas no confronto. De um lado, a Comissão Política demissionária liderada por António Sousa Franco, prosseguindo na defesa da estratégia aprovada no V Congresso do partido reunido no Porto e posteriormente reafirmada no Conselho Nacional de Santarém; do outro, Francisco Sá Carneiro, propugnando um desenvolvimento radicalmente diferente no que tocava à linha política a ser seguida.

7. A linha estratégica aprovada no Conselho Nacional de Santarém, no qual Francisco Sá Carneiro não estivera presente, talvez propositadamente, por forma a não ficar vinculado às disposições aí tomadas, cifrara-se, como já vimos, em quatro objectivos fundamentais: a opção por uma posição firme mas não sistemática ao II Governo Constitucional, a não antecipação nem das eleições nem da revisão constitucional e a não exigência de resignação do Presidente da República. Por conseguinte, procurava-se que da parte de Francisco Sá Carneiro fosse dada a garantia concreta de que tal estratégia seria a prosseguida pelo partido e que atitudes públicas tais como o discurso do

---

ço de 1978, pp.3, 4 e 5. A "conferência de imprensa" concedida por António Sousa Franco, José Manuel Sérvulo Correia e António Marques Mendes, com o objectivo de divulgar a estratégia do partido, encontra-se nesse mesmo jornal, pp. 4 e 5, bem como o "Comunicado da Comissão Política Nacional" sobre as posições de base desta facção. Veja-se a intervenção proferida por António Sousa Franco no Conselho Nacional do Sheraton, em Abril de 1978, que sistematiza as divergências existentes para com a linha estratégica defendida por Francisco Sá Carneiro. Cf. *Opções Inadiáveis*, A Social-Democracia para Portugal, Lisboa, Centro do Livro Brasileiro, Julho de 1978, pp. 26-32.

Vimeiro ou os seus artigos publicados no *Povo Livre* não tornariam a repetir-se(874), devendo a discussão dos assuntos partidários limitar-se aos debates na sua esfera interna.

Ao invés, Francisco Sá Carneiro continuava a perfilhar posições irredutíveis, optando por uma oposição sistemática ao Governo, pela convocação de eleições antecipadas e pela imediata revisão constitucional, para além de defender a confrontação aberta com o Presidente da República motivada, para além de mais ou menos evidentes motivos de incompatibilidade pessoal, pelos indícios de se estar de novo a prefigurar uma ingerência militar acrescida por seu intermédio, a qual, no entender de Francisco Sá Carneiro, poderia vir a assumir a forma de um "socialismo castrense" que não desejava(875).

Subjacente àquelas exigências estava a alusão expressa no que concerne à necessidade de se optar por um novo sistema económico-social, sendo esta, no fundo, a ideia base de todo o seu projecto. Consciente do descontentamento progressivo de grande parte da população relativamente à situação então vi-

---

(874) Veja-se a intervenção de António Sousa Franco proferida no início dos trabalhos, publicada *in idem*, pp. 21-47 e o "Documento apresentado ao IV Congresso Nacional de 1978 pelo Comité Permanente da Comissão Política Nacional", Serviços de Documentação do PSD, no qual se expõem os argumentos em causa.

(875) Sobre o posicionamento estratégico de Francisco Sá Carneiro, para além do discurso proferido na reunião do Vimeiro que tanta celeuma viera a levantar no plano interno, vejam-se os seus sucessivos contributos no *Povo Livre* de Novembro a Dezembro de 1977; o artigo em causa que não chegaria a ser publicado, sob o título "Indiferença" e o discurso proferido na abertura do V Congresso do PSD encontram-se publicados em Francisco Sá Carneiro, *Impasse*, Lisboa, Edições Macroplan, s.d., respectivamente pp. 7 a 16. Veja-se, sobre as razões que estariam na base da polémica com o Presidente da República, tal como foram evidenciadas no texto, JOÃO ROSA, *Diálogos Com Sá Carneiro*, Lisboa, Edições Alfaómega, 1978, pp. 209-212.

gente, Francisco Sá Carneiro conseguiria, depois, primeiro dentro do partido e mais tarde no âmbito nacional, capitalizar esse mal-estar e tentar, assim, inverter o curso do processo reforçando a posição do PSD no sistema.

Enquanto ameaçava abandonar o partido, os seus opositores agrupavam-se em torno de António Sousa Franco, embora não organicamente, apesar de ao abrigo das disposições estatutárias tal ser permitido(876). Mantendo-se a Comissão Política Nacional demissionária, o Conselho Nacional do Sheraton, especialmente conflituoso, deliberaria eleger uma Comissão Permanente do Conselho Nacional(877) com poderes análogos àquele órgão, encarregada da gestão corrente do partido e mandatada

---

(876) Tal possibilidade teria sido aprovada após a dissidência de Aveiro, por disposições introduzidas nos Estatutos na altura do Conselho Nacional de Coimbra, realizado em Janeiro de 1976. A imprensa (Cf. "Revista" do *Expresso*, nº 288, de 6 de Maio de 1978, p. 7-R), ventilaria, no entanto, a eventualidade de este grupo vir a constituir uma tendência organizada dentro do partido, o que parece nunca ter sido uma intenção expressa dos seus promotores, alegando-se para tal a inexistência de divergências de ordem programática ou ideológica. Instados, nas entrevistas que efectuámos, a confirmarem tal intenção, alguns dos principais expoentes dos "Inadiáveis", como António Sousa Franco, Joaquim Magalhães Mota, José Manuel Sérvulo Correia e José António Furtado Fernandes negariam estar, à altura, a pensar constituir uma facção organizada.

(877) Dada a renúncia de António Barbosa de Melo e de António Sousa Franco em assumirem os cargos de Vice-Presidente, única hipótese que Francisco Sá Carneiro aceitaria, como vimos, para voltar à Presidência do PSD.

Na votação da nova Comissão Permanente, totalmente afecta a Francisco Sá Carneiro, 36 Conselheiros votariam a favor, 23 contra e 10 abstiveram-se, situação, como se vê, apenas ligeiramente favorável ao ex-Presidente do partido, o que vem corroborar a nossa tese relativamente à eventual derrota que este sofreria naquela cimeira, no caso de a outra parte ter assumido então o confronto, situação que seria cerceada com a apresentação e votação da Moção de Marcelo Rebelo de Sousa.

A nova Comissão Permanente viria a ser presidida por José Manuel Menéres Pimentel, sendo também constituída pelo Presidente e Vice-Presidente do Grupo Parlamentar, pelos Presidentes das Comissões Políticas Distritais da Área Metropolitana de Lisboa, da Área Oeste do Distrito de Lisboa, do Porto e de Braga, por dois representantes da JSD e por um representante do órgão político superior de cada uma das Regiões Autónomas.

no sentido de vir a promover a eleição de nova Comissão Política no Congresso Nacional a realizar seguidamente(878).

Novo Conselho Nacional reuniria um mês depois com o objectivo de aprovar o regulamento do Congresso(879). A metodologia encontrada para o rateio dos Delegados suscitaria alguma polémica(880), a qual extravasaria o âmbito interno do partido, ventilando-se na imprensa o facto de o regulamento prejudicar a representação naquela cimeira das Secções afectas a Francisco Sá Carneiro, enquanto este último se mantinha afastado, certamente por entender não estarem ainda criadas as condições para o seu regresso à direcção do partido(881).

Os adversários de Francisco Sá Carneiro proporiam, então, pela mão de Joaquim Magalhães Mota, que o *Povo Livre* se tornasse a tribuna para o debate das duas linhas em confron-

---

(878) Cf. "Comunicado final", do III Conselho Nacional de Lisboa, 17 de Abril de 1978, especialmente o ponto 4, no *Povo Livre*, nº 196, de 19 de Abril de 1978, p.3.

(879) O V Conselho Nacional reuniria em Portalegre, a 13 e 14 de 1978, com o fim de preparar o VI Congresso do partido. A "Convocatória" e a "Ordem de trabalhos" do VI Congresso tinham saído dias antes no *Povo Livre*, nº 198, de 4 de Maio de 1978, p. 1. Este Conselho Nacional aprovaria, igualmente, o regulamento de representação das bases para o Congresso e os prazos para a candidatura dos Delegados. Cf. *idem*, p. 3 e também o "Comunicado final", especialmente o respectivo ponto 3, *in ibidem*.

(880) Surgiram 5 propostas diferentes, quatro das quais viriam a ser retiradas durante o debate, sendo a quinta derrotada após a votação. A proposta finalmente aprovada não viria a registar votos contra. Veja-se o "Comunicado emitido pela Comissão Permanente do Conselho Nacional do PSD", Lisboa, 16 de Maio de 1978, N.100/78 - SIRP, Serviços de Documentação do PSD, no qual se esclarecia o processo e se desmentia o que tinha sido ventilado sobre o assunto na comunicação social.

(881) É um facto que Francisco Sá Carneiro não considerara o momento oportuno para regressar; basta ver os resultados da votação da proposta de pedido para o seu regresso à Presidência do PSD no Conselho Nacional do Sheraton: numa Moção votada por menos de 70 pessoas, surgiram 13 votos contra e 10 abstenções. Tal poderia levar a crer que caso António Sousa Franco tivesse querido, na altura, assumir o confronto aberto, teria conseguido vencer, mesmo que só temporariamente, na oposição a Francisco Sá Carneiro.

to(882) a realizar antes do Congresso, para que se fizesse sentir o efeito das opiniões divergentes junto das bases do partido. A polémica tornar-se-ia mais alargada e aberta, mas também progressivamente mais acesa e personalizada, perante as atitudes e as declarações controversas de alguns dirigentes(883) e através da abertura das páginas do órgão oficial do partido à discussão da linha política de cada uma das facções(884).

O debate viria a conhecer um tom progressivamente radi-

---

(882) Referido no *Expresso*, nº 289, de 13 de Maio de 1978, p. 1. A discussão da linha estratégica a seguir fora iniciada no Conselho Nacional de Portalegre, com base num "documento de reflexão" preparado pela Comissão Permanente do Conselho Nacional; documento esse de natureza confidencial mas que, dada a sua divulgação pública, à revelia daquele órgão, seria publicado no *Povo Livre*, nº 200, de 17 de Maio de 1978, pp. 2 e 3. Veja-se nomeadamente o ponto 4 e a alínea e) do ponto 5 do referido documento, nos quais são tratados, respectivamente, as bases da linha política a seguir e a questão do cargo de Presidente do partido. Cf. *ibidem*.

(883) Tal seria, por um lado, o caso da "Moção de desagrado" votada pelo Grupo Parlamentar contra António Barbosa de Melo, visto alguns Deputados entenderem que este estava a levar a efeito uma campanha contra Francisco Sá Carneiro. Por outro lado, a entrevista conduzida por Simões Ilharco a António Sousa Franco, no *Diário de Notícias*, a 27 de Abril de 1978, seria particularmente contundente no que concerne à posição estratégica que este dirigente perfilhava, nomeadamente em face da atitude a tomar relativamente ao Presidente da República e no que concerne às causas da demissão da Comissão Política à qual tinha presidido. Aí daria claramente a entender as divergências existentes com Francisco Sá Carneiro, acusando-o de contrariar a linha oficial do partido democraticamente definida no Congresso. Vejam-se, ainda, as declarações de José Manuel Sérvulo Correia a *O Jornal*, de 12 de Maio de 1978, ao qual afirmaria que "o PSD é possível sem Sá Carneiro".

(884) Este debate seria iniciado com um artigo de Joaquim Magalhães Mota sob o título "Caminhos de futuro", no qual defenderia que "colocar a discussão da linha política no plano duma escolha de vedeta (...) seria atribuir a todo o partido o papel de figurante, de plateia ou de cenário", in *Povo Livre*, nº 201, de 24 de Maio de 1978, p. 6; nas mesmas páginas, e por ocasião do comício de Lisboa para festejar o 4º aniversário do PSD, se transcrevia o seguinte passo do discurso de Francisco Sá Carneiro: "(...) se o PSD não tem chefes nem figuras carismáticas, também não tem nem consente grupos vanguardistas que se arroguem o exclusivo da social-democracia". Cf. *idem*, p. 15.

calizado de ambas as partes(885), com o *Povo Livre* a publicar entrevistas e discursos inéditos(886) e as bases do partido a enviar moções reclamando o regresso de Francisco Sá Carneiro ao PSD(887).

O facto é que o debate interno se tornaria extremamente intenso nos Núcleos e Secções do partido, ao longo das páginas do seu órgão oficial e nas reuniões dos círculos dirigentes, constando, desde meados de Maio, que os antigos membros da

---

(885) Veja-se, a título de exemplo, o "diálogo" que então se estabeleceria, nas páginas do *Povo Livre*, entre Joaquim Magalhães Mota e a Comissão Permanente do Conselho Nacional, marcado por acerbas críticas mútuas, "diálogo" esse que seria despoletado a partir do primeiro artigo daquele dirigente no nº 201 do *Povo Livre*. (Cf. nota anterior). Veja-se, especialmente, o artigo da responsabilidade da Comissão Permanente eleita no IV Congresso Nacional, sob o título "Resposta a críticas sem futuro", o segundo artigo daquele dirigente intitulado "Caminhos do futuro" e um artigo da autoria de Maria Virgínia Estorninho, atacando este último, todos publicados no *Povo Livre*, nº 202, de 31 de Maio de 1978, respectivamente nas pp. 3, 10 e 12 e 5. Veja-se, igualmente, no número seguinte do órgão oficial do PSD, o artigo de Joaquim Magalhães Mota, "Réplica (breve) às respostas sem passado, presente nem futuro" contestando as críticas que lhe tinham sido tecidas no número anterior. Cf. *Povo Livre*, nº 203, de 7 de Junho de 1978, p. 4

(886) Tal seria o caso da publicação de parte do discurso de Francisco Sá Carneiro proferido no Vimeiro a 2 de Abril de 1978 e da sua intervenção no V Conselho Nacional de 1978, reunido em Portalegre a 14 de Maio. Cf. *Povo Livre*, nº 203, de 7 de Junho de 1978, respectivamente pp. 3, 6. No Conselho Nacional de Portalegre praticamente só tinham estado presentes elementos "Sá Carneiristas". Mesmo assim não conseguiriam alterar os critérios de rateio dos Delegados ao Congresso, tal como parece ter sido sua intenção, ao proporem o exercício de voto segundo mandatos imperativos e de acordo com alinhamentos pré-definidos, conforme verificámos através dos registos existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

(887) Como, por exemplo, uma primeira moção de apoio da Comissão Política Concelhia do Entroncamento, publicada no *Povo Livre*, nº 203, de 7 de Junho de 1978, p. 5 e, posteriormente, as inúmeras moções de apoio, telegramas e intervenções das bases a favor de Francisco Sá Carneiro, publicadas nos números seguintes daquele jornal. Anote-se que estas moções, artigos e telegramas de apoio, se enquadrariam perfeitamente na táctica, já referida, escolhida pelo ex-Presidente do partido: a de preparar atempadamente o terreno, aproveitando-se da sua indiscutível primazia ao nível das bases e escolhendo depois o momento oportuno para permitir a deflagração do conflito interno, de molde a fazer pender para o seu lado o fiel da balança do poder intra-partidário e, consequentemente, aumentar as hipóteses da sua intervenção no sistema político mais vasto.

Comissão Política Nacional preparavam uma tomada de posição a apresentar ao Conselho Nacional(888) a realizar antes do Congresso(889). Essa posição viria a tomar forma num documento apresentado a 3 de Junho de 1978 sob o título "Opções Inadiáveis"(890).

O documento então apresentado à Comissão Permanente do Conselho Nacional do PSD e à Comissão Permanente do Grupo Parlamentar respectivo seria assinado por 50 dirigentes do partido(891), dividindo-se em duas partes fundamentais: a

---

(888) O VI Conselho Nacional de 1978 viria a realizar-se em Tróia, a 3 e 4 de Junho tendo sido fundamentalmente dedicado à discussão e aprovação do regulamento do VI Congresso Nacional. Para além da gravação dos respectivos trabalhos existente nos Serviços de Documentação do PSD, veja-se o "Comunicado final" do VI Conselho Nacional/78, N. 113/78 - SIRP, Setúbal (Tróia), 4 de Junho de 1978. Quanto ao "Regulamento" do VI Congresso Nacional seria publicado no *Povo Livre,* nº 203, de 7 de Junho de 1978, p. 16 e a lista dos Delegados no nº 204, de 15 de Junho de 1978.

(889) Veja-se a notícia a este respeito no *Expresso,* nº 290, de 20 de Maio de 1978, p. 1.

(890) Este documento propunha-se constituir uma base de reflexão acerca da orientação ideológico-estratégica a ser seguida pelo PSD, não pretendendo, em princípio, os seus subscritores que o mesmo viesse a tornar-se em moção de estratégia a ser discutida no Congresso. Veja-se o documento no *Povo Livre,* nº 203, de 7 de Junho de 1978, pp. 10, 11, e 14 e no nº 204, de 15 de Junho de 1978, p. 8.

(891) Das 50 assinaturas, 44 seriam de Deputados do PSD e 6 de figuras igualmente conhecidas do partido. Entre os primeiros estariam Álvaro Marques de Figueiredo, Amantino Pereira de Lemos, Américo de Sequeira, António Marques Mendes, António Joaquim Veríssimo, António Barata Portugal, António Sousa Franco, Arcanjo Nunes Luís, Artur Cunha Leal, Fernando Adriano Pinto, Francisco Barbosa da Costa, José Ferreira Júnior, José António Furtado Fernandes, Antídio Costa, Gabriel Ribeiro da Frada, João Manuel Ferreira, Joaquim Magalhães Mota, Joaquim Alfaia, Júlio Maria Alves da Silva, António Rebelo de Sousa, José Gonçalves Sapinho, Jorge Figueiredo Dias, José Monteiro de Andrade, José Júlio Carvalho Ribeiro, Manuel Vilhena de Carvalho, Manuel Costa Andrade, João António Martelo de Oliveira, Francisco Braga Barroso, Manuel Pereira Vilar, Manuel Pires Fontoura, João Vasco Paiva, José Theodoro da Silva, Rui Chancerelle de Machete, Ruben José Raposo, Vítor Hugo Mendes dos Santos, Manuel Sérgio Vila-Lobos Menezes, José Manuel Sérvulo Correia, Manuel Cunha Rodrigues, Luís Nandim de Carvalho, João Gabriel Soeiro de Carvalho, José Ribeiro, Olívio França, Carlos Alberto Coelho de Sousa, João Lucílio e António Cacela Leitão; entre os últimos, Jorge Miranda, Francisco Pinto Balsemão, José Alfaia Pinto Pereira, Joaquim da Silva Lourenço, Guilherme de Oliveira Mar-

primeira dedicada à estratégia do partido e a segunda à organização e estrutura interna do mesmo(892). Aí apareciam sistematizados e desenvolvidos os principais pontos de divergência relativamente a Francisco Sá Carneiro, mas subjacente ao mesmo seria já nítido o claro desígnio de ultrapassar um debate meramente de ordem estratégica(893).

8. Tornava-se, pois, evidente, que as dissenções estratégicas e pessoais entre as duas facções assumiam contornos ideológicos precisos, que transpareciam através do duelo verbal que se ia instalando. De um lado, as "Opções Inadiáveis" propugnavam uma orientação moderada, no sentido de ir

---

tins e António Fontes. Cf. *Opções Inadiáveis*, A Social-Democracia para Portugal, Lisboa, Centro do Livro Brasileiro, Julho de 1978, p. 95.

O documento em questão, cuja entrega à Comissão Permanente do Grupo Parlamentar do PSD não deixaria de estar isenta de certa confusão processual (Cf. *Expresso*, nº 292, de 3 de Junho de 1978, p. 1), passaria a ser objecto da recolha de assinaturas dos militantes até à realização do VI Congresso.

(892) Veja-se, respectivamente, "A estratégia antes das pessoas", documento "Opções Inadiáveis", *in Povo Livre*, nº 203 de 7 de Junho de 1978, p. 10, 11 e 14 e "Um grande partido de massas mobilizado", *in Povo Livre*, nº 204, de 15 de Junho de 1978, p. 8.

(893) Veja-se o conteúdo do documento citado, elucidativo neste aspecto, nos dois números já referidos do *Povo Livre* e a entrevista anteriormente concedida por António Sousa Franco ao *Diário de Notícias*, de 27 de Abril de 1978, indicadora de um contencioso dessa natureza.

As posições essenciais assumidas pelos "Inadiáveis" seriam, como já vimos, posteriormente publicadas sob a forma de livro. Cf. *Opções Inadiáveis*, A Social-Democracia para Portugal, Lisboa, Centro do Livro Brasileiro, Julho de 1978, o qual, para além do documento em questão, contém, ainda, a estratégia aprovada no V Congresso (Porto, Janeiro de 1978), as conclusões do Conselho Nacional de Santarém, de 18 de Março de 1978, a intervenção de António Sousa Franco no VI Congresso (Lisboa, Julho de 1978), a proposta de linha política aí apresentada e uma análise de Joaquim Pinto Machado sobre a crise do PSD, todos documentos elaborados na mesma linha, isto é, a da actuação da Comissão Política que se opusera a Francisco Sá Carneiro. No mesmo sentido, processar-se-iam desde o último Congresso diversas reuniões com um carácter sistemático, a maioria das quais seria levada a cabo na Pensão S. Pedro em Lisboa e em casa de Helena Roseta, conforme nos seria relatado por José António Furtado Fernandes.

reformando progressivamente o sistema, do outro, surgia uma leitura mais radical, a de Francisco Sá Carneiro, pretendendo contestar profundamente todo o sistema.

Subjacente ao documento em causa estaria implícita a tentativa de conotar Francisco Sá Carneiro com uma linha de direita dentro do partido, na medida em que a sua posição perante os socialistas e o Presidente da República iria romper com qualquer possibilidade de diálogo centro-esquerda, já sem falar na radicalização crescente do respectivo discurso(894), impeditiva, no entender dos seus subscritores, da normalização político-partidária nos termos em que defendiam que esta se deveria processar.

A controvérsia detinha, assim, uma componente ideológica de fundo, prendia-se com questões, senão de posicionamentos filosóficos totalmente distintos, pelo menos com diferentes leituras do caminho a seguir pela Democracia portuguesa, podendo defender-se a existência de uma perspectiva mais liberalizante e de outra mais social-democrata no que concerne às elites dirigentes envolvidas no conflito e, também, no que respeita às características das bases, conquanto estas não se mantivessem muito envolvidas na luta entre as duas facções.

---

(894) Atente-se, por um lado, ao tom progressivamente radicalizado de Francisco Sá Carneiro no *Impasse*, Lisboa, Edições Macroplan, s.d.; por outro lado, veja-se a intervenção de António Sousa Franco no Conselho Nacional do Sheraton realizado a 15 de Abril de 1978 e publicada em *Opções Inadiáveis*, A Social-Democracia para Portugal, Lisboa, Centro do Livro Brasileiro, Julho de 1978, especialmente pp. 26-32, assim como a entrevista ao *Diário de Notícias*, acima reportada, na qual expressamente se reconheceria existirem problemas do foro ideológico, embora não muito nítidos, dissenções estratégicas e tácticas, para além de querelas pessoais consubstanciadas na luta pelo poder interno entre os grupos divergentes.

A componente liberal, tal como a social-democrata seriam, como já vimos, uma realidade na própria formação do partido, no núcleo dos dirigentes-fundadores, na definição das linhas programáticas, nas relações externas do partido e na estrutura frentista das suas bases sociais de apoio que acolheria pessoas das mais diversas proveniências.

Apesar da crise aberta nas relações entre uma e outra facção, não estava, em princípio, totalmente fora de causa um eventual entendimento visando a sua superação(895). A aproximação entre os subscritores das "Opções Inadiáveis" e Francisco Sá Carneiro seria ainda vista como possível, tendo em conta o facto de aqueles não contestarem abertamente o seu regresso à presidência do PSD e de este aceitar alguns dos pontos preconizados naquele documento pretendendo, no entanto levá-los muito mais além.

A conciliação ensaiada por parte de militantes e dirigentes do partido(896) não se mostraria, contudo, possível. A

---

(895) Sobre a necessidade de superação dessa crise, por forma ao PSD se poder vir a constituir como uma alternativa democrática credível, veja-se JOAQUIM PINTO MACHADO, "Contribuição para a análise da crise do PSD e para a solução", *in op. cit.*, pp. 86 e ss e o artigo de MARCELO REBELO DE SOUSA, "As lições da longa crise do PSD", no *Expresso*, nº 293, de 9 de Junho de 1978, p. 2.

(896) Nela se inscreveriam as diversas trocas de impressões levadas a efeito entre os intervenientes no conflito, a aprovação na Assembleia Distrital da Área Metropolitana de Lisboa de uma moção visando compatibilizar as diferentes posições internas, a consequente derrota de moções mais polémicas, a aprovação de três moções pelo Grupo Parlamentar do PSD, considerando-se o documento em questão um contributo positivo para a clarificação partidária, o desejo de reforço da unidade interna manifestado nas diversas reuniões dos órgãos locais do partido e o tom de conciliação que marcou o Conselho Nacional de Tróia de 3 de Julho de 1978, conforme nos foi dado apurar pela gravação dos respectivos trabalhos, existente nos Serviços de Documentação do PSD. Cf. igualmente, o *Expresso*, nº 293, de 9 de Junho de 1978, p. 1 e o *Expresso*, nº 294, de 17 de Junho de 1978, p. 1.

interrupção do diálogo poder-se-ia ter ficado a dever ao facto de a polémica se ter dirigido fundamentalmente para questões de ordem pessoal, despoletada pelas acusações mútuas proferidas e incentivada pelo sector do partido conhecido pelos "Duros" e pela imprensa em geral, que promoveriam um ataque frontal dessa natureza. Entre esse sector situavam-se alguns dirigentes, como Amândio Azevedo e mesmo Helena Roseta, que se viera a afastar do grupo em questão ao assumir a direcção do *Jornal Novo* e, principalmente, desde o encontro do Vimeiro.

A principal questão interna geradora das clivagens continuava a residir na fórmula da liderança, exigindo Francisco Sá Carneiro a sua permanência à frente do partido, livre dos condicionalismos impostos por uma equipa que lhe seria adversa e visando os seus opositores uma maior descentralização do poder e a manutenção de todos os que tinham feito parte da anterior Comissão Política naquele órgão, para poderem levar a efeito a estratégia definida no anterior Congresso, a ser eventualmente ratificada na cimeira seguinte. Contra tal se pronunciaria a linha "dura", do partido que, por sua vez, se propunha exercer também a sua influência naquela esfera, mostrando-se disposta a apoiar o ex-Presidente do PSD nas suas pretensões.

Quando defendemos que o comportamento das duas facções assumiu, a partir de certo momento, uma fulanização crescente, não partimos do pressuposto que na base dessas dissenções não estivessem já antagonismos de ordem pessoal. Pelo contrário, esta é uma evidência logo na raiz desses conflitos. Aglutinada

a dissenções de natureza estratégica ou táctica, ou mesmo ideológica, assumiria, no decorrer do conflito, uma maior ou menor proeminência, de acordo com as oportunidades oferecidas às elites envolvidas no processo, seja ao nível intra-partidário seja ao do sistema político mais vasto.

9. O VI Congresso do PSD teria lugar pouco tempo depois(897), tendo sido aí apresentadas sete moções diferentes de ordem estratégica(898) e apenas uma de alteração dos Estatutos do partido(899).

No concernente às listas para os órgãos nacionais do PSD, curiosamente, só teria surgido uma única(900), tanto para

---

(897) O VI Congresso, extraordinário, reuniria no Cinema Roma em Lisboa, a 1 e 2 de Julho de 1978. Veja-se o "Regulamento" aprovado para os trabalhos deste Congresso no "Dossier dos Congressistas", VI Congresso, Lisboa, 1 e 2 de Julho de 1978, p. 3-5, Serviços de Documentação do PSD.

(898) Tentar-se-ia, previamente, a fusão daquelas moções numa reunião realizada na sede central do partido. Tal resultaria impossível, vindo a ser apresentadas as que se seguem: a Moção A, liderada por Helena Roseta; a Moção B, proveniente da Assembleia Distrital Oeste; a Moção C, cujo primeiro subscritor seria Joaquim Magalhães Mota; a Moção D, da autoria da Assembleia Distrital de Santarém; a Moção E, da Assembleia Distrital do Porto; a Moção F, da Assembleia Distrital de Lisboa e a Moção G, cujo primeiro subscritor seria Fernando Correia Afonso. Vejam-se as moções reportadas no "Dossier dos Congressistas", VI Congresso, Lisboa, 1 e 2 de Julho de 1978, pp. 16 a 81, Serviços de Documentação do PSD.

(899) Esta proposta previa a inclusão do cargo de Presidente do partido como órgão, aumentando-lhe igualmente as suas competências, sendo assinada por diversos militantes, entre eles alguns dos subscritores das "Opções Inadiáveis". Cf. "Proposta de Alteração dos Estatutos", *in* "Dossier dos Congressistas", VI Congresso, Lisboa, 1 e 2 de Julho de 1978, pp. 6-15, Serviços de Documentação do PSD; vejam-se, especialmente, os respectivos artº 18º e 34º relativos à matéria acima reportada.

(900) Para a Comissão Política Nacional essa lista obteria 576 votos a favor, 75 brancos, e 26 nulos. Presidida por José Manuel Menéres Pimentel, que funcionaria como o elemento de transição, da mesma constariam elementos claramente "Sá Carneiristas": Amândio de Azevedo seria eleito para Vice-Presidente e como Vogais ficariam Afonso Moura Guedes, Alberto João Jardim, José Ângelo Correia, Eva Miranda Xavier, Eurico de Melo, Helena Roseta, José Francisco Pinto Ganhão, Leonel Santa Rita Pires, Pedro Pais de Vasconcelos e Tomás Oliveira Dias. Cf. "Documento interno do

a Comissão Política Nacional como para a Mesa do Congresso(901), embora tal não significasse o ter-se obtido qualquer consenso no que respeita à composição respectiva. Para os órgãos eleitos pelo método proporcional concorreriam respectivamente três listas para o Conselho Nacional(902) e duas para o Conselho de Jurisdição Nacional(903).

As alterações estatutárias então aprovadas, não só consagrariam o poder de Francisco Sá Carneiro, regressado triunfalmente à Presidência do partido, como retiravam poderes ao Grupo Parlamentar, subordinando-o ao aparelho partidá-

---

PSD", VI Congresso, 5/07/78, Serviços de Documentação do PSD e Lista 6 do Anexo IV da presente dissertação.

Note-se que além dos mais directos apoiantes de Francisco Sá Carneiro presentes naquela lista, se encontraria José Ângelo Correia, que pertencera aos "Condicionais" em 1976, bem como ao CERESD, e Tomás Oliveira Dias que estivera anteriormente próximo das "Opções Inadiáveis".

(901) Para a Mesa do Congresso, que obteria 603 votos favoráveis, 41 brancos e 12 nulos, apresentara-se Nuno Rodrigues dos Santos para seu Presidente, Leonardo Ribeiro de Almeida e Mário Montalvão Machado para Vice-Presidentes, e Raúl Marques Coelho, António Zuquete e Manuel Moreira para Secretários. Cf. "Informação nº 4 " VI Congresso Nacional, SIRP, Serviços de Documentação do PSD e Lista 6 do Anexo IV desta dissertação.

(902) Para o Conselho Nacional, a Lista A seria encabeçada por José Ferreira Júnior, a Lista B por Francisco Sá Carneiro e a Lista C por Carlos Alberto Cardoso. A Lista A obteria 186 votos, isto é 28%, conseguindo incluir 9 elementos no Conselho Nacional; na Lista B votariam 67% dos Delegados incluindo, com os 442 votos obtidos, 21 elementos naquele órgão; a Lista C só conseguiria 19 votos isto é, 2,8%, não incluindo nenhum dos seus elementos no Conselho Nacional. Cf. "Documento interno do PSD", VI Congresso, 5/07/78, Serviços de Documentação do PSD.

Veja-se, também, a Lista 6 do Anexo IV desta dissertação, onde constam os nomes dos dirigentes eleitos neste Congresso para o Conselho Nacional.

(903) No que se refere ao Conselho de Jurisdição, a Lista A, afecta às "Opções Inadiáveis" e liderada por Olívio França obteria 246 votos isto, é, 37% dos votos expressos, enquanto a Lista B, afecta a Francisco Sá Carneiro e encabeçada por António Sande Lemos conseguia 61% ou seja, 398 votos. Cf. "Documento interno do PSD", VI Congresso, 5/07/78. Vejam-se, igualmente, na Lista 6 do Anexo IV desta dissertação os nomes dos dirigentes eleitos para estes cargos no VI Congresso.

rio(904). Tal representaria uma nova derrota para a facção contrária, aí maioritariamente representada e já afastada do centro das decisões, visto a Comissão Política saída desse Congresso ser totalmente afecta ao Presidente do PSD. Por essa razão a sujeição do Grupo Parlamentar à direcção política do partido mostrar-se-ia particularmente difícil de acatar.

Embora as divergências internas permanecessem, a vitória da linha político-estratégica de Francisco Sá Carneiro e da sua liderança, em detrimento da linha adoptada no Congresso anterior e defendida nas "Opções Inadiáveis"(905) tornara-se uma evidência no VI Congresso(906), durante o qual Francisco Sá Carneiro regressaria em ombros, num clima emocional que lhe seria inteiramente propício e seguido de um dos principais dissidentes da cisão de Aveiro(907).

---

(904) Veja-se a "Proposta de alteração dos Estatutos", (subscrita por José Manuel Menéres Pimentel e outros) em "Informação nº 2", VI Congresso Nacional, SIRP, Serviços de Documentação do PSD, especialmente o Artº 33º, referente às reuniões do Conselho Nacional, no qual se retira o direito de voto neste órgão aos membros da Comissão Permanente do Grupo Parlamentar.

(905) Postas em votação alternativa, a Moção-síntese (que agregaria todas as moções inicialmente apresentadas, salvo a Moção C, cujo primeiro subscritor seria Joaquim Magalhães Mota) e esta última, após o debate a primeira recolheria 485 votos, isto é, 73%, enquanto a Moção C só conseguiria 148, ou seja, 22%; abster-se-iam, ainda, 34 Conselheiros, ou sejam, 5% dos votantes. Vejam-se, para além da gravação dos trabalhos deste Congresso, disponível nos Serviços de Documentação do PSD, as "Conclusões do VI Congresso", 2/07/78, Partido Social-Democrata, Anexo I, Serviços de Documentação do PSD.

(906) Vejam-se as intervenções de Francisco Sá Carneiro no VI Congresso nas gravações existentes nos Serviços de Documentação do PSD e o "Discurso de encerramento" de Francisco Sá Carneiro, que viria a ser publicado em *Documentos do VI Congresso*, edição do SIRP, s.d., Serviços de Documentação do PSD, p. 27.

(907) Regressaria então ao partido Carlos Macedo, dando-se também a adesão às hostes sociais-democratas de Natália Correia, Manuela Saraiva, Jorge Guimarães e Dórdio Guimarães. Cf. *ibidem*.

Naquela cimeira Francisco Sá Carneiro vira, assim, concretizada a sua estratégia, começada a delinear um ano antes e sobretudo promovida a partir do Conselho Nacional do Altis, em Novembro de 1977.

O descontentamento generalizado perante a actuação do PS e do próprio Presidente da República, a necessidade sentida relativamente às imprescindíveis alterações estruturais e a divulgação pública das suas teses, primeiro através das fugas de informação das reuniões partidárias e, depois, por meio da sua colaboração nas páginas do *Povo Livre*, arregimentando aquele descontentamento, para além do estilo carismático imprimido ao respectivo discurso e actuação, seriam, sem dúvida, a chave do seu sucesso.

2.3. O impacte da bipolarização e a cisão dos "Inadiáveis"

1. O período que decorreu entre o confronto do VI Congresso do PSD e a cisão que acabaria por se dar em face da impossível resolução dos diferendos surgidos trouxe à evidência acontecimentos político-partidários de importância fulcral para o subsequente quebrar dos equilíbrios internos neste partido.

Essa fragilidade permaneceria por quase um ano, apesar de a linha propugnada por Francisco Sá Carneiro ter conseguido impor totalmente as regras do jogo no Congresso de Julho e de se terem ensaiado algumas tentativas no sentido da pacificação

intra-partidária, de molde a diminuir o alcance da cisão processada.

O Presidente do PSD procederia, assim, de forma idêntica à jogada que levara a efeito em 1976, depois do II Congresso, quando promovera as reuniões em Seteais visando a reunificação do partido. Desenvolveria uma série de passos nesse sentido, embora de significado mais limitado do que na fase anterior, visto Francisco Sá Carneiro só ter para tal contactado parte dos seus oponentes deste segundo conflito interno.

O primeiro acontecimento relevante, do foro externo ao PSD, seria a exoneração do II Governo Constitucional pelo Presidente da República, ocorrida nos finais de Julho(908), depois da crise que se instalara no seio da coligação e da deterioração da situação político-económica nacional(909). Nesse desfecho jogaria uma influência determinante o regresso de Francisco Sá Carneiro à Presidência do PSD e a estratégia posterior que imprimiria ao seu partido. Esta influência seria exercida de uma forma indirecta através de duas vias: por um lado, a oposição ao Governo socialista desencadeada então pelo PSD levaria o CDS a temer os resultados da sua ligação ao poder, deixando o PS sozinho a catalizar o descontentamento ge-

---

(908) Precisamente a 28 de Julho de 1978 Mário Soares seria exonerado do cargo de Primeiro-Ministro por António Ramalho Eanes, findando assim a coligação PS/CDS, a qual dera corpo à segunda tentativa dos socialistas para exercerem o poder. Veja-se o *item* 2.2. do VII Capítulo da Parte II desta dissertação.

(909) Sobre a crise, veja-se a posição pública assumida por Francisco Sá Carneiro no *Povo Livre*, nº 209, de 19 de Julho de 1978, pp. 4 e 5 e o "Comunicado da Comissão Política Nacional", de 25 de Julho de 1978, publicado no *Povo Livre*, nº 210, de 26 de Julho de 1978, pp. 1 e 7.

ral e provocando a queda do Executivo; por outro, o discurso do PSD em direcção à Presidência da República, numa evidente manobra táctica de reatar relações com Belém contra o PS e o CDS, apresentando-se, dessa forma, como alternativa de poder(910).

Tentando proceder à reunificação partidária Francisco Sá Carneiro propor-se-ia à colagem ao Presidente da República. A mudança radical na sua atitude relativamente ao mesmo dever-se-ia ao facto de, por um lado, pretender a pacificação interna, limitando através dessa táctica o alcance dos seus opositores e, por outro, a uma questão de âmbito mais vasto, a de o PSD vir, eventualmente, a participar no exercício do poder pela mão de António Ramalho Eanes. Seria, pois, no quadro desses propósitos que as posições supostamente presidencialistas então assumidas pelo PSD, mesmo depois da derrota dos "Inadiáveis", adquiririam a sua lógica.

---

(910) Atente-se ao posicionamento do PSD relativamente à crise expressa no "Comunicado da Comissão Política Nacional" de 10 de Julho de 1978, publicado no *Povo Livre*, nº 208, de 12 de Julho de 1978, pp. 1 e 3. Aí se atacaria sobretudo o CDS por servir de muleta aos socialistas, defendendo-se a formação de um Governo de Salvação Nacional e a intervenção expressa do Presidente da República. Aquele comunicado viria a ser alvo de crítica - por alegados excessos de linguagem - na Comissão Política Nacional seguinte. Cf. "Acta da 1ª reunião extraordinária da Comissão Política Nacional", 12 de Julho de 1978, ponto 2, Serviços de Documentação do PSD.

Vejam-se, ainda sobre o mesmo assunto, as declarações proferidas por Francisco Sá Carneiro aquando de um convívio social-democrata realizado no Alvor, a entrevista de José Manuel Menéres Pimentel ao *Povo Livre*, ambas publicadas neste jornal, no nº 208, de 12 de Julho de 1978, respectivamente pp. 1 e 16 e 3 e 4 e, posteriormente, a entrevista de Francisco Sá Carneiro à RDP, publicada no *Povo Livre*, nº 211, de 2 de Agosto de 1978, p. 12, na qual, perante a questão posta quanto a um Governo de iniciativa e base presidenciais poder levar à marginalização dos partidos, declararia "não haver marginalização", podendo tal revelar "uma excessiva susceptibilidade e um pendor para uma hegemonia, para um monopólio da vida política pelos partidos, o que não é salutar (...)". Cf. *idem*, p. 12.

Essas posições, publicamente tomadas mesmo antes da ruptura governamental e, daí, o defendermos o reflexo que as mesmas tiveram na queda do Executivo seriam posteriormente confirmadas no VII Conselho Nacional do partido(911) na moção de estratégia aí aprovada(912). Na mesma estratégia se enquadraria o apoio do PSD ao Governo Nobre da Costa(913) e, como já vimos, os contactos com António Ramalho Eanes, no sentido de aceitar a liderança de um movimento de salvação nacional, no âmbito do qual o PSD se propunha assumir um relevo particular.

Como tal objectivo se mostrasse irrealizável, conside-

---

(911) A "Convocatória" e a "Ordem de trabalhos" para o VII Conselho Nacional de 1978, cuja realização seria decidida na reunião da Comissão Política de 12 de Julho (Cf. "Acta da 1ª reunião extraordinária da Comissão Política Nacional", de 12 de Julho de 1978, pontos 5 e 1, Serviços de Documentação do PSD), seriam afixadas no *Povo Livre*, nº 209, de 19 de Julho de 1978.

O VII Conselho Nacional reuniria a 29 de Julho de 1978 no Hotel Roma, em Lisboa, tendo ao mesmo presidido Francisco Sá Carneiro, por força das alterações estatutárias introduzidas no VI Congresso. Para além da alteração ao "Regulamento interno" daquele órgão e da eleição dos seus Vice-Presidentes e Secretários, abordar-se-ia a situação político-partidária, sob a qual o PSD viria a tomar posição pública. Cf. "Regulamento interno do Conselho Nacional", aprovado nesta reunião e publicado no *Povo Livre*, nº 211, de 2 de Agosto de 1978, pp. 16 e 13 e as "Conclusões" do VII Conselho Nacional/78, igualmente aí publicadas, p. 1.

(912) A moção de estratégia, aprovada sem votos contra, apontaria para a constituição de um bloco de salvação nacional, para a formação de um Governo de iniciativa e base presidenciais e para a realização de eleições a curto prazo. Cf. "Moção de estratégia" aprovada no VII Conselho Nacional, no *Povo Livre*, nº 211, de 2 de Agosto de 1978, p. 2.

(913) O III Governo Constitucional, presidido por Alfredo Nobre da Costa, tomaria posse a 28 de Agosto de 1978, decidindo-se o PSD, em "Comunicado da Comissão Política Nacional", publicado no *Povo Livre*, nº 212, de 19 de Agosto de 1978, p.3, e, depois, no seu VIII Conselho Nacional de 1978, reunido a 9 e 10 de Setembro em Vila Real, a não inviabilizar o novo Governo; este, contudo, não passaria na Assembleia da República. Veja-se sobre a nomeação, pelo Presidente da República, do III Governo Constitucional e sobre a rejeição do seu Programa a nota 494 desta dissertação.

rando a actuação empreendida pelo Chefe do Estado(914), Francisco Sá Carneiro despoletaria a confrontação com o mesmo(915). O recuo na colagem ao Presidente da República seria, contudo, a prazo, inevitável, considerando a disposição deste em formar apenas Governos da sua exclusiva confiança. Essa confrontação, iniciada em meados de 1978, agravar-se-ia consideravelmente com a nomeação do IV Governo Constitucional(916), assumindo enormes proporções no ano seguinte e adquirindo uma dimensão já do plano ideológico e não meramente táctico-estratégico como até aí. Essa clivagem viria a ser determinante no despoletar de novo conflito interno no PSD, que terminaria com a segunda grande cisão do partido.

A ebulição da controvérsia intra-partidária permanecia desde a vitória, no VI Congresso, da linha estratégica de Francisco Sá Carneiro, embora tivesse apenas tido eco no círculo restrito do Grupo Parlamentar. Sintomático, no caso ver-

---

(914) Tendo sido recusada a proposta apresentada pelo PSD, o partido decidiria não participar no Governo sem a realização de eleições. Cf. "Comunicado da Comissão Política Nacional", de 2 de Agosto de 1978, *in Povo Livre*, nº 212, de 9 de Agosto de 1978, p. 3 e as "Conclusões" do Conselho Nacional de Vila Real, reunido a 9 e 10 de Setembro de 1978, Serviços de Documentação do PSD.

(915) A confrontação aberta entre Francisco Sá Carneiro e António Ramalho Eanes só se processaria de forma irreversível na altura das reuniões de Rio Maior promovidas pelo segundo, adquirindo a sua máxima expressão, nesta fase, quando Carlos Mota Pinto foi escolhido para liderar o IV Governo Constitucional, já nos finais de 1978. No fundo, a incompatibilidade entre Francisco Sá Carneiro e António Ramalho Eanes vinha desde o primeiro semestre de 1977, radicalizando-se ao longo de 1978, exceptuando o período da demissão do Governo PS/CDS e assumindo a mesma duas componentes: uma, temperamental, outra táctico-estratégica, dada a divergência de opções no que se refere ao plano político interno e externo. O realinhamento ideológico dessas posições só se completaria em 1979, como adiante se verá.

(916) O IV Governo Constitucional, tendo Carlos Mota Pinto como Primeiro Ministro, viria a ser empossado a 21 de Novembro de 1978. Veja-se, aqui, a nota 929.

tente, os acontecimentos que aí se sucederam os quais, no plano interno, jogariam um papel preponderante na posterior evolução do conflito.

A realização das Jornadas Parlamentares Sociais-Democratas(917) em Sangalhos(918), assumiria uma relevância fundamental neste capítulo. Primeiro, porque tal iniciativa partira dos subscritores das "Opções Inadiáveis"; segundo, porque a Comissão Executiva encarregada de as preparar seria apenas composta por elementos daquela facção; terceiro, porque a todos os títulos parecia aos seus opositores que com essas jornadas se pretendia realizar um golpe no cerne das tomadas de decisão intra-partidárias(919).

Um novo pólo de decisão interna instalar-se-ia a par-

---

(917) A realização dessas Jornadas fora decidida em reunião da Comissão Permanente do Grupo Parlamentar a 20 de Julho de 1978, tendo-se agendado para aquelas a eleição da Direcção do Grupo Parlamentar, a realizar antes do fecho dos respectivos trabalhos. Veja-se o "Regulamento base" e a "Agenda das Jornadas Parlamentares Sociais Democratas", no *Povo Livre*, nº 211, de 2 de Agosto de 1978, p. 13.

(918) Estas Jornadas realizar-se-iam em Sangalhos a 16 e 17 de Setembro de 1978, sendo a Comissão Executiva, aprovada na reunião de 20 de Julho de 1978 do Grupo Parlamentar do PSD, presidida por Joaquim Magalhães Mota e integrada por José Manuel Sérvulo Correia, Luís Nandim de Carvalho, Antídio Costa e Francisco Braga Barroso; a outra facção não conseguiria aí incluir qualquer dos seus membros, o que terá suscitado alguns mal-entendidos e o abandono da reunião em causa por parte de José Manuel Menéres Pimentel Cf. *Expresso*, nº 299, de 22 de Julho de 1978, p. 1.

(919) Da agenda das Jornadas constaria a análise da estratégia do partido e respectivas implicações no Grupo Parlamentar, para além do facto de a respectiva direcção ir aí ser eleita e não na Assembleia da República quando esta reunisse em Outubro. Cf. "Agenda" da reunião em causa, inclusa no "Regulamento-Base das Jornadas Parlamentares Sociais-Democratas", *Povo Livre*, nº 211, de 2 de Agosto de 1978, p. 13, tema II - O Grupo Parlamentar e a estratégia do partido.

Sobre a hipotética manobra golpista por parte dos "Inadiáveis", veja-se a contestação de que aquelas Jornadas seriam alvo junto das bases do partido, patente na imprensa da época, por exemplo em *O Dia*, de 14 de Setembro de 1978. Contradizendo essa suposta polémica, veja-se o conteúdo da intervenção de António Sousa Franco na Assembleia da República e a recusa dos signatários das "Opções

tir do momento em que aí se procedera à eleição de uma Comissão Permanente do Grupo Parlamentar e da sua Presidência, ambas afectas à facção divergente da orientação política que saíra vitoriosa no VI Congresso(920). De salientar também que Francisco Sá Carneiro não pudera permanecer na reunião(921) e que os trabalhos seriam sobretudo conduzidos por subscritores das "Opções Inadiáveis"(922). Além disso, os votos obtidos pela nova Direcção do Grupo Parlamentar, sempre os mesmos na eleição para cada lugar(923) seriam exemplo, sem dúvida suges-

---

Inadiáveis" em, à margem de Francisco Sá Carneiro, colaborarem nas conversações inter-partidárias propostas pelo PS. Cf. "Revista" do *Expresso,* nº 300, de 22 de Julho de 1978, p. I-R e *Expresso,* nº 301, de 5 de Agosto de 1978, pp. 1 e 12.

(920) Joaquim Magalhães Mota viria a ser eleito Presidente do Grupo Parlamentar do PSD e como tal, as "Opções Inadiáveis" passariam a ter um representante na Comissão Política Nacional, visto tal estar estatutariamente previsto. Veja-se a composição da Comissão Permanente do Grupo Parlamentar, toda ela afecta às "Opções Inadiáveis" na p. 112 do Anexo IV desta dissertação; a imprensa da época daria amplo relevo a ambas as eleições. Cf. por exemplo, o *Diário de Notícias, A Capital* e o *Jornal Novo,* todos de 18 de Setembro de 1978.

(921) Pelo facto de no início das mesmas ter recebido a notícia do falecimento de uma irmã, vindo a retirar-se por tal motivo. Cf. *Povo Livre,* nº 218, de 20 de Setembro de 1978, p.1 e *O Jornal,* de 22 de Setembro de 1978.

(922) Os relatores dos temas em debate seriam, conforme se pode verificar pela gravação dos trabalhos existente nos Serviços de Documentação do PSD, António Sousa Franco, Joaquim Magalhães Mota, José Manuel Sérvulo Correia, José António Furtado Fernandes, António Rebelo de Sousa, António Marques Mendes, Manuel Vilhena de Carvalho e José Joaquim Monteiro de Andrade. Veja-se, também, o "Comunicado" das Jornadas Parlamentares no *Povo Livre,* nº 218, de 20 de Setembro de 1978, p. 11.

O reflexo da realização das Jornadas na comunicação social seria significativo; veja-se, por exemplo, *O Jornal,* de 15 de Setembro de 1979, o *Diário de Notícias,* o *Jornal Novo* e o *Comércio do Porto,* todos de 16 de Setembro de 1979 e o *Jornal de Notícias* e o *Primeiro de Janeiro,* ambos de 18 de Setembro de 1979, dando ampla cobertura ao acontecimento.

(923) A direcção do Grupo Parlamentar obteria sempre, para cada nome, o mesmo número de votos; apenas Pedro Roseta viria a averbar 13 votos dos 54 possíveis. José Ângelo Correia e Helena Roseta seriam dois dos dezassete Deputados do PSD que não estiveram presentes naquelas Jornadas. Veja-se o *Povo Livre,* nº 219, de 27 de Setembro de 1978, quase todo dedicado às Jornadas Parlamentares, especialmente pp. 7, 8 e 9.

tivo, do facto de o grupo que tomara forma no Conselho Nacional do Sheraton e que perdera o Congresso de Julho permanecer coeso, conseguindo lograr os seus intentos ao eleger uma direcção parlamentar exclusivamente composta por elementos da sua confiança.

A facção dos "Inadiáveis" reafirmara, assim, o seu papel dentro do partido, para mais reforçado pelo facto de, em princípio, se prefigurar a realização de eleições legislativas a curto ou médio prazo. As exigências formuladas por esta facção(924) teriam, nesse caso, fortes probabilidades de vir a vencer, considerando não ser fácil a prossecução de qualquer objectivo político por parte do PSD sem a sua participação. A competência profissional e o perfil desses dirigentes tornavam-se essenciais nessas circunstâncias, já sem falar no grupo de pressão que representavam ao nível intra-partidário e nos efeitos negativos na imagem do partido no caso de uma eventual cisão. Apesar disso, as picardias entre as duas facções permaneceriam(925), não obstante as múltiplas afirmações de

---

(924) Veja-se a síntese dos trabalhos das I Jornadas Parlamentares Sociais-Democratas *in idem*, p.7.

(925) De que seria exemplo, em 18 de Novembro de 1978, a votação favorável do Grupo Parlamentar à extinção da Fundação Salazar, à revelia do decidido na Comissão Política Nacional; sobre esta questão veja-se a "Carta da Comissão Política Nacional ao Presidente do Grupo Parlamentar", datada de 17 de Novembro de 1978, Serviços de Documentação do PSD, na qual se afirma desconhecer que o Grupo Parlamentar tivesse pedido a ratificação do Decreto-Lei 295/78, que extinguia aquela Fundação, sendo a posição daquele órgão contrária a tal ratificação. Em resposta à mesma, Joaquim Magalhães Mota enviaria à Comissão Política Nacional uma carta, datada de 20 de Novembro de 1978, explicando que tal deliberação fora votada no Grupo Parlamentar e que aquele órgão dera à mesma tácito assentimento, decorrendo o desfazamento em causa da má articulação que considerava existir entre os dois órgãos. Sobre o mesmo assunto seria ainda trocada outra correspondência como a carta de Rui Machete, de 14 de Dezembro de 1978, explicando a posição assu-

ambas as partes de complementaridade e colaboração mútua(926).

Nessa medida, e embora no IX Conselho Nacional(927) e nas declarações dos seus principais dirigentes(928) se propu-

---

nida no quadro do Grupo Parlamentar, uma outra carta de Joaquim Magalhães Mota, de 15 de Dezembro de 1978, pedindo à Comissão Política um esclarecimento quanto à posição a adoptar relativamente aquele assunto e uma outra, do mesmo, de 11 de Janeiro de 1979, pedindo novo esclarecimento, visto considerar que a resposta daquele órgão, datada de 29 de Dezembro de 1978 e tomada na sua reunião de 20 do mesmo mês não seria suficientemente clara. Cf. "Acta da 8ª reunião ordinária da Comissão Política Nacional", de 20 de Dezembro de 1978, Serviços de Documentação do PSD e as diversas cartas reportadas acima, existentes nos mesmos Serviços.

Aliás, a tensão entre a Comissão Política Nacional e os membros da Direcção do Grupo Parlamentar seria já patente em meados de Outubro, aquando do provimento dos lugares de Adjuntos do Grupo Parlamentar e da Presidência da Assembleia da República, entendendo aqueles que o órgão executivo do partido não tinham tomado em consideração o seu parecer sobre o assunto. Vejam-se, a esse respeito, as declarações de Joaquim Magalhães Mota, defendendo que fossem aplanados "todos os escolhos que se levantam e se aclararem os pontos controversos", considerando que para tal se tornaria "indispensável que se ponha ponto final a considerações negativas junto de militantes àcerca do Grupo Parlamentar e se acabe de vez com as fugas de informação". Cf. "Acta da 4ª reunião ordinária da Comissão Política Nacional", 19 de Outubro de 1978, Serviços de Documentação do PSD.

Indício ainda dessa tensão seriam as declarações prestadas por António Sousa Franco ao *Tempo*, objecto de crítica por parte de alguns membros da Comissão Política Nacional, tais como Helena Roseta, José Ângelo Correia, e sobretudo, Amândio de Azevedo, enquanto outros como José Manuel Menéres Pimentel, José Manuel Sérvulo Correia e Pedro Paes de Vasconcelos pretenderiam minimizar o seu reflexo. Cf. "Acta da 5ª reunião extraordinária da Comissão Política Nacional", 9 de Novembro de 1978, Serviços de Documentação do PSD.

(926) Tais como as declarações proferidas à imprensa nesse sentido por José Manuel Menéres Pimentel e por Luís Nandim de Carvalho. Cf. *O Comércio do Porto*, de 16 de Setembro de 1978. Enquanto o primeiro assumiria um papel de transição para que a figura de Francisco Sá Carneiro não fosse sujeita a maior desgaste, coordenando as movimentações internas do PSD, o segundo, embora sendo um dos subscritores das "Opções Inadiáveis" e apesar de inteiramente solidário com as posições aí assumidas, teria desde sempre afirmado não tencionar sair do partido no caso de se vir a enveredar para uma cisão.

(927) Cf. "Comunicado final" do IX Conselho Nacional do PSD, realizado em Évora, a 4 e 5 de Novembro de 1978, no *Povo Livre*, nº 225, de 8 de Novembro de 1978, pp. 2 e 11.

(928) Veja-se, por exemplo, a ideia partilhada por Francisco Sá Carneiro num comício realizado em Évora em Novembro de 1978, ao defender a "união de todos os democratas à volta de um partido verdadeiramente nacional" sem o "receio de aí nos diluirmos com o nosso programa e a nossa ideologia", mas declarando, simultaneamente, que "não se trata de formar um novo partido (...)", mas "(...) um projecto confluente de partidos, personalidades e várias forças, para tentar salvar o país".

gnasse a formação de um bloco político-social amplo e democrático tendo em vista conseguir-se uma maioria governamental e parlamentar estável, a obter mediante a convocação de eleições gerais antecipadas, tal não seria conseguido, tendo acabado o Presidente da República por constituir o IV Governo Constitucional; reforçada a intervenção deste órgão de soberania no processo político português, agravava-se a conflitualidade interna no PSD(929).

A atitude do PSD para com o Governo Mota Pinto seria a da sua não inviabilização, depois de uma primeira tentativa, falhada, de Francisco Sá Carneiro no sentido de afrontar o Executivo por altura da aprovação do Programa de Governo. Disso teria sido dissuadido pelo Governo-sombra, constituído por elementos que tinham estado na oposição ao Presidente do partido e que este, com vista à pacificação interna, tinha aí integrado. Contudo, o PSD recusar-se-ia a participar no IV Governo Constitucional(930), tal como ficaria estabelecido no

---

Cf. *Povo Livre*, nº 225, de 8 de Novembro de 1978, p. 4.

(929) Sobre a indigitação de Carlos Mota Pinto para Primeiro-Ministro do IV Governo Constitucional e o significado desse acto em termos do reforço do papel do Chefe de Estado, veja-se o artigo de MARCELO REBELO DE SOUSA "Novo passo na arbitragem política presidencial", no *Expresso*, nº 313, de 28 de Outubro de 1978, p. 2.

Tal indigitação seria alvo de considerandos vários por parte dos membros da Comissão Política do PSD. Cf. "Acta da 5ª reunião extraordinária da Comissão Política Nacional", de 9 de Novembro de 1978, Serviços de Documentação do PSD. Recorde-se que Carlos Mota Pinto fora um dos dissidentes da cisão de Aveiro do PSD.

(930) Veja-se a posição assim assumida pela Comissão Política Nacional no seu "Comunicado" de 22 de Novembro de 1978, publicado no *Povo Livre*, nº 228, de 29 de Novembro de 1978, p. 3, na sequência da sua aprovação, por maioria, na reunião daquele órgão. Cf. "Acta da 6ª reunião extraordinária da Comissão Política Nacional", de 22 de Novembro de 1978, Serviços de Documentação do PSD; veja-se, também, a votação do partido contra a Moção de Rejeição ao Governo de Carlos Mota Pinto a 13 de Dezembro de 1978, no *Povo Livre*, nº 230, de 13 de Dezembro de 1978, p. 1.

seu IX Conselho Nacional e posteriormente reiterado na reunião seguinte do mesmo órgão(931).

A partir da indigitação de Carlos Mota Pinto para Primeiro-Ministro é que as relações, já de si tensas, entre Francisco Sá Carneiro e António Ramalho Eanes se agudizariam, agravando-se, consequentemente, a tensão interna no PSD, sobretudo perante a radicalização progressiva nesse sentido em que aquele entraria a partir de início de 1979. O processo desenvolver-se-ia de tal forma, que se tornaria impossível impedir a cisão.

2. Enquanto no plano nacional o início de 1979 seria marcado por alguns encontros de alto significado no que concerne à vida política, económica e social, no plano interno do PSD começavam a surgir novos dados na controvérsia já existente, que se veria agravada no decorrer dos meses seguintes.

Entre os factos mais significativos ocorridos logo no início do ano sobressairia a constituição da nova central sindical, a União Geral de Trabalhadores (UGT), que resultara da confluência de esforços do PS e do PSD no plano laboral(932).

---

(931) O X Conselho Nacional de 1978, extraordinário, teria lugar no Hotel Altis em Lisboa, a 10 de Dezembro de 1978. Vejam-se as "Conclusões" deste Conselho Nacional no *Povo Livre*, nº 230, de 13 de Dezembro de 1978, p.2.

(932) A confluência da actuação do PS e do PSD no plano sindical ficar-se-ia a dever ao movimento surgido na sequência da "Carta Aberta" divulgada em Julho de 1976 (Cf. *A Nortada*, nº 25, 1976), que entraria em crise com a Intersindical (Cf. *Expresso*, nº 202, de 10 de Setembro de 1976, p. 14 e nº 217, de 23 de Dezembro de 1976, p. 3), levantando graves problemas internos no PS (Cf. *Expresso*, nº 219, de 7 de Janeiro de 1977 e nº 225, de 18 de Fevereiro de 1977).

A partir de Abril de 1977, os sociais-democratas tentariam a aliança com os socialistas, aliança essa que viria a ser possibilitada com a vitória da estraté-

Na constituição da UGT estavam já presentes alguns afloramentos dos posteriores conflitos dentro do movimento sindical social-democrata, no qual se distinguiam duas correntes: os Sócio-profissionais e a TESIRESD(933). Os Sócio-profissionais, maioritários, não desejavam a criação daquela estrutura, visto que tal implicaria um acordo no plano sindical com os socialistas, acordo esse não desejado. Ao invés, estes teriam defendido a formação de uma mini-central sindical unicamente ligada aos meios sociais-democratas.

---

gia sindical de Maldonado Gonelha do PS, que propunha a criação de uma nova central e a aliança com os sociais-democratas para vencer o domínio comunista no plano sindical, contra a de Kalidás Barreto, que defendia a luta contra estes no seio da própria Intersindical. Cf. *O Jornal*, de 15 de Abril de 1977.

O Congresso da UGT acabaria por ter lugar no Porto a 27 de Janeiro de 1979. Vejam-se as "Decisões do I Congresso da UGT" em *As Setas*, boletim de organização do Partido Social-Democrata, nº 1, de 17 de Março de 1979. Este boletim, com periodicidade quinzenal, passaria a ser remetido aos órgãos nacionais, regionais, distritais e concelhios e às Secções e Núcleos profissionais do partido, assim como aos Autarcas PSD e aos primeiros Vereadores dos outros partidos.

O Congresso da CGTP-Intersindical realizar-se-ia, também, em Janeiro de 1979, tal como o Congresso das Actividades Económicas, igualmente realizado nessa altura, tendo o PSD aí apresentado algumas comunicações provindas do seu Gabinete de Estudos. Veja-se, por exemplo, a intervenção aí realizada por José Pinto Ganhão, membro da Comissão Política Nacional, sobre "A agricultura portuguesa e a integração económica", existente nos Serviços de Documentação do PSD.

(933) Os Sócio-profissionais constituiriam a tendência sindical maioritária do PSD assente no militante social-democrata médio, dotado de um perfil nacionalista e sem grande tradição sindical, detendo uma estrutura mais ligada ao aparelho do partido; teorizada por Amândio de Azevedo, seriam seus principais expoentes no campo da acção Arménio Santos, Eduardo Gomes, Manuela Teixeira e José Azevedo. Quanto à TESIRESD (Tendência Sindical Reformista Social-Democrata) constituída em Novembro de 1978, pretendia distinguir o plano político do plano sindical, tendo como teóricos no aparelho partidário Mário Pinto e Henrique Nascimento Rodrigues, enquanto no plano da acção sobressairiam Miguel Pacheco, que viria a ser o primeiro Presidente da UGT, António Cabecinha, Jorge Paz Rodrigues e Rui Oliveira e Costa, então único elemento do PSD presente no órgão executivo da nova central sindical.

Estas facções viriam, mais tarde, a radicalizar os respectivos posicionamentos, sobretudo aquando da formação dos TSD (Trabalhadores Sociais-Democratas), na qual se diluiriam aquelas duas estruturas sob o predomínio dos Sócio-profissionais.

Quanto à outra tendência sindical, minoritária - a TESIRESD - apresentava-se como a grande defensora dessa aliança, motivada por razões de ordem estratégica, mas também do foro ideológico, num espírito defensor da impossibilidade de existência de um movimento sindical sem internacionalismo, sendo que para tal objectivo fosse prosseguido se tornava imprescíndivel a convergência com os socialistas.

Tais dissenções seriam, na altura, sublimadas pela cobertura que Francisco Sá Carneiro daria à formação da UGT, embora no plano político o PSD permanecesse na oposição ao PS.

Apontando para objectivos específicos, tais como a constituição de um bloco político e social alargado ao PS e ao CDS para gerir a crise, liderado ou não pelo Presidente da República, a necessidade de se rever a Constituição, de promover a realização de eleições antecipadas e de se apontar já no sentido da coincidência das três maiorias(934), a estratégia defendida então pelo PSD cifrava-se na ideia base propugnada por Francisco Sá Carneiro, no sentido de produzir uma alteração profunda do rumo do processo político-social.

O projecto delineado pelo Presidente do PSD passava pelo diagnóstico prévio e preciso da crise nacional, política,

---

(934) Veja-se a entrevista de Francisco Sá Carneiro concedida ao *Expresso*, na "Revista" deste semanário, nº 323, de 6 de Janeiro de 1979, pp. 1-R e 2-R, na qual estão expressos os principais objectivos políticos do PSD de então.

A necessidade de coincidência e de articulação entre a maioria presidencial, parlamentar e de revisão constitucional seria expressamente formulada pela primeira vez em finais de Outubro de 1978, por ocasião da apresentação do "Manifesto Reformador", subscrito por António Barreto, José Medeiros Ferreira e outros independentes e dissidentes do PS, ideia mais tarde anexada pelo PSD, sobretudo no âmbito da AD. Veja-se sobre os "Reformadores", o *Expresso*, nº 313, de 28 de Outubro de 1978, p. 1 e a nota 499 desta dissertação.

económica e social, para cuja superação entendia ser necessário introduzir novos vectores na cena política portuguesa, tendo em vista a transformação profunda da mesma(935) e sendo os principais vectores da sua estratégia os acima delineados.

Nesse propósito, e por ocasião da realização do I Conselho Nacional de 1979(936), Francisco Sá Carneiro apresentaria o seu projecto de revisão da Constituição(937). Aprecia-

---

(935) Segundo as suas palavras: "A crise é muito profunda, não é apenas uma crise económica é uma crise nacional, de sentido histórico; é uma crise social também"; sublinharia, igualmente, a necessidade de "(...) encontrarmos um novo rumo, um novo projecto, um novo sentido da nossa existência como país independente (...)". Cf. Entrevista de Francisco Sá Carneiro à "Revista" do *Expresso*, nº 323, de 6 de Janeiro de 1979, p. 2-R.

(936) O primeiro Conselho Nacional do PSD de 1979 viria a reunir-se a 13 e 14 de Janeiro em Viseu. Aquando da "Convocatória" para esta reunião, publicada nas páginas do *Povo Livre*, nº 234, de 10 de Janeiro de 1979, p.1, Francisco Sá Carneiro revelara publicamente estar a elaborar um projecto pessoal de revisão constitucional, depois de ter comunicado tal iniciativa à Comissão Política Nacional do partido, ao Gabinete-sombra e à Comissão de Revisão Constitucional do PSD. Cf. *idem*, pp. 3 e 13 e "Acta da 7ª reunião extraordinária da Comissão Política Nacional 11/01/79", ponto 3, Serviços de Documentação do PSD.

Nessa altura, porém, estava já pronto o texto do projecto, solicitado em finais de Novembro de 1978 por Francisco Sá Carneiro a Marcelo Rebelo de Sousa, que para tal seria apoiado por Margarida Salema, sua colaboradora na Faculdade de Direito de Lisboa e também militante do PSD.

(937) Este seria objecto de discussão no interior do partido (por exemplo na reunião da Comissão Política com os Presidentes das Distritais, levada a efeito a 10 de Fevereiro de 1979, para além das sucessivas trocas de impressões sobre o texto havidas em diversas reuniões da Comissão Política Nacional).

Veja-se, ainda, o guião e o plano das deslocações dos membros deste órgão aos diversos Distritos, durante os meses de Fevereiro e Março, com o fim de promover a discussão local do texto em causa, assim como a cronologia das operações seguintes - realização de Assembleias e Plenários das Secções para discussão do projecto, envio de propostas e aprovação do texto final pela Comissão Política Nacional. Cf. "Documento interno" do PSD, Serviços de Documentação do PSD e "Guia para discussão de uma Constituição para os anos 80 - Contributo para um projecto de revisão, de Francisco Sá Carneiro", Serviços de Documentação do PSD.

O projecto de revisão da Constituição do líder do PSD seria depois lançado sob a forma de livro, contendo as alterações a introduzir ao texto constitucional, bem como uma série de notas explicativas do novo articulado. Cf. FRANCISCO SÁ CARNEIRO, *Uma Constituição Para os Anos 80. Contributo Para um Projecto de Revisão*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1979.

do o mesmo na referida reunião(938), deliberar-se-ia no sentido de pôr essa proposta a debate ao nível partidário e nacional. No mesmo Conselho Nacional, para além de se ter verificado a adesão ao partido de alguns nomes sonantes da vida política nacional(939), aprovar-se-ia a Moção de estratégia apresentada pela Comissão Política Nacional, redigida em total consonância com o objectivo final perfilhado por Francisco Sá Carneiro(940).

Permaneceriam, contudo, por resolver as dissenções entre a linha que saíra vencedora do VI Congresso e os seus oponentes, apesar de algumas tentativas ensaiadas para a superação do potencial conflito que tal controvérsia poderia vir a suscitar.

Mantinham-se, portanto, ainda em aberto, apesar da vitória do Presidente do PSD, três vias possíveis para a subsequente actuação do partido, isto é, as decorrentes da hipótese teórica de o PSD, a prazo, poder vir a obter a maioria sózinho e que implicava, à partida, o abandono de uma eventual aliança com o CDS ou com o PS, esta mais remota, mas qualquer delas produzindo clivagens de sinal distinto e a

---

(938) Veja-se o "Comunicado final" do Conselho Nacional de Viseu, realizado em 13 e 14 de Janeiro, no *Povo Livre*, nº 235, de 17 de Janeiro de 1979, p. 3.

(939) Nomeadamente, Júlio Castro Caldas, dissidente de Aveiro; Vasco Pulido Valente, ex-PS; Alberto Regueira, Mário Raposo, Marques Matias e Suleyman Valy Maneda. Cf. *ibidem*. A possibilidade de se virem a verificar estas adesões já tinha sido ventilada tempos antes na imprensa, por exemplo no *Expresso*, nº 317, de 25 de Novembro de 1978, p.21.

(940) Veja-se o conteúdo da referida "Moção de estratégia" apresentada por José Manuel Menéres Pimentel e aprovada pelo Conselho Nacional de Viseu no "Comunicado final" respectivo, publicado no *Povo Livre*, nº 235, de 17 de Janeiro de 1979, p. 3.

possibilidade de o PSD avançar com, ou à revelia, do Presidente da República.

Se é certo que os "Inadiáveis" advogavam, ainda, a possibilidade de entendimento com a direcção política do partido(941), eventualmente por entenderem prematura uma confrontação com a mesma e de se poder admitir que Francisco Sá Carneiro pretendesse, também, minimizar essas divergências(942), o facto é que a ruptura entre as duas facções se começava a delinear com maior precisão.

Quando da realização do Conselho Nacional seguinte(943)

---

(941) Como referimos atrás, em finais de Outubro do ano anterior, Francisco Sá Carneiro convidara parte dos seus oponentes do Congresso de Julho para com ele colaborarem, integrando alguns deles no Governo-sombra, tendo certas personalidades entendido ser de prestar tal colaboração; seria o caso de Francisco Pinto Balsemão, de Marcelo Rebelo de Sousa e de José Alfaia Pinto Pereira, por exemplo. Outras personalidades, como António Sousa Franco e Rui Machete, convidados a exercer cargos na Comissão Permanente para os Assuntos Governativos (Governo-sombra ou Gabinete-sombra), declinariam o convite; António Sousa Franco recusaria mesmo a Presidência dessa Comissão, segundo o próprio nos confirmou. A imprensa da época daria algum relevo à matéria. Veja-se, por exemplo, o *Expresso*, nº 314, de 4 de Novembro de 1978, p. 1.

(942) Veja-se a sua resposta à questão formulada por Maria João Avillez sobre os "Inadiáveis", na "Revista" do *Expresso*, nº 323, de 6 de Janeiro de 1979, p. 3-R.

(943) A "Convocatória" do II Conselho Nacional de 1979 sairia no *Povo Livre*, nº 239, de 14 de Fevereiro de 1979, p. 1 depois da Comissão Política Nacional ter deliberado nesse sentido. Cf. "Acta da Comissão Política Nacional, - Secção de organização, implantação e eleições - 1/02/79", Serviços de Documentação do PSD.

De notar que em anterior reunião daquele órgão, se decidira, por maioria, com a única abstenção de Joaquim Magalhães Mota, passar a Comissão Política a funcionar em duas secções a reunirem bimensalmente: uma, a acima referida, presidida por Francisco Sá Carneiro e constituída por Amândio de Azevedo, Afonso Moura Guedes, Helena Roseta, Tomás Oliveira Dias, Eurico de Melo e José Pinto Ganhão, tendo nela também assento José Manuel Menéres Pimentel; outra, a "Secção político-parlamentar", presidida por José Manuel Menéres Pimentel, tendo por membros Joaquim Magalhães Mota, Alberto João Jardim, José Ângelo Correia, Eva Xavier, Leonel Pires e Pedro Pais de Vasconcelos, podendo participar em ambas os representantes da JSD e das Regiões Autónomas. Cf. "Acta da 10ª reunião ordinária da Comissão Política Nacional 17/01/79", *item* 5, Serviços de Documentação do PSD.

O II Conselho Nacional acima reportado viria a ter lugar no Vimeiro (Torres Vedras), nos dias 17 e 18 de Fevereiro de 1979.

já a tensão interna se avolumara consideravelmente, sendo significativa, a tal propósito, a deliberação aí tomada quanto à dependência do Grupo Parlamentar da Comissão Política Nacional, à qual competiria fixar o sentido dos votos dos Deputados sociais-democratas(944). Essa resolução não seria acatada facilmente pelos visados, nos quais avultavam os adeptos dos "Inadiáveis", que assim viam acentuar-se a sua já precária sedimentação no partido.

Este seria mais um sintoma da conflitualidade interna que vinha a grassar desde o ano anterior e da própria crise no seio do Grupo Parlamentar, despoletada por aquela decisão, pelo agravamento da cena política provocado primeiro pela actuação do Presidente da República e do Conselho da Revolução(945) e, posteriormente, no momento da votação do Plano e Orçamento do Governo Mota Pinto, numa espiral que conduziria necessariamente à cisão.

O apoio que a oposição interna a Francisco Sá Carneiro viria a revelar quanto ao Governo Mota Pinto e a defesa pro-

---

(944) Seria o seguinte o texto aprovado no concernente a esta questão: "É à Comissão Política Nacional que compete fixar o sentido do voto dos Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, excepto quando aquela Comissão Política delegue esse poder na Comissão Permanente ou quando o Conselho Nacional do Partido delibere sobre o sentido do voto". Veja-se o "Comunicado final" do II Conselho Nacional de 1979, no *Povo Livre*, nº 240, de 21 de Fevereiro de 1979, pp. 3 e 4.

(945) Sem prejuízo dos factos relacionados com este assunto, relatados no Capítulo VII, subcapítulo 2 desta dissertação, veja-se o "Comunicado da Comissão Política Nacional do PSD", de 9 de Março de 1979, Serviços de Documentação do PSD, no qual se assume uma atitude crítica relativamente ao documento que despoletara a crise, (da autoria de Pezarat Correia), ao facto de o mesmo ter sido discutido no Conselho da Revolução e ao silêncio do Presidente da República quanto a tal intervenção. Veja-se, igualmente, a conferência de imprensa de Francisco Sá Carneiro sobre o mesmo assunto no *Povo Livre*, nº 244, de 21 de Março de 1979, p. 2.

pugnada de uma frente alargada com o PS sob o beneplácito de António Ramalho Eanes, mesmo depois do afastamento relativamente ao Presidente do PSD, estariam na base do agravamento do conflito entre as duas facções.

Os contornos das divergências internas no PSD tornavam-se assim mais nítidos, assumindo o conflito intra-partidário um conjunto de características, entre as quais avultariam o antagonismo pessoal e as diferenças estratégicas e tácticas, estando às mesmas subjacente duas orientações de cariz ideológico distinto.

Se no plano do sistema de governo as divergências nem sempre foram notórias, bastando para o ilustrar as fórmulas sucessivamente assumidas, ao sabor das conveniências, pelas duas facções(946), apontando para a subalternização do papel do Presidente da República ou, ao invés, para a defesa da sobrevalorização do parlamentarismo, a componente ideológica do conflito, essa, passaria a sobressair com uma relevância mais

---

(946) O primeiro projecto (depois de 1974) de revisão constitucional apresentado por Francisco Sá Carneiro, atrás reportado, teria um cariz acentuadamente presidencialista. Cf. FRANCISCO SÁ CARNEIRO, *Uma Constituição Para os Anos 80, Contribuição Para um Projecto de Revisão,* Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1979, especialmente o Título II, Capítulo II, artigos nº 126º, 127º, 128º e 129º, que definem as competências do Presidente da República, pp. 96 a 100 e os Títulos III e IV, referentes à Assembleia da República, ao Governo e ao alargamento do mandato presidencial para 7 anos.

A sua proposta, mesmo que ditada por meras razões de ordem táctica, de um bloco político e social sob a égide do Chefe de Estado também enfermaria do mesmo perfil presidencializante do sistema, tendo-se vindo a afastar dela pelos motivos apontados no texto. Mais tarde, como veremos adiante, viria de novo a acentuar-se tal tendência, aquando do "repescar" de um militar para candidato do PSD às eleições presidenciais. Cf. sub-capítulo 3 desta Parte da dissertação.

Do lado dos "Inadiáveis" seriam igualmente tomadas atitudes claramente presidencialistas, sobretudo visíveis através do percurso percorrido por alguns dos seus expoentes, depois da cisão, mormente aquando da constituição do PRD.

evidente.

Permanecendo, embora, com a maior intensidade as determinações de carácter estratégico e táctico e de poder pessoal, configuradas a partir do quadro de oportunidades que se apresentavam, quer no plano externo, quer no plano interno, ao PSD e às duas facções em confronto, declaravam-se as mesmas com crescente nitidez a coberto de duas orientações ideológicas de certa forma distintas. Do lado dos "Inadiáveis" defendia-se o sistema, propondo-se reformulá-lo progressivamente; do lado de Francisco Sá Carneiro optava-se claramente pela sua contestação, inserida esta numa lógica distinta no encarar do futuro da Democracia portuguesa.

Ambas as perspectivas terão, contudo, que ser enquadradas no quadro das oportunidades oferecidas pelo sistema político e dos interesses reais das duas facções, tendo em conta que a protagonização acrescida de qualquer delas implicaria, inevitavelmente, a diminuição das hipóteses da sua oponente.

Para ilustrar tais considerações, bastará atentar nas diversas jogadas tácticas das duas facções, seja quanto à política de alianças alternada e, por vezes, contraditória de ambas, seja no que se refere aos apoios ou à retracção sucessivamente assumidos relativamente aos diferentes Executivos.

Nesta quadro, os "Inadiáveis" procurar-se-iam assumir como os verdadeiros sociais-democratas, acusando Francisco Sá Carneiro de ceder à influência dos "Duros" do partido, situados à sua direita e nos quais se espelharia a componente populista do PSD. Na mesma perspectiva, sob tal égide, o PSD

estaria a prosseguir o caminho da desvirtuação ideológica e da incoerência programática.

Para Francisco Sá Carneiro tratava-se, sobretudo, de inverter todo o processo político, de molde ao PSD poder assumir um papel liderante no mesmo, integrando, nessa perspectiva, não só os resultados da sua reflexão sobre os distintos dados da situação, passada e presente, como a possibilidade de catalização dos incontestáveis apoios populares de que dispunha e, daí, o recurso a um excessivo basismo de que o acusariam os seus detractores. Para a consecução desse objectivo importava o apoio dos sectores conhecidos como "Duros", os quais complementavam, nas esferas intermédias e superiores do partido, os indiscutíveis suportes com que Francisco Sá Carneiro contava já ao nível das bases.

3. Temos, assim, que a precária estabilidade intra-partidária do PSD, uma vez mais, entroncava nas próprias raízes complexas e múltiplas da sua identidade ideológica e sociológica, nas quais tinham confluído três realidades distintas de difícil convivência: a orientação ideológica social-democrata patente no Programa e a maioria dos quadros do partido, para além das bases que com ela se identificavam, a leitura liberalizante do processo político-partidário que estivera igualmente na sua raiz e a componente populista com longa implantação a nível das bases partidárias e essencialmente configurada em Francisco Sá Carneiro.

Como pretexto para o detonar da crise viria a ser

decisivo um artigo de António Sousa Franco(947) defendendo a votação positiva das leis do plano e do orçamento do Governo Mota Pinto. Em consequência, reuniria a Comissão Política Nacional com o fim de definir o sentido do voto(948), tornando-se clara a tensão interna que a dissonância entre o Grupo Parlamentar e a direcção política do partido estava a provocar(949). António Sousa Franco e Joaquim Magalhães Mota, ao contrário de Francisco Sá Carneiro, defendiam que o PSD não deveria precipitar a queda do Governo Mota Pinto, o qual, na sua perspectiva, acabaria por capitular até 1980. De igual forma, poderá admitir-se que aqueles dirigentes pensavam que o PSD poderia vir, então, a ser maioria, mesmo no quadro do sistema eleitoral vigente, sendo que qualquer acordo com o CDS afectaria negativamente tal objectivo.

Dentro do PSD parecia, além disso, começar a prefigurar-se um embrião de um partido alternativo, fomentado exteriormente pelas declarações do Primeiro-Ministro e pelos contactos e reuniões entre este, alguns dirigentes do PSD e

---

(947) No artigo em questão António Sousa Franco declararia tratar-se de uma "questão de bom senso" e que a votação desfavorável dessas leis seria um "(...) acto irresponsável e reprovável (...), só para derrubar um Governo para o qual não se encontram alternativas". Cf. *Correio da Manhã*, de 21 de Março de 1979.

(948) A Comissão Política Nacional reuniria a 22 de Março de 1979, tendo-se decidido pela abstenção, salvo se, no seu discurso de encerramento, o Primeiro-Ministro respondesse de uma maneira favorável às questões postas pelo PSD. Cf. "Acta da Comissão Política Nacional, 22/03/79", Serviços de Documentação do PSD.

(949) Vejam-se, por exemplo, as declarações de Joaquim Magalhães Mota e de Francisco Sá Carneiro do dia anterior àquela reunião, no *Diário de Notícias*, de 22 de Março de 1979.

representantes de António Ramalho Eanes(950), assistindo-se, assim, a dois fenómenos paralelos: de um lado, a aceleração dos "Inadiáveis" em face desta hipotética alternativa; do outro, o grupo que gravitava à volta de Francisco Sá Carneiro tentando, a todo o transe, provocar o afrontamento perante o quadro que se avizinhava, por forma a realizar a viragem.

As divergências internas do PSD viriam depois a manifestar-se claramente em plena Assembleia da República quando, no momento da votação, se ausentaram do hemiciclo quarenta e três dos seus Deputados e da sua bancada surgiram cinco votos a favor do Orçamento e dois votos a favor do Plano, contrariamente ao estipulado pela Comissão Política Nacional do partido(951).

A situação assim provocada sofreria uma evolução progressivamente mais crítica no decurso da Primavera seguinte, da qual passaremos, em seguida, a equacionar os acontecimentos fundamentais.

Após as primeiras reacções provindas da direcção polí-

---

(950) Carlos Mota Pinto interviria primeiro na Rádio, concedendo depois uma entrevista ao *Expresso*, demarcando-se claramente de Francisco Sá Carneiro e apostando, no fundo, no esvaziamento dos partidos então constituídos. Cf. "Revista" do *Expresso*, nº 336, de 7 de Abril de 1979, pp. 1-R a 4-R.

Quanto às reuniões referidas realizar-se-iam algumas com a presença de representantes de António Ramalho Eanes, elementos da Confederação da Agricultura Portuguesa (CAP) e industriais diversos, assim como seriam estabelecidos vários contactos com elementos do CDS e dissidentes de Aveiro e encontros com o PS. Note-se que os socialistas não estavam, ainda, em confronto com o Presidente da República e que só lucrariam com o eventual enfraquecimento do PSD.

(951) Votariam favoravelmente o Plano António Barbosa de Melo e João Cacela Leitão, abstendo-se 30 Deputados do PSD; aqueles, tal como José Ferreira Júnior, Carlos Alberto Coelho de Sousa e António Gonçalves votariam favoravelmente o Orçamento. Veja-se o texto "As razões do nosso voto, Comunicado da Comissão Política Nacional do PSD", difundido a 23 de Março de 1979, Serviços de Documentação do PSD.

tico-partidária do PSD(952) e das críticas por outro lado tecidas pelo Grupo Parlamentar do partido àquele órgão e ao seu Presidente(953), relativamente ao facto de se terem os mesmos decidido pela abstenção quanto aos documentos apresentados pelo Governo Mota Pinto, a situação intra-partidária complicar-se-ia sensivelmente.

Entre a crise aberta no Governo, os apoios internos a Francisco Sá Carneiro(954) e a progressivamente deteriorada situação do Grupo Parlamentar do PSD, cujos principais expoentes manifestavam já a ruptura total com aquele dirigente(955),

---

(952) Não só o Comunicado referido na nota anterior, especialmente o ponto 4 respectivo, como as declarações de Francisco Sá Carneiro em depoimento ao *Expresso*, nº 338, de 24 de Março de 1979, p. 16, seriam elucidativos a este respeito.

(953) Num Comunicado enviado aos órgãos de informação, o Grupo Parlamentar acusaria a Comissão Política Nacional de comportamento contraditório e de não apresentar alternativa às propostas apresentadas pelo Governo. Cf. *Expresso*, nº 339, de 31 de Março de 1979, p. 1.

As mais destacadas figuras do Grupo Parlamentar do PSD pronunciar-se-iam de forma idêntica, pessoalisando ainda mais a controvérsia então gerada; veja-se nesse sentido, um artigo de Antonio Sousa Franco publicado num matutino lisboeta, no qual este dirigente atacava Francisco Sá Carneiro e a estratégia subjacente àquela sua decisão, dizendo expressamente que: "(...) condicionar a votação na generalidade à aceitação das alterações introduzidas na Lei do Orçamento por parte do Governo é apenas uma maneira política de votar contra; contra o Orçamento, contra o Governo, contra o Presidente da República - no âmbito de uma crise fabricada, que já se destinava a isto", indo mesmo mais longe ao defender que "É o momento de se buscarem soluções de fundo, de se realizarem projectos políticos e de esmagar politicamente (...) os semeadores de vento e os palhaços que (...) vêm perturbar o começo de qualquer trabalho de reconstrução nacional". Cf. *Correio da Manhã*, de 26 de Março de 1979. Seguir-se-iam outras intervenções do mesmo dirigente em diversos órgãos da imprensa diária e semanal, às quais contestaria Francisco Sá Carneiro em tom igualmente virulento.

(954) Vejam-se por exemplo, quer a identificação da JSD com as determinações da direcção do partido, através de um "Comunicado da Comissão Política", reunida a 25 de Março de 1979, quer o apoio de plenários das bases de diversas zonas do país manifestado a Francisco Sá Carneiro, publicadas no *Povo Livre*, nº 245, de 28 de Março de 1979, pp. 4, 5 e 7.

(955) Veja-se a caixa de MARCELO REBELO DE SOUSA "A figura da semana", no *Expresso*,

reunir-se-ia novo Conselho Nacional do PSD.

As deliberações aí tomadas, nas quais se repercutiriam os conteúdos altamente emocionais das diversas intervenções(956), não seriam acatadas pelos Deputados em dissidência, os quais, depois de se terem recusado a assinar os compromissos de honra com o partido(957), tendo em conta a possibilidade de passarem a independentes, viriam, igualmente, a repudiar

---

nº 335, de 31 de Março de 1979, p. 3, na qual estão reportados os passos fundamentais do "duelo verbal" patente na imprensa e na RTP suscitado entre António Sousa Franco e Francisco Sá Carneiro, no âmbito daquela polémica.

(956) Conforme verificámos através das gravações existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

O III Conselho Nacional do PSD reuniria na Guarda, a 31 de Março e 1 de Abril de 1979, depois da deliberação nesse sentido tomada na reunião da "Secção de implantação, organização e eleições" da Comissão Política Nacional. Cf. "Acta da reunião da Comissão Política Nacional, de 8/03/79", Serviços de Documentação do PSD.

Nas respectivas "Conclusões" seria criticada a atitude dos Deputados que tinham contrariado as directrizes partidárias, deliberando-se retirar a confiança política à Direcção respectiva, assim como à sua Comissão Permanente e convidando-se António Sousa Franco a desvincular-se do partido. Cf. "Comunicado final" do III Conselho Nacional de 1979, de 1 de Abril de 1979, especialmente II Parte, ponto 1, 3 ,4 e 6, *in Povo Livre,* nº 246, de 4 de Abril de 1979, p. 3.

(957) Na posse de António Barbosa de Melo, esses compromissos deveriam ser assinados pelos Deputados que se tinham retirado da sala no momento da votação do Plano e do Orçamento, por alusão de Francisco Sá Carneiro implícita na decisão tomada na direcção do partido e reafirmada no Conselho Nacional da Guarda já reportado. Lê-se no "Comunicado final" da reunião deste órgão que: "O Conselho Nacional exorta os Deputados a tornarem inequívoca, viva e actuante a sua adesão ao Programa, aos Estatutos e à actuação do PSD (...)". Cf. "Comunicado final" do III Conselho Nacional de 1979, de 1 de Abril de 1979, II Parte ponto 4, *in Povo Livre,* nº 246, de 4 de Abril de 1979, p. 3.

Por seu lado, os Deputados em dissidência, invocariam o artº 4º, nº 2 do "Regulamento do Grupo Parlamentar", segundo o qual esses compromissos não poderiam ser utilizados contra a vontade dos interessados, salvo se com prévia decisão, por escrutínio secreto, do Grupo Parlamentar, que, a tal procedendo, deliberaria por 33 votos a favor, 1 contra e 3 recusas de votar, para além de alguns terem abandonado a reunião em causa, que em seu entender não seria legítima, nem portanto regular, a correspondente invocação. Cf. "Comunicado do Grupo Parlamentar do PSD", de 4 de Abril de 1979, especialmente os *ítens* I 8, 9 e VI, o qual, tal como o "Regulamento do Grupo Parlamentar" referido, seria consultado nos Serviços de Documentação do PSD.

tais deliberações(958). Esta circunstância só agravaria uma situação já de si de impossível resolução consensual, apesar da imagem que ainda se pretendia salvaguardar(959) e dos eventuais esforços realizados nesse sentido.

4. O último passo deste processo seria dado com a cisão ocorrida no Grupo Parlamentar(960), tal como se vinha a prefi-

---

(958) O repúdio em causa teria lugar numa reunião do Grupo Parlamentar havida a 3 de Abril de 1979, recusando-se também as individualidades em questão a aceitar o parecer vinculativo emitido sob pedido da Comissão Política Nacional pelo Conselho de Jurisdição Nacional, reunido a 29 de Março de 1979, que entenderia só poderem os Deputados abster-se de votar: "(...) quando estejam em causa graves princípios morais ou éticos e desde que tenha sido previamente reconhecida a verificação, no caso concreto, daquele direito de objecção de consciência pelo órgão a quem competir a decisão do sentido de voto" (isto é a Comissão Política Nacional). Cf. "Parecer do Conselho de Jurisdição Nacional", apenso ao "Comunicado final" do Conselho Nacional da Guarda, *in Povo Livre*, nº 246, de 4 de Abril de 1979, p. 3.

Veja-se igualmente o "Comunicado do Grupo Parlamentar do PSD", datado de 14 de Abril de 1979, Serviços de Documentação do PSD, elaborado na sequência da reunião do dia anterior, no qual se contesta aquela disposição dos Conselhos Nacionais da Guarda e do Vimeiro nomeadamente por se considerar anti-estatutária, visto nos Estatutos o órgão responsável pela definição do sentido do voto ser o Grupo Parlamentar. Cf. respectivamente os artº 5º 47º-d) e 23º-c) e 32º dos *Estatutos do PSD, aprovados no V Congresso do Porto a 28/29 de Janeiro de 1978.*

(959) Veja-se o depoimento de Francisco Sá Carneiro aos órgãos de comunicação social antes do início dos trabalhos do Conselho Nacional da Guarda, no qual, apesar de reconhecer a existência de dificuldades internas e de um "aparente" conflito entre os órgãos do partido, se mostrara convencido de que se iria processar a clarificação intra-partidária; Cf. por exemplo, *O Comércio do Porto*, de 1 de Abril de 1979.

Com o objectivo de se encontrar uma plataforma conciliatória seria igualmente levada a efeito uma reunião em casa de Artur Cunha Leal, em vésperas do Conselho Nacional da Guarda, uma outra no segundo dia do Conselho Nacional, na qual participariam Francisco Sá Carneiro, Joaquim Magalhães Mota, José Manuel Menéres Pimentel, Nuno Rodrigues dos Santos e Manuel Cunha Rodrigues e ainda um encontro, ao almoço, entre Francisco Sá Carneiro e Joaquim Magalhães Mota. As exigências eventualmente formuladas pelo primeiro, entre as quais, segundo este último nos relataria, se englobava o "corte de cabeças" de algumas das figuras dos "Inadiáveis", não seriam aceites, tornando-se eminente a ruptura entre as duas facções.

(960) No dia 4 de Abril de 1979 os seguintes Deputados do PSD demitir-se-iam do partido, passando a independentes: Anantino Marques Pereira de Lemos, Américo de Sequeira, António Augusto Gonçalves, António Marques Mendes, António Joaquim Verissimo, António Rebelo de Sousa, António de Sousa Franco, António Barata Portugal, Arcanjo Nunes Luís, Artur Cunha Leal, Fernando Adriano Pinto, Francisco Barbosa da Costa, Francisco Braga Barroso, Franciso Costa Oliveira, Gabriel Ribeiro da Frada, João António Martelo de Oliveira, Manuel Pereira Vilar, João Lucílio Cacela Leitão,

gurar desde há bastante tempo. Ao perfazer-se esse passo encerrava-se um ciclo iniciado muito atrás, cujos principais vectores conduziriam, inevitavelmente, a tal desfecho.

Não só perduravam algumas das bases de clivagem intra-partidária supostamente dirimidas com a primeira cisão interna, como toda a actuação de Francisco Sá Carneiro se orientaria nesse sentido, sobretudo desde meados de 1977, tal como, posteriormente, a acção empreendida pelos seus apoiantes com o objectivo de abrirem o caminho para o seu regresso e

---

João Manuel Ferreira, Joaquim Magalhães Mota, José António Furtado Fernandes, José Gonçalves Sapinho, José Monteiro de Andrade, José Júlio Carvalho Ribeiro, José Manuel Sérvulo Correia, Júlio Maria Alves da Silva, Manuel Vilhena de Carvalho, Manuel Cunha Rodrigues, Mário Pinto, Olívio da Silva França, Rúben José Raposo, Vitor Hugo Mendes dos Santos e José Alberto Ribeiro. Cf. *Diário da Assembleia da República*, nº 49, I Série, de 5 de Abril de 1979, p. 1679.

Dois dias depois surgiria um documento intitulado "Alguns esclarecimentos urgentes", datado de 6 de Abril de 1979 e subscrito por alguns dos Deputados cisionistas (Joaquim Magalhães Mota, António Sousa Franco, José Manuel Sérvulo Correia, José António Furtado Fernandes, António Rebelo de Sousa e Mário Pinto), no qual se apontavam as causas formais da cisão, defendendo-se que a dissidência teria decorrido da marginalização crescente de que fora alvo o Grupo Parlamentar desde o Conselho Nacional de Fevereiro de 1979, realizado no Vimeiro, e sido precipitada pela "armadilha manifestamente preparada" na altura da votação do Plano e Orçamento e finalmente despoletada com a "campanha orquestrada de levantamento das bases contra os Deputados". Cf. *Expresso*, nº 336, de 7 de Abril de 1979, p. 1.

Mais tarde sairiam duas outras publicações, uma da JSD, intitulada "Porque saímos - prescindir da opinião ou prescindir do partido?", datada de 10 de Abril de 1979 e outra, na qual se evidenciariam apenas as causas próximas da cisão reportada, indicando-se os principais factos ocorridos até à fase terminal do conflito, bem como os pontos fundamentais das divergências internas que levariam à ruptura e ao mal-estar que se haveria de gerar entre o PSD e os Deputados independentes. Cf. "Declaração de voto dos sociais-democratas independentes sobre as propostas de Lei do Plano e do Orçamento para 1979" e "Declaração de voto dos Deputados sociais-democratas independentes sobre as propostas de lei de autorização legislativa apresentadas pelo V Governo na Assembleia da República", *in Do PSD à ASDI, Razões de uma Cisão*, Lisboa, Acção Independente, s.d., pp. 5 a 15 e 23 a 26.

António Sousa Franco enviaria ao Presidente do PSD uma carta, datada de 4 de Abril de 1979, desligando-se do partido e na qual faria votos para o seu próprio regresso quando o partido retomasse a "(...) plena fidelidade ao seu Programa, à tolerância e democraticidade interna e a uma estratégia coerente". Veja-se a referida carta nos Serviços de Documentação do PSD.

para o vingar da sua estratégia. A extrema polarização das questões internas e dos problemas políticos, desenvolvida sobretudo por Francisco Sá Carneiro e a radicalização das suas posições por forma a alterar a liderança do processo, incitariam a facção divergente a igual dinâmica de tomada de poder na esfera intra-partidária.

O não acatamento por parte de Francisco Sá Carneiro da linha oficial do partido aprovada pelos órgãos para o efeito competentes, a crescente radicalização do seu discurso, a precipitação da crise interna aquando do abandono da liderança, o recurso às bases no sentido de se obter um movimento destas na adesão incondicional à sua liderança e o aproveitamento do clima emocional dos Congressos e dos Conselhos Nacionais com esse objectivo, seriam alguns dos vectores porque se regeria a sua actuação e que suscitariam as críticas dos seus opositores.

Criar-se-iam, assim, processos dialécticos sistemáticos entre as elites dirigentes, nos quais actuaria decisivamente a favor de Francisco Sá Carneiro a alteração do seu comportamento a partir de meados de 1977. Se, até aí, este assumira predominantemente um papel moderador, intervindo sempre em forma de síntese no final nas diversas reuniões do partido, a partir da problemática gerada à volta da lei da reforma agrária passaria a ser ele a iniciar os debates fazendo-o com base em posições escritas, alterando, assim, radicalmente, o centro de gravidade da discussão dos diversos assuntos e dele retirando o maior proveito.

As jogadas de antecipação passariam a ser a característica essencial do seu comportamento político, enquanto no círculo dirigente do partido se instalava, progressivamente, um clima da suspeição recíproca, passando a grassar, por vezes, uma quase histeria no universo concentracionário das respectivas reuniões.

Concomitantemente, a facção contrária desencadearia mecanismos semelhantes com o fim de assumir o poder no cerne do partido. A precipitação da crise interna no momento da demissão da Comissão Política Nacional, a estratégia prosseguida nomeadamente quanto ao Presidente da República - que levaria à insatisfação de muitas bases e à oposição de muitos dirigentes - as movimentações internas no Grupo Parlamentar, bastião desta facção, o tom virulento progressivamente assumido contra Francisco Sá Carneiro nos órgãos de comunicação social pelos seus principais representantes, provocariam, necessariamente, um epílogo controverso para todo este processo.

As concessões pontuais realizadas por ambas as partes e a sublimação das polémicas internas ensaiada pelas duas facções, ao longo do desenvolvimento deste conflito, não seriam suficientes para o dirimir respectivo. O maximalismo das duas posições e a forma como as facções se conduziram no processo da defesa das mesmas permitiriam a Francisco Sá Carneiro catalizar a progressiva insatisfação que se ia instalando nas bases, catalização essa que iria depois possibilitar o avanço da estratégia bipolarizadora que pretendia imprimir

ao partido e ao sistema político. Só a partir da cisão dos "Inadiáveis" é que Francisco Sá Carneiro conseguiria controlar de uma forma efectiva o PSD visto que, até aí, os sucessivos arranjos das cúpulas o tinham relegado sistematicamente para uma posição minoritária na esfera decisional do partido.

Apesar de a nova direcção política do PSD defender a ideia de que a dissidência processada não significava uma verdadeira cisão no partido, procurando-se limitar o seu alcance(961), resumindo-se esta à sua esfera parlamentar, é um facto que semelhante situação arrastaria outras atitudes tomadas em idêntico sentido(962).

As consequências deste processo seriam sobretudo sentidas na esfera sindical social-democrata, atravessada interna-

---

(961) Veja-se "A cisão no Grupo Parlamentar do PSD, Comunicado da Comissão Política Nacional", de 5 de Abril de 1979, ponto 4, Serviços de Documentação do PSD. A Comissão Política Nacional reuniria em plenário a 1, 5 e 7 de Abril, emitindo no final da última reunião um comunicado solicitando a convocação de novo Conselho Nacional ao qual se apresentaria na situação demissionária. Nesse comunicado declarar-se-ia não se pretender pôr em causa que as posições assumidas por Francisco Sá Carneiro não tivessem "como todas as suas atitudes políticas, como objectivo a defesa intransigente do interesse nacional, como o entende e pela forma que o entende" apelando, simultaneamente, no sentido de se manter um "clima de serenidade e de esperança", "(...) na defesa do programa e ideais sociais-democratas". Cf. "Comunicado da Comissão Política Nacional", de 7 de Abril de 1978, Serviços de Documentação do PSD.

(962) Algumas dessas atitudes não se mostrariam, no entanto, imediatas. Tal seria o caso de António Barbosa de Melo e de Manuel da Costa Andrade, que apesar das declarações nesse sentido então proferidas (Cf. *Jornal Novo*, de 10 de Abril de 1979), acabariam por permanecer no partido, o primeiro por mais alguns dias, o segundo saindo de militante em Coimbra, mas permanecendo inscrito em Bragança. Por seu lado, 65 elementos da JSD, após o II Conselho Nacional desta organização reunido a 7 e 8 de Abril de 1979 se ter demonstrado a favor da linha política prosseguida por Francisco Sá Carneiro, viriam a demitir-se igualmente do partido. Cf. "Conferência de imprensa", *in A Capital*, de 10 de Abril de 1979, na qual aqueles elementos explicitariam as causas da atitude tomada. Veja-se, também, o documento "Porque saímos - prescindir da opinião ou prescindir do partido?", datado de 10 de Abril de 1979, Serviços de Documentação do PSD.

mente por divisões tácticas significativas, já aqui reportadas e por rivalidades pessoais entre os dirigentes respectivos, aspectos que se exacerbariam com a cisão ocorrida no Grupo Parlamentar(963).

---

(963) Quanto aos sindicalistas, apesar de se não terem verificado demissões imediatas, uma linha, em princípio aparentemente mais intransigente e próxima dos "Inadiáveis", dentro da qual se enquadravam Joaquim Heleno, João Mendes da Fonseca, Carlos Fonseca, Rui Oliveira e Costa e Roque Martins, viria a apresentar certas condições à Comissão Política Nacional para os seu elementos permanecerem no partido e, daí, terem ficado conhecidos pelos "Condicionais nº 2", numa clara alusão ao grupo formado após o Congresso de Aveiro. Essas condições incluiriam a demissão deste órgão, o adiamento do Congresso e a demissão de Pedro Roseta de director do *Povo Livre*. Perante as exigências assim formuladas, aquele órgão remeteria para o Congresso, a realizar em Junho, a resolução do contencioso, conseguindo sublimar a questão. Cf. "Esclarecimento da Comissão Política Nacional", de 11 de Abril de 1979, especialmente o ponto 3, Serviços de Documentação do PSD.

Quanto à TESIRESD, cujo Congresso Constitutivo fora realizado no Porto a 25 e 26 de Novembro de 1978, tendo o seu I Conselho Nacional reunido a 17 de Fevereiro de 1979, viria a esclarecer através de um comunicado não existir no seu seio qualquer dissidência, visto que, de acordo com os seus princípios constitutivos e as conclusões daquele I Congresso, aliás reiteradas no Encontro Nacional levado a efeito a 17 de Fevereiro de 1979, se proclamava como uma tendência sindical "autónoma e independente (...)" e, como tal, não podendo ser "(...) correia de transmissão de qualquer força (...)". Cf. *Povo Livre*, nº 248, de 18 de Abril de 1979, p. 1.

Alguns dias depois, outra linha sindical do partido, que desde o início se mostrara mais moderada, apresentaria um documento propondo a Francisco Sá Carneiro uma plataforma conciliatória, de molde a evitar mais cisões; entre os subscritores encontravam-se Jorge Paz Rodrigues e Henrique Nascimento Rodrigues. (Cf. *Expresso*, nº 338, de 21 de Abril de 1979, p. 1). Uma terceira linha, com menor implantação sindical, conotada como a direita do partido e fundamentalmente animada por Amândio de Azevedo, assumiria em face dos dois documentos reportados uma posição intransigente, que poderia mesmo ter levado à ruptura total.

A posição de arbitragem assumida então por Francisco Sá Carneiro nos contactos que estabeleceu com os membros da UGT visando a dissuasão de certos elementos que pensavam ainda demitir-se do partido, mostrar-se-ia determinante, apelando à unidade e dela seria indício uma carta enviada então nesse sentido a Rui Oliveira e Costa.

A posição tomada pela Comissão Política Nacional acima referida e o aparecimento de outro documento dos sindicalistas bancários do Norte, que funcionaria como ponte entre as diferentes opções tácticas já referidas, teriam, a par daquela actuação, o mérito de evitar o fraccionamento nesse sector, protelando a situação para o Congresso a realizar em Junho. Sobre a crise sindical no PSD provocada pela cisão dos "Inadiáveis", veja-se o esclarecedor artigo de VICENTE JORGE SILVA, "Sá Carneiro vence a primeira batalha (mas não a guerra) contra dissidentes e radicais", no *Expresso*, nº 339, de 28 de Abril de 1979, p. 7.

Ainda sobre a TESIRESD, veja-se a "Acta da 7ª reunião ordinária da Comissão Política Nacional", de 5 de Dezembro de 1978, Serviços de Documentação do PSD. Na

No entanto, as sucessivas tentativas levadas a efeito visando o reequilíbrio interno do partido até à realização da cimeira seguinte viriam a colher os seus frutos(964). A conciliação entre as sensibilidades remanescentes no partido, visto Francisco Sá Carneiro não se identificar inteiramente com os posicionamentos dos "Duros", viria a ser uma realidade aquando da realização do seu VII Congresso(965). Na sua perspectiva, a pacificação interna, depois de expurgado o partido

---

respectiva reunião seria salientada por José Manuel Menéres Pimentel a eventual sobreposição entre aquela recém-formada tendência e as estruturas Sócio-profissionais do PSD, enquanto José Ângelo Correia consideraria que se caminhava para o apagamento destes últimos; para Amândio de Azevedo pôr-se-ia como indispensável uma íntima ligação entre os responsáveis de ambas, reconhecendo a não coincidência total das áreas de actuação preferencial de cada uma, enquanto Joaquim Magalhães Mota defenderia que, a prazo, não se justificaria a manutenção das duas estruturas e que se deveria facilitar o desenvolvimento da TESIRESD; para Eva Xavier acabar com os Sócio-profissionais representaria um perigo, atendendo à forte componente partidária da luta sindical e à diluição tendencial, na TESIRESD, da presença do PSD. Cf. *ibidem*.

O que referimos acima afigura-se-nos essencial para a compreensão da dinâmica da formação da UGT e dos conflitos que, mais tarde, se viriam a gerar entre aquelas duas estruturas sindicais sociais-democratas, sobretudo aquando da formação dos TSD. Veja-se o sub-capítulo seguinte desta dissertação.

(964) Para além do já referido, sublinhe-se o envio de uma "Carta aberta" a elementos dissidentes da JSD, convidando-os a regressarem às fileiras do partido, subscrita por diversos dirigentes nacionais, entre os quais Nuno Rodrigues dos Santos, Francisco Pinto Balsemão e Luís Nandim de Carvalho, sindicalistas tais como Jorge Paz Rodrigues, Rui Oliveira e Costa e Henrique Nascimento Rodrigues e ainda alguns elementos da JSD. Veja-se o teor da mesma na "Revista"do *Expresso*, nº 342, de 19 de Maio de 1979, p. 21-R.

(965) A "Convocatória" tal como o "Regulamento" do VII Congresso, seriam afixadas no *Povo Livre*, nº 241, de 1 de Março de 1979, pp. 4 e 10. A cronologia das operações a desenvolver na sua preparação encontra-se em *As Setas*, Boletim de Organização do Partido Social Democrata, nº 1, de 17 de Março de 1979.

A lista de Delegados ao VII Congresso e o guião para as moções de estratégia a apresentar, encontram-se respectivamente no *Povo Livre*, nº 253, de 24 de Maio de 1979, p. 7 e em separata apensa ao "Regulamento" do Congresso, datada de 23 de Abril de 1979, existente nos Serviços de Documentação do PSD.

Anote-se que, no guião, os temas gerais consignados respeitariam às eleições antecipadas, política de alianças, Presidência da República, revisão constitucional e modelo de sociedade a seguir, apresentando-se um variado leque de hipóteses de opções possíveis para cada um. Cf. *ibidem*.

dos seus principais oponentes, tornava-se imperativa, designadamente em termos do desenvolvimento da estratégia política que pretendia levar a efeito, ou seja, a formação da Aliança Democrática (AD) e o realinhamento ideológico da polémica com o Presidente da República. Dessa forma, as diferenças táctico-estratégicas entre Francisco Sá Carneiro e António Ramalho Eanes adquiririam uma dimensão claramente ideológica, em maior consonância com os posicionamentos que já opunham os "Duros" do partido ao Presidente da República.

A compatibilização entre esta ala do partido, jogando na sua radicalização à direita e reforçada com a cisão partidária verificada anteriormente e uma outra corrente mais moderada viria a revelar-se fundamental para o vingar da aliança a estabelecer no plano eleitoral com o CDS.

Apesar de não se poderem considerar essas tendências como "facções" intra-partidárias, é evidente que se tratavam de duas sensibilidades distintas, com contornos precisos, cuja concertação Francisco Sá Carneiro teria que promover tendo em vista a prossecução de uma estratégia unificada(966).

5. Normalizada a situação dentro do Grupo Parlamentar(967), resolvida a hipótese de ocorrência de outras even-

---

(966) Veja-se a atitude conciliatória em questão prosseguida pelo Presidente do PSD e manifestada no discurso fundamentalmente assumido nos comícios seguintes do partido. Sobre os diversos matizes da dinâmica "Sá Carneirista" em termos intra-partidários e da sua estratégia política global, veja-se o elucidativo artigo de VICENTE JORGE SILVA, "PSD: fuga para a frente poderá ser moderada?", *in Expresso*, nº 336, de 7 de Abril de 1979, p. 4.

(967) Francisco Sá Carneiro seria eleito Presidente do Grupo Parlamentar a 5 de Abril de 1979, enquanto, na mesma reunião, se emitiria um comunicado participando a eleição da nova Direcção e da Comissão Permanente (veja-se a p. 114 do Anexo IV desta

tuais cisões(968), iniciar-se-ia a preparação do VII Congresso do PSD (969), enquanto se acentuava o crescente apoio das bases a Francisco Sá Carneiro(970) e se desenvolvia, com potencialidades crescentes, em termos de sucesso, a estratégia

---

dissertação, assim como a designação dos elementos das diferentes Comissões Parlamentares, reafirmando-se a disposição de não ceder na manutenção dos dissidentes na qualidade de independentes nas suas fileiras. Cf. *Povo Livre,* nº 247, de 11 de Abril de 1979, p. 16.

(968) Veja-se o exposto na nota 963 desta dissertação.

Num "Comunicado" datado de 24 de Abril de 1979 e difundido na imprensa, tendo como primeiro subscritor Rui Oliveira e Costa e assinado por diversos sindicalistas, entre os quais o Presidente da UGT, membros do seu Conselho Geral e do Secretariado Nacional, Presidentes de Sindicatos, membros da TESIRESD, delegados sindicais e membros das Comissões de Trabalhadores, os Sindicalistas do PSD decidiriam manter a sua filiação no partido até à posterior clarificação a proceder no VII Congresso, a realizar em Junho seguinte. Cf. *Povo Livre,* nº 249, de 25 de Abril de 1979, pp. 2, 3 e 12. Apesar disso, alguns Sindicalistas viriam a demitir-se do PSD a 10 de Maio de 1979.

(969) Ao todo surgiriam 7 moções: a Moção A, do Conselho Distrital de Lisboa da JSD seria assinada em primeiro lugar por Paulo Portas; a Moção B, proposta pela Assembleia Distrital de Setúbal teria como primeiro subscritor Matos Oliveira; a Moção C, subscrita por um grupo de 50 Delegados o primeiro dos quais seria Fernando Capitão; a Moção D, provinda da Assembleia Distrital da Área Metropolitana de Lisboa teria como primeiro subscritor Helena Roseta; a Moção E, da Assembleia Distrital de Faro tendo como primeiro proponente José Vitorino; a Moção F, da autoria de 50 Delegados teria à frente José Manuel Menéres Pimentel; por fim, a Moção G, seria proposta pela Comissão Política Regional da Madeira tendo como primeiro subscritor Alberto João Jardim. As Moções D e F estariam particularmente em foco, dado representarem uma, a linha mais dura do partido e a outra, a sua linha mais moderada.

As referidas moções haveriam de ser sintetizadas numa única proposta, processando-se assim a conciliação entre os "duros" e os "moderados", aliás já patente no conteúdo da Moção D, proposta essa de síntese, na qual os radicais se mostrariam mais abertos e tolerantes. Cf. "Moção de estratégia, proposta de síntese", Serviços de Documentação do PSD. Esta seria aprovada, com ligeirissimas alterações na forma, conforme se pode comprovar pelas gravações existentes nos Serviços de Documentação do PSD, por comparação do texto inicial com o aprovado, publicado no *Povo Livre,* nº 257, de 20 de Junho de 1979, p. 3. Vejam-se as "Moções de estratégia", na separata apensa ao *Povo Livre,* nº 253, de 24 de Maio de 1979.

(970) Vejam-se as diversas moções de apoio a Francisco Sá Carneiro e à Comissão Política Nacional nas páginas do *Povo Livre,* por exemplo no nº 248, de 18 de Abril de 1979 pp. 6, 7 e 9 e nº 250, de 3 de Maio de 1979, pp. 10 e 11, para além das várias manifestações, como um comício do Porto realizado com esse objectivo e cuja reportagem se pode encontrar no *Povo Livre,* nº 249, de 25 de Abril de 1979, pp. 5, 9 e 15 e, depois, um comício de Coimbra, por ocasião do 5º aniversário do partido.

vinda a gizar por este desde há algum tempo(971). Esta visava catapultar o PSD para o primeiro plano da vida política nacional, aproveitando o vazio de poder criado, ultrapassando-o e invertendo o centro decisional político-partidário a seu favor, tendo por objectivo fundamental uma viragem radical do sistema, de molde a extirpar do mesmo os condicionalismos resultantes da primeira fase do processo.

Com esse objectivo Francisco Sá Carneiro promove, ao longo do resto do ano, a reunificação interna dos sociais-democratas(972), liderando com grande força a oposição a António

---

(971) Reafirmada após a cisão dos "Inadiáveis" em declarações políticas sucessivamente proferidas por Francisco Sá Carneiro. Veja-se, por exemplo, o ataque formulado ao figurino presidencial, considerado incompatível com a Democracia e as críticas ao Governo de Ramalho Eanes formuladas na Assembleia da República, ambas publicadas no *Povo Livre,* nº 250, de 3 de Maio de 1979, pp. 16 e 15. Igualmente significativa seria a resposta ao discurso do Presidente da República proferido no aniversário do 25 de Abril e à defesa aí feita do IV Governo Constitucional, principalmente na sua componente de reforço do carácter presidencialista do mesmo. Cf. "Comunicado da Comissão Política Nacional", de 27 de Abril de 1979, Serviços de Documentação do PSD.

Sobre o mesmo tema, veja-se a reacção negativa em face da hipotética formação do terceiro Governo presidencial, patente no "Comunicado da Comissão Política Nacional", de 9 de Maio de 1979, Serviços de Documentação do PSD e reafirmada através do "Comunicado Final" do IV Conselho Nacional/79, reunido no Porto a 12 de Maio de 1979, publicado no *Povo Livre,* nº 252, de 16 de Maio de 1979, p. 3, especialmente o respectivo ponto 1.5, no qual seria expressamente declarada a oposição à constituição do novo Governo sem a prévia realização de eleições, condenando-se "qualquer tipo de intervenção caudilhista ou presidencialista". Cf. *ibidem.*

Vejam-se, também, para além da "Moção de estratégia" aprovada no VII Congresso do partido e já referida, as "Conclusões" dessa cimeira do PSD, perante a hipótese de não vir a ser apoiada a recandidatura de António Ramalho Eanes, deliberação confirmada no Conselho Nacional de 21 e 22 de Julho seguinte. Cf. respectivamente o *Povo Livre,* nº 257, de 20 de Junho de 1979, p. 1 e o nº 262, de 25 de Julho de 1979, p. 3.

(972) Esta reunificação seria primeiro processada no decorrer do VII Congresso, através da eleição dos novos órgãos nacionais, para os quais só surgiria uma lista única sintonizada com a liderança de Francisco Sá Carneiro. Este dirigiria todo o processo de constituição da equipa dirigente marcado, no entanto, por algumas negociações difíceis (Cf. *O Jornal,* de 1 de Junho de 1979 e o *Jornal Novo,* de 7 de Junho de 1979), sobretudo no que concerne à composição da Comissão Política, mais ou menos apoiada na chamada linha "dura" e à respectiva direcção. Teriam surgido

Ramalho Eanes e ao terceiro Governo de iniciativa e base presidenciais(973), tirando partido da crise interna do PS e aproveitando essa ocasião para lançar a AD(974).

A formação da AD (975) e a sua vitória nas legislativas

---

como alternativas José Manuel Menéres Pimentel, que acabaria por não se candidatar ao cargo e Leonardo Ribeiro de Almeida, que viria a encabeçar a lista única (Cf. "Boletim de voto", Serviços de Documentação do PSD, e os novos órgãos eleitos, no *Povo Livre*, nº 257, de 20 de Junho de 1979, p. 2).

Posteriormente, o consenso interno seria procurado nos Conselhos Nacionais seguintes, respectivamente levados a cabo no Hotel Penta, em Lisboa, a 21 e 22 de Julho de 1979 e no Hotel Altis, também em Lisboa, a 15 e 16 de Setembro seguinte.

(973) Veja-se, a este título, o "Comunicado da Comissão Política Nacional do PSD", de 3 de Agosto de 1979 e "Para quando as Eleições? Comunicado da Comissão Política Nacional do PSD", de 24 de Agosto de 1979, Serviços de Documentação do PSD, ambos emitidos em plena formação do V Governo Constitucional, que viria a ser liderado por Maria de Lourdes Pintasilgo, para tal indigitada pelo Presidente da República a 19 de Julho de 1979, tomando posse o seu Governo a 31 do mesmo mês.

(974) A Aliança Democrática seria criada a 5 de Julho de 1979, pela assinatura de um acordo de cooperação entre o PSD, o CDS e o PPM, depois de, no VII Congresso do PSD, Francisco Sá Carneiro ter conseguido o apoio necessário para estabelecer um acordo pré-eleitoral de incidência governativa com aqueles partidos. Contudo, tal só seria possível após inúmeras intervenções a justificar esse propósito, que parecia não ser, à partida, muito bem aceite pelas bases, nem por alguns dirigentes que viriam a manifestar sérias reservas a tal decisão. Cf. gravações dos trabalhos do VII Congresso, Serviços de Documentação do PSD e *Povo Livre*, nº 259, de 4 de Julho de 1979, pp. 2 e 3.

Diversos encontros seriam realizados entre os principais dirigentes dos partidos envolvidos no processo, desde os apelos do CDS ao PSD para a constituição de uma "frente eleitoral" (Cf. *Expresso*, nº 340, de 5 de Abril de 1979, p. 1 e o documento em questão, sob o título "Proposta em 8 pontos para uma frente democrática eleitoral", Partido do Centro Democrático Social, Serviços de Documentação do PSD), à resposta positiva do PSD (através de um "Comunicado da Comissão Política Nacional", de 19 de Abril de 1979, Serviços de Documentação do PSD. Veja-se sobre o processo (enunciar da estratégia, condições e passos para a concretização da mesma), as notas 502, 503 e 504 desta dissertação.

(975) Os contactos realizados para a feitura do Programa da AD processar-se-iam por fases sucessivas, desejando-se primeiro confirmar a coligação eleitoral e só depois negociar listas conjuntas (dadas as reservas do PSD surgidas em dois Conselhos Nacionais consecutivos), enquanto se estabeleciam contactos com o PPM a fim de contrabalançar o peso do CDS e se negociava a entrada dos "Reformadores" para o equilíbrio à esquerda da coligação. Note-se que, embora a AD não tenha decorrido directamente da Convergência Democrática, na altura da formação desta, a evolução da mesma no sentido da constituição de uma futura coligação eleitoral entre o PSD e o CDS seria já uma hipótese previsível para alguns sectores. Cf. JOSÉ MIGUEL JÚDICE, *Portugal à Deriva*, Edições do Templo, 1978, p. 233 e "Revista" do *Expresso*.

seguintes(976) seriam a prova cabal do sucesso da estratégia prosseguida pela mão de Francisco Sá Carneiro(977), depois de eliminada a vertente do partido que propugnava uma condução menos radical do processo político. Daí, até à morte de Francisco Sá Carneiro, assistir-se-ia a novo período de acalmia no seio do PSD, entrecortado, no entanto, com alguma polémica relativamente à questão das presidenciais.

6. Terminada a digressão realizada no concernente aos factos intra-partidários, relacionados com a conflitualidade interna, sucedidos até meados do 1979, torna-se possível ali-

---

nº 244, de 2 de Julho de 1977, pp 1-R e 2-R.

(976) As eleições intercalares para a Assembleia da República, às quais a AD concorreria, processar-se-iam a 2 de Dezembro de 1979, depois de ter sido aprovado o Programa Eleitoral do Governo da AD, no VI Conselho Nacional/79 do PSD (Cf. "Comunicado final", de 16 de Setembro de 1979, Serviços de Documentação do PSD, ponto 3). A AD viria a obter a maioria parlamentar com 42,52% dos votos, conseguindo fazer eleger 121 Deputados (veja-se no Anexo VI desta dissertação o Quadro 1 e o Mapa 9 com os resultados eleitorais e no Anexo IV a Lista 15, onde constam os nomes dos Deputados do PSD então eleitos).

Sobre os resultados eleitorais veja-se, ainda, a "Conferência de imprensa" efectuada pela AD no Hotel Altis em Lisboa, a 3 de Dezembro de 1979 e o "Comunicado do VII Conselho Nacional/79" do PSD, de 7 de Dezembro de 1979, existente nos Serviços de Documentação do PSD, congratulando-se com os resultados das mesmas e no qual, simultaneamente, se designa Leonardo Ribeiro de Almeida para o cargo de Presidente da Comissão Política Nacional, passando assim este dirigente a desempenhar as tarefas partidárias até aí cometidas a Francisco Sá Carneiro.

(977) O projecto AD poderá ter resultado de uma de duas intenções diversas. A que parece mais defensável corresponderia à explícita decisão de Francisco Sá Carneiro em se coligar com o CDS para a obtenção de uma maioria alternativa ao Governo, processada aquela pela grande sintonia que tinha com Adelino Amaro da Costa e subjacente à qual tinha já estado a constituição da Convergência Democrática; mesmo que nessa altura a confluência com o CDS representasse para Francisco Sá Carneiro uma mera premissa, o facto é que esta se viria a tornar num objectivo real com a formação da AD; outra, menos provável e que teria passado pelo desejo de abertura ao PS, que teria sido ventilada num discurso de Francisco Sá Carneiro em Faro. Parece talvez mais legítimo inferir que dada a indiscutível recusa do PS (ele próprio candidato isolado à sucessão no poder), o apelo eventualmente feito em Faro não passasse de uma mera jogada táctica, não constituindo então uma coligação com o PS um objectivo estratégico real do líder do PSD.

nhar os tópicos fundamentais que permitirão proceder à caracterização do segundo grande conflito do PSD.

A similaridade encontrada quanto a algumas das características entre os dois primeiros conflitos intra-partidários e as regularidades descobertas prendem-se, sem dúvida, com o facto de ambos encontrarem a sua lógica dentro da crise de sedimentação do partido. Não se trataram, assim, de conflitos meramente conjunturais, pesem embora os aspectos pontuais de que se revestiriam nesse sentido. Ambos têm, como já vimos, raízes mais profundas as quais, acrescidas de outras de natureza diversa seriam, em determinados momentos, accionadas pelas respectivas elites, assumindo então o conflito diferente configuração.

Em suma, tratou-se de um conflito de ordem ideológico-estratégica com uma forte componente pessoal, tal como o primeiro, com um prazo de preparação longo, sem muita repercussão nas bases, mas que, a nível das cúpulas, viria a ter efeitos consideravelmente mais alargados do que o anterior.

Sem prejuízo da análise mais profunda dos mesmos a que procederemos no último Capítulo da dissertação, no qual teremos oportunidade de melhor apreciar este, como os outros conflitos do PSD, depois de integrados, à luz do modelo de análise, os resultados da reflexão metódica sobre todos os factos ocorridos de 1974 a 1985, passaremos a sublinhar, desde já, o elenco das características mais salientes do conflito iniciado com uma dissensão táctica-estratégica-ideológica e pessoal, que terminaria com a chamada cisão dos "Inadiáveis":

a) Génese remota, podendo a mesma ser encontrada nas próprias características estruturais do partido, que se prendem com a sua identidade ideológica e sociológica, ainda em fase de sedimentação;

b) Despoletamento de crises internas provocado por circunstâncias exteriores ao partido, em face das quais este teria que se definir e que, por sua vez, desencadeariam a formação de posições antagónicas perante o quadro de oportunidades oferecido pelo sistema político;

c) Prazo de maturação alargada, evolução lenta, mas em progressão constante, em termos de radicalização de posições e de processos;

d) Não acatamento, por parte de ambas as linhas em confronto, das decisões partidárias formuladas nos órgãos competentes, definida essa competência pela orgânica estatutária;

e) Instabilidade táctico-estratégica, política de alianças alternada, acções divergentes e contraditórias no processo de tomada de decisões políticas;

f) Aumento da importância do aparelho partidário e das relações entre os diferentes órgãos nacionais do partido e definição das elites a partir daquele aparelho;

g) Controvérsia interna explícita, sobretudo em termos de divergências estratégicas significativas, incrementada a partir de certo momento pela obrigatorie-

dade de sujeição do Grupo Parlamentar às decisões assumidas na cúpula do aparelho do partido, de que decorreria a diminuição das oportunidades políticas para a facção representada maioritariamente naquele órgão;

h) Quadro de oportunidades políticas para as elites e facções determinado por arranjos de poder ao nível intra-partidário com reflexos na orgânica interna;

i) Vontade deliberada das elites de incrementar o conflito visando a clarificação intra-partidária;

j) Personificação crescente das questões internas que conduziriam à cisão, assumindo um tom particularmente gravoso em determinados momentos;

k) Radicalização crescente do discurso e da prática política das partes em confronto;

l) Posicionamentos extremados e de ruptura no âmbito da ocupação e desempenho dos cargos superiores de chefia, tendo em vista a obtenção de um efeito crucial nas diferentes esferas partidárias, por forma a permitir um reajustamento dessa liderança;

m) Alterações estatutárias constantes, pautadas pelas ambições das elites e das facções, espelhando os Estatutos a luta desenvolvida pelo poder interno;

n) Estrutura difusa da autoridade interna e alternância nos centros de decisão do partido das principais personalidades envolvidas no conflito;

o) Existência de um referencial Francisco Sá Carneiro

como base, tal como no conflito anterior;

p) Posicionamentos estratégicos dissonantes, posteriormente realinhados ideologicamente, desencadeados fundamentalmente por acontecimentos do foro político global, implicando a intervenção decisional das elites do partido quanto aos mesmos;

q) Conflito de ordem estratégica, mas com uma componente ideológica e pessoal significativa, com raízes na própria identidade estrutural do partido e na sua sedimentação no plano ideológico e sociológico;

r) Divergências estratégicas motivadas por essas questões relacionadas com o processo político global, mas fundamentalmente assumidas em termos do ritmo a imprimir ao mesmo, patente nas distintas tácticas defendidas relativamente aos objectivos a serem prosseguidos;

s) Procura e apelo a uma acentuada dimensão carismática da liderança com o objectivo reportado, assim como recurso a tácticas de efeito-surpresa por parte de uma das facções;

t) Sedimentação do poder do líder histórico processada a partir do sucesso das manobras tácticas referidas;

u) Cisão perspectivada como a única saída possível para a crise e corolário final dos contornos específicos de que esta se revestiu;

v) Conflito praticamente limitado às esferas superiores do partido e sem grande implantação nas bases, em

termos de reprodução do mesmo;

x) *Cisão com repercussões bastante sensíveis na primeira daquelas esferas e em determinados sectores do partido, tal como a área sindical e a JSD;*

3. Da acalmia intra-partidária ao reexacerbar do faccionalismo

1. Desde a formação da AD e da sua subsequente vitória eleitoral, que representaria o sucesso da estratégia de Francisco Sá Carneiro, por um lado, em termos da bipolarização da vida política portuguesa, por outro, do seu partido vir a assumir a principal protagonização no novo sistema de relações a criar, até ao desaparecimento do seu líder histórico, a vida interna do PSD apresentar-se-ia consideravelmente calma. Como únicos pontos suscitadores de alguma polémica interna, nos finais do ano de 1979 e durante 1980, surgiria a questão à volta das presidenciais - aliás o tema político por excelência desta fase - bem como alguma insatisfação intra-partidária proveniente da subalternização do partido, decorrente do acento tónico posto no Executivo.

No entanto, o que se revelaria sintomático neste período seria a acalmia interna, ultrapassada a oposição mais renitente à estratégia e ao estilo de liderança de Francisco Sá Carneiro, que se sobrepusera à estrutura difusa da autoridade intra-partidária até aí existente.

O processo de estabilização interna do PSD teria o seu

embrião aquando do VII Congresso Nacional, já atrás reportado, no qual seria amplamente acatada a estratégia proposta pelo Presidente do partido(978). Até ao seu desaparecimento, apenas os temas acima indicados viriam, pontualmente, a provocar certas fricções no equilíbrio emocional interno que matizaria esta fase da vida do PSD, muito embora o partido gravitasse fundamentalmente à volta do seu líder, agora incontestado.

A coesão intra-partidária e a sedimentação da liderança, apenas ensombrada pela pouca convicção de alguns sectores do partido relativamente à escolha do candidato presidencial, haveriam de, com o vazio de poder criado a partir de finais de 1980, ser mais uma vez postas em causa. Novas convulsões seriam então despoletadas, imprimindo ao PSD um perfil particularmente tenso e conflituoso, marcado pela agitação permanente, pela insegurança, pelas divergências estratégicas e pessoais, por reviravoltas constantes e sucessivos realinhamentos dos seus dirigentes frente às diversas tentativas de tomada do poder interno e perante as alterações ocorridas no quadro das oportunidades do sistema político.

2. Nesta terceira etapa da vida do PSD surgiriam dois

---

(978) Veja-se a moção de estratégia aprovada pelo VII Congresso do PSD, resultado da proposta de síntese apresentada por Francisco Sá Carneiro e na qual são perfeitamente detectáveis, tanto a análise crítica da desagregação da situação política nacional e do clima anómalo grassante, como as respectivas propostas no sentido do seu desbloqueamento. Nestas, assumiria particular relevo: a imprescindível sobrevalorização do poder civil, a necessária formação de uma maioria governamental estável, a articulação coerente entre os diversos órgãos de soberania, a urgência da revisão constitucional, a recusa em aceitar a formação de qualquer Governo sem a dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições legislativas a curto prazo. Cf. "Moção de estratégia" aprovada no VII Congresso, *in Povo Livre*, nº 262, de 25 de Julho de 1979, pp. 1 a 3.

períodos distintos, cronologicamente balizados um, entre meados de 1979 e finais de 1981 outro, desde aqui até princípios de 1983, ambos bastante díspares nas suas principais características, mas intimamente relacionados entre si.

Se o primeiro daqueles períodos remonta à acção empreendida pelas elites dirigentes durante a etapa que o antecedeu, sobretudo na última sub-fase e mormente pela mão do seu regressado Presidente, a segunda sub-fase da etapa em análise seria consequência imediata do vazio suscitado pela incapacidade de substituir a firme liderança que aquele imprimiria ao partido até finais de 1980.

Considerando os traços eminentemente consensuais que caracterizariam a primeira das sub-fases em causa, esta ficaria, em princípio, fora do nosso quadro de análise, não fosse a tensão interna, já reportada, gerada à volta das eleições presidenciais, uma questão a não menosprezar. Daí, o dedicarmos a este período, de que seria no entanto sintomática a acalmia intra-partidária, já reportada, certa atenção.

Quanto à análise da segunda sub-fase, torna-se para nós especialmente interessante, tendo em conta que os conflitos internos atingiriam, aí, a sua maior virulência, adquirindo expressão e configuração diversas, consideravelmente diferentes das características, já apontadas, dos dois primeiros grandes conflitos intra-partidários do PPD/PSD.

Em suma, após um período de cerca de um ano e meio de certa acalmia interna transitar-se-ia, de novo, para uma fase que se viria a revelar particularmente conflituosa.

3.1. A tentativa de sedimentação da liderança

1. A actuação de Francisco Sá Carneiro desde finais de 1977 e, sobretudo, durante o ano seguinte, teria sido, conforme já vimos atrás, perspectivada em termos de vir a produzir alterações substanciais no percurso da Democracia portuguesa. Tais alterações passariam, necessariamente, por uma mudança radical no seio do seu próprio partido, sem a qual, como já vimos, a estratégia que propugnava não poderia tornar-se minimamente viável.

O seu voluntarismo, traduzido na acção empreendida principalmente a partir do momento em que reassumira a Presidência do PSD, a estratégia que passo a passo construira e viera a defender, convicta e acirradamente, tornara-se pois possível através de uma nova fórmula - a AD - ajustada às suas pretensões fundamentais: alterar radicalmente o rumo do processo político e colocar o partido numa posição preponderante nesse mesmo processo.

Se a VII cimeira social-democrata foi, sem dúvida, o local de eleição para a sua estratégia colher o necessário apoio por parte das bases(979), o Congresso anterior permiti-

---

(979) A contestação organizada seria um problema ultrapassado desde a cisão dos "Inadiáveis" e as diferenças existentes entre as sete moções surgidas no VII Congresso não conteriam contradições significativas; tornara-se, pois, possível a obtenção do consenso entre elas, mais a mais sob a égide do carisma de Francisco Sá Carneiro e da sua reconhecida capacidade de persuasão, capaz de introduzir novos efeitos nas reuniões alargadas do partido.

Também, como já vimos, as questiúnculas surgidas em torno da liderança da Comissão Política Nacional seriam superadas com a escolha para o cargo de Leonardo Ribeiro de Almeida. Veja-se, para além dos documentos atrás referenciados no que respeita a este assunto, o *Jornal de Notícias*, de 10 de Junho de 1979.

ra-lhe estabelecer o imprescindível enquadramento táctico interno para que tal pudesse vir a ter então lugar(980).

Concomitantemente, tanto a deterioração da conjuntura político-institucional, especialmente agravada desde finais de 1977 e muito particularmente em meados de 1978, como a incontestável evidência e popularidade do Presidente do PSD, para além da sua aptidão em interpretar, captar e canalizar os sentimentos mais profundos e os movimentos em progressão da opinião pública, tornariam possível a galvanização do eleitorado através da AD(981).

Com a vitória eleitoral obtida em Dezembro de 1979(982) reforçar-se-ia, consideravelmente, o poder e a liderança do novo Primeiro-Ministro, viabilizando de forma ainda mais objectiva a estratégia traçada pelo Presidente do PSD. Dir-se-ia mesmo, que a sua figura marcaria de forma indiscutível não só

---

(980) Relembrem-se as alterações estatutárias introduzidas no VI Congresso Nacional, sobretudo no que concerne à sujeição do respectivo Grupo Parlamentar ao aparelho do partido sob cuja alçada passaria a actuar, neutralizando-se, dessa forma, o principal bastião da oposição interna ao então recém-regressado Presidente do PSD. De igual modo, atente-se no abandono, à partida, de qualquer tentativa de conciliação estratégica com essa oposição, para mais minimizada, e, por último, à erradicação dos seus principais expoentes de todos os cargos de direcção partidária.

(981) Vejam-se, por exemplo, os dois artigos, suficientemente elucidativos a esse respeito, da autoria de FRANCISCO SÁ CARNEIRO, publicados logo após a formação da AD, no *Povo Livre*, respectivamente no nº 264, de 8 de Agosto de 1979, p. 16 e no nº 265, de 22 de Agosto de 1979, pp. 2 a 6, 15 a 16.

(982) Nas eleições intercalares para a Assembleia da República, que teriam lugar a 2 de Dezembro de 1979, a AD obteria a maioria parlamentar, com 121 Deputados, correspondentes a 42,52% dos votos. Vejam-se os resultados eleitorais da AD no Quadro 1 e no Mapa 9 do Anexo VI desta dissertação.

O VI Governo Constitucional formado em consequência daqueles resultados e presidido por Francisco Sá Carneiro tomaria posse a 3 de Janeiro de 1980. Veja-se a composição desse Executivo em termos dos membros do PSD que aí deteriam cargos, na Lista 23 do Anexo IV deste trabalho.

o partido que presidira(983) e cuja dinâmica interna continuaria a dominar(984) (apesar da subalternização a que este seria votado, dado o acento tónico posto na esfera governamental), como o próprio sistema político e social mais vasto(985).

2. Para além da questão acima reportada, que suscitaria algumas críticas por parte de certos dirigentes, o único aspecto que provocaria um certo mal-estar no âmbito intra-partidário prender-se-ia com a problemática presidencial.

Contudo, o facto de os critérios da escolha do candida-

---

(983) Seria indiscutível o carisma de Francisco Sá Carneiro, tal como a sua actuação no sentido do reforço de um certo centralismo partidário, sobretudo visível no tempo preparatório e no espaço do VI e do VII Congressos, visando tal actuação solidificar a sua posição de liderança; esta actuação revelar-se-ia, também, com especial incidência nos sucessivos encontros no seio da AD e no interior do PSD, sobretudo nas hesitações e renitências surgidas perante a hipótese de se constituirem listas conjuntas com o CDS. Cf. *Expresso,* nº 359, de 15 de Setembro de 1979, pp. 1 e 16.

(984) Mesmo depois de ser substituído no plano intra-partidário por Leonardo Ribeiro de Almeida, dado o necessário envolvimento da sua pessoa no Executivo e a sua disposição em não interferir no quadro interno do PSD enquanto Primeiro-Ministro, O facto é que o ano de 1980 se caracterizaria pela subalternização do partido e pelo acento tónico posto no Governo, enquanto o Grupo Parlamentar permanecia na dependência deste, estabelecendo Francisco Pinto Balsemão a ligação em causa como Ministro-Adjunto. A ligação partido-Governo seria, no plano burocrático, efectuada por António Capucho e no plano político por Carlos Macedo, Presidente da Comissão Política Nacional enquanto Leonardo Ribeiro de Almeida ocupou a Presidência.

Mais tarde, durante a campanha para as legislativas de 1980, Francisco Sá Carneiro, por sugestão do seu substituto, reassumiria o cargo em pleno Conselho Nacional, de molde a emprestar à campanha do PSD o seu carisma pessoal.

(985) Prova convincente seria a campanha jurisdicionalmente considerada difamatória contra a sua pessoa dirigida pelo PCP através da imprensa afecta a este partido, (Cf. *O Diário,* de 4 de Agosto de 1979), tendo por objectivo contrariar os efeitos da sua popularidade. O caso, que ficaria conhecido pela "dívida Sá Carneiro", arrastar-se-ia pelas páginas dos jornais e pelos Tribunais até mais de um ano depois, através de declarações públicas do visado e de comunicados vários do PSD e um do próprio Conselho Permanente da AD (este, datado de 6 de Agosto de 1980). A sentença, a favor do líder do PSD, só viria a ser proferida em Abril de 1982. Veja-se dando conta do facto o "Comunicado da Comissão Política Nacional do PSD", de 16 de Abril de 1982, Serviços de Documentação do PSD.

to a Belém pela AD terem vindo a levantar alguma celeuma interna e de a figura escolhida ter provocado algumas reservas por parte de certos sectores do partido, não pôs em causa, em nenhum momento, a liderança de Francisco Sá Carneiro. Tal contestação não adquiriria, sequer, uma expressão concreta em termos de qualquer grupo organizado, antes assumindo a configuração de uma resistência passiva ou de uma colaboração pouco convicta e menos actuante por parte de alguns sectores do partido.

A fraca correspondência por parte de alguns dirigentes(986) e, em geral, da máquina partidária do PSD ao candidato da AD, com o qual decididamente não se sentiam identificados e, daí, o adormecimento da campanha eleitoral para as presidenciais, talvez - também ela - tivesse tido alguns reflexos nos parcos resultados obtidos no final de 1980(987).

A questão presidencial e, nomeadamente, a escolha do candidato da AD que teria então lugar, remonta às relações difíceis do PSD e, sobretudo, do seu líder histórico, com António Ramalho Eanes, encontrando a sua razão de ser no projecto de ruptura do regime requerido pelo primeiro. Tal projecto

---

(986) Numa reunião realizada no Hotel Sheraton, já no fim da campanha eleitoral, o próprio Francisco Sá Carneiro teria acusado de "traidores" aqueles que, em sua opinião, não teriam demonstrado a necessária adesão ao candidato. Sobre as eventuais motivações da fraca adesão de certos dirigentes do PSD à "causa Soares Carneiro", veja-se JAIME NOGUEIRA PINTO, "O projecto da AD contra o maximalismo de 25 de Abril e a leitura radical esquerdista", no *Expresso*, nº 427, de 3 de Janeiro de 1981, p. 5.

(987) Veja-se, adiante, a nota 1012.

passava pela contestação ao então Presidente da República, considerado um dos principais obstáculos às alterações profundas que se pretendiam concretizar e, daí, o empenho total do líder da AD e do PSD na questão presidencial, matéria decisiva, por excelência, no cômputo geral dos principais vectores do seu projecto.

Se em vésperas do VII Congresso alguns dos dirigentes do PSD declaravam ainda como possível, embora sujeita a algumas premissas que teriam previamente que ser satisfeitas, um hipotético apoio à reeleição do Presidente da República em exercício(988), por altura da realização daquela cimeira, tornava-se já evidente a existência de mais do que uma sensibilidade interna relativamente a essa questão.

Acabar-se-ia, então, por decidir adiar qualquer resolução definitiva em tal matéria(989), o que, na altura, remeteu para outro momento qualquer hipótese de estalarem dissensões sob esse assunto, potencialmente geradoras de alguma conflitualidade interna.

No sentido de não se anular desde logo um factor que, mais tarde, se poderia vir a revelar importante para o partido, a disposição de certos dirigentes parecia demonstrar alguma maleabilidade táctica relativamente à atitude a tomar para com António Ramalho Eanes. Outros dirigentes, como seria o

---

(988) Veja-se, por exemplo, a intervenção de Helena Roseta aquando do VII Congresso Nacional, nos registos existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

(989) Cf. as "Conclusões" do VII Congresso Nacional, ponto 2, Serviços de Documentação do PSD.

caso de Francisco Sá Carneiro(990), defenderiam logo no início dos trabalhos o não apoio àquela eventual candidatura.

Antes mesmo da constituição da AD, já o perfil do candidato a Belém vinha a ser objecto de candente discussão interna, tendo então sido ventilada a hipótese de o Presidente do PSD se vir a candidatar, probabilidade que continuava a ser defendida por alguns sectores do partido, embora tal se viesse a demonstrar de viabilização impossível(991).

Nas sucessivas reuniões realizadas tendo por objectivo definir os critérios a que deveria obedecer a escolha do candidato e o perfil do mesmo, oscilar-se-ia entre optar por um candidato civil, depois de abandonada a hipótese de Francisco Sá Carneiro devido a questões que se prenderiam com a sua vida particular, ou por um candidato militar do agrado da respectiva hierarquia, desde que se coadunasse com a estratégia da AD(992).

---

(990) Segundo conseguimos apurar pelo registo da sua proposta logo no início dos trabalhos do Congresso. Cf. gravações existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

(991) Depois de algumas reuniões, com esse propósito, uma realizada em casa do próprio Francisco Sá Carneiro onde estariam presentes, entre outros, Helena Roseta, Pedro Roseta, Carlos Macedo, Vasco Pulido Valente, Luís Fontoura e Natália Correia, decidir-se-ia não avançar com a candidatura do primeiro dadas as circunstâncias conjugais especiais em que se encontrava não se mostrarem propícias a tal. Helena Roseta teria sido dos mais acérrimos defensores de "Sá Carneiro à Presidência", mas aqueles motivos seriam considerados intransponíveis para o avanço da sua candidatura. Veja-se, sobre o assunto, a intervenção de Helena Roseta ao XII Congresso Nacional do PSD, reunido na Figueira da Foz em 1985, nos registos existentes nos Serviços de Documentação do PSD confirmando essa posição. Esta intervenção enquadrar-se-ia na resposta às críticas que lhe teriam sido movidas, especialmente por Pedro Santana Lopes, em termos de a mesma nada ter feito para apoiar a candidatura de António Soares Carneiro.

(992) Ter-se-ia, ainda, posto a hipótese, embora vaga, da candidatura de Diogo Freitas do Amaral e dado verificar-se que não surgia nenhum civil com o perfil adequado, depois de igualmente afastado um eventual acordo com o PS para a apresentação de

No VII Congresso tinha-se acabado, como já vimos, por delegar no Conselho Nacional seguinte a decisão a tomar relativamente ao assunto, a qual, aliás, ocuparia longo tempo de debate nessa reunião. Com tal adiamento desbloqueava-se um eventual agravamento, na altura, de qualquer potencial diferendo, ganhando-se a suficiente margem de manobra para se preparar uma posterior resolução nessa matéria.

A esta decisão, proposta no decorrer daquela reunião por Leonardo Ribeiro de Almeida, parece, contudo, não ter sido alheia a actuação, nos bastidores, de Francisco Sá Carneiro, que teria conseguido demover alguns dos presentes mais extremistas no sentido de avançarem de imediato com posições anti-"Eanistas" cerradas, depois de eventualmente ter considerado tacticamente mais adequada, na altura, uma atitude de tipo conciliatório.

A prudência então manifestada relativamente a esta te-

---

um candidato comum, evoluir-se-ia, posteriormente, não sem as reservas e mesmo com a oposição de alguns dirigentes, para a escolha de um militar, surgindo então Firmino Miguel, Soares Carneiro e Lemos Ferreira como as hipóteses mais prováveis. Embora o *lobby* apoiante do primeiro se apresentasse poderoso, considerando as reservas para com o mesmo apresentadas por Francisco Sá Carneiro e os contactos com os sectores militares promovidos por Adelino Amaro da Costa, do CDS, a pedido e sob a orientação do dirigente do PSD, acabaria por ser escolhido o segundo. Veja-se aqui a nota 999.

A "capitulação" perante os militares poder-se-ia ter ficado a dever, não só ao facto de, à altura, se apresentar difícil contrapor um civil a António Ramalho Eanes, como, em última análise, à circunstância que, como anota ADRIANO MOREIRA, leva por vezes as forças civis "a colocar com frequência um militar na chefia do Estado para diminuir as eventualidades do processo corrector, e as tentações dos corregedores armados". Cf. ADRIANO MOREIRA, *O Novíssimo Príncipe, Análise da Revolução*, Braga, Intervenção, 1977, p. 78.

Veja-se no mesmo sentido, a análise concreta do caso de Soares Carneiro e do que este representaria nas Forças Armadas, no artigo de JAIME NOGUEIRA PINTO, já atrás citado, "O projecto da AD contra o maximalismo do 25 de Abril e a leitura radical esquerdista", no *Expresso*, nº 427, de 3 de Janeiro de 1981, p. 5.

mática marcaria igualmente a actuação da AD até finais do ano, pesados os riscos que uma posição imediata de ruptura com o Presidente da República poderia acarretar para o projecto subjacente à coligação(993).

O próprio discurso de Francisco Sá Carneiro relativamente àquela figura se tinha vindo a amenizar, se comparado com as suas anteriores tomadas de posição(994), pese embora a sua decisão em o não apoiar, aliás, dentro da lógica radicalizante e bipolarizadora da mudança profunda no regime que procurava, a prazo, realizar.

---

(993) Vejam-se os cenários que se apresentavam de início à AD: radicalização do discurso de ruptura, necessidade de promover a alteração constitucional e a confrontação com o Presidente da República ou procura de uma maior eficácia política através da elaboração de consensos; quanto aos riscos inerentes às opções mais radicais encontram-se igualmente sistematizados em MARCELO REBELO DE SOUSA, "A lição das eleições, as quatro causas da queda do PS e a opção fundamental do Governo AD", *in Expresso*, nº 375, de 7 de Dezembro de 1979, pp. 2 e 3.

Parece-nos, no entanto, como já defendemos no texto, que os primeiros cenários indicados seriam os únicos que adquiririam lógica no projecto político de alteração do regime que a AD representava. A actuação seguinte de Francisco Sá Carneiro, mormente aquando da aposta nas presidenciais, viria a confirmá-lo. O recuo na confrontação com António Ramalho Eanes dever-se-ia, assim, a mera táctica na implementação da sua estratégia global.

(994) Elucidativa a este respeito, seria a contradição existente nas posições assumidas pelo dirigente social-democrata por altura da convocação do Conselho Nacional de 15 e 16 de Setembro de 1979 e durante os trabalhos do mesmo, bem como o seu discurso na Assembleia da República aquando da apresentação do Programa de Governo. Cf. respectivamente, o *Povo Livre*, nº 269, de 12 de Setembro de 1979, pp. 1 e 16, as gravações do VI Conselho Nacional de 1979, existentes nos Serviços de Documentação do PSD e o *Expresso*, nº 376, de 12 de Janeiro de 1980, pp. 1 e 16.

Na própria tomada de posse do VI Governo Constitucional seria líquido, no discurso do novo Primeiro-Ministro, a decisão de não optar então pelo afrontamento global com o Presidente da República. O discurso em causa encontra-se publicado no *Povo Livre*, nº 286, de 9 de Janeiro de 1980, p. 16 e o da apresentação do Programa do Governo, no *Povo Livre*, nº 287, de 16 de Janeiro de 1980, pp. 2 e 3.

No entanto, do Conselho Nacional do PSD de 15 e 16 de Setembro de 1979 teria, com já vimos, saído suficientemente clara a decisão de não apoiar António Ramalho Eanes, tal como fora decidido, com uma única abstenção, no âmbito da Comissão Política Nacional. Cf. "Comunicado final", do VI Conselho Nacional de 1979, *in Povo Livre*, nº 270, de 19 de Setembro de 1979, pp. 1 e 2; veja-se, também, o *Correio da*

Esse abrandamento pontual do tom crítico e da actuação para com o então Presidente da República depressa seria abandonado, frente à premência de anunciar um candidato próprio da AD para a corrida a Belém e à necessidade de demarcação do mesmo, tendo em conta o projecto global do regime que a coligação representava e as características que se adivinhavam relativamente à campanha eleitoral de António Ramalho Eanes, assim como aos eventuais apoios à sua recandidatura(995).

No âmbito interno do PSD acelarava-se todo este processo, tornando-se mais evidente a divergência de opiniões àcerca do caminho a tomar e do perfil do candidato a escolher. De um lado, havia quem defendesse a negociação com o PS por parte da AD, tendo em vista a apresentação de um candidato comum(996). Preconizava-se, dessa forma, a necessária convergência para a futura revisão constitucional a efectuar. Do outro, julgava-se possível a aposta da maioria num candidato com o seu apoio exclusivo, acentuando-se por esta via a bipolarização política do sistema(997). Dentro desta perspectiva, perma-

---

Manhã, e o *Jornal Novo*, respectivamente de 16 e de 17 de Setembro de 1979.

(995) Atente-se na "Revista" do *Expresso*, nº 380, de 9 de Fevereiro de 1980, pp. 1-R, 2-R e 3-R, aos sucessivos passos desenvolvidos pela AD num e noutro sentido; veja-se, também, o artigo de MARCELO REBELO DE SOUSA, "O triângulo infernal: Belém, Eanes e Sá Carneiro", no *Expresso*, nº 384, de 8 de Março de 1980, p. 1.

(996) Carlos Macedo, com o apoio de outros dirigentes, adiantara a hipótese de esse candidato ser Mário Soares; devido a ter-se considerado inoportuno estabelecer um acordo de regime entre a AD e o PS seria posta de parte tal hipótese. Cf. "Comunicado do Conselho Nacional do PSD", de 10 de Fevereiro de 1980, *in Povo Livre*, nº 291, de 13 de Fevereiro de 1980, p. 1.

(997) Tal fora defendido por Helena Roseta, que propugnaria, ser de retirar a prioridade a qualquer acordo com o PS, segundo pudemos verificar através das gravações do I Conselho Nacional de 1980, existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

necia a divergência entre os que optavam por um candidato civil, militar, ou militar com um perfil o mais civil possível.

Tendo-se deliberado mandatar a Comissão Política Nacional para decidir nessa matéria(998), significando tal facto cometer essa competência a Francisco Sá Carneiro, depositário, assim, da plena confiança política da direcção do partido para a condução desse processo, aquele órgão viria a propor ao Conselho Permanente da AD o General António Soares Carneiro para candidato a Belém(999), tendo o Conselho Nacional seguinte, reunido dias depois, ratificado tal decisão(1000).

A opção final por um candidato militar, apesar das sucessivas profissões de fé no civilismo político, ter-se-ia ficado a dever, sob o prisma de Francisco Sá Carneiro e dos outros propugnantes daquela candidatura, à inexistência de uma

---

(998) Decisão tomada no II Conselho Nacional do PSD de 1980, reunido a 29 de Março no Hotel Penta em Lisboa. Cf. *Povo Livre*, nº 298, de 2 de Abril de 1980, p. 2.

No Comunicado da Mesa do II Conselho Nacional, datado de 29 de Março, defender-se-ia serem as eleições presidenciais "(...) um dos elementos chave para a consagração do projecto político da AD", para além de se considerar a não existência de solidariedade entre o projecto político de António Ramalho Eanes e da AD. Cf. *Ibidem*, pontos 2 e 3. Nessa medida, a Comissão Política Nacional, reunida no mesmo dia, debruçar-se-ia sobre a metodologia a seguir, na qual seria especialmente ponderada a questão do diálogo a estabelecer com a hierarquia militar. Cf. *Expresso*, nº 387, de 29 de Março de 1980, p. 1.

(999) O processo de selecção vinha já a ter ampla abertura na imprensa da época. Veja-se, a título de exemplo, o artigo "AD seleciona candidato a Belém", *in* "Revista" do *Expresso*, nº 388, de 4 de Abril de 1980, pp. 1-R, 2-R e 3-R e, no mesmo número, o artigo de PEDRO D'ANUNCIAÇÃO "AD acelera designação de candidato às Presidenciais", p. 4.

A Comissão Política Nacional do PSD optaria por António Soares Carneiro na sua reunião de 10 de Abril de 1980.

(1000) A "Convocatória" do III Conselho Nacional seria publicada no *Povo Livre*, nº 300, de 10 de Abril de 1980, p. 1, vindo o mesmo a reunir com aquele propósito a 17 de Abril, no Hotel Penta, em Lisboa.

personalidade civil capaz de, contra António Ramalho Eanes, arregimentar o apoio popular, de obter o consenso das Forças Armadas e de defender o projecto da AD(1001).

Aliás, a hipótese de um militar colhia alguma simpatia no seio da coligação, considerando-se que o fundamental residia em encontrar um candidato que estivesse em perfeita sintonia com a respectiva estratégia. No entanto, a escolha em causa, como já vimos, não se revelaria totalmente pacífica no seio do PSD(1002) e embora num clima predominantemente sereno as divergências não deixariam de vir à tona. Consideravam certos dirigentes que tal opção contrariava o ensejo desde há muito expresso pelo partido de proceder à desmilitarização do regime, podendo tal escolha ter como resultado uma demasiada concentração de poderes para além do autêntico cheque em branco passado ao candidato em questão(1003).

(1001) Veja-se o *Expresso*, nº 388, de 4 de Abril de 1980, pp. 1-4 e o discurso de Francisco Sá Carneiro proferido no Conselho Nacional de Março, nas gravações dos respectivos trabalhos existentes nos Serviços de Documentação do PSD. Veja-se, igualmente, a cobertura dada ao mesmo assunto no *Diário de Notícias*, de 30 de Março de 1980, em *O Dia* e na *Tarde*, ambos de 31 de Março de 1980.

(1002) Na Comissão Política reunida a 10 de Abril e no Conselho Nacional de 17 do mesmo mês surgiriam alguns votos contra e algumas abstenções. Em comunicado difundido no mesmo dia, a Comissão Política Nacional daria conta da sua deliberação de propor ao Conselho Superior da AD o nome de António Soares Carneiro para posterior sancionamento no Conselho Nacional do partido. Cf. "Comunicado da Comissão Política Nacional", de 10 de Abril de 1980 e "Comunicado da Mesa do Conselho Nacional do PSD" de 17 de Abril de 1980, ambos existentes nos Serviços de Documentação do PSD. No último documento referido sanciona-se aquela escolha, que seria aprovada por 44 votos a favor, 4 contra e 7 nulos, segundo apurámos através das gravações existentes naqueles serviços do partido.

(1003) Veja-se, nomeadamente, a intervenção nesse sentido proferida por Helena Roseta no Conselho Nacional, nas gravações existentes dos respectivos trabalhos existentes no Serviços de Documentação do PSD. Esta dirigente apresentaria, também, uma moção com uma série de recomendações à direcção partidária para a negociação do contrato político a estabelecer com o candidato escolhido. Cf. *ibidem*.

Embora, na altura, pretensamente ultrapassadas, as divergências então surgidas viriam a acentuar-se no decorrer do tempo, levantando, sobretudo durante a campanha presidencial, desconfianças e querelas pessoais entre os mais renitentes em apoiar o candidato e Francisco Sá Carneiro e os seus mais directos discípulos, defensores daquela candidatura.

As resistências surgidas desde o início do processo mostrar-se-iam, assim, indiciadoras da pouca convicção com que aquele candidato viria a ser aceite, não só na esfera dirigente, como no restante aparelho do partido, que nunca corresponderia da forma pretendida como, também, no que concerne às bases partidárias e ao próprio eleitorado da AD.

De evidenciar o facto de o Primeiro-Ministro se ter disso apercebido e, daí, o ter desde sempre acentuado que a eleição de um Presidente da República da área da AD se tornava imprescindível à sua continuação na chefia do Governo e à prossecução do projecto que defendia(1004), pressionando mesmo nesse sentido a opinião pública com intervenções de grande conteúdo emocional.

A necessária consonância entre as três maiorias - parlamentar, governamental e presidencial - acento tónico de todas as suas intervenções, pressupunha, é certo, uma perfeita sintonia nas relações entre as diversas instâncias do poder político-institucional, relações essas que se vinham há tempo a configurar como demasiado tensas e paralisadoras do desen-

---

(1004) Veja-se, por exemplo, o *Expresso*, nº 388, de 4 de Abril de 1980, pp. I e 4.

volvimento político e social pretendido(1005).

Feita a opção, e considerando o agravamento da situação política e social desencadeada, como já vimos atrás, pela polémica surgida à volta da lei de delimitação dos sectores, recrudesceria, por parte do PSD e da AD, o tom de oposição frontal a António Ramalho Eanes. Para aquelas forças este aparecia como o maior responsável pela instabilidade política, social e económica, agora agravada, sendo o seu projecto denunciado como subalternizador dos partidos, a sua pessoa acusada de ambivalência e as forças apoiantes da sua recandidatura como anti-democráticas(1006).

A apresentação pública da candidatura de António Soares Carneiro far-se-ia em Junho de 1980(1007), sendo as bases pro-

---

(1005) Para a análise das relações de assintonia até aí existentes entre a maioria parlamentar e o Presidente da República, veja-se o artigo de MARCELO REBELO DE SOUSA, "As eleições presidenciais e os partidos", no *Expresso*, nº 393, de 10 de Maio de 1980, p. 2.

(1006) Na análise política efectuada durante os trabalhos do IV Conselho Nacional de 1980, reunido a 17 de Maio de 1980 no Porto, estariam bastante acentuadas essas críticas, segundo confirmámos pelas gravações existentes nos Serviços de Documentação do PSD. Veja-se, também, a imprensa da época, que contém extractos da conferência de imprensa desse mesmo dia, e, sobretudo, as declarações prestadas nesse sentido por Carlos Macedo, Mário Montalvão Machado, José Ângelo Correia e Vasco Pulido Valente. Veja-se o *Diário de Lisboa*, o *Diário Popular*, O *Primeiro de Janeiro*, todos de 18 de Maio de 1980 e o *Povo Livre*, nº 305, de 21 de Maio de 1980, p. 14, especialmente a caixa "Eanes e a esquerda do CR responsáveis pela desestabilização", *in idem*, p. 3.

(1007) A conferência de imprensa que lhe daria lugar processou-se no Hotel Sheraton, em Lisboa, a 18 de Junho de 1980. António Soares Carneiro aceitaria o apoio da AD, o qual lhe fora entregue em carta datada de 21 de Abril de 1980. Cf. *Povo Livre*, nº 301, de 23 de Abril de 1980, p. 1.

Do Conselho Político da sua candidatura fariam parte António Barbosa de Melo, António Correia Cabecinha, José Ângelo Correia, Carlos Macedo e Vasco Pulido Valente todos do PSD; Francisco Lucas Pires, Alexandre Sousa Pinto, José Luís Vilaça e Narana Coissoró, do CDS; Raúl Rosado Fernandes, Manuel de Lucena e Francisco Sousa Tavares, como independentes. Cf. *Povo Livre*, nº 310, de 25 de Junho de 1980, pp. 1 a 3.

gramáticas respectivas divulgadas em Novembro seguinte(1008).

A primazia das eleições em causa estaria sempre bem patente no relevo que estas adquiririam no discurso dos principais agentes envolvidos no processo, nas declarações dos seus protagonistas essenciais e no lugar de destaque que lhes seria concedido nos órgãos de comunicação social.

O papel primordial das presidenciais seria sobretudo evidente no discurso da AD e mormente no do seu Primeiro-Ministro, revelando o carácter fundamental de que se revestiriam os resultados na efectivação da respectiva estratégia. Por isso se compreende o repisar permanente e progressivo da ideia de que o voto em Dezembro teria que se mostrar consistente com o das legislativas anteriores, as suas atitudes por vezes intempestivas, o reforço da aposta em pleno e a sua decisão, seguida pelo número dois da AD, de não vir a formar Governo no caso dos resultados se mostrarem adversos à coligação.

Apesar do permanente reforço da importância de que se

A campanha eleitoral seria dirigida por Victor da Cunha Rego e o mandatário nacional viria a ser Carlos Mota Pinto, por forma a tentar alargar o leque dos apoiantes a outros sectores. Anote-se que a colagem a António Soares Carneiro por parte deste ex-PSD (que saira do partido aquando da cisão de Aveiro), não seria muito bem tolerada por certos sectores de partidários, nomeadamente por Francisco Sá Carneiro, que também não via com bons olhos o reforço dos sectores minoritários da coligação que se poderia produzir via Belém.

Sobre o perfil de António Soares Carneiro, explicito na sua apresentação pública, o PSD considerá-lo-ia adequado à liderança nacional. Cf. "Comunicado da Comissão Política Nacional do PSD", de 19 de Julho de 1980, Serviços de Documentação do PSD.

(1008) O documento, apresentado a 14 de Novembro de 1980, intitulava-se "Projecto nacional" e, num estilo vitorioso, proclamava objectivos em consonância com as teses de Francisco Sá Carneiro, embora detivesse um perfil mais presidencialista do que este parecia, então, apresentar. Veja-se este documento nos Serviços de Documentação do PSD.

revestiria a eleição em causa(1009), a aposta da AD e muito particularmente do PSD através da pessoa do seu líder principal, viria a revelar-se um fracasso, como, aliás, os últimos tempos de uma campanha consideravelmente morna já deixavam claramente transparecer(1010).

Apesar da vitória obtida aquando das legislativas de Outubro(1011), os resultados do acto eleitoral realizado três dias depois da morte de Francisco Sá Carneiro revelar-se-iam, assim, fatais na perspectiva da AD(1012). Um certo mal-estar

---

(1009) Acerca desta aposta no "tudo ou nada" como defesa das suas convicções e como forma de pressionar a opinião pública e sobre a importância política concedida às eleição presidencial, veja-se o artigo de MARCELO REBELO DE SOUSA, "Estratégia da AD confirma primazia das presidenciais", publicado no *Expresso*, nº 409, de 30 de Agosto de 1980, p. 2.

Vejam-se, ainda, os apelos mais ou menos excessivos, como o realizado por um dos dirigentes da campanha, Vasco Pulido Valente, incentivando o voto em Soares Carneiro, cuja não eleição consideraria levar o país a uma profunda instabilidade. Cf. *Povo Livre*, nº 330, de 12 de Novembro de 1980, pp. 2 e 3.

(1010) Veja-se no *Expresso*, nº 421, de 22 de Novembro de 1980, o artigo de JOSÉ FREIRE ANTUNES, "Soares Carneiro o equívoco da AD", p. II do destacável "Presidenciais".

(1011) Nas eleições para a Assembleia da República realizadas a 5 de Outubro de 1980, a AD vira confirmada a sua posição, obtendo 44,4 % dos votos e 123 lugares no Parlamento, dos quais 82 Deputados só por parte do PSD. Cf. os Quadros 1 e 2 do Anexo VI desta dissertação.

Na respectiva campanha eleitoral actuaria o carisma e o dinamismo de Francisco Sá Carneiro. No VI Conselho Nacional, reunido em Lisboa a 9 de Setembro de 1980, este tinha reassumido, como já vimos, o cargo de Presidente do partido, então desempenhado por Leonardo Ribeiro de Almeida e sob proposta deste dirigente, com o objectivo de liderar o PSD e a AD nesse momento político crucial. Cf. "Conclusões do VI Conselho Nacional", no *Povo Livre*, nº 321, de 11 de Setembro de 1980, p. 1.

(1012) O desaparecimento de Francisco Sá Carneiro num desastre de aviação ocorreria a 4 de Dezembro de 1980 tendo o acto eleitoral lugar a 7 do mesmo mês. António Ramalho Eanes obteria 56,5% dos votos, enquanto António Soares Carneiro apenas conseguiria 40,2. Sobre as eleições presidenciais veja-se o *Expresso*, nº 423, de 6 de Dezembro de 1980, p. 2, a análise de SERRAS GAGO, no *Expresso*, nº 424, de 13 de Dezembro de 1980, pp. 8 e 9 e o Quadro 4 do Anexo VI desta dissertação.

Vejam-se os diversos comunicados dos órgãos nacionais do PSD emanados logo no dia 4 de Dezembro e as reacções dos seus dirigentes sobre o desaparecimento do líder histórico no *Povo Livre*, edição especial, de 5 de Dezembro de 1980, pp. 5 e 6, assim como a intervenção de Pedro Roseta na Assembleia da República.

prenunciador do insucesso do projecto da AD na sua componente relativa à necessária coincidência das três maiorias tinha já sido visível na própria comissão de candidatura e no seio do PSD. Aí, ter-se-iam multiplicado as críticas a António Ramalho Eanes(1013), as incitações ao voto em António Soares Carneiro, as reafirmações de que este representava a única garantia democrática do estabelecimento da solidariedade institucional e da prossecução do ideário da AD(1014). Contudo, o eco destes apelos não se viria a fazer sentir.

3. A sub-fase do PSD que vimos analisando teve, assim, como característica fundamental o predomínio da coesão e da estabilidade intra-partidária, não obstante no decorrer da segunda metade de 1980 se assistir a uma certa tensão interna

---

(1013) Sobretudo após a conferência de imprensa concedida a 14 de Outubro de 1980 pelo então Presidente da República, na qual este, perante os resultados obtidos pela AD, parecia pretender colar-se ao seu projecto, causando o imediato repúdio por parte do PSD. Cf. "Comunicado da Comissão Política do PSD", de 15 de Outubro de 1980, *itens* 5 e 6, Serviços de Documentação do PSD.

No Conselho Nacional do partido, que reuniria dias depois, novas e intensas críticas lhe seriam novamente dirigidas. Cf. "Comunicado da Mesa do Conselho Nacional do PSD", de 18 de Outubro de 1980, *item* 3, Serviços de Documentação do PSD. Veja-se, igualmente, a ampla cobertura que a imprensa da época daria ao facto em, por exemplo, *O Comércio do Porto*, de 19 de Outubro de 1980, o *Diário de Notícias*, *A Capital*, *A Tarde* e o *Diário Popular*, todos de 20 de Outubro de 1980.

(1014) Veja-se, por exemplo, o "Comunicado da Comissão Política Nacional", de 9 de Outubro de 1980, produzido na primeira reunião daquele órgão logo após as eleições, congratulando-se pelos resultados obtidos e reafirmando-se que "A plenitude dos objectivos da AD só será alcançado com a vitória do General Soares Carneiro..." *in ibidem*, *item* 5.

Vejam-se também, em idêntico sentido, os dois comunicados referidos na nota anterior emanados respectivamente pela Comissão Política (*itens* 2, 3, 4 e 6) e pela Mesa do Conselho Nacional (*item* 3).

O próprio Francisco Sá Carneiro tinha sucessivamente reafirmado a sua disposição em abandonar o Executivo no caso de a AD não eleger o seu candidato à Presidência, embora considerasse absurda esta última hipótese. Cf. *O Comércio do Porto*, de 19 de Outubro de 1980, *A Capital* e *O Primeiro de Janeiro*, ambos de 20 de Outubro de 1980.

decorrente da problemática presidencial, sobretudo avivada na altura da respectiva campanha eleitoral.

Apesar da acalmia intra-partidária que caracterizaria o perfil fundamental deste período, as contradições internas do PSD decorrentes das diferentes perspectivas aí existentes quanto ao projecto político a ser prosseguido e as dissenções de carácter pessoal permaneceriam.

Nesta sub-fase, essas divergências não se tornariam, contudo, actuantes e muito menos em termos da sua formalização em facções, diluídas que o foram na forte, visível e incontestada liderança então desempenhada por Francisco Sá Carneiro. Papel fundamental nessa acalmia jogaria, igualmente, o amplo leque de oportunidades políticas que se ofereciam então ao PSD e às suas elites, principalmente a partir da vitória da AD nas eleições legislativas..

Com o desaparecimento daquela liderança, a incapacidade de a substituir e o retorno a uma estrutura difusa da autoridade ao nível intra-partidário, instalar-se-ia o vazio no poder. Simultaneamente, o quadro das oportunidades políticas oferecidas pelo sistema parecia reduzir-se relativamente ao desejado, sobretudo a partir do insucesso das presidenciais, vindo a AD a ressentir-se dessa situação, assim como da nova dinâmica interna que a partir de então seria desencadeada.

Veremos, em seguida, como é que os resultados das eleições de Dezembro e a impossibilidade de reestruturar a direcção do partido e do Governo, introduzindo novos efeitos, ou prolongando na mesma linha a orientação anterior, levariam

ao afloramento de novas convulsões no PSD, surgindo, mais uma vez à superfície as incompatibilidades até aí ocultas e a hostilidade latente entre as suas elites.

Simultaneamente, no seio da AD começar-se-ia a sentir com mais acuidade a dissonância entre os seus principais parceiros e tornar-se-ia crescente a desestabilização política, frente a um espaço de manobra e a um quadro de oportunidades não tão alargado como se tinha inicialmente previsto.

Os reajustamentos sucessivos a que tanto o PSD como a coligação seriam sujeitos, não foram, no entanto, suficientes para que o primeiro se não visse seriamente abalado e a segunda os seus dias próximos do fim.

3.2. Os reflexos do vazio do poder

1. Embora a AD só tenha vindo a entrar em crise aberta bastante depois do desaparecimento dos seus dois principais estrategas é um facto que se começaram logo a fazer sentir algumas tensões, produto das diferentes leituras feitas no seio da coligação e das divergências pessoais e estratégicas existentes no interior do partido aí maioritário.

As contradições emergentes na AD e que acabariam por pôr termo à mesma entre finais de 1982 e os primeiros meses de 1983, passavam, assim, pelas contradições começadas a aflorar no interior de uma das suas componentes - o PSD. A conflitualidade interna, até aí dominada, recrudesceria considera-

velmente com a dinâmica desencadeada pelo vazio no poder decorrente da morte do seu líder natural.

Se algumas divergências existiam já no âmbito intra-partidário relativamente ao futuro da AD(1015), outros focos de tensão se viriam aí a instalar, primeiro como consequência dos resultados presidenciais e, depois, com os acontecimentos ligados à problemática da substituição da liderança, no Governo e no partido. O facto é que a vitória de António Ramalho Eanes, como já defendemos atrás, retirara à AD o seu conteúdo fundamental que apontava, segundo o projecto de Francisco Sá Carneiro, para uma alteração de fundo do regime. Tal projecto, como vimos, passava pela formação de um bloco político forte e

---

(1015) Se alguns sectores pretenderiam eventualmente caminhar para uma futura integração partidária das duas principais componentes numa só força, outros apostariam apenas na fórmula encontrada aquando da sua constituição. Os poucos vultos contestatários à celebração da AD ainda restantes nas fileiras do partido tinham mesmo acabado por aceitar cargos no Governo, como seria o caso de Francisco Pinto Balsemão. Apesar disso, a contestação de fundo ao projecto da AD permanecia nalgumas esferas do PSD e, a comprová-lo, algumas das intervenções proferidas no primeiro Conselho Nacional depois da morte de Francisco Sá Carneiro, ao proceder-se à escolha do novo líder, conforme comprovámos pelas gravações do VII Conselho Nacional de 1980 (reunido no Hotel Altis, em Lisboa, a 13 de Dezembro), existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

Também durante o VIII Congresso Nacional, alguns indícios da possibilidade de aproximação ao PS seriam mais ou menos evidentes (Cf. Moção A, apresentada por José Vitorino, ponto III c) *in Povo Livre*, nº 343, de 11 de Fevereiro de 1981, pp. 2 e 3) e, no mesmo sentido, um mês depois daquela cimeira, seriam produzidas por António Capucho, declarações polémicas relativamente à não necessária persistência do acordo AD para as eleições autárquicas (Cf. MIGUEL REIS, "Divergências no PSD acentuam-se na sequência do VIII Congresso", *in Diário de Notícias*, de 23 de Março de 1981).

Embora haja quem defenda que o próprio Francisco Sá Carneiro teria pretendido, a prazo, uma fusão com o CDS, e quem argumenta nesse sentido usualmente invoca um dos seus discursos no qual, reportando-se à AD, falaria em "nós, a direita", o facto é que se era essa a sua intenção, sempre cedeu nesse aspecto ao partido, que dificilmente reagiria bem a tal situação. A realidade é que nem a AD seria registada como coligação de partidos para fins não meramente eleitorais, nem o próprio Francisco Sá Carneiro atribuiria à respectiva estrutura orgânica o peso decorrente de tal pretensão.

coeso, que ocupasse totalmente e de forma duradoura todo o aparelho de Estado.

Esse projecto total, no qual a AD até aí empenhara todas as suas forças, via-se agora de concretização improvável, perdido o lugar do topo no Estado e perdido o líder, sem o qual a ruptura no regime que se tinha pretendido processar se tornava ainda menos exequível. Haveria, assim, que repensar a forma de coadunar tal projecto político, amputado em duas das suas componentes fundamentais, adaptando-o aos novos circunstancialismos então surgidos.

Logo após a morte de Francisco Sá Carneiro, suceder-se-iam consultas e encontros diversos no âmbito da Comissão Política Nacional(1016) e à margem da mesma, tendo por objectivo encontrar o substituto ou substitutos para os cargos deixados vagos no Governo e no PSD(1017).

À partida, far-se-ia logo sentir alguma controvérsia em torno de duas questões fundamentais. Uma, prender-se-ia com a

---

(1016) Logo no dia 5 de Dezembro realizar-se-ia a primeira reunião da Comissão Política Nacional com esse objectivo; seguir-se-iam diversas reuniões deste órgão e uma do Conselho Nacional, convocando-se o VIII Congresso para o início de 1981.

(1017) Numa dessas reuniões, realizada em casa de Francisco Pinto Balsemão segundo o testemunho de Eurico de Melo, aí presente, teria ficado decidido que o primeiro assumiria a Presidência do PSD e Aníbal Cavaco Silva as funções de Primeiro-Ministro, dentro da tese defensora de uma chefia bicéfala e de se encontrar, para o último cargo, uma personalidade que não suscitasse nem grandes confrontações internas nem com os outros parceiros na AD. Se o primeiro surgia como a personalidade indicada, visto ser o único dos três fundadores do PSD a aí permanecer, o segundo, ex-Ministro das Finanças e que ascenderia no partido pela mão de Francisco Sá Carneiro e no âmbito do Gabinete de Estudos (um seu artigo intitulado "Os políticos, os economistas e o referendo" teria produzido, no então líder do partido, um efeito considerável), parecia ser ideal para liderar o Executivo. Uma outra hipótese primeiro aceite e depois rejeitada, seria exposta por Eurico de Melo: a de Francisco Pinto Balsemão assumir os dois cargos mas assessorados por Aníbal Cavaco Silva no plano económico e por Diogo Freitas do Amaral no plano político.

aceitação ou não da tese bicéfala, considerando uma sensibilidade que um líder no Governo e outro no partido se tornava a única saída possível, enquanto outra defendia a própria extinção do cargo de Presidente do PSD, cuja existência deixava de se justificar com o desaparecimento do líder histórico(1018).

Embora, na altura, grassasse já a maior especulação sobre o assunto, afloriam os nomes de Francisco Pinto Balsemão e de Eurico de Melo como os candidatos mais prováveis ao cargo de Primeiro-Ministro, sendo em torno do perfil adequado para essa função que a outra questão seria levantada.

Considerando que ambos representavam dois pólos opostos no partido, correspondendo a cada qual uma sensibilidade distinta(1019), procurar-se-ia encontrar uma figura que pudesse

---

(1018) Seria essa, por exemplo, a tese defendida por Helena Roseta, que diria não fazer "qualquer sentido manter esse modelo estatutário que foi criado exclusivamente por razões conjunturais e para ser exercido por uma determinada pessoa". Cf. *O Jornal*, de 12 de Dezembro de 1980.

(1019) Enquanto Francisco Pinto Balsemão, saído das fileiras das "Opções Inadiáveis" (fora seu subscritor, muito embora depois se viesse a afastar deste grupo), representava a moderação e o diálogo possível com Belém, Eurico de Melo, antigo Ministro da Administração Interna de Francisco Sá Carneiro e figura da sua confiança pessoal, aparecia como protagonizando uma posição de firme confronto com o Presidente da República adverso à AD. No campo estritamente partidário, este último tinha o apoio do Norte do país e sobretudo da Distrital da Área Metropolitana de Lisboa e dos Sócio-profissionais, parecendo também ser a figura mais do agrado do CDS. Francisco Pinto Balsemão, pelo contrário, conotado com uma tendência interna mais de "esquerda", tinha amplos apoios na JSD, nos Sindicalistas, nos Açores, na Madeira e, à partida, nas Distritais de Évora, Faro, Vila Real e Viseu. O apoio dos Açores e da Madeira a Francisco Pinto Balsemão pressionaria nesse sentido, acabando por se afastar a tese de bicefalia, defendida por José Ângelo Correia, segundo o próprio, na reunião alargada da Comissão Política para resolver o assunto.

Embora surgisse quem defendesse que as principais divergências entre as duas linhas decorreriam meramente de posicionamentos pessoais antagónicos e é um facto que as divergências entre Francisco Pinto Balsemão e Eurico de Melo se tornariam consideravelmente mais notórias a partir daí (veja-se, defendendo essa tese, o artigo de MARCELO REBELO DE SOUSA, "O 1º Congresso após Sá Carneiro", no *Expresso*, nº 434, de 21 de Fevereiro de 1981, p. 2), entendemos que, sem discordar da elevada competição pelo poder intra-partidário que lhe estaria já subjacente,

obter o consenso, desempenhando o papel de charneira no partido e no Governo. Aníbal Cavaco Silva seria o nome para tal indicado pelos sectores que se declaravam mais próximos do líder desaparecido na reunião já referida(1020), para o efeito realizada à margem da Comissão Política Nacional.

Embora pareça ter então ficado assente, como já sublinhámos, que Francisco Pinto Balsemão assumiria a Presidência do partido(1021) e Aníbal Cavaco Silva a chefia do Governo e da AD(1022), a dinâmica dos bastidores teria acabado por pro-

---

existiam de facto divergências estratégicas consideráveis entre ambos, apesar de Francisco Pinto Balsemão se ter vindo a apresentar depois, por motivações táctico-estratégicas e pessoais, como acérrimo defensor do projecto da AD e de Eurico de Melo ter vindo a possibilitar, através da contestação que faria àquela figura, uma viragem do partido à "esquerda" que se consubstanciaria no Bloco Central.

(1020) Aníbal Cavaco Silva parecia não desencadear, em princípio, nem grandes apoios nem grandes reticências, podendo, no campo das relações com Belém, vir a desempenhar um papel de interveniência firme mas equilibrada. O antigo Ministro das Finanças não receberia, contudo, o apoio quer dos Açores, quer da Madeira e, por manobras de bastidores, acabaria por ficar afastado da corrida do poder, embora como se viria a verificar anos mais tarde, apenas temporariamente.

(1021) Uma outra hipótese surgida parecia apontar para que Leonardo Ribeiro de Almeida se mantivesse interinamente no cargo até à realização do Congresso Nacional. (Cf. *O Jornal*, de 12 de Dezembro de 1980). Congresso esse, que não tendo sido realizado durante o ano de 1980, tendo por desculpa as presidenciais, se pensava reunir nos primeiros meses de Fevereiro, conforme a "Convocatória" de 13 de Dezembro de 1980, difundida por uma circular interna datada de 15 de Dezembro de 1980, consultada nos Serviços de Documentação do PSD.

(1022) Veja-se, aqui, a nota 1017.

Haveria quem defendesse que em termos institucionais este cargo deveria ser preenchido por Diogo Freitas do Amaral do CDS; Eurico de Melo, segundo o próprio nos confirmou, teria apenas proposto ao Presidente da República que o líder do CDS continuasse interinamente no seu cargo até se encontrar uma solução. Essa hipótese que geraria alguns mal-entendidos, seria posta de lado, visto a Comissão Política do PSD considerar que isso significaria entregar o poder aos centristas. Sobre a eventualidade de elementos do próprio PSD terem, na altura, sugerido o Presidente dos centristas para líder da AD, vejam-se as acusações proferidas por Francisco Pinto Balsemão, no que foi considerado um ataque indirecto a Aníbal Cavaco Silva e a Eurico de Melo, aquando do Congresso da Figueira da Foz. Cf. gravações existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

jectar o primeiro para a ocupação simultânea dos dois cargos(1023), não sem alguma confrontação interna(1024) que, apesar de tudo, conseguiria vir a ser pontualmente sublimada(1025).

Se a imprensa da época afecta à direita dentro da coligação(1026) procurou ver na eleição em causa e nas intervenções proferidas no VII Conselho Nacional de 1980(1027), um

---

(1023) Depois de uma reunião conjunta da Comissão Política Nacional com os Presidentes das Comissões Políticas Distritais, realizada a 12 Dezembro de 1980, o Conselho Nacional reunido no dia seguinte no Hotel Altis em Lisboa, deliberaria eleger para o lugar de presidente do PSD "o militante e fundador do Partido Francisco Pinto Balsemão", Cf. "Comunicado do Conselho Nacional", de 13 de Dezembro de 1980, ponto 2, Serviços de Documentação do PSD. Na mesma reunião e sob proposta da Comissão Política Nacional, também apresentada por Leonardo Ribeiro de Almeida, que presidiria à reunião do Conselho Nacional, indicar-se-ia o mesmo dirigente para ocupar as funções de Primeiro-Ministro. Cf. *ibidem*, ponto 3.

O I Conselho Nacional de 1980 seria convocado no dia 11 de Dezembro de 1980 (Cf. "Convocatória" no *Povo Livre*, nº 335, de 11 de Dezembro de 1980, p. 1) com o objectivo de preparar o Congresso, também então convocado.

(1024) Para o cargo de Primeiro-Ministro, Francisco Pinto Balsemão seria eleito por 55 votos a favor, 2 contra, 3 brancos e 1 nulo, enquanto para o cargo do partido obteria 59 votos a favor, 1 contra e 1 branco, segundo verificámos através das gravações dos trabalhos do VIII Conselho Nacional do PSD de 1980, existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

Apesar das declarações públicas proferidas quanto ao facto de a decisão tomada na Comissão Política ter sido objecto de consenso (vejam-se por exemplo, as declarações de José Ângelo Correia nesse sentido, reportadas no *Correio da Manhã*, de 14 de Dezembro de 1980), Eurico de Melo acabaria por abandonar aquela reunião, segundo o mesmo nos confirmou, por considerar que Francisco Pinto Balsemão tinha faltado ao compromisso assumido na reunião informal organizada na Quinta da Marinha. (Cf. a nota 1017 desta dissertação).

(1025) Anote-se, por exemplo, o facto de ter sido Helena Roseta, adepta da não simultaneidade de ocupação dos dois cargos pela mesma personalidade, a apresentar ao Conselho Nacional as razões da escolha realizada, ou o facto de Eurico de Melo, antes do escrutínio, ter feito o elogio do candidato, embora outros Conselheiros, como seria o caso de Dinah Alhandra, tenham feito alocuções pouco favoráveis àquela escolha, segundo apurámos pelas gravações dos trabalhos, existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

(1026) Como seria particularmente o caso de *O Tempo*, de 18 de Dezembro de 1980.

(1027) Veja-se a nota 1015 desta dissertação.

certo recuo do PSD relativamente ao projecto da AD e uma aproximação a António Ramalho Eanes e ao PS, a atitude de Francisco Pinto Balsemão veio, na altura, dissipar publicamente esses temores(1028).

As dificuldades que o novo Primeiro-Ministro(1029) encontraria na formação do Executivo seriam, contudo, uma realidade(1030), prova convincente da existência de certa contestação interna à sua pessoa que, mais tarde, viria a assumir proporções inquietantes.

No sentido de ultrapassar essa debilidade, Francisco Pinto Balsemão viria a chamar para o Governo a maior parte dos seus eventuais detractores(1031) e se o sucesso desta iniciativa não foi completo, conseguiu, pelo menos até à realização

---

(1028) Atente-se às declarações de Francisco Pinto Balsemão prestadas nesse sentido ao *Povo Livre*, nº 336, de 17 de Dezembro de 1980, pp. 1, 2, 3 e 12, nas quais tornaria evidente não pretender a ruptura da AD mas também não ser sua intenção prosseguir na obstrução total ao Presidente da República. Veja-se, igualmente, o seu discurso proferido na tomada de posse do novo Governo, referindo-se aí por várias vezes ao programa para quatro anos, no qual se mostraria totalmente empenhado e ao encadeamento feito entre a actividade governamental e a revisão da Constituição. Veja-se a análise do discurso em questão realizada por MARCELO REBELO DE SOUSA "Da afirmação de fé de Balsemão ao discurso de apoio político de Eanes", *in Expresso*, nº 428, de 10 de Janeiro de 1981, p.

(1029) Sobre o seu perfil, veja-se a caixa "A figura da semana", dedicada a Francisco Pinto Balsemão, no *Expresso*, nº 425, de 20 de Dezembro de 1980, p. 3.

(1030) Cf. o *Expresso*, nº 427, de 3 de Janeiro de 1981, p. 1.

(1031) Alguns dos Ministros mais chegados a Francisco Sá Carneiro constituiriam um autêntico *lobby*, no sentido de apenas entrarem "todos ou nenhum" no novo Governo; Eurico de Melo por exemplo, mostrar-se-ia muito pouco colaborante nas negociações do novo Executivo e nem ele, nem Aníbal Cavaco Silva, aceitariam aí qualquer cargo. Veja-se a composição do VII Governo Constitucional na Lista 25 do Anexo IV desta dissertação

do VIII Congresso(1032), criar um ambiente suficientemente favorável para lhe permitir esconjurar os riscos de ruptura e tentar vencer naquela cimeira(1033).

Apesar de se ter conseguido o consenso em redor de uma moção-síntese ainda antes do Congresso(1034), tal não signifi-

---

(1032) O VII Congresso do PSD convocado através de um comunicado da Comissão Política Nacional datado de 13 de Dezembro de 1980 (elaborado na mesma reunião em que o novo líder fora escolhido) e anunciado por uma circular enviada a 15 de Dezembro de 1980, viria a ter lugar de 20 a 22 de Fevereiro de 1981 no Pavilhão dos Desportos em Lisboa.

Sobre as características deste Congresso, que analisámos noutro estudo veja-se, sem prejuízo da presente análise, MARIA JOSÉ STOCK e OUTROS, *Os Partidos em Congresso 1981, Quem São e o Que Pensam Os Seus Delegados - Uma Abordagem Sociológica*, Évora, Gabinete de Investigação e Acção Social, ISESE, 1985.

(1033) Antes do VIII Congresso seriam apresentadas onze moções: a Moção A, tendo por primeiro subscritor José Vitorino da Distrital de Faro, afecta ao Presidente do partido; a Moção B, da Comissão Política Nacional, surgindo à sua frente Francisco Pinto Balsemão, sendo produto da redacção de António Capucho e de José Ângelo Correia; a Moção C, encabeçada por Pedro Santana Lopes, "Crítico" de Francisco Pinto Balsemão, dedicada à problemática da revisão constitucional; a Moção D, liderada por Fernando Correia Afonso, eventualmente apoiada, conquanto não de forma expressa, por Eurico de Melo e Aníbal Cavaco Silva; a Moção E, que representava igualmente a estratégia dos "Críticos" ao novo líder, cujo primeiro subscritor seria Helena Roseta; a Moção F, liderada por António Maria Pereira outro "Crítico" anti-Balsemão e dedicada à política externa; a Moção G, encabeçada por Ramiro Ladeiro Monteiro referente à melhoria da informação; a Moção H, surgindo à cabeça José Henrique Cardoso, referente à política agrícola; às Moções I e a J, sendo primeiro subscritor José Gonçalves e a Moção L, na qual surgiria em primeiro lugar o nome de Rui Amaral, da Assembleia Distrital do Porto, também "Crítico" de Francisco Pinto Balsemão e porta-voz dos Sócio-profissionais.

Algumas das moções, como se poderá observar, detinham um carácter meramente sectorial, sendo as mais contrárias a Francisco Pinto Balsemão as encabeçadas respectivamente por Fernando Correia Afonso e por Helena Roseta. As onze moções de estratégia apresentadas àquela cimeira encontram-se publicadas no *Povo Livre*, nº 343, de 11 de Fevereiro de 1981, pp. 2 a 7, 10, 11 e 15.

(1034) Embora ainda tivesse sido ventilada a hipótese de se terem que votar duas moções em alternativa (Cf. *O Jornal*, de 13 de Fevereiro de 1981), dadas as resistências de Fernando Correia Afonso em fazer concessões à linha da Comissão Política Nacional em exercício, o consenso seria obtido através da redacção por Helena Roseta, de uma Moção-síntese, em reunião de 18 de Fevereiro de 1981 para tal convocada (veja-se o *Diário de Notícias*, de 16 de Janeiro de 1981). Esta seria lida no Congresso por Alberto João Jardim, vindo a ser aprovada por unanimidade, embora alguns Delegados tivessem feito intervenções desfavoráveis para com a mesma, conforme verificámos através das gravações existentes no Serviços de Documentação do PSD.

caria o ter-se procedido à completa clarificação interna, mas, tão só, à eliminação, naquele preciso espaço e tempo e através da elaboração de um documento suficientemente elástico, de eventuais fricções as quais, então, não interessavam a nenhuma das linhas agravar. A posição consensual encontrada permitia a Francisco Pinto Balsemão ganhar o suficiente espaço de manobra para a actuação que pretenderia empreender(1035), enquanto os seus opositores, conhecidos já como "Críticos", aguardavam o seu eventual fracasso para arrancar com a ofensiva adequada, guardando-se os respectivos expoentes para uma posterior reserva de liderança(1036).

Francisco Pinto Balsemão ver-se-ia, assim, confirmado como o líder do Governo e do partido(1037), assumindo-se como

---

A Moção-síntese e o discurso de Francisco Balsemão proferido no encerramento do VIII Congresso encontram-se no *Povo Livre,* nº 345, de 25 de Fevereiro de 1981. Estes documentos, bem como os novos Estatutos, os órgãos nacionais eleitos e o perfil dos membros da Comissão Perma-nente seriam objecto de publicação autónoma, prefaciada pelo novo Secretário-Geral, António Capucho. Cf. *8º Congresso. Construir o Futuro,* edição do PSD, Departamento de Propaganda, Fevereiro 1981.

(1035) Veja-se, relativamente à estratégia da linha vencedora, o *Jornal de Notícias,* de 24 de Fevereiro de 1981, que anteveria a alternativa ao bloco no poder aí implícita, apesar dos juramentos de fidelidade à AD. No que concerne à não clarificação interna, permanecendo a base das dissensões entre as duas linhas em causa, veja-se o *Diário de Lisboa,* de 23 de Fevereiro de 1981, no qual se defende que o Congresso "pode ter sido (...) de 'confirmação' ou de 'adiamento'".

(1036) Embora a curto prazo se não tenha realizado, visto que no momento da queda de Francisco Pinto Balsemão no Congresso de Montechoro, Aníbal Cavaco Silva manteria um papel de grande passividade, muito embora tenha contribuído no âmbito do movimento dos "Críticos" e sobretudo através da "Carta Aberta" para a contestação ao líder do PSD; veja-se, também, a perfeita antevisão da futura liderança desta últimapersonalidade, realizada por MARCELO REBELO DE SOUSA em "Balsemão-vencedor indiscutível Cavaco-melhor do que Eurico", no *Expresso,* nº 435, de 28 de Fevereiro de 1981, p. 2.

(1037) Sê-lo-ia, contudo, fundamentalmente numa perspectiva de única saída possível na conjuntura então atravessada, como já tivemos ocasião de defender, para a qual contribuiria, sem dúvida, o seu perfil consensualista, a sua imagem de homem de

herdeiro de Francisco Sá Carneiro e parecendo conseguir então reforçar o seu papel na estrutura partidária(1038).

A moção-síntese, espelho desse consenso, apresentar-se-ia, contudo, um pouco ambígua, cedendo nalguns pontos aos "Críticos" e, contraditoriamente, fazendo valer nessas mesmas cedências as teses da linha vencedora: por exemplo, no que se refere à actuação a empreender relativamente a António Ramalho Eanes, se não se apresentava tão redutora do conflito como esta pretenderia, também não apontaria para o confronto perma-

---

diálogo europeu, possibilitando uma certa desdramatização da vida político-partidária, para além do facto de ser o único fundador do PSD a permanecer aí e da necessidade conjuntural de se apagarem as eventuais dissensões, que atrás já analisámos. Cf. MARIA JOSÉ STOCK, "Os Congressos de 1981: sua preparação, desenvolvimento e resultados", in MARIA JOSÉ STOCK E OUTROS, *Os Partidos Em Congresso 1981, Quem São e o Que Pensam Os Seus Delegados - Uma Abordagem Sociológica*, Évora, Gabinete de Investigação e Acção Social, ISESE, 1985, pp. 27 a 58, especialmente p. 57. Sobre as características dos Delegados a este cimeira veja-se MARIA JOSÉ STOCK e LUÍS F. VALENTE ROSA "Perfil dos Delegados aos Congressos dos partidos políticos em 1981", *in ibidem*, pp. 59 a 94.

(1038) Para a Comissão Política Nacional concorreria apenas a lista liderada por Francisco Pinto Balsemão, a qual conseguiu 679 votos a favor, 19 brancos e 35 nulos. Para o Conselho Nacional obteve também o novo líder a maioria dos lugares, recolhendo 480 votos a favor, 248 contra (que apoiariam a lista de Eurico de Melo, Aníbal Cavaco Silva e Helena Roseta, entre outros), 3 brancos e 2 nulos. Embora os "Críticos" tenham em certa altura dos trabalhos proposto retirar a sua lista, o novo líder não aceitaria, permitindo assim estabelecer melhor os contornos e o apoio do sector "Crítico" entre os Delegados ao Congresso. A Mesa do Congresso e o Conselho de Jurisdição Nacional seriam reconduzidos, respectivamente, com 728 votos a favor e 5 brancos e 701 votos a favor, 25 brancos e 7 nulos. Veja-se a composição dos órgãos eleitos na Lista 8 do Anexo IV desta dissertação.

Quanto à Presidência do partido, apesar de o órgão singular ter sido extinto, Francisco Pinto Balsemão permaneceria à frente do PSD integrado na Comissão Política Nacional como seu Presidente, embora numa posição de menor força do que o seu antecessor.

A Comissão Política Nacional seria alargada de 17 para 19 membros e criar-se-iam quatro cargos de Vice-Presidentes Cf. o artº 27º dos "Estatutos do PSD (anotados pelo Secretário-Geral)", *in 8º Congresso, Construir o Futuro*, edição do PSD, Departamento de Propaganda, Fevereiro de 1981, p. 76, sendo o novo órgão executivo a Comissão Permanente, constituída por estes elementos, além do Presidente, do Presidente do Grupo Parlamentar e do Secretário-Geral. Cf. *ibidem*, Secção IV, artº 32º, p. 78. Neste órgão teria assento um elemento dos "Críticos" (Pedro Roseta, na qualidade de Presidente do Grupo Parlamentar, que, seis meses mais tarde, ao acei-

nente que aqueles defendiam(1039).

Neste, como noutros pontos fundamentais de discórdia, como as relações entre o partido e o Governo(1040) (que os "Críticos" pretendiam ver submetido ao controlo do aparelho partidário), parecia ter saído o novo líder enfraquecido. Em contrapartida, o facto de ter vingado a sua tese no sentido da compatibilidade da ocupação de cargos no Executivo e no PSD, que ao contrário do que poderia parecer não se reduzia a uma questão meramente estatutária, faria a balança pender para o seu lado. Quanto ao peso a atribuir aos representantes das associações sindicais, um dos pontos também em debate, faria vencimento a tese defendida pelos Sócio-profissionais, apoiantes dos "Críticos", ficando a TESIRESD, apoiante dos "Balsemistas", derrotada no seu propósito de ver aumentada essa representação(1041).

Como já tivemos ocasião de assinalar relativamente aquela cimeira(1042), a plataforma de entendimento encontrada

---

tar a Embaixada junto da OCDE seria substituído por Amândio de Azevedo) e Mário Raposo como Vice-Presidente eleito. Os restantes elementos pertenceriam à facção "Balsemista". Veja-se a composição destes órgãos na Lista 8 do Anexo IV desta dissertação.

(1039) Cf. "Moção de Estratégia Política aprovada no VIII Congresso", principalmente o respectivo ponto V, *in 8º Congresso. Construir o Futuro*, edição do PSD, Departamento de Propaganda, Fevereiro de 1981, pp. 16 e 20.

(1040) Cf. *ibidem*, ponto VII, pp. 21 e 22.

(1041) A TESIRESD, pela voz de Rui Oliveira e Costa, manifestar-se-ia inconformada com tal recuo: dos 60 sindicalistas e 20 representantes de associações profissionais propostos, só viria incluir 50 dos primeiros e 15 dos últimos. Cf. artigo 20º dos "Estatutos do PSD (anotados pelo Secretário-Geral)", *in idem*, p. 71.

(1042) Veja-se MARIA JOSÉ STOCK, "Os Congressos de 1981: sua preparação, desenvolvimento

UNIVERSIDADE DE EVORA

representaria a única hipótese de, temporariamente, serem sublimadas as divergências entre as duas facções emergentes, cujos perfis se vinham a desenhar com maior nitidez desde a preparação do Congresso(1043) e cujos contornos se tornavam progressivamente mais nítidos(1044).

2. A crise de orfandade que se tinha seguido ao desaparecimento de Francisco Sá Carneiro haveria, no entanto, de permanecer durante alguns anos e a própria liderança forte, mais tarde surgida(1045), seria dela decorrente.

A necessidade de se produzir a coesão interna ainda que apenas o fosse de uma forma provisória e de assegurar a hegemonia dentro da AD, em face da possível invectiva do CDS, mesmo tendo eventualmente em vista outro projecto, ajudaria então a cimentar a posição do novo líder. Não obstante, a eliminação na raiz dos mesmos, que não nas suas causas, dos

---

e resultados", *in* MARIA JOSÉ STOCK E OUTROS, *Os Partidos Em Congresso 1981, Quem São e o Que Pensam Os Seus Delegados - Uma Abordagem Sociológica*, Évora, Gabinete de Investigação e Acção Social, ISESE, 1985, especialmente pp. 41 a 43.

(1043) Vejam-se especialmente a este respeito, as negociações difíceis para a Comissão Política Nacional e para o Congresso Nacional tidas na fase de preparação do VIII Congresso. Cf. o artigo de PEDRO D'ANUNCIAÇÃO "Em vésperas de Congresso Pinto Balsemão endurece a sua posição", no *Expresso*, nº 434, de 21 de Fevereiro de 1981, p. 5.

(1044) Elucidativo, o facto de os "Críticos" ou "Duros", nomenclatura pela qual então também seria conhecida a principal oposição a Francisco Pinto Balsemão, terem conseguido eleger dez membros para o Conselho Nacional com 248 votos a favor, representando assim um terço dos Delegados e tendo, dessa forma, não só marcado uma posição, como tornados mais precisos os contornos e os apoios da sua própria estratégia. As votações em causa podem ser confirmadas através das gravações dos trabalhos do VIII Congresso, existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

(1045) Referimo-nos, como é evidente, ao "fenómeno Cavaco Silva" surgido em 1985. Veja-se a última parte do sub-capítulo subsequente desta Parte da dissertação.

eventuais confrontos(1046), somente remeteria para outro tempo e espaço o conflito potencial entre as duas facções.

Até Maio seguinte a contestação ao novo líder pouco se faria sentir(1047), sendo a actuação de ambas as "facções" pautada pela expectativa perante o desenrolar dos acontecimentos(1048). Com o tempo, as divergências existentes gerariam tensões tais, que a suposta consolidação interna processada naquela cimeira se viria a apresentar como sendo, apenas, o início de um novo período de conflitualidade no PSD e o princípio do desmoronamento da AD.

(1046) Vejam-se, por exemplo, as declarações conciliatórias de Francisco Pinto Balsemão e de Eurico de Melo após o VIII Congresso no *Jornal da Madeira*, de 24 de Fevereiro de 1981.

(1047) À parte de pequenos incidentes no âmbito do Grupo Parlamentar, com certo eco na comunicação social e das polémicas declarações de António Capucho, já reportadas, sobre a eventualidade da AD não funcionar, necessariamente, por altura das eleições para as autarquias locais. Cf., por exemplo, o *Diário de Notícias*, de 23 de Março de 1981.

(1048) Entretanto, a Comissão Política Nacional daria mostras de intensa vitalidade interna, da qual seriam evidentes os numerosos documentos aí produzidos, os encontros sobre reforma agrária, comunicação social, autarquias, sessões de esclarecimento diversas, preparação do Congresso dos TSD, etc. Cf. "Actas das reuniões da Comissão Política" e documentos apensos, existentes nos Serviços de Documentação do PSD, datadas de 24 de Fevereiro de 1981, de 11 de Março de 1981 e de 8 de Abril de 1981 e o diagnóstico e pistas de solução anexos da autoria do Secretário-Geral António Capucho, sobre as relações do Grupo Parlamentar com a Comissão Política Nacional e com o Governo, datado de 27 de Abril de 1981.

Da mesma forma, assistir-se-ia ao regresso de alguns dissidentes, tais como António Marques Mendes e ao ingresso de personalidades como Francisco Sousa Tavares e Rogério Martins, este último ex-assessor económico do Governo anterior.

No plano da revisão constitucional nomear-se-ia uma comissão restrita para a redacção final do documento, sendo que, pelo PSD, fariam parte Marcelo Rebelo de Sousa, pelo CDS, Luís Beiroco e, pelo PPM, António Sousa Lara; integrariam a delegação do primeiro Francisco Pinto Balsemão, António Capucho, Mário Raposo e José Ângelo Correia. Cf. *Povo Livre*, nº 346, de 5 de Março de 1981, p. 1.

No início de Abril já a imprensa dava conta de que o projecto da revisão constitucional estaria quase pronto. Cf. *Expresso*, nº 440, de 4 de Abril de 1981. O projecto em causa seria apresentado por Francisco Pinto Balsemão na Assembleia da República a 25 de Abril de 1974. Cf. *Povo Livre*, nº 354, de 29 de Abril de 1981, pp. 2, 3 e 4.

Vejamos como é que esta etapa da vida intra-partidária, que se viria a revelar particularmente contundente, evoluiria.

3. Para efeitos da análise poder-se-ão distinguir até princípios de 1983 diversos ciclos, quando a polémica interna já se viria a tornar imparável e o conflito total no âmbito da AD e no plano intra-partidário do PSD se tornava uma realidade. Esses ciclos distinguir-se-iam por serem marcados, ora pelos avanços, ora pelos recuos da contestação interna à nova liderança política no Governo e no partido.

Na calendarização do terceiro grande conflito do PSD, o primeiro desses ciclos decorreria desde o desaparecimento do líder histórico e da sua substituição por Francisco Pinto Balsemão até à realização do II Conselho Nacional do partido em meados de Abril de 1981. Este ciclo, que temos vindo a descrever, não seria, pois, demasiado controverso, pricipalmente considerando os acontecimentos subsequentes(1049).

Note-se que aquele projecto arrancaria do texto anterior, elaborado ainda em 1980, por determinação de Francisco Sá Carneiro, cujo ante-projecto fora preparado por Pedro Santana Lopes e José Manuel Durão Barroso e depois revisto por Marcelo Rebelo de Sousa.

(1049) O II Conselho Nacional de 1981 do PSD convocado no *Povo Livre*, nº 351, de 8 de Abril de 1981, p. 1, realizar-se-ia a 11 de Abril no Hotel Roma, em Lisboa, tendo-se aí deliberado no sentido do apoio firme ao Governo e no empenho na AD, Cf. "Comunicado do II Conselho Nacional/81", de 11 de Abril de 1981, *in Povo Livre*, nº 352, de 15 de Abril de 1981, p. 2.

O facto é que esses protestos de apoio do Executivo não escondiam a crise que se avizinhava e as críticas aí tecidas, conforme pudemos apurar através das gravações existentes nos Serviços de Documentação do PSD, quer no que respeita ao relatório do Conselho de Ministros sobre o desastre que vitimara Francisco Sá Carneiro, quer quanto a aspectos pontuais da prática governamental; seriam, apenas, derivativos que deixavam adivinhar a ofensiva que os "Críticos" preparavam já, apesar do silêncio de alguns dos seus expoentes durante os trabalhos da reunião em causa.

O segundo ciclo, aí começado, e que já se caracterizaria por um notório acréscimo da conflitualidade interna, terminaria no fim do Verão desse ano, através de nova solução consensual encontrada para fazer face aos problemas da conjuntura, que se revelaria precária, protelando-se o conflito para mais tarde.

O terceiro ciclo iniciar-se-ia na altura do referido consenso, que possibilitou a formação do VIII Governo, arrastando-se até à Primavera de 1982 e caracterizando-se por um decréscimo da confrontação interna e pela unidade forçada do partido.

O ciclo seguinte, o quarto nesta calendarização, arranca com a nova ofensiva dos "Críticos", suplantado o depauperamento de que tinham vindo a ser alvo e socorrendo-se os mesmos de novos apoios, muitos deles provenientes das hostes "Balsemistas", enquanto Francisco Pinto Balsemão e o Governo demonstravam ambos sinais de grande cansaço.

De acordo com o corte temporal que efectuámos, é neste último período, que decorre desde o início do Verão de 1982 até ao X Congresso do PSD realizado em Fevereiro de 1983, que a conflitualidade intra-partidária, dentro da esfera governativa e da coligação cresce significativamente e adquire novos contornos, atingindo níveis tais que a ruptura, através da queda de uma das duas facções, se tornará inevitável.

4. Já acima falámos do primeiro ciclo partidário, relativamente pacífico, que decorreu entre Dezembro de 1980 e o II Conselho Nacional de 1981. Pouco tempo depois daquele

encontro partidário iniciar-se-ia o segundo ciclo, caracterizado pelo surgir da primeira crise no seio do Executivo, na qual assumiriam especial relevo as questões à volta da reforma administrativa(1050), do relatório sobre o acidente que vitimara Francisco Sá Carneiro(1051), das declarações proferidas pelo Ministro da Qualidade de Vida(1052) e dos ataques ao CDS formulados por João Bosco Mota Amaral. Esta mini-crise(1053)

(1050) O diferendo em questão estalaria a 20 de Abril, embora no II Conselho Nacional tivesse sido já um dos pontos a gerar certa polémica interna, conforme pudemos apurar através das gravações dos respectivos trabalhos existentes nos Serviços de Documentação do PSD. Àquela data, o Ministro da Reforma Administrativa, Eusébio Marques de Carvalho, apresentaria a sua demissão por manifestas discordâncias com o Primeiro-Ministro e perante as críticas de que teria sido alvo naquela reunião.

(1051) No Conselho Nacional em causa teriam surgido críticas diversas ao relatório produzido pelo Conselho de Ministros sobre o acidente de Camarate, considerado insuficiente, exigindo-se a pronta conclusão do inquérito judicial em curso; esta circunstância seria particularmente agravada por uma intervenção na Assembleia da República de José Ribeiro e Castro, do Grupo Parlamentar do CDS, na qual se levantaria algumas suspeitas sobre a forma como o mesmo teria decorrido e sobre a insuficiência do relatório governamental, provocando grande mal-estar na coligação.

(1052) O primeiro diferendo surgiria na sequência de afirmações feitas pelo Ministro do Ambiente, Augusto Ferreira do Amaral (do PPM), afirmações essas consideradas indisciplinadoras no seio da coligação e do Governo, tendo Francisco Pinto Balsemão solicitado, a 29 de Maio de 1981, a demissão daquele membro do Executivo.

Quanto às declarações do Presidente do Governo Regional dos Açores tinham por fim acusar o CDS, por este não permitir, eventualmente, no quadro do projecto da AD para a revisão constitucional, o alargamento da autonomia regional, exigindo o CDS que João Bosco Mota Amaral se viesse a retratar, o que não aconteceu. Sobre o papel das Regiões Autónomas naquele projecto, veja-se a exposição de Alberto João Jardim, apontando para uma maior descentralização e para o alargamento do âmbito das competências dos órgãos governamentais dessas Regiões no *Povo Livre*, nº 537, de 20 de Maio de 1981, p. 2.

Todos os acontecimentos referidos surgiriam em plena cimeira da AD, na qual, contudo, não seriam tais factos abordados. O elemento desestabilizador, principalmente assumido com a jogada de João Bosco Mota Amaral, parecia proporcionar a Francisco Pinto Balsemão o alargamento do seu espaço de manobra dentro da AD. Sobre os acontecimentos acima referidos, seu eventual significado e consequências, veja-se a análise de MARCELO REBELO DE SOUSA, "Três casos agitam a Aliança Democrática", *in Expresso*, nº 447, de 23 de Maio de 1981, pp. 2 e 3.

(1053) Veja-se a referência, assim fornecida por Francisco Pinto Balsemão sobre a crise em causa, no *Povo Livre*, nº 359, de 3 de Junho de 1981, p. 12.

acabaria por levar à primeira remodelação governamental(1054).

A anterior tomada de posição do Primeiro-Ministro, demonstrando a sua inequívoca vinculação ao projecto da AD(1055) num momento que se mostrava particularmente propenso à concretização das clivagens aí existentes e ao assumir de uma eventual convergência com o PS(1056), não poria cobro à crescente crítica que lhe seria movida por certos sectores do partido. Pelo contrário, o risco que os resultados da vitória obtida por Mário Soares dentro do PS comportavam para a continuidade da AD, só contribuiria para aumentar a pressão do CDS sobre os "Críticos"(1057) e, consequentemente, a ofensiva destes contra Francisco Pinto Balsemão e os seus apoiantes.

O Conselho Nacional seguinte(1058), se conseguiu apa-

(1054) Sobre a crise governamental e os profundos reajustamentos no Executivo a que daria lugar, veja-se o artigo de MIGUEL ALMEIDA FERNANDES no *Expresso*, nº 447, de 23 de Maio de 1981, p. 4. A Comissão Política Nacional, na sua reunião de 25 de Maio de 1981, apoiaria Francisco Pinto Balsemão para a reestruturação do Governo.

(1055) O discurso em causa tinha sido proferido aquando das comemorações desse ano do 25 de Abril. Veja-se a análise das motivações e significado político do mesmo, elaborada por MARCELO REBELO DE SOUSA, "Numa semana politicamente intensa duas intervenções fundamentais. Balsemão diz adeus ao PS e Constâncio fala da revisão constitucional", no *Expresso*, n º 444, de 1 de Maio de 1981, p. 2.

(1056) O Secretário-Geral do PS saira vencedor do IV Congresso do partido, contra a linha do Secretariado. Sobre o processo de desenvolvimento e decisões àcerca dos temas principais neste Congresso, veja-se MARIA JOSÉ STOCK, "Os Congressos de 1981: sua preparação desenvolvimento e resultados" *in* MARIA JOSÉ STOCK E OUTROS, *Os Partidos Em Congresso 1981, Quem São e o Que Pensam Os Seus Delegados - Uma Abordagem Sociológica*, Évora, GIAS, ISESE, 1985, pp. 27 a 58, especialmente pp. 46 a 49.

(1057) O CDS tinha por sua vez reunido a sua IV Cimeira Nacional nos dias 27, 28 e 29 de Março, tendo aí saído reforçada a ideia da solidez da AD, sendo uma das tónicas do discurso proferido por Diogo Freitas do Amaral a oposição ao estabelecimento de "alianças livres" com partidos fora da coligação, num nítido recado aos sectores do PSD eventualmente mais predispostos a outros acordos. Cf. *ibidem*, p. 43.

(1058) A "Convocatória" para o III Conselho Nacional do PSD seria publicada no *Povo Livre*, nº 360, de 10 de Junho de 1981, p. 1, vindo a reunião a realizar-se a 13 do

gar, de imediato, os efeitos que a aprovação de uma moção crítica ao Primeiro-Ministro por parte do principal pólo da contestação à sua pessoa(1059) pareciam querer provocar (1060), apenas protelou aquela ofensiva. Demonstrar-se-ia, uma vez mais que a não clarificação intra-partidária nos momentos de formação inicial dos conflitos, forçando-se consensos precários e protelando-se o confronto para mais tarde, só acentuaria as divergências existentes, ampliando-as e vindo os conflitos em questão a adquirirem uma virulência tal que dificilmente poderiam ter um desfecho que não passasse pela ruptura.

O discurso que o Presidente do partido e Primeiro-Ministro da AD aí proferiu, definindo as linhas essenciais da sua conduta revelaria um conteúdo firme e oposto ao chamado "Grupo de Lisboa", sector dos "Críticos" através do qual a

---

mesmo mês, no Hotel Penta, em Lisboa.

(1059) A Moção em causa tinha sido aprovada por 80 votos a favor, 40 contra e 25 abstenções (Cf. *Expresso*, nº 450, de 13 de Junho de 1981, p. 24) na Assembleia Distrital da Área Metropolitana de Lisboa, a cuja Mesa presidia então Aníbal Cavaco Silva, ocupando Helena Roseta o cargo de Presidente da Comissão Política respectiva. Tal moção criticava a liderança de Francisco Pinto Balsemão e destinava-se a ser apresentada no III Conselho Nacional do PSD.

(1060) Embora Helena Roseta e, fundamentalmente, Pedro Santana Lopes, Vice-Presidente da mesma Comissão Política Distrital, tenham aí proferido acerbas críticas ao líder do partido, Aníbal Cavaco Silva teria uma intervenção bastante cuidadosa, não estando presente na altura da votação daquela moção.

A Moção crítica da Distrital de Lisboa seria completamente esmagada durante o Conselho Nacional e a Moção de apoio a Francisco Pinto Balsemão seria votada com o único voto contra de Amândio de Azevedo.

Para além das gravações existentes nos Serviços de Documentação do PSD dos trabalhos deste Conselho Nacional, elucidativas no que concerne ao tom quente de algumas intervenções, veja-se o teor das moções aí aprovadas, respectivamente de apoio ao líder, à Comissão Política Nacional, à AD, à Direcção do Grupo Parlamentar, bem como o voto de louvor a Pedro Roseta, no *Povo Livre*, nº 361, de 17 de Junho de 1981, pp. 1 e 3. Veja-se aí, igualmente, o conteúdo do "Comunicado da Comissão Política Nacional" reunida em plenário, datado de 12 de Junho de 1981, expressando idêntica confiança na liderança de Francisco Pinto Balsemão.

contestação à sua liderança passaria a ser fundamentalmente canalizada. O espírito da intervenção em causa apontava para uma posição incisiva, de não concessões, parecendo a sua actuação inscrever-se numa jogada muito ao estilo do líder desaparecido(1061), que, aliás, surtiria então os resultados desejados.

Até ao fim do Verão de 1981, que fecha o ciclo em análise, a ofensiva dos "Críticos" adensar-se-ia consideravelmente, provocando um certo mal-estar no Governo e no partido(1062), muito embora a reactivação da contestação interna se viesse a efectuar fundamentalmente a partir de fim de Julho.

Fossem quais fossem as manobras de bastidores, tendo

(1061) Apostando numa táctica maximalista próxima das jogadas "ou tudo ou nada" típicas de Francisco Sá Carneiro, o novo líder conseguiria adiar o confronto, desmotivando os seus opositores. Note-se que mesmo os intervenientes mais acirrados nas críticas à sua liderança acabariam, com uma excepção (veja-se a nota anterior), por votar a Moção de apoio à mesma e que alguns dos mais destacados "Críticos", como Eurico de Melo, não estariam presentes na reunião em causa. Da parte contrária também não compareceria Alberto João Jardim, João Bosco Mota Amaral e Carlos Macedo.

Sobre a táctica utilizada por Francisco Pinto Balsemão, veja-se o artigo de MARCELO REBELO DE SOUSA "Da vitória retumbante do PS aos resultados do CN do PSD", *in Expresso*, nº 451, de 20 de Junho de 1981, p. 2.

(1062) Em carta datada de 13 de Junho de 1981 e dirigida a Francisco Pinto Balsemão, cujo original consultámos no arquivo deste dirigente, Helena Roseta, alegando a forma, no seu entender intolerante, como decorrera o III Conselho Nacional de 1981 punha o cargo de vogal da Comissão Política Nacional à disposição, informando, igualmente, através da mesma via, que tencionava colocar o seu lugar na Distrital à disposição dos militantes respectivos, o que levaria a efeito a 22 do mesmo mês, tendo depois vindo a retirar o pedido de demissão desse lugar a 8 de Julho de 1981.

Perante a exposição sobre o assunto que a dirigente demissionária faria nas páginas do *Povo Livre*, a Comissão Política Nacional publicaria, também aí, um "esclarecimento", no qual se criticava a forma e o conteúdo daquela exposição. Cf. *Povo Livre*, nº 362, de 26 de Junho de 1981, p. 3.

como fito fazer cair o Governo e o seu líder(1063), o facto é que o Primeiro-Ministro não tinha conseguido aproveitar adequadamente o acréscimo do seu espaço de manobra, possível com a vitória, mesmo que efémera, obtida no Conselho Nacional de Junho. Incapaz de proceder às necessárias alterações de fundo, entre as quais se tornava imprescindível a preparação, atempada, de uma reformulação governamental efectiva, reactivando simultaneamente a AD(1064) e antecipando-se dessa forma às movimentações dos "Críticos" que começavam a alastrar(1065),

---

(1063) Em tais manobras inscrever-se-ia a actuação de Carlos Macedo, provocada pelo Conselho da Revolução ter vetado a lei de delimitação dos sectores. Alegando a sua inconstitucionalidade, Carlos Macedo, Ministro dos Assuntos Sociais, ameaçaria demitir-se, defendendo simultaneamente a demissão de todo o Governo. Tal atitude poderia ter resultado da sua eventual pretensão em vir a suceder ao líder em exercício; o que nos seria desmentido pelo próprio mas que na altura seria ventilado na imprensa como possível, num segundo momento, anunciaria depender essa demissão de uma remodelação profunda do Executivo a realizar a curto prazo. Veja-se o artigo de MARCELO REBELO DE SOUSA, defendendo ser aquele o objectivo de Carlos Macedo, "Carlos Macedo - o novo candidato à sucessão de Balsemão", no *Expresso*, nº 456, de 25 de Julho de 1981, pp. 2 e 24.

Carlos Macedo (sobre o seu perfil e percurso político, veja-se o *Povo Livre*, nº 371, de 26 de Agosto de 1981, p. 8), tal como Vasco Pulido Valente, que fora Secretário de Estado da Cultura de Francisco Sá Carneiro, começariam por apoiar Francisco Pinto Balsemão. Mais tarde, tornar-se-iam dos seus mais acérrimos opositores, embora o respectivo espaço de manobra fosse exíguo e a sua representatividade nas bases muito fraca. Apesar de os pontos de vista respectivos coincidirem em muitos aspectos com os dos "Críticos", a ligação a estes nunca se faria de uma forma efectiva.

(1064) A intervenção de Francisco Pinto Balsemão na RTP, através da qual faria um balanço dos seus meses de actividade governativa, traçando, simultaneamente, os rumos futuros do Executivo, teria consistido no passo inicial dessa estratégia a que, no entanto, não viria a ter o devido seguimento. Veja-se o conteúdo da referida "Comunicação ao País do Primeiro-Ministro", no *Povo Livre*, nº 364, de 8 de Julho de 1981, pp. 2, 3 e 4.

Veja-se a análise dessa intervenção realizada por MARCELO REBELO DE SOUSA sob o título "Uma boa malha", no *Expresso*, nº 453, de 4 de Julho de 1981, p. 1.

(1065) Tal seria o caso da incitação de Eurico de Melo, feito no início de Agosto, para que Francisco Pinto Balsemão se demitisse num telefonema para a ANOP; no mesmo sentido, voltaria a afirmar-se Carlos Macedo, enquanto a Comissão Política Nacional, com o voto contra deste último, reafirmava a sua solidariedade àquele dirigente e reprovava as atitudes públicas dos seus opositores. Cf. "Comunicado da Co-

Francisco Pinto Balsemão ver-se-ia perante uma situação-limite, na qual teria que escolher entre capitular frente aos seus opositores, ou confrontá-los com uma crise despoletada por si próprio em que as regras do jogo fossem, por si, inteiramente redefinidas. Nesta última perspectiva alargar-se-ia a sua margem de manobra, acrescendo as suas hipóteses de se sobrepor a uma situação cujo protelamento não se tornava mais possível.

Apostando nesta jogada de antecipação, de ataque frontal num tom firme e decidido, o novo líder do PSD precipitaria, ele próprio, a crise institucional que já se avizinhava através da convocação de novo Conselho Nacional(1066), no fito de aí poder vencer quando o partido menos o esperava. Sendo o PSD o epicentro da crise, tornava-se este o plano ideal para a confrontação, relegando-se para depois a reestruturação governamental a efectuar.

---

missão Política Nacional do PSD", de 5 de Agosto de 1981, Serviços de Documentação do PSD.

Refira-se, igualmente, que durante a crise de Julho, na sede do Conselho Nacional do Plano se reuniriam Eurico de Melo, Aníbal Cavaco Silva e Diogo Freitas do Amaral com o fim de preparar uma alternativa a Francisco Pinto Balsemão. Regista-se, também, que no Conselho Nacional do CDS, entretanto reunido, Diogo Freitas do Amaral atacaria violentamente o Governo.

(1066) O IV Conselho Nacional de 1981 do PSD seria convocado para 8 e 9 de Agosto, vindo a ter lugar no Hotel Penta em Lisboa. A "Convocatória" em causa encontra-se publicada no *Povo Livre*, nº 368, de 5 de Agosto de 1981, p. 1.

Veja-se, igualmente, nas páginas do órgão oficial do PSD a alocução de Francisco Pinto Balsemão em Mirandela, prenunciando já a atitude que viria a tomar, ao declarar que se teriam atingido os limites da sua tolerância. Cf. *ibidem*, p. 3. O discurso de Mirandela seria a resposta firme e determinada de não ceder a pressões, como a provocada pela atitude de Eurico de Melo acima reportada.

Anote-se que, à partida, o Presidente do PSD detinha no Conselho Nacional uma confortável segurança, visto a composição do mesmo ser sobretudo afecta à Lista A, eleita maioritariamente no VIII Congresso. Para além disso, contaria igualmente com o apoio da JSD, da TESIRESD, dos Açores, da Madeira e de larga maioria das

O deficiente funcionamento do VII Governo, embora constituisse o pretexto fundamental para as acusações da facção dos "Críticos", representava apenas uma via do ataque contra o Primeiro-Ministro e o Presidente do PSD, considerando as divergências de ordem estratégica e as dissensões de ordem pessoal e o melhor aproveitamento pela facção em causa das oportunidades políticas oferecidas pelo sistema e pelo próprio partido, isto no caso de surgir uma nova liderança.

No quadro da dinâmica desencadeada pela sua intervenção nesse Conselho Nacional, Francisco Pinto Balsemão poria à disposição o seu lugar como Chefe do Governo(1067), tentando por essa via cortar a iniciativa aos seus opositores, os quais, aliás, acabariam por não avançar então com qualquer alternativa.

O Conselho Nacional solicitar-lhe-ia a sua manutenção

Distritais.O lado contrário teria sobretudo o apoio da Distrital da Área Metropolitana de Lisboa, de Setúbal e de Castelo Branco, para além da quase totalidade das Secções Sócio-profissionais de Lisboa.

(1067) Depois de se ter efectuado a análise do clima político-partidário e de proceder à condenação política da oposição interna, o líder anunciaria o seu pedido de demissão, conforme comprovámos pelas gravações dos trabalhos respectivos, existentes nos Serviços de Documentação do PSD. Vejam-se, também, nesses registos, as intervenções de Aníbal Cavaco Silva nesse Conselho Nacional, em redor das quais se levantaria certa polémica com o *Povo Livre*. Perante as acusações de que teria aí sido alvo e que considerara ofensivas, o líder da oposição viria a requerer à então ainda Directora do mesmo, Helena Roseta, serem as suas intervenções publicadas no órgão oficial do partido. Este jornal, dias depois, passaria a ser dirigido por José Silva Marques, que se escusaria à respectiva publicação. A argumentação invocada para a recusa prender-se-ia com a impossibilidade de manter uma atitude equitativa, por razões de espaço, no caso de todos os interessados manifestarem idêntica pretensão, além de se ter invocado que o exercício do direito de defesa deveria ser exercido no mesmo local onde fora feita a ofensa. Cf. "cartas" de Aníbal Cavaco Silva à Directora do *Povo Livre*, datadas de 11 e 15 de Agosto de 1981 e "carta" resposta de José Silva Marques dirigida a Aníbal Cavaco Silva, datada de 17 de Agosto de 1981, cujas fotocópias consultámos nos Serviços de Documentação do PSD.

no exercício dessas funções(1068), ao que o mesmo se viria contudo a escusar(1069), tendo-se assim decidido por uma retirada estratégica, ao invés de insistir no protelamento de uma situação que só lhe acarretaria maior desgaste. Haveria, então, que aguardar os reflexos da sua atitude no desenvolvi-

---

(1068) A Moção aprovada por votação secreta a pedido de um grupo de Conselheiros obteria 68,5% dos votos, ou seja, 37 votos a favor, 15 contra e 2 abstenções (votação que consta da alínea c) do texto difundido). Seriam seus subscritores Nuno Rodrigues dos Santos, Presidente da Mesa do Congresso e do Conselho Nacional, Leonardo Ribeiro de Almeida (Vice-Presidente da Comissão Política Nacional) e António Sande Lemos (Presidente do Conselho de Jurisdição Nacional). Cf. "Comunicado da Mesa do Conselho Nacional de 8 e 9 de Agosto de 1981, *in Povo Livre*, nº 369, de 12 de Agosto de 1981, p. 1.

Veja-se, nas mesmas páginas, a expressão do apoio a Francisco Pinto Balsemão de diversos representantes das Comissões Políticas Regionais e Distritais, assinada por Maria de Lurdes Breu e o "Comunicado da Comissão Política Nacional", de 10 de Agosto de 1981, igualmente solidário com o Presidente e no qual se acusariam personalidades minoritárias no partido de provocar a instabilidade política. Cf. *Ibidem*, p. 1.

O Comunicado da Mesa do Conselho Nacional, pela importância de que se revestiria o seu conteúdo, viria a ser objecto de publicação, na íntegra, na imprensa diária e semanal (veja-se, por exemplo, o *Expresso*, nº 458, de 8 de Agosto de 1981, p. 2 e *A Capital*, de 10 de Agosto de 1981), para além de amplamente comentado nos restantes órgãos de comunicação social.

(1069) Alegando não ser a expressão numérica daquela votação suficiente para permanecer nas funções (Cf. *Ibidem*, alínea d)), visto pretender um apoio mais substancial à referida Moção. Esta teria já sido resultado de complicadas negociações, depois de ter falhado a primeira hipótese consensual, que apontava para a sua recondução no cargo e para a participação dos "Críticos" no novo Executivo, pressupondo a mesma uma votação por unanimidade a que estes últimos se teriam oposto. Cf. *A Capital*, de 10 de Agosto de 1981 e *Portugal Hoje*, de 11 de Agosto de 1981. Note-se que Eurico de Melo seria já encarado como uma reserva moral do partido e Aníbal Cavaco Silva como a figura provável para preencher a liderança.

Na atenuação do confronto que permitiria aquela negociação, desempenharia papel decisivo José Ângelo Correia, então apoiante de Francisco Pinto Balsemão, apelando à unidade, conforme verificámos por meio das gravações dos respectivos trabalhos existentes nos Serviços de Documentação do PSD. Francisco Pinto Balsemão decidir-se-ia, assim, por apresentar ao Presidente da República a sua demissão (Cf. *Ibidem*, alínea e)), pedido que seria aceite a 11 de Agosto de 1981. Cf. o *Primeiro de Janeiro*, de 11 de Agosto de 1981. Veja-se, também, no mesmo jornal, o "Comunicado do Gabinete do Primeiro-Ministro", acerca do pedido de exoneração e das razões a ele subjacentes.

O pedido de demissão teria surpreendido os "Críticos" e a imprensa da época daria ampla cobertura ao acontecimento. Veja-se, por exemplo, *A Capital*, de 10 de Agosto de 1981. Tudo isto indica que Francisco Pinto Balsemão pretendeu arbitrar o

mento da conjuntura, prefigurando-se duas hipóteses possíveis: ou o estabelecimento de um consenso que viesse a exigir de novo a sua presença, ou o surgir de uma alternativa real por parte dos "Críticos". Estes, a constituirem Governo, permaneceriam na alçada, sem o respectivo apoio, dos órgãos de direcção política do partido aos quais Francisco Pinto Balsemão continuava a presidir, aí mantendo apoios consideráveis. Tendo em conta a situação criada com a efectiva demissão do Primeiro-Ministro, reuniria a Comissão Política Nacional do PSD para convocar novo Conselho Nacional, com o objectivo de ser aí indigitado o seu eventual substituto naquelas funções.

Com este passo, Francisco Pinto Balsemão conseguiria obviar à convocação imediata de novo Congresso Nacional(1070) único órgão que o poderia apear da liderança partidária. Simultaneamente, e dada a maioria confortável de que dispunha no Conselho Nacional, poderia, dessa forma, vir a obter uma votação suficientemente expressiva que lhe permitisse a continuidade à frente do Executivo. Contudo, neste particular, a panorâmica não se apresentaria muito diferente da do anterior Conselho Nacional. A saída para a crise apresentava-se, assim,

---

diferendo interno do PSD recorrendo à intervenção presidencial e com o antecipado conhecimento da disposição cooperante do Presidente da República.

(1070) A convocação de um Congresso extraordinário parecia ser a pretensão mais imediata dos "Críticos", por forma a precipitar a queda de Francisco Pinto Balsemão. A Comissão Política da Área Metropolitana de Lisboa, bastião da oposição, decidira por esse motivo, a 8 de Agosto de 1981, apoiar a sua realização; no mesmo sentido, apontaria a exposição das vinte e quatro Secções Sócio-profissionais de Lisboa, apresentada àquele Conselho Nacional. Cf. *Diário de Lisboa*, de 8 de Agosto de 1981. Durante os trabalhos do IV Conselho Nacional de 1981, diversas seriam as intervenções feitas com esse objectivo, de entre as quais se destacaria a de Helena Roseta.

aparentemente bloqueada, visto não parecer credível que a unanimidade pudesse vir aí a ser atingida. Pelo lado dos "Críticos", tão pouco surgia como provável vir a alternativa destes a adquirir qualquer concretização imediata, em parte, devido ao facto de não deterem a maioria naquele órgão.

Embora, à primeira vista, já na anterior reunião do Conselho Nacional os "Críticos" tivessem aparentado um certo recuo e uma eventual incapacidade de tirarem o suficiente partido da situação que aí se estava a criar(1071), parece-nos que o facto de não ter sido avançada uma alternativa concreta da sua parte, se deveria, não só à minoria de que dispunham, à partida, no órgão em causa, como a uma antevisão realista dos tempos difíceis que se viriam a apresentar a qualquer Executivo da AD, para além da inevitável contestação interna que não era já difícil de prever.

O desgaste que, consequentemente, se produziria na futura liderança, levá-los-ia a optar por perder velocidade em termos de se apresentarem como alternativa ao poder, mas não no que respeitava a ajudar a corroer, por dentro, o mesmo. Assim se poderá compreender o facto de Aníbal Cavaco Silva, no IV Conselho Nacional de 1981, ter defendido a não realização do Congresso extraordinário, alegando para tal os encargos que daí adviriam, defendendo, em simultâneo, aliás como Eurico de

---

(1071) Veja-se a análise do que seria considerado por alguns o "erro da dupla Eurico-Cavaco" (leia-se a incapacidade dos "Críticos" para se apresentarem como alternativa credível ou de aceitarem um proposta conciliatória no quadro do IV Conselho Nacional de 1981), elaborada por MARCELO REBELO DE SOUSA, sob o título "O regresso aos 'pulos' ou o teste à minoria", *in Expresso*, nº 459, de 15 de Agosto de 1981, p. 1.

Melo, que uma alternativa de liderança deveria previamente passar pela reformulação da linha política a seguir, o que só poderia ser feito no seu âmbito(1072).

De qualquer forma, o V Conselho Nacional(1073) teria como objectivo procurar ultrapassar esse "impasse", resolvendo o vácuo deixado pela demissão do Primeiro-Ministro, situação que, a resolver-se, poderia vir a protelar de forma considerável o futuro avanço da "facção" dos "Críticos".

Depois de Francisco Pinto Balsemão ter iniciado os trabalhos com uma breve intervenção incitando os Conselheiros a definir o perfil do seu substituto, recusando-se dentro da táctica já reportada a voltar a aceitar o cargo(1074), diversos seriam os inscritos para tomar a palavra. Do lado do líder do PSD pronunciar-se-iam, entre outros, João Bosco Mota Amaral (numa alocução bastante contundente sobre a AD, em cujo passado não teria apostado e cujo futuro perspectivava como breve(1075)), Fernando Amaral, que ficaria a substituir Francisco Pinto Balsemão depois deste ter abandonado os trabalhos(1076) e Afonso Moura Guedes. Pela oposição, as interven-

---

(1072) Vejam-se as intervenções em causa nos registos existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

(1073) Segundo o "Comunicado da Comissão Política Nacional", de 10 de Agosto de 1981, *in Povo Livre*, nº 369, de 12 de Agosto de 1981, p. 1, alínea 3), o Conselho Nacional, extraordinário, seria convocado para quatro dias depois, vindo a ter lugar no dia 14 de Agosto, no Hotel Penta, em Lisboa.

(1074) Cf. *ibidem*.

(1075) Cf. *ibidem*.

(1076) Sobre o eventual significado da sua retirada, perspectivada em termos meramente estratégicos, veja-se o artigo "Francisco Balsemão retira-se para Colombey-les-

ções mais polémicas seriam proferidas por Vasco Pulido Valente e por Carlos Macedo de uma parte(1077), por Eurico de Melo, Helena Roseta, Pedro Santana Lopes e Aníbal Cavaco Silva, de outra(1078).

Das diversas intervenções então realizadas, pode depreender-se que do lado "Balsemista" se perspectivava a eventualidade de uma situação na qual o PSD se pudesse vir a movimentar num quadro que não seria necessariamente o da AD, assentando, também, na amenização do relacionamento com António Ramalho Eanes, tendo em conta a alegada incoerência de se permanecer na defesa de uma estratégia de afrontamento global com o mesmo depois dos resultados das eleições presidenciais. No entanto, tornar-se-ia igualmente perceptível que esta facção não estava, na altura, demasiadamente preocupada com a redefinição da actuação político-partidária, até pelo risco que tal comportaria, entendendo-se dever a mesma ser remetida para o Congresso Nacional seguinte.

Quanto aos "Criticos", reafirmariam a necessidade de se proceder de imediato a reformulação da AD, apostando na rup-

---

Deux Eglises (aliás, Quinta da Marinha)", no *Portugal Hoje*, de 14 de Agosto de 1981, pp. 3, 4 e 5.

(1077) Um e outro formulariam ataques pessoais bastante incisivos ao líder que questionavam, tendo Vasco Pulido Valente acabado por se demitir do Conselho Nacional e abandonado os trabalhos do mesmo. O tom consideravelmente emocional das críticas formuladas por ambos diferiria bastante das acusações formuladas pela facção dos "Criticos" demonstrando a ligação difícil existente entre uns e outros, a qual seria igualmente manifesta nas distintas reacções ao consenso, embora efémero e limitado, que se viria a gerar com a facção "Balsemista".

(1078) Vejam-se os discursos reportados nas gravações existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

tura com o Presidente da República e defendendo, fundamentalmente, que a decisão a tomar no que respeitava à escolha do novo líder do Executivo teria que passar pela prévia definição da linha política do PSD, parecendo pretender remeter a substituição do mesmo para outro momento(1079).

No que concerne às acusações mútuas então proferidas, pela "facção" "Balsemista" tomaria forma a de pretenderem os seus opositores colocar a AD sob o controlo do CDS, enquanto as principais críticas feitas por estes últimos a Francisco Balsemão respeitariam à sua alegada incapacidade de liderança, ao que entendiam como flagrantes erros tácticos, mau funcionamento do Executivo e ao respectivo afastamento da orientação política definida pelo anterior Congresso.

Depois de solucionados alguns entraves processuais que teriam então surgido(1080), estabelecer-se-ia um certo espaço de diálogo entre alguns elementos das duas "facções", no qual jogariam importante papel as intervenções de José Ângelo Correia e de Pedro Santana Lopes, começando a perfilar-se a possibilidade de entendimento com vista a um eventual consen-

---

(1079) Vejam-se, *in ibidem*, as intervenções de Aníbal Cavaco Silva e de Helena Roseta. Veja-se, também, o texto percorrido, mormente no que respeita aos trabalhos do IV Conselho Nacional, o qual revelaria a aparente contradição dessas afirmações.

(1080) A questão residiria no facto de alguns Conselheiros defenderem que apenas a Comissão Política Nacional poderia indicar ao Conselho Nacional o nome para o cargo de Primeiro-Ministro, enquanto outros consideravam que qualquer dos presentes o poderia fazer. A primeira interpretação dos Estatutos teria estado na base de a Distrital da Área Metropolitana de Lisboa não ter então proposto, expressamente, o nome de Aníbal Cavaco Silva. O Conselho de Jurisdição entretanto reunido, acabaria por entender ser a segunda hipótese possível. Cf. *ibidem* e *Diário de Lisboa*, de 17 de Agosto de 1981.

so entre os "Balsemistas" e parte dos "Críticos"(1081).

Após ter sido rejeitada uma primeira moção(1082) de autoria das Distritais apoiantes do líder em exercício, um novo documento visando o consenso, aliás o único produzido pela reunião em causa, viria a tomar corpo. A moção, lida por Leonardo Ribeiro de Almeida, representaria o saldo das difíceis negociações processadas(1083), acabando por ser subscrita por dois dos principais expoentes dos "Críticos" ainda presentes, Pedro Santana Lopes e Helena Roseta e votada favoravelmente por uma folgada maioria(1084).

(1081) Eurico de Melo e Aníbal Cavaco Silva figuras de proa da facção dos "Críticos", viriam a abandonar os trabalhos do Conselho Nacional, tendo ficado Pedro Santana Lopes e Helena Roseta a liderar as negociações já em curso. Assim sendo, o consenso realizado depois, sê-lo-ia apenas com uma parte do sector dos "Críticos", que viria a alinhar com a facção "Balsemista". Sobre o abandono do Conselho Nacional por aqueles dois expoentes do grupo contestatário veja-se *A Capital*, de 17 de Agosto de 1981.

Veja-se ainda, sobre a estratégia prosseguida pelos representantes da minoria que se predisporiam à negociação, considerada pelo analista como "inteligente", "sensata" e "capitalizadora de dividendos para o futuro", MARCELO REBELO DE SOUSA "10 'flashes' sobre a crise política", *in Expresso*, nº 469, de 24 de Outubro de 1981, p. 2.

(1082) Esta Moção conteria duras críticas à oposição interna, não tendo, por esse motivo, sido objecto de consenso. Cf. *Diário de Notícias*, de 17 de Agosto de 1981.

(1083) Anote-se que a pressão dos "Críticos" far-se-ia sentir com acuidade em determinados momentos das negociações, residindo a sua principal conquista, nessa matéria, no facto de na moção aprovada não constar qualquer condenação aos mesmos.

Veja-se a justificação do recuo procesado neste Conselho Nacional por uma parte dos "Críticos", (especialmente atendendo ao facto de terem sido mandatados àquela reunião com o sentido expresso de não votarem a recondução do Primeiro-Ministro), no "Comunicado da Comissão Permanente Distrital da Área Metropolitana de Lisboa", publicado no *Povo Livre*, nº 370, de 19 de Agosto de 1981, p. 2.

(1084) A Moção final que viria a ser publicada no *Povo Livre*, nº 370, de 19 de Agosto de 1981, pp. 1 e 2, seria aprovada com 58 votos a favor, 1 contra e 3 abstenções.

Depois de diversos considerandos, dos quais haverá a realçar o que atesta a inexistência de alternativas e o que reafirma a prossecução da linha política aprovada no VIII Congresso do partido (Cf. *ibidem*, respectivamente pontos 3 e 7), passar-se-ia às deliberações: designação de Francisco Pinto Balsemão para Primeiro-Ministro, antecipação da realização do Congresso ordinário e apelo ao reforço

Reconduzido no cargo e tendo aceite o mesmo(1085), Francisco Pinto Balsemão procuraria reforçar a sua posição num processo que integraria dois movimentos, um no plano do Executivo, outro no plano intra-partidário. A premência em se proceder à revisão constitucional levaria à necessidade da formação de um Governo o mais forte possível, enquanto no âmbito intra-partidário se tornava fundamental encontrar a maior coesão possível. É de assinalar que a constituição do Executivo se apresentava, à partida, como problemática(1086), atendendo aos diversos circunstancialismos que tinham rodeado o seu anterior afastamento do cargo e depois, a sua indigitação.

No plano do Executivo, o reforço da AD tornava-se a única saída e o total envolvimento do PSD na coligação sob a liderança de Francisco Pinto Balsemão terá que ser compreendi-

---

da unidade interna. (Cf. *ibidem*, pontos 1, 2 e 3).

(1085) Veja-se a "carta" de Francisco Pinto Balsemão dirigida a Nuno Rodrigues dos Santos e datada de 20 de Agosto de 1981, na qual declararia aceitar ser de novo Primeiro-Ministro. Cf. *Povo Livre*, nº 371, de 26 de Agosto de 1981, p. 1.

Veja-se, igualmente, o "Comunicado da Comissão Política Nacional", de 21 de Agosto de 1981, congratulando-se com aquela decisão. Cf. *ibidem*, p. 2.

Anote-se que na reunião deste último órgão de dia 21 proceder-se-ia, também, à nomeação de João Salgueiro para as funções de Director do Gabinete de Estatutos.

(1086) Diogo Freitas do Amaral, Presidente do CDS e Gonçalo Ribeiro Teles, líder do PPM, fariam parte do novo Executivo, condição essa imposta por Francisco Pinto Balsemão. A ida de Diogo Freitas do Amaral para o Governo adquiriria especial significado (veja-se a notícia no *Diário de Notícias*, de 17 de Agosto de 1981 e a importância de tal facto sublinhada no artigo de MARCELO REBELO DE SOUSA, "10 'flashes' sobre a crise política", no *Expresso*, nº 469, de 24 de Outubro de 1981, p. 2).

Apesar de não ter conseguido integrar no VIII Governo os "Críticos" mais indefectíveis (Aníbal Cavaco Silva e Eurico de Melo), no discurso de tomada de posse o Primeiro-Ministro mostrar-se-ia preocupado em proceder à cobertura dos mesmos acentuando o seu distanciamento em face do Presidente da República, reafirmando o seu empenhamento na AD, criticando o PCP e restabelecendo o cordão umbilical com Francisco Sá Carneiro.

Sobre a constituição do novo Executivo e o respectivo elenco, veja-se no *Expresso*, nº 462, de 5 de Setembro de 1981, pp. 1 e 3 "Balsemão e Freitas constitu-

do à luz dos seguintes vectores fundamentais: a forma como o líder do PSD retomara a liderança do Governo, a necessidade de não se caminhar para eleições antecipadas pelo atraso que tal significaria em termos da revisão constitucional e o facto de esta se apresentar como a última hipótese, após a qual, dentro da AD, não haveriam quaisquer outras alternativas.

No plano intra-partidário procurar-se-iam, também, conseguir algumas plataformas de entendimento, procedendo-se à realização de novo Conselho Nacional(1087), no qual seria convocado o IX Congresso para os primeiros dias de Dezembro e se elegeriam os novos Vice-Presidentes e Vogais da Comissão Política Nacional, vindo alguns dos "Críticos" a aceitar a integração na direcção do partido(1088).

---

em Governo palmo a palmo", o *Povo Livre*, nº 372, de 2 de Setembro de 1981, pp. 1 e 5 a 8 e o *Povo Livre*, nº 374, de 16 de Setembro de 1981, pp. 5 e 6.

Veja-se, ainda, na Lista 26 do Anexo IV desta dissertação, as personalidades do PSD que viriam a fazer parte do VIII Governo Constitucional, que tomaria posse a 4 de Setembro de 1981. O programa do VIII Governo viria a ser aprovado pela Assembleia da República. Vejam-se as intervenções dos Deputados do PSD no *Povo Livre*, nº 375, de 23 de Setembro de 1981, pp. 2 a 6, 12 e 13 .

(1087) A "Convocatória" do VI Conselho Nacional de 1981 seria publicada no *Povo Livre*, nº 374, de 16 de Setembro de 1981, p. 1, tendo vindo a sua reunião a ter lugar a 19 do mesmo mês, no Hotel Estoril-Sol em Cascais, depois de tal ser decidido na Comissão Política na sua reunião de 2 de Setembro de 1981. Cf. "Proposta de agenda da CPN", cuja fotocópia consultámos nos Serviços de Documentação do PSD, *item* 1; veja-se também, aí, o projecto da ordem de trabalhos respectiva.

(1088) Veja-se o "Comunicado do VI Conselho Nacional", datado de 19 de Setembro de 1981, no *Povo Livre*, nº 375, de 23 de Setembro de 1981, p. 1 e a "Convocatória" do Congresso Nacional ordinário (antecipado), *in ibidem*, ponto 1.

Para Vice-Presidentes da Comissão Política Nacional seriam eleitos Henrique Nascimento Rodrigues e Tomás Oliveira Dias, substituindo Carlos Macedo (também ex-Ministro dos Assuntos Sociais) e Mário Raposo (também ex-Ministro da Justiça); como vogal do mesmo órgão manter-se-ia Helena Roseta, tendo sido eleitos Pedro Santana Lopes e Casimiro Pires, todos dos "Críticos" (este último ex-Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo). Cf. *ibidem*, ponto 2. Veja-se sobre o assunto o *Jornal de Notícias*, de 20 de Setembro de 1981.

A readmissão de Helena Roseta não seria pacífica, visto que, quando votada

Até à realização da cimeira seguinte(1089) assistir-se-ia, assim, à aproximação da generalidade dos "Críticos", à facção no poder e ao isolamento dos seus elementos mais indefectíveis. Para além de se ter realizado um encontro de autarcas do PSD, no qual seria defendida a possibilidade de alargar ao PS eventuais alianças para as eleições locais(1090) iniciar-se-iam, também, os trabalhos preparatórios do Congresso, nomeadamente quanto à revisão estatutária a proceder, reunindo-se para o efeito novo Conselho Nacional(1091).

---

isoladamente, só obteria 19 votos a favor e 18 contra. Dada a insistência de Francisco Pinto Balsemão no sentido da votação em bloco dos três Vogais, estes conseguiriam 36 votos a favor, 5 contra e 4 abstenções, conforme comprovámos pelas gravações existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

(1089) A "Convocatória" para o IX Congresso, assim como as "disposições para o rateio das Delegados" respectivos, encontram-se no *Povo Livre*, nº 381, de 4 de Novembro de 1981, p. 1. O IX Congresso Nacional (ordinário) do PSD viria a realizar-se no Porto a 5 e 6 de Dezembro de 1981. Veja-se, também, a "Proposta da agenda da CPN" de 2 de Setembro de 1981, cuja fotocópia consultámos nos Serviços de Documentação do PSD, na qual estão consideradas as áreas fundamentais da preparação do IX Congresso. Cf. *ibidem, item* II.

(1090) Tal encontro, realizado no âmbito dessas estruturas do Porto, seria levado a cabo com dirigentes políticos do PSD dessa região. Perante os propósitos aí defendidos, a Comissão Política Nacional viria a congelar o protocolo a celebrar dentro da AD com vista às eleições locais, tal como ficara previamente estabelecido. Cf. *Expresso*, nº 469, de 24 de Outubro de 1981, p. 1. Sobre o mesmo assunto, veja-se o artigo de MIGUEL ALMEIDA FERNANDES "Sociais-democratas divididos em três correntes", no *Expresso*, nº 470, de 31 de Outubro de 1981, pp. 12 e 13.

A decisão sobre essa matéria seria remetida para o IX Congresso do PSD, depois de as bases do partido se pronunciarem sobre os protocolos a realizar.

(1091) O VII Conselho Nacional, cuja "Convocatória" sairia no *Povo Livre*, nº 381, de 4 de Novembro de 1981, p. 1, realizar-se-ia no Hotel Penta, em Lisboa, a 14 de Novembro de 1981, tendo como um dos seus objectivos elaborar e aprovar propostas de alteração dos Estatutos, cuja revisão já tinha sido prevista, adiantando-se logo alguns projectos nesse sentido no VI Conselho Nacional, depois de tal ser decidido na reunião anterior da Comissão Política Nacional. Cf. "Proposta de agenda da CPN", cuja fotocópia consultámos nos Serviços de Documentação do PSD.

Tal revisão pressupunha, desde logo, uma alteração a realizar no concernente à periodicidade dos Congressos, recomendando-se que esta passasse a ser de dois em dois anos. Cf *ibidem*, ponto 2 e Anexo 4 (proposta).

No mesmo Conselho Nacional discutir-se-ia essa periodicidade, tendo Aníbal Ca-

A querela sucessória que se vinha a arrastar desde o início do ano, conhecendo em determinadas alturas momentos particularmente gravosos, agora solucionada, mesmo que de forma mais ou menos efémera, fecharia o ciclo de intensificação da conflitualidade interna que temos vindo a caracterizar.

5. Novos ciclos conheceria, contudo, este terceiro conflito intra-partidário, até à consecução do mesmo ocorrida mais de um ano depois.

No período que se seguiria, desde finais do Verão até à Primavera do ano seguinte, o PSD, em face dos permanentes ataques ao Governo vindos de sectores exteriores ao partido(1092) ver-se-ia obrigado a uma unidade forçada. À aparente acalmia intra-partidária, também verificada no seio do próprio Executivo, não seria alheio um certo recuo, meramente táctico, por parte dos "Críticos", para além da divisão interna a que os mesmos seriam sujeitos, com personalidades a demarcarem-se

---

vaco Silva proposto que permanecessem as reuniões anuais, contra a pretensão dos "Balsemistas", incondicionais quanto às mesmas se realizarem de dois em dois anos. A questão não seria meramente estatutária, dela dependendo a menor ou maior possibilidade do líder em exercício aí permanecer por mais tempo. Por sugestão de José Ângelo Correia e de Marcelo Rebelo de Sousa propor-se-ia o último projecto, devendo o Congresso voltar a reunir em 1982, após as eleições locais. Para além das gravações das intervenções dos mesmos existentes no Serviços de Documentação do PSD veja-se o *Expresso*, nº 465, de 26 de Setembro de 1981, p. 4.

(1092) Tal divisão tornar-se-ia evidente aquando do V Conselho Nacional, como anotámos atrás. Veja-se a este respeito, o artigo de MIGUEL ALMEIDA FERNANDES, "Sociais-democratas divididos em três correntes", no *Expresso*, nº 470, de 31 de Outubro de 1981, pp. 12 e 13.

A divisão dos "Críticos" viria a acentuar-se na fase de preparação do X Congresso, conforme se depreenderia da demarcação de Aníbal Cavaco Silva, relativamente a uma Moção de estratégia bastante crítica para com Francisco Pinto Balsemão apresentada pelo Gabinete de Acção e Intervenção Política do Porto, órgão de apoio à respectiva Comissão Política Distrital ou das suas declarações de cariz "conciliatório" proferidas à RDP. Cf. FERNANDA MESTRINHO, "Oposição a Balsemão vem do Porto, mas sem 'êxito'", *in Diário de Lisboa*, de 10 de Novembro de 1981. Vejam-se,

das posições tradicionais dos mesmos(1093), recuos esses que já aqui deixámos expressos.

O suposto desaparecimento da oposição interna e o isolamento a que alguns dos seus expoentes mais indefectíveis seriam votados, far-se-ia sentir até meados de 1982. Daí, que o IX Congresso do partido se tenha vindo a realizar, apesar de alguns prognósticos(1094), num ambiente pouco controverso, muito embora falseado, se tivermos em conta que apenas se dissimulariam, aí, as dissensões existentes, protelando-se uma vez mais o confronto para outro momento.

---

também, as declarações de Amândio de Azevedo apoiando o líder do PSD e do Governo. Cf. *Expresso,* nº 472, de 14 de Novembro de 1981, p. 1.

(1093) Vejam-se, por exemplo, nesse sentido as declarações recolhidas em *O Primeiro de Janeiro,* de 15 de Novembro de 1981, no *Notícias da Tarde,* de 16 de Novembro de 1981 e em *O Dia,* de 28 de Novembro de 1981.

(1094) Para além da moção do Gabinete de Acção e Intervenção Política do Porto já referida acima, outras moções pareciam já certas na altura da realização do VII Conselho Nacional. Uma, cujo primeiro subscritor seria Fernando Brochado Coelho (veja-se a entrevista deste membro da Comissão Política do Porto no *Diário de Notícias,* de 15 de Novembro de 1981), outra encabeçada por António Maria Pereira, com particular incidência nas questões de política externa.

Ao todo, antes do Congresso, surgiriam 19 moções: a Moção A, da Assembleia Distrital de Faro, cujo primeiro subscritor seria José Vitorino; a Moção B, encabeçada por Manuela Aguiar sobre emigração; a Moção C, à frente da qual surgiria Francisco Sousa Tavares; a Moção D, sobre política externa, sendo seu primeiro subscritor António Maria Pereira; a Moção E, da Área Metropolitana de Lisboa, tendo por primeiro subscritor Pedro Santana Lopes; a Moção F, também sectorial, encabeçada por António Saldida; a Moção G, como a anterior dedicada à problemática das eleições autárquicas, à frente da qual estaria Manuel Gonçalves; a Moção H, sobre política cultural, subscrita em primeiro lugar por Natália Correia; a Moção I, cujo primeiro subscritor seria Jorge Miranda, sobre comunicação social; a Moção J, da Assembleia Distrital de Braga, encabeçada por António José Fernandes; a Moção K da Comissão Política Nacional, surgindo à frente o nome de Francisco Pinto Balsemão; a Moção L, da Área Oeste de Lisboa, sendo seu principal subscritor Afonso Moura Guedes; a Moção M, da Assembleia Distrital de Setúbal tendo por primeiro subscritor José Cardoso; a Moção N, da JSD, tendo à frente António Lacerda; a Moção O, da Assembleia Distrital do Porto, encabeçada por António Vilar; a Moção P, da Assembleia Distrital de Santarém, sendo seu primeiro subscritor J. Pereira da Silva; a Moção Q, encabeçada por Rui Amaral, sobre sindicalismo; a Moção R, sobre estratégia para as eleições autárquicas, à frente da

A oposição intra-partidária não teria desaparecido por completo, mas a sua minimização seria visível no Conselho Nacional(1095) realizado para preparar a cimeira seguinte e que decorreria sem qualquer confrontação de vulto(1096). A preocupação em reforçar a conciliação interna(1097) estaria

---

qual surgiria Machado Lourenço e, finalmente, a Moção S, cujo primeiro subscritor seria António Cabecinha. Cf. "Separata" do *Povo Livre*, nº 384, de 26 de Novembro de 1981. Veja-se ainda a "Informação à imprensa", emanada pelo Serviço de Informação e Relações Públicas do PSD, 19 de Novembro de 1981, Serviços de Documentação do PSD.

(1095) O VIII Conselho Nacional de 1981 seria realizado no Hotel Penta, em Lisboa, a 14 de Novembro, tendo a respectiva "Convocatória" saído no *Povo Livre*, nº 381, de 4 de Novembro de 1981, p. 1.

Os principais pontos da ordem de trabalhos respeitariam ao debate da situação político-partidária, às normas a seguir nos trâmites das eleições autárquicas do ano seguinte e à aprovação das propostas de alteração estatutária, cujo processo de elaboração tinha sido iniciado na anterior reunião daquele órgão, sendo também alvo da preocupação da Comissão Política Nacional.

As propostas para a alteração dos Estatutos seriam publicadas no *Povo Livre*, nº 382, de 11 de Novembro de 1981, p. 2, podendo as mesmas sintetizar-se nos seguintes pontos fundamentais: nova orgânica estrutural interna no que se refere às Distritais, a realizar em consonância com a realidade do país; alargamento da Comissão Política Nacional para 25 membros, em vez de 19; alargamento da Comissão Permanente Nacional para 9 membros (agregação de 2 Vogais eleitos entre os membros da Comissão Política); aumento da representação no Congresso dos Sindicalistas (de 50 para 60) e dos representantes das Assembleias Distritais. Cf. *ibidem*.

(1096) Na análise da situação política e económica do país assumiria relevo especial a intervenção proferida por João Salgueiro (então Ministro de Estado, das Finanças e do Plano), para além da alocução de Francisco Pinto Balsemão sublinhando, um e outro, as dificuldades de ordem económica existentes e a necessidade de se encontrar o consenso interno para a resolução dessa crise, conforme verificámos através das gravações existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

No comunicado final do VII Conselho Nacional estariam igualmente explícitas essas preocupações. Cf. "Comunicado" do VII Conselho Nacional, de 14 de Novembro de 1981, *in Povo Livre*, nº 383, de 18 de Novembro de 1981, p. 1, especialmente os pontos 1 e 4.

Registe-se que ao VII Conselho Nacional não compareceriam Aníbal Cavaco Silva Helena Roseta e Eurico de Melo. Ao contrário de certa imprensa que interpretaria tais ausências como sinais de que o consenso se tornava difícil (Cf. *Portugal Hoje*, de 16 de Novembro de 1981) em nosso entender, podem ter tido por significado o "deixar mais espaço" à realização desse consenso, guardando-se os "Críticos" para uma ofensiva posterior, o que, aliás, se viria a verificar.

(1097) Conciliação essa que seria por alguns dirigentes considerada como "mera partilha de poderes". Vejam-se as declarações desse teor proferidas por Afonso Moura Gue-

presente nas movimentações dos "Balsemistas"(1098) com o fim de conseguir uma moção-síntese(1099), a apresentação de listas únicas para os órgãos nacionais(1100) e uma margem segura nos Delegados a eleger ao IX Congresso(1101).

---

des, líder do Grupo Parlamentar e apoiante "Balsemista" em *O Jornal*, de 27 de Novembro de 1981. Da parte dos "Críticos" também viriam alguns testemunhos em idêntico sentido. Cf. *Jornal de Notícias*, de 10 de Novembro de 1981 e *Notícias da Tarde*, de 16 de Novembro de 1981 e *O Jornal*, de 27 de Novembro de 1981. Pelo contrário, Amândio de Azevedo consideraria que a estratégia já estava definida e exposta na Moção-síntese aprovada no Congresso anterior. Cf *O Jornal*, de 27 de Novembro de 1981.

(1098) Nas negociações entre as duas facções tomariam lugar preponderante António Capucho e Henrique Nascimento Rodrigues, pelos "Balsemistas", Amândio de Azevedo e Pedro Santana Lopes, pelos "Críticos". Cf. PEDRO D'ANUNCIAÇÃO, "PSD prepara-se (com cepticismo) para o Congresso da trégua", no *Expresso*, nº 473, de 21 de Novembro de 1981, p. 3.

Durante aquelas negociações far-se-iam sentir pressões de ambos os lados, manifestas por parte dos "Balsemistas" nas realização do III Congresso da TESIRESD iniciado no dia 20 de Novembro de 1981 e na respectiva criação de uma Comissão Consultiva, da qual viriam a fazer parte incondicionais "Balsemistas" e muitos ex-dirigentes do PSD que tinham saído do partido aquando da cisão dos "Inadiáveis"; pelo lado dos "Críticos" seria formulada a exigência de paridade dos representantes dos Sócio-profissionais com os representantes dos Sindicalistas nos órgãos nacionais. Cf. *O Jornal*, de 27 de Novembro de 1981.

(1099) A Moção-síntese, constando de 24 pontos, só viria a ser concretizada a partir das Moções K, M, S, F, P e A (veja-se a nota 1094 desta dissertação). A rejeição, à partida, de uma Moção-síntese seria, mesmo, apontada por Pedro Santana Lopes. Cf. *O Jornal*, de 27 de Novembro de 1981.

(1100) Para a Comissão Política Nacional só concorreria uma lista, a qual incluía um dos "Críticos", Amândio de Azevedo, para Vice-Presidente deste órgão e outros três, Pedro Santana Lopes, Cardoso Ferreira e Rui Almeida Mendes, como Vogais do mesmo.

Para o Conselho Nacional acabaria por só surgir uma única lista tendo em conta que Aníbal Cavaco Silva já declarara não apresentar alternativa (Cf. *Diário de Notícias*, de 19 de Novembro de 1981), perante as eventuais instâncias de Francisco Pinto Balsemão processadas nesse sentido (Cf. *Expresso*, de 21 de Novembro de 1981) e Eurico de Melo se ter vindo a recusar a integrar a lista em causa. (Cf. *O Primeiro de Janeiro*, de 28 de Novembro de 1981). O mesmo aconteceria para o Conselho de Jurisdição Nacional e para a Mesa do Congresso; veja-se no *Povo Livre*, nº 385, de 10 de Dezembro de 1981, pp. 3 e 4, a composição dessas listas e na Lista 9 do Anexo IV, desta dissertação os nomes e os cargos dos dirigentes que viriam a ser eleitos.

(1101) Vejam-se as listas dos Delegados no *Povo Livre*, nº 384, de 3 de Dezembro de 1981, pp. 3 e 4. A ordem de trabalhos do Congresso encontra-se também nesse órgão oficial do PSD, na p. 1. Quanto à forma de eleição dos Delegados e respectivo rateio,

Os desentendimentos subjacentes à apresentação de diferentes moções, algumas delas contraditórias e cujas diferenças seriam sobretudo evidentes relativamente à opção estratégica a ser prosseguida(1102), mas, também, à disputa pelos lugares

---

aprovada no âmbito do "Regulamento" do IX Congresso, discutido e aprovado no VII Conselho Nacional, seria igualmente divulgada nas páginas no *Povo Livre* e distribuída junto a uma circular interna aos diversos órgãos do partido.

(1102) Os posicionamentos estratégicos fundamentais seriam assumidos pelos "Balsemistas", pela posição de Afonso Moura Guedes e pela facção dos "Críticos", expressa através da Moção de Pedro Santana Lopes.

Os primeiros entendiam a AD como "um projecto de mudança da sociedade (...)" "não se esgotando num mero acerto tácito ou conjuntural para o Governo do País", reiterando à coligação o seu apoio, mas não deixando de acentuar que não se deveria "(...) ultrapassar a dimensão e o sentido exactos sob que foi assumida..." não podendo nunca ser "(...) concebida nem impulsionada para uma via de unificação partidária, ou catapultada para alguma outra forma de institucionalização partidária de raiz programática e ideológica conjunta, com a subsequente expressão orgânica". Reafirmaria, igualmente, o compromisso de "manutenção da identidade e da preservação da especificidade de cada um dos três partidos" e de que o PSD teria na AD um papel determinante, que deveria ser acentuado, exercendo a função de motor no seu seio. Cf. "Moção K", Moção de estratégia da Comissão Política Nacional, tendo por primeiro subscritor Francisco Pinto Balsemão, pontos 14 e 16, *in* "Separata" do *Povo Livre*, nº 384, de 26 de Novembro de 1981.

Afonso Moura Guedes defenderia, pelo contrário, uma abertura progressiva ao PS, mostrando-se pouco empenhado na consolidação da AD, que consideraria como consistindo num mero projecto de Governo a manter até 1984, não incorporando nunca "(...) um projecto autónomo de sociedade, que se tenha sobreposto aos projectos dos partidos que a integram e que possa deste modo ser institucionalizado" e apelando ao reforço das componentes sociais-democratas do PSD. Cf. "Moção L", aprovada pela Assembleia Distrital do Oeste de Lisboa, tendo como primeiro subscritor Afonso Moura Guedes, ponto 3 e 4, *in ibidem*.

Quanto à facção dos "Críticos" defenderia ser a AD mais do que "(...) uma mera coligação de Governo", um projecto global de "(...) mudança de sociedade justificado pela necessidade de reformas democratizantes do regime e reconvertoras das estruturas sócio-económicas do país", alertando, simultaneamente, para os perigos de um "bloco central", acentuando a tese da bipolarização e reafirmando "clara e inequivocamente a fidelidade aos compromissos assumidos no âmbito da Aliança Democrática, entendida como projecto de mudança de Portugal". Cf. "Moção E", aprovada pela Assembleia Distrital da Área Metropolitana de Lisboa, tendo por primeiro subscritor Pedro Santana Lopes, pontos 4 e), g), h) e i) dos considerandos e ponto 5 das deliberações, *in ibidem*.

Do exposto se conclui que as divergências seriam menos evidentes no que foi dito, do que no que ficou por dizer, ou seja o facto de a linha "Balsemista" sobrevalorizar o reforço do PSD na AD e a recusa da sua institucionalização, enquanto a facção dos "Críticos" não o fez, o facto destes acentuarem o projecto global que a coligação representaria e a necessidade de prosseguir na linha da bipolarização política, ambos aspectos menosprezados pelos primeiros. Quanto à posição de

nos órgãos nacionais(1103) não impediriam, contudo, a apresentação de listas conjuntas para esses órgãos.

Feita, embora não votada, a partilha do poder, tornava-se necessário proceder à clarificação estratégica para a qual o consenso parecia de mais difícil obtenção e, sem a qual, a distribuição dos lugares nos órgãos nacionais, tal como ficara

---

Afonso Moura Guedes, mais radical, acabaria por se diluir na Moção-síntese final.

O outro ponto de discórdia respeitaria às relações a manter com o Presidente da República. Neste aspecto os campos extremavam-se entre a opção por uma coexistência pacífica, um diálogo firme ou uma confrontação permanente. Sublinhe-se no entanto, que tal como já acontecera no discurso de posse do VIII Governo Constitucional, em Setembro desse ano,Francisco Pinto Balsemão, tentaria, ao menos em parte, "cobrir a parada" dos "Críticos", quer na adesão do PSD à AD, quer no tom crítico ao Presidente da República, bem mais forte do que o observado durante o Executivo anterior.

A Moção K defenderia respeitar "(...) o veredicto popular expresso nas presidenciais..." não podendo, contudo, em face da "(...) imagem de nebulosa democraticidade dos objectivos do comportamento do Presidente da República...", deixar de assumir uma posição de "legítima defesa" que não significaria "agressão". Cf. Moção K, ponto 18, *in ibidem*.

A Moção L acentuaria que "(...) qualquer contribuição que o nosso partido desse para o activar de situações de tensão ou conflito entre órgãos de soberania democraticamente eleitos, designadamente, Governo e Presidente da República, seria um péssimo serviço prestado à democracia", aceitando a situação definida nas presidenciais como "um dado político, definindo parâmetros reais, que qualquer estratégia inteligente, realista e actual, não poderá deixar de ter em conta", tornando-se "(...) inadmissível qualquer estratégia que assente numa oposição sistemática ao Presidente da República". Cf. Moção L, ponto 8, *in ibidem*.

A Moção E, para além de acesas críticas à actuação do Chefe do Estado, o qual acusaria de defender a "revolução institucionalizada", declararia exigir do mesmo "(...) um tipo de intervenção política consentâneo com a elevada dignidade das funções para que foi eleito...", considerando a "solidariedade institucional", como a única que se admite poder existir na actual situação entre o Presidente da República e o Governo. Cf. Moção E, pontos 10, 11 e 12 das deliberações propostas, *in ibidem*.

(1103) Veja-se a nota 1100 desta dissertação. Segundo a imprensa da época as pressões da linha dos "Críticos" ter-se-iam feito sentir especificamente no que toca ao segundo lugar na lista do Conselho Nacional; Cf. por exemplo, o *Jornal de Notícias*, de 29 de Novembro de 1981. Contudo, acabar-se-ia por se chegar a um consenso nesta matéria (Cf. *O Primeiro de Janeiro*, de 5 de Dezembro de 1985). Os três primeiros nomes seriam indefectíveis da linha "Balsemista", enquanto a facção dos "Críticos" obteria, através de Rui Amaral, o quarto lugar, incluindo mais quatro dirigentes a ela afectos na referida lista: Arménio Santos, dos Sócio-profissionais, Helena Roseta, Manuela Aguiar e Conceição Monteiro. Cf. Lista 9 do Anexo IV desta dissertação.

assente, se apresentaria questionável(1104).

No entanto, a intervenção de fundo realizada por Francisco Pinto Balsemão viria a suscitar o apoio dos sectores mais críticos do partido(1105) pela aproximação às teses que estes defendiam e a moção-síntese, que tinha por primeiro subscritor Francisco Pinto Balsemão, acabaria por conseguir a maioria(1106), embora em determinados momentos do Congresso a margem necessária se viesse a prefigurar como problemá-

---

(1104) Nas fileiras dos "Críticos", e dado o facto de as listas para os órgãos nacionais só serem votadas após a votação das moções de estratégia política, perfilava-se a ideia de, caso a moção respectiva viesse a conseguir mais votos do que os esperados, o acordo relativamente à composição das listas teria de ser renegociado. Cf. *Expresso,* nº 475 de 5 de Dezembro de 1981, pp. 2 e 3.

(1105) Aníbal Cavaco Silva consideraria as posições do líder do PSD como bastante positivas e, invocando o "imperativo nacional", dispor-se-ia a não lhe criar obstáculos. Veja-se, para além das gravações existentes nos Serviços de Documentação do PSD, as declarações de Eurico de Melo, de idêntico teor, à "Revista" do *Expresso,* nº 476, de 12 de Dezembro de 1981, p. 10-R.

O discurso do líder, muito bem estruturado, ia perfeitamente ao encontro das posições dos "Críticos", embora apresentasse algumas contradições de monta relativamente à Moção-síntese por si apresentada, incidindo na análise da situação política e económica internacional, inserindo nela a problemática nacional, sobre a qual se pronunciaria detalhadamente, apontando para a integração urgente de Portugal na CEE, para a intensificação da regionalização interna e para a necessidade de uma profunda revisão constitucional, além de acentuar a preponderância do papel do PSD na AD e a urgência em dar cumprimento aos objectivos da coligação.

(1106) A Moção-síntese colheria 74% dos sufrágios, correspondentes a 454 votos a favor, 59 votos contra e 94 abstenções, enquanto a Moção de Pedro Santana Lopes obteria 37% dos mesmos, isto é, 231 votos a favor, 308 contra e 79 abstenções, segundo as gravações existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

Das restantes moções votadas (Cf. aqui, a nota 1094) a Moção H, a Moção I e a Moção C, seriam aprovadas por maioria, enquanto a Moção D e a Moção B viriam a ser rejeitadas. Registe-se que a tão falada Moção sobre Camarate a ser apresentada por Pedro Santana Lopes (Cf., por exemplo, o *Expresso,* nº 475, de 5 de Dezembro de 1981 e *O Jornal,* de 11 de Dezembro de 1981), apontando para a insuficiência do relatório do Governo (Cf. *Expresso,* nº 475, de 5 de Dezembro de 1981, pp. 1 e 2) e para a demissão do Ministro dos Transportes, José Carlos Viana Baptista, acabaria por não surgir, tendo apenas feito durante a defesa da sua moção uma pequena referência à necessidade do Governo produzir um relatório circunstanciado sobre o mesmo na intervenção proferida durante a defesa da sua moção, Afonso Moura Guedes, bastante irredutível no que diria respeito às cedências aos "Críticos", que conside-

tica(1107).

Com a reunificação, ainda que temporária, conseguida naquela cimeira, prenunciada aquando do VI Conselho Nacional de 1981 graças à actuação predominantemente conciliatória do Primeiro-Ministro e líder do PSD, no quadro de uma opção táctica adequada às circunstâncias com as quais fora então confrontado e tendo em conta os objectivos políticos fundamentais que se lhe apresentavam, o PSD, quer no Governo, quer no ambito intra-partidário, teria que provocar o reforço dessa unificação.

O conflito eminente fora momentaneamente afastado, perante a necessidade de se efectuar a revisão constitucional que relegaria a ofensiva dos "Críticos" para outro momento. Esta pseudo-conciliação não deixaria, contudo, de representar um contrato a prazo, findo o qual a conflitualidade interna viria a adquirir uma maior expressão.

Por agora, interessa-nos caracterizar este período de reunificação intra-partidária, com incidência no Executivo, de

---

raria demasiadas, acabaria por desistir da sua moção apoiando a de Francisco Pinto Balsemão.

Vejam-se os resultados do IX Congresso Nacional, no *Povo Livre*, nº 386, de 10/12 de Dezembro de 1981, pp. 1, 3 a 7 e 10 e ss.

(1107) Veja-se o conteúdo da nota precedente no que respeita à hipotética moção sobre Camarate, cuja apresentação seria impedida junto de Pedro Santana Lopes por Eurico de Melo, de acordo com o testemunho que recolhemos de ambos, dado o melindre do tema e as consequências politicas que daí poderiam advir, segundo os argumentos invocados na altura. É um facto que tal moção viria certamente a desestabilizar a relação de forças existente, não se desejando, então, que as divisões do Congresso se reflectissem na questão de Camarate.

Também no que se refere a algumas das alterações estatutárias propostas pela Comissão Politica Nacional, Francisco Pinto Balsemão não conseguiria fazer valer o seu peso: tal seria o caso da periodicidade bienal das reuniões do Congresso e da reestruturação organica do partido de acordo com a divisão regional.

molde a evidenciar o momento em que as circunstâncias se tornariam de novo mais propícias para o confronto ser desencadeado. Para tal contribuiria de forma decisiva o clima gerado em redor do Executivo, na esfera do sistema político, económico e social envolvente. Nos meses seguintes suceder-se-iam os ataques ao Governo(1108) e o necessário consenso em torno das difíceis medidas que o mesmo se veria obrigado a tomar também propiciariam aquela unidade interna, embora, a prazo, viessem a contribuir par o seu desgaste.

Os primeiros meses de 1982 seriam inteiramente dedicados à revisão da Constituição(1109), factor fundamental para que a confrontação interna não fosse despoletada. A revisão constitucional revestir-se-ia, assim, de primordial importância na altura, determinando em absoluto a sublimação das disputas internas e a instauração de um clima de "trégua constitucional", dissimulando-se os eventuais confrontos de molde

---

(1108) A primeira investida consumar-se-ia através da Greve Geral decretada pela CGTP-Intersindical para o dia 12 de Fevereiro, da realização de uma Marcha da Paz, de conflitos laborais generalizados, acções que motivariam a pronta acção da Comissão Política Nacional (Cf. "Comunicado da Comissão Política do PSD", de 13 de Janeiro de 1982, Serviços de Informação e Relações Públicas do PSD) e do Conselho Nacional, convocado escassos dias depois (veja-se a "Convocatória" datada de 25 de Janeiro, do I Conselho Nacional de 1982 no *Povo Livre*, nº 392, de 27 de Janeiro de 1981, p. 1).

Veja-se também nesse sentido, a intervenção de Francisco Pinto Balsemão naquele Conselho Nacional, acusando o PCP de pretender, com tal actuação, impedir a revisão constitucional e de se servir da Intersindical como correia de transmissão. Veja-se o teor do "Comunicado final" do I Conselho Nacional de 1982 do PSD, reunido no Hotel Altis, em Lisboa, a 6 de Fevereiro, no qual se denuncia o apelidado "Movimento de carácter insurreccional promovido pelos comunistas". Cf. *ibidem*, ponto 1.

(1109) Atestando a relevância de tal questão seria o facto de terem sido inúmeras as intervenções sobre a matéria proferidas no I Conselho Nacional de 1982, tal como o postulado no respectivo "Comunicado final". Cf. *ibidem*, ponto 2.

a não prejudicar aquele processo.

Esse catalizador do consenso intra-partidário e da própria AD(1110) não deixaria de suscitar alguns problemas. Em determinadas fases das negociações entre o PSD e o PS chegar-se-ia, mesmo, a um certo "impasse" derivado da alegada negativa do último em aprofundar a revisão até aos níveis requeridos pelo primeiro(1111).

Os atritos daí decorrentes e, nomeadamente, a tentativa de superação dos mesmos, teriam as suas repercussões no âmbito interno do PSD surgindo questiúnculas de diversa ordem, decorrentes das eventuais cedências feitas aos socialistas nas negociações em causa e pretendendo alguns sectores do partido limitar os consensos a obter com o PS a certos pontos do texto

---

(1110) Claramente manifestas no conteúdo das intervenções realizadas no âmbito do II Conselho Nacional do PSD de 1982.

De realçar o facto de Diogo Freitas do Amaral ter conseguido introduzir a AD como primeiro interlocutor num processo de negociação tenso onde imperavam o PSD por um lado e o PS por outro,bem como uma proposta de solução para os diferendos então manifestados, aspecto importante porque inscrito na crescente intervenção política do Presidente do CDS, a qual, mais tarde, se viria a revelar crucial no processo de desmantelamento da coligação e na queda do líder dos sociais-democratas. Aliás, já no início de 1981, a unificação dos projectos de revisão constitucional do PSD, do CDS e do PPM numa única proposta a apresentar pela AD, caberia à Comissão presidida por Diogo Freitas do Amaral, numa tentativa de Francisco Pinto Balsemão no sentido de o manter empenhado mas distante da cena política; registe-se que o efeito foi precisamente o oposto.

A actuação do líder do CDS seria também manifesta na altura da interpelação ao Governo, ao proceder ao enquadramento ideológico da AD na perspectiva dos democrata-cristãos, particularmente relevante visto Francisco Pinto Balsemão não ter estado presente no momento da apresentação, pelo PCP, da Moção de Censura ao Governo. Cf. "Revista" do *Expresso*, nº 487, de 13 de Março de 1982,p. 10-R.

(1111) Suscitariam maior polémica as questões relacionadas com os poderes do Presidente da República, com as eventuais desnacionalizações e com o retirar do texto fundamental a "via obrigatória para o socialismo". Nas negociações em causa adquiriria particular realce o papel de Francisco Sousa Tavares e de Amândio de Azevedo pelo PSD, e, pelo lado do PS, a actuação de António Almeida Santos. Cf. *Expresso*, nº 487, de 13 de Março de 1982, p. 1.

constitucional(1112).

Em pólos opostos, nesta matéria, situar-se-iam os defensores da revisão possível e os que preconizavam a ruptura das negociações devido à não cedência, por parte dos socialistas, nas matérias mais polémicas, não sendo difícil descortinar, entre os últimos, alguns dos expoentes da facção dos "Críticos" e, entre os primeiros, a maioria dos apoiantes da facção "Balsemista"(1113).

Enquanto decorriam as referidas negociações, outros temas viriam igualmente a assumir algum relevo. A preparação das eleições autárquicas a realizar no final desse ano e, no seu âmbito, o protocolo a estabelecer no seio da AD para as mesmas levantaria, também, alguma celeuma interna(1114). Aprovada

---

(1112) Veja-se, por exemplo, a intervenção proferida por Fernando Condesso na Assembleia da República em finais de Abril, e as acusações de Pedro Santana Lopes contra Amândio de Azevedo no âmbito da Comissão Política Nacional e, depois, no II Conselho Nacional de 1982. Cf. *O Primeiro de Janeiro*, de 22 de Abril de 1982 e as gravações dos trabalhos do II Conselho Nacional realizado a 24 de Abril de 1982, gravações essas existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

(1113) O tom progressivamente endurecido relativamente aos socialistas quanto a este processo seria nítido nalgumas das intervenções realizadas, sobretudo no II Conselho Nacional de 1982, no qual o debate à volta da revisão constitucional ocuparia o centro dos trabalhos. Vejam-se, nomeadamente, as alocuções de Helena Roseta, de Marcelo Rebelo de Sousa e de José Ângelo Correia, acusando o PS de ser um espartilho da revisão, mas encarando a hipótese de, sob condições, prosseguir na via negocial, bem como as intervenções de Francisco Sousa Tavares, Amândio de Azevedo e Rui Oliveira e Costa, na defesa da via iniciada e da "revisão possível" e a crítica à mesma, acentuando a necessidade de proceder à denúncia antecipada da suposta revisão, feita fundamentalmente por intermédio de Pedro Santana Lopes, segundo verificámos pelos registos das intervenções realizadas no II Conselho Nacional de 1982, existentes nos Serviços de Documentação do PSD. Note-se que Amândio de Azevedo, um dos "Críticos", não defendia este último ponto de vista, distanciando-se assim das posições assumidas por Pedro Santana Lopes (até porque era protagonista cimeiro das negociações em curso com o PS) e suscitando, mesmo, acusações severas por parte deste elemento. Veja-se a nota anterior.

(1114) O protocolo da AD para as eleições autárquicas seria assinado na Cimeira da AD, realizada a 11 de Fevereiro de 1982. Cf. *Povo Livre*, nº 395, de 17 de Fevereiro de

primeiro pela Comissão Política do PSD e seguidamente submetida para debate e aprovação ao I Conselho Nacional(1115), a proposta, consideravelmente ampla, embora privilegiando a coligação do PSD com o CDS e o PPM previa, da mesma forma, a hipótese de se estabelecerem eventuais negociações com outras forças partidárias, novos acordos eleitorais ou, ainda, a apresentação de listas próprias(1116).

Temas como a legislação sobre o aborto(1117) e o projecto de lei da amnistia(1118) assinalariam, também, a pro-

---

1982, p. 4 e *Expresso*, nº 485, de 13 de Fevereiro de 1982, pp. I e 12. Veja-se o texto do protocolo, anexo à "Convocatória do I Conselho Nacional", nos Serviços de Documentação do PSD.

(1115) Nessa reunião o protocolo a submeter à cimeira da AD seria aprovado por maioria, com 1 voto contra e 6 abstenções, segundo apurámos pelas gravações dos trabalhos existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

(1116) Cf. "Comunicado final" do I Conselho Nacional, de 6 de Fevereiro de 1982, ponto 4, Serviços de Documentação do PSD.

(1117) O Projecto-Lei para a legalização do aborto, apresentado pelo PCP, já levara o I Conselho Nacional de 1982 do PSD a pronunciar-se sobre o mesmo, acusando aquele partido de, com tal proposta, só pretender a desestabilização do sistema. Vejam-se especialmente, nos registos existentes nos Serviços de Documentação do PSD, tais acusações proferidas no I Conselho Nacional pela boca de Francisco Sousa Tavares. A questão do aborto provocaria, mesmo, a realização de uma reunião extraordinária da Comissão Política Nacional do partido, que se haveria de pronunciar pela oposição àquela lei. Cf. "Comunicado da Comissão Política Nacional", de 24 de Fevereiro de 1982, *in Povo Livre*, nº 396, de 25 de Fevereiro de 1982, p. I.

Posteriormente, e após uma proposta apresentada no IV Conselho Nacional de 1982, da autoria de Helena Roseta e de Fernando Correia Afonso, no sentido de ser este órgão a decidir sobre o direito à objecção de consciência nessa matéria, ter sido derrotada, remeteu-se a decisão, por proposta de Conceição Monteiro para o Grupo Parlamentar e para a Comissão Política Nacional; estes órgãos decidir-se-iam pelo voto contra o projecto do PCP, não aceitando sequer a apresentação de uma alternativa ao mesmo.

(1118) O projecto da amnistia dos crimes políticos seria subscrito por alguns elementos do PSD para os quais deveria ser concedida a liberdade de voto nessa matéria. Tal não seria então o entendimento nem do Grupo Parlamentar do partido, que decidiria pelo voto contra (Cf. "Comunicado da Presidência do Grupo Parlamentar do PSD", de 14 de Abril de 1982, Serviços de Documentação do PSD, especialmente o respectivo

gressiva desestabilização do Executivo(1119), cuja incapacidade de superação da crise se tornava cada vez mais evidente.

Apesar de ventilada para breve a remodelação governa-

---

ponto 2º), nem da Comissão Política Nacional reunida a 20 de Maio de 1982, que se declararia pela oposição ao projecto e pela necessidade de cumprimento da disciplina de voto no seguimento do que aí fora deliberado (Cf. "Comunicado da Comissão Política Nacional", de 20 de Maio de 1982, Serviços de Documentação do PSD).

Vejam-se as recomendações de Francisco Pinto Balsemão dirigidas ao Secretário-Geral do seu partido, António Capucho, para que na Comissão Política Nacional reunida para estudar o caso se atentar ao facto de "(...) a matéria merecer ampla reflexão, não apenas pelas suas consequências a nível da disciplina do Grupo Parlamentar, mas sobretudo pelas suas consequências em termos da construção do Estado Democrático e da própria imagem e permanência do Governo". Veja-se o documento referido, cuja fotocópia consultámos no arquivo do primeiro daqueles dirigentes, especialmente o ponto 6.

O diploma em causa, votado a 12 de Novembro, seria rejeitado, tendo Helena Roseta e Francisco Sousa Tavares votado favoravelmente e renunciado ao respectivo mandato. Votaria também a favor Natália Correia e ausentar-se-iam no momento da votação Amândio de Azevedo, Amélia de Azevedo e Afonso Moura Guedes, não estando previamente presentes Arménio Matias, Carlos Macedo, Bernardino da Costa Pereira, Eleutério Alves, Júlio Castro Caldas, Mário Montalvão Machado, António Vilar, Margarida Salema, Ourique Mendes e António Cardoso e Cunha. A Comissão Política Nacional viria a requerer a instauração de processos disciplinares aos Deputados que não acataram a disciplina de voto. Neste documento seria igualmente pedida a adopção de medidas disciplinares em face do sucedido. Cf. *ibidem*, ponto 4.

A questão não ficaria por aqui, dado que Nuno Rodrigues dos Santos, subscritor daquele documento, teria votado contra o projecto do PCP por mera questão de disciplina partidária; apesar disso, e discordando do sentido do voto, apresentaria a 22 de Maio de 1982 a sua demissão dos cargos que ocupava no PSD, demissão essa que viria a ser rejeitada por unanimidade nos órgãos superiores do partido.

Veja-se sobre esta polémica o extenso documento, fotocopiado e enviado a 3 de Junho de 1982 por António Capucho a Fernando Amaral, a fim de que este redigisse a correspondente participação, documento esse no qual estão explícitos todos os passos do processo no âmbito do Grupo Parlamentar (os pedidos de objecção de consciência, de ausência do Plenário, das votações realizadas a favor da lei e os nomes dos Deputados ausentes). A eventual inexactidão de alguns dos dados referidos, nomeadamente os respeitantes a uma reunião havida a 21 de Maio de 1982 na qual se teria deliberado não conceder os pedidos de objecção de consciência, levantaria certa polémica, depois alguns dos visados declararam não terem sido convocados para tal reunião, impugnando assim a sua validade. Cf. "carta" de Luís Brito Correia ao Presidente da Comissão Política Nacional, datada de 11 de Outubro de 1982, requisitando a documentação para a instauração do processo em causa e "carta" resposta do Secretário-Geral, António Capucho, demonstrando a insuficiência de provas, ambas consultadas, em fotocópia, no arquivo de Francisco Pinto Balsemão.

A liberdade do voto viria, mais tarde, a ser concedida pelo Grupo Parlamentar relativamente ao projecto do PS sobre a amnistia dos presos do PRP-BR, embora o PSD negasse o apoio à votação favorável do mesmo, o qual acabaria por vir a ser rejeitado na Assembleia da República em 19 de Junho de 1982.

mental(1120), mesmo considerando-se eventualmente como desejável só proceder a tal depois de concluída a revisão da Constituição, dada a impossibilidade do seu protelamento, ela viria a ter lugar no início de Junho(1121).

No momento da remodelação do Executivo assistir-se-ia à acção conjugada de dois factos os quais, à partida, constitui-

---

toda a especulação da mesma à volta de demissões eminentes no Executivo eram já indiciadoras do descontentamento interno que grassava. Cf. *Diário de Lisboa*, de 8 de Fevereiro de 1982.

Os apelos à remodelação ministerial seriam vários (Cf. *Expresso*, nº 484, de 6 de Fevereiro de 1982, pp. 1 e 2), mas só no Conselho Nacional seguinte se veriam as críticas a subir de tom. Veja-se, nas gravações existentes nos Serviços de Documentação do PSD, o conteúdo da intervenção aí proferida por Aníbal Cavaco Silva e o teor das entrevistas concedidas por este, por Álvaro Barreto e por Apolinário Vaz Portugal no *Notícias da Tarde*, de 23 de Abril de 1982. Veja-se, também, o *Expresso*, nº 490, de 20 de Março de 1982, pp. 1 e 2 no qual se anuncia preparar o Governo a sua remodelação.

(1120) A remodelação ministerial antecipada teria sido proposta por Marcelo Rebelo de Sousa, o qual escreveria uma carta ao Primeiro-Ministro a pedir a sua demissão de Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, com o fim de pressionar a remodelação, como o faria também Victor Crespo, não tendo contudo o Primeiro-Ministro sido sensível a tal objectivo imediato.

A remodelação do Executivo só viria a ter lugar a 4 de Junho de 1982, tendo como coordenadas fundamentais o alargamento à esquerda, com a entrada de João José Fraústo da Silva para a pasta da Educação e Universidades, a inclusão de Luís Fontoura para reforçar os laços com as ex-Colónias, a saída de André Gonçalves Pereira e a sua substituição por Vasco Luís Futscher Pereira nos Negócios Estrangeiros, idêntica substituição no Ministério do Trabalho, que seria assumido por Luís Morales, a entrada de Maria Leonor Beleza para Secretária de Estado da Presidência do Conselho de Ministros e de Marcelo Rebelo de Sousa para o cargo de Ministro dos Assuntos Parlamentares (considerando a importância da revisão constitucional) após a recusa reiterada de Henrique Nascimento Rodrigues. Curiosamente, e para equilibrar à "direita", Francisco Pinto Balsemão convidaria Pedro Santana Lopes para Secretário de Estado, cargo que este recusaria, após o parecer negativo de Eurico de Melo, de acordo com o testemunho do primeiro.

Veja-se sobre a remodelação do Executivo o *Povo Livre*, nº 411, de 9 de Junho de 1982, pp. 1 e 3 e o nº 412, de 16 de Junho de 1982, pp. 1, 3 e 5.

(1121) Como já vimos atrás, o Presidente do CDS assumira desde Setembro de 1981, o cargo de Vice-Primeiro-Ministro, contra sua vontade, viabilizando dessa forma um Governo que na sua perspectiva estaria, a prazo, condenado. Não podendo então recusar a sua participação no Executivo, sob pena de provocar a ruptura da AD em face das condições impostas por Francisco Pinto Balsemão, Diogo Freitas do Amaral guardar-se-ia para mais tarde, aproveitando a dinâmica da contestação interna ao líder do

riam os detonadores do agravamento da crise política global e da crise interna no PSD. Por um lado, quando da respectiva tomada de posse, actuaria o discurso presidencial, considerado pelo PSD como altamente desestabilizador(1122); por outro, precisamente um mês depois, o retomar da ofensiva por parte de certo sector dos "Críticos" tornar-se-ia decisivo nessa matéria.

Após a derrota sofrida no Verão anterior e de terem pontualmente optado, especialmente aquando do IX Congresso Nacional, por uma táctica de conciliação interna ou de mero afastamento, os "Críticos" encontravam-se agora num momento mais propício ao desencadear de uma nova dinâmica de conflito, na qual se prefigurava já a ocasião oportuna para retirarem os necessários dividendos dessa actuação.

Vendo consideravelmente aumentada a sua influência política interna(1123), desgastado o Executivo e enfraquecida a sua base social de apoio(1124), haveria que optar pela nego-

---

PSD e apostando tudo nos resultados das autárquicas, a realizar em finais de 1982.

(1122) A actuação e o discurso então desenvolvido por António Ramalho Eanes seriam alvo da crítica acesa do PSD. Vejam-se as declarações públicas de Henrique Nascimento Rodrigues, proferidas na qualidade de Vice-Presidente da Comissão Política Nacional, documento do Serviço de Informações e Relações Públicas do PSD, datado de 14 de Junho de 1982, Serviços de Documentação do PSD.

(1123) Através dos actos eleitorais realizados no âmbito das Distritais, os "Críticos" vinham paulatinamente a ocupar posições que, a prazo, lhes viriam a possibilitar uma participação acrescida no processo de tomadas de decisão, embora, na altura, continuassem em franca minoria nos órgãos nacionais do partido. Veja-se a notícia sobre algumas daquelas eleições no *Expresso,* nº 489, de 13 de Março de 1982, p. 3.

(1124) Os desentendimentos com os parceiros sociais tornavam-se já evidentes, seja com a CIP, que se demarcaria do posicionamento do PSD relativamente à revisão constitu-

ciação, a prazo, da liderança do partido e do Governo ou, então, pelo despoletar do confronto em ambos os níveis. A táctica a adoptar dependeria, em qualquer caso, do quadro das oportunidades políticas que se apresentariam ao partido e, dentro deste, aos opositores a Francisco Pinto Balsemão.

Após uma primeira tentativa, aliás gorada(1125), de prosseguir no protelamento do confronto, um sector dos "Críticos" decidir-se-ia pela sua antecipação, parecendo abandonar, dessa forma, a táctica provisoriamente assumida no sentido da aparente pseudo conciliação interna(1126). Os novos condicionalismos surgidos no panorama político, no quadro dos quais se encontrava o facto de o Presidente da República parecer não estar na disposição de dar cobertura ao Governo em exercício, apresentava-se propício a uma actuação dessa

---

cional, seja com a CCP, com a CAP e com a própria UGT. Cf. *Expresso,* nº 490, de 20 de Março de 1982, p. 5.

(1125) Eurico de Melo e Marcelo Rebelo de Sousa, segundo os próprios nos confirmariam, teriam acordado na importância de Francisco Pinto Balsemão permanecer à frente do Governo e do PSD até se terminar a revisão constitucional, serem aprovadas as leis complementares e se realizarem as eleições autárquicas. Tal concordância, que exigiria um diálogo dos "Críticos" com Francisco Pinto Balsemão, pressuporia a sua saída de *motu proprio* do Executivo quando tais objectivos se tornassem realidade, sujeitando-se o mesmo às decisões a serem tomadas pelas bases no Congresso Nacional previsto para o início do ano seguinte. Francisco Pinto Balsemão permaneceria, no entanto, Presidente do partido. Veja-se, a este respeito, a entrevista de Marcelo Rebelo de Sousa a *O Jornal,* de 16 de Julho de 1982. A tentativa esboçada para fazer frente ao agravamento da crise no PSD falharia com a "Carta aberta" de Aníbal Cavaco Silva e de Eurico de Melo e com a subsequente recusa de Francisco Pinto Balsemão em dialogar com os seus opositores. Veja-se, sobre o assunto, as notas seguintes.

(1126) Porque prenunciadores da posterior ofensiva dos "Críticos", aliás mais do que evidente, vejam-se, respectivamente, os artigos de PEDRO D'ANUNCIAÇÃO, "Críticos: ofensiva por trás do consenso", na "Revista" do *Expresso,* nº 476, de 12 de Dezembro de 1981, p. 10-R e MIGUEL ALMEIDA FERNANDES, "Nos bastidores da AD 'duros' espreitam Balsemão", no *Expresso,* nº 492, de 3 de Abril de 1982, pp. 12 e 13.

dessa natureza.

A via escolhida seria uma "Carta aberta" aos militantes, da autoria de Eurico de Melo e de Aníbal Cavaco Silva, difundida publicamente e através da qual aqueles expoentes dos "Críticos" criticavam o Governo, apelando à necessidade de um Executivo reforçado com o objectivo de restaurar a confiança popular e de retomar um clima de convivência intra-partidária mais saudável, objectivos que, na opinião dos autores daquele documento, só seriam exequíveis através da demissão voluntária de Francisco Pinto Balsemão, a qual, consequentemente, reclamavam(1127).

Tal ofensiva enquadrar-se-ia na tentativa de medir forças internamente, auscultando as sensibilidades internas(1128)

(1127) Veja-se o teor da "Carta aberta aos militantes do PSD" divulgada em primeira mão no *Tempo*, de 6 de Julho de 1982 e também publicada em *O Dia* e o *Comércio do Porto* e que surpreendera consideravelmente todos os sectores partidários, por representar um endurecimento dos "Críticos", impedindo definitivamente o diálogo com os "Balsemistas" para uma solução negociada e pacífica dentro do PSD.

Note-se que os responsáveis pela "Carta aberta" jogariam então sózinhos, segundo nos seria confirmado por Eurico de Melo, não tendo os restantes "Críticos" conhecimento prévio dessa cartada.

(1128) Registe-se que os "Críticos" detinham apenas uma escassa minoria nos órgãos nacionais do PSD, embora a nível local viessem a aumentar a sua vantagem, isto apesar de as cúpulas do partido se manterem artificialmente pró-"Balsemistas". Bastará ver a reacção passiva da Comissão Política Nacional, então reunida para analisar a "Carta aberta" e da qual não seria produzido qualquer comunicado oficial sobre aquele documento, pese embora as declarações de alguns dirigentes, ora acusando-o de desestabilizador, ora considerando-o um fenómeno isolado sem reflexo nas bases. Vejam-se, respectivamente, as declarações proferidas por Alberto João Jardim e por José Manuel Menéres Pimentel no *Diário de Lisboa*, de 9 de Julho de 1982. Note-se, igualmente, o facto de numa reunião em casa de Francisco Pinto Balsemão, realizada em cima da divulgação da "Carta aberta", alguns dos presentes o terem incitado a pôr o seu lugar à disposição do Conselho Nacional do partido, certos da inexistência de uma alternativa concreta naquele momento, ou seguros da mesma, ao que o Primeiro-Ministro não acederia, tendo-se depois decidido pela convocação de um Conselho Nacional para fazer face à situação criada, mas não para "jogar forte", colocando o cargo nas mãos dos Conselheiros. A "Convocatória" do III Conselho Nacional de 1982, a realizar a 17 de Julho, seria publicada

e a opinião pública(1129), numa jogada de antecipação aos propósitos supostamente atribuídos ao Presidente da República manifestados no mês anterior, no sentido de vir a materializar a desconfiança que depositaria no novo Executivo(1130). Desta forma, o próprio PSD apresentava no seu seio uma alternativa de poder, num quadro de oportunidades políticas diverso de que até aí se oferecia.

Simultaneamente, a remodelação ministerial processada e a eventualidade de a mesma permitir a Francisco Pinto Balsemão a sua manutenção no poder, podendo mesmo através dela reforçar a sua posição no Governo e no partido poderá, também, ter exercido um peso considerável na decisão de os "Críticos" avançarem com uma estratégia de confronto, na medida em que se via assim reduzida a sua margem de manobra no plano intra-par-

---

no *Povo Livre*, nº 416, de 14 de Julho de 1982, p. 1. Sintomático da contagem de cabeças e dos prós e dos contras, seria o problema surgido - falta de *quorum* por abandono dos trabalhos por parte dos "Críticos" - no momento da votação das Conclusões do III Conselho Nacional de 1982. Veja-se a nota 1134 desta dissertação.

(1129) Daí, o facto de o documento, formalmente dirigido aos militantes do PSD, não ter sido difundido através das páginas do *Povo Livre*, órgão oficial do partido, mas de um semanário e de dois jornais diários (confirme-se, aqui, na nota 1127). Tal seria comentado pelo director do primeiro periódico, José Silva Marques, o qual declararia só ter recebido aquele documento no dia 12 de Julho, após a publicação do último número (*Povo Livre*, nº 415, de 7 de Julho de 1982), pese embora o facto de ter saído a público no dia 8. Veja-se o artigo de JOSÉ SILVA MARQUES no *Povo Livre*, nº 416, de 14 de Julho de 1982, p. 2, no qual classifica de "desabrida arrogância" a posição dos signatários da "Carta aberta".

(1130) Tal motivação ser-nos-ia confirmada por Eurico de Melo. Veja-se, igualmente, através das gravações existentes nos Serviços de Documentação do PSD, a intervenção de Amândio de Azevedo nos trabalhos do III Conselho Nacional, realizado em Lisboa a 17 e 18 de Julho de 1982, conside-rando a "Carta aberta" como uma perfeita jogada de antecipação a António Ramalho Eanes, a qual benificiaria o PSD e a AD. Por seu lado, os apoiantes de Francisco Pinto Balsemão utalizariam idêntico argumento para propósitos distintos, ou seja, os de atacar os responsáveis pela "Carta aberta", acusando-os de servirem os interesses de António Ramalho Eanes.

dário e, consequentemente, na esfera política mais alargada.

Entrara-se, assim, num novo ciclo da gestação do conflito em análise, no qual a facção dos "Críticos" iria preparar e encontrar o terreno ideal para levar a cabo a sua estratégia de ruptura.

6. Embora decididos a aguardar a realização das eleições autárquicas, de molde a equacionar a estratégia final em conformidade com os resultados eleitorais, - quer fosse em termos de afastar mais facilmente Francisco Pinto Balsemão do poder, no caso das eleições não se mostrarem de feição à AD, quer fosse no sentido de ensaiar novas negociações, no caso de se consumar a vitória da coligação - os "Críticos" jogariam, então, uma cartada decisiva no despoletar das hostilidades e no tactear do seus eventuais suportes(1131).

Apesar de ter sido reiterado, pelo Conselho Nacional, o apoio ao Primeiro-Ministro e ao seu Governo, na sequência de um posicionamento consideravelmente enérgico assumido por es-

---

(1131) Quanto ao CDS, embora na altura Diogo Freitas do Amaral assegurasse ainda, como vimos a contra-gosto, o apoio oficial a Francisco Pinto Balsemão, os "Críticos" contavam já, aí, com aliados potenciais. Como se demons-traria mais tarde, o Presidente do CDS apenas aguardava um pretexto mais ou menos forte para vir a retirar aquele apoio; tal pretexto seria, como adiante veremos, o suposto insucesso da AD nas eleições autárquicas.

Na esfera intra-partidária do PSD, os autores da "Carta aberta" contavam com um suporte crescente em termos do conteúdo das críticas processadas naquele documento, mas não inteiramente no prazo escolhido para as mesmas adquirirem o tom de confronto total, embora as discordâncias relativamente a este último aspecto, então manifestadas por alguns sectores dos "Críticos", pudessem ter sido assumidas, presumivelmente, como mera manobra táctica. Veja-se, por exemplo, a atitude da rejeição de Pedro Santana Lopes, tomada após ter sido aprovada na Área Metropolitana de Lisboa uma moção de apoio à "Carta aberta" e, posteriormente, a sua intervenção no III Conselho Nacional de 1982, segundo apurámos através dos registos existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

te último relativamente aos autores da "Carta aberta"(1132), e de, aí, se ter repudiado a atitude dos mesmos(1133), o efeito erosivo daquele documento far-se-ia gradualmente sentir até finais de 1982. Agravava-se pois uma situação já de si consideravelmente tensa, quer no partido(1134), quer na

---

(1132) Vejam-se os pontos 8 e 13 das "Conclusões do III Conselho Nacional", reunido em Lisboa, no Penta, a 17 de Julho de 1982, *in Povo Livre*, nº 417, de 21 de Julho de 1982, pp. 1 e 4; anote-se, contudo, que o ponto 8, no qual se deliberaria "Reiterar o apoio ao Primeiro-Ministro e ao Governo, sublinhando, em nome da democracia que não há Primeiros-Ministros a prazo nem Governos de meio corpo". (Cf. *ibidem*), não seria votado por unanimidade, mas com 34 votos a favor, 2 contra e 3 abstenções, tal como o não seria o ponto 11 do mesmo documento (veja-se, aqui, a nota 1134).

(1133) Veja-se, através das gravações existentes nos Serviços de Documentação do PSD, o conteúdo da intervenção final aí proferida por Francisco Pinto Balsemão.

(1134) Vejam-se as "Conclusões" do III Conselho Nacional de 1982, no *Povo Livre*, nº 417, de 21 de Julho de 1982, pp. 1 e 4, especialmente os respectivos pontos 4 e 11, nos quais se repudiam as manobras tendentes à "abertura de uma crise política". Note-se no entanto, que o ponto 11, especialmente contundente no ataque à "Carta aberta" colheria 34 votos a favor, 5 contra e 1 abstenção, tal como confirmámos através das gravações dos trabalhos do III Conselho Nacional de 1982, existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

Refira-se, também, que uma Moção de autoria de Rui Oliveira e Costa e de algumas Distritais, preconizando a condenação dos "Críticos", seria retirada pelos seus subscritores antes da votação do comunicado final. Quanto à votação deste texto, levantaria algumas dificuldades a inexistência do necessário *quorum* (faltavam mais de 30 Conselheiros), tendo-se, ao que parece, decidido por telefonar a alguns dirigentes para irem votar, processo que suscitaria alguma especulação na imprensa em torno da eventual impugnação da votação. Veja-se, entre muitos outros, o *Jornal de Notícias*, *Diário Popular* e o *Primeiro de Janeiro*, todos de 18 de Julho de 1982 e o *Comércio do Porto*, de 19 de Julho de 1982, assim como o artigo de FERNANDA MESTRINHO, "Apoio 'viciado' a Balsemão", *in Diário de Lisboa*, de 18 de Julho de 1982, p. 4.

Do mal-estar interno seriam indício, desde o início do ano, acontecimentos ligados à votação da lei do aborto e da amnistia, a crescente fulanização de certas questões no âmbito desses processos (tal como o conflito com Natália Correia, mormente quando, a 27 de Julho, a Área Metropolitana de Lisboa lhe retiraria a sua confiança política), as declarações de Amândio de Azevedo e de Helena Roseta à comunicação social sobre a eventualidade de uma impugnação dos resultados do III Conselho Nacional e a resistência da Comissão Política Nacional em produzir um documento apoiando Francisco Pinto Balsemão, apesar de no "Comunicado da Comissão Permanente do PSD", de 13 de Setembro de 1982, publicado no *Povo Livre*, nº 425, de 15 de Setembro de 1982, p. 11, se ter apoiado o VIII Governo e o líder do mesmo e de no IV Conselho Nacional de 1982 se reforçar o empenho na AD. Veja-se o "Comunicado do IV Conselho Nacional", realizado em Cascais a 6 de Novembro de 1982, no

AD(1135), quer no próprio sistema político envolvente(1136).

Embora a atmosfera se apresentasse indiciadora do conflito eminente, tanto no âmbito da coligação, como no plano interno do PSD, sob o ponto de vista político-constitucional seriam dados alguns passos positivos. Caberá realçar, para

---

Povo Livre, nº 433, de 10 de Novembro de 1982, pp. 1 e 3, especialmente os pontos 6 e 8 respectivos. A liderança de Francisco Pinto Balsemão tornava-se assim, dia a dia, mais problemática.

(1135) Entre os parceiros da AD o clima de tensão agravar-se-ia consideravelmente. Veja-se, por exemplo, o diferendo surgido em face da eleição para a Presidência da Assembleia da República; depois de debatida a candidatura em reunião da Comissão Política Nacional do PSD de 13 de Outubro de 1982 (Leonardo Ribeiro de Almeida empataria com Amândio de Azevedo) e de o Grupo Parlamentar, no dia seguinte, se ter vindo a decidir pelo primeiro (eleito por 26 votos, contra 22 obtidos pelo segundo), na eleição realizada na Assembleia da República, a 12 de Outubro de 1982, o Grupo Parlamentar centrista, invocando que aquele cargo deveria pertender ao CDS, votaria em branco.

Reunida a Cimeira da AD para resolver o caso, por solicitação da Comissão Política Nacional do PSD, os Deputados centristas, como, aliás, os monárquicos, viriam a aceitar votar o candidato escolhido pelo PSD, que seria eleito a 4 de Novembro de 1982, depois de segundo escrutínio, por 115 votos a favor, 102 contra, 5 brancos e 1 nulo. Registe-se que não estariam presentes 15 Deputados do PSD e 4 do CDS na altura da votação. Cf. *Diário da Assembleia da República*, de 4 de Novembro de 1982. Os atritos crescentes, particularmente com o CDS, dariam lugar à convocatória de novo Conselho Nacional do PSD (veja-se a "Convocatória" do IV Conselho Nacional do PSD no *Povo Livre*, nº 432, de 4 de Novembro de 1982, p. 1), o qual se viria a realizar em Cascais, a 6 de Novembro, sendo aí reafirmado o empenhamento do partido na coligação e o papel maioritário e liderante desempenhado pelos sociais-democratas.

(1136) Para além da crise económica grassante, demonstrando o Governo, a partir de Março de 1982, uma incapacidade mínima para a enfrentar, no plano do sistema político assistir-se-ia ao trabalho de sapa quer de certos sectores do PS, com Almeida Santos em relêvo, quer do PSD, (onde Victor Crespo, saído de Ministro da Educação, intervinha activamente no Grupo Parlamentar) no sentido de, caído o Governo, serem antecipadas as eleições legislativas. Tal teria por fim por parte do PS, preparar-se, atempadamente, a candidatura de Mário Soares à Presidência da República e um "bloco central" para o Governo. Repare-se que as presidenciais agitavam já os círculos partidários. No I Conselho Nacional do PSD de 1982, por exemplo, Pedro Santana Lopes teria uma intervenção muito incisiva nessa questão, que consideraria vital para o regime e na qual defenderia que o PSD nunca deveria apoiar um candidato de outro partido, fosse ele Mário Soares ou Diogo Freitas do Amaral, conforme se poderá comprovar pelas gravações existentes nos Serviços de Documentação do PSD. Registe-se que esta seria a primeira intervenção feita sobre a matéria numa reunião alargada do partido e que a posição então tomada por Pedro Santana Lopes seria levada até ao fim, tendo o mesmo participado num único comício de apoio a

além da promulgação do novo texto constitucional(1137), a votação da Lei do Tribunal Constitucional e da Defesa Nacional(1138), ambas igualmente dentro da esfera de preocupações fundamentais do líder do PSD e do Governo. Para que tais objectivos fossem levados a termo tornar-se-ia necessário obter um mínimo de consenso intra-partidário, motivo que terá pesado de forma considerável não só na sua decisão em permanecer na liderança, como no protelamento do conflito por parte dos "Críticos".

A partir de finais do Verão de 1982 assistir-se-ia à progressiva deterioração político-partidária, agravada pelas medidas económicas que o Governo teria que tomar(1139), pela

---

Diogo Freitas do Amaral durante toda a campanha de 1985 e 1986.

Mesmo em 1981, já era nítida a preocupação com o perfil do futuro candidato presidencial, no âmbito da própria AD. Veja-se o artigo de MIGUEL ALMEIDA FERNANDES, "Sociais-democratas divididos em três correntes", no *Expresso*, nº 470, de 31 de Outubro de 1981, pp. 12 e 13.

(1137) Na Cimeira da AD, realizada a 14 de Setembro de 1982, apelar-se-ia à urgência em promulgar o novo texto constitucional Cf. "Comunicado da AD", *in Povo Livre*, nº 425, de 15 de Setembro de 1982, p. 11.

A lei da revisão constitucional entraria em vigor a 30 de Outubro de 1982, vindo o Conselho Nacional do PSD, reunido a 6 de Novembro de 1982 em Cascais, a congratular-se por tal acontecimento. Cf. "Comunicado do IV Conselho Nacional de 1982", no *Povo Livre*, nº 433, de 10 de Novembro de 1982, pp. 1 e 3, ponto 1.

(1138) Veja-se o lugar de destaque concedido à aprovação destes diplomas, assim como às intervenções de Diogo Freitas do Amaral e de Marcelo Rebelo de Sousa nos respectivos debates (Francisco Pinto Balsemão não estaria presente devido a uma ameaça de bomba no avião em que viajava no regresso de uma visita oficial ao estrangeiro o que o impediria de ter chegado a tempo), no *Povo Livre*, nº 430, de 20 de Outubro de 1982, pp. 1 e 4.

(1139) A política económica prosseguida por João Salgueiro prenunciava-se como comportando restrições acrescidas, sendo alvo de críticas em todos os Conselhos Nacionais de 1982. No IV Conselho Nacional o Ministro das Finanças e do Plano anunciaria que o Orçamento do Estado e as Grandes Opções do Plano iriam ser apresentados à Assembleia da República com uma série de medidas complementares, tendo-se então discutido a oportunidade da sua apresentação, considerando as eleições autárquicas. Vejam-se as gravações existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

dissonância já evidente no seio da própria facção "Balsemista"(1140) e pelo engrossar das fileiras dos "Críticos"(1141). Tudo isto, a par da incapacidade de Francisco Pinto Balsemão, depois da sua decisão de permanecer na liderança do partido e do Governo, se reafirmar de facto nos dois planos perante as críticas constantes de que vinha a ser alvo.

Essa liderança seria finalmente posta à prova com o aproximar das eleições locais(1142), que acabariam por ter lu-

---

(1140) Tal seria, por exemplo, o caso do pedido de demissão de Marcelo Rebelo de Sousa e de José Alfaia Pinto Pereira, na sequência do debate parlamentar da interpelação da UEDS, provocado pelo processo de extinção da ANOP, debate aberto com a presença do primeiro e concluído pelo segundo, por ausência daquele para o estrangeiro e em que sucessivos membros do Governo cuja intervenção estava programada se recusariam a intervir, deixando o Secretário de Estado isolado perante a oposição. O próprio Primeiro-Ministro, crescentemente temeroso das idas ao Parlamento, não estaria presente no encerramento do debate. O debate correria mal, seguindo-se um processo de acusações mútuas, uma vez mais, indício do mal-estar grassante nas próprias hostes "Balsemistas". Vejam-se, a este respeito, as declarações de José Alfaia Pinto Pereira ao *Diário de Notícias*, de 7 de Novembro de 1982, decidindo retirar o pedido de demissão.

(1141) Estes viriam a obter aliados num sector já conhecido por "Mota Pintista". No sentido de neutralizar o reforço da oposição, Francisco Pinto Balsemão iniciaria contactos diversos para nova remodelação do Executivo, propondo-se absorver adversários como Carlos Mota Pinto e Amândio de Azevedo. O atraso da apresentação e debate do Orçamento e do Plano na Assembleia da República, assim como as eleições autárquicas à porta impediriam uma remodelação rápida; mais tarde, os resultados destas últimas viriam impossibilitar por completo aquele propósito. Veja-se, sobre aqueles contactos o artigo de PEDRO D'ANUNCIAÇÃO, "Quem ganha e quem perde no dia 12", na "Revista" do *Expresso*, nº 528, de 10 de Dezembro de 1982, p. 15-R. Aliás, os convidados, nalguns casos, foram protelando a sua resposta àquele convite, porventura à espera do desfecho das eleições para as Autarquias.

(1142) Veja-se o "Calendário da campanha eleitoral" assim como o respectivo organigrama, enviado pelo Secretário-Geral do PSD, António Capucho, ao então Presidente do partido, Francisco Pinto Balsemão, em "carta" datada de 24 de Setembro de 1982, cuja fotocópia consultámos no arquivo deste último dirigente.

No IV Conselho Nacional de 1982 o prognóstico dos resultados eleitorais manifestar-se-ia positivo na globalidade, apontando para que estes seriam "(...) mais um testemunho concreto da implantação local do maior partido português...". Cf. "Comunicado" do IV Conselho Nacional de 1982, no *Povo Livre*, nº 433, de 10 de Novembro de 1982, pp. 1 e 3, ponto 7 e a intervenção de Francisco Pinto Balsemão, durante a qual divulgaria os resultados de uma sondagem encomendada pelo Governo

gar no princípio de Dezembro, tornando-se progressivamente evidente que o seu resultado se apresentaria decisivo para a manutenção de Francisco Pinto Balsemão no poder, primeiro no Governo e depois no seu próprio partido(1143).

Os resultados das eleições autárquicas(1144) representariam, assim, um autêntico teste nacional à liderança do Primeiro-Ministro(1145), sobretudo em face da interpretação que dos mesmos viria a fazer a segunda figura da AD(1146). A lei-

---

sobre a intenção de voto, a qual apontaria para 41% dos votos na AD (nos Açores e na Madeira o PSD concorreria sózinho).

(1143) Da importância para o PSD e para o Governo - em termos de liderança de Francisco Pinto Balsemão - de que se revestiriam as eleições locais, veja-se o artigo de MIGUEL ALMEIDA FERNANDES, "PSD: Balsemão e os 'críticos' apostam forte para as locais", na "Revista" do *Expresso,* nº 508, de 24 de Julho de 1982, p. 12-R, e o artigo de PEDRO D'ANUNCIAÇÃO, "Quem ganha e quem perde no dia 12", na "Revista" do *Expresso,* nº 528, de 10 Dezembro de 1982, p. 15-R e na p. 16.

(1144) Os resultados obtidos pela AD situar-se-iam no limite da considerada zona crítica - 43% - acusando uma ligeira quebra percentual e uma perda de 9 mandatos por parte do PSD relativamente a 1979. Vejam-se os resultados das eleições autárquicas de 12 de Dezembro de 1982, no Quadro 3 e no Mapa 15 do Anexo VI desta dissertação.

A Comissão Política Nacional do PSD congratular-se-ia com esses resultados chamando, no entanto, a atenção para os mesmos não poderem "ser confundidos com o plano parlamentar ou governamental", rejeitando assim "(...) quaisquer pretensões, por democrática e constitucionalmente ilegítimas, de adulteração daquele significado". Cf. "Comunicado da Comissão Política Nacional do PSD", de 13 de Dezembro de 1982, especialmente o respectivo ponto 4 *in Povo Livre,* nº 438, de 15 de Dezembro de 1982, pp. 1 e 11.

(1145) O próprio líder do PSD atribuiria desde há muito às autárquicas um papel legitimador da política prosseguida pelo Governo. Basta ver a entrevista de Francisco Pinto Balsemão ao *Expresso,* nº 480, de 9 de Janeiro de 1982, p. 2. No entanto, curiosamente, a máquina do partido recusaria sempre a personalização da campanha eleitoral (até mesmo a inclusão da imagem do Primeiro-Ministro nos cartazes), invocando argumentos de diversa ordem. O facto é que com tal actuação reduzir-se-ia, ainda mais, o espaço de manobra de Francisco Pinto Balsemão.

(1146) Na própria noite das eleições, após os primeiros apuramentos, Diogo Freitas do Amaral faria uma intervenção na RTP sobrevalorizando a quebra sofrida, a perda de mandatos e sublinhando o facto de tais resultados representarem um aviso sério à reflexão dentro da AD. Desta forma, o líder do CDS pretenderia desencadear uma série de acontecimentos, dos quais, contudo, lhe escapariam algumas consequências e perante as quais, no fundo, não viria a colher todos os resultados então eventual-

tura dos resultados das autárquicas por parte do PSD e do CDS mostrar-se-ia sensivelmente contraditória, revelando propósitos divergentes em termos dos objectivos a prosseguir no quadro da AD(1147) e, daí, que a coesão entre os dois principais parceiros da coligação saísse completamente abalada, arrastando consigo a já periclitante situação de Francisco Pinto Balsemão.

Aliás, como já vimos, desde o início de 1982 que o desenvolvimento da actuação dos "Críticos", tanto no âmbito do seu próprio partido, como no da coligação, apontava para um horizonte no qual as autárquicas haveriam de surgir como detonador da futura crise, como o pretexto final para se provocar uma alteração da correlação de forças no PSD e na AD.

A actuação desta "facção" tinha sido, desde o IX Congresso, de trégua espectante, determinada em parte por um imperativo nacional - a necessidade de aprovar a revisão constitucional e a legislação complementar - e sempre tomada numa perspectiva de transitoriedade, dado que, com o tempo, colhe-

---

mente pretendidos.

Contra tal leitura viria o PSD a insurgir-se, divulgando novo comunicado a refutar, mais uma vez, aquela interpretação, sobretudo enquando tendente à minimização da representatividade do partido na coligação. Cf. "Comunicado da reunião da Comissão Política", de 17 de Dezembro de 1982, *in Povo Livre*, nº 439, de 22 de Dezembro de 1982, p. 3.

(1147) Enquanto o PSD insistia na necessidade de não confundir os resultados das autárquicas com o plano governamental ou parlamentar, acentuando simultaneamente os ganhos obtidos, no propósito de neutralizar a intervenção televisiva de Diogo Freitas do Amaral (Cf. nota anterior), o CDS evidenciaria de forma acentuada aquela distinção sublinhando, pelo contrário, as quebras sofridas com o objectivo de precipitar a queda do Governo. Veja-se, sobre esta questão, o artigo de FERNANDO ANTUNES, "PSD e CDS unidos para Eleições separados nos resultados", no *Jornal*, de 17 de Dezembro de 1982.

ria sempre maiores lucros políticos. Por outro lado, do desgaste do Executivo e da crescente contestação interna ao líder do PSD viria, sem sombra de dúvida, a beneficiar o CDS, certo que estava do efeito erosivo do tempo numa liderança que representara mais uma opção por inércia, do que uma atitude voluntariosamente assumida dentro do PSD(1148).

As falhas de sintonia entre Francisco Pinto Balsemão e Diogo Freitas do Amaral seriam desde sempre evidentes e o líder do CDS só aceitara esse contrato a prazo, primeiro porque a tal se vira quase obrigado(1149) e, depois, no quadro de uma táctica vigilante, para na primeira oportunidade - e ela haveria de surgir com as autárquicas - apressar a queda do Primeiro-Ministro e da estratégia que o mesmo representava.

Na perspectiva do CDS, Francisco Pinto Balsemão inviabilizaria, a prazo, a bipolarização política através da AD, tal como o líder daquele partido entendia ter sido o propósito de Francisco Sá Carneiro, do qual, como os "Críticos", se sentiria fiel depositário. Com a dinâmica assim desencadeada abriam-se duas hipóteses a Diogo Freitas do Amaral, qualquer delas mais vantajosas relativamente à situação anterior. Uma, que seria a efectiva liderança da AD pelo próprio CDS; outra, na qual essa liderança viria a ser desempenhada por forma indirecta, ou seja, através dos "Críticos", quando estes pas-

---

(1148) Veja-se o princípio deste ponto e as notas 1019 a 1025 e 1037. Veja-se também, nas mesmas páginas, a análise efectuada sobre o VIII e o IX Congressos do PSD.

(1149) Veja-se a nota 1086. Note-se que do sector das "Críticos" e apesar de instado a tal, Eurico de Melo negar-se-ia a ocupar qualquer cargo aquando da tentada e frustada remodelação ministerial.

sassem a maioria dentro do PSD e relativamente aos quais se sentiria, eventualmente, mais próximo.

Era esta a metamorfose do PSD pretendida pelos democratas-cristãos a qual, embora muito mais tarde, se viria a efectuar, apesar, de imediato, o subsequente desenvolvimento dos factos se revelar totalmente contrário aos objectivos da estratégia então ensaiada por Diogo Freitas do Amaral.

A atitude do Vice-Primeiro-Ministro revestir-se-ia de capital importância em termos do progressivo declínio da facção "Balsemista" visto que, apesar da situação difícil em que se encontrava, não se prefigurar tão cedo a queda de Francisco Pinto Balsemão por dentro do partido, ocorrendo mais facilmente a mesma por dentro do Governo. Embora minado internamente pela actuação dos "Críticos" e pelo descontentamento crescente em diversos sectores relativamente à actuação governamental, nos órgãos nacionais do PSD aquele dirigente continuava a manter uma posição confortável, patente nas diversas votações realizadas no seu âmbito.

Aliás, a linha do PSD que se pretenderia "mais" social-democrata, representada por Francisco Pinto Balsemão manteria, então, uma larga maioria ao nível intra-partidário, detendo os "Críticos" apoios nalgumas Distritais. No Governo, a relação de forças tornava-se cada vez mais difícil, sobretudo em face do peso exercido na AD pelos democratas-cristãos.

Sendo assim, qualquer alteração radical do poder no quadro intra-partidário só poderia ser exequível em Congresso Nacional, mas para a facção que via Francisco Pinto Balsemão

como o líder a abater, o golpe prévio desferido no âmbito da AD revelar-se-ia providencial para aquele objectivo(1150).

Consciente de que o momento da verdadeira cobrança só viria a ter lugar no Congresso seguinte e de que qualquer protelamento da crise aberta no Executivo só lhe traria maior desvantagem, Francisco Pinto Balsemão decidir-se-ia por abandonar o Governo, eventualmente na expectativa de permanecer a liderar o processo, mantendo-se na chefia do PSD e indicando para seu substituto uma personalidade da oposição interna com a qual pudesse vir a colaborar(1151).

No V Conselho Nacional, reunido de imediato frente às novas circunstâncias introduzidas na vida política(1152), Francisco Pinto Balsemão transmitiria aquela decisão, com o objectivo táctico evidente de provocar um certo abalo interno

---

(1150) Veja-se a consecução desta atitude de Diogo Freitas do Amaral objectivada na "carta" enviada em vésperas do V Conselho Nacional a Francisco Pinto Balsemão cujo original consultámos no arquivo deste dirigente e na qual adiantaria a sua intenção de se recusar a fazer parte do novo Executivo da AD; o conteúdo dessa carta, dessolidarizando-se totalmente do então Primeiro-Ministro estaria, em larga medida, na base da sua demissão.

(1151) Tal teria sido, aliás, a primeira ideia de Francisco Pinto Balsemão quando decidira efectuar nova remodelação no Executivo, Convidando Carlos Mota Pinto para o substituir no Executivo e permanecendo como Presidente do partido, na sequência do que seria decidido na Comissão Política do PSD antes da sua deslocação à ONU para intervir na respectiva Assembleia Geral, Francisco Pinto Balsemão procuraria reforçar o PSD na AD e a sua posição por dentro do seu próprio partido. No regresso dos Estados Unidos, eventualmente por pressões de alguns dos seus apoiantes, decidiria continuar a exercer os dois cargos. Contra a demissão do Primeiro-Ministro, mesmo depois de este se ter disposto a abandonar o Governo manifestar-se-iam João Salgueiro, João Bosco Mota Amaral e Afonso Moura Guedes aquando do V Conselho Nacional de 1982. Vejam-se as gravações dos respectivos trabalhos existentes nos Serviços de Documentação do PSD e, aqui, a nota 1154.

(1152) O V Conselho Nacional de 1982 seria convocado em reunião da Comissão Política Nacional de 13 de Dezembro de 1982 (Cf. "Comunicado da Comissão Política Nacional do PSD", de 13 de Dezembro de 1982, ponto 5, *in Povo Livre*, nº 438, de 15 de Dezembro de 1982, p. 11), vindo a ter lugar em Cascais a 18 e 19 do mesmo mês.

do qual pudesse vir a beneficiar. Permaneceria, contudo, por indigitar expressamente o seu substituto, visto Carlos Mota Pinto, o eventual indicado, ter pedido à Comissão Política Nacional, entretanto reunida, um prazo para vir ou não a aceitar o convite que lhe fora formulado pelo Primeiro-Ministro demissionário(1153). O Conselho Nacional acabaria por mandatar o Presidente do partido para providenciar à escolha do novo chefe do Governo, na sequência das suas pretensões, aliás implícitas na táctica escolhida, tendo o respectivo perfil sido aí objecto de debate, especulando-se sobre algumas personalidades passíveis de virem, eventualmente, a preencher tal cargo(1154).

(1153) Veja-se, sobre o assunto, a nota 1151 da presente dissertação.

Veja-se a exposição do Primeiro-Ministro aos órgãos de comunicação social, apresentando a sua demissão e na qual acentuaria o facto de durante o seu desempenho do cargo se ter atingido a plenitude do regime democrático, considerando ter para tal contribuído "apesar de muita oposição, muita incompreensão e mesmo de algumas traições", numa alusão clara à contestação de que fora alvo no plano intra-partidário e da própria AD; veja-se, também, o artigo de FRANCISCO PINTO BALSEMÃO, "Consciência, protesto, alerta e coragem", de conteúdo semelhante àquela declaração, mas em tom ainda mais veemente, declarando-se disponível para prosseguir na defesa da social-democracia e no reforço do PSD na qualidade de seu Presidente, ambos publicados no *Povo Livre*, nº 439, de 22 de Dezembro de 1982, pp. 1 e 3.

O Primeiro-Ministro viria a apresentar o seu pedido de demissão ao Presidente da República a 20 de Dezembro de 1982, o qual seria aceite no dia seguinte. Note-se, contudo, que tal decisão já teria sido comunicada a António Ramalho Eanes, ao CDS e ao PPM, assim como ao Secretário-Geral do PS, conforme Francisco Pinto Balsemão informaria no decorrer da sua comunicação ao V Conselho Nacional, segundo comprovámos pelas gravações existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

(1154) Durante o V Conselho Nacional seriam ventilados os nomes de Carlos Mota Pinto, (sujeita embora a sua aceitação ao prazo que requerera à Comissão Política Nacional para aceitar ser designado), de Rogério Martins (proposto este por Pedro Santana Lopes na sua intervenção naqueles trabalhos) e de João Salgueiro (que a tal se viria a recusar, tendo mesmo apresentado uma moção a rejeitar a demissão de Francisco Pinto Balsemão); posição idêntica seria defendida por Afonso Moura Guedes e por João Bosco Mota Amaral, intervenções essas comprovadas através dos registos existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

Como cômputo final da reunião em causa ficaria a ideia de que Francisco Pinto Balsemão levara avante a sua manobra táctica na procura de efeitos que lhe viessem a trazer um aumento de benefícios no plano intra-partidário, manobra essa inscrita no âmbito de uma estratégia precisa em face dos novos circunstancialismos surgidos na cena política nacional. Receberia, assim, a homenagem e o apoio da maioria dos Conselheiros(1155), tendo-se mesmo a "facção" dos "Críticos" manifestado de forma muito cautelosa, a patentear a evidência da prematuridade de qualquer confronto nessa altura.

Falhada a tentativa de colocar Carlos Mota Pinto na chefia do Governo(1156), pretendendo-se com tal manobra proceder à absorção de elementos anti-"Balsemistas"(1157), avançar-se-ia com o nome de Victor Pereira Crespo para exercer tais funções. Procurava-se, assim, não dar a imagem de o PSD ser incapaz de apresentar uma solução, mesmo que esta significasse

---

(1155) Acabando por aceitar a decisão do Presidente do partido no sentido de não prosseguir no cargo de Primeiro-Ministro, o V Conselho Nacional do PSD de 1983 exprimir-lhe-ia a sua homenagem e o seu apoio. Cf. "Comunicado do Conselho Nacional", de 19 de Dezembro de 1982, especialmente os respectivos pontos 1 e 4, *in Povo Livre*, nº 439, de 22 de Dezembro de 1982, p. 12.

(1156) Alguns dias depois do V Conselho Nacional, mais precisamente a 23 de Dezembro, Carlos Mota Pinto rejeitaria chefiar o Executivo, invocando uma série de pressupostos não preenchidos os quais reputaria de imprescindíveis para a sua aceitação. Embora oficialmente tivesse sido esse o motivo apresentado para não aceitar, poderão ter pesado substancialmente nessa decisão eventuais acordos prévios tidos por Carlos Mota Pinto com o PS no sentido de uma hipotética formação futura de uma coligação entre os dois partidos, no caso de nenhum deles obter a maioria nas eleições assim como a precaridade da sua posição num Governo AD, frente à oposição das restantes forças políticas interessadas em eleições legislativas a curto prazo.

(1157) Recorde-se que os chamados "Mota Pintistas" defendiam, então, posições muito próximas dos "Críticos".

um mero interregno e se viesse a demonstrar frustrada(1158). Pretender-se-ia, desta forma, conseguir um Governo curto, de transição, que permitisse ao PSD e ao próprio CDS reajustarem-se dentro da AD, adiando as eleições para o fim do ano.

Indigitada pela maioria do Conselho Nacional para o efeito reunido(1159), aquela individualidade colheria aí um certo apoio, embora por parte do CDS a reacção não se mostrasse muito favorável(1160). A demissão entretanto apresentada pelo líder dos centristas(1161) viria a inviabilizar, definitivamente, qualquer solução que não passasse pela ruptura da AD.

(1158) Os contactos com Victor Pereira Crespo, então Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, iniciar-se-iam a 26 de Dezembro de 1982, tendo a Comissão Política Nacional produzido no dia seguinte um comunicado no qual daria conta da sua deliberação em propor ao Conselho Nacional aquela individualidade para Primeiro-Ministro, convocando aquele órgão para se pronunciar sobre o assunto. Cf. "Comunicado da Comissão Política Nacional", de 27 de Dezembro de 1982, respectivamente ponto 2 e 6 (o perfil do candidato encontra-se resumido nos pontos 4 e 5 do mesmo comunicado). Na reunião em causa votariam em branco Victor Pereira Crespo e José Ângelo Correia, não tendo estado presente José Manuel Menéres Pimentel.

Segundo o testemunho que recolhemos do próprio, Victor Pereira Crespo aceitaria a sua indigitação no âmbito daquela estratégia e por uma questão de ética política e pessoal, visto ter estado na base da crise da AD.

(1159) O VI Conselho Nacional de 1982 reuniria a 29 de Dezembro em Lisboa. Na votação, Victor Pereira Crespo obteria 46 votos a favor, nenhum contra, nenhuma abstenção e 5 votos em branco. Cf. "Comunicado do Conselho Nacional", de 29 de Dezembro de 1982, ponto 1º, in *Povo Livre*, nº 440, de 5 de Janeiro de 1983, p. 12. Veja-se igualmente, neste mesmo número do órgão oficial do PSD, o discurso proferido ao Conselho Nacional por Victor Pereira Crespo. Cf. *idem*, pp. 1 e 12.

(1160) Enquanto o PSD aguardava resposta do CDS relativamente ao nome indicado por aquele partido para chefiar o Governo (Cf. "Comunicado da Comissão Política Nacional do PSD", de 30 de Dezembro de 1982, no qual, no seu ponto único, se reafirma também a continuação do empenhamento na AD e na formação de um Governo competente), o CDS, reunido em Conselho Nacional no dia 31 de Dezembro concedia a Victor Pereira Crespo um parco apoio (40 votos a favor e 35 contra). Sobre o que se passou nesta reunião dos centristas veja-se o *Notícias da Tarde*, de 31 de Dezembro de 1982.

(1161) No mesmo dia em que o PSD reunia o seu VI Conselho Nacional de 1982, Diogo Freitas do Amaral apresentava a sua demissão de Presidente do CDS numa reunião da

7. Os últimos passos de todo este processo, a fechar o último ciclo desta controvérsia intra-partidária que culminaria aquando da realização do X Congresso Nacional e que qualificamos como o terceiro conflito interno, viriam a ter lugar nos dois primeiros meses de 1983.

Para começar, avultariam desde logo uma série de inconsistências nos contactos entre o PSD e o CDS para a formação do novo Governo(1162), decorrentes dos problemas internos surgidos neste último partido relativamente à problemática da sucessão de Diogo Freitas do Amaral(1163) e, fundamentalmente, das contradições insanáveis no seio da coligação(1164).

As tentativas para superar os diferendos então surgi-

Comissão Directiva do seu partido. Sobre a instabilidade que tal acto procuraria no desenrolar dos acontecimentos, precipitados com a demissão de Primeiro-Ministro, veja-se a análise de JOSÉ ANTÓNIO SARAIVA, "Política à portuguesa: os golpes e os contragolpes na AD", no *Expresso*, nº 432, de 8 de Janeiro de 1983, p. 5.

Embora nas declarações prestadas à imprensa os dirigentes do PSD procurassem atribuir a tal facto pouca relevância (veja-se, por exemplo, *O Tempo*, de 30 de Dezembro de 1982), tornavam-se já evidentes as implicações que tal decisão iriam ter na AD e na hipotética constituição do novo Executivo. Dada a fragilidade evidente deste, a precaridade de qualquer saída para a crise e os pesados custos que o seu eventual envolvimento lhe acarretaria, tendo em conta uma estratégia de conquista do poder mais ampla e a médio prazo em que estaria já empenhado - as presidenciais seguintes - o ex-Presidente dos centristas não estaria minimamente empenhado nesta participação. Veja-se sobre a estratégia em causa o sub-Capítulo 4 do presente Capítulo desta dissertação.

(1162) Surgiriam certas dificuldades, designadamente no que concerne às pastas económicas. Vejam-se alguns dos problemas então surgidos no artigo de MARIA JOÃO AVILLEZ, "O folhetim da AD: entre o divórcio e a reconciliação", no *Expresso*, nº 533, de 15 de Janeiro de 1983, p. 3.

(1163) Sobre a agitação que tal facto suscitaria no CDS, veja-se o *Expresso*, nº 532, de 8 de Janeiro de 1982, p. 2.

(1164) A dificuldade em se encontrar uma plataforma conciliatória entre o PSD e o CDS no quadro da AD teria os antecedentes que temos vindo a analisar no texto, os quais são sublinhados por JOSÉ ANTÓNIO SARAIVA na caixa "Política à portuguesa: os golpes e contragolpes na AD", *in Expresso*, nº 532, de 8 de Janeiro de 1983, p. 5.

dos(1165) não conseguiriam, no entanto, fazer passar o novo Governo, perante a disposição do Presidente da República em o recusar, dissolvendo o Parlamento e convocando eleições antecipadas(1166), atitude que desencadearia acesos protestos por parte da direcção do PSD(1167).

No Conselho Nacional reunido dias depois(1168), para além de se ter decidido convocar o Congresso para o mês seguinte(1169), acabaria por se reiterar o apoio ao líder e à

(1165) Veja-se o "Comunicado da Comissão Politica Nacional", de 12 de Janeiro de 1982, através do qual se comunica ter sido enviada uma carta ao CDS reclamando uma definição urgente quanto ao seu empenhamento na formação do novo Executivo, dada a não apresentação dos nomes para as sete pastas a atribuir aos centristas.

A 14 de Janeiro, preconizada pela Comissão Politica do PPM e convocada pela Comissão Politica Nacional do PSD, em 13 de Janeiro de 1981, realizar-se-ia uma Cimeira da AD para tratar do processo de formação do Governo, sendo então emitido um Comunicado, redigido por Francisco Pinto Balsemão e por Francisco Lucas Pires, no qual se reafirmaria a confiança na AD e no Governo a formar, refutando-se, igualmente a interpretação tendente a ver nos resultados das autárquicas um desaire eleitoral. No mesmo dia daquela Cimeira, o PSD reunia em Lisboa o seu I Conselho Nacional de 1983, tendo-se aí reafirmado o apoio a Victor Pereira Crespo, por larga maioria; 70 votos a favor, 2 contra e 1 abstenção, depois de Francisco Pinto Balsemão ter historiado os passos prosseguidos nas negociações para a formação do Governo e de Victor Pereira Crespo ter apresentado o elenco governativo. Veja-se o "Comunicado" do I Conselho Nacional de 1983 e o "Comunicado da AD" acima referido no *Povo Livre,* nº 442, de 19 de Janeiro de 1983, p. 3.

(1166) O veredicto de Belém levaria algum tempo a chegar. Veja-se, sobre o assunto, a nota 549 desta dissertação.

(1167) Veja-se, por exemplo, a posição previamente assumida por Francisco Pinto Balsemão, defendendo que "(...) não há qualquer razão para dissolver a Assembleia da República, quando existe uma maioria disposta a apoiar um Governo que dela emana". Cf. *Expresso,* nº 534, de 22 de Janeiro de 1983, p. 1.

Veja-se, também, a posição oficial da Comissão Permanente do partido discordando de tal decisão, no *Povo Livre,* nº 443, de 26 de Janeiro de 1983, pp. 1 e 3.

(1168) Veja-se a "Convocatória" do II Conselho Nacional de 1983 no *Povo Livre,* nº 443, de 26 de Janeiro de 1983, p. 1. A reunião deste órgão viria a ter lugar no Hotel Ritz, em Lisboa, nos dias 29 e 30 de Janeiro de 1983.

(1169) Depois de alguma indecisão sobre a oportunidade de, com as eleições à porta, se realizar o conclave do PSD, este seria convocado tendo alguns sectores e, nomeadamente, António Capucho, segundo o próprio nos confirmaria, previamente sugerido a realização de um encontro de notáveis, do tipo das reuniões de Seteais promovidas

Comissão Política Nacional em exercício assegurando-se, igualmente, o suporte àquele na Presidência do Governo enquanto tal situação provisória permanecesse(1170).

A confirmação da liderança, se por um lado patenteou a continuação do domínio de Francisco Pinto Balsemão naquele órgão de cúpula do partido decorreria, fundamentalmente, da necessidade de se ultrapassar o vácuo que se geraria no aparelho de Estado, no caso de este dirigente vir a ser afastado da liderança do PSD(1171). Sê-lo-ia, contudo, com um carácter de mera transitoriedade(1172), tendo em conta a decisão de realizar a curto prazo o Congresso Nacional do partido, no qual

---

por Francisco Sá Carneiro para conseguir a pacificação interna. Cf. *Jornal de Notícias*, de 29 de Janeiro de 1983. A convocação do Congresso seria aí aprovada por 31 votos a favor, 9 contra e 8 abstenções, de acordo com as gravações existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

Veja-se a "Convocatória" do X Congresso Nacional do PSD, a realizar de 25 a 27 de Fevereiro, no *Povo Livre*, nº 444, de 2 de Fevereiro de 1983, p. 1. O respectivo "Regulamento", assim como a forma de rateio dos Delegados ao mesmo encontram-se no mesmo número do órgão oficial do partido, pp. 1 e 2.

Os moldes nos quais a preparação daquela cimeira deveria ser feita, assim como as orientações para a apresentação das diversas moções, encontram-se no *Povo Livre*, nº 445, de 9 de Fevereiro de 1983, pp. 2,3, 4 e 9.

(1170) A primeira destas deliberações, proposta por Rui Oliveira e Costa, seria aprovada com 32 votos a favor, 7 contra e 7 abstenções, tendo a segunda obtido 40 votos favoráveis, 1 contrário e 3 abstenções. Vejam-se as "Conclusões" do II Conselho Nacional de 1983, de 30 de Janeiro, no *Povo Livre*,, nº 444, de 2 de Fevereiro de 1983, p. 1.

(1171) A intenção de Francisco Pinto Balsemão, conforme deixaria expresso na sua intervenção naquele Conselho Nacional, consistiria em só aceitar permanecer à frente do Executivo se continuasse como Presidente do partido, aliás uma jogada táctica bem sucedida, tal como quando no início dos trabalhos poria o seu lugar à disposição. Cf. gravações existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

(1172) Moções como as apresentadas respectivamente por Afonso Moura Guedes, apontando para que os membros da Comissão Política Nacional pusessem os seus cargos à disposição e fosse nomeada uma Comissão Permanente para gerir o partido até ao Congresso e pela JSD, requerendo a demissão daquele órgão, seriam rejeitadas. Cf. *ibidem*.

essa liderança viria a ser definitivamente posta à prova.

A vaga de contestação ao líder do PSD tornar-se-ia progressivamente mais evidente com a aproximação desse Congresso, pese embora o facto de Francisco Pinto Balsemão manifestar inicialmente a esperança de obter um reforço da sua posição naquele conclave(1173).

Nas primeiras movimentações encetadas nesse sentido, o Presidente do PSD não obteria o sucesso pretendido, sobretudo perante a recusa de Carlos Mota Pinto em aceitar a partilha do poder(589). Falharia, assim, essa jogada táctica de Francisco Pinto Balsemão, que teria como pano de fundo tentar travar os seus detractores, entre eles os "Críticos", por meio da absorção de alguns dos seus expoentes e de outras figuras capazes de arregimentar à sua volta alguns consensos. Essa intenção, tornar-se-ia manifesta através da sua tentativa, infrutífera, de formar uma lista abrangente com algumas dessas personali-

---

(1173) Basta atentar às suas declarações aos órgãos de comunicação social, aquando do II Conselho Nacional. Cf. o *Primeiro de Janeiro*, o *Comércio do Porto*, e o *Diário de Notícias*, todos de 31 de Janeiro de 1983 e *O País*, de 3 de Fevereiro de 1983. Em contrapartida, vejam-se todas as movimentações posteriores, as eleições nos órgãos locais do partido e para os Delegados ao Congresso (por exemplo no *Diário Popular*, de 14 de Fevereiro de 1983) e a escolha de candidatos a Deputados para as legislativas, sobretudo relativamente a Lisboa e Porto onde a luta política seria mais acentuada, aquando do III Conselho Nacional de 1983 reunido a 19 e 20 de Fevereiro e da reunião da Comissão Política Nacional tida no dia 17, na qual teriam sido "chumbados" alguns elementos. Veja-se, aqui, a nota 1183.

(1174) O líder do PSD convidaria Carlos Mota Pinto para liderar a Comissão Política Nacional, mantendo-se aquele na Presidência do partido, vindo também o último, nessa perspectiva, a ser a figura indicada para Primeiro-Ministro ou Vice-Primeiro-Ministro, no caso de uma eventual aliança com um partido mais votado. Carlos Mota Pinto recusar-se-ia a tal, inviabilizando assim a estratégia "Balsemista" e parecendo dispor-se a disputar, sózinho, a liderança do PSD, contando já claramente com o apoio dos "Críticos". Cf. *O Jornal*, de 4 de Fevereiro de 1983 e o artigo de PEDRO D'ANUNCIAÇÃO, "Balsemão não desiste", na "Revista" do *Expresso*, nº 536, de 5 de Fevereiro de 1983, p. 14-R e 15-R.

dades.

Com as estruturas do partido e os seus dirigentes em permanente agitação, tentando anular as movimentações adversárias(1175), o PSD veria, dessa forma, reacender-se a luta pessoal em torno da liderança, problema aliás sempre presente desde o desaparecimento de Francisco Sá Carneiro.

No âmbito dessas movimentações revelar-se-iam fundamentais, para o confronto final, as clivagens despoletadas entre as novas constelações de dirigentes então surgidas, com o objectivo, ou não, de tomar o poder intra-partidário no momento do Congresso Nacional a realizar em Montechoro. Em vésperas daquela cimeira assistir-se-ia a um realinhamento das elites, nomeadamente nas cúpulas do partido, deixando então de ter significado falar-se apenas na clivagem que oporia "Balsemistas" a "Críticos" como a única determinante na conflitualidade intra-partidária.

O primeiro indício da nova arrumação das sensibilidades internas viria a cristalizar-se no chamado "Grupo dos 44", conjunto de tecnocratas ligados, na sua maioria, ao Executivo Balsemão e criado à volta de José Manuel Menéres Pimentel e de Luís Fontoura(1176), os quais apresentariam uma mensagem ao

---

(1175) Veja-se, para além da ampla cobertura dada pela imprensa em geral a essas movimentações, as diferentes tomadas de posição de dirigentes do PSD, nas páginas do *Povo Livre*, sobretudo nos nº 445, de 9 de Fevereiro de 1983 pp. 5, 8 e 9 e nº 446, de 17 de Fevereiro de 1983, p. 1.

(1176) Alguns membros do VIII Governo, entre eles Luís Fontoura, Walter Marques, José Carlos Viana Baptista e Fernando Faria de Oliveira, viriam a reunir-se para analisar a conjuntura nacional, segundo nos seria relatado pela primeira personalidade referida. Preocupados com o *déficit* de modernidade que o país vinha a somar procurariam, através de três documentos produzidos desde inícios de 1983,

partido explicitando as suas principais posições(1177). Estas apontariam para o abandonar da AD, com o fim de o PSD reassumir a sua identidade própria, considerando-se para tal necessário habilitar-se isolado às eleições; apontava-se, também, para uma clara definição da linha social-democrata e para a colaboração institucional entre os diversos órgãos de soberania, recusando-se, simultaneamente, uma direcção partidária colegial e despersonalizada e propondo-se, pelo contrário, uma liderança firme sobre uma equipe coesa e competente.

---

proceder ao diagnóstico de crise e apresentar as cordenadas base para a sua superação. No segundo documento, intitulado "PSD: o que somos, o que queremos, para onde vamos", refutar-se-ia "a tentação fácil de um messianismo sebastiânico" quer no plano nacional, quer no partidário, a recusa de "lideranças despersonalizadas, de tipo colectivo ou colegial" apontando-se para um líder firme e eficaz à frente de "uma equipa coesa, unida e competente". Cf. *idem*, pp. 14 e 15; aliás, critérios como eficácia, capacidade, eficiência, credibilidade e operacionalidade seriam constantemente sublinhados no documento em questão. Não pretenderia este grupo, segundo nos diria Luís Fontoura, nem os restantes elementos que com eles produziriam depois um manifesto nas páginas do *Povo Livre*, que viria a ser conhecido como o documento do "Grupo dos 44", a tomada do poder interno mas, apenas, contribuir para o saneamento do clima intra-partidário e da crise governamental.

(1177) Cf. *Povo Livre*, nº 445, de 9 de Fevereiro de 1983, pp. 4 e 5. Os subscritores do referido documento seriam, além de José Manuel Menéres Pimentel e de Luís Fontoura, Vasco Aguiar, Valdemar Alves, Carlos Avelino, José Barradas, Álvaro Barreto, Maria de Lurdes Breu, António Cabecinha, Adérito Campos, José Cândido de Sousa, Carlos Cardoso, Fernando Cardote, José Charana, Fernando Condesso, João Cunha, Fernando Faria de Oliveira, José Eduardo Feijó, Helder Freire, António Lemos de Meneses, João José Maçãs, Walter Marques, José Melo e Silva, Luís Miranda Fernandes, Afonso Moura Guedes, Tomás Oliveira Dias, Miguel Pacheco, Jorge Paz Rodrigues, José Pereira Lopes Joaquim Pinto, Casimiro Pires, Manuel Portugal da Fonseca, António Quintela, Eva Raimundo, Jaime Ramos, Dúlia Rebocho, Alberto Regueira, Anselmo Santos Silva, Rui Santos Alves, Maria Sidónia, José Silva Domingos, José Silva Marques, Francisco Sousa Tavares, António Zúquete, entre outros, a maioria membros do Governo demissionário e membros da TESIRESD, (120 Sindicalistas viriam, mais tarde, a aderir ao documento).

Vejam-se as notícias na imprensa da época sobre o "Grupo dos 44" (a sua designação proviria da soma aritmética das assinaturas apensas ao documento em causa; teria sido Fernanda Mestrinho, nas páginas do *Diário Popular*, a usar pela primeira vez aquela designação, depois adoptada nas páginas da imprensa em geral).Cf. por exemplo, o *Diário de Notícias*, *O Dia* ou o *Diário Popular*, todos de 10 de Fevereiro de 1982.

No fundo, o "Grupo dos 44" surgia na linha do propugnado pela facção "Balsemista", com a qual se identificaria em muitos dos seus propósitos. Este novo alinhamento, sobretudo composto por figuras do partido ligadas à esfera governamental, corresponderia, fundamentalmente, a um grupo de suporte a Francisco Pinto Balsemão(1178), não obstante mantivesse uma certa especificidade quanto a certas posições.

Com vista a superar as duas questões em aberto, por um lado a da liderança por solucionar, dada a dupla recusa, de Francisco Pinto Balsemão e de Carlos Mota Pinto, em aceitarem candidatar-se à mesma e, por outro, a da estratégia política por definir relativamente às eleições seguintes, algumas personalidades do partido promoveriam uma reunião(1179) na

---

(1178) A comprová-lo, as teses defendidas pelo "Grupo dos 44" em consonância com as dos "Balsemistas", a defesa de idênticas propostas estatutárias, nomeadamente quanto à estrutura da liderança partidária e a posterior integração de elementos daquele grupo com alguns "Balsemistas" na lista B para o Conselho Nacional, liderada por João Bosco Mota Amaral (veja-se aqui a nota 1185). No entanto, apesar do peso exercido pelos elementos mais próximos de Francisco Pinto Balsemão, entre eles vários sindicalistas, para a composição de uma lista para a Comissão Política Nacional, o "Grupo dos 44" recusar-se-ia a integrá-la, embora acordasse em avalisar a lista "Balsemista". Segundo nos seria confirmado por Luís Fontoura, só a partir de um certo recuo por parte de Francisco Pinto Balsemão e após uma reunião para escolha da liderança do próprio grupo surgiria este dirigente a encabeçar a candidatura àquele órgão pelo "Grupo dos 44". Segundo o mesmo, o grupo subscritor daquele manifesto defendia a permanência do líder na esfera intrapartidária e uma nova solução para a chefia do Executivo, visto a crise exigir uma liderança diversa da até aí prosseguida.

(1179) A reunião dos "Notáveis" teria lugar a 11 de Fevereiro de 1983 convocada por Nuno Rodrigues dos Santos. (Veja-se o *Expresso*, nº 537, de 12 de Fevereiro de 1983, pp. 1 e 2). Das personalidades convidadas só participariam Fernando Amaral, José Ângelo Correia, Victor Pereira Crespo, Leonardo Ribeiro de Almeida, Amândio de Azevedo, Antonio Capucho, Henrique Nascimento Rodrigues, Eurico de Melo, António Barbosa de Melo e Carlos Mota Pinto, para além de Nuno Rodrigues dos Santos, não tendo comparecido Francisco Pinto Balsemão, João Bosco Mota Amaral, Alberto João Jardim, Tomás Oliveira Dias, Aníbal Cavaco Silva, Helena Roseta e José Manuel Menéres Pimentel, não tendo sequer chegado a ser convidadas outras individualida-

qual tais situações não viriam, contudo, a ser desbloqueadas.

A tentativa de se encontrar uma convergência quanto à liderança do PSD revelar-se-ia, assim, impossível no âmbito dessa reunião, não só em face da reduzida participação na mesma, como da dificuldade em se atingir qualquer consenso entre perspectivas tão díspares quanto as aí apresentadas.

No entanto, alguns desses "Notáveis", nome pelo qual passariam a ser identificadas aquelas personalidades, entre as quais se contariam alguns "Críticos" e ex-"Balsemistas", viriam, dias depois, a reunir de novo, apresentando um documento estratégico e uma lista para a direcção partidária, desempenhando uma acção decisiva no posterior desenrolar dos acontecimentos. Os "Notáveis" proporiam a constituição de uma "troika" da qual fariam parte Carlos Mota Pinto, Eurico de Melo e Henrique Nascimento Rodrigues(1180), vindo este último a integrar o triunvirato em questão, após a recusa de João Bosco Mota Amaral em fazer parte daquela direcção colegial(1181).

---

des, como seria o caso de Rui Oliveira e Costa e de António Cabecinha, por parte dos Sindicalistas, ou Pedro Pinto, por parte da JSD, qualquer deles "Balsemistas" indefectíveis.

(1180) Tal teria sido decidido em casa de António Capucho, estando aí presentes Nuno Rodrigues dos Santos, Leonardo Ribeiro de Almeida (o único que não iria a Coimbra pedir a Carlos Mota Pinto que aceitasse a liderança do partido), Amândio de Azevedo, Henrique Nascimento Rodrigues, Victor Pereira Crespo e José Ângelo Correia, os quais corporizariam a liderança da facção que viria a ser conhecida pelo grupo dos "Notáveis", segundo nos confirmariam estes dois últimos dirigentes.

(1181) O líder açoriano recusar-se-ia a fazer parte do triunvirato (Cf. *A Capital*, de 17 de Fevereiro de 1983 e *O Jornal*, de 18 de Fevereiro de 1983), vindo a encabeçar uma lista para o Conselho Nacional, da qual fariam igualmente parte João Salgueiro, Fernando Amaral, Rui Oliveira e Costa e Maria de Lurdes Breu. O terceiro lugar da "troika" viria então a ser assumido por Henrique Nascimento Rodrigues, até aí Vice-Presidente do partido. Vejam-se, no entanto, as declarações de João Bosco Mota Amaral negando ter sido convidado a fazer parte dos "Notáveis", no *Jornal de*

Em vésperas da cimeira dos sociais-democratas reunir-se-ia novo Conselho Nacional(1182), com o fim de serem apreciadas as candidaturas às eleições legislativas, em redor das quais surgiria certa polémica resultante das fricções existentes e da luta travada entre as diversas facções(1183).

À margem dessa reunião estabelecer-se-iam diversas negociações entre o "Grupo dos 44" e a lista entretanto anunciada por João Bosco Mota Amaral, que se manteria no apoio a Francisco Pinto Balsemão, com vista a uma estratégia comum a apresentar à reunião magna do PSD(1184). Tal convergência

---

Notícias, de 17 de Fevereiro de 1983.

(1182) Veja-se a "Convocatória" do III Conselho Nacional de 1983 no *Povo Livre*, nº 416, de 17 de Fevereiro de 1983, p. 1, para cuja ordem de trabalhos estaria prevista a aprovação das listas de candidaturas à Assembleia da República propostas pelas Comissões Políticas Distritais, a apreciação dos projectos de alterações estatutárias e das moções de estratégia a apresentar ao Congresso, para além da apreciação da situação político-partidária.

(1183) Uma parte das sugestões das Comissões Políticas Distritais seria aceite. Nalguns casos proceder-se-ia à supressão de certos nomes (Aveiro), à substituição de suplentes (Emigração), à inclusão de outras individualidades (Lisboa e Porto), à ordenação distinta dos lugares (Faro, Braga, Coimbra) e à indicação de novas cabeças de lista (especialmente no caso do Porto, de Castelo Branco e de Braga). Para Lisboa surgiriam duas listas alternativas: uma proposta pelo "Grupo dos 44" encabeçada por Francisco Pinto Balsemão e outra da Comissão Política Nacional, sendo o primeiro lugar atribuído a Nuno Rodrigues dos Santos.

Por motivos evidentes, as listas de Lisboa e Porto não seriam aí votadas, remetendo-se a questão para as respectivas Distritais. Vejam-se os diversos documentos provenientes das Comissões Políticas Distritais e os resultados das votações, substituições e alterações anotadas nas mesmas durante os trabalhos do III Conselho Nacional de 1983, nos documentos apensos à "Convocatória" da reunião em causa, Serviços de Documentação do PSD. Vejam-se também sobre o assunto, o *Jornal de Notícias* e o *Primeiro de Janeiro*, ambos de 20 de Fevereiro de 1983 e *A Capital* e o *Diário de Lisboa*, ambos de 21 de Fevereiro de 1983.

Note-se que seria na altura da reunião do Conselho Nacional, segundo Luís Fontoura, que o "Grupo dos 44" decidiria o assumir uma entidade mais visível, procurando-se encontrar uma estrutura orgânica hierárquica, escolhendo uma liderança, resultando das votações 89 votos para José Manuel Menéres Pimentel, 88 para Luís Fontoura e 64 para José Carlos Viana Baptista.

(1184) Veja-se a nota seguinte.

seria conseguida em termos da lista para o Conselho Nacional(1185) a submeter àquela cimeira, tendo porém o Presidente do PSD decidido apresentar uma moção própria e permanecendo igual intenção por parte do "Grupo dos 44"(1186). De qualquer forma, o conteúdo destas duas moções, embora diferente, não seria totalmente antagónico, conquanto o da primeira estivesse em maior consonância com aquilo que defendia João Bosco Mota Amaral, que acabaria por não apresentar qualquer moção de estratégia ao Congresso de Montechoro(1187).

(1185) Através da Lista B, à frente da qual surgiria João Bosco Mota Amaral incluindo diversos elementos do "Grupo dos 44" e dos mais próximos apoiantes de Francisco Pinto Balsemão. As restantes listas para este órgão seriam encabeçadas respectivamente, a Lista A, do "Grupo dos 44" por José Manuel Menéres Pimentel; a Lista C por António Barbosa de Melo (lista dos "Mota Pintistas" e "Notáveis"); a Lista D por Pedro Santana Lopes e a Lista E por Helena Roseta (muito embora os posicionamentos políticos de ambos fossem similares). Vejam-se os documentos internos anexos ao dossier do X Con-gresso Nacional, Serviços de Documentação do PSD.

(1186) As moções apresentadas ao X Congresso do PSD seriam ao todo 13: a Moção A, da Assembleia Distrital de Viseu; a Moção B, da Comissão Política Regional da Madeira; a Moção C, da Assembleia Distrital de Leiria, que corresponderia à Moção do "Grupo dos 44"; a Moção D, da Assembleia Distrital de Faro; a Moção E, da Área Metropolitana de Lisboa, ou seja, a Moção de Pedro Santana Lopes, que naquele órgão derrotara por 15 votos a Moção de Helena Roseta (a primeira apontava para listas conjuntas da AD às legislativas, tese que viria a abandonar durante o Congresso, enquanto a segunda propunha que o PSD concorresse sózinho às urnas); a Moção F, a Moção G e a Moção H, respectivamente das Assembleias Distritais de Santarém, Setúbal e Braga; a Moção I, da JSD; a Moção J, encabeçada por Helena Roseta; a Moção L, da Assembleia Distrital do Porto; a Moção M, de Francisco Pinto Balsemão; a Moção N, tendo como subscritor Nuno Rodrigues dos Santos ou seja, a Moção dos "Notáveis".

O texto das diversas moções reportadas encontra-se no *Povo Livre*, nº 443, de 23 de Fevereiro de 1983, pp. 2 a 19.

(1187) A eventualidade da candidatura do Presidente do Governo Regional dos Açores estava já totalmente posta de parte, dada a recusa manifestada pelo próprio, assim como completamente afastada estaria qualquer hipótese de sintonia com Carlos Mota Pinto ou com os "Notáveis". Veja-se a nota 1181 desta dissertação.

João Bosco Mota Amaral defenderia, como Francisco Pinto Balsemão e as Distritais de Faro e Viseu (respectivamente propugnantes das Moções M, D e A), a candidatura isolada do PSD às eleições e a posterior formação de um Governo de consenso e de solidariedade nacional, tal como o fariam as Moções da JSD, da Assembleia Distrital de Faro e de Viseu, enquanto o "Grupo dos 44", representado pela Moção C

O espaço de manobra dos "Críticos" parecia, assim, reduzir-se com o alargamento efectuado por parte da "facção" "Balsemista" conseguida através daquela convergência, mas os apoios provenientes de outros sectores viriam a revelar-se fundamentais para os primeiros e a contrariar aquele suposto movimento tendencial(1188).

O papel das Distritais e de outras estruturas partidárias e para-partidárias como os Sindicalistas, os Sócio-profissionais e a JSD mostrar-se-ia igualmente determinante para que as teses de uma ou outra "facção" viessem a fazer vencimento(1189), embora o determinante neste capítulo tenha re-

---

de Leiria, bem como a Moção L do Porto e a própria Moção I da JSD, encaravam a hipótese de um acordo preferencial com o PS, embora sob certas condições e sempre celebrado pós-eleições. Para a Moção N, que teria o apoio dos "Notáveis", como para a Moção E de Lisboa e a Moção B da Madeira qualquer acordo preferencial deveria ser retomado com o CDS. Vejam-se as moções em causa no *Povo Livre*, nº 443, de 23 de Fevereiro de 1983, pp. 2 a 19.

(1188) Tal seria, por exemplo, o caso de um jantar promovido por sectores apoiantes de Carlos Mota Pinto, que teria lugar em Espinho na semana anterior à realização do X Congresso do PSD (Cf. JOSÉ QUEIRÓS, "Conclave nortenho no PSD", no *Expresso*, nº 539, de 26 de Fevereiro de 1983, p. 3) e no qual estariam presentes elementos que tinham saído do partido aquando do Congresso de Aveiro ou das "Opções Inadiáveis", alguns dos quais Francisco Pinto Balsemão procurara igualmente captar para a sua esfera de influência através dos contactos estabelecidos no Norte por intermédio de Miguel Veiga.

A entrevista de Amândio de Azevedo em vésperas da cimeira de Montechoro, apontando para uma probabilidade de 75% de sucesso e confirmando que "o final do Congresso vai ser uma apoteose de Mota Pinto", demonstraria bem o optimismo dos defensores da "troika" e da liderança de Carlos Mota Pinto. Cf. *Expresso*, nº 539, de 26 de Fevereiro de 1983, p. 6.

(1189) Enquanto a JSD permaneceria maioritariamente "Balsemista", os Sindicalistas dividiam-se pelo apoio ao ainda Presidente do partido e a adesão ao "Grupo dos 44", aliás próximo do ex-líder, e os Sócio-profissionais inclinavam-se para as posições defendidas pelos "Notáveis"; quanto às Regiões Autónomas e às Distritais, a Madeira, Lisboa e o Porto mostrar-se-iam mais afectos a estes últimos, Évora e Portalegre ao "Grupo dos 44", Açores, Leiria, Viseu, Faro, Guarda, Beja e Castelo Branco a Francisco Pinto Balsemão, enquanto Aveiro, Braga e Coimbra permaneceriam ainda uma incógnita. Cf. MIGUEL ALMEIDA FERNANDES, "PSD: a incógnita de Montechoro", *in* "Revista" do *Expresso*, nº 539, de 26 de Fevereiro de 1983, p. 14-R.

sultado da conjugação de esforços efectuada no cerne das cúpulas partidárias entre os "Críticos" e os ex-"Balsemistas" reunidos ou não nos "Notáveis". A orientação comum, que visava afastar Francisco Balsemão e os seus apoiantes do poder seria, então, o objectivo entre todos partilhado e que, na altura, faria remeter para planos inferiores as clivagens necessariamente existentes entre os seus elementos.

A sua união esporádica, conseguida fundamentalmente através da apresentação de uma alternativa à liderança - Carlos Mota Pinto - viria, com adiante se verá, a demonstrar-se incapaz de superar essas clivagens. Perante um novo quadro viriam de novo ao de cima as dissensões existentes.

8. Temos assim, que no dealbar dos trabalhos do Congresso de Montechoro os grupos de dirigentes já denotavam contornos muito diversos dos primeiros, que se vinham a confrontar praticamente desde o ascenso de Francisco Pinto Balsemão à liderança do partido e do Governo. A clivagem que separara os "Balsemistas" dos "Críticos" tinha adquirido dimensões mais complexas e diversificadas, provocando outras constelações e agrupamentos internos que fariam, não só ressaltar aquelas, como produzir novos efeitos na conflitualidade intra-partidária.

Entre os "Notáveis" encontravam-se muitos ex-"Balsemistas" e os "Críticos" viriam a apostar num entendimento com aqueles e com os mais directos apoiantes de Carlos Mota Pinto, cujo papel, em ascensão, se mostraria determinante na agregação das diversas componentes dos detractores de Francisco

Pinto Balsemão.

Alguns dos seus opositores, então conhecidos por "Grupo de Lisboa"(1190) manteriam, contudo, um certo afastamento dos apoiantes de Carlos Mota Pinto, demarcação essa já nítida durante o X Congresso do PSD e que, mais tarde, viria a dar origem a um dos núcleos fundamentais da contestação interna ao novo líder saído daquela cimeira - a "Nova Esperança".

Por outro lado, formara-se o "Grupo dos 44", como já vimos com perpectivas próximas do então ainda líder do PSD e de João Bosco Mota Amaral. Para além dos indefectíveis "Balsemistas"(1191), teria sido encontrada, nalguns aspectos, uma plataforma de entendimento entre essas linhas; no entanto, não

---

(1190) O "Grupo de Lisboa", assim chamado devido aos seus membros pertencerem, na sua maioria, à Distrital da Área Metropolitana de Lisboa, não concordava com o risco que comportava a queda da AD, propondo-se nova coligação com o CDS e opondo-se terminantemente ao Bloco Central. Fazendo-se, sobretudo, representar na Moção E e na Lista D, ambas encabeçadas por Pedro Santana Lopes, (mas também na Moção J e na Lista E) viriam no decorrer do Congresso, a abandonar a tese das listas conjuntas da AD e a demarcar-se da liderança de Carlos Mota Pinto. O grupo de pedro Santana Lopes viria a constituir o embrião da "Nova Esperança", facção determinante na configuração do quarto conflito intra-partidário. Note-se que Helena Roseta, uma oponente radical de Francisco Pinto Balsemão, se manteria numa posição mais isolada em termos estratégicos e quanto ao tipo de liderança a ser assumido, patente na apresentação de uma Moção própria ao Congresso (a Moção J), de uma proposta de alteração dos Estatutos (a proposta I), aliás determinante para o afastamento do até então líder do PSD e de uma lista para o Conselho Nacional (a Lista E), muito embora se possa defender existir uma certa consonância com as opções dos "Críticos" e com o "Grupo de Lisboa". Apoiando Helena Roseta surgiria um dos expoentes dos "Críticos", Aníbal Cavaco Silva. Helena Roseta manter-se-ia contra Carlos Mota Pinto mas, entre o ter de optar pela liderança "Balsemista" ou pela "troika", viria a pronunciar-se por esta, considerando-a como um mal menor nas declarações proferidas no Congresso de Montechoro, segundo comprovámos pelas gravações existentes nos Serviços de Documentação do PSD. Também Leonor Beleza, inicialmente próxima do "Grupo dos 44" (segundo Luís Fontoura teria sido escolhida para Vice-Presidente da lista para a Comissão Política Nacional do "Grupo dos 44", embora não tivesse aceite), viria a apoiar posteriormente Carlos Mota Pinto.

(1191) Entre os quais continuariam a contar-se Rui Oliveira e Costa, José Alfaia Pinto Pereira, Pedro Pinto, José Vitorino e Bento Gonçalves.

seria contudo suficiente para suplantar a jogada dos adversários.

As clivagens que separavam as facções então em confronto teriam matizes de ordem ideológica, embora não expressas e divergências de natureza táctica e estratégica, detendo uma fortíssima componente de luta pelo poder pessoal. A revisão estatutária mostrava-se como uma questão-chave(1192) e condicionadora da estratégia política a seguir e da eleição dos órgãos nacionais. À sua volta se viria a decidir a fórmula institucionalizada da liderança e o perfil para a sua ocupação, isto é, a forma e a detenção do poder intra-partidário.

Um e outro aspecto determinariam diferentes agregações das facções em confronto, já que , enquanto só estava em jogo a questão de escolher entre uma liderança tripartida, bicéfala

---

(1192) Considerando a importância da aprovação das alterações estatutárias, a sua discussão constituiria o primeiro ponto da ordem de trabalhos do Congresso, recusada a proposta de Francisco Pinto Balsemão, no sentido de ser o mesmo iniciado com a discussão da estratégia do partido. Em princípio, o Presidente do PSD encontrava-se já com fracas hipóteses de fazer valer as suas posições, mais a mais dando-se o caso de a primeira proposta de alteração dos Estatutos a ser discutida provir de Helena Roseta, vindo a sua eventual aprovação a pôr totalmente em causa o projecto dos "Balsemistas" (proposta 2, encabeçada por Bento Gonçalves), o que acabaria por acontecer.

Surgiriam ao todo 5 propostas diferentes, duas delas sectoriais (propostas 4 e 5, respectivamente de Alberto Regueira e de Mário Adegas), assumindo particular relevo a questão à volta da escolha da forma de liderança e da, ou das, personalidades a prencherem a mesma. A problemática resumir-se-ia, no fundo, à primeira daquelas questões, já que ela determinaria a segunda; a escolha deveria fazer-se entre a extinção do cargo de Presidente, reintrodução do princípio da colegialidade, assentando a representação e a gestão política do partido no Presidente da Comissão Política Nacional (proposta 1, de Helena Roseta), a opção pela bicefalia, recriando o cargo de Presidente do partido, ou seja, sendo a liderança institucional representada por este e a liderança política, isto é, a chefia da Comissão Política Nacional ocupadas por diferentes personalidades, (Proposta 2, de Bento Gonçalves), ou liderança tripartida, na forma de uma "troika", ou triunvirato, liderando aquele órgão e coadjuvando um Presidente do mesmo (Proposta 3, de Nuno Rodrigues dos Santos ou seja, dos "Notáveis"). Vejam-se as propostas de alteração dos Estatutos no *Povo Livre*, nº 447 de 23 de Fevereiro de 1983, pp. 20 e 21.

ou uninominal, os campos opostos seriam bem demarcados entre a facção dos "Notáveis" defendendo a primeira, o "Grupo dos 44" propugando a segunda e os mais directos apoiantes de Francisco Pinto Balsemão sustentando a última daquelas soluções(1193).

No atinente à personalidade do líder do partido seriam outros os contornos das facções, tendo em conta que o "Grupo dos 44" encarava, também, a hipótese de Carlos Mota Pinto como alternativa à liderança, embora sem "Notáveis" e sem "Críticos", enquanto o grupo de João Bosco Mota Amaral e os "Balsemistas" continuariam a apostar no até então líder do PSD. Quanto ao "Grupo de Lisboa", embora ainda incipientemente assumido, viria a demarcar-se, por questões de estratégia, do apoio a Carlos Mota Pinto(1194).

Em termos ideológico-estratégicos os contornos das

(1193) Quanto à Moção B, da Madeira, que viria a ser retirada durante os trabalhos do Congresso, advogaria uma direcção partidária composta por diversas personalidades sociais-democratas "(...) à volta de um líder não comprometido com os fracassos recentes e que imprima nova força e outro estilo à 'dinâmica do partido'", numa clara demarcação de Francisco Pinto Balsemão e parecendo aproximar-se da alternativa representada por Carlos Mota Pinto. No entanto, na intervenção efectuada durante o X Congresso, Alberto João Jardim não apoiaria esta candidatura, segundo apurámos pelas gravações existentes nos Serviços de Documentação do PSD. A citação supra reportada consta da Moção B (da Madeira não viria nenhuma proposta concreta de alterações estatutárias) e encontra-se no *Povo Livre*, nº 447, de 23 de Fevereiro de 1983, p. 2, ponto 9.

Quanto a Helena Roseta (Proposta I) viria, antes da votação, a retirar a parte relativa às características exigidas relativamente à liderança vendo, contudo, aprovar por maioria (409 votos a favor, 34 contra e 204 abstenções), a eliminação do cargo de Presidente, segundo os resultados de uma segunda contagem, registados nas gravações existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

As propostas de alterações estatutárias e as moções de estratégia encontram-se no *Povo Livre*, nº 447, de 23 de Fevereiro de 1983, respectivamente pp. 20 e 21 e 2 a 19, 21 e 22.

(1194) Já sem falar nas bases, atente-se ao caso de Henrique Nascimento Rodrigues que viria a aceitar trazer parte da "troika", de António Capucho ou de Leonardo Ribeiro de Almeida, ambos dos principais expoentes dos "Notáveis".

facções mostrar-se-iam especialmente nebulosos, não só relativamente às anteriores pertenças de elementos que agora se coligavam com outros de matriz distinta, como no que se refere aos projectos defendidos e aos posicionamentos ideológicos eventualmente subjacentes.

Diversas individualidades da chamada "ala esquerda" do partido, pretensamente mais social-democrata, representada por Francisco Pinto Balsemão (embora este na liderança do PSD e da AD não tivesse vindo, por motivações de ordem táctico-estratégica-pessoal a actuar em conformidade), encontravam-se então do mesmo lado dos sectores supostamente defensores de uma actuação mais "direitista".

Estes, fundamentalmente representados nos "Críticos", tinham inicialmente defendido a bipolarização política e a confrontação com o Presidente da República, tendo mesmo sido acusados de se terem aliado com os centristas na luta contra Francisco Pinto Balsemão(1195) por razões de ordem táctico-pessoal. Através dos "Notáveis" viriam a propugnar uma orientação ambígua, na qual se perspectivava, como, aliás, o faria o "Grupo dos 44"(1196), um eventual acordo com os Sindicalistas(1197), a par da defesa de uma aliança preferencial com os

---

(1195) Vejam-se insinuações desse teor proferidas por Francisco Pinto Balsemão, no decorrer dos trabalhos do Congresso da Figueira da Foz. Cf. gravações do XII Congresso Nacional, Serviços de Documentação do PSD.

(1196) Veja-se a Moção C, no *Povo Livre*, nº 443, de 23 de Fevereiro de 1983, pp. 3 e 9.

(1197) A entrevista de Amândio de Azevedo ao *Expresso*, em vésperas do X Congresso Nacional, seria suficientemente elucidativa a esse respeito, ao considerar como provável uma aliança PS/PSD depois das eleições. Cf. *Expresso*, nº 539, de 26 de Fevereiro de 1983, p. 6. Na mesma linha se teriam efectuado alguns encontros com a in-

centristas(1198).

Permaneceriam, portanto, assim apenas escassos elementos na defesa, a todo o transe, da permanência da AD(1199), enquanto os "Balsemistas" secundados pela JSD, proporiam a formação de um acordo alargado de solidariedade nacional sob a égide do Presidente de República(1200).

Os trabalhos do Congresso de Montechoro iniciar-se-iam com a discussão e votação em torno dos artigos dos Estatutos, nos quais a forma de liderança do partido ficaria estipulada, condicionando desde logo a sua detenção. Por larga maioria, seria extinto o lugar de Presidente do PSD(1201), inviabili-

---

termediação de Eurico de Melo, segundo o próprio nos confirmaria, entre expoentes dos "Críticos" e Carlos Mota Pinto com o Secretário-Geral do PS, prefigurando-se a constituição depois das eleições no caso de o PSD ser o segundo partido e por razões de ordem nacional - resolução da crise económica - de uma aliança com o PS, na onda do que viria a ser conhecido como Bloco Central.

(1198) Veja-se o conteúdo da Moção N, no *Povo Livre,* nº 443, de 23 de Fevereiro de 1983, pp. 18 a 21 (subtítulo III).

(1199) Listas conjuntas da AD só seriam propugnadas pela Moção B, da Comissão Política Regional da Madeira e pela Moção E, da Área Metropolitana de Lisboa, que viria depois a retirar tal proposta. Veja-se, aqui, a nota 1190 e as moções acima reportadas no *Povo Livre,* nº 443, de 23 de Fevereiro de 1983, respectivamente p. 2 e pp. 6 e 7 (subtítulo "definir o futuro").

(1200) Veja-se o conteúdo da Moção M *in idem,* pp. 16 a 18 e da Moção I, *in idem,* especialmente p. 14 (subtítulo "o PSD e o poder a) governo de salvação nacional"), moções essas que depois viriam a ser fundidas. A Moção A, da Assembleia Distrital de Viseu e a Moção D, da Assembleia Distrital de Faro também apoiariam o tal consenso alargado. Cf. *idem,* respectivamente p. 2 e pp. 4 e 6 (subtítulo "estratégia de alianças"). Na suposta sujeição desta facção ao Presidente da República em exercício jogaria já, eventualmente, o peso de João Bosco Mota Amaral o qual, posteriormente, lideraria os "Balsemistas" imprimindo-lhes uma dinâmica específica relativamente às presidenciais e daí esta facção passar a ser conhecida por "Mota Amaralista". O líder açoreano seria, mesmo, mais tarde acusado de ser "o" candidato de António Ramalho Eanes, contra a candidatura de Mário Soares eventualmente acordada com o futuro líder do PSD.

(1201) Proposto por Helena Roseta, colheria depois de sucessivas contagens 409 votos favoráveis, 204 abstenções e apenas 34 votos contra, segundo comprovámos pelas

zando, assim, a solução bicéfala proposta pelos "Balsemistas" que perderiam o Congresso nesse momento. Aprovar-se-ia, também, a institucionalização do referendo interno(1202), o estabececimento de uma organização do partido assente nas regiões e, finalmente, a alteração radical da estrutura da Comissão Política Nacional e da Comissão Parlamentar.

Saída vitoriosa a solução preconizada pelos opositores a Francisco Pinto Balsemão, ou seja, a liderança tripartida(1203), abria-se dessa forma o caminho para a obtenção do poder intra-partidário por parte daqueles, possibilitando, desde logo, uma maior viabilização na respectiva estratégia, a

---

gravações existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

(1202) Também sob proposta de Helena Roseta, a institucionalização do referendo intra-partidário, vinculativo para as grandes questões políticas e estratégicas no intervalo dos Congressos, salvo no que concerne à candidatura à Presidência da República, obteria 477 votos a favor, 74 contra e 85 abstenções. Cf. *ibidem*.

(1203) A fórmula em causa seria o ponto fundamental da Proposta 3 de Nuno Rodrigues dos Santos, alterando-se assim, radicalmente, a estrutura até aí existente da direcção política partidária. Vejam-se as alterações produzidas: artigo 272, secção III, a) e a composição respectiva, alíneas b), c), d) e e).

A Comissão Permanente ficaria constituída pelo Secretário-Geral, pelo Presidente do Grupo Parlamentar e por três membros eleitos, integrando a Comissão Política Nacional, presidida por um Presidente e três Vice-Presidentes e da qual fariam parte mais seis a oito Vogais eleitos em Congresso, três representantes da JSD e os Presidentes das Comissões Políticas Regionais dos Açores e da Madeira.

Seria esta a primeira e única vez em que a Comissão Permanente seria eleita em Congresso, justificando-se a proposta de Nuno Rodrigues dos Santos por o PSD estar no Governo, tornando-se necessário um núcleo político permanente no partido; ficaria conhecida pela "gestão Ângelo Correia", seu Presidente. Veja-se os restantes membros eleitos para esse órgão na Lista 10 do Anexo IV desta dissertação.

Alegando problemas derivados ao nevoeiro no aeroporto de Lisboa que impossibilitara o avião de descolar, os Delegados dos Açores e entre eles João Bosco Mota Amaral, não estariam presentes na altura da discussão das alterações estatutárias, não votando assim a proposta de Bento Gonçalves, que permitiria não ter passado a "troika" propugnada pela facção adversa aos "Balsemistas". Anote-se que a votação dos Estatutos só seria feita cerca das 4 horas da manhã, sendo provável que, se tomado outro meio de transporte, os Delegados dos Açores tivessem chegado a tempo de defender aquela proposta.

longo prazo, para as presidenciais.

A luta pela liderança intra-partidária expressa no debate estatutário(1204) implicaria, consequentemente, alterações muito mais profundas na orientação da estratégia global do PSD, quer quanto ao exercício do poder no quadro de uma aliança totalmente distinta da AD e que, pouco depois, viria a ser exequível com os resultados das eleições legislativas, quer em termos da estratégia presidencial que estaria eventualmente subjacente a tal coligação(1205).

(1204) À partida estava assim garantida a eleição da "troika", da Comissão Política Nacional e da Comissão Permanente; daí que se possa defender que Francisco Pinto Balsemão tenha perdido o Congresso na votação dos Estatutos. Mais uma vez, tal como no conflito de Aveiro com a questão da proporcionalidade nos órgãos nacionais, ou no conflito dos "Inadiáveis" com a problemática em torno do cargo de Presidente e da sujeição do Grupo Parlamentar, a dimensão estatutária se mostraria determinante na luta e na obtenção do poder pelas diversas facções.

(1205) Não parece de desprezar a possibilidade de um eventual apoio do PSD à candidatura de Mário Soares ter sido ventilado aquando dos contactos estabelecidos entre o líder do PS e o recém-eleito líder do PSD, Ganho o Congresso de Montechoro, embora como se viria a comprovar depois esta vitória de Carlos Mota Pinto fosse, além de parcial, efémera, este, nalguns momentos, poderia ter admitido a hipótese de, uma vez constituída a coligação com o PS o seu partido vir, eventualmente, a apoiar a candidatura de Mário Soares às presidenciais. Regista-se, no entanto, o facto de não ser líquido o empenhamento absoluto do novo líder do PSD quer no Bloco Central, quer no eventual apoio à candidatura "Soarista"; a comprová-lo, certos recuos especialmente visíveis no que se refere à coligação verificada em plena negociação com o PS, para além de, num primeiro momento, de acordo com o testemunho de Victor Pereira Crespo, ainda se ter pensado em reconstituir a AD como plataforma eleitoral. Segundo o testemunho daquele dirigente bem como o de Eurico de Melo a questão presidencial teria efectivamente sido debatida nos contactos com os socialistas mas nunca negociada, o que de qualquer forma não exclui a possibilidade de um acordo pessoal existente entre o líder do PSD e o do PS.

Carlos Mota Pinto também nunca reconheceria terem existido quaisquer contactos formais (o hipotético acordo acima reportado teria decorrido em dois almoços com Mário Soares e outros dirigentes do PS, sendo que por parte do PSD apenas teria estado presente o número um da "troika" eleita em Montechoro, conforme nos seria confirmado por fontes socialistas aí presentes). Contudo, Carlos Mota Pinto não negaria terem existido encontros prévios com dirigentes socialistas nos quais, assuntos como a formação do Bloco Central ou a questão das presidenciais poderiam ter sido ventilados. Cf. *Diário de Lisboa*, de 6 de Maio de 1983.

Quanto às moções de estratégia discutidas no dia seguinte e na impossibilidade de se ter obtido um consenso via uma única moção seriam votadas, uma a uma(1206), vindo a de Nuno Rodrigues dos Santos a ser aprovada por larga maioria(1207). Consagrados desta forma os dois principais vectores do projecto dos "Notáveis"(1208), isto é, a liderança parti-

---

(1206) Algumas moções viriam a ser fundidas, como seria o caso da proposta da JSD, que retiraria a Moção I, dada a sua fusão com a Moção M de Francisco Pinto Balsemão. Outras viriam também a ser retiradas no decorrer de uma reunião paralela dos trabalhos do Congresso, tais como a Moção B, da Madeira e a Moção A, de Viseu, enquanto parte das Moções D, de Faro e E, da Área Metropolitana de Lisboa acabaria por não ser posta à votação.

(1207) Em 650 votos expressos, a Moção N, apresentada por Victor Pereira Crespo em nome de Nuno Rodrigues dos Santos obteria 340 votos favoráveis; a Moção do "Grupo dos 44", apresentada por Tomás Oliveira Dias só conseguiria 77 votos a favor, 143 contra e 147 abstenções. As restantes moções obteriam respectivamente, 32 votos (Moção C), 15 (Moção D), 27 (Moção H), 121 (Moção J), 77 (Moção L), sendo também aprovadas moções sectoriais sobre trabalho, comunicação social, saúde, educação e emigração. Vejam-se as gravações existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

(1208) Não só os "Notáveis" viram aprovada a forma de liderança, sendo tácito que o poder viria a residir na "troika" e sobretudo em Carlos Mota Pinto, como fariam eleger todos os seus candidatos à Comissão Política Nacional com 596 votos favoráveis, isto é 85,7% dos votos dos 813 Delegados (só concorreria essa lista, dado o "Grupo dos 44" ter desistido de apresentar candidaturas, segundo seria comunicado por um dos seus principais expoentes, Luís Fontoura, visto tal se apresentar como descabido, tendo em conta a forma de liderança aprovada contrariar em absoluto o proposto por aqule grupo, segundo o próprio nos confirmaria). Viriam, assim a, ser eleitos Nuno Rodrigues dos Santos para Presidente daquele órgão e para Vice-Presidentes Carlos Mota Pinto, Eurico de Melo, um dos mais acesos "Críticos" do ex-líder do PSD desde a primeira hora e Henrique Nascimento Rodrigues, que se viera a afastar do mesmo desde a formação do segundo Executivo "Balsemista" ao não aceitar ser de novo Ministro do Trabalho e ao recusar, na remodelação de Junho de 1982, o cargo de Ministro Adjunto. Da Comissão Permanente fariam parte Amândio de Azevedo, também um dos "Críticos", José Ângelo Correia ex-"Balsemista" e Victor Pereira Crespo um dos negociadores centrais da "troika". Para Secretário-Geral seria eleito António Capucho, ex-"Balsemista" e uma das principais figuras dos "Notáveis".

Para a Mesa do Congresso também só concorreria uma única lista, vindo a ser eleitos com 630 votos Leonardo Ribeiro de Almeida para seu Presidente e Helena Roseta e Alberto João Jardim para Vice-Presidentes. Para o Conselho de Jurisdição Nacional concorreriam duas listas, uma afecta aos "Notáveis", liderada por Francisco Antunes da Silva e outra próxima dos "Balsemistas", encabeçada por António Sande Lemos, vindo a primeira a eleger cinco dos seus candidatos e a segunda a incluir nesse órgão quatro dos seus elementos.

Os opositores a Francisco Pinto Balsemão obteriam, assim, a hegemonia da di-

dária e a política de alianças que dela decorreria(1209), surgia Francisco Pinto Balsemão como o grande derrotado de Montechoro(1210), pese embora o facto de ter visto eleger para o Conselho Nacional diversos elementos da sua área de influ-

---

recção partidária e a maioria nos restantes órgãos, já que na Mesa do Congresso ficaria a presidir um dos expoentes dos "Notáveis" e a vice-presidir uma "Crítica" de longa data daquele dirigente, embora mantendo posições aparentemente demarcadas relativamente aos "Notáveis" e um "Crítico" recente do mesmo (vejam-se as declarações proferidas durante o Congresso por Alberto João Jardim, que afirmou só ter retirado o apoio ao Presidente do PSD aquando da sua demissão em Dezembro anterior).

Veja-se na Lista 10 do Anexo IV desta dissertação os nomes dos restantes elementos eleitos para os órgãos acima mencionados: 8 Vogais da Comissão Política Nacional, membros efectivos e suplentes do Conselho de Jurisdição Nacional e 3 Secretários da Mesa do Congresso.

As alterações estatutárias processadas nesta Cimeira, especificamente no que concerne a estes orgãos, encontram-se no *Povo Livre*, nº 448, de 3 de Março de 1983, p. 1.

(1209) Na Moção de estratégia aprovada decidir-se-ia, explicitamente, que "(...) terminou automaticamente o acordo constitutivo da AD e extinguiu-se a legitimidade político-contratual da coligação enquanto garante e portadora do projecto da AD", embora se admitisse a negociação de um "acordo global de defesa do regime" eventualmente a ser, em primeira linha, celebrado com o CDS, no caso de os resultados eleitorais serem idênticos aos de 1979 e 1980; a moção apontava para um papel de oposição no caso de não se atingir a maioria absoluta, enquanto no discurso de Carlos Mota Pinto não seria sequer feita qualquer referência à coligação. Vejam-se as "Conclusões do X Congresso Nacional", a Moção aprovada e o discurso de Carlos Mota Pinto no *Povo Livre*, nº 448, de 3 de Março de 1983, respectivamente pp. 2 a 4 e 5 a 7.

(1210) Veja-se o balanço efectuado por Francisco Pinto Balsemão no X Congresso no *Povo Livre*, nº 448, de 3 de Março de 1983, pp. 10 a 14, no qual consideraria positiva a sua actuação no Governo, acusando o líder do CDS e, um a um, os seus companheiros de partido, os quais, no seu entender, tendo-o atacado, só agravariam a instabilidade intra-partidária, no Parlamento e no Executivo, o que teria acabado por levar à crise. Reconheceria, também, que as soluções a encontrar no Congresso não passariam pela sua pessoa, remetendo-se a militante da base mas propondo-se, contudo, a prestar todo o apoio à nova direcção partidária, sem deixar, no entanto, de se manifestar contra a "troika" e, sobretudo, relativamente a um dos seus membros, Eurico de Melo, cuja actuação entenderia só ter prejudicado o partido. Veja-se o número supra-citado do *Povo Livre* e as gravações das suas intervenções no Congresso de Montechoro, existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

Vejam-se, também as notícias na imprensa da época: o *Notícias da Tarde*, de 26 de Fevereiro de 1982 sobre a constituição da "troika", *O Dia*, de 27 de Fevereiro de 1983, anunciando a vitória segura de Carlos Mota Pinto e o *Correio da Manhã*, também de 27 de Fevereiro de 1983, realçando as fracas intevenções em defesa de Francisco Pinto Balsemão. Veja-se, igualmente, para entender o clima que rodeou

ência(1211).

9. Em resumo, como temos vindo a observar, o terceiro grande conflito intra-partidário encerraria aspectos consideravelmente mais complexos do que os anteriores.

Desaparecidos os "Inadiáveis" com a depuração interna processada em 1978, durante os dois anos seguintes só existiria Francisco Sá Carneiro em termos tácticos, estratégicos e de chefia partidária. Após a sua morte, surgiria uma clivagem inicialmente mais táctica do que estratégica e, sobretudo, marcada por questões que se prendiam com o acesso à liderança pessoal. Embora a problemática que oporia os chamados "Críticos" a Francisco Pinto Balsemão se formulasse predominantemente com esses contornos, subjacente aos mesmos estariam, de novo, sensíveis diferenciações ideológicas, cujos limites se apresentariam, frente à prática, pouco claros.

Enquanto os "Críticos", nos seus primórdios, defendiam

---

aquela cimeira, o artigo de MIGUEL ALMEIDA FERNANDES, "O dia a dia de um Congresso com muitos vencedores", na "Revista" do *Expresso*, nº 540, de 5 de Março de 1983, pp. 14-R e 15-R.

(1212) Para o Conselho Nacional concorreriam 5 listas; a Lista A, do "grupo dos 44", encabeçada por José Manuel Menéres Pimentel, seguido de Luís Fontoura, receberia 6,3% dos votos favoráveis, incluindo aqueles dois elementos no órgão em causa; a Lista B, afecta aos "Balsemistas", liderada por João Bosco Mota Amaral e incluindo, entre outros, nomes como João Salgueiro, Tomás Oliveira Dias, Fernando Amaral, Miguel Veiga e José Vitorino, colheria 34,8% de votos a favor, conseguindo assim 11 lugares naquele órgão; a Lista C, dos "Notáveis" obteria 34,5% dos votos, correspondentes a 240 votos e 11 lugares; a Lista D, encabeçada por Pedro Santana Lopes conseguiria 56 votos, ou seja 8% de votos favoráveis, equivalentes a 2 lugares naquele orgão; da Lista E, liderada por Helena Roseta, entrariam 4 elementos correspondendo aos 100 votos recebidos, ou seja, a 14,4% de votos favoráveis. Vejam-se as cinco listas submetidas à votação para o Conselho Nacional, nas quais estão assinalados os nomes propostos e as respectivas votações, nos documentos relativos ao X Congresso Nacional, Serviços de Documentação do PSD. Veja-se, igualmente, a Lista 10 do Anexo IV desta dissertação, onde constam os nomes de todas as personalidades eleitas para aquele órgão.

posições pró-AD requerendo mesmo alguns deles a sua institucionalização e se declaravam também totalmente anti-PCP e anti-Eanes, Francisco Pinto Balsemão, vindo das fileiras dos "Inadiáveis", embora nunca tivesse saído do partido, mostrava-se mais apaziguador relativamente ao Presidente da República e, em princípio, tendente a uma opção menos radical do que a propugnada pelos seus opositores.

Para se manter no poder, o novo líder do PSD, por mera táctica ou no quadro de uma jogada eventualmente estratégica, teria que proceder à colagem aos "Críticos", os quais, ironicamente, viriam depois a provocar uma viragem à "esquerda", ficando Francisco Pinto Balsemão na fase terminal da AD na posição de defesa da coligação com o CDS. Como parece evidente, quer de uma, quer de outra parte, tal ficaria a dever-se mais a razões de natureza pessoal, decorrentes do quadro de oportunidades oferecido tanto pelo sistema político como pelo sistema intra-partidário às suas elites, do que a posicionamentos estratégicos de fundo. A defesa, por uns, em qualquer circunstância, do projecto da AD, representaria a única forma de os mesmos liderarem o processo político e assegurarem o controlo interno no PSD, enquanto representantes da herança política de Francisco Sá Carneiro; o ataque à AD, processado pelos outros contra a sua própria tendência natural, seria a única forma de contestar a liderança do processo político e partidário por parte da "facção" "Balsemista" vindo, desse modo, a alargar consideravelmente a sua margem de manobra e o seu leque de oportunidades nos dois planos considerados.

Falhada a tentativa de ponte com Carlos Mota Pinto e com os ex-dissidentes do partido, acabava qualquer hipótese de manutenção no poder do primeiro substituto de Francisco Sá Carneiro, sobretudo dadas as sucessivas deserções efectuadas nas fileiras dos seus apoiantes e o sucesso, pontual, da plataforma encontrada entre os "Críticos" e os "Mota Pintistas", viabilizada pelo apoio dos sectores ex-"Balsemistas" unidos, ou não, nos "Notáveis", cuja viragem se revelaria determinante no desenrolar dos acontecimentos.

O Congresso de Montechoro avançara já apresentando como suporte a ponte estabelecida entre essas diversas facções, tendo subjacente dois compromissos: um, de ordem intra-partidária, apontaria para a formação de uma liderança tripartida, com uma composição consideravelmente alargada, em termos de representação das diversas sensibilidades internas mas apresentando uma alternativa nítida, corporizada em Carlos Mota Pinto, única personalidade do triunvirato constituído sobre a Presidência (honorária) de Nuno Rodrigues dos Santos, capaz de arregimentar consensos alargados(1213); outro, que se prenderia com o papel do PSD no sistema político-partidário e que viria a ser viabilizado através da constituição do futuro

---

(1213) Na "troika" Henrique Nascimento Rodrigues representava a "ala esquerda" do PSD e, daí, a dificuldade de catalizar um leque alargado de apoios; Eurico de Melo teria consideráveis oposições internas mesmo nos apoiantes do sector dos "Notáveis", já sem falar na total impossibilidade de os conseguir no "Grupo dos 44" ou nos "Balsemistas"; Carlos Mota Pinto, salvo no que respeitava à clara recusa expressa por Helena Roseta e à incipiente demarcação do "Grupo de Lisboa", para além dos apoios explícitos daquelas facções, obteria também o suporte do "Grupo dos 44" tendo mesmo sido, como vimos atrás, o candidato a Primeiro-Ministro de Francisco Pinto Balsemão.

Bloco Central com o PS, subjacente ao qual estariam propósitos estratégicos de âmbito mais lato e a longo prazo.

Esses objectivos finais, que de qualquer forma só seriam do domínio de um grupo muito restrito, não se mostrariam totalmente líquidos nesta fase, até porque dependiam dos resultados das legislativas e só o desenvolvimento da etapa subsequente viria a confirmar terem estado os mesmos subjacentes à opção tomada nessa altura. De qualquer forma, nem um, nem outro daqueles propósitos, configuraria explicitamente qualquer das bases de clivagem do terceiro conflito do PSD, o qual praticamente se poderia resumir a uma mera questão de luta pela liderança no partido e no cerne do poder político, para a conquista da qual novos objectivos teriam que ser delineados.

Do que aqui ficou dito se conclui, por agora, que esta etapa adquiriu menos o perfil de um conflito único, com contornos precisos, com uma base de clivagem bem diferenciada e com alinhamentos cristalizados das facções internas, como nos dois conflitos anteriores e mais o de configurações sucessivas de conflitualidade permanente, apesar dos consensos parcial e pontualmente encontrados. A base de clivagem, sobretudo derivada da problemática da luta pelo poder interno e no sistema político mais vasto, provocaria alterações nos alinhamentos originais das elites envolvidas no processo, não sendo muito claros os contornos das dissensões de ordem estratégica, cujas opções seriam quase sempre assumidas de uma forma incongruente relativamente às respectivas orientações ideológicas.

De referir, igualmente, a circunstância de este confli-

to do PSD ter determinado o fim da estratégia bipolarizadora, trocando-a pela participação no que viria a ser perspectivado como a política do consenso, alterando-se assim radicalmente a configuração e a dinâmica fundamental do sistema político-partidário.

Mais uma vez, o PSD, através de um processo de conflitualidade interna viria imprimir ao processo político português um outro andamento, passando o novo eixo do sistema e a nova estratégia que lhe estaria subjacente pelo deflagrar de um seu conflito intra-partidário.

10. Dentro da mesma metodologia que presidiu à elaboração dos sub-capítulos anteriores caberá, agora, proceder à enumeração dos principais aspectos de que se revestiu o terceiro conflito intra-partidário do PSD. Dele sobressairiam, em nossa opinião, as seguintes características fundamentais:

a) *Conflito com raiz na crise de orfandade em que o partido entraria após o desaparecimento do seu líder histórico;*

b) *Gestação prolongada, num panorama pouco clarificado e flutuante em termos tácticos e estratégicos;*

c) *Prazo de maturação cíclico, não tendo, no entanto, em nenhuma dessas fases adquirido o conflito momentos de ruptura, nem sequer se prefigurando qualquer cisão na fase final do mesmo;*

d) *Amenização permanente das dissensões internas, evitando-se, por várias vezes, o confronto, devi-*

do à vontade deliberada das elites, em face dos superiores interesses nacionais, que imporiam o estabelecimento de acordos pontuais e o recuo táctico da oposição intra-partidária;

e) Continuidade da liderança intra-partidária instituída no início desta etapa, contrastando com os anteriores conflitos em que a alternância na chefia seria um dos traços dominantes;

f) À não interrupção e substituição dessa liderança, equivaleria, no entanto, a erosão progressiva da mesma, quer no âmbito partidário, quer no do aparelho do Estado;

g) Liderança não carismática, progressivamente ameaçada, tanto pelas movimentações internas como no seio da coligação, através das agregações de interesses estabelecidos num e noutro plano, tendo em vista idêntico objectivo;

h) Clivagens entre as facções decorrentes de questões de liderança pessoal e de tácticas divergentes, com componentes pouco claras de ordem ideológico-estratégica;

i) Estratégias seguidas pelas facções antagónicas pouco consistentes com as eventuais orientações ideológicas de base;

j) Querela estatutária assumindo um papel fundamental por diversos momentos no desenrolar do conflito, funcionando como despoletador do confronto

final, tendo por detrás clivagens de ordem estratégica pouco clarificadas;

k) Conflito interno acelerado pela crise suscitada no âmbito da coligação AD, dinamizada pela acção voluntária das elites intra e extra-partidárias;

l) Maiores implicações das bases do partido no processo de conflito relativamente aos conflitos anteriores, seja em termos da sua configuração inicial, seja no dos apoios aquando da decisão final;

m) Tentativa, infrutífera, da "facção" institucionalizada de recurso ao efeito surpresa para superar a crise, ao invés dos conflitos anteriores, nas quais a táctica de choque beneficiaria sempre o seu utilizador;

n) Alinhamentos sucessivos das elites em diferentes agrupamentos, sem coerência com os alinhamentos iniciais, assentando em bases de clivagem diferenciadas de contornos fluidos e pouco consistentes, sendo essa agregação de ordem meramente táctica e tendo como elemento catalizador a procura da substituição da liderança;

o) Continuação do referencial Sá Carneiro, não pela sua presença, como nos anteriores conflitos, mas pela sua ausência, a qual determinaria o vazio do poder e a subsequente luta entre as elites para a sua conquista;

p) Permanência, mesmo após o confronto final, de uma situação pouco clarificada em termos intra-partidários, dado que, ao invés dos conflitos anteriores que sempre provocaram uma clarificação real, seria com base na pseudo-clarificação processada que se iria sedimentar o conflito seguinte;

q) O confronto final não levaria, pelas razões acima aduzidas, a qualquer cisão, como ocorreu nos dois outros conflitos, vindo a ressurgir, pouco tempo depois, as clivagens existentes no início e a reaparecerem as facções com base nas linhagens presentes no primeiro ciclo deste conflito;

r) Em conformidade, diluir-se-iam os agrupamentos constituídos em determinado momento do conflito, por não se justificar já a sua permanência.

4. O reacender dos conflitos e a sua sublimação

1. Tendo ficado decidido, aquando do X Congresso Nacional, que o PSD concorreria isolado às eleições legislativas(1214), a campanha eleitoral de 1983 decorreria sob o signo

---

(1214) Recorde-se que no X Congresso do PSD apenas duas das moções apresentadas proporiam que o PSD concorresse em listas conjuntas com o CDS no âmbito da AD, tendo os proponentes de uma delas - a conhecida por "Moção Santana Lopes" - acabado por recuar nessa pretensão, permanecendo apenas na defesa de que o PSD deveria passar à oposição no caso de não ser o partido mais votado.

Quanto à moção da linha vencedora, como já vimos, apontava para que o PSD concorresse isolado, não definindo, à partida, de forma muito precisa as hipotéticas

da mudança, representando uma modalidade diferente relativamente às duas eleições anteriores. Abandonado o projecto da AD, começavam a prefigurar-se, como já vimos, novas hipótese de alianças pós-eleitorais(1215).

Um dos cenários que então se perfilaria como podendo ter maiores hipóteses de viabilização seria o de um eventual acordo com os socialistas, no quadro de uma aliança cujos parâmetros haveria que considerar. Como já defendemos atrás, sob tal égide teria, eventualmente, decorrido a anterior cimeira do PSD; pelo menos, fora essa a onda, sob a capa da contestação a Francisco Pinto Balsemão e da apresentação de uma alternativa de liderança - Carlos Mota Pinto, o único na altura capaz de granjear os necessários apoios - que determinara o realinhamento das elites nas novas constelações dos grupos em conflito. Estes passariam a apresentar uma configuração diversa e não necessariamente assente nas linhagens intra-partidárias anteriores, influenciando o decorrer dos trabalhos daquele Congresso e, consequentemente, os seus resultados finais.

---

coligações pós-eleitorais, prefigurando-se como possíveis uma coligação governamental ou um acordo de incidência parlamentar, visto um acordo PSD/PS se apresentar já como bastante provável, sobretudo se se considerar a fraca possibilidade de o PS conseguir sozinho a maioria e da predisposição para tal por parte do PSD.

(1215) Veja-se, por exemplo, o artigo "AD desistiu de implantar o projecto de mudança para o trocar pela participação na chamada política do consenso, liderada pelo Presidente da República", *in Expresso*, nº 544, de 1 de Abril de 1988, p. 10.

Sobre a extinção da AD como coligação eleitoral e a eventualidade de um retorno à quadripolarização de 1975 e 1976, veja-se o *Expresso*, nº 546, de 16 de Abril de 1983, p. 4, assim como a carta de Francisco Lucas Pires, do CDS, cuja fotocópia consultámos nos Serviços de Documentação do PSD, solicitando a este partido que se pronunciasse definitivamente acerca da manutenção daquela coligação ou da eventualidade de uma renovação da mesma, o que não viria a acontecer.

Indicado Carlos Mota Pinto para candidato a Primeiro-Ministro por parte do PSD(1216), o partido envidaria todos os seus esforços na campanha eleitoral, durante a qual seria bem patente a preocupação de reforçar a imagem da nova liderança, centrando a campanha na sua pessoa(1217).

A corrente em direcção ao Bloco Central, não só ao nível interno do PSD, como no plano político mais vasto, tornava-se já de difícil paragem e mal se apuraram os resultados

---

(1216) Carlos Mota Pinto seria indicado como o candidato ao cargo de futuro Primeiro-Ministro pela nova Comissão Política Nacional, reunida a 2 de Março de 1983. Veja-se a deliberação em causa noticiada no *Povo Livre,* nº 449, de 9 de Março de 1983, p. 1.

Quanto aos candidatos às eleições legislativas seriam apresentados numa conferência de imprensa realizada no Hotel Penta, em Lisboa, a 9 de Março de 1983. Cf. *idem,* pp. 2 a 4.

Dias depois, seria a vez do "Manifesto Eleitoral do PSD" ser igualmente apresentado, através de uma conferência de imprensa na sede nacional do partido. Cf. *Povo Livre,* nº 450, de 16 de Março de 1983, p. 1 e *Povo Livre,* nº 451, de 23 de Março de 1983, pp. 4 e 5.

Anote-se que em anterior reunião da Comissão Política Nacional recém-eleita (a reunião em causa decorreria em Montechoro logo após o X Congresso) e visto Francisco Pinto Balsemão ter anunciado à imprensa a sua disposição de não se candidatar como cabeça de lista por Lisboa (conforme ficara acordado aquando do III Conselho Nacional de 19 e 20 de Fevereiro), se decidiria avançar com o nome de Nuno Rodrigues dos Santos para o cargo, visto ser o segundo candidato da lista em causa.

(1217) Carlos Mota Pinto apareceria na campanha eleitoral mais como o líder forte do PSD, do que fazendo parte da sua direcção colectiva, procurando-se enfatizar as suas características de liderança e a sua imagem popular.

Sobre a campanha eleitoral do PSD para as legislativas de 1983 veja-se, além do *Povo Livre,* nº 453, de 6 de Abril de 1983, pp. 1 e 5, o *Expresso,* nº 456, de 16 de Abril de de 1983, p. 4 e o nº 547, de 23 de Abril de 1983, pp. 4 a 7 sobre a última semana de campanha. Vejam-se, também, as características da campanha do PSD - fortemente personalizada, com Carlos Mota Pinto como novo símbolo de força do partido e com um discurso programaticamente orientado e ideologicamente social-democrata - no artigo de MARIA JOÃO AVILLEZ, JOSÉ MANUEL FERNANDES e JOÃO CARLOS ESPADA, "A quem falam os partidos", na "Revista" do *Expresso,* nº 544, de 1 de Abril de 1983, pp. 12-R e 14-R.

Sobre a importância de que se revestiria o *marketing* da campanha eleitoral para as legislativas no que se refere ao PSD, principalmente no que concerne à preocupação demonstrada no fabrico da imagem do novo líder, veja-se a caixa de ANTÓNIO JOSÉ SARAIVA, "Política à portuguesa: os líderes e as misses", *in idem,* p. 3.

eleitorais(1218), a Comissão Política Nacional convocaria uma reunião do Conselho Nacional(1219), tendo por fim decidir quanto à "concretização de uma solução política pós-eleitoral"(1220). Parecia então mais clara a predisposição para um eventual acordo com os socialistas, embora se considerasse não caber ao PSD "qualquer iniciativa nessa matéria"(1221).

Em vésperas dessa reunião, enquanto na Comissão Política, de novo reunida para análise da situação, se formava um consenso favorável à viabilização da "construção de uma solução democrática (...) com a rapidez necessária", reclamando-se, contudo, a necessidade de não quebrar os compromissos processados com o respectivo eleitorado(1222), diversos sectores se pronunciariam sobre o cenário mais provável(1223).

(1218) Sobre os resultados eleitorais veja-se o Quadro 2 de o Mapa 5 do Anexo VI desta dissertação. Veja-se, também, o balanço desses resultados, realizado por JOSÉ CARLOS SERRAS GAGO e JORGE SÁ, na "Revista" do *Expresso*, nº 548, de 30 de Abril de 1983, p. 15-R e a análise dos mesmos efectuada por ANTÓNIO CAPUCHO, no *Povo Livre*, nº 456, de 30 de Abril de 1983, pp. 4 e 5 e nº 457, de 4 de Maio de 1983, pp. 11 e 12.

O PSD pronunciar-se-ia sobre esses resultados através de um "Comunicado da Comissão Política Nacional" de 27 de Abril de 1983, congratulando-se com os mesmos. Cf. *Povo Livre*, nº 458, de 11 de Maio de 1983, p. 1.

(1219) O IV Conselho Nacional do PSD seria convocado na reunião da Comissão Política Nacional de 27 de Abril de 1983. Veja-se a respectiva "Convocatória" no *Povo Livre*, nº 457, de 4 de Maio de 1983, p. 1, sendo o primeiro ponto da respectiva ordem de trabalhos a análise dos resultados eleitorais e o segundo a análise da situação política ou seja, em concreto, a decisão a tomar relativamente à aliança com o PS.

(1220) Cf. "Comunicado da Comissão Política Nacional" do PSD, de 27 de Abril de 1983, no *Povo Livre*, nº 456, de 30 de Abril de 1983, p. 1, *item* 3.

(1221) Cf. *ibidem*.

(1222) Cf. "Comunicado da Comissão Política Nacional", de 4 de Maio de 1983, no *Povo Livre*, nº 458, de 11 de Maio de 1983, p. 3.

(1223) Alguns sectores declarar-se-iam a favor do Bloco Central, tal como o "Grupo dos 44" (vejam-se, por exemplo, as declarações de Victor Pereira Crespo, novo director

No processo prévio da formação do que viria a ser o Bloco Central assumiriam particular importância os contactos eventualmente estabelecidos entre Carlos Mota Pinto e Mário Soares(1224), contactos esses que justificariam certas características da estratégia eleitoral do PSD. Esta teria algumas flutuações prevendo, simultaneamente, a eventualidade de uma aliança com o CDS ou a mera passagem à oposição e apresentando, também, sinais de grande apaziguamento com o PS, se não mesmo de um espírito de franca predisposição para com o Bloco Central(1225).

---

do *Povo Livre*, desde 16 de Março de 1983, no nº 456, de 30 de Abril de 1983, p. 1), ou a aceitação da aliança com o PS por inexistência de alternativa, expressa nas declarações de José Carlos Viana Baptista ao *Diário de Lisboa*, de 8 de Maio de 1983; de igual forma atente-se nas declarações do Presidente do Governo Regional da Madeira e nas de Helena Roseta através das páginas do orgão oficial do PSD (Cf. *Povo Livre*, nº 457, de 4 de Maio de 1983, p. 3); outros, como seria o caso da Comissão Política da Área Metropolitana de Lisboa (bastião do chamado "Grupo de Lisboa") manifestar-se-iam claramente contra, declarando-se mesmo dispostos a evitar a sua formação (Cf. *ibidem*).

(1224) Contactos esses realizados com a intermediação de António Almeida Santos, do PS e Eurico de Melo, do PSD. Vejam-se as declarações de Carlos Mota Pinto negando ter havido encontros formais nesse sentido, mas afirmando expressamente que "as pessoas encontram-se". Cf. *Diário de Lisboa*, de 8 de Maio de 1983.

(1225) Sobre esta ambiguidade da estratégia de alianças da linha vencedora do X Congresso do PSD, para além do próprio conteúdo dos documentos já citados atrás, veja-se a caixa de JOSÉ ANTÓNIO SARAIVA "Política à portuguesa: o PSD e o voto", *in Expresso*, nº 547, de 23 de Abril de 1983, p. 3.

Vejam-se, por exemplo, as declarações de Eurico de Melo à imprensa manifestando algumas reservas quanto ao Bloco Central, aliás possibilidade de que nunca se falaria explicitamente durante a campanha eleitoral do PSD, mantendo aquele dirigente idêntica posição até ao II Conselho Nacional do partido, vindo aí a ser um dos defensores (com Victor Pereira Crespo e António Barbosa de Melo, para além de Carlos Mota Pinto), de um Governo de coligação com o PS para superar a crise. Para além do testemunho dos três primeiros que recolhemos, veja-se MARIA JOÃO AVILLEZ, "PSD: à espera de um sinal socialista", *in* "Revista" do *Expresso*, nº 548, de 30 de Abril de 1983, pp. 12-R e 14-R.

A tese da inevitabilidade do acordo com o PS repousaria, também, no facto de se cair numa situação de "impasse" prolongado no caso de não ser formado o novo Executivo, dada a circunstância de novas eleições só se poderem vir a realizar no início de 1984 devido às disposições constitucionais que impediriam o Presidente

A indefinição manifesta durante a campanha eleitoral relativamente às alianças possíveis inscrever-se-ia numa estratégia ambígua propositadamente acordada pela direcção do partido, aguardando-se os resultados eleitorais, em face dos quais se definiria essa política.

A ambiguidade dessa estratégia decorreria, assim, da incógnita que representavam, ainda, os resultados eleitorais, perante os quais se tornaria possível caminhar num ou noutro sentido, de acordo com a predisposição que para tal viessem os socialistas a manifestar(1226), visto que, fosse qual fosse a estratégia do respectivo Secretário-Geral, qualquer definição nesse sentido teria que passar pelo acordo prévio das bases partidárias.

2. No processo da constituição do Bloco Central seriam determinantes, por parte do PSD, as decisões assumidas em dois momentos específicos da sua vida interna, ambas processadas no âmbito de reuniões do respectivo Conselho Nacional, sem negar a importância primordial das consultas tidas com o líder do PS, isto é, os eventuais acordos ou os meros contactos informais então estabelecidos.

---

da República de dissolver o Parlamento antes de passados seis meses sobre as legislativas de Abril de 1983 e tornando-se necessário um prazo de 80 a 90 dias depois para marcar novo acto eleitoral.

(1226) Na âmbito do PS seria levado a cabo um referendo interno no sentido de os militantes se pronunciarem àcerca das coligações possíveis com os diferentes partidos portugueses, considerando a impossibilidade de os socialistas formarem um Governo minoritário, mercê das disposições nesse sentido aprovadas na IV cimeira nacional deste partido. Mais de 80% dos inquiridos opinariam no sentido de uma coligação PS/CDS, tendo então Mário Soares enviado uma carta a Carlos Mota Pinto para se encetarem as negociações em causa. Cf. *O Primeiro de Janeiro*, de 7 de Maio de 1983.

A primeira ocasião seria constituída pelo IV Conselho Nacional do PSD de 1983, no qual se decidiria mandatar a Comissão Política Nacional para desenvolver as necessárias negociações com o PS, assumindo-se desta forma um certo compromisso quanto à participação do PSD no futuro Executivo(1227). Tal prática significaria conceder a Carlos Mota Pinto a iniciativa nessa matéria, pese embora o facto de a decisão final ter sempre que passar pela aprovação dos órgãos nacionais do partido.

Sintomática mostrar-se-ia a circunstância de nesse Conselho Nacional terem sido rejeitadas todas as propostas apresentadas no sentido de estabelecer alguns limites nas negocia-

---

(1227) Veja-se o "Comunicado final" no *Povo Livre*, nº 458, de 11 de Maio de 1983, p. 2, especialmente o respectivo ponto 1,7, no qual "se decide mandatar a Comissão Política para, com todos os inerentes poderes, iniciar negociações com o PS". Esta decisão levantaria alguma polémica interna, visto alguns sectores terem considerado que tal representava passar-se um cheque em branco àquele órgão, ao que António Capucho reagiria desfavoravelmente, considerando que não o fazer significaria uma prova de desconfiança na direcção partidária, para além de a decisão final só ser tomada com as negociações já muito adiantadas.

Veja-se, também, a "Acta nº 1/83 do IV Conselho Nacional 7/8 de Maio de 1983" e as diversas moções apresentadas à Mesa, no conjunto de documentos relativos ao IV Conselho Nacional de 1983 existente nos Serviços de Documentação do PSD.

A Moção A, subscrita pela Comissão Política Nacional, seria aprovada por 33 votos a favor, 14 contra e 9 abstenções, vindo as restantes 6 moções apresentadas durante o debate, como outras propostas de alteração na especialidade, a ser rejeitadas, salvo a Moção H de Luís Filipe Menezes, da Comissão Política Distrital do Porto, considerada por 31 votos a favor, 3 contra e 21 abstenções como recomendação à Comissão Política Nacional. Nesta Moção se reclamaria que do acordo a firmar com o PS teria de constar a necessidade de se proceder a nova revisão constitucional, fundamentalmente nos capítulos de incidência económica.

Também seria aprovado por 40 votos a favor, 6 contra e 5 abstenções, o ponto 1 da Moção C da Comissão Política Distrital de Viseu, propondo a realização de uma reunião da Comissão Política Nacional com os Deputados eleitos. Note-se que tal reunião viria a ter lugar a 19 de Maio, tal como seria anunciado no *Povo Livre*, nº 459, de 18 de Maio de 1983, p. 1.

Veja-se igualmente nesta matéria o "Comunicado final" do IV Conselho Nacional, no *Povo Livre*, nº 458, de 11 de Maio de 1983, p. 2, particularmente o ponto 2, que não consta da Moção A.

ções a encetar com os socialistas(1228), salvo no que se refere à questão de, no estabelecimento de qualquer acordo com o PS, ter de ser incluída uma disposição relativa à futura revisão constitucional, para além de se ter assentado no alargamento dos contactos ao CDS, tornando claro a já evidente ligação entre estes dois vectores que constariam do Comunicado então difundido(1229).

Considerando a recusa manifestada pelo CDS em integrar uma solução tripartida, apesar da aproximação realizada pelo PSD(1230), conquanto numa perspectiva predominantemente tácti-

---

(1228) Teses como a defendida por João Bosco Mota Amaral, querendo fazer depender o acordo da não liberalização do aborto, ou a tentativa de João Salgueiro propugnando um acordo de regime com o PS, não fariam igualmente vencimento; quanto à Moção F, da Distrital de Lisboa, procurando que o PSD passasse à oposição, mas admitindo, contudo, um entendimento de incidência parlamentar com os socialistas seria derrotada por 34 votos contra, 9 a favor e 12 abstenções, assim como uma proposta, posteriormente entregue à Mesa, da autoria de Pedro Santana Lopes e de Conceição Monteiro, advogando a realização de um referendo às bases sobre as negociações em causa só colheria 5 votos favoráveis, 46 contra e 6 abstenções. Outras intervenções, como as proferidas por Marcelo Rebelo de Sousa e por José Miguel Júdice defendendo a ida do PSD para a oposição também não teriam eco nos Conselheiros. Vejam-se, para além do conteúdo da nota anterior, as gravações do VI Conselho Nacional de 1983, nos Serviços de Documentação do PSD e a "Acta nº1/83 do IV Conselho Nacional, 7/8 de Maio de 1983" e documentos anexos, existentes naqueles serviços.

(1229) Cf. *idem*. É evidente que sem o CDS não se viriam a conseguir os quatro quintos de Deputados na Assembleia da República necessários àquela revisão. Note-se, também, que durante os trabalhos daquele Conselho Nacional, segundo verificámos pelas gravações dos mesmos existentes nos Serviços de Documentação do PSD, seria a facção "Balsemista", por meio de João Salgueiro, que mais insistiria na necessidade de rever a fundo as questões relacionadas com o sistema económico.

(1230) Apesar de no "Comunicado final do IV Conselho Nacional" se verificar "(...) a recusa pública e reiterada do CDS em integrar uma solução governativa empenhante das forças democráticas com expressão parlamentar (...)", decidir-se-ia, para além do iniciar de negociações com o PS, recomendar "(...) não obstante a reiterada indisponibilidade do CDS,, (...) estabelecer contacto e diálogo com este partido, nomeadamente a fim de esclarecer e aprofundar o conhecimento da sua posição relativamente a um Governo de maioria onde estejam representados os três partidos democráticos". Cf. ponto 1.7 do Comunicado em causa, publicado no *Povo Livre*, nº 458, de 11 de Maio de 1983, p. 2.

ca em face da quase certa negativa dos centristas, encetar-se-iam as negociações com o PS para a definição das premissas em que o acordo iria assentar(1231).

Se o acordo de regime avançado pela facção "Balsemista" não fizera vencimento no IV Conselho Nacional(1232), o facto é que da parte dos defensores da abertura de negociações com o PS se assistiria, mais tarde, a uma certa hesitação quanto à fórmula, duração e sobretudo no que se refere a alguns dos vectores aos quais a coligação com os socialistas deveria obedecer.

Tal ficar-se-ia a dever à apresentação de certas condições quanto ao tempo de duração do acordo, à introdução de exigências relativamente a aspectos de carácter laboral e das reformas estruturais a realizar, parecendo tal actuação cor-

---

Dois dias depois do IV Conselho Nacional, Carlos Mota Pinto enviaria um convite ao CDS para participar num acordo tripartido que os centristas viriam a recusar, dando assim seguimento à pretensão do PSD no sentido de aqueles demonstrarem publicamente a sua rejeição, perdendo futuros argumentos relativamente a não terem sido envolvidos no processo. Veja-se a notícia sobre a recusa segura do CDS no *Notícias da Tarde*, de 7 de Maio de 1983. A corroborar o facto de o convite formulado ao CDS não passar de mera táctica com aquele objectivo, a circunstância de o PS ter liminarmente recusado, desde logo, uma solução tripartida. Cf. *O Jornal*, de 13 de Maio de 1983.

(1231) A 8 de Maio de 1983 Mário Soares endereçaria a Carlos Mota Pinto uma carta no sentido de serem abertas as negociações para o referido acordo, dada a posição favorável ao mesmo assumida no seio do seu partido. (Veja-se, aqui, a nota 1226), convite aceite pelo PSD no dia seguinte. Cf. *Expresso*, nº 549, de 7 de Maio de 1983, pp. 1 e 24.

A 10 de Maio iniciar-se-iam oficialmente as negociações entre o PS e o PSD, através do encontro dos dois respectivos líderes, prevendo-se desde logo uma série de reuniões de reflexão e análise nas Comissões Políticas Distritais do PSD com membros da Comissão Política Nacional. Vejam-se, na nota 556 desta dissertação os primeiros passos do processo de negociações entre os dois partidos.

(1232) Registe-se que, nem Francisco Pinto Balsemão, nem João Bosco Mota Amaral estariam presentes no IV Conselho Nacional, distanciando-se ambos do processo em curso. Veja-se a notícia sobre a ausência de ambos no *Diário Popular*, de 7 de Maio de 1983.

responder menos a uma convicção de fundo e mais a uma jogada táctica, no sentido de fazer aumentar a capacidade negocial dos sociais-democratas(1233). Estas condições, aliás como algumas reticências apresentadas no IV Conselho Nacional no que concerne ao Bloco Central, mas sobretudo perfeitamente explícitas por parte do líder do PSD na altura do Conselho Nacional seguinte, como adiante veremos, viriam, em princípio, reforçar o poder negocial do PSD com um PS para o qual a aliança com os sociais-democratas se apresentava como a única hipótese de ser realmente poder(1234).

A questão da duração do acordo não seria um aspecto despiciendo, podendo mesmo defender-se representar o prazo do mesmo uma das suas coordenadas essenciais, sobretudo na pers-

---

(1233) A lei de delimitação dos sectores produtivos, a alteração das leis laborais, a questão da reforma agrária e a do Serviço Nacional de Saúde seriam alguns dos temas mais quentes das negociações com o PS, em termos de se caminhar com vista a um acordo de incidência governativa, considerando o líder do PSD que sem esses princípios assentes não se estaria em condições de avançar na natureza do acordo e na negociação da composição do Governo. Cf. MIGUEL ALMEIDA FERNANDES, "Nos bastidores da semana política. PS e PSD: um negócio 'em segredo'", no *Expresso*, nº 550, de 14 de Maio de 1983, p. 2. A alteração da lei laboral seria, contudo, a mais difícil exigência a satisfazer, visto que, mesmo depois de a Comissão Política Nacional do PSD se ter pronunciado a favor do protocolo do acordo, ainda surgiriam algumas questões relativamente ao sub-acordo laboral. Veja-se sobre o assunto *O Comércio do Porto*, de 28 de Maio de 1983.

A corroborar a tese de se ter tratado fundamentalmente de uma jogada táctica por parte do PSD, vejam-se as declarações sucessivas de Carlos Mota Pinto, primeiro na RTP (Cf. o *Jornal de Notícias*, de 7 de Maio de 1983) e, depois, no discurso proferido no IV Conselho Nacional, ambas feitas em clima tendente à inevitabilidade do acordo com os socialistas, apelando ao interesse nacional e ao facto de o PSD ter sido "investido em pesadas responsabilidades de que não pode declinar-se (...) pagando o tributo da sua grandeza". (Cf. *ibidem*) e, por último, quando do encontro com Mário Soares. (Cf. o artigo de MIGUEL ALMEIDA FERNANDES, supra citado).

(1234) Daí, a superação de todas as condições apresentadas pelo PSD, visto o PS estar condicionado pela opção das bases e por disposições tomadas no Congresso anterior. Veja-se, aqui, a nota 1226 e a notícia sobre a aceitação, pelo PS, da lei da delimitação dos sectores produtivos, no *Expresso*, nº 551, de 21 de Maio de 1983, p. 1.

pectiva dos socialistas. A coligação para toda a legislatura implicaria, em princípio, a manutenção do Bloco Central pelo menos até à corrida seguinte para Belém podendo, eventualmente, viabilizar a candidatura de Mário Soares à Presidência da República, com o apoio simultâneo dos dois partidos(1235).

As negociações então em curso levariam à apresentação, por parte do PS, de um protocolo de acordo ao PSD (1236), que viria a ser proposto pela Comissão Política Nacional deste

---

(1235) Embora os socialistas procurassem, em princípio, posicionar a questão das presidenciais fora da problemática do acordo, considerando este possível só por dois anos ou vindo cada um dos partidos a apresentar o seu candidato, desistindo o menos votado a favor do com mais votos (o que, em última instância, viria a beneficiar o candidato do PS), o facto é que esta questão estava subjacente às negociações em causa, começando a gizar-se no seio do PS movimentações várias com o objectivo de vir a propulsionar o seu Secretário-Geral para Presidente do País. Veja-se MIGUEL ALMEIDA FERNANDES, "Nos bastidores da semana política, PS e PSD: um negócio 'em segredo'", no *Expresso,* nº 550, de 14 de Maio de 1983, p. 2.

O PSD acabaria por admitir que a questão das presidenciais não ficasse expressa no acordo de legislatura. O facto de não ter ficado logo exarado no acordo qualquer disposição, à partida impeditiva ou, pelo menos, pouco propiciadora de um futuro apoio ao candidato do PS, levaria a especulações várias, nomeadamente, de que estaria implícito o PSD se predispor a apoiar Mário Soares desde que o PS lhe cedesse em 1985 o lugar de Primeiro-Ministro. Segundo a mesma interpretação tal exigência seria de difícil satisfação por parte dos socialistas, tendo-se decidido por deixar a questão em aberto para posterior resolução. Cf. MIGUEL ALMEIDA FERNANDES "Nos bastidores da semana política, Lentidão das negociações preocupa presidência", no *Expresso,* nº 551, de 21 de Maio de 1983, p. 2.

(1236) Depois de um certo "impasse" nas negociações devido a constantes substituições na delegação do PSD (ao que parece ultrapassadas pela presença de António Capucho) e à dificuldade surgida quanto à indigitação do Ministro das Finanças, tendo os primeiros convidados - Victor Constâncio e Rui Vilar, ambos do PS - recusado assumir a pasta e negando-se o PSD a aceitar a terceira hipótese - Francisco Veloso - acabaria por se finalizar o processo. Veja-se o *Expresso,* nº 551, de 21 de Maio de 1983, pp. 1 e 24.

No PS votar-se-iam favoravelmente as bases gerais do acordo em causa, surgindo alguns votos contra e algumas abstenções, para além de certas declarações de voto contra relativamente a aspectos específicos do mesmo. Sobre este processo e sobre os pontos fundamentais do documento, em termos de princípios programáticos respectivos, dos parâmetros políticos concretos e da distribuição de cargospelos dois partidos envolvidos no acordo,, veja-se o *Expresso,* nº 552, de 28 de Maio de 1983, pp. 1 e 24.

partido(1237) ao respectivo Conselho Nacional. Este seria convocado para se pronunciar definitivamente sobre o acordo em causa em termos de mera ratificação. No entanto, aos Conselheiros viria a apresentar-se uma situação mais complexa e um tanto dúbia, decorrente de novos elementos entretanto introduzidos no processo(1238).

O segundo momento de que falávamos atrás e que se revelaria fundamental em toda esta problemática seria, assim, constituído pelo V Conselho Nacional do PSD de 1983. Não só pelo clima de turbulência em que tal reunião decorreria e pela decisão final tomada relativamente ao Bloco Central(1239), mas, fundamentalmente, devido a ter aí começado a tomar forma novo conflito intra-partidário.

Foi, pois, no Conselho Nacional do Ritz que começou a romper uma clivagem mais concreta e precisa entre as diversas facções que se iriam degladiar durante cerca de dois anos, em

---

(1237) A Comissão Política Nacional do PSD reunida a 27 de Maio de 1983 consideraria o protocolo em questão satisfatório na generalidade, tendo-se decidido propor a sua aceitação pelo Conselho Nacional em reunião de 2 de Junho de 1983, ou seja, em plenos trabalhos daquele órgão do partido, que se iniciariam a 1 de Junho de 1983, no Hotel Ritz em Lisboa. Vejam-se as declarações nesse sentido proferidas por Carlos Mota Pinto e Eurico de Melo à comunicação social, por exemplo, no *Comércio do Porto*, de 28 de Maio de 1983.

(1238) Veja-se a "Convocatória do V Conselho Nacional de 1983", datada de 30 de Maio de 1983, no *Povo Livre*, nº 461, de 1 de Junho de 1983, p. 1, da qual constaria como ponto único da ordem de trabalhos o "deliberar sobre o resultado das negociações".

Sobre o acordo entre o PS e o PSD, veja-se o editorial de Victor Pereira Crespo naquele número do *Povo Livre*, pp. 3 e 5 e a intervenção de Carlos Mota Pinto sobre a coligação em causa *in idem*, nº 462, de 8 de Junho de 1983, p. 1.

Sobre os novos elementos introduzidos no V Conselho Nacional (recuo aparente de Carlos Mota Pinto relativamente ao acordo com o PS) veja-se, aqui, a nota 1247.

(1239) A Moção proposta pela Comissão Política Nacional viria a ser aprovada, depois de acesa polémica, por 33 votos a favor, 5 contra e 13 abstenções. Veja-se o teor da referida moção *in idem*, p. 4.

torno da contestação a Carlos Mota Pinto e ao novo bloco no poder(1240) configurando o quarto grande conflito interno.

Ter-se-á, porém, que sublinhar, desde já, que a configuração então assumida pelas facções e a pertença às mesmas por parte das elites do partido não se manteriam inalteráveis durante todo esse período. Pelo contrário, o realinhamento das elites e o surgir de novas facções seria uma das características deste, como do anterior conflito, pese embora o facto de as novas constelações surgidas irem buscar as suas raízes às linhagens que tomariam na altura forma.

Na polémica suscitada durante o V Conselho Nacional radicaria o início da contestação interna a Carlos Mota Pinto e ao Bloco Central surgindo, desde logo, duas oposições bem manifestas: de um lado, os "Balsemistas" derrotados no Congresso de Montechoro e que se vinham a configurar como grupo de reserva, na eventualidade de futuros confrontos e, do outro, um sector que se demarcaria incipientemente naquela cimeira, através da apresentação de listas próprias, em parte

---

(1240) O IX Governo Constitucional acabaria por tomar posse a 9 de Junho de 1983, cinco dias depois de ter sido assinado o acordo político, parlamentar e de Governo entre o PS e o PSD, depois de ultrapassada a problemática surgida no V Conselho Nacional do PSD (vejam-se as notas 1241 e 1247 desta dissertação).

Veja-se o texto do acordo em causa (a cópia do documento existe nos Serviços de Documentação do PSD), constante de seis páginas e cujo conteúdo assumiria três vectores essenciais: formalização de uma política de concertação social, criação de uma instância superior de representação dos interesses colectivos e adopção de iniciativas legislativas fundamentais a curto prazo.

Veja-se a notícia sobre a assinatura do acordo entre o PS e o PSD no *Expresso*, nº 553, de 4 de Junho de 1983, p. 1, o Programa do Governo na "Revista" do *Expresso*, nº 556, de 25 de Junho de 1983, p. 16-R e a notícia da tomada de posse do IX Governo Constitucional no mesmo jornal nº 554, de 10 de Junho de 1983, pp. 1 e 24 e no *Povo Livre*, nº 463, de 16 de Junho de 1983, p. 2.

Quanto aos membros do PSD que integrariam o novo Executivo, veja-se a Lista 27 do Anexo IV desta dissertação.

coincidente com o "Grupo de Lisboa", sector dos "Críticos" do conflito anterior e que permaneceria na defesa da bipolarização política, no seguimento da tese fulcral da AD.

No decurso dos trabalhos desse Conselho Nacional as vozes divergentes surgidas face à direcção política em exercício e ao novo líder(1241) constituiriam o prenúncio do conflito que, no entanto, só viria a estalar mais de um ano depois.

Além da controvérsia assumida no decorrer do V Conselho Nacional gerar-se-ia um clima de permanentes picardias com a oposição interna, sobretudo manifesta aquando da eleição do Presidente do IPSD(1242), da escolha dos membros do PSD para o

---

(1241) Segundo nos foi dado observar pelas gravações existentes nos Serviços de Documentação do PSD, no decorrer do V Conselho Nacional de 1983 diversas seriam as críticas formuladas à direcção política do partido, nomeadamente no que diria respeito à condução do processo de negociações com o PS e à metodologia utilizada, tendo em conta a não inclusão da problemática laboral, e requerendo-se a sua reabertura (caso da Moção da JSD, depois retirada), ao tipo de acordo formulado (uma moção apresentada por Fernando Brochado Coelho do Porto, que viria depois a ser retirada, requeria um acordo de mera incidência parlamentar) e ao acordo em si mesmo (como seria o caso da intervenção de Pedro Santana Lopes, que se manifestaria totalmente contrário à sua realização).

(1242) Embora Francisco Pinto Balsemão tivesse manifestado a sua intenção de entrar num período de reflexão (veja-se o *Expresso*, nº 544, de 1 de Abril de 1983, p. 3), o facto é que viria a concorrer, integrado na Lista A, à direcção do Instituto Progresso Social e Democracia Francisco Sá Carneiro (IPSD). Depois de numa primeira fase ter surgido como alternativa a recandidatura de Victor Pereira Crespo e, por problemas surgidos à volta da convocatória da Assembleia Geral que conduziriam à falta de *quorum*, a eleição não se realizaria (Cf. *Notícias da Tarde*, de 7 de Maio de 1983); apesar de não ter conseguido o apoio de Carlos Mota Pinto, Francisco Pinto Balsemão obteria o cargo em causa, derrotando por 4 votos a Lista B encabeçada por Henrique Nascimento Rodrigues e patrocinada pela Comissão Política Nacional. Da lista eleita fariam igualmente parte como Vice-Presidentes do Conselho Administrativo Mário Adegas, Luís Nandim de Carvalho e António Sande Lemos e como vogais Alberto Regueira, Victor Simões e Joaquim Sousa Palmeiro; o Conselho Geral respectivo seria presidido por Tomás Oliveira Dias, vice-presidido por Teresa Rio de Carvalho e secretariado por Carlos Coelho, enquanto da Comissão Revisora de Contas fariam parte Emídio António Feio Borges, Silvério Godinho e Rui Oliveira e Costa. Veja-se a notícia sobre o reaparecimento do ex-líder do PSD no *Expresso*, nº 551, de 21 de Maio de 1983, p. 3.

Conselho de Estado(1243) e do candidato à Presidência do Grupo Parlamentar social-democrata(1244). A tensão gerada pelo primeiro acontecimento reportado prender-se-ia com o facto de, no caso de a oposição interna conseguir ascender àqueles cargos se instalar um contrapoder à liderança oficial, situação maximizada devido à importância em termos financeiros do IPSD. Quanto ao segundo aspecto acentuar-se-ia a assintonia entre a Comissão Política Nacional e o Grupo Parlamentar, no qual os "Balsemistas" detinham uma força não desprezível, para além do apoio que conseguiriam noutros sectores do partido(1245).

Seria, assim, fundamentalmente a partir do Conselho Nacional do Ritz, que a contestação intra-partidária se começaria a gizar, demonstrando-se já, aí, uma certa desadequação

---

(1243) Na lista liderada por Carlos Mota Pinto aprovada pela Comissão Política Nacional do partido, não figuraria o nome de Francisco Pinto Balsemão, tendo isso provocado acesa controvérsia no âmbito do Grupo Parlamentar entretanto reunido e informado do facto por Victor Pereira Crespo. Apesar dos acordos inter-partidários eventualmente realizados (veja-se o *Expresso,* nº 555, de 18 de Junho de 1983, p. 3), o PSD não conseguiria fazer eleger o seu segundo candidato, Nuno Rodrigues dos Santos, tendo em conta a fuga de votos da sua bancada para Francisco Lucas Pires do CDS.

(1244) A maioria do Grupo Parlamentar seria afecta à facção "Balsemista", propondo-se fazer eleger João Salgueiro para a Presidência respectiva contra a recandidatura de Victor Pereira Crespo , também Presidente da Comissão Permanente e do *Povo Livre* e apoiado pela Comissão Política Nacional. Depois de sucessivas hesitações (veja-se por exemplo *O Jornal,* de 16 de Agosto de 1983) e de este último ter vindo mesmo a receber a apoio de Carlos Mota Pinto (veja-se o *Expresso,* nº 561, de 30 de Julho de 1983, p. 2 e o nº 568, de 17 de Agosto de 1983, p. 20), dada a aparente inevitabilidade da eleição de João Salgueiro acabaria, em Novembro, por vir a ser eleito Fernando Condesso para líder do Grupo Parlamentar do PSD. Veja-se a p. 132 do Anexo IV desta dissertação.

(1245) Tal seria o caso da JSD (veja-se por exemplo o apoio manifestado a Francisco Pinto Balsemão na "Carta aberta", da autoria de Pedro Pinto, após a derrota de Montechoro, publicada no "Jovem Reformista", *in Povo Livre,* nº 449, de 9 de Março de 1983, p. 3), mantendo-se alguma movimentação à sua volta desde o jantar em sua homenagem realizado a 28 de Março de 1983, evidentemente à revelia da direcção política em exercício; desta, teria unicamente estado aí presente Nuno Rodrigues dos Santos.

entre o líder eleito em Montechoro e parte da direcção política saída do mesmo Congresso.

Depois de no início desse Conselho Nacional, Henrique Nascimento Rodrigues ter apresentado as bases do acordo a estabelecer com o PS, Carlos Mota Pinto, parecendo recuar, informaria os presentes da sua disposição em o assinar apenas se a matéria concernente à política laboral fosse reponderada e os socialistas aceitassem as suas condições. Esta aparente viragem do principal negociador do acordo em causa, por parte do PSD, pelo menos do ponto de vista formal, levaria à oposição frontal de alguns dirigentes, sobretudo de Eurico de Melo, António Capucho e Victor Pereira Crespo, na defesa dos termos do texto inicial(1246). Suscitaria simultaneamente, a maior apreensão e a confusão generalizada entre os Conselheiros(1247).

(1246) Segundo Victor Pereira Crespo, o recuo de Carlos Mota Pinto, na véspera da assinatura do acordo com o PS, levaria a uma reunião da Comissão Política Nacional, interrompendo o Conselho Nacional, na qual o líder do PSD seria pressionado por aqueles dirigentes que teriam, mesmo, ameaçado demitir-se no caso de o acordo não ser aprovado. Veja-se, também, o *Diário de Lisboa*, de 3 Junho de 1983, *O Primeiro de Janeiro*, e o *Diário de Notícias*, ambos de 4 de Junho de 1983.

(1247) Sobre o sobressalto provocado nos Conselheiros do PSD e ao próprio PS veja-se o *Notícias da Tarde*, de 3 de Junho de 1983 e o *Diário de Notícias*, de 4 de Junho de 1983.

O projecto de acordo laboral teria sido previamente aceite no âmbito da comissão negocial por parte de Maldonado Gonelha e Walter Marques do PS e Henrique Nascimento Rodrigues e Luís Morales do PSD, mas viria a ser contestado pelos sindicalistas do PS nomeadamente no que referia à questão dos despedimentos individuais, tendo, no entanto, Mário Soares, ao que parece, acordado verbalmente na revisão da problemática em questão, segundo se pode depreender da intervenção de António Capucho ao Conselho Nacional do Ritz. Este dirigente estranharia, aliás como Eurico de Melo, a posição de dureza então assumida por Carlos Mota Pinto, que seria assim conhecedor de tal compromisso. Vejam-se os registos existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

Veja-se, também, sobre o eventual compromisso verbal do Secretário-Geral do PS quanto àquela matéria, o artigo de FERNANDA MESTRINHO, "Mota Pinto quis imitar Sá Carneiro?", no *Diário de Lisboa*, de 3 de Junho de 1983.

Perante a resposta dos socialistas indiciadora de receptividade àquelas exi-

Depois de afastadas outras hipóteses entretanto surgidas para resolver a questão(1248) acabaria por se votar favoravelmente uma proposta da Comissão Política Nacional requerendo a aprovação do acordo em causa, desde que se renegociassem os aspectos respeitantes à área laboral e propondo, concomitantemente, ser mandatada no sentido de apreciar e decidir sobre tal assunto(1249).

No fundo, não se dessolidarizando ostensivamente do líder escolhido em Montechoro, os elementos da direcção política do PSD chamavam a si a condução final do processo, tendo por fito selar o acordo com o PS e formar o Bloco Central.

Aquela atitude de Carlos Mota Pinto comportaria uma série de aspectos que convirá precisar. Segundo os motivos invocados pelo mesmo no início dos trabalhos do Conselho Nacional em causa(1250), as reservas que manifestou dever-se-iam ao facto de, na sua óptica, o PSD não poder pactuar com a ambiguidade decorrente de não ficar expresso no acordo um posicionamento preciso no referente à problemática laboral. O

---

gências o "impasse" seria ultrapassado. Veja-se *O Dia*, de 4 de Junho de 1983 e o *Expresso*, nº 553, também de 4 de Junho de 1983, especialmente o artigo da autoria de MIGUEL ALMEIDA FERNANDES, " Nos bastidores da semana política, Mota Pinto: o golpe de teatro", inserto naquele número, p. 2, no qual se descrevem os principais passos do processo de negociação do dito acordo laboral.

(1248) Veja-se a nota 1241 desta dissertação.

(1249) Cf. "Proposta da Comissão Política Nacional, Lisboa, 2/01/83", no *Povo Livre*, nº 462, de 8 de Junho de 1983, p. 4.
No mesmo documento pode ver-se terem sido aceites as sugestões apresentadas durante o V Conselho Nacional do PSD para a tentativa de elaboração de protocolos adicionais sobre política de juventude e defesa dos legítimos interesses das Regiões Autónomas. Cf. *ibidem*.

(1250) Veja-se a gravação da sua intervenção nos Serviços de Documentação do PSD.

líder do PSD sublinharia , igualmente, o facto de os socialistas continuarem a defender que o Presidente da Assembleia da República deveria provir das suas fileiras. Demonstrava-se, assim, terem existido algumas dificuldades na parte final das negociações ou, noutra perspectiva, que terá igualmente de ser encarada, tal argumentação representaria um mero pretexto para não levar a cabo a formação do Bloco Central nos termos inicialmente programados. Outra explicação possível residiria numa mera manobra táctica de Carlos Mota Pinto tendo por fito aumentar a capacidade de manobra do PSD nas negociações e, consequentemente, reforçar o seu próprio poder ao nível intra-partidário.

Exigindo-se garantias da parte do PS, estar-se-ia, supostamente, a fortalecer a posição do PSD na coligação(1251) tendo em conta que, se as exigências formuladas não viessem a ser satisfeitas, o líder respectivo apenas apontaria para um acordo de incidência parlamentar(1252), fórmula que não satisfaria as pretensões socialistas.

Atendendo ao, pelo menos aparente, pouco empenho de Carlos Mota Pinto, não partilhado pela maioria da Comissão

---

(1251) Nesse sentido defender-se-ia Carlos Mota Pinto em declarações à comunicação social, entendendo ter a sua actuação correspondido a uma manifestação de firmeza. Cf. *Diário de Lisboa*, de 3 de Junho de 1983. Note-se, contudo, que a posição de total intransigência então assumida viria a moderar-se bastante, tendo em conta a recusa de Mário Soares em basear o acordo no que entendia ser um ultimato, moderação essa bem patente nos termos expressos na proposta aprovada no Conselho Nacional do Ritz.

(1252) O líder do PSD viria a declarar na RTP que, nessa circunstância, viabilizaria um Governo PS, "desde que acautelasse os interesses nacionais" Cf. *Diário da República*, de 3 de Junho de 1983.

Política Nacional, durante o processo das negociações, é possível que tal actuação se tivesse ficado também a dever a uma estratégia de fuga perante um comprometimento total no Executivo, o qual poderia, no fundo, ou nunca ter sido totalmente desejado pelo novo líder do PSD, ou então decorrer de pressões várias a que o mesmo viria a ser sujeito no processo final das negociações(1253).

Tenha prevalecido a hipótese de recolha de maiores dividendos para o PSD, aliás, como vimos, não especialmente conseguidos(1254), a hipótese do aumento da capacidade de manobra interna do próprio líder social-democrata, dividido entre as influências dos seus pares(1255) ou a hipótese de uma estratégia de retracção ao envolvimento no Bloco Central(1256),

---

(1253) Anote-se, por um lado, que o líder do PSD se retiraria por diversas vezes para Coimbra em momentos fulcrais da negociação com o PS e, por outro, à circunstância de um dos seus principais conselheiros ser Daniel Proença de Carvalho, defensor da ruptura das negociações, bem como o facto de, em vésperas do Conselho Nacional do Ritz, Carlos Mota Pinto ter estado em diversas reuniões, primeiro com Pedro Ferraz da Costa, da CIP, com José Manuel Morais Cabral e Victor Cunha Rego da antiga comissão de candidatura de Soares Carneiro e, depois, com alguns elementos militares, findas as quais viria a comunicar a alguns membros da Comissão Permanente do seu partido a sua não aceitação do acordo nos termos previstos. Cf. MIGUEL ALMEIDA FERNANDES, "Nos bastidores da semana política. Mota Pinto: o golpe de teatro", *in Expresso,* nº 553, de 4 de Junho de 1983, p. 2. Sobre a atitude solitariamente assumida por Carlos Mota Pinto ou a eventualidade de ter tido "mais conselheiros", veja-se também o artigo de DINIS DE ABREU, "A coligação por um fio", no *Diário de Notícias,* de 4 de Julho de 1983.

(1254) Anote-se que a solução que viria a ser encontrada entre as delegações dos dois partidos para o efeito reunidas no dia seguinte ao fecho do V Conselho Nacional do PSD de 1983 seria um tanto híbrida, uma meia concessão às objecções de Carlos Mota Pinto e aos sindicalistas do PS na UGT. Veja-se o aditamento ao acordo PS/PSD, nos Serviços de Documentação do PSD.

(1255) Veja-se, nesta pista, a análise de JOSÉ ANTÓNIO SARAIVA na caixa "Política à portuguesa: as duas faces de Mota Pinto", no *Expresso,* nº 554, de 10 de Junho de 1983, p. 3.

(1256) Atente-se no facto de o acordo com o PS não ter sido assinado por Carlos Mota Pin-

isto é, tenha a actuação de Carlos Mota Pinto correspondido a uma mera jogada táctica frente ao quadro de oportunidades que lhe seria oferecido ou, pelo contrário, equivalido a mesma a convicções de natureza mais profunda, o facto é que introduziu, à partida, um factor de certo descrédito na sua pessoa no âmbito intra-partidário.

Se o consenso encontrado no Conselho Nacional do Ritz significou um certo recuo nas posições intransigentes então apresentadas por Carlos Mota Pinto, eventualmente à procura de efeitos diferentes daqueles que acabariam por resultar da sua acção, além de ser elucidativo do seu peso, um tanto dúbio, no conjunto da direcção política do PSD, denunciaria, igualmente, a existência de fracturas internas no seio dessa mesma direcção(1257).

O efeito aglutinador da pessoa de Carlos Mota Pinto que tanto resultado daria em Montechoro, funcionando como o fiel da balança entre "facções" internas em princípio divergentes e cuja confluência se deveria ao combate comum contra Francisco Pinto Balsemão, sendo tal contestação, como vimos, nuns casos recente e noutros com raízes anteriores, desaparecera, pelo menos em termos idênticos aos assumidos tempos atrás.

---

to e sim por um dos Vice-Presidentes da Comissão Política Nacional.

(1257) Veja-se, por um lado, Henrique Nascimento Rodrigues e José Ângelo Correia defendendo o apoio ao líder na reunião da Comissão Permanente realizada antes do início do V Conselho Nacional, enquanto, por outro, Victor Pereira Crespo e António Capucho se demarcavam claramente da posição então assumida pelo líder do PSD (veja-se aqui, a nota 1246).

Mais tarde, Henrique Nascimento Rodrigues (ao não aceitar presidir a Comissão Permanente substituindo Victor Pereira Crespo, nomeado Embaixador da UNESCO), José Ângelo Correia e Eurico de Melo viriam progressivamente a afastar-se da "troika".

Os meses seguintes mostrar-se-iam particularmente difíceis para o Executivo e as medidas então tomadas(1258) só viriam a acicatar os ataques ao Governo e à liderança do PSD. Tal faria com que o líder do partido, simultaneamente Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa Nacional, procurasse obter com os sectores de oposição interna algumas pontes, no sentido de reforçar a sua posição na liderança partidária(1259). Prosseguiria, assim, uma táctica semelhante à usada pelo seu antecessor tentando absorver os seus detractores a fim de lhes restringir o espaço de manobra. Tal táctica far-se-ia sentir ao nível do partido, e, consequentemente, ao do Executivo, já que qualquer diminuição da sua influência na primeira destas esferas seria determinante na segunda, como, aliás, na dinâmica das eleições presidenciais que se começava já a acentuar.

3. Seria precisamente a estratégia para aquelas eleições, previstas para finais de 1985, que daria a tónica fundamental à configuração do quarto conflito intra-partidário, determinando o surgir de umas facções e o reagrupamento

---

(1258) Restrições impostas pelo Fundo Monetário Internacional e pela própria política do Ministro das Finanças Ernâni Lopes crisparian consideravelmente um clima político-social pouco propício a aceitar mais medidas de austeridade, determinando mesmo uma primeira cimeira PS/PSD para se fazer o balanço da actividade do Governo e se reafirmar a coesão da coligação. Cf. "Revista" do *Expresso*, nº 562, de 6 de Agosto de 1983, pp. 12-R e 13-R; veja-se o balanço da actividade do II Governo Constitucional no *Povo Livre* nº 475, de 14 de Setembro de 1983, pp. 2 a 4.

(1259) Entre as quais se contaria o apoio a João Salgueiro para a Presidência do Grupo Parlamentar, que acabaria por não aceitar (veja-se, aqui, a nota 1244), o convite feito ao mesmo para o lugar de Presidente da Comissão Permanente do partido, a nomeação de Afonso Moura Guedes para Governador Civil de Lisboa e o convite a Francisco Pinto Balsemão para ocupar um cargo na diplomacia portuguesa.

de outras com base nas clivagens suscitadas em face da problemática então surgida.

Antes, porém, de entrarmos nesta questão, tema que dominaria as subsequentes reuniões do PSD, provocando o realinhamento das elites e despoletando a conflitualidade interna (para não falar já no lugar de destaque que viria a ocupar na cena política portuguesa nos dois anos e meio que ainda faltavam para tais eleições terem lugar), caberá retomar a configuração que apresentavam as facções internas aquando do Congresso de Montechoro e da formação do Bloco Central.

Simultaneamente, haverá que precisar as clivagens que lhes estariam na origem, para se poderem entender melhor as linhagens em que viriam a entroncar as novas constelações das elites, o acentuar ou o sublimar dessas clivagens e o eventual aparecimento de outras linhas de fractura.

A clivagem então decisiva, visto existir, também, a que se prendia mais especificamente com o tipo de liderança intra-partidária, separava os apoiantes e os detractores da coligação com o PS, sendo que, entre estes últimos, uma "facção" apresentaria um comportamento mais contemporizador e, outra, o de total antagonismo à aliança com os socialistas. Ou seja, de um lado surgiria o sector dito "Mota Pintista", reclamando-se "Sá Carneirista" (ironicamente, aliás, dado que muitas dessas personalidades, a começar pelo líder recém-eleito, nem sequer se encontravam no partido em 1979/80), coligados com alguns dos "Críticos" da fase de Francisco Pinto Balsemão e com ex-"Balsemistas", "facções" que entroncariam no âmbito dos então

chamados "Notáveis".

Todos estes grupos, exceptuando-se algumas personalidades próximas das posições dos mesmos, mas que na altura se demarcariam sensivelmente, vindo a assumir atitudes individuais, confluiam num objectivo comum: o de substituir o líder do partido e do Governo, viabilizando-se a participação do PSD no poder através da constituição do Bloco Central.

Na oposição radical a esta última finalidade, visto que relativamente ao primeiro daqueles vectores emitiria, por razões predominantemente de ordem táctica, idêntico propósito, alinhava-se uma minoria, o chamado "Grupo de Lisboa", - cujo bastião residia na Distrital da Área Metropolitana de Lisboa - e que, a prazo, viria a assumir o ataque frontal à coligação no poder e ao líder que tinham ajudado a promover no partido. Com base neste grupo ir-se-ia, mais tarde, constituir uma nova "facção" no PSD, a "Nova Esperança" cuja acção, sobretudo preponderante no sector da comunicação social, se revelaria crucial no despoletar do quarto conflito intra-partidário, assim como nos arranjos subjacentes à sublimação da conflitualidade interna posteriormente processada.

Numa postura de certa resistência passiva relativamente à constituição do Bloco Central, a *contrario sensu*, já que corresponderia, em princípio, e se as circunstâncias fossem outras, à aliança preferencial a assumir pela "facção" em causa, perfilavam-se os "Balsemistas". Estes pronunciar-se-iam totalmente contra o tipo de liderança assumido, manifestando algumas reservas no que tocava à pessoa do líder eleito.

Relativamente ao Bloco Central pode assim afirmar-se que a clivagem então existente não seria de ordem predominantemente ideológica, num dado sentido, já que o mesmo seria desejado pelos "Críticos", "Notáveis" e "Mota Pintistas" e tolerado pelos "Balsemistas"/"Mota Amaralistas", "facções" entre as quais existia algum distanciamento em matéria ideológica, sobretudo entre os "Críticos" e os "Balsemistas", representando supostamente os primeiros a "ala direita" do PSD e configurando os últimos uma tendência mais de "esquerda."

A oposição real ao novo poder constituído, quer na esfera do poder político global, quer, com o tempo, na esfera intra-partidária, seria, de início, predominantemente assumida e consubstanciada na estratégia bipolarizadora defendida pelo "Grupo de Lisboa", passando assim a ter significado, relativamente a esta facção, falar-se numa base de clivagem de características mais ideológico-estratégicas.

Este o panorama a perdurar durante cerca de um ano e meio. Só à medida que a "facção" "Balsemista" radicalizaria os seus ataques à liderança interna do PSD, é que ela se foi paulatinamente afastando do Bloco Central, indo aderir, por motivações meramente objectivas, à posição de ataque ao mesmo. No entanto, tal só viria a efectivar no decorrer de 1984 e, sobretudo, em 1985.

7. Vejamos, então, quais as condicionantes e as componentes da viragem que se viria a processar, à qual não seria alheia a necessidade de se determinar a estratégia a seguir para as eleições presidenciais, para cuja importância, no de-

senvolvimento do quarto conflito intra-partidário, já chamámos a atenção nas páginas precedentes.

Desde o Congresso de Montechoro que a questão presidencial ocupava um espaço considerável na preocupação dos sociais-democratas, visível através do conteúdo da algumas das moções aí apresentadas(1260), para não falar da eventual estratégia subjacente à nova liderança partidária saída daquele Congresso e ao bloco do poder político resultante das eleições de Abril de 1983. Este seria possibilitado, por parte do PSD, através das alterações intra-partidárias produzidas em Montechoro e, evidentemente, por intermédio dos resultados eleitorais posteriormente alcançados(1261).

O facto de algumas declarações políticas do líder do PSD parecerem retirar àquela questão a prioridade de que a mesma já parecia revestir-se(1262) e de os primeiros Conse-

---

(1260) Vejam-se, por todas, as disposições tomadas na Moção vencedora no X Congresso do PSD quanto ao assunto, explicitando-se que a escolha do Presidente da República, em 1985, deveria "(...) recair sobre um candidato civil" devendo o PSD "à partida, propor-se indicar um candidato próprio". Cf. "Conclusões do X Congresso Nacional", *in Povo Livre*, nº 448, de 3 de Março de 1983, pp. 2 a 4.

(1261) Para além das verificações já atrás feitas, tenham-se, também, em consideração as declarações de Carlos Mota Pinto proferidas numa entrevista ao *Expresso*, nº 540, de 5 de Março de 1983, p. 6, na qual, posto perante a questão da política de alianças preferencial do PSD, defenderia: "caso o eleitorado reitere a sua confiança na AD, ou seja, caso os partidos que compunham a Aliança consigam uma maioria absoluta, é claro que o PSD e o CDS voltarão a formar Governo", mas "se isso não acontecer duas hipóteses se poderão dar: ou o PSD obtém um bom resultado eleitoral (...) ou não obtém esse resultado. No primeiro caso tentaremos encontrar uma solução de regime com os partidos democráticos - uma convergência democrática. No segundo caso não integraremos o Governo". (Note-se que o entrevistado não quantificaria aquilo que considerava ser um bom resultado).

(1262) Tal seria o caso do depoimento de Carlos Mota Pinto, considerando prematura a questão, visto faltarem ainda dois anos para as eleições presidenciais. Cf. *Povo Livre*, nº 474, de 7 de Setembro de 1983, p. 1.

lhos Nacionais, em 1983, não se debruçarem especialmente sobre o tema, dever-se-ia unicamente ao facto de a problemática das negociações para o Bloco Central reclamar nessa altura todas as atenções.

Não esqueçamos, no entanto, que ligada à mesma estaria sempre a questão presidencial(1263), influenciando o desenrolar dos contactos entre as duas forças partidárias envolvidas no processo, assim como o tipo de acordo a estabelecer(1264).

Nos momentos que antecederam a preparação do VI Conselho Nacional(1265) já se tornava mais líquido o progressivo estreitar das relações entre a persistência do bloco no poder, as movimentações intra-partidárias no PSD, que levariam ao desequilíbrio interno e o sucesso ou insucesso da estratégia que visava catapultar a candidatura "Soarista" a Belém.

Esta última viria, mesmo, a constituir um dos vectores determinantes, não só da durabilidade da própria coligação, como das novas configurações das facções dos sociais-democra-

---

(1263) Apesar de a hipótese do apoio do PSD a Mário Soares ter sido, eventualmente, um dos temas debatidos antes da fase das negociações PS/CDS, a hipótese já aqui ventilada (veja-se, também, no mesmo sentido, PEDRO D'ANUNCIAÇÃO, "Nos bastidores da semana política: corrida para Belém: Soares na dinâmica da vitória", no *Expresso*, nº 561, de 30 de Julho de 1983, p. 2), a questão das presidenciais acabaria, como vimos, por não ficar expressa no acordo de legislatura. Segundo alguns Carlos Mota Pinto acederia a apoiar uma candidatura do PS a Belém desde que os socialistas lhe viessem a ceder, em 1985, o cargo de líder do Governo. Cf. *ibidem* e, também, "Nos bastidores da semana política: lentidão das negociações preocupa presidência", *in Expresso*, nº 551, de 21 de Maio de 1983, p. 2. Veja-se aqui, a nota 1235.

(1264) Estes aspectos seriam especialmente sublinhados na intervenção de Marcelo Rebelo de Sousa ao IV Conselho Nacional, conforme se pode confirmar pelas gravações existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

(1265) Veja-se a "Convocatória" do VI Conselho Nacional do PSD de 1983 datada de 1 de Setembro no *Povo Livre*, nº 474, de 7 de Setembro de 1983, p. 1, vindo o mesmo a reunir na Estalagem da Via Norte, no Porto, de 17 a 18 de Setembro de 1983.

tas, do empolamento de que determinados grupos seriam alvo e dos reagrupamentos que se viriam a processar, condicionando, assim, o processo de desenvolvimento da conflitualidade interna, da contestação a Carlos Mota Pinto e ao Bloco Central e, em última instância, da posterior sublimação do quarto conflito intra-partidário.

No Conselho Nacional que entretanto reuniria no Porto já se começavam a gizar algumas movimentações por parte de certos sectores no sentido de promover a discussão sobre a questão presidencial(1266). Esta ultrapassava o âmbito meramente partidário correspondendo a um acto de extrema relevância nacional, já que do mesmo decorreria a própria evolução e o perfil do sistema político.

Considerando, como o temos vindo a fazer, que qualquer estratégia que procurasse derrotar a candidatura de Mário Soares a Belém passavam, necessariamente, pela ruptura, ou pelo menos, pelo fracasso do Bloco Central, ou então que a aposta naquela significaria o reforço deste, é líquido que as

---

(1266) Tal seria o caso do "Grupo de Lisboa" liderado por Marcelo Rebelo de Sousa, então presidente do Gabinete de Estudos daquela Distrital e por Pedro Santana Lopes, tomando como pretexto uma entrevista de António Capucho ao periódico espanhol *ABC*, na qual o Secretário-Geral do PSD defendia a inevitabilidade da futura eleição de Mário Soares e do apoio do PSD à mesma caso na altura ainda se mantivesse o Bloco Central.

Veja-se a análise dos eventuais efeitos que o Secretário-Geral pretenderia criar com aquelas declarações, as quais, na linha do que vimos defendendo, só viriam corroborar a existência de uma facção interna do PSD responsável pela formação do Bloco Central e consciente do condicionamento do mesmo à estratégia presidencial do PS em JOSÉ ANTÓNIO SARAIVA, "Política à portuguesa: a candidatura presidencial do Dr. Mário Soares", no *Expresso*, nº 567, de 10 de Setembro de 1983, p. 3; no entender do analista essas declarações teriam correspondido a uma prova de força e a uma afirmação de poder ao nível intra-partidário, perante uma direcção política que não definia uma estratégia precisa e definitiva quanto ao assunto.

presidenciais levariam, ou não, a uma alteração profunda de todo o sistema. A opção far-se-ia entre a bipolarização ou o centrismo , entre um bloco alternativo de centro-direita ou de centro-esquerda, entre o delinear de tendências centrípetas ou centrífugas no sistema político-partidário.

Concomitantemente, a opção por um candidato civil ou por um militar, por uma candidatura de um partido ou supra-partidária, viria a determinar ou a consolidação da componente partidária e parlamentar do regime, ou um reforço da sua componente presidencial podendo, eventualmente, vir a retomar a instituição castrense, embora dentro de certos limites impostos pelo novo quadro constitucional, um papel corrector das fronteiras partidárias e do tipo de competição do sistema de partidos.

A preocupação em deslocar a discussão para a análise da situação política em geral e para a prática do Executivo seria bem patente na exposição que Carlos Mota Pinto faria no início dos trabalhos do VI Conselho Nacional e no recurso ao apoio de um dos membros do Governo para uma exposição de carácter fundamentalmente técnico com o fito de contornar eventuais fricções(1267). Da mesma forma actuaria a tentativa anteriormente feita no sentido de adiar essa reunião para ganhar maior distância em relação às controversas declarações proferidas

---

(1267) Após a intervenção de Carlos Mota Pinto, o Secretário de Estado do Tesouro, Alípio Dias, apresentaria aos Conselheiros uma panorâmica da crise económica com que o Governo então se de-batia. Veja-se a gravação das duas intervenções aí proferidas nos registos do VI Conselho Nacional de 1983, existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

por António Capucho(1268) revelando, simultaneamente, que o debate sobre a estratégia a ser prosseguida pelo PSD, acentuando-se as clivagens, afectaria indubitavelmente o equilíbrio interno entre as facções. Algumas dessas facções poderiam, através da polarização a processar em redor de um seu candidato, conseguir uma alteração da relação de forças intra-partidárias e, no caso do mesmo vir a obter a vitória, uma participação acrescida no centro das decisões do poder político.

Não obstante se tornasse evidente a tentativa de protelar a discussão sobre o tema para mais tarde, visto prefigurar-se já o surgir de acesas dissensões internas sobre o assunto, este viria a ser abordado no decorrer dos trabalhos por parte do "Grupo de Lisboa"(1269). Em consequência da vonta-

---

(1268) Sobre essa tentativa, aliás gorada, de protelar aquela reunião veja-se o *Jornal de Notícias*, de 18 de Setembro de 1983.

(1269) Sobretudo no âmbito das intervenções dos seus expoentes e da Moção A apresentada por Pedro Santana Lopes e Conceição Monteiro e apoiada por Marcelo Rebelo de Sousa, na qual se criticava o Secretário-Geral do PSD pela prematuridade e pelo teor das declarações proferidas ao *ABC* e se propunha que a estratégia a defender no que concerne à questão presidencial seguisse a linha das declarações posteriores sobre a matéria proferidas pelos três Vice-Presidentes da Comissão Política.

Veja-se a Moção A, existente nos Serviços de Documentação do PSD junto à "Acta nº 3/83 do Conselho Nacional", na qual se defende ser a posição do PSD relativamente às presidenciais "(...) um ponto essencial da sua estratégia política global" não podendo "ser definida contra os interesses vitais do partido, minimizada ou tratada com displicência ou improvisação". No ponto 3 respectivo, acentuava-se o facto de a direcção do partido ter garantido não existir qualquer acordo que visasse o apoio à candidatura de Mário Soares, atacando-se, nos três pontos seguintes, a posição assumida por António Capucho, incitando-se, no último ponto, o Conselho Nacional a refutar aquelas declarações, a considerar positivas as dos Vice-Presidentes e a "reafirmar a personalidade própria do PSD e o seu papel essencial na democracia portuguesa". Cf. *ibidem*.

A Moção reportada viria, antes da votação, a ser retirada pelos seus proponentes, em face da Moção posteriormente apresentada pela Comissão Política Nacional, a qual confluiria, no seu conteúdo, com as pretensões manifestadas naquela. Sobre o facto, veja-se a entrevista de Marcelo Rebelo de Sousa a *O País*, de 13 de Outubro de 1983, defendendo que Carlos Mota Pinto só apresentara tal Moção para cobrir a questão suscitada pela Moção do "Grupo de Lisboa".

de expressa desta "facção" em apressar o debate sobre a estratégia a seguir relativamente às presidenciais, a direcção política do PSD ver-se-ia obrigada a tomar uma posição sobre o assunto.

O voluntarismo expresso pelos líderes do "Grupo de Lisboa" teria por fito provocar uma redefinição estratégica nesta matéria por parte do PSD, aumentando o seu próprio espaço de manobra dentro de um prazo que lhe seria propício e desfavorável para qualquer facção interna que propugnasse o apoio, com o PS, à candidatura de Mário Soares.

Consciente de que seria em torno dessa temática que tudo se iria decidir em termos intra-partidários, Carlos Mota Pinto retomava uma táctica semelhante à utilizada pelo seu antecessor, procurando protelar a discussão em causa e reforçar, entretanto, a sua liderança no partido(1270). Para tal, adoptaria quer uma postura abrangente - de que seriam exemplo as tentativas de arregimentar alguns do seus potenciais oponentes(1271) - quer um discurso de moderação que não permitisse surgir aí qualquer hipótese de confronto(1272).

(1270) Nesse sentido manifestar-se-iam durante os trabalhos do VI Conselho Nacional, quer António Barbosa de Melo, quer Eurico de Melo. Mais precisamente, o projecto apontaria para o desaparecimento da "troika" saída de Montechoro, assumindo Carlos Mota Pinto a Presidência do PSD, ambas decisões que seriam remetidas para o XI Congresso Nacional a realizar no início de 1984. Cf. *ibidem*.

(1271) Veja-se a nota 1259 desta dissertação.

(1272) A táctica em causa viria a colher alguns proventos, sobretudo nas hostes dos "Balsemistas", como seria o caso da intervenção de João Salgueiro naquela reunião (Francisco Pinto Balsemão não estaria presente no VI Conselho Nacional), processada num tom de crítica construtiva em relação à política prosseguida pelo Executivo, conforme se poderá comprovar pelas gravações dos trabalhos existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

A Moção finalmente proposta por Carlos Mota Pinto e aprovada por unanimidade(1273) seria o próprio espelho dessa táctica de abrangência, integrando algumas das teses do "Grupo de Lisboa". Ao conceder ao único sector que se manifestava abertamente crítico relativamente à actuação do Executivo e antecipadamente contra a direcção partidária, no caso de esta se não demarcar explicitamente no que respeitava à eventualidade de sujeição à estratégia do PS, o líder do PSD adiava a contestação à sua pessoa, a qual, aliás, ainda não teria sido directamente posta em causa(1274). Embora as críticas do "Grupo de Lisboa" viessem em crescendo, não confrontariam especificamente o líder naqule reunião. Quanto aos "Balsemistas", consideravam ainda prematuro avançar-se numa confrontação decisiva, quer com a direcção partidária, quer com o bloco no poder, vindo apenas, mais tarde, através da contestação à primeira, a pôr em causa o segundo.

(1273) Na Moção proposta por Carlos Mota Pinto e pela Comissão Política Nacional, para além de se ter reiterado o apoio à actuação do Governo (ponto 1), reafirmar-se-ia a identidade do PSD (ponto 2), aliás um dos aspectos chaves do discurso de Carlos Mota Pinto no início dos trabalhos e vector fundamental nas exigências do "Grupo de Lisboa".

Tornar-se-ia também, aí, explícita a necessidade de uma candidatura própria às eleições presidenciais "(...) obviamente entendida como a apresentação de um candidato, com capacidade para vencer a eleição" (ponto 3). Vejam-se as "Conclusões" do VI Conselho Nacional de 1983 no *Povo Livre*, nº 476, de 21 de Setembro de 1983, p. 2.

(1274) Veja-se, não só o teor da Moção A apresentada por dois elementos do "Grupo de Lisboa" e a circunstância de a mesma ter vindo a ser retirada, como o facto de José Silva Marques próximo dos "Balsemistas" e um dos intervenientes no debate sobre o perigo da descaracterização e subalternização do PSD, ter subscrito uma moção que acabaria por não apresentar (Cf. *O Jornal*, de 23 de Setembro de 1983), assim como a unanimidade conseguida na votação da Moção final.

Vejam-se, no mesmo sentido, as declarações prestadas por Marcelo Rebelo de Sousa à imprensa, declarando-se contra as rupturas e acreditando na eficácia do pluralismo intra-partidário. Cf. *Jornal de Notícias*, de 18 de Setembro de 1983.

O consenso que então se encontrara fora já provocado pela problemática presidencial, numa primeira tentativa de se adiar o confronto, tornando-se esta questão essencial, sendo certo que essa problemática se viria progressivamente a revelar como o ponto nevrálgico da coligação no poder e o esteio das tensões no PSD. Estas viriam a culminar mais de um ano depois, entrecortadas, até lá, por momentos particularmente gravosos no desenrolar da conflitualidade intra-partidária e na difícil sobrevivência do Bloco Central.

8. Com o tempo e a crise crescente no seio do Governo, mercê das medidas de austeridade que vinham a ser tomadas(1275), as duas "facções" do PSD contrárias à solução encontrada em Montechoro preparavam-se para desencadear uma ofensiva na qual o VII Conselho Nacional desse ano e, especialmente, o XI Congresso do partido a realizar no início do ano seguinte, se mostrariam momentos especialmente privilegiados para a contenda começar a tomar forma.

Embora a questão presidencial viesse progressivamente a assumir maior vulto e a ocupar um lugar cada vez mais central no discurso político de então(1276), aumentando a especulação em redor das diversas candidaturas possíveis, a que a imprensa

---

(1275) Veja-se PEDRO D'ANUNCIAÇÃO, "Nos bastidores da semana política: austeridade nos 100 dias de Governo", *in Expresso*, nº 565, de 27 de Agosto de 1983, p. 2.

(1276) Para tal contribuiriam fortemente a realização e os resultados do V Congresso do PS; consagrando-se na liderança socialista, o Secretário-Geral do PS veria acrescerem as suas hipóteses de candidatura a Belém, tendo aí conseguido recolher cerca de seiscentas assinaturas dos setecentos congressistas presentes. Veja-se, sobre o assunto, o *Expresso*, nº 570, de 1 de Outubro de 1983, pp. 1 e 3 e, nas mesmas páginas, a caixa de JOSÉ ANTÓNIO SARAIVA, "Política à portuguesa. PS: o Congresso da sucessão".

da época vinha já a dar o suficiente relevo(1277), outros temas provocariam, igualmente, certa tensão no âmbito do PSD.

A mini-crise suscitada no seio do Executivo por declarações públicas controversas assumidas por um dos seus componentes(1278), a polémica surgida à volta da realização do Congresso dos TSD(1279), ao qual os Sindicalistas sociais-de-

---

(1277) Os órgãos da comunicação social acentuariam a importância de factos como a não aceitação de João Bosco Mota Amaral em chefiar novo Governo Regional nos Açores, ligando-o à sua possível candidatura à Presidência da República (Cf. *Expresso*, nº 574, de 22 de Outubro de 1983, p. 3), aliás hipótese já avançada anteriormente por articulistas daquele semanário (veja-se, por exemplo, a "Revista" do *Expresso*, nº 540, de 5 de Março de 1983, pp. R e 16-R e do nº 573, de 15 de Outubro de 1983, p. 16-R).

A eventual candidatura de Diogo Freitas do Amaral, a ser possivelmente promovida pelo "Grupo de Lisboa" no sentido de funcionar como elemento aglutinador da direita para uma alternativa ao Bloco Central, pese embora a não disposição em a apoiar expressamente manifestada por alguns dos seus expoentes, seria prefigurada por PEDRO D'ANUNCIAÇÃO em "Nos bastidores da semana política. Austeridade nos 100 dias de Governo", no *Expresso*, nº 565, de 27 de Agosto de 1983, p. 2, à qual, aliás, premonitoriamente, atribuiria a improbabilidade de vir a vencer a de Mário Soares.

Veja-se, no entanto, pouco depois, um dos líderes do "Grupo de Lisboa" a defender um perfil de candidato civil, militante do PSD e aberto a outras áreas democráticas afins a este partido. Cf. entrevista de Marcelo Rebelo de Sousa a *O País*, de 13 de Outubro de 1983.

A possibilidade de no PSD haver um sector, liderado por Carlos Mota Pinto, propugnante de uma candidatura militar, seria igualmente uma das hipóteses sobre as quais a imprensa de então especularia. Cf. *ibidem*. Veja-se, também, o artigo da "Revista" do *Expresso*, nº 561, de 30 de Julho de 1983, p. 20-R, sobre o líder do PSD e a questão das chefias militares. Veja-se, ainda, sobre estas diferentes estratégias o artigo de TERESA DE SOUSA, "Presidenciais: o fantasma inevitável", *in Expresso*, nº 522, de 24 de Dezembro de 1983, pp. 19-R, 20-R e 21-R.

(1278) Seria o então Secretário de Estado Adjunto do Vice-Primeiro-Ministro, Calvão da Silva, a provocar a crise em causa com declarações ao *Tempo*. Sobre a hipótese de remodelação do Executivo veja-se o *Semanário*, de 26 de Novembro de 1983.

(1279) Note-se que a realização do Congresso fundador dos TSD fora objecto de deliberação do VIII, IX e X Congressos do PSD, tendo-se o VI Conselho Nacional de 1983 congratulado com o mesmo e considerado que "(...) constituirá um marco determinante na unidade e consequente fortalecimento dos sociais-democratas no mundo do trabalho". Cf. "Conclusões" do VI Conselho Nacional de 1983, no *Povo Livre*, nº 476, de 21 de Setembro de 1983, p. 2, ponto 5, aliás como o faria em relação à criação da ANASD (Associação Nacional de Autarcas Sociais-Democratas) no respectivo ponto 4.

Sobre o Congresso dos TSD, a criação da ANASD e uma outra iniciativa importante, os Encontros dos Emigrantes, veja-se a entrevista de António Capucho, na

mocratas se viriam a opor(1280) e o contencioso criado no âmbito do Grupo Parlamentar do PSD, sobretudo devido à questão do aborto(1281), constituiriam os pontos nevrálgicos das dis-

---

qual o Secretário-Geral do PSD faria um balanço da vida partidária do primeiro semestre de 1983, abordando as iniciativas a serem tomadas no quadro da mesma no decorrer de 1983 e 1984. Cf. *Povo Livre,* nº 472, de 18 de Agosto de 1983, pp. 3 e 4.

Independentemente da oposição de diversos sectores dos Sindicalistas relativamente ao I Congresso dos TSD, note-se que mesmo dentro dos Sócio-profissionais se tornava já manifesta a existência de duas linhas divergentes, a de Arménio Santos que se viria a demarcar de Carlos Mota Pinto e do Bloco Central e a de Arménio Matias próximo de Amândio de Azevedo; dentro da TESIRESD dar-se-ia, também, uma fissura entre os que se mostrariam totalmente opostos aos TSD e a linha de Rui Oliveira e Costa, próxima dos "Balsemistas", defendendo a criação de uma organização única mas assente numa estrutura correspondente à base sindical, enquanto a linha de Arménio Santos procuraria o reforço das Secções sócio-profissionais. Veja-se sobre o assunto o *Semanário,* de 26 de Novembro de 1983. Vejam-se, igualmente, as entrevistas de Arménio Santos primeiro subscritor da Lista B a apresentar ao Congresso dos TSD e de Rui Oliveira e Costa primeiro subscritor da Moção A, no *Povo Livre,* nº 490, de 4 de Janeiro de 1983, pp. 1, 9 e 10. Veja-se também a nota seguinte desta dissertação.

Vejam-se as duas moções de estratégia e a estrutura organizacional do Congresso Constitutivo dos TSD encontram-se no suplemento do *Povo Livre,* nº 477, de 28 de Setembro de 1983.

(1280) Em carta dirigida à Comissão Política Nacional, 101 Sindicalistas sociais-democratas, na sua maioria pertencentes à TESIRESD, contestariam o Congresso Nacional dos TSD, acusando a estrutura em causa de servir unicamente para consolidar o poder de certas personalidades das cúpulas partidárias e de subordinar os interesses sindicais ao aparelho do partido. O documento em questão seria, entre outros, assinado por Sindicalistas que tinham estado próximos do "Grupo dos 44" como António Cabecinha, Carlos Avelino, Carlos Cardoso, João Chanana, Jorge Paz Rodrigues, José Melo e Silva, Lourenço Matos Grego e Rui Santos Alves. Outros membros da TESIRESD viriam, contudo, a defender a criação dos TSD; entre eles, Rui Oliveira e Costa, José Veludo, Fernando Figueiredo, Jacinto Pereira e António Castro. Vejam-se algumas declarações pró e contra a referida estrutura no *Expresso,* nº 572, de 8 de Outubro de 1983, p. 4, para além do documento em causa existente nos Serviços de Documentação do PSD.

A polémica relativamente a esta questão não terminaria por aqui. Reunido a 10 de Dezembro seguinte, o IV Congresso da TESIRESD viria a contestar a formação dos TSD como única estrutura laboral social-democrata, considerando-a a terceira central sindical, quando, simultaneamente, estes faziam eleger os respectivos Delegados ao Congresso a realizar de 6 a 8 de Janeiro de 1984 no Vimeiro. Nestas eleições para o Congresso dos TSD faria vencimento a Lista B encabeçada por Arménio Santos, a qual obteria 209 votos a favor contra apenas 91 da Lista A, que tinha como primeiro subscritor Rui Oliveira e Costa. Cf. o *Primeiro de Janeiro,* de 22 de Dezembro de 1983.

(1281) A legislação sobre o aborto, que tinha sido apresentada um ano antes e que já então fora alvo de acesa polémica (veja-se o sub-capítulo precedente) e que só vi-

sensões intra-partidárias de então e da contestação à prática do PSD no quadro do Bloco Central.

O VII Conselho Nacional, reunido em Novembro de 1983(1282) viria a revelar-se um marco fundamental na preparação do Congresso seguinte(1283), não assumindo logo proporções

---

ria a ser discutida no início de 1984, dada a discussão e votação do Orçamento do Estado, poria mesmo em risco certos pressupostos da coligação com o PS, conforme seria reconhecido por Fernando Condesso, líder parlamentar do PSD desde 3 de Novembro do ano anterior. Cf. *Expresso*, nº 585, de 1, de Janeiro de 1984, p. 3.

Na reunião da Comissão Política de 9 de Novembro de 1983, Carlos Mota Pinto manifestar-se-ia a favor da disciplina partidária, opondo-se à liberdade de voto quanto ao aborto. Cf. o *Primeiro de Janeiro*, de 10 de Novembro de 1983.

Dez dias depois, estes factos motivariam uma reunião do Grupo Parlamentar do PSD, na qual, e apesar de três Deputados (Pedro Pinto, Jaime Ramos, e Agostinho Branquinho) se terem manifestado contra, decidir-se-ia apresentar ao VII Conselho Nacional uma proposta no sentido da rejeição de qualquer projecto de legalização do aborto. O primeiro Deputado acima referido viria a votar a favor e o segundo a ausentar-se da sala na altura da votação da lei, a 27 de Janeiro do ano seguinte, vindo aquele a ser processado disciplinarmente por decisão do Conselho Nacional de 2 de Junho de 1984, retirando-lhe a possibilidade, por um ano, de ser eleito para qualquer cargo no partido. Veja-se o *dossier* sobre o aborto em *O Jornal*, de 18 de Novembro de 1983, pp. 24 a 27.

Outro tema suscitador de alguma polémica seria a exoneração, por Fernando Condesso, de Conceição Monteiro, Secretária do Grupo Parlamentar, vindo a provocar um Comunicado contra da Comissão Política da Distrital de Lisboa datado de 11 de Novembro de 1983 e alguns protestos no âmbito dos trabalhos do VII Conselho Nacional como seria o caso da intervenção de Marcelo Rebelo de Sousa, conforme se pode apurar pela gravação disponível nos Serviços de Documentação do PSD.

Levantando igualmente algum mal-estar no Parlamento e no Executivo seria o caso de Vizela (desanexação do Município relativamente ao Concelho de Guimarães requerida pelos vizelenses), vindo este tema como o do aborto a provocar uma mini-cimeira PS/PSD em S. Bento a 14 de Novembro de 1983.

(1282) A "Convocatória" para o VII Conselho Nacional, datada de 16 de Novembro, seria publicada no *Povo Livre*, nº 485, de 23 de Novembro de 1983, p. 2, constando da mesma uma extensa ordem de trabalhos na qual a estruturação interna do partido (regionalização e regulamentação do referendo), análise da situação político-partidária e preparação do XI Congresso ocupariam lugar de destaque. Inicialmente programada para 19 e 20 de Novembro, aquela reunião só se viria a realizar no Hotel Berna, em Lisboa, a 26 e 27 do mesmo mês, justificando-se tal dilatação do prazo por se encontrarem ausentes, naquela data, o Presidente e o Vice-Presidente daquele órgão; esta decisão teria sido tomada em reunião da Comissão Política no dia 9 anterior. Cf. *A Capital*, de 10 de Novembro de 1983.

(1283) Só aí se marcaria a data do XI Congresso do PSD, depois de algumas especulações sobre o hipotético adiamento do mesmo. Este viria a ser marcado para 23, 24 e 25 de Março do ano seguinte. Cf. "Conclusões" do VII Conselho Nacional no *Povo Livre*,

de confronto interno, dada a posição relativamente confortável a que conseguira chegar, na altura, Carlos Mota Pinto(1284).

Apesar da extensão dos temas a debater e das inúmeras moções aí apresentadas(1285), aquela reunião decorreria sob a tónica do adiamento dos problemas mais controversos, sendo

---

nº 486, de 30 de Novembro de 1983, pp. 2 e 3.

(1284) O abalo, ligeiro, que o Bloco Central sofreria, embora evidente, seria superado com o adiamento da discussão sobre o aborto e sobre o caso de Vizela, possibilitando a Carlos Mota Pinto manter posições públicas como as que defenderia em Santarém: "o PSD não anda a reboque do PS ainda que mantenha a coligação (...)" (Cf. *Povo Livre*, nº 484, de 16 de Novembro de 1983, p. 1), procurando ganhar o suficiente tempo e espaço de manobra para no VII Conselho Nacional poder levar avante os seus objectivos.

De qualquer forma, o PS acabaria por apresentar o diploma sobre o aborto a 27 de Janeiro de 1984, que viria a ser aprovado por 132 votos a favor e 102 contra.

Nas páginas do órgão oficial do PSD, Carlos Mota Pinto viria a considerar ter o PS "brincado com a estabilidade política que tão necessária é ao país" (Cf. *Povo Livre*, nº 494, de 1 de Fevereiro de 1983, p. 1), vindo o PSD a requerer ao PS "garantias claras e inequívocas" para que a coligação se mantivesse, na sequência de uma deliberação nesse sentido decidida no I Conselho Nacional do PSD. Cf. "Conclusões" respectivas no *Povo Livre*, nº 495, de 8 de Fevereiro de 1983, p. 18, ponto 1.

(1285) Sobre a "ordem de trabalhos" do VII Conselho Nacional veja-se, aqui, a nota 1282. Seriam inúmeras as moções apresentadas de carácter sectorial, como a nº 5 sobre emigração, de Henrique de Almeida, que obteria 32 votos a favor, nenhum contra e 4 abstenções; a Moção sobre a necessidade de se concretizar um encontro sobre reforma agrária em Beja, subscrita, entre outros, por António Chagas, que colheria 28 votos a favor, nenhum contra e 3 abstenções; a Moção nº 19, sobre política municipal que conseguiria 34 votos favoráveis, nenhum contra e 6 abstenções; uma outra aprovada por unanimidade, tendo como primeiro subscritor Fernando Condesso, sobre a reconstrução das zonas sinistradas pelas cheias do fim de semana anterior; três moções sobre a questão do aborto, uma do Grupo Parlamentar, outra da Assembleia Distrital de Faro e uma outra de Pedro Santana Lopes e de Conceição Monteiro, a primeira visando o voto contra, a segunda propondo uma recomendação ao PS no sentido de, respeitando o espírito da coligação, adiar a apresentação do seu projecto e a terceira propugnando a realização de um referendo interno sobre o tema, que viria a ser derrotada com 16 votos contra, 13 abstenções e 13 votos a favor; uma proposta de regulamentação do referendo interno de autoria de Pedro Santana Lopes; outra, de Helena Roseta sobre o orçamento do partido e as grandes linhas das relações internacionais. Estes assuntos acabariam por ser remetidos para o Conselho de Jurisdição Nacional, salvo o último, enviado para posterior decisão do Conselho Nacional (vejam-se as "Conclusões" do VII Conselho Nacional do PSD, no *Povo Livre*, nº 486, de 30 de Novembro de 1983, pp. 2 e 3, pontos 2 e 3.15). As diversas moções apresentadas e os resultados das votações respectivas encontram-se nos Serviços de Documentação do PSD nos documentos do VII Conselho Nacional de 1983.

fundamentalmente dirigida no sentido de se conseguir o reforço do empenhamento do PSD na coligação, assim como do apoio a Carlos Mota Pinto. Far-se-ia, aí, igualmente, a marcação do Congresso seguinte. Consequentemente, remetia-se qualquer redefinição da estratégia partidária quanto às eleições presidenciais, à revisão constitucional e à eventual definição de um acordo global de regime, para a futura cimeira do partido(1286).

Carlos Mota Pinto conseguiria, dessa forma, o que na sua perspectiva se apresentava como prioritário, ou seja, a defesa e o reforço da aliança com os socialistas(1287), vindo as temáticas mais melindrosas, no que concerne a ser posta em causa a coligação, a serem remetidas para terreno e hora even-

---

Veja-se, ainda, quanto à questão do aborto, o "Acórdão do Conselho de Jurisdição", de 27 de Dezembro de 1983, existente nos Serviços de Documentação do PSD, contra uma tentativa de impugnação (requerida por José Luís Ramos, Helena Roseta, Miguel Veiga, Pedro Pais de Vasconcelos, António Maria Pereira, Agostinho Branquinho, António Capucho e Francisco Figueiredo), da deliberação do VII Conselho Nacional; alegava-se aí ser a mesma antiprogramática e antiestatutária por ir contra o Programa do partido (veja-se o ponto 3,8 a) das respectivas "Conclusões," *in ibidem),* impeditiva da apresentação pelo PSD de uma lei visando a sua legalização ou despenalização, contrariando assim as disposições do programa do PSD no capítulo da política criminal.

(1286) Vejam-se, respectivamente, os pontos 3,1, 3,2, 3,16 e 3,6 das "Conclusões do VII Conselho Nacional", no *Povo Livre,* nº 486, de 30 de Novembro de 1983, pp. 2 e 3.

(1287) A Moção de Carlos Mota Pinto viria a ser aprovada com 38 votos a favor e 8 abstenções. Cf. gravações do VII Conselho Nacional, Serviços de Documentação do PSD.

Quanto ao adiamento da resolução sobre o acordo do regime para discussão no Congresso obteria 19 votos a favor, 13 contra e 11 abstenções. No entanto, a pretensão, conseguida, do líder do PSD no sentido de adiar a discussão sobre o candidato às presidenciais seria objecto de acesa crítica, por exemplo, na exposição que Marcelo Rebelo de Sousa faria ao VII Conselho Nacional de 1983, na qual, aliás, conforme se pode confirmar pela gravação da mesma existente nos Serviços de Documentação do PSD, esta individualidade rejeitaria a hipótese de Diogo Freitas do Amaral vir a ser apoiado. A disposição de, em princípio, não apoiar a candidatura do ex-líder do CDS teria sido mais tarde reafirmado pelo mesmo a Fernanda Mestrinho. Cf. *O Jornal,* de 23 de Dezembro de 1983.

tualmente mais propícios.

O VII Conselho Nacional do PSD mostrar-se-ia, assim, inconclusivo para com matérias fundamentais como as acima referidas, sobretudo a primeira, tornada o centro nevrálgico das preocupações políticas de então(1288). Tal ficar-se-ia a dever à vontade expressa da direcção política em exercício, desejosa de adiar o confronto entre as diferentes facções, que temáticas como as supra-citadas viriam decerto a despoletar.

Situação similar ocorreria, de novo, com o I Conselho Nacional de 1984(1289), embora as facções internas se apresentassem então com configurações mais precisas relativamente à estratégia a desenvolver para o XI Congresso do partido, tornando-se mais evidente que o conflito haveria de ser despoletado a partir dessa cimeira. O facto de, quer o Bloco Central, quer a liderança do PSD não terem sido totalmente postas em causa nesse Conselho Nacional(1290) ficaria a dever-se

---

(1288) Note-se, por exemplo, o aparecimento do *Semanário*, surgido em Novembro de 1983, cuja publicação seria expressamente orientada no sentido de promover o ataque ao líder do PSD, ao Bloco Central e à candidatura de Mário Soares, propondo, simultaneamente, uma alternativa à direcção partidária, ao bloco no poder e um candidato alternativo a Belém, que acabaria por ser Diogo Freitas do Amaral. O primeiro número do *Semanário* sairia a 26 de Novembro de 1983; Marcelo Rebelo de Sousa e José Miguel Júdice, ambos do chamado "Grupo de Lisboa", seriam respectivamente o Presidente e o Administrador da sociedade proprietária do *Semanário*.

(1289) Este viria a ser convocado, com data de 30 de Janeiro, no *Povo Livre*, nº 494, de 1 de Fevereiro de 1984, p. 1, realizando-se a 4 e 5 do mesmo mês no Hotel Altis, em Lisboa.

(1290) A Moção aí proposta por Carlos Mota Pinto, anteriormente submetida à Comissão Política Nacional, onde colhera algumas abstenções e votos contra (não conseguimos confirmar as votações e as fontes indirectas, o *Expresso* e o *Semanário*, ambos de 4 de Fevereiro de 1984, não são coincidentes), viria a conseguir no Conselho Nacional 32 votos favoráveis, 13 contra e 10 abstenções tendo, contudo, faltado à votação à volta de duas dezenas de Conselheiros, conforme os registos existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

à circunstância de nenhuma das facções contrárias entender ser aquele o momento ideal para desenvolver um ataque frontal nos dois planos considerados.

Nessa reunião Carlos Mota Pinto conseguiria, ainda, despolitizar o tom da mesma(1291), pelo menos no que tocaria

---

Uma adenda da autoria de António Barbosa de Melo, apoiante do líder do partido, defendendo a continuidade da coligação, embora exigindo certas garantias ao PS, obteria 31 votos a favor, 16 contra e 9 abstenções. Vejam-se as deliberações do I Conselho Nacional de 1984 no *Povo Livre,* nº 495, de 8 de Fevereiro de 1984, p. 1 (a adenda em causa seria incluída no respectivo ponto 1); apurámos as votações através das gravações existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

Sobre a dificuldade de obtenção de algumas dessas garantias, sobretudo a da revisão da "lei Barreto", veja-se a rúbrica "Contradança" de MANUEL DE LUCENA, no *Semanário,* de 11 de Fevereiro de 1984. Note-se, aliás, que a cimeira seguinte do PS/PSD, realizada a 9 do mesmo mês, não seria minimamente conclusiva relativamente a tais exigências (Cf. *Expresso,* nº 589, de 11 de Fevereiro de 1984, pp. 1 e 24).

Quanto à Moção de João Bosco Mota Amaral, e depois de frustadas todas as tentativas eventualmente levadas a cabo por António Capucho no sentido de se conciliarem as duas linhas (veja-se, sobre tal tentativa, por exemplo o *Tempo,* de 9 de Fevereiro de 1984), a Moção do dirigente açoriano obteria 25 votos a favor, 22 contra e 7 abstenções, permanecendo as críticas à direcção do partido, sobretudo relativamente à questão do aborto.

Sobre a iniciativa de António Capucho, na linha da aproximação que vinha a seguir relativamente a João Bosco Mota Amaral e, falhado esse propósito, o seu regresso ao apoio a Carlos Mota Pinto, ao que parece determinado pelas eventuais alterações estatutárias que viriam a bulir com o cargo de Secretário-Geral que desempenhava, veja-se o *Semanário,* de 11 de Fevereiro de 1984 e no *Expresso,* nº 589, a caixa de JOSÉ ANTÓNIO SARAIVA, "Política à portuguesa. As cautelas de Capucho", p. 3-R e p. 21-R da respectiva "Revista".

Por aquele motivo e por discordâncias manifestadas no que respeitava à forma de preparação do Congresso, António Capucho viria, depois, a distanciar-se de Carlos Mota Pinto, concorrendo na lista de João Bosco Mota Amaral para aquela cimeira. Cf. *Expresso,* nº 590, de 18 de Fevereiro de 1984, pp. 1 e 24.

(1291) Uma das tácticas seguidas seria a de afastar do centro das discussões os temas mais "escaldantes", não tendo o líder do PSD neste Conselho Nacional sequer contestado a algumas das críticas que lhe seriam feitas, sobretudo na intervenção de Marcelo Rebelo de Sousa sobre a questão presidencial ou no que concerne à inoperacionalidade da Comissão Permanente. Aliás, já o fizera no penúltimo Conselho Nacional do ano anterior, através da intervenção tecnocrática de Alípio Dias fazendo-o, de novo, no II Conselho Nacional de 1984, ao pôr Aníbal Cavaco Silva, num ponto prévio dos trabalhos, a dissertar sobre as empresas públicas. Vejam-se as gravações respectivas existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

Aliás as "exigências" formuladas ao PS romperiam o tom predominantemente asséptico das conclusões do I Conselho Nacional de 1984 naquelas matérias. Cf. *Povo Livre,* nº 495, de 8 de Fevereiro de 1983, p. 1.

aos temas mais susceptíveis de provocar o confronto interno e de contestar claramente a sua estratégia, embora outros, igualmente reveladores da crescente vitalidade da oposição intra-partidária, viessem a ocupar um lugar central nos respectivos trabalhos(1292).

Apesar da progressiva erosão do Executivo, sobretudo determinada pela questão do aborto, já referida atrás, e por uma hipotética remodelação ministerial que acabaria por não se processar(1293) - degradação essa em plena consonância com a acentuada deterioração a que a direcção partidária do PSD vinha igualmente a ser sujeita(1294) - Carlos Mota Pinto conseguiria, uma vez mais, protelar para outro momento a contestação à linha ainda dominante no partido.

Determinante no adiamento do confronto viria a revelar-se o grupo "Balsemista"/"Mota Amaralista", visto considerar

---

(1292) Tal seria, particularmente, o caso da atribuição, à Igreja Católica, de um canal próprio na televisão, proposto pelo "Grupo de Lisboa" e aprovado por 47 votos a favor, 7 contra e 8 abstenções e a determinação relativamente à questão do aborto, respectivamente pontos 3 e 1 das "Conclusões" do mesmo. Cf. *ibidem*.

As principais moções do "Grupo de Lisboa" com Marcelo Rebelo de Sousa à cabeça, visariam testar o poder efectivo da nova "facção" e deteriorar a imagem do líder do PSD e a da oposição "Balsemista"/"Mota Amaralista" consistindo, para além da acima reportada, numa Moção exigindo a demissão de Palma Ferreira de Presidente da RTP, que obteria 49 votos favoráveis e 5 abstenções; outra, propondo a demissão do respectivo Conselho de Gerência, aprovada por 31 votos, 1 contra e 13 abstenções e outra, ainda, condenando as declarações de António Ramalho Eanes, a qual seria aprovada por 76 votos a favor e 2 abstenções. Veja-se o resultado destas votações nos registos dos trabalhos do I Conselho Nacional de 1984, existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

(1293) Veja-se no *Expresso*, nº 532, de 7 de Janeiro de 1983, pp. 1 e 16 a notícia sobre os sinais de crise na coligação e na p. 2 do mesmo número o artigo de TERESA DE SOUSA "Soares enfrenta crise no PSD".

(1294) Para uma análise elaborada por ocasião dos acontecimentos então vividos pela direcção política do PSD, prefigurando-se a queda da mesma, veja-se a caixa de ANTÓNIO JOSÉ SARAIVA, "Política à portuguesa. O falhanço da Troika", *in idem*, p. 3.

esta "facção" que o choque frontal com a liderança partidária seria prematuro, pondo certamente em risco a coligação com o PS, o que não seria sua pretensão.

Do lado do "Grupo de Lisboa" testavam-se os eventuais apoios que se reconheciam ser ainda minoritários e numa táctica de desgaste do líder do PSD e da oposição, consubstanciada agora em João Bosco Mota Amaral, apresentavam-se inúmeras moções atacando o cerne do Bloco Central defendido por ambos.

Indício da táctica erosiva do "Grupo de Lisboa" e da tentativa de atenuamento do potencial conflito por parte dos "Mota Amaralistas" seriam as diversas propostas provocatórias dos primeiros e a votação na linha da maioria pró-Bloco Central processada pelos últimos(1295). Recuando na contestação à liderança do partido, qualquer destas duas "facções" mantendo embora sérias reservas à mesma, formularia novo teste à hipótese de candidatura de João Bosco Mota Amaral(1296).

(1295) Quanto ao primeiro aspecto veja-se a nota 1292; quanto ao segundo, bastará atentar-se, só para exemplificar, aos resultados das votações no último Conselho Nacional de 1983, no qual os "Balsemistas" teriam votado a favor da Moção de Carlos Mota Pinto, apenas se abstendo 8 Conselheiros, possivelmente o "Grupo de Lisboa" e alguns não alinhados (Cf. *Semanário,* de 3 de Dezembro de 1983 e, aqui, a nota 1290), ou na altura do I Conselho Nacional de 1984, no qual apesar de todas as especulações (veja-se por exemplo o *Comércio do Porto* ou o *Diário de Lisboa,* ambos de 4 de Fevereiro 1984), João Bosco Mota Amaral apoiando o Bloco Central, reforçaria a liderança do partido (contra a Moção de Carlos Mota Pinto só votariam 13 Conselheiros e a de António Barbosa de Melo, afecta àquele dirigente, colheria 16 desfavoráveis). Cf. gravações existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

(1296) Vejam-se as declarações do líder açoriano no sentido de continuar a apoiar Carlos Mota Pinto na liderança até ao Congresso seguinte. Cf. *A Tarde,* de 6 de Fevereiro de 1984 e ao *Tempo,* de 9 de Fevereiro de 1983 afirmando "ser no Congresso que os problemas devem ser discutidos".

Em face da eventualidade de candidatura de João Bosco Mota Amaral, a Moção H acentuaria a necessidade de se apontar para a bipolarização política e para a al-

À atitude assim assumida não seria certamente estranho o clima criado por Carlos Mota Pinto, ao anunciar que se retiraria no caso de aí se vir a decidir pela ruptura da coligação(1297), atitude cujas consequências poderiam pôr em sério risco a estratégia de fundo dos apoiantes do líder açoriano.

No entanto o "Grupo de Lisboa" apresentar-se-ia já com uma estratégia mais ampla e profunda, cujas coordenadas fundamentais se poderão resumir em três pontos: a verificação de que o PSD tinha deixado de ser o fulcro do poder, atribuindo-se a causa às permanentes cedências feitas ao PS como resultado da coligação encontrada; o facto de essa eventual subserviência se alargar também a todos os níveis da vida político-social; a circunstância de, perante tal, se estarem a gerar mecanismos pouco clarificadores para a vida política portuguesa. Tornava-se pois necessário, naquela perspectiva, retomar uma estratégia bipolarizadora a partir de dois pólos

---

ternância do poder, propondo-se apenas manter a coligação até 1985, apontando para uma candidatura a Belém no quadro do PSD, evitando uma candidatura supra-partidária, a qual, em seu entender, só viria acentuar "(...) a luta entre o sistema partidário e a instituição presidencial, tendencialmente anti-partidária", negando-se a subscrever qualquer acordo prévio para uma eventual segunda volta nas presidenciais, acusando-se o PSD de "falta de operacionalidade, fraqueza e falta de democraticidade" e apelando à necessidade de clarificação da liderança do partido, por forma a que este voltasse a ser um vector fundamental da vida política. Cf. Moção H no "Suplemento" do *Povo Livre*, nº 495, de 8 de Fevereiro de 1984, pp. XLI a LI, ponto 3, 4 e 6.

Veja-se, também, sobre o impacte da nova "facção", o *Semanário*, de 30 de Dezembro de 1983 (preconizando o apoio da Madeira ao documento em preparação) e o número seguinte do mesmo periódico.

(1297) Veja-se o discurso inicial do líder do PSD nas gravações dos trabalhos do I Conselho Nacional de 1984, existentes nos Serviços de Documentação do PSD. Sobre as consequências de uma eventual demissão do líder do PSD e Vice-Primeiro-Ministro e a actuação da oposição "Mota Amaralista" frente a tal quadro, veja-se o artigo de PEDRO D'ANUNCIAÇÃO, "Legislativas ainda antes das presidenciais?", *in Expresso*, nº 589, de 11 de Fevereiro de 1984, p. 2.

fundamentais, o PSD e o PS, qualquer deles consistindo a base das alternativas democráticas possíveis.

Cientes de que se teria necessariamente que passar por uma refundição total e profunda de todo o sistema e de que a estratégia presidencial seria para tal determinante, na linha do que já propugnara Francisco Sá Carneiro e à qual, no fundo, embora de sinal contrário, obedecia a estratégia de Mário Soares e do PS, surgiria um documento em forma de moção de estratégia a apresentar ao XI Congresso. Com base neste documento constituia-se uma nova "facção" intra-partidária que ficaria conhecida por "Nova Esperança" e cuja génese, conforme já sublinhado, se poderá encontrar no "Grupo de Lisboa"(1298).

Quase em simultâneo, a "facção" "Balsemista"/"Mota Amaralista" proporia formalmente a candidatura a Belém do Presidente do Governo Regional dos Açores e a recusa dessa bipolarização, decidindo-se a manter o Bloco Central. Sublinhava-se,

---

(1298) A Moção denominada "Uma alternativa para o PSD - Nova esperança para Portugal" pretenderia constituir uma alternativa à situação do PSD e do país criada a partir de Montechoro, na sequência de um volume intitulado "Contra o Bloco-Central", (Cf. CONCEIÇÃO MONTEIRO, JOSÉ MIGUEL JÚDICE, MARCELO REBELO DE SOUSA e PEDRO SANTANA LOPES, *Contra o Bloco Central*, Lisboa, Cognitio, 1983), que coligiria textos de Marcelo Rebelo de Sousa, José Miguel Júdice, Pedro Santana Lopes e Conceição Monteiro além de uma entrevista do primeiro, todos do "Grupo de Lisboa". Estes teriam apoios na Madeira, nas duas Distritais de Lisboa, em Setúbal, Santarém, Porto e Faro, além de junto dos TSD (Arménio Santos seria um dos subscritores).

Da "Nova Esperança", assim constituída, fariam parte Marcelo Rebelo de Sousa, Pedro Santana Lopes, José Eduardo Durão Barroso, António Martins da Cruz, Fernando Correia Afonso, João Pedro de Barros, Jorge Maria Black, Lívio Reis Borges, Luís Simões Cabral, Miguel Leal Coelho, João Pedro da Costa Cordeiro, Manuel José Soares Costa, Conceição Monteiro, Victor Manuel Cristovão Duarte, Maria Virginia Estorninho, Manuel Joaquim Barata Frexes, José Maria Gaspar, Armando Lopes Henriques, Joaquim Fernandes Marques, Amadeu Vasconcelos Matias, António Alves Martins, Rogério da Conceição Martins, Isaltino Afonso de Morais, António Maria Pereira; Carlos Alberto Pinto, Leonel Santa Rita Pires, Nuno Morais Sarmento, Adolfo Marques Simões, Miguel José Luís de Sousa, José João Baptista Tavares e Carlos Alberto Teixeira Valadas.

no entanto, a necessidade de revisão do acordo subjacente ao mesmo, processando-se apenas, por essa via, e no caso de êxito do respectivo candidato, uma alteração das relações de forças na esfera intra-partidária e da participação no cerne do poder político(1299).

Por outra parte, perfilava-se a estratégia da Comissão Política Nacional liderada por Carlos Mota Pinto, pretendendo remeter para fase posterior a escolha do candidato presidencial, oscilando ainda entre a opção por um acordo com o PS nesse sentido, tendo em vista o apoio a Mário Soares, a opção por um candidato civil do partido ou por um candidato militar, qualquer das hipóteses tendo como pressuposto não fazer perigar o Bloco Central(1300).

(1299) O primeiro subscritor da Moção G, intitulada "Por um PSD coerente e determinado ao serviço de Portugal", teria como primeiro subscritor João Bosco Mota Amaral, seguido de João Salgueiro, Tomás Oliveira Dias, Miguel Veiga e Fernando Amaral, parecendo a mesma recolher apoios no Porto, em Viana do Castelo, Viseu, Leiria e na Distrital da Área Oeste de Lisboa.

O documento apontaria para ser o PSD "(...) o primeiro partido a apresentar o seu candidato, já, no Congresso, condicionando assim candidaturas já lançadas e ainda não formalizadas e criando as disponibilidades de tempo para dar a conhecer e consolidar a imagem do nosso candidato", acrescentando que "a vitória desse candidato nas eleições presidenciais será o marco de uma liderança reformista na sociedade portuguesa" e que "quem admitir a derrota do candidato apresentado pelo PSD, seja pela indicação de um candidato fraco, seja por falta de apoio do (...) partido, seja pela apresentação tardia do candidato, seja, ainda, por adoptar um acordo qualquer com o PS em que o PSD, ocupasse a chefia do Governo aceitará a subalternização definitiva do PSD" (numa clara alusão à eventual estratégia "Mota Pintista"). Cf. Moção G, no suplemento especial do *Povo Livre*, nº 495, de 8 de Fevereiro de 1984, pp. XXXIV a XLI, ponto III b).

(1300) A Moção C, tendo por primeiro subscritor Carlos Mota Pinto, intitular-se-ia "Por um PPD/PSD forte e unido. A estabilidade política e a reforma das estruturas ao serviço de Portugal e da social-democracia"; apontaria para o reforço da coligação com o PS "(...) ditada pelas razões nacionais de evitar o vazio político, resolver a grave crise económico-financeira e proceder a reformas estruturais, desbloqueando-se o sistema"; defendia, quanto às presidenciais, que o partido "(...) não se comprometa, desde já, em opções que a evolução posterior poderia obrigar a alterar com enormes custos políticos e com sacrifícios das pessoas envolvidas", conside-

As moções apresentadas por estas "facções" bem como as restantes a submeter àquela cimeira(1301) adquiririam um significado particular, tendo em conta que, pela primeira vez, a eleição dos Delegados decorreria de acordo com a sua afectação a moções de estratégia política(1302).

---

rando dever o candidato do PSD, em princípio, ser "(...) próprio, autónomo, escolhido por si", adiantando que "dada a importância do cargo, se o candidato não for o próprio 'leader' do PSD, terá de ser escolhido em consonância com ele, pois, de contrário, poderíamos rapidamente viver situações de conflito ou de ruptura" e, também, que "(...) do seu comportamento político não resulte qualquer ambiguidade quanto ao seu posicionamento na divergência política, em 1980, entre o General Eanes e o projecto do PSD e de Sá Carneiro". Ambas as transcrições são, como é evidente, suficientemente elucidativas da vontade de afastar a candidatura de João Bosco Mota Amaral; a última, particularmente curiosa, se se recordar que Carlos Mota Pinto fora Primeiro-Ministro da confiança pessoal de António Ramalho Eanes, para além de dissidente do PSD aquando da vitória de Francisco Sá Carneiro no Congresso de Aveiro (Veja-se o *item* 1.2., do sub-capítulo 1 deste Capítulo). Cf. Moção C, suplemento especial do *Povo Livre*, nº 495, de 8 de Fevereiro de 1984, pp. IX a XVI, especialmente pontos II e V.

(1301) Além das Moções já referidas seriam, ainda, apresentadas a Moção A, da Comissão Política Regional da Madeira, tendo à cabeça Alberto João Jardim; a Moção B, da Assembleia Distrital de Santarém, cujo primeiro subscritor seria José Manuel Pereira da Silva; a Moção D, da Assembleia Distrital do Porto, liderada por Artur Nobre; a Moção E, da Assembleia Distrital de Évora, surgindo à sua frente Francisco Sousa Tavares; a Moção F, da Assembleia Distrital de Faro, tendo como primeiro subscritor José Vitorino; a Moção I, da JSD, encabeçada por Pedro Pinto; e ainda mais três moções só sobre a revisão do Programa do partido: a nº 1 da Comissão Política Regional da Madeira contra a revisão em causa, a Moção nº 2, da Assembleia Distrital da Área Metropolitana de Lisboa, tendo por primeiro subscritor Marcelo Rebelo de Sousa, apelando à constituição de um grupo de trabalho para a redacção de um texto-base a sujeitar à discussão interna e a Moção nº 3, da Comissão Política Nacional da JSD, encabeçada por Pedro Pinto indicando a metodologia a prosseguir relativamente àquele objectivo. Destas moções, a do Porto, a do Algarve e a da JSD seriam afectas à Moção dos "Mota Amaralistas"; a de Évora, a de Santarém e a da Madeira aos "Mota Pintistas", apresentando, assim, um carácter meramente complementar das moções fundamentais.

Vejam-se as Moções apresentadas ao XI Congresso Nacional do PSD no suplemento especial do *Povo Livre*, nº 495, de 8 de Fevereiro de 1984.

Note-se que ficaria decidido no decorrer do VII Conselho Nacional de 1983 a eventual revisão do Programa do partido, tendo-se então deliberado constituir para o efeito, duas comissões, sendo uma presidida por José Silva Marques, outra por Rui Machete).

(1302) O "Suplemento" do *Povo Livre*, nº 497, de 22 de Fevereiro de 1984, p. I seria exclusivamente dedicado à preparação do XI Congresso; veja-se o "Comunicado da Comissão Política Nacional", no *Povo Livre*, nº 500, de 14 de Março de 1983, p. I.

9. Do exposto se depreende que as clivagens consubstanciadas na oposição, apoio ou retracção ao Bloco Central, centrismo ou bipolarização do sistema político, avanço imediato ou protelamento da candidatura às presidenciais, candidato próprio ou no quadro da coligação com o PS, civil ou militar, do partido ou supra-partidário, aposta numa nova liderança partidária, continuidade da "troika" ou liderança personalizada em Carlos Mota Pinto, seriam determinantes no realinhamento das elites e das facções na fase de preparação do XI Congresso do PSD. De novo, clivagens estratégicas, algumas com conteúdo ideológico, vinham dividir internamente o partido.

Gravitando em torno das três principais "facções" configuradas nas três moções fundamentais a discutir e votar no Congresso, respectivamente lideradas por Carlos Mota Pinto, João Bosco Mota Amaral e Marcelo Rebelo de Sousa, surgiam apoios disseminados de outros dirigentes. Seria o caso de alguns elementos do "Grupo dos 44", que anteriormente tinha desempenhado um papel de certa forma relevante, entrando depois em plena desagregação(1303), para além de outras persona-

---

que se refere as intensas movimentações intra-partidárias, demonstrando a enorme vitalidade do partido e o *Povo Livre*, nº 501, de 21 de Março de 1983, p. 1, sobre a forma como os Delegados respectivos teriam sido eleitos.

(1303) Como vimos, o "Grupo dos 44" desempenhara um certo papel no Congresso de Montechoro, nunca adquirindo maior relevo, salvo num ou noutro caso, como na altura da intervenção crítica ao Executivo feita por Luís Fontoura no VII Conselho Nacional de 1983, visto que totalmente divorciado do aparelho do partido e quase só constituído por quadros ligados ao último Executivo Balsemão. Note-se que um dos seus expoentes, em declarações públicas prestadas depois do Congresso de Montechoro, fora o próprio a reconhecer tal desfazamento e que outro, Luís Fontoura, no último dia daquele Congresso afirmaria ter o grupo em questão acabado nesse momento. Concretamente, e muito embora parte dos seus elementos permanecesse em contacto, sobretudo no quadro do seu papel como Gestores Públicos, o grupo extinguir-se-ia numa

lidades, algumas delas provenientes da esfera "Mota Pintista" e que apareciam agora demarcando distâncias relativamente ao líder do PSD(1304).

Em suma, opondo os "Mota Amaralistas" à "Nova Esperança" configurava-se uma clivagem ideológico-estratégica, considerando a recusa desta quanto à manutenção do Bloco Central, apesar das alterações no acordo propostas pelos primeiros. Opondo aqueles aos "Mota Pintistas" surgiriam algumas reticências, sem oposição de fundo, ao Bloco Central defendido por estes, a designação imediata de um candidato preciso para as presidenciais e o fim da direcção partidária tripartida, também defendida pelos últimos, podendo, eventualmente, apoiar-se Carlos Mota Pinto, desde que afastados outros elementos do seu círculo dirigente(1305). Opondo a "Nova Esperança" à"facção"no poder, estaria o facto de o perfil do candidato a Belém ser ou não imediatamente definido e, fundamentalmente, a orientação tendencial do sistema com o retorno à bipolarização, através

---

reunião no Hotel Altis, por se considerar extemporânea a sua continuidade. Cf. declarações de Fernando Faria de Oliveira e de Luís Fontoura a *O Jornal*, de 4 de Março de 1983.

O "Grupo dos 44" apareceria dividido pela questão presidencial no apoio às três principais moções a apresentar ao Congresso Nacional de 1984. Cf. *Jornal de Notícias*, de 25 de Janeiro de 1984.

(1304) Para além de Eurico de Melo e de Aníbal Cavaco Silva, apontando certamente a sua ofensiva para outro momento e, na altura, não defendendo qualquer projecto próprio, dentro da direcção política identificavam-se tendências díspares: de um lado Helena Roseta, Amândio de Azevedo, Pedro Roseta e António Capucho, este último reforçado pelo apoio dos TSD e da ANASD sustentando a candidatura de Mário Soares; do outro, Carlos Mota Pinto (aparentemente, ao menos) e Henrique Nascimento Rodrigues propugnando um candidato militar. Cf. o *Semanário*, de 28 de Janeiro de 1984.

(1305) As "cabeças" eventualmente pedidas a Carlos Mota Pinto como condição do apoio da "facção" "Mota Amaralista" seriam a de Eurico de Melo e a de Henrique Nascimento Rodrigues. Cf. *Expresso*, nº 586, de 14 de Janeiro de 1984, pp. 1 e 20.

do ataque ao Bloco Central e do reforço da liderança do partido(1306).

Como já vimos, a candidatura de João Bosco Mota Amaral teria sido lançada, embora não formalmente, muito antes de qualquer uma das outras "facções" proceder à definição do perfil de candidato. As primeiras reacções pareciam então bastante favoráveis, não só pelo efeito surpresa, como por se considerar uma alternativa credível à candidatura "Soarista". Além disso, o avanço do líder dos Açores, embora minando a liderança partidária de forma indirecta não representava, em princípio, um ataque nesse terreno a Carlos Mota Pinto. Este não poderia, no entanto, apoiá-la(1307), comprometido que estaria com Mário Soares ou reservando-se, eventualmente, para propor um outro candidato, apresentando-se como possível ou a sua própria pessoa, ou a hipótese de um militar.

Acrescendo a essa razão, ou precisamente devido a esse

(1306) Sem prejuízo do recurso às fontes primárias a que procedemos e que têm vindo a ser reportadas nas notas anteriores, veja-se o artigo de CARLOS SILVEIRA, "Três temas dividem três linhas", no *Semanário*, de 21 de Janeiro de 1984, no qual estão igualmente assinaladas algumas tentativas de entendimento entre João Salgueiro da Moção "Mota Amaralista" e Carlos Mota Pinto. Vejam-se, também, o artigo de MARIA JOÃO AVILLEZ, "Pistas para um Congresso", na "Revista" do *Expresso*, nº 587, de 28 de Janeiro de 1984, pp. 15-R e 16-R, com trechos de entrevistas realizadas aos líderes das três principais moções, a António Capucho e a João Salgueiro, confirmando alguns encontros entre as facções divergentes, o de EVA CABRAL, "As três facções do Congresso de Braga", no *Tempo*, de 2 de Fevereiro de 1984, onde também se perspectiva a possibilidade de convergência entre João Bosco Mota Amaral e o líder do PSD, com algumas reservas do primeiro (veja-se a nota seguinte) e o *Comércio do Porto*, de 3 de Fevereiro de 1984, no qual se adianta a hipótese de uma aproximação de Marcelo Rebelo de Sousa a Carlos Mota Pinto.

(1307) Sobre a fraca possibilidade de o líder do PSD vir a apoiar a candidatura de João Bosco Mota Amaral, tendo em conta o que isso viria a significar na alteração da liderança intra-partidária, para além de eventuais compromissos assumidos anteriormente nessa matéria, veja-se o artigo de PEDRO VALIDO, "PSD: as opções de um Congresso", no *Globo*, de 18 de Fevereiro de 1984.

mesmo motivo, Carlos Mota Pinto não o poderia fazer, considerando que estaria igualmente em jogo o seu lugar no topo do PSD, já que, ou ficava numa posição de subalternidade relativamente ao líder açoriano, ou desistia da liderança partidária. Daí, a recusa em pactuar com qualquer hipótese de compromisso no Conselho Nacional realizado antes do Congresso(1308). Aí poderia ter estado, pelo menos em parte, a explicação para o seu permanente protelamento de uma decisão sobre o assunto.

Quanto à "Nova Esperança", dado o seu posicionamento estratégico se encontrar nos antípodas do defendido pelos apoiantes de João Bosco Mota Amaral parecia hesitar, antes do XI Congresso, entre Aníbal Cavaco Silva e Alberto João Jardim(1309) como possíveis candidatos a indicar para Belém. Se o primeiro detinha, no âmbito político e partidário, uma certa credibilidade e o necessário substracto para constituir uma alternativa consistente, não aparecia, por outro lado, com o necessário perfil psicológico para aquele cargo, não funcionando assim como um travão eficaz à candidatura açoriana. Alberto João Jardim apresentava-se, pelo contrário, com possibilidades de provocar um efeito político considerável, neutralizando o outro candidato insular.

A candidatura do Presidente do Governo Regional da Ma-

(1308) Veja-se, aqui, na nota 1290 a tentativa de consenso com os "Mota Amaralistas" formulada pela mão de António Capucho, a qual se mostraria de obtenção impossível.

(1309) A hipótese do aparecimento de Alberto João Jardim como candidato a Belém seria ventilada num artigo de JOÃO CARREIRA BOM, "PSD: aproxima-se a contagem das espingardas", na "Revista" do *Expresso*, nº 589, de 11 de Fevereiro de 1984, pp. 20-R e 21-R. Sobre o avanço da candidatura do líder da Madeira anunciada pela mão da "Nova Esperança" veja-se, aqui, a nota 1322.

deira parecia apresentar, além destas, outras virtualidades, entre as quais duas hipóteses diferentes de saída: ou o avançar da própria candidatura ou, no caso de esta não prosseguir, permitir arranjar outro candidato alternativo dentro do PSD, anulando as hipóteses de João Bosco Mota Amaral.

Aquela candidatura poderia, provavelmente, convir a Carlos Mota Pinto(1310), não só porque consistia numa fórmula que não hostilizava totalmente Mário Soares, dando-lhe igualmente tempo e margem de manobra para vir a apoiar quem melhor entendesse(1311), como não contestava a sua liderança no partido, o que viria certamente a acontecer com a outra "facção" adversa(1312).

A moção e a candidatura apresentada pela "Nova Esperança" pareciam, assim, poder funcionar como o fiel da balança, atendendo ao facto de que os apoios conseguidos por aquela na eleição dos Delegados ao XI Congresso se mostraria semelhante à diferença existente entre as outras duas "facções"(1313). Para

---

(1310) Numa conferência de imprensa dada pela "Nova Esperança" no Porto, a 18 de Fevereiro, garantir-se-ia ser apenas possível uma aliança com a "facção" do líder do PSD no plano presidencial, no objectivo comum de derrotar a candidatura açoreana. No entanto, manter-se-ia o tom crítico a Carlos Mota Pinto, sobretudo por posições consideradas essenciais para o PSD não terem feito vencimento na cimeira do PS/PSD de 9 de Fevereiro de 1984. Veja-se, sobre a conferência de imprensa, o *Comércio do Porto*, de 18 de Fevereiro de 1984 e, sobre aquela cimeira, o *Expresso*, nº 589, de 11 de Fevereiro de 1984, pp. 1 e 24.

(1311) João Salgueiro viria a ser o candidato à Presidência da Comissão Política Nacional, procurando assim a "facção" "Mota Amaralista" destronar Carlos Mota Pinto da liderança partidária. Veja-se a entrevista de João Salgueiro ao *Expresso*, nº 591, de 25 de Fevereiro de 1984, p. 10.

(1312) Note-se que não parecia estar totalmente posta de parte a candidatura do próprio Carlos Mota Pinto. Cf. *Expresso*, nº 592, de 3 de Março de 1984, pp. 1 e 24.

(1313) Sobre as eleições para o XI Congresso do PSD veja-se, além do *Povo Livre*, nº 501,

mais, tudo levaria a crer que o peso real da moção de Marcelo Rebelo de Sousa fosse superior ao número de Delegados eleitos como afectos à mesma, mercê do eventual exercício do voto útil na moção mais apoiada, por forma a garantir a participação desses Delegados naquela cimeira(1314), local onde, depois, todas as jogadas se tornariam possíveis.

Naquele sentido se teriam manterido uma série de negociações quanto a aspectos específicos(1315), sobretudo no que

---

de 21 de Março de 1984, p. 1, no qual se estabelece a forma como teriam sido eleitos os Delegados e a respectiva origem, o *Tempo*, de 23 de Fevereiro de 1984 e *O Primeiro de Janeiro*, de 25 de Fevereiro de 1984, dando conta dos diversos apuramentos parciais.

Segundo os números avançados um mês antes do Congresso, iria a Moção de Carlos Mota Pinto à frente, seguida, sem grande margem, pela de João Bosco Mota Amaral, tendo a de Marcelo Rebelo de Sousa, minoritária na eleição dos Delegados, obtido a maioria apenas em Lisboa. No entanto, as informações seriam de tal forma contraditórias na imprensa da época que consultámos, que não permitiriam uma certeza quanto aos apoios exactos de cada uma dessas moções. Sobre essa campanha de desinformação com o fim de condicionar os votos dos eleitores, veja-se a caixa de JOSÉ ANTÓNIO SARAIVA "Política à portuguesa. A guerra dos números", *in Expresso*, nº 592, de 3 de Março de 1984, p. 3.

(1314) Esta táctica parecia ter já resultado no quadro do PS, conforme sublinharia TERESA DE SOUSA na rúbrica "Nos bastidores da semana política. E se Mota Pinto for para Coimbra?", *in Expresso*, nº 592, de 3 de Março de 1984, p. 2.

(1315) De acordo com o que nos foi confirmado pelos interlocutores que entrevistámos, tais negociações teriam tido lugar. Nelas interviriam o líder do PSD, José Ângelo Correia, Marcelo Rebelo de Sousa, Pedro Santana Lopes e José Miguel Júdice. Não só as mesmas visariam questões de ordem estatutária, nomeadamente no que se refere à questão do Secretário-Geral, como outros pontos em que Carlos Mota Pinto necessitava, como se poderá comprovar pelos resultados das votações, obter o apoio dos elementos da "Nova Esperança"; em contrapartida, o líder do PSD aceitaria alargar a composição do Conselho Nacional por forma a, contando com o método proporcional, aquela facção vir a conseguir incluir aí representantes seus, parecendo aceitar, inclusivé, o tempo limite proposto por estes para o Bloco Central vigorar.

O tom da intervenção inicial de Carlos Mota Pinto ao XI Congresso, no estilo do "ou tudo ou nada" de Francisco Sá Carneiro, embora mais moderado e não conseguindo efeitos tão significativos, poderá confirmar a existência daquelas negociações, assim como a sua eventual desistência, no sentido de alterar a ordem dos respectivos trabalhos. Tal prova de força do líder do PSD dever-se-ia, não só à garantia do apoio da oposição minoritária, como aos resultados das eleições para os Delegados que se mostravam favoráveis às suas teses (veja-se a nota 1317 desta dissertação).

se refere aos Estatutos, cuja revisão, uma vez mais, ocuparia lugar de realce num Congresso do PSD, assumindo um papel de extrema importância. Este papel adviria dos efeitos exercidos pelas alterações propostas noutras instâncias que não as directamente decorrentes da estrutura orgânica do partido.

A controvérsia em torno dos Estatutos prender-se-ia, particularmente, com o papel do Secretário-Geral e com a forma de o mesmo ser eleito, pondo-se quase em alternativa a questão de vir a preponderar no partido o poder do aparelho, ou o da sua direcção política(1316).

Em vésperas daquela cimeira, a distribuição dos Delegados pelas diferentes moções mostrar-se-ia, assim, favorável a Carlos Mota Pinto(1317), o qual só não granjearia a maior

---

(1316) A proposta de Carlos Mota Pinto visava integrar o cargo de Secretário-Geral na Comissão Política Nacional, terminando a sua eleição uninominal no Congresso; o projecto da "Nova Esperança" pretendia eliminar por completo o cargo, assimilado no de Presidente da Comissão Política e criando um Secretário com funções de carácter meramente administrativo. As negociações entre as duas "facções", já atrás reportadas, englobariam esta questão. Numa reunião em casa de José Miguel Júdice teria ficado acordado que a troco da votação da "Nova Esperança" na derrota de António Capucho, Carlos Mota Pinto cederia noutros pontos às pretensões daquela facção (veja-se a nota anterior). Refira-se que Aníbal Cavaco Silva, Delegado ao Congresso de Braga pela secção D de Lisboa, em lista patrocinada pelo "Grupo de Lisboa" e pelos "Mota Pintistas" defenderia aí o derrube de António Capucho. Vejam-se as gravações existentes nos Serviços de Documentação do PSD. Para António Capucho tornava-se necessário ser eleito separadamente por forma a não vir a ser prejudicado, caso viesse a vencer a Moção e a lista de Carlos Mota Pinto, visto estar integrado na lista de João Bosco Mota Amaral. Veja-se sobre o afastamento do Secretário-Geral relativamente ao líder do PSD, e tendo fundamentalmente na base aquele motivo, o *Expresso*, nº 588, de 4 de Fevereiro de 1984, pp. 1 e 16; sobre a temática do poder interno de António Capucho veja-se JOSÉ ANTÓNIO SARAIVA, "Política à portuguesa. Capucho, Salgueiro Baisemão e o príncipe encantado", no *Expresso*, nº 594, de 17 de Março de 1984, p. 3.

De tudo o que foi dito se depreende a importância então, da derrota de António Capucho, decisiva para que Carlos Mota Pinto pudesse ganhar o Congresso de Braga.

(1317) Veja-se o quadro da Distribuição dos Delegados pelas diversas moções, anexo ao documento onde consta a forma de eleição e a origem dos mesmos, no *Povo Livre*, nº 501, de 21 de Março de 1984, p. 3, o qual reproduzimos de forma sucinta:

parte dos apoios junto da JSD, próxima dos "Mota Amaralistas" ficando um pouco aquém destes relativamente às estruturas de base não territorial(1318).

Se no início dos trabalhos do Congresso de Braga(1319) não se mostraria desde logo propenso a uma clara vitória da "facção" "Mota Pintista"(1320), esta passaria a ser totalmente

---

Moções *				
Moções	Carlos	João Bosco	Marcelo	Não declarados
Delegados	Mota Pinto	Mota Amaral	Rebelo Sousa	***
Delegados eleitos				
Secções	316	165	43	10
JSD	4	50	3	2
Autarcas	19	20	1	10
Sócio-Profissionais	16	19	1	14
Assoc. Profissionais.	1	2	-	8
Sub-Total	356 (51%)	256 (36%)	48 (7%)	40 (6%)
Inerências **	8	35	2	-
Total	364 (49%)	291 (39%)	50 (7%)	40 (5%)

* só se consideram as moções fundamentais, tendo as complementares sido aqui agrupadas consoante o apoio às mesas.

** apenas as declaradas (note-se que na maioria não o seriam).

*** embora os Delegados eleitos tivessem que declarar apoio a uma moção, 6% não o fariam

(1318) Cf. *ibidem*.

(1319) Registe-se que foi o primeiro Congresso no qual, quer a inscrição dos Delegados, quer as outras tarefas burocráticas foram controladas informaticamente sob a direcção de Victor António. A organização do Secretariado do Congresso revelar-se-ia, assim, francamente superior à das cimeiras anteriores, de que seriam exemplo os inúmeros documentos preparatórios e de informação sobre o mesmo. Veja-se, a título de exemplo, o "Boletim de inscrição" dos Delegados ao XI Congresso Nacional envia-do pela "Circular" nº 69/29.12.83 assinada pelo Secretário-Geral,a forma de rateio dos mesmos definida no "Regulamento" para esse Congresso e distribuída nas "Circu-lares" nº 65 e nº 66/27.12.83 (o "Regulamento" em causa fora publicado nas páginas do *Povo Livre*, nº 487, de 7 de Dezembro de 1984, p. 12), o documento do Secretariado do XI Congresso, aliás publicado no *Povo Livre*, nº 501, de 21 de Março de 1984, p. 1, explicitando a origem dos Delegados pelas estruturas do partido (num total de 704 eleitos, 534 viriam das bases, 59 da JSD, 50 de entre os Sócio-profissionais, 7 do movimento cooperativo e 4 das associações profissionais, para além de 153 Delegados por inerência).

(1320) O primeiro tema a ser discutido no XI Congresso Nacional do PSD realizado em Braga de 23 a 25 de Março de 1984, teria a ver com a aprovação das conclusões do Congresso Nacional dos TSD, mais próximos de Carlos Mota Pinto. Cf. "Conclusões do XI Congresso Nacional do PSD", no *Povo Livre*, nº 502, de 29 de Março de 1984, p. 12, alínea a) respectiva e o documento proposto à aprovação do Congresso sob o

evidente a partir do debate e da votação sobre os Estatutos. Atendendo ao malogro da proposta estatutária de João Bosco Mota Amaral, particularmente no que concerne à não eleição de António Capucho(1321) e à fraca repercussão da sua anunciada candidatura(1322), prefigurava-se a vitória da estratégia de

---

título "XI Congresso, Estatutos dos TSD" distribuído pela Secretaria-Geral em Fevereiro de 1984 (anexo aos documentos distribuídos no âmbito da cimeira de Braga, Serviços de Documentação do PSD). A eventual aprovação desse documento dos TSD levaria ao afastamento de Henrique Nascimento Rodrigues, que dele discordaria radicalmente, não tendo sequer aquele dirigente da "troika" de Montechoro comparecido ao XI Congresso do PSD. Cf. *Expresso*, nº 595 de 24 de Março de 1984, p. 24.

O segundo ponto respeitaria à metodologia apresentada na Moção nº 2 para a revisão do Programa do PSD (a qual teria como primeiro subscritor Marcelo Rebelo de Sousa) com uma ligeira alteração, implicando a eleição do grupo de trabalho a organizar para o efeito em Conselho Nacional sob proposta da Comissão Política. Cf. *ibidem*, alínea b). Esta Moção receberia o apoio dos "Mota Pintistas", tal como ficaria demonstrado pela intervenção de António Barbosa de Melo.

No desenrolar dos trabalhos viria igualmente a desempenhar um importante passo em direcção a uma eventual vitória de Carlos Mota Pinto, não só o tom do seu discurso inicial, como o do proferido antes da discussão àcerca dos Estatutos, criando uma certa tensão nos congressistas sobre o eventual vazio de poder caso o apoio dos mesmos não lhe viesse a ser dado. Veja-se sobre esta última táctica, que lograria os efeitos esperados, a análise de PEDRO VALIDO, "O pós-Mota Pinto?" no *Globo*, de 14 de Abril de 1984. Veja-se a gravação dessas intervenções existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

(1321) Viria a vencer Francisco Antunes da Silva (proposto pelos "Mota Pintistas"), por 16 votos relativamente ao anterior Secretário-Geral, podendo-se inferir dessa eleição ter a mesma correspondido ao apoio da "Nova Esperança", no quadro das negociações prévias eventualmente havidas relativamente a tal objectivo (veja-se a nota 1316 desta dissertação). Vejam-se os Estatutos aprovados no XI Congresso Nacional de Braga, especialmente o artigo 31º respeitante ao cargo de Secretário-Geral no Suplemento do *Povo Livre*, nº 504, de 11 de Abril de 1984. Veja-se, também, a título de curiosidade, o abaixo-assinado de 29 funcionários dos serviços centrais do PSD manifestando o seu apreço para com António Capucho e a sua actuação, não deixando de acentuar a "(...) isenção e independência" dos mesmos "face às várias sensibilidades existentes no partido". Veja-se o documento em questão, datado de 25 de Março de 1984, nos Serviços de Documentação do PSD.

(1322) Fundamentalmente neutralizada pela eventual candidatura do líder do Madeira. Embora a apresentação da candidatura de Alberto João Jardim tivesse aparentado a ideia de uma improvisação de momento por parte de Marcelo Rebelo de Sousa ela decorreria, segundo confirmámos com o próprio, após sua comunicação àquele que se não teria oposto; o efeito pretendido, para além da eventualidade de a mesma poder vir a ter seguimento, seria a de provocar um efeito surpresa e, com isso, levar a um certo desencanto perante a candidatura de João Bosco Mota Amaral.

los Mota Pinto, após o debate das principais moções aí apresentadas(1323).

Depois de aprovada a Moção do líder do PSD(1324) com apoios que ultrapassariam os prognósticos a que as eleições dos Delegados poderiam ter levado(1325), demonstrando quer a existência das tais negociações nos bastidores, quer a influência da voz do poder e dos interesses de muitos Congressistas relativamente às oportunidades que se apresentavam no quadro

---

(1323) Vejam-se as notas 1298 a 1301 desta dissertação, nas quais se reportam os pontos fundamentais de cada uma das moções em causa.

Para as diversas intervenções realizadas no quadro da defesa dessas moções, vejam-se as gravações existentes nos Serviços de Documentação do PSD. Destas seriam de realçar a de João Salgueiro, pela Moção G, a de Marcelo Rebelo de Sousa e Pedro Santana Lopes, ambos pela Moção H, a de Pedro Pinto, pela Moção I e a de Alberto João Jardim, pela Moção A.

(1324) Veja-se o teor da Moção C no Suplemento especial do *Povo Livre*, nº 495, de 8 de Fevereiro de 1984, pp. IX a XVI. Esta seria aprovada (Cf. "Conclusões do XI Congresso Nacional do PSD" no *Povo Livre*, nº 502 de 29 de Março de 1984, p. 12, alínea d) e os dois primeiros parágrafos dessas deliberações) por 51% dos presentes, equivalendo a 403 votos favoráveis contra 268 dos expressos a favor da Moção de João Bosco Mota Amaral e de 73 para a Moção de Marcelo Rebelo de Sousa, as quais receberiam assim, respectivamente, 35% e 11% do apoio dos congressistas. (as votações em causa encontram-se registadas num documento próprio nos Serviços de Documentação do PSD).

Registe-se que a Moção I, da JSD, obteria 243 votos e que seria aprovada uma Moção sobre Camarate, anexa à Moção H da "Nova Esperança", com uma ligeira alteração atenuando o teor da mesma. Cf. "Conclusões do XI Congresso do PSD", no *Povo Livre*, nº 502, de 29 de Março de 1984, p. 12, penúltimo parágrafo das deliberações.

(1325) Se compararmos a votação obtida pela Moção C (403 votos a favor) com os Delegados alinhados por essa Moção (364, de acordo com os dados fornecidos oficialmente pelo partido) e a relação votações/Delegados afectos à Moção G (268 *versus* 2912) e Moção H (73 *versus* 50), para além do já referido não alinhamento prévio de 6% dos Delegados (40 ao todo), tornam-se evidentes as movimentações internas dos Delegados prejudicando sobretudo a "facção" "Mota Amaralista". (Veja-se o Quadro da distribuição dos Delegados pelas Moções na nota 1317). Esta receberia menos 23 votos do que os em princípio esperados (podendo estes corresponder aos mesmos 23 que a Moção de Marcelo Rebelo de Sousa viria a obter ou, então, provirem das fileiras dos Delegados eleitos pela Moção C), enquanto a Moção de Carlos Mota Pinto via acrescer 39 votos favoráveis aos apoios preconizados anteriormente (podendo estes equivaler aos Delegados que não tinham previamente declarado a sua preferência ou então a desvios dos apoiantes "Mota Amaralistas").

do poder constituído, eventualmente acrescidas a partir de então, proceder-se-ia à eleição dos novos órgãos nacionais. Em qualquer destas matérias a vitória de Carlos Mota Pinto apresentar-se-ia, no entanto, tangencial(1326).

10. Em síntese, poder-se-á defender que Carlos Mota Pinto conseguira no XI Congresso uma vitória fraca, na linha das vitórias de qualquer forma mais substanciais conseguidas por Francisco Pinto Balsemão em 1981 e 1982, deixando uma porta aberta para a contestação interna vir a ter lugar no seio do Conselho Nacional, órgão no qual ficaria numa posição algo

---

(1326) Não só a margem de confiança expressa na sua Moção seria a mais baixa conseguida por um líder do partido, como a sua própria eleição (e da respectiva equipe de liderança) traduziria uma vitória equívoca, sobretudo se tivermos em conta a composição do Conselho Nacional, para o qual a Lista A dos "Mota Pintistas", liderada por António Barbosa de Melo, elegeria apenas mais 6 Conselheiros, equivalendo a 363 votos (46,8%) do que a Lista C dos "Mota Amaralistas", com apenas 372 (37%), encabeçada pelo líder dos Açores, enquanto a Lista B, à frente da qual aparecia Marcelo Rebelo de Sousa, receberia 98 votos (12,65%), fazendo incluir naquele órgão 6 elementos; isto, num total de 775 votações, entre as quais 25 votos brancos e 3 nulos.

Para a Comissão Política Nacional, eleição decisiva relativamente à direcção partidária, a Lista A que propunha Carlos Mota Pinto para Presidente, Rui Machete, Amândio de Azevedo, José Ângelo Correia e Rui Almeida Mendes, para Vice-Presidentes e para Secretário-Geral Francisco Antunes da Silva além de 8 Vogais, venceria com 467 votos (60,2%), enquanto a Lista C, da oposição "Mota Amaralista", propondo para aqueles cargos respectivamente João Salgueiro, coadjuvado por Miguel Veiga, António Loureiro Borges, José Silva Marques e António Marques Mendes, além de António Capucho para Secretário-Geral e mais 8 Vogais, obteria 279 votos (36%), isto num total de 775 votos expressos, dos quais 26 brancos e 3 nulos.

Para o Conselho de Jurisdição Nacional entrariam 5 membros da Lista C (com 395 votos, equivalentes a 50,9%), 1 da Lista B (com 90 votos, correspondentes a 11,6%) e 3 da Lista C (com 279 votos, ou seja 36%), 10 brancos e 1 nulo. A Mesa do Congresso, eleita com 476 votos (61,4%), seria a proposta pela Lista A, presidida por Leonardo Ribeiro de Almeida e Vice-presidida por Alberto João Jardim e Eurico de Melo, contra a Lista C, com 272 votos (35%), num total de 775, dos quais 25 brancos e 2 nulos.

Note-se que, neste Congresso, Nuno Rodrigues dos Santos seria eleito como Presidente honorário dos sociais-democratas, não tendo estado presente devido a encontrar-se gravemente doente, vindo a falecer pouco tempo depois.

Vejam-se os resultados das votações reportadas inscritas nos documentos do XI Congresso do PSD e os nomes dos restantes dirigentes nacionais aí eleitos na Lista 11 do Anexo IV desta dissertação.

difícil(1327).

Do lado de João Bosco Mota Amaral e talvez devido à sua própria estratégia incompleta - considerando que a mesma não punha desde logo em causa a direcção do partido nem sequer se apresentando como uma alternativa real, - assistir-se-ia, para além da derrota sofrida durante o próprio Congresso, à dúvida crescente quanto à viabilidade da respectiva candidatura a Belém. Isto, porque com o apoio da "Nova Esperança", os "Mota Pintistas" fariam com que o dirigente dos Açores surgisse como líder de uma "facção" minoritária interna, retirando-lhe, à partida, certa legitimidade no que concerne a poder representar a candidatura presidencial de todo o partido.

Como pontos determinantes a reter desta cimeira ficaria, assim, o acordo entre a "facção" "Nova Esperança" e os "Mota Pintistas" que possibilitaria a derrota dos "Mota Amaralistas" na questão presidencial e estatutária, representando aquela o cerne do problema e esta muito mais do que uma simples querela à volta dos Estatutos. De relevar, igualmente, o papel discreto de Francisco Pinto Balsemão na luta então travada, substituído por João Bosco Mota Amaral e por João Salgueiro. O ex-líder do PSD e do VII e VIII Governo Constitu-

---

(1327) Para o Conselho Nacional Carlos Mota Pinto faria eleger 25 membros, contra 19 da "facção" de João Bosco Mota Amaral e 6 da de Marcelo Rebelo de Sousa. Contando com mais 2 da JSD, 10 das Comissões Políticas Distritais e 2 das Regionais, além de 6 da Mesa do Congresso (simultaneamente Mesa do Conselho) e 1 outro por inerência de desempenho do cargo público, o líder do PSD assegurava à volta de 46 Conselheiros certos, para 41 propensos a apoiar o líder açoriano; além dos 19 eleitos, 8 da JSD, 7 das Comissões Políticas Distritais e 2 das Regionais, 2 de Emigração e 2 por inerência de desempenho de cargos públicos. Marcelo Rebelo de Sousa poderia, mais uma vez, fazer deslocar o fiel da balança para um ou outro lado com os seus 6 Conselheiros eleitos e mais 1 por inerência.

cionais só viria a retomar a liderança desta "facção" depois de afastado o primeiro da corrida para Belém e de perdido o segundo como alternativa à liderança partidária.

À saída do Congresso de Braga, a vitória de Carlos Mota Pinto assumiria, não uma dimensão de sucesso real, até porque o conflito não fora de facto despoletado em todas as suas potencialidades, mas de um ganho parcial no âmbito do primeiro confronto efectivo processado desde Montechoro. Relativamente ao seu parceiro no Bloco Central o Vice-Primeiro-Ministro disporia, no entanto, de mais argumentos para a sua actuação em termos presidenciais, adquiririndo um maior espaço de liderança interna e vendo-se confirmado na mesma. Tal seria, no entanto, conseguido com uma pequena margem relativamente à oposição e, mesmo assim, só conseguida através do acordo estabelecido com a outra "facção" oposta. Uma certa indecisão em termos estratégicos parecia, portanto, permanecer; a prazo, os objectivos pouco claros, casuísticos e indefinidos revelar-se-iam fatais para o líder do PSD confirmado em Braga.

Quanto à oposição "Balsemista"/"Mota Amaralista" prosseguiria ainda na defesa do Bloco Central - apesar das reservas expressas na respectiva Moção apresentada à cimeira de Braga - e na posição de não contestar, de imediato, a liderança de Carlos Mota Pinto, tornando-se claro que o seu propósito consistiria em vir a atacar o cerne dessa liderança através da questão presidencial.

Ao invés, a "Nova Esperança" continuava a opor-se determinantemente ao Bloco Central e à candidatura presidencial

eventualmente subjacente à coligação com o PS, não pondo directamente em causa a liderança partidária, por inexistência, à altura, de uma alternativa real. Por isso, acederia na negociação com os "Mota Pintistas", tendo em conta os dividendos que daí poderiam decorrer, sobretudo atendendo à segura derrota infligida à candidatura "Mota Amaralista" às eleições presidenciais.

O acordo então conseguido viria, como adiante veremos, a prolongar-se durante todo o ano de 1984. Por parte de Carlos Mota Pinto obedeceria à necessidade de um eventual apoio à candidatura de Mário Soares, mesmo que só à segunda volta, à manutenção do Bloco Central e da sua liderança no PSD. Ganhava-se, dessa forma, um prazo suficiente para poder vir a propor um candidato do partido, possivelmente o seu líder, ou talvez um militar, no caso de as contrapartidas do apoio ao líder do PS não se mostrarem exequíveis(1328).

Do lado da "Nova Esperança" visava-se um objectivo distinto, o qual passaria, por mera táctica, pelo apoio à "facção" "Mota Pintista" e pela necessidade de a candidatura de Mário Soares avançar. Fins diversos, portanto, mas utilizando meios comuns, tendo em conta serem esses os únicos moldes que se apresentavam a cada uma das duas "facções" para a sua prossecução. Para a "Nova Esperança" tratava-se de a prazo, propor um candidato do partido ou supra-partidário, desde que funcio-

---

(1328) Para além do já defendido atrás, seriam notórias certas concessões feitas ao líder do PSD por parte de Mário Soares expressas, por exemplo, quanto ao prazo da remodelação governamental a ser eventualmente efectuada. (Vejam-se sobre o assunto as duas notas seguintes).

nasse como uma candidatura polarizadora da vertente de direita do sistema político, que se procurava bipolarizar. Nessa perspectiva privilegiar-se-ia não um militar, mas sim um civil, emanação do sistema dos partidos e corolário lógico da bipolarização política pretendida.

Considerando que a "facção" "Mota Pintista" continuaria a defender o centrismo político consubstanciado na fórmula do Bloco Central, relativamente à "facção" liderada por Marcelo Rebelo de Sousa existia, no fundo, uma clivagem de ordem estratégica, mas também ideológica, na linha da que opusera o "Grupo de Lisboa" às outras "facções" internas no ano anterior, até porque a linhagem era idêntica.

No conflito que começava a tomar vulto entre os "Mota Pintistas" e os "Balsemistas/Mota Amaralistas" não parecia, pelo contrário, existir uma clivagem ideológica. Mesmo mais tarde, quando estes últimos iniciariam os ataques ao Bloco Central, tratar-se-ia, apenas, da incentivação de uma clivagem de natureza táctico-estratégica, visto ser essa a única forma de pôr em causa a liderança intra-partidária.

11. Após o Congresso de Braga três clivagens fundamentais estariam na base da polémica interna: primeiro, a clivagem que separava os pró e contra o Bloco Central, remetendo para campos opostos, de um lado a "facção" "Mota Pintista" - não tendo aí a oposição de João Bosco Mota Amaral, Francisco Pinto Balsemão e João Salgueiro (para referir apenas os líderes principais dessa oposição) - e, do outro, a "Nova Esperança", sendo essa a base de clivagem fundamental entre ambas; segun-

do, a clivagem relativamente às presidenciais, assumindo as estratégias do PSD nesse capítulo uma configuração tripartida entre aquelas "facções" de forma subsidiária, isto é, a reboque fundamentalmente dessas duas clivagens, surgiria a referente à liderança intra-partidária

A crise não estalaria abertamente durante 1984, dado o entrecruzar dessas clivagens não estabelecer três campos totalmente divergentes e vindo, por conseguinte, a possibilitar acordos entre as "facções". Só quando cada uma delas assentasse, em simultâneo, naquelas três bases de clivagem, mesmo que estas tivessem que vir a ser incrementadas por motivações predominantemente tácticas, é que o conflito entre as mesmas se tornaria inadiável.

Até ao Conselho Nacional seguinte acelerar-se-ia a crise no Executivo, depois de se não ter concretizado a remodelação governamental prevista pouco antes do Congresso de Braga(1329). Então, o confronto com a "facção" aí derrotada conheceria novo implemento(1330), enquanto a coligação enfren-

---

(1329) Um projecto de remodelação fora encarado nessa altura e, ao que parece, só não se efectivara dada a indefinição interna do PSD. Acabaria, contudo, por não se concretizar a esperada remodelação. Sobre o receio de Mário Soares em proceder à mesma antes do Congresso do PSD de Braga, ao qual eventualmente se somaria uma táctica no sentido de aí reforçar a posição do líder do PSD através da pressão exercida sobre os governantes pró-oposição interna, veja-se JOSÉ ANTÓNIO SARAIVA, "Política à portuguesa. Os 'yes minister'", *in Expresso*, nº 597, de 7 de Abril de 1984, p. 3 e do mesmo autor, na mesma rúbrica, "O retrato da coligação", *in Expresso*, nº 603, de 19 de Maio de 1984, p. 3.

(1330) Nomeadamente, através dos rumores quanto ao afastamento do Executivo de alguns "Mota Amaralistas". Cf. PEDRO D'ANUNCIAÇÃO, "Nos bastidores da semana política: Rescaldo do Congresso do PSD: Mota-Amaralistas saem do Governo", *in Expresso*, nº 596, de 31 de Março de 1984, p. 2.

Veja-se, também, sobre os critérios subjacentes a tal remodelação, que acabaria por não ter lugar, na mesma rúbrica, mas da autoria de JOÃO CARREIRA BOM.

teva alguns momentos mais problemáticos(1331), que acabariam por constituir a preocupação fundamental dos trabalhos do II Conselho Nacional de 1984(1332).

"A remodelação de Maio: vantagens e inconvenientes", *in Expresso,* nº 598, de 14 de Abril de 1984, p. 2. Ainda sobre a hipotética remodelação e sobre a eventualidade do afastamento de António Capucho das suas funções no Executivo, na sequência de Braga, veja-se o *Expresso,* nº 601, de 5 de Maio de 1984, pp. 1 e 24.

A verificar-se, tal circunstância confirmaria a táctica de não se ter procedido à remodelação previamente ao Congresso de Braga, em função de se poder manobrar em matéria de fidelidades intra-partidárias dos congressistas com funções no Governo. Veja-se, sobre o tema, o artigo de JOSÉ ANTÓNIO SARAIVA citado na nota anterior.

Vejam-se, a título de exemplo, as críticas tecidas ao Governo e à direcção do PSD por João Bosco Mota Amaral, a pretexto de não terem sido contempladas as Regiões Autónomas na lei dos serviços de informações e no ante-projecto de lei da segurança interna, em parte reproduzidas no *Expresso,* nº 600, de 28 de Abril de 1984, pp. 1 e 24; vejam-se, também, as críticas da JSD, no "Jovem Reformista", *in Povo Livre,* nº 508, de 9 de Maio de 1984, p. 7.

(1331) Em primeiro lugar, perante os permanentes avanços e receios no referente à remodelação do Executivo, também apelidada de mera "operação cosmética". Depois, em face do pouco impacte da conferência de imprensa dos dois líderes do Bloco Central, realizada com o fim de anunciar novas medidas estruturais a serem tomadas pelo Executivo, por decisão tomada pela Comissão Permanente do PSD, aliás particularmente desastrosa para Carlos Mota Pinto já que indiciadora de a projectada remodelação acabar por se não concretizar. Cf. PEDRO D'ANUNCIAÇÃO, "Um projecto frustrado", *in Expresso,* nº 604, de 26 de Maio de 1984, p. 2 e o artigo de TERESA DE SOUSA "Nos bastidores da semana política. Afinal era tudo a brincar", *in Expresso,* nº 605, de 2 de Junho de 1984, p. 2. Sobre as razões subjacentes ao abandono da remodelação do Executivo veja-se, também, o *Semanário,* de 2 de Julho de 1984.

Entretanto, e dada a disposição do PS em ter avançado com a apresentação da legislação sobre o aborto, que tanta polémica desencadeara no seio do seu parceiro no Governo e depois de para tal ter sido solicitado, aliás como os restantes partidos parlamentares, o PSD enviaria a este uma carta/parecer sobre a viabilidade de um referendo sobre o assunto, já depois de aquela lei ter sido aprovada (veja-se a cópia da "carta/parecer" decidida em reunião da Comissão Política do PSD de 16 de Abril de 1984, nos Serviços de Documentação do PSD), cujo teor acusaria a extemporaneidade de tal solicitação.

António Ramalho Eanes acabaria por promulgar a referida lei, provocando a crítica aberta do PSD. Veja-se sobre o assunto, mas antes da decisão presidencial, o artigo de TERESA DE SOUSA, "Nos bastidores da semana política. Os misteriosos desígnios presidenciais", *in Expresso,* nº 599, de 21 de Abril de 1984, p. 2.

O terceiro momento gravoso dar-se-ia na altura do pedido à Assembleia da República de um voto de confiança no Governo, que cairia muito mal na maioria parlamentar. Cf. *Expresso,* nº 605, de 2 de Junho de 1984, pp. 1 e 24.

(1332) O II Conselho Nacional de 1984 convocado a 15 de Maio (veja-se a "Convocatória" no *Povo Livre,* nº 509, de 16 de Maio de 1984, p. 1), viria a realizar-se no Hotel

Esta reunião tornar-se-ia bem expressiva do confronto crescente entre a oposição interna e a "facção" no poder, visível através das intervenções dos respectivos expoentes. Estas, como as moções aí apresentadas(1333), revelar-se-iam

---

Sheraton, em Lisboa, a 2 e 3 de Junho seguinte, apontando a respectiva ordem de trabalhos para a análise da situação política (último ponto da ordem de trabalhos precedido da análise do "Regulamento" da Comissão de Relações Internacionais, eleição da Comissão de Revisão do Programa do partido, aprovação do relatório e contas de 1983 e do orçamento para 1984, além da análise das medidas a adoptar no sector empresarial do Estado). Note-se que no início dos trabalhos do I Conselho Nacional, do sector "Mota Amaralista" seria requerido que o último ponto passasse para primeiro, por proposta formulada por Tomás Oliveira Dias, derrotada por 22 votos desfavoráveis, 21 a favor e 19 abstenções. Vejam-se as gravações dos trabalhos nos Serviços de Documentação do PSD.

(1333) Seriam vinte as moções apresentadas ao II Conselho Nacional de 1984, para além de outras propostas apresentadas logo no início dos trabalhos. Entre estas, uma de Tomás Oliveira Dias (veja-se a nota anterior), uma da Comissão Política Nacional (leia-se de Carlos Mota Pinto) para que Aníbal Cavaco Silva interviesse mesmo antes do líder do PSD sobre as empresas públicas, aliás aprovada por 28 votos favoráveis, 7 votos contra e 23 abstenções e uma outra de José da Silva Marques, que invalidaria em parte a estratégia subjacente àquela intenção para ser Carlos Mota Pinto o primeiro a falar (aprovada por 30 votos a favor, 28 contra e 6 abstenções).

Registe-se que a intervenção de carácter técnico feita por Aníbal Cavaco Silva far-se-ia logo a seguir, cumprindo-se, em parte, o objectivo de desviar a atenção dos Conselheiros para uma questão menos polémica do que se apresentava a argumentação relativamente ao rumo da remodelação governamental. Seria, ainda, apresentada uma outra proposta por parte da Comissão Política Nacional sobre o Estatuto de observador às reuniões deste órgão.

Das vinte moções, a nº 1, sobre a organização regional do partido, viria a ser retirada; a moção nº 2, proposta por Agostinho Branquinho e Jaime Ramos propugnaria algumas medidas a tomar no sector da comunicação social, vindo a ser aprovada sem votos contra e com 4 abstenções; a Moção nº 3, da secção de Moscavide apoiaria os órgãos nacionais do partido e os elementos sociais-democratas no Governo tendo por fim a remodelação ministerial que se desejava; a Moção nº 4, da Comissão Política Nacional, aprovada por unanimidade, propugnava manifestar às estruturas partidárias insulares solidariedade e apoio para as eleições regionais que aí se viriam a realizar; a Moção nº 5, de José da Silva Marques, aprovada por maioria com apenas 2 votos contra, manifestava-se sobre a demora do inquérito a Camarate, exigindo-se a imediata concretização da Comissão para o efeito preconizada no Congresso de Braga; a Moção nº 6, subscrita em primeiro lugar por Conceição Monteiro, sobre medidas de política social, obteria 13 votos a favor, 12 contra e 29 abstenções; a Moção nº 7, de Rui Oliveira e Costa semelhante à Moção nº 2, seria aprovada sem votos contra; a Moção nº 8, a qual, como a Moção nº 9, nº 10, nº 11, nº 12, nº 13, nº 14, nº 15, nº 16 e nº 17 seriam da autoria de Marcelo Rebelo de Sousa, tendo a nº 8, entre outras questões políticas condenado, no seu

especialmente críticas para com o Governo, sobretudo em face do recuo verificado no que concerne à remodelação então programada(1334), assim como relativamente à situação económica

---

7º ponto, a remodelação frustada do Governo, lamentando igualmente, no respectivo ponto 11º, o voto de confiança pedido pelo Governo à Assembleia; esta Moção seria rejeitada por 19 votos contra, 14 a favor e 26 abstenções; a Moção nº 9, propondo uma reunião extraordinária do Conselho Nacional só para tratar da política económica e financeira, seria rejeitada com 24 votos contra, 12 a favor e 22 abstenções; a Moção nº 10, propondo que se apresentasse o nome do candidato e a estratégia presidencial até Outubro, seria rejeitada por 23 votos contra, 22 a favor e 16 abstenções (depois de feita uma contra prova por não ser clara a primeira votação); a Moção nº 11, propondo a elaboração de uma nova lei eleitoral e dos partidos políticos, seria aprovada com 46 votos favoráveis, apenas 1 contra e 14 abstenções; a Moção nº 12, propondo nova legislação eleitoral, também seria aprovada por maioria, sem votos contra e com 6 abstenções; a Moção nº 13, à volta dos critérios de nomeação dos Gestores Públicos viria a ser retirada; a Moção nº 14, sobre a comunicação social, seria aprovada com 41 votos a favor, nenhum contra e 14 abstenções; a Moção nº 15, sobre reformulação fiscal, a Moção nº 16, sobre escolarização obrigatória e a Moção nº 17, sobre ensino técnico-profissional, viriam a ser retiradas; a Moção nº 18, da autoria de A. Dias da Costa recomendando e propondo algumas alterações nos Estatutos sobre as estruturas da emigração, também seria retirada; a Moção nº 19, proposta por militantes de diversas Distritais umas pró-Mota Pinto, outras pró-Mota Amaral, sobre a necessidade de concretização das reformas estruturais propugnadas pela Comissão Política e a moratória concedida a Carlos Mota Pinto, seria aprovada com 29 votos a favor, 9 contra e 23 abstenções; a Moção nº 20, apresentada por Miguel Veiga, "Mota Amaralista", propugnando idêntica solidariedade para com o líder, obteria 30 votos favoráveis, 14 contra e 16 abstenções.

Todas as moções reportadas, assim como as votações respectivas encontram-se arquivadas nos Serviços de Documentação do PSD. No caso de votação inexistente, pouco legível ou contraditória nos documentos em causa, socorremo-nos das gravações dos trabalhos existentes, naqueles Serviços embora, nalguns casos, não fosse possível a sua confirmação.

(1334) As intervenções mais críticas quanto a este aspecto seriam as formuladas por Pedro Santana Lopes, da "facção" "Nova Esperança" e Tomás Oliveira Dias dos "Mota Amaralistas", considerando ambos uma incongruência a Comissão Política Nacional ter decidido proceder à remodelação em causa e se terem iniciado diversos contactos nesse sentido para, depois, se recuar totalmente nessa estratégia. Carlos Mota Pinto justificaria, insuficientemente na opinião dos seus detractores, a recusa em proceder à remodelação governamental, alegando ser essa a estratégia do agrado do PCP e de se pretender também estabilizar o Executivo, contrapondo as medidas estruturais decididas pela Comissão Permanente do PSD, já atrás reportadas; vejam-se as intervenções em causa nas gravações existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

De facto, ficaria por aclarar a motivação de uma e outra atitudes, contraditórias, possivelmente a atribuir à necessidade de, por um lado, se adiar a resolução dos problemas com que a coligação se depararia criando-se uma certa ilusão quanto a virem a ser estes saneados através de tal remodelação e, por outro, a no momento

em geral(1335).

De qualquer forma, até aí, o objectivo da oposição seria fundamentalmente orientado para provocar o desgaste da liderança do partido e não a sua imediata substituição. A comprová-lo, não só a ausência naquela reunião de alguns dos expoentes da "facção" "Mota Amaralista" e de dirigentes que se vinham ultimamente a demarcar de Carlos Mota Pinto(1336), como a própria condução dos trabalhos por parte da oposição, sobretudo da "Nova Esperança"(1337), e finalmente, o facto de ter sido aprovada uma moção dos "Mota Amaralistas" na linha das pretensões do líder do PSD(1338).

---

da verdade, ter o PS negado esse trunfo a Carlos Mota Pinto, sendo dentro do PSD que a expectativa parecia tomar maior vulto e, eventualmente, devido à negociação em face do mesmo não ter decorrido de feição às exigências feitas por Mário Soares. Vejam-se, nesse sentido, as intervenções de Pedro Santana Lopes e de Marcelo Rebelo de Sousa ao II Conselho Nacional pondo mesmo este último em questão se tal não se ficaria a dever ao PS ter pedido a demissão de Eugénio Nobre de Secretário de Estado das Obras Públicas. Por seu turno, Rui Machete, vice-Presidente do PSD, mas já num processo de distanciamento relativamente ao líder, atribuiria a não remodelação ao facto de ninguém querer assumir cargos no Executivo. Cf. gravações do III Conselho Nacional, Serviços de Documentação do PSD.

(1335) Seriam particularmente incisivas nessa matéria as intervenções de João Salgueiro e de Pedro Santana Lopes, cada um deles a segunda figura das duas "facções" da oposição intra-partidária. Cf. *ibidem*.

(1336) Não teriam estado presentes no II Conselho Nacional de 1984 Francisco Pinto Balsemão, João Bosco Mota Amaral, Alberto João Jardim, Eurico de Melo e Francisco Sousa Tavares, entre outros dirigentes cujas ausências seriam igualmente notadas. Cf. *Correio da Manhã*, de 3 de Junho de 1984.

(1337) Exemplar seria a bateria de questões postas por Marcelo Rebelo de Sousa à direcção do partido no II Conselho Nacional de 1984, iniciativa visando o desgaste desta, em simultâneo com a apresentação pelo mesmo de nove moções, vindo umas a ser aprovadas e outras rejeitadas. (Veja-se, aqui, a nota 1333).

(1338) Esta corresponderia à Moção de Miguel Veiga, manifestando explicitamente a solidariedade política aos sociais-democratas no Governo, invocando para tal a situação de crise do país, limitando contudo aquela solidariedade a um prazo determinado, ou seja, concedendo a Carlos Mota Pinto uma moratória, coincidente, no fundo, com a estratégia de adiamento expressa por este na sua intervenção inicial:

Uma vez mais o conflito interno seria protelado, sendo igualmente sintomático, nesse sentido, o teor do Comunicado final da reunião em causa. Este acentuaria pontos que não teriam suscitado aí discordâncias significativas, concedendo a Carlos Mota Pinto um prazo de dois meses para assegurar que o Governo e a Assembleia da República levassem a efeito um pacote de medidas estruturais para fazer frente à crise social, económica e política e cuja concretização seria considerada imprescindível à continuidade do Executivo.

O facto é que a contestação ao Governo e à liderança partidária vinha em crescendo, agravando-se para o fim desse Verão, depois de se tornar claro que nenhuma das medidas estruturais programadas pelo PSD viria a ser tomada, quer pelo Governo, quer pelo Parlamento(1339).

Indício desse mal-estar seriam as diversas atitudes de dirigentes do PSD, igualmente elucidativas quanto ao avizinhar do confronto interno(1340). A convocação de uma nova reunião

---

conceder ao Governo mais dois meses para cumprir o pacote de medidas estruturais apresentado pelo PSD, findo o qual se recusaria ele próprio a manter a coligação.

(1339) Para além da aprovação do relatório e contas de 1983 e do orçamento para 1984, seria especialmente sublinhada a intervenção de Aníbal Cavaco Silva e o apoio às Regiões Autónomas, integrando-se as diversas moções votadas e, no respectivo ponto 2, a questão da Moratória concedida ao Governo e ao PSD no "Comunicado do II Conselho Nacional de 1984", publicado no *Povo Livre*, nº 512, de 6 de Junho de 1984, p. 3.

(1340) Veja-se o caso de Leonardo Ribeiro de Almeida anunciando renunciar ao mandato de Deputado em consequência da sua candidatura ao Conselho Superior da Defesa Nacional ter sido preterida, embora a mesma viesse a ter o apoio da Direcção do Grupo Parlamentar do PSD, que motivaria uma carta explicativa de Fernando Condesso, considerada pelo mesmo insatisfatória. Cf. *O Jornal*, de 1 de Junho de 1984 e o *Primeiro de Janeiro*, de 2 de Junho de 1984.

Nas próprias hostes do líder do PSD seriam já claras próximas dissidências. Embora Rui Machete ainda lhe mantivesse o seu apoio viria, contudo, a estabelecer

do Conselho Nacional(1341) inscrever-se-ia, também, na mesma linha, tendo eventualmente por intuito abreviar a queda de Carlos Mota Pinto(1342), não obstante alguns elementos da oposição interna parecessem considerar que o líder do PSD viria a cair por si, não valendo a pena apressar tal situação(1343).

Depois das exigências formuladas no Conselho Nacional anterior, na sequência das disposições do Congresso de Braga não terem sido, mais uma vez, satisfeitas e de outras tentati-

---

uma série de condições para permanecer no Executivo e em entrevista a Maria João Avillez mostrava já, de certa forma, o que viria a ser o seu distanciamento relativamente a Carlos Mota Pinto. Veja-se, também, um posicionamento consideravelmente mais crítico relativamente à condução do partido e do Governo nas considerações de Helena Roseta feitas nas páginas do *Povo Livre*, àcerca da falta de projecto e de conteúdo programático, considerado pela mesma como ainda mais grave do que a crise de liderança. Veja-se, respectivamente, o *Expresso*, nº 604, de 26 de Maio de 1984, pp. 1 e 24, a "Revista" do *Expresso*, nº 605, de 2 de Junho de 1984, pp. 22-R e 23-R e o *Povo Livre*, nº 515, de 27 de Junho de 1984, pp. 11 e 12 e nº 516, de 4 de Julho de 1984, pp. 12 e 9.

Sintoma ainda deste mal-estar interno seria o pedido de substituição na Assembleia, aquando da votação da Moção de Confiança ao Governo feito por parte dos Deputados afectos à "Nova Esperança" e da JSD, estes apoiantes de Francisco Pinto Balsemão e de João Bosco Mota Amaral. A Moção de Confiança referida seria aprovada a 7 de Junho de 1984. Veja-se sobre a sua apresentação e debate o *Povo Livre*, nº 513, de 13 de Junho de 1984, pp. 4, 5 e 9.

(1341) O III Conselho Nacional do PSD de 1984 realizar-se-ia no Porto a 22 e 23 de Setembro. Veja-se a "Convocatória" da reunião em causa no *Povo Livre*, nº 522, de 16 de Agosto de 1984, p. 1.

(1342) Seria a própria "facção" "Mota Amaralista" a requerer a reunião de novo Conselho Nacional, propondo uma ordem de trabalhos da qual constaria a análise da situação política e governativa, o debate da questão presidencial, a revisão da lei eleitoral, do Programa do partido, a regulamentação do referendo e da regionalização interna e a estratégia referente às relações internacionais. Cf. *Correio da Manhã* e *Diário de Notícias*, ambos de 8 de Agosto de 1984.

Perante tal requerimento o Presidente daquele órgão, Leonardo Ribeiro de Almeida, decidir-se-ia a convocar a reunião do mesmo para o final de Setembro, data entretanto solicitada por Carlos Mota Pinto para uma reunião da Comissão Permanente do PSD. Cf. *Jornal de Notícias* e *Diário de Lisboa*, ambos de 8 de Agosto de 1984.

(1343) Esta hipótese seria ventilada por PEDRO D'ANUNCIAÇÃO, em "Nos bastidores da semana política, mau fim de Julho para Mota Pinto", *in Expresso*, nº 613, de 28 de Julho de 1984, p. 1.

vas posteriormente levadas a cabo se virem igualmente a demonstrar ineficazes(1344), a reunião daquele órgão, realizada no Outono seguinte, poderia vir a conter um significado especial no quadro do conflito total que já se aproximava.

Apesar disso, a actuação, tanto por parte da "Nova Esperança", como dos "Mota Amaralistas" enquadrar-se-ia numa estratégia de desgaste progressivo do líder do PSD, não parecendo, pelo menos os primeiros, ter por intuito precipitar então a sua queda(1345). Aliás, qualquer uma destas "facções"

(1344) Neste capítulo parece ter-se enquadrado uma conversa tida no Verão de 1984 entre Marcelo Rebelo de Sousa e Mário Soares, na qual o líder da "Nova Esperança" segundo o seu testemunho, que recolhemos, teria feito sentir ao Primeiro-Ministro que apenas na medida em que aceitasse as pretensões do PSD e de Carlos Mota Pinto poderia evitar a sua crescente e inevitável queda visto a facção "Mota Amaralista" se preparar para despoletar a queda, deste último e, consequentemente, a do Governo, parecendo, simultaneamente, ir jogar tudo numa candidatura militar para as presidenciais, depois de se tornar evidente que o desgaste entretanto sofrido por João Bosco Mota Amaral prejudicara completamente esta alternativa.

Em certa medida essa candidatura fora anunciada cedo demais, tendo desde logo a facção liderada por Marcelo Rebelo de Sousa tentado aniquilar as eventuais virtualidades da mesma. Com o sucessivo protelamento da decisão a tomar no concernente às presidenciais, sobretudo devido à estratégia de Carlos Mota Pinto, e dada a exposição por tempo demasiado daquela figura, acelarar-se-ia o seu desgaste público, João Bosco Mota Amaral, talvez devido à proximidade das eleições regionais nos Açores, programadas para 14 de Outubro viria, já no fim do Verão de 1984, a manifestar intenções de se afastar da futura corrida para Belém, conforme se pode verificar no *Semanário*, de 2 de Setembro de 1984.

(1345) Apesar de a imprensa, em geral, apontar para uma reunião agitada e na qual o confronto interno poderia vir a assumir grande relevo, algumas declarações de membros das duas "facções" viriam confirmar uma táctica de protelamento do conflito. Vejam-se, por exemplo, trechos dessas declarações no artigo de PEDRO D'ANUNCIAÇÃO, "Nos bastidores da semana política. Motamaralistas avançam contra Mota Pinto", *in Expresso*, nº 615, de 11 de Agosto de 1984, p. 2.

A amenização das declarações públicas de alguns dirigentes da oposição interna em vésperas do III Conselho Nacional de 1984 e a realização de diversos encontros, alguns com a presença de Carlos Mota Pinto, entre elementos das várias "facções", parecendo o Secretário-Geral Francisco Antunes da Silva funcionar como o pólo de convergência entre elas, viria a confirmar o acima exposto. Veja-se, por exemplo, o *Diário Popular*, de 21 de Agosto de 1984 e *O Jornal*, de 14 de Setembro de 1984. Na mesma linha funcionariam as ausências de Francisco Pinto Balsemão e de João Bosco Mota Amaral dos trabalhos do Conselho Nacional do Porto. (Cf. o *Primeiro de Janeiro*, de 22 de Setembro de 1984) e, sobretudo, no que respeita à "Nova Espe-

parecia considerar esse fim prematuro e a derrota de Carlos Mota Pinto na esfera intra-partidária, a ser provocada, constituiria um factor decisivo nesse sentido, pelo menos na fórmula então em vigor.

Cedendo desde logo em certos aspectos a alguns dos seus opositores(1346), Carlos Mota Pinto viria a retomar no Conselho Nacional do Porto, um discurso de unidade e de contemporização(1347), não conseguindo, no entanto, sobrepor-se totalmente às críticas que aí lhe seriam movidas.

Como pontos fundamentais dessa reunião haverá a reter dois factos fundamentais, aliás, em parte, contraditórios, no concernente ao Bloco Central e à estratégia para as presidenciais. De um lado, a aprovação, por sugestão de Eurico de Melo(1348), da abertura de conversações com o PS com vista a

---

rança" o retirar, naquela cimeira, do apoio à moção criticando Carlos Mota Pinto apresentada pelos "Mota-Amaralistas" (veja-se, aqui, a nota 1358).

(1346) Merece ser referido o caso da indicação de Fernando Amaral, ("Mota Amaralista"), para o cargo de Presidente da Assembleia da República (Cf. PEDRO D'ANUNCIAÇÃO "Nos bastidores da semana política. Mota Pinto volta à abrangência enquanto Soares despreza PS", no *Expresso*, nº 618, de 1 de Setembro de 1984, p. 2) e a de António Capucho para presidir ao Grupo Parlamentar do PSD (Cf. *O Jornal*, de 14 de Setembro de 1984).Fernando Amaral seria eleito Presidente da Assembleia a 25 de Outubro de 1984 e António Capucho ocuparia o cargo em causa a 16 de Outubro de 1984.

Essa cedência far-se-ia nomeadamente na inclusão na ordem de trabalhos daquele Conselho Nacional dos temas suscitados pela oposição "Mota Amaralista". Cf. a "Convocatória" do III Conselho Nacional de 1984 no *Povo Livre*, nº 522, de 16 de Agosto de 1984, p. 1.

(1347) De que seria exemplo a sua proposta (apresentada ao III Conselho Nacional de 1984 e aprovada por 44 votos a favor, nenhum contra e 9 abstenções) de amnistiar os militantes que tinham quebrado a disciplina de voto, entre os quais se contava Pedro Pinto da JSD e apoiante dos "Mota Amaralistas". Veja-se a Moção de Carlos Mota Pinto nos documentos do III Conselho Nacional de 1984, Serviços de Documentação do PSD. Sobre o caso Pedro Pinto veja-se nesta dissertação a nota 1281.

(1348) Registe-se o regresso às lides partidárias de Eurico de Melo e, na mesma altura, de Aníbal Cavaco Silva, assim como de Francisco Pinto Balsemão, o qual se tinha

uma renegociação do acordo no qual a questão presidencial teria que ser abalisada(1349); do outro, a aprovação de uma moção proposta por José Miguel Júdice defendendo a recusa do apoio do PSD a Mário Soares e tecendo duras críticas ao PS(1350). Esta última acabaria por pôr a primeira em causa, pelos limites que estabeleceria, no seu último ponto, a quaisquer renegociações com os socialistas(1351).

---

afastado desde o Congresso de Braga.

(1349) Eurico de Melo faria aí uma auto-crítica, em termos de ter sido um dos primeiros apoiantes do Bloco Central e a sua recomendação, aprovada por 33 votos a favor, 22 contra e 7 abstenções visaria, não só a renegociação do acordo com o PS, como "que no âmbito e objectivos das conversações a levar a efeito se envolva a apreciação e a abordagem clara e precisa da temática das eleições presidenciais de 1985, (...), em cuja concretização jamais se admitirá qualquer posição de subalternização do Partido Social Democrata". Cf. "Moção de Eurico de Melo", documentos do III Conselho Nacional, Serviços de Documentação do PSD (as citações são do respectivo ponto 2).

Veja-se, também, a Moção de Eurico de Melo integrada na alínea B do ponto I do "Comunicado final do III Conselho Nacional de 1984", no *Povo Livre*, nº 526, de 26 de Setembro de 1984, p. 1.

(1350) A Moção em causa seria subscrita por José Miguel Júdice, Fernando Marques, Carlos Pinto e Nuno Morais Sarmento, todos da "Nova Esperança". No primeiro ponto denunciava-se o comportamento do PS ao bloquear as reformas estruturais propugnadas, o qual obteria 34 votos a favor, 21 contra e 15 abstenções; no segundo ponto, rejeitado por 34 votos contra e apenas 25 a favor e 8 abstenções, criticava-se a direcção do PSD por ter pactuado com tal situação; no terceiro, aprovado por 31 votos favoráveis, 21 contra e 8 abstenções, propunha-se especificamente "excluir qualquer hipótese de negociação e implementação de quaisquer das reformas estruturais contra a aceitação da estratégia presidencial do PS e do seu Secretário-Geral", subordinando tal proposta a dever o PSD ter "uma estratégia autónoma, como também porque não corresponde aos princípios da ética política e da correcta visão do interesse nacional subordinar aquelas reformas a qualquer estratégia partidária de terceiros". Cf. "Moção de José Miguel Júdice", nos Documentos do III Conselho Nacional de 1984, Serviços de Documentação do PSD (as citações são do respectivo ponto nº 3).

Note-se que uma outra Moção, da autoria de João Salgueiro, Miguel Veiga, Tomás Oliveira Dias e António Capucho, "deplorando" a actuação da Comissão Política do PSD, seria igualmente reprovada por 36 votos contra, 29 a favor e 2 abstenções. Veja-se a Moção em causa, especialmente os respectivos considerandos b), d) e o ponto 2 das deliberações *in ibidem*.

(1351) Cf. *ibidem*, principalmente o teor do ponto nº 3 que reproduzimos na nota anterior. Aliás, no decorrer da intervenção que faria no decurso dos trabalhos daquele

Ainda no capítulo da estratégia para as presidenciais decidir-se-ia, na sequência da proposta da "Nova Esperança" pela realização de um Conselho Nacional extraordinário a remeter para Novembro desse ano, supostamente dedicado à abordagem da estratégia a seguir nessa matéria e, também, quanto às eleições locais, mas, no fundo, visando a definição do perfil do candidato do PSD a Belém(1352).

As deliberações do III Conselho Nacional relativamente à questão presidencial, sobretudo contidas em duas moções da "Nova Esperança"(1353) aprovadas no decurso dos respectivos

---

Conselho Nacional, Marcelo Rebelo de Sousa chamaria a atenção para o facto de, aprovada a Moção de José Miguel Júdice, tal significar o fim do Bloco Central. Veja-se a intervenção em causa nos registos existentes nos Serviços de Documentação do PSD e, sobre o assunto, o *Semanário*, de 29 de Setembro de 1984.

(1352) A Moção subscrita por Marcelo Rebelo de Sousa, Pedro Santana Lopes, Fernando Marques, Carlos Pinto, e José Manuel Durão Barroso, seria aprovada por 37 votos a favor, 20 contra e 9 abstenções, vindo a constar a deliberação em causa do ponto IV do "Comunicado do III Conselho Nacional do PSD de 1984", *in Povo Livre*, nº 526, de 26 de Setembro de 1984, pp. 1 e 3.

Propugando aí a designação do candidato às presidenciais, apresentar-se-ia uma Moção da autoria de António Capucho, João Salgueiro, Miguel Veiga, Tomás Oliveira Dias e outros na qual se proporia que naquele Conselho Nacional, a realizar em Novembro, para além da definição da estratégia da candidatura presidencial se aprovasse "(...) para os efeitos do disposto na alínea f) do nº 2 do artº 24º dos Estatutos (...) a proposta de designação do candidato a Presidente da República apresentado pela CPN" (os sublinhados estão no texto).

Esta Moção não seria admitida pela maioria do Conselho de Jurisdição Nacional, considerando-se que no Congresso de Braga se estipulara Janeiro de 1985 como prazo limite para que a Comissão Política Nacional, nos termos daquele artigo dos Estatutos, viesse a propor o nome do candidato às presidenciais. Veja-se a Moção em causa e, em anexo, a deliberação quanto à mesma formulada pelo Conselho de Jurisdição Nacional, nos documentos do III Conselho Nacional, Serviços de Documentação do PSD.

(1353) Vejam-se, aqui, as notas 1350 e 1351. O ponto nº 3 da Moção, cujo primeiro subscritor seria José Miguel Júdice, levantaria algumas dúvidas quanto a incorrer em situação semelhante à Moção de João Salgueiro e de António Capucho (veja-se, aqui, a segunda parte da nota 1350) porque eventualmente antecipadora de uma decisão a ser posteriormente tomada quanto às presidenciais. O Conselho de Jurisdição Nacional viria a desdramatizar o assunto, aceitando a admissão da proposta em causa.

trabalhos, suscitariam alguma problemática no seio da direcção do partido, patente numa certa deturpação e, por vezes, omissão do teor das mesmas no Comunicado difundido no final dos trabalhos(1354) e nas próprias declarações de Carlos Mota Pinto à imprensa(1355).

Além de uma série de deliberações aí tomadas(1356), no

(1354) Veja-se a nota anterior. Veja-se, igualmente, a especulação feita nalguma imprensa, sobre a não inclusão no Comunicado final do III Conselho Nacional do ponto nº 3 da Moção liderada por José Miguel Júdice. Cf. *Semanário,* de 29 de Setembro de 1984.

O facto é que, como aquele periódico sublinharia, seriam modificados alguns aspectos do ponto em causa, deturpando-se, em parte, o alcance pretendido com o mesmo. Tal viria igualmente a acontecer relativamente ao teor de outras moções então aprovadas, também trocadas ou simplesmente omitidas no Comunicado final, nomeadamente uma de Pedro Santana Lopes, Carlos Pinto, Nuno Morais Sarmento e Eurico de Melo atacando o "Eanismo", que seria aprovada por unanimidade pelos 64 Conselheiros então presentes, e que poria em causa Carlos Mota Pinto, sobretudo derivado à sua pactuação com um dos Governos presidenciais e uma outra, subscrita, entre outros, por João Salgueiro, António Capucho, Rui Oliveira e Costa, Francisco Sousa Tavares e José Bento Gonçalves àcerca do "caso FP-25 de Abril", na qual se salientava e apoiava o papel de Rui Machete, então Ministro da Justiça, mantendo-se total silêncio relativamente ao resto do Executivo; esta Moção obteria 66 votos a favor, 1 abstenção e nenhum voto contra.

Veja-se, respectivamente, o teor das alíneas a) e f) do ponto III do "Comunicado do Conselho Nacional de 1984" no *Povo Livre,* nº 526, de 26 de Setembro de 1984, p. 3. O referido ponto da Moção de José Miguel Júdice constaria na alínea e) do ponto II daquele Comunicado, embora com terminologia diversa de proposta original (confira-se, aqui, na nota 1350): "Excluir a hipótese de condicionar a implementação de reformas estruturais a estratégias presidencial e partidária de terceiros por tal não corresponder ao que entendemos ser a verdadeira defesa do interesse nacional". Cf. *ibidem.*

Veja-se, igualmente, a redacção completa das duas moções em causa, tal como seriam aprovadas pelos Conselheiros nos documentos do III Conselho Nacional de 1984, Serviços de Documentação do PSD.

(1355) Cf. *Semanário,* de 29 de Setembro de 1984.

(1356) Para além das moções já reportadas nas notas anteriores, seriam ainda apresentadas uma da autoria de Marcelo Rebelo de Sousa, José Manuel Durão Barroso, António Capucho e Rui Oliveira e Costa acautelando a adesão à CEE, sobre a qual seriam aprovadas algumas reticências, nomeadamente que a mesma "(...) não deverá consumar-se a qualquer preço, sem acautelar devidamente os legítimos interesses do povo português" (segundo considerando da Moção em causa), aprovada por 25 votos a favor, 9 contra e 16 abstenções; uma Moção de Alberto João Jardim, propugnando a alteração total do sistema político-constitucional com eixo nas presidenciais, mas, simultaneamente, propondo estrategicamente manter "(...) a actual coligação, pelo menos até às eleições presidenciais de 1985, sem prejuízo do definido sobre

essencial, a reunião do Porto apontaria para a renegociação do acordo subjacente à coligação, na linha da estratégia anteriormente defendida pela "facção" "Mota Amaralista", que agora já não apoiaria essa decisão(1357). Cumprir-se-ia, dessa forma, a vontade de Carlos Mota Pinto no sentido de adiar tanto a

---

estas no último Congresso Nacional", rejeitada por 28 votos contra, 19 a favor e 16 abstenções; duas Moções de Francisco Sousa Tavares, uma, sobre a necessidade de realização de uma reunião extraordinária para a análise de revisão do sistema eleitoral e outra para a análise do saneamento financeiro do Estado, ambas aprovadas (não conseguimos apurar a votação exacta das mesmas); outra, para nessa reunião ser também analisada a reforma agrária, aprovada por 23 votos a favor, 6 contra e 22 abstenções; uma Moção de Marcelo Rebelo de Sousa, aprovada por unanimidade e aclamação, manifestando a solidariedade total com a Madeira e os Açores; uma Moção de Francisco Antunes da Silva, aprovada, propondo a nomeação de uma nova Comissão para dinamizar o debate interno sobre regionalização do partido, comissão essa composta por Fernando Brochado Coelho, Fernando Ribeiro da Silva, João Silva Maçãs, Marília Raimundo e Lívio Borges; também aprovada, do mesmo, uma Moção visando a constituição de um grupo para estudo de uma proposta de revisão da lei eleitoral, a ser constituída por António Capucho, Fernando Nogueira e Pedro Santana Lopes e uma outra, igualmente aprovada, propondo um grupo de trabalho para promover o debate sobre a revisão do Programa do PSD, para o qual se indicariam Rui Machete, António Barbosa de Melo, Aníbal Cavaco Silva, Helena Roseta, José Miguel Júdice, José Silva Marques e Manuel Correia de Jesus; uma Moção de Luís Menezes, aprovada por 43 votos a favor, 10 contra e 12 abstenções, propondo a imediata nomeação de novo Conselho de Gerência para a RTP; uma Moção da JSD, propondo a antecipação do respectivo Congresso, atendendo às eleições regionais, aprovada por 46 votos a favor, 1 contra e 14 abstenções e outra da JSD da Madeira, no mesmo sentido, aprovada por 40 votos favoráveis, 3 contra e 25 abstenções; uma Moção de Manuel Moreira, congratulando-se pela condenação de *O Diário* pelas calúnias efectuadas contra Francisco Sá Carneiro, aprovada por aclamação; uma Moção de José Silva Marques, sobre a urgente concretização de uma Comissão de Inquérito a "Camarate", aprovada por 52 votos a favor, 4 contra e 7 abstenções e uma outra, do mesmo, reprovada por 33 votos contra, 20 a favor e 10 abstenções, propondo a reprovação da reintegração de dois maquinistas da CP despedidos, por desrespeito à requisição civil e ao contrato colectivo de trabalho nos CTT.

Vejam-se as diversas moções reportadas nos documentos do III Conselho Nacional de 1984, Serviços de Documentação do PSD e o texto correspondente à integração das Moções aprovadas no "Comunicado do III Conselho Nacional", *Povo Livre*, nº 526, de 26 de Setembro de 1984, pp. 1 e 3.

(1357) Veja-se a "declaração de voto" de João Salgueiro, Miguel Veiga, José Bento Gonçalves, Tomás Oliveira Dias, António Capucho, Luís Menezes e José Silva Marques esclarecendo o motivo que os levara a votar contra a Moção de Eurico de Melo anteriormente apresentada (veja-se, aqui, a nota 1349), reconhecendo coincidir com a estratégia que teriam defendido no Congresso de Braga, Cf. "Declaração de voto", apensa às Moções, Documentos do III Conselho Nacional de 1984, Serviços de Documentação do PSD.

tão presidencial, apesar das disposições tomadas nesse capítulo poderem vir a condicionar a estratégia a seguir, como a da sua substituição, visto não se ter efectivado a aliança para tal prevista entre os "Mota Amaralistas" e a "Nova Esperança"(1358).

Ao retirarem o apoio à moção que criticava a direcção do partido, por se considerar prematura a queda de Carlos Mota Pinto e do Bloco Central, a "Nova Esperança" parecia ter inflectido radicalmente a sua estratégia. No fundo, as suas pretensões seriam totalmente conseguidas, embora de forma um tanto camuflada: manter a liderança interna muito debilitada, introduzir condições limitativas da liberdade de manobra da mesma relativamente ao Bloco Central e à eventualidade de um apoio do PSD à candidatura de Mário Soares; criar as condições propícias ao avançar de uma candidatura própria do PSD na linha de mudança que se procuraria efectivar(1359).

Do lado dos "Mota Amaralistas", esperara-se, talvez, que a outra "facção" oposta a Carlos Mota Pinto precipitasse a sua queda e, nessa eventualidade, avançar-se-ia uma alterna-

---

(1358) Embora os contactos prévios estabelecidos entre as duas "facções", já atrás reportadas, apontassem para a substituição do líder através do apoio da "Nova Esperança" à Moção apresentada entre outros, por João Salgueiro e António Capucho, criticando a liderança intra-partidária, tal como vimos (veja-se, aqui, o segundo parágrafo da nota 1350), não aconteceria. A Moção em causa só obteria os votos da facção que a promovera, tendo a "Nova Esperança", na altura decisiva, dado a mão ao líder do PSD, apoio aliás bem patente nos 36 votos favoráveis que a mesma obteria.

(1359) Veja-se a este título, a análise de um dos elementos da "Nova Esperança", José Miguel Júdice, na rúbrica "O factor humano, O PSD começou a mudar", em *O Diabo*, de 25 de Setembro de 1984.

tiva à liderança intra-partidária(1360). A partir daí, João Salgueiro encabeçaria a oposição, com a "Nova Esperança" a pretender ainda apoiar o líder. O objectivo desta última "facção" parecia, assim, consistir em manter Carlos Mota Pinto até ao Congresso seguinte, próximo das presidenciais, momento no qual este seria obrigado a definir-se relativamente ao candidato do PS, podendo aí intervir a acção daquele grupo, sob pena de perder definitivamente a liderança interna.

A unidade ilusória então verificada tornaria desta vez ainda mais evidente a fragilidade de Carlos Mota Pinto e a limitação do respectivo espaço de manobra, especialmente equacionado nas disposições tomadas pelo Conselho Nacional quanto à questão presidencial.

Entretanto, e depois de se ter decidido, no âmbito da própria coligação, adiar qualquer resolução relativamente a esta problemática(1361), diversas posições tomadas por parte de algumas estruturas do PSD, visando minar o eventual suporte

---

(1360) Vejam-se nesse sentido as declarações de José Silva Marques ao *Jornal de Notícias*, de 22 de Setembro de 1984, avançando com o nome de Francisco Pinto Balsemão como alternativa possível a Carlos Mota Pinto. A Moção apresentada por esta "facção" (vejam-se, aqui, as notas 1350 e 1358) parecia apontar nesse sentido, tal como o voto contra a Moção que protelava o *status quo* (veja-se, aqui, a nota 1357).

(1361) Decisão tomada na cimeira do Bloco Central realizada a 8 de Outubro de 1984, tendo por fim reapreciar o acordo PS/PSD e a actividade governativa. A delegação do PS seria formada por Carlos Mota Pinto, Rui Machete, Amândio de Azevedo e Francisco Antunes da Silva. Nessa cimeira seriam igualmente reafirmados a unidade de objectivos do dois parceiros da coligação. Cf. "Comunicado da cimeira PS/PSD" no *Povo Livre*, nº 528, de 10 de Outubro de 1984, p. 1.

Com igual propósito, a Comissão Permanente do PS, em comunicado difundido logo após o III Conselho Nacional do PSD, viria reiterar o seu apoio a este partido assim como o reforço do Bloco Central. Veja-se TERESA DE SOUSA, "Nos bastidores da política, presidenciais: PSD às voltas com Soares", no *Expresso*, nº 622, de 29 de Setembro de 1984, p. 2.

deste à candidatura "Soarista"(1362) levariam a um clima progressivamente mais tenso no Bloco Central(1363), especialmente manifesto a partir dos Conselhos Nacionais seguintes.

Embora as "facções" internas, contrárias à direcção política em exercício, se viessem a mostrar cada vez mais demarcadas no respectivo discurso em relação à prática da liderança, nos dois últimos Conselhos Nacionais de 1984 esta ainda não seria totalmente posta em causa.

No IV Conselho Nacional reunido em Viseu(1364), pareciam surgir grandes possibilidades no sentido de se poder adiar o confronto através da procura de um consenso mínimo com a oposição intra-partidária, podendo ainda essa vir a acabar num

---

(1362) Logo no início de Novembro seriam diversas as tomadas de posição nesse sentido por parte de algumas Distritais, como seria o caso do Porto e de Viseu. Protestando contra tais atitudes, o PS reagiria às mesmas, considerando-as uma campanha de denegrimento sistemático da eventual candidatura de Mário Soares, requerendo ao PSD a realização de nova cimeira. Veja-se o texto integral da "carta" enviada pelo PS ao PSD e da resposta deste último partido no *Expresso,* nº 629, de 17 de Novembro de 1984, pp. 1 e 24.

(1363) Embora por parte do líder do PSD se reafirmasse que "nenhuma outra fórmula governamental responderia de forma mais eficaz, ou seria melhor sucedida no enfrentamento dos problemas do que a coligação actualmente no poder", segundo as suas declarações proferidas em Vila Nova de Poiares, transcritas no *Povo Livre,* nº 533, de 14 de Novembro de 1984, p. 1.

Igualmente com o intuito de serenar o ambiente criado no Bloco Central, sobretudo em face da questão presidencial, pronunciar-se-ia o PSD em "Comunicado da Comissão Política Nacional" datado de 21 de Novembro, no qual se procuraria desdramatizar o impacte que qualquer avanço naquela questão pudesse vir a ter no Executivo. Cf. *Povo Livre,* nº 535, de 28 de Novembro de 1984, pp. 1 e 4, especialmente o respectivo ponto 3.

(1364) O IV Conselho Nacional do PSD de 1984 reuniria em Viseu a 24 e 25 de Novembro. Da "Convocatória", datada de 14 de Novembro, constariam apenas, conforme disposto na reunião anterior daquele órgão (Cf. "Comunicado do III Conselho Nacional", *Povo Livre,* nº 526, de 26 de Setembro de 1984, p. 3, ponto IV), dois pontos para a respectiva "ordem de trabalhos": estratégia para as eleições locais e estratégia para as eleições presidenciais. Veja-se a "Convocatória" para o IV Conselho Nacional de 1984 (extraordinário), no *Povo Livre,* nº 534, de 21 de Novembro de 1984, p. 1.

clima de pretensa unidade. Jogaria aí um papel determinante o facto de nenhuma das "facções" opostas desejar então a queda do Executivo(1365), desde que Carlos Mota Pinto acedesse a defender uma candidatura autónoma às presidenciais, principal objectivo de qualquer delas.

Assim viria a acontecer com a apresentação e votação da proposta da direcção política, a qual alteraria drasticamente toda a sua estratégia relativamente àquela questão, sendo bem evidente nessa inflexão da prática e do discurso de Carlos Mota Pinto o peso exercido pelos condicionalismos impostos pela oposição intra-partidária(1366).

Na Moção apresentada pelos "Mota Amaralistas" defendia-se uma candidatura própria e a recusa a uma candidatura de outro partido(1367), ideia permanentemente reforçada nas di-

---

(1365) Sugestivas a esse respeito seriam as declarações de José Miguel Júdice ao *Diário de Notícias* e as de Marcelo Rebelo de Sousa a *A Capital*, ambos de 23 de Novembro de 1984; apelando à unidade e pretendendo diferenciar a problemática governamental da presidencial, manifestar-se-ia também, em Coimbra, o "Mota Pintista" Joaquim Fernando Nogueira. Cf. *Diário de Lisboa*, de 24 de Novembro de 1984.

(1366) Cf. a Moção subscrita por Carlos Mota Pinto, Rui Machete, Amândio de Azevedo, Rui Almeida Mendes, Rogério Martins, Francisco Antunes da Silva, João Calvão da Silva e Fernando Brochado Coelho, entre outros, especialmente o respectivo ponto 7 dedicado exclusivamente à questão presidencial. A Moção reportada seria aprovada por 55 votos a favor, 21 contra e 5 abstenções. À mesma seria aposto um aditamento, proposto por Marcelo Rebelo de Sousa, no qual se defendia uma "candidatura autónoma, em princípio militante, do partido com possibilidade de vencer, e não deve apoiar outro candidato", votada favoravelmente por 33 votos, 22 contra e 24 abstenções, que viria revogar o *item* 7.3 da Moção em causa, que defendia, no seu primeiro parágrafo, o apoio a "(...) uma candidatura autónoma, com hipóteses de vencer, e consequentemente, o candidato do PS não pode ser um militante de outro partido". Veja-se esta Moção nos documentos do IV Conselho Nacional de 1984, Serviços de Documentação do PSD (a adenda encontra-se manuscrita na última página daquele documento depois das assinaturas dos respectivos subscritores).

(1367) A Moção sobre a problemática das presidenciais apresentada por esta "facção" seria subscrita, entre outros, por João Salgueiro, Rui Oliveira e Costa, José Veludo, Miguel Veiga, António Capucho, José Bento Gonçalves e Tomás Oliveira Dias, vindo

versas intervenções proferidas sobre o assunto. Em simultâneo, responsabilizava-se a direcção do PSD pela inexistência de uma estratégia precisa e autónoma nessa matéria, numa clara alusão à dependência até aí existente para com a estratégia do PS nessa questão(1368).

Quanto à "Nova Esperança", ao fazer introduzir uma adenda cujo teor seria substancialmente mais preciso e restritivo quanto ao perfil do candidato a Belém, limitando a possibilidade de este vir a ser um militar(1369), averbaria a grande vitória neste Conselho Nacional.

Tal como a problemática relativa às eleições autárquicas(1370), outras questões seriam aí objecto de deba-

---

cada um dos respectivos pontos a ser discutido e votado separadamente. O ponto 1, que apontava para a adopção de "(...) uma candidatura forte e para ganhar", obteria 35 votos a favor, 27 contra e 18 abstenções; o ponto 2, que defendia a apresentação pela Comissão Política Nacional, até ao Congresso seguinte, das conclusões tomadas àcerca de hipotéticos militantes candidatos a Belém, assim como dos eventuais apoios que aos mesmos seriam concedidos por outras forças políticas e sociais, seria rejeitado por 50 votos contra, 26 a favor e 5 abstenções; o ponto 3, recusando o apoio a um candidato que fosse militante de outro partido conseguiu 63 votos favoráveis, nenhum contra e apenas 1 abstenção; o ponto 4, que encarava a hipótese de, através de contactos junto dos restantes partidos democráticos, virem aqueles a "(...) prescindir de candidaturas presidenciais próprias, em favor de um candidato que consubstancie no essencial os grandes objectivos de mudança que a sociedade portuguesa requer", viria a ser recusado com 49 votos contra, 25 a favor e 7 abstenções. Veja-se a Moção em causa, que ainda continha um quinto ponto com o calendário para as operações previstas nos pontos 2 e 4, nos documentos do IV Conselho Nacional de 1984, Serviços de Documentação do PSD.

(1368) Cf. *ibidem*, ponto 4 dos considerandos iniciais. Vejam-se, também, as intervenções no mesmo sentido de elementos "Mota Amaralistas" no decurso dos trabalhos do IV Conselho Nacional de 1984, nos registos dos Serviços de Documentação do PSD.

(1369) Sublinhe-se que a grande alteração introduzida com esta adenda consistiria em substituir a fórmula "não pode ser um militante de outro partido" (inscrita no *item* 7.3 da Moção de Carlos Mota Pinto), por "em princípio militante do partido". Veja-se a nota 1366, desta dissertação.

(1370) Relativamente à questão das eleições autárquicas seria proposta por António Capucho, José Silva Marques, José Vitorino e Pereira Gomes uma Moção reconhecendo a

te(1371), sendo de sublinhar a aprovação de uma moção que teria o apoio das três "facções" intra-partidárias, responsabilizando Carlos Mota Pinto, e só ele, no que concerne à sub-representação do PSD no quadro da coligação(1372).

---

capacidade de a nível local se decidir, caso a caso, se o PSD se apresentaria através de listas próprias ou em coligação com outras forças democráticas, não especificadas. Esta Moção acabaria por não ser votada, visto ter então sido aprovado um extenso documento sobre o assunto, elaborado por um conjunto de militantes. Da Comissão encarregue de definir essa estratégia fariam parte António Capucho, Fernando Nogueira, José Ângelo Correia, Rui Machete, Artur Torres Pereira, Francisco Antunes da Silva, Duarte Lima e Lívio Borges.

Sobre os princípios orientadores aprovados no que concerne às eleições locais, entre os quais se encontraria a apresentação de uma nova lei eleitoral visando proporcionar a constituição de maiorias estáveis, veja-se o *dossier* em questão, intitulado "Eleições Autárquicas de 1985" apresentado no IV Conselho Nacional e do qual constam os objectivos estratégicos, a política de alianças, o processo e os critérios para a escolha dos candidatos, as disposições legislativas quanto às autarquias locais e o calendário eleitoral. Cf. Serviços de Documentação do PSD.

(1371) Uma Moção de Francisco Sousa Tavares apontando para a revisão constitucional, para a organização de um novo plano governativo e para a escolha de um candidato a Belém membro do partido e que personificasse aqueles dois propósitos seria rejeitada por 15 votos contra e 52 abstenções.

Uma proposta de Marcelo Rebelo de Sousa, requerendo a convocação de novo Conselho Nacional para o início de Dezembro e tendo como ordem de trabalhos a questão do Orçamento de Estado, a análise da situação política e partidária, do referendo interno e das relações internacionais, viria a ser retirada. Veja-se o conteúdo das duas Moções em causa nos documentos do IV Conselho Nacional de 1984, Serviços de Documentação do PSD.

Note-se que no final dos trabalhos deste Conselho Nacional a ideia de Marcelo Rebelo de Sousa viria a ser retomada sob a forma de um requerimento subscrito por 23 Conselheiros, entre os quais António Capucho e João Salgueiro, propondo a realização de novo Conselho Nacional, tendo como primeiro ponto da respectiva ordem de trabalhos a questão presidencial. Embora não explicitando a data acordada e deixando um pouco vaga a decisão a tomar relativamente a tal proposta, o "Comunicado final" incluiria um terceiro parágrafo no *item* 7.5 do ponto B, no sentido de que a estratégia precisa, a escolha do candidato e o apoio formal ao mesmo deveriam ser propostas pela Comissão Política Nacional. Cf. *Povo Livre*, nº 535, de 28 de Novembro de 1984, pp. 1 e 4.

(1372) Inicialmente da autoria de Marcelo Rebelo de Sousa viria tal Moção a ter o apoio de Rui Oliveira e Costa ("Mota Amaralista") e de Joaquim Fernando Nogueira ("Mota Pintista"), sendo votada quase por unanimidade (apenas 1 abstenção). A versão inicial reiterava, num primeiro ponto, a confiança na Comissão Política Nacional para levar a efeito as negociações com o PS e, num segundo, a inaceitabilidade de participação de militantes alheios àquela nessas negociações ou "na subscrição de quaisquer acordos com o PS". Veja-se a Moção subscrita por Marcelo Rebelo de Sou-

Fora assim conseguida uma certa trégua no previsível confronto, expressa pela convergência de atitudes encontrada, apesar das manifestas diferenças, presentes mesmo dentro da "facção" "Mota Pintista"(1373).

A unidade conseguida em torno de uma estratégia que não era a sua, proporcionaria, contudo, a Carlos Mota Pinto uma posição menos debilitada numa eventual remodelação ministerial a efectuar(1374) e, de uma forma geral, na renegociação do acordo com os socialistas, visto que ficara perfeitamente definida para o PSD a especificidade da problemática presidencial relativamente à do Governo, num quadro consideravelmente menos flexível que o anterior. Sublinhar-se-ia, quanto a esta

---

sa, que viria a ser retirada, nos documentos do IV Conselho Nacional, Serviços de Documentação do PSD e o ponto C do "Comunicado do IV Conselho Nacional de 1984", no *Povo Livre*, nº 535, de 28 de Novembro de 1984, pp. 1 e 4, no qual se integraria a nova proposta. Nesta se defenderia que "(...) quem representa o PSD são os seus órgãos estatutários próprios, e em particular a Comissão Política Nacional, que para o efeito se encontra mandatada". Cf. *ibidem*.

(1373) Tal seria o caso suscitado antes daquele Conselho, do Secretário-Geral, Francisco Antunes da Silva, em que este manifestaria a sua total discordância para com a nomeação, por Carlos Mota Pinto, de Eduíno Vilar, para responsável do Gabinete de Propaganda do PSD vindo, em carta datada de 6 de Novembro de 1984 enviada ao líder do partido a anunciar a sua demissão no caso de aquele elemento e de Duarte Lima, Secretário Nacional para as Autárquicas, se manterem nos respectivos cargos. Sobre o assunto, veja-se o *Expresso*, nº 629, de 17 de Novembro de 1984, p. 1.

No IV Conselho Nacional tal facto motivaria uma proposta, subscrita por José Veludo, recomendando a dissolução daquele Gabinete e o afastamento dos Serviços Centrais do partido do seu recentemente nomeado director; veja-se a proposta em causa, apresentada como ponto prévio aos trabalhos do Conselho, nos documentos do IV Conselho Nacional de 1984, Serviços de Documentação do PSD.

Este caso só viria a ter o seu ponto final no Conselho Nacional de Dezembro, depois de Eduíno Vilar ter sido afastado, vindo o Secretário-Geral a retirar o seu pedido de demissão. Cf. *Expresso*, nº 633, de 15 de Dezembro de 1984, p. 1. Quanto a Duarte Lima, seria, também, demitido das funções para que fora nomeado. Cf. *Tempo*, de 30 de Novembro de 1984.

(1374) Sobre a aventual disposição em se efectuar tal remodelação, veja-se o *Expresso*, nº 629, de 17 de Novembro de 1984, p. 24.

questão, não ser a mesma condicionante da actividade do Executivo, não devendo portanto, na perspectiva do PSD, a estratégia a ser seguida nesse capítulo afectar o compromisso assumido no quadro do Bloco Central(1375).

Gorara-se, no entanto, qualquer hipótese de o PSD vir a apoiar a candidatura de Mário Soares, ou, mesmo, de um eventual suporte a um candidato equidistante dos dois partidos, como parecia ser a pretensão dos "Mota Amaralistas". Qualquer candidatura no quadro do Bloco Central, eventualmente até a de um militar nessa situação, ficaria, a partir das decisões então tomadas, totalmente fora de causa. Esta última hipótese seria defendida pelo líder do PSD(1376) depois de se tornar muito pouco provável o apoio do partido a Mário Soares na corrida para Belém.

12. Definitivamente, as reacções das diversas estruturas partidárias viriam demonstrar que, se o acordo que levara ao Bloco Central tinha passado pelo apoio directo ou tácito àquela candidatura, tal teria decorrido de um mero pacto pessoal estabelecido entre o Secretário-Geral do PS e o então novo líder do PSD, a partir do pressuposto, manifestamente errado, de que a vitória deste em Montechoro e, depois, em Braga,

---

(1375) Vejam-se os *itens* 6 e 7.4 do ponto B do "Comunicado final do IV Conselho Nacional de 1984", no *Povo Livre,* nº 535, de 28 de Novembro de 1984, pp. 1 e 4.

(1376) Com o apoio de António Barbosa de Melo, de José Ângelo Correia e de outras personalidades; tal tese colheria, igualmente, amplo eco nalgumas Distritais do partido, como seria o caso de Aveiro, Braga, Coimbra e Viseu. Nesse sentido teriam vindo os "Mota Pintistas" a desenvolver contactos vários com oficiais-generais. Veja-se o artigo de MANUEL ANTA, "O comboio apitou três vezes", no *Diário de Lisboa,* de 20 de Novembro de 1984.

significara a consagração de uma nova liderança inquestionável no seio do PSD, ou a vitória de uma facção decisivamente maioritária e com fortes possibilidades de manobrar internamente no sentido de granjear amplos apoios para as teses que viesse a defender.

Conforme vimos atrás, a escolha de Carlos Mota Pinto não tinha correspondido nem à sua consagração como líder absoluto do PSD, nem a equipe dirigente então eleita se mostrar especialmente coesa. A reduzida margem de apoios conseguida e as distintas linhagens de proveniência intra-partidária dos membros da "troika", seriam a prova cabal da fragilidade respectiva e do reforço da oposição interna a breve prazo. A vitória de Carlos Mota Pinto e do Bloco Central devera-se, exclusivamente, à vontade das diversas elites organizadas em facções em proceder à substituição da liderança interna e em encontrar outra forma de partilha do poder que viesse substituir uma AD em progressivo deperecimento.

A imediata reacção do PS às conclusões tomadas naquela reunião do seu parceiro no Bloco Central(1377) e as sucessivas cimeiras levadas depois a efeito pelos dois partidos no seu

---

(1377) A Comissão Permanente do PS reuniria logo no dia 27 de Novembro e depois de primeiro se ter considerado a hipótese de uma comunicação ao país, na RTP, por Mário Soares que poderia pôr em risco a coligação (veja-se, por exemplo, o *Diário de Lisboa*, de 26 de Novembro de 1984 e o *Tempo*, de 30 de Novembro de 1984) acabaria por se desistir desse intento, tendo-se então apresentado, num documento com mais de duas dezenas de medidas, as exigências a serem satisfeitas para a manutenção do Bloco Central, entre as quais o adiamento até Julho de 1985 da apresentação do candidato presidencial (sendo que este/s não poderia/m vir a ser propostos contra o Bloco Central), a reestruturação governamental, a aliança nas autárquicas e o comprometimento na coligação até 1987. Cf. "As condições do partido socialista", documento datado de 28 de Novembro de 1984, consultado nos Serviços de Documentação do PSD.

âmbito(1378) viriam demonstrar a importância do decidido no plano interno do PSD para os termos da renegociação do acordo subjacente à coligação(1379), renegociação essa que, aliás, não se faria sem alguns precalços(1380).

A 30 de Novembro o PSD apresentaria ao PS um documento a contrapor àquele com diversas medidas, entre as quais se incluiria a necessidade de revisão da Constituição, a implementação de medidas várias de carácter económico e financeiro, tal como a diminuição do peso do sector empresarial do Estado, outras medidas de carácter sectorial, a autonomia partidária relativamente às eleições autárquicas e, quanto às presidenciais, a decisão de manter o deliberado no Congresso de Braga do partido. Cf. "A contraproposta do PSD ao PS", documento datado de 30 de Novembro de 1984, Serviços de Documentação do PSD.

(1378) A 28 de Novembro de 1984 iniciava-se a primeira mini-cimeira entre o PS e o PSD, prosseguida nos dois dias seguintes; por parte do PS estariam presentes António Almeida Santos, Eduardo Pereira, António Capa e Pedro Coelho, enquanto do lado do PSD estariam Rui Machete, Amândio de Azevedo, António Capucho, José Ângelo Correia e Rui Almeida Mendes. Nestes encontros seriam analisadas as medidas propostas por cada um dos partidos (veja-se a nota anterior) e no dia 3 do mês seguinte, depois de redigido um documento-síntese por Rui Machete e António Almeida Santos, seria o mesmo debatido pelos dois partidos.

(1379) O documento-síntese das medidas exigidas pelo PS e pelo PSD para a negociação do acordo em causa seria analisado em S. Bento pelo Primeiro-Ministro e pelo Vice-Primeiro-Ministro a 10 de Dezembro de 1984, vindo a ser assinado no dia seguinte depois de alguns *qui pro quos* entre Mário Soares e Carlos Mota Pinto, àcerca de inoportunidade de uma intervenção do primeiro feita no sentido de tranquilizar a opinião pública (Cf. *Expresso,* nº 632, de 8 de Dezembro de 1984, p. 24). Entre os pontos fundamentais do mesmo contar-se-iam a aceitação dos princípios comuns dos dois partidos no que diria respeito às eleições presidenciais e a atribuição, às respectivas bases, da competência para decidir quanto a eventuais alianças; outras medidas, nomeadamente no campo fiscal, seriam igualmente acordadas, além de se ter decidido levar o Bloco Central até 1987.

(1380) Para além dos naturais desentendimentos surgidos entre o PS e o PSD, cada um pretendendo fazer vingar as suas exigências (vejam-se as três notas anteriores), outros seriam suscitados na própria esfera da delegação social-democrata em face das dissensões existentes na condução daquele processo e na preparação do mesmo. Bastará ver a intervenção de Rui Machete ao IV Conselho Nacional, cuja gravação existe nos Serviços de Documentação do PSD, apelando à impossibilidade de se autonomizar a questão presidencial da governativa e anotando não se estar a avançar com vista a soluções exequíveis na esfera do Executivo. Veja-se, no que concerne aos problemas assim surgidos com Rui Machete em pleno processo de renegociação do acordo com o PS, o *Expresso,* nº 631, de 1 de Dezembro de 1984, p. 1.

Relembre-se que Rui Machete se vinha já a distanciar do líder do PSD. Veja-se, aqui, a nota 1340, *O Jornal,* de 14 de Setembro de 1984 e o *Expresso,* nº 621, de 22 de Setembro de 1984, p. 3.

A moção aprovada no IV Conselho Nacional quanto à autonomização da estratégia presidencial do PSD e, sobretudo, a adenda introduzida estabelecendo que o candidato a Belém deveria ser, em princípio, um militante do partido, surgia como limitativa da eventualidade de este vir a apoiar, quer um candidato socialista, quer um militar, tornando-se mais que provável, mormente no que se refere à primeira hipótese, uma reacção negativa por parte do PS.

O Conselho Nacional seguinte(1381), apresentar-se-ia consideravelmente mais polémico do que o anterior. Desde as críticas tecidas pelos dirigentes das "facções" da oposição interna ao conteúdo do acordo renegociado com o PS(1382), às declarações respectivas relativamente à necessidade de se levar a efeito uma próxima reunião daquele órgão e à disposição expressa por alguns de, vindo a mesma a ter lugar, aí não compa-

---

(1381) Inicialmente convocado para 8 e 9 de Dezembro, o V Conselho Nacional só viria a reunir a 15 e 16 desse mês, por proposta da direcção do partido perante o andamento das cimeiras PS/PSD. Veja-se a solicitação de João Salgueiro, primeiro subscritor do requerimento que concretizava aquela convocatória, dirigido ao Presidente da Mesa do Conselho Nacional Leonardo Ribeiro de Almeida, acedendo naquela pretensão da Comissão Política Nacional, documento esse existente nos Serviços de Documentação do PSD. Veja-se, igualmente, a notícia sobre o eventual protelamento daquela reunião no *Semanário*, de 30 de Novembro de 1984.

Veja-se a "Convocatória" do V Conselho Nacional, da qual constaria a análise da situação partidária, da situação política nacional, sobretudo relativamente à estratégia presidencial aprovada na anterior reunião deste órgão, de questões governamentais, especialmente no que concerne ao Orçamento do Estado, do referendo interno e das relações internacionais. Cf. *Povo Livre*, nº 536, de 5 de Dezembro de 1984, p. 1. Carlos Mota Pinto viria, mais uma vez, a requerer o adiamento do Conselho Nacional, recusando-se, contudo, a "facção" "Mota Amaralista" a ceder. Cf. *O Jornal*, de 14 de Dezembro de 1984.

(1382) Marcelo Rebelo de Sousa consideraria o acordo "ambicioso no secundário e omisso ou vago no essencial, bem longe de um todo global coerente e credível"; João Salgueiro mostrar-se-ia mais parcimonioso, ao considerar apenas que "há que ver se as condições criadas são suficientes para resolver os problemas que se deparam ao país...". Cf. *O Primeiro de Janeiro*, de 13 de Dezembro de 1984.

recerem(1383), até à eventualidade de apresentação de uma moção de censura à direcção social-democrata(1384), tudo parecia indicar que chegara a hora do confronto final com Carlos Mota Pinto e, consequentemente, o fim próximo do Bloco Central.

Como veremos, tal não viria, contudo, a processar-se senão no ano seguinte, cifrando-se o último Conselho Nacional de 1984 pelo reiterar do apoio e da confiança na direcção do partido e no próprio Carlos Mota Pinto(1385), com base numa Moção apresentada pelas diversas Distritais afectas ao líder(1386).

(1383) Enquanto Marcelo Rebelo de Sousa da "Nova Esperança" defendia que "de nada servirá uma reunião esvaziada do seu conteúdo político essencial" transformada em "mero instrumento de aceitação passiva de decisões irreversíveis" (Cf. *ibidem*), propondo-se não comparecer à mesma (Cf. *Diário de Lisboa*, de 13 de Dezembro de 1984, *O Jornal*, de 14 de Dezembro de 1984 e o *Semanário*, de 15 de Dezembro de 1984), João Salgueiro pretenderia que naquele Conselho Nacional se promovesse o debate acerca das opções de fundo do Orçamento do Estado e do acordo com o PS (Cf. o *Primeiro de Janeiro*, de 13 de Dezembro de 1984).

(1384) No caso de o Orçamento do Estado contrariar as tese defendidas pela "Nova Esperança" e pelos " Mota Amaralistas", estas "facções" segundo declarações prestadas à imprensa respectivamente por Marcelo Rebelo de Sousa e por João Salgueiro, viriam a apresentar uma moção de censura a Carlos Mota Pinto; paralelamente, os Deputados das duas "facções" encaravam a hipótese de votar contra aquela proposta na Assembleia da República, segundo admitiriam João Salgueiro e António Capucho aos órgãos da comunicação social. Cf. respectivamente, o *Expresso*, nº 633, de 15 de Dezembro de 1984, p. 1 e o *Diário de Notícias*, da mesma data.

Na intervenção que faria aquando do debate sobre o Orçamento, realizado no final dos trabalhos do V Conselho Nacional de 1984, Marcelo Rebelo de Sousa anunciara a sua disposição de apresentar aquela moção de censura, se a proposta em causa não estivesse de acordo com as suas pretensões. Veja-se a gravação dos trabalhos do V Conselho Nacional de 1984, nos Serviços de Documentação do PSD.

(1385) Veja-se o "Comunicado final" do V Conselho Nacional de 1984 no *Povo Livre*, nº 538, de 19 de Dezembro de 1984, pp. 1 e 2, especialmente o respectivo ponto 12.

(1386) A Moção redigida por José Ângelo Correia, segundo o próprio nos confirmaria, muito embora não aparecesse formalmente como seu autor, tendo em conta o cargo de Vice-Presidente que exercia, seria subscrita pelas Delegações Distritais de Viana do Castelo, Braga, Setúbal, Vila Real, Porto, Aveiro, Guarda, Santarém, Évora, Coimbra, Beja, Viseu, Castelo Branco e Guarda, pela Distrital de Área Oeste de Lisboa, por um membro da JSD e por mais 26 militantes (não assinaram Leiria, Portalegre,

O facto é que o discurso unitário de Carlos Mota Pinto apelando à estabilidade intra-partidária e governamental(1387), a votação favorável na moção da direcção política, o ambiente geral da reunião em causa, com o abandono dos trabalhos pela "facção" "Mota Amaralista"(1388) e o tardio aparecimento dos principais expoentes da "Nova Esperança"(1389) apenas adiariam o confronto final que já se prefigurava.

Faro e Bragança), vindo a ser aprovada por 45 votos a favor, 2 contra e 3 abstenções; a Moção em causa, (inclusa nos documentos do V Conselho Nacional disponíveis nos Serviços de Documentação do PSD), forma todo o ponto 1 do "Comunicado final" do V Conselho Nacional de 1984.

O ponto 2 do mesmo documento viria a corresponder à Moção apresentada por Joaquim Fernando Nogueira, António Barbosa de Melo e Artur Torres Pereira, entre outros, propugnando o apoio ao Governo Regional da Madeira e o firme propósito de continuar no reforço do regime autonómico, questão suscitada pelo confronto entretanto surgido entre o Ministro das Finanças e Alberto João Jardim em torno da situação financeira daquela Região Autónoma; a Moção em causa seria aprovada com 48 votos a favor, 1 abstenção e nenhum contra. Cf. *ibidem*.

Veja-se, também, o "Comunicado final" do V Conselho Nacional do PSD, no *Povo Livre*, nº 538, de 19 de Dezembro de 1984, pp. 1 e 4.

(1387) Veja-se a gravação do mesmo existente nos serviços de Documentação do PSD; Carlos Mota Pinto faria, ainda, uma outra intervenção sobre o Orçamento do Estado, vindo a análise sobre o referendo interno e sobre as relações internacionais, por falta de *quorum*, a não ser realizada e o debate adiado para novo Conselho Nacional. Cf. *ibidem*.

(1388) Invocando o facto de ter sido aprovado um requerimento limitativo das intervenções a realizar, prejudicando o tempo disponível para cada orador, e após a intervenção de fundo de João Salgueiro, diversos elementos "Mota Amaralistas" abandonariam os trabalhos do Conselho Nacional, não vindo, contudo, a prejudicar o *quorum* do mesmo, senão a partir do momento em que se pensava debater a questão do referendo e das relações internacionais. No entanto, os "Mota Amaralistas" não chegariam a votar a moção de apoio à liderança partidária, tal como aconteceria com os elementos da "Nova Esperança", podendo defender-se que os 3 votos contra e as 2 abstenções registadas teriam correspondido a elementos de Distritais afectas àquelas facções, que teriam permanecido nos trabalhos devido a funções de carácter orgânico aí exercidas. Cf. *O Comércio do Porto*, de 16 de Dezembro de 1984, o *Primeiro de Janeiro*, de 17 de Dezembro de 1984 e o *Semanário*, de 21 de Dezembro de 1984.

(1389) Marcelo Rebelo de Sousa, aliás como Pedro Santana Lopes, acabariam por comparecer já no final dos trabalhos do V Conselho Nacional, na esteira do que o primeiro admitira anteriormente aos órgãos de comunicação social: deslocar-se ao Estoril apenas para a discussão do Orçamento e do referendo interno. Cf. *Expresso*, nº 633, de 15 de Dezembro de 1984, p. 24 e *A Capital*, de 17 de Dezembro de 1984.

A quota de apoio então recebida por Carlos Mota Pinto - a mais substancial que o líder obtivera desde a sua eleição - decorreria, no entanto, de uma decisão pontual dos Conselheiros frente a uma conjuntura que se não desejava alterar de imediato. Nestas circunstâncias, a estabilidade interna e a manutenção da liderança apresentavam-se, além de efémeras, pouco consistentes. O adiamento conseguido só amorteceria, de momento, as pressões intra-partidárias que acabariam por gerar o conflito interno. Ficara em aberto a questão primordial e a tensão instalada no Governo e nas relações deste com o Presidente da República seriam, apenas, um sintoma da instabilidade grassante na coligação.

13. Logo no início de 1985, o Executivo enfrentaria algumas dificuldades suscitadas pela aprovação do Orçamento, por um lado, dada a pouca convicção manifestada pelo Grupo Parlamentar do PSD, dominado pelos "Mota Amaralistas", e por outro, devido ao contencioso que estalaria entre o Governo e Belém, patente nas duas reuniões consecutivas do Conselho de Estado(1390) tendo por base as movimentações "Eanistas" com o objectivo de criar um novo partido(1391).

(1390) Embora o diploma viesse a ser aprovado pela maioria dos Deputados sociais-democratas, João Salgueiro, tal como Rui Almeida Mendes, José Silva Marques, Rogério Martins, Pereira Lopes e Pedro Santana Lopes não votariam o Orçamento, tendo os três primeiros pedido a suspensão do respectivo mandato.

Sobre as reuniões do Conselho de Estado, veja-se PEDRO D'ANUNCIAÇÃO "Nos bastidores da política. Conselho de Estado: conclusões provocam versões contraditórias", no *Expresso*, nº 639, de 26 de Janeiro de 1985, p. 3.

(1391) O Partido Renovador Democrático (PRD) viria a ser criado em Fevereiro de 1985. Veja-se no *Expresso*, nº 643, de 23 de Fevereiro de 1985, pp. 1 e 20, a notícia "Eanistas da ex-CNARPE vão amanhã escolher nome do novo partido".

No plano interno do PSD, o poder aparente de Carlos Mota Pinto não resistiria aos primeiros embates ocorridos nos Conselhos Nacionais de Fevereiro. A primeira reunião daquele órgão(1392) parecia surgir como o momento propício para se proceder à clarificação intra-partidária. Embora a respectiva ordem de trabalhos não previsse qualquer debate sobre a questão presidencial(1393), numa clara pretensão de, mais uma vez, se protelar o conflito, tornava-se evidente que as "facções" contrárias aos "Mota Pintistas" não se mostravam dispostas a pactuar com mais adiamentos nessa matéria(1394).

O perfil do candidato presidencial a Belém permanecia na ordem das preocupações da liderança do PSD, parecendo então surgir com maiores hipóteses a candidatura de um militar. No entanto, e apesar do nome avançado ser o de Firmino Miguel(1395), não estava posta de parte a eventualidade de uma

---

(1392) O I Conselho Nacional de 1985 teria como ordem de trabalhos a análise do referendo interno, das relações internacionais, do regulamento do Congresso Nacional e do orçamento para 1985, além da análise da situação político-partidária. Veja-se a "Convocatória" respectiva, datada de 23 de Janeiro de 1985, nos Serviços de Documentação do PSD; esta convocatória não chegaria a ser publicada nas páginas do *Povo Livre*.

(1393) Circunstância que o "Mota Amaralista" José Silva Marques consideraria um "mau prenúncio". Cf. *Tempo*, de 1 de Fevereiro de 1984.

(1394) Elucidativas a tal respeito seriam, por exemplo, as declarações de Pedro Santana Lopes. (Cf. *ibidem*). Também Alberto João Jardim parecia disposto a levantar a questão nesse Conselho Nacional, propondo-se apresentar, aí, a hipótese do recurso ao referendo interno para a escolha do perfil do candidato do PSD. Cf. *Expresso*, nº 640, de 2 de Fevereiro de 1985, p. 24.

(1395) Para além das duas reuniões com as Distritais que Carlos Mota Pinto incentivara e nas quais se debatera a eventualidade do suporte a uma candidatura militar, numa reunião restrita, realizada na última semana de Janeiro de 1985, a equipe dirigente do PSD apontaria Firmino Miguel, então Vice-Chefe do Estado Maior do Exército, como detendo o perfil ideal de candidato a apoiar pelo partido. Cf. *ibidem*, p. 1.

personalidade como Lemos Ferreira(1396) vir a ser a indicada.

O consenso interno relativamente ao assunto continuava, contudo, por conseguir. A ausência de uma posição específica quanto ao perfil ideal do candidato, para mais condicionada pela manutenção do acordo com o PS, mesmo que no plano meramente governamental e parlamentar e a inexistência, no plano intra-partidário, de uma personalidade suficientemente credível para ser apoiada, só dificultaria ainda mais a indigitação de um candidato que, ao invés de acentuar as clivagens internas, as pudesse vir a atenuar.

Embora Carlos Mota Pinto viesse, de novo, a solicitar um apoio "claro, inequívoco e substancial" à sua liderança(1397), tal não viria a acontecer. Se, eventualmente, a "No-

---

(1396) Embora Firmino Miguel parecesse surgir como o candidato militar com mais hipóteses junto do PSD, fora também avançado o nome de Lemos Ferreira (teria sido este o candidato defendido por José Ângelo Correia na mesma reunião).

Apesar das especulações em torno da eventualidade da candidatura de Firmino Miguel, este acabaria por vir a declarar publicamente estar "completamente alheio à margem de manobras recentes e especulações dentro do PSD". Cf. *ibidem*, p. 24.

Sobre as vantagens e desvantagens para o PSD do apoio a cada uma daquelas personalidades, veja-se no mesmo número do *Expresso*, a caixa de JOSÉ ANTÓNIO SARAIVA, "Política à portuguesa, Firmino Miguel ou Lemos Ferreira", p. 3.

(1397) O I Conselho Nacional do PSD de 1985 reuniria a 2 e 3 de Fevereiro no Porto. Veja-se, nas gravações existentes nos Serviços de Documentação do PSD, o discurso de Carlos Mota Pinto antes da votação da moção de apoio, solicitando uma moção de confiança.

A Moção em causa, subscrita por Eurico de Melo, representantes das Comissões Políticas Distritais de Aveiro, Coimbra, Porto, Viana do Castelo, Braga, Santarém, Vila Real, Guarda, Évora, Beja, Viseu e Lisboa Oeste, além de mais 29 Conselheiros (ao todo as assinaturas dos apoiantes totalizariam 45), propor-se-ia, nomeadamente, além da designação de um novo Secretário-Geral (ponto não admitido pelo Conselho de Jurisdição), manifestar a "total confiança ao leader do partido Carlos Mota Pinto" mandatando-o, em conjunto com a Comissão Política Nacional, para "marcar no mais curto espaço de tempo um Conselho Nacional destinado a marcar a data do Congresso do partido e "continuar a avaliação nacional e partidária do leque das possíveis candidaturas presidenciais a apoiar pelo PSD, facto esse que deve ter a sua conclusão final até ao próximo Congresso" (a versão inicial do ponto 2 apontava para a realização de um Congresso, o que contrariava os Estatutos, visto que

va Esperança" pretendia apenas provocar novo desgaste na chefia intra-partidária, de molde a pressionar o líder no sentido de, mais tarde, vir a pronunciar-se quanto à questão presidencial a favor das teses por si defendidas(1398), quer o tom das respectivas intervenções(1399), quer o teor das moções apresentadas(1400), seriam, pelo contrário, indiciadores do propósito de derrotar definitivamente a liderança interna.

---

esse encargo cometeria à Comissão Política Nacional, e, daí, o ter-se requerido novo Conselho Nacional). Cf. respectivamente Moção 3 (as citações correspondem aos pontos 2 e 3 da mesma) e Moção 1, documentos do I Conselho Nacional de 1985, Serviços de Documentação do PSD.

Esta Moção seria aprovada (salvo o ponto 1, não admitido, conforme já reportado), por 38 votos a favor, 36 contra e 1 abstenção. Cf. *ibidem*.

(1398) Esta seria, em princípio, uma das hipóteses de intervenção da "Nova Esperança" naquele Conselho Nacional: atacar o líder para depois, na votação final, o vir a apoiar, como já acontecera anteriormente. Aguentá-lo-iam até ao Congresso, momento em que a decisão face ao candidato presidencial teria que ser tomada; de acordo com a definição a que aí se procedesse se movimentaria então a "Nova Esperança". A este título veja-se, nos Serviços de Documentação do PSD, a gravação existente da intervenção de Marcelo Rebelo de Sousa no I Conselho Nacional de 1985, atacando virulentamente o eventual apoio do PSD à candidatura de Firmino Miguel; vejam-se, igualmente, as declarações de José Miguel Júdice àcerca de aquela Moção não representar uma crítica à direcção do partido mas, tão só, uma censura à mesma no referente ao Orçamento de Estado. Cf. *Comércio do Porto*, de 4 de Fevereiro de 1985.

(1399) Veja-se, a título de exemplo, a intervenção de Pedro Santana Lopes exigindo, mesmo, a demissão de Carlos Mota Pinto. Cf. gravações existente nos Serviços de Documentação do PSD.

(1400) Uma das moções da "Nova Esperança", subscrita por Marcelo Rebelo de Sousa, e que não viria a ser votada, depois de 17 longos considerandos àcerca das características negativas do Orçamento de Estado, proporia "(...) censurar a Comissão Política Nacional por não ter conseguido consagrar minimamente no OE e nas GOP princípios coerentes com uma política económica e financeira de mudança estrutural que tenha a coragem de pôr em causa um regime económico inviável, dando plena execução às deliberações reiteradas no Conselho Nacional e aos compromissos assumidos publicamente pelo PSD perante os portugueses". Cf. Moção 5, documentos do I Conselho Nacional de 1985, Serviços de Documentação do PSD.

A outra moção, também subscrita por Marcelo Rebelo de Sousa proporia submeter a referendo interno, a realizar a 22 de Março de 1985, a designação do candidato presidencial, integrando uma questão sobre se este deveria ser militante do partido e uma outra sobre a eventual necessidade de a candidatura em causa ter de rejeitar o "Eanismo" e o apoio eleitoral aberto ou oculto ao mesmo. A segunda

Quanto à outra "facção", tornavam-se bem mais claros os seus objectivos, ao requerer ao Conselho Nacional que a deliberação sobre a moção de confiança se viesse a realizar por escrutínio secreto(1401), conquanto nas intervenções realizadas esta "facção" se apresentasse menos crítica e até aberta ao diálogo com a Comissão Política Nacional(1402).

O suposto apoio maioritário ao líder, expresso nas assinaturas inscritas na Moção de confiança(1403), a prefigurar a obtenção do suporte pretendido, não alteraria os resultados que se haveriam de revelar totalmente contrários às pretensões de Carlos Mota Pinto. Com uma margem reduzidíssima relativamente aos seus oponentes(1404), o líder do PSD sairia derrotado naquela reunião ,que se revelaria decisiva para o subsequente desenvolvimento do conflito intra-partidário.

---

questão apontava nitidamente para a ligação estabelecida pelo propugnante no decurso dos trabalhos deste Conselho Nacional, entre Firmino Miguel e os sectores "Eanistas". Cf. *ibidem*.

(1401) Veja-se o requerimento em causa, subscrito por Tomás Oliveira Dias, João Salgueiro, Rui Oliveira e Costa, José Veludo e mais 12 Conselheiros, que viria a ser votado favoravelmente por 41 votos, 30 votos contra e 2 abstenções, nos documentos do I Conselho Nacional de 1985, Serviços de Documentação do PSD.

(1402) Veja-se a intervenção de João Salgueiro sobre o Orçamento de Estado, já depois da votação da Moção de confiança a Carlos Mota Pinto, nas gravações dos trabalhos do I Conselho Nacional de 1985, Serviços de Documentação do PSD.

(1403) Veja-se, aqui, a nota 1397. A Moção de confiança seria lida e posta à votação de imediato, segundo um requerimento subscrito por 12 Conselheiros, aprovado por 41 votos a favor, 30 contra e 2 abstenções. Cf. requerimento e votações inscritas no mesmo, documentos do I Conselho Nacional de 1985, Serviços de Documentação do PSD.

(1404) Num total de 75 votantes, 38 manifestar-se-iam a favor da Moção de Eurico de Melo e 36 contra, vindo 1 Conselheiro a abster-se. Vejam-se os resultados da votação inscritos na Moção 3, documentos do I Conselho Nacional de 1985, Serviços de Documentação do PSD.

Para além do referendo(1405) e de outras matérias aí abordadas(1406), o fundamental a reter deste primeiro Conselho Nacional de 1985 seria, assim, a derrota de Carlos Mota Pinto expressa pela irrevelante margem obtida relativamente à oposição interna(1407).

Apesar das múltiplas manifestações mais ou menos espon-

(1405) A proposta aprovada seria construida a partir dos projectos apresentados respectivamente por Helena Roseta, por Pedro Santana Lopes e por Francisco Antunes da Silva. Veja-se o estudo comparativo dos dois primeiros projectos (do qual constaria, também, um aditamento proposto por João Bosco Mota Amaral sobre os resultados da votação, introduzindo a condição de esta só ser válida no caso de terem votado "um número de militantes superior a metade mais um daqueles que têm para tal capacidade"), e o documento final, aprovado na generalidade, por unanimidade, nos documentos do I Conselho Nacional de 1985, Serviços de Documentação do PSD.

Note-se que o aditamento proposto por João Bosco Mota Amaral seria rejeitado, sendo votado na especialidade e aprovado por unanimidade o artigo 10º, consignando que a validade do referendo dependeria de ter votado um número de militantes não inferior a um terço. Idêntica situação ocorreria com o artigo 6º, o qual disporia serem necessárias 2500 assinaturas para o referendo interno ter lugar no prazo de 15 dias após a data de recepção do requerimento, mais 6 dias. Cf. *ibidem*.

(1406) Seriam ainda apresentadas: uma Moção, de Francisco Sousa Tavares, aprovada por maioria, para que os membros do PSD desempenhando cargos do Estado descontassem 2% do seu vencimento para o partido; uma Moção de António Capucho, também seria aprovada por maioria, no sentido de ser remetida à Comissão Política Nacional a aprovação do Regulamento da Comissão de Relações Internacionais adiando-se a discussão àcerca das linhas gerais da mesma, bem como da composição daquela Comissão; uma outra Moção subscrita por António Barbosa de Melo e por mais de 38 Conselheiros, manifestando o seu apoio e solidariedade a Rui Amaral, Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional também seria aprovada. Cf. as três moções reportadas nos Documentos do I Conselho Nacional de 1985, Serviços de Documentação do PSD.

Visto que Francisco Antunes da Silva renunciara às suas funções de Secretário-Geral do partido, por alegada marginalização por parte de Carlos Mota Pinto (Cf. *Jornal de Notícias*, de 3 de Fevereiro de 1985), um grupo de 10 Conselheiros proporia uma Moção de solidariedade para com o mesmo, vindo um grupo de 31 a propor para o cargo Manuel Dias Loureiro; o cargo ficaria em aberto, visto só poder vir a ser preenchido em Congresso. Vejam-se respectivamente a Moção B e aquela proposta de substituição *in ibidem*.

(1407) Muito embora no "Comunicado final" do I Conselho Nacional de 1985, na sua alínea d), se declare ter sido aprovada "uma Moção de confiança política ao Presidente da Comissão Política Nacional, Professor Carlos Mota Pinto". Cf. *Povo Livre*, nº 546, de 21 de Fevereiro de 1985, p. 1.

tâneas(1408) de solidariedade para com o líder e das suas declarações atribuindo à "guerrilha" interna a situação então criada(1409), na Comissão Política, entretanto reunida, Carlos Mota Pinto, em função dos resultados da moção aprovada no anterior Conselho Nacional, anunciaria a sua vontade de se demitir, cessando imediatamente funções. Depois de longo debate deliberar-se-ia convocar nova reunião do Conselho Nacional, perante o qual os membros daquele órgão anunciariam encontrar-se já numa situação demissionária, decisão tomada por unanimidade e por uma questão de solidariedade política para com o líder(1410). Alegando não pretender provocar a instabilidade governativa, Carlos Mota Pinto não formalizaria, contudo, qualquer pedido de exoneração das suas funções no

---

(1408) Vejam-se, nesse sentido, os diversos telegramas enviados e as notícias sobre a deslocação de Autarcas do PSD à sede nacional do partido, no *Povo Livre*, nº 544, de 7 de Fevereiro de 1985, p. 1. Veja-se, também, sobre a orquestração de algumas dessas manifestações a caixa de MARIA JOÃO AVILLEZ, "Uma feira cabisbaixa", *in Expresso*, nº 640, de 9 de Fevereiro de 1985, p. 2.

(1409) Vejam-se as declarações de Carlos Mota Pinto *in Povo Livre*, nº 544, de 7 de Fevereiro de 1985, p. 1. Veja-se, igualmente, a intervenção de António Capucho no II Conselho Nacional de 1985, atribuindo a situação de "impasse" gerada no partido à permanente omissão da Comissão Política Nacional relativamente aos assuntos políticos fundamentais, que redundaria na atitude assumida por Carlos Mota Pinto. Veja-se essa intervenção nos registos existentes no Serviços de Documentação do PSD.

(1410) Cf. "Comunicado da Comissão Política Nacional", datado de 5 de Fevereiro de 1985, *in ibidem*.

Rui Machete na sua intervenção ao II Conselho Nacional realizado dias depois (vejam-se as notas subsequentes) apontaria os fundamentos subjacentes àquela decisão: em primeiro lugar, o facto de a Comissão Política ter sido eleita numa lista única encabeçada pelo líder demissionário, não fazendo sentido permanecerem em funções os restantes membros daquele órgão; em segundo lugar, porque a Moção aprovada no I Conselho Nacional punha em causa não só Carlos Mota Pinto, mas toda a Comissão Política. Veja-se esta intervenção nos registos do II Conselho Nacional de 1985, existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

Executivo(1411).

Entre aquele Conselho Nacional e a última reunião deste órgão antes do XII Congresso, várias tentativas para superar a crise se mostrariam ineficazes, com o líder numa posição de fraqueza, a hesitar entre permanecer à frente do partido ou optar por uma manobra ao estilo de Francisco Sá Carneiro e do próprio Francisco Pinto Balsemão afastando-se para depois regressar "em ombros". Parece ter sido esta última a hipótese a prevalecer e, daí, a impossibilidade de se chegar a qualquer compromisso.

14. Vejamos, agora, quais as coordenadas fundamentais deste conflito interno, com substanciais repercussões no sistema político, sobretudo no âmbito da coligação, até à nova cimeira do PSD que só se viria a realizar em Maio de 1985.

Nos dois Conselhos Nacionais seguintes, reunidos em simultâneo(1412), o confronto entre as diversas "facções" internas perfilava-se como provável, perante a irrevogável decisão de

---

(1411) Cf. *ibidem*. Veja-se igualmente, o *Comércio do Porto*, de 7 de Fevereiro de 1985, dando conta da intenção do PSD manter os cargos no Governo até à clarificação interna a realizar no Congresso seguinte, prefigurando-se a realização de uma cimeira PS/PSD para debate de eventuais alterações a introduzir na coligação.

(1412) Veja-se, respectivamente, a "Convocatória do II Conselho Nacional de 1985", a realizar a 9 de Fevereiro, no Hotel Altis, em Lisboa, tendo por fim a apreciação e a votação do pedido de demissão da Comissão Política Nacional e da subsequente tomada de decisões e a "Convocatória do III Conselho Nacional de 1985" a efectuar também no mesmo dia e no dia seguinte, tendo por objectivo a análise da situação político-partidária perante a demissão da Comissão Política Nacional e do seu líder e o estabelecer do regulamento do Congresso Nacional, no *Povo Livre*, nº 544, de 7 de Fevereiro de 1985, p. 1.

Registe-se que Carlos Mota Pinto não estaria presente neste Conselho Nacional, parecendo, no entanto, manter-se numa situação demissionária, segundo se pode depreender das palavras de Rui Machete na intervenção inicial ao II Conselho Nacional de 1985. Vejam-se os registos existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

Carlos Mota Pinto em permanecer demissionário. Enquanto os seus apoiantes continuavam a defender o seu regresso à liderança do partido(1413), a oposição parecia por um lado, apontar para uma Comissão de gestão que englobasse as diversas facções internas(1414) e, por outro, apelar ao regresso do líder considerando as dificuldades surgidas quanto à sua substituição(1415).

(1413) Carlos Mota Pinto receberia o apoio de quase todas as Distritais salvo de Leiria, Faro, Bragança e da Área Metropolitana de Lisboa. Vejam-se, especialmente, nas notas 1386 3 1397 desta dissertação, os apoios sucessivamente reiterados dos representantes das Comissões Políticas daquelas Distritais ao então líder do PSD. Os "Mota Pintistas" apontariam, contudo, para esse regresso a prazo, não respondendo, assim, aos apelos de unidade, que passariam por negociações internas entre as diversas "facções" formulados por alguns sectores da oposição. Cf. *Jornal de Notícias*, de 9 de Fevereiro de 1985.

(1414) Pela eleição de uma Comissão de Gestão dirigida por Rui Machete da qual fariam parte todas as "facções" internas e a qual Amândio de Azevedo teria que integrar para assegurar a ligação com o Executivo, devido ao conhecimento de ambos dos *dossiers* em curso, pronunciar-se-ia especificamente António Capucho na sua segunda intervenção nos trabalhos do II Conselho Nacional de 1985. Apelando ao regresso de Carlos Mota Pinto manifestar-se-ia, depois, Marcelo Rebelo de Sousa, numa reunião realizada na Secção B de Lisboa (Campo Pequeno) a 7 de Fevereiro. Cf. *A Tarde*, de 7 de Fevereiro de 1985 e o *Jornal de Notícias*, de 9 de Fevereiro de 1985.

Sobre os sucessivos contactos levados a efeito no sentido de procurar a unidade interna veja-se o *Semanário*, de 9 de Fevereiro de 1985.

(1415) No decorrer do II Conselho Nacional levantar-se-iam algumas dificuldades sobre o procedimento a tomar quanto à substituição do órgão directivo do partido, tendo-se requerido ao Conselho Nacional que se pronunciasse sobre o assunto. Tal motivaria uma intervenção de Miguel Veiga no sentido de que os Estatutos seriam suficientemente elucidativos sobre a matéria, competindo ao Conselho Nacional a decisão a tomar. O Conselho de Jurisdição, por intermédio do seu Presidente, pronunciar-se-ia no sentido de que os Estatutos previam a hipótese de substituição de qualquer dos titulares de órgãos nacionais do partido, no caso de vacatura do cargo ou de impedimento prolongado, podendo o Conselho Nacional eleger todos os membros do orgão demissionário. Cf. artº 24, nº 2, alínea e) dos Estatutos do PSD.

Veja-se, também, sobre o mesmo, a primeira intervenção de Amândio de Azevedo na qual levantaria sérias dúvidas àquela interpretação a qual, no seu entender, contrariaria as decisões adoptadas em situações semelhantes já ocorridas; para Amândio de Azevedo uma coisa seria substituir um ou vários membros de um órgão quando esse órgão permanece em funções, apenas para o recompor, outra, substituir todos os titulares de um órgão, defendendo, assim, a eleição de uma Comissão Permanente que não teria que ter a mesma composição do órgão demissionário. Amândio de Azevedo estabeleceria um paralelo com a auto demissão de Francisco Sá Carneiro

Defendendo a primeira posição surgiria o grupo agora liderado por João Salgueiro, no qual já se tornava mais visível a presença de Francisco Pinto Balsemão, para além da de João Bosco Mota Amaral(1416).

Depois de longo debate e de sucessivos recursos para o Conselho de Jurisdição Nacional, no sentido de aclarar e estabelecer os limites jurídico-estatutários do processo, quando, no fundo, a questão seria sobretudo do foro político, os Conselheiros acabariam por deliberar no sentido da aceitação da demissão da Comissão Política. Diversas hipóteses de saída para o "impasse" a que se chegara seriam consideradas, bem como ventilados outros nomes para dirigir o partido depois de Carlos Mota Pinto se recusar, sob quaisquer circunstâncias, a aceitar a sua recandidatura(1417). Seria então eleita uma nova equipe presidida por Rui Machete e formada por alguns dos expoentes das "facções" intra-partidárias.

---

e a decisão do mesmo de só regressar à liderança partidária em Congresso (veja-se o *item* 2.3 do sub-capítulo 2 do Capítulo X desta dissertação). Vejam-se as intervenções reportadas nos registos existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

(1416) Especialmente importante seria o regressar de Francisco Pinto Balsemão às páginas do *Expresso*. Cf. *Expresso*, nº 636, de 5 de Janeiro de 1985, p. 6.

Nos Conselhos Nacionais de 9 e 10 de Fevereiro viria, também, a estar presente João Bosco Mota Amaral, ausente nas reuniões anteriores daquele órgão. Vejam-se as sucessivas intervenções dos líderes daquela "facção" no II e III Conselho Nacionais de 1985, nas gravações existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

(1417) A discussão em redor da eleição de uma nova Comissão Política Nacional, ou de uma Comissão Permanente do Conselho Nacional até ao Congresso seguinte levantaria alguma polémica interna, conforme se poderá confirmar pelas diversas intervenções verificadas no II Conselho Nacional; vejam-se, sobretudo, as intervenções de Miguel Veiga defendendo a primeira daquelas hipóteses e as de Amândio de Azevedo pugnando pela segunda, nos registos existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

Quanto à hipótese de Leonardo Ribeiro de Almeida poder vir a liderar o novo órgão depararia com alguns óbices, nomeadamente o facto de o mesmo estar afastado dos problemas do Governo e não assegurar assim, adequadamente, a necessária liga-

Para além da aprovação do regulamento para o Congresso seguinte(1418), o qual, dada a substituição processada quanto à liderança interna, já se não apresentava de tão urgente rea-

---

ção com o Executivo. Defendendo a premência de esta ser assegurada, e, assim, a inoportunidade da escolha em causa, apresentar-se-ia a intervenção de António Capucho. Cf. *ibidem*.

O nome de Leonardo Ribeiro de Almeida tinha sido adiantado pelos "Mota-Pintistas" depois de contactado Fernando Amaral, este ter recusado o convite (Cf. *Expresso*, nº 640, de 9 de Fevereiro de 1985, p. 1). Em duas propostas de listas entregues no decorrer dos trabalhos do II Conselho Nacional por elementos "Mota Pintistas" (Pereira da Silva e Luís Martins) figurariam Leonardo Ribeiro de Almeida e Amândio de Azevedo, vindo ambos a recusar fazer parte de qualquer delas. Contactado pelos seus apoiantes, nomeadamente por António Barbosa de Melo, Carlos Mota Pinto viria, também, a decidir-se pelo afastamento da corrida à liderança intra-partidária. (Cf. *A Capital*, de 11 de Fevereiro de 1985).

Acabaria por ser proposto Rui Machete em lista entregue à Mesa por António Capucho e por José Miguel Júdice (Cf. *Expresso*, nº 640, de 9 de Fevereiro de 1985, p. 1 e a entrevista a Carlos Mota Pinto conduzida por Maria João Avillez, *in idem*, pp. 1 e 24).

Da nova Comissão Política Nacional, com uma composição muito heterogénea, eleita por 47 votos a favor, 34 contra e 10 em branco, segundo confirmamos pelas gravações existentes nos Serviços de Documentação do PSD, fariam igualmente parte como Vice-Presidentes João Salgueiro, Marcelo Rebelo de Sousa, Luís Fontoura e Miguel Veiga; Francisco Antunes da Silva ocuparia de novo o cargo de Secretário-Geral; como Vogais daquele órgão, para além dos membros por inerência (António Capucho como Presidente do Grupo Parlamentar, Vargas Bulcão representando os Açores, Fernando Miguel Correia de Jesus a Madeira, Pedro Pinto e Carlos Coelho a JSD), ficariam Afonso Moura Guedes, Fernando Correia Afonso, Mariana Perdigão e José Silva Marques. Veja-se o "Comunicado do II Conselho Nacional de 1985", no *Povo Livre*, nº 545, de 13 de Fevereiro de 1985, p. 1.

(1418) O protelamento da realização do XII Congresso ordinário até às eleições presidenciais seria propugnado por alguns sectores (nomeadamente na intervenção de Eurico de Melo e de Alberto João Jardim), alegando-se para tal a necessidade de realização do referendo sobre as presidenciais que iria colidir com aquela cimeira. Na defesa da realização do referendo antes do XII Congresso e do não adiamento deste pronunciar-se-ia António Capucho. Vejam-se as intervenções em causa no final da manhã do primeiro dia dos trabalhos do II Conselho Nacional, nos registos existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

O "Regulamento" para o XII Congresso Nacional, apresentado pelo Secretário-Geral, seria aprovado por maioria, com a introdução de um novo ponto, para que o mesmo passasse a ser organizado por secções, introduzido por sugestão de Francisco Sousa Tavares e deixando de ser obrigatória a vinculação dos Delegados a moções de estratégia. Veja-se o "Regulamento" aprovado, no *Povo Livre*, nº 550, de 21 de Março de 1985, p. 12 (algumas gralhas levariam a correcções no número seguinte do órgão oficial do partido); quanto às propostas referidas acima encontram-se nos documentos do III Conselho Nacional de 1985, existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

lização, decidir-se-ia sobre a estrutura da proposta de referendo às bases àcerca da candidatura a Belém(1419).

Como cômputo final destas duas reuniões ficaria, no essencial, a queda da "facção" "Mota Pintista". A posição, do líder, tal como a do seu antecessor, nunca fora, assim, absolutamente segura e, muito menos, inquestionável.

De vitória em vitória, sempre marcadas por uma fragilidade evidente, até à derrota final, Carlos Mota Pinto perderia no plano intra-partidário(1420) e, consequentemente,

---

(1419) As duas propostas para a estruturação das perguntas a realizar no quadro de referendo interno quanto à questão presidencial, seriam da responsabilidade respectivamente de Francisco Sousa Tavares e de José Miguel Júdice. Enquanto a apresentada por este último e depois retirada, propunha alterar os termos da primeira questionando os militantes sobre se "Deve o PSD apoiar um candidato que reuna as forças politicas necessárias de forma a obter uma vitória sobre o candidato socialista e eanista" e "Deve esse candidato a apoiar o PSD a) ser militante do partido b) não ser filiado no partido", o projecto inicial da autoria de Francisco Sousa Tavares perguntaria: "Deve o candidato presidencial a apoiar pelo PSD ser portador dum projecto de mudança regenerador do país? Deve esse candidato ser filiado no PSD? Ou deve esse candidato ser uma personalidade independente do partido?" Vejam-se as duas propostas (a segunda teria sucessivas redacções), nos documentos do III Conselho Nacional de 1985, Serviços de Documentação do PSD.

Viriam a ser aprovadas por 47 votos a favor, 9 contra e 3 abstenções, três perguntas redigidas por uma Comissão constituída por Francisco Sousa Tavares, José Miguel Júdice, José Silva Marques, José Manuel Durão Barroso e Alexandre Gouveia, com base na proposta inicial do primeiro, estruturando-se a terceira questão nos seguintes moldes: "Deve esse candidato não ser filiado em qualquer partido?". O texto do referendo e o apelo às bases para nele colaborar estão no *Povo Livre*, nº 545, de 13 de Fevereiro de 1985, p. 9.

O apelo ao voto em massa dos militantes no referendo interno viria, depois, a ser feito pelo novo Presidente da Comissão Política Nacional, Rui Machete, no "Tempo de antena" do PSD na RTP, a 28 de Março de 1985. As normas do referendo seriam aprovadas a 27 de Fevereiro de 1985 em posterior reunião da nova Comissão Política Nacional e o referendo efectuado a 29 de Março desse ano. (Cf. as regras acima referidas no *Povo Livre*, nº 547, de 27 de Fevereiro de 1985, p. 1).

Vejam-se os dois "Comunicados finais" do II e do III Conselhos Nacionais de 1985 aprovados ambos por unanimidade, *in ibidem*.

(1420) Embora teoricamente presentes na nova Comissão Política Nacional, os "Mota Pintistas", depois de se ter mostrado impossível qualquer acordo através do qual a sua expressão, apesar de tudo maioritária, se fizesse sentir (Cf. *A Capital*, de 11 de Fevereiro de 1985), ficariam em franca minoria; dos membros eleitos apenas três, Luís Fontoura, Afonso Moura Guedes e Francisco Antunes da Silva, para além de Rui

no do Executivo(1421), onde alguns acertos se tornariam imprescindíveis perante a nova situação criada(1422). Com a substituição da liderança então processada não se ultrapassaria, contudo, a crise interna. Como sucedera no conflito anterior, este seria apenas mais um compasso de espera no confronto entre as "facções" internas e que se veria agravado com o subsequente desenvolvimento da problemática presidencial.

A par do deliberado àcerca da realização do referendo quanto a esta questão, quer a tomada do poder interno possibilitada pela confluência na liderança das duas "facções" opostas à continuidade do ex-líder, quer a alteração ocorrida no quadro governamental, viriam interferir de forma decisiva na estratégia presidencial do PSD. Esta, em simultâneo com a deci-

---

Machete, proviriam das fileiras "Mota Pintistas"; Rui Machete e Francisco Antunes da Silva em progressivo distanciamento, como já vimos atrás, Afonso Moura Guedes, em regresso às suas anteriores posições "Balsemistas" e Luís Fontoura, antigo expoente do "Grupo dos 44" agora em aproximação à "Nova Esperança"; Marcelo Rebelo de Sousa e Fernando Correia Afonso integrariam a "facção" "Nova Esperança" sendo os restantes "Salgueiristas"/"Mota Amaralistas"/"Balsemistas".

(1421) Carlos Mota Pinto viria a apresentar a sua demissão do cargo de Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa a 11 de Fevereiro; no dia seguinte, Rui Machete encontrar-se-ia com Mário Soares, ao qual reafirmaria a continuidade do Bloco Central; a 15 do mesmo mês, processava-se nova remodelação ministerial com a tomada de posse dos novos membros do Governo.

(1422) Embora os "Mota Pintistas" tivessem, eventualmente, tentado não perder o controlo no Governo (Cf. *O Jornal*, de 15 de Fevereiro de 1985), logo após ter sido eleita a lista para a nova Comissão Política Nacional, se começariam a ventilar hipotéticas substituições. Os dois primeiros nomes a substituir pareciam ser o de Eugénio Nobre e o de João Calvão da Silva, ambos elementos muito ligados a Carlos Mota Pinto. Vejam-se, por exemplo, as intervenções do primeiro na defesa do ex-líder, (Cf. gravações do I e do II Conselho Nacional de 1985 existentes nos Serviços de Do-cumentação do PSD e as declarações do segundo decidido a retomar, como Carlos Mota Pinto, a carreira docente na Faculdade de Direito de Coimbra por exemplo, no *Correio da Manhã* e no *Diário de Notícias*, ambos de 11 de Fevereiro de 1985.

são àcerca da continuidade do acordo com o PS, aliás estreitamente relacionadas entre si, permaneceriam como as temáticas nucleares, não só do sistema político, como do despoletamento da crise no PSD.

Fundamentalmente, na conflitualidade intra-partidária até ao Congresso da Figueira da Foz realizado em Maio de 1985, haveria de se revelar a luta pela direcção partidária, por exemplo patente nas movimentações dos sectores "Mota Pintistas" com vista a recuperar a prazo a influência perdida(1423).

Na contestação à nova liderança e, sobretudo, na fissura interna que aquela "facção" viria a sofrer no que respeita à eventual retomada do poder intra-partidário residiria, pelo menos em parte, a explicação para a viragem que haveria de ocorrer no XII Congresso. De assinalar, desde já, que da parte de alguns elementos desta "facção" dispostos a avançar no confronto com a nova direcção política, se apontaria, embora incipientemente, o nome de Aníbal Cavaco Silva como possível alternativa à liderança(1424).

15. Em suma, até ao conclave seguinte, o debate intra-

(1423) Como promotores dessas movimentações estariam personalidades do chamado "Grupo de Coimbra" afectas a Carlos Mota Pinto, tendo sobretudo eco as suas teses a nível das Distritais que viriam a preparar uma cimeira para 16 de Fevereiro. Cf. *Expresso*, nº 642, de 16 de Fevereiro de 1985, pp. 1 e 24.

(1424) Segundo o Expresso, alguns considerariam Aníbal Cavaco Silva como "a única personalidade capaz de ganhar o Congresso (...) à excepção do próprio Mota Pinto". Cf. *idem*, p. 24.

Após o malogro para as hostes "Mota Pintistas", que representaria o não adiamento do XII Congresso (veja-se, aqui, a nota 1430) acentuar-se-ia o eventual desejo de Carlos Mota Pinto de não se recandidatar à liderança do PSD, pelo menos de imediato, parecendo preferir esperar pela degradação da situação interna e não sofrer o odioso da escolha presidencial. Veja-se a hipótese em causa ventilada pelo *Expresso*, nº 646, de 16 de Março de 1985, pp. 1 e 24.

-partidário continuaria a processar-se em torno de três vectores dominantes, o primeiro dos quais decisivo relativamente aos demais: a liderança do partido, a estratégia presidencial e a coligação com o PS. A luta por uma mudança radical do sistemapropugnada pela "Nova Esperança" ou, pelo contrário, a defesa do situacionismo mais ou menos renovado que as duas outras "facções" desejariam, passavam pelas diferentes opções tomadas naquelas matérias.

Enquanto os "Mota Pintistas" manobrariam no sentido da retomada da liderança partidária e governamental no quadro da coligação com o PS, permanecendo com uma estratégia pouco clara relativamente às presidenciais, a "facção" agora maioritária no poder, pronunciava-se favoravelmente por um militar(1425), não obstante alguns elementos permanecessem na defesa de um candidato civil(1426), tentando, eventualmente, vir a recuperar a candidatura de João Bosco Mota Amaral. Considerada satisfatória até à cimeira seguinte a solução encontrada relativamente à liderança do partido, permanecia-se no Bloco Central através da renegociação do acordo com os socialistas, tentando retirar os maiores dividendos possíveis de uma situação que se apresentava, a prazo, difícil de sustentar.

(1425) Na defesa do apoio do PSD a um candidato militar para Belém como única alternativa ao apoio à "candidatura de presença" de Mário Soares viria a pronunciar-se FRANCISCO PINTO BALSEMÃO no seu artigo "A importância nacional de um referendo partidário" *in Expresso,* nº 645, de 9 de Março de 1985, p. 8.

Diversos contactos viriam então a ser mantidos com Firmino Miguel, parecendo ser José Silva Marques o grande impulsionador da ideia. Cf. *Expresso,* nº 642, de 16 de Fevereiro de 1985, p. 24.

(1426) Tal seria o caso da JSD, de António Capucho, de Rui Oliveira e Costa e de António Marques Mendes. Cf. *Expresso,* nº 645, de 9 de Março de 1985, p. 20.

Para a "Nova Esperança", a ruptura da coligação, seu propósito fundamental, não representava um objectivo imediato; toda a sua estratégia seria então orientada para impedir o apoio a um militar, promovendo-se outro candidato que, na sua óptica, tivesse hipóteses de derrotar Mário Soares, vindo a possibilitar, a prazo, a pretendida bipolarização política.

Na perspectiva da "Nova Esperança" a candidatura de uma personalidade considerada próxima do sector "Eanista", como Firmino Miguel, que os "Salgueiristas" eventualmente promoveriam, poderia tornar-se perigosa, até por conseguir granjear amplos apoios sob o beneplácito de António Ramalho Eanes. Não só voltaria a preponderar a tendência para a presidencialização do regime, como se tornaria impossível provocar uma ruptura no sistema invertendo a lógica tendencial do mesmo.

Enquanto a "facção" que se movimentava em redor de Carlos Mota Pinto desenvolvia todos os esforços para recuperar o poder, a nova direcção partidária tentaria, antes do Conselho Nacional seguinte, enraizar nas Distritais próximas do ex-líder, as suas próprias teses(1427). Dentro da mesma estratégia preparatória daquela reunião(1428), estabelecer-se-iam di-

---

(1427) Presidente e Vice-Presidentes da Comissão Política Nacional recém eleita, deslocar-se-iam às Distritais "Mota Pintistas" com aquele objectivo, vindo António Capucho a manifestar que fora "globalmente positivo" o diálogo interno então encetado. No entanto, em várias dessas reuniões, a maioria "Mota Pintista" dominaria os trabalhos, atacando virulentamente a direcção do partido; como exemplo extremo veja-se uma reunião em Coimbra a qual, começada às 22 horas só acabaria às 8 horas da manhã do dia seguinte. Cf. *Comércio do Porto*, de 7 de Março de 1985 e o artigo de NUNO REBOCHO, "Três etapas para um futuro incerto", dando conta dessas iniciativas, em *A Tarde*, de 7 de Março de 1985.

(1428) O IV Conselho Nacional de 1985 seria marcado para 9 e 10 de Março no Hotel Shera-

versas consultas a personalidades consideradas com hipóteses de virem a ser apoiadas na corrida para Belém(1429).

No IV Conselho Nacional, entretanto reunido, os "Mota Pintistas" pretenderiam ver adiado o Congresso(1430), numa estratégia semelhante à utilizada anteriormente pelos seus detractores. Protelando-se a cimeira em causa para finais de Junho de 1985, altura em que terminaria o prazo marcado para a aprovação das medidas requeridas ao PS, maior se prefigurava o desgaste da nova direcção do PSD, quer na esfera intra-partidária, quer na governamental, prevendo-se desde logo a ineficácia das exigências formuladas pelos sociais-democratas no âmbito da coligação.

A intransigência demonstrada por Rui Machete relativamente ao adiamento em causa, deixando mesmo antever a hipóte-

---

ton, em Lisboa, tendo como ponto único da respectiva "ordem de trabalhos" a análise da situação política nacional e partidária. Veja-se a "Convocatória", datada de 1 de Março, no *Povo Livre*, nº 548, de 6 de Março de 1985, p. 1.

(1429) Segundo a imprensa da época, para além dos contactos preliminares havidos com Firmino Miguel, Lemos Ferreira e Altino de Magalhães teriam também sido promovidos encontros com idêntico objectivo com Francisco Pinto Balsemão, Daniel Proença de Carvalho, Fernando Amaral, Alberto João Jardim e João Bosco Mota Amaral. Veja-se, por exemplo, o *Expresso*, nº 645, de 9 de Março de 1985, p. 1 e *O Primeiro de Janeiro*, de 10 de Março de 1985.

(1430) Uma Moção nesse sentido, subscrita por Artur Torres Pereira, António Barbosa de Melo, Alexandre Gouveia e mais dois Conselheiros, apontava para que o XII Congresso apenas se realizasse de 28 a 30 de Junho de 1985, vindo a ser rejeitada em votação secreta pedida pelos próprios "Mota Pintistas" por 57 votos contra, 46 a favor e 1 abstenção. (Cf. Moção 9 nos documentos do IV Conselho Nacional de 1985, Serviços de Documentação do PSD).

O Congresso acabaria por ser apenas adiado por uma semana, por decisão da maioria (55 votos a favor e 4 contra), tendo em conta a circunstância de na semana anterior se prever a vinda de Ronald Reagan a Portugal, além de coincidir com as comemorações de Fátima e do Senhor Santo Cristo nos Açores, ficando a sua realização marcada para 17, 18 e 19 de Maio desse ano. Vejam-se o ponto 5 das "Conclusões do IV Conselho Nacional" no *Povo Livre*, nº 549, de 13 de Março de 1985, p. 3.

se da sua demissão no caso de os Conselheiros se pronunciarem naquele sentido(1431), tornaria bem claro o facto de esta representar então uma questão-chave. Enquanto os "Mota Pintistas" se propunham preparar paulatinamente o regresso do ex-líder ou de uma outra personalidade capaz de agregar à sua volta as fileiras da oposição à nova equipe dirigente, esta recusava-se a assumir a liderança com um carácter meramente interino, tencionando sair confirmada nessas funções na cimeira do partido, cuja realização se desejava ser tão próxima quanto possível.

Com o objectivo de abrir o caminho para a retomada do poder interno, através do regresso a curto prazo de Carlos Mota Pinto, os seus apoiantes conseguiriam fazer aprovar uma moção reforçando o carácter primordial da adopção das medidas estruturais no quadro da coligação, sem as quais a ruptura se tornaria inevitável(1432).

O espectro da ruptura iminente do Bloco Central seria ainda mais evidente na Moção apresentada pela "Nova Esperança"(1433) e no teor das diversas intervenções então proferi-

---

(1431) Atente-se ao tom da alocução de Rui Machete, que se encontra nos registos do IV Conselho Nacional de 1985, existente nos Serviços de Documentação do PSD.

(1432) Uma Moção subscrita por Artur Torres Pereira, António Barbosa de Melo, Alexandre Gouveia e mais 27 Conselheiros "Mota Pintistas", propunha reafirmar-se o empenhamento do PSD na concretização das reformas estruturais indispensáveis à superação da crise, constantes no acordo de Governo renegociado em Janeiro de 1985; esta Moção obteria 67 votos a favor, nenhum contra e 4 abstenções. Cf. Moção 2, documentos do IV Conselho Nacional de 1985, Serviços de Documentação do PSD.

(1433) Para além da intervenção, muito crítica, de Marcelo Rebelo de Sousa acerca das relações com o PS, José Miguel Júdice e José Manuel Durão Barroso, também da "Nova Esperança", subscreveriam uma Moção, aprovada por 40 votos a favor, 10 contra e 33 abstenções, reclamando o abandono da coligação com os socialistas caso "(...) as

das, que pareciam disputar entre si a radicalização das críticas ao PS(1434). O conteúdo do comunicado final emitido seria especialmente significativo, ficando aí suficientemente expressa a disposição de se levar a efeito a ruptura com os socialistas, no caso de estes não viabilizarem qualquer uma das reformas pretendidas, vindo a requerer-se novo Conselho Nacional para apreciar a eventualidade daquela ruptura(1435).

Apesar das "ameaças" proferidas quanto ao fim da coligação, como defensora da dissolução do acordo com o PS só se apresentara de facto a "Nova Esperança", muito embora na altura esta "facção" não parecesse pretender, como já vimos, uma queda imediata do Bloco Central. Quanto aos "Mota Pintistas" e aos "Salgueiristas" apenas desejariam pressionar o seu parceiro no Governo, tendo em vista a aprovação das medidas estruturais consideradas indispensáveis à superação da crise nacional.

No concernente às presidenciais, manter-se-ia o formulário assente na reunião anterior para a realização do refe-

---

reformas calendarizadas acordadas em Dezembro não forem levadas a efeito nos prazos determinados, exigindo-se em concreto a aprovação da legislação agrícola, da legislação laboral, da legislação eleitoral e das medidas em matéria de empresas públicas", acrescentando-se mesmo que a não levar-se a efeito qualquer uma daquelas medidas isso seria "(...) em si mesmo fundamento bastante da ruptura da coligação". Cf. Moção 7, pontos 1 e 2, nos documentos do IV Conselho Nacional de 1985, Serviços de Documentação do PSD e a intervenção de Marcelo Rebelo de Sousa nas gravações aí existentes.

(1434) Merecem, a este propósito, ser mencionadas as intervenções de João Salgueiro e do próprio Rui Machete. Cf. registos do IV Conselho Nacional, existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

(1435) Vejam-se no ponto 4, os respectivos *itens* d), e) e f) das "Conclusões" do IV Conselho Nacional de 1985, no *Povo Livre*, nº 549, de 13 de Março de 1985, p. 3

rendo interno(1436), vindo a ser aprovada uma Moção muito significativa, apresentada pela"facção""Salgueirista", precisando os contornos do perfil do candidato a apoiar pelo PSD e estabelecendo a imposição de um contrato-programa, no qual se delinearíam os objectivos estratégicos e programáticos da respectiva candidatura(1437). Uma outra Moção proposta pela "Nova Esperança", consideravelmente mais condicionadora daquele perfil, viria a ser rejeitada(1438), saldando-se a reunião em causa, para além do já apontado e de outras disposições aí

(1436) Apesar das alterações ao formulário do referendo, propostas nomeadamente por Helena Roseta (refira-se, aliás, que o questionário, além de melhor estruturado do que o anterior, possibilitava respostas mais precisas, vindo a análise do mesmo, no caso da aprovação do novo formulário, a ser bastante mais significativa do que a possibilitada pelas primeiras questões), tal não viria a ser aceite, visto ter sido aprovado um requerimento impeditivo da aceitação de moções propondo qualquer alteração às perguntas aprovadas no anterior Conselho Nacional. Este viria a ser marcado para 30 de Março de molde a coincidir com um sábado (a data inicialmente prevista era 29 de Março). Veja-se a "Proposta sobre a reformulação do questionário do referendo", da autoria de Helena Roseta, nos documentos do IV Conselho Nacional de 1985, Serviços de Documentação do PSD.

(1437) Subscrita por Tomás Oliveira Dias, Rui Oliveira e Costa e mais 13 Conselheiros "Salgueiristas", essa Moção defendia um candidato a Belém a apoiar pelo partido contra os projectos "Eanista e Soarista" e que o mesmo deveria garantir, num contrato a celebrar com a Comissão Política Nacional (que ficaria mandatada para proceder a contactos com civis ou militares nesse sentido), a utilização do referendo, a revisão da Constituição, a reforma do sistema eleitoral, a clarificação do regime económico, a definição de uma estratégia de transformações estruturais, a defesa da democracia e o reforço da autoridade democrática; esta Moção seria aprovada com 41 votos a favor, 25 contra e 13 abstenções. Cf. Moção 10, que consta nos documentos do IV Conselho Nacional de 1985, existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

(1438) Uma Moção subscrita por José Manuel Durão Barroso, José Miguel Júdice, Carlos Pimenta e Pedro Santana Lopes, propunha que o candidato a apoiar pelo PSD se comprometesse a dissolver a Assembleia da República, a realizar novas eleições legislativas, a nomear um Primeiro-Ministro do PSD, a realizar um referendo constitucional sobre a reforma do sistema de governo, do sistema eleitoral, do regime económico e sobre a eliminação das disposições programáticas e ideológicas da Constituição, bem como dos limites à sua revisão. Esta Moção seria rejeitada, colhendo apenas 7 votos favoráveis, 44 contra e 35 abstenções. Cf. Moção 5, que consta nos documentos do IV Conselho Nacional de 1985, existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

acordadas(1439), na suposta unidade conseguida em torno daquela questão(1440).

A temática presidencial permaneceria nuclear nas movimentações seguidas pelas diversas "facções" internas. Enquanto a Comissão Política Nacional desenvolvia o deliberado na reunião do Conselho Nacional, especialmente no que se refere aos contactos com diversas personalidades tentando cobrir todas as hipóteses possíveis, "(...) tendo em vista expor o conteúdo do contrato-programa a celebrar entre o PSD e o candidato presidencial por ele apoiado"(1441), as restantes estruturas do partido envidavam esforços para fazer valer as suas ideias, em termos de influenciar as decisões dos militantes aquando do

---

(1439) Além das moções já reportadas, outras seriam igualmente submetidas ao IV Conselho Nacional de 1985. A Moção 1, subscrita por José Miguel Júdice, José Manuel Durão Barroso, Carlos Pimenta e mais 2 Conselheiros, pretenderia louvar Augusto Cid pelas diligências efectuadas por este militante visando o esclarecimento do "caso Canarate" e seria rejeitada por 39 votos contra, 33 a favor e 9 abstenções; a Moção 3, subscrita pelos mesmos, pretenderia o levantamento de um inquérito àcerca do fim destinado a verbas concedidas no âmbito do Ministério da Indústria, presidido por Veiga Simão, aprovada por maioria, com 1 voto contra e 4 abstenções; a Moção 4, de José Miguel Júdice, sobre a necessidade de adopção de medidas urgentes a tomar no Departamento de Direito da Universidade Livre de Lisboa, viria a ser aprovada com 58 votos a favor, nenhum contra e 20 abstenções; a Moção 6, subscrita por Rui Oliveira e Costa e mais 10 Conselheiros visando recomendar à Comissão Política Nacional a aos membros do PSD no Governo o empenhamento respectivo na coordenação eficaz e na canalização consequente das verbas do FEDER, seria aprovada por 78 votos favoráveis, nenhum contra e 7 abstenções; a Moção 8, subscrita, entre outros por Carlos Pimenta, propondo a revisão da lei eleitoral para as autárquicas, receberia 77 votos favoráveis, 2 contra e 6 abstenções; duas outras moções, uma sobre o adiamento do Congresso, outra sobre um segundo referendo presidencial a realizar depois de escolhidos dois candidatos possíveis viriam a ser retiradas. Cf. documentos do IV Conselho Nacional de 1985, Serviços de Documentação do PSD.

(1440) Veja-se particularmente o ponto 2, *items* a) e b), das "Conclusões do IV Conselho Nacional de 1985", no *Povo Livre*, nº 549, de 13 de Março de 1985, p. 3.

(1441) Cf. "Comunicado da Comissão Política do PSD", de 13 de Março de 1985, Serviços de Documentação do PSD. No âmbito deste órgão viria a ser constituída uma Comissão de redacção para a elaboração do referido contrato-programa. Cf. *O Jornal*, de 15 de Março de 1985.

referendo interno(1442).

A diversidade de posições perante a questão presidencial manter-se-ia como o vector dominante dessa fase, entrecortada pelos encontros com os candidatos passíveis de serem apoiados, pela realização do referendo sobre o perfil respectivo(1443) e pelo agravamento das relações entre os dois parceiros da coligação, enquanto um eventual apoio a uma candidatura militar parecia tomar maior vulto(1444).

(1442) Tal seria, por exemplo, o caso do abaixo-assinado de 17 Distritais do PSD (quase todas elas de orientação "Mota Pintista"), enviado à Comissão Política Nacional a 19 de Março e 1985, apelando à candidatura de um independente, considerando-se que "(...) um candidato militante do PSD não tem hipótese de vencer as presidenciais" ou o documento, datado de 28 de Março de 1985, assinado por 20 individualidades das mais distintas proveniências entre os quais se contariam João Bosco Mota Amaral, Alberto João Jardim, Marcelo Rebelo de Sousa, António Capucho, Helena Roseta, Amândio de Azevedo, Pedro Pinto, Rui Oliveira e Costa e Carlos Pimenta, apelando à escolha de um candidato civil e militante do PSD. Veja-se a notícia sobre as negociações prévias à divulgação do referido documento, cuja versão inicial, proposta por Marcelo Rebelo de Sousa, incluiria a defesa da imediata revisão constitucional feita por referendo, tese abandonada na versão final, no *Expresso*, nº 648, de 30 de Março de 1985, p. 24. Na mesma linha, ter-se-ia pronunciado João Bosco Mota Amaral ao *Expresso*, nº 646, de 16 de Março de 1985, p. 24.

Orientações de voto mais precisas seriam, mesmo, expedidas por algumas Distritais aos militantes, através de circulares internas, como a enviada por José Vitorino, do Algarve, apelando à escolha de um candidato "portador de um projecto de mudança regenerador do país" e "não filiado no PSD" que colheria "para além dos votos do PSD, votos à nossa direita e do eleitorado social-democrata do PS". Veja-se o *fac-simile* da circular em causa *in ibidem*.

Sublinhe-se que, enquanto os "Mota Pintistas" em bloco apostavam num independente (no fundo, militar) e a "Nova Esperança" num militante do partido, os "Salgueiristas" se dividiam entre as duas posições; um independente militar (no caso de João Salgueiro e de Francisco Pinto Balsemão) e um militante partidário (no caso de João Bosco Mota Amaral).

(1443) O referendo realizar-se-ia a 30 de Março de 1985, conforme o previsto no IV Conselho Nacional desse ano. Note-se que os resultados do mesmo só seriam oficialmente divulgados no decorrer do Conselho Nacional seguinte, vindo a ser publicados no *Povo Livre*, nº 554, de 17 de Abril de 1985, pp. 1 e 2.

O *Expresso* avançaria com alguns resultados provisórios, que se viriam a demonstrar consideravelmente diferentes dos resultados finais (previstos 56,4% de votos a favor de uma candidatura independente, quando a margem obtida seria de 47,3%). Veja-se o *Expresso*, nº 649, de 5 de Abril de 1985, p. 20.

(1444) Nomeadamente uma reunião da Comissão Política Nacional alargada a outros dirigen-

No âmbito de uma reunião alargada da Comissão Política Nacional, a candidatura de Firmino Miguel teria então sido defendida explicitamente por Rui Machete, João Salgueiro e Francisco Pinto Balsemão, atacada por Fernando Amaral, Alberto João Jardim e Marcelo Rebelo de Sousa, acabando por ficar decidido lançar a curto prazo a sua candidatura(1445). Embora o militar em causa se parecesse coadunar com os propósitos subjacentes ao apoio a conceder pelo PSD, isto é, a comprometer-se a pôr em prática as alterações estruturais pelas quais o partido se vinha a bater(1446), Firmino Miguel recusaria candidatar-se a Belém(1447), deixando os defensores da sua candidatura aparentemente sem estratégia alternativa.

---

tes do partido como o Presidente do Congresso, Leonardo Ribeiro de Almeida, o Presidente da Assembleia da República, Fernando Amaral, Francisco Pinto Balsemão e Alberto João Jardim. Veja-se a notícia sobre a realização dessa reunião, efectuada a 3 de Abril de 1985, depois de apurados os primeiros resultados do referendo interno, no *Expresso*, nº 647, de 23 de Março de 1985, p. 24. Dessa reunião sairia um comunicado, cujo primeiro ponto respeitaria à prática do Executivo (sobretudo em face das negociações com a CEE, que já teriam sido objecto de anterior Comunicado, datado de 19 de Março de 1985), o segundo à suspensão do chefe de redacção do *Povo Livre*, por ter divulgado dados internos do partido nas páginas do órgão oficial do PSD (vejam-se no nº 552, de 11 de Abril de 1985, p. 12, os dados sobre o número de militantes do PSD em cada secção residencial), enquanto no terceiro ponto se dava conta da análise dos resultados provisórios do referendo. Cf. "Comunicado da Comissão Política Nacional do PSD", de 3 de Abril de 1985, Serviços de Documentação do PSD.

(1445) Sobre o que se passou na reunião alargada da Comissão Política Nacional, supra reportada, veja-se o *Expresso*, nº 649, de 6 de Abril de 1985, pp. 1 e 3.

(1446) Ao manifestar a sua intenção em candidatar-se, Firmino Miguel teria criticado a "ambiguidade e indefinição de candidaturas" que se não propusessem ao "compromisso de mudanças profundas na sociedade portuguesa", parecendo assim responder ao projecto do PSD. Cf. *Expresso*, nº 464, de 16 de Março de 1985, p. 24.

(1447) Veja-se a nota 1396 desta dissertação. Ao que parece Firmino Miguel não fora ainda contactado quando o *Expresso* relatara o sucedido na Comissão Política Nacional do PSD. Segundo viria Rui Machete a confirmar na sua intervenção inicial feita no V Conselho Nacional de 1985 (veja-se a gravação existente nos Serviços de Documentação do PSD), o General não teria chegado a ser contactado pelo PSD naquele sen-

Inviabilizado, à partida, um novo candidato militar(1448), multiplicar-se-iam as tentativas para se encontrar um civil que conseguisse congregar à sua volta o necessário suporte para derrotar Mário Soares(1449) ou, eventualmente, repensando-se a hipótese de vir a apostar no líder socialista com a obtenção das necessárias contrapartidas na partilha do poder(1450). Toda a estratégia das facções internas do PSD seria então orientada tendo Belém por objectivo, vindo questões como a liderança intra-partidária a subordinar-se-lhe inteiramente(1451) e os aspectos decorrentes da coligação governamental a passar para segundo plano, o que não impediria, no entanto, a sua progressiva deterioração.

---

tido. Note-se, no entanto, que tal declaração poderia ter como propósito reduzir o impacte negativo, junto dos Conselheiros e do resto do partido, da recusa formulada por aquele eventual candidato do PSD, o qual, segundo certas fontes, fora mesmo sondado por dirigentes deste partido.

(1448) Depois de tornada pública a opção por Firmino Miguel, qualquer outra indicação surgiria sempre como uma segunda escolha, não parecendo provável que outra figura militar aceitasse tal situação. Veja-se, sobre o assunto, a caixa de JOSÉ ANTÓNIO SARAIVA, "Política à portuguesa. Como vai o PSD descalçar a bota?", *in Expresso*, nº 650, de 13 de Abril de 1985, p. 3.

(1449) Vários seriam os nomes apurados, segundo a imprensa da época. Entre os adeptos de uma figura militar ventilar-se-ia a hipótese de Lemos Ferreira ou de Vasco Rocha Vieira; a "Nova Esperança" parecia querer lançar Daniel Proença de Carvalho, ex-Presidente da RTP, enquanto Francisco Pinto Balsemão seria também umas das personalidades em foco nos sectores "Salgueiristas". Veja-se a especulação realizada àcerca dos candidatos possíveis a indicar por parte do PSD, por exemplo no *Expresso*, nº 650, de 13 de Abril de 1985, pp. 1 e 24 e no *Diário de Notícias*, de 15 de Abril de 1985.

(1450) Esta hipótese, na linha do contrato pessoal, eventualmente assumido, entre Mário Soares e o anterior líder do PSD, Carlos Mota Pinto, seria sublinhada por alguma imprensa da época. Veja-se, por exemplo, o *Jornal de Notícias*, de 13 de Abril de 1985, ao qual, aliás, Rui Machete declararia não acreditar em tal eventualidade.

(1451) Tal seria a opinião expressa no artigo de PEDRO D'ANUNCIAÇÃO "Nos bastidores da política. Liderança do PSD continua a reboque das presidenciais", *in Expresso*, nº 650, de 13 de Abril de 1985, p. 2.

As cimeiras entretanto preconizadas entre o PS e o PSD seriam sistematicamente adiadas e as reuniões entre os dois partidos, no âmbito da coligação, acusariam o crescendo da tensão interna, em virtude do desacordo existente àcerca dos pressupostos essenciais em que acentuaria a continuidade do Bloco Central.

No V Conselho Nacional do PSD de 1985, determinado pela confluência daquelas questões essenciais, predominaria a estratégia presidencial a ser definida pelo partido. Convocado tendo por ponto único da ordem de trabalhos a análise dos resultados do referendo interno e das suas repercussões na estratégia política do partido(1452), o último Conselho Nacional antes do XII Congresso apresentar-se-ia, no entanto, consideravelmente calmo.

Muito embora o tom polémico de algumas das intervenções registadas parecesse querer suscitar o conflito em redor da questão presidencial, ao considerarem os resultados obtidos através do referendo(1453) inconclusivos, porque subordinados

---

(1452) O V Conselho Nacional (extraordinário) do PSD de 1985 reuniria em Lisboa, no Hotel Altis, a 13 e 14 de Abril. Veja-se a "Convocatória" datada de 3 de Abril de 1985, no *Povo Livre*, nº 553, de 11 de Abril de 1985, p. 1.

(1453) Segundo os dados divulgados pelo Conselho de Jurisdição Nacional, através de uma conferência de imprensa do respectivo Presidente Orlando Guedes da Costa, por ocasião do V Conselho Nacional do PSD, dados esses depois divulgados no órgão oficial do partido, seriam os seguintes os resultados do referendo sobre a questão presidencial: num total de 66373 militantes teriam votado 24039 (36,3%); à primeira questão: "Deve o candidato presidencial a apoiar pelo PSD ser portador dum projecto de mudança regenerador do país?", responderia afirmativamente a esmagadora maioria, 21880, isto é, 91,9% dos militantes; à segunda questão: "Deve esse candidato ser filiado no PSD" os resultados seriam muito próximos: 10237 responderiam afirmativamente, 11389 negativamente, sendo, assim, 42,5% a pronunciar-se por um militante e 47,3% por um não filiado; a resposta à terceira pergunta seria bem mais clara, tornando-se evidente que a maioria (12975, isto é, 73,9%) preferia um

à escolha de uma candidatura militar que não fora aceite pela figura escolhida(1454), a táctica desenvolvida fundamentalmente por parte de Rui Machete conseguiria anular aquele eventual propósito(1455). A reunião far-se-ia, assim, num ambiente sensivelmente cordato, confluindo nas deliberações tomadas algumas decisões concretas relativamente ao Bloco Central(1456) e

---

independente e apenas uma minoria (5955, ou seja, 24,7%) julgava necessária uma filiação partidária. Cf. *Povo Livre*, nº 554, de 17 de Abril de 1985, pp. 1 e 2.

(1454) Tal seria o caso da intervenção de Alberto João Jardim, a primeira a ser realizada no quadro das inscrições para tomar a palavra. Apenas Francisco Sousa Tavares e José Miguel Júdice interviriam a seguir a Rui Machete e a Rui Oliveira e Costa, para justificar a sua demissão do Executivo e acusar os defensores do candidato militar de estarem com tal estratégia a defender a candidatura "Soarista". Quer um quer outro, nessas intervenções, chamariam à colação a renúncia de Firmino Miguel relativamente a aceitar candidatar-se às presidenciais (vejam-se, aqui, as notas 1396 e 1447), o que no entender daqueles dirigentes punha em causa todo o referendo interno, assim ultrapassado, porque condicionado àquela eventual candidatura. Vejam-se as duas intervenções em causa, bem como a de Afonso Moura Guedes comentando alguns aspectos da oratória do Presidente da Madeira, nos registos dos trabalhos do V Conselho Nacional de 1985, existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

(1455) Tanto o discurso proferido por Rui Machete no início dos trabalhos, como a posterior intervenção de João Salgueiro centrariam as atenções na temática da manutenção do acordo com o PS. No entender de ambos este deveria estar sujeito à execução das medidas propostas pelo PSD; enquanto o primeiro defenderia dever-se aguardar até Junho a acção dos socialistas nessa matéria, mantendo-se até lá a coligação, João Salgueiro seria mais enérgico na defesa da ruptura, no caso de aquelas medidas não serem tomadas. Veja-se o discurso do líder do PSD no *Povo Livre*, nº 554, de 17 de Abril de 1985, pp. 1, 3 e 4; a intervenção de João Salgueiro encontra-se gravada, aliás como a primeira, nos registos existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

Veja-se aí, também, a interpelação de Rui Oliveira e Costa à Mesa do Conselho Nacional no sentido de questionar se o acento tónico da intervenção de Rui Machete não estaria fora da ordem de trabalhos daquele órgão, tendo a Mesa deliberado que a análise dos resultados do referendo - ponto único a ser discutido - implicaria, necessariamente, a análise da estratégia global do partido. Cf. *ibidem*.

(1456) Por proposta da Moção 2, subscrita por Carlos Pimenta, Artur Torres Pereira, Joaquim Fernando Nogueira e Carlos Coelho, na qual se destacava a importância da adesão à CEE, sublinhando-se a necessidade do Executivo prover às medidas internas (as medidas estruturais propugnadas pelo PSD); esta Moção seria aprovada por maioria, sem votos contra e com 2 abstenções. Cf. "Moção 2", documentos do V Conselho Nacional de 1985, Serviços de Documentação do PSD.

aos resultados do referendo interno(1457). Em termos de liderança intra-partidária nada faria igualmente prever a luta que se iria travar na cimeira seguinte, declarando Rui Machete não tencionar candidatar-se no caso de Carlos Mota Pinto pretender reassumir a direcção do PSD, circunstância que o ex-líder parecia, no entanto, não ter posto completamente de parte(1458).

16. Os acontecimentos surgidos imediatamente a seguir àquela reunião, inconclusiva, dos sociais-democratas, despoletaria um processo totalmente novo no quadro da corrida presidencial e, consequentemente, no da conflitualidade interna do PSD, para além dos efeitos exercidos no sistema político-partidário mais vasto.

A reacção imediata da Comissão Política do PSD à candidatura, entretanto formalizada(1459), de Diogo Freitas do

---

(1457) A Moção 1 subscrita por Rui Oliveira e Costa, prendia-se com os resultados do referendo interno, sublinhando-se a sua importância em termos do assumir, pela esmagadora maioria, do projecto de mudança, cometendo à Comissão Política Nacional o encargo de preparar as linhas programáticas da candidatura presidencial apontada por aqueles resultados. Esta Moção seria aprovada sem votos contra e com 6 abstenções. Veja-se a "Moção 1", nos documentos do V Conselho Nacional de 1985, Serviços de Documentação do PSD.

(1458) Sobre a disposição de Rui Machete em não se candidatar à liderança se Carlos Mota Pinto o viesse a fazer, veja-se o seu discurso no V Conselho Nacional de 1985, impresso no *Povo Livre*, nº 554, de 17 de Abril de 1985, pp. 1,3 e 4.

Àcerca da indisponibilidade do ex-líder para voltar a recandidatar-se à chefia do partido, vejam-se as diversas notícias a esse respeito na imprensa da época, por exemplo, no *Expresso*, nº 650, de 13 de Abril de 1985, p. 1. Essa decisão parecia, contudo, não ser definitiva, podendo Carlos Mota Pinto vir apenas a decidir-se em vésperas do Congresso em causa, tal como sublinharia PEDRO D'ANUNCIAÇÃO em "Nos bastidores da política. Queda de Machete ensombra Soares", *in Expresso*, nº 651, de 20 de Abril de 1985, p. 2.

(1459) A candidatura do ex-líder do CDS seria anunciada no dia 26 de Abril de 1985, no Hotel Penta, em Lisboa; simultaneamente, Diogo Freitas do Amaral, em carta dirigida ao então líder dos centristas, desvincular-se-ia do seu partido. Cf. *Expresso*, nº 652, de 27 de Abril de 1985, p. 3.

Note-se que o CDS não se manifestara, ainda, quanto ao apoio ou não a conceder

Amaral à Presidência da República, propondo-se apoiar um candidato próprio, militante do partido, admitindo até Rui Machete vir a ser a personalidade para tal indicada(1460), faria desde logo prever o intenso reflexo no seio do PSD do anúncio daquela candidatura. Tudo levaria a supor que no Congresso seguinte se poderia vir a assistir ao realinhamento das "facções" internas processado em torno do apoio ou retracção àquela candidatura e ao projecto que lhe estaria subjacente.

Embora mais tarde se viesse a tornar de novo evidente a interrelação entre aquela candidatura e o aumento da conflitualidade interna no PSD, não seria esta questão a provocar a viragem ocorrida no Congresso da Figueira da Foz. Ao invés, o aí sucedido, sobretudo em termos da completa alteração da relação de forças e do surgir de uma nova liderança, ambos resultados bem longe dos então previsíveis(1461), é que viria a

---

a Diogo Freitas do Amaral; em anterior Conselho Nacional os centristas teriam mesmo decidido adiar uma definição sobre o assunto, embora tivesse aí sido ventilada a eventualidade da candidatura de Adriano Moreira, que parecia ser particularmente do agrado da Juventude Centrista. Cf. *A Tarde*, de 15 de Abril de 1985.

(1460) Essa decisão parece ter sido tomada numa reunião daquele órgão do PSD realizada a 24 de Abril de 1985, ou seja, dois dias antes do anúncio formal da candidatura do ex-líder do CDS. Vejam-se excertos da Moção então aprovada, bem como as declarações de Rui Machete confirmando tal hipótese, no *Expresso*, nº 652, de 27 de Abril de 1985, pp. 1 e 3 e no nº 653, de 4 de Maio de 1985, p. 24.

(1461) A facção "Salgueirista" parecia dispor entre 55% e 60% dos Delegados ao XII Congresso, segundo as previsões feitas na altura. Vejam-se estas por exemplo, no artigo de PEDRO D'ANUNCIAÇÃO, "Nos bastidores da política. Freitas do Amaral e Soares: os interesses comuns", no *Expresso*, nº 653, de 4 de Maio de 1985, p. 2.

Note-se, no entanto, que as eleições dos Delegados a este Congresso não se fariam, como no anterior, vinculadas a moções de estratégia e, daí, a probabilidade de maior erro em qualquer antevisão nessa matéria. As eleições em causa teriam lugar entre 15 e 21 de Abril de 1985, sendo a forma de rateio dos Delegados ao XII Congresso estabelecida pela "Circular nº 813.04.85", publicada no *Povo Livre*, nº 552, de 3 de Abril de 1985, p. 12.

possibilitar uma nova dinâmica interna que acabaria por levar o PSD a apoiar Diogo Freitas do Amaral e o seu projecto.

Este, que passava pela ruptura do sistema, através de uma estratégia bipolarizadora, assentaria no pressuposto de que Diogo Freitas do Amaral representava o candidato ideal para provocar à sua volta a convergência do ex-eleitorado da AD. Através de uma candidatura presidencial bem sucedida, pretender-se-ia, assim, polarizar a representação de largas faixas da população, nostálgicas da AD e dispostas a ressuscitá-la como uma alternativa real à coligação no poder.

Nesta perspectiva, não só Diogo Freitas do Amaral parecia ser a personalidade indicada para corporizar esse projecto, como se pretenderia, eventualmente, com a sua candidatura consolidar a área política que a mesma representava através daquela estratégia. Esta, poderia também vir a originar, mais tarde, uma hipotética constituição de uma nova força política que viesse a integrar organicamente as duas vertentes fundamentais da antiga AD. Tal finalidade pressuporia, no entanto, uma nova arrumação político-partidária que teria que passar por uma cisão interna no PSD, a que não estariam dispostos os apoiantes, neste partido, daquela candidatura, pretendendo estes apenas a adesão, na globalidade, ao primeiro daqueles objectivos.

Perante a impossibilidade de, na então conjuntura, essa tese fazer logo vencimento(1462), possibilitar-se-ia, através

---

(1462) Particularmente notório de um anti-"Freitismo" manifesto pela maioria dos Delegados ao XII Congresso Nacional, seriam os intensos aplausos conseguidos pelo dis-

de jogos de bastidores e de arranjos tácticos de momento, uma reviravolta total nos resultados do XII Congresso do PSD. Para essa viragem, que se viria a revelar fundamental para a prossecução daquela estratégia, teriam igualmente concorrido uma série de factores conjunturais que adiante explicitaremos.

Do sublinhado, interessa reter que o primeiro objectivo pretendido com a candidatura de Diogo Freitas do Amaral apontava para a atracção, à direita, dos sectores desejosos de encontrarem uma alternativa ao Bloco Central e à aliança com os socialistas. Introduzia-se, por seu intermédio, no sistema político, uma dinâmica interna totalmente oposta ao consensualismo centrista até aí em vigor: uma dinâmica bipolarizadora, revitalizante do sistema e através da qual poderiam, naquela perspectiva, vir a ser superados os bloqueios mais significativos que se consideravam impedir o avanço político, económico e social. Este discurso apresentava-se, assim, em perfeita consonância com o propugnado pela "Nova Esperança" e por outras personalidades com posições igualmente críticas à linha de orientação política até aí predominante no partido.

Em vésperas do Congresso da Figueira da Foz as alternativas para esta questão pareciam, pois, cifrar-se na defesa pelos "Salgueiristas" de uma hipotética candidatura militar e no eventual apoio a Diogo Freitas do Amaral por parte da "Nova Esperança" e de outras personalidades não alinhadas. Entre es-

---

curso de abertura proferido por Rui Machete, ao declarar-se contra os apoiantes de uma " candidatura externa", numa clara alusão à candidatura do ex-Presidente do CDS. Cf. registos existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

tas, Aníbal Cavaco Silva, que para além de ter sido o primeiro a propor publicamente aquela candidatura, viria a ser o seu mais acérrimo defensor, ameaçando mesmo demitir-se do partido se este viesse a optar por via diversa(1463).

Quanto ao Governo, em rigor, na altura ninguém o punha imediatamente em causa. A queda do Bloco Central teria de passar pela criação de uma alternativa real ao mesmo que implicasse uma refundição mais profunda de toda a realidade política e partidária.

Em termos de liderança interna e depois do falecimento de Carlos Mota Pinto(1464), pareciam avançar duas hipóteses, embora qualquer delas o não fosse de forma absoluta e decidida. De um lado, João Salgueiro liderava supostamente a maioria, aparentando uma certa indecisão quanto a pretender de facto assumir essa liderança, sujeita que estava a outros factores(1465); do outro, Aníbal Cavaco Silva, parecendo decidido a não avançar por iniciativa própria(1466).

Depois de um primeiro passo no sentido de demonstrar uma certa receptividade ao apoio a João Salgueiro, as Distri-

---

(1463) Veja-se o seu primeiro discurso no Congresso da Figueira da Foz, nas gravações existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

(1464) Carlos Mota Pinto morreria repentinamente a 7 de Maio de 1985. Cf. *Povo Livre*, nº 557, de 8 de Maio de 1985, p. 1.

(1465) A imagem de pouca convicção demonstrada por João Salgueiro quanto a avançar a sua candidatura à liderança, ficaria a dever-se, segundo o próprio nos confirmaria, à possibilidade de apoiar a de Rui Machete, no caso de o ainda Presidente da Comissão Política Nacional aceitar a sua recandidatura ao cargo em questão. Veja-se, também, a breve entrevista de João Salgueiro no *Expresso*, nº 655, de 18 de Maio de 1985, pp. 1 e 24.

(1466) Cf. *ibidem*.

tais "Mota Pintistas" viriam a avançar o nome de Aníbal Cavaco Silva(1467). Representasse ou não, já, aquele apoio ao antigo Ministro das Finanças do primeiro Governo AD, uma mera táctica, tendo por fim fazer aumentar a respectiva margem de manobra nas negociações a realizar com a "facção" "Salgueirista"(1468), o facto é que aquelas Distritais e, sobretudo, Joaquim Fernando Nogueira viriam a protagonizar a grande viragem ocorrida no XII Congresso.

17. Reunidos na Figueira da Foz, os Delegados à nova cimeira social-democrata seriam confrontados no plano da estratégia política global(1469) com dezassete mo-

---

(1467) A receptividade relativamente a João Salgueiro teria sido demonstrada num encontro das Distritais "Mota Pintistas" realizado em Tomar. Nessa reunião teria estado presente Joaquim Fernando Nogueira que conduziria a aproximação das Distritais a João Salgueiro. Uma semana ante do Congresso, em Lisboa, segundo a imprensa da época e supostamente por indicação de Joaquim Fernando Nogueira, Aníbal Cavaco Silva seria apontado como a alternativa mais credível. Cf. *Expresso,* nº 654, de 11 de Maio de 1985, p. 1 e o *Semanário,* de 10 de Maio de 1985.

(1468) O *Expresso,* por exemplo, interpretaria esse apoio como tendo meramente por objectivo recuperar uma certa margem de manobra das negociações dos "Mota Pintistas" com a facção "Salgueirista". Cf. *ibidem* e aquele semanário, de 18 de Maio de 1985, p. 1.

(1469) O XII Congresso do PSD, que teria lugar a 17 e 18 de Maio de 1985 na Figueira da Foz, era suposto funcionar por secções, tendo os Delegados ao mesmo, no momento da inscrição, que optar por duas das seguintes: secção A, estratégia política geral; secção B, política económica, social e cultural; secção C, política regional e eleições autárquicas; secção D, estatutos e organização interna do partido. Os boletins de inscrição dos Delegados enviados pela "Circular nº 11/3.04.85" deveriam ser remetidos aos serviços centrais até um mês depois do envio. Cf. "Boletins de inscrição", documentos do XII Congresso, Serviços de Documentação do PSD.

A ideia de dividir o Congresso em secções visava separar "Mota Pintistas" e anti-"Salgueiristas" no decurso dos trabalhos. A distribuição dos Delegados pelas diversas secções, de acordo com as suas proveniências, encontra-se no *Povo Livre,* nº 559, de 15 de Maio de 1985, pp. 11 e 13.

As disposições relativas ao funcionamento do XII Congresso seriam estabelecidas no "Regulamento" respectivo. Cf. *Povo Livre,* nº 550, de 21 de Março de 1985, p. 12, especialmente o respectivo artº 13º, no que concerne à matéria em causa (algumas gralhas no texto viriam a ser emendadas no número seguinte).

Note-se, no entanto, segundo comprovámos pelas gravações dos trabalhos do Con-

ções(1470), algumas delas coincidentes em certos aspectos(1471), apresentadas pelos seus primeiros subscritores depois do discurso de abertura dos trabalhos proferido por Rui Machete(1472).

---

gresso da Figueira da Foz, disponíveis nos Serviços de Documentação do PSD, que pouco depois do início da reunião seria apresentada à Mesa uma proposta para que se passasse a funcionar em plenário permanente e não em secções. Em face de a Mesa não ter admitido a proposta em causa, por considerar que contrariava o artº 24, nº 2, alínea h) dos Estatutos do PSD, seria interposto recurso visando a sua admissibilidade. Por 474 votos a favor, 107 contra e 27 abstenções acabaria por ser aprovado, por maioria, o funcionamento do Congresso em sessão plenária permanente, representando esta a primeira grande derrota para a Comissão Política cessante.

(1470) Ao XII Congresso da PSD seriam apresentadas 17 Moções de estratégia política, a saber: a Moção A, da Assembleia Distrital de Faro, tendo como primeiro subscritor José Vitorino; a Moção B, de Leiria, encabeçada por José Silva Marques; a Moção C, da Assembleia Distrital de Lisboa afecta à "Nova Esperança", cujo primeiro subscritor seria José Miguel Júdice, que conteria dois anexos sobre política sectorial na área da segurança social, da adesão à CEE e iniciativas legislativas; a Moção D, aprovada pela Comissão Política Nacional e liderada por Rui Machete; a Moção E, de Helena Roseta e um grupo de militantes; a Moção F, da Assembleia Distrital de Santarém, encabeçada por José Manuel Pereira da Silva; a Moção G, de Coimbra, que teria como primeiro subscritor Albano de Andrade Saraiva, a Moção H, da Área Oeste de Lisboa, liderada por Afonso Moura Guedes; a Moção I, de um grupo de militantes "Cavaquistas", tendo à cabeça José Mendes Bota; a Moção J, liderada por Joaquim Fernando Nogueira; a Moção L, do Secretariado Nacional dos TSD; a Moção M, da Assembleia Distrital de Viseu; a Moção N, da Assembleia Distrital de Aveiro; a Moção O, de um grupo de militantes da "Nova Esperança", tendo como primeiro subscritor Isaltino Morais; a Moção P, dos "Salgueiristas", liderada por João Salgueiro; a Moção Q, de um grupo de militantes, encabeçada por José Lemos Damião e a Moção R, da Comissão Política Nacional da JSD, liderada por Pedro Pinto. As Moções reportadas encontram-se no suplemento especial sobre o XII Congresso Nacional do PSD, no *Povo Livre*, nº 556, de 6 de Junho de 1985, pp. II a LXII. Vejam-se as rectificações das Moções O e Q no *Povo Livre*, nº 559, de 15 de Maio de 1985, p. 13.

(1471) Vejam-se os textos comparativos das Moções apresentadas sobre a estratégia presidencial na colectânea "Firmes nos desafios do futuro", pp. 1 a 9, documentos do XII Congresso Nacional, Serviços de Documentação do PSD.

Nesta colectânea apresentam-se, também, os trechos mais significativos de cada uma das 17 Moções, em face dos temas política de Governo, adesão à CEE, política económica e cultural, política regional, organização interna e Programa do partido. Cf. *idem*, p. 10 e ss.

(1472) No discurso de abertura dos trabalhos, o então Presidente da Comissão Política Nacional, acentuaria a importância da questão presidencial e da necessidade de no Congresso se encontrar uma direcção forte e coesa, uma liderança clara e uma estratégia coerente. Nas suas próprias palavras, por sinal premonitórias, exprimiria

No concernente à questão presidencial, embora em termos explícitos a estratégia dos "Salgueiristas" defendesse uma candidatura de vitória, de mudança, de regeneração, apontando para a escolha de um candidato "(...) susceptível de congregar o suporte de outras forças políticas e sociais", afastando-se a hipótese de "(...) qualquer candidato identificado com outro partido"(1473), implicitamente recusava-se o apoio a Diogo Freitas do Amaral, apontando-se claramente para uma candidatura militar ou, eventualmente, para um militante do partido no caso de aquela não ser exequível(1474). Rui Machete proporia mesmo, de forma clara, a opção por um militante como candidato do PSD às presidenciais, garantindo por essa via a expressão da "verdadeira identidade do PSD" e "a preservação do seu espaço peculiar no espectro das candidaturas partidárias"(1475).

---

o desejo de que a "(...) história do partido se divida em antes da Figueira da Foz e depois, para significar que aí mudámos realmente de vida". Cf. gravação do Congresso da Figueira da Foz existente nos Serviços de Documentação do PSD.

(1473) As citações são da Moção P, que teria como primeiro subscritor João Salgueiro. Cf. Moção P no suplemento do *Povo Livre*, nº 556, de 4 de Maio de 1985, p. XLVI.
Próximo dos "Salgueiristas", a Moção A (José Vitorino) sublinharia a necessidade de apoio a uma "candidatura de regeneração", enquanto a Moção F (José Manuel Pereira da Silva, próximo de Eurico de Melo), proporia uma "candidatura de mudança", Cf. *idem*, respectivamente pp. V e XXIII.

(1474) Veja-se, nomeadamente, na Moção R (Pedro Pinto), os trechos: "(...) o PSD deverá tentar colaborar na promoção de uma candidatura independente que concite apoios diversificados..." e que no caso de tal não ser viável "(...) deverá apoiar a candidatura de uma das várias figuras prestigiadas do partido" sendo que "em nenhuma circunstância o PSD aceitará apoiar um qualquer candidato de outro partido". Cf. Moção R, *in idem*, p. LXII. Quanto à Moção B (José Silva Marques) apontaria no mesmo sentido propondo "(...) um largo entendimento nacional supra partidário para a Presidência da República que permita, sem rupturas institucionais, mudar o sistema e em liberdade governar Portugal". Cf. *idem*, p. VIII.

(1475) Cf. Moção D, *in idem*, p. XV. Note-se, no entanto, que o referendo interno tinha secundarizado esta hipótese, visto os militantes se terem pronunciado maioritaria-

BIBLIOTECA

Quanto à "Nova Esperança" defenderia também, o imediato apoio a um candidato "de projecto e de mudança, capaz de iniciar o processo de regeneração da sociedade portuguesa"(1476), enquanto outras moções próximas desta "facção" especificariam melhor a necessidade dessa candidatura reivindicar "a ruptura clara com o actual sistema político económico protagonizado pelo PS e por Mário Soares", sendo "imperioso encontrar um candidato capaz de aglutinar à sua volta os apoios do eleitorado desde o centro esquerda até à direita democrática"(1477)

---

mente por um candidato independente. Veja-se na Moção de Rui Machete, a justificação fornecida para tal desvio relativamente aos resultados do referendo, atribuído aos novos condicionalismos políticos que teriam já alterado a situação e prejudicado os pressupostos do projecto defendido pelo PSD. Cf. *ibidem*.

No discurso de abertura dos trabalhos do XII Congresso, Rui Machete acentuaria a baixa percentagem de participação no referendo interno e a diferença escassa de votos (cerca de 2700) entre as duas posições; embora aí adiantasse a hipótese de o candidato presidencial vir a ser um militante prestigiado do PSD, defendendo um debate sereno sobre as alternativas possíveis, diria que "só uma alteração radical de circunstâncias justificaria uma revisão das posições", referindo-se à decisão tomada no último Conselho Nacional de respeitar os resultados de referendo. Cf. registos existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

(1476) Cf. Moção C (José Miguel Júdice), *in idem*, p. X.

Veja-se, em idêntico sentido, a primeira intervenção de Aníbal Cavaco Silva ao XII Congresso, nos registos existentes nos Serviços de Documentação do PSD, em que expressamente diria que "o apoio a Mário Soares não serve os objectivos essenciais do PSD", "representando a candidatura de Diogo Freitas do Amaral uma possibilidade de êxito" no sentido de se "avançar para a constituição de uma nova força política", o que provocaria uma forte contestação da assembleia, acrescentando o mesmo que "não se deve rejeitar a negociação com Freitas do Amaral o que não significa que o apoie". Cf. *ibidem*.

Na mesma linha se pronunciaria José Manuel Durão Barroso, em intervenção suscitadora também de acesa polémica, sobretudo ao declarar apoiar Aníbal Cavaco Silva em matéria de estratégia presidencial. A intervenção em causa seria feita depois de João Salgueiro se ter dirigido ao Congresso defendendo uma posição contrária. Cf. *ibidem*.

A primeira intervenção de Aníbal Cavaco Silva terminaria com apelos à unidade interna e com declarações àcerca de ser "inaceitável a existência de tendências organizadas no partido", que provocaria muitos aplausos e uma confusão generalizada que não permitiria ouvir-se a intervenção seguinte. Cf. *ibidem*.

(1477) Cf. Moção I (José Mendes Bota), *in* "Suplemento" do *Povo Livre*, nº 556, de 4 de Maio de 1985, p. XXX.

e tentando-se "agrupar a generalidade das forças políticas à direita do PS"(1478).

Apenas a Moção apresentada por Helena Roseta aparecia a recusar, de forma explícita, o apoio quer a Diogo Freitas do Amaral, quer a uma qualquer candidatura civil ou militar, tendo ambas em seu entender "(...) como principal objectivo a criação de uma 'nova direita' em Portugal", afastando-se dos objectivos programáticos do PSD(1479).

A má recepção dos Congressistas, já reportada, à eventualidade do apoio do PSD a Diogo Freitas do Amaral proposta por Aníbal Cavaco Silva na sua primeira intervenção nos trabalhos, motivaria mesmo a apresentação, por aquela dirigente, de um ponto de ordem à Mesa(1480), dada a circunstância de a defesa de tal candidatura não se encontrar expressa em nenhuma das moções apresentadas ao Congresso.

(1478) Veja-se a Moção N, da Assembleia Distrital, *in idem*, p. XXXVIII.

(1479) Cf. Moção E (Helena Roseta), ponto 10.2, respectivamente alínea B e C, in *idem*, p. XXI.

(1480) No ponto de ordem à Mesa apresentado por Helena Roseta, solicitar-se-ia, ao abrigo dos pontos 3 e 4, do artigo 11º do "Regulamento do Congresso", que fosse perguntado aos primeiros subcritores de cada moção se estariam na disposição de acolher a sugestão de Aníbal Cavaco Silva sobre a estratégia para as presidenciais, a qual,conforme se poderia verificar, não estaria explicitada em nenhuma das moções entregues. Cf. "Ponto de ordem à Mesa", documentos do XII Congresso Nacional, Serviços de Documentação do PSD.

Imediatamente a seguir seria apresentado à Mesa um requerimento para que a intervenção de Aníbal Cavaco Silva fosse considerada como moção, o que seria recusado; reiterada a admissibilidade do requerimento em causa, viria o mesmo a ser aceite por 358 votos a favor, 213 contra e 47 abstenções, motivando a retirada do ponto de ordem de Helena Roseta. Cf. gravações dos trabalhos do XII Congresso existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

Este seria o momento essencial do Congresso; sem ele, a estratégia de Aníbal Cavaco Silva não teria correspondência na moção a votar, "morrendo" no meio do mesmo, parecendo ter sido a pretensão de Helena Roseta, através da apresentação do reportado ponto de ordem.

O preço da vitória de Aníbal Cavaco Silva, que passaria pelo entendimento com Joaquim Fernando Nogueira, seria, aliás, o abandonar, no XII Congresso, da defesa dessa candidatura(1481). A sua diluição teria sido a condição imposta por Joaquim Fernando Nogueira para o apoio das Distritais a Aníbal Cavaco Silva(1482), e, daí, o terem desaparecido todas as referências ao mesmo no discurso, pós-negociações, que o candidato a líder proferiria(1483).

Apresentadas e discutidas as diversas moções(1484),

(1481) Para Joaquim Fernando Nogueira o apoio a uma candidatura presidencial deveria pressupor a obrigatoriedade de um projecto de mudança por parte do candidato a apoiar, candidato esse não filiado em qualquer partido; no caso de não se formalizar nenhuma candidatura desse teor, então admitia-se a hipótese de apoio a um militante do partido para o efeito disponível. Cf. Moção J, *in* Suplemento do *Povo Livre,* nº 556, de Maio de 1985, p. XXXII.

O facto é que Joaquim Fernando Nogueira, anti-"Freitista", obrigaria Aníbal Cavaco Silva a mudar radicalmente de discurso entre a sua primeira e segunda intervenção no Congresso. Vejam-se as gravações de uma e de outra nos Serviços de Documentação do PSD.

(1482) Veja-se sobre o assunto o artigo de PEDRO D'ANUNCIAÇÃO, "Nos bastidores da política. Estratégia de Cavaco resume-se a Freitas", no *Expresso,* nº 657, de 1 de Junho de 1985, p. 2.

Na noite de 17 de Maio, primeiro dia do Congresso, teriam sido feitos cálculos divergentes por parte dos apoiantes dos dois líderes potenciais. Enquanto do lado pró-Aníbal Cavaco Silva, José Ângelo Correia e José Mendes Bota asseguravam a vitória certa do seu candidato com o apoio dos "Nota Pintistas" e da "Nova Esperança", do lado pró-João Salgueiro, António Capucho garantia a liderança deste último, ciente do apoio das Distritais e de Joaquim Fernando Nogueira.

Aliás, Joaquim Fernando Nogueira viria a ser integrado na lista de João Salgueiro como Vice-Presidente, optando na noite do segundo dia do Congresso pela lista de Aníbal Cavaco Silva e sendo substituído naquela por Henrique Granadeiro.

(1483) Veja-se a segunda intervenção de Aníbal Cavaco Silva, depois do panegírico do mesmo feito por Pedro Santana Lopes, preparando o terreno para o avanço de uma candidatura forte à liderança do PSD, nos registos existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

(1484) Destaquem-se as intervenções seguintes: a de João Salgueiro, que atacaria a argumentação de Aníbal Cavaco Silva, nomeadamente ao defender que "o apoio a Freitas do Amaral não é de agora, é o apuramento de uma estratégia mais antiga que significa reduzir o projecto social-democrata a um projecto de aliança com o CDS"; para esta individualidade tal representaria a subalternização do PSD e a opção por uma

passar-se-ia à sua votação(1485). Duas Moções-síntese, em matéria de estratégia política global, seriam então apresentadas por Alberto João Jardim, uma, proposta pela "facção" "Salguei-

---

estratégia de renúncia, decidindo-se então a formalizar a sua candidatura à Comissão Política Nacional para lutar por uma estratégia autónoma social-democrata; a de Alberto João Jardim, que embora colocando-se na reserva, apontaria para o perigo de a estratégia de Aníbal Cavaco Silva poder vir a diluir o PSD noutras estratégias; apontando para a bipolarização em que o Congresso estaria a cair defenderia "não interessar o consenso e sim a afirmação"; a de Francisco Pinto Balsemão, uma intervenção forte e não conciliadora, aliás muito aplaudida, em que defenderia "estar em causa dois projectos diferentes, dois tipos de sociedade e dois tipos de partido", reforçando assim a tónica bipolarizadora; procedendo à digressão do partido desde 1981 e à sua própria digressão no seu seio, teceria acerbas críticas à actuação de Aníbal Cavaco Silva aquando da "Carta aberta" e a Diogo Freitas do Amaral que acusaria de ter destruído a AD e de pretender absorver o PSD, com a conivência de certos sectores deste partido (numa clara alusão a Aníbal Cavaco Silva e à "Nova Esperança"); a de Miguel Veiga, reforçando a necessidade de afirmação da identidade social-democrata e a ideia de que o apoio ao ex-líder do CDS representaria a submissão à tutela e à ideologia dos centristas; a de João Bosco Mota Amaral, argumentando da mesma forma e defendendo a candidatura de João Salgueiro e a sua linha política; a de Marcelo Rebelo de Sousa, muito analítica, considerando que face a não ter sido aprovada a alteração do sistema eleitoral, o PSD teria que estar aberto a coligações, "liderando o bloco alternativo de poder ao PS, recriando mecanismos de alternância no poder no plano Parlamentar e Governamental", e "recriando a posição nuclear do PSD",considerando residir aí o "grande desafio para depois de 1986"; após apontar os diversos planos de intervenção e reafirmação do PSD, declarar-se-ia próximo das Moções de José Miguel Júdice e de Isaltino Morais, afirmando não tencionar candidatar-se a qualquer órgão do partido e apoiar a "lista mais conforme à prossecução dos objectivos estratégicos daquelas Moções"; a intervenção de Isaltino Morais defenderia, depois, o apoio a Aníbal Cavaco Silva atacando a linha "Salgueirista"; a de Joaquim Fernando Nogueira, distanciando-se do apoio a Diogo Freitas do Amaral consideraria a liderança do PSD como a questão fundamental a resolver; a de Helena Roseta afastar-se-ia quer de João Salgueiro, quer de Aníbal Cavaco Silva e no plano das presidenciais quer de Mário Soares, quer de Diogo Freitas do Amaral, declarando mesmo que "não gostaria que nenhum deles ganhasse" e, por último, a de Aníbal Cavaco Silva, na sequência de um seu requerimento à Mesa no sentido de poder exercer o direito de defesa como resposta às intervenções realizadas; aí explicitaria não pretender apoiar o ex-líder do CDS, mas, tão só, negociar com o mesmo no sentido de alargar o leque de hipóteses para o PSD. Vejam-se todas as intervenções reportadas nas gravações do Congresso da Figueira da Foz, existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

(1485) Para além das moções já referidas, outras seriam também apresentadas, vindo a receber os seguintes votos favoráveis: a Moção D, de Rui Machete, 110 votos; a Moção E, de Helena Roseta 153 votos; a Moção G, de Albano de Andrade Silva, 37 votos; a Moção H, de Afonso Moura Guedes, 76 votos; a Moção L, dos TSD, 331 votos; a Moção M, da Assembleia Distrital de Viseu, 104 votos; a Moção Q, de José Lemos Damião, 90 votos. Cf. documentos do XII Congresso Nacional e gravações dos respectivos trabalhos nos Serviços de Documentação do PSD.

rista"(1486), outra, por Aníbal Cavaco Silva, sendo esta última o produto da agregação das moções da "Nova Esperança" e de moções próximas desta "facção" como resultado das negociações para o efeito então desenvolvidas(1487). Nesta última, a moção vencedora, seria líquida uma certa nostalgia do projecto político da AD, bem como a defesa de uma estratégia presidencial um tanto vaga, elucidativa do compromisso assumido pelo candidato a líder perante os seus apoiantes, não se explicitando qualquer intenção de apoio a Diogo Freitas do Amaral e admitindo-se mesmo, aí, a eventualidade de suporte a um candidato do próprio partido(1488).

Tanto na moção aprovada, como no segundo discurso de

(1486) Os primeiros subscritores das Moções A (José Vitorino), B (José Silva Marques), F (José Pereira da Silva), P (João Salgueiro) e R (Pedro Pinto) viriam a fundir as respectivas propostas numa Moção-síntese intitulada "É a hora! Reconstruir a unidade, transformar o País". Veja-se a declaração subscrita pelos mesmos justificando a atitude respectiva, assim como os parágrafos de cada moção a incluir na Moção base, nos documentos do XII Congresso Nacional, Serviços de Documentação do PSD. Tendo por base a Moção P, seriam aditados parágrafos das restantes moções, por se considerar coincidirem nas questões fundamentais de orientação política. A Moção-síntese seria votada por 330 votos favoráveis. Cf. *ibidem*.

(1487) Os primeiros subscritores das Moções C (José Miguel Júdice), Moção I (José Mendes Bota), Moção N (nome não legível do primeiro representante da Assembleia Distrital de Aveiro) e Moção O (Isaltino Morais), procederiam à fusão das suas moções num só documento (a Moção-síntese apresentada por Aníbal Cavaco Silva), a qual viria a ser votada favoravelmente por 348 votos. Cf. Moção-síntese das Moções C, I, N e O, nos documentos do XII Congresso nacional e registos dos trabalhos desta reunião, também existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

(1488) No ponto 1.5 da Moção-síntese aprovada, embora ficasse mandatada a Comissão Política Nacional a eleger para negociar o apoio a um candidato independente que organizasse o projecto de mudança requerido pelo PSD, estabelecia-se que o mesmo se deveria comprometer a não favorecer "(...) qualquer formação política já existente ou o lançamento de uma nova formação", devendo permitir "a execução de uma política do tipo daquela que Sá Carneiro tentou concretizar em 1980", ficando também exarado que "esgotadas as hipóteses de um candidato independente deverá o PSD indicar em Conselho Nacional um candidato militante próprio que deverá ser, em princípio, o líder do partido". Cf. "Moção-síntese" aprovada no XII Congresso Nacional, *in Povo Livre*, nº 560, de 22 de Maio de 1985, p. 4, pontos 1.4 e 1.6.

Aníbal Cavaco Silva, transpareceria, não só uma certa encenação de autoridade(1489), como a predisposição de ressuscitar a AD, embora sem proceder a qualquer refundição das forças políticas, mormente através da estratégia presidencial, da qual teriam desaparecido todas as referências à candidatura do antigo líder do CDS.

Se o primeiro daqueles vectores responderia ao desejo de ordem manifesto das bases, à crise de orfandade e ao vazio do poder intra-partidário com que o PSD se vinha desde à muito a debater, o segundo pressionava o partido no sentido de criar uma alternativa ao Bloco Central, embora sem apresentar um esboço consistente da estratégia a prosseguir nessa matéria(1490). Quanto ao terceiro daqueles vectores decorreria das negociações com a "facção" "Mota Pintista", e, eventualmente, da vontade expressa de Aníbal Cavaco Silva em não facilitar a criação de uma nova força política tendo como eixo a eleição de Diogo Freitas do Amaral, mas, apenas, a consolidação de uma área política na esfera da antiga AD, com o PSD na lideran-

---

(1489) Veja-se, nomeadamente, o ponto 1.2 e o ponto 4 da Moção então aprovada, sendo que neste último se afirmaria que o PSD "carece de um líder que, pela sua firmeza, pelo seu carácter, pela sua comprovada dedicação ao partido, pela sua competência" e "pelo seu poder de decisão", "consiga incutir uma renovada confiança aos militantes e eleitores do PSD". Cf. *ibidem*.

Veja-se, também, o discurso final de Aníbal Cavaco Silva, acentuando valores de unidade como a Pátria, a juventude e a necessidade de um total empenhamento nas eleições autárquicas seguintes. Cf. *idem*, pp. 2 e 3.

(1490) Quanto ao Governo, a Moção-síntese aprovada defendia, apenas, que a Comissão Política Nacional deveria proceder à "análise aprofundada da concretização do acordo de Governo com o PS" devendo tomar "as decisões mais adequadas em consonância com os superiores interesses nacionais". Cf. "Moção aprovada no XII Congresso Nacional do PSD", no *Povo Livre*, nº 560, de 2 de Maio de 1985, p. 4, ponto 2.

ça dessa área(1491), sendo a confluência das diversas componentes da mesma propiciada pela figura de Diogo Freitas do Amaral.

Perante as exigências formuladas pelos "Mota Pintistas", inflexíveis nessa matéria, no documento síntese aprovado cairiam, como já reportámos, todas as referências que deixassem alguma porta aberta ao apoio a esta candidatura.

Tal circunstância não se revelaria, contudo, impeditiva de o PSD se vir a tornar mais tarde uma das forças políticas, a de expressão mais substancial, a favorecê-la.

As alterações estatutárias então apresentadas(1492) não

(1491) Veja-se, não só o primeiro discurso de Aníbal Cavaco Silva ao XII Congresso, como o teor da Moção aprovada e sobretudo a intervenção final do líder eleito, respectivamente nos registos existentes nos Serviços de Documentação do PSD e no *Povo Livre*, nº 560, de 22 de Maio de 1985, respectivamente p. 4 e pp. 2 e 3.

(1492) Para o XII Congresso do PSD estavam projectadas quatro propostas de alteração dos Estatutos: a proposta nº 1, da Comissão Política Nacional, propugnando a criação de um Conselho Consultivo como órgão nacional não deliberativo coadjuvante do Presidente da Comissão Política Nacional, que viria a ser retirada; a proposta nº 2, tendo como primeiro subscritor Jorge Manuel da Costa Nabais, propondo alterações à composição do Conselho Nacional (diminuição de 50 para 25 membros efectivos eleitos em Congresso, aumento de 10 para 12 representantes da JSD, introduzindo um representante por cada 2000 militantes por Distrito até ao máximo de 40); a proposta nº 3, encabeçada por António José Moreira, cujo principal objectivo residiria na criação do órgão "Presidente do partido" e na eliminação das inerências ao Congresso, aumentando a representatividade neste por parte das Secções mais numerosas; a proposta nº 4, tendo por primeiro subscritor Artur Torres Pereira, pretendendo alterar a alínea e) do nº 1 do artigo 21º dos Estatutos, no sentido de fazerem parte do Congresso delegados dos militantes com funções autárquicas e não os militantes em si mesmos (note-se que a proposta nº 3 pretendia eliminar estas inerências bem como as provenientes das associações profissionais e sindicais). Cf. "Propostas de Alteração dos Estatutos", no "Suplemento sobre o XII Congresso Nacional do PSD" do *Povo Livre*, nº 556, de 4 de Maio de 1985, p. LXIII e LXIV.

Veja-se, ainda, o estudo comparativo das quatro propostas de alterações estatutárias, nos documentos do XII Congresso Nacional, Serviços de Documentação do PSD e, nos registos aí existentes, a apresentação das mesmas e, especialmente, a defesa realizada por Joaquim Fernando Nogueira sobre a necessidade de na composição do Conselho Nacional se encontrar uma certa paridade, por forma a obviar à sistemática apresentação deste órgão como alternativa à direcção política do partido, considerada pelo próprio como fonte das constantes crises intra-partidárias.

teriam o alcance obtido noutras cimeiras do partido, vindo, por falta de *quorum*, a não ser discutido nem votado este ponto da ordem de trabalhos(1493), ocupando a eleição dos órgãos nacionais o centro dos mesmos no último dia do Congresso.

As negociações prévias para a composição dos órgãos nacionais assumiriam uma enorme relevância, sobretudo para a formação das listas de Aníbal Cavaco Silva. O sucesso dos contactos com os sectores tradicionalmente afectos a Carlos Mota Pinto(1494) e com a "Nova Esperança", revelar-se-iam fundamentais para a viabilização dessa liderança(1495).

(1493) Depois de vicissitudes várias e de diversas tentativas para se encontrar o *quorum* necessário para a votação das alterações estatutárias, às três e um quarto da manhã Alberto João Jardim informaria estar encerrado esse ponto, ficando a eleição dos órgãos nacionais marcada para a manhã seguinte. Cf. gravações do XII Congresso, Serviços de Documentação do PSD.

(1494) O apoio a Aníbal Cavaco Silva teria sido concretamente combinado no decorrer de um jantar no primeiro dia dos trabalhos do XI Congresso, no qual teriam estado presentes, além do potencial líder do PSD, representantes das Distritais "Mota Pintistas", Arménio Santos dos TSD e Artur Torres Pereira da ANASD. Sobre a realização desse encontro com o objectivo de forçar Aníbal Cavaco Silva a avançar, veja-se o *Expresso*, nº 655, de 18 de Maio de 1985, p. 1.

Veja-se, também, a intervenção de Artur Torres Pereira no início dos trabalhos do XII Congresso, apelando para a necessidade de uma liderança forte: "o PSD precisa de mudar de líder, precisa de Cavaco Silva". Cf. gravações do Congresso da Figueira da Foz, Serviços de Documentação do PSD.

Da lista para a Comissão Política Nacional presidida por Aníbal Cavaco Silva, acabaria por fazer parte Joaquim Fernando Nogueira ("Mota-Pintista"), como um dos Vice-Presidentes, enquanto Arménio Santos (dos TSD),e Artur Torres Pereira (da ANASD), ocupariam, respectivamente, o segundo e o terceiro lugares na lista para o Conselho Nacional. Veja-se a "Lista A" para cada um daqueles órgãos, nos documentos do XI Congresso, Serviços de Documentação do PSD.

(1495) Os elementos da "Nova Esperança" decidiriam não avançar com candidaturas próprias, por considerarem não terem peso suficiente para assumir um alternativa com hipóteses de vencer. Viriam, contudo, a viabilizar o acesso à liderança de Aníbal Cavaco Silva, ficando indicados Pedro Santana Lopes e José Miguel Júdice respectivamente para quarto e sexto lugares na Lista A do Conselho Nacional.

Depois de morosas e difíceis negociações com o futuro líder do PSD, cerca das 6 horas da manhã, não tendo Marcelo Rebelo de Sousa aceite, integrado na Lista A, a Presidência do Congresso, acabaria por ser escolhido Mário Montalvão Machado, depois de também ventilado o nome de António Maria Pereira. Vejam-se as listas do

Para a Comissão Política Nacional(1496), como para o Conselho Nacional(1497), venceriam as listas afectas a Aníbal Cavaco Silva, embora neste último órgão a "facção" contrária viesse aí a obter uma posição significativa(1498). Uma vez mais, na história do PSD, o Conselho Nacional apresentar-se-ia com uma composição propensa à instabilidade interna, a funcio-

---

XII Congresso, existentes nos Serviços de Documentação do PSD e veja-se, também, no discurso que proferiria no decorrer dos trabalhos e já atrás reportado, a disposição de Marcelo Rebelo de Sousa em não se candidatar a qualquer cargo nacional.

(1496) Para a Comissão Política Nacional seriam postas à votação duas listas. Venceria a A, presidida por Aníbal Cavaco Silva, tendo por Vice-Presidentes Amândio de Azevedo, Eurico de Melo, Fernando Correia Afonso (da "Nova Esperança"), e Joaquim Fernando Nogueira ("Mota Pintista") como Secretário, Manuel Dias Loureiro (ex--"Balsemista"), para além de Eduardo Gomes, José Mendes Bota, Leonor Beleza, Licínio Moreira da Silva, Luís Capoulas, Luís Marques Mendes, Rui Almeida Mendes e José de Oliveira e Costa como Vogais; a lista de Aníbal Cavaco Silva receberia num total de 807 votantes, 422 votos a favor, 9 brancos e 11 nulos, enquanto a lista B receberia apenas 365 votos a favor. Esta, presidida por João Salgueiro, teria Miguel Veiga, Manuel Pereira, Henrique Granadeiro e José Carlos Viana Baptista como Vice-Presidentes, Malato Correia como Secretário-Geral e, como Vogais, Britaldo Rodri-gues, Fernando Faria de Oliveira, Mário Adegas, Pereira da Silva, José Vitorino, José Silva Marques, Rui Oliveira e Costa e Telmo Moreno. Vejam-se os boletins das votações, nos documentos do XII Congresso Nacional, Serviços de Documentação do PSD e a lista eleita na Lista 12 do Anexo IV desta dissertação.

(1497) Para o Conselho Nacional concorreriam; a Lista A, afecta a Aníbal Cavaco Silva, liderada por Fernando Brochado Coelho e incluindo nomes como Arménio Santos (dos TSD), Artur Torres Pereira (da ANASD), José Ângelo Correia ("Mota-Pintista"), Pedro Santana Lopes, José Miguel Júdice e José Manuel Durão Barroso (os três da "Nova Esperança"), vindo a receber 414 votos favoráveis, equivalentes a 26 mandatos; a Lista B, à frente da qual surgiria João Bosco Mota Amaral, seguido de João Salgueiro, Fernando Amaral, António Capucho, Miguel Veiga, Tomás Oliveira Dias e Henrique Granadeiro, entre outros elementos "Salgueiristas", que obteria 24 mandatos, correspondendo a 372 votos favoráveis; num total de 806 votantes, haveria 11 votos brancos e 9 nulos. Vejam-se as "Listas/Boletins de voto" e as respectivas votações nos documentos do XII Congresso Nacional, Serviços de Documentação do PSD e os dirigentes eleitos na Lista 12 do Anexo IV desta dissertação.

(1498) Para além de, em matéria de Conselheiros eleitos, apenas ter obtido menos dois mandatos que a linha vencedora (veja-se nota supra), a "facção" "Salgueirista" passaria a deter a maioria no Conselho Nacional, contando com as inerências, sendo a maior maioria aí obtida por esta facção desde a queda de Francisco Pinto Balsemão em 1983.

nar como centro das divisões intra-partidárias(1499). A Presidência do Congresso seria ganha por Francisco Pinto Balsemão(1500), que se colocaria como reserva do partido(1501), ficando a "facção" minoritária igualmente representada no Conselho de Jurisdição Nacional(1502).

O XII Congresso ter-se-ia, assim, iniciado de uma forma que não prefigurava minimamente os moldes em que iria terminar. Embora como já defendemos atrás, o papel das Distritais

---

(1499) Pelo que temos vindo a observar e devido à aplicação do método de Hondt e à existência de cargos por inerência no órgão em causa, a maioria das vezes as facções perdedoras nos Congressos conseguiriam obter mais lugares no Conselho Nacional do que a lista apoiante da Comissão Política eleita, apresentando-se, assim, as reuniões daquele órgão como especialmente conflituosas e erosivas da estabilidade interna. Veja-se a esse respeito a já reportada intervenção de Joaquim Fernando Nogueira ao Congresso da Figueira da Foz, nas gravações existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

(1500) Para a Mesa do Congresso concorreriam a Lista A, presidida por Mário Montalvão Machado, tendo por Vice-Presidentes Jorge Antas de Barros e António Maria Pereira e por Secretários Reinaldo Gomes, Brito Lhamas e Arlindo da Silva Moreira e a Lista B, presidida por Francisco Pinto Balsemão, tendo por Vice-Presidentes António Marques Mendes e Armando Moreira e por Secretários Maria de Lurdes Breu, Álvaro de Sousa e Vaz Freixo. Seria eleita a Lista B por um voto de diferença isto é 394 votos a favor, 393 contra, 10 brancos e 10 nulos. Cf. "Listas/Boletins de voto", documentos do XII Congresso, Serviços de Documentação do PSD. Veja-se, também, a Lista 12 do Anexo IV desta dissertação.

(1501) A sua intervenção no XII Congresso Nacional, fortemente apoiada pelos Delegados aí presentes (vejam-se as gravações dos trabalhos do Congresso da Figueira da Foz, existentes nos Serviços de Documentação do PSD), demonstraria continuar este fundador do PSD como um ponto de referência fundamental do partido, patente, aliás, na vitória, embora tangencial, conseguida pela lista por si encabeçada para a Mesa do Congresso (veja-se a nota anterior).

(1502) Ao Conselho de Jurisdição Nacional concorreriam duas listas: a Lista A, da qual fariam parte Orlando Guedes da Costa, João Salgado, Domingos Almeida Lima, José Maria Gaspar e Domingos Silva e Sousa entre mais 9 efectivos e 6 suplentes; a Lista B seria formada por António Saldida, Sertório Barona mais 4 efectivos e 6 suplentes. A Lista A receberia 416 votos a favor e a Lista B 367, num total de 806 votos, dos quais 15 brancos e 8 nulos; a Lista A conseguiria 5 mandatos e a Lista B 4. Vejam-se as "Listas/Boletins de voto" e as votações respectivas nos documentos do XII Con-gresso Nacional, Serviços de Documentação do PSD. Os novos dirigentes então eleitos constam na Lista 12 do Anexo IV desta dissertação. Veja-se, também, o *Povo Livre,* nº 560, de 22 de Maio de 1985, p. 12.

tais "Mota Pintistas" se viesse a revelar determinante na reviravolta então processada, expressa fundamentalmente na vitória aí conseguida por Aníbal Cavaco Silva, teriam igualmente contribuído para aquele desfecho outros factores.

Independentemente dos imponderáveis resultantes dos compromissos que os "Mota Pintistas" viriam a assumir nas negociações para o efeito realizadas, ou do suporte que o novo líder conseguiria junto da "Nova Esperança", apesar de este último se prefigurar já como provável, quer o discurso proferido por João Salgueiro, acentuando uma imagem algo hesitante(1503), quer uma certa indecisão por parte de Rui Machete(1504) frente à eventualidade de avançar a sua candidatura à liderança partidária(1505) concorreriam, igualmente, para

---

(1503) Veja-se o discurso em causa, findo o qual formalizaria a sua candidatura à Comissão Política Nacional, demonstrando a intenção de a sua linha apresentar listas para todos os órgãos nacionais nas gravações dos trabalhos do XII Congresso, existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

João Salgueiro, nessa intervenção, não assumiria, no entanto, o tom firme e decidido que marcaria o discurso de Aníbal Cavaco Silva, sobretudo aquando do exercício de direito de defesa por si requerido e aceite pela Mesa.

(1504) Tal ficar-se-ia a dever a Rui Machete não ter criado as condições prévias necessárias à sua candidatura ou, então, por não ter percebido que as tinha. Depois, seria tarde demais. Apesar disso, a intervenção inicial de Rui Machete ao Congresso da Figueira da Foz, que se prefigurava como vindo a consistir num balanço de despedida, acabaria por se apresentar quase como uma proposta de candidatura. Cf. gravação existente nos Serviços de Documentação do PSD.

Em idêntico sentido, afirmaria aquele dirigente que não tencionava entrar em qualquer acordo (leia-se com os "Salgueiristas"), no caso de não continuar como líder do PSD. Cf. *Expresso*, nº 655, de 18 de Maio de 1985, p. 24.

(1505) Tal poder-se-ia ter ficado a dever ao facto de Rui Machete e João Salgueiro, reunidos num jantar no dia 17 que ambos nos confirmariam, terem requerido a Fernando Amaral para proceder a alguns contactos no fim do primeiro dia dos trabalhos do Congresso, no sentido de auscultar o eventual apoio que o primeiro colheria no caso de se candidatar à liderança; João Salgueiro só decidiria avançar a sua candidatura depois de bem ponderados esses apoios. Veja-se, também, o *Expresso*, nº 655, de 18 de Maio de 1985, p. 1). Considerando a fraca possibilidade de o pri-

criar um clima propício à aceitação da alternativa corporizada na liderança firmemente assumida por Aníbal Cavaco Silva.

A substância política do discurso do novo líder enquadrava-se perfeitamente num ritual de orfandade cultivado por certas bases do partido e mesmo por alguns dirigentes. Um indisfarçável anseio por uma liderança forte e determinada vinha-se acentuando desde o desaparecimento de Francisco Sá Carneiro, sendo sobretudo patente nos círculos da província onde o PSD manteria a sua mais sólida implantação.

Nem Francisco Pinto Balsemão nem Rui Machete, cuja principal influência se faria notoriamente sentir no eixo Lisboa-Cascais, conseguiriam estabelecer com a maioria das bases da província uma relação estreita e consistente. Tal teria sido apenas, em parte, conseguido por Carlos Mota Pinto; desaparecido este, ficariam aquelas uma vez mais privadas do líder carismático por que ansiavam.

Embora situado em termos intra-partidários num plano ideológico-estratégico diametralmente oposto ao de Carlos Mota Pinto, o antigo Ministro das Finanças da AD de Francisco Sá

---

meiro colher algum suporte junto dos círculos "Mota Pintistas" (as Distritais reunidas antes do Congresso, declarar-se-iam resolvidas a não o apoiar segundo o *Expresso*, nº 654, de 11 de Maio de 1985, p. 1), avançaria João Salgueiro, certo de aí vir a colher amplos apoios (veja-se dando conta da aceitação das Distritais "Mota-Pintistas" relativamente à eventual liderança de João Salgueiro, o *Expresso*, nº 655 de 18 de Maio de 1985, p. 1).

De considerar, o facto de logo no início do Congresso da Figueira da Foz, por sugestão do "Grupo de Coimbra", se ter aceite, por maioria superior aos três quintos estabelecidos no regimento do Congresso para proceder a alterações na ordem de trabalhos respectiva, que o prazo final para a entrega das candidaturas aos órgãos nacionais seria alargado para 1 hora depois do encerramento dos trabalhos do dia seguinte; Veja-se, sobre esta decisão, os registos existentes nos Serviços de Documentação do PSD.

Carneiro(1506), encontraria o eco necessário nas fileiras do seu partido para sair vitorioso na contenda que o oporia a João Salgueiro, também ele antigo Ministro das Finanças de outro Governo AD liderado por Francisco Pinto Balsemão.

Cada um dos então potenciais líderes simbolizaria uma realidade precisa e divergente em termos de discurso e de processos intra-partidários, mas, sobretudo, de projecto político e de modelo de sociedade(1507).

Ao pretender assumir a herança do líder histórico, Aníbal Cavaco Silva propunha-se reconstituir a AD, retomando o PSD o lugar liderante do processo, enquanto na estratégia em causa o eventual Presidente da República, também proveniente da AD, viria eventualmente a assumir o papel catalizador das diversas componentes desse bloco.

Para João Salgueiro, o apoio a um candidato militar, em alternativa à bipolarização que as candidaturas de Mário Soares e de Diogo Freitas do Amaral para si representavam, significaria poder-se vir a subverter essa tendência a qual leva-

---

(1506) Depois da sangria de quadros processada no momento da cisão dos "Inadiáveis" (veja-se o *item* 2.3, subcapítulo 2 do X Capítulo desta parte da dissertação), Francisco Sá Carneiro, ao assumir a Presidência do Conselho de Ministros, convidaria Aníbal Cavaco Silva para a pasta das Finanças. Recusando-se a reassumir o cargo no Governo seguinte da AD, Aníbal Cavaco Silva corporizaria a oposição frontal a Francisco Pinto Balsemão, quer no Governo, quer no partido, liderando , de certa forma, a "facção" que ficaria conhecida pelos "Críticos" (veja-se o sub-capítulo 3 do Capítulo X desta parte da dissertação).

(1507) De tal bipolarização dariam conta Alberto João Jardim e Helena Roseta nas suas intervenções ao Congresso da Figueira da Foz, já atrás reportadas, mas, sobretudo, Francisco Pinto Balsemão ao defender que: "estamos a discutir projectos e não pessoas. O que está em causa são dois projectos diferentes, dois tipos de sociedade e dois tipos de partido". Vejam-se as gravações do XII Congresso, nos Serviços de Documentação do PSD.

ria, necessariamente, à sujeição do PSD ao CDS e à diluição da linha social-democrata que se entendia dever defender.

Parecia, assim, tratar-se não apenas de divergências de carácter estratégico, mas de uma clivagem de ordem ideológica, progressivamente manifesta e que só se mantivera esbatida perante a necessidade do partido permanecer no poder. Vejamos até que ponto essa clivagem seria determinante neste processo.

Na linha de Francisco Sá Carneiro, Aníbal Cavaco Silva surgia como o líder forte e capaz de, através de um apelo populista, levar atrás de si as bases rurais do PSD(1508); pelo contrário, no esteio de Francisco Pinto Balsemão, João Salgueiro encontraria eco nos quadros intermédios urbanos, através de um discurso mais social-liberal(1509).

No plano das oportunidades potenciais que o sistema político ofereceria ao PSD, tratava-se de optar entre dois esquemas ambos possíveis mas contrapostos. Nesse sentido, as elites, organizadas nas duas "facções", encontrar-se-iam não só vocacionadas, como disponíveis, para alianças preferenciais com parceiros distintos.

As eleições presidenciais representariam o momento fulcral para a efectivação de uma ou de outra estratégia, e,

---

(1508) Sobre a eventualidade de o PSD nascer de uma emanação interna da institucionalização da luta rural/urbana, já aflorada quando analisámos os anteriores conflitos intra-partidários, vejam-se o Capítulo XI na Parte IV desta dissertação, em termos da pertença rural/urbana das elites e facções.

(1509) Registe-se, nesta matéria, a adequada observação de um analista do *Expresso* sobre a viragem ocorrida no XII Congresso do PSD: "o PPD impõe-se ao PSD, o ruralismo e o liberalismo populista triunfam sobre a mitologia social-democrata". Cf. "A crónica" de VICENTE JORGE SILVA, na "Revista" do *Expresso*, nº 656, de 25 de Maio de 1985, p. 14-R.

daí, o facto de o perfil do candidato às mesmas se apresentar como um foco determinante do conflito entre as facções(1510).

Enquanto para os "Salgueiristas" a AD já teria esgotado todas as suas virtualidades em 1982, tendo-a defendido apenas por se tratar de um trampolim ou alavanca e não de um fim em si mesmo, para a nova linha vencedora pretender-se-ia a reconstituição de um grande bloco liberal liderado pelo PSD, mas possibilitado pela agregação em torno de Diogo Freitas do Amaral. Para os "Balsemistas" haveria sectores no PSD que veriam eventualmente como desejável, a prazo, a institucionalização desse bloco, cuja síntese orgânica poderia vir, mais tarde, a originar uma nova formação partidária a partir do CDS e de parte do PSD(1511).

Embora a eleição de João Salgueiro, em determinado momento, tivesse sido perspectivada como segura, parecendo virem a fazer vencimento as suas teses, acentuando-se a clivagem entre "Balsemistas" ou "Salgueiristas" por um lado, eventualmente suportados pelos "Mota Pintistas" e, por outro, a "Nova Esperança" e elementos então não alinhados em "facções" precisas,

---

(1510) Veja-se, sobre a questão do candidato presidencial a apontar pelo PSD, a intervenção de Francisco Pinto Balsemão no XII Congresso Nacional, ao defender que a questão se resumia a optar entre dois projectos distintos, tratando-se as presidenciais de um "embrulho desta questão". Vejam-se os registos do Congresso da Figueira da Foz, nos Serviços de Documentação do PSD.

(1511) Vejam-se as acusações proferidas por Francisco Pinto Balsemão no sentido de Diogo Freitas do Amaral pretender liderar toda a direita, subordinando ao CDS a estratégia do PSD. Cf. *ibidem*.

Acusações desse teor seriam igualmente proferidas por Miguel Veiga na sua intervenção ao XII Congresso, na qual sublinharia a premência em se reafirmar a identidade pró-pria - social democrata - do PSD. Cf. gravações do Congresso da Figueira da Foz, Serviços de Documentação do PSD.

mas que anteriormente se teriam pautado pela actuação dos "Críticos" a Francisco Pinto Balsemão, tal não aconteceu. Pelo contrário, através da viragem protagonizada por Joaquim Fernando Nogueira, a clivagem que opunha "Balsemistas" e anti-"Balsemistas" no conflito anterior sairia reforçada a partir do XII Congresso.

18. Em suma, a nova agregação das "facções" intra-partidárias no PSD só viria a demonstrar que esta clivagem não tinha sido ultrapassada pela tripartição ocorrida no decurso deste último conflito.

A verdade é que os elementos dos "Mota Pintistas" se revelariam mais próximos dos da "Nova Esperança", mesmo quando no decorrer dos Conselhos Nacionais dessa fase se tinham aproximado, por razões de ordem fundamentalmente estratégica, dos "Balsemistas".

Aliás, a linhagem "Mota Pintista" nunca fora muito nítida, tendo-se apresentado sucessivamente como a "esquerda" e como a "direita" do partido, tornando-se apenas claro estarem as suas raízes preponderantemente implantadas na província, realidade esta bem patente no apoio que Carlos Mota Pinto sempre tivera junto das Distritais, da ANASD e dos TSD.

Pelo contrário, Francisco Pinto Balsemão, como João Bosco Mota Amaral, iriam buscar os seus apoios aos centros urbanos mais significativos, a algumas Distritais e à facção minoritária dos Sindicalistas sociais-democratas, tal como aconteceria mais tarde com João Salgueiro.

Embora ideologicamente os "Mota Pintistas" aparentassem

uma proximidade maior aos "Balsemistas", por cuja mão alguns deles teriam regressado ao partido em 1981 e 1982, esse mesmo regresso de certos elementos que tinham estado presentes no conflito de Aveiro e no dos "Inadiáveis", afastados no quadro das depurações então processadas, levaria ao fim da liderança de Francisco Pinto Balsemão, por intermédio da conjugação de esforços então empreendida com os "Críticos".

Aquela clivagem, agora renovada nos seus contornos iniciais, respeitava a duas famílias distintas, surgidas após o desaparecimento de Francisco Sá Carneiro. Por um lado, os "Balsemistas" e por outro os anti-"Balsemistas", constituídos sucessivamente pelos "Críticos", "Notáveis", "Grupo de Lisboa" e depois pela "Nova Esperança".

Esta última "facção" assentaria, também, na mesma base de clivagem que conformara a oposição interna a Francisco Pinto Balsemão, visto que a matriz respectiva e do "Grupo de Lisboa" estaria bastante mais próxima dos "Críticos", de cujas fileiras saira Aníbal Cavaco Silva. Em rigor, apenas escassos elementos da "Nova Esperança" tinham estado do lado de Francisco Pinto Balsemão em 1981, como muito poucos se encontrariam nas fileiras dos apoiantes do então líder do PSD no conflito de 1982 e 1983, durante o qual aquele viria a ser posto em causa.

Se, quanto à "facção" "Mota Pintista", se tornara mais difícil encontrar a sua matriz ideológico-estratégica, embora a sua base de apoio seja mais identificável, no que se refere à "Nova Esperança", cuja origem remontaria ao "Grupo de Lis-

boa", torna-se evidente a clivagem ideológica relativamente aos "Balsemistas"(1512), bem como a diferença da respectiva base de apoio, situada mais à direita do que as bases urbanas de vocação tendencialmente social-democrata da "facção" "Balsemista"/"Salgueirista"/"Mota Amaralista".

No que se refere ao novo líder surgido no Congresso da Figueira da Foz, as suas raízes remontariam aos "Críticos", auto-denominados herdeiros de Francisco Sá Carneiro, com o qual, aliás, partilhariam a respectiva base social de apoio e do qual retomaram o discurso populista e liberalizante.

Seria o aproveitar desta corrente de fundo do PSD, de feição profundamente populista e o retomar de um discurso firme e carismático, que teriam ambos dado a vitória a Francisco Sá Carneiro, sobretudo aquando do segundo grande conflito intra-partidário, que, uma vez mais, encontrando o necessário eco junto das bases, concederiam a vitória a Aníbal Cavaco Silva. É este populismo de base rural que permite, relativamente à "facção" vencedora na Figueira da Foz, estabelecer uma linhagem histórica com raízes em Francisco Sá Carneiro.

Sublinhe-se, no entanto, que embora algumas das bases de clivagem neste conflito coincidissem com as existentes no primeiro e, fundamentalmente, no segundo conflito intra-partidário, outras bastante diversas estariam aí subjacentes.

Quer este, quer o conflito anterior, teriam ligações

(1512) Veja-se, no entanto, a intervenção de Marcelo Rebelo de Sousa ao XII Congresso Nacional do PSD, procurando minimizar as divergências programáticas existentes, que não consideraria, então, insanáveis. Cf. *ibidem*.

muito precisas com o quadro das oportunidades políticas que de 1980 a 1985 se tinha oferecido ao PSD, bem como com a forma precisa do partido reagir nesse processo, quadro esse totalmente distinto do configurado de 1974 a 1979.

Determinante neste quarto conflito surgiria a questão do retomar de uma estratégia de antecipação, contraposta a uma estratégia de adequação que marcaria a fase anterior, jogando a questão presidencial um papel preponderante, não só como detonador da crise, mas revestindo-se, em si mesma, de uma importância capital para o desenvolvimento de uma ou de outra estratégia.

O triunfo de qualquer das linhas propostas passaria pelo repescar da tão propalada necessidade de coexistência das três maiorias, fulcral nas teses de Francisco Sá Carneiro, sendo pois, aí, que a estratégia para as presidenciais assumiria, em qualquer daquelas perpectivas, uma relevância fundamental. Sobretudo, se atentarmos ao aproveitamento do esquema semipresidencialista, através de uma estratégia de alargamento dos círculos político-constitucionais.

Para Francisco Sá Carneiro aquela pretensão tinha tido por objectivo legitimar, através do referendo nacional, a revisão constitucional. Depois da derrota de António Soares Carneiro, tal estratégia seria abandonada, muito embora permanecesse e ideia, partilhada pelas três "facções" internas do PSD, de que a via presidencial seria a única hipótese possível de legitimar, não necessariamente uma nova Constituição, mas as alterações fundamentais que viessem a desbloquear o desenvol-

vimento sócio-político e económico.

Para os "Mota Pintistas" tal nunca se tornaria possível sem o apoio dos socialistas e, daí, o comprometimento com os mesmos através do Bloco Central e da eventual viabilização da candidatura de Mário Soares. Através de uma e outra via, o necessário consenso com o PS seria obtido para as imprescindíveis reformas estruturais a realizar. Para os "Salgueiristas", depois do abandono de um candidato próprio, objectivo pelo qual lutariam numa primeira fase, - visto ter caído a hipótese de João Bosco Mota Amaral, devido essencialmente à estratégia da "Nova Esperança" - só uma candidatura militar, pelos amplos apoios que poderia vir a granjear e pela cobertura do espaço "Eanista" que a mesma representava, poderia permitir uma maior flexibilidade nessa matéria.

A estratégia presidencial dos "Salgueiristas", embora divergente da propugnada pela "Nova Esperança", porque assente não na bipolarização mas, tal como a dos "Mota Pintistas", no centrismo político, teria, contudo, como aquela "facção", o mérito de retirar a capacidade negocial ao PS.

Mais extremada seria a estratégia da "Nova Esperança", a qual, depois de dividida por várias hipóteses - Diogo Freitas do Amaral, Daniel Proença de Carvalho e um militante do partido - colaria como um todo à primeira, mas apenas depois de Aníbal Cavaco Silva ter avançado com a ideia. Visava-se, assim, a bipolarização, através do estabelecimento de um grande movimento de direita suscitado em redor da figura de Diogo Freitas do Amaral e tendo como componentes o PSD, o CDS

ex-eleitorado AD.

Aníbal Cavaco Silva partiria, pois, do mesmo pressuposto, isto é, da necessidade de liderança não só do Governo, mas da chefia do Estado, muito embora tendo por fito manipular aquela candidatura a favor dos interesses do PSD. Conforme se comprovaria mais tarde, o novo líder saído da Figueira da Foz, ao contrário de algumas das previsões que então seriam feitas, nunca conduziria o processo no sentido da reconstituição orgânica da AD e, muito menos, da formação de uma nova força política tendo por eixo aquela candidatura.

Tanto assim, que, apesar do total empenhamento que viria a emprestar à mesma e de ter vindo a privilegiar o CDS nos entendimentos pré-eleições legislativas antecipadas, nunca os sociais-democratas se viriam a comprometer, de facto, com os centristas. É, contudo, evidente que o desenrolar dos acontecimentos seguintes e a derrota depois sofrida por Diogo Freitas do Amaral nas presidenciais, poderão ter sido decisivos no pautar dessa estratégia do novo líder do PSD.

Após ter procedido à ruptura da coligação(1513) e

(1513) Logo após o XII Congresso do PSD, reuniria a Comissão Política do PS com alguns membros socialistas do Executivo, sendo aí deliberado exigir do PSD a garantia de que não apoiaria nenhum candidato a Belém contrário ao Bloco Central. A 22 de Maio de 1985, a Comissão Política Nacional eleita na Figueira da Foz apresentaria ao seu parceiro na coligação uma série de medidas que consideraria fundamentais para aquela prosseguir, as quais viriam a ser debatidas em duas reuniões entre o PS e o PSD, preparatórias da cimeira a realizar a 30 de Maio. Não sendo aí conseguido o consenso e depois de adiamentos constantes da crise, o PSD acabaria por romper a coligação em nova cimeira realizada a 4 de Junho.

O anúncio da ruptura do Bloco Central seria feito por Aníbal Cavaco Silva quando chefiava a delegação do PSD para a última cimeira com o PS, realizada a 4 de Junho de 1985. A 13 do mesmo mês, os membros do PSD no Executivo solicitariam ao Primeiro-Ministro a demissão do Governo e o PSD acusaria o PS de inviabilizar a coligação ao recusar as medidas propostas. Veja-se a responsabilização do PS e as

ter provocado a realização das eleições, nas quais alcançaria os melhores resultados de sempre(1514), o novo líder do PSD, numa posição de evidente supremacia, quer no quadro estritamente intra-partidário, quer no do sistema mais vasto, viria a impor as suas próprias condições relativamente ao apoio a Diogo Freitas do Amaral(1515).

No entanto, tal como acontecera em 1979, e apesar do PSD dispor, de novo, de uma liderança que se apresentava forte e pouco propícia a admitir desvios à orientação que pretenderia imprimir ao partido, a aposta no candidato presidencial não só constituiria um processo suscitador da contestação interna, como se viria a revelar um considerável fracasso.

19. Atendendo ao facto de qualquer avanço nesta matéria extravasar os limites cronológicos que impusémos à presente análise, caberá, agora, proceder à sumarização das características essenciais de que se revestiu o quarto conflito intra-

---

medidas em causa no *Povo Livre*, nº 566 de 6 de Junho de 1985, pp. 1 e 4. Veja-se, também, no mesmo número do órgão oficial do PSD, "Cavaco Silva aos portugueses: importa ter a coragem de dizer não", p. 3.

Para além da constante e sistemática entrega mútua de medidas que cada um considerava fundamental para a manutenção do acordo, seriam diversas as intervenções do dirigente do PSD a apontar para o abandono da coligação. Tal seria por exemplo, o caso da intervenção de Aníbal Cavaco Silva em Rio Maior realizada a 2 de Junho de 1985.

(1514) Vejam-se no Quadro 1 e 2 do Anexo VI desta dissertação os resultados obtidos pelo PSD nas eleições legislativas de 1985. Vejam-se, igualmente, os Gráficos 2 e 4 com a evolução desses resultados desde as eleições para a Assembleia Constituinte até às eleições de 1985.

(1515) A este respeito seriam desde logo elucidativas as primeiras declarações do novo líder do PSD. Veja-se, sobre as mesmas, o artigo de TERESA DE SOUSA, "O homem que nunca se engana", na "Revista" do *Expresso*, nº 656, de 25 de Maio de 1985, p. 20-R.

Dentro de uma lógica de actuação marcada por uma certa intransigência e pela dureza de métodos e medidas disciplinares internas, viriam mais tarde, a serem

partidário no PSD:

a) *Conflito lastreado no anterior, ou seja, cuja génese pode ser procurada mais directamente no embrião do conflito que o antecedeu;*

b) *Da proposição anterior não se deverá inferir que as raízes das dissensões então surgidas radicariam, também, na própria matriz do partido, em termos ideológicos e sociológicos;*

c) *Esbatimento ideológico inicial, dando lugar, posteriormente, a uma clivagem progressivamente mais nítida deste teor;*

d) *Processo de desenvolvimento do conflito pouco homogéneo, mas sem fases de ruptura, determinando uma erosão lenta, mas progressiva, da crise interna;*

e) *Luta pelo poder intra-partidário, manifesta no quadro dos Conselhos Nacionais, sobretudo se, no âmbito dos Congressos, a facção minoritária se conseguisse ver representada de forma sensível naquele órgão;*

f) *As facções minoritárias apresentar-se-iam, sistematicamente, como uma alternativa à direcção política saída desses Congressos, conforme decorre do acima exposto;*

---

afastadas do partido figuras como Helena Roseta e Rui Oliveira e Costa, que apesar das provas até então dadas, não acatariam a disposição do novo líder no sentido de apoiar Diogo Freitas do Amaral para a chefia do Estado.

g) Tal como no conflito anterior adoptar-se-iam alguns instrumentos paleativos, os quais, no entanto, não conseguiriam parar os grandes movimentos de base que levariam ao conflito;

h) Conflito de ordem estratégico-ideológica, detendo esta última componente uma importância considerável, sobretudo na delimitação das fronteiras entre as "facções" internas na última fase do conflito, mas surgindo, também, como pretexto aglutinador envolvendo clivagens directamente suscitadas pelos interesses e pelo quadro de oportunidades que se apresentaria às diversas "facções;"

i) Tendo por base clivagens de ordem estratégica e ideológica, assistir-se-ia a uma predisposição das elites para o estabelecimento de coligações com outras forças políticas diferentes e antagónicas, correspondendo não só a meios distintos para se atingirem certos fins, mas a opções de fundo determinadas por diferentes perspectivas ideológico-estratégicas e de interesse imediato dessas elites perante um quadro específico de oportunidades políticas com o qual se depariariam;

j) Como consequência mais directa na dinâmica intra-partidária contar-se-ia a clarificação interna a que se procederia após este conflito;

k) Ao contrário do primeiro e do segundo conflitos e à semelhança do terceiro, deste conflito não re-

sultaria qualquer cisão significativa, muito embora a natureza das clivagens existentes e a forma como decorreria a fase final do mesmo pudesse ter despoletado tal situação;

l) Tal como os dois primeiros conflitos e ao contrário do que o antecederia, este conflito saldar-se-ia com a vitória de uma liderança carismática e de um discurso transmitindo autoridade, firmeza e eficácia política;

m) Progressivo envolvimento de esferas mais amplas do partido no desenvolvimento do conflito interno, aliás determinante na sua fase final, na forma como o conflito culminaria.

20. Apontados os aspectos essenciais de que se revestiria este conflito e tendo em conta as características previamente sublinhadas dos restantes conflitos internos, estamos agora em condições de, à luz do modelo inicialmente proposto, proceder à identificação de alguns dos principais vectores dos mesmos, sem prejuízo do diagnóstico final que corporiza o último Capítulo desta dissertação e que permitirá apreender, no PPD/PSD, as diferentes componentes dos conflitos entre as elites organizadas em facções.

PARTE IV

AS FACÇÕES E AS ELITES NOS CONFLITOS DO PPD/PSD DE 1974 A 1985

"Actions, decisions and the wielding of power are the stuff of politics".

Michael Curtis, "Introduction" *in* M. Curtis (ed.), *The Nature of Politics*, 1962, p. XXVI.

"Clearly (...) the study of both party and party systems must enter into the internal structure and policy-making processes of parties".

Hans Daalder, "The comparative study of european parties and party systems", *in* Hans Daalder e Peter Mair (eds.), *Western European Party Systems*, 1982, p. 21

XI - AS ELITES, AS DIMENSÕES DO FACCIONALISMO E A CONFLITUALIDADE INTRA-PARTIDÁRIA

> "Se le correnti sono qualcosa di più di meri raggruppamenti clientelistici, che si formano attorno a singole personalità per ragioni di interesse e di potere ..."
>
> **Alberto Spreafico e Franco Cazzola**, "Correnti di partito e processi di identificazione", *in Il Político*, 1970, p. 696.

1 - A dimensão organizacional e a dimensão política das facções

1. Ao longo dos quatro conflitos do PPD/PSD sobressairam diversos agrupamentos configurados quase exclusivamente ao nível das elites do partido, que identificámos genericamente como sendo facções.

Estas assumiram-se fundamentalmente como grupos de dirigentes nacionais do partido organizados tendo em vista uma acção comum, daí resultando a produção ou o acréscimo da conflitualidade intra-partidária. Na base da dinâmica constitutiva das facções esteve, assim, o que entendemos por

"princípio da sinergia"(1516), ou seja, a tendência para os indivíduos ligados por objectivos ou interesses comuns (no sentido lato dado ao termo) constituirem grupos para alcançarem determinados fins.

De acordo com o observado pode concluir-se terem-se as facções apresentado como a verdadeira unidade operativa do partido, sendo no seu quadro que as elites se movimentaram com o objectivo de promoverem o conflito. Foi por intermédio das facções que se processaram os sucessivos confrontos internos e foi, também, em função das alianças negociadas entre elas que se estabeleceram os consensos intra-partidários.

Nas facções residiu o foco da conflitualidade intra-partidária e foram nelas que as elites actuaram como entidades promotoras do conflito. Simultaneamente, reflectiram o conflito entre as diversas elites e exercitaram-no através da luta pelo poder assim desencadeada.

Pela existência e pela dinâmica das facções do PPD/PSD passaram, igualmente, as negociações encetadas pelo partido com os outros actores políticos, visando o alargamento do seu quadro de oportunidades e a optimização da margem de manobra respectiva. À dinâmica das facções poderá ter estado subjacente, de forma prioritária, a mera partilha do poder pelas elites assim organizadas, mas mesmo esta finalidade pressupõe os dois objectivos acima reportados.

Este aspecto revela-se particularmente importante, na

(1516) Veja-se, na nota 225 desta dissertação, o "princípio da sinergia" enunciado por LESTER WARD.

medida em que pela existência e funcionamento das facções do PPD/PSD passaram acordos inter-partidários de natureza diversa, os quais possibilitariam as diferentes coligações governamentais. As facções no PPD/PSD não operaram, assim, apenas no quadro interno do partido; extravasaram as suas fronteiras e cruzaram-se com facções de outros partidos, com vista a serem alcançados objectivos específicos, ou seja, em função dos interesses das elites envolvidas nessas facções.

O PPD/PSD mostrou-se, efectivamente, como o produto das respectivas facções e a actuação do partido no sistema global decorreu, em larga medida, da existência e da dinâmica por elas desencadeada.

As formas que adquiririam e a respectiva estrutura representam dimensões cruciais na apreensão do significado da sua constituição e dos fins que tiveram em vista, e, daí, o interesse em proceder à caracterização do primeiro desses vectores. A subsequente análise das causas subjacentes à formação das facções, permitirá, por sua vez, entender melhor as características das diversas configurações que o fenómeno assumiu. O primeiro aspecto representa a dimensão organizacional do fenómeno, o segundo a sua dimensão político-motivacional.

Antes de aprofundar a problemática do porquê da constituição das facções no PPD/PSD, que além da dimensão política não estrutural inclui, também, os condicionalismos de ordem estrutúral, sejam eles de natureza política ou social, interessa-nos descortinar a forma como se apresentaram as

facções neste partido, ou seja, a respectiva dimensão organizacional. Este consistirá no segundo plano possível para a abordagem da anatomia intra-partidária, depois de, no Capítulo anterior, ao longo da análise dos conflitos no PPD/PSD, se terem identificado as diversas sub-unidades partidárias e se ter destacado uma outra dimensão do fenómeno: a da actuação concreta levada a efeito pelas diversas facções.

Como vimos, a maioria das facções que identificámos ao longo dos quatro conflitos do PPP/PSD formaram-se a partir da pré-existência, se não de conflito propriamente dito, enquanto configurado e expresso, pelo menos da prévia manifestação de tensões geradoras de potencial conflito.

As facções apresentar-se-iam como os canais adequados à expressão dos antagonismos naturalmente suscitados pela intersecção das diversas vontades e dos diferentes interesses no seio do partido. Salvo alguns casos esporádicos de facciosalismo individual, o conflito interno processou-se com a intermediação desses grupos de conflito que identificámos genericamente como sendo facções.

Apesar de nenhuma das sub-unidades partidárias se apresentar com formas rígidas, dotada de uma orgânica própria, de estatutos particulares ou de um sistema de filiação preciso, quase todas essas sub-unidades representaram grupos de poder; sempre que assim foi e quando as suas fronteiras e as pertenças respectivas se tornaram empiricamente delimitáveis, considerá-mo-las "facções" propriamente ditas.

No entanto, classificámos indiscriminadamente como fac-

ções(1517) todas as sub-unidades partidárias que se configuraram no PPD/PSD no período de tempo em que se processou a análise. Dentro dessa categoria geral distinguimos, contudo, correntes, sensibilidades, grupos *ad-hoc*, "cliques" e "facções", não obstante estas últimas, conforme já foi ressalvado, não se apresentarem reguladas por mecanismos legais(1518).

Para além das vagas de fundo a que chamámos alas, correntes ou sensibilidades, que decorreram fundamentalmente do substracto ideológico do partido e que não são perceptíveis enquanto entidades objectivas com pertenças claras e contornos precisos, muito embora se tenham manifestado ao nível das bases e de alguns líderes, reconheceram-se outro tipo de agrupamentos com fronteiras mais evidentes e nas quais se tornaria possível detectar os indivíduos que os compõem.

(1517) Como SARTORI, consideramos facções todas as sub-unidades partidárias do PPD/PSD, mesmo que se não encontrassem organizadas de forma coesa e precisa. Veja-se a nota 224 desta dissertação.

(1518) As "facções" apresentar-se-iam, contudo, com um embrião de organização e contornos delimitáveis, sendo possível identificar os indivíduos que as compõem. As assinaturas a subscreverem um documento ou os nomes agregados numa lista podem ser considerados esse embrião, bem como os contactos regulares mantidos pelos membros e a existência de denominação própria. Note-se, contudo, que a denominação da maior parte das "facções" seria atribuída pela imprensa em função do nome da principal individualidade à volta da qual esse grupos gravitariam ("Grupo Sá Borges", "Sá Carneiristas", "Balsemistas", "Nota Pintistas", etc.) exceptuando-se os "Dissidentes de Aveiro", o "Grupo de Lisboa", e o "Grupo dos 44", cuja denominação teria a ver com o conjunto de personalidades que se encontraram numa dada situação (o "Grupo dos 44" ficaria assim conhecido devido ao número dos subscritores do documento) ou os "Inadiáveis" e a "Nova Esperança", cuja nomenclatura decorreria do título do documento-base em função do qual essas "facções" se constituiriam e os "Notáveis" e os "Críticos", cujos epítetos decorreriam, respectivamente, de um critério de qualidade e de um certo tipo de actuação. Veja-se a delimitação do conceito de "facção", aqui operacionalisado, na nota 206 desta dissertação.

Alinhados tendo em vista fins específicos, sujeitos a uma eventual concretização num prazo determinado e sem um carácter de continuidade prefigurar-se-iam alguns grupos ocasionais, que em função de comportarem aquelas características classificámos como grupos *ad-hoc*. A ilustrar um agrupamento desta natureza, observou-se a agregação de alguns dos membros do Conselho Nacional do partido no momento da eleição de Emídio Guerreiro para Secretário-Geral substituto, durante a ausência de Francisco Sá Carneiro e tendo por único fito a não eleição de Jorge Sá Borges ou de Joaquim Magalhães Mota para o cargo em questão(1519).

Após a cisão de Aveiro, quer os "Condicionais" quer o próprio CERESD, assumiriam, também, um perfil de grupos *ad-hoc*, não obstante este último ter adquirido uma certa cristalização em termos organizacionais(1520). No entanto, como vimos, não viria a assumir quaisquer consequências significativas. Passados os primeiros momentos e alcançada a finalidade limitada a que se teriam proposto - a exclusiva preocupação de dar uma imagem aberta ao partido e de aí permanecer, apesar da cisão processada, uma suposta "ala esquerda" - tanto os "Condicionais" como o CERESD se dissolveriam, não tendo os elementos aí alinhados voltado a agregar-se com esses ou outros objectivos.

Apesar de ter sido o único agrupamento que apresentou

(1519) Veja-se sobre o assunto as notas 685 a 687 desta dissertação.

(1520) Vejam-se as notas 744 e 746 desta dissertação.

uma estrutura orgânica palpável, levando mesmo a efeito algumas actividades concretas no seu âmbito, não considerámos o CERESD uma "facção", na medida em que, como vimos, não existiram clivagens significativas entre esse grupo e a linha então maioritária no partido. Pelas características das suas reivindicações e pelo objectivo de fundo com que as mesmas seriam formuladas aproximar-se-ia mais de um grupo de pressão, procurando, em parte, influenciar a liderança instituida e reforçando-lhe, simultaneamente, a sua legitimidade. Comportou-se, assim, mais como um grupo de suporte, do que como uma "facção" propriamente dita.

Os "Notáveis" reunidos antes do Congresso de Montechoro com o objectivo de ultrapassar o "impasse" suscitado pela questionada liderança de Francisco Pinto Balsemão comportariam, igualmente, características de grupo *ad-hoc*. Só que este grupo, ao contrário dos anteriormente referidos, não teve uma existência tão breve. Ao invés, organizou-se pouco depois, apresentando uma moção ao X Congresso e uma lista própria ao Conselho Nacional, assumindo-se, mesmo, como o principal promotor da nova liderança. Apesar de a maioria dos seus membros provir das hostes "Balsemistas", em virtude das finalidades a que se propôs e da actuação posteriormente empreendida(1521), classificámos os "Notáveis" como "facção".

(1521) Recorde-se que nos "Notáveis" confluiram elementos provenientes das fileiras "Balsemistas" e que, mais tarde, colariam aos "Nota Pintistas", vindo depois a apoiar e integrar as hostes "Cavaquistas", aquando do XII Congresso Nacional. Tal como as outras "facções" surgidas no Congresso de Montechoro, os "Notáveis" actuariam aí de forma predominantemente táctica, para conseguirem uma melhor posi-

Limitados em termos numéricos e sem estarem agregados com um objectivo preciso, mas antes em função de laços de carácter pessoal pré-existentes e da partilha entre os seus membros de concepções políticas e de finalidades gerais comuns, apresentar-se-ia desde os primórdios do partido o "Grupo de Coimbra", mais tarde os "Duros" e os elementos da Distrital da Área Metropolitana de Lisboa, incipientemente chamados "Grupo de Lisboa". Não obstante estes agrupamentos não passarem, numa primeira fase, de meras "cliques" de notáveis, de grupos reduzidos de personalidades não tendo por fim, imediato ou não, a obtenção do poder, deteriam os mesmos uma influência decisiva no processo de tomadas de decisão internas e no desgaste progressivo do poder instituído.

Todavia, a coerência interna e a longevidade da agregação dos respectivos membros fariam com que viessem, mais tarde, a evoluir para "facções". Os "Mota Pintistas" teriam a sua raiz no "Grupo de Coimbra", que extravasaria o horizonte restrito dos primeiros momentos, estabelecendo uma considerável rede de clientelas a nível de algumas Distritais. Estas, como vimos atrás, mostrar-se-iam determinantes, primeiro para a manutenção no poder de Carlos Mota Pinto e, mais tarde, para a afirmação na liderança de Aníbal Cavaco Silva. Quanto ao "Grupo de Lisboa" estaria na origem da "Nova Esperança", "facção" surgida no decurso do terceiro conflito interno mas com uma linhagem anterior que radicaria naquele

---

ção no Congresso Nacional, de molde a acrescerem o seu poder negocial na fase seguinte. Cf. sub-capítulo 3 do Capítulo X desta dissertação.

agrupamento.

Atente-se, no entanto, ao facto de a generalidade das facções no PPD/PSD se resumirem a "cliques" de elites dirigentes, dada a quase inexistente repercussão das mesmas nas restantes esferas do partido. Apenas os "Sá Carneiristas", os "Mota Pintistas" e depois os "Cavaquistas" conseguiriam alguma identificação no partido que extravasasse as suas esferas superiores. Apesar de não dispormos de elementos que nos permitam avaliar o impacte real destas "facções" nas bases partidárias(1522), podemos defender que o envolvimento efectivo nas respectivas acções se efectuou, prioritariamente, com elementos das elites nacionais do partido(1523).

Funcionando, numa primeira fase, como grupo *ad-hoc*, surgiria, no final do terceiro conflito, o "Grupo dos 44", organizado tendo por objectivo imediato contribuir para a redefinição da linha política do partido e da sua liderança, através do apoio concedido à "facção" "Balsemista". Com um comportamento de *lobbie*, o "Grupo dos 44" acabaria por se candidatar ao Conselho Nacional no Congresso de Montechoro depois de desistir de apresentar uma lista própria para a Comissão Política Nacional. O carácter híbrido deste agrupa-

---

(1522) A informação disponível respeita, apenas, aos membros efectivos de cada "facção", empiricamente determináveis através dos apoios manifestados por altura da apresentação de documentos ou de moções dessas facções ou dos nomes constantes nas listas para orgãos nacionais. Os elementos que constituem essas "facções" estão, aqui, reportados nas notas 1526 a 1538.

(1523) Repare-se que das diversas "facções" identificadas, a maioria dos elementos (e nalguns casos, a totalidade) pertencia ou já teria pertencido às elites nacionais do partido. Veja-se, adiante, os elementos contidos no Quadro 1.

mento, igualmente presente, como vimos atrás, nos "Notáveis" seria contrabalançado por esse facto e pela inerente possibilidade de identificar os respectivos membros através da lista apresentada ao X Congresso, levando-nos, assim, a classificá-lo como "facção".

Na afirmação variável dos interesses no âmbito intra-partidário actuariam, também, outros grupos, sendo esse papel especialmente desempenhado pelas organizações paralelas do partido - JSD, Sócio-profissionais, TESIRESD, TSD, IPSD, ANASD - para além das estruturas distritais que se assumiriam, como vimos, como clientelas de certas facções(1524). Exercendo um papel particular neste capítulo configuraram-se as Regiões Autónomas, funcionando uma vezes como grupo de suporte a certas facções e assumindo, noutras, posicionamentos mais independentes. Em qualquer dos casos os líderes dos Açores e da Madeira possuiriam sempre um considerável poder negocial no âmbito intra-partidário, ultrapassando o papel meramente decorrente dos cargos atribuídos aos representantes regionais nos órgãos nacionais(1525)

(1524) Essas Distritais, através dos membros das respectivas Comissões Políticas com assento nos Conselhos Nacionais (Presidente ou seu substituto por cada Comissão Política Distrital) e dos Delegados eleitos pelas Assembleias das Secções para os Congressos, viriam a revelar-se determinantes, sobretudo aquando do Congresso da Figueira da Foz, pelo apoio decisivo então concedido a Aníbal Cavaco Silva depois de, ao longo do conflito que aí viria a culminar, se terem alinhado pelas posições dos "Mota Pintistas". Cf. sub-capítulo 4 do X Capítulo desta dissertação.

(10) Independentemente dos lugares estatutariamente atribuídos aos representantes (2) de cada Comissão Política Regional no âmbito do Conselho Nacional, os Presidentes respectivos teriam assento na Comissão Política Nacional e, consequentemente, no Congresso, visto nos sucessivos Estatutos se estipular que compõem o Congresso Nacional os titulares dos restantes órgãos nacionais.

2. Como "facções" classificámos as sub-unidades internas que se cristalizaram empiricamente, ou seja, cujos membros se tornaram identificáveis no momento da consecução de cada um dos conflitos analisados. Identificá-mo-los mediante a pertença a uma lista de candidaturas para órgãos nacionais ou através da subscrição de um documento ou moção que tivesse tomado forma nesses momentos.

Estes momentos seriam constituídos pelo Congresso de Aveiro, no caso do primeiro conflito, pelo Congresso de Lisboa, relativamente ao segundo, pela cimeira de Montechoro, no que concerne ao terceiro e pelos Congressos de Braga e da Figueira da Foz quanto ao quarto conflito, visto ambos consistirem em marcos decisivos da conflitualidade nesta última fase.

Teve-se igualmente em linha de conta para a classificação em causa a consistência apresentada em termos dos seus elementos constitutivos, a coerência de posicionamentos e uma longevidade coincidente com o período de tempo em que decorreu cada conflito, para além da importância que os mesmos assumiriam no processo respectivo.

No decurso da primeira etapa identificámos de um lado, os "Sá Carneiristas", representados pelo Secretariado Nacional eleito no Congresso de Aveiro(1526) e, do outro, os "Dissidentes de Aveiro", que englobariam os elementos do chamado

---

(1526) Vejam-se os elementos que comporiam o Secretariado Nacional (correspondente à Comissão Política Nacional, anterior denominação deste órgão, que se veria aumentado de 15 para 20 membros) na Lista 3 do Anexo IV desta dissertação.

"Grupo Sá Borges", os quais viriam a sair do partido no quadro daquele Congresso(1527).

No segundo conflito as duas "facções" que polarizaram as alternativas internas seriam constituídas pelos "Sá Carneiristas", presentes nas fileiras da Comissão Política eleita no VI Congresso(1528) e os "Inadiáveis", identificados a partir do grupo que abandonou o partido após o confronto que o teria oposto à linha vencedora daquela cimeira(1529).

No terceiro conflito, considerando que no Congresso de Montechoro só concorreria uma lista única para a Comissão Política Nacional as "facções" só se tornariam detectáveis se considerarmos as listas de candidaturas ao Conselho Nacional.

(1527) Vejam-se os membros do "Grupo Sá Borges" propriamente dito, na nota 632 desta dissertação, correspondendo ao círculo restrito dos elementos do Secretariado para a Regionalização, que gravitariam em torno de Jorge Sá Borges. Este núcleo ver-se-ia posteriormente alargado, vindo outros indivíduos, uns do "Grupo de Coimbra", outros ingressados no partido pouco antes do seu I Congresso Nacional (veja-se a nota 653 desta dissertação), a alinhar em idênticas posições. No seu conjunto esses seriam os elementos que comporiam os "Dissidentes de Aveiro". Os membros do partido que sairiam por alturas do II Congresso Nacional estão referidos nas notas 736 e 737 desta dissertação.

(1528) Vejam-se os membros eleitos no VI Congresso para a Comissão Política na Lista 6 do Anexo IV da presente dissertação.

Note-se que desde a cimeira de Leiria (III e IV Congressos Nacionais) que aquele órgão retomaria a nomenclatura inicial, acrescentando "Nacional" à sua designação apenas no V Congresso, vindo a diminuir, sucessivamente, o número de elementos respectivo; de 20 no II Congresso, passaria a 14 em Leiria, a 12 por ocasião do V Congresso (extintos os 3 cargos de Vice-Presidentes do mesmo órgão); só no VIII Congresso, com a criação de 4 cargos de Vice-Presidente e a diminuição de 10 para 8 Vogais aumentaria no total para 14 membros, acrescentando na cimeira seguinte mais 1 Vogal; no X Congresso reduzir-se-ia para 13 elementos, perdendo um Vogal e um Vice-Presidente, este último cargo retomado no XI Congresso. Vejam-se as principais alterações estatutárias quanto à composição deste órgão nos diversos organigramas dos órgãos nacionais e na listagem das alterações nos Estatutos processadas de 1974 a 1985 no Anexo III desta dissertação.

(1529) Os subscritores das "Opções Inadiáveis" encontram-se na nota 891 desta dissertação. Destes, no entanto, só alguns viriam a sair do partido após o Congresso de Lisboa. Vejam-se os mesmos, reportados na nota 960.

Alinharam-se, assim, de um lado, os "Balsemistas" através da Lista B(1530) para o Conselho Nacional, do outro os "Notáveis" e o "Grupo dos 44", respectivamente na Lista C(1531) e na Lista A(1532) para aquele órgão e, ainda, o "Grupo de Lisboa" reunido na Lista D(1533), também para o mesmo órgão.

(1530) Da Lista B para o Conselho Nacional no Congresso de Montechoro fariam parte João Bosco Mota Amaral, Tomás Oliveira Dias, João Salgueiro, Fernando Amaral, Miguel Veiga, Luis Manuel Marques Mendes, José Vitorino, Maria de Lourdes Breu, Pedro Pinto, José Veludo, Luis Filipe Menezes, Armando Moreira, Luis Martins, Fernando Figueiredo, José Bento Gonçalves, José da Silva Domingos, João Luis Malato Correia, Alberto Ronãozinho, João Raimundo, José Carlos Arrepia, Maria Glória Duarte, Jacinto Pereira, L. Pires Baptista, Horácio de Carvalho, Maria João Sande Lemos, Eduardo Cohen, Tude P. Ribeiro, J. Mourão de Campos e, como suplentes, António Patrício Gouveia, Luis Monteiro, Manuel Martins, Francisco Figueiredo, Rosa Pinto da Silva, Carlos Alberto Coelho de Sousa, J. João Corvo, António Zúquete, J. António Galaz e Rui Oliveira e Costa. Ingressariam no Conselho Nacional apenas os primeiros onze elementos. Veja-se a lista em causa nos documentos do X Congresso Nacional, Serviços de Documentação do PSD.

(1531) Da Lista C para o Conselho Nacional fariam parte António Barbosa de Melo, Rui Amaral, Alípio Dias, Artur Mota, Bráulio Afonso de Sousa, Fernando Brochado Coelho, Branco Teixeira, Araménio Santos, Fernando Ribeiro da Silva, João Calvão da Silva, Fernando Cardoso Ferreira, Mário Adegas, Manuel Soares da Costa, João Rocha de Almeida, Maló de Abreu, Artur Torres Pereira, Hilário Marques, Eduardo Gomes, Sertório Barona, Pereira da Silva, Britaldo Rodrigues, Adérito Campos, Raquel Ribeiro, Alexandre Gouveia, Armando Cunha, José Manuel Pinto Coelho, José Manuel Barradas, António Costa, Joaquim Pinto da Silva e Daniel Bastos e, como suplentes, Reinaldo Gomes, Adelino Baeta Pereira, Jorge Miranda, Maria A. Esteves, José C. Azevedo, Carlos Andrade, Guilherme Carreira, José Pereira Duarte, Pedro Themudo de Castro e Duarte Lima; seriam eleitos os 11 primeiros candidatos efectivos desta lista para o Conselho Nacional. Cf. *ibidem*.

(1532) Incluídos na Lista A para o Conselho Nacional estariam José Manuel Menéres Pimentel, Luis Fontoura, José Carlos Viana Baptista, Francisco Sousa Tavares, José Silva Marques, Alberto Regueira, Afonso Moura Guedes, Manuel Portugal da Fonseca, Casimiro Pires, Walter Marques, Vasco de Carvalho, César Vila Franca, Fernando Faria de Oliveira, João José Maçãs, Marcelo Lago, António Queiroz Martins, Jaime Ramos, Cândido de Sousa, Jorge Paz Rodrigues, Fernando Cardote, José Feijó, Rui Santos Alves, Maria Emília Ferreira, Baptista Fernandes, Helder Freire, Vasco Miguel, Carlos Carvalho, Santos Silva e José Melo e Silva e, como suplentes, J. Costa da Silva, Ferreira Pires, Matos Grego, José Manuel Pereira, Calisto Pinto, Alfredo Ramalho, Adérito Trigo, José Cabrito, Carlos Avelino e António Cabecinha. Dos efectivos seriam eleitos os 2 primeiros para o Conselho Nacional. Cf. *ibidem*.

(1533) Da Lista D para o Conselho Nacional constariam Pedro Santana Lopes e Conceição Monteiro, vindo ambos a ser eleitos para o Conselho Nacional, Mário Dias Lopes, Américo Dias, Lívio Borges, M. Barata Frexes, Armando Boavida, Luis Cabral, A. Ri-

Uma outra lista, a Lista E, liderada por Helena Roseta(1534) e composta por elementos adversos à liderança "Balsemista" funcionaria mais como um grupo *ad-hoc* do que como uma "facção", de acordo com os critérios nos quais assentámos esta classificação. No entanto, considerando o facto de os seus elementos terem concorrido a lugares do Conselho Nacional e, consequentemente, serem os mesmos detectáveis por esse meio, classificamos este grupo como uma "facção" em potência, não obstante como tal não se ter vindo a configurar. Para efeitos da caracterização dos respectivos membros agregámos os elementos desta lista com os da Lista D na "facção" que denominámos "Críticos"/"Grupo de Lisboa".

No quarto conflito identificaram-se os "Mota Pintistas", através da Lista A para a Comissão Política Nacional(1535) a ser eleita no XI Congresso, os "Mota Amaralistas"

---

beiro dos Santos, Maria Teresa Galvão, António Aleixo, Fernando Correia Afonso, Rui Gomes da Silva, Campelo de Almeida, Rogério Martins, João Carlos Azevedo Maia, Armando Militão, José Miguel Júdice, Maria Adelaide Lisboa, Victor Santos, João Carlos Leal, José Leite de Castro, Gomes Rodrigues, António Moreira, L. Gonçalves Santos, A. Aníbal Martins, Carlos Valador, Leonel Santa Rita, Fernando Nogueira, Amadeu Matias; como suplentes propunha-se J. Eduardo Castela, César Mateus, Rui Baudovin, João Silva Duarte, José Viegas Loureiro, Aurélio Pereira, R. Vieira de Sousa, Macedónio Mendes, E. Barata Alves e José P. dos Reis. Cf. *ibidem*.

(1534) Além de Helena Roseta fariam parte da Lista E, Mário Raposo, Joaquim Cabrita Neto e Pedro Vasconcelos, vindo todos a ser eleitos para o Conselho Nacional, Arménio Matias, António Lacerda, Maria Virgínia Estorninho, Dinah Alhandra, Silva Leal, José Mendes Bota, Arlindo Moreira, Maria Luís Salinas, Luís Albergaria, J. Pereira Coelho, Francisco Mendes da Costa, Cordeiro Pereira, Leontina de Sousa, Telmo Barbosa, Paulo Tavares, O. Henriques Oliveira, Hermenegildo Tavares, Carlos Pinto, Ramiro Sobral, Maria José Moreira Rato, Manuel Caetano, A. Piedade Fernandes, Marques de Freitas, E. Souto Rodrigues, Jorge Ferraz, Lopes Ribeiro; como suplentes, M. João Fonseca, Pedro Campilho, Carlos Pinto, J. Pereira e Sousa, F. Rosário Lopes, Carlos Vergueiro, J. Manuel Gonçalves, António Penaguião, Ismael Bessa e Jorge Cardoso de Andrade. Cf. *ibidem*.

(1535) Esta seria a Comissão Política Nacional eleita, presidida por Carlos Mota Pinto,

agregados na Lista C para aquele órgão(15361) e a "Nova Esperança". Visto esta última "facção" não ter concorrido à direcção política do partido, delimitámos a pertença à mesma a partir da lista dos subscritores do documento assim intitulado apresentado como moção de estratégia ao XI Congresso(1537). Concomitantemente, no quadro deste último conflito, mas no âmbito da sua fase terminal que teria lugar no Congresso da Figueira da Foz, surgiriam os "Salgueiristas" e os "Cavaquistas", os primeiros presentes na Lista B para a Comissão Política Nacional(1538) e os segundos, em resultado das negociações então processadas com os "Mota Pintistas" e com a "Nova Esperança", agregados na Lista A para aquele órgão(1539).

3. Estes foram, consequentemente, os agrupamentos intra-partidários surgidos no PPD/PSD, que identificámos como "facções" e que apresentamos de forma sucinta na Figura 3. O fenómeno do faccionalismo interno neste partido mostrou-se, assim, com um padrão organizacional difuso e multi-variado.

Vejam-se os documentos do XI Congresso Nacional nos Serviços de Documentação do PSD e a Lista 11 do Anexo IV desta dissertação.

(1536) Presidida por João Salgueiro, Vice-Presidida por Miguel Veiga, António Loureiro Borges, José Silva Marques e António Marques Mendes, da Lista C faziam igualmente parte como Vogais, Mariana Perdigão, J. Silva Domingues, Britaldo Rodrigues, João José Maçãs, Maria de Lurdes Breu, Telmo Moreno, Aguiar Branco e Fernando Figueiredo, além de António Capucho, candidato ao cargo de Secretário-Geral. Veja-se a Lista C para a Comissão Política Nacional nos Documentos do XI Congresso Nacional, Serviços de Documentação do PSD.

(1537) Vejam-se os subscritores da moção em causa na nota 727 desta dissertação.

(1538) Veja-se a composição da mesma na nota 929 desta dissertação.

(1539) Esta seria a Comissão Política Nacional então eleita. Veja-se a Lista 12 do Anexo IV desta dissertação.

F I G U R A 3

As "facções" nas crises intra-partidárias do PPD/PSD de 1974 a 1985

1º CONFLITO

- "Sá Carneiristas" (Comissão Política Nacional eleita no II Congresso - Aveiro)
- "Dissidentes de Aveiro" (Elementos que saíram por ocasião do II Congresso; inclui o "Grupo Sá Borges")

2º CONFLITO

- "Sá Carneiristas" (Comissão Política Nacional eleita no VI Congresso - Lisboa)
- "Inadiáveis" (Dissidentes da cisão "Opções Inadiáveis")

3º CONFLITO

- "Grupo dos 44" (Lista A para o Conselho Nacional do X Congresso - Montechoro)
- "Balsemistas" (Lista B para o Conselho Nacional do X Congresso - Montechoro)
- "Notáveis" (Lista C para o Conselho Nacional do X Congresso - Montechoro)
- "Críticos"/"Grupo de Lisboa" (Lista D e Lista E para o Conselho Nacional do X Congresso - Montechoro)

4º CONFLITO

- "Mota Pintistas" (Lista A para a Comissão Política Nacional do XI Congresso - Braga; Comissão Política Nacional eleita)
- "Mota Amaralistas" (Lista B para a Comissão Política Nacional do XI Congresso - Braga)
- "Nova Esperança" (Subscritores da moção assim intitulada)
- "Salgueiristas" (Lista B para a Comissão Política Nacional do XII Congresso - Figueira da Foz)
- "Cavaquistas" (Lista A para a Comissão Política Nacional do XII Congresso - Figueira da Foz; Comissão Política Nacional eleita)

Nenhuma formação se configurou como um protótipo de "facção", dotado de um perfil muito definido, apresentando-se, ao invés, com características diversificadas, dificultando, consequentemente, a sua classificação.

Os critérios que utilizámos como base para circunscrevermos estes grupos, tarefa necessária para se poder analisar a sua estrutura e caracterizar os membros respectivos, foram, essencialmente, a possibilidade de delimitação das pertenças num momento preciso, a sua dimensão, duração, estabilidade e consistência, sobretudo se comparados com os restantes agrupamentos surgidos. O que significa que nenhum destes vectores se encontra em grau apreciável mesmo nas diferentes "facções" que acabamos de circunscrever.

É um facto que se atentarmos à respectiva dimensão estes agregados, tal como os restantes, nunca chegaram à meia centena de indivíduos e praticamente restringiram-se às elites nacionais. Por esse motivo, parece curial defender-se que as "facções" do PPD/PSD foram essencialmente "cliques" de notáveis.

Bastará atentar nos dados contidos no Quadro 1 para avaliar o peso efectivo das elites dirigentes no âmbito de cada "facção"; como vemos, a totalidade dos "Sá Carneiristas" do primeiro e do segundo conflito, dos "Dissidentes de Aveiro", dos "Mota Amaralistas", dos "Mota Pintistas", dos "Salgueiristas" e dos "Cavaquistas" já teriam exercido cargos a nível nacional; dos dissidentes dos "Inadiáveis" apenas 10% não teria tido cargos a nível nacional, do "Grupo dos 44" 22%,

Q U A D R O 1

Membros das "facções" do PPD/PSD de 1974 a 1985, por ocupação ou não de cargos partidários a nível nacional
(em %)

Facções / Ocupação de cargo partidário a nível nac.	"Sá Carneiristas"	"Dissidentes de Aveiro"	"Sá Carneiristas"	"Inadiáveis"	"Balsemistas"	"Notáveis"	"Grupo dos 44"	"Críticos"/ "Grupo de Lisboa"	"Nota Pintistas"	"Nota Amaralistas"	"Nova Esperança"	"Salgueiristas"	"Cavaquistas"
Com cargo nacional	100,0	100,0	100,0	90,0	70,0	80,0	78,0	50,0	100,0	100,0	59,5	100,0	100,0
Sem cargo nacional	-	-	-	10,0	30,0	20,0	22,0	50,0	-	-	40,5	-	-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
n =	(21)	(27)	(12)	(33)	(30)	(30)	(30)	(60)	(14)	(14)	(31)	(14)	(14)

Fonte: Pergunta 16 do Questionário, variável C do Livro de Código do Inquérito às Elites Dirigentes do PPD/PSD 1974-86, Listas 3, 6, 11 e 13 do Anexo IV da dissertação e os elementos reportados nas notas 736, 737, 960, 1298, 1496, 1530, 1532, 1533, 1534 e 1536.

dos "Notáveis" 20% e dos "Balsemistas" 30%. Apenas a "Nova Esperança" e o "Críticos"/"Grupo de Lisboa" do XI Congresso incluiriam nos seus membros respectivamente 40.5% e 50% de elementos sem nunca terem desempenhados cargos nacionais no partido. Note-se, contudo, que no caso de fazerem parte de listas para órgãos nacionais (Conselho Nacional) essas não elites se encontrariam sempre incluídas nos últimos lugares dessas listas, ficando assim, à partida, excluídas, visto se encontrarem além do limiar das hipóteses de serem eleitas para os órgãos em causa.

Quanto à duração, salvo os "Sá Carneiristas" e, depois,

os "Balsemistas"/"Mota Amaralistas"/"Salgueiristas", as "facções" apresentaram-se, na generalidade, com uma existência relativamente efémera, muito embora a alteração da nomenclatura, no caso por exemplo da "Nova Esperança", esconda a linhagem anterior desta "facção", a qual, como já referimos, entroncaria no "Grupo de Lisboa".

Se considerarmos a questão da estabilidade, aliás relacionada com o vector acima reportado, surge idêntico problema. Apenas as últimas "facções" referidas apresentaram alguma permanência nas atitudes de base dos seus membros e nas pertenças respectivas. De igual forma, a consistência interna das mesmas prender-se-ia com o factor tempo e com a coerência nos alinhamentos e nas atitudes dos seus membros.

Apesar de se apresentarem como as "facções" mais consistentes, estáveis e duradouras, quer os "Balsemistas", quer o "Grupo de Lisboa", a mobilidade dos membros respectivos seria uma evidência. Basta analisar a constituição destas "facções" na sua fase inicial e a composição, por exemplo, do "Grupo dos 44", dos "Notáveis" e dos "Críticos" em Montechoro ou dos "Cavaquistas" na Figueira da Foz, para se encontrarem muitos dos seus elementos dispersos nas fileiras destes últimos agrupamentos.

Não obstante se ter apresentado como o fenómeno central da conflitualidade intra-partidária do PPD/PSD, o facionalismo neste partido não se mostrou uma realidade muito consistente em termos organizacionais(1540). Não só pelo facto de

---

(1540) Ao contrário, por exemplo, da Democrazia Cristiana italiana (DC) e do Partido Socialista italiano (PSI), nos quais as facções têm uma existência formal, já que

nenhum dos agrupamentos em causa se ter estabelecido como "facção" propriamente dita, com uma orgânica específica, com filiação regulamentada ou com qualquer outro traço que permitisse uma vinculação mais precisa das pertenças, como pela circunstância, já sublinhada, de uma certa precaridade desses agregados na sua globalidade.

Algumas "facções" mudaram de nomenclatura, como seria o caso do "Grupo de Lisboa", depois "Nova Esperança" ou dos "Balsemistas", mais tarde "Mota Amaralistas" e, ainda, "Salgueiristas". Uns e outros manteriam sensivelmente as mesmas pertenças (com alguns casos-desvio no que concerne aos "Balsemistas") e, no essencial, permaneceriam na defesa de idênticas posições; os primeiros passariam a ser identificados como "Nova Esperança" quando se agregaram em torno do documento assim intitulado e os segundos seriam sucessivamente reconhecidos em função do principal dirigente em torno do qual se reunia a "facção" em causa ou da personalidade que eventualmente promoveria.

Parte das elites que constituiram os agrupamentos ini-

---

estão oficialmente organizadas. O mesmo se passa no Japão, em que quer o partido Democrata Liberal, quer o partido Socialista, podem mesmo ser considerados uma "federação de sub-unidades partidárias" tal a importância das facções respectivas (reportado por GIOVANNI SARTORI, em *Parties and Party Systems, A Framework for Analysis*, Cambridge, Cambridge University Press, 1976, p. 90).

Em termos sistémicos, as facções dos partidos italianos assemelham-se mais às facções do PPD/PSD, na medida em que actuam, como neste partido, através das linhas partidárias, devido às caracteristicas do sistema de partidos e à necessidade de estabelecer coligações governamentais (o que não é o caso do Japão que tem um sistema de partido dominante e governos monopartidários).

Se considerarmos a génese das facções, também as surgidas no PPD/PSD se assemelham mais às da DC ou do PSI, visto que em qualquer dos três partidos as facções se constituiram e desenvolveram após a formação dos mesmos, enquanto no Japão os partidos resultaram da prévia fusão de facções. Cf. *idem*, p. 92 e 93.

ciais transitaria de "facção" para "facção" ao longo da evolução de cada conflito. Apenas nas duas primeiras etapas analisadas se verificaram alinhamentos mais precisos e relativamente duradouros no decorrer do processo dos respectivos conflitos. Na transição do terceiro para o quarto conflito e, sobretudo, no desenrolar deste último, seria, aliás, especialmente manifesta a instabilidade dos membros das "facções", as passagens de grupo para grupo, revelando certo grau de inconsistência nas posições desses elementos, bem como a fraca probabilidade de se tratarem de facções de princípio. Pelo contrário, tal situação apontaria para uma predominância de motivações subjacentes de natureza táctica ou eventualmente estratégica, o que nos permite supôr que o faccionalismo no PPD/PSD se apresentou, fundamentalmente, como um faccionalismo de conveniência.

Estas últimas considerações exigem, contudo, uma fundamentação que ultrapasse a mera abordagem de tipo organizacional. Sublinhadas as características organizacionais das facções, torna-se pois basilar proceder à delimitação dos vectores políticos das mesmas, que englobará as componentes ideológicas, estratégicas e tácticas que se expressam nas clivagens não estruturais que ajudaram a configurar as distintas facções. Só depois de analisadas estas componentes do fenómeno poderemos avançar com conclusões mais precisas sobre a natureza do mesmo.

4. A principal dificuldade que se oferece quando se procuram delimitar os motivos, de natureza diversa, que estão

na origem das "facções" do PPD/PSD é, justamente, a sua considerável diversidade e a impossibilidade de na base de cada uma se encontrar uma única causa.

Na raiz das "facções" do PPD/PSD não encontramos, de facto, uma base única de clivagem, mas, pelo contrário, uma multiplicidade de variáveis estruturantes, cuja hierarquia não seria possível determinar para cada caso.

Torna-se, contudo, possível, descortinar alguns traços mais salientes em cada uma das "facções" analisadas, que possibilitam a sua caracterização em função das causas subjacentes à respectiva formação e dos objectivos aos quais cada uma se teria proposto.

Em termos globais, parece desde logo clara a emergência das clivagens políticas não estruturais(1541), nomeadamente as geradas no quadro intra-partidário através do papel decisório das respectivas elites. Isto é, as "facções" do PPD/PSD surgem essencialmente como criações deliberadas das elites nacionais do partido, em função das clivagens políticas suscitadas por essas mesmas elites(1542). Não obstante parecer evidente a primazia das clivagens políticas não estruturais, as clivagens políticas estruturais, bem como as de natureza social eventualmente pré-existentes poderão, também, em certa medida,

---

(1541) Veja-se o que entendemos por estas variáveis no sub-capítulo 2 do Capítulo II da Parte I desta dissertação.

(1542) Parte-se, portanto, uma vez mais, da importância do papel voluntariamente assumido pelas elites partidárias quanto à formação de facções e ao despoletar do conflito. Veja-se, sobre o assunto, o sub-capítulo 3 do Capítulo IV da Parte I desta dissertação.

estar subjacentes à constituição e ao desenvolvimento das diversas "facções".

Foram, assim, detectados ingredientes de vária espécie na raiz das diferentes "facções", uma multiplicidade de causas na base de cada uma e uma miscelânia de objectivos na constituição e no desenvolvimento desses alinhamentos intra-partidários.

A confluência de traços ideológicos, estratégicos e tácticos juntamente com motivações de ordem pessoal, de luta pelo poder e pela ascensão dentro do partido ou pela defesa das posições já adquiridas surgem, assim, como uma constante em quase todas as "facções" do PPD/PSD.

Daqui resulta que essas "facções" não tenham nunca assumido uma configuração predominantemente de princípio, quer ideológico ou de simples opinião, de oportunidade, quer de puro interesse ou de conveniências pessoais, de procura do poder ou de mera obtenção de recompensas(1543), ou, unicamente, derivado de simples processos de seguidismo a um líder, como resultado do seu eventual carisma.

Se tomarmos cada uma das motivações que se apresentam como possíveis elementos estruturantes das "facções" e as considerarmos relativamente a cada uma das sub-unidades partidá-

---

(1543) Estas são as chamadas "spoils factions", que Sartori consideraria como sendo as facções por excelência. Cf. GIOVANNI SARTORI, *Parties and Party Systems A Framework for Analysis*, Cambridge, Cambridge University Press, 1976, p. 79.

Apesar de a camuflagem actuar principalmente neste tipo de facções, nenhuma das "facções" do PPD/PSD se pode classificar unicamente nestes moldes. O que não significa que motivos desta ordem não estivessem, também, subjacentes às diversas facções analisadas.

rias anteriormente delimitadas, podem-se comprovar as considerações aqui feitas. Se observarmos a actuação das diferentes "facções", são as clivagens de natureza estratégica que se prefiguram, em geral, como as mais salientes. Elas estiveram presentes em cada etapa: no conflito que opôs os "Sá Carneiristas" sucessivamente ao "Grupo Sá Borges"/"Dissidentes de Aveiro" e aos "Inadiáveis", mais tarde os "Balsemistas" aos "Críticos"/"Grupo de Lisboa"; no terceiro, como no quarto conflito divergências de ordem estratégica manter-se-iam como elementos estruturantes de cada uma das "facções" então surgidas, bem como dos consensos por vezes encontrados entre elas. A confirmá-lo, a fusão efectuada entre elementos "Mota Pintistas" e da "Nova Esperança" aquando do Congresso da Figueira da Foz. Sob a liderança de Aníbal Cavaco Silva tal seria possível devido a confluências de ordem estratégica significativas e à tomada de consciência da importância do apelo populista então feito às bases do partido.

Apesar da visibilidade das motivações de natureza estratégica como estando na génese das "facções" do PPD/PSD, algumas das sub-unidades partidárias não se configuraram com base em causas desse teor. Outras, não obstante se apresentarem aparentemente configuradas a partir desse tipo de vectores, camuflariam outros motivos na sua constituição e actuação posterior.

Esses seriam os interesses concretos das elites, isto é, todas as outras motivações possíveis capazes de provocar a sua agregação em "facções", entre as quais se incluem, não só

a possibilidade de ascensão intra-partidária dessas elites, a procura de recompensas expressa em termos de cargos no plano interno e também na esfera pública, como a luta pela liderança do partido ou pela manutenção do estatuto já adquirido (este último aspecto tornou-se especialmente patente ao longo da querela sucessória que atravessou o partido desde o desaparecimento de Francisco Sá Carneiro até ao Congresso da Figueira da Foz).

Como vimos atrás, o PPD/PSD procurou estar sempre envolvido na esfera do poder e a sua identificação com o aparelho de Estado seria uma evidência desde os primórdios da Democracia portuguesa, acentuando-se essa apropriação à medida que o partido ia vendo acrescida a sua importância no sistema(1544).

(1544) Da identificação do PPD/PSD com o aparelho do Estado seria evidente a consecutiva ocupação de cargos públicos por membros deste partido. Vejam-se, a título de exemplo, os cargos públicos eleitos ocupados por elementos do PPD/PSD: o número de Deputados por Círculo Eleitoral nas sucessivas legislaturas (253 individualidades preencheriam 480 cargos) patente no Quadro 1 do Anexo IV desta dissertação, o total de Presidências das Câmaras do PPD/PSD ocupadas por inscritos no partido desde 1976 a 1985 (253 individualidades, 455 tomadas de posse), expresso nos Quadros 4 e 5 do respectivo Anexo V (os nomes das individualidades que ocuparam estes cargos encontram-se aí na Lista 30) e o total de Presidências das Câmaras afectas ao PPD/PSD (incluindo os independentes eleitos em listas do partido; estas totalizariam 307, entre 1976 e 1985, conforme se pode verificar através do Quadro 6 do mesmo Anexo).

Veja-se, também, a ocupação de cargos públicos designados, entre os quais os no Executivo: 59 pastas Ministeriais, 92 Secretários de Estado e 8 Subsecretários de Estado desde o I Governo Provisório ao X Constitucional, ou sejam, 159 cargos, equivalendo a 162 individualidades inscritas no PPD/PSD que ocuparam lugares nos diversos Executivos, isto é 25,5 % do total (624) de cargos no Governo disponíveis ao longo do período de tempo considerado (vejam-se os Quadros 2, 3 e 4 do Anexo IV desta dissertação) e os cargos a nível local: 31 membros do PPD/PSD ocupariam 42 lugares de Governador Civil desde 1974 até 1985 num total de 110 cargos disponíveis ao longo destes anos, ou seja, uma taxa de ocupação da ordem dos 38,2 % (veja-se a Lista 29 do Anexo V desta dissertação, onde constam os nomes e as datas de tomada de posse dos diversos Governadores Civis do PPD/PSD, para além dos Quadros 1, 2 e 3 do mesmo Anexo).

De qualquer forma, e apesar de o leque das oportunidades oferecidas pelo sistema político global às elites do PPD/PSD se ter tornado consideravelmente mais amplo a partir de 1979, através da actuação levada a efeito pelo próprio partido, tal não significa que no plano interno tenham igualmente aumentado as oportunidades para as elites respectivas, tanto no que respeita à esfera intra-partidária (cargos no aparelho) quer ao da vida pública (lugares no Parlamento, no Executivo, na Administração Pública e nas empresas públicas).

Como nos interessam fundamentalmente os cargos de âmbito nacional, vejamos nos Quadros 2, 3 e 4 como se processou entre 1974 e 1985 a renovação das elites do PPD/PSD.

De acordo com o Quadro 2 pode-se observar que no conjunto dos Congressos Nacionais do partido, seria no II, realizado em Aveiro, que entraria para cargos dirigentes nacionais do aparelho do partido a percentagem mais elevada de novos elementos. Segue-se o III e IV Congressos, o V, o VII e o XII.

A renovação nestes cargos ir-se-ia processando, paulatinamente, ao longo dos sucessivos Congressos, incorporando-se, em média, cerca de 30.0 % de novos dirigentes por cimeira. Quer o IX, quer o X Congressos parecem ser os que menos renovaram os seus dirigentes internos, sobretudo o primeiro, no qual escassos 11.7 % dos eleitos o seriam pela primeira vez.

Para além do sublinhado, conforme nos foi dado observar, o PPD/PSD foi o partido que mais tempo ocupou o poder e, daí, se pode depreender a influência que exerceria na nomeação de Gestores Públicos, Directores Gerais e outros cargos da Administração Pública.

Q U A D R O 2

Renovação no cargo dos Dirigentes do aparelho do PPD/PSD de 1974 a 1985, considerando-se todos os órgãos nacionais do aparelho partidário eleitos em cada Congresso,
(em %)

Congressos / Renovação no cargo	I Congresso 1974		II Congresso 1975		III e IV Congressos 1976		V Congresso 1978		VI Congresso 1978		VII Congresso 1979		VIII Congresso 1981		IX Congresso 1981		X Congresso 1983		XI Congresso 1984		XII Congresso 1985	
	PP	DN	PP	DN	PP	DN	PP	DN	PP	DN	PP	DN	PP	DN	PP	DN	PP	DN	PP	DN	PP	DN
1ª vez	75,0	64,3	96,4	88,1	76,7	53,3	60,7	41,1	53,4	32,8	46,6	36,2	53,4	31,0	27,1	11,7	55,7	27,8	44,3	32,9	49,3	34,2
2ª vez	25,0	35,7	2,7	7,3	18,3	28,3	28,6	21,4	29,4	27,6	27,6	25,9	20,7	18,9	37,2	28,9	23,1	14,8	25,3	16,5	20,3	24,1
3ª vez	-	-	0,9	4,6	5,0	11,7	7,1	21,4	13,8	17,2	15,5	15,5	13,8	13,8	13,6	16,9	5,0	13,1	16,4	14,0	12,7	7,6
4ª vez	-	-	-	-	-	6,7	3,6	8,9	3,4	10,3	6,9	8,7	6,9	13,8	10,2	11,9	9,8	11,5	5,0	12,7	6,3	5,1
5ª vez	-	-	-	-	-	-	-	7,2	-	5,2	3,4	6,9	3,4	8,6	6,8	15,3	1,6	9,9	2,6	5,0	3,8	10,1
6ª vez	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6,9	-	3,4	1,8	8,6	3,4	5,1	1,6	13,1	3,8	5,0	2,5	3,8
7ª vez	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,4	-	3,5	1,7	6,8	1,6	1,6	-	6,3	2,5	2,5
8ª vez	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,8	-	3,4	1,6	4,9	1,3	3,8	-	6,3
9ª vez	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,3	1,3	2,5	1,3	3,8
10ª vez	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,3	1,3	2,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
n =	(28)		(110)		(60)		(56)		(58)		(58)		(58)		(59)		(61)		(79)		(79)	

Nota: PP = Renovação no próprio cargo; DN = Renovação de qualquer cargo em órgãos dirigentes nacionais do partido.
No I Congresso consideram-se que ocuparam o cargo pela segunda vez os elementos que teriam já pertencido à Comissão Política Provisória que vigorou até àquela cimeira.

Fonte: Listas 2 a 12 do Anexo IV desta dissertação.

Verifica-se, nalguns casos, uma permanência considerável de individualidades no mesmo cargo, visível, por exemplo, no V, VI, VII, IX, X e XI Congressos. Individualidades haveria que ao longo do período de tempo considerado chegariam a ocupar por dez vezes o mesmo cargo e outros que seriam por diversas vezes dirigentes nacionais do aparelho do partido(1545).

Em suma, no que concerne às oportunidades intra-partidárias de ascensão das elites a cargos nacionais, parecem ser relativas, visto que menos de um terço dos dirigentes eleitos em cada Congresso assumem esses cargos pela primeira vez (salvo no que respeita aos primeiros três Congressos e muito especialmente ao de Aveiro).

Vejamos agora no Quadro 3 como se processaria a renovação no que respeita aos cargos no Parlamento.

Nas primeiras eleições legislativas sensivelmente metade dos Deputados sê-lo-iam pela primeira vez, tendo já estado a outra metade na Assembleia Constituinte. Seria nas elei-

---

(1545) Registe-se que, desde 1974 até 1985 inclusivé, as individualidades do PPD/PSD que maior número de vezes ocuparam cargos dirigentes de âmbito nacional no aparelho do partido seriam: António Sande Lemos e José Guilherme Coelho dos Reis (ambos ocupariam um cargo nacional dez vezes sucessivas, o primeiro sendo pela décima vez membro do Conselho de Jurisdição Nacional e o segundo pela nona vez membro deste mesmo órgão); Mário Montalvão Machado (que ascederia a cargos nacionais do partido por dez vezes); Nuno Rodrigues dos Santos, Francisco Pinto Balsemão, Amândio de Azevedo e José Gago Vitorino (qualquer deles deteria nove vezes um cargo de âmbito nacional); Eurico de Melo, José Ângelo Correia, António Capucho, José Bento Gonçalves e Fernando Alberto Ribeiro da Silva (todos ocupariam pela oitava vez um cargo dirigente nacional no aparelho partidário). Note-se que, até ao desaparecimento de Francisco Sá Carneiro seria este dirigente, Mário Montalvão Machado, Nuno Rodrigues dos Santos, Francisco Pinto Balsemão, José Ferreira Júnior, Amândio de Azevedo, José Bento Gonçalves, António Sande Lemos e José Guilherme Coelho dos Reis as personalidades que detiveram maior número de vezes cargos nacionais no aparelho do partido. Vejam-se as Listas 1 a 12 do Anexo IV desta dissertação.

QUADRO 3

Renovação no cargo dos Deputados do PPD/PSD de 1974 a 1985
(em %)

Legislaturas / Renovação no cargo	Assembleia Constituinte 1975	Assembleia da República 1976	Assembleia da República 1979	Assembleia da República 1980	Assembleia da República 1983	Assembleia da República 1985
1ª vez	100,0*	54,8	69,5	20,7	38,7	37,5
2ª vez	-	45,2	15,9	54,9	18,7	21,6
3ª vez	-	-	14,6	12,2	24,0	19,3
4ª vez	-	-	-	12,2	9,3	13,6
5ª vez	-	-	-	-	9,3	3,4
6ª vez	-	-	-	-	4,6	
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
n =	(80)	(73)	(82)	(75)	(88)	(88)

Nota: * 4 Deputados (5,0 %) do Grupo Parlamentar de 1975 tinham estado na antiga Assembleia Nacional.

Fonte: Listas 13 a 18 do Anexo IV desta dissertação.

ções para a Assembleia da República que o Grupo Parlamentar do PPD/PSD se veria mais renovado, já que 69.5 % dos Deputados assumiam o cargo pela primeira vez, enquanto nas eleições seguintes a maioria (54.9 %) o desempenhava pela segunda vez. Nas eleições legislativas de 1983 e 1985 a renovação é feita com sensivelmente um terço dos Deputados, ou seja, o Grupo Parlamentar do PPD/PSD renova-se de forma idêntica à do aparelho partidário.

Verifica-se, de igual forma, que algumas individualidades chegaram a assumir o cargo de Deputado pela quinta ou sexta vez(1546).

(1546) No conjunto dos membros dos Grupos Parlamentares do PPD/PSD de 1975 a 1985 seriam as seguintes as individualidades que mais vezes desempenharam o lugar de Deputado:

No Quadro 4 temos a renovação dos cargos no Governo dos inscritos no PPD/PSD.

QUADRO 4

Renovação no cargo dos membros do Governo do PPD/PSD de 1974 a 1985
(em %)

Governos / Renovação no cargo	I Governo Provisório 1974	II Governo Provisório 1974	III Governo Provisório 1974	IV Governo Provisório 1975	VI Governo Provisório 1976	VI Governo Constitucional 1980	VII Governo Constitucional 1981	VIII Governo Constitucional 1981	IX Governo Constitucional 1983	X Governo Constitucional 1985
1ª vez	100,0	-	-	75,0	66,6	70,0	45,8	56,4	45,1	56,2
2ª vez	-	100,0	-	-	26,7	25,0	29,2	23,0	35,5	28,1
3ª vez	-	-	100,0	-	-	5,0	20,8	15,4	9,7	6,3
4ª vez	-	-	-	25,0	-	-	4,2	5,2	9,7	6,3
5ª vez	-	-	-	-	6,7	-	-	-	-	3,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
n =	(3)	(1)	(1)	(4)	(15)	(20)	(24)	(39)	(31)	(32)

Nota: No II e no III Governos Provisórios o partido teve apenas um dos seus membros a ocupar uma pasta ministerial.
Fonte: Listas 19 a 28 do Anexo IV desta dissertação.

De acordo com os dados, verifica-se que o partido tem vindo a renovar consideravelmente as suas elites na esfera dos diversos Executivos: no conjunto, cerca ou mais de 50.0 % desempenham um cargo no Governo pela primeira vez, apresentan-

---

Amândio de Azevedo, José Ângelo Correia, Manuel da Costa Andrade e Amélia Andrade Azevedo (qualquer destas individualidades foi eleita Deputado por seis vezes); Nuno Rodrigues dos Santos, Afonso Moura Guedes, Mário Montalvão Machado, João Bosco Mota Amaral, José Bento Gonçalves e Cristovão Guerreiro Norte (eleitos Deputados por cinco vezes). Vejam-se as Listas 13 a 18 do Anexo IV desta dissertação. Considerando o exposto na nota anterior, se conclui terem sido Mário Montalvão Machado, Amândio de Azevedo, José Ângelo Correia e José Bento Gonçalves as personalidades do PPD/PSD que desempenharam maior número de vezes cargos nacionais e que acumularam mais cargos no partido.

do o VI Governo Constitucional, primeiro da AD e o X Governo Constitucional, presidido por Aníbal Cavaco Silva, as equipes mais rejuvenescidas, independentemente de nas suas fileiras se perfilarem algumas individualidades que já teriam desempenhado cargos governamentais por diversas vezes(1547).

Do exposto interessa fundamentalmente reter o facto de as diversas conjunturas (Congressos, eleições e formação de Governos) se apresentarem, em princípio, como novos quadros de oportunidades, quer para a ascensão aos cargos nacionais por parte das não-elites, quer para a manutenção das elites nesses mesmos cargos. Os interesses de umas e de outras podem, assim, manifestar-se em termos de tornar esses quadros efectivos, vendo, consequentemente, acrescidas as suas oportunidades de obtenção desses mesmos cargos. Estes estariam, contudo, dependentes de mecanismos de diversa ordem, uns com carácter estrutural, outros de natureza mais conjuntural, ambos expressos quer na esfera do sistema político global, quer na esfera intra-partidária.

Os sucessivos debates estatutários e a ascensão de certas elites promovidas no quadro das "facções" vencedoras em

---

(1547) Dos membros do PPD/PSD que ocuparam mais vezes cargos nos diversos Executivos sobressairiam: Joaquim Magalhães Mota (cinco cargos ministeriais ocupados respectivamente no I, II, III, IV e V Governos Provisórios), Maria Manuela Aguiar Dias Moreira (por quatro vezes Secretária de Estado da Emigração/Comunidades Portuguesas respectivamente no VI, VII, IX e X Governos Constitucionais), Francisco Pinto Balsemão e Álvaro Bissaia Barreto (o primeiro Ministro-Adjunto do Primeiro Ministro no VI Governo Constitucional, Primeiro-Ministro no VII e no VIII Governos Constitucionais); o segundo sucessivamente Ministro da Indústria e Energia do VI Governo Constitucional e Ministro da Integração Europeia, Agricultura, Comércio e Turismo e Agricultura, Pescas e Alimentação nos Executivos seguintes). Vejam-se as Listas 19 a 28 do Anexo IV desta dissertação.

cada conflito, o carreirismo manifestado por outras, seriam igualmente elucidativos a este respeito. Apesar de ser de difícil comprovação, quer estes, quer os motivos de carácter estritamente pessoal, consubstanciados nos antagonismos particulares que oporiam alguns líderes das "facções", sobretudo no decurso dos dois primeiros conflitos, assumiram um papel proeminente no cimentar de certos sub-grupos partidários. Torna-se óbvio, mediante a observação meticulosa, atrás realizada, dos diversos aspectos encerrados por cada um dos conflitos do PPD/PSD, que neste tipo de vectores residiu um foco de considerável potencial constitutivo das "facções" deste partido.

Mesmo uma maior visibilidade, entre algumas "facções", por exemplo das clivagens de ordem ideológica, não deixou de se apresentar a camuflar outro tipo de motivações. Tal seria o caso da clivagem ideológica, não expressa, mas visível em grau apreciável, entre os "Sá Carneiristas" e o "Grupo Sá Borges" ou entre aqueles e os "Inadiáveis". Ou o enquadramento feito nesses termos do conflito entre os "Balsemistas" e os "Críticos"/"Grupo de Lisboa" ou entre os "Mota Amaralistas" e os "Mota Pintistas" de um lado e, do outro, a "Nova Esperança" e, mais tarde entre os "Salgueiristas" e os "Cavaquistas".

A ideologia, pela carga de legitimação que comporta, seria manifesta nos apelos feitos às bases pelos líderes de certas "facções" e se não apareceu na base real constitutiva das mesmas surgiria, pelo menos, como capa para outro tipo de dissensões subjacentes. Basta atentar, por exemplo, à forte componente pessoal, já reportada, e de mera luta pelo poder,

dos três primeiros conflitos analisados que, se não estiveram na raiz respectiva, viriam, no entanto, a revelar-se como um vector fundamental no desenvolvimento respectivo.

Por outra parte, casos houve em que clivagens aparentemente de ordem táctica ou estratégica dissimulariam divergências de carácter ideológico, muito embora não explicitadas. Às alianças estrategicamente adoptadas ora com o PS, ora com o CDS, estariam no fundo subjacentes, em certa medida, posicionamentos ideológicos divergentes. Pelo menos até certo ponto, não obstante o facto de "facções" concretas, supostamente tendentes à defesa de um certo tipo de coligação, se virem a manifestar em termos totalmente inversos, determinadas que foram por outro tipo de motivações. Suficientemente convincente, neste capítulo, apresentar-se-ia a defesa acérrima da AD pelos "Balsemistas" e a promoção do Bloco Central por elementos provenientes das fileiras dos "Críticos".

Daqui resulta que se na configuração inicial destas "facções" se pareçam ter configurado clivagens de ordem ideológica - e tal seria evidente através das manifestações contra a coligação com o CDS por parte de elementos "Balsemistas" aquando da decisão de Francisco Sá Carneiro nesse sentido e a auto-proclamação dos "Críticos" como herdeiros legítimos do líder desaparecido - o desenvolvimento subsequente evidenciaria, no entanto, inflexões de carácter táctico-estratégico significativas, que alterariam substancialmente a natureza das clivagens subjacentes às mesmas.

As clivagens ideológicas mostraram-se, assim, com con-

tornos consideravelmente nebulosos. A própria dimensão "esquerda/direita" não se torna fácil de destrinçar no plano interno, visto que qualquer tentativa de situar as "facções" nesse contínuo resvalaria, inevitavelmente, para uma excessiva simplificação.

No entanto, é possível encontrar alas, correntes ou sensibilidades, vagas de fundo conotadas com tendências eventualmente mais de "esquerda" ou de "direita" na leitura que fazem do Programa e nas políticas implementadas. O objectivo preciso de Francisco Sá Carneiro no sentido de romper com o precurso socializante do processo político não representava apenas uma divergência táctica ou estratégica relativamente ao "Grupo Sá Borges". Não seria uma clivagem ideológica determinante, até porque alguns dos "Dissidentes" de Aveiro regressariam mais tarde ao partido no âmbito da AD mas, até pela importância que a dimensão "esquerda/direita" teria então na estruturação do campo político em geral, alguns reflexos se fariam sentir na base da constituição das duas "facções" em conflito.

A inversão do sistema preconizada depois por Francisco Sá Carneiro e a oposição que encontraria junto dos "Inadiáveis" assentaria, também, em algo mais do que uma simples clivagem de ordem estratégica e, aí, poderão ser descobertas divergências de natureza mais profunda e situadas naquela dimensão.

De igual forma, subjacente à questão presidencial presente no quarto conflito estaria, igualmente, uma clivagem

"esquerda/direita", sobretudo se perspectivarmos de um lado "Mota Pintistas" e "Mota Amaralistas" e, do outro, a "Nova Esperança"; enquanto esta última "facção" pretendia uma eventual reconstituição da AD através da sua estratégia presidencial, que visava o retomar do esquema da bipolarização política em que assentara a coligação com o CDS, as outras "facções", apesar das estratégias presidenciais não coincidentes, apostavam ambas num esquema mais moderado, no qual o acentuar do centrismo político parecia ser determinante. Parece, no entanto, óbvio que, neste capítulo, funcionaria como catalizador dos interesses de "Mota Pintistas" e "Mota Amaralistas" a defesa do bloco no poder.

Ainda no atinente à matriz ideológica das "facções" cabe reportar as sensibilidades correspondentes a vagas de fundo, que identificámos como populistas, populistas-reformistas, liberais e sociais-liberais. Inscrever-se-iam no primeiros os "Sá Carneiristas" e, mais tarde, os "Cavaquistas", entre os segundos os "Mota Pintistas", enquanto o "Grupo de Lisboa" e a "Nova Esperança" se poderão conotar com os liberais e os "Balsemistas"/"Mota Amaralistas"/"Salgueiristas" com os sociais-liberais.

Estas classificações resultariam não só de perspectivas ideológicas específicas, mas de um conjunto de comportamentos estratégicos manifestados por essas "facções" e das próprias atitudes dos seus principais expoentes, que fomos analisando ao longo do prócesso de cada conflito. Do facto de as divergências inerentes ajudarem, também, a configurar cada uma des-

sas "facções" não se deve inferir que elas consistiram na base única de clivagem em que cada uma assentou.

Não encontrámos, por conseguinte, nenhuma facção de princípio propriamente dita, quer ideológica, quer estruturada exclusivamente a partir de diferenças estratégicas ou da defesa de medidas políticas concretas. Também não detectamos facções de conveniência puras, isto é, unicamente orientadas para a partilha do poder ou para a obtenção de recompensas. Não obstante estes últimos aspectos se tenham revelado, por vezes, como preponderantes, em grande parte dos casos surgem camuflados sob outros propósitos.

Nalgumas "facções" a personalidade de um líder potencial representou, igualmente, um factor decisivo na constituição respectiva. Tal seria o caso dos "Sá Carneiristas", do "Grupo Sá Borges", dos "Balsemistas" e seus sucedâneos, dos "Mota Pintistas" e dos "Cavaquistas". Todas estas "facções" apresentaram características personalistas mais ou menos acentuadas; "Sá Carneiristas" e "Cavaquistas" mostraram-se, no entanto, mais próximas do tipo de "facção" carismática. Nas restantes sub-unidades partidárias, salvo alguns casos de líderes mais preponderantes ou de certas actuações mais incisivas, tratou-se de coligações de elites, nas quais o carisma não representou um vector substancial.

O facto de não serem reconhecidas, enquanto tal, pela própria cultura partidária(1548), de não deterem uma organiza-

---

(1548) Nenhum dos partidos portugueses reconhece a existência de facções no seu seio. A rejeição ao termo faz-se, inclusivé, no PPD/PSD o qual, não fugindo à regra, ape-

ção formal precisa e de não se poder determinar uma única base de clivagem ou um fim único, relativamente a cada uma das sub-unidades internas do PPD/PSD, não retira, no entanto, às "facções" respectivas a sua relevância enquanto entidades determinantes na dinâmica intra-partidária e na própria dinâmica política global.

Até aqui abordámos a problemática do faccionalismo interno no PPD/PSD com base em três dimensões distintas, conquanto interrelacionadas. No Capítulo X, ao analisarmos os quatro conflitos internos, foram identificadas as diversas sub-unidades intra-partidárias e explicitada a sua actuação no quadro desses conflitos. Respondemos pois, aí, a questões como "quais são" e "o que fazem" as "facções" do PPD/PSD. Neste sub-capítulo do Capítulo XI procurámos saber "como são" essas "facções" e o que as distingue umas das outras, baseando-nos primeiro em critérios de tipo organizacional; seguidamente, concluímos àcerca das motivações de ordem ideológica, estratégica, táctica e de mero interesse pessoal que estariam subjacentes às diferentes "facções", ou seja, àcerca do "porquê" das mesmas.

Relativamente a este último plano de análise do faccionalismo caberá, ainda, reportar um conjunto de variáveis que juntamente com aquelas permitem concluir sobre as causas da existência das "facções". São elas as variáveis político-estruturais e as sócio-estruturais; as primeiras conduzem-nos

---

apenas admite a existência de sensibilidades e eventualmente, a de correntes ou tendências. Veja-se sobre o assunto, as notas 195, 210 e 211 desta dissertação.

aos incentivos existentes ao faccionalismo no sistema político e no sistema intra-partidário e as segundas apontam para a composição das "facções", ou seja, possibilitam saber "como são" os membros respectivos; ambas respondem igualmente à questão "porque existem as facções?".

A relação entre as várias dimensões do faccionalismo interno determina a sua configuração e, consequentemente, permite entender melhor os intervenientes dos conflitos intra-partidários.

5. Antes, porém, de passar à análise da dimensão estrutural do fenómeno, cabe sublinhar o que de mais relevante encontrámos nos respectivos planos organizacional e político:

a) *As facções no PPD/PSD apresentaram-se como grupos organizados de conflito, como seus promotores e razão de ser desses conflitos;*

b) *As facções no PPD/PSD apresentaram-se como criações deliberadas das elites nacionais do partido, fundamentalmente constituídas com base nessas elites e revelaram-se como uma dimensão crucial para a compreensão da conflitualidade interna no PPD/PSD;*

c) *Aplicando-se indiscriminadamente a todas as sub-unidades partidárias encontradas o termo facção, distinguiram-se, contudo, no âmbito deste fenómeno vários tipos de agrupamentos de elites de natureza diversa;*

d) *Dotados de fronteiras precisas e de uma certa*

constância na defesa dos interesses próprios, alguma duração e consistência e com pertenças passíveis de precisão, prefiguraram-se alguns agrupamentos que definimos como "facções";

e) Como "facções" classificámos no primeiro conflito os "Sá Carneiristas" e o "Grupo Sá Borges"/"Dissidentes de Aveiro", no segundo os "Sá Carneiristas" e os "Inadiáveis", no terceiro o "Grupo dos 44", os "Balsemistas", os "Notáveis" e o "Grupo de Lisboa"/"Críticos", no quarto, numa primeira fase, os "Mota Pintistas", os "Mota Amaralistas" e a "Nova Esperança" e, numa segunda fase, os "Salgueiristas" e os "Cavaquistas";

f) Não encontrámos formas puras de"facções"ou seja, os agrupamentos de elites assim classificados apresentaram-se dotados de uma configuração híbrida e, além disso, mutante;

g) Mesmo quando, à partida, na base de uma "facção" determinada parece apresentar-se uma causa única, essa "facção" envolve sempre na sua origem outras condicionantes; mediante a análise cuidada da sua formação e posterior desenvolvimento, da actuação dos seus membros e das finalidades a que se propõe, transparecem, de imediato, outras determinantes;

h) As "facções" delineadas apresentaram-se, assim, com motivações subjacentes de diversa ordem, quer no momento da sua formação, quer no das eventuais modi-

ficações a que seriam sujeitas;

i) Qualquer uma das "facções" no PPD/PSD se configurou, consequentemente e em simultâneo, com componentes de facção de princípio, ideológico ou de simples opinião e como facção de conveniência ou oportunidade, de mero interesse pelo poder ou de luta pela aquisição de recompensas (cargos públicos ou partidários e o estatuto e os benefícios que eles implicam);

j) Torna-se difícil descortinar na maioria das "facções" analisadas se as motivações de ordem ideológica estão, de facto, camufladas por outro tipo de causas ou se, pelo contrário, servem para dissimular motivos de natureza diversa;

k) A dicotomia"esquerda/direita"não funciona adequadamente como quadro operativo para a classificação das "facções" no PPD/PSD; não só porque os próprios contornos se apresentam nebulosos, como a realidade das "facções" é demasiado complexa e qualquer classificação das mesmas em função daqueles parâmetros resultaria numa excessiva simplificação e no reducionismo obsoleto do fenómeno em si mesmo;

l) O defendido acima não impede, no entanto, que algumas dessas "facções" tenham sido conotadas mais com a "esquerda" ou com a "direita" dentro do partido e que se reconheçam tendências ou sensibilidades gerais no PPD/PSD, que identificámos como populistas e sociais-liberais, que se inscrevem, eventualmente,

nesse contínuo e com as quais elementos dessas "facções" estariam mais sintonizados;

m) Já com base na dimensão ideologia/pragmatismo se torna presumível classificar as diversas "facções", sobretudo mediante as respectivas implicações táctico-estratégicas; nos dois primeiros conflitos, quer o "Grupo Sá Borges", quer os "Inadiáveis" pareceram assentar, sobretudo, na base do pragmatismo, enquanto os "Sá Carneiristas" partiriam, eventualmente, de motivações de carácter mais ideológico;

n) As matrizes ideológica e oportunística estariam, assim, simultaneamente presentes na génese das diversas "facções", camuflando nalguns casos motivos de natureza mais pessoal;

o) Divergências deste tipo seriam fundamentalmente encontradas, se não na base das "facções" surgidas no quadro dos dois primeiros conflitos, pelo menos no cimentar das pertenças e no posterior desenvolvimento dessas "facções";

p) De igual forma, tornou-se óbvia a importância do carisma como estando na base de algumas "facções", sobretudo o exercido por Francisco Sá Carneiro na cristalização da sua "facção" naqueles dois conflitos; uma matriz carismática poderá, assim, ser encontrada na base dos "Sá Carneiristas", em parte nos "Mota Pintistas" e, mais tarde, nos "Cavaquistas".

2 - A dimensão estrutural das facções

2.1 - Os incentivos político-estruturais ao faccionalismo

1. Para além da dimensão organizacional das facções e da respectiva dimensão política não estrutural, isto é, por um lado, das diversas configurações que o fenómeno assumiu e, por outro, das clivagens de diversa ordem que lhe estiveram na base, ou para a promoção das quais as elites assim se organizaram, há que reconhecer uma outra dimensão ao faccionalismo intra-partidário.

Daqui resulta que este fenómeno e a dinâmica que encerra possa decorrer não só das clivagens de ordem política não estrutural, nem dos condicionalismos de tipo social que estão presentes nos elementos que as compõem, ou sejam, as características dos membros respectivos, mas de um conjunto de vectores de natureza política puramente estrutural, os quais favoreceram, se não o aparecimento das "facções", pelo menos a sua cristalização e desenvolvimento. Nestes termos, esses factores estruturais funcionam como incentivo ao faccionalismo e, consequentemente, como estímulo à conflitualidade intra-partidária.

Antes de averiguar se as "facções" constituídas são ou não função de grupos sociais específicos, cabe, portanto, identificar os incentivos ao faccionalismo existentes no âmbito do PPD/PSD. Entre estes, parece-nos especialmente relevante

o papel desempenhado pelo sistema eleitoral, pelos mecanismos eleitorais internos adoptados para a escolha dos dirigentes dos órgãos nacionais, pelas próprias características da estrutura orgânica do partido (que juntamente ao tipo de recrutamento das elites e à respectiva renovação representa o quadro das oportunidades que se oferece a essas elites) e pela existência das organizações paralelas e decorrente articulação com o aparelho partidário. A dinâmica instalada no relacionamento dos diversos órgãos do partido, revelar-se-ia, aliás, determinante neste capítulo, já que os órgãos aos quais competeria, em princípio, o poder, muitas das vezes funcionariam como mediadores no meio da complexidade de que se revestiriam essas relações. A par das formas e das estruturas interessa, assim, precisar as variantes da dinâmica estabelecida entre as mesmas.

O PPD/PSD debater-se-ia, logo de início, com a duplicidade resultante da procura e subsequente defesa de uma direcção unitária, firme e coesa, correspondendo a uma pretensão de homogeneidade total ao nível interno e a concomitante presença de um certo dualismo instalado na esfera dessa liderança(1549). Esta situação equivaleria à existência de múltiplas componentes intra-partidárias, cuja articulação

---

(1549) A estrutura bipartida da liderança intra-partidária seria especialmente manifesta nos dois primeiros conflitos, enquanto no terceiro se desenharia já uma tendência, mais visível no decurso do último conflito, para o aparecimento de um outro contra-poder ao nível interno. Note-se, contudo, que em termos do exercício da liderança propriamente dita, só se instalariam duas sedes de poder interno no caso do primeiro e do segundo conflito; nos dois últimos conflitos não passariam de tentativas de minar o poder instituído. Vejam-se os diversos sub-capítulos do X Capítulo desta dissertação.

dialéctica se assumiria no aparecimento das "facções".

Nas duas primeiras etapas analisadas, a impossibilidade de o partido concretizar o seu objectivo de liderança do sistema, a impotência a que seria relegado neste capítulo, primeiro pelo MFA, depois pelos socialistas e, mais tarde, pelo Presidente da República e a necessidade de sobreviver num quadro global o qual, como vimos, se apresentava desfavorável levá-lo-iam a confrontar-se internamente com a necessidade de adoptar uma estratégia suficientemente maleável que lhe permitisse não ser marginalizado do processo político. Tal contingência conduziria a alguns compromissos com as forças então no poder que chocariam com a eventual vontade de prosseguir numa via supostamente mais coerente com os princípios programáticos que o partido defendia.

De facto, as divergências surgidas não se poriam nestes termos, a não ser, em certa medida, no que concerne ao primeiro conflito. No segundo conflito já se tornaria mais clara a presença de outros contornos no confronto entre as "facções", desvirtuando-se, em parte, aquela componente e assumindo maior relevo as questões de ordem estratégica, táctica e de antagonismos pessoais.

A comprová-lo, o facto de a partir da cisão dos "Inadiáveis" se ter processado uma certa desvirtuação ideológico-programática através da estratégia então activada(1550),

---

(1550) A estratégia prosseguida por Francisco Sá Carneiro e a sua concretização na constituição da AD não estariam muito conformes com o Programa do PPD/PSD, sobretudo atendendo à conotação de "direita" que a coligação com o CDS implicaria. Veja-se o conteúdo de *A Social Democracia para Portugal, Programa do Partido Social Democrata,* aprovado no 1º Congresso Nacional, reunido em Lisboa nos dias 23 e 24 de Novembro de 1974. Note-se, contudo, que o Programa do PPD/PSD estaria des-

abandonando-se a sobrevalorização da social-democracia como ponto chave do Programa e a procura de afirmação de uma linha política coerente com aqueles princípios que tinham marcado a actuação dos elementos daquela "facção".

A conciliação das linhas partidárias antagónicas tornar-se-ia difícil de atingir, instalando-se um permanente foco de conflito interno. Daqui se infere que os condicionalismos impostos ao PPD/PSD na arena política global levá-lo-iam a apresentar, nas duas primeiras etapas, uma disponibilidade táctica e estratégica suficientemente maleável para não ser erradicado dessa esfera. A versatilidade demonstrada, como vimos, não seria aceite no plano intra-partidário por todos os quadrantes, provocando o conflito e suscitando o aparecimento de "facções".

2. Torna-se, pois, evidente a importância de que se revestiria para a conflitualidade interna no PPD/PSD e para a inerente formação das "facções", a relação entre o quadro de oportunidades oferecido pelo sistema político em geral ao partido (e às suas elites), o interesse deste em termos do acréscimo da respectiva margem de manobra e das hipóteses de chegar ao poder e a ideologia subjacente, que nem sempre estaria conforme com as cedências tácticas ou estratégicas então processadas.

As circunstâncias próprias do andamento do processo político, sobretudo nas duas primeiras etapas, a sua condução

---

de sempre muito à "esquerda" da prática partidária, condicionado que foi na sua redacção pelo período durante o qual foi elaborado, como já atrás sublinhámos.

pelo MFA, os condicionalismos impostos pelos militares, o acentuado esquerdismo do sistema, o comportamento do PS e a actuação do Presidente da República afectariam substancialmente a conflitualidade interna no PPD/PSD.

Nas duas últimas etapas, não obstante se posicionar a questão de forma distinta, visto que o partido se encontrava já no poder, permaneceria em aberto a possibilidade de um melhor aproveitamento das oportunidades políticas por parte das elites e das "facções" internas opostas à liderança instituída, no caso do terceiro conflito, e de ultrapassagem da posição secundária para que tinha sido relegado o partido, no que concerne ao quarto conflito.

Deparamos, por conseguinte, com um elenco de aspectos conjunturais que funcionaram como estímulos, se não ao aparecimento das "facções", pelo menos ao desenvolvimento das mesmas no seio do PPD/PSD.

Não é, contudo, o aspecto conjuntural que nos interessa pôr em relevo. O que importa destacar é a componente estrutural que estaria subjacente a essa prática política dos actores envolvidos no processo. Ou seja, qualquer uma dessas características, para além de resultar do voluntarismo dos actores em causa, seria, em parte, fruto de traços políticos estruturais imprimidos ao próprio sistema: quer a ingerência militar, quer a possibilidade de uma intervenção acrescida por parte do Presidente da República, quer a dificuldade de um partido chegar ao poder sem estar enquadrado fora de uma coligação estariam consignadas, uma no 1º Pacto MFA/Partidos,

outra no próprio texto constitucional, sendo a última decorrente da lei eleitoral. O que, em última análise, nos leva a considerar, por exemplo, o semipresidencialismo exarado na Constituição como um possível incentivo ao faccionalismo intra-partidário.

Decorrendo a actuação do Chefe do Estado das virtualidades eventuais dos preceitos constitucionais nessa matéria e exercendo essa actuação efeitos consideráveis no acentuar dos conflitos internos do PPD/PSD, circunscrevendo e delimitando os comportamentos das "facções" respectivas perante aquela actuação, o sistema semipresidencialista exerceria efeitos precisos, conquanto indirectos, no faccionalismo intra-partidário do PPD/PSD, sobretudo no decurso da segunda e da terceira etapas.

3. Mais significativo nesta matéria viria a revelar-se o sistema eleitoral adoptado entre nós. Se não exerceu, como já vimos atrás, efeitos determinantes na configuração do sistema de partidos, até porque não o precedeu, influiu, contudo, embora indirectamente, no surgir de facções no âmbito de cada formação partidária, através dos efeitos produzidos no tipo de competição entre os partidos(1551).

Dificultando, até certo ponto, a constituição de maiorias estáveis fora do quadro de grandes blocos partidários

---

(1551) Apesar de no sistema português não existir o voto de preferência que, segundo demonstrariam ZARISKI e KATZ, parece levar à proliferação de facções, Vejam-se as notas 239 e 245 desta dissertação.

A influência do sistema proporcional far-se-ia sentir através do impacte exercido na estrutura de oportunidades oferecida pelo sistema global ao próprio partido.

e atendendo à heterogeneidade sociológica e ideológico-estratégica do PPD/PSD, o sistema eleitoral proporcional e o método de Hondt, se não provocaram aí a formação de facções, tenderam, pelo menos, à sua continuidade e ao seu eventual reforço.

As alternativas de coligação com outros partidos que se poriam ao PPD/PSD, nomeadamente com o CDS e com o PS, até pelo sinal oposto que as caracterizaria, tanto no plano ideológico-estratégico, como no das bases sociais de apoio, passariam, em princípio, cada uma dessas hipóteses, não pela concordância do partido enquanto um todo, mas por processos de negociação levados a efeito por facções intra-partidárias. O processo tornar-se-ia consideravelmente mais complicado devido à introdução de outros vectores, mais complexos, que retirariam ao comportamento das facções, nessa matéria, a coerência lógica proveniente da essência das mesmas. Assim se assistiu, por exemplo, aos "Balsemistas" a defenderem a AD e a elementos provenientes das hostes "Sá Carneiristas", depois alinhados nos "Críticos", a propugnarem o Bloco Central.

O que do aduzido interessa fundamentalmente reter é, para além de o sistema eleitoral proporcional favorecer o faccionalismo intra-partidário, o poder-se retirar uma outra conclusão determinante para a nossa análise: o facto de as "facções" no PPD/PSD e de o conflito gerado entre elas deter um papel crucial, quer na formação, quer na estabilidade das maiorias parlamentares e governamentais. Como se tornou evidente, tanto no que se refere aos Executivos AD, como ao do

Bloco Central, cairiam ambos devido à falta de suporte e à acção directa empreendida nesse sentido por uma "facção" do próprio PPD/PSD oposta à linha até aí dominante.

Pode-se, consequentemente, admitir e esta é uma importante conclusão para a nossa análise, que a conflitualidade interna do PPD/PSD extravasou os limites intra-partidários e se repercutiu na esfera política global, ajudando a configurar os conflitos aí processados(1552).

4. Mais do que a natureza do sistema eleitoral em geral, os mecanismos eleitorais adoptados no âmbito interno do PPD/PSD revelar-se-iam como estímulos de considerável envergadura ao faccionalismo intra-partidário.

A vida interna do PPD/PSD configurou-se, de facto, sucessivamente regulada por mecanismos de incentivação e de desincentivação ao faccionalismo, assumindo entre os primeiros um papel preponderante a opção pelo sistema proporcional(1553) para a eleição dos membros do Conselho Nacional.

No entanto, no PPD/PSD os mecanismos eleitorais internos não se apresentaram, por si só, como a variável causal por excelência do faccionalismo intra-partidário. Independentemente de poder, teoricamente, constituir uma causa suficiente, a representação proporcional, na prática, só encorajou o fac-

---

(1552) Na Conclusão do presente trabalho retomaremos esta premissa, que permite extrapolar o conflito intra-partidário no PPD/PSD para o conflito político global.

(1553) Esta disposição seria incluída aquando do II Congresso Nacional do partido. Veja-se o artigo 35º a) nas alterações estatutárias então introduzidas, no qual se dispõe constituirem o Conselho Nacional "80 membros eleitos em Congresso segundo um sistema de representação proporcional". Cf. "Alteração aos estatutos aprovada no II Congresso", *in Povo Livre*, nº 75, de 23 de Dezembro de 1975, p. 2.

cionalismo neste partido quando conjugada com o peso da estrutura na qual actuaria (o Conselho Nacional) e com a representação dos grupos de interesse. A par do sistema eleitoral adoptado, perfilar-se-iam as características da estrutura orgânica do partido, sobretudo ao nível dos órgãos nacionais do aparelho e a representação das organizações paralelas nesses órgãos, que se revelariam, assim, como estímulos ao faccionalismo. Vejamos, em seguida, a forma como se processariam esses incentivos.

A proposta para a introdução da regra da proporcionalidade e do método de Hondt para os órgãos nacionais da liderança partidária seria, como vimos, alvo de acesa polémica durante o Congresso de Aveiro. A não aceitação por parte dos "Sá Carneiristas" do sistema em causa para a composição do então Secretariado Nacional(1554) (Comissão Política Nacional), teria sido, mesmo, o motivo indicado pela "facção" oposta para a dissidência que então se viria a verificar, visto só ter sido aceite o método proporcional para a eleição dos elementos do Conselho Nacional(1555).

O que se passou no Congresso de Aveiro evidenciaria a tentativa de manipulação do sistema de escrutínio interno, em função de um objectivo preciso por parte das duas "facções" que se confrontariam naquela cimeira. De um lado os "Sá Car-

---

(1554) No artigo 412 que definiria a composição do Secretariado Nacional não ficaria, no entanto, explicito o facto de este órgão ser eleito a partir da lista mais votada. Cf. *ibidem*.

(1555) Estabelecido no ponto 1 do referido artigo 412. Cf. *ibidem*.

neiristas" a procurar a sua sedimentação no poder, defendendo o unitarismo do órgão de decisão política fundamental, a homogeneidade na sua composição e a centralização do poder, reforçada pelo facto de o Secretário-Geral passar a fazer parte integrante daquele órgão. Do outro, o "Grupo Sá Borges", pretendendo introduzir aí a regra da proporcionalidade, visto ser a única forma de ter assento no cerne das tomadas de decisão do partido.

A própria aceitação da proporcionalidade para o Conselho Nacional representaria uma cedência por parte de Francisco Sá Carneiro. A partir desse momento tornar-se-ia explícito o impacte produzido pelo método em causa no fenómeno do faccionalismo partidário.

Não tendo estado na origem das primeiras "facções", visto que os "Sá Carneiristas" e o "Grupo Sá Borges" já existiam antes da adopção daquele sistema de escrutínio, não se tendo os próprios "Inadiáveis" constituido na base desse mecanismo, o efeito multiplicador das "facções" só se tornaria patente no Congresso de Montechoro. Aí, como vimos, institucionalizar-se-iam, para além dos "Balsemistas" e do "Grupo de Lisboa", ambos pré-existentes, os "Notáveis" e o "Grupo dos 44", então recém-formados, tendo surgido um outro grupo, liderado por Helena Roseta, que só não persistiria pela exiguidade de lugares obtidos naquele órgão, aliás como aconteceria também com o "Grupo dos 44".

O uso continuado do método proporcional para a eleição daquele órgão nacional do PPD/PSD, exerceria, a vários títu-

los, efeitos consideráveis na própria natureza dos conflitos intra-partidários e, sobretudo, na dinâmica respectiva ou seja, na forma como esses conflitos foram ou não sendo resolvidos.

Primeiro, porque depois de introduzido e utilizado o sistema, as "facções" existentes se tornaram mais rígidas e com contornos menos fluidos, sendo possível identificar as pertenças no momento dos Congressos, por ocasião da apresentação das diversas listas para o Conselho Nacional. Mesmo quando para a Comissão Política Nacional só concorreria uma lista única, as "facções" organizar-se-iam para a disputa dos lugares naquele órgão. Ou seja, enquanto na Comissão Política a lista vencedora obteria a hegemonia dos lugares aí disponíveis, não se apresentando qualquer hipótese para o fraccionamento interno(1556), no Conselho Nacional seria premiado o faccionalismo.

Segundo, porque se tornou um incentivo à formação de novas "facções", à incorporação de novos elementos nas já existentes e às mutações a que as mesmas seriam sujeitas, visto que o não alinhamento nesses grupos implicaria ficar, à partida, afastado da luta pelo poder.

Terceiro, porque transformaria por dentro as próprias

(1556) A não ser, evidentemente, quando, à partida, a composição desse órgão já decorreria da negociação entre "facções" opostas de molde à liderança instituida, mas fortemente contestada, permanecer no poder. Tal seria, por exemplo, a eleição de Pedro Santana Lopes (do "Grupo de Lisboa") para Vogal da Comissão Política Nacional aquando do VI Conselho Nacional de 1981 e a recondução no cargo de Helena Roseta, igualmente crítica de Francisco Pinto Balsemão. Vejam-se as notas 1081 e 1088 desta dissertação.

"facções", passando a assumir um relevo particular a questão das recompensas pessoais relacionadas com o poder, mesmo tratando-se, em princípio, de "facções" com uma matriz mais ideológica ou estratégica e nas quais aquele tipo de motivações não se poria, de início, com tanta acuidade. A comprová-lo, a tentativa de reforço das posições atingidas pelas diversas "facções", procurando acrescer, aí, o seu poder, através da incorporação de outros elementos pelo sistema das inerências.

Para além do já sublinhado, a representação proporcional no Conselho Nacional tornou a rede do relacionamento entre os órgãos nacionais, nomeadamente entre aquele e a Comissão Política Nacional, consideravelmente mais complexa. Os Conselhos Nacionais, sobretudo durante a segunda e a quarta etapas, tornaram-se a arena ideal para o alimentar dos conflitos(1557), instalando-se em certos momentos no órgão em causa uma maioria não coincidente com a da Comissão Política, funcionando, assim, como um perfeito contra-poder institucionalizado no plano intra-partidário.

A representação proporcional não se mostrou, assim, por si só, fonte das "facções" surgidas no PPD/PSD, visto que foi introduzida como resultado da prévia existência de conflito entre grupos de elites divergentes. Não obstante, depois de introduzida, tendeu a complicar a rede de conflito, regulando

---

(1557) Por tal motivo, durante os trabalhos do Congresso da Figueira da Foz vozes houve que se levantariam contra a existência da proporcionalidade para a eleição do Conselho Nacional. Tal seria o caso de Fernando Nogueira, já atrás sublinhado. Veja-se a nota 1499 desta dissertação.

a luta pelo controle do poder interno e encorajando o faccionalismo intra-partidário.

No âmbito do Conselho Nacional, órgão no qual essa forma de escrutínio se institucionalizaria, tal situação ver-se-ia eventualmente agravada com a questão das inerências, na medida em que, recorrendo a este processo, a "facção" contrária à direcção política do partido poderia ver reforçada a sua posição naquele órgão.

Estatutariamente previstos, fariam igualmente parte do Conselho Nacional, por inerência, não só o Presidente(1558) e os Vice-Presidentes da Mesa do Congresso, como os membros da Comissão Permanente do Grupo Parlamentar(1559), para além dos representantes das estruturas distritais(1560) e regio-

---

(1558) O Presidente da Mesa do Congresso seria, nesse, o Presidente do Conselho Nacional, segundo o estipulado nos Estatutos aprovados no I Congresso do PSD. Cf. artigo 35º a) dos *Estatutos do PPD Aprovados pelo 1º Congresso Nacional do Partido em: 24 de Novembro de 1974*, p. 21.

No V Congresso Nacional estipular-se-ia eleger o Presidente, Vice-Presidente e dois Secretários, em cada reunião. Cf. artigo 31º dos "Estatutos do PSD (redacção provisória, com as alterações aprovadas no V Congresso Nacional reunido no Porto em 28 e 29-1-1978)", *in Povo Livre*, nº 194, de 5 de Abril de 1978, p. II.

Na cimeira seguinte decidir-se-ia ser a Mesa do Conselho Nacional composta pelo Presidente do partido, por dois Vice-Presidentes e dois Secretários eleitos anualmente após o Congresso. Cf. artigo 31º dos *Estatutos e Regulamento de Disciplina dos Militantes*, aprovados no VI Congresso Nacional, PSD, Lisboa 1 e 2 de Julho de 1978, Serviços de Documentação do PSD.

Mais tarde, a Mesa do Congresso passaria a ser a Mesa do Conselho Nacional. Cf. artigo 24º a) dos "Estatutos do PSD (anotados pelo Secretário-Geral)", *in 8º Congresso Construir o Futuro*, edição do Partido Social Democrata, Departamento de Propaganda, Fevereiro 1981, p. 73.

(1559) Cf. alínea b) do mesmo artigo, *in ibidem*. O Grupo Parlamentar seria igualmente considerado um órgão nacional. Cf artigo 23º *in idem*, p. 15.

(1560) Os Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Políticas Distritais nos Estatutos de 1974. Cf. artigo 35º d) *in idem*, p. 21. No III Congresso Nacional permaneceriam apenas como membros de direito do Conselho Nacional os Presidentes daqueles órgãos. Cf. artigo 30º e) dos *Estatutos do Partido Social Democrata - PSD - Aprovados no III Congresso Nacional de 30 de Outubro de 1976*, p. 10.

nais(1561) do partido, representantes das estruturas paralelas como a JSD(1562), sócio-profissionais(1563), Gabinete de Estudos(1564), representantes dos círculos da Emigração(1565)

(1561) Apenas a partir do V Congresso é que seriam incluidos no Conselho Nacional dois representantes de cada Comissão Política Regional. Cf. artigo 30º e) dos "Estatutos do PSD (redacção provisória, com as alterações aprovadas no V Congresso Nacional reunido no Porto em 28 e 29-1-1978)", *in Povo Livre,* nº 194, de 5 de Abril de 1978, p. II.

(1562) No I Congresso ficaria estipulado fazerem parte do Conselho Nacional 10 representantes da JSD. Cf. artigo 35º f) dos *Estatutos do PPD, aprovados pelo 1º Congresso Nacional do partido em: 24 de Novembro de 1974,* p. 21; no Congresso seguinte duplicaria esse número. Cf. artigo 35º d) da "Alteração aos Estatutos aprovada no II Congresso", *in Povo Livre,* nº 75, de 23 de Dezembro de 1975, p. 2.; no III Congresso reduzir-se-iam os representantes da JSD para metade. Cf. artigo 30º c) dos *Estatutos do Partido Social Democrata - PSD - Aprovados no III Congresso Nacional de 30 de Outubro de 1976,* p. 10. O número de representantes da JSD naquele orgão estabilizaria, a partir daí, em 10 elementos.

(1563) Nos Estatutos aprovados no I Congresso Nacional comporiam o Conselho Nacional 50 representantes dos Sócio-profissionais. Cf. artigo 35º e) dos Estatutos então aprovados; estes seriam reduzidos para 30 no Congresso seguinte. Cf. artigo 35º e) da "Alteração dos Estatutos aprovada no II Congresso", *in ibidem.* Esta representação seria abandonada aquando do III Congresso e nas cimeiras seguintes, só vindo a ser retomada por ocasião do Congresso de 1986, através dos 5 membros dos TSD aí representados.

No VIII Congresso prefigurar-se-ia a criação de um Secretariado Nacional dos Sócio-profissionais, ao qual competiria coordenar as Secções e os Núcleos Profissionais. O regulamento destas estruturas dependeria da aprovação do Conselho Nacional, sob proposta da Comissão Política Nacional e ouvido aquele Secretariado. Cf. artigo 74º dos "Estatutos do PSD (anotados pelo Secretário-Geral)", *in 8º Congresso, Construir o Futuro,* edição do Partido Social Democrata, Departamento de Propaganda, Fevereiro 1981, p. 96.

(1564) Nos Estatutos aprovados no III Congresso admitir-se-iam até um máximo de 5 representantes dos Gabinetes de Estudo do partido. Cf. artigo 30º f) dos *Estatutos do Partido Social Democrata - PSD - Aprovados no III Congresso Nacional de 30 de Outubro de 1976,* p. 10; no V Congresso, no mesmo artigo, ficaria estipulado serem aqueles os Directores dos referidos Gabinetes. Cf. "Estatutos do PSD (redacção provisória)", *in Povo Livre,* nº 194, de 5 de Abril de 1978; no IX Congresso decidir-se-ia por ficar apenas representado no Conselho Nacional o Director do Gabinete de Estudos Nacional do partido. Cf. artigo 24º e) dos *Estatutos do PSD* (com as alterações aprovadas no IX Congresso Nacional - Porto, 5 e 6 de Dezembro de 1981), p. 21. No Congresso de 1986 vir-lhe-ia a ser retirado o direito de voto.

(1565) Representantes de cada círculo da Emigração só seriam previstos a partir do VIII Congresso. Cf. artigo 24º f) dos "Estatutos do PSD (anotados pelo Secretário-Geral)", *in 8º Congresso, Construir o Futuro,* edição do Partido Social Democrata, Departamento de Propaganda, Fevereiro de 1981, p. 74

e os militantes que tivessem desempenhado certos cargos públicos nacionais(1566).

Através deste sistema, quer das inerências, quer da representação de membros eleitos das estruturas paralelas e da própria orgânica partidária, ver-se-iam expressos no Conselho Nacional interesses diversos. Por meio dos seus representantes, tanto as estruturas intra-partidárias, como as organizações paralelas poder-se-iam movimentar no sentido do apoio a determinadas "facções" internas aí maioritárias ou minoritárias, ou exercer pressões para fazer valer os seus interesses.

Do aduzido, se depreende que as próprias características de que se reveste a estrutura organizacional interna, podem igualmente funcionar como estímulos ao faccionalismo.

A composição diversificada do Conselho Nacional e a multiplicidade de órgãos com responsabilidades de direcção política contribuiriam, também, para a instalação, em certos momentos, de vários pólos de poder ao nível intra-partidário com reflexos na liderança interna.

Conforme verificámos atrás, antes da realização da sua primeira cimeira a Comissão Política Provisória detentora do poder político interno dividia-o, na prática, como o Secretariado para a Regionalização. Para além da Comissão Política

---

(1566) Isto é, os militantes que, em representação do partido, tivessem desempenhado cargos de Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Presidentes dos Governos Regionais e de Governador de Macau. Tal seria instituido a partir do X Congresso Nacional. Cf. artigo 24º g) dos *Estatutos do PSD*, com as alterações aprovadas no X Congresso Nacional, Montechoro, Março 83, Cadernos PSD, nº 1, p. 21.

Nacional, órgão de direcção política permanente, logo no I Congresso do partido seria criado o Conselho Nacional, responsável pelo desenvolvimento e execução da linha política e pela fiscalização dos restantes órgãos partidários. No âmbito deste órgão criar-se-ia, no II Congresso, uma Comissão Executiva(1567) para efeitos de maior operacionalidade.

O cargo de Presidente da Comissão Política, que seria então simultaneamente Presidente do partido(1568), constituiria uma outra sede do poder, criada no III Congresso. Aquando do V Congresso seria este último cargo suprimido, para ser de novo criado autonomamente na cimeira seguinte(1569). No VIII Congresso extinguir-se-ia, definitivamente, o órgão uninominal de Presidente do partido(1570), passando este de novo a fazer parte da Comissão Política Nacional.

A coexistência, simultânea ou não, dos dois cargos, limitaria ou não, a capacidade de manobra dos membros da Comissão Política Nacional, sobretudo considerando o facto de

---

(1567) Criada pelas alterações introduzidas aos Estatutos no Congresso de Aveiro e composta de 40 elementos eleitos de entre os membros do Conselho Nacional. Cf. artigo 39º da "Alteração aos Estatutos aprovada no II Congresso", *in Povo Livre*, nº 75, de 23 de Dezembro de 1975, p. 2. Nos Estatutos aprovados no III Congresso deixaria de existir esta Comissão Executiva. Vejam-se os elementos que fizeram parte deste órgão na nota 751 desta dissertação.

(1568) Cf. artigos 35º a) e 38º c) dos *Estatutos do Partido Social Democrata - PSD - Aprovados no III Congresso Nacional de 30 de Outubro de 1976*, pp. 12 e 13.

(1569) Cf. artigo 18º dos *Estatutos e Regulamento de Disciplina dos Militantes*, aprovados no VI Congresso Nacional, Lisboa, 1 e 2 de Julho de 1978. Vejam-se as competências, sensivelmente latas, atribuídas ao Presidente do partido, no respectivo artigo 34º.

(1570) Cf. artigo 17º dos "Estatutos do PSD (anotados pelo Secretário-Geral)", *in 8º Congresso, Construir o Futuro*, edição do Partido Social Democrata, Departamento de Propaganda, Fevereiro 1981, p. 69.

o órgão Presidente do partido ser ocupado por Francisco Sá Carneiro, para quem, como vimos, teria sido expressamente criado e de, então, a maioria da Comissão Política Nacional estar do lado dos "Inadiáveis".

Com um número de elementos oscilando entre doze e quinze(1571), a Comissão Política Nacional representaria o órgão de direcção política permanente do partido e ao Comité Permanente respectivo, criado aquando do III Congresso Nacional(1572) e, mais tarde, denominado Comissão Permanente(1573) ficaria cometida a tarefa de assegurar, sem solução de continuidade, essa representação, bem como a participação do partido nas questões políticas nacionais.

O elevado número de membros do Conselho Nacional(1574),

(1571) Só ultrapassaria este número com as alterações introduzidas no II Congresso, no qual se estipulariam 21 membros para a Comissão Política Nacional (aliás, na altura denominado Secretariado Nacional); 20 Secretários Nacionais eleitos pelo Congresso, dois dos quais sob proposta da JSD, mais o Secretário-Geral. Cf. artigo 41º 1. da "Alteração aos Estatutos aprovada no II Congresso", *in Povo Livre,* nº 75, de 23 de Dezembro de 1975, p. 2.

(1572) Do Comité Permanente da Comissão Política Nacional, criado no III Congresso (Cf. artigo 36º 3. dos *Estatutos do Partido Social Democrata - PSD - Aprovados no III Congresso Nacional de 30 de Outubro de 1976,* p. 12), fariam parte o Presidente do partido, os 3 Vice-Presidentes, o Secretário-Geral e o Presidente do Grupo Parlamentar.

Depois de extinto o órgão uninominal Presidente do partido, passaria a fazer parte do Comité Permanente o Presidente da Comissão Política Nacional e mais dois membros deste órgão. Cf. artigo 37º 3. *Estatutos do PSD* (redacção provisória que inclui as alterações aprovadas no V Congresso Nacional reunido no Porto em 28 e 29-1-1978), *in Povo Livre,* nº 194, de 5 de Abril de 1978, p. II.

(1573) Esta nova designação seria introduzida no VIII Congresso Nacional.

(1574) No II Congresso seriam estipulados 80 membros e, daí, a criação de uma Comissão Executiva para efeitos de maior operacionalidade. No III Congresso reduzir-se-ia o número para 30, o qual se manteria até ao XI Congresso, estabelecendo-se aí que o Conselho Nacional passaria a ser composto por 50 elementos. Veja-se, em termos comparativos, a oscilação numérica da composição dos diversos órgãos nacionais do PPD/PSD nos diversos organigramas do Anexo III desta dissertação.

agravado pelo método de representação instituído e pelo sistema das inerências, funcionaria, de facto, como um incentivo ao faccionalismo, promovendo a formação de "facções" ao premiar (com lugares no órgão em causa) os candidatos desde que integrados em listas, às quais corresponderiam "facções" sensivelmente organizadas.

É de notar que este estímulo ao faccionalismo intra-partidário se produziria até um determinado ponto crítico, a partir do qual deixaria de compensar a auto-promoção de uma "facção" através desse mecanismo(1575).

Procurando veícular a participação dos diversos escalões do aparelho partidário e das organizações paralelas na definição e na execução da linha política do partido, salvaguardando, em simultâneo, a democraticidade interna e a representação dos diversos interesses que assim se veriam assegurados, abria-se pela mesma via, a da representação destes nos órgãos de decisão política, maiores hipóteses à difusão da conflitualidade interna.

O progressivo fortalecimento do aparelho partidário, cuja importância crescente se começaria a evidenciar no decurso do segundo conflito actuaria, também, como um incentivo à conflitualidade interna, dada a definição das elites nacionais em função desse aparelho. Os três últimos conflitos, como vimos, prender-se-iam com essa maior relevância do aparelho do

---

(1575) Veja-se, por exemplo, o parco número de lugares obtido pelas Listas A, D e E para o Conselho Nacional durante a realização do X Congresso. Vejam-se, aqui, as notas 1532, 1533 e 1534.

partido, ao contrário do primeiro, no qual o peso efectivo daquela estrutura, porque embrionária, se faria sentir com muito menor acuidade.

O Grupo Parlamentar, considerado órgão nacional(1576), actuaria também como fonte de conflito, através das relações, por vezes difíceis, que se estabeleceriam com o aparelho do partido. A comprovar a relevância desta actuação no facciona-lismo intra-partidário, não só o comportamento autónomo do Grupo Parlamentar, especialmente notório na segunda e na ter-ceira etapas, ao não acatar as resoluções tomadas pela direc-ção política do partido, como o facto de ter sido no seu âmbi-to que se gerou, quer a cisão de Aveiro, quer a dos "Ina-diáveis".

Por outro lado, o progressivo aumento de inscritos no partido, que podemos observar no Quadro 5, e a tentativa de cobertura de todas as camadas da população, não obstante certos estratos sociais se vejam mais representados do que outros no PPD/PSD(1577), multiplicaria, em princípio, a possi-

---

(1576) Desde o início que, estatutariamente, o Grupo Parlamentar seria considerado órgão nacional do partido. Vejam-se no Anexo III desta dissertação, os organigramas dos órgãos nacionais do PPD/PSD, dos quais consta o Grupo Parlamentar.

(1577) Não dispomos de dados que nos permitam caracterizar os inscritos no PPD/PSD desde os primórdios do partido até 1985, inclusivé. Apenas temos disponíveis algun dados relativos a 1982 e a 1983, limitados à estrutura sexual e etária (1983) e sócio--profissional (1982 e 1983); a diferente metodologia adoptada nos dois estudos não possibilita uma análise comparativa dos mesmos. Os poucos dados existentes apontam, contudo, para a implantação do partido em diversas camadas sociais, mas sobretudo na camada média, onde a diversificação é maior, preponderando, no entanto, os empregados de serviços e os quadros médios. Veja-se, respectivamente, VICTOR PEREIRA CRESPO, "Estratificação social dos militantes do PSD", *in Revista Progresso Social e Democracia*, nº 2, Fevereiro 1982, p. 37 e MARIA JOSÉ STOCK, "A base social de apoio e o recrutamento dos líderes do PSD e do CDS", *in Revista de Ciência Política*, Instituto de Estudos Políticos, nº 1, 1985, pp. 110 e 111.

bilidade de formação de facções, atendendo ao facto de o partido incorporar, assim, nas suas hostes um maior número de interesses(1578). Ou seja, quanto mais plural e diversificado se apresenta o partido, maior a possibilidade de incremento do faccionalismo interno.

Q U A D R O 5

Volume dos inscritos no PPD/PSD de 1974 a 1985, por ano, acumulado e em percentagem relativamente ao final de 1985

Anos*	Por ano	Nº inscritos Acumulado	%
1974	11.260	11.260	13,7
1975	9.762	21.022	11,8
1976	4.608	25.630	5,6
1977	1.786	27.416	2,2
1978	2.094	29.510	2,5
1979	4.072	33.582	4,9
1980	7.092	40.674	8,6
1981	7.909	48.583	9,6
1982	8.466	57.049	10,3
1983	5.515	62.564	6,7
1984	6.831	69.395	8,3
1985	13.042	82.437	15,8
Total de incritos até finais de 1985		82.437	

Nota : * Até 31 de Dezembro de cada ano.
Fonte: Serviços de Informática do PSD.

Apesar de apresentarem uma estratificação sócio-profissional diversa da generalidade dos inscritos, vejam-se os dados, mais completos, de que dispomos quanto aos quadros médios do partido (Delegados ao Congresso de 1981); não obstante o predomínio (41%) de profissões liberais encontrado, 30,1% dos inquiridos corresponderiam a empregados vários de serviços; no sector terciário e administração pública inserir-se-iam 66,8% dos mesmos e 66,2% considerariam pertencer à classe média. Cf. MARIA JOSÉ STOCK e LUIS F. VALENTE ROSA, "Perfil dos delegados aos Congressos dos partidos políticos em 1981" *in* MARIA JOSÉ STOCK e OUTROS, *Os Partidos em Congresso 1981, Quem São e o Que Pensam os Seus Delegados - Uma Abordagem Sociológica*, Évora, GIAS, ISESE, 1985, pp. 77, 79 e 81.

(1578) O PPD/PSD apresenta-se, como já antes sublinhámos (veja-se MARIA JOSÉ STOCK, *op. cit.*, p. 119 e MARIA JOSÉ STOCK e LUIS F. VALENTE ROSA, *op. cit.*, p. 94), com a

As sucessivas levas de novos dirigentes de proveniências distintas seriam também de considerar no mesmo quadro. Atente-se, por exemplo, ao impacte que viria a ter o grupo que aderiu ao partido aquando do II Congresso ou o conjunto de novos membros que entrou após a cisão de Aveiro: aqueles desempenhariam um papel fundamental no primeiro conflito e estes no segundo.

As mudanças nas elites, não só no que concerne às diferentes conotações ideológicas e perspectivas tácticas e estratégicas mas, também, do respectivo perfil, origem social e geração pode, também, reflectir-se na liderança, na forma e no estilo respectivo dando, eventualmente lugar a diferenças que podem ou não ser substanciais e que, no primeiro caso, poderão ajudar a configurar "facções", como adiante veremos.

O faccionalismo interno seria igualmente incrementado através da presença nos órgãos nacionais das estruturas especiais e das organizações autónomas. Apesar de dotadas de um estatuto próprio, quer as estruturas regionais(1579), quer a

---

vocação de um "partido de eleitores" ou *"catch-all-party"*, respectivamente nas acepções de CHARLOT e de KIRCHHEIMER. Isto é, o PPD/PSD caracteriza-se por uma ampla irradiação ideológica, por preocupações em atingir um rápido êxito eleitoral, dirigindo-se assim, potencialmente, a todas as camadas da população, as quais procura albergar no seu seio. Cf. JEAN CHARLOT, *Le Phénomène Gaulliste*, Paris, A. Fayard, 1970, p. 65 e OTTO KIRCHHEIMER, "El camino hacia el partido de todo el mundo", *in* KURT LENK e FRANZ NEUMANN (eds.), *Teoria y Sociologia Criticas de los Partidos Politicos*, Barcelona, Editorial Anagrama, 1980, pp. 331 e ss.

(1579) As Regiões Autónomas disporiam de Estatutos e regulamentos próprios, em correspondência com a autonomia política e administrativa que detêm. Impunha-se, no entanto, que estes devessem estar conformados com os princípios gerais dos Estatutos do partido, reconhecendo-se, contudo, a possibilidade de apresentarem uma orgânica diversa. Até ao VIII Congresso os Estatutos Regionais tinham que ser aprovados em Conselho Nacional; a partir daí, a sua aprovação seria transferida para os Congressos Regionais. Cf. artigo 44º 1. dos "Estatutos do PSD (anotados

JSD, os Gabinetes de Estudos, os Sócio-profissionais e mesmo as estruturas locais, através das inerências deteriam, conforme podemos observar através do Quadro 6, um certo peso no Conselho Nacional.

Pode, pois, verificar-se que, em média, os membros eleitos em Congresso são cerca de 60% do total, estando a maioria dos restantes (40%) aí representados por inerência de outros cargos: Presidentes das duas Comissões Políticas Regionais e das dezoito Distritais, Presidentes dos Gabinetes de Estudos, membros de outros órgãos nacionais ou desempenhando cargos públicos em representação do partido; só seriam eleitos os representantes de cada círculo eleitoral da Emigração e os elementos da JSD eleitos de acordo com os Estatutos próprios desse movimento. Repare-se, por exemplo, através do Quadro 6, que no Congresso Nacional os membros por inerência não atingem os 20%, sendo na Comissão Política Nacional cerca de 30% do total de elementos que compõem este órgão.

As estruturas locais, aliás como o IPSD, Fundação Oliveira Martins, TESIRESD, ANASD ou TSD, através das ligações estabelecidas com o partido procurariam incrementar, aí, a sua influência, quer seja através do respectivo peso exercido em termos financeiros(1580), quer da força das clientelas pró-

---

pelo Secretário-Geral)", *in 8º Congresso, Construir o Futuro*, edição do Partido Social Democrata, Departamento de Propaganda, Fevereiro 1981, p. 83.

(1580) As fontes de financiamento dos partidos são um aspecto a ter em conta na compreensão de muitos mecanismos internos e, entre eles, do próprio faccionalismo. No caso do PPD/PSD, visto não existirem facções com estatuto e filiação próprias,

QUADRO 6

Origem e forma de representação dos membros do Conselho Nacional do PPD/PSD de 1974 a 1985 (em média)

Congressos a) / Origem e forma de representação dos membros	I	II	III	V	VIII	IX	X	XI
Estruturas locais/ /eleitas em Congresso	b)	80 c)	30 c)	30 c)	30 c)	30 c)	30 c)	50 c)
Estruturas intermédias/inerências	1 Pres.+ 1 Vice-P de cada C.P.Dist.	1 Pres.+ 1 Vice-P de cada C.P.Dist.	1 Pres.+ 1 Vice-P de cada C.P.Dist.	1 Pres. de cada C.P.Dist.	1 Pres. de cada C.P.Dist.	1 Pres. de cada C.P.Dist.	1 Pres. de cada C.P.Dist.	1 Pres. de cada C.P.Dist.
Regiões Autónomas/ /inerências	-	-	-	2 Repre. de cada C.P.Reg.	2 Repre. de cada C.P.Reg.	2 Repre. de cada C.P.Reg.	2 Repre. de cada C.P.Reg.	2 Repre. de cada C.P.Reg.
Círculos de Emigração/eleitos	-	-	-	-	1 Repre. de cada círculo da Emig.	1 Repre. de cada círculo da Emig.	1 Repre. de cada círculo da Emig.	1 Repre. de cada círculo da Emig.
Representantes da JSD/eleitos	10	20	10	10	10	10	10	10
Representantes dos Sócios-profissionais	50	30	-	-	-	-	-	-
Representantes dos Gabinetes de Estudo/inerências	10	-	5	5	5	1	1	1
Representantes de outros orgãos nacionais/inerência	3 d) 15 e) 15 f)	15 e) 2 g)	4 d)	4 d) 15 e)	6 d)	5 d)	6 d)	d)
Outras inerências	-	-	-	-	-	-	h)	h)

Nota: a)Só estão referidos os Congressos nos quais se produziriam alterações na composição do Conselho Nacional; b) Não eram eleitos em Congresso e sim localmente, na base de 1 elemento por 1000 militantes residentes no Distrito; c) Mais 10 membros suplentes; d) Membros da Mesa do Congresso; e) Membros da Comissão Permanente do Grupo Parlamentar; f) Membros da Comissão Política Nacional; g) Membros do Governo; h) Individualidades do partido que tenham desempenhado cargos de Presidente da República, de Presidente da Assembleia da República, de 1º Ministro, de Presidente dos Governos Regionais e de Governador de Macau.

Fonte: Estatutos do PPD/PSD de 1974 a 1985

prias(1581), quer dos interesses reais aí representados de que dependeria, em parte, a implantação do partido em determinadas esferas da vida social(1582).

---

não se põe o problema com tanta acuidade; não obstante, as verbas recebidas pelas Fundações e organizações paralelas ao partido para acções de formação, projectos, etc. (oficialmente os partidos não podem receber fundos ou doações, por exemplo de empresas), fornecem às facções que aí detêm a maioria uma certa preponderância, acrescendo-lhe o seu poder negocial (a ilustrar a importância da questão, veja-se o contencioso que estalou entre Francisco Sá Carneiro e a Fundação Oliveira Marques via Rui Machete, por aquele considerar excessivo o peso financeiro da Fundação ou a importância de que se revestiriam as eleições para o IPSD em 1985).

No PPD/PSD, segundo os Serviços de Direcção Financeira do partido, o montante do subsídio estatal concedido aos partidos desde 1978 (1/225 do salário mínimo nacional x número de votos obtidos nas eleições) atingiria desde essa data até 1985, inclusivé, os seguintes montantes: 1978, 26.708$00; 1979, 41.834$00; 1980, 59.232$00; 1981, 72.770$00; 1982, 82.607$00; 1983, 94.213$00; 1984, 107.794$00; 1985, 135.196$00.

Refira-se que as quotas dos militantes, ficando retidas a nível local para fazer face ao expediente das diversas Secções, além de representarem receitas diminutas, não têm expressão ao nível nacional. A maior parte das despesas são processadas aquando das campanhas eleitorais que, normalmente, ultrapassam as dotações que a lei prevê.

(1581) Tal seria, por exemplo, o caso da ANASD e dos TSD, cujo apoio aos "Cavaquistas", congregado ao manifestado pelas Distritais, se viria a revelar fundamental para a vitória do novo líder no XII Congresso.

De notar, a crescente tendência manifestada pelo PPD/PSD no sentido de se transformar no que NEUMANN entendeu por "partido democrático de integração social" (Cf. SIGMUND NEUMANN, *Modern Political Parties Approaches to Comparative Politics*, Chicago, The University of Chicago Press, 1975, pp. 404-405), isto é, procurando aumentar as suas áreas de influência na vida político-social, dando o máximo de cobertura (através dessas organizações paralelas) às diversas esferas do quotidiano, procurando incorporar mais sectores sociais e reforçar os laços de pertença partidária por essas vias.

(1582) Especialmente na esfera sindical. Embora com um grau de associativismo sindical relativamente fraco para um partido que se reclama social-democrata e com uma implantação sindical sobretudo no sector de serviços, relativamente aos primeiros anos de vida o PPD/PSD viu acrescer significativamente a sua influência nessa área, principalmente a partir da constituição da UGT em 1978.

De acordo com os Serviços de Informática do PPD/PSD, a implantação do partido fazia-se, relativamente a 1984, essencialmente nos seguintes Sindicatos: Bancários do Sul e Ilhas, Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa, Bancários do Norte, Comércio e Hotelaria, Trabalhadores de Escritório do Porto, Professores da Zona Norte e Trabalhadores da Administração Local; na Ordem dos Médicos, dos Advogados e dos Engenheiros o PPD/PSD deteria também, então, uma certa proeminência (não conseguimos saber, relativamente a outros anos, quais os Sindicatos onde o PPD/PSD teve maior implantação).

A análise dos conflitos intra-partidários permitiu descortinar diversas situações em que a afirmação desses interesses se faria sentir, não no que respeita à constituição de facções a partir dessas estruturas, mas em termos dos apoios que as mesmas poriam à disposição de facções determinadas.

Para além destes condicionalismos presentes na estrutura orgânica partidária e na dinâmica dos processos dela decorrentes, no faccionalismo interno e na inerente conflitualidade poderão ter actuado outros factores. Estes prender-se-iam com o perfil sociológico dos conflitos do partido, que pode ser encontrado a partir da caracterização dos elementos envolvidos nessas facções.

Só depois de analisada esta última componente do fenómeno se poderá concluir àcerca da sua verdadeira natureza. Se são predominantemente os vectores de ordem política não estrutural a determinar o vínculo de pertença às diversas facções, ou se existem outros factores, de tipo social, susceptíveis, também, de influenciarem essa pertença.

5. Estamos, por ora, em condições de alinhar os principais argumentos que nos possibilitam defender a existência de condicionantes de ordem política-estrutural à formação de facções no PPD/PSD:

Sublinhe-se o facto, já relatado anteriormente, de o movimento sindical no PPD/PSD ser atravessado por fortes clivagens. Nos alinhamentos fraccionistas no plano sindical, descortinar-se-iam apoios diversos a "facções" intra-partidárias: a TESIRESD alinharia pelos "Balsemistas" e os Sócio-profissionais/TSD pelos "Críticos", "Nota Pintistas" e "Cavaquistas".

a) *Como incentivos político-estruturais ao faccionalismo interno no PPD/PSD foram detectados mecanismos de ordem externa ao partido e mecanismos de ordem interna ao mesmo;*

b) *Entre os primeiros configurou-se o sistema eleitoral, o sistema de partidos e o sistema de governo, não obstante nenhum deles tenha, por si só e de forma directa, constituido fonte de conflito;*

c) *Quanto ao sistema eleitoral consignado, demonstrou-se a importância indirectamente exercida pelo sistema proporcional e pelo método de Hondt; embora não determinando a formação de facções intra-partidárias, o sistema adoptado favoreceria o aparecimento das mesmas e o seu desenvolvimento e importância, através das coligações que se estabeleceriam entre facções de diversos partidos;*

d) *Quanto ao sistema de partidos, tornou-se evidente que nas fases de multipartidarismo perfeito o faccionalismo no PPD/PSD se revelou mais circunscrito, embora intenso; nos períodos correspondentes a um sistema de partido dominante, sobretudo quando o partido ascendeu ao poder, multiplicaram-se as facções e acresceu o conflito interno;*

e) *A polarização verificada no sistema partidário também pareceu influir no faccionalismo interno do PPD/PSD; quando no sistema se acentuou a bipolarização, diminuiu o faccionalismo interno quando a*

polarização decresceu, aumentou a importância das facções e o conflito intra-partidário; no entanto, há que considerar que a bipolarização do sistema coincidiu com a forte liderança interna de Francisco Sá Carneiro e o decréscimo naquele vector da competição intra-partidária com uma liderança fluida ao nível intra-partidário;

f) O sistema de governo consagrado na Constituição também exerceria os seus efeitos no faccionalismo intra-partidário, visto que, a par do sistema eleitoral e do sistema de partidos, determinou as fórmulas governamentais ensaiadas e a prática dos actores envolvidos no processo;

g) O exposto nas alíneas anteriores permite defender a importância que o quadro das oportunidades políticas globais apresentado ao PPD/PSD representaria em termos do seu faccionalismo interno;

h) Na esfera intra-partidária não existem incentivos de ordem formal ao faccionalismo, como seriam estatutos, filiação ou financiamento próprio atribuídos às facções, para além dos mecanismos eleitorais adoptados para os órgãos nacionais e das características da estrutura orgânica do partido;

i) De qualquer forma, quer o sistema de escrutínio, no que concerne ao Conselho Nacional, quer o sistema de inerências para a composição dos órgãos nacionais, quer a multiplicidade de centros decisionais e a

composição numerosa desses órgãos, bem como a existência das organizações paralelas e o envolvimento de diversas arenas do partido nos conflitos, não se mostraram como fontes decisivas do faccionalismo;

j) Nomeadamente, os mecanismos eleitorais internos não estiveram na raiz do primeiro conflito já que, pelo contrário, se apresentariam como resposta à prévia existência do mesmo;

k) Apesar disso, estas características estruturais do PPD/PSD perfilar-se-iam como estímulos ao faccionalismo interno no partido, através da maior rigidez imprimida às facções, do incentivo à adesão a estas de mais elementos e das transformações que acarretariam para as mesmas.

2.2 As determinantes sócio-estruturais das facções e as características das elites

1. Não obstante as facções não serem, de forma alguma, redutíveis a determinantes de tipo social, nem os critérios políticos (ideológicos, estratégicos e tácticos) nem os de mero interesse pessoal na procura de recompensas serão suficientes para determinar a existência, as espécies e as actividades das diversas facções.

Apesar de, à partida, e de forma predominantemente intuitiva, atribuirmos ao voluntarismo das elites e às clivagens políticas a origem fundamental das facções, conquanto

ambos os vectores exercidos em função da relação entre as oportunidades, os interesses e as ideologias, não poderemos deixar de considerar a eventual influência de outros factores.

Resta por isso saber se as facções do PPD/PSD que se constituiram entre 1974 e 1985 foram ou não função de grupos sociais específicos que estão representados no partido.

Caberá portanto analisar, se na base das "facções" que detectámos ao longo do processo de conflito intra-partidário se encontram divisões e alinhamentos determinados pela estrutura social, para além das clivagens políticas já sublinhadas. Isto é, procuraremos saber, através da caracterização do perfil dos membros respectivos, se as pertenças às diversas "facções" têm ou não um carácter geracional, regional, profissional ou de qualquer outro tipo, que reflita divisões sociais pré-existentes.

Retomando a classificação que elaborámos sobre as "facções" do PPD/PSD no período de tempo compreendido entre 1974 e 1985, com base nas quais se processaram os quatro conflitos, passaremos, assim, a caracterizá-las segundo o perfil apresentado pelos membros respectivos.

Os limites de cada "facção", em termos das pertenças, seriam circunscritos aquando da deflagração de cada conflito, momento em que se tornou possível identificar os seus membros, a partir ou de listas de candidaturas para os órgãos nacionais ou através de assinaturas a subscrever documentos ou moções específicas da "facção" em causa ou, ainda, do conjunto de personalidades que protagonizaram cisões no partido.

A informação que permitiu caracterizar o perfil sociológico de cada "facção" seria obtida a partir do Inquérito que aplicámos às elites nacionais do PPD/PSD(1583).

De acordo com o que se pode observar na Figura 3, atrás apresentada, no primeiro conflito os "Sá Carneiristas" seriam identificados a partir da lista eleita no Congresso de Aveiro para a Comissão Política Nacional(1584). Quanto à "facção" oposta, com o núcleo respectivo no "Grupo Sá Borges", tomaria forma definitiva nos "Dissidentes de Aveiro"; foi com base nestes dissidentes que identificámos as pertenças a esta facção(1585).

No segundo conflito os "Sá Carneiristas" corresponderiam aos membros da Comissão Política eleita no VI Congresso, realizado em Lisboa(1586). No que concerne aos "Inadiáveis" foram os mesmos delimitados a partir dos elementos que, tendo sido subscritores do documento intitulado "Opções Inadiáveis", permanecendo na defesa dos pressupostos base daquele documento

---

(1583) Veja-se o Questionário aplicado e o Livro de Código respectivo, bem como os restantes elementos relacionados com a provocação de informação através desta via nas fichas técnicas do Inquérito, no Anexo I desta dissertação.

(1584) Esta seria composta por 21 elementos; dispomos de informação àcerca de 12 dos mesmos. Vejam-se os elementos que comporiam a lista em causa na Lista 3 do Anexo IV desta dissertação.

(1585) Obtivémos dados àcerca de 10 elementos, todos elites nacionais, consistindo em mais de um terço das individualidades que então sairam do partido. Veja-se o conjunto dessas individualidades nas notas 736 e 737 desta dissertação.

(1586) Vejam-se na Lista 6 do Anexo IV desta dissertação as 12 individualidades que seriam eleitas para aquele órgão. Conseguimos obter dados àcerca da totalidade das mesmas.

viriam a sair do partido depois daquele Congresso(1587).

No âmbito do terceiro conflito identificámos as diversas "facções" a partir de cada uma das listas apresentadas para o Conselho Nacional aquando do Congresso de Montechoro: a Lista A correspondente ao "Grupo dos 44"(1588), a Lista B aos "Balsemistas"(1589), a Lista C aos "Notáveis"(1590), as Listas D e E, respectivamente ao "Grupo de Lisboa" e aos elementos liderados por Helena Roseta, que, para efeitos da análise, conforme já referido, agrupámos na "facção" dos "Críticos"/"Grupo de Lisboa"(1591).

Relativamente ao quarto e último conflito identificámos as respectivas "facções" em dois momentos distintos. O primeiro corresponderia ao XI Congresso Nacional, realizado em Braga, o segundo, à cimeira seguinte reunida na Figueira da Foz. Prefiguraram-se de um lado, "Mota Pintistas" agregados na Lis-

---

(1587) Da totalidade dos 50 subscritores do documento em questão, 33 individualidades sairiam do partido no quadro da chamada "Cisão dos Inadiáveis", tendo sido conseguida informação de 21 elementos cisionistas todos eles elites nacionais. Vejam-se as individualidades que estariam num e noutro caso respectivamente nas notas 891 e 960 desta dissertação.

(1588) Dos 30 elementos da Lista A obtivémos informação àcerca de 19, todos eles elites nacionais. Vejam-se as individualidades que estariam integradas nessa lista na nota 1532 desta dissertação.

(1589) Da Lista B fariam igualmente parte 30 elementos, tendo-se conseguido informação àcerca de 17. Os elementos que constariam desta lista encontram-se discriminados na nota 1530 desta dissertação.

(1590) As 30 individualidades que fariam parte da Lista C estão referidas na nota 1531 desta dissertação; obtivémos dados de 21 dessas individualidades, todas elites nacionais.

(1591) Ao todo coligimos informação de 24 desses elementos (11 da Lista D e 13 da Lista E), qualquer deles elites nacionais. Veja-se a composição de uma e outra dessas listas nas notas 1533 e 1534 desta dissertação.

ta A para a Comissão Política Nacional(1592) e, do outro, "Mota Amaralistas", mediante as candidaturas ao mesmo órgão propostas na Lista C(1593), isto no que concerne ao Congresso de Braga. Quanto à "Nova Esperança", visto não ter concorrido à direcção do partido, identificámos os seus membros a partir dos subscritores da moção apresentada sob a mesma denominação(1594).

O segundo momento equivaleria ao Congresso da Figueira da Foz, no qual se alinhariam por uma parte "Salgueiristas", presentes na Lista B para a Comissão Política Nacional(1595), vindo, por outra, a agregar-se na Lista A para o mesmo órgão, os "Críticos", os "Mota Pintistas" e a "Nova Esperança". Os "Cavaquistas", assim denominados em função do líder respectivo e elemento aglutinador daquelas três "facções" ser Aníbal Cavaco Silva, viriam a constituir a nova direcção política eleita(1596).

(1592) Dos 14 elementos propostos e que se conseguiriam ver eleitos, conseguimos obter informação àcerca de 13. Vejam-se as individualidades em causa na Lista 11 do Anexo IV desta dissertação.

(1593) Num total de 14 elementos, obtivémos dados relativamente a 11, todos elites nacionais. Veja-se a composição da Lista C para a Comissão Política Nacional na nota 1536 desta dissertação.

(1594) Em 31 subscritores da Moção da "Nova Esperança" conseguimos dados respeitantes a 16. Vejam-se as personalidades, qualquer delas elites nacionais do partido, que fariam parte desta "facção" na nota 1298 desta dissertação.

(1595) Os "Salgueiristas" vinham na linha dos "Mota Amaralistas" e dos "Balsemistas", como já sublinhámos atrás. Veja-se, na nota 1496 desta dissertação, as 14 individualidades que constituiriam a Lista B para a Comissão Política Nacional, das quais dispomos de informação àcerca de 10, todos elites nacionais do partido.

(1596) Num total de 14 membros conseguimos informação àcerca de 13. Veja-se a Comissão Política Nacional eleita na Figueira da Foz na Lista 12 do Anexo IV desta dissertação.

Identificadas as "facções", porque empiricamente cristalizadas, e tecidas algumas considerações de carácter metodológico, cumpre passar à caracterização dos respectivos membros. Esta será sobretudo processada em termos comparativos no quadro de cada um dos conflitos analisados, sendo tidos em linha de conta os traços relativos ao sexo, geração, habilitações literárias, ocupação profissional, pertença regional e socialização política.

Estes vectores permitirão caracterizar os antecedentes dos membros das "facções" fornecendo, assim, indicações precisas àcerca do tipo de recrutamento preponderante em cada uma. Quando não haja diferenças significativas nesses indicadores, de "facção" para "facção" e quando se não verifique uma homogeneidade nas características dos respectivos elementos, nem as clivagens entre elas, nem a pertença às "facções", poderá ser explicada a partir dessas características.

2. Com base nos diversos dados obtidos através do Questionário podemos definir, com precisão, quais os traços fundamentais da pertença às diferentes "facções" que configuraram os quatro conflitos internos no PPD/PSD de 1974 a 1985. Podemos, assim, descrever o contexto sócio-estrutural de cada "facção", o que nos leva a conhecer o peso exercido pelas

---

Pode pois observar-se que, na maior parte das vezes, a informação diz respeito à totalidade, à maioria dos membros de uma "facção" ou a 50% do total. O total de dados disponíveis para cada "facção", também não apresenta, como se pode verificar através das notas anteriores, grandes distorções. Os dados respeitam, conforme já referido, aos elementos que, fazendo parte dessas "facções", desempenhavam à altura ou teriam já desempenhado cargos de âmbito nacional no partido. Veja-se o Quadro 1 nesta Parte da dissertação.

diversas variáveis desta natureza e a forma directa ou mediatizada por outros factores como esse peso é exercido na pertença a cada "facção", o que não implica, como já sublinhámos atrás, que atribuamos a essas variáveis um valor de determinantes dessas pertenças.

No que concerne ao sexo dos membros das diversas "facções" as nossas expectativas confirmaram-se plenamente(1597), ou seja, a grande maioria e, nalguns casos, a totalidade dos indivíduos é do sexo masculino. De acordo com o Quadro 7, no qual se podem observar as percentagens da distribuição dos membros das diversas "facções" por sexo, os valores apresentados pelas mulheres são similares, isto é, são igualmente baixos em todas as "facções".

Apenas entre os "Mota Amaralistas" e os "Balsemistas" se encontram, respectivamente, 18.2 % e 17.6 % de mulheres, correspondendo apenas a dois elementos, no primeiro caso e a três, no segundo. As restantes "facções" apresentam valores inferiores no que respeita à presença feminina nas suas fileiras.

(1597) A fraca participação feminina na generalidade dos partidos políticos tem vindo a ser verificada através de numerosos estudos, alguns dos quais já referimos em anteriores trabalhos. Detectamos, relativamente aos partidos portugueses, uma fraca representação das mulheres, quer entre os aderentes, quer entre os activistas (delegados aos Congressos partidários), quer entre os dirigentes nacionais. Veja-se, por exemplo, MARIA JOSÉ STOCK e LUIS F. VALENTE ROSA, "Perfil dos delegados aos Congressos dos partidos políticos em 1981", *in* MARIA JOSÉ STOCK e OUTROS, *Os Partidos em Congresso 1981, Quem São e o Que Pensam os Seus Delegados, Uma Abordagem Sociológica*, Évora, GIAS, ISESE, 1985, especialmente pp. 64 a 67 e MARIA JOSÉ STOCK, "A base social de apoio e o recrutamento dos líderes do PSD e do CDS", *in Revista de Ciência Política*, Lisboa, Instituto de Estudos Políticos, nº 1, 1985, p. 112.

QUADRO 7

Sexo dos membros das "facções" do PPD/PSD
(em %)

"Facções" / Sexo	"Sá Carneiristas"	"Dissidentes de Aveiro"	"Sá Carneiristas"	"Inadiáveis"	"Balsemistas"	"Notáveis"	"Grupo dos 44"	"Críticos"/ "Grupo de Lisboa"	"Mota Pintistas"	"Mota Amaralistas"	"Nova Esperança"	"Salgueiristas"	"Cavaquistas"
Homens	100,0	100,0	90,1	100,0	82,4	100,0	100,0	91,6	92,3	81,8	87,5	100,0	92,3
Mulheres	-	-	9,9	-	17,6	-	-	8,4	7,7	18,2	12,5	-	7,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Documento 8 de suporte à realização do Inquérito às Elites Dirigentes do PPD/PSD 1974-86, não incluído nos Anexos por conter elementos de carácter confidencial.

Assim, no quadro do primeiro conflito qualquer uma das "facções" opostas é exclusivamente constituida por homens. No que se refere ao segundo conflito, os "Inadiáveis" apresentam um perfil idêntico ao das "facções" do conflito anterior, isto no que concerne ao sexo, enquanto entre os "Sá Carneiristas" só existe uma única mulher, que representa 9.9 % do total de membros.

Relativamente ao terceiro conflito apenas os "Balsemistas" e os "Críticos"/"Grupo de Lisboa" têm entre as suas fileiras respectivamente 17.6 % e 8.4 % de membros do sexo feminino, correspondendo no primeiro caso, a três elementos e no segundo, a dois. Entre as "facções" que se degladiariam no decorrer do quarto conflito encontramos 18.2 % de mulheres entre os "Mota Amaralistas", 12.5 % entre a "Nova Esperança" e 7.7 % quer entre os "Mota Pintistas", quer entre os "Ca-

vaquistas", enquanto a totalidade dos "Salgueiristas" são homens.

Visto dispormos das listas nominais relativamente aos membros das diversas "facções", conseguimos informação, quanto ao sexo, da totalidade dos membros de cada uma e não só dos respondentes ao Questionário. Não obstante algumas mulheres se situem entre os não respondentes, conforme pudemos verificar, os valores encontrados não se distanciam muito dos apresentados no Quadro 7(1598) e a única referência digna de nota é o facto de a maioria das mulheres se encontrar nas listas de suplentes, sempre que se trata de eleger indivíduos para os órgãos nacionais(1599). Encontrando-se, sobretudo, como membros suplentes para os cargos cimeiros do partido, as mulheres vêem-se, assim, com menores probabilidades de ascenção a esses cargos e mesmo quando se encontram entre os membros efectivos dessas listas nunca estão, com uma única excepção(1600), em lugares cimeiros das mesmas.

(1598) De acordo com os dados contidos no Documento B de suporte à realização do Inquérito, quer os "Sá Carneiristas" do primeiro conflito, quer os "Inadiáveis" e os "Salgueiristas" seriam, na sua totalidade, do sexo masculino; entre os "Dissidentes de Aveiro" estariam 8,7 % de mulheres, enquanto 3,4 % dos "Notáveis" e idêntica percentagem do "Grupo dos 44" se encontrariam na mesma situação; apenas os "Críticos"/"Grupo de Lisboa" teriam nas suas fileiras um maior número de mulheres, ou seja, oito, de qualquer forma só representando 13,4 % do total de membros; entre a "Nova Esperança" o sexo feminino estaria representado em 14,3 % dos casos e entre os "Mota Pintistas", "Cavaquistas" e "Mota Amaralistas" respectivamente em 7,1 %, 7,6 % e 14,3 %.

(1599) Quer para a Comissão Política Nacional (caso dos "Mota Pintistas", "Mota Amaralistas", "Salgueiristas" e "Cavaquistas"), quer para o Conselho Nacional (caso dos "Balsemistas", "Notáveis", "Grupo dos 44" e "Críticos"/"Grupo de Lisboa").

(1600) Essa exepção seria Helena Roseta, que encabeçaria a Lista E para o Conselho Nacional no Congresso de Montechoro.

Q U A D R O 8

Sexo dos membros da Comissão Política Nacional do PPD/PSD de 1974 a 1985
(em %)

Comissões Políticas/ Congressos	Com. Pol. Prov.	Com. Pol. I	Sec. Nac. II	Com. Pol. III e IV	Com. Pol. Nac. V	Com. Pol. Nac. VI	Com. Pol. Nac. VII	Com. Pol. Nac. VIII	Com. Pol. Nac. IX	Com. Pol. Nac. X	Com. Pol. Nac. XI	Com. Pol. Nac. XII
Sexo	1974	1974	1975	1976	1978	1978	1979	1981	1981	1983*	1984	1985
Homens	100,0	100,0	90,5	100,0	100,0	83,3	91,6	92,9	86,6	87,5	92,9	92,9
Mulheres	-	-	9,5	-	-	16,6	8,3	7,1	13,3	12,5	7,1	7,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
n =	(13)	(15)	(21)	(14)	(12)	(12)	(12)	(14)	(15)	(16)	(14)	(14)

Nota: * Inclui a Comissão Permanente da Comissão Política Nacional composta por 3 membros eleitos em Congresso.
Com. Pol. Prov. = Comissão Política Provisória; Com. Pol. = Comissão Política; Sec. Nac. = Secretariado Nacional; Com. Pol. Nac. = Comissão Política Nacional.
Fonte: Listas 1 a 12 do Anexo IV desta dissertação.

Em suma, a fraca representação feminina nas diversas "facções", ou seja, a reduzida participação das mulheres no âmago dos conflitos internos no PPD/PSD de 1974 a 1985 deriva, assim, da sub-representação respectiva nos órgãos de cúpula do aparelho partidário sobretudo na Comissão Política Nacional, como podemos observar no Quadro 8 e que é, decerto, consideravelmente inferior ao peso efectivo das mulheres nas bases do partido(1601).

3. O Quadro 9 mostra-nos a estrutura de idades dos membros das diversas "facções". Sob este ângulo as "facções"

(1601) No PPD/PSD as mulheres têm vindo a representar à volta de 20 % do total de aderentes. Veja-se, relativamente a 1983, MARIA JOSÉ STOCK, "A base social de apoio e o recrutamento dos líderes do PSD e do CDS", *in Revista de Ciência Política*, Lisboa, Instituto de Estudos Políticos, 1º Semestre de 1985, nº 1, Quadro 1.

já surgem com perfis um tanto distintos, visto que certos grupos etários(1602) aparecem mais representados numas "facções" do que noutras, enquanto outros grupos surgem nalgumas sub-representados, sobretudo se comparados com os valores atingidos nas restantes.

Assim, no primeiro conflito, enquanto os "Sá Carneiristas" têm nas suas fileiras 13.3 % de membros com menos de 25

Q U A D R O 9

Idade (em grupos etários) dos membros das "facções" do PPD/PSD
(em %)

"Facções" / Grupos etários (anos)	"Sá Carneiristas"	"Dissidentes de Aveiro"	"Sá Carneiristas"	"Inadiáveis"	"Balsemistas"	"Notáveis"	"Grupo dos 44"	"Críticos"/ "Grupo de Lisboa"	"Nota Pintistas"	"Nota Amaralistas"	"Nova Esperança"	"Salgueiristas"	"Cavaquistas"
< 25	13,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6,2	-	-
25 - 29	6,7	-	-	14,3	5,9	9,5	5,3	12,5	7,7	9,1	12,5	-	-
30 - 34	26,7	30,0	18,2	9,5	5,9	14,3	5,3	16,6	7,7	-	-	-	15,4
35 - 39	13,3	30,0	9,1	19,0	29,4	23,9	15,7	8,4	23,1	18,2	25,2	10,0	30,7
40 - 44	20,0	10,0	9,1	33,3	17,6	19,0	21,1	16,6	15,4	27,3	6,2	20,0	7,7
45 - 49	13,3	10,0	18,2	14,3	29,4	14,3	15,7	16,6	23,1	9,1	12,5	20,0	15,4
50 - 54	6,7	-	45,4	4,8	5,9	14,3	15,7	20,9	7,7	36,3	12,5	40,0	7,7
55 - 59	-	-	-	-	5,9	-	10,6	8,4	15,4	-	12,5	10,0	15,4
60 - 64	-	-	-	-	-	4,7	5,3	-	-	-	6,2	-	7,7
65 - 69	-	20,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
> 70	-	-	-	4,8	-	-	5,3	-	-	-	6,2	-	-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,1	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pergunta 1 do Questionário, variável 3 do Livro de Código. Veja-se o Documento 1 da Ficha Técnica 3 do Inquérito às Elites Dirigentes do PPD/PSD 1974-86 do Anexo I desta dissertação.

(1602) Agregámos as idades em grupos quinquenais, possível visto a pergunta ter sido feita em termos de se inquirir o ano de nascimento do respondente, que depois se subtraiu ao ano da formação da "facção" respectiva.

anos e 6.7 % com idade compreendida entre os 25 e os 29 anos, não se encontra nenhum elemento com estas idades nos "Dissidentes de Aveiro"; se agregarmos todos os membros dos "Sá Carneiristas" com idade inferior a 35 anos encontramos cerca de 50 % do total, enquanto entre a "facção" oposta só estão nesse caso 30 % dos mesmos. No entanto, se considerarmos numa e noutra "facção" todos os elementos com menos de 40 anos de idade, os valores são perfeitamente idênticos isto é, estão nessas circunstâncias 60 % de uns e de outros, enquanto os elementos com idade superior a 40 anos são, por conseguinte, 40 % de ambas as "facções".

Note-se, contudo, que, globalmente, os "Dissidentes de Aveiro" apresentam uma estrutura etária menos jovem, não só porque não detêm elementos muito novos nas suas fileiras, como pelo facto de 20 % dos seus membros terem idade superior a 65 anos, enquanto entre os "Sá Carneiristas" apenas 6.7 % têm entre 50 a 54 anos, sendo este último o grupo etário mais idoso representado nesta "facção".

No segundo conflito as diferenças são, no entanto, mais evidentes. Os "Sá Carneiristas" apresentam, de facto, uma estrutura mais idosa (45.4 % com mais de 50 anos), enquanto os "Inadiáveis" têm uma distribuição mais equilibrada e uma percentagem de jovens mais elevada (14.3 % com menos de 30 anos e, se agregarmos os com menos de 35 anos, 23.8 %, para apenas 18.2 % dos "Sá Carneiristas"). Entre os "Inadiáveis" predomina, nó entanto, a categoria dos 40 - 44 anos, com 33.3 % dos casos, enquanto, como já vimos, entre os "Sá Car-

neiristas" o escalão mais representado é o dos 50 - 54 anos.

No terceiro conflito é particularmente evidente a estrutura sensivelmente jovem dos "Críticos"/"Grupo de Lisboa", com cerca de 30 % dos seus membros com menos de 35 anos de idade, seguidos pelos "Notáveis" que teriam nessa situação 23.8 %, contra apenas 11.8 % dos "Balsemistas" e 10.6 % do "Grupo dos 44".

Não obstante, os "Críticos"/"Grupo de Lisboa" têm 29.3 % dos seus membros com idade superior a 50 anos, enquanto os "Balsemistas" só apresentam 11.8 % dos seus elementos nesse escalão, para 33.3 % dos "Notáveis" e 36.9 % do "Grupo dos 44". Esta última "facção" é, aliás, a que mostra uma estrutura mais idosa neste terceiro conflito: não só tem menos jovens nas suas fileiras, como 10.6 % dos seus membros tem mais de 60 anos; dos "Notáveis" 4.7 % estão nessas circunstâncias.

Se agregarmos os estratos dos 35 aos 50 anos, veremos que os "Balsemistas" se situam, sobretudo, neste escalão etário, com 76.4 %, enquanto os "Notáveis" e o "Grupo dos 44" pouco passam dos 50 % (respectivamente 57.2 % e 52.5 %); se os "Críticos"/"Grupo de Lisboa" apresentam, aí, a percentagem mais baixa (apenas 41.6 %), tal dever-se-á não a uma estrutura mais envelhecida, mas ao facto de terem quase 40 % de elementos com menos de 40 anos de idade entre as suas fileiras, dos quais cerca de 30 % com menos de 35 anos, 12.5 % com menos de 30 e nenhum com mais de 60 anos, aliás como os "Balsemistas".

Quanto ao último conflito, se olharmos primeiro aos

"Mota Pintistas", "Mota Amaralistas" e à "Nova Esperança" veremos que esta última "facção" é a que apresenta a percentagem mais elevada de membros com menos de 30 anos (12.5 % contra 7.7 % dos "Mota Pintistas" e 9.1 % dos "Mota Amaralistas"), além de ter, também, os valores mais altos se considerarmos o escalão com menos de 35 anos e de ser a única que inclui entre os seus membros alguns elementos (6.2 %) com menos de 25 anos.

Se olharmos ao outro pólo dos escalões etários veremos, contudo, que é também a "Nova Esperança" que apresenta entre os seus membros indivíduos mais idosos (24.9 % com mais de 60 anos, para 15.4 % dos "Mota Pintistas" nessa situação e nenhum "Mota Amaralista"), além de 6.2 % dos mesmos terem 60 a 64 anos e outro tanto mais de 70 anos, situações que não têm qualquer expressão nas outras "facções".

A "Nova Esperança" apresenta, assim, valores consideravelmente equilibrados em matéria da idade dos seus membros e, daí, só 43.9 % dos elementos respectivos estarem no escalão dos 35 aos 50 anos, enquanto os "Mota Amaralistas" e os "Mota Pintistas" ultrapassam nestas categorias os 50 %, com respectivamente 54.6 % e 61.6 %. Os "Mota Amaralistas" são, em geral, mais velhos, visto terem menos jovens nas suas fileiras e embora os elementos mais idosos sejam poucos, os escalões intermédios estão bem representados, sobretudo o dos 50 - 54 anos, muito valorizado: 36.3 % dos seus membros estão nessa situação, enquanto dos "Mota Pintistas" são apenas 7.7 % e da "Nova Esperança" 12.5 %.

Entre os "Salgueiristas" e os "Cavaquistas" é nítida uma estrutura muito mais jovem por parte dos últimos, visto que enquanto nestes se encontram 15.4 % com menos de 35 anos, na outra "facção" não existe nenhum com essa idade. Nos grupos etários de meia idade, isto é, entre os 35 e os 50 anos, as duas "facções" assemelham-se, já que os "Salgueiristas" atingem aí 50 % e os "Cavaquistas" 53.8 %. De qualquer forma, entre os primeiros há indivíduos mais idosos ou seja, 50 % com mais de 50 anos, enquanto nos últimos são apenas 30.8 %, apesar de entre os "Cavaquistas" se encontrarem 7.7 % com mais de 60 anos e entre os "Salgueiristas" nenhum nessa situação. Cremos que os "Cavaquistas" reflectem nas suas fileiras a presença dos elementos vindos da "Nova Esperança" e do "Grupo de Lisboa", aí alinhados por ocasião do consenso encontrado no Congresso da Figueira da Foz.

De uma forma geral, pode defender-se que a maioria dos membros das treze "facções" se situam na camada etária compreendida entre os 35 e os 50 anos. Apenas os "Sá Carneiristas" do segundo conflito, os "Críticos"/"Grupo de Lisboa" e a "Nova Esperança" não chegam a atingir os 50 % (respectivamente 36.4 %, 41.6 % e 43.9 %); as restantes "facções" ultrapassam nesse escalão os 50 %. Com menos de 25 anos de idade só surgem 13.3 % dos elementos dos "Sá Carneiristas" do primeiro conflito e 6.2 % da "Nova Esperança" sendo esta última, na globalidade, a "facção" mais jovem. Com menos de trinta anos só adquirem alguma expressão o "Grupo de Lisboa" com 12.5 %, a "Nova Esperança" com 18.7 % e os "Inadiáveis" com 14.3 %.

Tal como adiantámos no caso da fraca presença feminina, também a diminuta expressão de elementos com menos de 25 anos de idade nestas "facções", se fica a dever ao facto de nos órgãos nacionais do partido constarem poucos jovens, sobretudo no que concerne à Comissão Política Nacional, conforme podemos verificar através do Quadro 10. Aos mesmos estará, em certa medida, vedado o acesso ao poder, pela necessidade de prévia existência de alguma experiência político-partidária, que só com o tempo se pode desenvolver.

QUADRO 10

Idade (em grupos etários) dos membros da Comissão Política Nacional de 1974 a 1985 (em %)

Comissões Políticas/ Congressos Grupos etários (anos)	Com. Pol. Prov. 1974	Com. Pol. I 1974	Sec. Nac. II 1975	Com. Pol. III e IV 1976	Com. Pol. Nac. V 1978	Com. Pol. Nac. VI 1978	Com. Pol. Nac. VII 1979	Com. Pol. Nac. VIII 1981	Com. Pol. Nac. IX 1981	Com. Pol. Nac. X 1983	Com. Pol. Nac. XI 1984	Com. Pol. Nac. XII 1985
< 25	10,0	7,7	15,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-
25 - 29	-	7,7	7,7	9,1	10,0	-	-	-	7,1	-	-	-
30 - 34	-	15,4	23,1	9,1	20,0	12,5	40,0	-	7,1	-	-	20,0
35 - 39	40,0	38,5	7,7	27,3	10,0	12,5	-	45,5	28,6	15,4	-	30,0
40 - 44	10,0	7,7	23,1	27,3	40,0	12,5	30,0	27,3	28,6	15,4	100,0	-
45 - 49	20,0	7,7	15,4	18,2	-	12,5	10,0	18,2	7,1	23,1	-	20,0
50 - 54	10,0	-	7,7	9,1	20,0	50,0	10,0	9,1	21,4	23,1	-	10,0
55 - 59	-	-	-	-	-	-	10,0	-	-	15,4	-	20,0
60 - 64	-	7,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
65 - 69	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
> 70	10,0	7,7	-	-	-	-	-	-	-	7,7	-	-
TOTAL	100,0	100,1	100,1	100,1	100,0	100,0	100,0	100,1	99,9	100,1	100,0	100,0
n =	(10)	(13)	(13)	(11)	(10)	(8)	(10)	(11)	(14)	(13)	(1)	(10)

Nota: Com. Pol. Prov. = Comissão Política Provisória; Com. Pol. = Comissão Política; Sec. Nac. = Secretariado Nacional; Com. Pol. Nac. = Comissão Política Nacional.

Fonte: Pergunta 1 do Questionário, variável 3 do Livro de Código. Veja-se o Documento 1 da Ficha Técnica 3 do Inquérito às Elites Dirigentes do PPD/PSD 1974-86 do Anexo I desta dissertação.

4. No que respeita ao grau de instrução dos membros das diversas "facções" utilizámos dois indicadores, aliás relacionados: o grau de ensino atingido por esses elementos e, no caso dos licenciados, o tipo de curso superior frequentado. Isto porque a adesão a certa "facção" pode estar ligada aos estudos desenvolvidos ou, eventualmente, à posse de certos diplomas.

O Quadro 11 apresenta os dados relativos ao grau de ensino dos membros das diferentes "facções".

QUADRO 11

Habilitações literárias dos membros das "facções" do PPD/PSD
(em %)

"Facções" / Habilitações literárias	"Sá Carneiristas"	"Dissidentes de Aveiro"	"Sá Carneiristas"	"Inadiáveis"	"Balsemistas"	"Notáveis"	"Grupo dos 44"	"Críticos"/ "Grupo de Lisboa"	"Nota Pintistas"	"Nota Amaralistas"	"Nova Esperança"	"Salgueiristas"	"Cavaquistas"
Instrução primária	-	-	-	4,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Secundário/ comercial/ industrial	6,7	10,0	9,0	-	-	-	5,3	12,5	-	-	6,3	-	-
Secundário liceal	20,0	10,0	-	-	5,9	9,5	5,3	12,5	-	-	18,7	10,0	7,7
Curso médio	6,7	-	-	19,0	11,8	28,5	15,7	20,8	7,7	18,2	-	-	-
Curso superior	66,6	80,0	90,9	76,3	82,3	62,0	73,7	54,2	92,3	81,8	75,0	90,0	92,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pergunta 3 do Questionário, variável 6 do Livro de Código. Veja-se o Documento 1 da Ficha Técnica 3 do Inquérito às Elites Dirigentes do PPD/PSD 1974-86 no Anexo I desta dissertação.

Vistos globalmente, os resultados não surpreendem. O

que ressalta logo da leitura do Quadro 11 é a circunstância de a grande maioria dos indivíduos ter frequentado o ensino superior: ultrapassa sempre os 50 % e, nalgumas "facções", a percentagem chega mesmo a atingir mais de 90 %(1603).

Embora com 66.6 % dos seus membros com curso superior, 20 % dos "Sá Carneiristas" do primeiro conflito apresentam-se com o curso secundário liceal e 6.7 % com o curso secundário comercial ou industrial, para além de outros 6.7 % detendo um curso médio, enquanto na "facção" oposta 80 % são licenciados e 20 % têm o nível de estudos secundário, metade dos quais tendo frequentado o liceu e a outra metade a escola técnica. Aliás, o ensino comercial e industrial, na generalidade, não está muito representado e apenas nos "Críticos"/"Grupo de Lisboa" se encontram 12.5 % (correspondentes a três casos), que tenham frequentado esse tipo de ensino. Estes resultados são reveladores, até certo ponto, de não estarmos perante estratos sócio-económicos muito baixos, atendendo ao carácter discriminatório que comportava este tipo de ensino(1604), situação essa que sai reforçada pelo facto de se

---

(1603) Conforme já pusemos em relêvo num trabalho anterior, as elites políticas fazem parte de uma faixa restrita que detém um nível de instrução mais elevado, facto que, por seu lado, facilitaria aos mesmos a prossecução da respectiva carreira. Veja-se MARIA JOSÉ STOCK e LUIS F. VALENTE ROSA, "Perfil dos delegados aos Congressos dos partidos políticos em 1981", *in* MARIA JOSÉ STOCK e OUTROS, *Os Partidos em Congresso 1981, Quem São e o Que Pensam os Seus Delegados, Uma Abordagem Sociológica*, Évora, GIAS, ISESE, 1985, p. 70.

(1604) Especialmente tendo em consideração que as "escolas técnicas", onde se ministrava o ensino secundário comercial e industrial, recrutavam fundamentalmente os seus alunos nas classes sócio-económicas mais desfavorecidas, conforme sublinharia VICTOR ÂNGELO em "O ensino discriminatório: liceu e escola técnica - resultados de um inquérito", *in Análise Social*, Lisboa, GIS, 2ª série, nº 44, vol. XI, 1975, pp. 576-629.

ter apenas encontrado um caso (entre os "Inadiáveis") de um indivíduo cujo grau de instrução não ultrapassou a escola primária.

Se compararmos as duas "facções" do segundo conflito, os "Sá Carneiristas" apresentam nas suas fileiras mais 14.6 % de licenciados do que os "Inadiáveis", atingindo os primeiros 90.0 % de membros nessas condições e os últimos 76.3 %. Nesta "facção" 19.0 % dos indivíduos têm um curso médio e é nela que encontramos, conforme já referido, o único caso de um elemento apenas com a instrução primária.

A comparação dos dados apresentados pelas quatro "facções" que se degladiaram no decurso do terceiro conflito mostra-nos a já verificada predominância de indivíduos com curso superior, especialmente manifesta entre os "Balsemistas" com 82.3 % e o "Grupo dos 44" com 73.7 %, já que entre os "Notáveis" e o "Grupo de Lisboa" os elementos tendo um curso médio atingem valores de não desprezar, ou seja, respectivamente 28.5 % e 20.8 %, enquanto nas duas primeiras "facções" os mesmos têm expressão, respectivamente em 11.8 % e 15.7 % dos casos.

Com o nível secundário só atingem uma percentagem significativa os elementos dos "Críticos"/"Grupo de Lisboa", equivalendo globalmente a 25.0 % do total dos membros desta "facção", tendo metade dos mesmos frequentado o ensino liceal e a outra metade o ensino comercial ou industrial.

O perfil das "facções" que entraram em contenda no quarto conflito não se configura de forma muito diferente das

já analisadas. Permanecem maioritários os licenciados, aliás em percentagem, em geral, superior à das restantes "facções", já que quer os "Mota Pintistas", quer os "Cavaquistas" atingem 92.3 %, enquanto os "Salgueiristas" chegam a 90.0 %.

Comparando as "facções" da primeira etapa deste conflito, "Mota Pintistas" e "Mota Amaralistas", elas assemelham-se bastante neste capítulo, ao passo que a "Nova Esperança" apresenta uma fisionomia particular, ou seja, tem menos licenciados do que os seus oponentes, embora estes atinjam aí 75.0 %; ao contrário das outras duas "facções", esta última tem 18.7 % dos seus membros com o curso secundário liceal e 6.3 % com o curso secundário comercial ou industrial. As semelhanças nesta matéria retornam quando se trata de comparar "Salgueiristas" e "Cavaquistas", visto que ambos apresentam um perfil sensivelmente idêntico no que concerne ao grau de ensino frequentado pelos membros respectivos.

Em suma, no que se refere às habilitações literárias dos elementos das diversas "facções", os resultados não surpreendem, sobretudo se tivermos em conta, como vimos atrás, que esses membros ou já teriam sido, ou seriam ainda, na sua maior parte, elites nacionais do partido, reflectindo assim, as características resultantes dessa situação. Ou seja, os membros das "facções" não fazem senão reproduzir essas mesmas características, que podemos observar no que concerne às diferentes Comissões Políticas Nacionais do partido no Quadro 12 a seguir apresentado.

Se tomarmos em consideração os indivíduos que declara-

Q U A D R O 12

Habilitações literárias e curso superior dos membros da Comissão Política Nacional de 1974 a 1985 (em %)

Comissões Políticas/ Congressos / Habilitações literárias	Com. Pol. Prov. 1974	Com. Pol. I 1974	Sec. Nac. II 1975	Com. Pol. III e IV 1976	Com. Pol. Nac. V 1978	Com. Pol. Nac. VI 1978	Com. Pol. Nac. VII 1979	Com. Pol. Nac. VIII 1981	Com. Pol. Nac. IX 1981	Com. Pol. Nac. X 1983	Com. Pol. Nac. XI 1984	Com. Pol. Nac. XII 1985
Instrução primária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Secundário/ comercial/ industrial	10,0	-	7,7	-	10,0	-	-	-	-	-	-	-
Secundário liceal	-	-	15,4	-	-	12,5	20,0	9,1	-	-	-	10,0
Curso médio	-	-	7,7	-	-	-	-	-	7,1	7,7	-	-
Curso superior	90,0	92,3	69,2	100,0	90,0	87,5	80,0	81,8	85,7	92,3	100,0	90,0
Não respondeu	-	7,7	-	-	-	-	-	9,1	7,1	-	-	-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	99,9	100,0	100,0	100,0
n =	(10)	(13)	(13)	(11)	(10)	(8)	(10)	(11)	(14)	(13)	(1)	(10)
Curso superior:												
Direito	77,8	66,7	77,8	63,6	55,6	71,4	50,0	55,6	72,7	50,0	100,0	55,6
Medicina	11,1	16,7	11,1	9,1	22,3	-	12,5	11,1	-	-	-	-
Engenharia	-	8,3	-	9,1	11,1	28,6	12,5	11,1	9,1	25,0	-	11,1
Economia/ /Gestão	11,1	8,3	11,1	18,2	11,1	-	25,0	22,2	18,2	8,4	-	33,3
Outro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16,6	-	-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,1	100,0	100,0	100,0	99,9	100,0	100,0	100,0
n =	(9)	(12)	(9)	(11)	(9)	(7)	(8)	(9)	(11)	(12)	(1)	(9)

Nota: Com. Pol. Prov. = Comissão Política Provisória; Com. Pol. = Comissão Política; Sec. Nac. = Secretariado Nacional; Com. Pol. Nac. = Comissão Política Nacional.

Fonte: Pergunta 3 do Questionário, variável 6 do Livro de Código. Veja-se o Documento 1 da Ficha Técnica 3 do Inquérito às Elites Dirigentes do PPD/PSD 1974-86 no Anexo I desta dissertação.

ram ter curso superior, a grande maioria em qualquer uma das "facções", conforme se poderá verificar pelo Quadro 13, frequentou o curso de Direito. Nalgumas, como seria sobretudo o

caso dos "Sá Carneiristas" quer do primeiro, quer do segundo conflito, dos "Dissidentes de Aveiro", dos "Mota Pintistas" e da "Nova Esperança", os elementos que se licenciaram em Direito ultrapassam largamente os 50 %, atingindo, como seria o caso extremo dos "Dissidentes de Aveiro", 87.5 % dos indivíduos com curso superior.

Q U A D R O 13

Curso superior frequentado pelos membros das "facções" do PPD/PSD
(em %)

"Facções" / Curso superior	"Sá Carneiristas"	"Dissidentes de Aveiro"	"Sá Carneiristas"	"Inadiáveis"	"Balsemistas"	"Notáveis"	"Grupo dos 44"	"Críticos"/ "Grupo de Lisboa"	"Mota Pintistas"	"Mota Amaralistas"	"Nova Esperança"	"Salgueiristas"	"Cavaquistas"
Direito	77,8	87,5	60,0	50,0	35,8	53,8	42,9	46,2	66,7	44,5	66,8	22,2	58,3
Medicina	11,1	12,5	10,0	-	7,1	15,4	7,1	7,7	-	-	-	11,1	-
Ciências Naturais	-	-	-	-	-	7,7	-	-	-	11,1	-	-	-
Engenharia	-	-	30,0	12,5	7,1	-	14,2	38,4	25,0	-	8,3	22,2	16,7
Economia/ Gestão	11,1	-	-	18,7	7,1	15,4	21,4	7,7	8,3	33,3	8,3	33,3	25,0
Ciências Políticas/ Sociologia	-	-	-	-	7,1	-	7,1	-	-	-	-	11,1	-
História/ Filosofia/ Letras	-	-	-	18,8	7,1	-	-	-	-	-	8,3	-	-
Outros Cursos	-	-	-	-	28,6	7,7	7,1	-	-	11,1	8,3	-	-
TOTAL*	100,0	100,0	100,0	100,0	99,9	100,0	99,8	100,0	100,0	100,0	100,0	99,9	100,0

Nota: Neste quadro *n* corresponde apenas aos membros das "facções" com formação universitária, respectivamente para cada uma das "facções" indicadas: 9, 8, 10, 16, 14, 13, 14, 13, 12, 9, 12, 9 e 12 elementos.

Fonte: Pergunta 3 do Questionário, variável 7 do Livro de Código. Veja-se o Documento 1 da Ficha Técnica 3 do Inquérito às Elites Dirigentes do PPD/PSD 1974-86 no Anexo I desta dissertação.

Como mostra o Quadro 13, apenas os "Balsemistas" com 35.8 %, o "Grupo dos 44" com 46.2 % e os "Salgueiristas" com 22.2 % ficam aquém dos 50 % no que concerne ao curso de Direito, situando-se nesse limiar os "Inadiáveis" com 50.0 % e os "Cavaquistas" com 58.3 %.

A predominância do curso de Direito é pois, uma evidência que só não está presente no caso dos "Salgueiristas", reflectindo, igualmente, a circunstância, já verificada, de a maioria dos membros das "facções" terem sido ou serem então dirigentes nacionais do partido. Conforme podemos confirmar através do Quadro 12, mais de 50.0 % dos membros da Comissão Política Nacional do PPD/PSD de 1974 a 1985 deteriam o curso de Direito. A preparação jurídica das elites parece, assim, uma via segura para atingirem mais facilmente cargos de âmbito nacional, fornecendo-lhes, simultaneamente, uma eventual capacidade acrescida para a gestão dos conflitos internos.

Os restantes cursos mostram-se, relativamente ao de Direito, consideravelmente sub-representados, salvo no que concerne ao de Engenharia, no caso dos "Sá Carneiristas" do segundo conflito, no dos "Críticos"/"Grupo de Lisboa" e no dos "Mota Pintistas", bem como o de Economia/Gestão quando se trata do "Grupo dos 44", com 21.4 %, dos "Mota Amaralistas", com 33.3 %, dos "Salgueiristas", também com 33.3 % e dos "Cavaquistas", com 25.0 %. Medicina, por exemplo, só atinge 15.4 % no caso dos "Notáveis", 12.5 % no dos "Dissidentes de Aveiro", 11.1 % no dos "Sá Carneiristas" do primeiro conflito e no dos "Salgueiristas"; 10.0 % no dos "Sá Carneiristas" do segundo

conflito, 7.7 % no caso do "Críticos"/"Grupo de Lisboa" e no dos "Balsemistas" e 7.1 % no do "Grupo dos 44".

A comparação entre as "facções" de cada conflito leva-nos a algumas considerações mais específicas. Se entre os "Sá Carneiristas" e os "Dissidentes de Aveiro" as diferenças existentes não são consideráveis, no segundo conflito assumem já algum significado, visto que entre os "Sá Carneiristas" 30.0 % frequentaram Engenharia, para apenas 12.5 % dos "Inadiáveis", enquanto entre estes últimos 18.8 % disseram ter o curso de Economia/Gestão e 18.8 % o de História/Filosofia/Letras; entre os primeiros, os cursos frequentados foram apenas o de Direito, o de Engenharia e o de Medicina, este último somente em 10.0 % dos casos.

As "facções" do terceiro conflito apresentam valores semelhantes no que respeita ao curso de Direito, apesar de, por exemplo, os "Notáveis", que detêm o maior número de licenciados neste caso, terem entre as suas fileiras mais 18.0 % do que os "Balsemistas", os menos representados nesta categoria. Qualquer uma destas "facções" tem uma percentagem reduzida de membros com o curso de Medicina, salvo os "Notáveis" em que estes atingem o dobro dos valores apresentados pelas restantes "facções", ou seja 15.4 %, enquanto entre estes 7.7 % declararam ter o curso de Ciências Naturais, situação que não se repete nas outras "facções".

O curso de Engenharia, como já sublinhámos atrás, apresenta um valor significativo no caso do "Grupo de Lisboa", com 38.4 % dos seus membros nesta circunstância e o de Eco-

nomia/Gestão com 21.4 % no caso do "Grupo dos 44". De relevar o facto de, entre os "Balsemistas", 28.6 % terem declarado outros cursos superiores, não discriminados.

O perfil das "facções" do quarto conflito apresenta, também, algumas disparidades se as compararmos entre si. Não só os "Mota Pintistas" têm mais 22.3 % de licenciados em Direito do que os "Mota Amaralistas", como nas suas fileiras existem 25.0 % com o curso de Engenharia, para nenhum nesta última "facção" e apenas 8.3 % na "Nova Esperança". Por outro lado, 33.3 % dos "Mota Amaralistas" declararam ter o curso de Economia/Gestão, enquanto as duas outras "facções" apresentam valores muito mais baixos nesses cursos.

Entre os "Salgueiristas" e os "Cavaquistas" as diferenças são mais do que evidentes no que concerne ao curso de Direito, visto os primeiros apresentarem menos 36.1 % de elementos nessa situação do que os segundos, enquanto nos cursos de Engenharia e nos de Economia/Gestão as percentagens respectivas são superiores: 22.2 % de "Salgueiristas" com o primeiro curso para 16.7 % de "Cavaquistas" e 33.3 % dos primeiros com Economia/Gestão para 25.0 % destes últimos nessa situação.

A título de curiosidade, note-se que, entre os "Salgueiristas", 11.1 % frequentaram Ciências Políticas/Sociologia, situação que se repete, conquanto em percentagem inferior (7.1 % em qualquer dos casos), entre os "Balsemistas" e o "Grupo dos 44".

5. A adesão a uma "facção" pode ser, pelo menos em parte, tributária do meio sócio-profissional, pelas solidarieda-

des que eventualmente se estabelecem previamente entre os potenciais membros da mesma ou pelos interesses comuns que os movem.

Considerando as "facções" sob o ângulo das profissões exercidas pelos membros respectivos, tal como para com o nível de estudos e o tipo de curso superior frequentado, verificam-se algumas características globais comuns, bem como traços específicos de certas "facções".

De acordo com o que nos é dado observar no Quadro 14, a profissão mais representada é, em geral, a de advogado ou conselheiro jurídico, salvo no que respeita aos "Salgueiristas" e aos "Notáveis", nos quais a percentagem atinge apenas 10.0 % nos primeiros e 19.0 % nos últimos, enquanto as outras "facções" ultrapassam sempre 20.0 % (33.3 % no caso dos "Sá Carneiristas" do primeiro conflito e 40.0 % no dos "Dissidentes de Aveiro", 36.3 % entre os "Sá Carneiristas" do segundo conflito e 28.6 % entre os "Inadiáveis", 29.3 %, 31.5 % e 25.0 % no que concerne, respectivamente, aos "Balsemistas", "Grupo dos 44" e "Críticos"/"Grupo de Lisboa", 23.1 %, 27.2 %, 25.0 % e 38.4 % quanto aos "Mota Pintistas", "Mota Amaralistas", "Nova Esperança" e "Cavaquistas").

As profissões mais representadas são, além das já referidas, os economistas com 26.2 % no "Grupo dos 44" e com 30.0 % nos "Salgueiristas", os professsores do ensino superior, que chegam a 30.0 % nos "Dissidentes de Aveiro", a 18.2 % nos "Sá Carneiristas" do segundo conflito, a 23.1 % nos "Mota Pintistas" e a 18.9 % na "Nova Esperança", os professo-

res do ensino secundário com 18.9 % entre os "Mota Amaralistas", os quadros superiores da Administração Pública com 20.0 % entre os "Salgueiristas" e, finalmente, os empregados de escritório com 18.9 % entre a "Nova Esperança".

Temos, assim, que para além de terem em comum uma maioria de advogados e conselheiros jurídicos nas suas fileiras (salvo, particularmente, os "Salgueiristas", cuja maior representatividade se situa no grupo dos economistas, com 30.0 %, seguido pelos quadros superiores da Administração Pública (com 20.0 %), em geral, as "facções" não apresentam perfis muito distintos. Contudo, se analisarmos conflito por conflito, essas diferenças tornam-se mais importantes, sobretudo se agregarmos as diversas profissões por um lado, em grandes grupos sócio-profissionais e, por outro, em categorias ou tipos de actividades predominantes nessas profissões.

A forte proporção dos profissionais liberais no conjunto dos membros das diversas "facções" é logo uma evidência que ressalta da leitura do Quadro 15, com percentagens que oscilam entre um mínimo de 33.3 % no caso dos "Notáveis" (de qualquer forma um valor superior ao dos restantes grupos sócio-profissionais desta "facção"), até ao máximo de 69.3 % no caso dos "Cavaquistas", sendo a média de todas as "facções" nesta categoria da ordem dos 49.9 %.

Os professores e os quadros superiores apresentam-se seguidamente em proporções consideráveis, colocando-se os primeiros logo a seguir às profissões liberais, respectivamente

Q U A D R O 14
Profissões exercidas pelos membros das "facções" do PPD/PSD
(em %)

"Facções" / Profissões	"Sá Carneiristas"	"Dissidentes de Aveiro"	"Sá Carneiristas"	"Inadiáveis"	"Balsemistas"	"Notáveis"	"Grupo dos 44"	"Críticos"/ "Grupo de Lisboa"	"Nota Pintistas"	"Nota Amaralistas"	"Nova Esperança"	"Salgueiristas"	"Cavaquistas"
Adv,/C,Jur,	33,3	40,0	36,3	28,6	29,3	19,0	31,5	25,0	23,1	27,2	25,0	10,0	38,4
Economistas	-	-	-	-	5,9	4,8	26,2	-	-	9,1	6,2	30,0	7,7
Médicos	6,7	10,0	9,1	-	-	9,5	5,3	4,2	-	9,1	-	-	-
Engenheiros	-	-	-	4,8	5,9	-	5,3	12,4	15,4	-	6,2	10,0	-
Arquitectos	-	-	-	-	-	-	-	4,2	-	-	-	-	7,7
Veterinários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15,4
Industriais	-	-	-	4,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comerciantes	-	-	-	-	-	-	-	4,2	-	-	6,2	-	-
Ag,,Emp,/P,A	-	-	9,1	-	5,9	-	-	4,2	-	-	-	-	-
Prof,E, Sup,	13,3	30,0	18,2	9,5	-	9,5	-	-	23,1	-	18,9	-	-
Prof,E, Sec,	-	-	-	14,2	11,8	9,5	5,3	-	7,7	18,2	6,2	-	-
Prof,E, Bás,	6,7	-	-	4,8	-	-	-	-	-	9,1	-	-	-
Gestor,P,/VP e/ou A,E,Púb	6,7	-	-	-	-	4,8	5,3	-	7,7	-	-	-	-
Gestor,P,/VP e/ou A,E,Pri	6,7	-	9,1	14,2	-	-	-	8,3	15,4	9,1	-	10,0	-
Q,S, Adm,Púb	-	-	-	-	-	4,8	5,3	-	7,7	-	-	20,0	7,7
Q,D,Emp,Púb,	-	-	-	-	-	-	-	8,3	-	-	6,2	-	7,7
Q,D,Emp,Pri,	-	10,0	9,1	4,8	11,8	4,8	-	-	-	-	-	10,0	7,7
Q,D,Adm, Púb	-	-	-	-	17,6	9,5	-	4,2	-	-	-	-	-
Quad, médios	-	-	-	9,5	5,9	-	5,3	4,2	-	9,1	6,2	-	-
B,e Emp,Seg,	13,3	10,0	9,1	-	-	-	-	-	-	9,1	18,9	10,0	-
Emp, Escrit,	6,7	-	-	-	5,9	14,3	10,5	8,3	-	-	-	-	7,7
Operários	6,7	-	-	4,8	-	-	-	4,2	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	9,5	-	8,3	-	-	-	-	-
TOTAL	100,1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,1	100,0	100,0	100,0	100,0

Nota: Adv,/C,Jur = Advogados/Consultores Jurídicos; Ag,,Emp,/P,A = Agricultores, Empresários/Proprietários Agrícolas; Prof, E, Sup, = Professor do Ensino Superior; Prof, E, Sec, = Professor do Ensino Secundário; Prof, E, Bás, = Professor do Ensino Básico; Gestor, P,/VP e/ou A,E,Púb = Gestor, Presidente/Vice-Presidente e/ou Administrador de Empresas Públicas; Gestor,P,/VP e/ou A,E,Pri = Gestor, Presidente/Vice-Presidente e/ou Administrador de Empresas Privadas; Q,S, Adm,Púb, = Quadro Superior da Administração Pública; Q,D,Emp,Púb, = Quadros dirigentes de Empresas Públicas; Q,D,Emp,Pri, = Quadros Dirigentes de Empresas Privadas; Q,D,Adm, Púb = Quadros Dirigentes da Administração Pública; Quad, médios = Quadros médios; B,e Emp, Seg, = Bancários e Empregados de Seguros; Emp, Escrit, = Empregados de escritório.

Fonte: Pergunta 4 do Questionário, variável 8 do Livro de Código. Veja-se o Documento 3 da Ficha Técnica 3 do Inquérito às Elites Dirigentes do PPD/PSD 1974-86 no Anexo I desta dissertação.

entre os "Sá Carneiristas" do primeiro conflito, os "Dissidentes de Aveiro", os "Inadiáveis", os "Mota Amaralistas", a "Nova Esperança" e os "Salgueiristas" e os segundos entre os "Balsemistas", os "Notáveis", o "Grupo dos 44", os "Críticos"/"Grupo de Lisboa" e os "Cavaquistas", atingindo percentagens iguais, quer uns, quer outros, entre os "Sá Carneiristas" do segundo conflito e entre os "Mota Pintistas".

QUADRO 15

Grupos Sócio-profissionais de pertença dos membros das "facções" do PPD/PSD

(em %)

"Facções" / Grupos sócio-profissionais	"Sá Carneiristas"	"Dissidentes de Aveiro"	"Sá Carneiristas"	"Inadiáveis"	"Balsemistas"	"Notáveis"	"Grupo dos 44"	"Críticos"/ "Grupo de Lisboa"	"Mota Pintistas"	"Mota Amaralistas"	"Nova Esperança"	"Salgueiristas"	"Cavaquistas"
Profissões liberais	39,9	50,0	45,4	33,4	41,1	33,3	68,4	45,8	38,4	45,4	37,5	50,0	69,3
Professores	20,0	30,0	18,2	28,5	11,8	19,0	5,2	-	30,8	27,3	25,1	40,0	-
Quadros superiores	13,4	10,0	18,2	19,0	29,4	23,9	10,6	20,8	30,8	9,1	12,4	10,0	23,0
Quadros médios	-	-	-	9,5	5,9	-	5,2	4,2	-	9,1	-	-	-
Emp. de esc/ Banc./Seg.	20,0	10,0	9,1	-	5,9	14,3	10,6	8,3	-	9,1	18,8	-	7,7
Industriais	-	-	-	4,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comerciantes	-	-	-	-	-	-	-	4,2	-	-	6,2	-	-
Agricultores	-	-	9,1	-	5,9	-	-	4,2	-	-	-	-	-
Operários	6,7	-	-	4,8	-	-	-	4,2	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	9,5	-	8,3	-	-	-	-	-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Nota: Emp. de esc/Ban./Seg. = Empregados de escritório/Bancários/Seguros.
Fonte: Quadro 14 deste Capítulo da dissertação.

Dos outros grupos sócio-profissionais apenas os empregados de escritório, empregados de seguros e bancários têm uma expressão significativa, sobretudo no quadro dos "Sá Carneiristas" do primeiro conflito e na "Nova Esperança"; os restantes grupos mostram uma expressão muito reduzida ao nível de todas as "facções".

Se compararmos as duas "facções" do primeiro conflito, veremos que metade dos "Dissidentes de Aveiro" declararam exercer profissões liberais e, dos restantes, a maioria (30.0 %) é professor; entre os "Sá Carneiristas" as profissões liberais só atingem 39.9 %, os professores são 20.0 %, bem como os empregados de escritório, de seguros ou bancários, exactamente o dobro dos que se encontram entre as fileiras da "facção" oposta; quanto aos quadros superiores os valores das duas "facções" aproximam-se bastante.

A comparação dos dados dos "Sá Carneiristas" do segundo conflito e dos "Inadiáveis" permite concluir que estas duas "facções" têm uma estrutura semelhante nesta matéria, apesar de aqueles terem mais de 12.0 % de profissionais liberais nas suas fileiras do que os últimos e estes mais 10.3 % de professores do que os primeiros; a percentagem relativa aos quadros superiores é sensivelmente a mesma em ambos, embora os restantes elementos, sub-representados em qualquer uma das "facções", se apresentem distribuídos por diferentes categorias: entre os "Sá Carneiristas" 9.1 % são, respectivamente, empregados de escritório, de seguros ou bancários e agricultores, enquanto entre os "Inadiáveis" 9.5 % são quadros médios e

4.8 % respectivamente industriais e operários. Note-se, aliás, que apenas existem operários nesta "facção", nos "Sá Carneiristas" do primeiro conflito (em 6.7 % dos casos) e nas fileiras dos "Críticos"/"Grupo de Lisboa", em que representam 4.2 % do total, ou seja este grupo está, em geral, fracamente representado e mediocremente implantado mesmo nas "facções" onde tem alguma expressão.

A forte incidência das profissões liberais repete-se no quadro das "facções" do terceiro, como do quarto conflito analisado. No terceiro conflito este grupo predomina no "Grupo dos 44" atingindo 68.4 %, seguido pelos "Críticos"/"Grupo de Lisboa" com 45.8 %, pelos "Balsemistas" com 41.1 % e pelos "Notáveis" com 33.3 %. Os professores vêem-se sobretudo representados no âmbito dos "Balsemistas" com 29.4 %, aproximando-se os "Notáveis" dos "Críticos"/"Grupo de Lisboa", respectivamente com 23.9 % e 20.8 % de membros exercendo esta profissão e apresentando o "Grupo dos 44" os valores mais baixos, na ordem dos 10.6 %. Os empregados de escritório, de seguros e bancários vêm a seguir, com 5.9 % entre os "Balsemistas", 14.3 % entre os "Notáveis", 10.6 % entre o "Grupo dos 44" e 8.3 % entre os "Críticos"/"Grupo de Lisboa". Esta última "facção" é a que apresenta mais invidíduos disseminados por diferentes grupos, conquanto em proporções diminutas.

No último conflito, o grupo sócio-profissional de pertença mais difundido é, mais uma vez, o das profissões liberais que atinge, no caso dos "Cavaquistas", quase 70.0 % do total; aliás, esta "facção" só integra elementos deste

grupo, quadros superiores na ordem dos 23.0 % e apenas 7.7 % dos casos são empregados de escritório, de seguros ou bancários. Quer os "Salgueiristas" quer os "Mota Pintistas" têm, igualmente, os seus membros concentrados, desta vez, entre os profissionais liberais, respectivamente com 50.0 % e 38.4 %, os professores, com 40.0 % e 30.8 % e os quadros superiores, com 10.0 % e 30.8 %.

Nas duas outras "facções" da primeira fase do quarto conflito, os "Mota Amaralistas" e a "Nova Esperança" prevalecem igualmente e sem grande disparidade as profissões liberais, enquanto os outros valores atingem também proporções semelhantes entre as duas "facções"; de relevar, apenas, o facto de, entre os primeiros, 9.1 % serem quadros médios e de, entre os segundos, 6.2 % serem comerciantes, enquanto a "facção" oposta nessas categorias não tem qualquer expressão, bem como o facto de a "Nova Esperança" ter o dobro dos empregados de escritório nas suas fileiras. Comparadas com os "Mota Pintistas", a diferença mais nítida reside nos quadros superiores, mediocremente representados na esfera daquelas "facções" e com uma expressão de 30.8 % no âmbito desta última.

6. A partir dos dados recolhidos tornou-se possível agregar as profissões no Quadro 16 segundo um outro critério: o do tipo predominante de actividade que caracteriza, em princípio, essas profissões. Considerámos três categorias: a dos intelectuais, a dos tecnocratas e a dos funcionários, bem como uma outra categoria residual, na qual inserimos as profissões

que não se enquadram em nenhuma das primeiras(1605).

QUADRO 16

Categorias de actividade dos membros das "facções" do PPD/PSD
(em %)

"Facções" / Categorias	"Sá Carneiristas"	"Dissidentes de Aveiro"	"Sá Carneiristas"	"Inadiáveis"	"Balsemistas"	"Notáveis"	"Grupo dos 44"	"Críticos"/ "Grupo de Lisboa"	"Mota Pintistas"	"Mota Amaralistas"	"Nova Esperança"	"Salgueiristas"	"Cavaquistas"
Intelectuais	53,3	70,0	54,5	57,1	41,1	38,0	36,8	25,0	53,9	54,5	50,1	10,0	38,4
Tecnocratas	20,1	20,0	27,3	33,3	47,1	38,2	52,7	45,8	46,2	36,4	24,8	80,0	53,9
Funcionários	26,7	10,0	9,1	4,8	5,9	23,8	10,5	20,8	-	9,1	18,9	10,0	7,7
Outros	-	-	9,1	4,8	5,9	-	-	8,4	-	-	6,2	-	-
TOTAL	100,1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,1	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Quadro 14 deste Capítulo da dissertação.

Considerado sob este ângulo, é nos "Sá Carneiristas" dos dois conflitos, nos "Inadiáveis", nos "Mota Pintistas", nos "Mota Amaralistas" e na "Nova Esperança" que se situa uma maioria de intelectuais (todas estas "facções" apresentam va-

---

(1605) Qualquer classificação neste domínio comporta sempre uma certa carga de arbitrariedade. Adoptando a tipologia usada por VINICIO ALVES DA COSTA E SOUSA em "Caracterização da classe política portuguesa", s.l., s.d. (policopiado), agregámos os advogados/conselheiros jurídicos e os diversos tipos de professores como detendo uma actividade predominantemente "intelectual" no sentido de, em princípio, desempenharem uma acção mais formativa no plano programático; profissões de carácter técnico-científico como os médicos, economistas, engenheiros, arquitectos, veterinários e todos os quadros superiores, dirigentes e médios da administração pública, das empresas públicas e das empresas privadas foram agregados como "tecnocratas"; empregados de escritório, empregados de seguros e bancários sem formação universitária, bem como os operários, foram classificados como "funcionários" agregando-se, por sua vez, agricultores, industriais e comerciantes numa categoria residual que denominámos como "outros".

lores superiores a 50 %), mas a expressão máxima destes faz-se sentir entre os "Dissidentes de Aveiro", que apresentam uma percentagem na ordem dos 70.0 %.

Das restantes "facções", quer os "Balsemistas", quer os "Notáveis" mostram valores semelhantes no que respeita aos intelectuais e aos tecnocratas; o "Grupo dos 44" e os "Críticos"/"Grupo de Lisboa" têm entre as suas fileiras mais tecnocratas do que intelectuais (respectivamente mais 15.9 % no primeiro caso e 20.8 % no segundo) e, no que concerne ao quarto conflito, tanto os "Cavaquistas" como os "Salgueiristas", mas sobretudo estes últimos, se encontram também nessa situação; aqueles com 53.9 % de tecnocratas para 38.4 % de intelectuais e os "Salgueiristas" com mais 70.0 % de tecnocratas do que intelectuais.

Os funcionários só adquirem alguma expressão entre os "Sá Carneiristas" do primeiro conflito, entre os "Notáveis", entre os "Críticos"/"Grupo de Lisboa" e entre a "Nova Esperança"; nas restantes "facções" estão, tal como a categoria residual, pouco representados.

Comparado com os "Sá Carneiristas", os "Dissidentes de Aveiro" surgem com um perfil mais intelectual, embora a percentagem de tecnocratas ande, em ambos, à volta dos 20.0 %; a diferença faz-se sentir pelo peso exercido pelos funcionários ao nível da primeira "facção" considerada.

No segundo conflito a estrutura das duas "facções" opostas é, neste capítulo, muito semelhante à dos "Sá Carneiristas" e aos "Inadiáveis", qualquer delas com uma distri-

buição equilibrada no que concerne às várias categorias. O padrão apresentado pelas "facções" do terceiro conflito aproxima, neste aspecto, os "Balsemistas" dos "Notáveis", com valores semelhantes entre si no que respeita à homogeneidade interna de intelectuais e de tecnocratas, muito embora os últimos tenham nas suas fileiras 23.8 % de funcionários e os "Balsemistas" apenas 5.9 %.

A fisionomia das primeiras três "facções" do quarto conflito não é muito diferente nesta matéria, visto que os intelectuais se encontram em qualquer delas em pouco mais de 50.0 % dos casos, oscilando, contudo, os tecnocratas entre 24.8 % na "Nova Esperança", 36.4 % nos "Mota Amaralistas" e 46.2 % nos "Mota Pintistas", já que estes últimos não têm nenhum elemento na categoria dos funcionários, o que não acontece com os outros dois, com respectivamente 18.9 % e 9.1 % de elementos nessa situação.

Um perfil nitidamente tecnocrata é o apresentado pelos "Salgueiristas", em cujas fileiras se colocam 80.0 % de membros nestas circunstâncias, para 53.9 % dos "Cavaquistas" que, assim, se assemelham mais, neste capítulo, às "facções" do terceiro conflito intra-partidário.

A forte proporção de intelectuais nas "facções" dos dois primeiros conflitos e nos "Mota Pintistas", "Mota Amaralistas" e "Nova Esperança" e, ao invés, o predomíno dos tecnocratas em todas as do terceiro conflito, nos "Salgueiristas" e nos "Cavaquistas" não explicam, assim, a pertença dos indivíduos a "facções" diferentes no quadro do mesmo con-

flito ou seja, não possibilita destrinçar clivagens dessa natureza a separar essas "facções". Permite, contudo, diferenciar os conflitos uns dos outros com base neste vector, isto é, no primeiro, no segundo e na primeira fase do quarto conflito as dissensões parecem ter-se dado entre "facções" de intelectuais, enquanto no terceiro e na última fase do quarto o conflito parece ter-se processado entre "facções" onde pontificaram os tecnocratas.

7. Relacionado, ainda, com a actividade profissional dos membros das "facções", obtivémos informação àcerca do sector económico em que os mesmos se inserem, o que permite classificar melhor cada uma em termos da respectiva implantação sócio-profissional.

Analisando o Quadro 17 se conclui que o sector mais representado no conjunto das "facções" é o terciário, com valores que variam entre os 60.0 % e os 80.0 %. No essencial, as "facções" não apresentam características muito distintas, visto que a implantação é, em todas, fundamentalmente feita no sector de serviços.

Em qualquer das "facções" torna-se evidente a sub-representação do sector primário, a fraca expressão do secundário e um nível razoável de elementos que desenvolvem a sua actividade na Administração Pública, sobretudo no que concerne aos "Dissidentes de Aveiro, aos "Balsemistas", respectivamente com valores da ordem dos 40.0 % e dos 41.2 %, seguidos pelos "Mota Amaralistas"com 27.3 %, pela "Nova Esperança" com 25.0 %, pelos "Notáveis" com 23.8 % e, por último, pelos "Mota Pin-

Q U A D R O 17

Sector da Economia em que os membros das "facções" do PPD/PSD desenvolvem a respectiva actividade profissional (em %)

"Facções" / Sector de Economia	"Sá Carneiristas"	"Dissidentes de Aveiro"	"Sá Carneiristas"	"Inadiáveis"	"Balsemistas"	"Notáveis"	"Grupo dos 44"	"Críticos"/ "Grupo de Lisboa"	"Nota Pintistas"	"Nota Amaralistas"	"Nova Esperança"	"Salgueiristas"	"Cavaquistas"
Primário	-	-	-	14,3	5,9	4,7	5,3	12,5	-	9,1	-	10,0	-
Secundário	6,6	-	18,2	9,5	11,8	-	5,3	20,8	7,6	-	12,5	20,0	7,7
Terciário	80,0	60,0	63,6	66,7	41,2	71,5	73,7	62,5	69,3	63,6	62,5	60,0	69,2
Administração Pública	13,4	40,0	18,2	9,5	41,2	23,8	15,7	4,2	23,1	27,3	25,0	10,0	23,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pergunta 5 do Questionário, variável 9 do Livro de Código. Veja-se a Ficha Técnica 3 do Inquérito às Elites Dirigentes do PPD/PSD 1974-86 no Anexo I desta dissertação.

tistas" e pelos "Cavaquistas", cada qual com 23.1 %.

Comparando "facção" a "facção" em cada um dos conflitos, vemos que as diferenças mais evidentes respeitam aos "Sá Carneiristas" e aos "Dissidentes de Aveiro", visto estes terem menos 20 % de membros no sector terciário e mais 26.6 % na Administração Pública do que aqueles. No segundo conflito as diferenças não são tão substanciais, voltando a assumir maiores proporções se compararmos as "facções" do terceiro conflito. Aí, os "Balsemistas" são francamente minoritários no sector terciário, quando comparados com os "Notáveis" (menos 30.3 %), com o "Grupo dos 44" (menos 32.5 %) ou com os "Críticos"/"Grupo de Lisboa" (menos 21.3 %), enquanto detêm 41.2 % na Administração Pública, ou seja, respectivamente mais 17.4%,

25.5 % e 37.0 % do que cada uma destas últimas "facções".

As "facções" envolvidas no quarto conflito também não apresentam grandes disparidades neste aspecto e o único traço digno de realce é o facto de os "Salgueiristas" terem apenas 10.0 % de membros a trabalharem na Administração Pública, para 23.1 % de "Cavaquistas", enquanto outros 10 % trabalham no sector primário, o que não acontece com nenhum elemento destes últimos.

8. Os factores geográficos podem, igualmente, intervir na pertença às diferentes "facções". Algumas "facções" podem exercer um efeito de atracção sobre determinadas zonas do país, sobre certos meios sócio-geográficos, seja em função da origem, seja da residência dos seus dirigentes, através das solidariedades assim estabelecidas, seja, ainda, em função dos "feudos" partidários existentes em determinadas regiões.

Optámos por destrinçar a origem regional dos membros das "facções" do seu local de residência, por forma a poder concluir àcerca do peso relativo de cada uma destas situações.

O Quadro 18 mostra a distribuição das pertenças no que concerne ao Distrito de origem dos membros respectivos. Como mostra este Quadro, os Distritos mais representados, na globalidade das "facções", são os Distritos de Lisboa e do Porto; contudo, entre os "Mota Pintistas" assumem relevo particular os Distritos de Leiria e o de Viana do Castelo, enquanto entre os "Salgueiristas" o Distrito de Aveiro tem a segunda posição, logo a seguir ao do Porto.

Do expôsto se depreende que, apesar de a maioria dos

membros das diversas "facções" (salvo no caso dos "Mota Pintistas") serem originários dos Distritos de Lisboa e do Porto, cada sub-unidade partidária apresenta uma fisionomia específica relativamente ao vector em análise.

Q U A D R O 18

Origem regional (Distrito e Região Autónoma) dos membros das "facções" do PPD/PSD (em %)

Distritos / "Facções"	"Sá Carneiristas"	"Dissidentes de Aveiro"	"Sá Carneiristas"	"Inadiáveis"	"Balsemistas"	"Notáveis"	"Grupo dos 44"	"Críticos"/ "Grupo de Lisboa"	"Mota Pintistas"	"Mota Amaralistas"	"Nova Esperança"	"Salgueiristas"	"Cavaquistas"
Aveiro	-	-	-	4,8	-	19,0	5,3	-	-	9,1	-	20,0	15,4
Beja	-	-	9,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Braga	-	-	-	4,8	5,9	-	5,3	8,3	-	9,1	6,2	-	-
Bragança	-	-	9,1	-	5,9	-	5,3	-	7,6	-	12,6	-	-
C. Branco	-	-	-	4,8	5,9	-	-	-	7,6	-	6,2	-	-
Coimbra	6,7	10,0	-	14,2	-	4,8	5,3	8,3	-	-	-	-	7,7
Évora	-	-	-	-	-	4,8	-	8,3	7,6	9,1	6,2	10,0	7,7
Faro	-	-	-	-	-	-	-	4,2	-	-	-	-	15,4
Guarda	6,7	10,0	-	4,8	-	-	-	4,2	7,6	-	-	-	7,7
Leiria	6,7	10,0	9,1	4,8	5,9	-	-	-	30,7	9,1	-	-	-
Lisboa	26,6	-	36,3	19,0	11,7	14,2	57,8	25,0	-	27,2	50,0	40,0	15,4
Portalegre	-	-	-	-	5,9	4,8	5,3	-	7,6	9,1	-	10,0	-
Porto	13,3	20,0	18,2	4,8	11,7	23,8	5,3	33,3	-	18,2	-	10,0	15,4
Santarém	20,0	-	-	9,5	-	4,8	5,3	4,2	7,6	-	-	-	7,7
Setúbal	6,7	-	-	-	-	4,8	5,3	-	-	-	-	-	-
V. Castelo	-	10,0	-	-	-	-	-	-	23,0	-	-	-	-
Vila Real	13,3	-	9,1	4,8	11,7	14,2	-	4,2	-	-	-	-	7,7
Viseu	-	10,0	-	-	-	4,8	-	-	-	-	-	10,0	-
Açores (R.A)	-	-	-	4,8	5,9	-	-	-	-	9,1	-	-	-
Madeira(R.A)	-	-	9,1	-	-	-	-	-	-	-	6,2	-	-
Fora Portugal	-	-	-	4,8	11,7	-	-	-	-	-	-	-	-
Não respondeu	-	30,0	-	14,2	17,6	-	-	-	-	-	12,6	-	-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,1	99,8	100,0	100,2	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,1

Nota: C. Branco = Castelo Branco; V. Castelo = Viana do Castelo; Açores (R.A) = Açores (Região Autónoma); Madeira (R.A) = Madeira (Região Autónoma).

Fonte: Pergunta 2 do Questionário, variável 4 do Livro de Código. Veja-se o Documento 2 da Ficha Técnica 3 do Inquérito às Elites Dirigentes do PPD/PSD 1974-86 no Anexo I desta dissertação.

Se analisarmos comparativamente as diferentes "facções" no âmbito de cada conflito, essas diferenças tornam-se mais nítidas. Assim, enquanto os "Sá Carneiristas" provêm, na sua maioria do Distrito de Lisboa (26.6 % dos casos), seguido dos Distritos de Santarém (20.0 %), do Porto (13.3 %) e de Vila Real (13.3 %), os "Dissidentes de Aveiro" são, sobretudo, do Distrito do Porto (20.0 %), distribuindo-se os restantes em partes iguais (10.0 %) pelos Distritos de Coimbra, Guarda, Leiria, Viana do Castelo e Viseu, não sendo nenhum dos respondentes desta "facção" originário de Lisboa; note-se, contudo, que 30.0 % dos seus membros não responderam à pergunta sobre o local da origem respectiva.

No segundo conflito, a maior parte (36.3 %) dos "Sá Carneiristas" é proveniente do Distrito de Lisboa e 18.2 % do Porto, enquanto 9.1 % são, respectivamente, naturais dos Distritos de Beja, Bragança, Leiria, Vila Real e da Região Autónoma da Madeira. Quanto aos membros dos "Inadiáveis" distribuem-se mais equitativamente pelos diversos Distritos, com 4.8 % em cada um (salvo Beja, Bragança, Évora, Faro, Portalegre, Setúbal, Viana do Castelo, Viseu e Madeira), muito embora 19.0 % sejam naturais do Distrito de Lisboa, 14.2 % do de Coimbra e 9.5 % do de Santarém.

No quadro do terceiro conflito, os "Balsemistas" apresentam uma distribuição muito equilibrada entre os diversos Distritos, reportando-se as percentagens máximas (11.7 %) respectivamente aos Distritos de Lisboa, Porto e Vila Real; 11.7 % dos respondentes desta "facção" nasceram fora do terri-

tório português e 17.6 % não responderam à pergunta em causa. Entre os "Notáveis", a maioria (23.8 %) é originária do Distrito do Porto, seguido pelo Distrito de Aveiro com (19.0 %) e pelos Distritos de Lisboa e de Vila Real (cada um destes com 14.2 % do total). O "Grupo dos 44" apresenta um perfil mais característico, na medida em que mais de metade dos seus membros (57.8 %) é originário do Distrito de Lisboa, sendo apenas 5.3 % do Porto e distribuindo-se os restantes, em partes iguais (5.3 %), por Aveiro, Braga, Bragança, Coimbra, Portalegre, Santarém e Setúbal. Quanto aos "Críticos"/"Grupo de Lisboa" são, sobretudo, originários do Porto (33.3 % dos casos) e, como a sua nomenclatura indica, de Lisboa (25.0 %); os restantes distribuem-se pelos Distritos de Braga, Coimbra e Évora (8.3 % em cada um), Faro, Guarda, Santarém e Vila Real (cada com 4.2 %).

No quarto conflito, os "Mota Pintistas" apresentam um perfil totalmente distinto das restantes "facções", visto nenhum dos seus membros ser natural de Lisboa ou do Porto. Pelo contrário, a maioria (30.7 %) é originária do Distrito de Leiria, seguido do de Viana do Castelo (23.0 %), enquanto em cada um dos Distritos de Bragança, Castelo Branco, Évora, Guarda, Portalegre e Santarém nasceram respectivamente 7.6 % dos seus membros. Ao invés, os "Mota Amaralistas" provêm sobretudo de Lisboa (27.2 %) e do Porto (18.2 %), sendo os restantes naturais de Aveiro, Braga, Évora, Leiria, Portalegre e da Região Autónoma dos Açores (9.1 % em cada um destes Distritos e nesta Região Autónoma). Quanto à "Nova Esperança"

apresenta um perfil distinto, visto que 50 % dos seus membros é originário do Distrito de Lisboa, distribuindo-se os restantes por Bragança (12.6 %), Braga, Castelo Branco, Évora e Região Autónoma da Madeira (6.2 % em qualquer dos casos apontados). Na primeira fase do quarto conflito esta "facção" aparece, neste aspecto, bem demarcada das "facções" opostas.

Os "Salgueiristas" têm, também, uma fisionomia específica e bem diferente dos "Cavaquistas", já que 40 % dos seus membros são naturais de Lisboa, para apenas 15.4 % destes últimos, 20 % são do Distrito de Aveiro e os restantes 40 % distribuem-se em partes iguais por Coimbra, Portalegre, Porto, e Viseu, enquanto os "Cavaquistas" estão consideravelmente mais disseminados; com percentagem idêntica à de Lisboa situam-se os Distritos de Aveiro, Faro e Porto, enquanto Coimbra, Évora, Guarda, Santarém e Vila Real seriam, por sua vez, cada um deles, berço de 7.7 % dos membros desta "facção".

8. Se discriminarmos os locais de origem dos membros das "facções" por zonas rurais e urbanas e, dentro destas últimas, separarmos os centros urbanos das capitais de Distrito e das zonas metropolitanas de Lisboa e do Porto(1606), a análise torna-se mais interessante.

Vemos, assim, pelo Quadro 19, que no primeiro conflito os "Dirigentes de Aveiro" recrutam os seus membros sobretudo

---

(1606) Tal seria possível por termos perguntado a Freguesia e o Concelho de origem do respondente. Os critérios que presidiram à agregação das diversas Freguesias e Concelhos nas distintas categorias do Quadro 19 (bem como do Quadro 23) encontram-se discriminados no Documento 2 da Ficha Técnica 3 do Inquérito às Elites Dirigentes do PPD/PSD 1974-86, que consta no Anexo I desta dissertação, correspondendo à variável 4.1 do respectivo Livro de Código.

em zonas rurais (40.0 %), enquanto os "Sá Carneiristas" parecem ser mais urbanos: 40.0 % são naturais de uma capital de Distrito, 13.4 % são originários da zona metropolitana do Porto e 20.0 % da zona metropolitana de Lisboa, enquanto 6.6 % provêm, também, de um centro urbano e apenas 20.0 % de uma zona rural, ou seja, 80.0 % do total nasceu em zonas urbanas. Quanto aos membros da "facção" oposta, só 30.0 % estão nessa situação, visto que 40.0 % declararam ser naturais de uma zona rural, para além de 30.0 % não terem respondido a esta ques-

QUADRO 19

Origem regional (zona rural/urbana) dos membros das "facções" do PPD/PSD (em %)

"Facções" / Zona	"Sá Carneiristas"	"Dissidentes de Aveiro"	"Sá Carneiristas"	"Inadiáveis"	"Balsemistas"	"Notáveis"	"Grupo dos 44"	"Críticos"/ "Grupo de Lisboa"	"Nota Pintistas"	"Nota Amaralistas"	"Nova Esperança"	"Salgueiristas"	"Cavaquistas"
Rural	20,0	40,0	54,5	33,4	17,6	47,7	36,8	41,7	46,2	27,2	25,0	40,0	61,6
Centro Urbano	6,6	10,0	-	9,5	-	9,5	-	8,3	7,6	-	12,5	-	-
Capital de Distrito	40,0	10,0	18,2	19,0	29,4	19,0	5,3	16,6	46,2	36,4	6,2	10,0	23,0
Porto (Zona Metropolitana)	13,4	10,0	9,1	-	11,8	9,5	5,3	20,9	-	18,2	-	10,0	-
Lisboa (Zona Metropolitana)	20,0	-	18,2	14,2	11,8	14,3	52,6	8,3	-	18,2	43,8	40,0	15,4
Ex-Colónias	-	-	-	4,8	11,8	-	-	4,2	-	-	-	-	-
Estrangeiro	-	-	-	4,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não respondeu	-	30,0	-	14,2	17,6	-	-	-	-	-	12,6	-	-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	99,9	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,1	100,0	100,0

Fonte: Pergunta 2 do Questionário, variável 4.1 do Livro de Código. Veja-se o Documento 2 da Ficha Técnica 3 do Inquérito às Elites Dirigentes do PPD/PSD 1974-86 no Anexo I desta dissertação.

tão.

A dicotomia rural/urbana poê-se, em princípio, com particular acuidade no quadro do segundo conflito, já que esta problemática ocuparia, como vimos atrás, um lugar de realce na conflitualidade que oporia "Sá Carneiristas" a "Inadiáveis"(1607).

De facto, mais de metade (54.5 %) dos "Sá Carneiristas" são naturais de zonas rurais, enquanto apenas 33.4 % dos "Inadiáveis" estão nessas condições; no entanto, estes últimos não provêm, na sua maioria, de grandes zonas urbanas, já que só 14.2 % são originários de uma zona metropolitana (Lisboa), enquanto 28.5 % são provenientes de centros urbanos de menores dimensões, dos quais 9.5 % de centros urbanos que não são Capitais de Distrito. Dos "Sá Carneiristas", pelo contrário, considerando apenas os naturais de zonas urbanas, 27.3 % nasceram em regiões metropolitanas e 18.2 % em capitais de Distrito. Não obstante esta maior incidência nas grandes cidades, os "Sá Carneiristas" apresentam, efectivamente, um perfil mais rural do que os seus opositores.

No âmbito do terceiro conflito são os "Notáveis", seguidos pelos "Críticos"/"Grupo de Lisboa", que detêm uma fisionomia mais rural, respectivamente com 47.7 % e 41.7 %, embora os últimos tenham valores superiores aos primeiros no que concerne às zonas metropolitanas. Manifestamente cosmopolitas apresenta-se o "Grupo dos 44", com 52.6 % dos seus mem-

---

(1607) Veja-se sobre o assunto o sub-capítulo 2.2 do Capítulo X desta dissertação e, especialmente, a respectiva nota 852.

ros naturais da zona metropolitana de Lisboa, apesar de os "Balsemistas" provirem na sua maioria (53.0 %) de centros urbanos, dos quais apenas 23.6 % de áreas metropolitanas. Quanto ao último conflito, são os "Mota Pintistas" que se mostram como a "facção" menos cosmopolita, apesar de cerca de metade (46.2 %) provirem de uma capital de Distrito e 7.6 % de um centro urbano, visto os restantes serem de uma zona rural. Entre os "Mota Amaralistas" e a "Nova Esperança" a maior diferença reside no facto de estes últimos terem 43.8 % dos seus membros naturais da zona metropolitana de Lisboa, para apenas 18.2 % dos primeiros; no entanto, dos "Mota Amaralistas", outros 18.2 % têm a sua origem na zona metropolitana do Porto, enquanto nenhum membro da "Nova Esperança" é natural dessa zona; os valores aproximam-se quando se trata da proveniência rural dos elementos dessas "facções".

Comparando os "Salgueiristas" com os "Cavaquistas", é notório o perfil mais rural destes últimos, visto que 61.6 % dos seus membros mostraram ser naturais de uma zona rural, ou seja, mais 21.6 % do que os membros da "facção" oposta. Ao invés, os "Salgueiristas" são consideravelmente mais cosmopolitas, com 50.0 % dos seus membros originários de uma zona metropolitana, 40.0 % dos quais de Lisboa e 10.0 % do Porto, para apenas 15.4 % dos "Cavaquistas" na primeira destas situações.

Se algumas "facções" parecem surgir com um perfil mais cosmopolita ou mais urbano do que outras no que concerne à naturalidade dos seus membros e pudémos verificá-lo através da

análise a que vimos procedendo, outras pareceram configurar-se como preponderantemente rurais. Caberá, agora, averiguar a região geográfica de origem dos membros dessas "facções", de acordo com os critérios que para o efeito estabelecemos(1608).

9. Através da leitura do Quadro 20 pode observar-se que os membros das "facções" do primeiro conflito têm uma origem regional diversa. Entre os "Sá Carneiristas" a maioria (66.7 %) provem do Centro Litoral, enquanto 30.0 % dos "Dissidentes de Aveiro" são naturais dessa região e 30.0 % do Norte Litoral, para apenas 13.3 % dos primeiros; do Centro Interior são originários, respectivamente, 6.6 % dos "Sá Carneiristas" e 10.0 % dos "Dissidentes de Aveiro".

No segundo conflito as diferenças entre as duas "facções" opostas parecem menores, com 45.4 % dos "Sá Carneiristas" tendo origem no Centro Litoral, para 52.4 % dos "Inadiáveis", enquanto 18.2 % dos primeiros e 9.6 % dos segundos provem do Norte Litoral e, respectivamente 18.2 % e 4.7 % do Norte Interior; entre os "Inadiáveis" existem, ainda, 9.6 % de membros naturais do Centro Interior, 4.7 % da Região Autónoma da Madeira e 4.7 % de fora do País, enquanto 9.1 % dos "Sá Carneiristas" são da Região Autónoma da Madeira e outros 9.1 % do Sul Interior. Note-se que, em geral, as "facções" recrutam poucos dos seus membros quer no Sul, quer no Centro Interior, quer em qualquer uma das Regiões Autónomas.

(1608) Veja-se no Documento 2 da Ficha Técnica 3 do Inquérito às Elites Dirigentes do PPD/PSD 1974-86 e no Mapa 1 respectivo, que consta no Anexo I desta dissertação, os critérios em que nos baseámos para as agregações regionais.

Q U A D R O 20

Origem regional (região do País e estrangeiro) dos membros das "facções" do PPD/PSD (em %)

"Facções" / Regiões	"Sá Carneiristas"	"Dissidentes de Aveiro"	"Sá Carneiristas"	"Inadiáveis"	"Balsemistas"	"Notáveis"	"Grupo dos 44"	"Críticos"/ "Grupo de Lisboa"	"Nota Pintistas"	"Nota Amaralistas"	"Nova Esperança"	"Salgueiristas"	"Cavaquistas"
Norte Litoral	13,3	30,0	18,2	9,6	17,6	23,8	10,5	41,6	7,7	9,1	6,2	20,0	15,4
Norte Interior	13,3	-	18,2	4,7	17,6	14,3	5,3	4,2	23,1	27,3	12,6	-	7,7
Centro Litoral	66,7	30,0	45,4	52,4	17,6	47,6	68,4	33,3	53,8	45,4	43,8	60,0	53,8
Centro Interior	6,6	10,0	-	9,6	5,9	4,8	-	4,2	7,7	-	6,2	-	-
Sul Litoral	-	-	-	-	-	-	5,3	4,2	7,7	-	6,2	-	15,4
Sul Interior	-	-	9,1	-	5,9	9,5	10,5	8,4	-	18,2	6,2	20,0	7,7
Açores	-	-	-	4,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Madeira	-	-	9,1	-	5,9	-	-	-	-	-	6,2	-	-
Fora de Portugal	-	-	-	4,7	11,8	-	-	4,2	-	-	-	-	-
Não respondeu	-	30,0	-	14,2	17,6	-	-	-	-	-	12,6	-	-
TOTAL	99,9	100,0	100,0	99,9	99,9	100,0	100,0	100,1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pergunta 2 do Questionário, variável 4,2 e 4,3 do Livro de Código. Veja-se o Documento 2 da Ficha Técnica 3 do Inquérito às Elites Dirigentes do PPD/PSD 1974-86 no Anexo I desta dissertação.

No âmbito do terceiro conflito são os "Críticos"/"Grupo de Lisboa" que recrutam a maioria dos seus membros (41.6 %) no Norte Litoral, visto que muitos são provenientes da zona do Porto, seguindo-se o Centro Litoral com 33.3 %, exercendo aí o seu peso os elementos de Lisboa. O "Grupo dos 44" apresenta a maioria dos seus membros (68.4 %) como sendo naturais do Centro Litoral, fazendo-se aí, mais uma vez, exercer o peso dos originários de Lisboa; os restantes membros são, respecti-

vamente, 10.5 % do Norte Litoral, 10.5 % do Sul Interior e os outros, em partes iguais, do Norte Interior e do Sul Litoral. Quanto aos "Notáveis", se a maioria (47.6 %) tem a sua origem no Centro Litoral, os valores do Norte Litoral (23.8 %) são mais significativos do que os do "Grupo dos 44" e os dos "Balsemistas" (17.6 %), mas, como vimos, inferiores aos dos "Críticos"/"Grupo de Lisboa" (41.6 %). Os "Balsemistas" distribuem-se por quase todas as regiões (salvo o Sul Litoral e os Açores) com valores similares, embora no Norte Interior e no Centro Litoral, ambos com 17.6 %, se apresentem em percentagens mais elevadas.

Em suma, e sem prejuízo das especificidades já aqui sublinhadas de algumas "facções", a generalidade dos membros das sub-unidades partidárias é natural de zonas urbanas do Centro Litoral do País, logo seguido do Litoral Norte e, sobretudo, dos Distritos de Lisboa e do Porto. Ou seja, genericamente, as "facções" assumem, nesta matéria, um perfil eminentemente urbano e preponderantemente do Litoral Centro do País.

Com uma fisionomia particular, neste domínio, pareceram configurar-se, fundamentalmente, os "Mota Pintistas", menos cosmopolitas e, em certa medida, os "Dissidentes de Aveiro", bem como os "Sá Carneiristas" do segundo conflito e os "Cavaquistas", estes últimos com um carácter mais rural do que as restantes "facções".

10. A análise do local de residência(1609) dos membros das diversas "facções" permite-nos aprofundar a problemática da implantação geográfica das mesmas.

O Quadro 21 mostra-nos a distribuição dos diversos elementos em termos da residência respectiva, pelos diversos Distritos. Se compararmos os valores aí inscritos com os da implantação do partido nos diversos Distritos, quer no que concerne ao número dos aderentes (1610), quer no que respeita aos resultados eleitorais(1611) a análise torna-se muito mais interessante, como adiante veremos.

Analisando os respectivos locais de residência, em termos do Distrito, zona rural ou urbana e região do País, veremos que se mantém uma estrutura semelhante à verificada nos quadros anteriores. Através do Quadro 21 pode, pois, verificar-se que a maioria das "facções", salvo os "Dissidentes de

---

(1609) O local de residência dos inquiridos no momento da aplicação do Questionário ser-nos-ia revelado através do Documento B, de carácter confidencial, e por esse motivo não incluído nos Anexos desta dissertação. As variáveis correspondentes (variáveis 5, 5.1, 5.2 e 5.3 do Livro de Código) seriam tratadas de forma idêntica às relativas à origem dos respondentes. Veja-se o Documento 2 da Ficha Técnica 3 do Inquérito às Elites Dirigentes do PPD/PSD 1974-86 no Anexo I desta dissertação e o respectivo Mapa 1 utilizado para a leitura do Quadro 15.

(1610) Com base nos dados fornecidos pelos Serviços de Informática do PSD (dados relativos às inscrições anuais no partido - até 31 de Dezembro de cada ano - por Distrito, Região Autónoma e Círculos de Emigração, construímos o Quadro 22, agregando o número de inscritos no partido nos diversos anos até ao ano de desfecho de cada um dos conflitos intra-partidários, ou seja 1975, 1978, 1983 e 1985. Como não conseguimos os dados desagregados pelos diversos meses, considerá-mo-los relativamente a 31 de Dezembro de cada um daqueles anos.

(1611) Tomámos em consideração os resultados eleitorais das eleições para a Assembleia Constituinte, no que concerne ao primeiro conflito, para a Assembleia da República de 1976, no que respeita ao segundo, para a Assembleia da República de 1983, relativamente ao terceiro e, quanto ao último, as eleições para a Assembleia da República de 1985. Vejam-se os resultados eleitorais do PPD/PSD por Distrito no Quadro 1 e nos Mapas 1, 2, 5 e 6 no Anexo VI desta dissertação.

QUADRO 21

Local de residência (Distrito e Região Autónoma) dos membros das "facções" do PPD/PSD (em %)

"Facções" / Distritos	"Sá Carneiristas"	"Dissidentes de Aveiro"	"Sá Carneiristas"	"Inadiáveis"	"Balsemistas"	"Notáveis"	"Grupo dos 44"	"Críticos"/ "Grupo de Lisboa"	"Mota Pintistas"	"Mota Amaralistas"	"Nova Esperança"	"Salgueiristas"	"Cavaquistas"
Aveiro	-	20,0	-	4,8	5,9	9,5	5,3	-	-	9,1	-	10,0	-
Beja	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Braga	-	-	-	4,8	5,9	4,8	5,3	4,2	-	9,1	-	10,0	-
Bragança	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C. Branco	-	-	-	-	5,9	-	5,3	4,2	-	-	6,2	-	-
Coimbra	6,7	40,0	-	9,5	-	4,8	5,3	8,4	15,4	-	-	-	15,4
Évora	-	-	-	-	-	4,8	-	4,2	-	9,1	-	10,0	7,7
Faro	-	-	-	-	5,9	-	-	8,4	7,7	-	-	-	7,7
Guarda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Leiria	6,7	-	9,1	9,5	5,9	-	-	-	-	-	-	-	7,7
Lisboa	53,3	-	54,5	42,8	29,4	33,3	68,4	41,6	53,8	36,3	81,3	50,0	38,5
Portalegre	-	-	-	-	5,9	9,5	5,3	-	-	9,1	-	10,0	-
Porto	20,0	20,0	27,3	4,8	5,9	9,5	5,3	20,8	15,4	18,2	-	10,0	15,4
Santarém	-	-	-	4,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Setúbal	6,7	-	-	-	-	9,5	-	4,2	-	-	-	-	7,7
V. Castelo	-	10,0	-	4,8	-	-	-	-	-	9,1	-	-	-
Vila Real	6,7	-	-	9,5	11,7	9,5	-	-	7,7	-	-	-	-
Viseu	-	10,0	-	4,8	11,7	4,8	-	4,2	-	-	6,2	-	-
Açores (R.A)	-	-	-	-	5,9	-	-	-	-	-	-	-	-
Madeira(R.A)	-	-	9,1	-	-	-	-	-	-	-	6,2	-	-
TOTAL	100,1	100,0	100,0	100,1	100,0	100,0	100,2	100,2	100,0	100,0	99,9	100,0	100,1

Nota: C. Branco = Castelo Branco; V. Castelo = Viana do Castelo; Açores (R.A) = Açores (Região Autónoma); Madeira (R.A) = Madeira (Região Autónoma).

Fonte: Documento A de suporte à realização do Inquérito às Elites Dirigentes do PPD/PSD 1974-86, não incluído nos Anexos por conter elementos de carácter confidencial. Corresponde à variável 5 do Livro de Código. Veja-se o Documento 2 da Ficha Técnica 3 no Anexo I desta dissertação.

Aveiro", recruta sobretudo os seus membros de entre os residentes no Distrito de Lisboa, e, em seguida, do Porto. Nalguns casos, como por exemplo, nos "Sá Carneiristas" do primeiro e do segundo conflito, no "Grupo dos 44", nos "Mota Pintistas", na "Nova Esperança" e nos "Salgueiristas", os residentes no

Distrito de Lisboa são metade ou mais do total; no caso da penúltima "facção" chegam, mesmo, aos 81.3 %. Ao invés, a maioria (40.0 %) dos "Dissidentes de Aveiro" reside no Distrito de Coimbra, mostrando, assim, um perfil consideravelmente diferente do apresentado pelas restantes "facções". No entanto, 20.0 % dos seus membros residem no Distrito do Porto, tal como 20.0 % da "facção" contrária no quadro do primeiro conflito intra-partidário; 27.3 % dos "Sá Carneiristas" do segundo conflito, 20.8% dos "Críticos"/"Grupo de Lisboa", 18.2 % dos "Mota Amaralistas", 15.4 % respectivamente dos "Mota Pintistas" e dos "Cavaquistas", 10.0 % dos "Salgueiristas" e 9.5 % dos "Notáveis" estão, igualmente, nestas condições; os "Balsemistas", o "Grupo dos 44" e os "Inadiáveis" só têm nas suas fileiras respectivamente 5.9 %, 5.3 % e 4.8 % de membros residentes neste Distrito, apresentando, contudo, valores semelhantes nos restantes Distritos do País.

Pareceu-nos pois interessante comparar os valores do Quadro 21 com os dados relativos à implantação do PPD/PSD em termos eleitorais e de número de inscritos no partido, por cada um dos Distritos. No Quadro 22 temos a distribuição dos inscritos que agregámos por por anos até à data da consecução de cada conflito, por cada um dos Distritos considerados.

Se compararmos os Quadros 21 e 22, podemos concluir que a maioria das "facções" recruta os seus membros efectivamente nos Distritos de maior implantação do partido e que estes são, indiscutivelmente, o Porto seguido de Lisboa, só que o faz na proporção inversa à da implantação de base do partido, visto

QUADRO 22

Inscritos no PPD/PSD, por Distrito, desde a fundação do partido até ao ano do desfecho de cada conflito intra-partidário
(em valores absolutos e %)

Conflitos/ anos	1º 1974-75*		2º 1974-78*		3º 1974-83*		4º 1974-85*	
Distritos	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Aveiro	471	2,2	766	2,6	3461	5,5	5584	6,7
Beja	86	0,4	128	0,4	806	1,3	984	1,2
Braga	1410	6,7	1976	6,7	4402	7,0	5169	6,3
Bragança	306	1,5	406	1,4	1477	2,4	3759	4,6
Castelo Branco	407	1,9	553	1,9	1088	1,7	3126	3,7
Coimbra	763	3,6	1090	3,7	2039	3,3	3124	3,7
Évora	59	0,3	145	0,5	438	0,7	656	0,8
Faro	739	3,5	1182	4,0	2924	4,7	3632	4,4
Guarda	305	1,5	505	1,7	1046	1,7	1414	1,7
Leiria	1478	7,0	1695	5,8	2683	4,3	3048	4,2
Lisboa	2508	11,9	3789	12,8	9074	14,5	11467	13,9
Portalegre	4	0,02	22	0,1	774	1,2	851	1,0
Porto	5265	25,0	7139	24,2	10598	16,9	14031	17,0
Santarém	274	1,3	619	2,1	1959	3,1	2309	2,8
Setúbal	219	1,0	582	1,9	2069	3,3	2657	3,2
Viana Castelo	574	2,7	735	2,5	1974	3,2	2321	2,8
Vila Real	1110	5,3	1493	5,1	4282	6,9	5120	6,2
Viseu	2805	13,4	2949	10,0	4235	6,8	4845	5,9
Açores	1100	5,3	1706	5,8	3104	5,0	3997	4,8
Madeira	1098	5,3	1887	6,4	2787	4,5	2788	3,4
Europa**	38	0,2	94	0,3	647	1,0	740	0,8
Fora Europa**	3	0,01	47	0,1	703	1,1	805	0,9
TOTAL	21022	100,0	29510	100,0	62564	100,0	82437	100,0

Nota: * Até 31 de Dezembro do último ano referido,
** Círculos da Emigração,
Fonte: Serviços de Informática do PSD,

que a maioria dos membros das "facções" reside em Lisboa e a maioria dos inscritos reside no Porto (cerca do dobro relativamente ao período correspondente aos dois primeiros conflitos, atenuando-se a diferença no que respeita aos dois últimos). Ou seja, parece que a maioria das elites envolvidas nos

conflitos internos pertencem ao meio lisboeta e que é, sobretudo, com residentes na Capital que esses conflitos são gerados e resolvidos, muito embora não seja de desprezar o peso relativo dos elementos dos restantes Distritos, nomeadamente do Porto, de Coimbra (este particularmente relevante no caso dos "Dissidentes de Aveiro") e de outros Distritos do Norte e do Centro do País. Note-se, aliás, que a implantação do partido, quer em termos do número de aderentes, quer no que concerne ao número de votantes se faz sobretudo nesses mesmos Distritos.

Ao longo dos sucessivos actos eleitorais é patente o peso do PPD/PSD principalmente nos Distritos de Vila Real, Viseu, Bragança e Aveiro(1612), para além da Madeira e dos Açores, onde a sua posição é claramente maioritária(1613). No Porto, os respectivos ganhos eleitorais, embora inferiores, não são de desprezar(1614), enquanto em Lisboa são sensivelmente menores(1615). Se atentarmos nas votações obtidas no quadro das eleições autárquicas de 1976, 1979, 1982 e 1983, veremos

---

(1612) Os votos no PPD/PSD em Vila Real, por exemplo, variaram entre 46,0 % em 1975, 39,0 % em 1976 e 42,1 % quer em 1983, quer em 1985, os de Viseu entre 43,9 %, 32,3 %, 36,5 % e 37,6 % naquelas mesmas datas, os de Bragança entre 43,1 %, 33,2 %, 35,8 % e 38,9 % e os de Aveiro entre 42,9 %, 35,0 %, 34,8 % e 38,3 %, respectivamente nas eleições constituintes de 1975 e legislativas de 1976, 1983 e 1985. Vejam-se estes, como os restantes resultados eleitorais do partido, no Quadro 1 do Anexo VI desta dissertação.

(1613) Cf. *ibidem*.

(1614) Cf. *ibidem*.

(1615) Cf. *ibidem*.

que se mantêm aquelas mesmas tendências(1616).

No entanto, se nos reportarmos ao volume dos inscritos no partido no conjunto de todos os anos, o maior peso faz-se sentir, como já vimos, no Porto e em Lisboa, seguido dos Distritos de Viseu, Leiria, Braga, Vila Real e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, enquanto os Distritos do Sul, quer no que concerne ao número de inscritos, quer no que se refere aos ganhos eleitorais, apresentam um perfil muito inferior(1617).

Verifica-se, assim, uma concordância entre as zonas de recrutamento dos aderentes e os "feudos" eleitorais do partido(1618), enquanto no que concerne aos membros das "facções" a situação é diversa.

O PPD/PSD configura-se, em termos eleitorais e das suas bases de apoio, como um partido eminentemente rural e seten-

---

(1616) Veja-se o Quadro 3 e os Mapas 13 a 16 do Anexo VI desta dissertação.

(1617 Tal é, por exemplo, o caso de Beja, de Évora, de Portalegre e de Setúbal. Veja-se a percentagem de inscritos nestes Distritos no Quadro 22 acima apresentado e os resultados eleitorais respectivos, os mais baixos registados em cada um dos actos eleitorais, no Quadro 1 do Anexo VI desta dissertação. Nas eleições para as autarquias locais dá-se uma situação idêntica, apenas incrementada nas eleições autárquicas de 1985 (vejam-se, no mesmo Anexo, no respectivo Quadro 3, as percentagens obtidas no conjunto dos Concelhos de cada um destes Distritos), aliás como nas legislativas levadas a efeito nesse mesmo ano.

(1618) Atente-se à implantação Concelhia do PPD/PSD nos sucessivos actos eleitorais locais, patente no total de individualidades que foram eleitas para Presidentes das Câmaras e de tomadas de posse das mesmas que apresentamos nos Quadros 4 e 5 do Anexo V desta dissertação. As individualidades do partido que preencheram esses cargos encontram-se discriminadas, por anos de tomadas de posse, na Lista 30 do mesmo Anexo.

A Lista 29 do Anexo V, onde constam os nomes dos Governadores Civis do PPD/PSD, também é elucidativa a esse respeito, bem como o respectivo Quadro 1, no qual estão esquematizadas as tomadas de posse e o total de individualidades do partido que preencheram esse cargo nos diversos Distritos. Note-se que num dos Distritos do Sul (Évora) o PPD/PSD teria um peso considerável nesta matéria, desfazado da sua importância eleitoral nessa região e, particularmente, nesse Distrito.

trional, enquanto as suas elites organizadas em "facções" se apresentam fundamentalmente urbanas e situadas em Lisboa. Ou seja, o conflito intra-partidário configura-se como um fenómeno essencialmente urbano, ou, mais exactamente, de Lisboa. Não obstante, o primeiro conflito apresentou uma faceta um tanto distinta neste domínio, atendendo à diferente composição nesta matéria dos "Dissidentes de Aveiro", cuja maioria residiria no Distrito de Coimbra.

11. Se agregarmos os dados recolhidos sobre a residência dos membros das "facções" em zonas rurais e urbanas e pelas diversas regiões do País, tornam-se mais nítidas as diferenças existentes entre as "facções" no quadro de cada conflito.

Pela leitura simultânea do Quadro 23 e do Quadro 24, pode observar-se que no primeiro conflito há mais "Sá Carneiristas" a residir no meio rural do que "Dissidentes de Aveiro", mas que a maioria dos primeiros (53.4 %) reside numa zona metropolitana e no Centro Litoral (73.3 %), enquanto os últimos residem na maioria (60.0 %) numa capital de Distrito ou noutro centro urbano, no Centro Litoral (50.0 %) e no Norte Litoral (40.0 %).

No segundo conflito são os "Inadiáveis" que apresentam, curiosamente(1619), uma fisionomia mais rural, com 52.4 % dos seus membros a residir nesse tipo de zona, para apenas 27.4 %

(1619) Recorde-se a chamada de atenção por parte de António Sousa Franco para o facto de a "facção" de Francisco Sá Carneiro representar as bases rurais do Norte, enquanto a sua linha teria raízes predominantemente urbanas.

Q U A D R O 23

Local de residência (zona rural/urbana) dos membros das "facções" do PPD/PSD
(em %)

"Facções" / Zona	"Sá Carneiristas"	"Dissidentes de Aveiro"	"Sá Carneiristas"	"Inadiáveis"	"Balsemistas"	"Notáveis"	"Grupo dos 44"	"Críticos"/ "Grupo de Lisboa"	"Nota Pintistas"	"Nota Amaralistas"	"Nova Esperança"	"Salgueiristas"	"Cavaquistas"
Rural Centro	33,3	20,0	27,4	52,4	29,4	42,9	31,5	33,3	23,1	36,6	12,5	20,0	30,8
Urbano Capital de Distrito	6,7	20,0	-	9,5	-	9,5	-	4,2	7,7	-	6,2	-	-
Porto (Zona Metropolitana)	6,7	40,0	18,1	9,5	35,3	19,0	15,8	16,7	23,1	18,1	12,5	20,0	23,1
Lisboa (Zona Metropolitana)	13,4	20,0	18,1	-	5,9	4,8	5,3	4,2	7,7	18,1	-	10,0	7,6
	40,0	-	36,4	28,6	29,4	23,8	47,4	41,6	38,4	27,2	68,8	50,0	38,5
TOTAL	100,1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Documento A de suporte à realização do Inquérito às Elites Dirigentes do PPD/PSD 1974-86; não incluído nos Anexos por conter elementos de carácter confidencial. Corresponde à variável 5,1 do Livro de Código. Veja-se o Documento 2 da Ficha Técnica 3 no Anexo I desta dissertação.

dos "Sá Carneiristas"; veja-se, contudo, que apesar da maioria de ambas as "facções", isto é 63.7 % destes últimos e 76.2 % dos primeiros, residirem no Centro Litoral, 27.3 % daqueles e apenas 19.1 % destes residem no Norte Litoral.

Entre as "facções" que se degladiariam no terceiro conflito são os "Notáveis" que apresentam um perfil mais rural em termos da residência dos seus membros (42.9 %) e os "Críticos"/"Grupo de Lisboa", bem como o "Grupo dos 44", os mais metropolitanos; respectivamente 45.8 % e 52.7 % de uns e de outros residem numa zona metropolitana, enquanto a maioria

dos "Balsemistas" (70.5 %) habita uma capital de Distrito, em Lisboa e no Porto, dos quais metade nas áreas metropolitanas destas duas cidades.

O "Grupo dos 44" reside, sobretudo (78.9 %), no Centro Litoral, devido ao peso de Lisboa, bem como os elementos das restantes "facções", embora em menor percentagem e só os "Críticos"/"Grupo de Lisboa" têm uma percentagem significativa (25.0 %) que habita no Norte Litoral. O Norte Interior, Sul Litoral e Sul Interior são as regiões menos representadas, assim como as Regiões Autónomas.

No último conflito são os "Mota Amaralistas" que se apresentam com uma fisionomia mais rural (36.3 %), enquanto a grande maioria dos membros da "Nova Esperança" (68.8 %) reside na zona metropolitana de Lisboa. Comparando "Salgueiristas" e "Cavaquistas" são estes últimos que detêm mais elementos residentes numa zona rural (mais 10.8 %) e, aqueles, numa zona metropolitana (mais 13.9 %).

Relativamente às diversas regiões do país, a maioria dos membros de todas as "facções" envolvidas neste quarto conflito habita no Centro Litoral, isto é, 69.2 % dos "Mota Pintistas", 45.5 % dos "Mota Amaralistas", 87.5 % da "Nova Esperança", 60.0 % dos "Salgueiristas" e 69.2 % dos "Cavaquistas", enquanto no Norte Litoral a maior percentagem (36.3 %) pertence aos "Mota Amaralistas". Quer estes, quer os "Salgueiristas" têm alguma expressão no Sul Interior, respectivamente 18.2 % e 20.0 %, devido ao peso de alguns dos seus membros residentes em Évora, conforme se verificou anterior-

QUADRO 24

Local de residência (região do País) dos membros das "facções" do PPD/PSD (em %)

"Facções" / Regiões	"Sá Carneiristas"	"Dissidentes de Aveiro"	"Sá Carneiristas"	"Inadiáveis"	"Balsemistas"	"Notáveis"	"Grupo dos 44"	"Críticos"/ "Grupo de Lisboa"	"Mota Pintistas"	"Mota Amaralistas"	"Nova Esperança"	"Salgueiristas"	"Cavaquistas"
Norte Litoral	20,0	40,0	27,3	19,1	11,8	14,3	10,5	25,0	15,4	36,3	-	20,0	15,4
Norte Interior	6,7	-	-	4,7	11,8	9,5	-	-	7,7	-	-	-	-
Centro Litoral	73,3	50,0	63,7	76,2	52,9	61,9	78,9	58,3	69,2	45,5	87,5	60,0	69,2
Centro Interior	-	10,0	-	-	5,9	-	5,3	4,2	-	-	6,2	-	-
Sul Litoral	-	-	-	-	5,9	-	-	8,4	7,7	-	-	-	7,7
Sul Interior	-	-	-	-	5,9	14,3	5,3	4,2	-	18,2	-	20,0	7,7
Açores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Madeira	-	-	9,1	-	5,9	-	-	-	-	-	6,2	-	-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,1	100,0	100,0	100,1	100,0	100,0	99,9	100,0	100,0

Fonte: Documento A de suporte à realização do Inquérito às Elites Dirigentes do PPD/PSD 1974-86; não incluído nos Anexos por conter elementos de carácter confidencial. Corresponde às variáveis 5,2 e 5,3 do Livro de Código. Veja-se o Documento 2 e o Mapa 1 da Ficha Técnica 3 no Anexo I desta dissertação.

mente.

12. Depois de termos analisado o perfil das "facções" no que concerne aos principais aspectos sócio-demográficos dos seus membros, caberá, agora, proceder à caracterização respectiva em termos mais ligados à esfera do político.

A análise incidirá sobre diversos indicadores, sendo o primeiro dos quais a discussão de assuntos políticos na infância ou juventude. Consideramos igualmente relevante ter em conta os antecedentes políticos dos membros das "facções"

antes de terem aderido ao PPD/PSD, de molde a poder avaliar o percurso percorrido pelos mesmos, o tipo de actividade política ou para-política desenvolvida, no caso de ela ter existido previamente à adesão ao partido. Considerámos, aí, não só a primeira actividade política dos elementos das "facções" antes e depois de 1974, como a pertença a organizações de cariz diverso que poderão ter contribuido para a existência de solidariedades pré-existentes entre os mesmos.

Por último, já no quadro da acção desenvolvida no seio do partido, tentou-se saber a ligação dos membros das "facções" aos diversos grupos de interesse, sobretudo por intermédio das estruturas autónomas ou organizações paralelas do partido. Com o mesmo intuito, procurou-se saber o ano e o tipo de filiação no partido, a situação perante o mesmo e a eventual ligação com outros partidos, no caso desses elementos já não se encontrarem nas fileiras do PPD/PSD.

De acordo com os dados do Quadro 25, a maioria dos membros das "facções" assistiu à discussão de assuntos políticos na respectiva infância ou juventude, ou seja, teve uma exposição à política sensivelmente precoce. Os membros dos "Sá Carneiristas" do primeiro conflito e do segundo conflito, dos "Críticos"/"Grupo de Lisboa" e dos "Salgueiristas", parecem ser os que começaram a sua socialização política mais cedo, visto a grande maioria ter assistido a discussões políticas na família de origem.

No conjunto das "facções", apenas a maioria dos "Cavaquistas" (46.2 %) parece ter feito uma socialização política

QUADRO 25

Socialização política (discussão de assuntos políticos na infância/juventude) dos membros das "facções" do PPD/PSD (em %)

"Facções" / Discussão assuntos políticos	"Sá Carneiristas"	"Dissidentes de Aveiro"	"Sá Carneiristas"	"Inadiáveis"	"Balsemistas"	"Notáveis"	"Grupo dos 44"	"Críticos"/ "Grupo de Lisboa"	"Nota Pintistas"	"Nota Amaralistas"	"Nova Esperança"	"Salgueiristas"	"Cavaquistas"
Não	26,6	30,0	36,4	19,1	35,3	33,3	31,6	12,5	46,2	36,4	37,5	30,0	46,2
Sim	73,4	50,0	63,6	47,6	47,1	52,4	31,6	66,7	53,8	54,6	50,0	60,0	38,4
Não respondeu	-	20,0	-	33,3	17,6	14,3	36,8	20,8	-	9,0	12,5	10,0	15,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pergunta 6 do Questionário, variável 10 do Livro de Código. Veja-se o Documento 1 da Ficha Técnica 3 do Inquérito às Elites Dirigentes do PPD/PSD 1974-86 no Anexo I desta dissertação.

mais tardia; no "Grupo dos 44" metade dos respondentes declarou ter assistido à discussão de assuntos políticos e a outra metade não. Registe-se, contudo, a elevada percentagem de não respostas a esta questão, sobretudo no âmbito desta última "facção", mas, também, relativamente à maioria das restantes, sobretudo se considerarmos que praticamente não se encontraram não respondentes nas outras questões.

É pois de sublinhar uma socialização política precoce por parte da generalidade dos membros das "facções", o que revelará uma politização considerável da família de origem, sobretudo se nos reportarmos à conjuntura política e social vivida na infância da maioria dos respondentes, então a tal pouco propícia.

13. As respostas dos membros das "facções" à questão

sobre a primeira actividade política desenvolvida antes e depois de 1974 podem ser observadas respectivamente nos Quadros 26 e 27.

Através da análise das percentagens de não respostas pode-se concluir que grande parte dos membros das "facções" e, nalguns casos, a maioria, não teve qualquer actividade política antes de 1974. Isto verifica-se sobretudo no que concerne às "facções" envolvidas no terceiro e no quarto conflitos, já que, no primeiro conflito, dos "Sá Carneiristas" 33.5 % participaram em campanhas políticas bem como 20.0 % dos "Dissidentes de Aveiro"; 20.0 % dos primeiros aderiram a associações cívico-políticas e 10.0 % dos segundos, enquanto 30.0 % destes desenvolveram uma acção numa associação académica, para apenas 6.6 % dos "Sá Carneiristas", dos quais 13.3 % pertenceram a uma cooperativa.

A estrutura das duas "facções" que se confrontaram no segundo conflito não se apresenta muito diferente e a maioria dos membros de ambas também iniciou a sua socialização política antes de 1974. Em campanhas políticas participaram 18.2 % dos "Sá Carneiristas" e 19.0 % dos "Inadiáveis", a associações cívico-políticas pertenceram 18.2 % dos primeiros e 19.0 % dos segundos, filiados em Sindicatos estiveram respectivamente 9.1 % e 4.8 % e numa cooperativa 9.1 % e 9.6 %. Note-se que 9.1 % dos "Sá Carneiristas" e 4.8 % dos "Inadiáveis" teriam aderido a um partido político e que das restantes "facções" dos outros conflitos apenas alguns membros dos "Balsemistas" e dos "Cavaquistas" estariam nessa situação.

Q U A D R O 26

Socialização política (primeira actividade política antes de 1974)
dos membros das "facções" do PPD/PSD
(em %)

"Facções" 1ª Actividade política < 1974	"Sá Carneiristas"	"Dissidentes de Aveiro"	"Sá Carneiristas"	"Inadiáveis"	"Balsemistas"	"Notáveis"	"Grupo dos 44"	"Críticos"/ "Grupo de Lisboa"	"Mota Pintistas"	"Mota Amaralistas"	"Nova Esperança"	"Salgueiristas"	"Cavaquistas"
Não teve	20,0	20,0	36,3	38,0	52,5	52,4	63,1	58,3	30,8	45,5	68,8	50,0	61,5
Adesão a um part,pol,	-	-	9,1	4,8	6,0	-	-	-	-	-	-	-	7,7
Part, camp, políticas	33,5	20,0	18,2	19,0	17,6	19,0	10,5	12,5	7,7	18,2	12,5	10,0	7,7
Função num Governo	-	-	-	-	-	-	10,5	4,2	7,7	-	6,2	-	-
Cand, elei, autárq,	-	-	-	-	6,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Filiação num Sindicato	-	10,0	9,1	4,8	-	9,5	5,3	8,4	7,7	-	6,2	20,0	-
Ad, a Assoc, cív,-pol,	20,0	10,0	18,2	19,0	6,0	14,3	5,3	16,6	38,4	27,3	-	20,0	23,1
Cand,eleiç, const,/leg,	6,6	-	-	-	6,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Func, numa Aut, local	-	-	-	4,8	6,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Acção numa Cooperativa	13,3	-	9,1	9,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acção numa Associação Académica	6,6	30,0	-	-	-	4,8	5,3	-	7,7	9,0	6,2	-	-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	99,9	100,0	100,0

Nota: Adesão a um part, pol, = Adesão a um partido político; Part, camp, políticas = Participação em campanhas políticas; Cand, elei, autárq, = Candidatura a eleições autárquicas; Ad, a Assoc, cív,-pol, = Adesão a Associações cívico-políticas; Cand, eleiç, const,/leg, = Candidatura a eleições constituintes/legislativas; Func, numa Aut, local = Função numa Autarquia local;

Fonte: Pergunta 7 do Questionário, variável 11 do Livro de Código, Vejam-se os Documentos 1 e 3 da Ficha Técnica 3 do Inquérito às Elites Dirigentes do PPD/PSD 1974-86 no Anexo I desta dissertação.

No terceiro conflito não se apresentam grandes disparidades entre as quatro "facções" nele envolvidas. Mais de

50.0 % dos membros de cada uma parece não ter tido qualquer actividade política antes de 1974 e, dos restantes, a maioria dos "Balsemistas" (17.6 %) e dos "Notáveis" (19.0 %) participou em campanhas políticas, enquanto do "Grupo dos 44" 10.5 % estiveram em idêntica actuação e 10.5 % desenvolveram uma função num Governo. Dos "Críticos"/"Grupo de Lisboa" a maioria (16.6 %) aderiu a uma associação cívico-política, tal como 14.3 % dos "Notáveis", 6.0 % dos "Balsemistas" e 5.3 % do "Grupo dos 44". Registe-se que, de entre os "Balsemistas", os restantes 18.0 % se distribuiram em partes iguais relativamente ao facto de se terem candidatado a eleições autárquicas, de terem desempenhado um cargo a nível local e de se terem proposto em listas para eleições legislativas.

Tal como os membros das "facções" do terceiro conflito também os do quarto, na sua maioria, parecem não ter iniciado a sua socialização política antes de 1974. Apenas os "Mota Pintistas" fogem à regra, visto que 38.4 % declararam ter pertencido a uma associação cívico-política. Estes mostram-se, assim, com um perfil distinto dos seus oponentes, atendendo a que só 27.3 % dos "Mota Amaralistas" estariam nessas condições e nenhum dos elementos da "Nova Esperança". Aliás, 68.8 % dos membros desta última "facção" declararam não ter tido qualquer envolvimento na política antes de 1974 e, atendendo à juventude dos mesmos, já verificada atrás, não é difícil descortinar a razão, considerando que antes de 1974 a maior parte seria demasiado jovem para ter qualquer comprometimento político efectivo.

Q U A D R O 27

Socialização política (primeira actividade política depois de 1974) dos membros das "facções" do PPD/PSD (em %)

"Facções" 1ª Actividade política > 1974	"Sá Carneiristas"	"Dissidentes de Aveiro"	"Sá Carneiristas"	"Inadiáveis"	"Balsemistas"	"Notáveis"	"Grupo dos 44"	"Críticos"/ "Grupo de Lisboa"	"Nota Pintistas"	"Nota Amaralistas"	"Nova Esperança"	"Salgueiristas"	"Cavaquistas"
Não respondeu	-	20,0	-	19,0	11,8	9,5	10,5	-	15,4	-	6,3	10,0	7,7
Adesão a um part.pol.	93,3	60,0	100,0	81,0	70,5	71,5	68,4	70,8	69,2	72,7	68,7	80,0	61,5
Part. camp. políticas	-	-	-	-	5,9	-	-	8,3	-	9,1	12,5	10,0	15,4
Função num Governo	-	-	-	-	-	4,7	10,5	4,2	-	-	-	-	-
Cand. elei. autárq.	-	-	-	-	5,9	9,5	5,3	-	-	9,1	-	-	-
Filiação num Sindicato	6,7	-	-	-	5,9	4,7	5,3	4,2	-	9,1	-	-	7,7
Ad. a Assoc. cív.-pol.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cand.eleiç. const./leg.	-	20,0	-	-	-	-	-	4,2	7,7	-	6,3	-	-
Func. numa Aut. local	-	-	-	-	-	-	-	4,2	7,7	-	-	-	7,7
Acção numa Cooperativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acção numa Associação Académica	-	-	-	-	-	-	-	4,2	-	-	6,3	-	-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	99,9	100,0	100,1	100,0	100,0	100,1	100,0	100,0

Nota: Adesão a um part. pol. = Adesão a um partido político; Part. camp. políticas = Participação em campanhas políticas; Cand. elei. autárq. = Candidatura a eleições autárquicas; Ad. a Assoc. cív.-pol. = Adesão a Associações cívico-políticas; Cand. eleiç. const./leg. = Candidatura a eleições constituintes/legislativas; Func. numa Aut. local - Função numa Autarquia local;

Fonte: Pergunta 7 do Questionário, variável 12 do Livro de Código. Vejam-se os Documentos 1 e 4 da Ficha Técnica 3 do Inquérito às Elites Dirigentes do PPD/PSD 1974-86 no Anexo I desta dissertação.

Entre "Salgueiristas" e "Cavaquistas" as diferenças não são substanciais. Não só mais de 50.0 % dos membros de ambos

não parecem ter tido qualquer actividade política antes de 1974, como 20.0 % dos primeiros e 23.1 % dos últimos teriam aderido a associações cívico-políticas, enquanto 10.0 % de uns e 7.7 % de outros participaram em campanhas políticas. Se dos "Salgueiristas" outros 20.0 % estiveram filiados num Sindicato, nenhum dos "Cavaquistas" declarou tê-lo estado; destes, como já sublinhámos atrás, 7.7 % pertenceram a um partido político antes de 1974.

No Quadro 27 temos os dados relativos à primeira actividade política desenvolvida depois de 1974. Do mesmo se depreende que a maioria absoluta dos membros de todas as "facções" teve como primeira actividade política, após 1974, a adesão a um partido.

No âmbito do primeiro conflito é, contudo, de sublinhar o facto de 20.0 % dos "Dissidentes de Aveiro" se terem primeiro candidatado às eleições constituintes e só depois inscrito no partido e de 6.7 % dos "Sá Carneiristas" se terem primeiro filiado num Sindicato. Se compararmos estes dados com os registados no Quadro 28, veremos que correspondem quer uns, quer outros, respectivamente aos elementos dessas duas "facções" que só aderiram ao partido em 1975.

Das "facções" envolvidas no segundo conflito interno do PPD/PSD a totalidade dos "Sá Carneiristas" e 81.0 % dos "Inadiáveis" (note-se que os restantes 19.0 % não responderiam à questão) tiveram como primeira acção política, depois de 1974, a adesão ao PPD/PSD, aliás, conforme se pode verificar através

do Quadro 28, pelos anos de inscrição no partido desses mesmos elementos.

QUADRO 28

Ano de filiação no partido dos membros das "facções" do PPD/PSD
(em %)

"Facções" / Ano de filiação	"Sá Carneiristas"	"Dissidentes de Aveiro"	"Sá Carneiristas"	"Inadiáveis"	"Balsemistas"	"Notáveis"	"Grupo dos 44"	"Críticos"/ "Grupo de Lisboa"	"Mota Pintistas"	"Mota Amaralistas"	"Nova Esperança"	"Salgueiristas"	"Cavaquistas"
1974	93,3	90,0	90,9	95,3	58,8	61,9	52,6	41,7	61,5	54,5	62,5	50,0	53,8
1975	6,7	10,0	9,1	-	11,7	9,5	10,5	8,3	-	9,1	6,2	10,0	7,7
1976	-	-	-	4,7	-	4,8	5,3	8,3	7,7	9,1	6,2	10,0	7,7
1977	-	-	-	-	5,9	-	5,3	12,5	-	-	6,2	10,0	-
1978	-	-	-	-	-	9,5	5,3	8,3	15,4	-	6,2	-	7,7
1979	-	-	-	-	5,9	9,5	10,5	12,5	7,7	18,2	-	-	15,4
1980	-	-	-	-	5,9	4,8	-	-	-	9,1	12,5	10,0	7,7
1981	-	-	-	-	5,9	-	10,5	8,3	7,7	-	-	10,0	-
1982	-	-	-	-	5,9	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	99,9	100,0	100,0	99,8	100,0	100,0

Fonte: Pergunta 8 do Questionário, variável 13 do Livro de Código. Veja-se o Documento 1 da Ficha Técnica 3 do Inquérito às Elites Dirigentes do PPD/PSD 1974-86 no Anexo I desta dissertação.

No que se refere ao terceiro conflito, a maioria dos membros das quatro "facções" então em contenda aderiram primeiro a um partido antes de tomarem qualquer outra iniciativa em termos políticos e, segundo se pode verificar através do Quadro 28, na sua maior parte inscreveram-se no PPD/PSD no ano de 1974, conquanto escassos elementos dessas "facções" se tenham inscrito desde 1975 a 1982, ou seja, até um ano antes do deflagrar do terceiro conflito intra-partidário.

Pode-se concluir pela leitura dos dados do Quadro 27 que esses elementos iniciaram a sua actividade política após 1974, quer pela participação em campanhas políticas (5.9 % dos "Balsemistas" e 8.3 % dos "Críticos"/"Grupo de Lisboa"), por uma função num Governo (4.7 % dos "Notáveis", 10.5 % do "Grupo dos 44" e 4.2 % dos "Críticos"/"Grupo de Lisboa") ou pela candidatura a eleições autárquicas (respectivamente 5.9 % dos "Balsemistas", 9.5 % dos "Notáveis" e 5.3 % do "Grupo dos 44"), quer, ainda, pela filiação num Sindicato (5.9 % dos "Balsemistas", 4.7 % dos "Notáveis", 5.3 % do "Grupo dos 44" e 4.2 % dos "Críticos"/"Grupo de Lisboa"). Apenas destes últimos, 4.2 % teriam iniciado a sua actividade política respectivamente numa Autarquia local, numa associação académica ou candidatando-se a eleições constituintes ou legislativas.

Os membros de qualquer uma das "facções" do quarto conflito intra-partidário, na sua maior parte aderiram primeiro ao PPD/PSD antes de terem desenvolvido outro tipo de actividade política, tal como se pode confirmar através do Quadro 27, controlando a informação com os dados do Quadro 28. Efectivamente, 69.2 % dos "Mota Pintistas" passaram por essa situação, 72.7 % dos "Mota Amaralistas", 68.7 % da "Nova Esperança", 80.0 % dos "Salgueiristas" e 61.5 % dos "Cavaquistas".

Os "Salgueiristas" parecem os que mais tardiamente iniciaram uma actividade política (50.0 % só aderiram ao PPD/PSD depois de 1975), conquanto em 80.0 % dos casos tenham iniciado essa actividade no partido e apenas 10.0 % tenham começado por

participar numa campanha política.

Dos "Cavaquistas" 61.5 % inscreveram-se primeiro no partido (53.8 % em 1974 e 7.7 % em 1975), tendo os restantes participado primeiro, uns em campanhas políticas (15.4 %), outros num Sindicato (7.7 %) e outros, ainda, detido uma função numa Autarquia local (7.7 %), apesar de alguns dos seus membros só terem vindo a aderir ao PPD/PSD em 1976 (7.7 %), em 1978 (7.7 %), em 1979 (15.4 %) ou em 1980 (7.7 %). Contudo como já vimos, mais de metade inscreveu-se logo após a fundação do partido.

Em suma, no que concerne à primeira actividade política, os membros das "facções" envolvidas nos dois primeiros conflitos parecem ter sobretudo iniciado a sua socialização política antes de 1974, enquanto a maioria dos envolvidos no terceiro e no quarto conflito apenas se começaram a envolver na esfera política após 1974. Tal poder-se-ia ficar a dever à estrutura etária mais jovem por parte destas últimas "facções" mas não parece ser esse o motivo fundamental. Se considerarmos o conjunto de elementos de todas as "facções" com menos de 25 anos no momento da deflagração de cada um dos conflitos(1620), veremos que as únicas "facções" que apresentam uma fisionomia mais jovem são os "Críticos"/"Grupo de Lisboa" e a "Nova Esperança".

(1620) Veja-se nestas páginas o Quadro 9, no qual mostra a estrutura de idades, por grupos etários, dos membros das diversas "facções".

Tomámos por base os 25 anos, visto que os membros das "facções" envolvidas quer no terceiro, quer no quarto conflito, tendo nessa altura até essa idade, não poderiam ter desenvolvido qualquer actividade política antes de 1974, visto não terem, então, idade para tal.

Parece, pois, que o recrutamento dos membros das "facções" dos dois primeiros conflitos se processou em estratos de individualidades já envolvidos na esfera da política antes do golpe do 25 de Abril de 1974, enquanto os membros das "facções" que se degladiaram nos dois últimos conflitos, salvo os "Mota Amaralistas", parecem provir de uma leva distinta, que apenas iniciou a respectiva actividade política após a instauração da Democracia. A corroborar esta interpretação, o facto, já apontado atrás, de alguns dos "Sá Carneiristas" provirem da "Ala Liberal" ou da SEDES, de diversos elementos dos "Dissidentes de Aveiro" terem igualmente pertencido a esta associação, bem como participado, na oposição,nas campanhas eleitorais de 1969 e de 1973, na redacção da revista *O Tempo e o Modo* e de alguns deles terem activamente militado na oposição, sobretudo as individualidades que aderiram ao PPD/PSD aquando do seu primeiro Congresso. De igual modo, alguns membros dos "Inadiáveis" teriam pertencido também à SEDES, enquanto relativamente às restantes "facções" apenas uma percentagem substancial dos "Mota Pintistas" declarou ter desenvolvido actividades numa associação de natureza cívico-política.

A grande maioria dos membros das "facções", em geral, declarou como primeira actividade política depois de 1974 a adesão a um partido, que verificámos ser o PPD/PSD, controlando a questão, não só com os dados do Quadro 28, como com uma pergunta que inquiria sobre as formações partidárias em que esses elementos teriam militado antes de aderirem àquele partido. Pela leitura do Quadro 29, é evidente a pouca expres-

são que a adesão a outros partidos teve no conjunto dos membros das diversas "facções" analisada.

QUADRO 29

Partidos políticos aos quais os membros das "facções" do PPD/PSD pertenceram antes da adesão ao PPD/PSD
(em %)

"Facções" / Partidos políticos	"Sá Carneiristas"	"Dissidentes de Aveiro"	"Sá Carneiristas"	"Inadiáveis"	"Balsemistas"	"Notáveis"	"Grupo dos 44"	"Críticos"/ "Grupo de Lisboa"	"Mota Pintistas"	"Mota Amaralistas"	"Nova Esperança"	"Salgueiristas"	"Cavaquistas"
Não especificados	-	-	-	4,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PS	-	-	-	-	-	-	4,8	-	-	-	-	-	-
MRPP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6,2	-	-
ANP	-	-	9,1	-	5,9	-	-	-	-	-	-	-	-

Nota: As percentagens são calculadas em função do total de respondentes em cada "facção".
Fonte: Pergunta 11 do Questionário, variável 18 do Livro de Código. Veja-se o Documento 5 da Ficha Técnica 3 do Inquérito às Elites Dirigentes do PPD/PSD 1974-86 no Anexo I desta dissertação.

Não obstante as divergências anotadas, no quadro de cada conflito os elementos neles envolvidos não apresentam traços muito distintos. As maiores desigualdades parecem ocorrer de conflito para conflito, mormente no que concerne aos dois primeiros, por um lado e aos dois últimos, por outro.

14. Com o objectivo de aprofundar a questão da socialização política dos membros das diversas "facções", de molde a averiguar eventuais solidariedades pré-existentes entre eles, em termos da pertença a diversos tipos de organizações e da influência recebida através das mesmas, perguntámos concretamente no Questionário a que tipo de organizações

os respondentes tinham pertencido antes de aderir ao PPD/PSD.

Globalmente considerados, a maioria pertenceria a associações e cooperativas de intervenção cívico-políticas, conforme se pode verificar pela análise do Quadro 30.

Q U A D R O 30

Socialização política (pertença a organizações diversas antes da adesão ao PPD/PSD) dos membros das "facções" do PPD/PSD de 1974 a 1985 (em %)

"Facções" / Tipo de Organizações	"Sá Carneiristas"	"Dissidentes de Aveiro"	"Sá Carneiristas"	"Inadiáveis"	"Balsemistas"	"Notáveis"	"Grupo dos 44"	"Críticos"/ "Grupo de Lisboa"	"Nota Pintistas"	"Nota Amaralistas"	"Nova Esperança"	"Salgueiristas"	"Cavaquistas"
Partidos políticos	-	-	9,1	4,7	5,9	-	5,3	-	-	-	6,3	-	-
Organiz. Católicas	53,4	20,0	27,3	28,6	23,5	23,8	10,6	33,3	61,5	27,3	37,5	30,0	38,5
Ass./Coop. int.civ.-po.	80,0	50,0	72,7	23,8	29,4	9,5	15,8	16,7	46,2	36,4	56,3	60,0	30,8
Sind./Org. Profis.	26,7	20,0	18,2	19,0	11,8	38,1	21,2	20,8	15,4	27,3	6,3	20,0	30,8
Redacção de jornais	26,7	30,0	9,1	9,5	5,9	9,5	10,6	8,3	30,8	-	12,6	-	7,7

Nota: Organiz. Católicas = Organizações Católicas; Ass./Coop. int.civ.-po. = Associações e Cooperativas de intervenção cívico-política; Sind./Org. Profis. = Sindicatos/Organizações Profissionais;
Neste Quadro as percentagens são calculadas relativamente ao conjunto de respondentes; consequentemente os totais ultrapassam os 100%, atendendo a que alguns respondentes forneceram múltiplas respostas.

Fonte: Pergunta 11 do Questionário, variável 18 a 24 do Livro de Código. Veja-se o Documento 5 da Ficha Técnica 3 do Inquérito às Elites Dirigentes do PPD/PSD 1974-86 no Anexo I desta dissertação.

As "facções" do terceiro conflito são as que apresentam os valores mais baixos neste indicador, enquanto 80.0 % e 72.7 % dos "Sá Carneiristas", respectivamente do primeiro e do

segundo conflito, foram membros desse tipo de organizações, situando-se as restantes entre 20.0 % e 60.0 %.

A organizações católicas pertenceram, igualmente, grande parte dos inscritos, nalguns casos a maioria, como entre os "Sá Carneiristas" do primeiro conflito (53.4 %) e os "Mota Pintistas" (61.5 %); o "Grupo dos 44" seria a única "facção" em que apenas uma minoria (10.6 %) teria pertencido a uma organização católica.

Se averiguarmos, através do Quadro 31, qual o tipo preponderante de organizações católicas às quais os membros das diversas "facções" pertenceram, veremos que o seria, sobretudo, à Acção Católica, à Juventude Universitária Católica (JUC) e à Juventude Estudante Católica (JEC). À Acção Católica pertenceram fundamentalmente os "Mota Pintistas" (23.0 %) e à JUC os "Salgueiristas" (20.0 %). Ao CADC (Centro Académico da Democracia Cristã)(1621) pertenceriam respectivamente 9.1 % dos "Sá Carneiristas" do segundo conflito, 5.9 % dos "Balsemistas" e 4.2 % dos "Críticos"/"Grupo de Lisboa". Note-se, no entanto, o peso considerável, entre os "Cavaquistas", das respostas não especificadas a esta questão.

Se voltarmos ao Quadro 30, para analisar as "facções" em confronto dentro de cada conflito, é evidente que no primeiro, enquanto a maioria dos "Sá Carneiristas" (53.4 %) declarou ter pertencido a uma organização católica, apenas 20.0%

(1621) O CADC era uma organização católica colateral à Acção Católica fundada nos anos vinte e sobretudo implantada na Universidade de Coimbra, que publicaria a revista *Estudos* e à qual teria pertencido, entre muitos outros, António Oliveira Salazar.

dos "Dissidentes de Aveiro" esteve nessa situação; no segundo conflito as diferenças nesta matéria são muito menores, visto que cerca de 30.0 %, quer dos "Sá Carneiristas", quer dos "Inadiáveis" pertenceram a esse tipo de organizações. Já no terceiro conflito são sobretudo os "Críticos"/"Grupo de Lisboa" (33.3 %) a estar nessa situação, para 23.5 % dos "Balsemistas", 23.8 % dos "Notáveis" e apenas 10.6 % do "Grupo dos 44". Quanto ao quarto conflito, destacam-se os "Mota Pin-

QUADRO 31

Organizações católicas às quais os membros das "facções" do PPD/PSD pertenceram antes da adesão ao PPD/PSD
(em %)

"Facções" / Organizações Católicas	"Sá Carneiristas"	"Dissidentes de Aveiro"	"Sá Carneiristas"	"Inadiáveis"	"Balsemistas"	"Notáveis"	"Grupo dos 44"	"Críticos"/ "Grupo de Lisboa"	"Mota Pintistas"	"Mota Amaralistas"	"Nova Esperança"	"Salgueiristas"	"Cavaquistas"
Não especificada	13,4	10,0	9,1	-	-	-	-	4,2	15,4	9,1	12,5	-	30,8
Acção Católica	26,6	-	-	9,5	-	17,6	-	8,4	23,0	9,1	12,5	-	-
JEC	6,7	-	9,1	4,7	-	11,8	-	4,2	15,4	-	6,2	-	7,7
JUC	6,7	-	-	4,7	11,8	-	10,5	-	7,7	9,1	6,2	20,0	-
JAC	-	-	-	4,7	-	-	-	8,4	-	-	-	10,0	-
Cursos de Cristandade	-	10,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Escuteiros	-	-	-	4,7	-	-	-	4,2	-	-	-	-	-
Conf. S. Vic. Pau.	-	-	-	-	-	11,8	-	-	-	-	-	-	-
CADC	-	-	9,1	-	5,9	-	-	4,2	-	-	-	-	-
Equipes Nª. Sr.ª.	-	-	-	-	5,9	-	-	-	-	-	-	-	-

Nota: Conf. S. Vic. Pau. = Conferências S. Vicente de Paula; Equipes Nª. Sª. = Equipes de Nossa Senhora. As percentagens são calculadas em função do total de respondentes em cada "facção".

Fonte: Pergunta 11 do Questionário, variável 19 do Livro de Código. Veja-se o Documento 5 da Ficha Técnica 3 do Inquérito às Elites Dirigentes do PPD/PSD 1974-86 no Anexo I desta dissertação.

tistas" com 61.5 %, para 27.3 % dos "Mota Amaralistas" e 37.5 % da "Nova Esperança", enquanto "Salgueiristas" e "Cavaquistas" andam à volta dos 30.0 %.

Da mesma forma, procurámos saber quais as associações ou cooperativas de intervenção cívico-política a que os membros das "facções" tinham pertencido. De acordo com os dados do Quadro 32 foi, sem dúvida, à SEDES, que aderiu a maioria, salvo no que concerne à "Nova Esperança" em que apenas 10.0 % vêm dessa associação, para 25.0 % que pertenceram à associação

QUADRO 32

Associações e Cooperativas de intervenção cívico-política às quais os membros das "facções" do PPD/PSD pertenceram antes da adesão ao PPD/PSD (em %)

"Facções" / Assoc. e Coop. int. cív./pol.	"Sá Carneiristas"	"Dissidentes de Aveiro"	"Sá Carneiristas"	"Inadiáveis"	"Balsemistas"	"Notáveis"	"Grupo dos 44"	"Críticos"/ "Grupo de Lisboa"	"Mota Pintistas"	"Mota Amaralistas"	"Nova Esperança"	"Salgueiristas"	"Cavaquistas"
Não especificadas	-	-	9,1	-	11,8	4,8	-	-	-	9,1	18,7	30,0	15,4
Programa	13,3	-	18,2	-	-	-	-	4,2	-	-	25,0	10,0	-
Pragma	6,7	10,0	-	-	5,9	-	-	-	-	9,1	-	10,0	-
Acção Monárquica	-	-	9,1	-	-	-	-	4,2	-	-	-	-	-
RIA	6,7	-	-	4,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MDP/CDEs	-	10,0	-	-	-	-	-	4,2	-	-	-	-	-
CEUD	-	-	-	4,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CODES	13,3	-	-	4,8	-	-	-	-	7,7	-	-	-	-
Aliança Socialista	-	10,0	-	-	-	-	5,3	-	-	-	-	-	-
MUD Juvenil	6,7	10,0	-	-	-	-	-	-	-	9,1	-	-	-
SEDES	26,7	10,0	36,4	9,5	11,8	4,8	10,6	4,2	38,5	9,1	12,5	10,0	15,4

Nota: As percentagens são calculadas em função do total de respondentes em cada "facção".
Fonte: Pergunta 11 do Questionário, variável 20 a 22 do Livro de Código. Veja-se o Documento 5 da Ficha Técnica 3 do Inquérito às Elites Dirigentes do PPD/PSD 1974-86 no Anexo I desta dissertação.

Programa(1622), demarcando-se claramente esta "facção" das suas rivais no quarto conflito, sobretudo relativamente aos "Mota Pintistas", dos quais 38.5 % pertenceram à SEDES.

Parece-nos ser este o principal aspecto a sublinhar no Quadro 32, para além do facto de entre os "Dissidentes de Aveiro" se terem detectado, no conjunto, 30.0 % de membros que teriam pertencido a movimentos mais à esquerda do PPD/PSD: 10.0 % respectivamente às Comissões Democráticas Eleitorais (MDP/CDES), à Aliança Socialista e ao Movimento de Unidade Democrática (MUD) Juvenil.

Regressando ao Quadro 30 para analisar a pertença anterior a Sindicatos ou a organizações profisionais, verifica-se que a distribuição é semelhante em quase todas as "facções", salvo no que concerne a uma do terceiro conflito (os "Notáveis", dos quais 38.1 % pertenceram a organizações desse tipo), ficando as restantes no limiar ou abaixo dos 30.0%. Dentro de cada conflito apenas no último é manifesta a fraca percentagem de sindicalizados entre os membros da "Nova Esperança" (6.3 %) e, no terceiro, entre os "Balsemistas" (11.8%), sobretudo se comparados com as "facções" opostas.

No Quadro 33 temos essas pertenças discriminadas por Sindicatos e Associações profissionais. Apesar dos não especificados, é aí evidente a menor importância de que se reveste a pertença a este tipo de organizações e, no conjunto, apenas o

---

(1622) Registe-se que a Associação Programa fora uma associação cívica formada como contrapartida à SEDES e constituida fundamentalmente por elementos que depois do 25 de Abril de 1974 viriam a ser os promotores do CDS. Veja-se sobre o assunto a nota 612 desta dissertação.

Q U A D R O 33

Sindicatos e Organizações profissionais aos quais os membros das "facções" do PPD/PSD pertenceram antes da adesão ao PPD/PSD
(em %)

"Facções" / Sind./ Org. Profissionais	"Sá Carneiristas"	"Dissidentes de Aveiro"	"Sá Carneiristas"	"Inadiáveis"	"Balsemistas"	"Notáveis"	"Grupo dos 44"	"Críticos"/ "Grupo de Lisboa"	"Mota Pintistas"	"Mota Amaralistas"	"Nova Esperança"	"Salgueiristas"	"Cavaquistas"
Não especificados	6,6	10,0	18,2	14,3	-	-	10,5	12,5	7,7	18,2	-	10,0	15,4
Sindicato Bancários	6,6	-	-	-	-	14,3	-	-	-	-	6,3	10,0	15,4
Sindicato Trab. Esc.	-	-	-	-	-	-	-	4,2	-	9,1	-	-	-
Sindicato Função Púb.	-	-	-	-	-	9,6	-	-	-	-	-	-	-
Sindicato Aeronav.	6,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sindicato Professores	-	10,0	-	4,7	5,8	4,8	10,5	-	7,7	-	-	-	-
Ordem dos Médicos	6,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ordem dos Advogados	-	-	-	-	5,8	9,6	-	-	-	-	-	-	-

Nota: Sindicato Trab. Esc. = Sindicato Trabalhadores Escritório; Sindicato Função Púb. = Sindicato Função Pública; Sindicato Aeronav. = Sindicato Aeronavegação; as percentagens são calculadas em função do total de respondentes em cada "facção".

Fonte: Pergunta 11 do Questionário, variável 23 do Livro de Código. Veja-se o Documento 5 da Ficha Técnica 3 do Inquérito às Elites Dirigentes do PPD/PSD 1974-86 no Anexo I desta dissertação.

Sindicato dos Bancários e o dos Professores apresentam alguma incidência, o primeiro entre três das "facções" do último conflito ("Nova Esperança", "Salgueiristas" e "Cavaquistas") e o segundo entre três das "facções" do terceiro conflito ("Balsemistas", "Notáveis" e "Grupo dos 44"), para além dos "Dissidentes de Aveiro", dos "Inadiáveis" e dos "Mota Pintistas".

Apesar de, como vimos atrás, se ter verificado uma

grande maioria de advogados entre os membros de todas as "facções", poucos foram os respondentes (apenas 5.8 % dos "Balsemistas" e 9.6 % dos "Notáveis") que declararam ter pertencido à Ordem de Advogados; atente-se, contudo, às percentagens de não especificados evidenciadas pelas restantes "facções".

No Quadro 30 tínhamos, ainda, informação respeitante aos elementos que teriam pertencido à redacção de jornais, podendo concluir-se que, salvo no que concerne aos "Dissidentes de Aveiro", aos "Mota Pintistas" e aos "Sá Carneiristas" do primeiro conflito, não parece ter havido muitos nessa situação.

No quadro 34 temos essas pertenças discriminadas pelos diferentes jornais. De evidenciar o facto, já anotado atrás, de parte (10.0 %) dos "Dissidentes de Aveiro" provir de *O Tempo e o Modo*; dos "Mota Pintistas" 15.4 % teriam estado presentes na imprensa local ou regional, 6.7 % dos "Sá Carneiristas" do primeiro conflito no *Expresso*, 4.8 % dos "Notáveis" no *Comércio do Porto*, 4.8 % dos "Inadiáveis" no *República* e 5.3 % do "Grupo dos 44" em *A Capital*.

Consideradas, genericamente, as diferentes modalidades da variável "pertença a organizações" não se mostraram determinantes para a pertença às "facções" e, portanto, não parecem poder explicar o conflito que se processou em cada uma das quatro conjunturas.

15. Com vista a testar a influência eventualmente exercida através de outro tipo de organizações, procurámos também saber se os membros das "facções" pertenciam ou teriam perten-

Q U A D R O 34

Redacção de jornais aos quais os membros das "facções" do PPD/PSD pertenceram antes da adesão ao PPD/PSD
(em %)

"Facções" / Jornais	"Sá Carneiristas"	"Dissidentes de Aveiro"	"Sá Carneiristas"	"Inadiáveis"	"Balsemistas"	"Notáveis"	"Grupo dos 44"	"Críticos"/ "Grupo de Lisboa"	"Nota Pintistas"	"Nota Amaralistas"	"Nova Esperança"	"Salgueiristas"	"Cavaquistas"
Não especificados	20,0	20,0	-	4,8	5,9	-	5,3	4,2	15,4	-	12,5	-	-
Expresso	6,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	5,3	-	-	-	-	-	-
Comércio do Porto	-	-	-	-	-	4,8	-	-	-	-	-	-	-
O Tempo e o Modo	-	10,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
República	-	-	-	4,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imprensa local e regional	-	-	9,1	-	-	4,8	-	4,2	15,4	-	-	-	7,7

Nota: As percentagens são calculadas em função do total de respondentes em cada "facção".
Fonte: Pergunta 11 do Questionário, variável 24 do Livro de Código. Veja-se o Documento 5 da Ficha Técnica 3 do Inquérito às Elites Dirigentes do PPD/PSD 1974-86 no Anexo I desta dissertação.

cido a grupos de interesse como a UGT, a Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), a Confederação do Comércio (CCP), a Confederação dos Agricultores (CAP), a Associação Industrial Portuguesa (AIP) ou outras associações ligadas à agricultura, como a Liga dos Pequenos e Médios Agricultores (LPMA) ou as Uniões Distritais de Agricultores (UDAS), mas o nível de respostas apresentou-se de fraco significado estatístico. Apenas um membro dos "Críticos"/"Grupo de Lisboa" declarou ser dirigente da CAP e um dos "Notáveis" da AIP, enquanto da UGT fariam apenas parte um elemento dos "Inadiáveis", dois "Bal-

semistas", um do "Grupo dos 44", dois respectivamente dos "Críticos"/"Grupo de Lisboa", da "Nova Esperança" e dos "Salgueiristas" e um dos "Cavaquistas". Somente entre os "Notáveis" é que encontramos quatro dirigentes e três membros da UGT.

Já no que respeita à pertença às estruturas autónomas ou organizações paralelas ao PPD/PSD, o nível de respostas não é de desprezar, conforme se poderá avaliar através do Quadro 35.

Assim, no âmbito do primeiro conflito, enquanto 20.0 % dos "Sá Carneiristas" pertenceriam aos Sócio-profissionais (dos quais 6.7 % dirigentes e 13.3 % simples membros), 6.7 % à JSD, 26.7 % à Fundação Oliveira Martins (dos quais 20.0 % membros e os restantes dirigentes) e 6.7 % ao Gabinete de Estudos, estes na qualidade de dirigentes, do lado dos "Dissidentes de Aveiro" ninguém declarou pertencer a qualquer destas organizações.

No segundo conflito a distribuição faz-se em ambas as "facções" de forma semelhante, quer pelo CERESD, quer pelos Sócio-profissionais, Fundação Oliveira Martins e Gabinete de Estudos. Apenas no que concerne ao IPSD a diferença entre "Sá Carneiristas" e "Inadiáveis" é substancial, já que entre os primeiros 9.1 % são dirigentes daquele Instituto e 36.4 % simples membros, não se encontrando nenhum dos segundos em qualquer dessas situações.

As "facções" do terceiro conflito apresentam perfis muito distintos quanto a esta questão, não obstante os "Balse-

QUADRO 35

Pertença a estruturas autónomas/organizações paralelas do partido dos membros das "facções" do PPD/PSD
(em %)

"Facções" / Pertença a estruturas autónomas	"Sá Carneiristas"	"Dissidentes de Aveiro"	"Sá Carneiristas"	"Inadiáveis"	"Balsemistas"	"Notáveis"	"Grupo dos 44"	"Críticos"/ "Grupo de Lisboa"	"Nota Pintistas"	"Nota Amaralistas"	"Nova Esperança"	"Salgueiristas"	"Cavaquistas"
CERESD													
Dirigente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Membro	-	-	9,1	4,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sócio-profissionais													
Dirigente	6,7	-	-	4,7	-	9,6	-	8,4	-	-	-	10,0	7,7
Membro	13,3	-	9,1	4,7	11,8	4,8	-	4,2	-	9,1	12,5	-	-
TSD													
Dirigente	-	-	-	-	-	-	-	4,2	-	-	-	-	7,7
Membro	-	-	-	-	11,8	19,2	5,3	12,5	15,4	9,1	25,0	-	7,7
JSD													
Dirigente	-	-	-	-	-	4,8	-	8,4	-	9,1	6,3	-	-
Membro	6,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12,5	-	-
F. Oliveira Martins													
Dirigente	6,7	-	-	-	5,9	4,8	-	-	7,7	9,1	-	-	-
Membro	20,0	-	9,1	9,5	5,9	4,8	-	-	-	-	-	-	-
TESIRESD													
Dirigente	-	-	-	-	5,9	19,2	5,3	-	-	-	-	10,0	-
Membro	-	-	-	-	-	14,3	5,3	-	-	-	18,7	-	15,4
IPSD													
Dirigente	-	-	9,1	-	11,8	4,8	-	-	-	18,2	-	10,0	-
Membro	-	-	36,4	-	23,6	-	10,6	4,2	15,4	27,3	-	30,0	23,1
ANASD													
Dirigente	-	-	-	-	-	-	-	4,2	7,7	-	-	-	7,7
Membro	-	-	-	-	23,6	29,5	-	12,5	23,1	18,2	12,5	10,0	-
Gab. Est.													
Dirigente	6,7	-	18,2	9,5	5,9	9,6	-	-	7,7	18,2	-	30,0	-
Membro	6,7	-	18,2	4,7	-	29,5	15,8	8,4	38,5	36,4	18,7	30,0	7,7

Nota: Gab. Est. = Gabinete de Estudos; F. Oliveira Martins = Fundação Oliveira Martins
Fonte: Pergunta 14 do Questionário, variáveis D e E do Livro de Código. Veja-se o Documento 6 da Ficha Técnica 3 do Inquérito às Elites Dirigentes do PPD/PSD 1974-86 no Anexo I desta dissertação.

mistas" tenham maior percentagem de elementos como membros (23.6 %) e dirigentes (11.8 %) do IPSD e como membros da ANASD

(23.6 %). Os "Notáveis" atingem os valores mais altos na ANASD (29.5 % de membros), no Gabinete de Estudos (9.6 % de dirigentes e 29.5 % de membros) e nos TSD (19.2 % de membros). O "Grupo dos 44" mostra-se como a "facção" com menor representação nas estruturas paralelas (percentagens significativas só 15.8 % e 10.6 %, respectivamente de membros no Gabinete de Estudos e no IPSD) e os "Críticos"/"Grupo de Lisboa" nos TSD e na ANASD (12.5 % de membros e 4.2 % de dirigentes em cada uma dessas organizações paralelas).

Quanto ao último conflito, quer os "Mota Pintistas", quer os "Mota Amaralistas", quer, depois, os "Salgueiristas" recrutam os seus elementos sobretudo nos membros (respectivamente 38.5 %, 36.4 % e 30.0 %) e nos dirigentes (7.7 %, 18.2 % e 30.0 %) do Gabinete de Estudos, enquanto a maioria da "Nova Esperança" (25.0 %) é membro dos TSD (para apenas 15.4 % dos "Mota Pintistas", 9.1 % dos "Mota Amaralistas", 7.7 % dos "Cavaquistas" e nenhum dos "Salgueiristas"). Curiosamente, é, também, entre a "Nova Esperança" que encontramos mais elementos da TESIRESD (18.7 %), onde os "Cavaquistas" têm 15.4 % e as restantes "facções" nenhuma expressão no que concerne ao conjunto dos respondentes, já que, como sublinhámos atrás, seriam os "Balsemistas"/"Mota Amaralistas"/"Salgueiristas" a deterem mais ligações com esta tendência sindical. De sublinhar, ainda, o facto de os "Mota Amaralistas" e de os "Salgueiristas" terem respectivamente 45.5 % e 40.0 % de elementos do IPSD, para apenas 15.4 % dos "Mota Pintistas", nenhum da "Nova Esperança" e 23.1 % dos "Cavaquistas".

16. No Quadro 36 estão consideradas as formas possíveis de adesão ao PPD/PSD, isto é, se a inscrição dos membros das "facções" se fez com base numa Secção territorial, se Sócio-profissional. Com a pergunta subjacente ao quadro em questão, procurámos reavaliar o peso do sector laboral/sindical na pertença a cada "facção", em parte já investigado anteriormente.

QUADRO 36

Tipo de filiação no partido dos membros das "facções" do PPD/PSD
(em %)

"Facções" / Tipo de filiação	"Sá Carneiristas"	"Dissidentes de Aveiro"	"Sá Carneiristas"	"Inadiáveis"	"Balsemistas"	"Notáveis"	"Grupo dos 44"	"Críticos"/ "Grupo de Lisboa"	"Mota Pintistas"	"Mota Amaralistas"	"Nova Esperança"	"Salgueiristas"	"Cavaquistas"
Base territorial	100,0	90,0	81,8	76,2	76,5	71,4	63,2	66,7	84,6	90,9	81,3	90,0	84,6
Base sócio-profissional	-	-	8,2	-	23,5	28,6	21,0	25,0	15,4	9,1	18,7	10,0	15,4
Não respondeu	-	10,0	-	23,8	-	-	15,8	8,3	-	-	-	-	-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pergunta 9 do Questionário, variável 13 do Livro de Código. Veja-se o Documento 1 da Ficha Técnica 3 do Inquérito às Elites Dirigentes do PPD/PSD 1974-86 no Anexo I desta dissertação.

Visto não existirem, à data, Núcleos e Secções Sócio-profissionais, a totalidade dos membros das duas "facções" do primeiro conflito declarou ter-se filiado numa base territorial. A inscrição numa base Sócio-profissional só se acentua no decurso do terceiro conflito e de forma semelhante em

qualquer uma das "facções" nele envolvidas (entre 20.0 % e 30.0 %), enquanto decresce no quarto conflito, apresentando-se 15.4 % dos "Mota Pintistas", 18.7 % da "Nova Esperança" e 15.4 % dos "Cavaquistas" nessa situação. Ou seja, no quadro do mesmo conflito não se verificam diferenças substanciais entre as "facções".

Por último, e ainda com o objectivo de analisar as solidariedades existentes entre os membros de cada "facção" e até que ponto é que as características em causa poderiam ter sido decisivas para a pertença a "facções" opostas dentro do mesmo conflito, procurámos saber, no âmbito de cada uma, as dissidências que se efectuaram ao longo do tempo no PPD/PSD e a posterior pertença desses elementos a outros partidos, quer na qualidade de simples membros, quer na de dirigentes.

Nos Quadros 37 e 38 temos, respectivamente, a percentagem de membros de cada "facção" que permaneceu ou saiu do PPD/PSD e a percentagem dos que aderiram a outros partidos.

Como já vimos atrás, tanto os "Dissidentes de Aveiro", como o próprio nome indica, como os "Inadiáveis" sairiam na sua totalidade do partido, respectivamente em 1975 e em 1978. Das restantes "facções" parece significativo o facto de 40.0 % dos "Sá Carneiristas" do primeiro conflito terem, posteriormente, vindo a abandonar o partido, 6.6 % dos quais em 1978 (possivelmente integrados nas fileiras dos "Inadiáveis") e 33.4 % em 1979, talvez no rescaldo daquela cisão. Os outros casos verificados parecem esporádicos e sem grande significado para o que pretendemos.

Q U A D R O 37

Situação perante o partido dos membros das "facções" do PPD/PSD
(em %)

"Facções" / Situação perante o PPD/PSD	"Sá Carneiristas"	"Dissidentes de Aveiro"	"Sá Carneiristas"	"Inadiáveis"	"Balsemistas"	"Notáveis"	"Grupo dos 44"	"Críticos"/ "Grupo de Lisboa"	"Mota Pintistas"	"Mota Amaralistas"	"Nova Esperança"	"Salgueiristas"	"Cavaquistas"
Permanecem no partido	60,0	-	90,9	-	88,2	100,0	94,7	91,6	92,3	81,8	93,7	90,0	100,0
Sairam 1975	-	100,0	-	-	5,9	-	5,3	-	-	9,1	-	10,0	-
do par- 1978	6,6	-	-	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
tido 1979	33,4	-	-	-	5,9	-	-	4,2	-	9,1	-	-	-
em: 1985	-	-	9,1	-	-	-	-	4,2	7,7	-	6,3	-	-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Perguntas 10 e 10,1 do Questionário, variável 16 do Livro de Código. Veja-se o Documento 1 da Ficha Técnica 3 do Inquérito às Elites Dirigentes do PPD/PSD 1974-86 no Anexo I desta dissertação.

Verifica-se, relativamente aos que sairam do partido, que 66.6 % dos "Sá Carneiristas", 30.0 % dos "Dissidentes de Aveiro" e 42.9 % dos "Inadiáveis" viriam a tornar-se dirigentes de outros partidos e que 16.7 % dos primeiros e todos os elementos da "Nova Esperança" que sairam do PPD/PSD em 1985, o fariam na qualidade de simples membros. Não conseguimos, para nenhum destes casos, saber quais os partidos de que se tratava, visto nenhum dos respondentes a essa questão o ter indicado.

Note-se, ainda, pela leitura do Quadro 37, que alguns membros dos "Balsemistas", do "Grupo dos 44", dos "Mota Amaralistas" e dos "Salgueiristas" teriam saído do PPD/PSD em 1975 (possivelmente no quadro da cisão de Aveiro), tendo por-

tanto regressado mais tarde ao partido, bem como, relativamente a 1979, alguns dos "Críticos"/"Grupo de Lisboa", dos "Mota Pintistas" e da "Nova Esperança".

Q U A D R O 38

Posterior pertença a outro(s) partido(s) dos membros das "facções" do PPD/PSD que saíram do partido (em %)

"Facções" / Pertença a outro(s) partido(s)	"Sá Carneiristas"	"Dissidentes de Aveiro"	"Sá Carneiristas"	"Inadiáveis"	"Balsemistas"	"Notáveis"	"Grupo dos 44"	"Críticos"/ "Grupo de Lisboa"	"Mota Pintistas"	"Mota Amaralistas"	"Nova Esperança"	"Salgueiristas"	"Cavaquistas"
Não pertence a nenhum	16,7	70,0	100,0	57,1	100,0	-	100,0	100,0	100,0	100,0	-	100,0	-
Membro de outro(s) partido(s)	16,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100,0	-	-
Dirigente de outro(s) partido(s)	66,6	30,0	-	42,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Nota: As percentagens são calculadas em função do total de respondentes que saíram do PPD/PSD.
Fonte: Pergunta 10,2 do Questionário, variável 17 do Livro de Código. Veja-se o Documento 1 da Ficha Técnica 3 do Inquérito às Elites Dirigentes do PPD/PSD 1974-86 no Anexo I desta dissertação.

17. Tendo por objectivo explorar os dados com maior profundidade, recorreu-se à análise factorial das correspondências pondo em jogo as variáveis que considerámos mais pertinentes. Julgámos ser esta a metodologia adequada, não só por permitir uma maior inteligibilidade dos dados e a sua visualização, mas por se apresentar, de facto, como a mais adaptada à natureza das variáveis em causa. Além disso, este tipo de análise pode revelar aspectos novos do fenómeno em estudo, fa-

zendo, simultaneamente, emergir de uma realidade multifacetada e complexa como a apresentada as estruturas mais significativas(1623).

Eliminámos, à partida, as variáveis que considerámos com poucas hipóteses explicativas, de acordo com a análise previamente elaborada. Seleccionámos em princípio as mais relevantes: sexo, idade, habilitações literárias, grupos sócio-profissionais, sector económico, origem regional e local de residência, isto no que concerne às variáveis sócio-demográficas; quanto às variáveis sócio-políticas retirámos para a análise as relativas à socialização, como a discussão de assuntos políticos e a actividade política antes e depois de 1974 e, por último, a pertença a diversos tipos de organizações antes da adesão ao partido(1624).

Com os dados destas variáveis elaborámos a matriz ori-

(1624) A análise factorial das correspondências tem a vantagem de "permitir seleccionar as combinatórias de variáveis significativas e suas relações, produzindo uma base gráfica sobre a qual as estruturas presentes nos dados podem ser interpretadas de uma forma global, hierarquizando a sua importância na explicação das variabilidade do fenómeno em estudo". Cf. HENRIQUE GARCIA PEREIRA, "Tratamento informático de questionários: o ponto de vista da análise factorial das correspondências", *in Análise Social*, ICS, vol. XXII, (98), 4º, 1987, pp. 733-746.

(1624) Os códigos das diversas modalidades das variáveis utilizadas para a presente análise factorial são os seguintes: Sexo: SEX1 Homens, SEX2 Mulheres; Idade: GE01 < 25 anos, GE02 25-29 anos, GE03 30-34 anos, GE04 35-39 anos, GE05 40-44 anos, GE06 45-49 anos, GE07 50-54 anos, GE08 55-59 anos, GE09 60-64 anos, GE10 65-69 anos, GE11 > 70 anos; Habilitações literárias: HBL1 Instrução Primária, HBL2 Secundário Comercial/Industrial, HBL3 Secundário Liceal, HBL4 Curso Médio, HBL5 Curso Superior; Grupos sócio-profissionais: PF01 Profissões liberais, PF02 Professores, PF03 Quadros superiores, PF04 Quadros médios, PF05 Empregados de escritório/Bancos/Seguros, PF06 Industriais, PF07 Comerciantes, PF08 Agricultores, PF09 Operários, PF10 Outros; Sector da actividade profissional: SEC1 Primário, SEC2 Secundário, SEC3 Terciário, SEC4 Administração Pública; Origem Regional (Zona rural/urbana): ZON1 Rural, ZON2 Centro Urbano, ZON3 Capital de Distrito, ZON4 Porto (Área Metropolitana), ZON5 Lisboa (Área Metropolitana), ZON6 Ex-Colónias, ZON7 Estrangeiro, ZON8 Não Respondeu; Origem Regional (região do País): REG1 Norte

ginal, que se transformou matematicamente através da factorização, de molde a evidenciar os planos que explicam a estrutura dessa matriz(1625). Ou seja, com estas operações pretendemos saber até que ponto é que as variáveis sócio-estruturais que delimitámos contribuem, de facto, para a explicação das "facções" e, consecutivamente, para a compreensão dos conflitos intra-partidários.

Por outras palavras, foi nossa intenção testar a importância do sexo, idade, instrução, profissão, origem regional (zona rural/urbana e região do país), tipo de socialização política (antes e depois de 1974) e pertença a diversos tipos de organizações, dos diversos elementos que constituem as diferentes "facções" em cada um dos conflitos, isto é, em cada

---

Litoral, REG2 Norte Interior, REG3 Centro Litoral, REG4 Centro Interior, REG5 Sul Litoral, REG6 Sul Interior, REG7 Açores, REG8 Madeira, REG9 Fora de Portugal, REG0 Não Respondeu; Residência (Zona rural/urbana); LZ01 Rural, LZ02 Centro Urbano, LZ03 Capital de Ditrito, LZ04 Porto (Área Metropolitana), LZ05 Lisboa (Área Metropolitana); Residência (região do País); LRE1 Norte Litoral, LRE2 Norte Interior, LRE3 Centro Litoral, LRE4 Centro Interior, LRE5 Sul Litoral, LRE6 Sul Interior, LRE7 Madeira; Discussão de assuntos políticos na infância/juventude; IJU1 Não, IJU2 Sim, IJU0 Não Respondeu; 1ª Actividade política antes de 1974; SP01 Não teve, SP02 Adesão a um partido político, SP03 Participação em campanhas políticas, SP04 Função num Governo, SP05 Candidatura a eleições autárquicas, SP06 Filiação num Sindicato, SP07 Adesão a associações cívico-políticas, SP08 Candidatura a eleições constituintes/legislativas, SP09 Função numa autarquia local, SP10 Função numa cooperativa, SP11 Acção numa associação académica; 1ª Actividade política depois de 1974; AP01 Não teve, AP02 Adesão a um partido político, AP03 Participação em campanhas políticas, AP04 Função num Governo, AP05 Candidatura a eleições autárquicas, AP06 Filiação num Sindicato, AP07 Candidatura a eleições constituintes/legislativas, AP08 Função numa autarquia local, AP09 Acção numa associação académica; Pertença a organizações antes da adesão ao PPD/PSD; POD1 Partidos políticos, POD2 Organizações católicas, POD3 Associações e cooperativas de intervenção cívico-política, POD4 Sindicatos/organizações profissionais.

(1625) Esses factores ou eixos factoriais consistem na recombinação das variáveis e são encontrados a partir da diagonalização da matriz de partida. Sobre a análise factorial das correspondências veja-se GREENACRE, *Theory and Applications of Correspondence Analysis*, London, Academic Press, 1984.

uma das quatro conjunturas discriminadas. Ou seja, procurámos saber se a pertença a cada uma dessas "facções" foi determinada por aquelas variáveis e, em consequência, se o conflito entre elas se ficou a dever à configuração oposta quanto a essas variáveis das "facções" que se degladiaram em cada conflito. Em suma, foi nosso objectivo apurar, depois da análise até aqui processada, se os conflitos intra-partidários analisados foram, ou não, consequência das variáveis sócio-estruturais isto é, das características dos membros das diversas "facções" envolvidas nesses conflitos.

Apresenta-se em seguida, no Gráfico 1, o histograma dos valores próprios, onde temos cada um dos doze factores e a sua percentagem de explicação.

Gráfico 1

Histograma dos valores próprios

EDIÇÃO DOS VALORES PRÓPRIOS (SOMA = ,369002)

Factores	Valores Próprios	% de explicação	% Acumulada	Gráfico de barras
1	,06506	17,630	17,630	!*!****************!****************!
2	,05111	13,852	31,482	!*!****************!*********
3	,04429	12,002	43,485	!*!****************!*****
4	,04193	11,362	54,487	!*!****************!****
5	,03868	10,482	65,329	!*!****************!***
6	,03217	8,719	74,048	!*!****************!
7	,02721	7,374	81,422	!*!**************
8	,02352	6,375	87,797	!*!************
9	,01653	4,479	92,276	!*!********
10	,01178	3,192	95,468	!*!*****
11	,00881	2,389	97,857	!*!****
12	,00791	2,143	100,000	!*!****

Nota: 0 3º e o 4º factor têm, em conjunto, 23,362 % de explicação

Conforme se pode observar, o histograma não apresenta uma queda acentuada dos valores próprios. Como a queda desses valores não é brusca (o gráfico de barras é elucidativo nesse sentido) e como nem o factor 1 nem o factor 2, apesar de explicarem respectivamente 17.63 % e 13.85 %, não explicam, realmente, a oposição entre as "facções" no quadro de cada conflito, visto que opõem apenas as de contextos diferentes(1626), recorremos aos outros eixos, abandonando os dois primeiros, cuja intervenção na compreensão do fenómeno consideramos, por esse motivo, ser de desprezar.

Os eixos em que se encontraram oposições com mais significado foram o 3 e o 4; estes factores, em conjunto, explicam, como já vimos no Gráfico 1, 23.36 % do fenómeno. Assim, tivémos em conta para levar a análise até estes dois eixos, a respectiva percentagem de explicação fornecida mas, sobretudo, a inteligibilidade dos resultados para os nossos propósitos.

No Gráfico 2 temos o *out-put* do terceiro factor e aí se cruzam o eixo 1 e o eixo 3 num diagrama cartesiano que se interpreta com base na contribuição de cada variável (ou modalidade de variável) para o respectivo eixo, assim como nas proximidades e oposições entre as projecções realizadas.

De acordo com o expresso no Gráfico 2, as "facções" que contribuem para a criação do eixo 3 são os "Sá Carneiristas",

---

(1626) No eixo 1, por exemplo, verificámos existir alguma oposição entre a "facção" dos "Dissidentes de Aveiro", a dos "Inadiáveis" e a do "Grupo dos 44" o que carece, evidentemente, de lógica para o nosso propósito, visto opôr apenas "facções" de conflitos respeitantes a contextos diferentes.

Gráfico 2

Relação entre as variáveis e as "facções" do PPD/PSD, através da análise factorial das correspondências (plano factorial 1, 3)

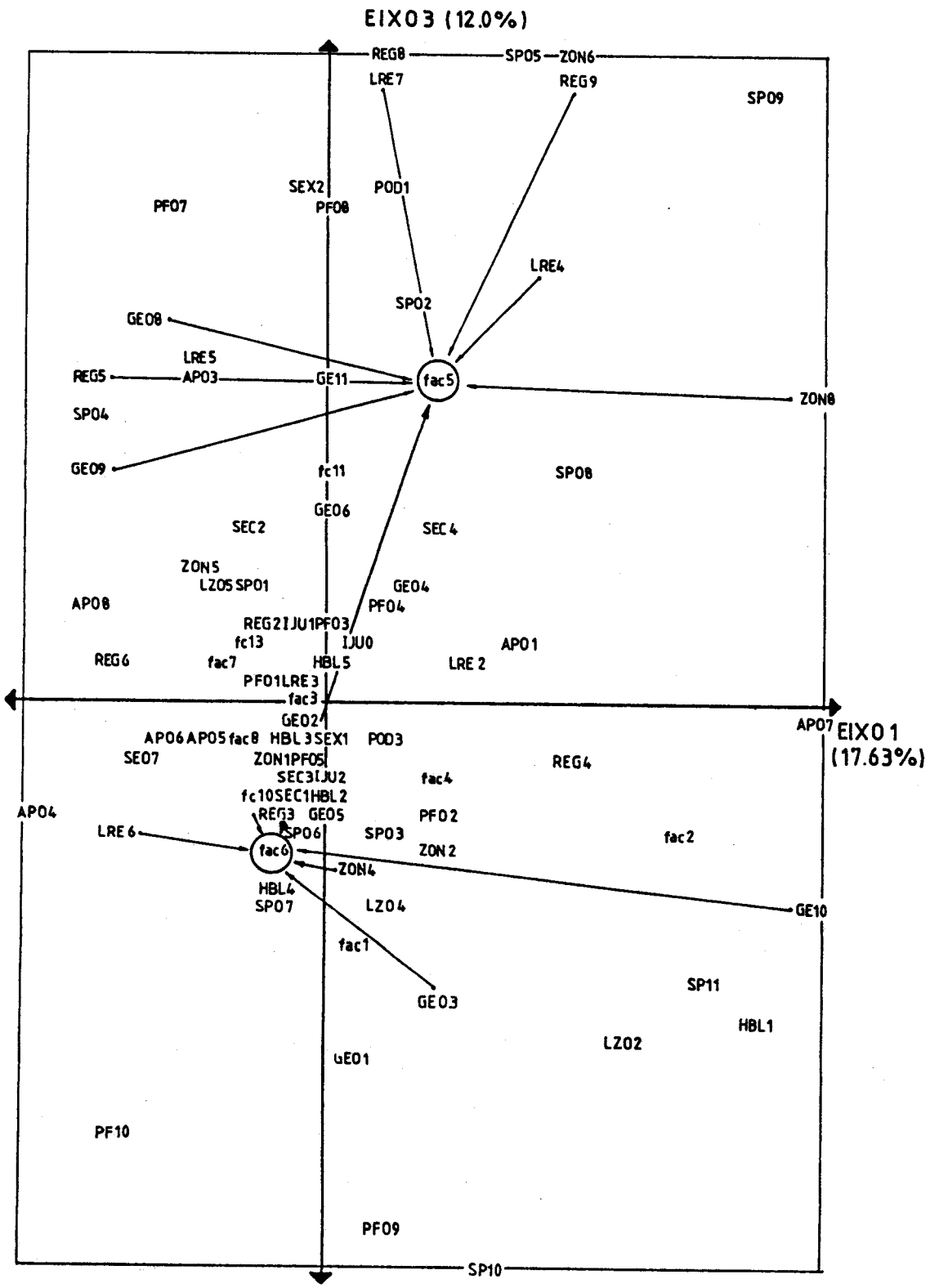
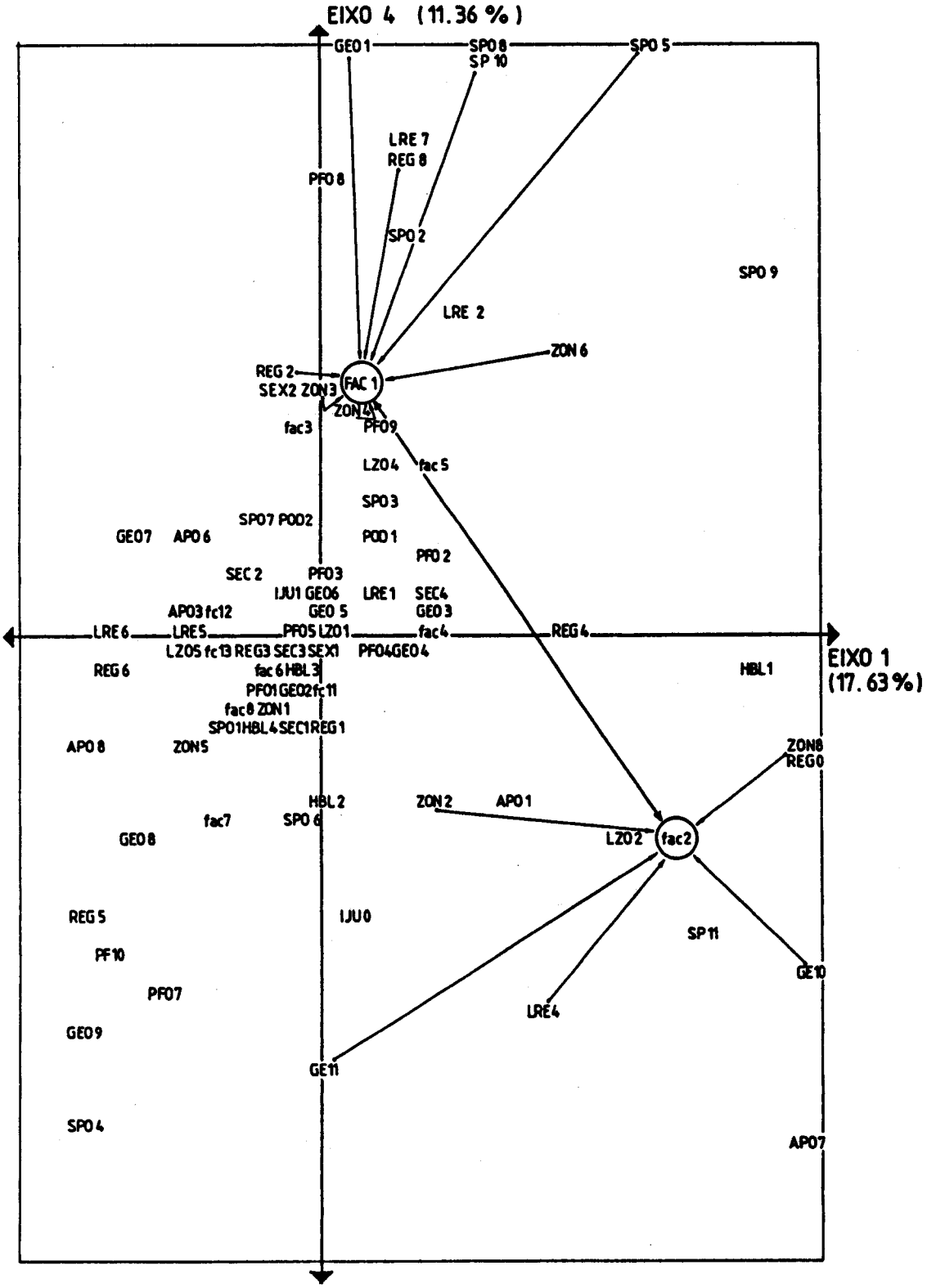


Gráfico 3

Relação entre as variáveis e as "facções" do PPD/PSD, através da análise factorial das correspondências (plano factorial 1, 4)



os "Balsemistas", os "Notáveis" e a "Nova Esperança". Para o nosso objectivo só tem lógica considerar a oposição "Balsemistas", "Notáveis", duas das quatro "facções" envolvidas no terceiro conflito interno do PPD/PSD e aí representadas como as "facções" 5 e 6.

No eixo 3 a oposição entre estas duas "facções" é explicada pelo antagonismo entre algumas modalidades das variáveis atinentes à origem regional (quer seja em termos da zona rural/urbana, quer da região do País), ao local de residência (em termos da região do País) e à geração de pertença das respectivas elites.

No Gráfico 3 podemos observar o *out-put* do quarto factor. A leitura deste Gráfico, o qual, como o anterior, nos fornece a posição das diversas "facções" em termos de proximidade e de distância umas em relação às outras, das semelhanças e diferenças que partilham e das modalidades das variáveis que contribuem para o posicionamento respectivo, mas, desta vez, em função do quarto eixo, evidencia uma oposição clara entre os "Sá Carneiristas" e os "Dissidentes de Aveiro", aí representados como as "facções" 1 e 2.

No eixo 4 explica-se, assim, a oposição entre estas duas "facções", no que concerne às variáveis sócio-estruturais, em função das variáveis respeitantes à primeira actividade política antes de 1974, à origem regional (zona rural/urbana e região do país) e, também, em relação à idade dos elementos respectivos. Para as restantes "facções" não parece que estas variáveis, seja em que modalidade fôr, tenham con-

tribuido muito para a explicação do conflito entre elas.

As variáveis sócio-estruturais não parecem, assim, ser determinantes para explicar a pertença às "facções" e, consequentemente, não se mostraram fundamentais para explicar o conflito intra-partidário. O facto de só começar a haver discriminação a partir do terceiro factor, significa que não existe grande explicação. As variáveis não são muito discriminantes, porque os valores absolutos não apresentam grandes diferenças.

No entanto, verificámos que, em certa medida, algumas variáveis sócio-estruturais explicaram a diferença entre os "Sá Carneiristas" e os "Dissidentes de Aveiro" e entre os "Balsemistas" e os "Notáveis"; essas variáveis corresponderiam, sobretudo, à origem regional e aos grupos etários de pertença dos elementos que compõem essas "facções". Em resumo, quer o primeiro, quer o terceiro conflito, mas, sobretudo, o que opôs "Sá Carneiristas" a "Dissidentes de Aveiro" foi, pelo menos em parte, devido a algumas destas diferenças de carácter sócio-estrutural dos membros das duas "facções" em confronto.

18. Tudo o que foi dito àcerca das características dos elementos que compõem cada uma das diferentes sub-unidades partidárias permite defender que:

a) Nem as clivagens são delineadas entre essas "facções" pelas diferenças existentes;

b) Nem a agregação dos membros de uma mesma "facção"

se processa fundamentalmente pelos traços semelhantes que partilham;

c) *Do que foi dito, se depreende que nem estes traços são determinantes para compreender os vínculos de pertença a uma "facção", nem para apreender o que separa os seus membros de uma "facção" oposta;*

d) *As características estruturais das componentes das "facções", que são fundamentalmente representadas pelas elites nacionais do partido, não determinam o fenómeno do faccionalismo;*

e) *Consequentemente, não são fundamentais para a compreensão do conflito intra-partidário, não obstante possam explicar, em parte, algumas pertenças às diferentes "facções";*

f) *Parecem, efectivamente, ser de maior interesse para o entendimento de toda esta problemática, as indicações que emergiram do voluntarismo exercido pelas elites do partido e das clivagens políticas não estruturais assim produzidas e atrás analisadas.*

XIII - O PPD/PSD DE 1974 A 1985: UM EXEMPLO DE CONFLITO

"La utopia del consenso es lo imposible por medio del cual discernimos lo mejor posible".

Norbert Lechner, *La Conflictiva y Nunca Acabada Construcción del Ordem Deseado*, 1986, p. 175.

1. Chegados a este ponto, e com base na sintomatologia apresentada nos Capítulos anteriores, vejamos, à luz do quadro teórico subjacente à presente análise, quais os aspectos mais salientes do PPD/PSD de 1974 a 1985.

Torna-se logo visível a presença do papel nuclear desempenhado pelas elites organizadas em facções na conflitualidade intra-partidária. Observou-se, desde os primórdios do partido, uma constante fragilidade nos respectivos equilíbrios internos, que levaria a convulsões intra-partidárias sucessivas. Tal não significa, porém, que os conflitos se tenham sempre processado de forma idêntica, que tenham partido das mesmas clivagens ou que tenham sequer adquirido uma configuração semelhante nas diversas fases.

Por conseguinte, nem se desenharam nesses conflitos o

mesmo tipo de motivações, nem aqueles engendraram sempre resultados similares, nem o desenvolvimento respectivo se orientou de uma forma contínua e progressiva em todos os casos.

Apesar de se terem verificado nestes, como noutros vectores, algumas constantes nos quatro conflitos analisados, a acção das elites também se não efectuou nos mesmos moldes, nem as clivagens subjacentes mostraram idênticos contornos, nem sequer as distintas facções obedeceram sempre ao mesmo padrão, no que se refere à sua configuração, composição e comportamento.

Vimos, também, que o quadro das oportunidades que se apresentou ao partido no âmbito do sistema político divergiu igualmente de fase para fase, influindo na dinâmica da conflitualidade intra-partidária e ajudando a configurá-la em diferentes moldes. No plano interno, o quadro de oportunidades oferecido às suas elites sofreu, também, oscilações de diversa ordem ao longo do período de tempo em análise.

Não obstante o voluntarismo, já sublinhado, assumido pelas elites, far-se-iam sentir algumas pressões provenientes do exterior, reflectindo os conflitos internos, em certa medida, a correlação de forças existente na esfera política envolvente e, simultaneamente, exercendo também aí os seus efeitos.

Podem-se identificar, para cada fase analisada, características específicas, bem como a existência de algumas constantes, as quais deverão ser perspectivadas no quadro dos seguintes vectores, cujos parâmetros teóricos definimos na

Parte I desta dissertação: conflitos, clivagens, facções e elites.

Estamos, assim, perante os quatro conceitos operacionalizados na análise do PPD/PSD, realizada dentro dos marcos cronológicos considerados. Prosseguiremos, aprofundando os distintos ângulos que cada um encerra, procurando as semelhanças mais salientes e os traços peculiares de cada etapa. Ou seja, em termos da configuração do processo de desenvolvimento dos conflitos, do tipo de clivagens que lhes estiveram subjacentes ou das questões em torno das quais os confrontos se processaram; da dimensão organizacional, política e estrutural das facções , enquanto manifestações de conflito e entidades suas promotoras, e, por último, do papel das elites na produção e no desenrolar desses conflitos, através da respectiva agregação nessas facções .

A reflexão metódica sobre os quatro conflitos no PPD/PSD permite-nos, pois, elaborar uma grelha para a análise dos mesmos, que a seguir apresentamos na Figura 4 e que passamos a desenvolver:

F I G U R A 4
Tipologia dos conflitos intra-partidários no PPD/PSD de 1974 a 1985
(Principais vectores)

Vectores	Prazo de Maturação do conflito	Desenvolvimento do conflito	Duração do conflito	Despoletador do conflito	Principais arenas envolvidas no conflito	Desfecho do conflito	Clivagens subjacentes	Bases de clivagens
1º Conflito	. Lento (1 ano)	. Descontínuo Progressivamente mais intenso	. Longa	. Voluntarismo pronunciado das elites	. Esferas superiores do partido; aparelho e Grupo Parlamentar	. Radical; cisão seguida de acalmia	. Estratégicas, tácticas, ideológicas; luta pelo poder, dissensões pessoais	. Múltiplas; especial relevo das clivagens políticas não estruturais
2º Conflito	. Lento (1 ano)	. Descontínuo Progressivamente mais intenso	. Longa	. Voluntarismo pronunciado das elites	. Esferas superiores do partido; aparelho e Grupo Parlamentar	. Radical; cisão seguida de acalmia	. Estratégicas, tácticas, ideológicas; luta pelo poder, dissensões pessoais	. Múltiplas; especial relevo das clivagens políticas não estruturais
3º Conflito	. Lento (1 ano e meio)	. Descontínuo Intermitente	. Prolongada	. Voluntarismo acentuado das elites	. Esferas superiores do partido; aparelho e Grupo Parlamentar; esfera governamental	. Sublimação temporária, seguida de tensão crescente	. Estratégicas, tácticas, ideológicas; luta pelo poder, dissensões pessoais	. Múltiplas; especial relevo das clivagens políticas não estruturais
4º Conflito	. Lento (1 ano e meio)	. Descontínuo Intermitente	. Prolongada	. Voluntarismo acentuado das elites	. Esferas superiores do partido; aparelho e Comissões Políticas Distritais	. Sublimação temporária, seguida de tensão crescente	. Estratégicas, tácticas, ideológicas; luta pelo poder, dissensões pessoais	. Múltiplas; especial relevo das clivagens políticas não estruturais

Tipo de clivagens	Causas políticas das facções	Incentivos político-estruturais ao Faccionalismo		Condicionantes sócio-estruturais das facções	Dimensão organizacional das "facções"	Questões conotadas com a liderança	Expressão do voluntarismo das elites
		Exógenos	Endógenos				
. Sobrepostas, reforçando-se cumulativamente	. Mistas: diferenças estratégicas, tácticas, ideológicas, luta pela liderança e ascensão intra-partidária	. Sistema eleitoral; 1º Pacto MFA/partidos; sistema de partidos	. Estrutura difusa da autoridade	. Heterogeneidade das elites; estrutura diversificada das bases	. "Sá Carneiristas" "Dissidentes de Aveiro"	. Dualidade dos centros decisionais; líder e tipo de liderança desenvolvida posta em questão	. Acentuada; jogadas de ruptura, jogadas de antecipação, jogadas duplas, criação de ambientes de exaltação, fulanização dos confrontos, apelos populistas
. Sobrepostas, reforçando-se cumulativamente	. Mistas; diferenças estratégicas, tácticas, ideológicas, luta pela liderança e ascensão intra-partidária	. Sistema eleitoral; Pacto MFA/partidos; semi-presidencialismo; sistema de partidos	. Mecanismos eleitorais, pluralidade de titulares do poder, inerências, orgânica partidária, organizações paralelas, importância crescente do aparelho	. Heterogeneidade das elites; estrutura diversificada das bases	. "Sá Carneiristas" "Inadiáveis"	. Dualidade dos centros decisionais; tipo de liderança posta em questão	. Acentuada; jogadas de ruptura, jogadas de antecipação, jogadas duplas, retiradas estratégicas, manipulação dos ambientes, fulanização dos confrontos, protelamentos tácticos dos confrontos, exercício do carisma
. Sobrepostas; entrecruzadas, neutralizando o confronto imediato	. Mistas; diferenças estratégicas, tácticas, ideológicas, luta pela liderança e ascensão intra-partidária	. Sistema eleitoral; semi-presidencialismo; sistema de partidos	. Mecanismos eleitorais, pluralidade de titulares do poder, inerências, orgânica partidária, organizações paralelas, fortalecimento crescente do aparelho	. Heterogeneidade das elites; estrutura diversificada das bases	. "Balsemistas" "Notáveis" "Grupo dos 44" "Críticos"/ /"Grupo de Lisboa"	. Querela sucessória determinante; instalação de contra-poderes internos	. Acentuada; inversão do centro de gravidade dos debates, protelamento do conflito, coimplicação dos opositores, retiradas estratégicas
. Sobrepostas; entrecruzadas, neutralizando o confronto imediato	. Mistas; diferenças estratégicas, tácticas, ideológicas, luta pela liderança e ascensão intra-partidária	. Sistema eleitoral; sistema de partidos	. Mecanismos eleitorais, pluralidade de titulares do poder, inerências, orgânica partidária, organizações paralelas, fortalecimento crescente do aparelho	. Heterogeneidade das elites; estrutura diversificada das bases	. "Nota Pintistas" "Nota Amaralistas" "Nova Esperança" "Salgueiristas" "Cavaquistas"	. Querela sucessória determinante; instalação de contra-poderes internos	. Acentuada; inversão do centro de gravidade dos debates, coimplicação dos opositores, protelamento do conflito, desgaste e erosão da liderança, exercício do carisma na fase final

2. Reportando-nos ao primeiro dos vectores delineados - a configuração do conflito, que inclui o seu prazo de maturação, tipo de desenvolvimento, duração, elemento despoletador, arenas envolvidas e características do respectivo desfecho - cabe sublinhar o seguinte:

a) *A duração dos conflitos mostrou-se, em geral, prolongada, sendo a sua génese muito anterior à deflagração respectiva. O prazo de maturação dos conflitos apresentou-se sensivelmente lento: cada um levaria em média um ano a um ano e meio a configurar-se plenamente como tal, considerando o período decorrente desde a altura em que as clivagens subjacentes se tornaram manifestas até ao momento do respectivo desenlace; os dois últimos conflitos, até pelos sucessivos protelamentos a que seriam submetidos, prolongaram-se por mais tempo do que os anteriores;*

b) *Detectou-se uma certa descontinuidade no desenvolvimento dos conflitos, embora nos dois primeiros, a partir de certa altura e por vontade deliberada das elites, se tenha instalado um movimento progressivo no desenrolar dos mesmos; nos dois últimos, assistir-se-ia a fases intermitentes de conflito, em concorrência com períodos de pretenso consenso;*

c) *Nenhum dos quatro conflitos analisados se pode considerar um "caso julgado", isto é, cada conflito foi*

sempre buscar parte das suas raízes ao anterior, ou seja, as clivagens subjacentes, regra geral, estiveram lastreadas nas fases antecedentes;

d) Apenas seriam detectados períodos de acalmia interna significativa nas fases imediatamente a seguir à cisão de Aveiro e à cisão dos "Inadiáveis". Ou seja, a pacificação intra-partidária só decorreria depois de os conflitos se assumirem em toda a sua potencialidade e quando, após o desenlace respectivo, se teria produzido uma cisão;

e) Não tendo desfecho idêntico aos anteriores, nos dois últimos conflitos a energia inclusa nas elites e nas "facções" só concorreria para o alimentar dos mesmos. Se, por um lado, funcionou como garante da continuidade do partido como um todo, visto que nenhum destes conflitos produziu qualquer cisão, exercitou, também, a tensão crescente entre as partes. Veja-se, sobretudo, a fase mais polémica da contestação a Francisco Pinto Balsemão e todo o período decorrente entre o Congresso de Montechoro e o da Figueira da Foz;

f) Situações de pré-conflito, de dissensões latentes que se não chegaram a cristalizar, de polémicas que não adquiriram identidade visível, de confrontos de significado reduzido, foram, quase sempre, processados no quadro dos períodos de acalmia, significando a permanência de um certo mal-estar interno

nessas fases. Tal seria, por exemplo, o caso da ofensiva de Francisco Sá Carneiro contra a Fundação Oliveira Martins, na pessoa de Rui Machete, depois da cisão de Aveiro e das divergências àcerca da candidatura de António Soares Carneiro na fase que se seguiu à cisão dos "Inadiáveis";

g) Esquemas conciliatórios processados através da sublimação temporária ou do mero protelamento dos conflitos, apresentar-se-iam determinados pela vontade deliberada das elites, sendo operados em função:

- quer da improbabilidade do resultado de um confronto imediato, patente, por exemplo, nas negociações havidas na altura da preparação do I Congresso quanto ao primeiro conflito e no adiar do confronto entre Francisco Sá Carneiro e a Comissão Permanente liderada por António Sousa Franco no V Congresso, bem como, posteriormente, na eleição de uma Comissão Permanente do Conselho Nacional na reunião do Hotel Sheraton, ambos processados no decorrer do segundo conflito;

- quer da inoportunidade do seu despoletamento; a confirmação do novo líder nos Congressos de 1981, o recuo dos "Críticos" posteriormente efectivado e os consensos forçados em 1982, quanto à terceira etapa, bem como, na quarta, a actuação dos "Mota Amaralistas" e dos "Críticos" nos últimos Conselhos Nacionais de 1983 e no primeiro de 1984, mostrar-

-se-iam como os exemplos mais flagrantes da consciência da prematuridade, à data, do confronto;

- quer da deflexão do conflito por motivos de ordem superior ocorrida nas duas últimas fases, em consequência, respectivamente, da necessidade de se superar a crise do VI Governo, depois, de se proceder à revisão constitucional e, mais tarde, de se manter o Bloco Central para o PSD não ser afastado do poder e não ser posta em risco a adesão à CEE;

h) O despoletamento do confronto só seria iniciado pelas elites no momento para tal visto como adequado, sendo manifesto o desenrolar em espiral desse processo:

*- no primeiro conflito, basta ver o seu despoletar voluntário processado através das entrevistas de Francisco Sá Carneiro ao **Jornal Novo** e ao **Tempo** e o comportamento das elites no Conselho Nacional da Via Norte em 1975;*

*- no segundo conflito, tal seria o caso da demissão do líder e da sua acção no rescaldo do Congresso do Porto e, sobretudo, do respectivo discurso proferido no Vimeiro, bem como da actuação da "facção" contrária, levada a efeito até ao VII Congresso, por meio da polémica entrevista de António Sousa Franco à **Opção**, do duelo verbal instalado nas páginas do **Povo Livre** e, após o VI Congresso, das movimentações realizadas no quadro do Grupo Par-*

lamentar, para além do artigo deste último dirigente defendendo a votação do Plano e Orçamento do Governo Mota Pinto;

- no terceiro conflito assumiria especial relevo nessa matéria a "Carta aberta" de Eurico de Melo e de Aníbal Cavaco Silva, a actuação dos "Críticos" a seguir às eleições autárquicas de 1982 e a actuação dos "Notáveis" antes e na altura da cimeira de Montechoro;

- no quarto conflito, os momentos fulcrais seriam assumidos, primeiro, no Conselho Nacional do Ritz pelos "Balsemistas" e pelo "Grupo de Lisboa", contra a liderança de Carlos Mota Pinto, depois, quando estes últimos forçaram a discussão da problemática presidencial no VI Conselho Nacional de 1983 e, sobretudo, por alturas do avanço da "Nova Esperança" em matéria presidencial, neutralizando os movimentos adversários;

i) A máxima expressão do conflito potencial decorreria desse tipo de actuação, posta a funcionar no âmbito das reuniões alargadas do partido, onde os efeitos pretendidos obteriam maior repercussão. Repare-se que, apesar de as dissensões serem evidentes no cerne da Comissão Política Provisória e, depois, na Comissão Política Nacional e na sua Comissão Permanente, o confronto total só se viria a processar no decurso dos Conselhos Nacionais e dos Congressos.

Não obstante a resolução final dos conflitos se ter processado no âmbito destas últimas reuniões (salvo no caso do segundo conflito), os Conselhos Nacionais demonstraram-se determinantes no processo, enquanto os Congressos funcionaram mais como órgãos de recriação do que já estava previamente estabelecido (no primeiro e no terceiro conflito seria notório este tipo de situação). Note-se, igualmente, que devido ao epicêntro das crises, mesmo as governamentais no caso do partido ser poder, se situar no cerne intra-partidário, quer Francisco Pinto Balsemão, quer Carlos Mota Pinto, remeteriam o confronto para aquelas reuniões, quando a posição respectiva no quadro partidário se apresentava ainda relativamente confortável;

j) À vitória inelutável de uma das partes só se assistiria na fase terminal do primeiro, do segundo e, conforme se comprovaria mais tarde, do quarto conflito interno; no terceiro conflito, embora Carlos Mota Pinto se assumisse no papel de líder da "troika", tratou-se de uma vitória em parte ambígua, conforme demonstraria o subsequente desenrolar dos acontecimentos;

k) A derrota evidente da "facção" contrária só se explicitaria através de uma cisão depois do deflagrar dos dois primeiros conflitos; no XII Congresso Nacional seria igualmente inequívoca a der-

rota da "facção" "Balsemista"/"Salgueirista"/"Mota Amaralista", mas, nem o conflito em causa assentou no mesmo tipo de confrontos dos dois primeiros, nem provocou de imediato qualquer cisão;

l) A acomodação das "facções" minoritárias processar-se-ia no fim do terceiro e do quarto conflito, ao contrário dos dois primeiros, nos quais se deu o afastamento de ***motu proprio*** *da "facção" preterida, não se assistindo, nem depois da cimeira de Montechoro, nem da Figueira da Foz, a processos desta natureza; o colapso, em 1985, dos "Balsemistas"/"Mota Amaralistas"/"Salgueiristas" não se traduziria em qualquer cisão, parecendo ser intuito desta "facção" permanecer nas esferas superiores do partido, através de uma posição preponderante nos órgãos de composição proporcional, sobretudo no Conselho Nacional e, após a XII cimeira, também na direcção do Congresso tentando, então não ficar totalmente arredada do poder;*

m) Os conflitos seriam praticamente limitados às esferas superiores do partido, verificando-se um fraco envolvimento das bases respectivas nos mesmos em termos:

- da sua produção e desenvolvimento; note-se, no entanto, o papel desenvolvido pelos Delegados às cimeiras partidárias, não na produção, mas no desenvolvimento de qualquer um dos quatro confli-

tos, a função decisiva de algumas Distritais no apoio a Carlos Mota Pinto e, sobretudo, a Aníbal Cavaco Silva e as movimentações das bases nos dois primeiros e no último conflito, como reflexo dos apelos populistas e carismáticos de dois líderes do partido - respectivamente Francisco Sá Carneiro e Aníbal Cavaco Silva - que souberam interpretar os sentimentos mais profundos das bases partidárias;

- dos seus efeitos; relembrem-se as quase inexistentes repercussões da cisão de Aveiro e as pouco mais significativas da cisão dos "Inadiáveis";

n) Os conflitos desenvolveram-se em diversas arenas mas sempre nas esferas superiores do partido e nos planos afins; apesar de todos eles assumirem maiores proporções no quadro do aparelho partidário (sobretudo no âmbito do Conselho Nacional e no da Comissão Política Nacional), também alastraram ao Grupo Parlamentar do partido (principalmente nos dois primeiros conflitos) e aos membros do Governo (com particular acuidade no caso do terceiro conflito).

Do acima exposto se depreende que as diversas configurações adquiridas pela conflitualidade interna se prendem com os restantes vectores sublinhados; ou seja, os conflitos assentam em clivagens, em parte fruto da acção voluntária das elites organizadas em "facções", num quadro político-partidário em que se configuraria uma relação específica entre as

oportunidades, os interesses e as ideologias.

3. Relativamente às clivagens subjacentes e às questões centrais em torno das quais se processaram os confrontos, registe-se o seguinte:

a) *Seriam detectadas, sobretudo nas curtas fases de acalmia intra-partidária algumas inconsistências e tensões que não chegaram a originar clivagens ou seja, não produziram bases de ruptura de acordo com linhas divisórias específicas, não resultando consequentemente daí conflito. Tal seria, por exemplo, o caso das exigências postas pelos "Condicionais", da subsequente formação do CERESD e do diferendo com a Fundação Oliveira Martins, que teriam lugar depois do primeiro conflito e da polémica suscitada pelo apoio à candidatura de António Soares Carneiro às presidenciais, no decorrer da segunda fase de acalmia interna;*

b) *Tornar-se-ia evidente a emergência das clivagens políticas que definimos como não estruturais, sobretudo as geradas e incrementadas no quadro intra-partidário pela intermediação do papel decisório das respectivas elites; desenharam-se, igualmente, alguns incentivos de ordem político-estrutural à formação de facções, muito embora esse estímulo se produzisse não ao nível da constituição de "facções" específicas, mas sim ao do fenómeno global do facionalismo interno do PPD/PSD;*

c) *Embora atribuindo, à partida, um papel subsidiário às clivagens sócio-estruturais, é certo que os quatro conflitos em estudo também assentaram na heterogeneidade sociológica das componentes partidárias que analisamos no Capítulo anterior. As características das "facções" evidenciariam a importância, por exemplo, no esboçar do primeiro conflito, das distintas proveniências do primeiro fluxo das elites respectivas, assim como, no terceiro conflito, os traços típicos de cada "facção" apontariam para a existência de clivagens dessa natureza;*

d) *Inexistência, comprovada, de uma única base de clivagem; pelo contrário, tornar-se-ia patente uma multiplicidade de fontes de clivagem. Basta ver, em qualquer um dos conflitos analisados, a existência de traços ideológicos, estratégicos e tácticos na raiz dos mesmos, bem como de motivações de ordem pessoal, de luta pelo poder e pela ascensão dentro do partido;*

e) *Presença, em todos os conflitos, de diversas bases de clivagem sobrepostas, reforçando-se cumulativamente. Veja-se a sobreposição verificada no conflito que oporia respectivamente Francisco Sá Carneiro a Jorge Sá Borges, o primeiro aos "Inadiáveis", os "Balsemistas" aos "Críticos" e os "Mota Amaralistas" à "Nova Esperança"; aí concorreriam, a par, a luta pela liderança interna e do próprio sistema políti-*

co, dissensões pessoais, sobretudo nos dois primeiros casos, divergências tácticas e estratégicas e, embora não expressos, posicionamentos ideológicos nem sempre convergentes;

f) Existência, no terceiro e quarto conflitos, de clivagens entrecruzadas, neutralizando ou atenuando o imediato confronto. Tal seria o caso da defesa da continuidade da AD pelos "Balsemistas", sendo idêntico o objectivo dos seus opositores, embora aqueles o prosseguissem a **contrario senso** e os "Críticos" exigissem a subtituição da liderança respectiva; no último conflito, oentrecruzar das clivagens não estabeleceria três campos totalmente divergentes, visto os "Balsemistas"/"Mota Amaralistas" prosseguirem na defesa do Bloco Central de forma, no entanto, menos entusiasta do que os "Mota Pintistas", opondo-se à sua continuidade a "Nova Esperança"; no plano da estratégia presidencial os campos dividiam-se entre, por um lado, a primeira daquelas "facções" e, por outro, a "Nova Esperança", prosseguindo os "Mota Pintistas" uma estratégia de certa forma ambígua na matéria; relativamente à liderança interna, aqueles não a pretenderiam pôr de imediato em causa, considerando os primeiros prematura a sua substituição;

g) As clivagens seriam sobretudo identificadas em termos estratégicos reflectindo, contudo, inflexões ideológicas e, por sua vez, prenunciando eventuais

clivagens dessa natureza:

- no primeiro conflito, veja-se a clivagem que separaria, por exemplo, Francisco Sá Carneiro do "Grupo Sá Borges", mais tarde incluído nos "Dissidentes de Aveiro", no que concerne a liderar ou, ao invés, ir a reboque do processo político, de recusar ou aceitar, segundo uma ou outra perspectiva, uma certa complacência para com a sua componente pretoriana, do apoio meramente táctico, ou pelo contrário, de fundo, ao "Documento dos Nove";

- no segundo conflito, divergências estratégicas fundamentais afastariam também os "Sá Carneiristas" dos adeptos dos "Inadiáveis";

- no terceiro conflito, clivagens dessa ordem estariam igualmente subjacentes ao diferendo que oporia "Críticos" a "Balsemistas";

- no quarto conflito, novas clivagens estratégicas ressaltariam frente à escolha dos aliados preferenciais no poder e, depois, relativamente ao apoio ou retracção ao Bloco Central (com os "Mota Amaralistas" numa posição de resistência passiva, os "Mota Pintistas" na sua defesa e a "Nova Esperança" numa estratégia progressiva de desgaste, com vista a provocar o fim da coligação com o PS), enquanto no plano das presidenciais as distintas estratégias separavam mais decisivamente a primeira e a última daquelas "facções", considerando a estratégia osci-

lante nessa matéria dos "Mota Pintistas";

h) As clivagens no concernente às tácticas possíveis a adoptar revelariam divergências de carácter estratégico, reflectindo, por vezes, dissonâncias de ordem ideológica:

- no primeiro conflito, veja-se Francisco Sá Carneiro a discordar das cedências tácticas ao PREC e aos militares, da assinatura, táctica, pelo partido do 1º Pacto com o MFA e da votação da Constituição;

- no segundo conflito, enquanto Francisco Sá Carneiro consideraria um erro táctico crasso o suporte às chamadas "leis do regime", este apoio seria defendido pelos "Inadiáveis";

- no terceiro e no quarto conflito, os líderes do partido no Governo seriam permanentemente acusados pela oposição interna de erros tácticos flagrantes no relacionamento com os respectivos parceiros da coligação;

i) Clivagens de carácter ideológico, conquanto não expressas, tornar-se-iam visíveis nalguns casos, dos quais certas divergências de ordem estratégica e táctica seriam seus indiciadores:

- no primeiro conflito, tal estaria subjacente ao facto de Francisco Sá Carneiro pretender romper com o percurso socializante do PREC, às declarações da linha perdedora em Aveiro conotando aquele dirigente com a direita no partido, à existência, en-

tão, de uma leitura liberalizante do Programa a par da social-democrata, muito embora se não possa defender existir aí uma clivagem ideológica nítida, já que alguns dos que saíram então do partido a ele regressariam através da AD;

- no segundo conflito estariam igualmente em causa clivagens desta natureza, ao propôr-se Francisco Sá Carneiro inverter totalmente o sistema e defendendo os "Inadiáveis" a sua alteração progressiva e gradual; aliás, o posterior percurso político de alguns dos dirigentes desta última "facção" viria corroborar a existência de uma clivagem ideológica naquele momento;

- no terceiro conflito, os contornos ideológicos das clivagens apresentar-se-iam mais nebulosos, visto terem surgido os "Balsemistas", suposta ala esquerda do partido, a defender a AD, embora esta representasse então a única saída possível, sobretudo após a recondução do líder no V Conselho Nacional de 1981; a reforçar, então, a existência de uma clivagem ideológica inscrever-se-iam as declarações contra a AD de alguns dos expoentes "Balsemistas" no momento da sua constituição e posteriormente, enquanto os "Críticos", suposta ala direita do partido, reclamando-se herdeiros do projecto original da coligação e defendendo a sua institucionalização, viessem a viabilizar o Bloco

Central, tendo, porém, como único intuito substituir a liderança e ver acrescida a sua protagonização no poder;

- no decurso do quarto conflito tornar-se-ia progressivamente mais explícita uma clivagem ideológica, separando de um lado "Balsemistas"/"Mota Amaralistas"/"Salgueiristas" e "Mota Pintistas" na defesa de uma aliança preferencial com o PS e, do outro, a "Nova Esperança" propondo-se esta "facção", através da estratégia para as presidenciais, alterar as relações de forças então preponderantes no sistema político-partidário, imprimindo ao processo um rumo totalmente distinto do até aí prosseguido;

j) Imbricadas com as motivações de ordem ideológica, estratégica ou táctica estariam, no entanto, as clivagens decorrentes das lutas pelo poder e pela ascensão dentro do partido, para além das dissensões de ordem pessoal existentes entre as diversas elites;

k) Consequentemente, reforçando as clivagens já reportadas, outras questões fundamentais no processo de conflito prender-se-iam respectivamente com:

- a liderança intra-partidária; enquanto no primeiro e no terceiro conflito estaria em causa a pessoa do líder e o tipo de liderança desempenhada, no segundo e no quarto seria este último aspecto a

suscitar maior polémica, pondo-se com especial acuidade nos dois últimos conflitos a querela sucessória, decorrente do vazio do poder criado desde o desaparecimento de Francisco Sá Carneiro;

- a instalação de uma estrutura difusa de autoridade no centro das tomadas de decisão, que seria sobretudo visível nos dois primeiros conflitos, pela dificuldade sentida por Francisco Sá Carneiro em se impôr e pela liderança meramente teórica que desenvolveria em certos momentos. No primeiro conflito tal ficar-se-ia a dever à evasão de funções para o sector responsável pela implantação do partido, à composição da Comissão Política saída do I Congresso, maioritariamente afecta ao "Grupo Sá Borges" e à eleição do seu máximo expoente para Vice-Presidente daquele órgão. No segundo conflito essa dualidade decorreria da composição da Comissão Política Nacional e, depois, da Comissão Permanente do Conselho Nacional, maioritariamente compostos pelos adeptos das "Opções Inadiáveis", bem como ao papel desenvolvido por estes na esfera do Grupo Parlamentar. No terceiro e quarto conflitos, o monopólio do exercício da direcção partidária não seria posto em causa da mesma forma, muito embora, no último, a composição dos sucessivos Conselhos Nacionais se viesse a revelar como um perfeito contra-poder instalado na esfera intra-partidária.

De igual forma, a polémica em torno da eleição do Secretário-Geral e das funções respectivas, levada a cabo em Braga, representaria uma tentativa de minar, através do reforço do aparelho, a direcção política do partido;

l) Questões aparentemente menores e por vezes supostamente surgidas como simples derivativos dos temas fulcrais em debate, mostrar-se-iam de significado bem mais complexo, estando nelas inclusos propósitos consideravelmente mais elaborados. Tal seria o caso:

- da polémica em torno da estrutura administrativa e financeira do partido e das supostas fugas de informação da Comissão Política Nacional aquando do primeiro conflito, que se prenderiam com a problemática do apoio financeiro e da filiação internacional do partido e com objectivos tácticos específicos das duas "facções" internas;

- da publicitação das votações da Comissão Política Nacional no decurso do segundo conflito, que encerrariam, igualmente, propósitos tácticos precisos por parte de Francisco Sá Carneiro;

- dos sucessivos debates estatutários, que teriam por significado a tentativa das "facções" alcançarem o poder interno, através da introdução de mecanismos que as favorecessem. Tal seria especialmente manifesto no que se refere à adopção ou não da pro-

porcionalidade para a composição da Comissão Política Nacional, no momento do II e do VI Congressos, acarretando, ou não, a eventual instalação de contra-poderes internos ao nível do executivo partidário, a adopção do presidencialismo orgânico no Congresso de Leiria, que teria por finalidade o reforço do poder de Francisco Sá Carneiro, a sujeição, decidida em Conselho Nacional, do Grupo Parlamentar ao aparelho do partido, tendo por fito minimizar a influência dos "Inadiáveis", que aí detinham uma posição priveligiada, a opção, após a morte de Francisco Sá Carneiro, pela liderança única no Governo e no partido ou pela defesa da bicefalia e a escolha entre uma liderança única ou tripartida no Congresso de Montechoro, as propostas de inclusão nos órgãos nacionais de mais elementos das estruturas paralelas como a JSD, Sócio-profissionais ou Sindicalistas, a questão levantada no VII Conselho Nacional de 1981 sobre a periodicidade dos Congressos, a eleição, ou não, do Secretário-Geral em Congresso, debatida na cimeira de Braga;

- da controvérsia encetada com as estruturas paralelas do partido (Fundação Oliveira Martins na fase pós-Aveiro ou candidaturas ao IPSD aquando da quarta etapa) ou em torno da Presidência do Grupo Parlamentar, ambos possíveis bastiões da oposição que convinha à "facção" no poder não deixar sedimentar;

m) Algumas clivagens ver-se-iam atenuadas ou sublimadas em determinados momentos, tendo subjacente a luta pelas recompensas político-partidárias ou seja, a ascensão interna das elites através da sua inserção nas listas para os órgãos nacionais ou da sua indicação para cargos públicos. O apelo ao carreirismo seria desde logo visível:

- na fase terminal do primeiro conflito, quando Francisco Sá Carneiro derrotava os elementos que viriam a integrar os "Dissidentes de Aveiro", apoiando-se na segunda linha do partido, institucionalizando-se, a partir daí, a luta pela ascensão nos cargos de chefia;

- na segunda etapa, com o incremento da importância do aparelho partidário então processado esse apelo acentuar-se-ia consideravelmente;

- no terceiro conflito assistiu-se, por exemplo, ao apoio, pontual, de parte dos "Críticos" a Francisco Pinto Balsemão, decorrente de uma certa partilha de poder efectivada por ocasião do VII Conselho Nacional de 1981, em simultâneo com os condicionalismos impostos pela revisão da Constituição;

- no terceiro, como no quarto conflito, tanto a captação, nalguns casos, dos opositores para a esfera do poder político, como as negociações havidas, sobretudo no âmbito do Congresso da Fi-

gueira da Foz, evidenciariam o sucesso de mecanismos dessa natureza.

Ao longo dos quatro conflitos analisados perdurariam, conforme se pode observar, algumas bases de clivagem, supostamente dirimidas no fim da fase anterior. Outras, consagrar-se-iam de acordo com novos problemas e questões configuradas quer no sistema político, quer na esfera intra-partidária do PPD/PSD. Essas clivagens, produzidas ou incrementadas pela vontade expressa das suas elites, levariam a realinhamentos sucessivos destas em grupos, a que chamámos genericamente facções, causa e efeito dos conflitos aí gerados.

4. Desembocamos, por conseguinte, nas facções internas como grupos promotores de conflito e, simultaneamente, expressão dessa conflitualidade. Vejamos como se modelaram, de 1974 a 1985, essas sub-unidades partidárias:

a) Não foram encontradas, em nenhuma das etapas analisadas, formas puras ou arquétipos de facções, quer se tenham subjacentes critérios estritos de ordem organizacional ou se considere a existência de uma única causa na base da respectiva formação;

b) As sub-unidades partidárias assumiram, assim, uma faceta híbrida e tiveram na sua origem, bem como no seu posterior desenvolvimento, condicionantes de diversa ordem. Não é pois claro, que as facções detectadas fossem predominantemente estruturadas por

ideologias, por tácticas, por estratégias, por condicionantes sócio-estruturais ou por ambições ou interesses pessoais. No entanto, a volubilidade de alguns elementos dessas facções e a inversão de orientação estratégica (defesa da AD seguida da defesa do Bloco Central, por exemplo), não apontam para a existência de facções estritamente de princípio;

c) *Por outro lado, a duração de certas facções, mesmo quando mudaram de nome e a pertença continuada às mesmas por parte da maioria dos seus membros, sugerem algumas componentes de princípio na formação de certas facções;*

d) *Apesar do defendido nas proposições anteriores, algumas dessas sub-unidades partidárias assumiriam, em certos momentos, formas específicas, permitindo descortinar entre elas correntes, alas ou sensibilidades, vagas de fundo de orientação ideológica, tendências (ou sejam conjuntos mais estáveis de atitudes ideológicas embora igualmente difusas), grupos* ***ad hoc****, "cliques" de notáveis e "facções" propriamente ditas (que embora não regulamentadas, em termos de disporem de uma estrutura organizacional própria, apresentariam uma sensível coesão interna, uma certa continuidade dos seus membros e fronteiras mais delimitáveis), para além de elementos não alinhados e de grupos de suporte ou* ***lobbies***

de natureza diversa;

e) Na base do faccionalismo interno seriam detectadas causas de diferentes tipos, nunca assumindo as sub-unidades partidárias configurações exclusivamente de princípio, quer ideológico, quer de simples opinião, de oportunidade, de interesse ou de conveniência, quer orientadas em função da exclusiva tomada do poder, da mera obtenção de recompensas (cargos no partido ou no Governo, por exemplo) ou de seguidismo a personalidades carismáticas, embora se possa defender, apesar da dificuldade de avaliação do peso respectivo, terem prevalecido, nalguns casos, motivações específicas desta ordem ou preponderado certos ingredientes em detrimento de outros;

f) Como correntes, alas ou sensibilidades identificámos vagas de fundo, presentes no substracto ideológico do partido, seguindo personalidades mais ou menos carismáticas ao longo dos quatro conflitos (o populismo-liberal de Francisco Sá Carneiro, contra a visão eventualmente mais socializante dos "Inadiáveis", a sensibilidade social-liberal dos "Balsemistas", contra o liberalismo do "Grupo de Lisboa", o populismo-reformista, de ideologia não liberal, de Carlos Mota Pinto, a perspectiva tecnocrática-económico-social de Rui Machete e de João Salgueiro, o populismo de Aníbal Cavaco Silva e o liberalismo subjacente aos elementos da "Nova Esperança"; de

sublinhar, que em termos de poder interno, se verificou que os populistas e os sociais-liberais alternariam sucessivamente na liderança do partido, com ciclos mais amplos para os primeiros;

g) Como tendências ideológicas, em termos de leituras do Programa do partido, muito embora se torne difícil sustentar a existência de fronteiras precisas nesta matéria, surgiriam de um lado, os defensores de uma leitura eventualmente mais social-democrata do mesmo (sucessivamente o "Grupo de Coimbra", e as "facções" dos "Inadiáveis", "Balsemistas"/"Mota Amaralistas"/"Salgueiristas" e "Mota Pintistas") e, do outro, os adeptos de uma leitura eventualmente mais liberal (sucessivamente os "Sá Carneiristas", o "Grupo de Lisboa", os "Críticos" e a "Nova Esperança");

h) Reconheceram-se alguns grupos **ad-hoc**, constituídos em certos momentos com objectivos específicos imediatos, os quais não incluiriam a partilha do poder e muito menos a sua conquista, não apresentando, também, um carácter de continuidade. O grupo promotor da candidatura de Emídio Guerreiro para Secretário-Geral substituto, na fase de formação do primeiro conflito interno, os "Condicionais" e o próprio CERESD, depois de Aveiro e, no terceiro conflito, os membros do Governo "anti-Balsemão" seriam os casos mais palpáveis de agrupamentos pontuais dessa

natureza. No entanto, quer os "Notáveis" quer o "Grupo dos 44", pelos seus objectivos imediatistas e pela sua durabilidade limitada, também se poderiam classificar como grupos ad-hoc;

i) "Cliques" de notáveis seriam, no fundo, a generalidade das "facções", dada a inexistência de uma efectiva rede de ligação com as bases e a fraca repercussão aí exercida, apresentando-se praticamente reduzidas à esfera dirigente; apenas as tendências, as correntes, alas, ou sensibilidades aflorariam, também, ao nível das bases, daí decorrendo a importância que assumiriam os apelos populistas dos líderes e as roupagens ideológicas desses apelos, sub-valorizando os interesses subjacentes às "facções" em confronto. De qualquer forma, atendendo à definição estrita de "clique" de notáveis, enquadrar-se-iam, aí, o "Grupo de Coimbra" na primeira, na terceira e na quarta fase do partido, os "Duros" do segundo conflito, o "Grupo de Lisboa" que viria a originar a "Nova Esperança", os "Notáveis" e o "Grupo dos 44" do terceiro conflito; apenas estes dois últimos assumiriam contornos mais precisos aquando da respectiva formação em listas concorrentes ao Conselho Nacional no Congresso de Montechoro;

j) "Facções" propriamente ditas procurando obter o poder, poderão ser reconhecidas em qualquer um dos conflitos, muito embora nenhuma delas tenha adqui-

rido expressão orgânica, apesar de os Estatutos admitirem essa hipótese: no primeiro conflito, o "Grupo Sá Borges", que se incluiria entre os "Dissidentes de Aveiro" e os "Sá Carneiristas" que assumiriam aí, decisivamente, o poder através da Comissão Política Nacional então eleita, no segundo conflito, contrapondo-se aos "Sá Carneiristas", os "Inadiáveis" que sairiam do partido após o VI Congresso, no terceiro conflito o "Grupo de Lisboa", os "Notáveis", os "Críticos" e os "Balsemistas" e, no quarto, os "Mota Pintistas", os "Mota Amaralistas"/"Salgueiristas" e a "Nova Esperança" configurar-se-iam como os casos mais próximos do que entendemos por "facções". Visto se terem igualmente apresentado com listas próprias para o Conselho Nacional no Congresso de Montechoro, pode igualmente considerar-se o "Grupo dos 44" uma "facção";

k) O faccionalismo de carácter individual seria, também, de não menosprezar. Alguns dos dirigentes próximos dos "Críticos" no decorrer do terceiro conflito manteriam as suas próprias posições: o caso de Helena Roseta aparece, talvez, como o exemplo mais notório da existência de elementos contestatários à orientação do partido, mas não alinhados em "facções" precisas; só por ocasião do Congresso de Montechoro é que aquela dirigente lideraria uma das listas ao Conselho Nacional, a Lista E, dela fazendo

parte alguns elementos do "Grupo de Lisboa" entre outros até aí não alinhados;

l) De importância primordial revelar-se-iam grupos de interesse de natureza diversa, autênticos ***lobbies*** *funcionando como suporte das "facções" e dotados de uma capacidade negocial considerável, para além das Regiões Autónomas, que funcionaram desde sempre como factores importantes na afirmação variável de interesses ao nível intra-partidário:*

- no primeiro conflito, tal seria o caso do Secretariado para a Regionalização, no fundo coincidente com o "Grupo Sá Borges", bem como do Grupo Parlamentar, dos Sindicalistas e da JSD;

- no segundo actuariam nesse sentido o próprio Grupo Parlamentar (e, daí, a sua neutralização por Francisco Sá Carneiro subjugando-o estatutariamente ao aparelho partidário), os Sindicalistas e a JSD;

- no terceiro e no quarto movimentar-se-iam sobretudo os Sócio-profissionais, a TESIRESD, os TSD, A JSD, o IPSD, a ANASD e as Distritais. Os grupos reportados, facções potenciais, só não se assumiram como tal, por partilharem objectivos muito específicos, permanecendo como grupos de suporte de uma ou outra "facção". Aí se incluiria também o "Grupo dos 44", o que só demonstraria, uma vez mais, o carácter híbrido deste agrupamento;

m) A procura das motivações do faccionalismo remete

para uma multiplicidade de causas mais ou menos identificáveis, a par de outros motivos camuflados subjacentes à constituição de uma mesma "facção". De qualquer forma, essas causas mostraram ser quer de ordem exógena, quer de ordem endógena ao partido;

n) Entre as causas exteriores contar-se-iam:

- o sistema eleitoral adoptado, que teria a sua projecção na conflitualidade intra-partidária e, portanto, no faccionalismo interno. O sistema proporcional abriria ao PPD/PSD algumas hipóteses de ser poder, apresentando-lhe, contudo, fortes riscos de o não vir a ser fora de coligações alargadas, que passariam pelas alianças entre as facções dos diversos partidos. A importância destas facções, quer na formação, quer na dissolução dos sucessivos Governos, acentuaria a luta pelo poder, determinando o acréscimo da oposição interna a quem ocupasse o poder no partido e o apego ao mesmo por parte dos seus detentores;

- a evolução do processo político, mormente quando do seu acentuado esquerdismo e do papel liderante dos militares, ambos com efeitos substanciais na primeira fase;

- as crises conjunturais em termos governativos e o relacionamento difícil entre os diversos órgãos de soberania, que se repercutiriam, fundamentalmente na segunda e na terceira etapas;

- as fórmulas governamentais encontradas e o tipo de competição no sistema de partidos, também em parte decorrente do sistema eleitoral adoptado, teriam, igualmente, reflexos no quarto, como nos anteriores conflitos;

- a influência exercida na esfera da comunicação social (veja-se, sobretudo, o caso do ***Semanário*** *controlado pela "Nova Esperança");*

o) A relação entre as oportunidades, os interesses e as ideologias no sistema político exerceria, assim, um efeito considerável no faccionalismo interno no PPD/PSD;

p) No plano endógeno, esta relação enquadraria a conflitualidade intra-partidária e, consequentemente a formação das "facções". Como incentivos estruturais intra-partidários ao faccionalismo contar-se-iam:

- os mecanismos eleitorais internos; veja-se, particularmente, a tentativa processada na primeira e na segunda etapas, no sentido de projectar o método proporcional nos órgãos executivos; na Comissão Política Nacional tal seria expressamente evitado por Francisco Sá Carneiro no Congresso de Aveiro mas o Conselho Nacional subsistiria como o expoente máximo do estímulo ao faccionalismo, especialmente notório aquando da apresentação de cinco listas concorrentes ao Conselho Nacional no Congresso de Montechoro;

- a própria orgânica partidária; os diversos órgãos titulares do poder político e o elevado número de elementos que os constituem, sobretudo quanto ao Conselho Nacional, bem como as eleições em todos os escalões do aparelho facilitariam, igualmente, se não o aparecimento de facções, pelo menos o seu desenvolvimento;

- a instituição das inerências e a tentativa da sua multiplicação nos órgãos nacionais e as quotas atribuídas aos grupos de interesse funcionariam em idêntico sentido (veja-se o recurso a este sistema por parte dos "Balsemistas" e, depois, pelos "Salgueiristas");

q) Na dinâmica do faccionalismo interno transpareceu um certo peso eventualmente exercido pela luta rural/urbana, quer em termos dos apoios das bases às tendências de fundo do partido (parecendo responder as bases rurais sobretudo aos apelos dos populistas, enquanto os sociais-liberais seriam mormente suportados pelas bases urbanas), quer nas proveniências dos membros de algumas "facções";

r) O policromismo interno adquiriu, como vimos, sobretudo no terceiro e no quarto conflito, diversas configurações, assistindo-se respectivamente:

- à prossecução de alguns alinhamentos anteriores. A "facção" mais estável seria a dos "Balsemistas", que corresponderiam, posteriormente, aos "Mota Ama-

ralistas" e aos "Salgueiristas", apresentando, assim, a maior longevidade e consistência internas apesar da mudança de nomenclatura (como todas as outras com um carácter não formal), embora os "Notáveis" tenham ido buscar diversos elementos às suas fileiras;

- à reacomodação das elites processadas em diversos moldes; os "Notáveis", por exemplo, recrutariam elementos ex-"Balsemistas" e ex-"Críticos";

- ao surgir de novas "facções", com ou sem raiz nas linhagens anteriores; a "Nova Esperança", por exemplo, viria na linha do "Grupo de Lisboa", os "Mota Pintistas" no seguimento do "Grupo de Coimbra", vindo ambas a funcionar como grupo de suporte a Aníbal Cavaco Silva na Figueira da Foz;

- ao desaparecimento de algumas "facções" processado nos dois primeiros conflitos, nos quais respectivamente o "Grupo Sá Borges" e os "Inadiáveis" saíram do partido, para além dos grupos **ad-hoc** *por natureza sem carácter de continuidade;*

s) Tornar-se-ia possível destrinçar certos comportamentos como típicos de algumas "facções"; os grupos **ad-hoc**, *na generalidade, ou se comportaram como grupos de obstrução ou de veto (tal seria o caso dos elementos do Conselho Nacional aquando da eleição de Emídio Guerreiro) ou de suporte (como os "Condicionais" e o próprio CERESD) ou, ainda, como simples*

implementadores de medidas concretas (os arranjos pontuais para introduzir alterações nos Estatutos seriam disso exemplo);

t) *O padrão de interacção entre as diversas "facções" intra-partidárias e o relacionamento respectivo com os outros actores políticos revelar-se-ia crucial, não só no desenvolvimento da conflitualidade interna, como na do sistema político mais vasto. As alianças governamentais (Governos Provisórios, AD, Bloco Central) resultariam de processos de negociação entre as "facções" e, daí, defender-se que as divisões intra-partidárias tenham tido um papel crucial na formação da maioria dos Executivos. A redução ou o acréscimo do conflito entre as "facções", os compromissos e as alianças elaboradas, apesar da permanência de clivagens consideráveis, determinariam, por exemplo, a estabilidade ou instabilidade governativa (veja-se a contemporização alternando com a contestação e, finalmente, o colapso dos Governos "Balsemistas" e do Bloco Central) e na própria configuração e tendência de fundo do sistema de governo e do sistema partidário (após o segundo conflito, na base da estratégia da AD residiria esse propósito, aliás parcialmente conseguido e as estratégias presidenciais da quarta fase, embora falhadas, teriam prioritariamente esse alcance).*

Sendo as facções criações deliberadas das elites partidárias, pese embora os condicionamentos já reportados, um dos traços fundamentais da conflitualidade interna repousaria, como vimos, no papel voluntariamente assumido pelas elites nacionais nesse capítulo.

5. Esse papel consagrar-se-ia, fundamentalmente, através dos seguintes vectores:

a) *Activismo voluntarista das elites derivado do seu papel político-partidário, isto é, do exercício do poder, determinado pela situação ocupada no aparelho do partido que lhes conferiria essa identidade e lhes permitiria esse papel;*

b) *Entre as elites nacionais, umas haveria cujo voluntarismo se faria sentir sempre que surgiram divergências àcerca da escolha de objectivos ou das vias para os atingir, das estratégias e das tácticas a serem prosseguidas. Essas elites teriam em cada um dos conflitos uma acção particularmente relevante:*

- no primeiro assumiriam tal papel de uma parte, os membros do partido envolvidos no I Governo Provisório, bem como Rui Machete e outras individualidades mais chegadas a Francisco Sá Carneiro que ficariam conhecidos por "Sá Carneiristas", da outra, os elementos do Secretariado para a Regionalização, nomeadamente Jorge Sá Borges e, depois, Emídio Guer-

reiro, Carlos Mota Pinto e os restantes dirigentes mais próximos de um e de outro e que viriam a constituir os "Dissidentes de Aveiro", para além dos membros do Conselho Nacional que promoveriam Emídio Guerreiro para Secretário-Geral substituto;

- no segundo conflito evidenciar-se-ia, de novo, Francisco Sá Carneiro e os seus mais directos apoiantes por um lado e, por outro, toda a "facção" dos "Inadiáveis" e, muito especialmente, António Sousa Franco e Joaquim Magalhães Mota;

- no terceiro conflito, o papel primordial caberia de uma parte, aos "Críticos", aos elementos da Distrital da Área Metropolitana de Lisboa, a Eurico de Melo e a Aníbal Cavaco Silva e, posteriormente, aos "Mota Pintistas" das diversas estruturas Distritais e aos "Notáveis", qualquer deles em luta contra os "Balsemistas";

- no último conflito prevaleceria como instrumento primacial desse voluntarismo a "Nova Esperança", especialmente manifesto na acção empreendida por Marcelo Rebelo de Sousa, José Miguel Júdice e Pedro Santana Lopes contra "Mota Pintistas" e "Mota Amaralistas", para além do desempenho de Aníbal Cavaco Silva e dos "Mota Pintistas" liderados por Fernando Nogueira na Figueira da Foz;

c) Do acima exposto se infere que ao voluntarismo de certas elites para accionar o conflito, se contra-

pôs, nalguns casos (e esses seriam os conflitos que nunca adquiriram uma expressão tão radical, nem em termos de confronto final, nem no que respeita às suas consequências) ou uma certa passividade por parte de outras elites, ou a vontade expressa destas em mitigar, modelar ou anular o conflito através de uma actuação mais consensual (quer os esquemas conciliatórios de Francisco Pinto Balsemão e de Carlos Mota Pinto, quer a eventual desistência de avançar de forma decisiva de João Salgueiro e de Rui Machete na Figueira da Foz seriam dela indício);

d) Seriam inúmeros os exemplos sintomáticos desse voluntarismo das elites, tais como:

- as diversas jogadas levadas a efeito em termos de optimização do respectivo espaço de manobra:

- as manobras de obstrução, como a desenvolvida por elementos do Conselho Nacional no momento da eleição do Secretário-Geral substituto motivada pela doença de Francisco Sá Carneiro; o protelamento ou a sublimação do conflito em determinados momentos, como por exemplo, a actuação de Francisco Sá Carneiro aquando do V Congresso Nacional;

- as jogadas de desgaste corroendo a liderança interna, desenvolvidas sobretudo em Braga pela "Nova Esperança";

- as retiradas estratégicas para regressar "em braços", ensaiadas, com sucesso, por Francisco Sá Car-

neiro e prosseguidas, também, por Francisco Pinto Balsemão e, eventualmente, por Carlos Mota Pinto;

- a tentativa de coimplicação dos opositores nos centros de decisão política, levada a cabo sobretudo por estes dois dirigentes;

- a fulanização e o empolamento pessoalizado das divergências, bem como a criação de ambientes de exaltação nas reuniões alargadas do partido, sobretudo nos dois primeiros conflitos, pretendendo-se com tais processos manobrar melhor as bases e, daí, colher a requerida legitimidade;

- as jogadas de ruptura, típicas dos dois primeiros conflitos, com aquele mesmo objectivo;

- as tentativas de alteração da ordem de trabalhos das reuniões dos órgãos nacionais e a inversão do centro de gravidade dos debates, especialmente patentes nos dois últimos conflitos, bem como as modificações estatutárias defendidas por forma a servir melhor os intuitos respectivos;

- o discurso dos líderes procurando catalizar os sentimentos mais profundos das bases e sintonizando-se com elas, presente em Francisco Sá Carneiro e, mais tarde, em Aníbal Cavaco Silva;

- a acentuada dimensão carismática e a convicção posta na actuação respectiva; muito embora tal não baste para se considerar a justeza das mesmas, as intervenções convictas e de cunho carismático

encontraram, sempre, amplo eco no partido, particularmente as ensaiadas pelos dois dirigentes acima referidos;

- os jogos duplos, sobretudo desenvolvidos por parte de Francisco Sá Carneiro, de molde a não ser arredado do poder e as jogadas de antecipação, com maior expressão nos dois primeiros conflitos e, no decurso do último, através da actuação da "Nova Esperança";

- o despoletamento dos confrontos de acordo com um prévio enquadramento táctico dessa actuação; inúmeros seriam os exemplos da acção empreendida nesse sentido nos quatro conflitos, mas os mais evidentes viriam da parte de Francisco Sá Carneiro e, mais tarde, da "Nova Esperança";

- a considerável maleabilidade táctica e estratégica manifestada; basta ver os sucessivos avanços e recuos nas relações com os militares, com Belém e com os socialistas ao longo de todo o processo.

CONCLUSÃO: O CONFLITO NO PPD/PSD E O CONFLITO POLÍTICO GLOBAL.

> "It is a melancholy fact that no one has never been wise enought to contribute more than a small fraction of what is known about politics"
>
> **Robert Dahl**, *Modern Political Analysis*, 1964, p. vii.

1. Tal como salientou Max Weber, cada trabalho científico provoca sempre o aparecimento de novas questões, exigindo-se, simultaneamente, que o mesmo seja excedido e superado(1627).

Assim, quando se apresenta um modelo heurístico, como o fizemos na Parte I desta dissertação, para a investigação de um fenómeno, neste caso o conflito intra-partidário, e, em última análise, o conflito político global, esse modelo, para se revelar de facto útil, terá que preencher algumas condições.

Em primeiro lugar, deverá facultar uma resposta a problemas para os quais só se teriam previamente apresentado so-

---

(1627) Cf. MAX WEBER, *O Político e o Cientista*, Lisboa, Editorial Presença, 1973, p. 156.

luções insuficientes ou incompletas. Contudo, não se lhe poderá exigir uma explicação causal inequívoca para as questões levantadas, visto tal extravasar claramente o objectivo intrínseco de um modelo de lógica simbólica e não determinista como o apresentado, para além de, na esfera da política, se revelar pouco exequível.

Em segundo lugar, esse modelo terá que suscitar questões que até aí não teriam surgido, ou então realinhar problemas previamente enunciados no quadro da temática em causa ou muito estreitamente relacionados com ela, mas cujos contornos permaneceriam, no entanto, por aferir.

Em terceiro lugar, quer a aceitação, quer a refutação que esse modelo possa por sua vez provocar revelam-se, igualmente, tal como os dois anteriores atributos referidos, vectores essenciais para a abertura de novas vias de conhecimento, neste caso no domínio dos fenómenos políticos.

Avaliemos, por conseguinte, a forma como o modelo apresentado preencheu as três condições enumeradas no que concerne ao conflito intra-partidário, objecto fundamental da investigação realizada. Simultaneamente, vejamos até que ponto ele contribuiu para o entendimento do conflito no âmbito mais alargado do sistema político.

O facto de termos atribuido um título a esta Conclusão e de nesse título estar implícita a existência de uma relação entre o conflito interno no PPD/PSD e o conflito político global, ilustra bem a importância de que se revestiria esta última questão no quadro da nossa análise, apesar de a mesma

se apresentar fundamentalmente orientada para o conflito intra-partidário.

Essa dimensão de análise, conquanto não assumida como objectivo primeiro da investigação, muito embora tenha sido logo de início enunciada, viria a revelar-se, no decurso da mesma, como uma sua componente fundamental, pelas implicações mútuas que desenvolveria com a problemática central da tese.

Com efeito, o estudo atento dessa relação levar-nos-ia a admitir como possível uma interpretação do conflito político global através da via da conflitualidade interna dos actores nele envolvidos, parecendo alguns configurar-se como especialmente actuantes nesse capítulo. Tal seria, em nossa opinião, o caso do PPD/PSD no processo político português de 1974 a 1985.

Tenha-se, portanto, presente que nos reportamos a casos concretos, analisados num quadro cronológico preciso: o PPD/PSD desde a sua origem até finais de 1985, no que se refere ao objectivo imediato da análise e o sistema político português de 1974 a 1985 inclusivé, no que respeita ao propósito mediato da mesma.

De acordo com o acima exposto, parece justificar-se a inclusão, no modelo, da possibilidade de o conflito político global poder resultar do conflito intra-partidário, isto é, que aquele possa, pelo menos em parte, ser função deste, relação que exprimimos matematicamente, no final da Parte I desta dissertação, como:

$$Y_p = f\ Y_{pp}$$

Por sua vez, concebeu-se igualmente a hipótese de o conflito intra-partidário sofrer os efeitos da conflitualidade processada na esfera política mais ampla. Tal relação de interdependência ficaria, também, explícita na apresentação esquemática do modelo aí realizada.

Se retomarmos os vectores essenciais da investigação, ou sejam, o conflito, as clivagens subjacentes, a acção das elites e das facções e a relação entre as oportunidades, os interesses e as ideologias e partirmos das hipóteses inicialmente construídas a partir desse mesmo modelo, matematicamente expresso na função:

$$Y_{pp} = f\ [V_{\alpha}(X_{pj}r(a, b, c),\ X_{si})]$$

chegaremos a algumas conclusões, as quais, por sua vez, permitirão julgar até que ponto o modelo proposto se revelou útil quanto às três exigências atrás formuladas.

Relembremos, em breves linhas, os principais argumentos que sobressairam do nosso modelo para, subsequentemente, passarmos à aferição do mesmo, mediante a apresentação de algumas conclusões que resultaram da investigação sucessivamente realizada.

Concebemos, à partida, que o conflito intra-partidário (Y_{pp}) no PPD/PSD, variável dependente, seria função da acção voluntária empreendida pelas elites do partido organizadas em facções (V_{α}), acção essa que resulta, não só desse voluntarismo, mas, também, das clivagens políticas (X_{pj}) e sócio-estruturais (X_{si}) subjacentes. No quadro das primeiras, que assumem um relevo particular no nosso modelo, perfila-se a

relação existente entre as oportunidades, os interesses e as ideologias (r(a, b, c)), manifestada no âmbito do sistema político-partidário e no do sistema intra-partidário, que, por sua vez, ajuda a configurar as diferentes facções e a acção das elites.

2. Nestes termos, parecem-nos ser de precisar as seguintes conclusões, em relação às hipóteses que resultaram daquele modelo, depois de analisado o caso concreto do PPD/PSD:

a) *Nem a dinâmica política em geral, nem a intra-partidária, se apresentaram preponderantemente como resultado de processos pacíficos de cooperação entre os diversos actores políticos; pelo contrário, implicando sempre o exercício da política conflito, visto consistir na organização e no uso do poder e estas operações envolverem, necessariamente, conflito, uma e outra foram sobretudo fruto de processos desta natureza;*

b) *Quer a dinâmica política global, quer a dinâmica intra-partidária mostraram-se fundamentalmente dominadas pelas relações conflituais estabelecidas não só entre os diferentes actores políticos, como na esfera interna de cada um; as situações de compromisso, por vezes encontradas, mostraram-se como meras situações provisórias num quadro geral caracterizado pelo conflito;*

Destas duas premissas ressalta a seguinte conclusão:

A - Para a análise da dinâmica intra-partidária e do processo político em geral tornou-se adequada uma abordagem que partisse da perspectiva do conflito como consistindo num vector fundamental e imprescindível na apreensão dessa dinâmica.

c) Tanto a vida intra-partidária do PPD/PSD, como a vida política portuguesa, não corresponderam a um desenrolar linear de decisões coerentes ou a um desenvolvimento mecanicista de factos sucessivos entre si lógica e naturalmente encadeados; pelo contrário, consistiram no produto artificial de um conjunto de actos voluntários, variando em função da conjuntura, assumidos sobretudos pelas elites respectivas, organizadas em "facções", produzindo ou acrescendo clivagens que originaram conflito;

d) Foi preponderantemente nas clivagens e nas condições geradas ou desenvolvidas no âmbito dos sistemas político e intra-partidário, que se encontrou a explicação para a diversidade presente em qualquer dessas esferas e para o conflito dela decorrente, tanto num como noutro plano;

Das duas premissas anteriores se extrai a seguinte conclusão:

B - O tipo de clivagens predominantes e o papel aí assumido pelas elites tornou patente a autonomia do sistema

político relativamente à sociedade e, consequentemente, corroborou a importância concedida à análise das clivagens não estruturais na apreensão do conflito político e intra-partidário.

e) Apesar da comprovada importância do voluntarismo das elites, quer numa, quer noutra esfera, à sua efectivação esteve subjacente um quadro específico em que a relação entre as oportunidades, os interesses e as ideologias nos dois planos considerados se revestiu de particular significado;

f) As elites movimentaram-se em função desse quadro, tal como ele se foi configurando naquelas duas esferas, repercutindo-se na vida interna do PPD/PSD os efeitos provenientes dessa relação no sistema político envolvente. É um facto que, quanto menor se apresentou o quadro de oportunidades políticas mais recrudesceu o conflito, e isto tanto vale para o quadro intra-partidário como para o quadro político em geral; no entanto, a aproximação, teórica, ao poder, por parte dos actores políticos e das suas elites fez sempre aumentar a conflitualidade, quer numa quer noutra esfera;

Estas duas premissas levam-nos à seguinte conclusão:

C - Na conflitualidade interna do PPD/PSD entraram em jogo factores condicionantes de ordem exógena ao partido, justificando-se, para a sua interpretação, o ter-se procedido

à análise das relações entre as oportunidades, os interesses e as ideologias e ao conflito daí decorrente no plano político global.

g) O voluntarismo expresso pelas elites procurando optimizar o quadro de oportunidades existente, maximizando e mobilizando os recursos disponíveis, produzindo clivagens e constituindo "facções", mostrou-se estar na base das diversas configurações assumidas pelos conflitos intra-partidários;

h) Os conflitos do PPD/PSD e o inerente faccionalismo interno assumiram um carácter fundamentalmente elitista, visto nenhum desses fenómenos ter surgido espontaneamente das bases, cingindo-se praticamente às esferas superiores do partido. No entanto, e sem prejuízo da protagonização essencial das elites, as movimentações das bases partidárias, sobretudo na fase final do segundo e do quarto conflito, mostraram-se como um condimento indispensável à resolução dos mesmos. De facto, as lideranças afirmadas de Francisco Sá Carneiro e, mais tarde, de Aníbal Cavaco Silva, escudaram-se ambas nas bases do partido porque, quer um, quer outro souberam interpretar os sentimentos dessas bases, o que não ocorreria com as lideranças de transição de Francisco Pinto Balsemão e de Carlos Mota Pinto;

As premissas anteriores conduzem-nos à seguinte

conclusão:

D - A perspectiva, assumida, de que os partidos constituem um sistema de acção e de que as atitudes das elites são de carácter predominantemente voluntarista, apresentaram-se como variáveis cruciais na apreensão de todas as dimensões que o conflito intra-partidário encerra. Paralelamente, o recurso às bases do partido mostrou ser crucial em dois momentos determinantes para a vida do PPD/PSD.

i) O PPD/PSD configurou-se como a expressão composta de várias facções; estas não se confundiram com grupos sociais específicos, muito embora determinadas categorias sociais se tenham revelado como preponderantes nalguns alinhamentos e tenham sido encontradas certas características comuns partilhadas pelos membros respectivos;

j) As "facções" do PPD/PSD corresponderam menos as diferenciações de natureza social e mais a determinações de ordem política, tendo sobretudo emanado da procura e da afirmação do poder das elites assim organizadas, em parte como consequência do conflito e, em parte, por forma a este ser assim dinamizado.

Uma e outra destas premissas remetem para a seguinte conclusão:

E - As "facções" do PPD/PSD evidenciaram-se como grupos de conflito e entidades suas promotoras, demonstrando-se

componentes essenciais a ter em conta na compreensão da conflitualidade intra-partidária.

k) A matriz ideológica híbrida do PPD/PSD, as diversas componentes do seu travejamento programático, bem como o respectivo perfil sociológico plurifacetado concorreram, igualmente, para a configuração assumida pela conflitualidade interna;

l) Sob roupagens ideológicas, nuns casos e, noutros, assentando em parte em clivagens dessa natureza, o conflito intra-partidário exprimiu-se fundamentalmente em torno de dissensões tácticas, mas sobretudo estratégicas e de ordem pessoal, revelando os interesses das elites, que se movimentariam no sentido da optimização do quadro das respectivas oportunidades;

Ambas as premissas aludidas permitem a seguinte conclusão:

F - As clivagens ideológicas surgiram especialmente agregadas ao quadro das oportunidades oferecido ao partido em geral e às suas elites em particular, bem como aos interesses respectivos, num jogo de interrelações mútuas que se revelaria essencial na análise empreendida.

m) Desde os seus primórdios que o PPD/PSD espelhou de uma forma bastante evidente as contradições do sistema político global, vindo progressivamente a

assumir um perfil que viria a fazer dele o centro de gravidade da política portuguesa;

n) *Se a dinâmica da conflitualidade intra-partidária reflectiu, indubitavelmente, o conflito processado na esfera mais ampla do sistema político, o desenvolvimento dos conflitos internos entre as "facções" do PPD/PSD mostrou-se, por sua vez, crucial no desenrolar da conflitualidade política global, que, por sua vez, passaria quase sempre pelas divisões internas deste partido;*

A partir destas duas premissas estamos em condições de chegar à seguinte conclusão:

G - As movimentações fundamentais do sistema político português de 1974 a 1985 apresentaram-se, em grande parte, como fruto das questões intra-partidárias do PPD/PSD. Se a este partido, considerado globalmente, não se pode atribuir declaradamente o papel de motor de toda a dinâmica política, reconhece-se, no entanto, à respectiva conflitualidade interna, o ter funcionado como um dos elementos decisivos nas grandes movimentações processadas no sistema.

o) *Seria assente na livre consecução dos processos de conflito internos e nos consensos de ordem superior assim originados, que o PPD/PSD emergiu como uma força viva e actuante no processo de desenvolvimento político português; não obstante, os consen-*

sos encontrados de 1974 a 1985 tiveram sempre resultados precários, mostrando ser soluções temporárias integradas num quadro geral de transição para outra fase de conflito;

p) Tal circunstância só se tornou de facto visível a partir da confrontação aberta assumida por altura do desenlace dos respectivos conflitos internos; a partir desses momentos, nem o PPD/PSD voltou a ser o mesmo, nem o sistema político pode prescindir dele no seu seio;

Das duas premissas referidas se infere a seguinte conclusão:

H - Se o PPD/PSD adquiriu, em 1979, e conservou, a partir daí, a sua posição nuclear enquanto eixo do sistema de partidos e do sistema político global, tal ficar-se-ia a dever à sua intensa conflitualidade interna e à formação de "facções" intra-partidárias, geradoras de permanentes alternativas políticas.

q) Por um lado, as "facções" fizeram acrescer a conflitualidade intra-partidária, impedindo por vezes o partido de agir como sujeito único e levando, mesmo, nalguns casos, à cisão, de qualquer forma sempre limitada às suas esferas dirigentes; por outro lado, tornaram a competição entre os diversos actores menos linear, complicando o jogo político

global e desenvolvendo aí conflito;

r) *Por outro lado, as "facções" contrabalançaram o poder constituído, favorecendo a dialéctica interna e fornecendo ao partido e ao próprio sistema político a necessária articulação para o seu não anquilozamento, mostrando-se, por vezes, como mecanismos redutores do conflito na arena política mais vasta, assumindo um papel de intermediação e permitindo a celebração de consensos entre os vários actores políticos; por outro lado, da acção dessas "facções" decorreria a ambiguidade estratégica sucessivamente demonstrada pelo PPD/PSD, determinando que o partido passasse de minoritário no sistema, a maioritário na AD, depois a minoritário no Bloco Central e, finalmente, a maioritário por si só; essa mesma situação possibilitaria ao PPD/PSD a posição nuclear de que viria a dispôr no sistema político global.*

Com base nestas duas premissas chegamos á seguinte conclusão:

I - As "facções" do PPD/PSD quase nunca se mostraram disfuncionais quer para o próprio partido, quer para o sistema político, dependendo, apenas, a sua eventual disfuncionalidade do doseamento respectivo e do tipo de acção que pontualmente desenvolveram, unicamente devido ao facto de essas "facções" corresponderem quase exclusivamente a "cliques" de notáveis.

s) O conflito analisado no sistema político encontrou a sua origem na própria essência dialéctica da inter-relação que se estabelece entre e dentro dos diversos agentes envolvidos na dinâmica político-partidária, que integra sempre processos dessa natureza;

t) O conflito analisado na esfera interna do PPD/PSD, sobretudo quando levado a termo de uma forma voluntariamente assumida pelas respectivas elites, possibilitou o reajustamento das várias componentes do partido, contribuindo para o equilíbrio dinâmico da vida intra-partidária e demonstrando-se como um elemento vital da mudança política em geral.

Das duas premissas referidas ressalta a seguinte conclusão:

J)O conflito revelou-se como uma forma de interacção particularmente viva, como um fenómeno normal decorrente da própria natureza da vida política e como um vector necessário para que se processasse uma efectiva mudança político-partidária e intra-partidária; tal como as "facções", a sua eventual disfuncionalidade, quer numa, quer noutra esfera, dependerá, apenas, do doseamento respectivo e da forma como os diversos actores envolvidos no processo aí intervenham.

3. De tudo o que foi dito atrás resulta o defendermos que a democracia intra-partidária requere a existência de uma oposição real interna. Para que tal possa existir torna-se necessário assegurar aí a presença de facções, a representação

nos órgãos nacionais do partido não só da maioria, como das diversas minorias que constituem a realidade partidária.

A democraticidade interna exige que os diversos grupos de interesse estejam aí representados o que provoca, inevitavelmente, a existência de facções. Um partido, como o PPD/-/PSD, que pretende integrar interesses diversos e mesmo, eventualmente, contrapostos, não pode obliterar nem o fraccionamento interno, nem uma certa dose de conflito a que estará irremediavelmente obrigado.

No caso de pretender abafar esta dinâmica ou de a eliminar por completo, mediante fórmulas mais ou menos radicais, só acarretará para o partido uma rigidez interna que o impedirá de continuar a ocupar uma posição privilegiada no sistema, pelo menos no médio e longo prazo, mesmo que aparente constituir uma solução credível no curto prazo. Sublinhe-se, uma vez mais, que o PPD/PSD conseguiria, desde 1979, o seu papel nuclear como eixo do sistema partidário e do sistema político em geral, precisamente devido à sua conflitualidade interna, geradora de alternativas políticas permanentes.

Tal não significa, porém, que a formação da vontade político-partidária, o processo das tomadas de decisão, inclusivé em termos da produção de conflito, se deva localizar, fundamentalmente, nas esferas dirigentes do partido, tal como se verificou ao longo do período em análise. O envolvimento efectivo e não artificializado das restantes esferas partidárias torna-se premente e será, mesmo, a única forma de obviar à manipulação pelas elites da vontade geral. Os pró-

prios órgãos nacionais terão que se assumir na prática como sede de poder, mais do que como simples máquinas de votar numa dinâmica em que as "cliques" das elites nacionais detêm a quase exclusividade dos processos de tomadas de decisão, mesmo no âmbito daqueles órgãos.

A constituição de facções, que deverá, assim, ser assumida na prática, deixará, por conseguinte, de obedecer a estratégias meramente cupulistas passando a corresponder, de facto, a uma diversidade partidária real, consistindo o conflito intra-partidário numa manifestação natural dessa diversidade e da vitalidade democrática internas.

4. Em suma, o modelo proposto parece ter preenchido as condições que salientamos nas primeiras linhas desta conclusão.

Mais do que uma explicação causal única e inquestionável para o conflito intra-partidário permitiu encontrar um conjunto sistematizado de respostas para a problemática fundamental que o mesmo encerra. Esse conjunto de respostas decorreria da articulação encontrada entre a abordagem teórica explorada na Parte I desta dissertação, que se pretendeu situar na confluência da Sociologia com a Ciência Política e a sua operacionalização, relativamente ao PPD/PSD, processada ao longo das páginas subsequentes.

Simultaneamente, e através da mesma via, foi suscitada uma questão fundamental, incluida de forma cautelosa na apresentação inicial do modelo, mas que viria a tomar vulto ao longo do percurso analítico realizado: a de a conflitualidade

processada no sistema político global ser, em parte, função da dialéctica interna do PPD/PSD. Ou seja, os conflitos originados no âmbito interno do PPD/PSD, de 1974 a 1985, extravasaram os limites partidários repercutindo-se no sistema político global e ajudando a configurar a conflitualidade nesta esfera. Tratando-se de uma característica natural de uma fase de consolidação democrática, parece necessário proceder, não à tentativa de eliminação desses conflitos, porque, como se viu, se assistirá apenas ao seu protelamento e posterior maximização, mas, pelo contrário, ao reforço de certas componentes do próprio sistema, e, fundamentalmente, ao aproveitamento de todas as virtualidades que a Democracia oferece, quer em termos globais, quer em termos intra-partidários. Desta forma, poder-se-ão delimitar os efeitos, eventualmente perversos, que esses conflitos possam carrear para a eficácia do sistema.

Por último, resta-nos esperar, como deixámos expresso no final da Introdução, que a presente investigação, quer na sua componente teórica, quer na da respectiva aplicação prática, venha a sugerir novas hipóteses para a análise dos fenómenos que estiveram no cerne das nossas preocupações.

ÍNDICE DAS FIGURAS, DOS QUADROS E DOS GRÁFICOS

FIGURA 1 - Apresentação esquemática do modelo heurístico 217

FIGURA 2 - Constelação das variáveis que condicionam um processo de desenvolvimento político-partidário/relações entre o sistema social, o sistema político, o sistema partidário e o sistema intra-partidário 226

FIGURA 3 - As "facções" nas crises intra-partidárias do PPD/PSD de 1974 a 1985 944

QUADRO 1 - Membros das "facções" do PPD/PSD de 1974 a 1985, por ocupação ou não de cargos partidários a nível nacional (em %) 946

QUADRO 2 - Renovação no cargo dos Dirigentes do aparelho do PPD/PSD de 1974 a 1975, considerando-se todos os órgãos nacionais do aparelho partidário eleitos em cada congresso 955

QUADRO 3 - Renovação no cargo dos Deputados do PPD/PSD de 1974 a 1985 (em %) 957

QUADRO 4 - Renovação no cargo dos membros do Governo do PPD/PSD de 1974 a 1985 (em %) 958

QUADRO 5 - Volume dos inscritos no PPD/PSD de 1974 a 1985, por ano, acumulado e em percentagem relativamente ao final de 1985 989

QUADRO 6 - Origem e forma de representação dos membros

do Conselho Nacional do PPD/ PSD de 1974 a 1985 (em média) 992

QUADRO 7 - Sexo dos membros das "facções" do PPD/PSD (em %) 1004

QUADRO 8 - Sexo dos membros da Comissão Política Nacional do PPD/PSD de 1974 a 1985 (em %) . 1006

QUADRO 9 - Idade (em grupos etários) dos membros das "facções" do PPD/PSD (em %) 1007

QUADRO 10 - Idade (em grupos estários) dos membros da Comissão Política Nacional de 1974 a 1985 (em %) 1012

QUADRO 11 - Habilitações literárias dos membros das "facções" do PPD/PSD (em %) 1013

QUADRO 12 - Habilitações literárias e curso superior dos membros da Comissão Política Nacional de 1974 a 1985 (em %) 1017

QUADRO 13 - Curso superior frequentado pelos membros das "facções" do PPD/PSD (em %) 1018

QUADRO 14 - Profissões exercidas pelos membros das "facções" do PPD/PSD (em %) 1024

QUADRO 15 - Grupos Sócio-profissionais de pertença dos membros das "facções" do PPD/PSD (em %) . 1025

QUADRO 16 - Categorias de actividade dos membros das "facções" do PPD/PSD (em %) 1029

QUADRO 17 - Sector da Economia em que os membros das "facções" do PPD/PSD desenvolvem a respectiva actividade profissional (em %) 1033

QUADRO 18 - Origem regional (Distrito e Região Autónoma) dos membros das "facções" do PPD/PSD (em %) 1035

QUADRO 19 - Origem regional (zona rural/urbana) dos membros das "facções" do PPD/PSD (em %) . 1039

QUADRO 20 - Origem regional (região do País e estrangeiro) dos membros das "facções" do PPD/PSD (em %) 1043

QUADRO 21 - Local de residência (Distrito e Região Autónoma) dos membros das "facções" do PPD/PSD (em %) 1046

QUADRO 22 - Inscritos no PPD/PSD, por Distrito, desde a fundação do partido até ao ano do desfecho de cada conflito intra-partidário (em valores absolutos e %) 1048

QUADRO 23 - Local de residência (zona rural/urbana) dos membros das "facções" do PPD/PSD (em %) .. 1052

QUADRO 24 - Local de residência (região do País) dos membros das "facções" do PPD/PSD (em %) .. 1054

QUADRO 25 - Socialização política (discussão de assuntos políticos na infância/juventude) dos membros das "facções" do PPD/PSD (em %) .. 1056

QUADRO 26 - Socialização política (primeira actividade política antes de 1974) dos membros das "facções" do PPD/PSD (em %) 1058

QUADRO 27 - Socialização política (primeira actividade política depois de 1974) dos membros das "facções" do PPD/PSD (em %) 1060

QUADRO 28 - Ano de filiação no partido dos membros das "facções" do PPD/PSD (em %) 1062

QUADRO 29 - Partidos políticos aos quais os membros das "facções" do PPD/PSD pertenceram antes da adesão ao PPD/PSD (em %) 1066

QUADRO 30 - Socialização política (pertença a organizações diversas antes da adesão ao PPD/PSD) dos membros das "facções" do PPD/PSD de 1974 a 1985 (em %) 1067

QUADRO 31 - Organizações católicas às quais os membros das "facções" do PPD/PSD pretenceram antes da adesão ao PPD/PSD (em %) 1069

QUADRO 32 - Associações e Cooperativas de intrevenção cívico-políticas às quais os membros das "facções" do PPD/PSD pertenceram antes da adesão ao PPD/PSD (em %) 1070

QUADRO 33 - Sindicatos e Organizações profissionais aos quais os membros das "facções" do PPD/PSD pertenceram antes da adesão ao PPD/PSD (em %) 1072

QUADRO 34 - Redacção de jornais aos quais os membros das "facções" do PPD/PSD pertenceram antes da adesão ao PPD/PSD (em %) 1074

QUADRO 35 - Pertença a estruturas autónomas/organizações paralelas do partido dos membros das "facções" do PPD/PSD (em %) 1076

QUADRO 36 - Tipo de filiação no partido dos membros das

"facções" do PPD/PSD (em %) 1078

QUADRO 37 - Situação perante o partido dos membros das "facções" do PPD/PSD (em %) 1080

QUADRO 38 - Posterior pertença a outro(s) partido(s) dos membros das "facções" do PPD/PSD que sairam do partido (em %) 1081

Gráfico 1 - Histograma dos valores próprios 1084

Gráfico 2 - Relação entre as variáveis e as "facções" do PPD/PSD, através da análise factorial das correspondências (plano factorial 1, 3) .. 1086

Gráfico 3 - Relação entre as variáveis e as "facções" do PPD/PSD, através da análise factorial das correspondências (plano factorial 1, 4) .. 1087

FIGURA 4 - Tipologia dos conflitos intra-partidários no PPD/PSD de 1974 a 1985 (Principais vectores) 1094

ÍNDICE DAS FONTES E DA BIBLIOGRAFIA

A - FONTES ..... pág. 1158

1. FONTES MANUSCRITAS ..... pág. 1158

a) ACTAS DO PPD/PSD EXISTENTES NOS SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO DO PSD ..... pág. 1158

b) ACTAS E DOCUMENTOS APENSOS DO PPD/PSD EXISTENTES EM ARQUIVOS PRIVADOS ..... pág. 1160

c) DOCUMENTOS DO PPD/PSD DE DIFUSÃO RESTRITA, EXISTENTES NOS SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO DO PSD E EM ARQUIVOS PRIVADOS ..... pág. 1168

2. FONTES IMPRESSAS ..... pág. 1169

a) PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS OFICIAIS ..... pág. 1169

b) PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS NÃO OFICIAIS ..... pág. 1169

c) DOCUMENTOS DO PPD/PSD DE AMPLA DIVULGAÇÃO, EXISTENTES NOS SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO DO PSD ..... pág. 1171

d) DOCUMENTOS DIVERSOS ..... pág. 1173

3. OUTRAS FONTES ..... pág. 1175

a) REGISTOS EM FITA MAGNÉTICA, EXISTENTES NOS SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO DO PSD ..... pág. 1175

b) ENTREVISTAS REALIZADAS A DIRIGENTES NACIONAIS ... pág. 1178

c) INQUÉRITO ÀS ELITES DO PPD/PSD ..... pág. 1178

B - BIBLIOGRAFIA ..... pág. 1179

1. BIBLIOGRAFIA GENÉRICA ..... pág. 1179

2. BIBLIOGRAFIA TEMÁTICA ..... pág. 1187

2.1. SOBRE OS FENÓMENOS POLÍTICO-PARTIDÁRIOS EM GERAL pág. 1188

2.2. SOBRE A REALIDADE POLÍTICA E SOCIAL PORTUGUESA E O PPD/PSD ..... pág. 1210

a) Estudos diversos ..... pág. 1210

b) Artigos de opinião publicados na imprensa ..... pág. 1227

FONTES E BIBLIOGRAFIA

A - FONTES

1. FONTES MANUSCRITAS

a) ACTAS DO PPD/PSD EXISTENTES NOS SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO DO PSD

- LIVRO DE ACTAS DOS CONSELHOS NACIONAIS; CONTÉM AS ACTAS DAS SEGUINTES REUNIÕES:

  . Conselho Nacional, Lisboa, 24/05,75, pág. 3-25

  . Conselho Nacional, Porto, 27/09/75, pág. 25-47

  . Conselho Nacional, Cascais, 21/10/76, pág. 47-52

  . Conselho Nacional, Lisboa, 12/02/77, pág. 53-65

  . Conselho Nacional, Braga, 16/04/77, pág. 65-74

  . Conselho Nacional, Viana, 2/07/77, pág. 75-90

  . Conselho Nacional, Lisboa, 20/07/77, pág. 90-101

  . Conselho Nacional, Bragança, 15/10/77, pág. 101-115

  . Conselho Nacional, Lisboa, 10/11/77, pág. 115-136

  . Conselho Nacional, Lisboa, 9/12/77, pág. 137-147

  . Conselho Nacional, Faro, 7/01/78, pág. 147-155

  . Conselho Nacional, Lisboa, 14/01/78, pág. 155-166

- LIVRO DE ACTAS DA COMISSÃO EXECUTIVA DO CONSELHO NACIONAL; CONTÉM AS ACTAS DAS SEGUINTES REUNIÕES:

  . Comissão Executiva Conselho Nacional, 10/02/76, pág. 1-2

  . Comissão Executiva Conselho Nacional, 26/02/76, pág. 2-4

  . Comissão Executiva Conselho Nacional, 4/03/76, pág. 4-5

  . Comissão Executiva Conselho Nacional/Membros do Governo/

/Secretariado Geral, 27-28/04/76 pág. 5-8

. Comissão Executiva Conselho Nacional, 5/06/76, pág. 8-9

- ACTAS AVULSAS:

. Comissão Política Nacional, 6/07/78

. Comissão Política Nacional, 12/07/78

. Comissão Política Nacional, 20/07/78

. Comissão Política Nacional, 26/07/78

. Comissão Política Nacional, 29/07/78

. Comissão Política Nacional, 2/08/78

. Comissão Política Nacional, 19/10/78

. Comissão Política Nacional, 9/11/78

. Comissão Política Nacional, 22/11/78

. Comissão Política Nacional, 5/11/78

. Comissão Política Nacional, 20/12/78

. Comité Permanente Comissão Política Nacional, 20/09/78

. Comité Permanente, Comissão Política Nacional, 19/10/78

. Comité Permanente, Comissão Política Nacional, 25/10/78

. Comité Permanente, Comissão Política Nacional, 31/10/78

. Comité Permanente, Comissão Política Nacional, 9/11/78

. Comité Permanente, Comissão Política Nacional, 15/11/78

. Comité Permanente, Comissão Política Nacional, 22/11/78

. Comité Permanente, Comissão Política Nacional, 5/12/78

. Comité Permanente, Comissão Política Nacional, 20/12/78

. Comissão Política Nacional, 4/01/79

. Comissão Política Nacional, 11/01/79

. Comissão Política Nacional, 17/01/79

. Comissão Política Nacional, 1/02/79

. Comissão Política Nacional, 8/02/79

. Comissão Política Nacional, 15/02/79

. Comissão Política Nacional, 22/02/79

. Comissão Política Nacional, 1/03/79

. Comissão Política Nacional, 8/03/79

. Comissão Política Nacional, 16/03/79

. Comissão Política Nacional, 22/03/79

. Comissão Política Nacional, 24/02/81

. Comissão Política Nacional, 11/03/81

. Comissão Política Nacional, 8/04/81

. Comissão Política Nacional, 27/04/81

. Conselho Nacional, (resumo), 7-8/05/83

b) ACTAS E DOCUMENTOS APENSOS DO PPD/PSD EXISTENTES EM ARQUIVOS PRIVADOS

. Comissão Política Provisória, 17/07/74, arquivo Dr. António Carlos Lima

. Comissão Política Provisória, 24/07/74, arquivo Eng. Alexandre Bettencourt

. Comissão Política Provisória, 1/08/74, arquivo Eng. Alexandre Bettencourt

. Comissão Política Provisória, 7/08/74, arquivo Eng. Alexandre Bettencourt

. Comissão Política Provisória, 14.08/74, arquivo Eng. Alexandre Bettencourt

. Comissão Política Provisória, 21/08/74, arquivo Eng. Alexandre Bettencourt

. Comissão Política Provisória, 28/08/74, arquivo Dr. António Carlos Lima

. Comissão Política Provisória, 4/09/74, arquivo Eng. Alexandre Bettencourt

. Comissão Política Provisória, 11/09/74, arquivo Eng. Alexandre Bettencourt

. Comissão Política Provisória, 18/09/74, arquivo Eng. Alexandre Bettencourt

. Comissão Política Provisória, 25/09/74, arquivo Eng. Alexandre Bettencourt

. Comissão Política Provisória, 26/09/74, arquivo Eng. Alexandre Bettencourt

. Comissão Política Provisória, 9/10/74, arquivo Dr. António Carlos Lima

. Comissão Política Provisória, 23/10/74, arquivo Dr. António Carlos Lima

. Comissão Política Nacional, 3/11/76, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 10/11/76, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 17/11/76, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 24/11/76, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 30/11/76, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 14/12/76, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 15/12/76, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 21/12/76, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 27/12/76, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 5/01/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 10/01/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 19/01/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 26/01/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 2/02/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 9/02/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 16/02/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 2/03/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 9/03/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 23/03/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 2/04/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 13/04/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 20/04/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 27/04/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 18/05/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 1/06/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 23/06/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 11/07/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 14/07/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 18/07/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 19/07/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 20/07/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 20/07/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional/Grupo Parlamentar, 21/07/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 28/07/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 9/08/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 7/09/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 6/10/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 11/10/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 18/10/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 3/11/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 8/11/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 1/02/78, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 9/02/78, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 15/02/78, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 16/02/78, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 1/03/78, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 8/03/78, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 15/03/78, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 5/04/78, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 7/04/78, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 14/04/78, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comissão Política Nacional, 29/04/78, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN,* 1/02/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 2/02/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 3/02/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 4/02/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 6/02/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 8/02/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 9/02/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 10/02/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 11/02/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 15/02/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 17/02/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 18/02/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 26/02/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 1/03/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 2/03/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 3/03/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 4/03/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 7/03/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 8/03/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 9/03/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 10/03/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 11/03/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 12/03/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 15/03/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 16/03/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 18/03/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 22/03/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 24/03/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 25/03/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 29/03/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 30/03/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 31/03/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 1/04/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 5/04/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 12/04/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 13/04/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 15/04/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 19/04/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 20/04/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 21/04/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 22/04/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 26/04/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 27/04/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 28/04/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 29/04/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 3/05/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 4/05/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 5/05/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 6/05/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 10/05/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 11/05/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 12/05/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 13/05/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 15/05/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 16/05/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 17/05/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 18/05/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 19/05/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 20/05/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 23/05/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 24/05/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 26/05/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 27/05/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 30/05/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 31/05/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 1/06/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 2/06/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 3/06/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 6/06/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 7/06/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 8/06/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 15/06/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 21/06/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 22/06/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 23/06/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 29/06/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 1/07/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 5/07/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 6/07/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 8/07/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 13/07/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 18/07/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 22/07/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 25/07/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 26/07/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 27/07/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 28/07/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 29/07/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 9/08/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 7/09/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 9/09/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 16/09/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 19/09/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 20/09/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 21/09/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 10/10/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 11/10/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 12/10/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 13/10/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 13/10/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 14/10/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 25/10/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 28/10/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 31/10/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 4/11/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 7/11/77, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 3/02/78, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 13/02/78, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 15/02/78, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 17/02/78, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 21/02/78, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 22/02/78, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN/Fundação Oliveira Martins, 22/02/78, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 23/02/78, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 24/02/78, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 28/02/78, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 1/03/78, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 2/03/78, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 3/03/78, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 8/03/78, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 9/03/78, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 10/03/78, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 14/03/78, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 15/03/78, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 16/03/78, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 17/03/78, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 20/03/78, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 21/03/78, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 29/03/78, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 4/04/78, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 5/04/78, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 7/04/78, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 10/04/78, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 12/04/78, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 13/04/78, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

. Comité Permanente da CPN, 14/04/78, arquivo Prof. Doutor António Sousa Franco

* Abreviatura da Comissão Política Nacional

c) DOCUMENTOS DO PPD/PSD DE DIFUSÃO RESTRITA * EXISTENTES NOS SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO DO PSD E EM ARQUIVOS PRIVADOS **

. Actas das reuniões da Comissão Executiva Nacional do CERESD

. Agendas das reuniões dos órgãos do PPD/PSD

. Ante-projectos de Estatutos

. Ante-projectos de Programa

. Apontamentos manuscritos das reuniões dos órgãos nacionais do PPD/PSD

. Boletins de voto/listas para os órgãos nacionais

. Cartas diversas de dirigentes nacionais

. Convocatórias de reuniões diversas do PPD/PSD

. Declarações de voto de dirigentes nacionais

. Discursos de dirigentes nacionais

. Documentos do Centro de Estudos

. Documentos do CERESD

. Documentos do Gabinete de Estudos do PPD

. Documentos do IPSD

. Documentos internos do PSD

. Documentos manuscritos preparatórios das reuniões dos órgãos nacionais

. Moções diversas/pontos de ordem/requerimentos/esclarecimentos apresentados a Conselhos Nacionais e a Congressos Nacionais do PPD/PSD

. Ordem de trabalhos das reuniões de órgãos nacionais do PPD/PSD

. Pareceres do Conselho de Jurisdição Nacional do PSD

. Planos de acção dos órgãos nacionais do PPD/PSD

. "Programa Básico do PPD - Projecto", s.l., s.d.

. "Projecto de alteração de Estatutos do PPD apresentado por Francisco Sá Carneiro, filiado nº 1, s.d."

. Propostas de alterações estatutárias

. Regimentos dos órgãos nacionais do partido

. Registos do Grupo Parlamentar

. Regulamento do Grupo Parlamentar

. Regulamentos de diversos órgãos do partido

. Relatórios de actividade dos órgãos nacionais

* Todos os documentos, aqui genericamente referidos, por manifesta impossibilidade de discriminação neste local encontram-se devidamente assinalados nas notas de pé de página.

** Foram consultados documentos diversos dos seguintes arquivos privados: Eng. Alexandre Bettencourt, Dr. António Carlos Lima, Prof. Doutor António Sousa Franco, Dr. Francisco Pinto Balsemão, Dr. Jorge Correia da Cunha, Dr. Jorge Sá Borges, Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, D. Maria Virgínia Estorninho.

2. FONTES IMPRESSAS

a) PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS OFICIAIS *

- *Diário do Governo*

. *Diário da República*

. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*

. *Diário da Assembleia Constituinte*

. *Diário da Assembleia da República*

b) PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS NÃO OFICIAIS

- Consultados todos os números entre 1974 e 1985 *

. *Povo Livre*

. *Expresso* (e respectiva "Revista")

- Consultados números avulsos **

  . *A Capital*

  . *A Luta*

  . *A Nortada*

  . *A Tarde*

  . *Correio da Manhã*

  . *Diário de Coimbra*

  . *Diário de Lisboa*

  . *Diário de Notícias*

  . *Diário Popular*

  . *Informação e Análise*

  . *Jornal do Caso República*

  . *Jornal da Madeira*

  . *Jornal de Notícias*

  . *Jornal Novo*

  . *Jovem Reformista*

  . *Notícias da Tarde*

  . *Nouvel Observateur*

  . *O Comércio do Porto*

  . *O Dez de Junho*

  . *O Dia*

  O Diabo

  O Diário

  . *O Globo*

  . *O Jornal*

  . *Opção*

  . *O País*

. *O Primeiro de Janeiro*

. *O Século*

. *Perspectiva 2000* (publicação do sector Sócio-profissional do PPD)

. *Portugal Hoje*

. *República*

. *Século Ilustrado*

. *Semanário*

. *Tempo*

* Devidamente identificados nas notas de pé de página.

** Seleccionados de acordo com as fases mais importantes em análise; os números consultados encontram-se discriminados nas notas de pé de página.

c) DOCUMENTOS DO PPD/PSD DE AMPLA DIVULGAÇÃO, EXISTENTES NOS SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO DO PSD

. *As Setas*

. *Caderno Sobre Aspectos da Social Democracia*, Julho, 1974

. Comunicados do Comité Permanente do PSD *

. Comunicados da Comissão Política Provisória do PPD *

. Comunicados da Comissão Política do PSD *

. Comunicados do Grupo Parlamentar do PPD/PSD *

. Comunicados do Conselho Nacional do PPD/PSD *

. Comunicados do Secretariado Nacional do PPD *

. Comunicados do Secretariado Sócio-Profissional do PPD *

. Conclusões dos Congressos do PPD/PSD *

. Conclusões dos Conselhos Nacionais do PPD/PSD *

. Conferências de Imprensa do PPD/PSD*

. *Dez Congressos Dez Anos de Vida*, PSD, s.l., Editorial Progresso Social e Democracia, s.d.

. Documentos/Informações do SIRP (Serviços de Relações Públicas do PSD) *

. *II D - As Três Setas - Símbolo do PPD*

. *Estatutos Provisórios do PPD*, s.d.

. *Estatutos do Partido Popular Democrático*, Aprovado pelo 1º Congresso Nacional do Partido em: 24 de Novembro de 1974

. "Estatutos. Alteração aprovada no II Congresso" *in Povo Livre*, nº 75, de 23 de Dezembro de 1975

. *Estatutos do Partido Social Democrata - PSD - Aprovados no III Congresso Nacional de 30 de Outubro de 1976*

. *"Estatutos do PSD (redacção provisória, a confirmar pela Mesa do Congresso; inclui as alterações aprovadas no V Congresso Nacional reunido no Porto em 28 e 29/01/1978)"*, *in Povo Livre*, nº 194, de 5 de Abril de 1978

. *Estatutos e Regulamento de Disciplina dos Militantes*, aprovados no VI Congresso Nacional, Lisboa, 1/2 de Julho de 1978

. "Estatutos do PSD (anotados pelo Secretário-Geral)", *in 8º Congresso, Construir o Futuro*, Edição do Partido Social Democrata, Departamento de Propaganda, Fevereiro 1981, pp. 61-100

. *Estatutos do PSD* (com alterações aprovadas no IX Congresso Nacional - Porto, 5 e 6 de Dezembro de 1981), Cadernos PSD, nº 1

. *8º Congresso, Construir o Futuro*, Edição do Partido Social Democrata, Departamento de Propaganda, Fevereiro 1981

. *Opções Inadiáveis, A Social Democracia para Portugal*, Lisboa, Centro do Livro Brasileiro, Julho de 1978

. *Partido Popular Democrático Comunicados-1, de 3/07/74 a 21/10/74*, Gabinete de Estudos

. *Partido Popular Democrático Comunicados-2, de 3/12/74 a 17/02/75*,

Cadernos PPD-7

. *Partido Popular Democrático Comunicados-3, de 25/02/75 a 1/04/75,* Cadernos PPD-8

. *Partido Popular Democrático, Comunicados-4, de 3/04/75 a 29/04/75,* Cadernos PPD-9

. *Partido Popular Democrático Comunicados-5, de 30/04/75 a 17/07/75,* Cadernos PPD-10

. *PPD Primeiro Comunicado, Linhas para um Programa, Resposta a um Questionário,* Maio 1974

. *Presença Social Democrata,* SIRP, PSD, s.d.

. *Programa do Partido Popular Democrático,* aprovado no I Congresso Nacional, reunido em Lisboa nos dias 23 e 24 de Novembro de 1974

. *Partido Popular Democrático, Notas Sobre a Origem e Actividade (até ao 1º Congresso Nacional),* Comissão Política Distrital de Lisboa, Maio 75

. *Resposta à Crise,* Lisboa, PSD, SIRP, I e II Vol., s.d.

. *Síntese dos Congressos do PSD,* SIRP, Porto, PSD, s.d.

* Discriminados, com todas as referências, nas notas de pé de página.

d) DOCUMENTOS DIVERSOS

. *A Democracia Cristã em Portugal, Três Congressos do CDS,* Lisboa, 1978

. A Revolução das Flores, 3º vol., Lisboa, Editorial Aster, s.d.

. *Boletim Informativo das Forças Armadas,* 5ª Divisão Coordenadora do Programa do MFA *

. Comunicados da AD *

. Comunicados Conjuntos do PS/PSD *

. Comunicados Conjuntos do PSD/CDS *

. Comunicados Conjuntos PSD/CDS/PPM *

. Comunicados do Conselho de Revolução *

. Comunicados do MFA *

. Comunicados do Partido Socialista *

. Comunicados da Presidência da República *

. Conclusões do 3º Congresso de Oposição Democrática Aveiro, 4 a 8 de Abril de 1973, Lisboa, Seara Nova, 1973

. *Confiar no PS - Apostar em Portugal,* Relatório do Secretário -Geral Mário Soares, apresentado ao 3º Congresso na Legalidade, Lisboa, Março de 1979

. *Constituição da República Portuguesa,* Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1976

. *Constituição da República Portuguesa,* Texto Final aprovado pela A R , em 12 de Agosto de 1982, Porto, Porto Editora

. *Declaração de Princípios e Programa do PS,* Textos Portugal Socialista, Lisboa, 1973

. *Do PSD à ASDI, Razões de uma Cisão,* Lisboa, Acção Independente, s d

. Documentos da TESIRESD *

. *O PCP e a Luta Sindical (1935-1973),* Documentos para a História do Partido Comunista Português, série especial, Lisboa, Edições Avante, 1975

. *Partidos e Movimentos Políticos em Portugal,* SOAPLI (coord. e ed.), Janeiro de 1975)

. Programa Eleitoral da Aliança Democrática, Lisboa, 1979

. *Proposta em 8 Pontos para uma Frente Democrática Eleitoral,* Partido do Centro Democrático Social, s.d.

. *Portugal Novo Movimentos Políticos,* Documentos de Trabalho SEDES, Agosto de 1974

. *Portugal - O País que Somos, o País que Queremos Ser,* s.l., SEDES, 1972

. *Portugal Para Onde Vais?,* s.l., Documentos de Trabalho SEDES, 1974

. *Programa Eleitoral da Aliança Democrática*, Lisboa, 1979

. *Programa Eleitoral da Terceira Força*, Porto, 1969

. *Vencer a Crise Preparar o Futuro, Um Ano de Governo Constitucional*, (coord. de Nuno Vasco), Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro para os Assuntos Políticos, 1977

* Discriminados, com todas as referências, nas notas de pé de página

3. OUTRAS FONTES

a) REGISTOS EM FITA MAGNÉTICA EXISTENTES NOS SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO DO PSD

. II Congresso Nacional, Aveiro, 6/12/75 *

. Conselho Nacional, Cascais, 21/10/75

. III e IV Congressos Nacionais, Leiria, 30/10/76

. Conselho Nacional, Lisboa, 12/02/77

. Conselho Nacional, Braga, 16/04/77

. Conselho Nacional, Viana, 2/07/77

. Conselho Nacional, Lisboa, 20/07/77

. Conselho Nacional, Bragança, 15/10/77

. Conselho Nacional, Lisboa, 10/11/77

. Conselho Nacional, Faro, 7/01/78

. Conselho Nacional, Lisboa, 14/01/78

. V Congresso Nacional, Porto, 28/01/78

. Conselho Nacional, Santarém, 18/03/78

. Conselho Nacional, Lisboa, 15/04/78

. Conselho Nacional, Portalegre, 13/05/78

. Conselho Nacional, Troia, 3/06/78

. VI Congresso Nacional, Lisboa, 1/07/78

. Conselho Nacional, Vila Real, 10/09/78

. Jornadas Parlamentares Sociais Democratas, Sangalhos, 16/09/78

. Conselho Nacional, Évora, 4/11/78

. Conselho Nacional, Lisboa, 10/12/78

. Conselho Nacional, Viseu, 13/01/79

. Conselho Nacional, Vimeiro, 17/02/79

. Conselho Nacional, Guarda, 31/03/79

. VII Congresso Nacional, Lisboa, 7/06/79

. Conselho Nacional, Lisboa, 21/07/79

. Conselho Nacional, Lisboa, 16/09/79

. Conselho Nacional, Lisboa, 7/12/79

. Conselho Nacional, Lisboa, 9/02/80

. Conselho Nacional, Lisboa, 29/03/80

. Conselho Nacional, Lisboa, 17/04/80

. Conselho Nacional, Porto, 17/05/80

. Conselho Nacional, Aveiro, 19/07/80

. Conselho Nacional, Lisboa, 10/09/80

. Conselho Nacional, Lisboa, 18/10/80

. Conselho Nacional, Lisboa, 13/12/80

. Conselho Nacional, Lisboa, 14/02/81

. VIII Congresso Nacional, Lisboa, 28/02/81

. Conselho Nacional, Lisboa, 11/04/81

. Conselho Nacional, Lisboa, 13/06/81

. Conselho Nacional, Lisboa, 8/08/81

. Conselho Nacional, Lisboa, 14/08/81

. Conselho Nacional, Cascais, 19/09/81

. Conselho Nacional, Lisboa, 14/11/81

. IX Congresso Nacional, Porto, 5/12/81

. Conselho Nacional, Lisboa, 6/02/82

. Conselho Nacional, Lisboa, 24/04/82

. Conselho Nacional, Lisboa, 17/07/82

. Conselho Nacional, Cascais, 6/11/82

. Conselho Nacional, Estoril, 18/12/82

. Conselho Nacional, Lisboa, 29/12/82

. Conselho Nacional, Lisboa, 14/01/83

. Conselho Nacional, Lisboa, 29/01/83

. Conselho Nacional, Lisboa, 19/02/83

. X Congresso Nacional, Albufeira, 25/12/83

. Conselho Nacional, Lisboa, 7/05/83

. Conselho Nacional, Lisboa, 1/06/83

. Conselho Nacional, Porto, 17/09/83

. Conselho Nacional, Lisboa, 26/11/83

. Conselho Nacional, Lisboa, 4/02/84

. XI Congresso Nacional, Braga, 22/03/84

. Conselho Nacional, Lisboa, 2/06/84

. Conselho Nacional, Porto, 22/09/84

. Conselho Nacional, Viseu, 23/11/84

. Conselho Nacional, Cascais, 15/12/84

. Conselho Nacional, Porto, 2/02/85

. Conselho Nacional, Lisboa, 9/02/85

. Conselho Nacional, Lisboa, 9/03/85

. Conselho Nacional, Lisboa, 13/04/85

. XII Congresso Nacional, Figueira da Foz, 17/05/85

* Na maioria dos registos só se encontra indicada a data do início dos trabalhos da respectiva reunião, embora tenham sido feitas gravações praticamente da totalidade das mesmas. Parte encontra-se prejudicada pela antiguidade das fitas e pela baixa qualidade de alguns registos.

b) ENTREVISTAS REALIZADAS A DIRIGENTES NACIONAIS (VEJA-SE O ANEXO II DESTA DISSERTAÇÃO)

c) INQUÉRITO ÀS ELITES DO PPD/PSD (VEJA-SE O ANEXO I DESTA DISSERTAÇÃO)

B - BIBLIOGRAFIA

1. BIBLIOGRAFIA GENÉRICA

ALTHUSSER, LOUIS, "Idéologie et appareils idéologiques d'Etat (Notes pour une recherche)", *in La Pensée, Revue du Rationalisme Moderne*, nº 151, Mai-Juin 1970, pp. 3-38.

APTER, DAVID, *The Politics of Modernization*, Chicago, 1969.

ARENDT, HANNAH, *On Revolution*, New York, Viking, 1963.

ARON, RAYMOND, *Les Étapes de la Pensée Sociologique*, Paris, Gallimard, 1967.

ARON, RAYMOND, *La Lutte de Classes. Nouvelles Leçons sur les Sociétés Industrielles*, Paris, Gallimard, 1964.

BACHELARD, GASTON, *La Formation de l'Esprit Scientifique. Contribution a une Psychanalyse de la Conaissance Objective*, Paris, Librairie Philosophique, J. Vrim, 1972.

BACHRACH, PETER, *Crítica de la Teoria Elitista de la Democracia*, Buenos Aires, Amorrortu, 1973.

BAGEHOT, WALTER, *The English Constitution*, London, The Fontana Library, 1965.

BENDIX, REINHARD e LIPSET, SEYMOUR, "Political Sociology an essay and bibliography", *in Current Sociology*, Paris, vol. VI, nº 2, 1957, pp. 79-169.

BENEDICT, RUTH, *Patterns of Culture*, Boston, Houghton Mifflin, 1934.

BERNSTEIN, EDOUARD, *Les Présupposés du Socialisme*, Paris, Du Seuil, 1974.

BURNHAM, JAMES, *The Managerial Revolution*, New York, John Day, 1941.

CARL, JOACHIM FRIEDRICH, *Gobierno Constitucional y Democracia*, Madrid, Instituto de Estudios Políticos, 1975.

CARR, E. H., "Utopian and realist", *in* MICHAEL CURTIS (ed.), *The Nature of Politics*, New York, Avon Book, s. d. pp. 52-56.

CHACON, VAMIRECH, "Apresentação", *in* RALPH DAHRENDORF, *Sociedade e Liberdade*, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1981, pp. 3 a 7.

CHEVALLIER, JEAN-JACQUES, *As Grandes Obras Políticas de Maquiavel a Nossos Dias*, Livraria Agir Editora, Rio de Janeiro, 1957.

COLLINS, RANDALL, *Conflict Sociology: Toward and Explanatory Science*, New York, Academic Press, 1975.

COSER, LEWIS, *The Functions of Social Conflict*, New York, The Free Press, 1964.

COSER, LEWIS, *Nuevos Aportes a la Teoria del Conflicto Social*, Buenos Aires, Amorrortu, 1970.

CURTIS, MICHAEL, *The Nature of Politics*, New York, Avon Book, 1962.

DAHL, ROBERT, "Uma crítica ao modelo de elite dirigente", *in Sociologia Política II*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970, pp. 90-100.

DAHRENDORF, RALPH, *Las Clases Sociales y su Conflicto en la Sociedad Industrial*, Madrid, Ediciones Rialp, 1979.

DAHRENDORF, RALF, *Sociedade e Liberdade*, Brasília, Ed. Uni-

versidade de Brasília, 1981.

DARWIN, CHARLES, *The Descent of Man*, New York, Heritage, 1972.

DEUTSCH, KARL, "Recent trends in research methods in political science", *in* J. C. CHARLESWORTH (ed.), *A Design for Political Science: Scope, Objectives and Methods*, Philadelphia, The American Academy of Political and Social Science, 1966, pp. 149-178.

DJILLAS, MILOVAN, *The New Class*, New York, Praeger, 1957.

DOWNS, ANTHONY, *An Economic Theory of Democracy*, New York, Harper and Row, 1957.

DOWSE, ROBERT e HUGHES, JOHN, *Political Sociology*, London, John Wiley and Sons, 1975.

DURKHEIM, EMILE, *Les Régles de la Méthode Sociologique*, Paris, Presses Universitaires de France, 1956.

DUVERGER, MAURICE, *Introduction à la Politique*, Paris, Gallimard, 1964.

ELIOT, T. S., *Notes Towards the Definition of Culture*, London, Faber and Faber, 1948.

FERNANDES, ANTÓNIO TEIXEIRA, *Os Fenómenos Políticos. Sociologia do Poder*, Porto, Edições Afrontamento, 1988.

FINER, S. E. (org.), *Vilfredo Pareto Sociological Writings*, London, Pall Mall Press, 1965.

FREUD, SIGMUND, *El Yo y el Ello*, Madrid, Alianza Editorial, 1980.

GALT, ANTHONY e SMITH, LARRY, *Models and the Study of Social Change*, New York, John Wiley and Sons., 1976.

GALTUNG, JOHAN, "Institutionalized conflict resolution. A theo-

retical paradigm", *in Journal of Peace Research*, Oslo, nº 5, 1965, pp. 348-397.

GERTH, HANS e MILLS, WRIGHT, *Max Weber, Ensaios de Sociologia*, Rio de Janeiro, Zahar, 1971.

GIDDENS, ANTHONY, *Capitalismo e Moderna Teoria Social*, Lisboa, Editorial Presença, 1976.

GOLDMAN, RALPH, *Contemporary Perspectives on Politics*, New York, Van Nostrand, 1972.

GONZALEZ-SEARA, LUIS, *La Sociologia Aventura Dialéctica*, Madrid, Editorial Tecnos, 1976.

GRAMSCI, ANTONIO, *Obras Escolhidas*, 2. vol., Lisboa, Editorial Estampa, 1974.

GRAZIA, ALFRED DE, *Public and Republic*, New York, Alfred Knopf, 1951.

GREENACRE, *Theory and Applications of Correspondence Analysis*, London, Academic Press, 1984.

HABERMAS, JÜRGEN, *Raison et Légitimité*, Paris, Payot, 1978.

HEGEL, GEORG FRIEDRICH, *Texts and Commentary*, (editado por WALTER KAUFMAN), Garden City, Doubleday Anchor, 1966.

HOBBES, THOMAS, "Leviathan, part II. Of commonwealth", *in* FREDERICK WOODBRIDGE, (ed.), *Hobbes Selections*, New York, Charles Scribner's Sons, 1958.

JACKMAN, ROBERT, *Politics and Social Equality*, New York, John Wiley and Sons, 1975.

KANT, EMMANUEL, *Critique de la Raison Pure*, Paris, Presses Universitaires de France, 1975.

KANT, EMMANUEL, *Paz Perpétua e Outros Opúsculos*, Lisboa, Edi-

ções 70, 1988.

KAPLAN, ABRAHAM, *The Conduct of Inquiry,* Scranton, Chandler, 1964.

La Sociologie, Centre d'Étude et de Promotion de la Lecture, Paris, 1970.

LASSWELL, HAROLD, *On Political Sociology,* (editado e introdu- por DWAINE MARVICK), Chicago, The University of Chicago Press, 1977.

LASSWELL, HAROLD e KAPLAN, ABRAHAM, *Power and Society. A Framework for Political Inquiry,* New Haven, Yale University Press, 1976.

MANNHEIM, KARL, *Essays on the Sociology of Culture,* London, Routledge and Kegan Paul, 1956.

MARX, KARL, "La ideologia alemana Feuerbach. Oposición entre las concepciones materialista e idealista", *in* KARL MARX e FREDERICK ENGELS, *Obras Escogidas,* Moscú, Editorial Progreso, Tomo I, 1973, pp. 11-81.

MARX, KARL, "Las luchas de clases en Francia de 1848 a 1850", *in* KARL MARX e FREDERICK ENGELS, *Obras Escogidas,* Moscú, Editorial Progreso, Tomo I, 1973, pp. 190-306.

MARX, KARL, "El dieciocho Brumário de Luis Bonaparte", *in* KARL MARX e FREDERICK ENGELS, *Obras Escogidas,* Moscú, Editorial Progreso, Tomo I, 1973, pp. 404-408.

MEAD, MARGARETH, *Cooperation and Competition Among Primitiv People,* New York, McGraw-Hill Book Co., Inc., 1937.

MELANSON, PHILIP, *Political Science and Political Knowledge,* Washington D. C., Public Affairs Press, 1975.

MERTON, ROBERT, *Sociologia: Teoria e Estrutura*, S. Paulo, Ed. Mestre Jou, 1970.

MEYNAUD, JEAN, *Introducción a la Ciencia Política*, Madrid, Editorial Tecnos, 1971.

MILLS, CHARLES WRIGHT, *The Sociological Imagination*, Penguin Books, 1971.

MOREIRA, ADRIANO, *Ciência Política*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1979.

MORIN, EDGAR, "Préface", *in* DAVID RIESMAN, *La Foule Solitaire*, Paris, Arthaud, 1978, pp. 7-19

MOUNIER, EMMANUEL, *Le Personalisme*, Paris, Presses Universitaires de France, 1950.

MURILLO-FERROL, FRANCISCO, *Estudios de Sociología Política*, Madrid, Editorial Tecnos, 1972.

OLSEN JR., MANCUR, *The Logic of Collectiv Action. Public Goods and the Theory of Groups*, Cambridge, Harvard University Press, 1965.

OLSEN, MARVIN (ed.), *Power in Societies*, New York, MacMillan Company, 1970.

ORTEGA Y GASSET, JOSÉ, *La Rebelión de las Masas*, Madrid, Espasa-Calpe S.A., 1966.

ORUM, ANTHONY, *Introduction to Political Sociology, The Social Anatomy of the Body Politic*, New Jersey, Prentice Hall, 1978.

ORUM, ANTHONY, "Political Sociology", *in* NEIL SMELSER (ed.), *Handbook of Sociology*, Newbury Park, Sage Publications, 1988, pp. 393-423.

PARETO, VILFREDO, "Transformazione della Democrazia", *in Rivista di Milano*, Roma, Giovanni Volpe, 1975.

PARETO, VILFREDO, *Compendio di Sociologia Generale*, Torino, Einaudi Editori, 1978.

PARETO, VILFREDO, *The Mind and Society*, New York, Harcourt Brace, 1935.

PARK, ROBERT e BURGESS, ERNEST, *Introduction to the Science of Sociology*, Chicago, The University of Chicago Press, 1970.

PARSONS, TALCOTT (ed.), *Max Weber The Theory of Social and Economic Organization*, New York, Oxford University Press, 1947.

PARSONS, TALCOTT, *The Structure of Social Action*, Glencoe, The Free Press, 1949.

PARSONS, TALCOTT, *The Social System*, Glencoe, The Free Press, 1951.

PARSONS, TALCOTT, BALES, ROBERT e SHILLS, EDWARD, *Working Papers in the Theory of Action*, New York, The Free Press, 1953.

PEREIRA, HENRIQUE GARCIA, "Tratamento informático de questionários: o ponto de vista da análise factorial das correspondências", *in Análise Social*, ICS, vol. XXIII (98), 4º, 1987, pp. 733-746.

PINTO, ROGER e GRAVITZ, MADELEINE, *Méthodes des Sciences Sociales*, Dalloz, 1967.

RICCI, DAVID, *The Tragedy of Political Science: Politics, Scholarship and Democracy*, New Haven, Yale University

Press, 1984.

RIGGS, FRED, "Development", *in* GIOVANNI SARTORI (ed.), *Social Science Concepts. A Systematic Analysis*, Beverly Hills, Sage Publications, 1984, pp. 125-203.

ROCHER, GUY, *Sociologia Geral*, Lisboa, Editorial Presença, vol. V, 1981.

ROUSSEAU, JEAN-JACQUES, *Contrato Social*, Lisboa, Editorial Presença, 1973.

RUNCIMAN, W. G., *Social Science and Political Theory*, Cambridge, Cambridge University Press, 1969.

SABINE, GEORGE, *A History of Political Theory*, London, George G. Harrap and Co., 1964.

SARTORI, GIOVANNI, "From the sociology of politics to political sociology", *in* SEYMOUR LIPSET (ed.), *Politics and the Social Sciences*, New York, 1969, pp. 65-100.

SCHMITT, CARL, *La Notion de Politique, Théorie du Partisan*, Paris, Calman Levy, 1972.

SCHUMPETER, JOSEPH, *Capitalism, Socialism and Democracy*, London, Unwin Paperbacks, 1987.

SIMMEL, GEORGE, *Conflict and the Web of Group-Affiliations*, New York, The Free Press, 1964.

SINGER, KURR, *The Idea of Conflict*, Melbourne University Press, 1941.

SINGER, KURR, "The meaning of conflict", *in Australasian Journal of Philosophy*, vol. XXVII, nº 3, December 1949, pp. 145-147.

SMELSER, NEIL, "Sociology and the other social sciences", *in*

KARL LAZARSFELD (ed.), *The Uses of Sociology*, New York, Basic Books, 1967, pp. 3-44.

TOCQUEVILLE, ALEXIS DE, *Democracy in America*, 2 vol., New York, Vintage Books, 1954.

WEBER, MAX, *The Methodology of the Social Sciences*, (editado por EDWARD SHILLS e HENRY FINCH), Glencoe, The Free Press, 1949.

WEBER, MAX, *Essais sur la Théorie de la Science*, Paris, Librairie Plon, 1965.

WEBER, MAX, *Ensaios de Sociologia*, (editado por HANS GERTH e WRIGHT MILLS), Rio de Janeiro, Zahar, 1971.

WEBER, MAX, *O Político e o Cientista*, Lisboa, Editorial Presença, 1973.

WEBER, MAX, *Economy and Society. An Outline of Interpretive Sociology*, (editado por GUENTHER ROTH e CLAUS WITTICH), 2 vol., Berkeley, University of California Press, 1978.

WEBER, MAX, *O Político e o Cientista*, Lisboa, Editorial Presença, 1983.

WILSON, JAMES, *The Amateur Democrat. Club Politics in Three Cities*, Chicago, University of Chicago Press, 1966.

WILSON, JAMES, *Political Organizations*, Basic Books, New York, 1973.

WRIGHT, QUINCY, "The importance of the study of international tensions", *in International Bulletin of the Social Sciences*, vol. I, nº 1, Spring 1950, pp. 90-103.

WRIGHT, QUINCY, "The nature of conflict", *in The Western Political Quarterly*, vol. IV, nº 2, June 1951, pp. 193-209.

WISE, DAVID, *The Politics of Lying*, New York, Vintage, 1973.

2. BIBLIOGRAFIA TEMÁTICA

2.1. SOBRE OS FENÓMENOS POLÍTICO-PARTIDÁRIOS EM GERAL

ALFORD, ROBERT, *Party and Society - The Anglo-American Democracies*, Chicago, Rand-McNally, 1963.

ALLARDT, ERIK e PESONEN, PERTTI, "Cleavages in finish politics", *in* SEYMOUR LIPSET E STEIN ROKKAN (eds.), *Party Systems and Voter Alignments*, New York, The Free Press, 1967, pp. 325-366.

ALMOND, GABRIEL, "A functional approach to comparative politics", *in* GABRIEL ALMOND e JAMES COLEMAN (eds.), *The Politics of the Developing Areas*, Princeton, Princeton University Press, 1960, pp. 3-64.

AMSTRONG, JOHN, *The European Administrative Elite*, New Jersey, Princeton University Press, 1973.

ANGELL, R., "Social values of soviet and american elites: content analysis of elite media", *in Journal of Conflict Resolution*, vol. VIII, 1964, pp. 330-385.

ARON, RAYMOND, "Classe sociale, classe politique, classe dirigeante", *in Archives Européenes de Sociologie*, vol. I, nº 2, 1960, pp. 260-281.

BARNES, SAMUEL, "Participation, education and political compe-

BARNES, SAMUEL, "Participation, education and political competence: evidence from a sample of italian socialists", *in American Political Science Review*, nº 60, 1966, pp. 348-353.

BARNES, SAMUEL, "Ideology and the organization of conflict", *in The Journal of Politics*, vol. XXVIII, 1966, pp. 513--530.

BARNES, SAMUEL, *Party Democracy: Politics in an Italian Socialist Federation*, New Haven, Yale University Press, 1967.

BARNES, SAMUEL, "Party democracy and the logic of collective action" *in* WILLIAM CROTTY (ed.), *Approaches to the Study of Party Organization*, Boston, Allyn and Bacon, 1968, pp. 105 a 138.

BELLONI, FRANK e BELLER, DENNIS, "The study of party factions as competitive political organizations", *in Western Political Quarterly*, vol. XXIX, nº 4, December 1976, pp. 531-549.

BELLER, DENNIS e BELLONI, FRANK, "Party and faction: modes of political competition", *in* FRANK BELLONI e DENNIS BELLER (eds.), *Faction Politics: Political Parties and Factionalism in Comparative Perspective*, Santa Barbara, ABC-Clio Press, 1978, pp. 417-450.

BELLONI, FRANK e BELLER DENNIS, "The study of factions", *in* FRANK BELLONI e DENNIS BELLER (eds.), *Faction Politics: Political Parties and Factionalism in Comparative Perspective*, Santa Barbara, ABC-Clio Press, 1978,

pp. 3-17.

BEYME, KLAUS VON, "Elite", *in Marxism Communism and Society A Comparative Encyclopaedia*, (editado por C. D. KERNING), Herder and Herder, 1972, vol. III, pp. 134-137.

BEYME, KLAUS VON, "Elite input and policy output: the case of Germany", *in* MOSHE CZUDNOWSKI (ed.), *Does Who Governs Matter? Elite Circulation in Contemporary Societies*, Illinois, Dekalb, Northern Illinois University Press, 1982, pp. 55 - 155.

BLONDEL, JEAN, *Voters, Parties and Leaders. The Social Fabrics of British Politics*, Harmondsworth, Penguin Book, 1965.

BONIME-BLANC, ANDREA, *Spain's Transition to Democracy: The Politics of Constitution - making*, Boulder, Westview Press, 1987.

BORELLA, FRANÇOIS, *Les Partis Politiques dans la France d'Aujourd'hui*, Paris, Du Seuil, 1981.

BOTTOMORE, TOM e FINER, S. E., *Elites and Society*, London, C. A. Watts and Co., 1964.

BOVERO, MICHELANGELO, *La Teoria dell'Élite*, Torino, Loescher Editore, 1975.

BUDGE, IAN e FAIRLIE, DENNIS, *Voting and Party Competition*, New York, John Wiley and Sons, 1977.

CACIAGLI, MARIO, *Elecciones y Partidos en la Transición Española*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, Siglo XXI, 1986.

CAMPBEL, BRUCE e CHARLTON, SUE ELLEN, "The ambiguity of faction: fragmentation and bipolarization in France", *in*

FRANK BELLONI e DENNIS BELLER (eds.), *Faction Politics: Political Parties and Factionalism in Comparative Perspective,* Santa Barbara, ABC-Clio Press, 1978, pp. 141-160.

CAMPO, SALUSTIANO DEL, TEZANOS, FÉLIX e SANTIN, WALTER, "The spanish political elite: permanency and change", *in* MOSHE CZUDNOWSKI (ed.), *Does who Governs Matter? Elite Circulation in Contemporary Societies,* Illinois, Dekalb, Northern Illinois University Press, 1982, pp. 125-153.

CARR, RAYMOND e FUSI, JUAN PABLO, *Spain, Dictatorship to Democracy,* London, George Allen and Unwin, 1979.

CASTILLO, PILAR DEL, *La Financiación de Partidos y Candidatos en las Democracias Occidentales,* Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, Siglo XXI, 1985.

CAYROL, ROLAND, PARODI, JEAN-LUC e YSMAL, COLETTE, *Le Député Français,* Paris, Armand Colin et Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1973.

CAYROL, ROLAND e PERRINEAU, PASCAL, "Governing elites in a changing industrial society: the case of France", *in* MOSHE CZUDNOSWSKI (ed.), *Does who Governs Matter? Elite Circulation in Contemporary Society,* Illinois, Dekalb, Northern Illinois University Press, 1982, p. 90-124.

CHAMBERS, WILLIAM, *Political Parties in a New Nation: The American Experience 1776-1809,* New York, Oxford University Press, 1963.

CHAMBERS, WILLIAM, "Parties and nation-building in America",

in JOSEPH LAPALOMBARA e MYRON WEINER (eds.), *Political Parties and Political Development*, Princeton, Princeton University Press, 1966, pp. 79-106.

CHARLOT, JEAN, *Le Phénomène Gaulliste*, Paris, A. Fayard, 1970.

CHARLOT, JEAN, "Les élites politiques en France de la III^me^ à la V^me^ République", *in Archives Européenes de Sociologie*, vol. XIV, nº 1, 1973, pp. 78-92.

COTALERO, RAMÓN, "Los partidos políticos en Europa y en España", *in Revista de Política Comparada*, nº 2, Otoño, 1980, pp. 113-136.

COTTA, MAURIZIO, "The italian political class in the twentieth century: continuities and discontinuities", *in* MOSHE CZUDNOSWKI (ed.), *Does Who Governs Matter? Elite Circulation in Contemporary Societies*, Illinois, Dekalb, Northern Illinois University Press, 1982, pp. 154 - 187.

CZUDNOSWKI, MOSHE, "Introduction: a statement of the issues", *in* MOSHE CZUDNOSWSKI (ed.) *Does who Governs Matter? Elite Circulation in Contemporary Societies*, Illinois, Dekalb, Northern Illinois University Press, 1982, pp. 3-12.

DAALDER, HANS, "Parties, elites and political developments in Western Europe", *in* JOSEPH LAPALOMBARA e MYRON WEINER (ed.) *Political Parties and Political Development*, New Jersey, Princeton University Press, 1972, pp. 43-77.

DAALDER, HANS, "The comparative study of european parties and party systems. An overview", *in* HANS DAALDER e PETER

MAIR (eds.), *Western European Party Systems Continuity and Change*, Berverly Hills, Sage Publications, 1983, pp. 1-27.

DAALDER, HANS e MAIR, PETER (eds), *Western European Party Systems Continuity and Change*, Berverly Hills, Sage Publications, 1983.

DAHL, ROBERT, *Who Governs? Democracy and Power in an American City*, New Haven, Yale University Press, 1961.

DAHL, ROBERT, *Modern Political Analysis*, New Jersey, Prentice--Hall, 1964.

DAHL, ROBERT, "Further reflections on the "elitist theory" of democracy" *in American Political Science Review*, vol. LX, nº 2, June 1966, pp. 285-306.

DAHL, ROBERT, "Power", in *International Encyclopaedia of the Social Sciences*, New York, Crowell Collier and Macmillan, vol. XII, 1968, pp. 405-415.

DAHL, ROBERT, "Chi detiene il potere?", *in* GIOVANNI SARTORI, (ed.), *Antologia di Scienza Politica*, Il Mulino, Bologna, 1970, pp. 187-195.

DAHL, ROBERT, "Some explanations", *in* ROBERT DAHL, *Political Oppositions in Western Democracies*, New Haven, Yale Univereity Press, 1970, pp. 348-386.

DEMARCHI, F. e ELLENA, A. (orgs), "Elite", *in Dizionario di Sociologia*, 1976, pp. 486-491.

DOGAN, MATTEI, "Le vote ouvrier en Europe Occidentale", *in Revue Française de Sociologie*, vol. I, 1960, pp. 25-44.

DOGAN, MATTEI, "Political cleavage and social stratification

in France and Italy", *in* SEYMOUR LIPSET e STEIN ROKKAN (eds.), *Party Systems and Voter Aligments*, New York, The Free Press, 1967, pp. 129-195.

DUVERGER, MAURICE, *Les Partis Politiques*, Paris, Armand Colin, 1969.

DUVERGER, MAURICE, "Duverger's law; forty years later", *in* BERNARD GROFMAN e AREND LIJPHART (eds.), *Electoral Laws and their Political Consequences*, New York, Agathon Press, 1986, pp. 69 a 84.

ECKSTEIN, HARRY, *Division and Cohesion in Democracy. A Study of Norway*, New Jersey, Princeton University Press, 1974.

EDINGER, LEWIS, "Post totalitarian leadership elites in the German Federal Republic", *in American Political Science Review*, vol. 54, 1960, pp. 58-83.

EDINGER, LEWIS e SEARING, DONALD, "Social back-ground in elite analysis: a methodological inquiry", *in American Political Science Review*, vol. 61, 1967, pp. 428-445.

EDINGER, LEWIS e SEARING, DONALD, "Leadership: an interdisciplinary bibliography", *in LEWIS EDINGER (ed.), Political Leadership in Industrialized Societies Studies in Comparative Analysis*, New York, John Wiley and Sons, 1967, pp. 348-366.

ELDERSVELD, SAMUEL, *Political Parties A Behavioural Analysis*, Chicago, Rand McNally and Company, 1964.

ELDERSVELD, SAMUEL, KOOIMAN, JAN e VAN DER TACK, THEO, *Elite Images of Dutch Politics. Accommodation and Conflict*,

Ann Arbor, The University of Michigan Press, 1981.

ELDERSVELD, SAMUEL, *Political Parties in American Society*, New York, Basic Books, 1982.

ENGELMANN, FREDERICK, "A critique of recent writings on political parties", *in Journal of Politics*, vol. XIX, nº 3, pp. 423 - 440.

EPSTEIN, LEON, *Political Parties in Western Democracies*, New Brunswick, Transaction Books, 1982.

EULAU, HEINZ e KNOPF, DAVID, "Occupational mobility and political career", in *Western Political Quarterly*, vol. XV, 1962, pp. 507-521.

FINER, S. E., *The Changing British Party System, 1945-1979*, Washington D. C., American Enterprise Institute for Public Policy Research, 1980.

FISICHELLA, DOMENICO, *Sviluppo Democratico e Sistemi Elettorali*, Firenze, Sansoni, 1970.

FLERON, FREDERICK, "Notes on the explication of the concept 'elite' in soviet studies", *in Canadian Slavic Studies*, vol. II, nº 1, Spring 1968, pp. 111-115.

FLORA, PETER, "Il macro-modello dello sviluppo politico europeo di Stein Rokkan", *in Rivista Italiana di Scienza Politica*, vol. X, nº 3, 1980, pp. 369-435.

FRIEDRICH, CARL, "Potere, comando e obbedienza", *in* GIOVANNI SARTORI (ed.), *Antologia di Scienza Politica*, Bologna, Il Mulino, 1970, pp. 9-139.

FRIEDRICH, CARL e VON BEYME, KLAUS, "Leadership", *in Marxism, Communism and Society A Comparative Encyclopaedia*,

(editado por C. D. KERNING), Herder and Herder, 1972, vol. V, p. 154.

GALLAGHER, MICHAEL, "Introduction", *in* MICHAEL GALLAGHER e MICHAEL MARSH (eds.), *Candidate Selection in Comparative Perspective the Secret Garden of Politics*, London, Sage Publications, 1988, pp. 1-19.

HARASYMIW, BODHAN, *Political Elite Recruitment in the Soviet Union*, London, MacMillan Press, 1984.

HERMET, GUY, *Los Catolicos en la España Franquista*, Madrid, Siglo XXI, 1985.

HINE, DAVID, "Factionalism in west european parties: a framework for analysis", *in West European Politics*, vol. I, 1982, pp. 36-53.

HOGAN, D., *Election and Representation*, Cork, Cork University Press, 1945.

HUNTINGTON, SAMUEL, *Political Order in Changing Societies*, New Haven, Yale University Press, 1969.

INGLEHART, RONALD, *The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles Among Western Publics*, New Jersey, Princeton University Press, 1977.

JACK, MALCOM, "Elite theory: ideological, tautological or scientific?", *in* IVOR CREWE (ed.), *Elites in Western Democracy, British Political Sociology Yearbook*, London, Croom Helms, vol. I, 1974, pp. 264-278.

JANDA, KENNETH, *A Conceptual Framework for the Comparative Analysis of Political Parties*, Beverly Hills, Sage Publications, 1970.

JANOSIK, EDWARD, "Factionalism in the labour party", *in* RICHARD ROSE (ed.), *Studies in British Politics. A Reader in Political Sociology*, London, MacMillan Press, 1976, pp. 446-457.

JANOWITZ, MORRIS, "The systematic analysis of political biography", *in World Politics*, vol. IV, April 1954, pp. 405-412.

JANOWITZ, MORRIS, "Social stratification and the comparative analysis of elites", *in Explorations in Enterpreneurial History*, Winter supl., 1956, pp. 6-11.

JANOWITZ, MORRIS e SEGAL, DAVID, "Social cleavage and party affiliation: Germany, Great Britain and the United States", *in* GIUSEPPE DI PALMA (ed.), *Mass Politics*, Chicago, Markham, 1972, pp. 200-225.

JOHNSON, R. W., "The british political elite, 1955-1972", *in Archives Européennes de Sociologie*, vol. XIV, nº 1, 1973, pp. 35-77.

KATZ, R. S., "Preferential voting and factionalism: a theory and three test cases", comunicação apresentada à sessão *West European Parties*, European Consortium for Political Research, Firenze, March 1980.

KELLER, SUZANNE, *Beyond the Ruling Class: Strategic Elites in Modern Society*, New York, Random House, 1963.

KELLER, SUZANNE, "Elites", *in International Encyclopaedia of The Social Sciences*, New York, MacMillan and The Free Press, vol. V, pp. 26-29.

KEY, V. O., *Politics, Parties and Pressure Groups*, New York,

Alfred A. Knopf, 1952.

KIRCHEIMER, OTTO, "El camino hacia el partido de todo el mundo", *in* KURT LENK e FRANZ NEUMANN (eds.) *Teoria y Sociologia Criticas de los Partidos Politicos*, Barcelona, Editorial Anagrama, 1980, pp. 328-347.

KOLEGAR, FERDINAND, "The elite and the ruling class: Pareto and Mosca reexamined", *in Review of Politics*, vol. XXIX, 1967, pp. 354-369.

LAPALOMBARA, JOSEPH e WEINER, MYRON, "The origin and development of political parties", *in* JOSEPH LAPALOMBARA e MYRON WEINER (eds.), *Political Parties and Political Development*, Princeton University Press, New Jersey, 1972, pp. 3-42.

LASSWELL, HAROLD, *Politics Who Gets What, When, How*, New York, Peter Smith, 1950.

LASSWELL, HAROLD e ROTHWELL, EASTON (eds.), *The Comparative Study of Elites: An Introduction and Bibliography*, Stanford, Stanford University Press, 1952.

LASSWELL, HAROLD e LERNER, DAVID, *World Revolutionary Elites*, Cambridge, Massachusets, MIT Press, 1965.

LAVAU, GEORGES, *Partis Politiques et Réalités Sociales*, Paris, Armand Colin, 1953.

LAVAU, GEORGES, "Partis et systèmes politiques: interactions et fonctions", *in Revue Canadienne de Science Politique*, vol. II, nº 1, Mars, 1969, pp. 18-42.

LENK, KURT e NEUMANN, FRANZ (eds.), *Teoria y Sociologia Criticas de los Partidos Politicos*, Madrid, Editorial Ana-

grama, 1980.

LEYS, COLIN, "Models, theories and the theory of political parties", *in Political Studies*, vol. VII, nº 2, pp. 127 - 146.

LIJPHART, AREND, "Typologies of democratic systems", *in* AREND LIJPHART (ed.), *Politics in Europe*, New Jersey, Englewood Cliffs, Prentice Hall, 1969, pp. 46-80.

LIJPHART, AREND, "Consociational democracy", *in World Politics*, vol. XXI, January 1969, pp. 207-225.

LIJPHART, AREND, *Power Sharing in South Africa*, Berkeley, Institute of International Studies, University of California, 1985.

LINZ, JUAN, "Early state-building and late peripheral nationalism against the state: the case of Spain", *in* S. N. EISENSTADT e STEIN ROKKAN (eds.), *Building Nations and States, (Analyses by Region)*, Beverly Hills, Sage Publications, vol. II, 1973, pp. 32-116.

LINZ, JUAN, "Patterns of land tenure, division of labour and voting behaviour in Europe", *in Comparative Politics*, vol. VII, nº 3, 1978, pp. 365-430.

LIPSET, SEYMOUR, "Party systems and the representation of social groups", *in European Journal of Sociology*, vol. I, nº 1, 1960, pp. 53 - 85.

LIPSET, SEYMOUR, *Political Man: The Social Bases of Politics*, New York, Garden City, Doubleday and Company, 1963.

LIPSET, SEYMOUR, "Political cleavages in 'developed' and 'emerging' politics", *in* ERIK ALLARDT e YRJÖ LITTUNEN

(eds.), *Cleavages, Ideologies and Party Systems*, Helsinki, Transactions of the Westermaarck Society, 1964, pp. 21-55.

LIPSET, SEYMOUR e SOLARI, ALDO (eds.), *Elites in Latin America*, Oxford, Oxford University Press, 1967.

LIPSET, SEYMOUR e ROKKAN, STEIN, "Cleavage structures, party systems and voter alignements: an introduction", *in* SEYMOUR LIPSET e STEIN ROKKAN (eds.), *Party Systems and Voter Alignements*, New York, The Free Press, 1967, pp. 1-64.

LORWIN, VAL, "Segmented pluralism, ideological cleavages and political cohesion in the smaller european democracies", *in Comparative Politics*, vol. III, nº 2, January 1971, pp. 141-175.

MACHIN, HOWARD (ed.), *National Communism in Western Europe: a Third Way to Socialism*, London, Methwen, 1983.

MANN, DEAN, "The selection of federal political executives", *in The American Political Science Review*, vol. 58, 1964, pp. 81-99.

MARAVALL, JOSÉ MARIA, *The Transition to Democracy in Spain*, London, Croom Helm, 1982.

MARAVALL, JOSÉ MARIA e SANTAMARÍA, JULIÁN, "Crisis del franquismo, transición política y consolidación de la democracia en España", *in Sistema*, nºs 68-69, Noviembre, 1985, pp. 79-129.

MAVROGORDATOS, GEORGE, *Party cleavages, A Report on the Literature*, Berkeley University, 1972, (policopiado).

MAVROGORDATOS, GEORGE, *Stillborn Republic: Social Coalitions and Party Strategies in Greece 1922-36*, Berkeley, University of California Press, 1983.

MERKL, PETER, "Factionalism: the limits of the West-German party-state", *in* FRANK BELLONI e DENNIS BELLER (eds.), *Faction Politics: Political Parties and Factionalism in Comparative Perspective*, Santa Barbara, ABC-Clio Press, 1976, pp. 245-264.

MERKL, PETER (ed.), *Western European Party Systems*, New York The Free Press, 1980.

MERRIAM, CHARLES, *The American Party System*, New York, MacMillan, 1922.

MICHELS, ROBERT, *Studi sulla Democrazia e sull'Autorità*, Firenze, "La Nuova Italia" Editrice, 1933.

MICHELS, ROBERT, "Democrazia formale e realtà oligarchica", *in* GIORDANO SIVINI (ed.), *Sociologia dei Partiti Politici Le Transformazioni nelle Democrazie Rappresentative*, Bologna, Il Mulino, 1971, pp. 175-194.

MICHELS, ROBERT, *Les Partis Politiques. Essai sur les Tendances Oligarchiques des Démocraties*, Paris, Flammarion, 1971.

MILLER, WARREN E. e JENNINGS, M. KENT, *Parties in Transition. A Longitudinal Study of Party Elites and Party Supporters*, New York, Russel Sage Foundation, 1986.

MILLS, CHARLES WRIGHT, *La Elite del Poder*, Mexico, Fondo de Cultura Economica, 1957.

MORLINO, LEONARDO, "Consolidación democrática: definición,

modelos, hipótesis", *in Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, Madrid, CIS, nº 35, Julio/ /Septiembre, 1986, pp. 7 - 61.

MORLINO, LEONARDO, "Consolidamento democratico: definizione e modelli", *in Rivista Italiana di Scienza Politica*, nº 2, 1986, pp. 197 - 238.

MORLINO, LEONARDO, "Consolidamento democratico: alcune ipotesi explicative", *in Rivista Italiana de Scienza Politica*, nº 3, 1986, pp. 339 - 459.

MOSCA, GAETANO, *La Classe Politica*, (organizado por NORBERTO BOBBIO), Bari, Editori Laterza, 1972.

NADEL, S. F., "The concept of social elites", *in International Social Sciences Bulletin*, vol. VIII, 1956, pp. 413-424.

NEUMANN, SIGMUND, "Toward a comparative study of political parties" *in* SIGMUND NEUMANN (ed.), *Modern Political Parties - Approaches to Comparative Politics*, Chicago, The University of Chicago Press, 1975, pp. 395-421.

NICHOLAS, RALPH, "Factions: a comparative analysis", *in* MICHAEL BANTON (ed.), *Political Systems and the Distribution of Power*, London, Tavistock, 1965, pp. 21-61.

OSTROGORSKY, MOISEI, *La Démocracie et les Partis Politiques*, (organizado por PIERRE ROSAN VALLON), Paris, Du Seuil, 1979.

PARRY, GERAINT, *Political Elites*, London, George Allen and Unwin, 1977.

PASQUINO, GIANFRANCO, "Le radici del frazionismo e il voto di

preferenza", *in* GIOVANNI SARTORI (org.), *Correnti, Frazionismo e Fazioni nei Partiti Politici Italiani,* Bologna, Il Mulino, 1973, pp. 75-91.

PASSIGLI, STEFANO, "Proporzionalismo, frazionismo e crisi dei partiti: quid prior?", *in Rivista Italiana di Scienza Politica,* vol. I, 1972, p. 132.

PESONEN, PERTTI, "Dimensions of political cleavage in multy--party systems", *in European Journal of Political Research,* 1, 1973, pp. 109-132.

PIZZORNO, ALESSANDRO, "Uno schema teorico per l'analisi dei partiti politici", *in* PAOLO FARNETI (org.), *Il Sistema Politico Italiano,* Bologna, Il Mulino, 1973, pp. 241--259.

PREWITT, KENNETH, *The Rercruitment of Political Leaders: A Study of Citizen - Politicians,* Westport, Greenwood Press, 1970.

PUTNAM, ROBERT, *The Comparative Study of Political Elites,* New Jersey, Prentice-Hall, 1976.

RAE, DOUGLAS, *The Political Consequences of Electoral Laws,* New Haven, Yale University Press, 1967.

RAE, DOUGLAS e TAYLOR, MICHAEL, *The Analysis of Political Cleavages,* New Haven, Yale University Press, 1970.

RIGGS, FRED, "Parties and legislatures, some definitional exercises", comunicação apresentada ao *Committee on Conceptual and Terminological Analysis,* International Political Science Association, Montreal, 1973.

RIKER, WILLIAM, "Duverger's law revisited", *in* BERNARD GROFMAN

e AREND LIJPHART (eds.), *Electoral Laws and Their Political Consequences*, New York, Agathon Press, 1986, pp. 19 - 42.

ROBACK, THOMAS e JAMES JUDSON, "Party factions in the United States", *in* FRANK BELLONI e DENNIS BELLER (eds.), *Faction Politics: Political Parties and Factionalism in Comparative Perspective*, Santa Barbara, ABC-Clio Press, 1976, pp. 329-335.

ROCHON, THOMAS, "Patterns and consequences of subcultural integration of the dutch elite", *in* MOSHE CZUDNOSWSKI (ed.), *Does Who Governs Matter? Elite Circulation in Contemporary Societies*, Illinois, Dekalb, Northern Illinois University Press, 1982, pp. 243-264.

ROKKAN, STEIN, "The structuring of mass politics in the smaller european democracies", *in Comparative Studies in Society and History*, vol. 50, nº 2, 1968, pp. 173-210.

ROKKAN, STEIN, *Citizens, Elections, Parties*, New York, David McKay Company, 1970.

ROSE, RICHARD, "Parties, factions and tendencies in Britain", *in Political Studies*, vol. XII, 1964, pp. 33-46.

ROSE, RICHARD, "Classes sociales et partis politiques en Grande-Bretagne dans une perspective historique", *in Revue Française de Sociologie*, vol. VII, 1966, pp. 636-662.

ROSE, RICHARD, "Class and party divisions: Britain as a test case", *in Sociology*, vol. II, 1968, pp. 129-162.

ROSE, RICHARD e URWIN, DEREK, "Social cohesion, political parties and strains in regimes", *in Comparative Political*

Studies, vol. II, nº 1, April 1969, pp. 7-67.

ROSS, RALPH, "Elites and the methodology of politics", *in* *Public Opinion Quarterly*, vol. XVI, 1952, pp. 27-32.

SANI, GIACOMO e SARTORI, GIOVANNI, "Frammentazione, polarizzazione e cleavages: democrazia facili e difficili", *in* *Rivista Italiana di Scienza Politica*, vol. VIII, nº 3, 1978, pp. 339-361.

SANTAMARÍA, JULIÁN, "Transición controlada y dificultades de consolidación: el ejemplo español", *in* JULIÁN SANTAMARÍA (org.), *Transición a la Democracia en el Sur de Europa y América Latina*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, 1982, pp. 371 - 417.

SANTAMARÍA, JULIÁN, ORDUÑA, E. e ARTAJO, MARTÍN, *Documentos para la Historia del Regionalismo en España*, Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local, 1977.

SANTAMARÍA, JULIÁN, "Elecciones generales de 1982 y consolidación de la democracia: a modo de introducción", *in* *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, nº 28, Octubre-Diciembre 1984, pp. 7-17.

SARTORI, GIOVANNI, "Proporzionalismo frazionismo e crisi dei partiti", *in Rivista Italiana di Scienza Politica*, vol. I, nº 3, 1971, pp. 629-655.

SARTORI, GIOVANNI, "European political parties: the case of polarized pluralism", *in* JOSEPH LAPALOMBARA e MYRON WEINER (eds.), *Political Parties and Political Development*, Princeton, Princeton University Press, 1972, pp. 137 - 176.

SARTORI, GIOVANNI, *Parties and Party Systems. A Framework for Analysis*, Cambridge, Cambridge University Press, vol. I, 1976.

SARTORI, GIOVANNI, "Il pluralismo polarizzato: critique e replique", *in Rivista Italiana di Scienza Politica*, vol. XII, nº 1, Aprile, 1982, pp. 3-44.

SARTORI, GIOVANNI, "The influence of electoral systems: faulty laws or faulty method", *in* BERNARD GROFMAN e AREND LIJPHART (eds.), *Electoral Laws and Their Political Consequences*, New York, Agathon Press, 1986, pp. 43 - - 68.

SCARROW, HOWARD, "The function of political parties: a critique of the literature and the approach", *in Journal of Politics*, vol. XXIX, 1967, pp. 770-790.

SCHATTSCHNEIDER, E. E., *Party Government*, New York, Holt, Rinehart and Winston, 1942.

SCHLESINGER, JOSEPH, "Political parties: party units", *in International Enciclopaedia of the Social Sciences*, New York, MacMillan Company and The Free Press, vol. XI, 1968, pp. 428-436.

SCHWARTZ, DAVID, "Toward a theory of political recruitment", *in Western Political Quarterly*, XXII, 1969, pp. 552--571.

SCOTT, ROBERT, "Political elites and political modernization: the crisis of transition", *in* SEYMOUR LIPSET e ALDO SOLARI (eds.), *Elites in Latin America*, London, Oxford University Press, 1967, pp. 117-145.

SCOTT, RUTH e HREBENAR, RONALD, *Parties in Crisis. Party Politics in America*, New York, John Wiley and Sons, 1984.

SEILER, DANIEL-LOUIS, *Partis et Familles Politiques*, Paris, Presses Universitaires de France, 1980.

SELIGMAN, LESTER, "Political recruitment and party structure. A case study", *in American Political Science Review*, vol. 55, 1961, pp. 77-87.

SELIGMAN, LESTER, "Elite recruitment and political development", *in Journal of Politics*, XXVI, 1964, pp. 612-626.

SELIGMAN, LESTER, "Political parties and the recruitment of political leadership", *in* LEWIS EDINGER (ed.), *Political Leadership in Industrial Societies, Studies in Comparative Analysis*, New York, John Wiley and Sons, 1967, pp. 294-315.

SERNINI, MICHELE, *Le Correnti nel Partito*, Milano, Instituto Editoriale Cisalpino, 1966.

SHARE, DONALD, "Transitions to democracy and transitions through transaction", *in Comparative Political Studies*, vol. 19, nº 4, January 1987, pp. 525 - 548.

SPREAFICO, ALBERTO e CAZZOLA, FRANCO, "Correnti di partito e processi di identificazione", *in Il Politico*, vol. XXXV, 1970, pp. 695-717.

STERN, A., TARROW, SIDNEY e WILLIAMS, M., "Factions and opinion groups in european mass parties", *in Comparative Politics*, vol. III, 1971, pp. 529-559.

STOKES, DONALD, "Spatial models of party competition", *in*

ANGUS CAMPBELL, PHILIP CONVERSE, WARREN MILLER e DONALD STOKES (eds.), *Elections and the Political Order*, New York, John Wiley, 1966, pp. 161-179.

TARROW, SIDNEY, *Peasant Communism in Southern Italy*, New Haven, Yale University Press, 1967.

TARROW, SIDNEY, "Economic development and the transformation of the italian party system", *in Comparative Politics*, vol. I, January 1969, pp. 161-183.

TOURAINE, ALAIN, "L'evoluzione dei partiti di massa e la transformazione delle élites politiche", *in* GIORDANO SIVINI (ed.), *Sociologia dei Partiti Politici*, Bologna, Il Mulino, 1971, pp. 273-283.

TRIMBERGER, ELLEN, "A theory of elite revolutions", *in Studies in Comparative International Development*, 7, 1972, pp. 191 - 207.

URWIN, DEREK, "Social cleavages and political parties in Belgium: problems of institucionalization", *in Political Studies*, vol. XVIII, nº 3, 1970, pp. 320-340.

WALKER, JACK, "A critique of the elitist theory of democracy", *in American Political Science Review*, vol. LX, nº 2, June 1966, pp. 285-295.

WARD, LESTER, "Sinergy", *in International Encyclopaedia of Social Sciences*, New York, MacMillan and Free Press, vol. XVI, 1972, p. 474.

WILDAVSKI, AARON, "A methodological critique of Duverger's political parties", *in Journal of Politics*, vol. XXI, May 1985, pp. 303 - 318.

ZANNONI, PAOLO, "Il concetto di elite", in *Rivista Italiana de Scienza Politica*, vol. VII, nº 3, 1977, pp. 357-391.

ZARISKI, RAPHAEL, "The italian socialist party: a case study in factional conflict", *in American Political Science Review*, vol. XVI, 1962, pp. 372-390.

ZARISKI, RAPHAEL, "Intra-party conflict in a dominant party: the experience of the italian christian democracy", *in Journal of Politics*, vol. XXVII, February 1965, pp. 3-34.

ZARISKI, RAPHAEL, "Party factions and comparative politics: some empirical findings", *in* FRANK BELLONI e DENNIS BELLER (eds.), *Faction Politics: Political Parties and Factionalism in Comparative Perspective*, Santa Barbara, ABC-Clio Press, 1976, pp. 19-38.

ZARTMAN, WILLIAM, *Elites in the Midde East*, New York, Praeger, 1980.

ZUCKERMAN, ALAN, "Social structure and political competition: the italian case", *in World Politics*, vol. XXIV, 1972, pp. 428-444.

ZUCKERMAN, ALAN, "Political cleavages: a conceptual and theoretical analysis", *in British Journal of Political Science*, vol. V, nº 2, April 1975, pp. 231-248.

ZUCKERMAN, ALAN, "The concept "political elite:" lessons from Mosca and Pareto", *in Journal of Politics*, vol. XXXIX, 1977, pp. 324-344.

2.2 SOBRE A REALIDADE POLÍTICA E SOCIAL PORTUGUESA E O PPD/PSD

a) Estudos diversos

AGUIAR, JOAQUIM, *O Pós-Salazarismo, 1974-1984*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1985.

AGUIAR, JOAQUIM, "A fluidez oculta num sistema partidário ultra estável", *in Revista de Ciência Política*, Lisboa, Instituto de Estudos Políticos, nº 1, 1º semestre 1985, pp. 7-34.

AGUIAR, JOAQUIM, *A Ilusão do Poder. Análise do Sistema Partidário Português 1976-1982*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1985.

AGUIAR, JOAQUIM, "Dinamica del sistema de partidos: condiciones de estabilidad", *in Revista de Estudios Políticos*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, nºs 60-61, Abril-Septiembre, 1988, pp. 209 a 230.

ALMADA, TERESA, *Diário da Reforma Agrária*, Lisboa, Publicações Europa-América, s.d.

ANACLETO, A. NEVES, *A Inventona do 28 de Setembro. Quem a Fez?* Lisboa, ed. do autor, s.d..

ANDRÉ, ISABEL e GASPAR, JORGE, "Geografia electoral: 1975 y 1985", *in Revista de Estudios Políticos*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, nºs 60-61, Abril-Septiembre, 1988, pp. 253 - 273.

ÂNGELO, VICTOR, "O ensino discriminatório: liceu e escola tec-

nica - resultados de um inquérito", *in Análise Social*, Lisboa, GIS, 2ª série, nº 44, vol. XI, 1975, pp. 576--629.

ANTUNES, JOSÉ FREIRE, *O Segredo do 25 de Novembro*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1980.

ANTUNES, JOSÉ FREIRE, *Os Americanos e Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987.

AVILLEZ, MARIA JOÃO, *Francisco Sá Carneiro, Solidão e Poder*, Lisboa, Cognitio, 1981.

BACALHAU, MÁRIO, *Eanes: A Solução?*, Lisboa, Heptágono, s.d..

BACALHAU, MÁRIO e BRUNEAU, THOMAS, *Os Portugueses e a Política Quatro Anos Depois do 25 de Abril, Sondagem à Opinião Pública*, Lisboa, Editorial Meseta, 1978.

BALABANIAN, OLIVIER, *Problemas Agrícolas e Reformas Agrárias no Alto Alentejo e na Estremadura Espanhola*, Lisboa, ed. do autor, 1984.

BARROSO, JOSÉ DURÃO, "Formas e tempos políticos da democratização. O caso português", *in Prospectivas*, nºs 10-11--12, 1982, pp. 41-50.

BARROSO, JOSÉ DURÃO, "El proceso de democratización: una tentativa de interpretación a partir de una perspectiva sistemica", *in Revista de Estudios Políticos*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, nºs 60-61, Abril-Septiembre, 1988, pp. 69 - 100.

BLUME, NORMAN, "SEDES: an example of opposition in a conservative authoritarian state", *in Government and Opposition*, nº 12, 1979, pp. 351-366.

BRUNEAU, THOMAS C., "The left and the emergence of liberal democracy", *in* BERNARD BROWN (ed.), *Eurocommunism and Eurosocialism; The Left Confronts Modernity*, New York, Cyro Press, 1979, pp. 114 - 178.

BRUNEAU, THOMAS C., "Patterns of politics since the April revolution", *in* JORGE BRAGA DE MACEDO e SYMON SERFATY (eds), *Portugal since the revolution*, Boulder, Westview Press, 1981, pp. 1 - 24.

BRUNEAU, THOMAS C., "Continuity and change in portuguese politics: ten years after the revolution of 25 April 1974", *in West European Politics. Special Issue on the New Mediterranean Democracies: Regime Transition in Spain, Greece and Portugal* (editado por GEOFFREY PRIDHAM), London, Frank Cass, vol. 7, nº 2, April 1984, pp. 72 - 83.

BRUNEAU, THOMAS C., *Politics and Nationhood; Post-Revolutionary Portugal*, New York, Praeger, 1984.

CABRAL, MANUEL VILLAVERDE, *Portugal na Alvorada do Século XX*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979.

CABRAL, MANUEL VILLAVERDE, "The portuguese communist party: the weight of fifthy years of history", *in* HOWARD MACHIN (ed.), *National Communism in Western Europe: a Third Way to Socialism*, London, Methwen, 1983, pp. 180 a 199.

CAETANO, MARCELO, *Renovação na Continuidade*, Lisboa, Verbo, 1971.

CAETANO, MARCELO, "A grande opção: servir ou destruir Portu-

gal", discurso proferido no encerramento do Seminário promovido pela Comissão Concelhia de Lisboa da ANP, 9 de Abril de 1973, Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1973.

CAETANO, MARCELO, "O apelo do interesse geral", discurso proferido em Aveiro, 24 de Junho de 1973, Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1973.

CAETANO, MARCELO, "Em defesa da liberdade", discurso proferido no encerramento do I Congresso da ANP, Tomar, 6 de Maio de 1973, Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1973.

CAETANO, MARCELO, "Reforma dos Ministérios que se ocupam da economia", discurso proferido na cerimónia de posse de novos membros do Governo no Palácio de S. Bento, 15 de Março de 1974, Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1974.

CAETANO, MARCELO, *Depoimento,* Rio de Janeiro, Record, s.d..

CANOTILHO, J. GOMES e MOREIRA, VITAL, *Constituição da República Portuguesa, Anotada,* Coimbra, Coimbra Editora, 1980.

CAPUCHO, ANTÓNIO D'OREY, "Os resultados das eleições autárquicas", *in Revista Progresso Social e Democracia,* nº 2, Fevereiro de 1983, pp. 27-33.

CARNEIRO, FRANCISCO SÁ, *A Liberalização Bloqueada,* Lisboa, Moraes, 1973.

CARNEIRO, FRANCISCO SÁ, *Poder Civil Autoridade Democrática e Social-Democracia,* Lisboa, Publicações Dom Quixote,

1975.

CARNEIRO, FRANCISCO SÁ, *Impasse,* Lisboa, Edições Macroplan, 1978.

CARNEIRO, FRANCISCO SÁ, *Uma Constituição para os Anos 80 - - Contributo para um Projecto de Revisão,* Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1979.

CARNEIRO, FRANCISCO SÁ, *Textos, 1º vol., 1969-1973,* Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1981.

CARNEIRO, FRANCISCO SÁ, *Textos, 2º vol., 1973-1974,* Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1982.

CARNEIRO, FRANCISCO SÁ, *Textos, 3º vol., 1974-1975,* Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1982.

CARNEIRO, FRANCISCO SÁ, *Textos, 4º vol., 1975-1977,* Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1984.

CARRILHO, MARIA, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Séc. XX. Para uma Explicação Sociológica do Papel dos Militares,* Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985.

CARVALHO, CAMILO, ANTUNES, CARVALHEIRA e FERREIRA, SERAFIM, (coord), *Sabotagem Económica, "Dossier" Banco Espírito Santo,* Trabalho Colectivo de Delegados Sindicais do Banco Espírito e Comercial de Lisboa, Universidade do Povo, Lisboa. Diabril, 1975.

CONDOMINES, JONES e BARROSO, JOSÉ DURÃO, "La dimension gauche--droite et la competition entre les partis politiques en Europe du Sud (Portugal, Espagne, Grece), *in Il Politico,* anno XLIX, nº 3, 1984, pp. 405-438.

CORREIA, JOSÉ MANUEL SÉRVULO, "O sector cooperativo português" *in* Separata do *Boletim do Ministério da Justiça*, nº 196, 1970, pp. 5 - 121.

COSTA, ADELINO AMARO DA, *Escritos do Governo*, Lisboa, Instituto Democracia e Liberdade - Amaro da Costa, 1981.

CRESPO, VITOR PEREIRA, "Estratificação social dos militantes do PSD", *in Revista Progresso Social e Democracia*, nº 2, Fevereiro 1982, pp. 35-38.

CRUZ, MANUEL BRAGA DA, *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1986.

CRUZ, MANUEL BRAGA DA, "A evolução das instituições políticas: partidos políticos e forças armadas na transição portuguesa (1974-1986)", *in* separata da revista *Povos e Culturas*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, nº 1, 1986, pp. 205 - 215.

CRUZ, MANUEL BRAGA DA, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.

DIAMANDOUROS, P. NIKIFOROS, RIVILLA, PILAR, NOVO, JOAQUIN LOPEZ, TURSAN, HURI e SCHMITTER, PHILIPPE, *A Bibliographical Essay on Southern Europe and its Recent Transition to Political Democracy*, EVI Working paper, nº 86/208, Badia Fiesolana, Firenze, 1986.

DOMINGOS, EMÍDIO DA VEIGA, *Portugal Político. Análise das Instituições*, Lisboa, Edições Rolim, 1980.

FERREIRA, JOÃO PALMA (coord.), *As Eleições de Outubro de 1969. Documentação Básica*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1970.

FERREIRA, JOSÉ MEDEIROS, *Do Código Genético no Estado Democrático*, Lisboa, Contexto Editora, 1981.

FERREIRA, JOSÉ MEDEIROS, *Ensaio Histórico sobre a Revolução do 25 de Abril. O Período Pré-Constitucional*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1983.

FIELDS, RONA, *The Portuguese Revolution and the Armed Forces Movement*, New York, Praeger, 1976.

FIGUEIREDO, MÁRIO DE, *Princípios Essenciais do Estado Novo Corporativo*, Coimbra, Biblioteca Universidade de Coimbra Editora Lda, 1936.

FRANCO, ANTÓNIO DE SOUSA, "La iglesia y el poder (1974-1987)", *in Revista de Estudios Políticos*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, nºs 60-61, Abril-Septiembre, 1988, pp. 389 - 412.

GALLAGHER, TOM, "Portugal's bid for democracy: the role of the socialist party", *in European Politics*, nº 2, vol. 2, May 1979, pp. 198 - 217.

GALLAGHER, TOM, "Twice choosing the unexpected: the portuguese elections of 1985 and 1986", *in West European Politics, Special Issue on the Politics of the Communications Revolution in Western Europe* (editado por KENNETH DYSON e PETER HUMPHREYS), London, Frank Cass, vol. 9, nº 4, October 1986, pp. 233-237.

GALLAGHER, TOM, "Goodbye to revolution: the portuguese election of July 1987", *in West European Politics*, vol. 11, nº 1, January 1988, pp. 139-145.

GASPAR, JORGE e VITORINO, NUNO, *As Eleições do 25 de Abril*,

Geografia e Imagem dos Partidos, Lisboa, 1976.

GOMES, JOÃO A. DE SALES, "Ideologia política - ideologias dos partidos parlamentares", *in Prospectivas*, nº 3, Julho/-/Agosto/Setembro, 1980, pp. 11-13.

GRAHAM, LAWRENCE, *Portugal: the Decline and Colapse of an Authoritarian Order*, London, Beverly Hills, Sage Professional Papers in Comparative Politics, 1975.

GRAHAM, LAWRENCE, "The military in politics: the politicization of the portuguese Armed Forces", *in* LAWRENCE GRAHAM e HARRY MAKLER (eds.), *Contemporary Portugal. The Revolution and Its Antecedents*, Austin, University of Texas Press, 1979, pp. 221 - 256.

GRAHAM, LAWRENCE e MAKLER, HARRY (eds.), *Contemporary Portugal The Revolution and Its Antecedents*, Austin, University of Texas Press, 1979.

GRAHAM, LAWRENCE e WHEELER, DOUGLAS (eds), *In Search of Modern Portugal, The Revolution and Its Consequences*, Madison, the University of Wisconsin Press, 1983.

JÚDICE, JOSÉ MIGUEL, *Portugal à Deriva*, Lisboa, Edições do Templo, 1978.

KRUGMAN, PAUL e MACEDO, JORGE BRAGA DE, "The economic consequences of the April 25th revolution", *in* JORGE BRAGA DE MACEDO e SYMON SERFATY (eds.), *Portugal Since the Revolution: Economic Goals and Political Perspectives*, Boulder, Westview Press, 1981, pp. 53-100.

LEAL, ANTÓNIO SILVA, "Os grupos sociais e as organizações na Constituição de 1976 - a ruptura com o corporativismo",

in Estudos sobre a Constituição, vol. 3, 1979, pp. 195--353.

LEITE, JOSÉ PEDRO PINTO, *Política Nacional e Relações Internacionais*, Lisboa, Moraes Editores, 1970.

LEWIS, J. R. e WILLIAMS, A. M., "Social cleavages and electoral performance: the social basis of portuguese political parties, 1976-83", *in West European Politics, Special Issue on the New Mediterranean Democracies, Regime Transition in Spain, Greece and Portugal*, (editado por GEOFFREY PRIDHAM), London, Frank Cass, vol. 7, nº 2, April 1984, pp. 119-137.

LIJPHART, AREND, *Las Democracias Contemporáneas*, Barcelona, Editorial Ariel, 1987.

LOMAX, BILL, "Ideology and illusion in the portuguese revolution; the role of the left", *in* LAWRENCE GRAHAM e DOUGLAS WHEELER (eds.), *In Search of Modern Portugal, The Revolution and Its Consequences*, New York, Free Life Editions, 1977, pp. 105-133.

LOMAX, WILLIAM, *Revolution in Portugal: 1974-1976; A Bibliography*, Durham, The International Conference Group on Modern Portugal, 1978 (policopiado).

LOPES, PEDRO SANTANA e BARROSO, JOSÉ MANUEL DURÃO, *Sistema de Governo e Sistema Partidário*, Lisboa, APRI, 1984.

LOPES, PEDRO SANTANA, "PPD/PSD: la dependencia del carisma", *in Revista de Estudios Políticos*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, nºs 60-61, Abril-Septiembre, 1988, pp. 173 - 184.

LUCENA, MANUEL DE, *A Evolução do Sistema Corporativo Português*, 2 vol., Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1976.

LUCENA, MANUEL DE, *O Estado da Revolução. A Constituição de 1976*, Lisboa, Edições Jornal Expresso, 1978.

LUCENA, MANUEL DE, *Revolução e Instituições. A Extinção dos Grémios da Lavoura Alentejanos*, Lisboa, Publicações Europa-América, s.d.

MACEDO, JORGE BRAGA DE e SERFATY, SIMON (eds.), *Portugal Since the Revolution: Economic Goals and Political Perspectives*, Boulder, Westview Press, 1981.

MALTEZ, JOSÉ ADELINO, *Nas Encruzilhadas do País Político. Uma Perspectiva da Direita Democrática*, Lisboa, Instituto D. João de Castro, 1987.

MARQUES, A. OLIVEIRA, *A Unidade de Oposição à Ditadura (1928--1931)*, Lisboa, Europa-América, 1973.

MARQUES, ANTÓNIO DE OLIVEIRA, *História de Portugal*, 2 vol., Lisboa, Palas Editores, 2 vol., 1975.

MARQUES, ANTÓNIO DE OLIVEIRA, *História da I República Portuguesa. As Estruturas de Base*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1978.

MARTINS, J. SILVA, *Estruturas Agrárias em Portugal Continental*, 2 vol., Lisboa, Prelo, 1975.

MAXWELL, KENNETH, "Portugal: The hidden revolution", *in New York Review of Books*, April 17, 1975, pp. 29 - 35.

MAXWELL, KENNETH, "Portuguese communism", *in* GEORGE SCHWAB (ed.), *Euro-Communism: The Ideological and Political Theoretical Foundations*, Westport, Greenwood Press,

1981, pp. 269 - 302.

MIRANDA, JORGE, *Constituição e Democracia,* Lisboa, Livraria Petrony, 1976.

MIRANDA, JORGE, *Fontes e Trabalhos Preparatórios da Constituição,* 2 vols., Colecção Estudos Portugueses, Edições Oficinas Gráficas da Papelaria Fernandes, 1978.

MIRANDA, JORGE, *A Constituição de 1976. Formação, Estrutura, Princípios Fundamentais,* Lisboa, Petrony, 1978.

MIRANDA, JORGE, "A participação dos militares no exercício da soberania", *in Estudos Sobre a Constituição,* II vol., Lisboa, Livraria Petrony, 1978, pp. 43-56.

MIRANDA, JORGE, *Manual de Direito Constitucional,* vol. I, Coimbra, Coimbra Editora, 1981.

MONTEIRO, CONCEIÇÃO, JÚDICE, JOSÉ MIGUEL, SOUSA, MARCELO REBELO DE e LOPES, PEDRO SANTANA, *Contra o Bloco Central,* Lisboa, Cognitio, 1983.

MORAIS, ISALTINO, ALMEIDA, JOSÉ M. FERREIRA DE, L. e PINTO, RICARDO L., LEITE, *Constituição da República Portuguesa, Anotada e Comentada,* Lisboa, Rei dos Livros, 1983.

MOREIRA, ADRIANO, *O Novíssimo Príncipe. Análise da Revolução,* Braga, Intervenção, 1977.

MOREIRA, ADRIANO, "El regimen: presidencialismo del primer ministro", *in Revista de Estudios Políticos,* Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, nºs 60-61, Abril--Septiembre, 1988, pp. 21 a 27.

MOTA, GOMES, *A Resistência - O Verão Quente de 1975,* Lisboa,

Edições Expresso, 1976.

MOTA, MAGALHÃES, DIAS, OLIVEIRA e SILVA, JOSÉ DA, *Encontro de Reflexão Política*, Lisboa, Moraes Editores, 1973.

MUJAL-LEÓN, EUSÉBIO, "The PCP and the portuguese revolution", *in Problems of Communism*, nº 26, 1977, pp. 21 - 41.

NUNES, SEDAS e MIRANDA, J. DAVID DE, "A composição social da população portuguesa - alguns aspectos e implicações", *in Análise Social*, Lisboa, Gabinete de Investigações Sociais, nºs 27-28, pp. 333-381.

OLIVEIRA, J. TIAGO DE, "O sistema eleitoral português como forma de representação", *in Análise Social*, ICS, vol. XVII, nº 65, 1981, pp. 7 - 16.

Opções Inadiáveis, A Social Democracia para Portugal, Lisboa, Centro do Livro Brasileiro, Julho de 1978.

OPELLO, WALTER C JR., "The continuity impact of the old regime on portuguese political culture", *in* LAWRENCE S. GRAHAM e DOUGLAS L. WHEELER (eds.), *In Search of Modern Portugal. The Revolution and Its Consequences*, Madison, The University of Wisconsin Press, 1983, pp. 199 - 222.

OPELLO, WALTER C JR., *Portugal's Political Development. A Comparative Approach*, Boulder, Westview Press, 1985.

PASQUINO, GIANFRANCO, "Le Portugal: de la dictature corporative a la démocratie socialiste?", *in Il Político*,, 1977, pp. 105 - 128.

PEREIRA, ANTÓNIO MARIA, *A Burla do 28 de Setembro*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1976.

PEREIRA, JOÃO MARTINS, *Portugal 75: Dependência Externa e*

Vias de Desenvolvimento, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1975.

PEREIRA, JOÃO MARTINS, *O Socialismo. A Transição e o Caso Português*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1976.

PEREIRA, JOSÉ PACHECO, "El Partido Comunista Portugués y la izquierda revolucionaria", *in Revista de Estudios Políticos*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, nºs 60-61, Abril-Septiembre, 1988, pp. 69 -100.

PIMLOTT, BEN, "Where the soldiers revolutionary? The Armed Forces Movement in Portugal, 1974-1976", *in Iberian Studies*, 7, 1978, pp. 13 - 21.

PINTADO, XAVIER, *Structure and Growth of the Portuguese Economy*, Geneve, European Free Trade Association, 1964.

PINTO, JAIME NOGUEIRA, *Portugal Os Anos do Fim. A Revolução que veio de Dentro*, Lisboa, Sociedade de Publicações Economia e Finanças Lda, vol. I, 1976.

PINTO, JOSÉ SILVA, (coord.), *Ser ou Não Ser Deputado*, Lisboa Arcádia, 1973

PIRES, FRANCISCO LUCAS, "El sistema de gobierno: su dinamica" *in Revista de Estudios Políticos*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, nºs 60-61, Abril-Septiembre, 1988, pp. 277 - 306.

POULANTZAS, NICOS, *La Crise des Dictatures, Portugal, Gréce, Espagne*, Paris, Du Seuil, 1975.

PRIDHAM, GEOFFREY, "Comparative perspectives on the new mediterranean democracies: a model of regime transition?", *in West European Politics, Special Issue on the New*

Mediterranean Democracies: Regime Transition in Spain, Greece and Portugal (editado por GEOFFREY PRIDHAM), London, Frank Cass, vol. 7, nº 2, April 1984, pp. 1-29.

REIS, ANTÓNIO, "El Partido Socialista en la revolución, en el poder y en la oposición: de la dialectica con el proyecto nacional-militar a la dialectica con el Eanismo", *in Revista de Estudios Políticos*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, nºs 60-61, Abril-Septiembre, 1988, pp. 101 - 138.

RODRIGUES, AVELINO, *O Movimento dos Capitães e o 25 de Abril*, Lisboa, Moraes Editores, 1974.

ROSA, CHAVES, DIAS, MARIA DA CONCEIÇÃO, SOUSA, MARIA IDALINA NEVES DE e LOFF, MARIA ISABEL (org.), *SEDES - Dossier 73/75*, Lisboa, Moraes Editora, 1976.

ROSA, JOÃO, *Diálogos com Sá Carneiro*, Lisboa, Edições Alfa-ómega, 1978.

SANTOS, CARLOS PINTO e NEVES, ORLANDO, *Eanes - Um Presidente no Curso da Constituição*, Lisboa, 1978.

SCHMITTER, PHILIPPE, *Corporatism and Public Policy in Authoritarian Portugal*, London, Beverly Hills, Sage Professional Papers in Comparative Politics, 1975,

SHARE, DONALD, "Transitions to democracy and transition throught transaction", *in Comparative Political Studies*, vol. 19, nº 4, January 1987, pp. 525 - 548.

SILVA, ANTÓNIO DA, "Eleições 75 - fenómeno político", *in Economia e Sociologia*, Évora, Gabinete de Investigação e Acção Social, ISESE, nºs 19-20, 1975, pp. 135-183.

SILVA, ANTÓNIO DA, "Eleições 76 - hipóteses sócio-políticas", *in Economia e Sociologia*, Évora, Gabinete de Investigação e Acção Social, ISESE, nºs 21-22, 1976, pp. 65-115.

SILVA, AUGUSTO DA, "Eleições 75 - fenómeno sócio-cultural", *in Economia e Sociologia*, Évora, Gabinete de Investigação e Acção Social, ISESE, nºs 19-20, 1975, pp. 59-134.

SILVA, AUGUSTO DA, "Eleições para a Assembleia da República - - 1976", *in Economia e Sociologia*, Évora, Gabinete de Investigação e Acção Social, ISESE, nºs 21-22, 1976, pp. 31-63.

SOARES, MÁRIO, *Escritos do Exílio*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1975.

SOARES, MÁRIO, "Portugal - Welcher weg zum Sozialismus", (Interview mit Dominique Pouchin), Berlin, 1976.

SOARES, MÁRIO, *PS Fronteira da Liberdade*, Lisboa, Ed. Portugal Socialista, 1979.

SOARES, MÁRIO, "Confiar no PS - Apostar em Portugal", relatório do Secretário-Geral apresentado ao 3º Congresso na legalidade, Lisboa, Março de 1979.

SOUSA, A. REBELO DE e MARTINS, OLIVEIRA, *Democracia Incompleta*, Fundação Social-Democrata Oliveira Martins, 1978.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "O sistema de governo português", *in Estudos sobre a Constituição*, vol. III, Lisboa, Petrony, 1978.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, *Direito Constitucional, Introdução à Teoria da Constituição*, I vol., Braga, Livraria Cruz,

1979.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1983.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, *O Sistema de Governo Português antes e Depois da Revisão Constitucional*, Lisboa, Cognitio, 1984.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "A Constituição de 1976. O orçamento e o plano", *in Estudos de Direito Público*, nº 12, Cognitio, 1986, pp. 31-36.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "La Constitución y los partidos políticos", *in Revista de Estudios Políticos*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, nºs 60-61, Abril--Septiembre, 1988, pp. 621 - 632.

SOUSA, VINICIO ALVES DA COSTA E, "Caracterização da classe política portuguesa", s.l., s.d. (policopiado).

SPÍNOLA, ANTÓNIO DE, *Portugal e o Futuro. Análise da Conjuntura Nacional*, s.l., Arcádia, 1974.

STOCK, MARIA JOSÉ, "Conversa em família: raízes sociais e estrutura organizacional do CDS", Documento da "Revista" do *Expresso*, nº 614, de 4 de Agosto de 1984, pp. 34-R a 41-R.

STOCK, MARIA JOSÉ, "Delegados, activistas, quadros médios: importância de uma abordagem empírica", *in* MARIA JOSÉ STOCK e OUTROS, *Os Partidos em Congresso 1981. Quem São e o que Pensam os Seus Delegados - Uma Abordagem Sociológica*, Évora, Gabinete de Investigação e Acção Social, ISESE, 1985, pp. 7-25.

STOCK, MARIA JOSÉ, "A base social de apoio e o recrutamento dos líderes do PSD e do CDS", *in Revista de Ciência Política*, Lisboa, Instituto de Estudos Políticos, nº 1, 1985, pp. 103-121.

STOCK, MARIA JOSÉ, "O centrismo político em Portugal: evolução do sistema de partidos, génese do Bloco-Central e análise dos dois parceiros da coligação", *in Análise Social*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, vol. XXI, 3ª série, nº 85, 1985, pp. 45-82.

STOCK, MARIA JOSÉ, "Political facts on Portugal: a overview of the literature after 1974", *in European Political Data Newsletter*, December 1985, pp. 14 - 24.

STOCK, MARIA JOSÉ, "Os Congressos de 1981, sua preparação, desenvolvimento e resultados", *in* MARIA JOSÉ STOCK E OUTROS, *Os Partidos em Congresso 1981. Quem São e o que Pensam os seus Delegados - Uma Abordagem Sociológica*, Évora, Gabinete de Investigação e Acção Social, ISESE, 1985.

STOCK, MARIA JOSÉ, *Os Partidos do Poder Dez Anos depois do 25 de Abril*, Évora, Publicações Universidade de Évora, 1986.

STOCK, MARIA JOSÉ e ANTUNES, LUIS F. COLAÇO, "Sistema de partidos e governabilidade (um estudo comparado)", *in Economia e Sociologia*, nº 37, Évora, Gabinete de Investigação Social, ISESE, 1984, pp. 43-84.

STOCK, MARIA JOSÉ e ROSA, LUIS F. VALENTE, "Perfil dos delegados aos congressos dos partidos políticos em 1981", *in*

MARIA JOSÉ STOCK e OUTROS, *Os Partidos em Congresso 1981. Quem São e o que Pensam os Seus Delegados - Uma Abordagem Sociológica*, Évora, Gabinete de Investigação e Acção Social, ISESE, 1985, pp. 59-94.

STOCK, MARIA JOSÉ e ROTHER, BERND, "Il decimo anniversario del PS portoguese: 1973-1983", *in Città e Regione*, Firenze, nº 3, Giugno, 1983, pp. 159-176.

VILAR, ELMÍLIO RUI e GOMES, ANTÓNIO SOUSA, *SEDES - Dossier 70/ /72*, Lisboa.

WIARDA, HOWARD, "The portuguese revolution: towards explaining the political behaviour of the Armed Forces Movement", *in Iberian Studies*, 4, 1975, pp. 53 - 61.

WIARDA, HOWARD, *Transcending Corporativism; the Portuguese Corporative System and the Revolution of 1974*, Columbia, Institute of International Studies, University of South Carolina, 1976.

WIARDA, HOWARD, *Corporatism and Development: the Portuguese Experience*, Amherst, University of Massachusets Press, 1977.

WIARDA, HOWARD, "Spain and Portugal", *in* PETER MERKL (ed.), *Western European Party Systems*, New York, The Free Press, 1980, pp. 298-328.

b) Artigos de opinião publicados na imprensa

ANTA, MANUEL, "O comboio apitou três vezes", *in Diário de Lisboa*, de 20 de Novembro de 1984.

ANTUNES, FERNANDO, "PSD e CDS unidos para eleições separados nos resultados", *in O Jornal,* de 17 de Dezembro de 1982.

ANTUNES, JOSÉ FREIRE, "Soares Carneiro o equívoco da AD", *in Expresso* "Presidenciais", nº 421, de 22 de Novembro de 1980, p. II.

AVILLEZ, MARIA JOÃO, "O folhetim da AD entre o divórcio e a reconciliação", *in Expresso,* nº 533, de 8 de Janeiro de 1982, p. 3.

AVILLEZ, MARIA JOÃO, "Ramalho Eanes: sim, não, mas talvez", *in Expresso,* nº 534, de 22 de Janeiro de 1983, pp. 12 e 13.

AVILLEZ, MARIA JOÃO, "PSD: à espera de um sinal socialista", *in* "Revista" do *Expresso,* nº 548, de 30 de Abril de 1983, pp. 12-R e 14-R.

AVILLEZ, MARIA JOÃO, "Pistas para um Congresso", *in* "Revista" do *Expresso,* nº 587, de 28 de Janeiro de 1984, pp. 15-R e 16-R.

AVILLEZ, MARIA JOÃO, "Uma feira cabisbaixa", *in Expresso,* nº 640, de 9 de Fevereiro de 1985, p. 2.

AVILLEZ, MARIA JOÃO, FERNANDES, JOSÉ MANUEL e ESPADA, JOÃO CARLOS, "A quem falam os partidos", *in* "Revista" do *Expresso,* nº 544, de 1 de Abril de 1983, pp. 12-R e 14-R.

BALSEMÃO, FRANCISCO PINTO, "Consciência, protesto, alerta e coragem", *in Povo Livre,* nº 439, de 22 de Dezembro de 1982, pp. 1 e 3.

BALSEMÃO, FRANCISCO PINTO, "A importância nacional de um referendo partidário", *in Expresso*, nº 645, de 9 de Março de 1985, p. 8.

BOM, JOÃO CARREIRA, "CDS e PSD: a luta depois do divórcio", *in* "Revista" do *Expresso*, nº 538, de 19 de Fevereiro de 1983, pp. 16-R e 17-R.

BOM, JOÃO CARREIRA, "Uma guerrilha que passa pelo exército", *in* "Revista" do *Expresso*, nº 557, de 30 de Julho de 1983, pp. 20-R e 21-R.

BOM, JOÃO CARREIRA, "PSD: aproxima-se a contagem das espingardas", *in* "Revista" do *Expresso*, nº 589, de 11 de Fevereiro de 1984, pp. 20-R e 21-R.

BOM, JOÃO CARREIRA, "Nos bastidores da semana política: a remodelação de Maio; vantagens e inconvenientes", *in Expresso*, nº 598, de 14 de Abril de 1984, p. 2.

CABRAL, EVA, "As três facções do Congresso de Braga", *in Tempo*, de 2 de Fevereiro de 1984.

CAMACHO, CÉSAR MANUEL, "PSD por dentro em foco numa semana quente", *in Expresso*, nº 247, de 23 de Julho de 1977, p. 4.

D'ANUNCIAÇÃO, PEDRO, "AD acelera designação de candidato às presidenciais", *in Expresso*, nº 388, de 4 de Abril de 1980.

D'ANUNCIAÇÃO, PEDRO, "Em vésperas de Congresso Pinto Balsemão endurece a sua posição", *in Expresso*, nº 434, de 21 de Fevereiro de 1981, p. 5.

D'ANUNCIAÇÃO, PEDRO, "PSD prepara-se com cepticismo para o

Congresso da trégua", *in Expresso,* nº 473, de 21 de Novembro de 1981, p. 3.

D'ANUNCIAÇÃO, PEDRO, "Críticos: ofensiva por trás do consenso", *in* "Revista" do *Expresso,* nº 476, de 12 de Dezembro de 1981, p. 10-R.

D'ANUNCIAÇÃO, PEDRO, "Quem ganha e quem perde no dia 12", *in* "Revista" do *Expresso,* nº 528, de 10 de Dezembro de 1982, p. 15-R.

D'ANUNCIAÇÃO, PEDRO, "Balsemão não desiste", *in* "Revista" do *Expresso,* nº 536, de 5 de Fevereiro de 1983, p. 14-R.

D'ANUNCIAÇÃO, PEDRO, "Nos bastidores da semana política: Corrida para Belém: Soares na dinâmica da vitória", *in Expresso,* nº 561, de 30 de Julho de 1983, p. 2.

D'ANUNCIAÇÃO, PEDRO, "Nos bastidores da semana política: Austeridade nos 100 dias de Governo", *in Expresso,* nº 565, de 27 de Agosto de 1983, p. 2.

D'ANUNCIAÇÃO, PEDRO, "Nos bastidores da semana política: Aumentam no Bloco-Central as reticências a Ernâni Lopes", *in Expresso,* nº 574, de 29 de Outubro de 1983, p. 3.

D'ANUNCIAÇÃO, PEDRO, "Legislativas ainda antes das presidenciais?", *in Expresso,* nº 589, de 11 de Fevereiro de 1984, p. 2.

D'ANUNCIAÇÃO, PEDRO, "Nos bastidores da semana política: Rescaldo do Congresso do PSD: Mota-Amaralistas saem do Governo", *in Expresso,* nº 596, de 31 de Março de 1984, p. 2.

D'ANUNCIAÇÃO, PEDRO, "Nos bastidores da política: Soares e Mo-

ta Pinto mais próximos da ruptura", *in Expresso*, nº 633, de 15 de Dezembro de 1984, p. 2.

D'ANUNCIAÇÃO, PEDRO, "Nos bastidores da política: Um ano que termina como começou", *in Expresso*, nº 634, de 22 de Dezembro de 1984, p. 2.

D'ANUNCIAÇÃO, PEDRO, "Nos bastidores da semana política: Estratégia de Cavaco resume-se a Freitas", *in Expresso*, nº 657, de 1 de Junho de 1985, p. 2.

D'ANUNCIAÇÃO, PEDRO, "Um projecto frustado", *in Expresso*, nº 604, de 26 de Maio de 1984, p. 2.

D'ANUNCIAÇÃO, PEDRO, "Nos bastidores da semana política: Mau fim de Julho para Mota Pinto", *in Expresso*, nº 613, de 28 de Julho de 1984, p. 1.

D'ANUNCIAÇÃO, PEDRO, "Nos bastidores da semana política: Mota-amaralistas avançam contra Mota Pinto", *in Expresso*, nº 615, de 11 de Agosto de 1984, p. 2.

D'ANUNCIAÇÃO, PEDRO, "Nos bastidores da semana política: Mota Pinto volta à abrangência anquanto Soares despreza PS", *in Expresso*, nº 617, de 1 de Setembro de 1984, p. 2.

D'ANUNCIAÇÃO, PEDRO, "Nos bastidores da semana política: Conselho de Estado: provoca versões contraditórias", *in Expresso*, nº 639, de 26 de Janeiro de 1985, p. 3.

D'ANUNCIAÇÃO, PEDRO, "Nos bastidores da semana política: Liderança do PSD continua a reboque das presidenciais", *in Expresso*, nº 650, de 13 de Abril de 1985, p. 2.

D'ANUNCIAÇÃO, PEDRO, "Nos bastidores da semana política: Queda de Machete ensombra Soares", *in Expresso*, nº 651, de

20 de Abril de 1985, p. 2.

D'ANUNCIAÇÃO, PEDRO, "Nos bastidores da semana política: Freitas do Amaral e Soares: os interesses comuns", *in Expresso*, nº 653, de 4 de Maio de 1985, p. 2.

FERNANDES, MIGUEL ALMEIDA, "Sociais-democratas divididos em três correntes", *in Expresso*, nº 470, de 31 de Outubro de 1981, pp. 12 e 13.

FERNANDES, MIGUEL ALMEIDA, "Nos bastidores da AD 'duros' espreitam Balsemão", *in Expresso*, nº 492, de 3 de Abril de 1982, pp. 12 e 13.

FERNANDES, MIGUEL ALMEIDA, "PSD: Balsemão e os 'críticos' apostam forte para as locais", *in* "Revista" do *Expresso*, nº 508, de 24 de Julho de 1982, p. 12-R.

FERNANDES, MIGUEL ALMEIDA, "PSD: a incógnita de Montechoro", *in* "Revista" do *Expresso*, nº 539, de 26 de Fevereiro de 1983, p. 14-R.

FERNANDES, MIGUEL ALMEIDA, "O dia a dia de um Congresso com muitos vencedores", *in* "Revista" do *Expresso*, nº 540, de 5 de Março de 1983, pp. 14-R e 15-R.

FERNANDES, MIGUEL ALMEIDA, "Nos bastidores da semana política: PS e PSD: um negócio 'em segredo'", *in Expresso*, nº 550, de 14 de Maio de 1983, p. 2.

FERNANDES, MIGUEL ALMEIDA, "Nos bastidores da semana política: Lentidão das negociações preocupa presidência", *in Expresso*, nº 551, de 21 de Maio de 1983, p. 2.

FERNANDES, MIGUEL ALMEIDA, "Nos bastidores da semana política: O golpe de teatro", *in Expresso*, nº 553, de 4 de Junho

de 1983, p. 2.

GAGO, JOSÉ CARLOS SERRAS e SÁ, JORGE, "Abstenção prejudicou partidos que compunham a AD", *in* "Revista" do *Expresso*, nº 548, de 30 de Abril de 1983, p. 15-R.

GAGO, SERRAS, "Os Generais e o desenvolvimento", *in Expresso*, nº 424, de 13 de Dezembro de 1980, p. 8 e 9.

JÚDICE, JOSÉ MIGUEL, "Uma alternativa mas a sério", *in Semanário*, de 14 de Janeiro de 1984.

JÚDICE, JOSÉ MIGUEL, "O factor humano. O PSD começou a mudar", *in O Diabo*, de 25 de Setembro de 1984.

LOPES, PEDRO SANTANA e BARROSO, JOSÉ DURÃO, "Curto circuito institucional", *in Expresso*, nº 426, de 24 de Dezembro de 1980, p.

LUCENA, MANUEL DE, "Contradança", *in Semanário*, de 11 de Fevereiro de 1984.

LUCENA, MANUEL DE, "Novo curso e divisão de poderes", *in Expresso*, nº 136, de 9 de Agosto de 1975, p. 10.

MESTRINHO, FERNANDA, "Oposição a Balsemão vem do Porto, mas sem 'êxito'", *in Diário de Lisboa*, de 10 de Novembro de 1981.

MESTRINHO, FERNANDA, "Apoio 'viciado' a Balsemão", *in Diário de Lisboa*, de 18 de Julho de 1982.

MESTRINHO, FERNANDA, "Mota Pinto quis imitar Sá Carneiro", *in Diário de Lisboa*, de 3 de Junho de 1983.

PINTO, JAIME NOGUEIRA, "O projecto de AD contra o maximalismo do 25 de Abril e a leitura radical esquerdista", *in* Expresso, nº 427, de 3 de Janeiro de 1981, p. 5.

QUEIRÓS, JOSÉ, "Conclave nortenho no PSD", *in Expresso*, nº 539, de 26 de Fevereiro de 1983, p. 3.

REBOCHO, NUNO, "Três etapas para um futuro incerto", *in A Tarde*, de 7 de Março de 1985.

REIS, MIGUEL, "Divergências no PSD acentuam-se na sequência do VII Congresso", *in Diário de Notícias*, de 23 de Março de 1981.

ROSETA, HELENA, "Quem quiser ver, que veja, quem quiser ouvir, que ouça, quem quiser entender, que entenda", *in Povo Livre*, nº 174, de 16 de Novembro de 1977.

ROSETA, PEDRO, "O fim do Gulag português", *in Povo Livre*, nº 158, de 27 de Julho de 1977, p. 5.

SANTOS, NUNO BREDERODE DOS, "O médico e o monstro", *in Expresso*, nº 158, de 10 de Dezembro de 1975, p. 2.

SARAIVA, JOSÉ ANTÓNIO, "A morte de Sá Carneiro e Amaro da Costa significam o fim de um sonho político", *in Expresso*, nº 427, de 3 de Janeiro de 1981, p. 4.

SARAIVA, JOSÉ ANTÓNIO, "Política à portuguesa: Os golpes e os contragolpes na AD", *in Expresso*, nº 532, de 8 de Janeiro de 1983, p. 5.

SARAIVA, JOSÉ ANTÓNIO, "O regresso de uma velha raposa", *in Expresso*, nº 539, de 26 de Fevereiro de 1983, p. 3.

SARAIVA, JOSÉ ANTÓNIO, "Política à portuguesa: Mota Pinto, o PSD e o Governo", *in Expresso*, nº 574, de 29 de Outubro de 1983, p. 3.

SARAIVA, JOSÉ ANTÓNIO, "Política à portuguesa: A decisão", *in Expresso*, nº 534, de 22 de Janeiro de 1985, p. 3.

SARAIVA, JOSÉ ANTÓNIO, "Política à portuguesa: Um processo pouco linear", *in Expresso*, nº 533, de 29 de Janeiro de 1983, p. 3.

SARAIVA, JOSÉ ANTÓNIO, "Política à portuguesa; O PSD e o voto" *in Expresso*, nº 547, de 23 de Abril de 1983, p. 3.

SARAIVA, JOSÉ ANTÓNIO, "Política à portuguesa: A candidatura presidencial do Dr. Mário Soares", *in Expresso*, nº 567, de 10 de Setembro de 1983, p. 3.

SARAIVA, JOSÉ ANTÓNIO, "Política à portuguesa: PS: O Congresso da sucessão", *in Expresso*, nº 570, de 1 de Outubro de 1983, pp. 1 e 3.

SARAIVA, JOSÉ ANTÓNIO, "Política à portuguesa: O falhanço da troika", *in Expresso*, nº 584, de 7 de Janeiro de 1984, p. 3.

SARAIVA, JOSÉ ANTÓNIO, "Política à portuguesa: As cautelas de Capucho" *in Expresso*, nº 589, de 11 de Fevereiro de 1984, p. 3.

SARAIVA, JOSÉ ANTÓNIO, "Política à portuguesa: A guerra dos números", *in Expresso*, nº 592, de 3 de Março de 1984, p. 3.

SARAIVA, JOSÉ ANTÓNIO, "Política à portuguesa: Capucho, Salgueiro, Balsemão e o príncipe encantado", *in Expresso*, nº 594, de 17 de Março de 1984, p. 3.

SARAIVA, JOSÉ ANTÓNIO, "Política à portuguesa: Os 'yes minister'", *in Expresso*, nº 597, de 7 de Abril de 1984, p. 3.

SARAIVA, JOSÉ ANTÓNIO, "Política à portuguesa: O retrato da

coligação", *in Expresso*, nº 603, de 19 de Maio de 1984, p. 3.

SARAIVA, JOSÉ ANTÓNIO, "Política à portuguesa: Firmino Miguel ou Lemos Ferreira", *in Expresso*, nº 640, de 2 de Fevereiro de 1985, p. 3.

SARAIVA, JOSÉ ANTÓNIO, "Política à portuguesa: Como vai o PSD descalçar a bota?", *in Expresso*, nº 650, de 13 de Abril de 1985, p. 3.

SILVA, VICENTE JORGE, "PSD: fuga para a frente poderá ser moderada?", *in Expresso*, nº 336, de 7 de Abril de 1979, p. 4.

SILVA, VICENTE JORGE, "Sá Carneiro vence a primeira batalha (mas não a guerra) contra dissidentes e radicais", *in Expresso*, nº 339, de 28 de Abril de 1979, p. 7.

SILVA, VICENTE JORGE, "A Crónica", *in* "Revista" do *Expresso*, nº 656, de 25 de Maio de 1985, p. 14-R.

SILVEIRA, CARLOS, "Três temas dividem três linhas", *in Semanário*, de 21 de Janeiro de 1984.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "Um golpe falhado: luz verde para a esquerda?", *in Expresso*, nº 91, de 28 de Setembro de 1974, p. 2.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "Estrutura e funções do MFA - a história de uma estrutura", *in Expresso*, nº 103, de 21 de Dezembro de 1974, 1º caderno, pp. 17 e 18.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "Aproxima-se o segundo 'round'", *in Expresso*, nº 108, de 25 de Janeiro de 1975, pp 2 e 3.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "Requiem pelo bonapartismo spinolis-

ta", *in Expresso,* nº 115, de 15 de Março de 1975, p. 2.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "Un neo-déstour português?", *in Expresso,* nº 119, de 12 de Abril de 1975, p. 2.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "3+1 linhas de fractura política", *in Expresso,* nº 132, de 12 de Julho de 1975, p. 2.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "6 dias de crise política", *in Expresso,* nº 133, de 19 de Julho de 1975, p. 2.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "Factores de crise e cenários de separação?", *in Expresso,* nº 134, de 26 de Julho de 1975, p. 2.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "As lições do VI Governo Provisório" *in Expresso,* nº 142, de 20 de Setembro de 1975, p. 2.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "Da subida da esquerda à provável viragem da direita", *in Expresso,* nº 163, de 27 de Dezembro de 1975, pp. 2 e 3.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "O (acelerado) ritmo, as (eventuais) vítimas e os (problemáticos) limites da viragem à direita que já começou", *in Expresso,* nº 166, de 7 de Janeiro de 1976, p. 2.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "Contra-ofensiva do PS pela esquerda", *in Expresso,* nº 170, de 31 de Janeiro de 1976, p. 2.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "Três partidos em pré-campanha e sinais de desestabilização", *in Expresso,* nº 174, de 28 de Fevereiro de 1976, p. 2.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "Um Governo à procura de alargamento da sua legitimidade política", *in Expresso,* nº 197,

de 6 de Agosto de 1976, p. 2.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "Congressos para Portugal e não Portugal para congressos", *in Expresso,* nº 209, de 29 de Outubro de 1976, p. 2.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "Qual é o valor dos compromissos políticos do governo socialista", *in Expresso,* nº 214, de 3 de Dezembro de 1976, p. 2.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "Os 'sete' impasses da vida política portuguesa no ano da graça de 1976", *in Expresso,* nº 218, de 30 de Dezembro de 1976, pp. 2 e 3.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "7 episódios de uma semana política ou as atribulações e as jogadas de um Governo Constitucional", *in Expresso,* nº 223, de 4 de Fevereiro de 1977, p. 2.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "Sob os auspícios de um Eanes interveniente num reajustamento que é afinal uma remodelação", *in Expresso,* nº 230, de 25 de Março de 1977, p. 2.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "Quer Mário Soares compreender o apelo do Presidente Ramalho Eanes?", *in Expresso,* nº 235, de 29 de Abril de 1977, p. 2.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "O 'calcanhar de Aquiles' do PSD", *in Expresso,* nº 240, de 4 de Junho de 1977, p. 2.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "O sebastianismo, a doença infantil do semi-presidencialismo", *in Expresso,* nº 242, de 18 de Junho de 1977, p. 2.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "Questões sobre 20 dias de maratona

parlamentar", *in Expresso*, nº 243, de 25 de Junho de 1977, p. 2.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "Da euforia (injustificada) do PS ao teste da reforma agrária", *in Expresso*, nº 245, de 9 de Julho de 1977, p. 2.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "Um voto inteligente contra a bipolarização política", *in Expresso*, nº 247, de 23 de Julho de 1977, p. 2.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "As causas e os efeitos do 'não' ao 'contrato de legislatura' do PSD", *in Expresso*, nº 254, de 10 de Setembro de 1977, p. 2.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "Dois temas e dois homens a merecerem reflexão", *in Expresso*, nº 263, de 2 de Novembro de 1977, pp. 2, 3 e 16.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "Causas e saídas de uma crise governativa; Governo novo, competente e prestigiado - - precisa-se", *in Expresso*, nº 267, de 10 de Dezembro de 1977, pp. 2 e 3.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "De onde veio, onde está e para onde vai o PSD ou glosas a uma entrevista de Sousa Franco", *in Expresso*, nº 271, de 7 de Janeiro de 1978, p. 2.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "41 meses depois o CDS é Governo", *in Expresso*, nº 273, de 21 de Janeiro de 1978, p. 2.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "Ver mais de fora a peça", *in Expresso*, nº 275, de 4 de Fevereiro de 1978, p. 2.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "Quem são os presidencialistas", *in Expresso*, nº 287, de 29 de Abril de 1978, p. 2.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "As lições da longa crise do PSD", *in Expresso*, nº 293, de 9 de Junho de 1978, p. 2.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "O que faz correr e para onde corre o CDS?", *in Expresso*, nº 296, de 1 de Julho de 1978, p. 2.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "Sete reflexões sobre a crise, os partidos e as alternativas", *in Expresso*, nº 306, de 9 de Setembro de 1978, p. 2.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "Novo passo na estratégia política presidencial", *in Expresso*, nº 313, de 28 de Outubro de 1978, p. 2.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "Duas fórmulas diferentes de intervenção presidencial", *in Expresso*, nº 321, de 22 de Dezembro de 1978, p. 2.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "Ver mais de fora a peça", *in Expresso*, nº 327, de 3 de Fevereiro de 1979, p. 2.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "A figura da semana", *in Expresso*, nº 353, de 31 de Março de 1979, p. 3.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "No segundo 'round' do combate Mota Pinto - Sá Carneiro", *in* "Revista" do *Expresso*, nº 336, de 7 de Abril de 1979, pp. 1-R a 4-R.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "A figura da semana", *in Expresso*, nº 349, de 7 de Junho de 1979, p. 3.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "Tout est bien qui finit bien", *in Expresso*, nº 346, de 16 de Junho de 1979, p. 2.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "Do terceiro Governo presidencial às opções da Aliança Democrática", *in Expresso*, nº 351,

de 21 de Julho de 1979, p. 2.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "A lição das eleições, as quatro causas da queda do PS e da opção fundamental do Governo AD", *in Expresso*, nº 375, de 7 de Dezembro de 1979, pp. 2 e 3.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "O triângulo infernal: Belém, Eanes e Sá Carneiro", *in Expresso*, nº 384, de 8 de Março de 1980, p. 1.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "Uma posse - dois discursos, duas estratégias", *in Expresso*, nº 375, de 5 de Janeiro de 1980, p. 2.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "As eleições presidenciais e os partidos", *in Expresso*, nº 393, de 10 de Maio de 1980, p. 2.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "3 Pontos-chaves das estratégias de Soares Carneiro", *in Expresso*, nº 399, de 21 de Junho de 1980, p. 2.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "Os triunfalismos das frentes eleitorais", *in Expresso*, nº 401, de 5 de Julho de 1980, p. 2.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "O verdadeiro embate político de 1980", *in Expresso*, nº 408, de 23 de Agosto de 1980, p. 2.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "Estratégia da AD confirma primazia das presidenciais", *in Expresso*, nº 409, de 30 de Agosto de 1980, p. 2.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "Da afirmação de fé de Balsemão ao

discurso de apoio político de Eanes", *in Expresso*, nº 428, de 10 de Janeiro de 1981, p. 2.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "Da posse de Ramalho Eanes à confiança pedida pelo Governo à Assembleia da República", *in Expresso*, nº 429, de 17 de Janeiro de 1981, p. 2

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "O 1º Congresso após Sá Carneiro", *in Expresso*, nº 434, de 21 de Fevereiro de 1981, p. 2.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "Balsemão-vencedor indiscutível Cavaco-melhor do que Eurico", *in Expresso*, nº 435, de 28 de Fevereiro de 1981, p. 2.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "O talento de ser discreto para poder ser alternativa", *in Expresso*, nº 440, de 4 de Abril de 1981, p. 2.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "Numa semana politicamente intensa duas intervenções fundamentais, Balsemão diz adeus ao PS e Constâncio fala da revisão constitucional", *in Expresso*, nº 444, de 1 de Maio de 1981, p. 2.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "Soares começa a cavalgada post-Congresso. Autarquias Locais, dissolução da AR e pontaria para Belém", *in Expresso*, nº 446, de 16 de Maio de 1981, p. 2

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "Três casos agitam a Aliança Democrática", *in Expresso*, nº 447, de 23 de Maio de 1981, pp. 2 e 3.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "Da vitória retumbante do PS aos resultados do CN do PSD", *in Expresso*, nº 451, de 20 de Junho de 1981, p. 2.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "Uma boa malha", *in Expresso*, nº 453, de 4 de Julho de 1981, p. 1.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "Carlos Macedo - O novo candidato à sucessão de Balsemão", *in Expresso*, nº 457, de 25 de Julho de 1981, p. 2.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "Carta aberta a Francisco Pinto Balsemão", *in Expresso*, nº 458, de 8 de Agosto de 1981, p. 2.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "O regresso aos 'pulos' ou o teste à minoria", *in Expresso*, nº 459, de 15 de Agosto de 1981, p. 1.

SOUSA, MARCELO REBELO DE, "10 'flashes' sobre a crise política", *in Expresso*, nº 469, de 24 de Outubro de 1981, p. 2.

SOUSA, TERESA DE, "Presidenciais: o fantasma inevitável", *in* "Revista" do *Expresso*, nº 578, de 26 de Novembro de 1983, pp. 19-R e 21-R.

SOUSA, TERESA DE, "Soares enfrenta crise no PSD", *in Expresso*, nº 584, de 7 de Janeiro de 1984, pp. 1 e 16.

SOUSA, TERESA DE, "Nos bastidores da semana política: E se Mota Pinto for para Coimbra", *in Expresso*, nº 592, de 3 de Março de 1984, p. 2.

SOUSA, TERESA DE, "Nos bastidores da semana política: Os misteriosos desígnios presidenciais", *in Expresso*, nº 599, de 21 de Abril de 1984, p. 2.

SOUSA, TERESA DE, "Nos bastidores da semana política: Presidenciais: PSD às voltas com Soares", *in Expresso*, nº

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

622, de 29 de Setembro de 1984, p. 2.

SOUSA, TERESA DE, "O homem que nunca se engana", *in* "Revista" do *Expresso*, nº 656, de 25 de Maio de 1985, p. 20-R.

SOUSA, TERESA DE, "Nos bastidores da semana política: Afinal era tudo a brincar", *in Expresso*, nº 605, de 2 de Junho de 1984, p. 2.

VALIDO, PEDRO, "PSD: as opções de um Congresso", *in Globo*, de 18 de Fevereiro de 1984.

VALIDO, PEDRO, "O pós-Mota Pinto?", *in Globo*, de 14 de Abril de 1984.

ZENHA, FRANCISCO SALGADO, "Unicidade sindical ou medo à liberdade?", *in Diário de Notícias*, de 7 de Janeiro de 1975.